Benjamin Xavier de Paula
Luciane Ribeiro Dias Gonçalves
Carlos Eduardo Moreira de Araújo

Livro de Resumos (ANAIS)

X Congresso Brasileiro dos(as) Pesquisadores(as) Negros(as)

Reexistência Intelectual Negra e Ancestral:
18 anos de enfrentamento

Paula, Benjamin Xavier de; Gonçalves, Luciane Ribeiro Dias; Araújo, Carlos Eduardo Moreira de **Livro de Resumos (ANAIS) - X Congresso Brasileiro dos(as) Pesquisadores(as) Negros(as) /** Benjamin Xavier de Paula; Luciane Ribeiro Dias Gonçalves; **Carlos Eduardo Moreira de Araújo**

ISBN 978–85–7681–

1. xxxxxxx

CDD xxxxxx

2018

Ribeirão Gráfica e Editora

Rua Estevam Marcolino, 561 - 14405-333 – Franca-SP

Pabx (16) 3722-8237 – E-mail: fernandarge@hotmail.com

Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - Gestão 2016-2018
Profa. Dra. Anna Benite- Presidenta
Profa. Dra. Nicéa Amauro-Secretária Executiva
Profa. Dra. Fernanda Bairros- Diretora de Relações Institucionais
Profa. Dra. Ana Beatriz Gomes- Diretora de Relações Internacionais
Profa. Dra. Raquel Amorim- Diretora de Áreas

Presidência do Comitê Organizador:
Profa. Dra. Luciane Dias Gonçalves (UFU)
Prof. Dr Benjamin Xavier de Paula (UFU/UFVJM)

Comissão Organizadora Nacional:
Acácio Sidinei Almeida Santos - UFSBA
Alessandra Pio Silva - UFRJ
Altair dos Santos Lira IHAC- Inst. Hum. Milton Santos
Anna M. Canavarro Benite - UFG/ABPN
Anny Ocoro Loango - UNTREF
Benjamin Xavier de Paula - UFVJM/UFU
Carlos Alberto Ivanir dos Santos -UFRJ
Carmelia Aparecida Silva Miranda - UNEB
Carolina Rocha Silva - IESP/UERJ
Célia Regina Cristo de Oliveira - PMDC/SME
Cintia Maria de Camargo Viana - UFU
Deborah Silva Santos - UnB
Deivison Moacir Cezar de Campos - ULBRA
Delton Aparecido Felipe - UEM
Denilson Lessa dos Santos - UNEB
Diogo Marçal Cirqueira - UFF
Edna Maria de Araújo - UEFS
Eduardo David de Oliveira - UFBA
Elizabeth Larkin Nascimento - IPEAFRO
Fabiana de Lima Peixoto - UFSB
Geny Ferreira Guimarães - UFRRJ
Giane Vargas Escobar - Unipampa - Campus Jaguarão
Isis Aparecida Conceição - UNILAB
Jefferson Olivatto da Silva - UNICENTRO
Kátia Evangelista Regis - UFMA
Leonor Franco de Araujo - NEAB/UFES
Luciane Ribeiro Dias Gonçalves - UFU
Maria Anória de Jesus Oliveira - UNEB
Maria Clareth Goncalves Reis - NEABI/PPGPS/Uenf
Maria José de Jesus Alves Cordeiro - UFMS
Nicéa Quintino Amauro – UFU/ABPN
Otair Fernandes Oliveira - UFRRJ
Patricia Maria de Souza Santana - PM/BH
Paulo Vinicius Baptista da Silva - UFPR
Pedro Barbosa - UFG/Jataí
Renato Noguera - UFRRJ
Renato Palumbo Dória - UFU
Rosa Margarida de Carvalho Rocha - UEMG
Rosalia de Oliveira Lemos - IFRJ -CAMPUS NILÓPOLIS
Sátira Pereira Machado - UNIPAMPA
Shirley Aparecida de Miranda - UFMG
Wilson Roberto de Mattos - UNEB
Zelinda Santos Barros - UFRB

Comissão Organizadora Local:
Letícia Resende de Freitas - IRI/UFU
Eliane Ribeiro Dias Batista - PMU/SME
Priscila Paloma Argolo - CASA REDE/UFU
Nicéa Quintino Amaro - UFU
Jaqueline Aparecida Souza Franco - UFU
Luciane Ribeiro Dias Gonçalves - UFU
Paula Godoi Arbex - UFU
Katia Cilene da Costa - SEMED/Uberaba
Carlos Eduardo Moreira de Araújo – UFU
Cintia Maria de Camargo Viana - UFU
Cristiano Carlos Borges de Assis - CASA REDE/UFU
Maria Cecília de Lima - UFU
Paula Godoy Arbex - UFU
Rosa Margarida de Carvalho Rocha - UEMG
Pedro Barbosa - UFG
Victor Henrique Diana da Silva - CASA REDE/UFU
Maria da Conceição Pereira Leal - UFU
Pedro Henrique da Silva Paulo - FACIP/UFU
Jefferson Rafael de Oliveira Souza - FACIP/UFU
Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira - FACIP/UFU
Jaqueline Aparecida Souza Franco - FACIP/UFU
Nadila Ferreira dos Santos - FACIP/UFU
Ishangly Juana da Silva - FACIP/UFU
Iara Aparecida Ferreira - Moçambique Estrela Guia
Gerson de Souza - UFU
Maria Carolina - ILLEL/UFU
Peterson Gandolfi - UFU/Patos de Minas
Cintia Camargo Vianna – Ileel/UFU
Régis Rodrigues Elisio - NEAB/UFU
Coletiva Bonecas de Pixe
Eliane Ribeiro Dias Batista - SME/UDI
Lara Luiza Luiza S. Gomes - SEE/MG
Yone Maria Gonzaga - SEDPAC/MG
Cleber Roberto - SEE/MG; SEE/MG
Talita Ferreira de Rezende Costa - IQ/UFU
Kárita Darc Machado - UFU
Nathiele Santos Macedo - UFU

Comissão Científica:
Coordenação da Comissão Científica: Carlos Eduardo Moreira de Araújo – UFU; Wilson Roberto de Mattos - Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Wilma Nazaré Baía Coelho – UFPA
Abrahao de Oliveira Santos - IPSI-UFF
Acácio Sidinei Almeida Santos - UFSBA
Adélcio de Sousa Cruz - UFV/NEIA-UFMG
Adelmir Fiabani - UFFS
Adevanir Aparecida Pinheiro - Unisinos / São Leopoldo
Adilbênia Freire Machado - UFC
Adilson Pereira dos Santos - UFOP
Ahyas Siss - UFRRJ
Alessandra Pio Silva - CP II/UFRJ
Alessandro Pereira dos Santos - Centro Universitário Newton
Alexandre do Nascimento - FAETEC/NEAB ONDJANGO
Ana Beatriz Sousa Gomes - UFPI
Ana Cristina Conceição Santos - UFAL
Ana Lucia Silva Souza - UFBA
Ana Paula Procopio da Silva - UERJ

Analise de Jesus da Silva - UFMG
Anderson Ribeiro Oliva – Universidade de Brasília – UNB (Brasil)
Andréa Marques Santos - UFMG
Angela Maria de Souza - UNILA
Anna M. Canavarro Benite - ABPN/UFG
Anna Maria Canavarro Benite - UFG
Anny Ocoro Loango - UNTREF (Argentina)
Bárbara Carine Soares Pinheiro - UFBA
Benjamin Xavier de Paula - UFVJM/UFU
Cândida Andrade de Moraes - UFBA
Carlos Alberto Ivanir dos Santos - UFRJ
Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos -UnB
Carlos Benedito Rodrigues da Silva - NEAB/UFMA
Carmélia Aparecida Silva Miranda - UNEB
Carolina Rocha Silva - IESP/UERJ
Célia Regina Cristo de Oliveira - SME-DUQUE DE CAXIAS/RJ
Cláudio Roberto dos Santos Almeida - UNIVASF
Cleber Santos Vieira - UNIFESP
Clézio Roberto Gonçalves - NEABI/UFOP
Cristiane Coppe de Oliveira - UFU/FEUSP
Cristina Teodoro - UNILAB-MALÊS
Débora Cristina de Araújo - UFES
Deivison Moacir Cezar de Campos - ULBRA
Delton Aparecido Felipe - UEM/PR
Diogo Marçal Cirqueira - IEAR-UFF
Diogo Pereira Matos - IFSUDESTEMG
Edilza Correia Sotero - UFBA
Eliane Cavalleiro - USP/UNB
Eliane dos Santos Cavalleiro - Sem vínculo
Elisabeth Santos Natel - Unisinos
Fabiana de Lima Peixoto - UFSB
Fábio Macedo Velame - UFBA
Flávia de Jesus Damião - UFBA/CRECHE
Geny Ferreira Guimarães - CTUR/UFRRJ
Georgina Helena Lima Nunes - UFPel
Giane Vargas Escobar Unipampa - Campus Jaguarão
Giselle Cristina dos Anjos Santos USP – CEERT
Glenda Cristina Valim de Melo - UNIRIO
Hedio Silva Junior - FZP/CEERT
Henrique Antunes Cunha Junior - UFC
Henrique Restier da Costa Souza - IESP/UERJ
Ineildes Calheiro dos Santos - UFBA/Rede de Africanidades
Ione da Silva Jovino - UEPG
Jacimara Souza Santana -UNEB
Janaina Barros Silva Viana - USP
Janaína Pereira de Oliveira - IFRJ / FICINE
Joana Célia dos Passos - UFSC
João Batista de Jesus Felix - UFT
João Gabriel do Nascimento Nganga - NEAB-UFU
Joel Zito de Araújo - ECA/USP
Jorge Augusto de Jesus Silva - IFMA
José Antonio Novaes da Silva - NEABi/UFPB
José Bento Rosa da Silva - UFPE
José Castiano - UP (Moçambique)
Joselina da Silva - UFRRJ
Josiane Cristina Climaco - UFBA/ FAMAM
Juciene Silva de Sousa Nascimento - UNEB
Juliana das Graças Gonçalves Gualberto - PBH
Kabenguele Munanga - USP/UFRB
Karina Klinke - UFU
Kassandra da Silva Muniz - NEABI/UFOP
Kátia Evangelista Regis - UFMA
Lorena Francisco de Souza - UEG
Luciane Ribeiro Dias Gonçalves - UFU
Luís Thiago Freire Dantas - IFES
Luís Tomás Domingos - UNILAB-CE
Luiza Rodrigues de Oliveira - UFF
Magali da Silva Almeida - UFBA
Marcos Antônio Alexandre - UFMG
Marcos Antonio Batista da Silva - CES (Portugal)
Marcos de Jesus Oliveira - UNILA
Maria Anória de Jesus Oliveira - UNEB
Maria de Fátima Lima Santos - UFRJ
Maria Dolores Sosin Rodriguez - UFBA
Maria Fernanda Novo dos Santos - UNICAMP
Maria Paula Menezes - CES/UC (Portugal)
Maria Simone Euclides - UFPI
Marília Giselda Rodrigues - UNIVERSIDADE DE FRANCA
Marina Pereira de Almeida Mello - UNIFESP
Marluce de Lima Macêdo - UNEB
Mighian Danae Ferreira Nunes - Prefeitura Municipal de São Francisco
Natalino Neves da Silva - Unifal-MG
Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos - IF Baiano
Nilma Lino Gomes - UFMG
Osmundo Santos de Araujo Pinho - UFRB
Otair Fernandes Oliveira - LEAFRO/UFRRJ
Patrícia Gomes Rufino Andrade - NEAB-UFES
Patricia Maria de Souza Santana - Ações Afirmativas na UFMG
Paulino de Jesus Francisco Cardoso - UDESC
Paulo Vinicius Baptista da Silva - NEAB-UFPR
Pedro Barbosa - PPGAS/UFG
Petronilha Beatriz Gonçalves – UFSCAR (Brasil)
Raquel Amorim dos Santos - UFPA
Renato Noguera - UFRRJ
Ricardo Matheus Benedicto - UNILAB
Roberto Carlos da Silva Borges - CEFET/RJ
Rolf Malungo de Souza - Universidade Federal Fluminense
Rosalia de Oliveira Lemos - IFRJ -CAMPUS NILÓPOLIS
Samuel Silva Rodrigues de Oliveira - CEFET-RJ
Sandra Maria Cerqueira da Silva - UEFS / FAT
Shirley Aparecida de Miranda - UFMG
Silvana Carvalho da Fonseca - UFBA
Silvani dos Santos Valentim - CEFET-MG
Stéphanie Caroline Nasuti - Universidade de Brasília
Valquíria Pereira Tenório - IFSP - Matão
Valter Roberto Silvério - UFSCAR
Vanisio Luiz da Silva - UFMT-CUA
Wagner Leite Viana - UFMG
Wanderson Flor do Nascimento - Universidade de Brasília
Wilson Queiroz - CONEPPA
Yone Maria Gonzaga - UFMG/SEDPAC
Zélia Amador de Deus - UFPA

APRESENTAÇÃO

Sumário

Conferências do X COPENE 11
Mesas Redondas 13
Apresentação de Comunicação de Pesquisa em Sessão Temática 24
Sessão Temática 01. Educação para as relações étnico-raciais 24
Sessão Temática 03. A Promoção da Igualdade Racial como Política Pública 42
Sessão Temática 04. A temática racial, as relações de gênero e a diversidade sexual no contexto educacional: decolonialidade do currículo, dos saberes escolarizados e das práticas pedagógicas 52
Sessão Temática 06. Arquitetura e Urbanismo Africano e Afro-brasileiro 58
Sessão Temática 07. Cultura Afro-Brasileira, memória, identidade e patrimônio 65
Sessão Temática 08. Da África às Diásporas: Eurocentrismo, Colonialismo e Relações de Poder 80
Sessão Temática 09. Direitos territoriais quilombolas, Ancestralidades, Tecnicas de Cura e Sustentabilidade. 90
Sessão Temática 10. Educação Básica e Experiências Emancipatórias na Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações - Étnico- Raciais 98
Sessão Temática 11. Educação de Jovens e Adultos (EJA), juventude negra e experiências Sócio-educativas 110
Sessão Temática 12. Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica 119
Sessão Temática 13. Estado, Políticas e Reparações na Diáspora Afro-Latino-Americana e Caribenha 132
Sessão Temática 14. Filosofias Africanas e Afro-Diaspóricas 136
Sessão Temática 16. Linguagens: culturas, identidades, reexistências e letramentos .. 141
Sessão Temática 17. Literatura Infantil, Juvenil e demais produtos culturais para infância, juventude e a afirmação identitária negra. 154
Sessão Temática 18. Masculinidades negras na Diáspora Afrobrasileira: Entre desconstruções, confrontos e (Re)existências. 160
Sessão Temática 19. Representatividade negra na mídia, no cinema e no audiovisual africano e afro-diaspórico 165
Sessão Temática 22. O/A Negro/a na literatura: personagens e autores/as 182

Sessão Temática 23. Pensamentos e Intelectuais Negrxs e Pan-africanistas na África/Diáspora e diálogos Contemporâneos 190
Sessão Temática 25. Política e Cultura: A(r)tivismos negros pelas Diásporas 196
Sessão Temática 26. Produção de pesquisadores(as) negros(as) nas ciências naturais, exatas e tecnológicas 203
Sessão Temática 29. Relações de Gênero e Feminismos Negros 211
Sessão Temática 31. Relações Étnico-Raciais, Produção de Subjetividades e Psicologia 223
Sessão Temática 33. Territórios Quilombolas, Memória e Resistência 230
Sessão Temática 34. Trabalho, direitos e políticas sociais 239
Sessão Temática 36. A Educação das Relações Étinico-raciais e O Pensamento Educacional Africano e Afro-Brasileiro 249
Sessão Temática 39. Educação para as relações étnicos raciais: realidade e possibilidades na educação básica, técnica e ensino superior. 254
Sessão Temática 40. Estudos Africanos - Conhecimentos Interdisciplinares: desbravar fronteiras, promover cooperação, ampliar fontes, instituir área. 267
Sessão Temática 42. Infância(s) Negras(s) - Educação, Cultura, Conhecimento e Interseccionalidade: desafios contemporâneos de igualdade étnico-racial no Brasil 273
Sessão Temática 44. Geografia das relações étnico-raciais e Geografias negras. 279
Sessão Temática 47. Pensamentos e epistemologias produzidas por mulheres negras brasileiras: olhares por dentro e fora dos ambientes acadêmicos 290
Sessão Temática 48. Relações Raciais na Educação Básica: pesquisas, práticas e construção de saberes 296
Sessão Temática 50. Os Estudos Linguísticos, Literatura, linguagens e as Questões Raciais: diálogos e intersecções possíveis 313
Sessão Temática 53. As políticas de ação afirmativa para negros: gênese, consolidação e conjuntura atual 317
Sessão Temática 54. Tolerância, Intolerância e Discriminação Religiosa no Brasil 329

Conferências do X COPENE

(Re)existência negra, intelectuais negros/as e a pesquisa científica no Brasil - Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Universidade Federal de São Carlos)

A Atualidade da Arte e do Pensamento de Abdias Nascimento - Elizabeth (Elisa) Larkin Nascimento (IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros), atividade integrante da Programação Especial "(Re) existência Negra e Ancestral: Vida e Arte de Abdias Nascimento"

Apropriação de espaços públicos por grupos religiosos e agravamento da intolerância contra as religiões afro-brasileiras - Hédio Silva Jr. (CEERT). Hedio Silva Junior, um dos maiores juristas brasileiros, e, advogado de algumas das principais causas no campo das relações raciais no Brasil, abordará a intolerância religiosa e as religiões de matrizes Africanas no Brasil.

Cartografías de la etnoeducación. Un análisis crítico de los proyectos curriculares en la escuela media en América Latina y el Caribe - Anny Ocoro Loango (UNTREF). En las últimas décadas distintos espacios curriculares en la educación media en América Latina y el Caribe, incorporaron los saberes y la historia de los afrodescendientes, abriendo nuevas posibilidades y horizontes para visibilizar la diáspora africana en América Latina, valorizar su historia y combatir el racismo. No obstante, los esfuerzos por valorizar y visibilizar la cultura y los aportes de los afrodescendientes se manifiestan de formas diversas y se entrecruzan con la compleja realidad de desigualdad, racismo y discriminación racial que existe en la región. Esta conferencia busca hacer un balance de estas iniciativas y de los contextos en los cuales se desarrolla su producción. En consecuencia este trabajo se interroga en qué medida estas apuestas curriculares dialogan con la historia africana, qué lugar ocupa el pensamiento intelectual negro en estas formulaciones, quiénes son los referentes afrodiaspóricos que se retoman y cuáles son sus aportes en la descolonización de la educación en la región. Finalmente se espera reflexionar sobre los aportes, las limitaciones y los desafíos etnoeducativos en la región.

Justiça racial na diáspora africana - Isis Aparecida Conceição (USP). Conferência de Abertura do Encontro da Área de Ciências Jurídicas. A apresentação pretende ponderar o conceito de justiça racial desenvolvido, bem como os debates necessários para que categorias sejam transpostas das áreas outras para o direito processual de forma que uma advocacia estratégica não seja refém de ideologias de convergências de interesses, como ocorreu no decurso do julgamento do caso Brown vs Board of Education, conforme descreve o professor Derick Bell, um dos fundadores da escola de teoria crítica racial.

Novas Vias da Filosofia Africana - Severino Elias Ngoenha (Universidade Pedagógica - UP). Depois de um percurso histórico marcado essencialmente pelo paradigma etnológico, o século vinte e um abre-se com o desafio de um bandung epistemológico. Que desafios e responsabilidades este novo paradigma vai significar para a intelectualidade africana para com a diásporas e destas para com aquelas?

O cinema brasileiro e a insurgência negra - Joel Zito Araújo (Joel Zito Produções). Na presente conferência o autor abordará a trajetória do Cinema Negro Brasileiro, bem como, o papel e atuação dos atores, diretores e produtores na produção de uma subversão da ordem midiática e cinematográfica

O Movimento Negro reeduca a Educação Básica - Nilma Lino Gomes (Universidade Federal de Minas Gerais). O Movimento Negro desempenha um importante papel na sociedade brasileira: ele é um educador. Falta ainda às educadoras e aos educadores conhecer e reconhecer as ações desse movimento social na construção de práticas pedagógicas emancipatórias e antirracistas, bem como o seu protagonismo na reivindicação de políticas de ações afirmativas e de igualdade racial. Reconhecer o papel educativo e protagonista do Movimento Negro deveria ser uma das primeiras ações das práticas escolares, do campo da pesquisa e da formação de professoras e de professores na implementação da alteração da LDB, Lei 93/94/96, pela Lei 10.639/03.

O Negro no Sistema Nacional de Educação: aspectos históricos e contemporâneos - Iolanda de Oliveira (Universidade Federal Fluminense). Nesta apresentação, faz-se inicialmente referência aos termos diferença, diversidade e desigualdade buscando evidenciar as suas articulações na produção da suposta e equivocada hierarquia da humanidade. Seguem-se considerações histórico sociais sobre a produção do racismo/racialismo, sua apropriação e efeitos no Brasil, particularmente na educação dos negros brasileiros em todos os níveis e a implementação de políticas públicas para a promoção do negro em educação

Perspectivas e desafios das pesquisas para o fortalecer os direitos quilombolas no Brasil: 14 anos de luta em defesa do Decreto 4887/2003 - Georgina Helena Lima Nunes (UNIOESTE). Conferência de Abertura do I Encontro de pesquisadores (as) quilombolas e não quilombolas com lideranças representativas dos quilombolas no COPENE 2018. A Constituição de 1988 considerada como a Constituição Cidadã, trouxe em seu ordenamento pela primeira na história dos direitos no Brasil, as comunidades quilombolas como sujeitos de direitos, através do Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias - ADCT, "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Porém, a grande maioria das comunidades quilombolas ainda não conseguiu acessar esse direito. Mesmo assim, tão logo o estado estabeleceu os procedimentos de regulamentação do art. 68 por meio do Decreto 4887/03, o Partido da Frente Liberal hoje DEM, entrou com uma

ação de inconstitucionalidade no STF visando anular a regularização e titulação das comunidades quilombolas. Essa conferência tem como objetivo discutir os desafios, ameaças e perspectivas para os direitos quilombolas e importância da pesquisa na difusão, fortalecimento e visibilidade das comunidades quilombolas.

Protagonismo do(a) pesquisador(a) negro(a) na produção do conhecimento sobre a População Negra - Kabengele Munanga (Universidade de São Paulo). Conferência de Abertura do X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as.

Racismo e antirracismo na educação - Eliane dos Santos Cavalleiro (Pesquisadora Independente). Esta conferência trata do fenômeno do racismo na educação e as perspectivas e desafios para a sua superação

Mesas Redondas

"Eu não sabia que meus antepassados eram tão valorosos" . Impactos, desafios e desdobramentos do "Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero". - Waldete Tristão Farias Oliveira (Prefeitura do Município de São Paulo). O CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) promove o "Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero" desde o ano de 2002, antes mesmo da alteração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) pela Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras nas escolas. A instituição possui um acervo de mais de 3.000 práticas pedagógicas e ações de gestão inscritas ao longo desses 16 anos de história. Esta mesa redonda possui como objetivo expor um balanço do desenvolvimento da Lei 10.639/03, por meio da discussão dos impactos, desafios e desdobramentos do Prêmio Educar. Para além de um debate puramente teórico, buscamos instituir um espaço para reflexão a partir de duas experiências educacionais concretas, ex-premiadas, que além do grande caráter inovador, demonstraram total comprometimento com a promoção da equidade de raça e de gênero.

"Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero" – 16 anos de história na construção de uma educação de qualidade, com equidade. - Giselle Cristina dos Anjos Santos (Universidade de São Paulo - USP). Diversos estudos demonstram que a evasão escolar é causada, entre outros fatores, por uma escola desinteressante, que não dialoga com a cultura do estudante. Diante disto, o CEERT teve a iniciativa de promover o "Prêmio Educar para a Igualdade Racial" em 2002, antes mesmo da alteração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) pela Lei 10.639/03. A premiação foi criada com o objetivo de identificar, difundir, reconhecer e apoiar boas práticas pedagógicas ede gestão escolar alinhadas com a garantia de uma educação de qualidade para todas e todos e, com a promoção, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial.A exposição visa apontar os principais desafios, mudanças, impactos e resultados alcançados ao longo dos 16 anos de história do Prêmio Educar, que foi reconhecido pelo MEC como uma das principais iniciativas da sociedade civil para promoção da lei 10.639/03 no país.

A importância da Gestão Escolar na promoção da Igualdade Racial - A Experiência da E.M. Florestan Fernandes-BH-MG - Patricia Maria de Souza Santana (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte).

A partir da experiência da E. M.. Florestan Fernandes pretende-se destacar a importância da gestão escolar para a educação das relações étnico-raciais. A escola é referência nacional tendo recebido o selo Educar para a Igualdade Racial da SEPPIR em 2011 além de receber dois prêmios do Concurso "Educar para a Igualdade Racial e de Gênero" promovido pelo CEERT na categoria professor (2010) e Gestão (2012). Serão abordados temas como: institucionalização de projetos, compromisso ético da gestão escolar, trabalho coletivo e educação antirracismo e para a diversidade.

Educar para a Igualdade Racial - Francisco Cruz do Nascimento (Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB)

A cultura afro-brasileira como patrimônio: herança, memória, (re)existência e preservação - Delton Aparecido Felipe (Universidade Estadual de Maringá - UEM). Discutir o patrimônio cultural negro no Brasil implica entender que muitas das práticas de vida da população afro-brasileira no decorrer do século XX foi vista como obstáculo para a constituição do projeto nacional pensado pela elite. Nos últimos anos da década de 1990, os diversos conhecimentos e modos de ser da população negra brasileira passaram a ser reconhecidos como patrimônio cultural. No entanto, essa trajetória foi marcada por um lento e progressivo deslocamento do esquecimento e da negação em direção ao reconhecimento nas políticas públicas. Um dos primeiros passos para o reconhecimento do patrimônio cultural negro no Brasil, é a ampliação do conceito do que é patrimônio. Inicialmente, o patrimônio digno de preservação no Brasil era aquele que dizia respeito às edificações de valor excepcional, geralmente vinculadas às elites. As demais formas de manifestação da cultura material ou imaterial eram ignoradas, uma vez que a importância dos bens patrimoniais dos grupos considerados subalternos era renegada pelo projeto de construção da identidade nacional. Partindo desse pressuposto, esta mesa se propõe a discutir as formas de (re)existência da população negra para a preservação e difusão de seus elementos culturais, seja esses elementos expresso na forma de lugares de memórias, saber e fazer da população negra, celebrações entre outras.

Patrimônio cultural negro Paraná: por uma política da memória. - Delton Aparecido Felipe (Universidade Estadual de Maringá - UEM). A memória de um grupo se perdura em lugares e em acontecimentos históricos o que se relaciona diretamente com a organização de sua identidade, sendo assim, esse texto discuti como a negação da memória negra no Paraná faz parte de um projeto de construção da identidade regional baseada em uma política de branqueamento vigente no final do século XIX e início do XX no Brasil. O paranismo foi uma das estratégias utilizadas para alicerçar uma identidade paranaense a partir dos imigrantes europeus que chegaram no Estado na segunda metade do século XIX. Essa gestão da memória, muitas vezes empreendidas pelo governo e referenciada por uma literatura historiográfica minimizou ou apagou a presença negra da história oficial do Paraná. Argumento que tem passado por uma desconstrução, a partir de pesquisas que buscam estabelecer uma política da lembrança sobre a participação da população negra no Paraná, lembrar a memória negra no Estado, não é feito sem conflitos com o governo, ao questionar a história oficial do Estado e outros grupos sociais, como os descendentes dos imigrantes de europeus que vivem na região.

Conhecer para preservar: a cultura afro-Brasileira no campo de estudos sobre patrimônio cultural - Otair Fernandes Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ). Refletir sobre as políticas de preservação e proteção das referências culturais da população afro-brasileira, a partir da perspectiva de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais, conforme as Resoluções CNE/CP Nº 01/2004 e Nº 03/2004

Territórios negros na fronteira Brasil-Uruguai: os desafios da preservação e conservação dos acervos dos Clubes Sociais Negros e o registro das memórias de Rainhas Negras - Giane Vargas Escobar (Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA). Discutir sobre práticas de preservação do patrimônio cultural negro, conceitos e definições sobre o que é patrimônio e patrimônio cultural negro, organização dos acervos, o registro das memórias de negros e negras, tratamento técnico, guarda, conservação preventiva e as relações entre a diversidade cultural, as representações e a construção das identidades de mulheres negras nos clubes sociais negros.

Ação e reação: Genocídio da população negra X Ações afirmativas - Giselle Cristina dos Anjos Santos (Universidade de São Paulo - USP). Os índices de assassinato da juventude negra no Brasil são alarmantes, temos índices de assassinato superiores a países em guerra. Contudo, acreditamos que o genocídio do jovem negro começa bem antes do gatilho ser puxado, propriamente. Pois, o racismo estrutural edifica diferentes mecanismos sociais que favorecem a exclusão social de crianças e jovens negros, especialmente no âmbito da educação e do mercado de trabalho. Neste sentido, esta mesa redonda possui como objetivo discutir os aspectos que alicerçam o genocídio da população negra, em curso na sociedade brasileira, bem como apresentar algumas experiências de incidência e ações afirmativas empreendidas pela sociedade civil, enquanto estratégias de enfrentamento a problemática do genocídio do povo negro.

Avanços e Desafios para a Implantação de um Currículum Descolonizado - Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Maranhão - UFMA). Com base na lei 10.639/2003 e nos textos normativos dela decorrentes, nossa proposta é publicizar e debater conteúdos curriculares desenvolvidos em cursos de graduação e/ou formação continuada em diferentes instituições públicas do ensino superior que tenha como foco, afrodescendentes, indígenas e quilombolas. Tomando como referência a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, LIESAFRO, criado na UFMA em 2015, nossa proposta visa também, troca de experiências, na perspectiva de questionarmos o eurocentrismo presente historicamente no sistema educacional brasileiro, e propormos práticas didático-pedagogias que tencionem o colonialismo acadêmico, frente aos entraves enfrentados para superar os conteúdos curriculares eurocêntricos, propiciando a formação de profissionais de educação, com conhecimentos que valorizem a plurietnicidade brasileira

Práticas Pedagógicas em Diferentes Cenários: Da Varanda do Sobrado ao Terreiro do Quilombo - Iraneide Soares da Silva (Universidade Estadual do Piauí - UESPI). A fala versa sobre a disciplina "Prática Pedagógica Interdisciplinar" aplicada no currículo do curso de licenciatura plena em História da UESPI, em diálogo com as temáticas que envolvem gênero, raça e etnia, racismo, sexismo, campo e cidade. E, sua aplicação de modo a contemplar a lei de diretrizes e bases da educação nacional, nos artigos 26A e 79B, bem como, um referencial teórico e reflexivo sobre o que vem a ser as práticas pedagógicas e suas finalidades? Como são aplicadas e, como poderiam ser aplicadas? Que contribuição essas práticas podem trazer para os alunos e para a comunidade adjacente à escola? E, sobretudo, como os saberes dos diversos sujeitos sociais da comunidade, extra e intra-escola, (indígena, quilombola, do campo e da cidade) enquanto mulheres e homens; pretos, indígenas e brancas; viventes do campo e da cidade; impregnados de histórias e memórias que permeiam podem dialogar com as teorias vistas em sala de aula? São desafios que necessita de mais diálogos reflexivos a fim de rever não somente a prática pedagógica, mas também as teorias aplicadas em descompasso muitas vezes com os olhares e viveres dos sujeitos sociais.

Educação Intercultural e Transdisciplinar: possibilidades e desafios - Luciana de Oliveira Dias (Universidade Federal de Goiás - UFG). A interculturalidade crítica como possibilidade de reestruturação de fundamentos socioculturais assentados em matrizes de colonialidade, aliada à uma proposta de educação transdisciplinar que reconhece a diferença e a pluralidade de saberes, pressupondo o diálogo constante e admitindo o "novo", têm feito emergir em algumas universidades brasileiras cenários de educação decolonial. O objetivo nesta comunicação é mais aprofundadamente explorar essas ideias a partir da experiência de educação intercultural e transdisciplinar da Universidade Federal de Goiás. Importante ressaltar que a experiência da graduação em Educação Intercultural tem desafiado docentes, estudantes e gestores/as a realizarem a interculturalidade e a transdisciplinaridade também no âmbito da pós-graduação stricto sensu.

Perspectiva Epistemológica da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão - Kátia Evangelista Regis (Universidade Federal do Maranhão - UFMA). Nessa mesa-redonda pretendo refletir acerca da perspectiva epistemológica do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), iniciativa pioneira no Brasil. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, a Licenciatura objetiva formar professores(as) com conhecimento consistente sobre o tema para a subsidiar a realização de práticas curriculares interculturais em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

Cartografando a intelectualidade negra e suas orientações epistemológicas na contemporaneidade - Sílvio Roberto dos Santos Oliveira (Universidade do Estado da Bahia - UNEB). Apresentaremos discussão acerca dx intelectual negrx, buscando explicitar: tramas históricas de sua emergência, características e funções. Nesse processo intentaremos mostra a figura do intelectual como um agente de letramento negro-epistêmico, que atua nos planos indissociáveis da resistência e da re-existência. Para tanto, efetuaremos um levantamento de conceitos, a partir de uma metodologia cartográfica, buscando construir um mapeamento inicial da produção teórica de intelectuais negros, no Brasil e na diáspora. Este trabalho traz as irrupções realizadas por intelectuais negrxs no investimento de novas propostas e operadores conceituais que inovam, constroem e expandem as orientações epistemológicas que subjazem na redoma das operações hegemônicas, fazendo fulgurar uma teoria negra sobre a literatura e a cultura, mas que, ao mesmo tempo, realizam uma crítica à produção científica euroreferenciada, buscando desmontar a semiose colonial que reproduz a colonialidade do poder. Tomaremos como lócus discursivo, os espaços pós-coloniais de Brasil e África, os elementos levantados a partir da produção publicada por autorxs negrxs será posta em diálogo, apontando para uma perspectiva descolonial e afro-diaspórica. Mudar a referencialidade norteadora das produções nos campos das teorias literárias e culturais, não significa localizar o foco em uma mera reversão, mas no investimento de uma atenção

maior para o que essas produções trazem de inovação e de vigor, acrescentando potência e inaugurando dicções que servirão para adensar e multiplicar as formas de leitura e compreensão dos objetos a que se propõem. Esse levantamento é importante para discutirmos tanto as rasuras que têm sido operadas pelxs intelectuais negros nas epistemes eurocentradas, quanto para identificar e visibiizar a produção de uma episteme negra.

O intelectual negro entre resistência e re-existência: agente de letramento negro-epistêmico - Jorge Augusto de Jesus Silva (Universidade Federal da Bahia - UFBA). A relação com o poder é estruturante da representação do intelectual na cultura do ocidente. Até a modernidade atuando com o poder, e a partir do século XX, tentando posicionar-se contra ele, sempre a relação com o poder foi o eixo da definição do intelectual. Porém essa classificação, não comporta a compreensão do intelectual negro, que nessa genealogia é lançado à periferia do pensamento. A relação do intelectual negro com o poder é encruzilhada, pois ela é simultaneamente, por e contra ele. Além disso, outra diferença fundamental, em relação ao intelectual tradicional é que o negro não fala em nome de um saber neutro, não lhe interessa uma verdade supra-histórica, mas a mobilização ética dos saberes entorno da emancipação coletiva do povo negro. A relação dx intelectual negrx com sua produção é sempre atravessada pela violência, física ou epistêmica. Entre genocídio e epistemicídio estrutura-se a luta do intelectual negro contemporâneo, contra e pelo poder. É nesse sentido que o intelectual negro é um agente coletivo de enunciação, atuando simultaneamente em dois campos indissociáveis em sua atividade: o da resistência e da re-existência, produzindo formas de luta e agenciando saberes e epistemes negras. Nessa perspectiva propomos outra função específica para o intelectual negro, a da formulação de uma pedagogia da diferença, que deve informar e formar sua coletividade, a partir de um letramento negro, para o convívio com a diversidade em um duplo movimento: interno e externo, propondo uma rede de diálogos e organizando a revolta contra as insistentes formas de colonialidade do poder/ saber.

O intelectual negro e a desmontagem da semiose colonial - Sílvio Roberto dos Santos Oliveira (Universidade do Estado da Bahia - UNEB). No agenciamento do letramento negro, o intelectual negro-diaspórico, enfrenta desafios complexos. Um desses desafios é a reconstituição da memória de saberes pilhados pela cultura hegemônica eurocentrada, que circula nas expressões culturais da indústria da comunicação de massa, nos meios acadêmicos, nas artes, nos trânsitos semióticos da globalização. Nesse sentido o intelectual negro está atuando sempre numa perspectiva de descolonizar: o pensamento, a prática, e os objetos que encenam as representações da cultura negra, impedindo que a colonialidade do poder, se perpetue sobre elas. Esse letramento ocorre em duas dimensões: ele opera um diálogo histórico com as formulações culturais do povo negro, interditadas ou pilhadas na narrativa hegemônica, e atualiza essas expressões, buscando nelas aspectos emancipadores para o povo negro. Há em boa parte das expressões culturais do ocidente, uma semiose colonial, que releva signos, sentidos e valores, através de imagens, grafias, palavras orais, palavras escritas, gestos, em formas populares ou acadêmicas. Esses signos estabelecem relações entre si, de maneira íntima e muitas vezes indissolúveis. Imagens figurativas reinterpretadas por diversos modos, ilustram bem nossa proposição: o diabo, por exemplo, é uma figura fundada pela mitologia cristã, montada e remontada em outras mitologias anteriores, redefinido por medos e horrores da Idade Média europeia. No âmbito da colonização das Américas, acreditamos que o diabo foi insistentemente associado às culturas africanas ou delas oriundas. Suspeitamos que um arquétipo imagético negativo, moldado a partir de releituras estereotipadas da cultura haitiana, foi disseminado por outras partes das Américas a partir do século XIX, servindo este mesmo estereótipo para caracterizar de forma generalizada e equivocada tanto a figura do escravizado baiano quanto, já no século XX, pintar o velho negro nas histórias do Tio Patinhas (versão de Carl Barks) ou mesmo para estereotipar cultos haitianos de origem africana no filme Coração Satânico (1987). Pretendemos refletir sobre as contingências contemporâneas dessas linguagens, mostrando como, sem a intervenção do intelectual negro, na desmontagem dessa semiose colonial, essas expressões culturais continuarão reproduzindo a colonialidade do saber e disseminando o racismo.

Intelectuais Insurgentes da diáspora negra: vozes do rap contradições e resistências - Silvana Carvalho da Fonseca (Universidade Federal da Bahia - UFBA). Proponho ler-pensar as vozes insurgentes do asfalto, na periferia da diáspora negra, e suas contradições na formação de uma intelectualidade que tenciona construir mecanismos de "descolonização de pensamento." Resistir ainda constitui palavra de ordem para a condição do ser negro na contemporaneidade. A vivência bélica debitária de um passado traumático, organizado por um conjunto criminoso de interdições é de fundamental importância para que ainda hoje paremos de ser mortos sistematicamente todos os dias. A ruptura violenta como alternativa para a superação dos diversos aprisionamentos que atravessam a experiência negra é tomada como ponto fundador das ideias proferidas pelo teórico afro-caribenho Franz Fanon. Seu sistema explicativo consiste em destruir as dimensões epistemológicas do racismo e faz emergir as contradições que configuram a dinâmica interna que compõem o ser negro. Ao desnudar a violência que atravessa as formas de ser do negro, o teórico instaura um abalo na ideia do que é ser homem. É através da exposição dos confrontos entre mundo branco e o mundo negro que o autor nos convoca a construir uma nova humanidade. O negro, conforme sinalizou Fanon, em razão de sua exceção no conjunto das diferenças que lhe foram impostas no colonialismo, acaba por perseguir modelos de ordenação sempre pretendentes a um ideal de representação. Tal processo se configura frente ao contexto de expansão e dominação europeia que engendrou um movimento de esmagamento do outro. Fanon continua: "Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta." (FANON, 2008, p.104). Com sua humanidade recalcada, a forma de ser do negro foi configurada a partir da escravização em um duplo que é agonístico. Gestado na cidade, na rua, nas periferias do mundo, jovens constroem produtivas redes de afetos que se entrelaçam na construção de uma linguagem urbana produzindo potência e contra narrativas de suas histórias. A experiência estética que emerge do movimento hip hop carrega em si inscrições combativas de corpos urbanos humanos negros e da cidade corpo concreto maquínico regulada por estruturas sociais que, muitas vezes, funcionam como instrumentos de morte. Como podemos ver em "Negro drama" dos Racionais Mcs, a memória do trauma produzido pela escravização é reatualizada na vivência negra ao longo de sua história. Superar as perversidades e obliterações dessa diferença constituem palavra de ordem do ser. Assim, subjetividades marcadas pelas contradições e tensões que vive a juventude negra atual são transformadas em discussões de cultura, política e arte, ou seja, em produção intelectual negro-epistêmica.

Ser intelectual: remodelações, subversões e transgressões feitas por mulheres negras. - Maria Dolores Sosin Rodriguez (Universidade Federal da Bahia - UFBA). A partir das construções feitas por bell hooks, Giovana Xavier e Angela Figueiredo, no tocante à formação e atuação das intelectuais negras, a concepção sobre o que é ser intelectual será cotejada com a transversalidade e a intersecção de gênero e raça. Dialogando com a produção de mulheres negras brasileiras, que atuam em localidades distintas do saber, esta discussão será feita tendo em vista as remodelações, as subversões e as transgressões realizadas por elas no aparato teórico utilizado, até então, para a leitura que caracteriza a especificidade desse lugar.

Currículo, Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais - Ana Beatriz Sousa Gomes (Universidade Federal do Piauí - UFPI). A mesa redonda Currículo, Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais objetiva promover debates sobre a educação e relações étnico-raciais, legislação antirracista, formação de professores(as) e o currículo na perspectiva da decolonialidade da existência, do conhecimento e do poder, propondo-se a visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas.

Políticas educacionais de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no Piauí - Ana Beatriz Sousa Gomes (Universidade Federal do Piauí - UFPI). Pretende-se discutir as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Educação estadual e municipal do estado do Piauí, além de ações da SECADI para a implementação da Lei Nº 10.639/2003 com vistas a compreendermos como a legislação educacional vigente está sendo cumprida objetivando a construção de percursos pedagógicos de promoção da igualdade no espaço escolar e nas relações étnico-raciais na sociedade brasileira, com vistas a um posicionamento crítico para o combate ao racismo e suas manifestações no currículo da escola.

Política Curricular e Relações Étnico-Raciais: diagnóstico da implementação da Lei nº 10.639/2003 no currículo da Educação Básica e Superior na Amazônia Bragantina-PA - Raquel Amorim dos Santos (Universidade Federal do Pará - UFPA). Pretende-se discutir a implementação da Lei n.º 10.639/2003 no âmbito da Educação Básica e no Ensino Superior da Universidade Federal do Pará, com o escopo de debater acerca do diagnóstico da legislação antirracista a partir das ações das Organizações Propositoras (Movimentos Sociais Negro), Órgãos Executores (SEDUC/SEMED/UFPA) e Fiscalizadores (Conselho de Educação e Ministério Público – Comarca de Bragança), objetivando visibilizar a implementação efetiva da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial das Instituições de ensino público da Amazônia Bragantina. A implementação da Lei n.º 10.639/03 depende não apenas de ações e políticas intersetoriais, articulação com a comunidade e com os movimentos sociais, mudança nos currículos das Licenciaturas e da Pedagogia, mas também de regulamentação e normatização no âmbito estadual e municipal, de formação inicial, continuada e em serviço dos profissionais da educação com vista a uma Pedagogia decolonial.

Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais: a Educação Básica em foco - Rosangela Maria De Nazaré Barbosa e Silva (CEE-Conselho Estadual de Educação do Pará). Pretende-se discutir a Formação de Professores e Relações Étnico-raciais com objetivo principal de sensibilizar os professores para a importância de se incorporar em suas práticas pedagógicas a perspectiva da educação para as relações étnico-raciais na Educação Básica, conforme orientação da Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 (DOU nº 118, 22/6/2004, Seção 1, p. 11). Espera-se ainda que a partir das reflexões e provocações os professores possam utilizar a partir do Projeto Político Pedagógico propostas de aprofundamento da temática do respeito e valorização dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira na perspectiva da decolonialidade da existência, do conhecimento e do poder, visando visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas.

Educação para as Relações Étnico-Raciais: realidade, contradições e possibilidades na formação de professores(as) da Bahia. - Josiane Cristina Climaco (Universidade Federal da Bahia - UFBA). Trata-se do debate sobre a formação de professores(as) no estado da Bahia, visando instrumentalizar estes pares com práticas pedagógicas antirracistas e possibilitar o acesso à teorias decoloniais que rompam a invisibilidade do conhecimento africano no currículo.

Diálogos interdisciplinares: conhecimento científico e saberes com protagonismo negro - José Antonio Novaes da Silva (Universidade Federal da Paraíba - UFPB).

Diálogos interdisciplinares: conhecimento científico e saberes com protagonismo negro - Luane Bento dos Santos (SEEDUC-RJ)

Diálogos interdisciplinares: conhecimento científico e saberes com protagonismo negro - Ernane José Xavier Costa (Universidade de São Paulo - USP).

Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais a Interlocução com a Educação Básica - Wilma de Nazaré Baía Coelho (Universidade Federal do Pará - UFPA). A mesa redonda propõe problematizar o debate sobre a Educação das relações étnico-raciais no contexto das aprendizagens adquiridas na formação inicial e continuada, por meio das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura, com base na legislação vigente. Pretende, ainda problematizar o impacto dos currículos (de) coloniais da formação de professores, os saberes e as consequências desta formação nas práticas pedagógicas dos profissionais da Educação Básica.

Formação inicial de professores e a formação para a diversidade: entre a universidade e a escola básica - Wilma de Nazaré Baía Coelho (UFPA). A mesa redonda propõe problematizar o debate sobre a Educação das relações étnico-raciais no contexto das aprendizagens adquiridas na formação inicial e continuada, por meio das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura, com base na legislação vigente e o impacto dessa formação na Educação Básica

Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: formação de professores(as) em uma perspectiva intercultural emancipatória - Kátia Evangelista Regis (Universidade Federal do Maranhão - UFMA). A Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), iniciativa pioneira no Brasil, objetiva formar professores(as) para lecionarem no ensino fundamental e no ensino médio e para a formulação e a gestão de políticas educacionais voltadas ao tema. Pretende qualificar profissionais com conhecimento consistente sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira por meio de um processo formativo em uma perspectiva intercultural emancipatória e em interação com a educação básica. Nessa mesa-redonda destacaremos ações do curso junto à Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA) para a formação dos(as) professores(as) que possibilite a realização de práticas curriculares que contemplem a diversidade étnico-racial brasileira.

Formação para as relações étnico raciais: o que pensam os futuros professores? - Janaina de Azevedo Corenza (Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ). A apresentação será pautada em relatos de estudantes de Pedagogia, em vias de conclusão de curso, sobre o que pensam a respeito das aprendizagens adquiridas durante a formação sobre relações étnico raciais e educação. Alguns dados coletados com base na pesquisa de currículos também serão expostos para contextualizar o cenário da Pedagogia no Estado do Rio de Janeiro a respeito das disciplinas que envolvem as relações étnico raciais.

A formação inicial de professores possibilitam a decolonialidade do currículo e a prática pedagógica emancipatória? - Eugênia Portela de Siqueira Marques (Universidade de Grande Dourados - UFGD). Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a formação inicial de professores nos cursos de graduação, que possibilitem a construção dos processos de ensinar e de aprender no contexto da educação das relações étnico-raciais, no Brasil. Tendo como premissa a necessidade de cumprir o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações étnico-raciais, especificamente, pretendeu-se conhecer a formação professor e analisar a influência da matriz curricular dos cursos de graduação em pedagogia na construção de uma prática pedagógica que pedagogize a diferença se tratando das relações étnicas raciais na escola. Ancoradas nos estudos sobre formação docente e pós-colonialidade buscarmos construir uma revisão radical das perspectivas políticas e epistemológicas que mobilizam os saberes e as diferenças na educação básica a superior. Assim, na pesquisa de caráter qualitativo, adotou-se como procedimento técnico-metodológico a revisão bibliográfica, privilegiando entrevistas com professores que atuam nos anos iniciais da educação básica, trazendo algumas inquietações desses professores sobre sua formação superior. A pesquisa realizada permite afirmar que na formação dos professores entrevistados há pouca reflexão sobre os processos colonizadores, como também, há pouca problematização sobre a subalternização social cultural e epistêmica a que os povos africanos foram submetidos, assim persistem as relações construídas no bojo da colonização. Persistem porque persistem as relações de colonialidade nas práticas pedagógicas desses professores. Os resultados apontam para a necessidade da (de) colonialidade, que nos permite a ressignificação epistêmica dos saberes desde a educação básica a superior, indicando-nos que a formação inicial de professores privilegiou uma única lógica - a do colonizador.

Letramento Racial Crítico e Formação de Professoras/es: Projeto Discursos e Relações Raciais - Aparecida de Jesus Ferreira (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG). Esta mesa redonda reúne trabalhos desenvolvidos por pesquisadoras que fizeram parte do Projeto Discursos e Relações Raciais, entre as integrantes do projeto estão o NEAB-UFPR, Ações Afirmativas-UFMG, NUREGS-UEPG e UEMG. Foi um projeto de pesquisa financiado pela Fundação Araucária-Paraná. Nesta mesa redonda trazemos os trabalhos de pesquisas desenvolvidos que abordaram sobre relações raciais, formação de professoras/es, letramento racial crítico, análise de livro didático, as pesquisas partiram de uma análise de contexto de produção dos discursos (Van Dijk, 2011, Gomes, 2005).

Letramento Racial Crítico, Livro Didático e Formação de Professoras/es - Aparecida de Jesus Ferreira (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG). Nesta apresentação apresento os resultados de pesquisas desenvolvidas no Projeto Discursos e Relações Raciais e trago reflexões sobre letramento racial crítico, envolvendo a questão de livros didáticos (PNLD- Programa Nacional do Livro Didático) e formação de professores/as (Skerret, 2011, Ferreira, 2015). Essas questões estão relacionadas e mostram-se relevantes, uma vez que as práticas sociais, os contextos sociais e as identidades existentes no ambiente escolar são mediados pelos livros didáticos que são trabalhados em sala de aula.

A Implementação Da Lei 10.639/03. O Que Dizem As Pesquisas Sobre Os Desafios Desta Demanda - Lucimar Rosa Dias (Universidade Federal do Paraná - UFPR). A presente sessão tratará do Projeto: o Estado da Arte da Educação da Relações Étnico-raciais realizado entre 2003 e 2014. Após o processo geral de levantamento de dados foram definidas cerca de 11 categorias entre elas a que será aqui trabalhada intitulada A implementação da Lei 10.639/03. Nesta categoria foram selecionados materiais que faziam referência a Lei no seu resumo, apresentação ou palavra-chave. Encontramos 65 artigos publicados em revistas da área de educação com qualis A1 a B5 e 49 teses e dissertações que estavam disponíveis nas páginas dos programas de pós-graduação das universidades ou no banco de teses da CAPES. Os artigos foram lidos na sua integralidade e as teses e dissertações foram apreciadas a partir dos resumos e organizados em três classificações: Aproximação Política, Aproximação Abrangente, Aproximação Metodológica. Apresentaremos o resultado desta última classificação.

Derivas de Carolina: letramento racial e literário no ensino fundamental - Miria Gomes de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG). O projeto de leitura "Derivas de Carolina Maria de Jesus", iniciativa do PIBID-FAE Língua Portuguesa, teve como proposta levar a vida e obra de Carolina Maria de Jesus, aos alunos do 7º e 8º ano da Escola Municipal Francisco Magalhães Gomes ao longo do ano de 2017. Pouco estudado nos ensinos fundamental e médio, o clássico Quarto de Despejo propicia um vasto campo de discussão em torno da relação forma/conteúdo/ficção. Em reuniões semanais na FAE-UFMG, planejamos sequências didáticas: (1) sobre a biografia de Carolina, e;(2) sobre o livro Quarto de Despejo, tendo em vista promover debates e indagações sobre as questões sociais inerentes à obra. Diversas indagações surgiram e foram registradas através de pequenas apresentações teatrais, murais e exposições, dentre outros meios.

Foram estudadas, ainda, as variações linguísticas da Língua Portuguesa e a decolonização da Literatura Brasileira canonizada ao tratarmos do reconhecimento de uma mulher, negra e escritora. Num outro momento, preparamos a Cartografia do livro Quarto de Despejo, relendo e ressaltando os locais citados por Carolina, sentimos a força e em muitos momentos a dor de Carolina. Apresentaremos, as atividades e a cartografia produzidas no projeto mediadas pelo conceito de Letramento Racial Crítico (FERREIRA, 2015) e de Letramento Literário (OLIVEIRA,2017).

Movimentos negros, (re)existência Negra e Ancestralidade - Amauri Mendes Pereira (DTPE/IE/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ). Esta Mesa Redonda induzida pela Organização do evento, tem como foco a construção do diálogo entre pesquisadores/intelectuais Negros(as) é o Movimento Negro Brasileiro.

Políticas afirmativas para a contenção do genocídio da população negra – PAIFAR e PAL: dois caminhos a serem trilhados. - Helio Santos (Universidade de São Paulo - USP). Nossa abordagem não discutirá a Política de Drogas, o que está diretamente ligado – sim - à violência. Entretanto, vamos optar por apresentar dois eixos onde se localizam parte importante da solução da violência generalizada contra a vida da juventude negra brasileira. O PAIFAR (Programa de Apoio Integral às Famílias de Risco) entende que o núcleo familiar é a base mais sólida com que a pessoa conta em sua existência e que atacar as diversas são as mazelas que oneram a família negra brasileira, pode trazer impactos importantes na redução do genocídio contra a juventude. Já as PAL (Políticas Afirmativas Localizadas) são ações sociais estratégicas de caráter público ou privado desenvolvidas em regiões de maioria negra com déficit de infraestrutura socioeconômica, tendo como vetores: cultura, educação, desenvolvimento e esporte.

A travessia: a saga do movimento negro brasileiro contemporâneo - Zélia Amador de Deus (Universidade Federal do Pará - UFPA). Assumo o papel de narradora-testemunha pra contar, de forma breve, uma saga do Movimento Negro Brasileiro contemporâneo, e inserir nesta narrativa a contribuição do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA – Organização localizada em Belém do Pará que, neste ano de 2018,completa trinta e oito (38) anos. Sendo, portanto, o CEDENPA, uma das entidades mais antiga da região norte do Brasil.

Movimentos Negros e Lutas Políticas (re)existência negra e ancestralidade - Diva Moreira (UEMG). Trajetória História da Luta Política dos Negros no Brasil.

Mulheres negras e movimentos sociais: epistemologias de um feminismo negro que reverbera nas práticas decoloniais do Século XXI - Silvani dos Santos Valentim (Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/MG). Esta Mesa Redonda terá como tema central as mulheres negras e os movimentos sociais, as epistemologias feministas negras e a análise da categoria de gênero na perspectiva dos movimentos sociais, das mulheres, e comunidades LGBTIs. Objetiva-se reconstituir a partir das ciências humanas e sociais, portanto em uma perspectiva interdisciplinar, as representações e práticas acerca das questões raciais, de gênero, e da diversidade sexual, de forma interseccional. É fundamental reconhecer a centralidade da luta organizada das mulheres negras nas diversas esferas sociais: na saúde, no mundo do trabalho, na educação. A ideologia colonizadora "encarde" nossas mentes, nossos corpos, saberes, produções. Mas, por outro lado, nos faz ficar alertas, vigilantes e organizadas para protagonizar nosso percurso e combater o epistemicídio que ameaça nossa verdade e nossa história enquanto mulheres negras, trabalhadoras, acadêmicas, pesquisadoras jovens, militantes, homoafetivas... Esta mesa é um convite a todos/as nós, pesquisadores/as das temáticas afetas a este simpósio e ao COPENE de um modo geral, para engajarmos em um diálogo que demarca o nosso lugar de fala, de ação, e de nossa práxis. Os fundamentos teórico-metodológicos de análise das questões étnico-raciais, das relações de gênero e diversidade sexual auxiliam no aprofundamento e consequente avanço das reflexões sobre o que tange as mulheres negras, os movimentos sociais e as epistemologias de um feminismo negro que reverbera nas práticas decoloniais do Século XXI. Este Simpósio discutirá as epistemologias feministas negras e a análise da categoria de gênero na perspectiva dos movimentos sociais, das mulheres, e comunidades LGBTIs. Objetiva-se reconstituir, em uma perspectiva interdisciplinar, os sentidos e as representações que podem ser ressignificadas no âmbito das práticas sociais.

Articulação Nacional e internacional de Mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Nossa resistência é milenar. - Silvani dos Santos Valentim (Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/MG). Irá traçar um veio histórico que apresente a articulação nacional de mulheres negras no contexto da luta internacional por resistência e emancipação. Apresentará os avanços, os retrocessos e os desafios das pontes que nos trazem sempre de volta para nossos saberes e experiências ancestrais.

Os movimentos sociais e as instâncias governamentais: diálogos e desafios de raça e gênero. - Silvani dos Santos Valentim (Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/MG) e Larissa Amorim (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG). Abordará o desenvolvimento de políticas pautadas no gênero e na raça como veio condutor para a análise crítica das ações que são necessárias para a efetivação de políticas para as mulheres no Estado de Minas Gerais, com atenções à conjuntura nacional e às diversas instâncias governamentais e não governamentais.

Mulheres negras e lésbicas - vozes dissidentes e discursos silenciados na luta por direitos humanos. - Silvani dos Santos Valentim (Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/MG) e Benilda Brito (Universidade Federal da Bahia - UFBA). As vozes dissidentes das mulheres negras serão reinterpretadas e analisadas a partir da experiência de mulheres negras que constroem o movimento negro, o movimento de mulheres negras e são sujeitos fundamentais no movimento de mulheres e feminista.

Mulheres Negras no Brasil em Marcha: recusa em morrer, políticas de enfrentamento à necrofilia, cartografias de resistência e poéticas de bem viver - Lorena Francisco de Souza (Universidade Estadual de Goiás - UEG). A mesa propõe a tematizar as estratégias políticas de resistência à necropolítica de estado e da sociedade que afetam e vitimam a vida das pessoas e das comunidades negras;

demarcar a participação das mulheres negras como protagonistas de processos de enfrentamento à biopolítica de eliminação física e simbólica; cartografar a produção de processos históricos que traduzem marchas e poéticas de bem viver.Bióloga Marta Cesária – Fundadora do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, Membro do Fórum Nacional de Mulheres Negras, Membro do Conselho Federal de Saúde, Coordenadora do Projeto Elas Nas Exatas. Apresentação: Poder e articulação política das mulheres negras; capacitação, produção e divulgação de conhecimento; resistência e lutas pelo bem viver. Profa. Ieda Leal – Sindicalista, Coordenadora do Centro de Referência em Cultura Negra Lélia Gonzalez, Presidenta Nacional do Movimento Negro Unificado. Apresentação: A experiência do Movimento Negro Unificado no Brasil, a luta histórica pela vida do povo negro, novas configurações da resistência política. Jornalista Mônica Aguiar – Colunista, blogueira, Coordenadora Geral do Centro de Referência de Cultura da Mulher, da Rede Nacional de Ciberativistas Negras Apresentação: Racismo promovido pelo aparelho institucional do Estado e os dados da violência no Brasil, aspectos da vivência de mães e famílias cujos direitos civis e humanos são violados, encarceramento da população negra, silêncio e medo. Profa. Dra. Fátima Lima – UFRJ - Necropolítica como mecanismo Estado e a ficcionalização da morte e da violência como discursividades e delírios do poder nas relações raciais. Raiva e potência na experiência do povo negro no Brasil.

Raça e gênero: epistemologias de um feminismo negro e produção do conhecimento: aproximações e problematizações a partir do campo educacional. - Silvani dos Santos Valentim (CEFET-MG) - Proponente e Coordenadora da Mesa. Silvani Valentim, Doutora em Educação – Professora do CEFET-MG. Coordenadoria de Gênero, Relações Étnico-Raciais Inclusão e Diversidades (CGRID) da mesma instituição. Observatório de Gênero e Raça da subsecretaria de Política para as Mulheres de Minas Gerais. Tema: Raça e gênero: epistemologias de um feminismo negro e produção do conhecimento: aproximações e problematizações a partir do 'campo educacional. Resumo da apresentação: Abordará a temática de raça e gênero e a produção do conhecimento. Tratará de apresentar referenciais que colaborem com o fortalecimento de uma práxis dialógica no âmbito dos movimentos sociais, a academia e as epistemologias dissidentes das mulheres negras.

Mulheres Negras no Brasil em Marcha: recusa em morrer, políticas de enfrentamento à necrofilia, cartografias de resistência e poéticas de bem viver - Lorena Francisco de Souza (Universidade Estadual de Goiás) A mesa propõe a tematizar as estratégias políticas de resistência à necropolítica de estado e da sociedade que afetam e vitimam a vida das pessoas e das comunidades negras; demarcar a participação das mulheres negras como protagonistas de processos de enfrentamento à bio-política de eliminação física e simbólica; cartografar a produção de processos históricos que traduzem marchas e poéticas de bem viver. Participantes: Bióloga Marta Cesária – Fundadora do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, Membro do Fórum Nacional de Mulheres Negras, Membro do Conselho Federal de Saúde, Coordenadora do Projeto Elas Nas Exatas; Apresentação: Poder e articulação política das mulheres negras; capacitação, produção e divulgação de conhecimento; resistência e lutas pelo bem viver. Profa. Ieda Leal – Sindicalista, Coordenadora do Centro de Referência em Cultura Negra Lélia Gonzalez, Presidenta Nacional do Movimento Negro Unificado; Apresentação: A experiência do Movimento Negro Unificado no Brasil, a luta histórica pela vida do povo negro, novas configurações da resistência política. Jornalista Mônica Aguiar – Colunista, blogueira, Coordenadora Geral do Centro de Referência de Cultura da Mulher, da Rede Nacional de Ciberativistas Negras; Apresentação: Racismo promovido pelo aparelho institucional do Estado e os dados da violência no Brasil, aspectos da vivência de mães e famílias cujos direitos civis e humanos são violados, encarceramento da população negra, silêncio e medo. Profa. Dra. Fátima Lima – UFRJ - Apresentação: Necropolítica como mecanismo Estado e a ficcionalização da morte e da violência como discursividades e delírios do poder nas relações raciais. Raiva e potência na experiência do povo negro no Brasil.

O racismo e a perpetuação de mortes na sociedade brasileira: Do epistemicídio ao feminicídio e o genocídio da população negra. - Giselle Cristina dos Anjos Santos (Universidade de São Paulo - USP). Inúmeras expressões da violência racial acometem a vida da população negra no Brasil. A morte acompanha este processo de diversas formas, pois existem muitas formas de assassinato, não apenas o do corpo físico, mas a morte simbólica, psicológica, identitária, política, etc. Esta exposição tem por objetivo discutir o modo como o epistemicídio, o feminicídio e o genocídio operam e se entrecruzam na experiência da população negra na sociedade brasileira, por meio da intersecção dos sistemas de opressão de gênero, classe e raça. Além de apontar algumas alternativas no campo do trabalho, empreendidas por instituições da sociedade civil focadas na promoção da diversidade de gênero e raça.

Racismos e antirracismos no Brasil e em Portugal. - Marcos Antonio Batista da Silva (Universidade de Coimbra). A Mesa Redonda aborda as Relações Raciais no Brasil e em Portugal. **Relato de experiência: vivências além-mar no contexto étnico-racial** - Marcos Antonio Batista da Silva (Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES)). Estudantes e pesquisadores, homens e mulheres, que optaram por viver no exterior, de um lado, podem ter enfrentado barreiras como por exemplo: idioma utilizado no país, competitividade do ambiente de trabalho, adaptação à cultura do país estrangeiro, racismo, entre outros. Por outro lado, estas barreiras encontradas, podem ter sido "compensadas" pelos ganhos no campo acadêmico/profissional, propiciados por um ambiente profissionalizado, além de uma rede de relacionamento que se fizeram importante para a carreira. No que ser refere ao idioma, perguntamos: será que temos no Brasil uma política linguística que favoreça uma educação bilíngue? No que tange ao racismo, vale dizer que durante a minha estada em Portugal tenho acompanhado as manifestações no contexto brasileiro e português. Como tenho pesquisado sobre o racismo, em particular, no contexto educacional, vale dizer, que a mídia tem vinculado vários casos de racismo, no contexto educacional, em especial no Estado de São, no Brasil, como noticiou o site g1.https://g1.globo.com/sp/sao-paulo, de março de 2018. Entre 2016 e 2017, o estado de São de Paulo registrou 2.873 boletins de ocorrência de injúria racial. Isso equivale a uma média de 4 casos por dia. No mesmo período, o estado registrou 142 boletins de ocorrência de "injúria racial" ocorridos dentro de estabelecimentos de ensino, o que representa 1 caso a cada 5 dias. Nesta direção perguntamos: como implementar práticas antirracistas, e uma política institucional no ambiente

educacional?Será que as práticas racistas no Brasil e na Europa em particular em Portugal são semelhantes? Para alguns autores, muitas vezes, a Europa tem negligenciado a história de lutas políticas, assim tem ignorado ativamente a contribuição de intelectuais ativistas antirracistas mais críticos (Maeso& Araújo, 2013). Para estes autores, no que se refere ao racismo institucional e às políticas de integração especificamente nas esferas do emprego e educação, é necessário questionar criticamente os pressupostos por trás dos discursos sobre integração, coesão social, interculturalidade e diferença cultural.

Afrodescendentes e relações de poder na (re)produção do conhecimento - Cristina Roldão (ESE-IPS e CIES-IUL). Num país com uma longa história colonial e escravocrata, prevalece o imaginário lusotropicalista e uma enorme dificuldade em lidar com esse passado e assumir politicamente as suas continuidades naquele que é o racismo contemporâneo. Esta postura "colour blinde" e a falta de dados étnico-raciais tem limitado o debate e a acção no domínio do racismo e desigualdades étnico-raciais. Sabemos, embora com pouco rigor, que as crianças e jovens negros enfrentam fortes obstáculos no acesso à educação em condições de igualdade. Os processos de segregação territorial e escolar, o encaminhamento precoce e massivo para vias de ensino vocacionais, uma política linguística tendencialmente assimilacionista, a persistência de uma narrativa eurocêntrica nos manuais escolares e as baixas taxas de acesso ao ensino superior são elementos que evidenciam a exlusão da população negra e das suas referências na escola. Na esfera da produção de conhecimento académico essas desigualdades são ainda mais marcadas. Não sabemos ao certo quantos investigadores negros e docentes do ensino superior existem na academia portuguesa, mas são poucos. O contributo de autoras e autores negros, o debate teórico sobre a racialização das relações sociais e a interseccionalidade nas ciências sociais em Portugal têm uma posição marginal senão praticamente inexistente. Esta realidade é indicativa do racismo institucional e da posição subalterna da população negra na produção e reprodução de conhecimento, uma dimensão importante da constituição do poder. Que caminhos de resistência académica são possíveis? Qual o lugar da académica negra na academia e nos movimentos sociais? Que iniciativas têm sido levadas pelo movimento negro e anti-racista português e que se constituem como contra-narrativas e contrapoder neste estado de coisas?

RACISMO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO EM PORTUGAL - Renisia Cristina Garcia Filice (UnB). Esta exposição resulta de nossa pesquisa de pós-doutoramento e pretende apresentar um estudo sobre políticas educativas em Portugal. Com base nas políticas propostas para os estrangeiros e imigrantes nas Políticas de (e/i)Migração, evidenciarei os usos do conceito de interculturalidade em sua relação com mediação e "integração", para tanto, serão analisados dois Planos estratégicos para a Migração (2007 e 2014). O intuito é debater sobre como o governo português pensa e materializa políticas de diversidade e educacionais para os/as negros/as.

Reexistência: Para que serve um conceito? - Kassandra da Silva Muniz (UNB). A indagação para que serve um conceito é o ponto de partida para as discussões que ocorrerão da mesa. Temos como objetivo trazer diferentes pontos de vista que visam estabelecer relações entre o conceito de Reexistência e suas aplicações, implicações e efeitos para ações, estudos e pesquisas comprometidas com as temáticas de raça, classe, gênero, sexualidade, religiosidade e outras. Levando em consideração o contexto político em que vivemos, não apenas no Brasil, mas no mundo, ao mesmo tempo em que procuramos inventariar o surgimento do conceito, o indagamos em relação às suas possibilidades de expansão e limites dentro e fora da academia. Também colocamos no centro da roda as aplicações que vem sendo alinhavada com outros conceitos em iniciativas diversas ligadas à projetos de pesquisa e extensão acadêmica e coletivos sociais destacando as implicações teórico e metodológicas e os efeitos na trajetória acadêmica de estudantes de graduação e pós-graduação. Na busca de continuar a indagar trataremos também de mostrar como Reexistência vem sendo marcada em produção de textos, falaremos da concepção teórica e metodológica da publicação do Caderno Temático Letramentos de Reexistência, publicado na Revista ABPN em fevereiro de 2018, que reúne um conjunto de ativistas e estudiosxs que a partir de uma perspectiva política estão interessados em fazer nos textos denúncias, problematizações, movimentos de reinvenção de si e dos sujeitos com os quais dialogam. Os mesmos sujeitos que estão no X COPENE que tem como tema "REEXISTÊNCIA INTELECTUAL NEGRA E ANCESTRAL: 18 anos de enfrentamento". Neste sentido, será mostrado como o tema foi construído para a realização desta décima edição do evento que reúne outra possibilidade de fazer Academia no Brasil. Reexistimos.

Letramentos, política e reexistências: linguagem como forma de ação e invenção no mundo - Kassandra da Silva Muniz (UNB). Nesta exposição, pretendo mostrar a concepção teórica e metodológica de construção do Caderno Temático Letramentos de Reexistência, publicado em fevereiro de 2018 pela Revista ABPN, e que constitui a razão de ser desta mesa. Acreditamos que a linguagem tem a possibilidade de criar, mas também de extinguir. Tem a possibilidade de calar, mas também de reexistir (Souza, 2009). A linguagem, transfigurada em língua, literatura, corpo, música, arte, muitas vezes é usada contra grupos minoritários como forma de opressão. Corpos construídos como abjetos subjugados por preconceitos linguísticos, ou como personagens ausentes e/ou precarizadas em sua existência no mundo da arte e literatura. Quem, onde e como estamos "os condenados da terra" no mundo da linguagem? Reexistimos? Ao lado da exclusão, temos percebido que não apenas os sujeitos estão em movimento, mas a própria linguagem. Aos poucos, temos nos feitos existir em meio aos apagamentos, silenciamentos e precarizações. Nesse sentido, nos interessa nesta mesa "(des)pensar", de forma conjunta, como podemos utilizar a linguagem como forma de ação e invenção em nós, no Outro e no mundo. Linguagem como sendo eminentemente política. Dessa forma, o Caderno Temático – Letramentos de Reexistência foi construído para mostrar a pluralidade do que tem sido produzido no campo da Linguagem, em conexão com outras áreas igualmente fundamentais para os estudos sobre africanidades, gênero e sexualidade que dialogam, questionam, impulsionam e mostram a potência do conceito de reexistência.

Letramentos de Reexistência – um conceito em movimentação afrodiaspórica - Ana Lucia Silva Souza (Universidade Federal da Bahia). A fala será uma espécie de inventário dos usos que tem sido feito do conceito de reexistência desde o seu surgimento quando da elaboração da tese de doutorado Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop, defendida em 2009, na Unicamp, na área

de Linguística Aplicada. De lá pra cá, são diversas pesquisas e ações que, dentro e fora da academia, colocam o conceito em movimentação numa perspectiva afrodiaspórica que problematiza as assimetrias existentes e propõe saídas de afirmação. Um olhar sobre o conjunto permite perceber que há a ampliação do escopo teórico e metodológico inicial - estudos da linguagem, estudos sobre educação da população negra, letramentos múltiplos e heterogêneos, estudos culturais – bem como das categorias analíticas mobilizadas tais como raça, classe, gênero, sexualidade, feminismo, masculinidade, juventude, ancestralidade e outras e em comum mantém-se o compromisso político em favor da vida. Reexistimos. Interessa refletir sobre os modos e maneiras de pensar Reexistências, suas potencias, perspectivas e limites no campo da produção de conhecimento dos estudos que questionem as desigualdades vividas por nós.

Letramento acadêmico e reexistência: práxis das africanidades - Ione da Silva Jovino (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Pretende-se apresentar resultados de alguns projetos de ensino, pesquisa e extensão, o modo como eles impactam de alguma forma a vida acadêmica de estudantes, em virtude de uma prática de inserção acadêmica, de letramento acadêmico, que vamos chamar de práxis das africanidades. O conceito vai sendo alinhavado com outros a fim de lançar questões para a discussão de letramento acadêmico para além de se ensinar a produzir os gêneros textuais exigidos na universidade. Priorizamos mostrar uma práxis das africanidades como um dos caminhos possíveis para uma leitura decolonial dos saberes e das relações de poder, pois tem em vista um passado de opressão, mas lentifica a existência de resistências e lutas, mostrando como isso pode ser feito a partir de referenciais e da escolha materiais e metodologias trabalhadas nos projetos.

Reexistência como fundamento epistemológico do X Copene: a construção de uma proposta de encontro de pesquisadore/as negro/as - Luciane Ribeiro Dias Gonçalves (UFU). Nesta exposição, faremos uma abordagem do conceito de reexistência a partir das referencias que fundamentaram epistemologicamente a elaboração do perfil do X Congresso de pesquisadore/as negro/as. Nossa abordanem, parte de uma leitura do contexto mais amplo das lutas que envolvem a comunidade mnegra e os pesquisadores negros no contexto atual, bem como, a necessidade de um diálogo mais intenso entre os saberes científicos produzidos nas diversas esferas onde atuam os pesquisadores negros e os saberes tradicionais gerdados das diferentes tradições e culturas de matrizes africanas no Brasil.

Relações Étnico-raciais, Produção de Subjetividade e Psicologia - Abrahao de Oliveira Santos (Departamento de Psicologia UFF-Niterói). Esta mesa-redonda tem como questão central a urgente necessidade de tomar, no campo dos "saberes psi" (Psicologia, Educação e outros), as questões raciais como a espinha dorsal das vicissitudes e precipitações de processos de produção de subjetividade, de singularização, de sujeição e de sofrimentos psíquicos, que se apresentam no Brasil contemporâneo, aliados às opressões de gênero e sexualidades. A partir da perspectiva crítica sobre o racismo colonizador e a branquitude, mas, ainda mais firmemente da insurgência dos saberes locais, da pluralidade das experiências subjetivas do viver, incluindo o que o feminismo negro tem apontado como produção de vida saudável, o bem-viver, queremos repensar o modo de produção de saber a partir dos valores ocidentais ou europeus, representada pela escrita acadêmica e o modo de expressão pretensamente universal. No diálogo com Gonzalez, Hooks, Moura, Davis, Carneiro, Freire, Fanon e outros, assumiremos a atitude insurgente no campo psi, para construir reflexões e conceitos relacionados à Psicologia, à educação, à assistência e demais saberes que envolvem a construção de modos de vida ou processos de subjetivação.

Em busca de uma Psicologia para a população negra brasileira - Abrahao de Oliveira Santos (Departamento de Psicologia UFF-Niterói)A partir de minha aproximação com a comunidade de tradição africana banto, na Baixada Fluminense, desenvolveu-se em mim uma percepção diversificada quanto aos referenciais teóricos na Psicologia. Nesse contexto se deu a oferta de disciplina sobre os saberes tradicionais de matriz africana, no Curso de Psicologia da UFF-Niterói, em 2012, e o aprofundamento da pesquisa em Psicologia e candomblé, com a necessária aproximação com a histórica resistência negra na diáspora. Na presente mesa-redonda, pretendo falar da necessidade das pesquisas em Psicologia elaborar ferramentas voltadas para compreensão das condições de vida do negro, a produção de subjetividade, o sofrimento e as modalidades de adoecimento, bem como o pleno desenvolvimento do negro brasileiro. Para tanto, atentamos para o alerta do sociólogo Clóvis Moura, de pensar uma ciência a partir do negro (MOURA, 1988, p. 07); para o anúncio de Florestan Fernandes, de uma perspectiva social própria do negro brasileiro (FERNANDEZ, 2014); e a proposição do psiquiatra e psicanalista afrofrancês Frantz Fanon, de buscar novas "instâncias de referência" (FANON, 2008, p. 104) para o cuidar dos negros e negras.

Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras - Maria de Fátima Lima Santos (UFRJ). A proposta de fala "Vidas Pretas, Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres e mulheres negras" toma a pluralidade das experiências subjetivas de viver enquanto mulher negra para refletir como esse processo produz linhas de força que se materializam de diferentes maneiras nas experiências e pluralidade dos modos de vidas. Tem como questão central a urgente necessidade de tomar as questões raciais como a espinha dorsal das vicissitudes e precipitações que se apresentam nos brasis contemporâneos aliadas às opressões de gênero e sexualidades. Defende a ideia de que a produção de uma vida saudável material e subjetiva em mulheres negras (um bem viver) só é possível enfrentando a relação entre sofrimento e práticas discursivas racistas e sexistas. Parte das reflexões de Frantz Fanon (2008) e Achille Mbembe (2014) sobre a imanente experiência de ser colocado como negro/a e, nesse sentido, ser arremessado/a numa zona de não-ser, para pensar, através de uma perspectiva feminista negra e interseccional (Crenshaw, 1994; hooks, 1984, 2000; Lorde, 1984; Davis, 2016, 2017; Gonzalez, 1984, Carneiro, 2011) como esse processo de subjetivação acaba produzindo singularidades e, de diferentes maneiras, sofrimentos psíquicos. Atualiza, assim, a ideia de trauma partindo das reflexões de Grada Kilomba (2013) que toma os processos traumáticos nas populações negras numa relação direta destes com o(a) sujeito(a) branco(a) e com a branquidade enquanto lugar de poder e privilégios.

A pesquisa na interface entre a Psicologia e a Educação: A oralidade no diálogo entre Freire, hooks e Fanon - Luiza Rodrigues de Oliveira (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE). O modo de produção de saber, que tem como condição de possibilidade as relações de produção e de poder que instauraram a sociedade moderna, vem sendo questionada por saberes.

Apresentação de Comunicação de Pesquisa em Sessão Temática

Sessão Temática 01

Educação para as relações étnico-raciais

A criação da SECAD(I) e sua importância para as Políticas Educacionais de Promoção da Igualdade Racial: reflexões sobre a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. - Gabriella Cristina dos Santos Caetano (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Resumo: A SECADI é uma secretaria criada em 2003, no Ministério da Educação para junto com o sistema de ensino implementar políticas educacionais que viabilize uma educação igualitária e inclusiva nas áreas de alfabetização, educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, educação do campo, educação indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. "O objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais."(Portal do MEC). Pretendo expor um ponto de partida para avaliar a sua importância para a existência das Políticas Educacionais de Promoção da Igualdade Racial na Educação: Publicações, Cursos, Eventos; e avaliar seus impactos sobre os sistemas educacionais, a partir de relatórios de pesquisa produzidos por estudantes de licenciatura da UFRRJ. Objetivo: Explicitar a existência de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, como decisões de governos, que contaram com agentes, sempre educadores, engajados em lutas sociais, e como isso foi importante para o desenvolvimento do conceito e das políticas propriamente ditas. Relevância: A partir da pesquisa em andamento no DTPE-IE-UFRRJ observa-se que muitxs educadores desconhecem as Leis 10.639/03 e 11.645/08, e não têm a menor ideia de que essas Leis, mais as DCNERERs, se devem a governos progressistas. E que a implementação dessas Leis só acontece onde há agentes educacionais interessadxs e preparadxs. Metodologia: Análise de informações e de relatórios anuais da SECADI; análise de entrevistas com pessoas que ocuparam cargos na SECADI; leituras de relatórios de estudantes de licenciaturas da UFRRJ. Leitura de bibliografia sobre a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

A Cultura de Luta Antirracista e as Disputas Curriculares no Ensino de História - Thayara Cristine Silva de Lima (PPGE UFRJ). O trabalho aqui apresentado é fruto da pesquisa que originou minha dissertação de mestrado, sob orientação do Prº Drº Amilcar Araújo Pereira, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Neste trabalho tomamos como objeto o contato entre o movimento negro e os professores de História, buscando compreender quais os impactos produzidos para uma implementação potente da lei 10.639/03. Nesse sentido, optamos pela realização de entrevistas de história oral com dois grupos distintos de professores. O primeiro grupo foi composto por 4 professoras formadas na primeira turma do Mestrado Profissional em Ensino de História, todas elas tendo defendido suas dissertações em temas relacionados a Lei 10.639/03. O segundo grupo foi composto por 3 professores de História, militantes do movimento negro organizado da década de 1980. As entrevistas giraram em torno de 3 eixos centrais: 1) Suas trajetórias de formação; 2) As estratégias acionadas na implementação da lei; 3) A presença do movimento negro na comunidade escolar. Quanto ao referencial teórico, nos embasamos aqui nos discursos/escritos do autor/revolucionário Amilcar Cabral, sobretudo em sua ideia de que "A luta pela libertação não é apenas um facto cultural, mas também um fator de cultura". Amparados em Hall, compreendemos que a luta – essa atividade social – "gera e requer seu próprio universo distinto de significados e práticas", são estes códigos ou sistemas de significados, que tomados em seu conjunto constituem as culturas, que dão sentido às nossas ações. As transformações geradas a partir dos novos códigos consolidam uma cultura de luta no decorrer do processo. No contexto em que escrevia Cabral, para que a libertação de fato se consolidasse era preciso, então, que os indivíduos se apropriassem dessa cultura de luta. Apenas quando imbuídos dessa cultura é que os sujeitos passariam a guiar todas as suas ações dentro do objetivo concreto que era a independência de seu país. Compreender a cultura de luta foi um ponto crucial para o desenvolvimento do trabalho aqui apresentado, já que tomamos como hipótese inicial que a luta antirracista empreendida pelo movimento negro gera novos códigos e significados, e dessa maneira também produz cultura de luta (antirracista). Tal cultura tem o potencial de afetar as subjetividades docentes refletindo-se em suas práticas, e consequentemente refletindo-se em uma implementação da lei 10.639/2003 que ultrapasse as fronteiras das datas comemorativas e que seja mais potente e mais provida de sentidos. Como resultados da pesquisa apresentaremos, justamente, os impactos desse contato dos professores com a cultura de luta antirracista, que se refletiram, de forma evidente, nas disputas curriculares encampadas pelos docentes da rede Estadual do Rio de Janeiro.

A educação escolar na educação básica como fator de transformação na desconstrução do processo descolonizador - Carolina da Silva Lopes (Universidade Vale do Acaraú). O presente resumo busca objetivar através da experiências ocorrida em sala de aula nos anos de 2013 a 2016 na rede particular e comunitária pautadas na base de formação acadêmica e militância do movimento negro como base didático- pedagógicos para uma readaptação escolar. Durante o período de implantação estabeleceu- se um processo de práticas e implementação pautadas na lei 10.639/6 nas escolas uma delas, na comunidade onde moro, por onde tive e tenho oportunidade de trabalhar e desenvolver a educação étnico racial que não tive quando cursei o ambiente escolar na rede pública, como literatura infantil africana, trabalhos visuais sobre diáspora, bonecas negras, estética e cultura africana, oralidade, para além e diante daquilo que os teóricos oferecem. Contando também com a própria realidade estrutural e cultural do bairro. Desconstruindo e escurecendo nossa realidade diante dos parâmetros curriculares aos quais oferecem e são impostos pela grade curricular dos ambientes educacionais sobretudo os comunitários onde a realidade não condiz com a realidade dos livros didáticos para as séries iniciais. Através destes trabalhos pude registrar o trabalho feito e realizado pelos alunos, posturas e falas individualmente, e coletivamente sob olhares e perspetivas enegrecedoras colonizadoras e descolonizadoras que o espaço escolar não está preparado para receber este processo de descolonização. Entretanto é preciso mais espaços de formação e oportunidades para que conjuntos possamos transformar o processo de desenvolvimento de emancipação sobre os currículos escolares e sua colaboração na formação da criança negra como cidadã de um espaço colonizador.

A ferida colonial : a construção das desigualdades étnico-raciais e o reflexo no campo da educação - Laís Cabral Neckel (Universidade Federal da Integração Latino-Americana). O seguinte trabalho apresenta, sob a análise da antropologia da educação, a problemática\discussão teórico-histórica dos processos de construção das desigualdades étnico-raciais e os impactos desses no campo da educação no presente momento. Para tal, é traçado essa linha teórico-histórica para o entendimento do construto das desigualdades étnico-raciais através da apresentação da utilização da perspectiva decolonial e os usos e sentidos de raça pelo discurso do colonialismo, trazendo para o debate as perspectivas teóricas de autores como Walter Mignolo (2005), Aimé Césaire (1978), Franz Fanon (1968), Homi Bhabha (1994), Aníbal Quijano (2005) e Rita Segato (2007). Esses autores e respectivos estudos, desenvolvidos principalmente a partir da discussão da colonialidade, denunciam o modo com o qual o colonialismo utilizou das diferenças raciais, dentre outras, hierarquizando-as, em prol da dominação dos povos que se encontravam presente em meio ao processo de conquista do ocidente e da imposição de uma nova ordem mundial moderna. As desigualdades hoje presentes em nosso contexto atual são reflexo deste processo que se propaga através do discurso do colonialismo, da colonialidade do poder, do saber e do ser em nossos meios socioculturais. Após essa apresentação teórica o trabalho aborda a formação étnico-racial da sociedade brasileira e o mito da democracial racial (Lilian Schwaecz ,1993; Antonio Sérgio Guimarães, 2008; Rita Segato, 2007) considerando que as formas com as quais as relações étnico-raciais no Brasil se apresentam, tal como as percebemos nos dias atuais, faz parte de um planejamento de uma identidade nacional que foi-se formando a partir de um discurso racial propagado e defendido por uma elite intelectual da época que encontrou nos princípios democráticos as supostas práticas relacionais das diferentes raças e etnias presentes no contexto brasileiro. Por fim o trabalho abordará sobre as relações étnico-raciais no ambiente escolar brasileiro, temática negra e indígena na escola, apresentando as reivindicações das populações negra e indígena em relação a educação escolar formalizada, considerando a importância do espaço escolar enquanto um ambiente de socialização, produção de diversas linguagens e formador de sujeitos sociais.

A Pedagogia do Terreiro na Primeira Escola de Religião e Cultura de Matriz Africana do Baixo Sul da Bahia - Escola Caxuté - Maria Balbina dos Santos (ACULTEMA). Para reconhecer o que a memória e legado do povo negro bantu e indígenas brasileiro tem nos ensinado ao longo dos tempos precisamos entender que os terreiros de candomblé tem sido espaço de memória e resguardo das práticas do povo negro. A base para nossa pesquisa é a vivência na Comunidade Terreiro Caxuté - o Nzo Kwa Minkisi Nkasute ye Kitembu Mvila - e oriunda da tradição desenvolvida a partir de Mãe Mira (Almira Conceição Santos), Mam´etu Kwa Nkisi do Terreiro Nzo Dandalunda Diandelê, e do Terreiro de Taata Simboamin ambos situados no Território denominado Baixo Sul da Bahia-Brasil, município de Valença. O Terreiro Caxuté foi fundado em 1994 e, desde 2005, nossa comunidade situa-se na Rua da Graciosa, Km 11, Maricoabo, Valença-BA. As experiências vividas no terreiro revivem os elementos da tradição bantu, de caráter afro-indígena como meio de formar sujeitos negros e indígenas enquanto protagonistas centrais do processo, como produtores de saberes e fazeres. Os saberes são transmitidos através das giras de saberes, festividades e ações onde são vivenciados elementos tradicionais da cultura, independente da instrução dos sujeitos. A educação empodera sujeitos marginalizados na sociedade, especialmente mulheres negras. Os sujeitos respondem afirmativamente às propostas pedagógicas e modificam suas vidas valorizando-se como negros e indígenas, ao mesmo tempo em que elementos sagrados do candomblé são preservados. O presente trabalho justifica-se dado o anseio de pesquisar estas práticas e analisar como elas resultam numa pedagogia que valoriza o terreiro como lugar de formação. Este nasce da importância que se dá ao momento em que todos se juntam em prol da coletividade para rememorar práticas ancestrais. De origem e características rurais e pesqueiras esta comunidade religiosa de candomblé de nação angola vem buscando reafirmar valores ancestrais, por meio de giras de saberes e práticas vividas por vínculo comunitário, sendo este trabalho um documento de registro escrito de tais processos vividos na comunidade. Trata-se de entender que os rituais e as práticas cotidianas vivenciadas ao longo do tempo, no território de nossa comunidade, constituem um modo de educar que pauta-se em raízes afro-indígenas, cuja organização confronta-se com modos ocidentais, o que já demonstra a sua relevância. Além disso, pesquisar e analisar estas práticas educativas é importante para toda sociedade, na medida em que as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornam-se obrigatórias e sua aplicabilidade busca meios e formas de desenvolver-se nas escolas, ao tempo em que se confrontam com o racismo constitutivo da educação brasileira.

A Política de Promoção da Igualdade Racial no Âmbito Educacional no Estado do Maranhão e a Implementação da Lei Federal Nº 10.639/03. - Maria da Guia Viana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO). Este artigo discorre sobre a Lei nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino da Educação Básica. No presente estudo

foram analisadas as políticas públicas educacionais desenvolvidas no Estado do Maranhão, considerando a política nacional de Promoção da Igualdade Racial no âmbito da educação e a implantação da Lei nº 10.639/03, entre o período de 2005 à 2008. Como viés metodológico adotamos o paradigma qualitativo da análise, construindo, assim, o objeto por meio da pesquisa social por onde enfocamos: o negro no sistema educacional brasileiro e as políticas públicas de ação afirmativa no sistema educacional. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram entrevistas com, professores da rede pública estadual, técnicos da Secretaria de Estado da Educação, que contribuíram para análise das ações políticas de promoção da igualdade racial na educação. Neste texto utilizamos alguns depoimentos das entrevistadas cujos nomes foram substituídos por pseudônimos retirados do livro "Mulheres Negras do Brasil(2007)". Concluímos que a implementação da Lei n°10.639/03, no Maranhão, tem como principal desafio a efetivação de políticas públicas permanentes e eficazes.

Adinkra – Linguagem, Cultura e Arte na forma de ler o mundo. - Rosangela Maria Pacheco Chuab (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro). A escola tem um importante papel nas práticas promotoras do decolonialismo eurocêntrico e da valorização da diversidade. Dentro desse contexto, a Educação Infantil é um campo vasto de possibilidades de abordagens e para isso é preciso criar referências visuais sobre África, bem como elementos da cultura afro-brasileira. Priorizando a afetividade, a dialética e a interação, pontos fundamentais no desenvolvimento Infantil (WALLON,1993) desde a promulgação da Lei 10639/03 tenho trabalhado com o tema da educação das relações etnicorraciais em minhas práticas pedagógicas. Esse trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre a experiência pedagógica no que se refere a criação de mecanismos visuais afrodescendentes. O relato aqui apresentado foi realizado na Escola Municipal Valdemiro Postch, Rio de Janeiro, no bairro de Oswaldo Cruz, zona norte da cidade, com uma turma da educação infantil, da pré-escola (2016), constituída majoritariamente de crianças negras. A proposta foi uma atividade com os símbolos adinkra, elementos estéticos e idiomáticos, parte da arte nacional de Gana, pois eles preservam e transmitem aspectos da história, filosofia, valores e normas socioculturais desse povo (NASCIMENTO, 2008). A atividade desenvolveu-se através da exposição ação. Inicialmente, fizemos uma relação com os ditados populares como fonte de sabedoria do povo brasileiro. Expus a turma a alguns dos símbolos adinkra e seus significados como cultura dos povos africanos. Num primeiro momento eles escolheram e reproduziram os símbolos em desenhos, em seguida já em posse de carimbos, as crianças imprimiram em papel com tinta guache os adinkra, produzindo um cartão de amizade. Em outra etapa, realizamos diversos trabalhos sobre as cores, até chegarmos na diferenciação entre os pigmentos naturais e as tintas industrializadas. Surgiu, então, a proposta de tingimento natural, utilizando sacos de algodão como meio, a partir da erva mate, do coloral, do açafrão e da folha de limão. Para culminar esse projeto, as crianças realizaram um desfile da beleza negra na escola, celebrando a consciência negra, em novembro de 2016. Os resultados dessa atividade superaram as expectativas, pela forma de afeto, de encantamento, de prazer e de empoderamento. Impressionou o grau de envolvimento das crianças, a alegria na escolha e utilização dos símbolos, e no uso dos materiais que lhes foram apresentados. No dia do desfile, eles estavam felizes em mostrar ao restante da escola suas descobertas e o produto de seu trabalho, o que evidencia a necessidade de referenciais visuais, ampliando repertório cultural, artístico, estético e histórico da herança africana desde a educação infantil.

Aplicação da Lei 10.639/2003 no Ensino de Geografia do Nível Fundamental II - João Paulo Bernardo Ramos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA), Adriany de Ávila Melo Sampaio (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA). Diante de uma educação escolar que perpetua a cultura dominante, que somente apresenta uma visão eurocêntrica do mundo, em que se encontram traços de preconceito racial sobre a população negra brasileira, a criação da Lei 10.693/03, que obriga o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros e africanos dentro das escolas, é um mecanismo de combate ao racismo através da educação que possibilita demonstrar a importância da África para formação da sociedade brasileira. Assim, como a História, o ensino de Geografia sobre o continente africano e seus descendentes permite a valorização afro-brasileiros. A Geografia sendo uma ciência que estuda o espaço humanizado é de real importância no contexto escolar para discutir em sala de aula questões étnico-raciais. Utilizando-se das categorias de análise geográficas, como território e lugar, a Geografia permite entender a participação do negro dentro do contexto de formação do Brasil, sendo assim um mecanismo que pode contribuir do 6º ao 9º anos do ensino fundamental, para enfocar a questão do preconceito racial do negro no Brasil e sua dissimulação ao longo dos anos. Para esse (re) entendimento é necessária uma releitura do processo de formação histórica brasileira, evidenciando como o povo negro teve grande importância em vários aspectos dentro da sociedade brasileira, desde a produção científica, a formação cultural e para o desenvolvimento econômico do Brasil. E também sejam apresentados para os estudantes dessa faixa escolar as heroínas e heróis que lutaram contra a escravidão e o racismo, para criação de ícones negros que valorizem esses indivíduos e toda essa população, coletivamente. Nesse sentido, o ensino de Geografia pode vir a ter um papel de construção que valorize o negro dentro da sociedade brasileira desde a diáspora africana.

As Artes Cênicas como Instrumento de Legitimidade das Identidades Quilombolas - Lucia Fabiana da Silva (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA). A apresentação versará sobre a percepção do projeto Intercâmbio Cultural que é pautado na interação entre a cultura das comunidades quilombolas de Morro do Chapéu e a cultura contemporânea moçambicana. A apresentação trará como pauta o andamento da pesquisa de mestrado na qual teve início na observação de estudantes da educação básica da cidade de Morro do Chapéu, Bahia, oriundos das comunidades quilombolas Barra II e Veredinha, os quais apresentavam certo incômodo em revelar-se de tais lugares, assim como o desconforto ao serem representados e representantes de sua cultura, forma de vida, trabalho, etc. A partir dessa constatação inicial, elaborou-se o projeto Intercâmbio cultural Brasil/África, pautado numa interação entre a cultura contemporânea moçambicana e da cultura afro-brasileira-ICBA. Aprovado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, através do edital setorial de teatro, para realização de intercâmbio com a Companhia Teatral 'Vana Va NDlelene' - Moçambique/África, pelo período de seis meses para a realização do referido projeto, que dispôs de recursos que foram aplicados em pesquisas, oficinas e configuração de apresentações teatrais. Os estudantes, protagonizaram o espetáculo intitulado "Nosso Tesouro" que circulou as seis comunidades quilombolas de Morro do Chapéu, Barra II, Veredinha, Queimada Nova, Ouricuri II, Velame e Gruta dos Brejões e outras comunidades rurais distantes, a fim de comunicar o resultado do processo de intercâmbio vivido entre

moçambicanos e morrenses, através do teatro de rua. Ao final, elaborou-se o material didático "Barra II e Veredinha: Um Olhar para as comunidades quilombolas de Morro do Chapéu", que apresenta a trajetória do ICBA de forma lúdica e ilustrada. Este material foi distribuído para as escolas quilombolas do município, bem como para todos os participantes ICBA. Partindo desses materiais e tomando por base os conceitos e características da abordagem qualitativa, bem como método etnográfico fundamentado nos estudos culturais, investiga-se de que forma o projeto ICBA contribuiu para o fortalecimento da relação com o território e de que forma o uso das artes cênicas pode configurar-se enquanto prática pedagógica para fortalecer as identidades quilombolas. A apresentação versa ainda, sobre todo o contexto geográfico que envolve as comunidades referenciadas, bem como a relação da pesquisadora com a paisagem e os elementos que deram vigor para que a pesquisa se materializasse e alcançasse os espaços a que se fez emergir.

Como a estrutura escolar perpetua o fracasso escolar de crianças negras - Gerusa Faria Rodrigues (SME Duque de Caxias). A pesquisa que se apresenta teve como principal objetivo desvelar de que maneira a escola contribuiu para a manutenção do fracasso escolar de crianças negras do Ensino Fundamental, mais objetivamente nas turmas de 4º e 5º anos de escolaridade de uma escola da rede municipal de Duque de Caxias. A tarefa de educar em uma sociedade multiétnica e pluricultural como a brasileira requer que as tensões existentes nessas relações não sejam naturalizadas, assim com é preciso admitir que a sociedade, de modo geral, se projeta como branca e não existe democracia racial como se acredita principalmente no espaço escolar. O fracasso escolar é um fenômeno que abrange fatores variados como baixo rendimento acadêmico, repetência, evasão escolar. Foi utilizada como metodologia a observação, conversas informais, como técnica de escuta e sensibilização a apresentação de vídeos (Ninguém nasce racista e teste social do canal Boom- Racismo), após a apresentação dos vídeos em momentos distintos foi realizada rodas de conversa com grupos reduzidos de alunos para facilitar a livre expressão destes e permitir que mesmo os mais tímidos pudessem participar. Alguns dados importantes emergiram com a pesquisa, dentre eles que apesar do discurso de igualdade racial proferido por muitos professores da unidade escolar, as falas e atos preconceituosos ocorrem não só entre alunos, mas entre professores e alunos. As professoras das turmas apontaram que há racismo e que procuram discutir sobre a questão com os alunos. Uma das professoras é negra, já militou no movimento negro, e diz ter certeza que o racismo contribui muito para o fracasso destas crianças, a outra é branca e diz que pode ser que exerça influência sim, mas acredita que outros fatores, como a dificuldade de aprendizagem tem influência maior sobre o baixo desempenho. Este estudo nos leva a inferir que o racismo faz parte do cotidiano escolar, e que as discussões étnico raciais são quase inexistentes nos anos iniciais. As crianças negras que são submetidas ao preconceito muitas vezes não se dão conta do que acontece. Estas manifestações preconceituosas e racistas, como brincadeiras, piadas, apelidos pejorativos, são naturalizadas na escola, pelos atores envolvidos, mas, principalmente por professoras (es) e alunas e alunos brancos. Dessa forma, os dados apresentados apontam para a influência do racismo no baixo desempenho de alunos e alunas negras e, que nem sempre crianças negras desfrutam das mesmas oportunidades educativas que as crianças brancas, fato que contribuiu para perpetuar as desigualdades existentes dentro do sistema educacional e ao racismo que permeia nossa sociedade.

Construindo pontes entre a extensão universitária e o Quilombo Sítio Veiga: Relato de experiência do Numeq. - Cristiane Sousa da Silva (UFC). Este trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado em educação ainda em andamento e tem como objetivo analisar a ação extensionista do Núcleo de Estudos Multidisciplinares Quilombolas (Numeq) de alguns cursos, a saber: Direito, Educação Física, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo e o desdobramento de novas formas de trabalhar a Lei 10.639/03 contribuindo para uma práxis antirracista no ensino superior privado. A constituição do campo de intervenção se deu no ensino superior de rede privada localizada no Sertão Central do Ceará, com uma população de oito professores dos seis cursos envolvidos e 16 alunos. Nesta confluência e a partir da realidade objetiva ora proposto – relação Numeq e Sítio Veiga - visou a construção de novos conhecimentos no que tange à questão racial no seio acadêmico, estendendo-se para outras dimensões da universidade, o ensino e a pesquisa. Logo, a extensão é um trabalho social que se concretiza na realidade objetiva (quilombo) exercido por membros da universidade. Desta forma, como falamos anteriormente, o Numeq enquanto uma atividade de extensão pautou suas ações no campo da interdisciplinaridade , pois acreditou-se que este seria o mecanismo para a produção de novos saberes a partir da relação teoria/prática no que concerne à questão racial no meio acadêmico.

Currículo Eurocêntrico E Formação Docente: A Academia Como Ferramenta Mantenha De Uma Educação Básica Racista. - Luanna Mendes Barreto (UNIRIO). CURRÍCULO EUROCÊNTRICO E FORMAÇÃO DOCENTE: A ACADEMIA COMO FERRAMENTA MANTENEDORA DE UMA EDUCAÇÃO BÁSICA RACISTA. Luanna Mendes Barreto e Vinícius Sena do Nascimento. Este trabalho de pesquisa aplicada está vinculado a linha de pesquisa do grupo de Estudo e Pesquisa Formação de Professores, Currículo(s) e Pedagogias Decolonias - GFPPD com o intuito de pensar novas propostas de um currículo decolonial no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, colaborando assim, com a construção de uma escola outra que reflita a diversidade existente no Brasil. Todo indivíduo carrega uma bagagem escolar e se faz necessário pensar quais as influências dessa bagagem na relação professor-aluno e como essa influência corrobora para o fracasso escolar dos alunos negros. A criança negra tende a ser confrontada racialmente ainda na primeira infância. Seja no âmbito familiar ou na escola, a criança negra passa por um processo de construção de identidade e autoestima diferente da criança branca, a não representação negra nos livros paradidáticos, nas brincadeiras, nas bagagens trazidas das relações familiares que perpassam por gerações é uma forma cruel de negar à criança negra a noção de pertencimento no ambiente escolar. O educador preto faz toda a diferença na relação desse aluno com a escola, por ter vivenciado esse não pertencimento, o educador preto tem, para além de uma responsabilidade epistêmica, uma responsabilidade afetiva. O aluno negro que consegue transpassar o racismo estrutural ao longo da vida escolar e ingressar em uma faculdade de educação, agora se depara com um currículo que, além de não romper com o ideal eurocêntrico, vai validar essa violência simbólica cientificamente. Abdias do Nascimento vai nos exortar acerca daquilo que ele vai chamar de Quilombos Urbanos, que, segundo suas palavras, surge a partir da exigência vital do negro escravizado de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga e da organização em

sociedade, o que nos permite dizer que o corpo discente que se propõe pensar um currículo outro, tal como os coletivos negros dentro do espaço acadêmico funcionam como quilombos urbanos, no entanto com intuito de libertar o indivíduo negro dos grilhões da colonialidade e do epistemicídio negro. Sendo assim, esta pesquisa visa questionar a comunidade acadêmica da sua responsabilidade quanto a formação do sujeito e a consequente manutenção do racismo institucional dentro do ambiente acadêmico e consequentemente na educação básica.

Discurso e literatura infantil - Lucas Eduardo Zulin (UFPR). O trabalho pretende trazer a discussão da temática da relação étnico-racial presente na produção literária brasileira Infantil e Juvenil. Realiza de análise de texto e produção de resenhas críticas problematizando a relação étnico-racial presente em obras selecionadas. O objetivo é dar maior visibilidade da produção de textos com temáticas étnico-raciais respeitando e valorizando a diversidade que temos no cenário brasileiro, abrangendo dessa forma o debate de Identidade, e principalmente de Identidade Negra, nos livros de literatura Infantil e Juvenil, produzidos no Brasil em diferentes momentos de sua história. A pesquisa faz parte de um projeto coletivo envolvendo 4 universidades e diversos bolsistas na UFPR. Cada bolsistas selecionou autor(es). Foi selecionada a obra do autor Joel Rufino dos Santos, escritor clássico da década de 70, como objeto de trabalho/pesquisa. Foi feito levantamento das obras do Joel, tendo sido encontradas 32 obras de relevância para a pesquisa, das quais estão encontradas, lidas e resenhadas duas delas até o presente momento, sendo elas: "Gosto de África: Histórias de lá e daqui" e "Zumbi". Outras obras estão em processo, dando continuidade ao trabalho de produção de resenhas. Ambas as obras foram qualificadas como de alta qualidade, no quesito: temática étnico-racial, trazendo uma visão realista, bem trabalhada e não estereotipada dos(as) personagens negros(as). Conclui-se assim, que as obras de Joel trazem consigo extrema relevância, para o debate e a valorização da relação étnico-racial no Brasil, trazendo principalmente a centralidade para as histórias de Negros(as), valorização da sua cultura e para a auto identificação infantil com as histórias de seu povo, criando assim um sentimento de orgulho e pertencimento histórico/cultural geralmente negado as crianças negras.

Discursos acerca das Relações Étnico-Raciais e Lei n.º 10.639/2003 emergentes da Legislação Educacional Brasileira da Amazônia Bragantina-Pará - Taylon Silva Chaves (UFPA). Este estudo é parte integrante do Projeto de Iniciação Científica "Lei n.º 10.639/2003: Um estudo sobre a implementação em escolas da rede pública de Educação Básica do entorno dos manguezais da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Resex-Mar) em Bragança-PA". O objetivo é analisar sucintamente os discursos acerca das Relações Étnico-Raciais e Lei n.º 10.639/2003 que emergem de alguns documentos oficiais que compõem a legislação educacional brasileira, especialmente nas esferas estadual e municipal. O estudo é uma pesquisa de cunho qualitativo, de caráter bibliográfico e documental. De modo geral, os discursos de cada documento defendem o respeito à diversidade para a diminuição das desigualdades sociais, desenvolvimento de políticas públicas de ações afirmativas direcionadas aos afro-brasileiros e a criação de um currículo multicultural que atenda as demandas dos diferentes grupos sociais.

Duplo desafio pedagógico: Lei 10.639/03 e o Ensino de Sociologia no Ensino Médio - Layla Vitorio Peçanha (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O presente trabalho consiste no trabalho de conclusão do Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica na Faculdade de Educação- Ensino de Sociologia-UFRJ. As análises e discussões acerca da implantação da Lei 10.639/03 vêm aumentando razoavelmente no Brasil. A partir das leis que instituem, respectivamente, a obrigatoriedade do ensino de história e culturas afro-brasileira e africana (10.639/03) e do ensino de sociologia no ensino médio (Lei 11.684/08) é que tenho interesse em refletir em relação ao duplo desafio pedagógico das legislações para o professor de sociologia no Ensino Médio, ou seja, a tentativa de afirmação de uma nova postura a produção de conhecimento das relações raciais no Brasil e a tentativa de construção de um conhecimento escolar em sociologia que tem como parâmetro novas produções acerca do conhecimento histórico sobre as relações raciais. Podemos notar que as tarefas que se impõem na disciplina de sociologia no Ensino Médio com a temática étnico-racial não somente na aplicação da legislação vigente, mas também na necessidade de um outro tipo de produção pedagógica e epistemológica que tenha um compromisso com uma educação antirracista. Implicando assim, em um novo parâmetro na formação de professores, bem como, colocar em análise as referências epistemológicas e pedagógicas das universidades no âmbito do bacharelado e licenciatura. Ou seja, de imediato as leis vigentes, conduzida pelo Estado, pelos movimentos sociais e pela intelectualidade negra, fomenta a proposição de uma mudança conceitual e sobre identidade nacional, identidades dos sujeitos, interpretação da história e o questionamento profundo dos marcos eurocêntricos do pensamento moderno. No que diz respeito às práticas docentes, os sujeitos diretamente envolvidos com a aplicação da lei são provocados a (re)pensar suas práticas profissionais ao passo que devem questionar certos princípios fundadores de suas formações o que, e um certo ponto representam em última instância uma ruptura ou oposição em relação aos seus conhecimentos pedagógicos e epistemológicos reunidos em sua vivência escolar. Assim, os professores são instigados em diversos aspectos: formação histórica e pedagógica; conflitos raciais e discriminações a serem enfrentadas no cotidiano escolar; condições difíceis de aprendizagem experimentadas diversas vezes pelos alunos e alunas ; violência no espaço escolar; considerações acerca da orientação sexual, gênero, saúde reprodutiva e debates epistemológicos capitaneados pela intolerância religiosa, dentre outras.

Educação das relações étnico-raciais: o currículo na escola do/no território quilombola - Michele de Oliveira Sampaio (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO), Marileide Gonçalves França (Universidade Federal do Espírito Santo). Escolas quilombolas são aquelas situadas em comunidades que por suas características peculiares, requerem uma pedagogia própria, que atenda às especificidades étnicas e culturais de seus territórios. Nesse contexto, objetiva-se a caracterização da educação escolar oferecida por uma escola situada em um território quilombola, com vistas analisar a construção do currículo escolar e a sua relação com a realidade sociocultural e os saberes/fazeres do território quilombola. A escola no território quilombola, na perspectiva de Miranda (2015, p. 78), "pode assumir uma função social específica no compartilhamento de códigos e símbolos", daí decorre a necessidade de se pensar em um currículo na perspectiva intercultural, que considere a diversidade cultural como elemento constitutivo, para que os diferentes grupos culturais, raciais ou religiosos tenham a oportunidade de se verem representados nos conteúdos e nas práticas. Nesse sentido, Arroyo (2013), destaca que os currículos sofrem a pressão de reconhecer "a diversidade de experiência e de conhecimentos e a diversidade de sujeitos

que chegam às escolas, carregando suas experiências e conhecimentos". Para tanto, desenvolve uma pesquisa de natureza qualitativa, um estudo de caso do tipo etnográfico, numa escola situada em um território quilombola, no interior do Município de Vargem Alta (ES). Os sujeitos participantes são os professores, alunos, profissionais da escola e membros da comunidade quilombola, assim como profissionais da Secretaria Municipal de Educação. Para o desenvolvimento da pesquisa utiliza os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura para delinear os objetivos pretendidos; defesa do Projeto junto ao Programa de Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, da Universidade Federal do Espírito Santo; e apresentação do projeto de pesquisa à Secretaria de Educação do Município de Vargem Alta (ES) e aos professores da escola pesquisada. O projeto está na etapa de análise documental. Depois disso, segue para pesquisa em campo, com entrevistas semiestruturadas e observação participante, para a produção de dados e posterior análise. Os principais resultados alcançados denotam que a escola pesquisada ainda não possui um currículo prescrito pensado para um território quilombola, considerando as suas especificidades, os saberes tradicionais e a cultura local. Ainda persiste a ideia de um currículo campesino para esta escola. Assim, compreendemos a necessidade de estudos voltados para as práticas educacionais nessa escola e, para além delas, um olhar para as vivências e experiências, nas quais seja possível observar o currículo vivido nesse espaço, enfatizando as relações étnico-raciais que se estabelecem nesse contexto sociocultural.

Educação Escolar Quilombola: trilhando o paradigma da educação contextualizada para desconstruir estereótipos da educação colonizadora -Uilson Viana de Souza (UFBA). Esta publicação científica é resultado do percurso acadêmico do pesquisador e dos trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação em gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça em 2014 e na especialização em Educação contextualizada para convivência com o semiárido em 2013. Neste trajeto, o objeto de estudo a que interessa neste trabalho transformou no projeto de Pesquisa de doutorado sobre Educação escolar Quilombola com foco na legislação vigente e na Intolerância Religiosa. No referencial teórico tomamos como base autores de áreas afins como educação, etnia, identidade, religião que dialogam com o objeto do estudo. Ao debruçarmos sobre a educação escolar quilombola fazemos uso das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). Problematizamos aqui as questões sobre currículo contextualizado como contraponto à educação colonizada e trazemos como base bibliográfica a própria LDB e teóricos como Reis (2008). Discutimos em Bauman (2015) conceitos de tradição e identidade que serve para pensar como podemos desconstruir o que foi historicamente reproduzido e parecem estar impregnadas como tradição e verdades absolutas. Neste campo apresentamos também os teóricos que debatem a questão da intolerância religiosa como (ACIOLY, A. C; BISPO, V.A, 2016) e o próprio Abdias do Nascimento (2002), com o conceito de Mito da democracia racial. A política de fechamento das escolas também é discutida neste trabalho com Brandão e Ferreira (2015). Se faz presente a luta antirracista dos movimentos sociais negros com foco para as representações quilombola no Brasil e na Bahia voltada para a educação quilombola. A pesquisa é de cunho qualitativo e busca desenvolver um estudo de caso sobre o tratamento dado às crianças quilombolas oriundas de religiões de matriz africana nestas escolas. Para isto estamos adotando como instrumentos de coleta de dados, a entrevista e a observação participantes nas etapas de desenvolvimento. Destaca como resultados, a publicação em eventos científicos como este e o diálogo acerca do projeto com os movimentos quilombolas.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: um olhar sobre as práticas educativas da comunidade negra rural de coqueiros em Mirangaba-BA - Ideilton Alves Freire Leal (UNEB). O Trabalho objetiva pesquisar, os aspectos sociais e culturais da comunidade quilombola de Coqueiros do município de Mirangaba, bem como investigar as estratégias utilizadas nas escolas pelos professores para a valorização da sua cultura. Para isso, irei atuar junto a Escola Municipal Clementina Rosa dos Santos e a comunidade de Coqueiros para analisar as estratégias utilizadas pela comunidade no processo de reconhecimento como remanescente de quilombo, conhecer as manifestações culturais destas comunidades e compreender as estratégias utilizadas pelos professores para a valorização da realidade sociocultural dos alunos, verificando as ações desenvolvidas pela secretaria municipal de educação em relação a valorização da cultura local. A metodologia proposta é a pesquisa qualitativa por meio da investigação bibliográfica, documentos oficiais e a pesquisa de campo. As técnicas a serem utilizadas são: entrevistas gravadas em áudio, transcrição e análise dos dados. Propõe-se ainda registro fotográfico, além de questionários, e observações de campo. O recorte temporal da pesquisa será a contemporaneidade considerando-se o resgate da memória e da história de moradores da comunidade um dos objetos de investigação. A pesquisa se justifica pela possibilidade de construção de acervo bibliográfico sobre aspectos das Comunidades remanescentes de quilombos ainda não registrados, tendo em vista os relatos orais. Pelo estudo da percepção e de como se dá o ensino nas escolas quilombolas, além das ações manifestadas e os estímulos da escola para a preservação cultural.

Educação para as relações étnico-raciais no processo de formação em Serviço Social - Mireile Silva Martins (UFU). O presente trabalho é parte da Pesquisa Individual como petiana do PET (Re) Conectando Saberes, Fazeres e Práticas, e do Projeto de Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso. A pesquisa tem como objeto de estudo a temática étnico-racial no Projeto Político Pedagógico do Serviço Social. A mesma se desenvolve com a finalidade de identificar como tem se dado a abordagem da temática Étnico-racial no processo de formação em Serviço Social na Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal. Buscando contribuir para descolonização do conhecimento, trabalhando para desconstrução da lacuna existente entre a questão racial e o Serviço Social, a fim de estabelecer uma aproximação da categoria ao debate. Debate este que é de uma importância indiscutível, uma vez que, trata-se de uma categoria que trabalha diretamente com as múltiplas expressões da questão social, construção e efetivação de políticas públicas. Com esta pesquisa pretende-se colaborar para construção de um currículo que reconheça a importância da temática, no processo de formação em Serviço Social, com intenção de que estes currículos mostrem e reflitam primeiramente a diferença dos sujeitos que cursam Serviço Social na instituição federal já referida. Evidenciando a necessidade de rompermos de uma vez por todas com a falácia da democracia racial e, pensando também na construção de um espaço acadêmico que proporcione às/aos alunas/os de Serviço Social um processo de formação coerente, com total comprometimento

e rigor teórico-metodológico, com o Projeto Ético-Político e com o Código de Ética do Assistente Social, para que as/os mesmas/os possam resistir ao combate direto à discriminação racial, de classe, de gênero, de orientação sexual, mantendo o comprometimento intrínseco com a questão social e suas expressões. Por se tratar de uma pesquisa inicial e que está em andamento, a metodologia utilizada para a construção do trabalho aqui apresentado consiste em uma revisão bibliográfica, com leitura crítica das obras citadas ao longo da problematização e outras referentes a temas como processo de formação no curso de Serviço Social, questão étnico-racial, políticas públicas, educação para as relações étnico-raciais e descolonização do conhecimento, sendo esta a parte da metodologia em que a pesquisa se encontra.

Educação para as relações étnico-raciais: estratégias e possibilidades de ação no currículo da educafro. - Sara Carolina de Castilho Dâmaso dos Santos (UFRJ). Este trabalho é um dos resultados iniciais de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de pós-graduação em Educação (PPGE) da UFRJ, orientada pelo professor Amílcar Araújo Pereira. Nele busco situar a Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO) no contexto dos pré-vestibulares populares de movimentos negros. Além disso, aponto estratégias da EDUCAFRO para a construção de um currículo que vai além do que é exigido no ENEM e em outros exames de seleção no sentido de uma educação para as relações étnico-raciais. A EDUCAFRO Rio, organização da EDUCAFRO no Rio de Janeiro será um recorte privilegiado para a análise. O currículo escolar, ou de outra instituição educativa, não se limita ao que é estabelecido nos documentos normativos. É construído cotidianamente por alunos, professores e gestores educacionais, em diálogo com esses documentos. Assim, articulam-se as dimensões oficial e vivida do currículo. Nessa articulação manifestam-se disputas políticas e jogos de poder, pois as seleções curriculares legitimam saberes enquanto realizam silenciamentos. Neste sentido, está sendo desenvolvida observação participante na EDUCAFRO Rio, para conhecer restrições e possibilidades de ação no que se refere ao currículo, tendo em vista que para compreendermos o currículo de um curso pré-vestibular, precisamos levar em conta não apenas as avaliações do ENEM, mas também os saberes que se cruzam nas vivências desse currículo. A pesquisa de mestrado que subsidiou o trabalho vem sendo desenvolvida desde 2017 e será concluída até março de 2019. Para a escrita do trabalho foram importantes o levantamento bibliográfico, iniciado em 2017 e a observação participante, que se iniciou em 2018. Como resultado inicial da pesquisa apontou-se que a EDUCAFRO Rio desenvolveu estratégias para trazer para seu currículo conhecimentos que considera legítimos, e podem não estar presentes nos conteúdos do ENEM e outros vestibulares, entre as quais, destacou-se a reunião geral mensal e a Prova de Cidadania. Essas estratégias permitem que em seu currículo desenvolvam-se aprendizagens sobre a inserção do negro na sociedade brasileira e suas lutas, o que contribui para a construção de uma educação para as relações étnico-raciais. Esses saberes podem estar contemplados nos currículos dos vestibulares a partir da promulgação da Lei 10639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Todavia, na EDUCAFRO Rio eles estão em lugar de destaque, sendo trabalhados inclusive em espaços além das salas de aula, e em diálogo com as lutas empreendidas pela organização.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: formação contínua com profissionais da educação infantil - Eulia Rejane Silva (PMU-SME UBERLÂNDIA/MG), Gercina Santana Novais (USP), Lazara da Piedade Rodrigues Regatieri (PMU-SME DE UBERLÂNDIA MG). No ano de 2013, a Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia iniciou um movimento de elaboração da Política Pública de Educação e propôs a construção coletiva de uma escola pública, popular, democrática, gestada em Rede e de qualidade social. Essa proposta ancorava-se nas Leis Federais 9.394/96, 10.639/03, 11.645/08, 12.796/13 e na Lei Municipal 11.444/2013. A materialização dessa política contemplava elaboração e desenvolvimento de um projeto de formação com os/as profissionais da educação. Por meio do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz(CEMEPE)/Núcleos de Estudos interdisciplinares, buscou-se desenvolver ações com os/as profissionais da educação, ancoradas em uma concepção de formação contínua, em serviço e em rede, com foco na problematização das práticas pedagógicas, tendo em vista os interesses dos/as alunos/as, as demandas formativas e o compromisso de praticar uma educação livre de qualquer tipo de preconceito e discriminação. As formações desenvolvidas pelo Núcleo das Infâncias-NInf, no CEMEPE, e nas unidades escolares, abordaram temas vinculados aos currículos para a educação na infância, orientados por culturas infantis e relações étnico-raciais. Neste texto, a opção foi por discorrer sobre resultados de uma pesquisa documental acerca de um dos processos formativos, intitulado Um Olhar Sensível e Reflexivo sobre a Reorientação Curricular na Educação Infantil, especificamente sobre os Módulos 4, 5 e 6 - Culturas Regionais e Locais, realizado pelo NInf, em parceria com o Núcleo de Educação para as Relações étnico-raciais-NERER. Os procedimentos didático-metodológicos adotados foram: Roda de Conversa, Exposição Dialogada e Debates em Pequenos Grupos, criando espaços de problematização e elaboração coletiva, a partir da realidade concreta dos/as alunos/as e dos/as profissionais da educação, resgatando e valorizando culturas, articulando teorias e práticas, com a finalidade de desenvolver formação sobre história e culturas afro-brasileira, indígena e cigana, ancorada, principalmente, nas formulações dos/as autores/as sobre educação das relações étnico-raciais (TRINIDAD, 2012; GOMES, 2001; AMPUDIA, 2016; SOUZA, 2013). O resultado das análises articuladas do mapa de frequência, dos registros das narrativas e das avaliações das cursistas permite afirmar que o processo formativo colaborou para o desenvolvimento pessoal e profissional, potencializando um trabalho colaborativo, inspirado na metodologia adotada na formação, capaz de auxiliar na transformação das práticas pedagógicas. Afirmar, ainda, que em relação à temática, a formação possibilitou a consolidação de saberes e práticas sobre culturas infantis, culturas regionais e relações étnico-raciais fundamentais para o diálogo com as infâncias.

Educação, Relações Étnico-Raciais e a Lei 10.639 nas Ciências Sociais: Desafios e Perspectivas. - Francisco Nonato do Nascimento Filho (Universidade Estadual do Ceará). A discussão e a construção de conteúdos em torno das relações étnico-raciais, do racismo e da superação da invisibilidade da Lei 10.639/2003 continuam a ser um desafio em aberto para o curso de licenciatura em Ciências Sociais, pois é preciso "reescrever" tais assuntos que ainda são marcados pelo epistemicídio dos saberes produzidos pelos povos colonizados e historicamente subalternizados. É papel central dos cientistas sociais e dos professores de Sociologia do Ensino Médio contribuir na superação do imaginário colonial e da naturalização do racismo na sociedade brasileira. No entanto, constatamos que desde a implementação da lei em

2003 muitos alunos passam pelo curso de graduação em Ciências Sociais sem conhecimento algum em relação às questões citadas. Acredito que a educação para as relações étnico-raciais é um dos marcadores para a superação da violência e do adoecimento de alunos e alunas na educação básica, pois se faz necessário conhecer a história para não ser invisibilizado, buscando a promoção de uma educação antirracista e plural. O atual cenário tem demonstrado que vivenciamos um aprofundamento do racismo nos espaços públicos, nos linchamentos virtuais, em conteúdos didáticos, entre outros. A construção de uma educação antirracista e crítica passa pela desconstrução da ideia de "lugar do negro", ou seja, da imagem projetada do que é ser negro na sociedade brasileira, como bem problematizou a antropóloga Lélia Gonzalez (1985). A educação para as relações étnico-raciais e a aplicabilidade da Lei 10.639 tem como um dos seus objetivos desmistificar o "lugar de negro" no imaginário nacional. Nesse sentido, a descolonização das Ciências Sociais tem papel fundamental na superação daquilo que Boaventura de Sousa Santos denominou de "pensamento abissal" (2011), que tem implicações nas condições materiais de existência, reproduzindo desigualdades econômicas e sociais em um contexto de perda de direitos sociais e aumento vertiginoso das manifestações de violência e ódio.

Implementação da Lei 10.639/03 no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos - Vanessa Gonçalves da Rocha (Universidade Federal do Paraná). O presente artigo apresenta pesquisa que investigou como o trabalho pedagógico baseado na aplicação do artigo 26-A (Lei 10.639) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 contribui para a efetivação da educação escolar quilombola, especificamente, no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, estabelecimento pertencente à rede pública de ensino do estado do Paraná. Foi realizada uma revisão bibliográfica para compreensão do tema, tem-se como exemplos de base teórica utilizada para fundamentação deste artigo Aguiar (2010), Souza (2012), Nunes (2006) dentre outros, bem como a Constituição brasileira. Além da discussão a respeito do objeto de investigação contextualiza-se também a história dos quilombos, da lei 10.639/03, a finalidade e funcionalidade das equipes multidisciplinares da rede pública de ensino do Estado do Paraná, traçando ainda um breve levantamento histórico sobre a comunidade quilombola de João Surá, esta que sedia o colégio no qual a pesquisa se realizou, pois tais elementos são essenciais para a apreensão de todo o processo envolvido na prática pedagógica voltada para o tema da pesquisa. Sendo esta uma pesquisa de caráter qualitativo, além do material documental, utiliza-se como fonte de coleta dados informações capturadas por meio de entrevista com duas professoras do colégio sobre o trabalho pedagógico desenvolvido a partir da implementação da lei supracitada. A finalização deste texto dá-se com reflexões e análises que permitem compreender como a prática docente é essencial no processo de ensino para as relações étnico-raciais, e que o comprometimento quanto à busca de estratégias de ensino e formação contínua se tornam ferramentas essenciais para garantir o cumprimento de uma educação emancipadora, que forma cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Os dados coletados apontaram que o colégio ao realizar a educação escolar quilombola também cumpre os s positivos da que a lei 10.639/03 na medida em que traz para as práticas curriculares a história e cultura afro-brasileira que podem ser identificados nos trabalhos dos/as estudantes realizados nas diferentes disciplinas, assim como, o próprio espaço da instituição em suas paredes apresentam a presença do tema revelando o comprometimento da na educação escolar quilombola deste colégio com a efetivação da Lei 10.639/03.

Implementação da lei 10.639/2003 no Currículo das Escolas de Turno Único do Município do Rio de Janeiro por Meio de Disciplinas Eletivas. - Karla Monteiro Paranhos (Secretaria Municipal de Educação). O presente trabalho tem como objetivo apresentar o relato de caso sobre a implementação da lei 10.639/2003 numa escola municipal da cidade do Rio de Janeiro por meio de uma disciplina eletiva (disciplina da base diversificada), durante o ano de 2017 e primeiro semestre de 2018. Em 2017 a escola Municipal Deodoro passou a compor o conjunto das escolas de turno único da Secretaria Municipal de Educação (Ginásio Carioca) e, por isso, passou a complementar seu currículo com disciplinas diversificadas, tais como, Estudo Dirigido, Projeto de Vida e Eletivas. Estas disciplinas veêm ocupar um espaço exigido pelas demandas da contemporaneidade, que provocam, cada vez mais, para a necessidade de múltiplos olhares e interpretações, considerando as características regional e local da sociedade, da cultura, da economia e da clientela de cada escola. As Eletivas, de modo especial, estimulam a autonomia dos alunos, possibilitando a personificação de seu currículo, ampliando conceitos, procedimentos ou temáticas de uma disciplina ou área de estudo, de acordo com seu interesse. As disciplinas eletivas Africanidades e AFROPOP - Cultura e Resistência utilizam os aspectos da cultura popular africana e afro-brasileira para promover a discussão sobre as relações étinicos-raciais no ambiente escolar e na sociedade. Utilizando-se de música, dança, moda, religiosidade, teatro e literatura, leva-se os alunos a discutirem questões como, racismos, estética negra, representatividade, intolerância religiosa, entre outros. O ponto alto das disciplinas são as visitas ao centro histórico do Rio de Janeiro e região da Pequena África. Nestes passeios, os marcos históricos da cidade são apresentados aos alunos sob uma perspectiva afrocentrada e contextualizada diferente daquela propositalmente abafada pela história oficial. Desde seu início as disciplinas atingiram cerca de 60 alunos (20 por semestre) que tem atuado como multiplicadores, colaborando para a constante presença das discussões sobre história e cultura africana e afro-brasileira na escola.

JUVENTUDES NEGRAS: Algumas considerações sobre as resistências dos jovens negros nas trajetórias escolares frente a violência simbólica institucional - Juliana de Souza Barbosa (UNIRIO). O presente trabalho integra a dissertação de mestrado em andamento cujo objetivo é analisar o conceito de juventude(s) a partir de um viés sociológico compreendendo a complexidade e heterogeneidade que este conceito imprime. Nesse sentido as juventudes, abordadas aqui no plural, são pensadas tendo em vista o recorte de cor/raça, portanto, juventudes negras. Interessa refletir sobre as juventudes negras e suas resistências no âmbito do processo educacional considerando os mecanismos de exclusão e reprodução das desigualdades sociais ainda vigente neste espaço mediante a violência simbólica da instituição. Para tanto, utilizou-se os dados do IBEG (2010) que refletem a condição juvenil desta categoria não só do ponto de vista educacional como também no que tange à habitação, mercado de trabalho, violência urbana. Como suporte teórico-metodológico utilizou-se o conceito de Violência simbólica BOURDIEU (1998), texto "Os excluídos do Interior"; Juventudes ABRAMOVAY (2006); REZENDE (1989) e condição juvenil GROPPO (2000), GONZALÉZ (1979); IBGE (2010) pesquisa de cunho bibliográfico na tentativa de aprofundar tais reflexões. Os resultados apresentados apontam para a necessidade de políticas públicas que alcancem as juventudes negras considerando suas demandas sociais e históricas bem como

a igualdades de direitos. Interessa que as juventudes negras tornem-se pauta das discussões de políticas públicas compreendendo, portanto, este segmento enquanto sujeitos de direitos. Mas Afinal! Qual é a relevância em se pesquisar as juventudes brasileiras hoje? O que os dados informam sobre esta parcela da sociedade? Em se tratando das juventudes negras, o que nos interessa saber? Qual é a diferença? Qual a contribuição destes dados para refletir o processo educacional no que tange aos jovens negros? Questões como estas nos auxiliam a olhar mais atentamente para a realidade social das juventudes negras brasileiras para além da ideia de juventude tal qual conhecemos. É possível inferir, diante das condições juvenis negras, que as trajetórias desta categoria configuram-se enquanto trajetórias de exclusão marcadas por discriminação racial, social e cultural, portanto por práticas de violências simbólicas. São duplamente excluídos por serem negros e por serem jovens, categoria ignorada e estigmatizada pela sociedade. Os dados elencados do censo demográfico 2010, mostram um cenário nada favorável para as trajetórias juvenis negras experimentando trajetórias educacionais curtas e acidentadas. Em decorrência disto torna-se imprescindível também abordar temática racial na agenda pública e governamental entendendo que tais condições adversas incidem decisivamente nas perspectivas futuras desses jovens negros e periféricos.

LETRAMENTO MARGINAL NO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA MATERNA: as relação de sentido crianças negras em situação de vulnerabilidade social - Natalia Ribeiro Ferreira (UFMA). O presente estudo teve como objetivo, analisar as relações de sentido estabelecidas por crianças socialmente vulneráveis, no processo de apropriação da língua materna. Para isso, tomamos como foco o letramento marginal, entendido como a transformação, recriação ou mesmo reinvenção dos saberes e práticas dominantes por um determinado grupo social que teve ou tem seus saberes subalternizados (SOUZA, 2011). Assim, temos observado que a escola ainda carrega tanto na sua estrutura curricular, como na sua ideologia um padrão eurocêntrico, que legitima uma cultura, em detrimento de outra – ou outras. Para Kleiman (2016), pensar em novas práticas de letramento significa recuperar os saberes que foram excluídos historicamente, além se servir de base para a construção de novos conhecimentos, por meio de experiências positivas sobre a história, cultura e linguagem dos povos negros. Nesse sentido, consideramos que a imagem, bem como histórias infantis que tratem sobre África e os povos africanos de forma positiva, sejam exemplos favoráveis, não apenas para a construção da identidade e da autoestima como ressalta Mariosa e Reis (2011), mas como espaço de sobrevivência no ambiente escolar, que por vezes colocando as crianças negras em situação de fracasso (CHARLOT, 2000). Entendemos que o processo de apropriação da língua materna por crianças socialmente vulneráveis, ainda se configura como algo desafiador para a escola, sobretudo por desconhecer tal problemática e parte dos sistemas de ensino desconsiderar as experiências das crianças. Para Bakhtin (2003), a língua materna não é adquirida em dicionários ou livros de gramática, mas na experiência direta da criança com os enunciados concretos que escutam e reproduzem com as pessoas que as rodeiam. A metodologia desenvolvida privilegiou a pesquisa do tipo intervenção pedagógica, que visa a transformação processual do objeto pesquisado (DAMIANI et al, 2013). Para o desenvolvimento da pesquisa tivemos o estudo de caso do tipo etnográfico (ANDRE, 2005) e a pesquisa qualitativa, onde os pesquisadores exploram a imaginação e estão em contato constante com o objeto, podendo fazer análise minuciosa. Até o presente momento, a pesquisa tem apontado o letramento de marginal como elemento fundamental para apropriação da língua materna de crianças em situação de vulnerabilidade social, além de ser decisiva na formação da criança em relação ao mundo que a cerca e em relação a si mesma, construindo sentidos, por meio da leitura e das imagens positivas. Assim, o letramento marginal como um conjunto de práticas sociais, tem mobilizado aprendizagem importantes, sobretudo construído a identidade e ressignificado o saberes de uma população historicamente marginalizada.

Literatura e Negritude - Izanete Marques Souza (IF BAIANO), Vinicius Sampaio dos Santos (Instituto federal de educação, ciência e tecnologia baiano campus Itapetinga), Ludmilla Mota Dias (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Itapetinga), Letícia Carvalho Macêdo (Instituto Federal Baiano - Campus Itapetinga). O objetivo desta comunicação é apresentar uma análise do conto "Lembras-te" de Olinda Beja, a partir de experiências e estudos vivenciados através do Projeto de Iniciação em Extensão – PIBIEX – Jr, Literatura Africana em Língua Portuguesa e do Grupo Feminista do IF Baiano – Campus Itapetinga. Olinda Beja é uma escritora de São Tomé e Príncipe, país africano que tem como língua oficial o português. Nesse país, o machismo é descrito no conto como uma ação naturalizada. A figura da mulher é inferiorizada, se tomarmos como referência a perspectiva feminista de independência. A naturalização do machismo se apresenta como algo comum aos olhos dos homens das mulheres, o que nos leva a perceber a escrita de Beja como um instrumento de denúncia das mazelas sociais santomenses. As colônias eram vistas, pelos portugueses como locais de atraso cultural, já que o homem branco era dominador também da literatura colonial. Estes utilizavam da literatura endógena para afirmar a sua falsa superioridade e impedir a expressão literária dos povos colonizados. Ao longo da história, os colonizados passaram a ganhar força na literatura, ascenderam como escritores e deixaram de ser representados pelos europeus com características estereotipadas, construindo a sua identidade política, econômica e social de acordo com a realidade apresentada. No conto "Lembras-te", Olinda Beja descreve como os lusos veem as mulheres: objeto sexual do europeu, ou seja, serviam apenas para dar-lhes prazer, procriar e cuidar dos filhos. O narrador-personagem retrata a chegada de um homem a sua terra. Descreve todo o ambiente, relatando como as noites eram acaloradas e cheias de romances proibidos. Descreve ainda o estrangeiro que percorre toda a ilha desfrutando da cultura, até se encontrar com Sam Gidiba, negra ainda menina, como todas as outras que tinham suas juventudes tomadas para satisfazer os prazeres dos senhores. O narrador denuncia o estrangeiro que não ia a São Tomé e Príncipe para ficar, mas para explorar as riquezas daquele local, além de impor regras e ordens como qualquer colonizador, para depois seguir viagem. No entanto, se deixavam correr, descalços e seminus nas figuras de seus filhos meninos. O conto ressalta a figura da mulher preta, que podia gerar filhos mas não era assumida pelo marido.

Literatura infantil na desconstrução do racismo: um estudo das práticas de negritude na escola de educação infantil da UFRJ - Renata Ruth Bastos Oliveira (UERJ). Este trabalho tem como ponto de partida uma pesquisa qualitativa desenvolvida na Unidade de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEI-UFRJ) no ano de 2015 intitulada "A negritude nas práticas pedagógicas

como um estudo das relações étnico-raciais". Que se configurou como um desafio, na atualidade, tendo em vista que a trilha ser percorrida buscava compreender quais caminhos pedagógicos foram construídos na Unidade para estruturar um projeto pedagógico adequado e ancorado na Lei 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino - LDBEN que determina a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira". Justificamos o fato uma vez que identificamos que há dificuldades para incorporação nos currículos escolares da incorporação imediata da temática. Associamos essa dificuldade aos seguintes fatos: o Brasil está imerso em um forte processo de mestiçagem e envolto em uma política de branqueamento e com isso há uma lacuna no processo de (auto) identificação como uma pessoa negra o que muitas vezes distância muitos profissionais dessa temática. Com isso também buscamos trabalhar a questão da formação identitária e utilizamos para tal referência a literatura infantil, na busca de identificar de que maneira esse gênero pode nos ajudar a construir uma educação plural sem a reprodução dos estereótipos racistas da sociedade. É imprescindível que haja um entendimento da importância de se estudar as relações étnico-raciais nos vários contextos sociais nos quais estamos inseridos e na educação não deve ser diferente, visto que através dela podemos conscientizar e intensificar a necessidade de reconhecermos e valorizarmos as diferenças humanas e culturais já existentes dentro e fora da escola. Porém um padrão já constituído insiste em excluir, silenciar e desprezar as pluralidades e singularidades existentes em alguns sujeitos que já habitam o ambiente escolar retirando-lhes por muita das vezes a oportunidade de construírem e reconhecerem sua identidade e, isso se dá principalmente quando falamos da questão racial, da cultura afrobrasileira e africana construindo uma história única, como apresenta a escritora Chimamanda Adichie: " a história única cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é sejam mentira, mas é serem incompletos. Eles fazem uma história se tornar-se a única história." (ADICHIE,2010) Com isso, tentar desconstruir cada vez mais cedo as histórias únicas que vêem sendo contadas torna-se um desafio e, a educação infantil deve ter um papel de extrema relevância nesse processo que não é novo, nem fácil, porém é necessário para uma educação justa e de qualidade para todos.

MEMÓRIAS APAGADAS E HISTÓRIAS SILENCIADAS: o ensino da História e Cultura Afro-brasileira na perspectiva da História Local - Maria Rita de Jesus Barbosa (SEE - MG e Prefeitura Municipal de Itapagipe). Os registros oficiais de formação e constituição da cidade de Itapagipe/MG tornou-se motivo de incômodo, desde os meus estudos da graduação em História, em 2010. Esse incômodo se intensificou ao longo dos anos, na prática docente. O maior desconforto em relação ao ensino da história local é lugar ocupado pela população negra, na História "oficial" de Itapagipe. As referências à participação das populações negras na constituição da cidade estão relacionadas ao passado de escravizados e ex-escravos. Como fazer a abordagem da história local, tendo essa uma perspectiva eurocêntrica? É possível utilizar-se de um saber histórico escolar que valorize as especificidades da história local, sem desconsiderar as interconexões com outras dimensões espaciais? Um ensino de história que seja capaz de trazer o protagonismo a outros personagens e grupos sociais, até então, silenciados na história local? A leitura do livro "Nossa História", escrito por Jurani Gonçalves Lima, esposa de um fazendeiro da região, e que fora prefeito da cidade por três mandatos, nos indaga sobre os sujeitos históricos retratados na formação da história oficial da cidade. O livro é considerado fonte oficial da História de Itapagipe, utilizado nas escolas municipais e estaduais, para estudo da história local. Diante desse documento percebemos necessidade de uma reinterpretação dessas fontes, ou reproduziremos a perspectiva eurocêntrica, pautada nas relações de colonialidade, ainda presente em grande parte dos currículos praticados no ensino de história. Segundo Aníbal Quijano, o termo colonialidade se refere um padrão de poder que surge como resultado do colonialismo moderno, mas não se limita a ele. Relaciona-se a formas de trabalho, de conhecimento, de autoridade, de relações sociais que se articulam entre si por meio do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Em resposta ao ensino dessa história de Itapagipe/MG, que possui como protagonista, o homem branco, onde a participação do negro aparece como apêndice, do enredo principal, apresento parte de um Projeto que desenvolvi no ano de 2015, na Escola Estadual Santo Antônio, juntamente com as turmas de 9º ano e a comunidade Itapagipense. O projeto "Biografias Negras e Redação Premiada", tendo como objetivo chamar a atenção para o protagonismo negro e para as diferentes formas de luta e resistência da população afro-brasileira no tempo. Mas esse protagonismo não teria como foco, somente, personagens negras conhecidas nacionalmente, o objetivo foi igualmente valorizar pessoas negras da comunidade itapagipense. Muitas destas pessoas estão esquecidas, mesmo realizando funções e trabalhos de relevância para a cidade, no entanto não garante status e dificilmente são reconhecidos pela sociedade itapagipense.

Notas Reflexivas sobre Formações Continuadas em Educação das Relações Étnico-Raciais/VG - Rosana Fátima de Arruda (Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer), Carmen Lúcia Giuntini (SMECEL/VG-MT). Este relato tem como objetivo apresentar análise do trabalho desenvolvido em formação continuada "Oficinas de Bonecas/dança/trança" promovida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande, entre os meses de julho e outubro de 2016 e 2017, teve como público alvo: professores da Rede de Ensino público. A finalidade da proposta foi refletir e elaborar possibilidades práticas de inclusão dos conteúdos sobre as relações étnico-raciais no currículo escolar. Nesse processo a metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativa, utilizando da técnica observação e registro de avaliação. Para tal, a pesquisa tende a pautar-se na legislação educacional e nos estudos dos teóricos como Libâneo (1998, 1994), Munanga (2008), Oliveira (2010), Costa (2010) entre outros que discutem a condição do negro no Brasil, as relações raciais e as perspectivas de novas posturas através de formações continuadas, que tem o objetivo de acabar e ou por enquanto amenizar as desigualdades raciais no Brasil. Assim, as formações continuadas buscaram contribuir para a qualificação dos profissionais da educação no sentido de apurarem o olhar para o reconhecimento e valorização das contribuições da população negra na formação e história do Brasil.

O espaço do Candomblé no Recôncavo da Bahia e as suas contribuições para o Ensino de Sociologia na Educação Básica - Diogo Linhares Fernandes (UFRB). A proposta do presente trabalho é apresentar um estudo localizado na Cidade da Cachoeira - Recôncavo da Bahia, ainda em construção, sobre quais são as possíveis contribuições, ao Ensino de Sociologia, na Educação Básica, que as Casas de Candomblé podem oferecer para a formação dos estudantes. Partindo da compreensão que estas Casas historicamente cumpriram uma

função social para além da relação religiosa, estes espaços foram sendo formados em territórios brasileiros a partir de uma organização social que gerou para estes ambientes uma capacidade de reunir memória histórica, linguagem, ancestralidade, movimentos sociais, e que se desenvolveram uma cultura própria, que para além de um espaço religioso, se tornou um ponto de encontro e reencontro ao que foi destruído materialmente e subjetivamente na diáspora. Tal estudo se desenvolve a partir de referências de estudiosos do campo da educação, movimentos sociais, relações étnico raciais e comunidades de terreiros. É importante reconhecermos o processo de desigualdade que se apresenta na formação educacional entre escolas públicas e privadas, porque a escola pública desde os anos 90 um aumento no número de matrículas, atrelado a uma expansão da oferta do ensino, mas com o crescimento da precariedade das escolas, sendo estes alguns dos elementos que fazem parte dos estudos sociológicos sobre a educação, assim como o aumento cada vez mais de jovens ocupando o ensino de jovens e adultos (PAIXÃO et ZAGO, 2007). O que nos conduz ao questionamento sobre a relação entre a precarização das escolas e os sujeitos que dependem unicamente do direito à educação pública. Se considerarmos que os maiores frequentadores destas escolas públicas são majoritariamente negras e negros. Em contraponto a uma política de exclusão e precarização, conseguimos identificar ao longo da história que as organizações de negras e negros foram espaços importantes na formação social e política que vieram formando atores sociais que contribuíram em importantes avanços nesta movimentação histórica. Segundo (Barros 2011), diante da exclusão educacional para a população negra houveram respostas de resistência e enfrentamento onde foram criadas escolas por segmentos da população negra, organizações sociais, blocos afros que contribuíram para a sobrevivência da população negra e destacamos aqui as Casas de Candomblé como um destes setores que cumpriram a função de preservar a identidade de um povo diante de todos os tipos de violências. Logo, o presente trabalho se propõe em apresentar estudos que possam identificar como a atuação destes conhecimentos reunidos nas Casas de Candomblé podem contribuir no desenvolvimento do Ensino de Sociologia nas escolas de educação básica.

O uso de dados quantitativos em pesquisas sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais: questionando rótulos a partir da escola - Maysa Ferreira da Silva (UFPR), Tania Aparecida Lopes (Universidade Federal do Paraná), Wilker Solidade da Silva (UFPR). A partir da alteração do Artigo 26A da Lei nº 9.394/1996 através das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, assim como de pareceres e diretrizes derivados, a Educação brasileira passa a receber, de forma mais dimensionada, pautas de discussões sobre a luta antirracista promovida por movimentos sociais, principalmente o negro, tendo no direito à diversidade étnico-racial o foco principal de novas transformações na dimensão pedagógica nacional. Ao inserir a questão racial no roteiro discursivo das práticas educacionais, essas leis tencionam uma estrutura hegemônica de representações e construções de sujeitos, de saberes e de detenção do poder. Com a intenção de evidenciar possibilidades de se olhar para a Educação nacional como território de transformações, este trabalho traz reflexões sobre o uso dos bancos de dados quantitativos oficiais como base de pesquisas sobre a identidade étnico-racial educacional brasileira, tendo como premissa o teor positivo da identificação de estudantes e professoras/es negras/os no processo de reestruturação identitária desses espaços. Para um aprofundamento da temática racial e o ensino brasileiro, o trabalho utiliza-se dos estudos Kabengele Munanga (2005, 2009, 2015); Petronilha Beatriz G. e Silva (2011), Nilma L. Gomes (2008; 2012), Fúlvia Rosemberg (2013), Paulo Vinicius B. da Silva (2012) e Marcelo Paixão (2008; 2009), entre outros. Para sistematizar a pesquisa que deu origem a essa escrita, a metodologia adotada foi a de revisão exploratória (GIL, 2007) da produção científica recente, dialogada numa caracterização quanti-qualitativa (FONSECA, 2002). Como resultante, o trabalho incita críticas sobre as dimensões que dados estatísticos oficiais podem ser significados de forma a contemplar uma educação de valorização da diversidade étnico-racial e antirracista. Nesse viés, foi possível observar uma articulação entre as pesquisas sobre a concepção de identidade negra na educação e como essas (não) são representadas pelos meios oficiais de comunicação. Tendo nas plataformas oficiais (IBGE, INEP) alguns dados estatísticos importantes sobre a população brasileira, é notável a potencialidade do uso desses para com a identificação dos espaços de ensino que a população negra brasileira está efetivamente ocupando, enquanto sujeitos de direito, e quais desses não há, em números, um percentual significativo que expresse os anseios de uma igualdade racial. Entrecruzando a representação midiática sobre a população negra com as informações censitárias oficiais, o uso de banco de dados quantitativos se mostra uma estratégia possível para a otimização do trabalho docente no que refere à promoção de reflexões críticas sobre o racismo, o preconceito, a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola.

Patrimônio e educação: Possibilidades de implementação das leis 10.639/03 e 11.789/08 do 1º ao 5º ano. - Nadia Regina da Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Sob a perspectiva de valorização epistemológica da cultura afro brasileira, esse trabalho tem por objetivo buscar a disseminação de conhecimento cultural afro brasileiro na infância em relação às expressões artísticas e musicais nos espaços educacionais, lugar de prevalecimento da europeização cultural no Brasil, em privilégio a colonização ocidental. O saber relacionado ao samba, arte afro popular musical, e seus desdobramentos na construção da identidade diante da diversidade étnico racial, política e cultural das formas de luta e conhecimento, deturpadas durante séculos na sociedade existente imposta nos espaços escolares e ambiente em que vivem O samba visto com agente fundador de sua história cultural, atuante em atividades rítmicas e prazerosa que envolve o corpo, a mente, os sentimentos, desenvolvimento dos sentidos e historicidade de seu conteúdo, a ser implementado na educação infantil para o conhecimento da criança nas fases do segundo segmento (1° ao 5°) educacional. Segundo o Parâmetro Curricular Nacional de Arte (PCNA) integrar a música à educação infantil implica que o professor deva assumir uma postura de disponibilidade em relação a essa linguagem a partir daí, fornecer os meios necessários (vivências, informações, materiais) ao desenvolvimento de sua capacidade expressiva (p.67). O profissional de educação deve se sensibilizar diante das questões de conhecimento que se constrói sobre a linguagem musical nos espaços cotidiano em que vivem e se espelham. Entender como as crianças se expressam e respeitar as etapas de entendimento e assimilação. O samba é fonte importante de expressão humana de sensibilidade e sentidos, herança ancestral dos batuques e ritos religiosos, em especial em diversos povos africanos. A promulgação da lei 11.769/ 2008 - Altera a lei 9394/20 de dezembro de 1996, lei de diretrizes e base da educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação. Sendo

a música conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular se estabelece o ensino como conteúdo obrigatório em toda a educação básica. Baseado nas pesquisas iniciadas é necessário buscar nos espaços escolares e de vivências metodologias de ensino, que buscam inserir através de histórias, artes expressivas e apresentação de instrumentos musicais que possam criar uma "intimidade" da cultura afro brasileira junto a criança como identificação de espaço social e pessoal. Nadia Regina da Silva é pedagoga licenciada pela faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ.

PIBID como Ação Formativa Para Docentes De Educação Para as Relações Étnico-Raciais - Lucas Guzzo dos Santos (Universidade Federal de Uberlândia). Resumo: Este trabalho destina-se a compartilhar a experiência didático-pedagógica aplicada através da participação, como bolsista, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) Interdisciplinar - Educação para as Relações Étnico-Raciais, administrado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na Escola Estadual Joaquim Saraiva, também localizada em Uberlândia, tendo como foco o cumprimento da Lei 10639 de 2003 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nas escolas. As atividades aqui relatadas têm como finalidade expor todo o processo desde a pesquisa teórica, preparação do material e posterior aplicação prática em sala de aula, tudo sob a ótica de um graduando a respeito do primeiro contato com a docência da disciplina de Educação para as Relações Étnico-Raciais levando em consideração o contexto problemático da cidade de Uberlândia, condenada em ação civil pública pelo não cumprimento da legislação. Além disso, com o desenvolvimento deste, busco contribuir com o processo de formação docente daqueles que se propuserem a lecionar no âmbito aqui abordado apontando os desafios e dificuldades a serem transpostos tanto dentro da universidade quanto na escola, com os alunos. Abordarei também o papel da interdisciplinaridade no alcance dos objetivos principais: a resposta dos alunos e a formação dos educadores. À luz dos estudos de Abdias do Nascimento, buscarei apontar as perspectivas sobre superação das problemáticas que envolvem o ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nas instituições de ensino ressaltando o apoio obtido e a importância do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia (NEAB-UFU) como espaço de "quilombagem" e auxílio irrestrito na superação das limitações e dificuldades. *Graduando em Letras - Português na Universidade Federal de Uberlândia e associado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da mesma instituição. Atualmente envolvido com a pesquisa de Literatura Afro-Colombiana, mais precisamente a obra de Manuel Zapata Olivella.

POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS: Uma violação de direitos e a negação da cultura e da educação escolar quilombola - Maria Diva da Silva Rodrigues (Secretaria Municipal de Salgueiro, Pernambuco). Esse texto tem o objetivo discutir e difundir dados pesquisados e estudados na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas - PE, no período de 2015 a 2017, a cerca de mudanças significativas que a nucleação escolar provoca na organização socioterritorial, política e econômica na comunidade e a crescente violação dos direitos das crianças que nega a cultura e a educação escolar quilombola. Busca se provocar discussões e reflexões relacionadas a questões que dizem respeito à compreensão das famílias sobre a nucleação escolar ao analisarem as consequências da desterritorialização do processo educativo, no que se refere à convivência familiar, ao contato com o território, às atividades produtivas e à organização social e explanar o entendimento sobre o que fundamenta as observações feitas pelos/as quilombolas quanto às implicações causadas pela nucleação das escolas, nas experiências educativas e na construção da identidade étnico-racial das crianças e adolescentes. Considerando que o histórico de resistência do quilombo é fundamentado na organização social, política e cultural da própria comunidade, vale salientar que, diante da implementação do referido procedimento, não foi diferente. A comunidade resistiu e pautou questões baseadas em pressupostos e em experiências de vida, que seriam contraditórias às formas de ser e viver do nosso povo. Formas essas que são constituídas ao longo da nossa história, e que ainda persistem, apesar do acúmulo de marcas profundas causadas por intervenções externas como, invasões dos fazendeiros sobre as terras, monopólio político e efetivação de ações e projetos governamentais e/ou não-governamentais que negam a nossa história e nossa autonomia. Registramos também marcas de contradições internas, que ocorrem quando integrantes da comunidade buscam benefícios individuais que prejudicam o coletivo. As práticas e procedimentos que interferem negativamente no escolar é mais um agravante para as lutas pela garantia dos nossos direitos, e que, não se trata de uma problemática exclusiva da comunidade. Trata-se, portanto, de uma inconsequente política nacional, criada para silenciar cada vez mais a voz daqueles/as que historicamente, tiveram seus direitos negados. A afirmação tem como base as circunstâncias que foram apontadas pelas famílias, com destaque para a constatação de que, a nucleação escolar: limita o tempo de convivência familiar; provoca o desconhecimento da cultura local; desprestigia os saberes próprios das comunidades; impede a criação de vínculos com o território; impossibilita a participação nos eventos realizados na comunidade, o que desfavorece o desenvolvimento do sentimento de pertença às pautas de lutas do povo e as conquistas coletivas; e, sobretudo, prejudica o desempenho escolar dos/as estudantes.

Pré-ENEM Angola Janga - A emancipação através da educação - Alice Souza Soares (UFMG). De acordo com Dados do Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um crescimento no número de brasileiros com diploma universitário na última década. O percentual geral aumentou de 4,4% em 2000 para 7,9% em 2010. Deste número, sabemos que a população negra e periférica ainda é minoria. Nos dados da mesma fonte, após a implementação da Lei de Cotas, o número de negros ingressos no ensino superior dobrou, mas ainda assim é inferior ao dos brancos. Na perspectiva de subverter este quadro, o Bloco Angola Janga, a partir da iniciativa de algumas integrantes, criou o cursinho popular pré-ENEM Angola Janga, acolhendo jovens e adultos negros de regiões majoritariamente periféricas para uma preparação intensiva para o Exame Nacional do Ensino Médio, que hoje se tornou uma das provas mais esperadas e concorridas para a ingressão na universidade. Para além de um espaço de construção educacional focado no ENEM, o cursinho tem como perspectiva ser um local de acolhimento, afeto, troca de experiências e formação do senso crítico, tocando em questões específicas que tangem a educação étnico-racial descolonial. Entendemos que a interculturalidade e a emancipação de tais grupos através da educação é de extrema importância social, uma vez que as instituições educacionais representam uma das maiores ferramentas de ascensão e mobilização através do conhecimento acadêmico e dominação do capital cultural. Para tanto, busca-

se a aprovação de todos os estudantes que compõem o curso, na iminente intenção de que a educação superior se torne mais ampla e plural, contemplando, sobretudo, a população negra e periférica.

Presença negra no material didático de História adotado pelo Estado de São Paulo: 2014-2017 - Neide Cristina da Silva (E.E. Jorge Duprat Figueiredo; Grupo Educacional Drummond). A presente pesquisa tem como objeto a análise dos efeitos da aplicação da Lei n.º 10.639/03 nos livros didáticos de História para o Ensino Médio. Pretendeu-se verificar se os componentes históricos das matrizes curriculares carregados de denotações ou de conotações racistas foram reformulados, alterados ou até mesmo banidos após a implantação da referida lei. O problema central é que, apesar da mudança nos conteúdos curriculares, a História do Brasil continua a ser narrada com a imposição da visão de mundo da classe dominante. Para a realização desta pesquisa foram trabalhadas, como categorias principais, conscientização/alienação e colonialidade/racialidade tendo como aportes teóricos Paulo Freire e Aníbal Quijano. A análise demonstrou que apesar dos avanços no ensino de história e cultura afro-brasileira, a partir da promulgação da Lei n.º 10.639/03, a racialidade do saber, presente na historiografia didática, não permite superar a perspectiva temporal da história que situa o negro como inferior.

Relações étnico-raciais na instituição de Educação Infantil em Dourados-MS: uma análise da prática - Sarah Keuller Alencar Silva (UEMS), Maria José de Jesus Alves Cordeiro (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). A educação infantil é o segundo espaço institucionalizado ao qual a criança tem acesso nessa fase importante de formação, em que as crianças irão aprender a ser, a conhecer, e a conviver com pessoas diferentes do seu ambiente familiar. A socialização torna possível a criança, a compreensão do mundo. Diante desse fato pergunta-se: a escola tem se preocupado em formar cidadãos que são capazes de respeitar a diversidade existente em nossa sociedade? Destaca-se que é função de todos/as educadores/as buscar formação especializada em sua área de atuação, pois discutir a lei 10.639/03, não é uma opção ela torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira é imprescindível oportunizar que as crianças tenham acesso ao protagonismo positivo negro. Os principais objetivos da pesquisa foram reconhecer e analisar as práticas discriminatórias ligadas às relações étnico-raciais no contexto da educação infantil, para a compreensão do processo de reconhecimento e respeito à diferença entre as crianças. A pesquisa qualitativa do tipo descritiva teve como local um Centro de Educação Infantil, localizado no Jardim dos Estados, em Dourados-MS, onde realizei observações sobre boas práticas de combate ao racismo e apliquei um questionário semiestruturado direcionado a coordenadora do CEIM e a professora do Pré 1, público-alvo da pesquisa. Embora seja um compromisso da Educação Infantil, promover o diálogo sobre o combate ao racismo, após realizar as observações na sala do pré 1, posso afirmar que esse é um tema inexistente dentro do espaço educacional, nas atividades, nas brincadeiras, na decoração da sala, nos filmes e desenhos animados que as crianças assistem. Discutir as relações étnico-raciais na infância, recusar a homogeneização e o silêncio que impera nas instituições de educação infantil aliado ao um discurso de igualdade, ou seja, o "mito da democracia racial" é essencial para a construção de uma sociedade mais democrática. A conclusão à qual cheguei é que, esse assunto não é considerado relevante na visão das profissionais entrevistadas para o desenvolvimento dos pequenos.

Relações étnico-raciais nos currículo dos cursos de pedagogia: balanço das pesquisas no Brasil - Eduarda Souza Gaudio (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA). O trabalho apresenta um panorama das pesquisas de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas entre o período de 2001 a 2017 que assumiram como foco a discussão sobre as relações étnico-raciais nos cursos de pedagogia das universidades brasileiras. Esse trabalho justifica-se pela necessidade da realização de levantamentos de investigações e panoramas das temáticas que vêm sendo contempladas dentro do referido campo de estudos. Além disso, o presente levantamento bibliográfico integra o processo de pesquisa de doutorado que busca analisar como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) têm sido efetivadas nos currículos dos cursos de pedagogia das universidades federais do Brasil, pretendendo disseminar perspectivas sobre o processo de implementação das DCNERER nos cursos de formação de professores/as. Para tal levantamento, utilizamos principalmente, o catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Tese e Dissertações (IBICT). No que se refere às pesquisas que abordaram a temática étnico-racial na formação inicial de professores/as nos cursos de pedagogia, foi possível selecionar um total de 15 dissertações de mestrado defendidas no recorte temporal entre 2001 a 2017 e 10 teses de doutorado defendidas entre 2005 a 2017. A partir da análise das pesquisas encontradas é possível observar permanências, avanços e limitações acerca da inserção das questões que abordam uma proposta para a educação das relações étnico-raciais nos cursos de formação de professores/as. Um aspecto que comunga entre os resultados das investigações se trata da necessidade de investimento e oferta de formação inicial e continuada de professores/as e gestores/as para o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, bem como a inclusão de disciplinas e conteúdos sobre a educação das relações étnico-raciais nos cursos de graduação e pós-graduação nas diferentes áreas de conhecimento do ensino superior. Evidencia-se uma ausência de um panorama que apresente em âmbito nacional como tem se dado a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e do Plano Nacional das DCNERER (2009) na formação de professores/as das diferentes regiões do país. Pretende-se através desse trabalho, colaborar com a disseminação das pesquisas existentes acerca das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de pedagogia contribuindo para a produção de novos estudos que tomam essa temática como foco de pesquisa.

Relações Raciais nos Livros Didáticos e a Rememoração dos alunos negros no Ensino Fundamental - Isabella Sacramento da Silva (Universidade Federal do Paraná). O livro didático é uma das principais ferramentas na prática docente, e está inserido em um sistema de signos que tem a linguagem visual como um dos elementos modeladores das representações sustentadas pelas influências sociais que ajudam a constituir a realidade de nossa vida cotidiana, estabelecendo associações com as quais nos ligamos um aos outros. Partindo desta afirmativa, a pesquisa tem como pergunta central: Qual a representação da população negra inserida nos Livros Didáticos foi mais presente na memória

dos/as alunos negros/as? Sendo assim, tem como proposição identificar e analisar por meio de desenhos qual é a representação da população negra brasileira encontrada nos livros didáticos que ficou mais presente na memória dos alunos negros do 6°ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Professora Maria Helena Teixeira Luciano em Balneário Shangri-lá/Pontal do Paraná. Utilizando da metodologia de análise de conteúdo e de discurso, esta pesquisa tem como objetivo analisar a representação-discurso individual presente na memória dos/as alunos/as com relação a população negra – o que se faz necessário para atualizar as produções realizadas antes da Lei n°10.639/03 e analisar como a legislação vigente impactou esses materiais, indicando possíveis mudanças e prováveis permanências nessas representações. A pesquisa se constrói em três fases: 1- Análise dos Livros Didáticos de Língua Portuguesa e História Geral e do Brasil do 6° ano Ensino Fundamental; 2- Aplicação de questionário aos estudantes negros para registro por meio de desenho; 3- Entrevista com os/as alunos/as selecionados para descrição oral do desenho produzido. As análises das rememorações ainda em andamento, mostram ainda permanência de espaços estereotipados e estigmatizados voltados a população negra, como a escravidão, violência e subemprego, porém já trazem resultados relevantes para a discussão da Educação das Relações Étnicos Raciais na diversidade das representatividades, principalmente no resgate a elementos culturais afro-brasileiros, valorização dos traços fenotípicos e discursos de combate ao racismo. Portanto, entendendo o Livro Didático como um artefato da cultura escolar, é importante analisar e explicitar as formas privilegiadas de transmissão do conhecimento científico buscando entender os valores inseridos por meio do material simbólico, pois sua transmissão vai para além do conteúdo, reflete discursos, nas visões de mundo e principalmente no olhar sobre as diferentes culturas etnias e raças idealizando um padrão como referência, como o certo. E ao estudar os usos sociais e ideológicos das formas simbólicas, analisamos a forma como é usado para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas.

Sob múltiplos véus - ROZANA TEIXEIRA, Doutoranda UFPR. O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada em dois colégios públicos nas cidades de Pontal do Paraná e Curitiba-Pr. Envolveu um grupo de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e um aluno do Ensino Médio. Os objetivos deste trabalho foram apresentar e discutir a interseccionalidade da diferença na diversidade envolvendo a aprendizagem de alunos representantes da negritude e da branquitude (surdez x negritude; surdez x branquitude; negritude x altas habilidades). Para isso procuramos responder as seguintes indagações: As condições de aprendizagem de um aluno negro surdo são semelhantes a aprendizagem de um aluno surdo representante da branquitude? A diferença é encarada como um grande desafio de aprendizagem independente da diversidade? Os aportes teóricos que respaldaram a fundamentação deste artigo sobre diferença; diversidade; interseccionalidade; racismo foram: Carlos Scliar (1999); Kimberlé Crenshaw (2002); W.E. Du Bois (1999); Frans Fanon (2008); Fernandes (2003); Gomes (2012); Cardoso (2010); Lopes (2002). A pesquisa se situa no campo investigativo qualitativo e o instrumento de investigação foi um questionário semiestruturado aplicados com a direção e equipe pedagógica das escolas em questão. Os resultados indicam que: professores e pedagogos apresentaram uma sensibilidade maior para ir em busca de soluções para os problemas de aprendizagem do aluno surdo/branco; professores e pedagogos apresentaram uma insensibilidade, intolerância com as necessidades e suportes para a efetivação da aprendizagem do aluno negro/surdo; professores e pedagogos desacreditavam do diagnóstico de altas habilidades apresentado pelo aluno negro/altas habilidades. A conclusão é que tanto os alunos negros/surdos e negro com altas habilidades, quanto seu colega surdo/branco, não tiveram uma aprendizagem condizente com o que diz o Estatuto da Pessoa com Deficiência, se depararam com professores e pedagogos despreparados, sem condições de realizar os ajustes pedagógicos necessário para que a aprendizagem fosse eficiente, produzindo aprendizes autônomos. Entretanto, o pertencimento etnicorracial se revelou o véu com espessura maior que produziu desequilíbrio e se mostrou desencadeador de uma série de dificuldades e sobreposição preconceitos sofridos pelos alunos negros nas suas diferenças. A branquitude acrítica (CARDOSO, 2010) foi aflorada de duas maneiras: na ação dos professores em seus cuidados maiores com o aluno surdo/branco como representante da espécie e na preocupação em defender um semelhante.

Territórios Negros: Patrimônios Afro-brasileiros em Porto Alegre - Maurício da Silva Dorneles (UFRGS). O projeto de extensão Territórios Negros: Patrimônio Afro-Brasileiro em Porto Alegre trabalha em parceria com o Laboratório de Ensino de História e Educação (LHISTE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e opera no âmbito da lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do "Ensino de História e Cultura Afro-brasileira" na escola básica, auxiliando na demanda de escolas públicas e privadas. Originalmente, nasceu em 2009, em uma parceria da Prefeitura de Porto Alegre através da Secretaria Municipal de Educação (SMED) com a empresa de transporte público Companhia Carris Porto-Alegrense. O Territórios Negros dispõe de um ônibus, cedido pela Companhia Carris, pelo qual leva turmas de escolas de Porto Alegre e região metropolitana, mediante agendamento prévio dos professores, por um tour que passa por lugares das regiões centrais da cidade que são de alguma forma significativos para a história e a memória dos negros e negras da capital gaúcha. As mediações no percurso são caracterizadas tanto pelo ensino da história dos afro-brasileiros, quanto em resposta às demandas políticas por visibilidade da comunidade negra. Há alguns anos o projeto trabalha em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através de diálogos com a Faculdade de Educação (FACED), onde alunos do curso de licenciatura em História, na cadeira de Estágio de Educação Patrimonial, realizam seus estágios obrigatórios nas mediações do Territórios Negros. Em 2016 o projeto ganhou uma nova dimensão com a formação de uma equipe que visa auxiliá-lo e expandi-lo; são sete bolsistas de extensão trabalhando em conjunto, envolvidos nas mediações dentro do ônibus, na produção de material didático-pedagógico sobre a temática da história afro-brasileira, além da organização do curso de formação sobre a territorialidade negra urbana em Porto Alegre para professores de escolas públicas, que chega à segunda edição em parceria com a UFRGS. Trazemos as novas propostas, desafios e experiências do Territórios Negros para compartilhar com a comunidade acadêmica e público em geral.

Tessituras da Cor da Cultura Afro-Brasileira - Francy Rodrigues da Guia Nyamien (UNIOESTE). Este trabalho tem como objetivo apresentar as questões abordadas nos episódios televisivos da série Nota 10,esta produzida pelo projeto A Cor da Cultura, uma parceria realizada entre a antiga SEPPIR, a Petrobras, o CIDAN, MEC, Fundação Palmares, a TV Globo, a TV Educativa e o Canal Futura. Indagou-

se, a partir dessa série, quais foram as questões discutidas e as proposições pedagógicas sugeridas nesses episódios para a ressignificação das relações raciais na educação e a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar? Para responder a essa questão e alcançar os objetivos da investigação, adotou-se a abordagem qualitativa de natureza descritiva e interpretativa, inspirada em pesquisadores/as do pensamento negro em educação que investigam a mídia e o currículo, utilizando as ferramentas teórico-metodológicas dos estudos culturais. Foram selecionados onze episódios em suporte DVD, edições 2005 e 2010, voltadas aos/às educadores/as que apresentam experiências educativas desenvolvidas em escolas da rede pública e em espaços informais. Esses episódios veiculados na televisão foram distribuídos nas escolas, disponibilizados para professores/as de dezoito estados brasileiros. O pressuposto era que, como artefatos culturais, essas produções audiovisuais pretendiam ensinar outros modos de educar para as relações étnico-raciais e atender à Lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história, cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Foi possível apreender, a partir da pesquisa, que esses episódios constituem um currículo que faz parte das lutas culturais por mudanças de significados e por tentar desestabilizar os discursos hegemônicos. Assim, há possibilidades de uma rede de saberes sendo tecida, em que a história e cultura afro-brasileira e africana são produzidas por meio de discursos mais plurais em sua composição e divulgação. É necessário, portanto, uma abordagem crítica e reflexiva do sentido educativo no uso das mídias audiovisuais, além da leitura atenta para a seleção dos seus conteúdos pedagógicos difusores de saberes e de subjetividades, sentidos sobre o mundo; ensinamentos sobre raça/etnia; identidade e corpo; religiosidade; e modos de ser, de agir, de pensar, de olhar para si e para o outro, que são significativos na compreensão da realidade social e racial brasileira.

Trajetórias de Vida de Jovens Negras e Negros: a construção da identidade racial e as influências familiares e escolares - Cátia Simone Ribeiro Barcellos (FaE/UFPel). Este trabalho constitui-se a partir de duas pesquisas desenvolvidas pela autora na Universidade Federal de Pelotas (UFPel): uma já concluída, no Curso de Mestrado em Educação e a outra em andamento, no Curso de Doutorado da mesma Universidade. Elas problematizam os processos de construção da identidade racial de jovens negras e negros, em quatro cursos de Licenciatura da UFPel e numa escola pública de Educação Básica na cidade de Pelotas/RS. As pesquisas buscam analisar como estas/es jovens constroem sua identidade racial nas suas famílias, nas escolas e na Universidade. Para fazer a análise a principal fonte de dados utilizada foram os depoimentos orais dos próprios sujeitos, obtidos através de entrevistas com roteiros semiestruturados, nas quais falaram sobre suas trajetórias de vida. O referencial teórico adotado está alicerçado na contribuição dos Estudos Culturais, Estudos Pós-Abolicionistas e em estudos sobre Educação e Relações Étnico-Raciais baseados na Sociologia e na Antropologia. O estudo analisa o relato das/os jovens acerca das experiências de preconceito, racismo e discriminação que influenciam diretamente as suas identidades. A construção da identidade racial dos sujeitos das pesquisas enquanto negras/os constitui-se em meio às vivências familiares e escolares ao longo das suas trajetórias de vida e nas instituições de ensino que frequentam. As pesquisas têm o intuito de mostrar, através da fala dos/as próprios/as jovens, as dificuldades que pessoas de classes populares e da raça negra têm de enfrentar para permanecerem no sistema escolar de ensino; que somos constituídas/os de múltiplas pertenças construídas desde o nascimento, ao longo de nossas vidas, através de práticas sociais e discursivas, na trama das representações sociais e dos jogos de poder dentro das relações sociais nas quais estamos inseridas/os e defender a necessidade e a urgência de se investir na formação de professoras/es para que se tornem abertas/os e receptivas/os em face de toda diferença, para que tenham oportunidades de discutir, refletir e, assim, possam também, levar suas/seus alunas/os a refletirem sobre suas próprias atitudes preconceituosas.

"Professora, de que cor eu sou?": Demandas por diálogo com a lei 10639/03 nos projetos sociais do CIEE-Rio - Cleide Maria de Mello (CEFET-RJ). O CIEE Rio - Centro de Integração Empresa-Escola é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos e a ONG - organização não governamental - mais antiga do país: há 54 anos atuando no sentido de promover ações que propiciem o desenvolvimento da juventude carioca, enquanto cidadãos portadores de direitos, a partir de políticas sociais de integração ao mundo do trabalho. Como Educadora Social, venho atuando em vários projetos da Coordenação de Programas Especiais (CPE), em diversas favelas da cidade do Rio de Janeiro, cujos participantes são jovens oriundos de famílias de classes sociais populares, alguns em estado de extrema pobreza, com idades entre 14 e 24 anos. Este projeto de pesquisa surgiu quando percebemos que sempre que esses jovens são solicitados a preencher o formulário de perfil socioeconômico, no quesito "Qual a sua raça/cor: branca – preta – amarela – parda –indígena", a pergunta recorrente que surge é: "Professora, de que cor eu sou?". Como cidadã negra, o que me causa apreensão na aparente crise de identidade de muitos desses jovens é que a esmagadora maioria apresenta traços fenotipicamente negros, o que reflete uma suposta ausência de autorreconhecimento como representantes da raça negra. Afinal, o que leva esses jovens negros participantes dos projetos da CPE a titubear? E como nós, Educadores Sociais da CPE, podemos contribuir para seu processo de autodescoberta étnico-racial? Assim, com o suporte epistemológico de Stuart Hall (2000) e de Kabengele Munanga (2012) entre outros/as, o objetivo geral deste trabalho é verificar a formação dos Educadores Sociais da CPE na lei 10639/03 e as possibilidades de inserção nos projetos sociais de práticas pedagógicas que auxiliem os jovens aprendizes em relação à (re)construção de sua identidade racial. A proposta metodológica pesquisa-ação se dará em três etapas: primeiro, os educadores serão submetidos a um questionário cujo objetivo é verificar suas visões sobre a questão de raça e racismo no Brasil; depois participarão de um letramento racial crítico, com base na lei 10639/03, sobre a valorização da cultura afro, a contribuição dos negros e seu impacto na construção da sociedade brasileira e as perspectivas de inserção dos afro-brasileiros no mundo do trabalho; por fim, responderão a outro questionário para verificar se as visões que eles apresentaram no primeiro serão mantidas, aprofundadas ou refutadas. A hipótese é que esse resgate da história de nossa Mama África, possa contribuir para atualizar os educadores sociais da Instituição na temática étnico-racial e, por extensão, elevar a autoestima de seus alunos afro-brasileiros para que, ao invés de perguntarem confusos: "Professora, de que cor eu sou?", passem a afirmar de cabeça erguida "Sou Negra/o sim, com muito orgulho!".

Sessão Temática 03

A Promoção da Igualdade Racial como Política Pública

"Acolhimento aos Calouros Cotistas na Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto." - Lais Fonseca do Carmo (UFOP), Paloma Christina Nascimento de Jesus (UFOP). É notável o despreparo das instituições educativas e os desafios da sociedade em lidar e implementar ações com o intuito de acompanhar as questões acerca da diversidade. A receptividade dos estudantes cotistas no meio universitário é um exemplo. Há, portanto, uma carência teórico-metodológica no sentido de acolher os estudantes cotistas, segundo princípios de direitos humanos, que propiciem uma integração daqueles estudantes ao ambiente acadêmico. Levando em consideração a realidade da Escola de Direito, Turismo e Museologia, é possível verificar que anualmente 210 alunos ingressam por meio do SISU. Dentre esses, 105 são cotistas incorporados com base no que dispõe a Lei 12.711/2012. Mais do que estar nesse espaço, é extremamente importante sentir-se integrado a ele e se compreender como parte integrante. Assim, é importante recebê-los dentro da Escola e de fato integrá-los a um novo contexto. O primeiro ano de curso é um momento crucial para adaptação do aluno à nova realidade educacional, fator que pode se agravar quando o público admitido é oriundo de uma formação em nível básico mais precária, com a condição socioeconômica vulnerável, pertence a grupos étnico-raciais com histórico de discriminação e/ou pessoas com deficiência; fatores que podem comprometer o seu enquadramento nesse ambiente acadêmico. Segundo Coulon (2008), é exatamente no primeiro ano da universidade que se concentram as maiores taxas de evasão, retenção e reprovação, independente da forma de ingresso do estudante. É um tempo de estranhamento do aluno no novo ambiente de estudos. Apesar do empenho dos alunos cotistas, que, uma vez admitidos, buscam se esforçar para preservar a vaga conquistada, encontram muitas situações institucionais que dificultam o seu desenvolvimento e sua formação. É preciso observar, todavia, que muitos desses fatores são causados por falta de informação, de estrutura, de assistência, de serviços fundamentais e certa negligência da Universidade para com os estudantes, visto que apesar das várias iniciativas realizadas para acolher o aluno, este ainda se mantém deslocado no decorrer do curso. O objetivo geral do projeto é fazer o acolhimento e o acompanhamento do aluno cotista da Escola de Direito, Turismo e Museologia, de forma que ele possa se integrar ao ambiente universitário nos primeiros 8 (oito) meses de curso.Ao final, espera-se que o projeto propicie uma melhor ambientação do aluno cotista no âmbito da EDTM fomentando a redução dos índices de evasão estudantil.

"A promoção da diversidade étnico-racial no Instituto Federal de São Paulo: uma análise sobre a extensão." - Caroline Felipe Jango da Silva (UNICAMP). Trata-se de uma pesquisa em nível de doutorado que está sendo desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas. O objetivo do estudo é analisar a implementação da política de promoção da diversidade étnico-racial, com foco na extensão, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), entre 2013 e 2017. O estudo tem visado à compreensão dos fatores institucionais e organizacionais que impactam neste processo de implementação, bem como tem investigado como os agentes públicos responsáveis por esta implementação atuam e promovem a difusão desta política no âmbito dos 37 campi desta instituição. O estudo tem se debruçado também sobre a produção de conhecimento no que tange os conteúdos que promovem a diversidade étnico-racial no ambiente educativo. Para realização desta pesquisa foram organizadas três etapas complementares: entrevista semiestruturada aplicada aos servidores públicos que atuaram na Pró-Reitoria de Extensão do IFSP (2013 e 2017); questionário fechado aplicado aos servidores que atuam na Coordenadoria de Extensão dos campi do IFSP; análise documental e levantamento sobre projetos de extensão e pesquisa. As análises das entrevistas e questionários estão ancoradas na perspectiva da psicologia social, especificamente na teoria das representações sociais de Serge Moscovici (1978), e a análise de conteúdo está atrelada a acepção exposta por Bardin (1977). Como resultados parciais da investigação temos que a extensão como parte integrante do tripé que sustenta a proposta dos institutos federais de educação no Brasil, tem se mostrado não apenas como porta de entrada para comunidade, mas também como espaços coletivos de produção de conhecimento a partir das trocas engendradas pelos movimentos sociais, movimentos negros, coletivos, entre outras organizações que ampliam as possibilidades de uma instituição de ensino que se quer antirracista. No entanto, a pesquisa também destaca as barreiras burocráticas e atitudinais que impedem a plena implementação da política de promoção da diversidade étnico-racial. Ademais, o estudo releva também que a instituição de ensino não somente reproduz o preconceito e discriminação racial, mas também a produz quando se restringe apenas a construir conhecimentos que não abarca a dimensão étnico-racial.

"A resistência das lideranças femininas negras no movimento estudantil frente a sociedade." - Lana Rodrigues Barbosa (UNIRIO), Eloiza Jordão Domingos (Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP)), Keli Marini dos Santos Magno (UNIRIO), Andréa de Sant'Ana Oliveira (UNIRIO), Maria Eliza Jordão Silva (Prefeitura do Municipal do Rio de Janeiro). Relatar a resistência e os enfrentamentos de uma gestão feminina num Coletivo de negritude numa Escola de Enfermagem no Rio de Janeiro e suas atuações frente aos acontecimentos que violentam a população negra e as consequências na sociedade. Metodologia: O presente artigo foi construído como relato de experiência à partir das vivências das acadêmicas da primeira Escola de Enfermagem do Brasil, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto/Unirio na gestão de um Coletivo de negritude. Resultados: Lideranças negras femininas ainda sofrem tentativas de apagamento e silenciamento, além de terem os seus conhecimentos quase sempre postos à prova, como tivemos recentemente em 14 março de 2018 o caso da vereadora Marielle Franco que foi brutalmente assassinada por denunciar vários excessos da polícia militar do Rio de Janeiro e denunciar a atuação de milícias dentro de comunidades carentes que atingiam em sua maioria jovens negros. Esse fato causou grande comoção nacional e internacional e gerou uma rede de apoio entre as lideranças negras e os movimentos sociais, fazendo com que vários movimentos negros se juntassem em uma só voz e gritassem em busca de justiça e reconhecimento. Vários atos e homenagens em

memória da vereadora, foram realizados, incluindo iniciativas parlamentares e atos universitários em todas as áreas de conhecimento. Discussão: Mulheres negras em cargos e espaços de liderança sofrem ações de desencorajamento constante e têm sua capacidade de liderança sempre questionada. No ambiente estudantil universitário não é diferente. Homens e algumas mulheres se negam a conviver com a autoridade e a capacidade da liderança feminina negra com atos de machismo e racismo estruturais da nossa sociedade. Resistir em vários aspectos, como na nossa própria saúde praticando o auto cuidado e denunciando todo tipo de violência sofrida pelo nosso povo nas mais variadas instituições de saúde, sejam elas públicas ou privadas, tem sido uma estratégia de sobrevivência nesse meio amparadas por uma grande rede de denúncias e apoio. "Eu sou porque nós somos"(Franco 2018). Considerações Finais: Conclui-se que os espaços e lideranças ocupadas por mulheres negras ainda está longe do ideal, sobretudo no ambiente universitário, e que essa diáspora só será corrigida quando rompermos o silêncio referentes às violências físicas e psicológicas a que somos submetidas e das tentativas de apagamento da nossa história diariamente e aumentarmos de maneira considerável a participação da mulher negra frente as lideranças na sociedade produzindo ciência com dados que perpassem pelo recorte étnico, racial e social, evidenciando essa desigualdade e superando essa triste marca. Avançando assim para um futuro com menos desigualdades para as próximas gerações.

"Autodeclaração em debate: Refletindo sobre a identidade étnico-racial brasileira." - Natália Pagot Xavier (UFRGS), Jaqueline Ribeiro dos Santos Machado (UFRGS). Mesmo após 120 anos da abolição da escravatura, se nota um lento processo de acolhimento da população negra no Brasil, iniciado pela incansável e inspiradora força do movimento negro, na busca ao acesso à educação pública e de qualidade. A opressão ao povo negro não findou, porém esse assunto é mantido como um tabu dentro da maioria das instituições de ensino, fazendo-se crucial refletir, debater e construir novas perspectivas. A partir de experiências como mulher negra, sentiu-se a necessidade de expandir e dialogar com as crianças negras, fomentando a auto-estima e o olhar-se de forma positiva, percebendo-se na sociedade brasileira. Construindo assim ferramentas que fortaleçam, que protejam os jovens negros e combatam o racismo institucionalizado no Brasil. Foram realizadas atividades dentro de diferentes instituições públicas, com turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, todas com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) baixo, incentivando a melhoria da qualidade de vida e do ensino dos estudantes. Acredita-se que a educação permeia os diversos temas da vida do aluno, incluindo, a identidade étnico-racial, o preconceito e as vulnerabilidades sociais. Trabalhos ligados à temática étnico-racial são pontuais dentro das escolas, sendo a oficina "Autodeclaração em debate", apresentada no Salão de Ensino/ Ações Afirmativas UFRGS 2017, um termômetro que impulsionou a ampliação e construção desta proposta de projeto, executado em três etapas: REFLETIR, EXPRESSAR e COMPARTILHAR. Através da instigação iniciou-se uma conversa sobre autodeclaração: conceitos, origens e histórias, adentrando aos poucos na palavra raça e suas designações biológicas e sociais. Propôs-se uma atividade reflexiva de declaração de imagens fotografadas no projeto HUMANAE de Angélica Dass, processo semelhante as pesquisas e censos até 1991. Com objetivo de debater o quão complexo é o processo de autodeclaração, concomitantemente a reflexão da história e da identidade étnico-racial brasileira e de si próprio. Após esse momento, foi aberto espaço para a construção da expressão artística, onde o aluno teve a possibilidade de manifestar como se vê, levando em conta as reflexões, vivências e sentimentos próprios de cada um. Acredita-se que a arte é uma fonte inesgotável de possibilidades, na qual expressa-se livremente a diversidade que se encontra na sala de aula. A última etapa consiste em um momento de confraternização da comunidade escolar para a exposição dos trabalhos realizados durante o projeto.

"Cidade Criativa como ferramenta de Segurança Pública." - Vinicius Cainã Rodrigues de Araujo Santos (UNESP). No relatório divulgado pela ONU HABITAT "Estados de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012 – Rumbo a una nueva transición urbana" observamos uma análise da urbanização e da inovação nos países da América Latina e Caribe com foco em um desenvolvimento urbano sustentável. Entre os principais problemas citados no relatório está a questão da segurança pública; os altos índices de violência nas cidades latino-americanas e caribenhas são relacionados à fatores como pobreza, desemprego e a ausência de espaços públicos de qualidade que possibilitem maiores interações entre as pessoas e opções de lazer, essenciais para a qualidade de vida nos centros urbanos. Nas áreas de maior ausência desses espaços públicos de qualidade vemos que, no melhor dos casos, um campo de futebol ou um salão comunitário são as únicas ofertas de espaço público além das ruas. De acordo com o relatório, essa carência de espaços públicos está diretamente ligada aos altos níveis de violência e de corrosão do tecido social. Na cidade de São Paulo enxergamos vários espaços com potência criativa para além das regiões centrais. Esses territórios férteis localizados nas periferias da cidade, também sofrem das mesmas carências e problemas que foram expostos. O presente trabalho tem por objetivo identificar e mapear as criações e fomentos desses territórios públicos de qualidade que expandem a malha de espaços criativos para além das regiões centrais da cidade de São Paulo. Uma vez identificadas as iniciativas nesse sentido, se faz possível a análise deste outro tipo de relação entre os cidadãos e o espaço em que eles vivem. Não só, potencializar esses territórios atende a grande concentração de demandas da juventude negra e de periferia da cidade de São Paulo. Um conjunto consistente de políticas públicas voltadas à educação de qualidade em todos os níveis, qualificação profissional e inclusão produtiva, acesso a equipamentos de esporte, cultura e lazer nas cidades; ou seja, a inscrição definitiva de um lugar de prioridade à juventude negra no projeto de desenvolvimento local nos permite vislumbrar um futuro de vida digna para todos e o design social se faz presente nesse campo de possibilidades. Em primeiro momento está sendo realizado a revisão bibliográfica e a previsão para o segundo momento é a pesquisa de campo.

"Curso de Capacitação para os profissionais de saúde com a temática:Raça, Gênero e Violências - Interfaces com o SUS." - Andreia Lohane Resende Simplicio (UNB). Trata-se de um Projeto de Intervenção de Estágio Obrigatório em Serviço Social, que objetiva contribuir com o enfrentamento do Racismo Institucional no atendimento de vítimas de todos os tipos de violência, com exceção de violências urbanas. A análise de dados advindos do preenchimento do quesito raça/cor que foram estabelecidos pelas pesquisas do Núcleo de Estudos de Programas para os Acidentes e Violências confirma as barreiras sociais e institucionais que perpassam pelo preenchimento de Fichas de Notificação de Violência. É necessário compreender o direito à saúde de maneira racializada, pois esta compõe substancialmente o tripé da Seguridade Social.Sendo assim objetiva-se um tratamento humanizado, capaz de abranger as especificidades de grupos populacionais

com demandas diversas. A proposta do projeto é promover um curso de capacitação com a temática: Raça, Gênero e Violência, tendo como público alvo os profissionais de saúde que atendem casos de violência no Distrito Federal. Estima-se que o profissional de saúde seja também um agente promotor de direitos equânimes e para isso, visar o debate da equidade como ponto de partida para um caminho voltado à desconstrução do ideal de democracia racial - este que incide na construção da igualdade como base de discurso dos profissionais de saúde.

"Discussões e Práticas de Ensino: Revisitando a Lei 10.639/03." - Patrícia Aparecida Monteiro da Silva (PREFEITURA DE IBIRITÉ), Magda Antunes Martins (Escola Municipal Vereador Jesus Milton dos Santos)**.** O presente trabalho tem como objetivo analisar ações realizadas em instituições de ensino de Contagem/MG, baseadas na Lei 10.639/03 e como essas ações contribuem para instituir a obrigatoriedade do Ensino de História e cultura afro-brasileira nas escolas. Além disso, é discutido como o currículo escolar que atende a modalidade EJA poderá contribuir com as discussões sobre o feminino negro presente nessa modalidade de ensino. Outro foco de análise foi a análise do Projeto Equidade-Juventude Negra, desenvolvido nos níveis fundamental e médio, com o objetivo de enfrentamento ao racismo e combate à violência contra a juventude negra. Segundo (DAYRELL, p 1107, 2007) "O jovem que chega às escolas públicas, na sua diversidade, apresenta características, práticas sociais e um universo simbólico próprio que o diferenciam e muito das gerações anteriores". O projeto foi idealizado com ações pedagógicas que possibilitaram a discussão sobre o tema, a interação entre os colegas e ampliação do conhecimento acerca da cultura e história africana. Diversas áreas do conhecimento foram contempladas, permitindo trabalhar com várias disciplinas e um mesmo tema, proporcionando enriquecimento aos estudantes. Outra análise realizada diz respeito a Educação Infantil, em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil 1996) ressalta que a educação infantil é parte integrante da educação básica e traz uma reflexão, que independentemente do grupo social e/ou étnico-racial é importante que essas instituições reconheçam seu papel e função social de atender às necessidades das crianças, constituindo-se em espaço de socialização e convivência. O projeto "Educação Infantil e práticas promotoras da igualdade racial" trabalhou os conhecimentos sobre a África tais como História e localização da África no globo, lendas africanas, heróis afro-brasileiros, princesas negras, diferenças da pele, de cabelo, quebra de estereótipos e preconceitos relacionados ao cabelo, que cor usar para colorir a pele negra (cor de pele) entre outros. Por isso, nossa proposta é fazer um relato de experiencia a partir de algumas práticas de ensino. Elucidando a importância da questão étnico-racial no currículo escolar. Contemplando também as contribuições do contexto acadêmico nas discussões sobre o tema.

"Educação Escolar quilombola em Minas Gerais - Uma modalidade em construção." - Andréia Martins da Cunha (UFMG). Esta comunicação oral refere-se ao levantamento inicial sobre as escolas quilombolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, feito por ocasião da reelaboração do projeto de pesquisa apresentado ao programa de pós-graduação em Educação Diversidade e Inclusão social FaE/ UFMG. Tem como objetivo expor o caminho normativo atual para a construção e fortalecimento da modalidade dentro do sistema estadual de educação básica de Minas Gerais. Nesse sentido, apresenta as ações normativas desenvolvidas no âmbito da SMT/ SEE-MG, desde a audiência pública sobre a educação escolar quilombola, ocorrida em 2015, até a publicação das Diretrizes Estaduais para a Educação Escolar Quilombola em 2018. Além da contextualização da audiência pública, pretende-se analisar: RESOLUÇÃO SEE nº 2.796 de outubro de 2015, que cria o GT da Educação Escolar Quilombola e suas deliberações. Pretende-se analisar também a Resolução SEE nº 2945, de 18 de março de 2016, uma normativa que atenta para as especificidades do processo de escolha de servidores ao cargo de diretor e à função de vice- diretor para exercício em escolas estaduais quilombolas, e, a Resolução SEE nº3658, de 24 de novembro de 2017, que institui as Diretrizes Educação Escolar Quilombola em MG. A apresentação desses instrumentos será cotejada com o dispositivo jurídico nacional, a Resolução CNE 02/2012. Também é objeto desta comunicação discorrer sobre as proposições de formação de professores quilombolas em Minas Gerais, desencadeadas pelo sistema de ensino e por instituições formadoras, como as universidades e, em que medida essas ações, derivadas das políticas para implantação da modalidade, revelam a emergência de um sujeito coletivo: professores/as quilombolas. Orienta-nos a indagação sobre a coerência entre a formulação de políticas educacionais específicas e as especificidades dos povos de comunidades tradicionais quilombolas. Assim, com base no acesso ao debate ocorrido no Grupo Professores Quilombolas MG, constituído no percurso da implantação desse quadro normativo, pretende-se verificar os impasses, dilemas e perspectivas apontadas por professores/as e lideranças/as quilombolas, mobilizados pela Resolução SEE Nº 3677/2018, que dispõe sobre o processo de designação para escolas estaduais em territórios remanescentes de quilombo. Considerando as discussões sobre a perspectiva do Movimento Negro Educador (GOMES, 2018) pretende-se estabelecer paralelos entre a ação dos grupos envolvidos nesta trajetória de construção normativa e os pressupostos que integram o entendimento sobre a dimensão educativa na ação coletiva de professores/as e lideranças quilombolas no contexto da educação escolar quilombola e, conseqüentemente sobre as muitas dimensões da Educação das Relações Étnico-Raciais.

"Em nome da liberdade: a Revolta de Carrancas e o protagonismo afro-brasileiro em Minas Gerais no Século XIX." - Maria Eunice Natalino (Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania). Este artigo tem como objetivo apresentar duas importantes iniciativas protagonizadas por homens e mulheres escravizados nos séculos XVIII e XIX, em Minas Gerais. A primeira refere-se ao processo de luta e afirmação da alteridade negra representado na transcrição da petição de um descendente de africano liberto para renovação do exercício da função de Juiz de Vintena, em 1756. De acordo como o Direito Português, o juiz de vintena era aquele eleito pelas câmaras municipais na proporção de um para cada vinte vizinhos, com competência para julgar questões de pequeno valor, fato que denota a competência e reconhecimento social desse liberto. O segundo episódio refere-se à Revolta de Carrancas, ocorrida em Minas Gerais, no século XIX e protagonizado por homens e mulheres escravizados/as. O movimento, pouco conhecido pela historiografia oficial, corresponde a uma das mais marcantes lutas pela liberdade no Brasil e ocorreu na Freguesia de Carrancas, São Tomé das Letras-Minas Gerais, no dia 13 de maio de 1833, portanto, meio século antes da promulgação da lei 3.353, conhecida como Lei Áurea. Ao contrário do que é comumente propagado pelos discursos hegemônicos, os/as negros/as nunca se conformaram com o cativeiro e

desenvolveram diversas estratégias de enfrentamento. Motivados pelo anseio de liberdade, escravizados/as das Fazendas Campo Alegre e Bela Cruz se rebelaram provocando uma sangrenta batalha na região. O episódio deu origem a um processo de mais de 400 páginas cujos originais encontram-se arquivados no Arquivo Público Mineiro) das quais destacam-se as páginas 25 e 25-v, que contém o ofício das autoridades locais informando sobre a rebelião. Os documentos citados foram resgatados por meio de pesquisa desenvolvida dentro do Projeto Caminho & Memória, desenvolvido por servidora da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, o qual tem como objetivo estimular a apropriação da memória histórica de Minas Gerais e do Brasil por meio da promoção de datas, fatos, ações e personagens importantes com destaque para a participação social, valorização do processo de luta social, afirmação, conquistas sociais e difusão do conhecimento. Essa ação vai ao encontro do que propugna a Lei Federal 10.639/2003, que obriga o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica e reforça a compreensão de que trazer à visibilidade narrativas afro-brasileiras é uma forma de garantir a efetividade dos Direitos Humanos.

"Escurecendo a Universidade: Racismo, saúde mental e subjetividades." - Tainá Aparecida Araújo Ricardo (UFU). O racismo possui tipologias institucionais e institucionalizadas tendo como sustentação o preconceito e a discriminação racial. No Brasil identifica-se discursos e práticas cotidianos que difundem estereótipos pejorativos á determinado grupo racial, que inicia num processo histórico, tendo como base de escravização e comércio de pessoas negras no período colonial, com tentativas constantes de apagamentos subjetivos e culturais. Com promulgação da lei Áurea, os negros experimentam a liberdade, porém sem recursos que garantisse o acesso à saúde, moradia, remuneração e educação. Essas lacunas contribuíram com a situação de abandono social que a população negra herda até os tempos atuais. O objetivo deste artigo é compreender a forma como as instituições, em especial a Universidade Federal de Uberlândia corrobora com a reprodução do racismo. A partir da análise institucional de discurso, as maneiras que o preconceito racial pode ser percebido dentro da instituição universitária e seu impacto na vida cotidiana e na saúde mental desses sujeitos, pretende-se dar voz a docentes e discentes autodeclarados negros de referida Universidade situada no Triângulo Mineiro. A análise institucional de discurso é um método que pensa as práticas humanas a partir das instituições, formadas pelas relações que se legitimam enquanto seus discursos e atos se repetem e são instituídos. A análise é realizada a partir do conjunto mínimo de conceitos: instituição, discurso e sujeito, na tentativa de identificar as maneiras em que eles se repetem e se legitimam socialmente nesses espaços. Esse método será aqui um dos recortes possíveis para se falar sobre as maneiras que o preconceito racial se concretiza e perpassa na realidade de docentes e discentes negros dentro da Universidade. Com análises individuais e cruzadas, percebemos alguns temas que foram enfatizados de maneira dolorosa, como primeiras experiências com o preconceito racial, que aconteceram dentro do ambiente escolar, e também das marcas psíquicas causadas por este sofrimento. A importância da instituição familiar foi uma das bases citada para realizar o preparo de crianças e jovens para o enfrentamento desse fenômeno e da afirmação da auto estima. Foi levantado a maneira sutil que o preconceito racial aparece dentro dessa instituição, pelo maior nível de conhecimento das pessoas que propagam esses discursos, que muitas vezes conseguem camuflar e manipular suas falas e atos, passando de maneira inconsciente, mas não deixando de causar danos e dores emocionais e psicológicos. Também evidenciaremos no artigo a importância do preparo para os Psicólogos para as relações raciais, para que consigam levar esses fatores em consideração à sua vivência profissional e no cuidado da saúde mental da população negra.

"Gestão democrática e a lei 10.639/03." - Patricia Flavia Mota (UNIRIO). O presente trabalho pretende trazer à discussão, como em meio a tantos retrocessos a Gestão Democrática, meta 19 do PNE (BRASIL, 2014), pode contribuir para a Educação voltada para as relações étnico-raciais, tendo em vista a formação mais completa possível dos sujeitos na Educação Integral. Neste sentido, buscamos verificar, a partir dos movimentos em contextos escolares, como a gestão municipal vem dinamizando seus processos internos em busca de uma política que favoreça a redução do racismo e das desigualdades sociais. Partimos do pressuposto de que indícios mostram que a Gestão democrática pode favorecer a Educação Integral, que trata da formação mais completa possível dos sujeitos. Neste sentido, a implementação de políticas e projetos que contemplem o trabalho com a lei 10.639/03 em todos as possibilidades de formação dos estudantes, pode favorecer a discussão sobre o racismo no país e no mundo, bem como sobre sua reprodução no chão da escola. Assim, Educação Integral como campo de estudo e pesquisas, viabilizada por uma gestão democrática, poderia trazer soluções para a implementação de uma lei que, num movimento de resistência, ainda precisa de luta para que se efetive nos espaços escolares e não escolares. A escolha para diretores, conselhos e grêmios pode (im)possibilitar o avanço de políticas que visam ao fim do racismo em espaços escolares e não-escolares. Neste bojo, a continuidade das políticas públicas e de ações afirmativas pode ser comprometida, sobretudo se a participação, um dos pilares da gestão democrática, não se efetivar nas práticas educativas nas instituições de ensino. Esta investigação se propõe a buscar resultados que levem a uma reflexão sobre a gestão democrática, no âmbito da meta 19 do PNE (BRASIL, 2014) e sobre as políticas que tratam do tempo integral e de propostas que favoreçam a "educação integral". Mas, educação integral, "como conceito em construção" (CAVALIERE, 2015), é uma investigação que demandará mais tempo ainda, pois se trata de definir e mensurar o que forma integralmente os sujeitos. No entanto, sugerimos que, trabalhar numa perspectiva da educação integral talvez seja oferecer aos estudantes o maior acesso possível à atividades diferenciadas e a um currículo construído socio-historicamente pelas escolas, trabalhado com qualidade e de forma significativa para os sujeitos. Num tempo ampliado, haveria mais chances de que isto ocorresse. Questionamos, portanto, se com mais tempo haveria a possibilidade de potencialização do trabalho voltado para a implantação, de fato, da lei 10.639/03 nas escolas. A metodologia utilizada nesta investigação é a análise documental, como técnica exploratória, levantamento bibliográfico e aplicação de questionários.

"Gestão universitária, diversidade étnico-racial e políticas Afirmativas: o caso da UFMG." - Yone Maria Gonzaga (UFMG). Desde a primeira década dos anos 2.000, quando as universidades públicas brasileiras começaram o processo de implementação de políticas afirmativas com recorte social e racial respondendo às pressões dos movimentos negros e populares, o corpo discente universitário "tem

ficado menos branco e elitista", como assegura o pesquisador SANTOS (2015), e essa é uma realidade verificada também nos campi da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Foi essa constatação que me levou a desenvolver a pesquisa de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão, da Faculdade de Educação/ UFMG, que teve como objetivo compreender se o ingresso de maior quantitativo de estudantes negros e negras na UFMG, por meio das políticas afirmativas (bônus sociorracial ou cotas), provocou impactos na estrutura da gestão universitária, principalmente, nas áreas acadêmica, administrativo-burocrática e de permanência. A pesquisa qualitativa teve como pressuposto metodológico o Estudo de Caso. A coleta de dados foi realizada por meio de estudo de documentos institucionais e entrevistas semiestruturadas com 09 gestores/as, sendo: a Vice-reitora, 07 Pró-Reitores/as e o Diretor de Assistência Social da Fundação Universitária Mendes Pimentel. Os dados foram analisados tendo-se como referência alguns pressupostos da Teoria da Análise do Discurso. Ao final do estudo, verificou-se que as ações viabilizadas pela universidade com vistas à garantia do direito dos/as estudantes são reações seletivas às demandas impostas pela presença da diversidade racial no corpo discente e não fruto de um planejamento integral para garantir a institucionalização da política pública afirmativa, o que pode ser explicado a partir da compreensão do histórico da constituição das universidades no Brasil, de forma geral e, da UFMG, em particular. Criada para atender aos interesses das elites, a universidade já nasceu imersa no racismo institucional de origem e, por razões históricas e políticas, continua operando com imaginários de subalternização e de inferiorização dos sujeitos negros, seus conhecimentos e suas histórias. Os estereótipos herdados do cientificismo do século XIX se naturalizaram nos processos de gestão e me levaram a concluir que a presença desses/as estudantes não provocou impactos na estrutura de gestão universitária. Embora reconheça a relevância das modificações administrativo-burocráticas, acadêmicas e de permanência que vêm sendo implementadas pela instituição nas últimas duas gestões, elas ainda não apresentam a radicalidade que a política afirmativa requer da universidade.

"Limites e superações do trabalho da defensoria pública na área das execuções penais e o racismo brasileiro no sistema penal." - Bárbara Dourado (UEM), Sara de Jesus Araujo (UEM). Esse trabalho etnográfico tem como objeto a Defensoria Pública de Cianorte-PR no que consiste sua atuação na área das execuções penais. Buscou-se compreender a dinâmica de trabalho dos membros da defensoria, a relação estabelecida entre os mesmos e seus atendidos. Para isso, a técnica da entrevista foi utilizada, assim como a "observação assimétrica" durante o período que a pesquisa fora realizada. Tendo como objetivo evidenciar os limites e superações do trabalho da defensoria pública, esta pesquisa visa também estabelecer o caráter outsider dessa instituição dentro do poder judiciário brasileiro, a qual apresenta alta eficácia na execução dos direitos das minorias políticas e, consequentemente, na diminuição sistêmica das desigualdades e que é, além disso, agente de transformação social. Nesse caso, o trabalho apresenta recorte racial no que consiste em salientar o racismo relacionado ao sistema penal brasileiro e o papel da defensoria pública nesse processo histórico.

"Mulheres e Homens com Anemia Falciforme no Estado do Pará: Gênero, Renda, Racismo Institucional e a Importância do Aconselhamento Genético como Direito Humano no Estado do Pará, Amazônia." - Ariana Kelly Leandra Silva da Silva (Secretaria de Educação do Estado do Pará). A Anemia Falciforme (AF) é a doença genética que mais ocorre ao redor do mundo. No Brasil, 3.500 crianças nascem com Hb SS, sendo que, no Estado do Pará, Amazônia, a AF acomete 1% da população, cujo cotidiano biossocial é associado ao diagnóstico tardio, dificuldade de acesso a atendimento/tratamento em serviços de saúde pública e desinformação sobre a doença no planejamento familiar. Assim sendo, levantamos dados a respeito do aconselhamento genético no Estado do Pará, com o intuito de analisar como esse direito humano é vivenciado por mulheres com AF. A metodologia aplicada foi a pesquisa qualitativa em saúde, com questionários semiestruturados sobre dados socioeconômicos e clínicos de um grupo de pessoas com DF, com 23 mulheres e 08 homens entre 18 e 46 anos de idade, no Hemocentro Regional do Estado do Pará, utilizando a análise de conteúdo e conversas com finalidade para a obtenção de generalizações dos relatos descritos. Resultados preliminares indicaram que os participantes da pesquisa, além de não ter acesso guiado ao aconselhamento genético no referido hemocentro – e em outros locais de atendimento de urgência e emergência na capital e no interior do Estado do Pará –, ainda convivem com o racismo institucional, pois são orientados a "evitar filhos" devido ao risco da gravidez, mais elevado entre mulheres com AF, sem considerar a possibilidade de um acompanhamento diferenciado. Em relação à renda familiar, o índice entre as mulheres é menor, pois as mesmas dependem mais de verbas do Governo Federal para manter os custos de tratamento, já que 57% delas recebem até 1 (hum) Salário Mínimo (SM) por mês advindo, exclusivamente, do "Auxílio Doença". Quando consideramos o grupo total, verifica-se que 68% deles/delas recebem até 1 SM por mês (R$880/U$ 280), o que destaca a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos entrevistados. Em conclusão, é importante frisar que, apesar da limitação no orçamento doméstico e dos possíveis riscos que englobam uma gravidez, entendemos que é necessário implementar oficialmente o aconselhamento genético não apenas no Hemocentro local como também em diversos setores de saúde pública de todo o Estado do Pará, a fim de garantir um atendimento humanizado que considere o direito reprodutivo e o planejamento familiar para pessoas com AF por ser um direito humano, devendo ser inserido no contexto de políticas públicas de Saúde da População Negra, com a ampliação de informações em saúde sobre a própria doença e a garantia de escolha de mulheres e homens com uma doença genética, além de fomentar a educação continuada para os diversos profissionais na área da saúde com a finalidade de dirimir o racismo institucional ainda vivenciado pelo grupo em questão e discutir relações de gênero no Sistema Único de Saúde.

"Negros (as) em Fortaleza/Ceará: Elementos Iniciais de uma Pesquisa de Mestrado." - Ariadne Maria Rios Ribeiro Oliveira (UNILAB). O presente trabalho, está em andamento, e sendo realizado no Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologia Sustentáveis (MASTS), na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada na cidade Redenção/Ceará, na linha de pesquisa em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade. Titulado como Negros e Negras em Fortaleza/Ceará: Relação com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicilio (PNAD), na Construção de ser Negro (a) no Ceará. Essa pesquisa objetiva em compreender e analisar a realidade da população negra, junto com os impactos dos fatores sócios demográficos. Fatores esses como renda, escolaridade, moradia, trabalho, entre outros, que irão viabilizar como estes fatos impactam ou não no pertencimento racial da população negra do

município em questão. Será uma pesquisa descritiva e quantitativa, e pretende-se utilizar os bancos de dados da PNAD, entre o período de 2011 à 2016, para realização da pesquisa no programa do MASTS, fazendo enfatizar a questão racial. No referencial teórico, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre o ser negro no estado do Ceará, uma conjuntura que ainda persiste no estado cearense, sobre o mito da invisibilidade da população negra cearense e em especial o recorte para a capital Fortaleza. Compreender suas características sociais atuais, além de organizar, tabular e agregar os dados da PNAD sobre os negros e negras do Ceará, que poderão ser utilizados por diversos (as) pesquisadores(as) de áreas distintas que buscam aprofundar conhecimentos nesta temática. O objetivo geral, consistem compreender e analisar os impactos dos fatores sócio demográficos, como renda, escolaridade, moradia, trabalho, entre outros, da vida de negros e negras no Ceará. E o objetivo específico, visa identificar as condições de vida de negros e negras no Ceará, segundo os dados do PNAD, como também analisar os dados do PNAD da população negra cearense e os possíveis impactos no fortalecimento do pertencimento racial. O presente estudo busca contribuir para o debate sobre o ser negro/a no estado do Ceará e está em início de desenvolvimento, porém destaca-se desde já o desconforto que o tema provoca, ou seja, a existência de negros (as) no Ceará.

"O Quilombo, a Favela e o Estado: Criminalização das Classes Populares e Políticas Públicas de Educação." - Danielle Tudes Pereira Silva (Prefeitura de Angra dos Reis)

O trabalho ora apresentado constitui projeto de pesquisa em curso no Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ). Tem como foco principal as políticas públicas em educação, mais especificamente, a construção curricular oficial e sua repercussão nas relações de pertencimento dos jovens negros ao território do Bracuí e seu processo histórico de criminalização, no município de Angra dos Reis – RJ. Para tal, trabalhamos com documentos curriculares oficiais produzidos no referido contexto e com estudos de caso/histórias de vida de ex-alunos da Escola Municipal Áurea Pires da Gama que atende do 5º ao 9º ano de escolaridade e recebe os estudantes das escolas de anos iniciais do território. Dessa forma, se constitui a questão norteadora da pesquisa: as políticas públicas em Educação, considerando as escolas como espaços/tempos importantes de aprendizagens, podem contribuir para que os jovens negros não sejam vítimas da criminalidade ou a adotem como perspectiva de vida? Nesse esforço de entendimento e interpretação, adotamos o pensamento decolonial como chave de compreensão e estabelecemos diálogos com Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander e outros. Assumimos a proposição de perspectivas teóricas que questionam a pretensão de análises universalizantes e se propõem a compreender como nosso processo de colonização permanece em curso, ressignificado e cristalizando relações desiguais. Pata tal, propomos que a pesquisa seja realizada através de práticas fundadas em uma abordagem qualitativa, tendo como metodologia a realização de análise documental e de três estudos de caso de ex-estudantes da escola, considerados representativos de casos análogos. Como técnica de pesquisa recorreremos também às entrevistas semiestruturadas, de forma a garantir um certo grau de diretividade e, ao mesmo tempo, garantir liberdade aos entrevistados, inclusive para a inclusão de documentos ilustrativos e auxiliares das memórias, como fotografias e outros. Nessa acepção, apontamos também a história de vida como procedimento relevante para a reconstrução das trajetórias singulares e, ao mesmo tempo, plurais. Ressaltamos ainda que a pesquisa supõe diálogos e movimentos, portanto é possível que, em seu percurso, seja necessário o emprego de outros procedimentos mais indicados para o seu cumprimento.

"O sujeito "de cor" no imaginário acadêmico: a História pública à luz da cultura legal." - Lucimar Felisberto dos Santos (Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias e de Guapimirim). O status quo da História tem mudado nos últimos anos. Destacadamente, em função de contendas sobre a memória coletiva e o dever de memória de específicos grupos humanos. A questão da memória tem, assim, ganhado espaços públicos, do que se vê reflexo na vasta produção editorial, audiovisual, museológica, entre outras, que mobiliza saberes históricos, articulando demandas por esse tipo de conhecimento vindas de diversos setores da sociedade civil e do Estado. A proposta de reflexão com a pretendida comunicação passa por analisar essa chamada história pública que vem recebendo visibilidade nos últimos anos. Mas são principalmente dois os eixos de análise com os quais se quer dialogar – ambos envolvendo uma denominada cultura legal. O primeiro diz respeito aos novos sujeitos do imaginário acadêmico – destacadamente aqueles que já foram denominados "desclassificados" ou "de baixo", mesmo antes da consolidação do processo de racialização que teve como principal expressão a institucionalização do racismo na sociedade brasileira. O segundo tem o sentido de refletir a luz de novos argumentos sobre o conceito que, em verdade, propiciou a propagação de uma metodologia de análise das fontes jurídicas que, a contrapelo, revisitou leis e acordos assinados (como as abolicionistas, a 10.639, o Estatuto racial etc.), que deixaram entrever os modos operantes de resistência das pessoas daquelas categorias.

"Os Riscos Psicossociais de ser negra (o) na graduação em Psicologia." - Thais Fernanda Gonçalves de Lima (Universidade Ibirapuera - UNIB). O Brasil foi um dos últimos países da América a abolir a escravidão, isso nos leva a refletir sobre a dificuldade da população negra de adquirir direitos sociais que possibilitassem sua constituição enquanto sujeito, sendo um dos direitos, por muito tempo negado, o direito à educação no ensino superior. Este estudo tem por finalidade, identificar os riscos psicossociais na saúde mental, física e psicológica que podem afetar os estudantes negros (as) durante a graduação do curso de psicologia. A Psicologia sendo um curso que durante a formação nos leva a refletir sobre as relações, sobre o cuidado pelo outro junto, não pode deixar de ter um olhar para a construção da identidade do sujeito negro. Sendo assim, a falta deste cuidado em narrativas apresentadas durante a formação que não dialogam com o fortalecimento da construção de identidade negra podem levar o sujeito não sentir-se pertencente ao espaço acadêmico, o expondo à riscos estressores produzidos neste ambiente acadêmico, que podem afetar sua saúde mental e psicológica. A relevância deste projeto de Iniciação Científica reside na busca pela criticidade na formação em Psicologia, para que ela possa ser revisada e contemple o fato de o racismo e a desigualdade social fazerem parte da atuação política, social e cultural na formação do psicólogo, . Porém, se a formação for hegemônica e centralizada apenas em conhecimentos e metodologias teóricas e práticas branca-europeias, não conseguiremos avançar na importante discussão sobre o combate ao racismo que afeta o sujeito negro durante a graduação. A ausência

de representatividade, de estudantes pares, professores, escritores e teóricos negros durante a formação de Psicologia, supõem que afeta a saúde mental, psicológica e física do estudante negro levando-o ao adoecimento e o não pertencimento do espaço acadêmico como possibilidade para ele enquanto sujeito. A relevância deste projeto de Iniciação Científica reside na busca pela criticidade na formação em Psicologia, para que ela possa ser revisada e contemple o fato de o racismo e a desigualdade social fazerem parte da atuação política, social e cultural na formação do psicólogo, . Porém, se a formação for hegemônica e centralizada apenas em conhecimentos e metodologias teóricas e práticas branca-europeias, não conseguiremos avançar na importante discussão sobre o combate ao racismo que afeta o sujeito negro durante a graduação. A ausência de representatividade, de estudantes pares, professores, escritores e teóricos negros durante a formação de Psicologia, supõem que afeta a saúde mental, psicológica e física do estudante negro levando-o ao adoecimento e o não pertencimento do espaço acadêmico como possibilidade para ele enquanto sujeito.

"PolÍtica de ações afirmativas: averiguação de ingresso e permanência de pretos, pardos e indígenas na UDESC." - Brenda Kathleen da Costa (UDESC). A partir do sistema de ações afirmativas a implementação de cotas nas universidades públicas, aprovado no Congresso Nacional pela Lei Federal 12711/2012 junto com o decreto Nº 7824 de 11 de outubro sancionado no mesmo ano, – instituiu-se a obrigatoriedade da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas, nos vestibulares das instituições federais de ensino. As ações afirmativas apresentam-se como medidas reparatórias que buscam alinhar desigualdades e discriminações sofridas; o Observatório de Políticas de Ações Afirmativas - OPAAS NEAB/UDESC, constitui uma ferramenta de averiguação do êxito dessas implementações de politica institucional, bem como verificar se há ineficiências desta política de Ações Afirmativas, para que estas possam ser revisadas de acordo com suas devidas necessidades de manutenção. Dado este contexto, objetivamos, com base nos computados pelos OPAAS referente às AA's na UDESC, assim como outras instituições de ensino superior já têm feito há 10 anos, e utilizando autores como Kagenbele Munanga, Joana Célia dos Passos, Ilse Scherer-Warren, Cidinha da Silva, Hilton Costa, André Pinhel, Marcos Silva da Silveira e Marcelo Tragtenberg, estruturar o pilar teórico, com vistas a eficácia na inserção e matrícula de pretos, partos e indígenas na Universidade do Estado de Santa Catarina. Os resultados obtidos até então indicam que as politicas institucionais facilitam o ingresso de PPI's, mas não garantem a sua permanência.

"Política de cotas na UNEB e desenvolvimento: uma análise sobre as projeções dos alunos cotistas do curso de administração e a percepção sobre a sua influência no seu território de origem." - Eloá de Jesus Dos Santos (UNEB). O presente artigo socializa os resultados de um estudo realizado com os discentes de Administração do Departamento de Ciências Humanas-I da Universidade do Estado da Bahia. Que tem o objeto analisar as projeções dos alunos cotistas do curso de bacharelado em Administração, bem como identificar quais são a percepção dos mesmos em relação as possibilidades de promoção de desenvolvimento no seu território de origem. Em relação ao percurso metodológico, esse trabalho partiu de uma revisão de literatura e pesquisa documental para a definição das categorias de análise, que foram: Administração, desenvolvimento territorial, ações afirmativas e sistema de cotas. Optou-se pela análise e estruturação desta pesquisa a abordagem qualitativa e para o levantamento de dados primários, na fase de pesquisa de campo, foi construído um grupo focal com alunos cotista do oitavo semestre. Os dados coletados foram obtidos através de gravação de áudio e, posteriormente, analisados à luz da análise de conteúdo. Os resultados apontam que a maioria dos discentes projetam fundamentalmente a estabilidade financeira e aprimoramento acadêmico, não contemplando a possibilidade de influência territorial.

"Política de promoção da igualdade racial: limites e possibilidades para o enfrentamento ao racismo." - João Carlos Pio de Souza (Secretaria de Estado de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania). O Brasil é o segundo país do mundo com a maior população negra fora da África, totalizando cerca de 90 milhões de pessoas que se declaram pretos e pardos, e foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão há 130 anos atrás. Por muito tempo o disfarce da "democracia racial" escamoteou a realidade dos morros, as disparidades no acesso à educação, ao trabalho, à saúde, as terras e a tantos outros campos da vida social, econômica e política do país. O Brasil é o segundo país do mundo com a maior população negra fora da África, totalizando cerca de 90 milhões de pessoas que se declaram pretos e pardos, e foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão há 130 anos atrás. Por muito tempo o disfarce da "democracia racial" escamoteou a realidade dos morros, as disparidades no acesso à educação, ao trabalho, à saúde, as terras e a tantos outros campos da vida social, econômica e política do país. Em 1996, o movimento social negro, realizou a Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, fato histórico que contribuiu para desmascarar a ideologia do racismo e solapar a ideia do Brasil com paraíso racial. Em 2001, a III Conferência contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e discriminações correlatas ocorrida na África do Sul, contribui para aprofundamento das políticas de ação afirmativa no Brasil. A declaração e o plano de ação de Durban se constituíram em ferramentas importantes para a instauração do processo de materialidade das políticas para a população negra no Brasil. Podemos mesmo afirmar que a Conferência de Durban obrigou o Congresso Nacional a aprovar projetos que há nãos estavam engavetados, a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial. Considerando a profunda desigualdade racial no Brasil, neste texto o objetivo analisar as políticas públicas de promoção de igualdade racial no Brasil tendo como marco o processo estabelecido a partir de 2001 com a realização da IV Conferência sobre racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as intolerância correlatas. A ideia central é identificar quais os impactos efetivos das políticas de promoção de igualdade racial no enfrentamento ao racismo e à superação das desigualdades raciais, identificando os seus limites e suas possibilidades.

"Políticas afirmativas e realidade psicossocial das universidades: novas dimensões do enfrentamento ao racismo." - Suely Virgínia dos Santos (Autônoma). Este texto é um desdobramento da pesquisa realizada no curso de mestrado . Ele focaliza a universidade pública como uma modalidade de empresa do Estado, que produz conhecimento por meio de pesquisas e segue reproduzindo-o através do ensino. Este tipo de instituição foi criado com base no racismo, e ainda permanece comprometido com mecanismos que discriminam e subalternizam a população negra (GONZAGA, 2017, p. 06). Sua estrutura organizacional (gestão e grades curriculares) racista não só atinge o psiquismo dos(as) estudantes negros(as), como também afeta os seus corpos através das condições de ensino-aprendizagem e

produção científica (VASCONCELOS & FARIAS, 2008) que lhes oferece. Apesar desse ambiente insalubre, a inserção de negros(as) nas universidades públicas tem sido crescente, devido às políticas de cotas que, inclusive, já alcançaram os cursos de pós-graduação. De certa forma, a afetação física destes(as) estudantes recebe resistência, porque, sua presença sempre propõe ao ambiente acadêmico, outra ideia de "corporeidade acompanhada de uma produção de outras experiências e significados" (GOMES, 2017, p, 115). Mas, resta saber dos limites dessa conduta resistente, considerando que estes(as) negros(as) têm que enfrentar o racismo dentro e fora da universidade, produzir conhecimento e aprender, além de superar frequentes dificuldades econômicas. Assim, o objetivo deste texto é debater sobre a realidade psicossocial do ambiente acadêmico, visando reunir elementos para a elaboração de políticas afirmativas que garantam saúde mental e uma permanência bem sucedida para estudantes negros(as) nesse contexto. A metodologia que fundamenta este trabalho foi pautada em pressupostos qualitativos, desenvolvida por intermédio de entrevistas semiestruturadas, sendo que seu material foi tratado pelos métodos de Análise de Conteúdo e Triangulação de Dados. Os resultados acusaram a presença do racismo institucional nas universidades e destacaram a Psicologia na sua reprodução, especialmente nos cursos de Pedagogia e licenciaturas. Pois, os(as) psicólogos(as) que assumem a docência nos referidos cursos são (ou deveriam ser) habilitados para o ensino sobre o processo de formação da mente e resultante constituição humana, à revelia do tom de pele, origem étnica, geográfica e/ou de classe de qualquer pessoa. Mas, como muitos destes(as) docentes priorizam o ensino e prática da técnica em detrimento da formação humana, cada vez mais, novos(as) educadores(as) e demais profissionais saem das universidades inabilitados(as) para tratar (ensinar-aprender e trabalhar com) seres de quaisquer pertencimentos étnicos, de classe ou gênero (SANTOS, 2016).

"Políticas culturais para negros: uma análise das ações do minc voltadas para o público negro entre 2011 e 2014." - Rodrigo de Souza Francisco (UNIPAMPA). O presente artigo busca analisar de forma ampla as ações do Ministério da Cultura voltadas para o público negro no primeiro governo de Dilma Rousseff, se aprofundando na implementação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, na elaboração do Plano Setorial para Cultura Afro-brasileira e na Rede Cultura Viva Afro-brasileira. Embora a comunidade negra no Brasil seja preterida na atribuição dos recursos públicos, os negros deste país acabam por resistir no exercício de sua arte e cultura, mesmo que por vezes sejam invisibilizados. É dentro deste quadro de resistência e no caráter de luta pela democratização da cultura e por igualdade racial e regional na distribuição do orçamento público que os agentes negros de cultura buscam discutir a política cultural no Brasil. Com a ideia de analisar ações do Ministério da Cultura no primeiro mandato de Dilma Rousseff, onde o ministério passa por intempéries desde a nomeação de Ana de Hollanda (2011), irei me debruçar no balanço de gestão da Fundação Cultural Palmares do ano de 2011 até 2014, além de analisar o Caderno de Diálogos para o Plano Setorial de Cultura Afro-brasileira e as deliberações da "TEIA Nacional da Diversidade" de 2014, onde foi divulgado a elaboração da Rede Cultura Viva Afro-brasileira. Para contextualização do cenário cultural em âmbito federal será utilizado o texto de Lia Calabre, "Política Cultural no Brasil: Um Histórico", o artigo de Albino Rubim, "Políticas Culturais no Brasil: Tristes Tradições" e o texto de Petrônio Domingues, "Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos", esta última referência com o intuito de mostrar as movimentações negras no Brasil no período getulista onde se estrutura o campo formal da cultura no país e no período da ditadura militar de 1964. Pois mesmos que as organizações e os movimentos negros não assumissem internamente ou em seus nomes um caráter cultural, através do conceito alargado e da dimensão antropológica da Cultura é possível reconhecer esses movimentos anti-racismo como promotora de cultura. Com esta pesquisa, será possível notabilizar a importância de que os produtores culturais envolvidos na cadeia de formação da cultura tenham consciência dos prejuízos gerados pelo racismo e criem novos mecanismos de promoção da equidade racial, além de já utilizarem as políticas já existentes, as políticas de ação afirmativa. Com isso, teríamos um desenvolvimento social igualitário e uma maior distribuição de renda.

"Um estudo interdisciplinar sobre a violência contra a juventude negra brasileira." - Júlio César Ferreira Cirilo (USP), Iara Reis D'Assunção (E.E. Vicente Minicucci). A sociedade brasileira tem se mostrado muito violenta, o que é possível notar a partir do levantamento do mapa da violência, que traça o aumento dos homicídios nas últimas décadas, especialmente nos últimos anos. E a maior incidência de mortes encontra-se entre os jovens de 15 a 29 anos, notadamente negros. O impressionante aumento do índice de mortes no Brasil é superior aos conflitos armados pelo mundo. Este trabalho visa discutir indícios desse aumento da violência contra a juventude negra brasileira nos últimos anos, baseando-se em dados e obras de áreas afins e complementares entre si que tratam da violência pois, os atos de violência contra a juventude são desumanos e levam à reflexão de estudiosos do tema em diferentes áreas: Direito, História, Sociologia, Psicanálise. Cada uma dessas áreas tem uma forma peculiar de entender ou explicar a constância da violência, por isso, a busca por um diálogo interdisciplinar. A sociedade brasileira tem se mostrado muito violenta; somente assim poderia haver motivos que justificassem as altas taxas de homicídio contra jovens negros presentes nos dados dos mapas da violência (Waiselfisz, Ipea). Tais mapas/atlas traçam o aumento dos homicídios na última década, especialmente nos últimos anos. Na primeira parte desta pesquisa foi feita uma pequena amostragem tendo como fonte o mapa da violência, que traz as mortes acontecidas por suicídio, acidente por transporte terrestre e homicídio. Foram selecionados alguns gráficos e tabelas que demonstram um aumento no índice de homicídios contra jovens negros ocorridos no Brasil. E procurou-se apontar algumas causas para explicar esse quadro da realidade brasileira. Posteriormente, abordaram-se algumas áreas como a Sociologia, a História e a Psicanálise, que dialogam com o Direito e lançam luzes ao problema, tendo como base artigos e livros dos especialistas nas áreas mencionadas, o que evidencia a complexidade dessa temática.Depois, procurou-se mostrar como alguns autores do Direito contribuem para o debate da violência, como pensam essa relação entre a aplicação da pena e o combate ou a propagação da violência contra jovens negros. São referências teóricas: S. Adorno, E. Bittar, J. Waiselfisz, Kabengele Munanga, Sueli Carneiro, R. Bastide, S. Freud, De Certeau, N. Elias, P. Endo, F. Piovesan, D.R.C. Cerqueira, R.L. Moura, A.J. Moreira, R. S. Lima. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se o método dedutivo-bibliográfico por meio da sistematização e da discriminação dos livros e artigos utilizados. Além de fontes primárias e secundárias tais como: doutrinas, legislação e periódicos. Os processos metodológicos que foram empregados na elaboração da pesquisa são: dogmático jurídico, histórico e analítico sintético.

Sessão Temática 04

A temática racial, as relações de gênero e a diversidade sexual no contexto educacional: decolonialidade do currículo, dos saberes escolarizados e das práticas pedagógicas

“”Intelectuais negros do Pós-abolição”: oficinas para a reeducação das relações raciais no ensino básico do Rio de Janeiro.” - Carolina Pereira Aguiar (UFRJ), Pâmela Cristina Nunes de Carvalho (UFRJ). O presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de construção das Oficinas “Intelectuais negros do Pós-abolição”, realizadas na Escola Municipal Daniel Piza no âmbito do Projeto “Personagens do pós-abolição”, financiado pela Capes através do Edital Memórias Brasileiras Biografias e do qual as duas autoras são bolsistas (Capes e PIBIC). As oficinas foram construídas coletivamente pelas autoras e pelos bolsistas do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Diversidade UFRJ, sob orientação da Profa. Giovana Xavier, tutora do grupo PET. Compreendendo a escola como um dos principais espaços de sociabilização dos jovens, e o currículo como um campo de constante disputa ideológica, o trabalho se propõe à valorização e reconhecimento de memórias, saberes e noções de intelectualidade produzidas pela população afro-brasileira. Dialogando com a historiografia do pós-abolição, e com o atual contexto de ações afirmativas, Lei nº 10.639/2003 e também com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações raciais, apresentaremos as metodologias, indagações e problemas que envolvem a pesquisa, formatação e realização das oficinas. Interessa-nos o caminho percorrido em conjunto, assumindo o desafio da produção intelectual coletiva, pautada na compreensão de todos os indivíduos como atores e produtores de saberes em potencial. Cabe ressaltar que as oficinas estão sendo realizadas em 2018 com estudantes do 6° e 7° ano da referida escola e que os sujeitos trabalhados são João Cândido, Eduardo das Neves, Maria de Lourdes Vale Nascimento, Paulo Silva e Juliano Moreira, todos intelectuais negros do pós-abolição. O “Almirante Negro”, membro da Marinha Brasileira de Guerra e um dos protagonistas da Revolta da Chibata; o “Crioulo Dudu”, músico-cantor e protagonista da indústria fonográfica brasileira entre os séculos XIX e XX; a escritora, professora, assistente social, jornalista e autora da coluna “Fala a mulher” do Jornal O Quilombo; o professor emérito de música e Maestro, sendo conhecido como “o maior contrapontista da América do Sul” e o psiquiatra, professor da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX, serão aqui – e nas oficinas – encarados como sujeitos de suas próprias histórias e como contribuintes de uma narrativa não seja validada apenas por uma “história única”. Considerando que se tratam de biografias de intelectuais negros que estão à margem das narrativas da história oficial, buscaremos expor o processo de elaboração das citadas oficinas, refletindo sobre os encontros de formação realizados com os ministrantes (Bolsistas do PET Conexões de Saberes Diversidade UFRJ), os desafios e possibilidades de práticas educativas que caminhem num sentido de descolonização do pensamento e reeducação das relações étnico-raciais.

“A emergência de identidades e coletivos em duas ocupações de escolas públicas no Rio de Janeiro em 2016: um estudo de imagens e entrevistas dos estudantes secundaristas.” - Wagner de Queiroz Côrbo (Secretaria Estadual de Educação - SEEDUC/RJ). As ocupações das escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro e o uso das redes sociais caracterizaram a forma de luta estudantil secundarista ocorrida em 2016, no Rio de Janeiro, Brasil. O movimento buscou uma educação pública de qualidade e investimentos na infraestrutura das escolas. Essa comunicação é parte de uma pesquisa de mestrado que procurou identificar reivindicações dos movimentos secundaristas de ocupação e compreender as possíveis transformações ocorridas em duas ocupações OCUPA CAIC/Reverendo e OCUPA Monteiro, envolvendo três escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro, no período de março a junho de 2016. A metodologia adotada nesse estudo, de natureza qualitativa, utilizou a análise de conteúdo textual (BARDIN, 2016, GONÇALVES, 2008) e de imagens (DIDI-HUBERMAN, 2015). A técnica de pesquisa foi aplicada nos manuais de ocupação, nas imagens oriundas das páginas oficiais do Movimento secundarista no Facebook, no arquivo pessoal do pesquisador e no conjunto de entrevistas semiestruturadas de estudantes que ocuparam os colégios. A revisão da Teoria dos movimentos sociais contemporâneos de ação direta e o uso do princípio da horizontalidade nas deliberações coletivas das assembleias estudantis são mediadas pelas redes sociais. Essas são responsáveis pela visibilidade, engajamento e propagação do movimento e tem como referência Castells, (2013). O agir político em Hannah Arendt (2004) fundamenta teoricamente a pesquisa. A liberdade e pluralidade da ação estudantil questiona o controle político do corpo e de seus movimentos pelo sistema disciplinar das escolas. A busca da escola desejada se materializa nas ocupações das escolas públicas e se contrapõe ao cerceamento do espaço comum da escola real, vivido pelos estudantes. O estudo das imagens, textos e entrevistas apontaram, dentre outros resultados, a emergência de uma política de identidades, do uso político dos corpos e do reconhecimento da diversidade de gênero e étnica pelos estudantes. A criação de novos coletivos se deu a partir dos embates das práticas estudantis, eventos culturais, oficinas e debates, assim como o crescimento pessoal se explica pela assunção das responsabilidades assumidas pelos estudantes, das experiências e deliberações coletivas com origem nas assembleias das escolas ocupadas.

“A Marginalização das mulheres negras na história.” - Pollyanna Fabrini Silva (Prefeitura Municipal de Uberlândia). Quando pensamos em lutas sociais negras, sabemos que os movimentos negros sempre foram atuantes, desenvolvendo e articulando processos de melhoria para seus pares. No entanto, assim como acontece na maioria dos processos históricos de luta social, as figuras de liderança dos movimentos comumente

estão vinculadas à imagem masculina. Parece que mesmo nos movimentos negros o cerne da luta ainda é pautado em um contexto que secundariza a história e ações das mulheres negras, se avaliarmos os grandes marcos de movimentos organizados em prol da igualdade racial, as mulheres negras, principalmente na memória histórica, foram inseridas enquanto suplementares. Sabemos que antes mesmo da consolidação de um movimento negro propriamente dito, apontamentos históricos demonstram que já havia organizações negras de várias instâncias e representações. No Brasil, durante o século XIX, as contendas que se referem aos conflitos quilombolas, ações abolicionistas e até mesmo agregações religiosas já circunscreviam o descontentamento do negro pela sua situação social desfavorável. Evidenciar e trazer a tona esses processos sociais pelo olhar feminino e étnico é fundamental para superarmos a marginalização das mulheres negras na história.

"A presença do Negro nos Manuais Didáticos de História da Educação." - Joatan Nunes Machado Junior (UFOP). O presente estudo pretende compreender como os manuais didáticos, da História da Educação, mais editados no Brasil, sobretudo a partir da última LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996, disciplina obrigatória em quase todos os cursos de licenciaturas para a formação de professores da educação básica no Brasil, tratam a questão da presença da História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros em seus textos. Estamos considerando que, não obstante a Lei 10.639 de 2003, que altera a referida LDB e institui o ensino de História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros, as substantivas contribuições dos movimentos sociais que se articulam em torno da causa antirracista e na defesa da preservação do patrimônio cultural africano e afro-brasileiro, e as muitas pesquisas produzidas no interior dos programas de pós-graduação em educação, que focalizam o tema da cultura negra, os referidos manuais não trazem para o debate essa temática. Estamos defendendo que este fato impacta profundamente a condição de os licenciados, que atuam na educação básica, adensarem suas práticas educativas em torno dessas questões, visto a falta de abordagem nos currículos. Os objetos privilegiados nesse estudo são alguns dos principais manuais didáticos adotados, tais como o de Maria Lúcia de Arruda Aranha (1996), Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003) e Paulo Ghiraldelli Jr. (2006), escolhidos, por um lado, a partir do alto número de edições e, por outro, a articulação temporal dessas edições ao contexto, considerando o crescente debate dessa temática. A análise busca explicitar e compreender historicamente a ausência do debate a partir do diálogo com a produção contemporânea de autores, com trabalhos bastante relevantes na área, tais como Marcus Vinicius Fonseca (2007), Nilma Lino Gomes (2017), Boa Ventura de Sousa Santos (2006) Petrônio Domingues (2007) e Surya Aaronovich Pombo (2012). Sendo assim, Silva (2014) essa contra história inserida pela reforma curricular vai de encontro à história tradicional, colocando em xeque a valorização do passado colonial português, produzindo então, uma nova narrativa a fim de ressignificar e reposicionar o sujeito negro na formação histórico nacional.

"As relações reprodutoras do racismo através da escola: O educador e o livro didático." - Gabriella Santos da Silva (UFMT). O presente trabalho busca por meio de pesquisas em livros didáticos identificar e sinalizar o racismo diante do eurocentrismo, do colonialismo e das relações de poder, que historicamente estão presentes no cotidiano brasileiro. O racismo como um todo busca minorar as pessoas negras e suas lutas, baseando-se na ideologia de superioridade, objetificando e adoendo física e psicologicamente, determinando sutilmente territórios, posição social, econômica e cultural. Em outras palavras, o racismo determina que algumas pessoas são superiores a outras, seja pela cor da pele, pensamentos, opiniões, crenças, inteligências, cultura ou caráter. Diante disso, um grande desafio da escola é buscar soluções e não reproduzir discursos carregados de estigmas. Nesse sentido, o livro "A Reprodução" de Pierre Bordieu e Jean-Claude Passeron, traz a escola como "produtora, reprodutora e reforçadora de preconceitos e estereótipos", sobretudo expondo alunos, negros e negras, mulheres e LGBTQ+, em situação de vulnerabilidade, agressão e humilhação, silenciando sujeitos alvos de práticas racistas e preconceituosas. Dessa forma, o que busco aqui é discutir a relação educador-livro didático-escola como possibilitadoras de conhecimentos, visto que as escolas periféricas atendem uma grande maioria de jovens que não tiveram oportunidades de experienciar outras culturas além da que está incluída (o). Pensemos, junto com Guimarães (2003), que o livro didático é, mesmo com seus problemas, uma virtude! Lembremos também, que é ele que simplifica o conhecimento histórico, transformando a História numa grande decoração de datas, períodos e acontecimentos. Ora, apesar disso ele é e continua sendo um produtor e difusor de conhecimentos, é nele que as imagens de história e cultura, como as artes, danças e construções históricas salientam o saber e o conhecer dos jovens periféricos. Por que não trabalhar o olhar mais a fundo e usá-lo para empenhar-se na luta anti-racista, buscando outras fontes, trabalhando com a crítica e a política complementando-o a favor da raça? Portanto, é extremamente necessário que comecemos a pensar no que podemos contribuir como educadores, não entregando todo nosso conhecimento ao simplismo do conhecimento histórico, da histórica eurocêntrica e do ofuscamento das culturas e histórias afro-brasileiras nos livros didáticos.

"Capoeira Angola como proposta pedagógica para lei 10639/2003." - Cristian Emanoel Ericeira Lopes (UFMA). A lei 10639/2003 surgiu fruto de muita luta dos movimentos sociais no Brasil, que viram na educação uma das possibilidades para de fato buscar essa igualdade entre a sociedade, essa lei veio com seu o objetivo de superar um período em que a educação das relações étnico-raciais não se fazia presente de maneira representativa nos conteúdos escolares e só aumentava o distanciamento entre os negros e a educação formal dado por instituições escolares. A partir da lei 10.639/2003, outros documentos vêm sendo publicados a fim de estabelecer oficialmente um processo de ações que envolve atores sociais como o poder público nas 3 esferas de poder, as redes privadas de ensino, universidades, pesquisadores, autores e produtores de materiais didáticos, professores, gestores, organizações do Movimento Negro , pais, alunos e sociedade civil, etc… Com todas essas pernadas e essas movimentações tão grandes abre diversas possibilidades de como se trabalhar, ajudando a sanar as dificuldades de sua aplicação, apontada por muitos professores e gestores, surgiu essa proposta de inserção da Capoeira Angola nas escolas não só como uma prática corporal, associado a educação física. Indo para além disso possibilitando sua filosofia como eixo integrador, entre a capoeira esporte e a capoeira filosofia, integrando as diversas pessoas às suas práticas e teorias, essa arte-luta por ser uma das principais manifestações que busca combater o racismo sendo muito utilizada para o aumento a valorização da identidade étnico-racial na sociedade, trazendo a população marginalizada mostrando outra visão sobre a história, contado de outra

perspectiva, que traz o povo negro como produtor de conhecimento, desmistificando estereótipos associados a nós e não só de coisas negativas como é comum nas escolas. Historicamente a capoeira tem sido uma das principais manifestações do combate ao racismo e da busca pela valorização da identidade étnico-racial e de matriz africana, nela consta suas lutas históricas pela libertação, até a busca por sua valorização nos dias atuais, principalmente no Brasil, onde ainda associamos a capoeira a coisas ruins.A capoeira quebrou as barreiras do preconceito e ganhou o mundo, hoje é mundial sendo muito valorizada fora do seu lugar de origem (Brasil).

"Currículo, decolonialidade e formação docente: impactos da negação epistemológica da diáspora afro-latina na formação de professores de espanhol língua estrangeira." - Rafael dos Santos Lazaro (UNIRIO). Muitos autores discutem a formação de professores de espanhol associada à multiculturalidade , porém pouco é tratado sobre a questão étnico-racial na formação desses futuros profissionais. A percepção da América negra decorrente do tráfico de africanos escravizados e sua diáspora nos países por todo continente é praticamente apagada nas disciplinas de relacionadas ao espanhol no currículo dos cursos de Letras. Sabemos que os negros correspondem a quase 30% da população da América Latina, sendo que em países como Brasil e Cuba são a maioria, tendo ainda grande representação em outros, como a República Dominicana e a Colômbia. Mesmo em países onde a população negra foi praticamente eliminada, como é o caso da Argentina, os negros lutam pelo reconhecimento de ter suas histórias e identidades preservadas em espaços, muitas vezes, hostis. Corroborando com pressupostos coloniais e apesar da desconstrução frequente no espaço acadêmico (Fanjul, 2004), o mito da existência de um espanhol da América e outro da Espanha persiste no imaginário popular, sendo o segundo tratado como de prestígio pela imposição eurocêntrica de conhecimentos. Esse fato já aponta linguisticamente para a posição inferior e subalternizada na qual são colocadas as referências oriundas da América Latina. Assim, o esforço de entender as relações sociais e culturais dos países que falam espanhol perpassa pela necessidade de tornar visível a história e colaboração nos negros na construção dos mesmos. Estes fatos demonstram a necessidade da inserção da perspectiva étnico-racial também na formação dos professores de E/LE. O presente trabalho propõe-se a analisar o currículo de formação dos professores de espanhol língua estrangeira sob uma abordagem decolonial (Mignolo, 2010; Quijano, 2005) e entendendo um compromisso intercultural crítico (Walsh, 2009) na formação docente. Buscamos compreender a negação epistemológica da diáspora afro-latina na formação de professores, entendendo que, mesmo após avanços legais, como a lei 10.639/2003, o currículo continua sendo um território de poder (Silva, 1999), eurocentrado e que silencia a diáspora negra nas salas de aula das universidades brasileiras. Para isso, nossa análise se foca na ausência de referenciais negros e latinos nas bibliografias e ementas do currículo de formação do professor de espanhol, problematizando os impactos que a ausência das discussões étnico-raciais traz para a prática do futuro professor de espanhol que atuará no ensino básico de nosso país.

"Empodera: uma experiência didático-pedagógico de inserção do conceito de interseccionalidade no currículo escolar." - Daiana Maria da Silva (CEFET/MG). Este resumo tem como objetivo apresentar uma experiência didático-pedagógica de inserção do conceito de interseccionalidade no currículo escolar, a partir do projeto EMPODERA!, desenvolvido na Escola Municipal Professor Kássio Vinícius Castro Gomes, localizada em Betim/MG. Em 2017, buscou-se reconstruir a história do bairro em que a escola está localizada, Conjunto Habitacional Celso Alves Pedrosa, através das memórias de cinco moradoras negras. Para subsidiar as discussões junto as turmas que participaram, foi utilizado o livro "Becos da Memória", de Conceição Evaristo , no qual a autora conta o processo de desfavelamento (nome dado ao processo de desapropriação feito pelo poder público, em de Belo Horizonte, para "embelezar" a cidade através da retirada de favelas do entorno do centro da cidade) vivenciado por ela quando jovem. Entende-se que, tanto o relato das moradoras quanto o da escritora, ajudam a compreender os desafios enfrentados pela população afro-brasileira diante da ausência de políticas públicas para inclusão cidadã no pós-abolição. Além disso, também são importantes para perceber as formas de resistência engendradas por mulheres negras para sobreviver em uma sociedade que as excluem por sua condição de gênero, raça e classe social. Segundo Conceição Evaristo, as mulheres negras são heroínas do cotidiano, em que desenvolvem suas batalhas longe de qualquer clamor de glória. São elas, muitas vezes sozinhas, as grandes responsáveis não só pela subsistência do grupo, assim como pela manutenção da memória cultural no interior do mesmo (2004, p.54). A utilização de uma obra literária é um importante instrumento para os estudos pós-coloniais, inclusive no âmbito do currículo escolar, por ser uma forma dos colonizados narrarem suas resistências e suas impressões sobre o colonizador . Para realização do trabalho utilizou-se da metodologia de história oral por entender que representa, em grande medida, um mecanismo de registro que funciona como salvaguarda da memória de grupos e constitui uma forma de afirmação de sua identidade, muitas vezes esquecidas pelo domínio de outras identidades. O trabalho trouxe com resultado uma integração efetiva entre a escola e a comunidade escolar, valorizando as narrativas das moradoras. Assim buscou-se melhorar a autoestima da/os estudantes em relação ao local em que vivem, bem como apresentar-lhes referências negras importantes para suas construções identitárias.

"Gays, bissexuais, travestis e pessoas transgêneras no sistema carcerário brasileiro: Reflexões sobre as Políticas Públicas direcionadas a ala LGBT." - Frederico de Freitas Fróis (CEFET/MG). Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado em andamento realizado pelo autor que tem como objetivo analisar o Programa de Reabilitação, Reintegração Social e Profissionalização – PRRSP, direcionado a ala LGBT do Presídio Regional de Vespasiano – PRVESP, normatizado pela Resolução Conjunta SEDS- Secretaria de Estado de Defesa Social e SEDESE- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Nº 01/2013, do estado de Minas Gerais. Minas Gerais é um dos estados brasileiros onde mais se disponibiliza alas ou celas para pessoas LGBTs, e nessa perspectiva reivindica o pioneirismo da prática no Brasil que surgiu em 2009, por iniciativa da Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual (Cods). No estado de Minas Gerais, antes do ano de 2009, era comum encontrar pessoas LGBTs em situação de cárcere em distritos policiais ou delegacias. Por vezes em celas chamadas "seguro", onde eram alocados estupradores, pedófilos e demais pessoas que se colocadas na conivência com os demais presos, corriam o risco de serem assinadas. Nas unidades prisionais, as pessoas LGBTs sofriam toda sorte de violência. Eram perseguidas por presos heterossexuais e cisgênero, obrigadas a guardar drogas e celulares e também a cuidar da limpeza da cela e das roupas, sem contar com a violência sexual

presente no cotidiano dessas pessoas. Além de Minas Gerais, as alas ou celas LGBTs, também conhecidas popularmente como "ala gay", estão presentes nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em 15 de abril de 2014, foi criada a resolução conjunta Nº 1 a nível nacional, com a participação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD/LGBT, que orienta e propõe diretrizes em relação ao acolhimento das pessoas LGBT no sistema prisional brasileiro, recomendando que em todo território nacional sejam criados espaços específicos para as pessoas LGBT em situação de cárcere. A partir da perspectiva da resolução conjunta Nº 1 a nível nacional, com a participação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD/LGBT, este estudo pretende a partir de uma revisão bibliográfica, conhecer e refletir sobre as práticas direcionadas a população LGBT brasileira encarcerada.

"Juízes (as) Negros (as) e Processos Educativos: as possíveis conexões com suas sentenças, abordando questões étnico-raciais." - Eduardo Levi de Souza (UFMG). Pesquisa Científica em andamento, intitulada Juízes (as) Negros (as) e Processos Educativos: as possíveis conexões com suas sentenças, abordando questões étnico-raciais, pretende investigar as possíveis conexões entre os processos educativos vivenciados por juízes (as) negros (as), em diferentes espaços e tempos, e as concepções acerca das relações raciais identificáveis nas sentenças elaboradas e publicadas ao final de processos, julgados na 1ª Instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais da Comarca de Belo Horizonte. Neste sentido, a atuação de juízes (as) negros(as), em processos cuja causa envolva questões vinculadas ao campo das relações étnico-raciais, e sua interface com os processos formativos pelos quais passaram e os possíveis reflexos em suas sentenças (decisões finais, em que há debate do mérito em relação a demanda levada ao poder judiciário) apresentam-se como ponto de partida para as questões de pesquisa formuladas. Tem como Objetivo Geral investigar as possíveis conexões entre os processos educativos vivenciados por juízes (as) negros(as), em diferentes espaços e tempos, e as concepções acerca das relações raciais identificáveis nas sentenças elaboradas e publicadas ao final de processos, julgados na 1ª Instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais da Comarca de Belo Horizonte. O Estudo em fase de elaboração principiou com uma análise do Relatório Anual das Desigualdades 2009-2010, que realizou um balanço do biênio 2007-2008 de ações propostas por vítimas de racismo evidencia que, de forma sistemática, as decisões tomadas por juízes foram, em maior grau, desfavoráveis aos demandantes. A pesquisa a ser realizada procurará investigar a relação entre teoria, vivência, processos educativos, prática profissional, memória, documentos e processos indenitários, entrelaçando esses conceitos ao racismo institucional, este entranhado nas instituições brasileiras e atualizado (não declarado diariamente), mas suas consequências reforçam o racismo na estrutural na sociedade. Portanto, a realização da pesquisa contribuirá para evidenciar elementos dos processos formativos, possível construção de identidade racial, formação profissional dos (as) juízes (as) negros (as) em sua relação com as demandas apresentadas à justiça, em causas cujas relações étnico-raciais se façam presentes. Para compreender as possíveis conexões entre os processos educativos vivenciados por juízes (as) negros(as), a presente pesquisa adotará a metodologia qualitativa, na qual fará entrevistas narrativas e análise documental. Pesquisa em fase de conclusão, e apresentará resultados parciais, em caso de aprovação da submissão.

"Outras vozes: as perspectivas de olhar e de ser das jovens que frequentam o Programa Meninos da Terra." - Luciléia da Silva Vieira (UFMG). Este estudo apresenta análises de resultados parciais de uma pesquisa de Mestrado Profissional em andamento na Faculdade de Educação - UFMG. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem por objetivo analisar como as meninas que participam do Programa Meninos da Terra percebem e lidam com as relações étnico-raciais e de gênero em seu entorno, dentro e fora da Terra da Sobriedade; verificando quais são as estratégias de (res-) significação em meio às suas realidades por intermédio da produção de um material audiovisual. Tendo em vista que o apagamento histórico das populações negras provocou-lhes grandes prejuízos; dentre eles, a construção do imaginário de determinado tipo de mulher negra, por vezes estereotipado. Atualmente, os significados que os corpos femininos negros reverberam na sociedade têm provocado questionamentos. As temáticas centrais da pesquisa foram pensadas a partir do conceito de interseccionalidade, no sentido de compreender como as dinâmicas de produção social de machismo e de racismo estariam intrinsecamente ligadas. Como referencial teórico, o trabalho está situado entre as fronteiras produtivas dos Estudos Étnico-Raciais e dos Estudos de Gênero, em uma perspectiva Crítica. Para tanto, esta proposta faz uso das contribuições de trabalhos das teóricas dos Estudos Interseccionais, tais como: Carneiro (2003); Collins (2016); Crenshaw, (2004); Curiel (2007, 2009); Davis (2013); Gomes (1995); Gonzales (1984) e Hooks (2015), que destacam de maneira crítica que a questão racial é um demarcador de segregação da mulher negra em particular. Essas e outras questões serão verificadas por meio da investigação metodológica apoiada na Pesquisa-ação, que de acordo com Tripp (2005) ao inserir no lugar de análise o/a pesquisador/a age sobre ele, por meio de técnicas e mecanismos de contribuir positivamente nesse espaço. As ações para a inserção em campo estão referenciadas nas orientações dos Jogos Teatrais: o fichário de Viola Spolin (2008), tanto como recurso dialógico como interativo, por meio de oficinas de audiovisual que visam registrar os resultados da pesquisa. O argumento central é o de que, na intersecção dos condicionantes de raça e gênero, são (re-) produzidos determinados de ser e de estar como mulher negra no mundo.

"Poesia e ginga na educação profissional: outros sujeitos, outras epistemologias na produção de conhecimento etnicorracial." - Adelmo de Souza Xavier (UFBA). O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre a construção de conhecimento em coreografar um poema intitulado "Capoeira de Angola", do poeta afrobaiano Lande Onawale. A experiência aqui descrita apresenta-se como uma atividade interdisciplinar desenvolvida por dois professores, de inglês e educação física, respectivamente, e um grupo de alunos do Ensino Médio integrado, no IFBA campus de Feira de Santana-Ba como parte do evento anual em alusão ao Dia da Consciência Negra. Os resultados desta proposta apontam para o protagonismo de outros sujeitos etnicorraciais na produção do conhecimento, assim como outras epistemologias descoloniais e do Sul com ênfase na cultura e conhecimento.Identificamos também a construção de conhecimento visando a formação dos/das estudantes, que após estas atividades ampliaram suas leituras sobre

os conteúdos e conceitos trabalhados na posição de sujeitos protagonistas do processo de ensino e aprendizagem. Obtendo através desta experiência pedagógica ferramentas de análise crítica para as atuais culturas impostas na contemporaneidade, podendo desmistificar pré-conceitos estabelecidos pela sociedade e reforçar a riqueza dos saberes das diferentes etnias contidas na população do Brasil, buscando valorizar os saberes da cultura popular brasileira e os processos de formação do povo deste país. Entendemos que as linguagens tanto poéticas quanto corporais serviram como instrumento para uma reflexão sobre as (re) construção da identidade/s negra/s e a autoimagem desses/dessas estudantes em seus processos de formação. Outros sujeitos e outras epistemologias são necessárias para a construção de territórios educativos onde o protagonismo de novos/novas produtores/produtoras de conhecimentos possam assumir num contexto de uma educação antirracista pautada no diálogo de saberes/conhecimentos. Os resultados desta proposta foram positivos, pois confirmaram a possibilidade de serem trabalhados os elementos da cultura negra, das relações étnico-raciais e a diversidade dentro da educação básica, profissional e tecnológica, se utilizando da interdisciplinaridade como mecanismo facilitador no processo ensino aprendizagem, elementos estes que se demonstram cada vez mais relevantes para a formação de cidadãos histórico críticos que realizem intervenções significativas na sociedade em que estão inseridos. Tornando-os capazes de compreender as relevâncias da valorização da diversidade cultural e étnica principalmente no contexto técnico tecnológico, Pensar as relações étnico-raciais, suas subjetividades apresentadas e a identidade negra no contexto da educação profissional é algo extremamente relevante em um mundo cada vez mais globalizado, informatizado, tecnológico, mas que permanece ainda excludente e racista.

"Raça, gênero e sexualidade na ação política de coletivos universitários." - Stephanie Pereira de Lima (UNICAMP). A última década vem sendo marcada por um conjunto de implementações de políticas afirmativas nas universidades brasileiras, resultando num crescimento contínuo de sujeitos nesses espaços. A pesquisa de doutorado que dá origem a este paper tem como objetivo geral explorar as transformações nas táticas e estratégias políticas nesse contexto, considerando a emergência de formas recentes de ação coletiva em universidades brasileiras e os próprios processos de emergência e de produção de sujeitos políticos. Neste trabalho, apresento algumas reflexões a partir da etnografia em dois coletivos universitários: o Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/Unicamp) e o Coletivo Kiu! (UFBA), realizada entre 2016 e 2018. Por fim, considero que a pesquisa de campo nestes dois coletivos universitários, se articula com um conjunto de outros espaços políticos contemporâneos onde o "corpo" e a "experiência" constrói a noção de organização política dos próprios. Além disso, por esses coletivos reúnem um considerável número de participantes além de um conjunto de ações nesse período, permite pensar as articulações entre esses atores para além das tensões tocantes às relações entre os diversos movimentos que estão na universidade – movimento estudantil, feminista, negro, LGBT.

"Cineastas negras: trajetórias socioespaciais e narrativas cinematográficas - Pautas silenciadas e diálogos ausentes: uma análise fílmica de O Dia de Jerusa" - Iara Félix Pires Viana (UFMG), Rosane Pires Viana (Prefeitura de BH). Este resumo integra uma pesquisa de doutorado em andamento, no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer na UFMG, cujo objetivo é compreender, junto às cineastas negras, como a intersecção de gênero e raça incide nas suas trajetórias socioespaciais e em suas produções voltadas para o lazer cinematográfico. Sob o viés de uma revisão bibliográfica e uma análise fílmica contextualizada, mostrou-se possível (para esta fase da pesquisa, aprimorar o estado da arte)a realização de uma análise fílmica preliminar do curta metragem O Dia de Jerusa (2014) da diretora - cineasta negra, Viviane Ferreira. Mas por que pesquisar este tema? A pesquisa "A cara do cinema nacional" realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ entre 2002 e 2013, nas 238 produções cinematográficas de maior bilheteria, aponta que a presença de mulheres negras nas telas é baixa, opondo-se ao dado de que aproximadamente 27% da população do país são do sexo feminino e de cor preta (ou parda). Nesse período de realização da pesquisa, atrizes negras representavam apenas 4,4% do elenco principal desses filmes. Ao desenvolverem a pesquisa para as funções de direção e roteirização a fim de averiguar se há diversidade de gênero e "raça", foi identificado, de um total de 246 diretores e diretoras, não foi encontrada uma mulher preta ou parda. Os homens pretos e pardos não foram muito melhor, ficando cada categoria com apenas 1% da amostra total. Já os homens brancos dominam com 84% do total dos diretores, seguido das mulheres brancas, com 13%. A ausência completa de mulheres pretas e pardas na função criativa mais prestigiada do cinema (direção, roteirização e produção), com chances maiores de produzir um lazer cinematográfico mais representativo para a população de mulheres negras, corrobora a crítica das autoras feministas negras, que identificam as mulheres negras nas posições mais baixas da hierarquia social (HILL COLLINS, 2000; HOOKS, 1982). Filme que apresenta a solidão da mulher negra com uma sensibilidade cotidiana que mora nos detalhes de sua narrativa. Pretendo trazer para esta comunicação alguns autores que, em certa medida, contribuirão para as reflexões sobre memória, história, lugar de fala, pertencimento, poder, bem como, ampliar as discussões acerca dos sujeitos e seus corpos negros que (re) produzem as cenas atravessadas interseccionalmente por uma memória coletiva, pautada na leitura do outro. Indagarei o quanto há de Bertold Brecht no filme, na tentativa de trazer algumas epistemes subalternas buscando analisar o caráter encenado à mise en scène dos sujeitos.

Sessão Temática 06

Arquitetura e Urbanismo Africano e Afro-brasileiro

"Afrografias transatlânticas de uma cidade negra: apontamentos para a construção de cartografias em uma Salvador diaspórica." - Gabriela Leandro Pereira (UFBA). Apesar de indissociável da história e dos processos de produção das cidades brasileiras, a presença negra tem tido, secularmente, seu lugar subestimado nos estudos urbanos, seja no campo da historiografia, ou no campo do fazer cidade do planejamento urbano, do urbanismo e da arquitetura. Nesse sentido, o presente artigo é uma reflexão a partir de pesquisas desenvolvidas no eixo "Presença Negra na Produção da Cidade", entre 2017 e 2018, pelo Grupo de Pesquisa Lugar Comum (PPGAU/FAUFBA).Como campo disciplinar, a arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, é provocado nessa investigação, por atravessamentos de dimensões do fazer cidade, que se realizam a partir da interlocução e sobreposições de naturezas variadas, que, quando em relação produzem uma complexa geometria existencial, na qual está imbricada essa proposta cartográfica. É nessa encruzilhada que a leitura de Salvador é provocada a deslocar epistemologias, elencando criteriosamente referências, categorias analíticas e modos de produção de conhecimentos a serem privilegiados e acessados na investigação. Ao falacioso, falido, obtuso e racista projeto moderno de conhecimento mobilza-se um outro repertório, no qual esse delírio da modernidade que produziu o "Negro" como aquele ser que ninguém - nem os que o inventaram, nem os que nele foram englobados - desejam ser (MBEMBE, 2014), possa ser recriado. O epistemicídio (CARNEIRO, 2005) como alternativa de construção de distanciamento de tudo que se refere à esse "Negro", tem atuado de forma a provocar apagamentos e esquecimentos, subtraindo sumariamente o valor e a relevância da presença negra também sob a ótica de sua relação com a cidade, relegando-a ao lugar da subalternidade e da inferioridade. Os ideais desenvolvimentistas que balizaram (e continuam a balizar) os projetos das cidades brasileiras, tem histórica e criminosamente produzido narrativas nas quais a presença negra é atravessada pela racialização da violência e pela criminalização de seus territórios. Ao propormos uma cartografia transatlântica da cidade, abre-se espaço para que: (1) outros léxicos e dinâmicas existenciais emerjam, destacados sobretudo do universo da memória e dos trânsitos da população negra, entendendo-os como importantes lentes analíticas capazes de mobilizar e conectar territórios; (2) o Atlântico assuma o lugar de centro gravitacional do mundo e das cidades diaspóricas; (3) outras lógicas relacionais apareçam, des-natrualizando lugares e posições políticas, econômicas, sociais e culturais, forjadas historicamente. Articuladas, essas chaves permitem a feitura distintas afrografias (MARTINS, 2003) de Salvador, sobre as quais versa esse artigo, formulado como um ambiente provisório de intercessão, inscrição e grafia, pinçadas das múltiplas cidades negras possíveis.

"Arquitetas Negras: que lugares elas ocupam na academia e na cidade." - Paula Milena Silva Lima (UFBA). O trabalho prevê analisar a conjuntura das presenças,e atuações de arquitetas negras contemporâneas na academia e no processo de planejamento e execução das cidades.Busca identificar contribuições literárias para os campos de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, tendo como base os resultados parciais das pesquisas sobre a vida e obra das arquitetas negras Sharon Sutton, Eslsie Owusu, Patti Anahony e Joice Berth, obtidos através dos processos investigativos das atividades como voluntária na pesquisa:Arquitetas e Arquitetos Negros pelo mundo:mapeamento da presença negra no campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Quatro arquitetas foram escolhidas dentro de um conjunto maior de profissionais afim de, por meio de amostragem, traçar uma análise mais criteriosa sobre como se deu o processo de formação acadêmica, quais os percursos migratórios (se existiram) necessários para o período de formação, suas origens, seus campos de especializações e possíveis cargos acadêmicos e/ou organizacionais que ocupam, e como estas questões contribuem para o processo do pensar a cidade contemporânea. Embora o conjunto maior de arquitetos tenha profissionais tanto do gênero masculino, como do gênero feminino há no trabalho a intenção de que as arquitetas tenham protagonismo evidenciado, uma vez que após o recorte racial, há ainda as barreiras impostas pelos recortes de gênero, o que se verifica durante os contínuos processos investigativos quando informações sobres arquitetos negros, ainda que obedeçam a lógica da invizibilização da presença negra, possuem menor dificuldade de acesso que as informações referentes as arquitetas negras. Fica evidente que a invizibilização destas profissionais se dá primeiro por serem negras, e numa segunda camada por serem mulheres. Numa escala mundial e mais abrangente, o trabalho tem como objetivo identificar quais questões são mais evidentes e sólidas nos processos de formações de profissionais negras nos campos de arquitetura, urbanismo planejamento urbano a partir da perspectiva diaspórica. O recorte de gênero é um item ao qual o trabalho pretende lançar um olhar mais cuidadoso e demorado, afim de construir hipóteses mais sólidas sobre como as arquitetas negras têm seus percursos profissionais dificultados em primeira instância pelo recorte racial, mas o recorte de gênero contribui de forma contundente para a não evidencia de seus nomes e produções no universo da arquitetura mundial. Por fim o trabalho, neste momento, não almeja conclusões definitivas, uma vez que assim como o projeto de pesquisa que o motiva, é uma análise que pode sofrer alterações e acréscimos de questões resultantes de materiais obtidos durantes os processos investigativos em curso. Apresenta-se como uma análise parcial e preliminar.

"Arquitetura de candomblé de caboclo." - Volha Yermalayeva Franco (UFBA). O objetivo do presente trabalho é analisar os espaços e lugares dos caboclos na arquitetura dos terreiros de candomblé na Bahia. Com aporte teórico de Jocélio Teles e sua obra O Dono da Terra - o Caboclo nos Candomblés da Bahia (1995), analisamos os espaços arquitetônicos do terreiro, com suas especificidades do candomblé de caboclo, tratando em particular dos assentamentos de caboclo em árvores sagradas, os atissás, os quartos de caboclo, as casas de caboclo, o barracão de caboclo e a cabana de caboclo, e também da presença de caboclo no espaço interno, nas pinturas de caboclos em quadros e em pinturas das paredes do barracão. Através da análise das imagens fotográficas, refletimos como o imaginário do povo de santo sobre o caboclo, o dono da terra, uma entidade originalmente brasileira e vinculada aos povos originários, influencia o espaço arquitetônico, desde a escolha do material construtivo, as decorações, até a utilização do espaço durante a festa, e os ritos. Serão tratados como objeto de estudo os terreiros de candomblé do Recôncavo baiano: Lobanekum, Ogodô Dey, Ilê Axé Itaylê, Dendezeiro

e o Guarani Oxossi. Terreiros que não passaram pelos processos de reafricanização de Salvador e mantiveram o processo em fluxo contínuo de crioulização, mantendo a presença dos caboclos e demais entidades a eles relacionadas, tais comi as Coladinas, Preto Velho, Boiadeiro, Marujo. .

"ARQUITETURAS DAS ESTRELAS: Lobanekum - a arquitetura do terreiro de candomblé da nação nagô-vodum no recôncavo baiano." - Fábio Macedo Velame (UFBA). O presente artigo trata da presença simbólica das Estrelas como elementos centrais da estruturação e organização espacial das arquiteturas dos terreiros de Candomblé da nação Nagô-Vodum, própria do Recôncavo Baiano. As estrelas oriundas do catolicismo popular, dos povos muçulmanos – mussurumins (haussás) – de Cachoeira, da maçonaria, do culto aos indígenas (caboclos) foram inseridos e ressignificados pelos cultos religiosos de matrizes africanas, os terreiros de Candomblé, do Recôncavo Baiano, e passaram a ser um elemento de identidade étnica dos terreiros da nação Nagô-Vodum. Nesse viés foi estudado o Terreiro de Candomblé Lobanekum da nação Nagô-Vodum, localizado na zona rural de Cachoeira, na qual a partir de uma abordagem fenomenológica-existencial, buscou-se identificar o significado de cada Estrela presente em diversos espações do terreiro, e as relações simbólicas que ela introduzem na arquitetura, assim como a relação delas com a organização e estruturação da arquitetura dos templos.

"Buscando um Caminho para Projetar em Terreiros: Tenda dos Milagres-Proposta de Arquitetura de Pano Da Costa." - Josane dos Santos Oliveira (UFBA). Os templos de matrizes africanas[2] são espaços que se originaram do amalgama de cultos trazidos de África para o Brasil e aqui foram mimetizados e reelaborados a partir das necessidades e limites locais estabelecidos. Na Bahia tais práticas estabeleceram-se em terreiros[3], e são elaborados em sua maioria com base na dinâmica dos nagô, negros advindos da África Ocidental. Em tais espaços o fazer da comunidade está impregnada de Axé, este compreendido como principio e poder de realização, rege todas as atividades litúrgicas e laborais dos terreiros. Sobre esses espaços, temos a seguinte descrição: Vê-se então que o candomblé é uma África em miniatura, em que os templos se tornaram casinholas dispersas entre as moitas quando as divindades pertencerem ao ar livre, ou então em cômodos distintos da casa principal, e são divindades adoradas nas cidades. Quando o terreiro é muito pequeno, todas as divindades urbanas podem encontrar-se num peji único, mas as outras ficam de fora. De qualquer modo, o lugar do culto na Bahia aparece sempre como um verdadeiro microcosmo da terra ancestral; (Bastide, 1958 (2001) - pág. 58). Projetar em ambientes de terreiro é um desafio para os arquitetos e engenheiros, pois são espaços de segredos litúrgicos que precisam ser respeitados. Também é preciso pontuar a negação de tais espaços para os campos dessas disciplinas, além de não ocorrer um aprendizado sobre os mesmos dentro da academia, a existência de referencias técnicas e/ou compartilhamento de experiência daqueles que enfrentaram tal atuação é ínfima. A contribuição do arquiteto nesse espaço, em que há limites para a sua atuação, e possui poucos exemplos práticos, fica prejudicada, impedida. Para superar tais limites, foi elaborada uma metodologia que visa um conhecimento dos princípios que regem a dinâmica do candomblé, além de propiciar o envolvimento de todos do terreiro, incluindo a iyalorixá (mãe de santo) com o objetivo de possibilitar a atuação dos técnicos de maneira satisfatória, de modo que nem a técnica nem a liturgia sejam prejudicados. O presente artigo tem por objetivo apresentar e compartilhar a experiência de projetar em um sitio sacralizado (um terreiro de candomblé), as pesquisas iniciais que levaram à decisão dos materiais ao programa, que se desdobraram em duas cartilhas e oficinas (Construção de Terra e Arquitetura de Tecido) cujo intento fora embasar a proposta arquitetônica elaborada para o Trabalho Final de Graduação (TFG) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, intitulado como Tenda dos Milagres - Proposta de Arquitetura de Pano da Costa e tinha como produto um projeto de edifício(s) para um centro de produção de artefatos e ferramentas utilizados nos rituais e festejos de candomblé.

"Cartografia da resistência: A contribuição da mulher negra na construção do território a partir do trabalho e do sagrado." - Caroline Silva Souza (UFBA). O presente artigo é um desdobramento da pesquisa de Iniciação Científica "Cartografias e narrativas da Presença Negra no final do século XIX e meados do XX", vinculada ao Grupo de Pesquisa Lugar Comum (FAUFBA), e toma como ponto de partida a narrativa contida no livro Cidade das Mulheres (1967), escrito pela antropóloga norte-americana Ruth Landes, que discorre sobre a participação da mulher negra na formação da cidade de Salvador, na Bahia. A obra destaca a relação destas mulheres com o Candomblé, e aborda a influência feminina que excedia os limites do terreiro e chegava à cidade, o que configurou reverberações ante a diáspora africana nas dinâmicas urbanas. Os escritos de Landes servem como gancho para realização deste trabalho que busca, a partir do recorte de gênero, raça e classe, articular diferentes dimensões da vida das mulheres negras economicamente vulneráveis no processo de produção da cidade de Salvador. Aqui, a resistência da mulher negra é cartografada através da interlocução entre as dimensões do trabalho e do sagrado, por entendê-las como urgentes, uma vez que evidenciam a resiliência da mulher negra que garantiu a subsistência de si e da coletividade, o que, de modo consequente, contribuiu para a construção do território soteropolitano. Metodologicamente o artigo se ancora na proposta da Cartografia de Resistência (ALVIM, RODRIGUES, 2016), e analisa emaranhados que historicamente envolveram o grupo étnico-racial destacado - mulheres negras - bem como reflete sobre como as relações de força, tensão e enfrentamento interferiram na construção da história desse grupo dentro do território soteropolitano, levando em consideração os anos de escravização. A fim de auxiliar na compreensão do tema exposto, o artigo traz como suporte uma revisão bibliográfica com as temáticas abordadas, e levantamentos de dados secundários fornecidos pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Prefeitura Bairro de Salvador. Destarte, cartografar a resistência das mulheres negras é refletir sobre suas movimentações reativas e suas criações que vão de encontro às determinadas posições de subjugamento estabelecidas dentro de Salvador que, mesmo sendo majoritariamente negra, ainda resguarda uma estrutura racista que restringe ou impede o acesso dessas mulheres às condições de igualdade sobre sua existência no território.

"ENTRE O URBANO E O RURAL: Avanços nas Políticas Públicas Habitacionais para Comunidades Quilombolas." - Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira (UFBA). O presente artigo busca expor uma parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, sobre os impactos qualitativos da implementação do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR na territorialidade quilombola. O recorte desse artigo

se dará no âmbito do histórico das políticas públicas habitacionais e afirmativas, na perspectiva de avanço institucional até a conquista de um eixo específico para comunidades quilombolas dentro do PNHR. Na perspectiva habitacional, o Estado Brasileiro avança lentamente no enfrentamento do problema da moradia, de forma a que vem desenvolvendo desde o Banco Nacional de Habitação - BNH diversos programas habitacionais com resultados variados à nível quantitativo e qualitativo, descontinuados de uma política integrada e efetiva. Cabe, porém, ressaltar os avanços mais atuais na implementação da Política Nacional de Habitação de Interesse Social – PNHIS com a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e consequentemente dos Planos de Habitação de Interesse Social nos pequenos municípios, avançando a nível de instrumentalização municipal e identificação das demandas habitacionais, especialmente rurais. O Programa Minha Casa Minha Vida ao qual o PNHR se vincula, se caracteriza como mais um programa de caráter qualitativo duvidoso dentro do histórico dos programas habitacionais brasileiros. Contudo o eixo específico para comunidades quilombolas no contexto mais amplo pode ser avaliado como uma conquista institucional, passível de críticas quanto aos seus resultados, o que está sendo estudado. Paralelamente, as políticas afirmativas seguem "conquistando territórios" a partir do Decreto 4887/2003 que regulamenta a demarcação das terras pertencentes aos remanescentes de quilombos. Desde então todo um aparato legislativo de decretos, portarias e normativas se estruturam para garantir a regularização fundiária das terras quilombolas. Dessa forma o artigo desenha historicamente o avanço das políticas afirmativas e habitacionais estruturados nos pilares do território, etnicidade e habitação, que sob a perspectiva da autora, consolidam a luta por direitos, na permanência, afirmação e reprodução dos modos de fazer e viver quilombolas.

"GUIADA PELOS BÚZIOS DESENHANDO PARA OS ORIXÁS:O Respeito à arquitetura tradicional do Terreiro de Candomblé." - Vilma Patricia Santana Silva (UFBA). O presente trabalho visa analisar o estudo da arquitetura tradicional – do Terreiro de Candomblé na nação Keto - e a identidade quanto local sagrado, propondo a contribuição de conservação e manutenção arquitetônica tradicional, sem interferência conceitual, posicionando o arquiteto em papel de observador e interprete que elabora o projeto do terreiro de forma participativa com os Orixás, Caboclos e Exús, através do jogo de búzios como método de comunicação. Para desenvolver de tal complexidade, utilizou-se de inovação metodológica na área da arquitetura e urbanismo, quanto a processo construtivo e a representação arquitetônica desenvolvida e adotada através dos seguintes aspectos: De esquemáticos para análise de espacialidade e fluxo do sagrado, pesquisa em terreiros de nações Keto e Angola com a finalidade de entender a vivência; Estudo de terreno e entorno; Histórico escrito e gráfico de cada processo construtivo; Maquete em loco na escala 1:1 – com finalidade de compreensão do espaço, fluxo e comunicação entre o arquiteto e a comunidade; Desenhos ilustrativos para descrever os ancestrais e elementos naturais que não poderiam ser de outra forma registrado; Cartilhas descritivas de técnicas construtivas tradicionais em terra e bambu, para auxilio de construção e manutenção de edificações pela comunidade; E por fim Dossiê, maquete 3D e desenhos arquitetônicos com finalidade acadêmica de apresentação para avaliação de Trabalho Final de Graduação.Durante a participação deste trabalho, o ensinamento mais importante que o profissional de arquitetura e urbanismo pode observar foi à complexidade e mutabilidade que um terreiro de candomblé pode ter, dentre todas outras construções. O terreiro é um organismo vivo que independe de projeto, pois ele se molda conforme seus fluxos existenciais, e temporalidade própria que só podem ser compreendidos quando vivenciados em comunidade. O projeto é atemporal e independe do lugar, mas o lugar fraciona e compõe o projeto de acordo a suas funções, símbolos e necessidades que podem se adaptar conforme os obstáculos mas nunca se descaracteriza da raiz primordial religiosa. Não existe o moderno ou o antigo, ele é atemporal e o funcionamento é definido pelo material e o imaterial que sempre está presente. O terreiro vai além dos muros ou cercas, não é apenas arquitetônico ou urbanístico, não tem fronteiras. Quando o terreiro respira as encruzilhadas pulsam, as matas agitam os rios circulam como artérias de um corpo integrado. O papel do arquiteto em um terreiro de candomblé não é de projetar e sim de retirar as arestas da jóia lapidada pelos Orixás.

"NARRATIVAS DO CORTA BRAÇOS: A capoeira como afirmação da presença negra na cidade de Salvador - Jairo Santos Araujo (UFBA). O surgimento das primeiras ocupações da cidade de Salvador possui multifacetas que servem como estrutura de identificação das pessoas que os compõem. Através da leitura do romance " Corta Braço" de Ariovaldo Matos - jornalista membro do jornal "O MOMENTO" que fazia parte da célula do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em Salvador - escrito em meados do século XX e publicado em 1955, onde é narrada a rotina da população negra e pobre que inicialmente vivia em "pardieiros" amontoados e pagando altos preços de aluguel, e posteriormente encontram refúgio e uma nova perspectiva de vida ocupando as terras do Corta Braço. Na obra, de caráter literário, o autor acaba ficcionando alguns cenários, e costurando-os com a realidade, tornando necessária. A partir dessa narrativa, constrói-se a investigação a ser apresentada neste artigo - desdobramento da pesquisa "Narrativas e cartografias da presença negra na cidade de Salvador entre meados do século XIX e início do século XX", ainda em curso, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/UFBA) - incorpora narrativas de outras naturezas, que outras dimensões e fatos em torno da dinâmica do Corta Braço. Fomentado pelo desejo de ampliar as perspectivas da pesquisa, buscou-se para acessar a formação do Corta Braço - que posteriormente daria origem ao atual bairro de Pero Vaz - informações em jornais da época como "O MOMENTO", já citado anteriormente, e o "A TARDE". Percebeu-se a existência de inúmeros movimentos sociais que pleiteavam direitos relacionados ao acesso à cidade, sendo o "O MOMENTO" o "porta voz", e apoiador, dessas reivindicações. Foram analisadas também publicações científicas, registros fotográficos e registros culturais - através da capoeira - que corroboraram para ratificar as informações encontradas sobre o surgimento das ocupações em Salvador, revelando diferentes nuances da luta por permanência nos imóveis que haviam sido construídos. Trazendo a capoeira como um recorte da pesquisa busca-se mostrar a importância desta no processo de afirmação do Corta Braço. A partir da figura dos mestres, a capoeira torna-se um veículo de comunicação e resistência para os habitantes desta ocupação. Representando toda a simbologia da capoeira no Corta Braço temos o Mestre Waldemar da Paixão, que fomentou o interesse de intelectuais da época, através da roda semanal que implantou no Corta Braço, contribuindo para desmistificar a imagem negativa atribuída à ocupação, de modo que seu barracão tornou-se parte do roteiro turístico da cidade. Trazer a capoeira para entender o Corta Braço nos dá uma nova perspectiva sobre o processo de consolidação e transformação

da primeira ocupação de Salvador. Sua força deu origem ao atual bairro de Pero Vaz.

"A presença negra no centro antigo de Salvador: saberes, fazeres e ofícios" - Alana Karolyne Pinheiro dos Santos (UFBA). Através de levantamento de documentos históricos e pesquisas em acervos, buscamos investigar, a partir desta pesquisa, a presença negra na cidade do Salvador, e como esta se relaciona com a formação da cidade durante o século XIX. A partir da compreensão e resgate histórico, observarmos através das artes e ofícios mecânicos desempenhados na região do atual centro antigo da cidade, compreender a forma como se territorializa esta presença negra. Optamos por entender o processo de formação da cidade a partir destes profissionais e da perspectiva negra, pois a presença da mão de obra negra e escravizada é invisibilizada até os dias atuais, sendo que era a partir da exploração do trabalho dos grupos marginalizados que fundou-se e se manteve a capital baiana, de acordo com FLEXOR (2006), "Salvador herdou de Portugal a estrutura, composição administrativa, a formação de mão-de-obra, composta majoritariamente de artífices, então denominados oficiais mecânicos". A partir da bibliografia encontrada, observamos o acesso desigual e excludente que os trabalhadores negros eram submetidos, uma vez que determinados ofícios eram de caráter exclusivo branco e outros realizados majoritariamente por negros, como no caso dos ofícios de barbeiros, como revela FLEXOR (1974), algumas características particulares tiveram destaque e levaram a formular algumas hipóteses, entre as quais a de que os escravos não exerciam todas as atividades mecânicas, havendo aquelas, conforme citado acima, que eram ocupadas apenas por brancos, outras exclusivamente por negros e outras que podiam ser exercidas por brancos livres, tanto quanto pelos escravos ou libertos. Nossa principal fonte de pesquisa foram os almanaques administrativos, mercantil e noticiosos datados do anos de 1845, 1856 e 1898, os quais catalogavam os cidadãos de importância e o comércio da Bahia, principalmente de Salvador. Serão apresentados neste artigo desdobramento da pesquisa "A Presença negra no centro antigo de salvador: saberes, fazeres e ofícios" (Programa Permanecer - PROAE/ UFBA) - ainda em curso - tendo como foco principal a construção de cartografias que territorializam tais ofícios na cidade em diferentes períodos, onde se observa o crescimento da presença dos oficiais mecânicos no território soteropolitano. A nossa finalidade será que a partir das análises dos documentos observarmos nos territórios que foram historicamente habitados pelos oficiais, as mudanças ocorridas, as extinções de alguns ofícios e saberes e se é possível identificar o porquê deste processo de desvalorização do saber e se há a presença de alguns dos ofícios nas regiões mapeadas.

"Roças de Candomblé e Terreiros de Laje: entre a horizontalização e a verticalização." - Sonia Mendes Reis Nascimento Silva (UFBA). Salvador, é um dos principais territórios de matriz africana no mundo, não só pela densidade populacional negra, mas também pelo significativos elementos simbólicos-culturais. Por volta de fins do século XVIII, os terreiros lugar onde os negros trazidos para o Brasil, exerciam a sua religião que era conhecida como candomblé os terreiros passam a proliferar por toda cidade, pois o crescimento de centros urbanos se tornava um ambiente propício para que os negros se reunissem e organizassem experiências religiosas. No século XIX, já é possível se pontuar a existência de alguns sobrados e casarões coletivos em que negros livres organizavam pontos de encontro para realização de seus cultos, naquela época além do culto eles também funcionavam como um espaço de confraternização para aqueles negros que vinham do meio rural, a procura de emprego e também um espaço de resistência para manter a crença e a cultura, que os negros trouxeram quando vieram contra sua vontade para o Brasil em navios escravagistas. A liberdade religiosa a partir do fim da década de 70 , terrenos mais baratos , áreas maiores para práticas de rituais e privacidade são fatores para o aumento de terreiros dentro da cidade de salvador. Isto aliado ao crescimento urbano exerce uma forte influência na modificação da arquitetura dos terreiros. Em fins do século XX e inicio do século XXI, e o crescimento urbano da cidade de Salvador, levaram o pesquisador, Jocélio Teles em seu projeto do Mapeamento dos Terreiros no ano de 2009, observou um fenômeno novo nunca antes estudado , ela faz um observação que alguns terreiros encontrados eram de lajes e outros com mais de um pavimento. Com todos estes fatores a questão hoje dos terreiros é mais complexa, que simplesmente remanejá-los de lugar, ela começa também a sofrer por conta do urbanismo desordenado. A transformação dessa arquitetura vem a ser mais uma prova de resistência desses espaços de religião de matriz –africana, que precisam se ressignificar sem perder a essência que trouxeram de África. Cabe-nos descobri os fatos que tem levado esses terreiros a se verticalizarem e como se dá esse processo nos rituais desses terreiros conhecidos como terreiros de "laje" em relação aos terreiros chamados de "roça", e a partir do que já foi feito no mapeamento dos terreiros em 2009, catalogar e registrar essa nova arquitetura.

"Salvador-Roma Negra: cidade diaspórica." - Maria Alice Pereira da Silva (UFBA). O Brasil, entre os séculos XVI e XIX, recebeu mais de cinco milhões de negros, de várias nações e etnias, oriundos do continente africano. Eles não aceitaram pacificamente a ordem escravocrata. Faziam levantes, rebeliões na capital e no interior, fugiam para regiões bem escondidas e fortificadas no meio das matas, conhecidas como quilombos, levando insegurança para os seus senhores. (SILVA, 2017). Na Bahia, segundo Verger (2002b), o tráfico dos escravos foi dividido em quatro períodos: I - Ciclo da Guiné – costa oeste da África – ao norte da linha Equador durante a segunda metade século XVI; II - Ciclo de Angola e do Congo no século XVII; III - Ciclo da Costa da Mina nos três primeiros quartos do século XVIII; IV - Ciclo da Baía Benin, entre 1770 e 1850, incluindo aí a fase da ilegalidade, ou seja, o tráfico clandestino. Ao chegar ao solo brasileiro, não só a liberdade do negro africano era perdida definitivamente, mas também os seus laços familiares, sociais e culturais. A tristeza, saudade, a nostalgia e a depressão, muitas vezes chamada de banzo, refletiam o desejo dos africanos de retornar à terra natal, ao lugar de origem de onde fora retirado à força. Eles não aceitaram pacificamente a ordem escravocrata. Faziam levantes, rebeliões na capital e no interior, fugiam para regiões bem escondidas e fortificadas no meio das matas, conhecidas como quilombos, levando insegurança para os seus senhores. (SILVA, 2017) Nas suas angústias, aflições, incertezas, pressões, a espiritualidade tornou-se uma arma poderosa. Assim, deslocando-se física e espiritualmente na diáspora africana, os escravizados foram capazes de preservar os seus costumes, a sua cosmovisão de mundo influenciando, decisivamente, na construção imagética da cidade de Salvador, enquanto lugar de religiosidade – resistência - centro das mais diversas manifestações culturais negras. Neste artigo pretendemos demonstrar como os movimentos diaspóricos entre Salvador e África, as idas e vindas, empreendidas por africanos e brasileiros desempenharam um papel decisivo na consolidação da cidade de Salvador como berço da religiosidade afro-brasileira, a matriarca Roma Negra, a capital da negritude no mundo.

"Segregação espacial na cidade modelo: planejamento e gestão urbana alimentando a desigualdade racial." - Paulo Rolando de Lima (UTFPR). Ao organizar o espaço urbano para torná-lo funcional e administrável, o planejamento e a gestão urbana tendem a privilegiar os interesses de um dos lados dos conflitos, quase sempre o do capital imobiliário, industrial e rentista, através de ações ou omissões que favorecem a reprodução destes capitais e penalizam a população trabalhadora pobre e negra, ao limitar o pleno exercício do direito à cidade. A partir da experiência de Curitiba, este estudo investiga como as prescrições do planejamento urbano e as práticas da gestão urbana promovem segregação espacial, mantendo as populações pobres e negras à margem dos benefícios e vantagens da vida na cidade. Realizou-se uma breve revisão crítica de alguns momentos em que a o Município legislou sobre a organização territorial da cidade e estudou-se a distribuição espacial da população por faixa de renda e cor nos últimos Censos. O confronto entre as principais prescrições do planejamento urbano, a localização da população negra e das maiores taxas de homicídio pode fornecer indícios eloquentes da contribuição do planejamento e da gestão urbana para o estabelecimento e manutenção de um tipo específico de segregação espacial. As principais características do espaço urbano de Curitiba tiveram origem no Plano Preliminar de Urbanismo, elaborado em 1966, cujas diretrizes gerais conduziu o desenvolvimento da cidade desde então. Este Plano previa um modelo de crescimento e adensamento linear, ao longo de eixos estruturais, dotados de uma infraestrutura viária que privilegiava o transporte público e constituía setores de densidade elevada e grande variedade de usos e atividades que, consequentemente, tornaram-se altamente valorizados. Como efeito prático desta orientação urbanística, a distribuição espacial da população passou a ser determinada pela capacidade de pagar pelo valor da terra urbana supervalorizada pelos investimentos públicos no sistema viário, na estruturação do sistema de transporte público, na criação de grandes parques urbanos e da Cidade Industrial de Curitiba. Os dados do Censo permitem "espacializar" a desigualdade racial evidenciada em documentos como Perfil Curitiba- Atlas do Desenvolvimento Humano e constatar que dos 26 bairros cujas populações apresentam percentual de negros superior à média do Município (19,6%), 22 estão situados a mais de 10 km do centro da cidade e fora dos limites dos setores estruturais definidos no Plano Preliminar de Urbanismo de 1966 e por isso não foram diretamente beneficiados pelos pesados investimentos públicos concentrados naqueles setores nas décadas de 1970 e 1980. Constata-se também que as 10 maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes – entre 62,5 e 346,02 -, se verificam nos 13 bairros onde o percentual de negros é superior a 24%, chegando a 40,56%.

"Segregação Socioespacial, Direito à Cidade e Mulheres Negras." - Aline da Silva Sousa (UFT). Tendo uma tradição escravocrata e colonialista, o Brasil continua enfrentando as mais diversas facetas do racismo e o grande mito da democracia racial. Já que quando a escravidão foi extinta não houve nenhuma condição que permitisse que as pessoas negras pudessem alcançar o mínimo de estabilidade socioeconômica, de modo que após a derrubada da ditadura as pessoas negras nunca viveram uma condição de igualdade com as pessoas não-negras. Dentre os muitos problemas que assolam a vida da população negra no Brasil, cabe frisar que o contingente negro, em sua maioria, historicamente tem ocupado apenas espaços urbanos assolados pela consolidação de preconceitos, maior exposição à violência, desassistidos no que tange à efetivação de acesso a bens e serviços essenciais que deveriam ser inerentes à vida na cidade, entre outras consequências que distanciam de forma significativa a cidade real da cidade ideal desenhada pelo aparato legislativo vigente.Feita essa consideração, cabe dizer que as cidades espelham uma gama de diferenças no se refere aos territórios urbanos, e que a segregação socioespacial constitui um dos principais empecilhos para a prevalência da justiça no que tange à efetivação da garantia constitucional do direito à moradia. Cabendo frisar que o espaço urbano apresenta uma relação intrínseca com a questão racial e de gênero, o que implica dizer que o acesso à cidade, as ocupações urbanas, os territórios são vivenciados de maneiras diferentes por cada pessoa. O trabalho em tela visa fazer um recorte de raça e gênero sobre o problema mencionado acima, de modo que a análise parte do viés da interseccionalidade como uma ferramenta reflexiva para problematizar a questão do Direito à cidade para mulheres negras. Adotando como mecanismo o estudo da presença da mulher negra no âmbito das decisões sobre o uso e a ocupação que se deve dar à cidade, pontuando a importância de tal questão para o fortalecimento do Estado democrático garantidor da igualdade sem discriminação. Necessário ainda analisar a estrutura do espaço urbano, tendo como principal intuito descrever os prejuízos trazidos pela segregação socioespacial, para assim demonstrar como tal problemática tolhe o gozo de uma gama de direitos básicos intimamente ligados ao exercício do direito à moradia.

"Territorialidade Negra e Apagamento de Memória: Um estudo sobre." - Stéfany dos Santos Silva (UNIRIO). Este estudo consiste em um ensaio inicial de um trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo, que visa investigar os processos de segregação urbana e o apagamento da memória negra na cidade do Rio de Janeiro, tendo como recorte territorial a Pequena África. O mito da democracia racial nos leva a crer que a segregação territorial no Rio de janeiro ocorre apenas no âmbito social, ignorando a presença majoritária de brancos em bairros mais ricos, e os efeitos do racismo institucional na vida de negros que habitam favelas e bairros periféricos. Outro ponto a ser levantado é a dificuldade de identificar territórios de maioria negra devido os constantes processos de urbanização e desestruturalização de comunidades, que tem como instrumento as remoções compulsórias. A região que compreende a Pequena África, localizada na zona portuária da cidade, foi majoritariamente povoada por negros libertos, vindos de Salvador e de África no final do século XIX, e passou por grandes processos de transformação urbana, ao longo do século XX, que contribuíram para o apagamento da memória e consequente invisibilidade urbana da presença negra na região. Segundo Abdias do Nascimento (ANO da OBRA), o negro brasileiro é submetido a diversos meios de dominação que levam a obliteração de sua memória, o que contribui para a perda da noção de identidade e falta de pertencimento ao território pelo não exercício das práticas culturais que acabam por definir a territorialidade . Nesse contexto, as memórias resgatadas ou preservadas são aquelas que atualmente servem as ações do capital, como o turismo, enquanto a plenitude de ser negro e habitar a cidade por direito é constantemente atacada através de ações do estado que fragilizam sua presença no território urbano. Metodologicamente, o presente trabalho reconstrói a histórica da territorialidade negra em ação na Pequena África no Início do século XX, através do mapeamento de Terreiros de Candomblés, zungus, quilombos urbanos, casas das Tias Baianas, cortiços, organizações de trabalho e grupos ligados ao samba e ao carnaval, a partir de relatos contidos nas obras

de João do Rio, Roberto Moura e Agenor Miranda. Com base na espacialização apreendida a partir da análise histórica, exercitamos uma investigação dos efeitos das reformas urbanas na ocupação e no modo de vida da população preta na zona portuária do Rio. Como ensaio conclusivo, constrói-se uma breve crítica ao presente processo de urbanização 'Porto Maravilha' e o resgate da memória negra a partir das narrativas dos corpos negros que resistem na Pequena África e são resilientes diante dos constantes ataques da prefeitura em favor do capital turístico especulativo.

"Territórios do morar, da revolta, do labor e do sagrado na obra de Ana Maria Gonçalves: Narrativas e cartografias da presença negra na cidade de Salvador." - Sofia de Carvalho Costa e Lima (UFBA). Esse artigo tem como objetivo principal articular a narrativa literária com a produção da cidade, a partir da perspectiva da mulher negra, no século XIX. Sendo este um desdobramento da pesquisa em curso denominada "Narrativas e cartografias da presença negra na cidade de Salvador entre meados do séc. XIX e início do séc. XX", vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/UFBA). O livro "Um defeito de cor" de Ana Maria Gonçalves narra a história de Kehinde. Personagem que conta sua trajetória em uma carta/documento, durante a travessia que a trouxe de volta para o Brasil, na tentativa de reencontrar seu filho perdido. Hoje em dia, conhecida como Luísa Mahin, a mãe de Luís Gama, foi uma mulher que batalhou durante toda a sua vida e através do trabalho conseguiu sua liberdade e uma certa autonomia, apesar das limitações impostas para pessoas negras no século XIX. Também foi uma das protagonistas da Revolta dos Malês, em 1835, abrigando em sua loja pessoas importantes e exercendo a função de levar as mensagens, escritas em árabe, para os organizadores e organizadoras da Revolta. Como estratégia metodológica adotada para a realização desta investigação, optou-se pela sistematização das informações coletadas durante a leitura de "Um defeito de cor", em uma plataforma digital, além da pesquisa em arquivos públicos e a produção de cartografias dos percursos feitos na narrativa. Assim, foi possível evidenciar o processo de construção e uso da "cidade negra" Salvador. A partir do momento que a sistematização foi sendo concluída, era possível compreender a narrativa do cotidiano da cidade a partir da visão de Kehinde. Observamos que haviam três pontos principais que cruzavam entre si e atravessavam toda a narrativa: o labor, o morar e a espiritualidade. Além desses três pontos, havia mais um que marcava a história, a Revolta. Percebemos que essas intersecções ficam mais evidentes quando Kehinde passa a morar na cidade. Utilizando Édison Carneiro em "Os cultos de Origem Africana no Brasil" podemos justificar e exemplificar essas relação de intersecção entre os pontos, considerando que "O culto organizado não podia, sob a escravidão, florescer no quadro rural — ou seja, a fazenda ou a cata. Para mantê-lo, o negro precisava de dinheiro e de liberdade, que só viria a ter nos centros urbanos." Portanto, as cartografias resultantes estão todas baseadas nesses quatro pontos que delineiam a narrativa, para assim entendermos o processo de construção da cidade, as relações estabelecidas durante esse período histórico e como até hoje alguns elementos de divisão social, econômica racial e espacial se mantêm, em Salvador. Considerando a diáspora e o que esses africanos conseguiram manter e adaptar para o cotidiano da Cidade Negra Salvador.

Sessão Temática 07

Cultura Afro-Brasileira, memória, identidade e patrimônio

"A CONDIÇÃO DO NEGRO - Racismo no Brasil Cenários em Manoel Querino e Hannah Arendt: visão política do negro no Brasil a partir das décadas de 1900 – 1920." - Osvaldo José da Silva (UNESP). O projeto de pesquisa representa a estrutura esquemática do desenvolvimento da tese acadêmica de doutorado. Tem o objetivo de fazer a relação da concepção política da condição humana elaborada pela cientista política Hannah Arendt (1906 – 1975) como fundamento para interpretar a condição do negro no Brasil a partir das décadas de 1900 – 1920. A construção metodológica vislumbra tomar a análise sobre o texto da Condição Humana dentro da estrutura didática que o compõe e estabelecer a reflexão sobre a condição do negro nas esferas pública e privada, labor, trabalho, ação, a vita activa e a era moderna; inter-relacionando-os com o pensamento do negro Manuel Querino (1851 – 1923). A partir deste estudo pretende-se consolidar a concepção política do cidadão negro como protagonista na formação social, política e econômica da nação brasileira.

"A criação de um movimento de resistência dentro da Igreja Católica, chamado Pastoral Afro-brasileira (PAB)." - Camila Moraes de Oliveira (Projeto Música Encantada). O relata a resistência da Pastoral Afro-brasileira, conhecida entre os membros como PAB, que segundo documentos da CNBB (Conferência Nacional de Bispos), que tem o objetivo de ajudar a Igreja a apoiar e a criar iniciativas contra o racismo, a discriminação, a exclusão do negro, assumindo posturas em defesa de seu patrimônio cultural, por meio de atividades concretas. Assim como, promover o diálogo entre indivíduos, a fim de que todos trabalhem juntos por uma sociedade mais justa e articular fé e vida na construção da justiça social. Sua articulação, visa também a igualdade racial e a luta contra o racismo executando ações interventivas com os atores locais. A Pastoral Afro-brasileira faz parte das Pastorais Sociais da Igreja Católica, que atuam pautadas nas expressões da questão social, que podem ser sinalizadas através das desigualdades sejam elas sociais, de gênero e racial, que é a tratada no artigo através da Pastoral Afro-brasileira. Pois a PAB atua de acordo com as vulnerabilidades e demandas identificadas na população negra, como a discriminação, preconceito e principalmente o racismo que é institucional e que assola até mesmo a Igreja que prega a igualdade de todas as raças. Evidenciando a identidade do negro, baseada em conceitos de autores como Nilma Lino, Ianni, Paulo Vinícius Baptista e Stuart Hall, que falam sobre a temática racial, assim como relatar um pouco da articulação da PAB. E posteriormente relatar a visão dos membros, que na sua maioria são mulheres e líderes religiosos que atuam na Pastoral Afro-brasileira, a fim de ressaltar

suas ações em prol da igualdade racial e viabilizar um maior entendimento sobre a identidade negra, disseminando sua cultura, costumes e hábitos. E isso ocorre através da participação da PAB em movimentos, atos e seu caminhar ao lado de coletivos. Portanto, quaisquer articulações e ações conjuntas com os diversos movimentos sociais e até mesmo as ações isoladas da Pastoral é de suma importância para a vida social do negro, para que ele possa refletir e entender a sua história, cultura, identidade e costumes. E principalmente para que a sociedade entenda que o país não sofre apenas influência da cultura europeia, pelo contrário, a cultura afro está presente em todos os âmbitos sociais. Tendo assim também, o propósito de possibilitar a maior reflexão da história e ancestralidade do negro, assim como alcançar a igualdade racial.

"A criação do Memorial Nzo Dandalunda Diandelê: uma estratégia de luta pela visibilidade das trajetórias das sacerdotisas negras Mãe Mira e Mãe Bela." - Heráclito dos Santos Barbosa (UFRB). Este resumo é parte da minha pesquisa de graduação na UNILAB sobre a trajetória de Mãe Mira. Apresentaremos os resultados da pesquisa sobre o produto "Memorial Nzo Dandalunda Diandelê" que é uma homenagem às sacerdotisas Mãe Mira e Mãe Bela. Diandelê era nome do espaço de religião de matriz africana liderado, por estas senhoras negras. Trazemos neste espaço informações sobre a trajetória das sacerdotisas que foram iniciadas na Nação Kongo-Ngola, pelo saudoso Taata Manoel Guilherme de Menezes. Mãe Mira é fundadora do Terreiro Caxuté, foi ela que entregou o Centro de Caboclo à Mãe Bárbara, que por sua vez foi formada pela tradição de Mãe Mira, em sua origem. As memórias, narrativas, trajetórias religiosas e as práticas pedagógicas das quais vamos falar são reafirmadas na Comunidade Caxuté, em Cajaíba, distrito de Maricoabo, Valença-BA, mas tem sua raiz na Rua das Flores e Rua do Cajueiro – ruas de Valença - onde ficava situado, o terreiro de Mãe Mira, matriarca de nossa tradição. Almira nasceu em Amargosa/BA, migrando-se com seus familiares para o município de Valença, tornando-se parte da população "ribeirinha". Nos manguezais da Baía de Camamu, Mira começou a ter manifestações espirituais por ancestrais africanos e ameríndios, aos sete anos de idade. Almira tornou-se um mito histórico pelo luxo, símbolo de identidade banto, por boa condição financeira, por ter sido delegada da Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro e familiaridade no cenário religioso, cultural e político em Valença e na Bahia. Seu nome aparece bastante referenciado pela oralidade por sua base espiritual e a crença nos ancestrais africanos e nos caboclos brasileiros desde sua infância. Foi uma religiosa que ascendeu na vida, transformando-se em uma "entidade negra" não só para os filhos da sua casa, mas para o "povo de santo" no vasto território do Recôncavo da Bahia. A fundação do Terreiro Diandelê na década de 1950 por duas mulheres, a Mãe Mira e a Mãe Bela, em uma cidade do interior da Bahia, com tendências católica e evangélica, significou mais um caso de resistência negra contra os resquícios da escravidão negra no Brasil. Os(as) candomblezeiros(as) foram perseguidos(as) por estas entidades, sofrendo uma política de invisibilidade das histórias e imagens destes locais. As contribuições da vivência de Mãe Mira e da Mãe Bela nos levam a pensar, em termos mais amplos, a dinâmica dos processos que configuram o universo religioso de matriz africana do Candomblé Kongo - Angola (Bantu). Por ora, a trajetória religiosa de Mãe Mira e de Mãe Mira, no Recôncavo Histórico da Bahia, representa o poder das mulheres negras que afirmaram em suas trajetórias as práticas e as referências culturais e religiosas de matrizes africanas.

"A cultura negra paraibana como forma de resistência político-cultural no pós-abolição (Paraíba, 1910-1930)." - Diego de Souza Canuto (UFPB). Analisar a cultura negra paraibana nas primeiras décadas do século XX (1910-1930) e investigar as estratégias de resistência às práticas opressoras que faziam parte do referido contexto histórico, demonstrando a capacidade da população negra em oporem-se as ações racistas vigentes, posiciona-se como o objetivo a ser trabalhado. Ao investigar obras bibliográficas e documentos de época sobre as tradições negras locais, podemos ingressar no universo do Maracatu, Reis de Congo, Cocos de Roda e Cambindas, nos mais diferentes espaços geográficos paraibanos. Porém, aqui me deterei a apresentar o Coco de Roda e Maracatu paraibanos, estas duas tradições negras de imensa potencialidade na obtenção de uma rede de socialização e humanização desta população. A grande diversidade da cultura afro-brasileira e paraibana demonstra o quanto essa população não se rendeu ao controle e disciplina de suas vivências festivas que as acompanharam desde o Brasil colônia. Destaco, também, o atendimento as obrigações preconizadas através da Lei 10.639/03. A análise e investigação da cultura e tradições negras possibilita levarmos à sala de aula "a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil" (BRASIL, 2003). Ampliar a produção e o conhecimento das relações étnico raciais e sua pluralidade no Brasil, promovendo, também, a valorização da identidade e da história e cultura dos afro-brasileiros são requisitos alcançando com a alteração da LDB/96 e promovidas pela Lei 10.639/03 (BRASIL, 2013). Estes requisitos ainda podem levar o alunado a deslocar-se de um ensino pautado no estudo eurocêntrico e, assim, possibilitar o reconhecimento de uma identidade mais próxima de suas histórias. Importante frisar que esta pesquisa tem sua construção a partir de uma perspectiva afrocentrada, trazendo a potencialidade de suas bases teóricas e epistemológica. Aqui, podemos destacar a relevância da cultura negra em se contrapor à dominação cultural eurocentrista, como bem lembra a Elisa Larkin Nascimento em Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora (2009). São os remanescentes da Diáspora Africana – perspectiva esta que possibilita novos campos de pesquisa - que promoveram uma resistência, em muito fomentada por uma identidade afro-paraibana, capaz de contrariar as perseguições da elite política e intelectual da incipiente república brasileira que pretendia embranquecer e "civilizar" este país. Atentamos, portanto, a diferentes problemáticas a serem trabalhadas acerca da história da cultura negra paraibana entre 1910-1930.

"A Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho: História de fé, (re)existência e comida." - Vagner José Rocha Santos (UFBA). Este artigo aborda um pouco da história da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho (Salvador-BA), destacando sua (re)existência ao longo dos séculos e as comidas escolhidas para homenagear seus santos de devoção. Para tanto, percebeu-se a necessidade de compreender melhor o processo de fundação de irmandades negras no Brasil, então colônia de domínio português que importava bastante mão de obra escrava oriunda de países africanos. O texto analisa o contexto histórico e as transformações sofridas pela irmandade negra do Pelourinho a partir de noções de (re)existência cultural, sincretismo religioso e redes de solidariedade. Outros

aspectos também foram destacados ao longo do artigo, a exemplo da importância das comidas no calendário festivo da referida confraria. Como sabemos, comer e beber juntos desempenha uma importante função simbólica de fortalecer laços afetivos e reforçar os pactos de solidariedade. Esses aspectos da comensalidade também foram tratados no artigo.A metodologia utilizada para a escrita do texto foi revisão bibliográfica e pesquisa de campo. A revisão de literatura incluiu a leitura de pesquisas sobre irmandades negras em outras partes do Brasil (Célia Borges, 2005; Julita Scarano, 1975; e Renato da Silveira, 2006) e trabalhos que se debruçaram exclusivamente ao Rosário dos Pretos do Pelourinho (Jeferson Bacelar e Maria da Conceição de Souza, 1974; e Carlos Ott, 1968). Textos clássicos sobre o negro no Brasil também auxiliaram na análise aqui proposta, a exemplo de Édison Carneiro (1964), Donald Pierson (1971) e Roger Bastide (1989). Já o trabalho de campo começou em outubro de 2017, quando comecei a fazer visitas periódicas à igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos para participar das celebrações e reuniões da Devoção de Santa Bárbara, além de conversar com os membros da irmandade. Mesmo o recorte da minha pesquisa sendo o caruru de Santa Bárbara, considerei importante conhecer os demais pratos/comidas que compõem o cardápio dos santos festejados por essa irmandade centenária. A partir da tríade fé – (re)existência – comida, o artigo evidencia como a organização de uma irmandade religiosa baseada na solidariedade étnica tornou-se uma estratégia de organização política. A irmandade como instituição social, mais do que simplesmente uma expressão de fé, foi fundamental no processo de afirmação étnica-identitária e representou uma possibilidade de participação na estrutura social vigente. Com isso, o trabalho possibilita algumas reflexões em torno das questões de identidade e patrimônio cultural dos povos afro-diaspóricos a partir da história da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho que, ainda hoje, é um importante símbolo de (re)existência negra na capital baiana.

"As influencias da negritude escravizada na formação social,politico e cultural na população quilombola kalunga do albino (Paranã-TO) - Laurinei Izidio Soares Macedo (UFT). O objetivo da pesquisa é apresentar algumas questões que orientam a temática quilombola, passando pelas conceituações do termo, realidades vivenciadas e direitos adquiridos, enfatizando, também, as contradições entre a legislação e sua efetiva aplicação, principalmente no que se refere ao direito do território e a educação, abrangendo também as dificuldades de identificar tais alteridades e fronteiras . Tomaremos por crivo neste trabalho, a Comunidade Quilombola Albino do Kalunga pertencente ao Território Quilombola Kalunga do Mimoso, localizada no município de Paranã e Arraias estado do Tocantins, que, além de se encontrarem na condição de profunda ausência de seus direitos constitucionais inerentes a qualquer ser humano, também apresenta um processo educacional precário, que ignora seus valores e sua cultura, bem como outros aspectos indenitários dessa comunidade.No olhar voltado para as pesquisas tal proposta causa desconforto para a historiografia hegemônica, dada as narrativas (ou ausência dessas) e informações negativas sobre população Kalunga do Albino nos diversos períodos de sua formação até os idos contemporâneo.

"As raízes africanas da cuíca: os tambores centro-africanos de fricção num contexto de tradições e ressignificações da musicalidade afro-brasileira." - Paulo César Cardoso (Seeduc/RJ). Ao analisar as questões em torno das possibilidades de manutenção e transformações nas culturas negras tradicionais, deparamo-nos com complexos e dinâmicos processos socioculturais com os quais as formas musicais das comunidades negras estiveram envolvidas. As necessidades de reinvenção para a "garantia de sobrevivência" são tidas como elementos de estratégias e resistência desenvolvidos no curso do século XX, a fim de superar a histórica marginalização e demais processos de silenciamento das culturas de matriz africana no Brasil. Observa-se que essa dicotomia ou possível tensão entre tradição e modernidade, ou ainda, dinâmica de manutenção e mudanças no interior das formas tradicionais (DIAS, 2009), têm pautado parte das análises e dos estudos sobre os processos de ressignificação, apropriação e novos significados na contemporaneidade. Consideraremos nesta pesquisa as análises em torno das raízes africanas da cuíca, instrumento emblemático nesse contexto, como resultado de um longo percurso histórico de negociação de significados simbólicos e sonoridades no interior das musicalidades das comunidades afro-cariocas (GALANTE, 2015). Para tanto, recorreremos ainda, às análises de Nei Lopes (2005), acerca da geo-história dos povos Bantos de Angola e Congo e seus batuques seminais. Tais análises são fundamentais para a compreensão dos processos de formação de algumas sonoridades afro-brasileiras. Para alcançar os objetivos propostos no presente trabalho, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica/documental com foco na pesquisa qualitativa de base interpretativista. As considerações preliminares evidenciam que embora ressignificadas, as musicalidades afro-brasileiras preservam na sua história os saberes e os valores da cultura negra, suscitadores de afirmação identitária, de memória e tradição, numa dinâmica constante de permanências e transformações.'

"Autoafirmação da Identidade Negra de Estudantes do Ensino Médio de Macapá." - Piedade Lino Videira (UNIFAP). O Projeto de Pesquisa[1] intitulado: Autoafirmação da Identidade Negra de Estudantes do Ensino Médio de Macapá, visa investigar como os estudantes do Ensino Médio de Macapá se autodeclaram do ponto de vista racial, bem como analisar se a autodeclaração é algo complexo ou não para jovens que evidenciam em seu fenótipo características que os inscrevem no grupo social negro e pardo, mas mesmo diante de tal evidência racial, alguns desses estudantes, costumam negar suas origens por que não foram ensinados a se orgulhar de sua cor/raça e cultura negra. Sendo assim, interessa-nos com este estudo, contribuir de maneira política e eficaz com o processo de afirmação da identidade negra de educandos que estudam nas escolas públicas: Antônio Cordeiro Pontes e General Azevedo Costa, localizadas nos bairros, Central e do Laguinho, no afã de que tais estudantes ao concluírem o ensino médio, possam optar pelo sistema de cotas , Lei Federal 12.711/12 na qual está prevista reserva de vagas para autodeclarados: pretos, pardos, indígenas, estudantes que sobrevivem com renda per capita inferior a um salário mínimo e meio e pessoas com deficiência. Além disso, objetivamos produzir um diagnóstico do perfil dos estudantes negros do Ensino Médio prestes a ingressarem nas instituições de ensino superior público do Estado do Amapá. A primeira fase da investigação relevou que os sujeitos de pesquisa utilizam por base a indicação de cor que está registrada em suas certidões de nascimento; a maioria teve dificuldade em se autodeclarar racialmente; outros se desviaram do assunto ao responder como se veem racialmente e outros não responderam. Este resumo apresenta os resultados preliminares do Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado: Autoafirmação da Identidade Negra dos Estudantes do Ensino Médio de Macapá, que está em curso na Universidade Federal do Amapá, o qual é composto pela seguinte equipe:

Raimundo Erundino Santos Diniz; João Felype Barreto Ferreira; Lucas Marcel Nascimento da Silva; Marlene Ferreira da Silva, Janaína Ramos Picanço; Vitória do Socorro Videira da Silva; Wesley Vaz Oliveira e Sabrina da Silva Penha. O referido Projeto foi contemplando com duas (2) bolsas de Iniciação Científica da Unifap no EDITAL N.º 09/2017 PROPESPG/DPq/UNIFAP; com duas (2) de bolsas de Iniciação Científica Júnior no EDITAL N.º 10/2017 PROPESPG/DPq/UNIFAP e com duas (2) bolsas no EDITAL Nº 027/2017/DEX/UNIFAP.

"Candomblé em Londrina: relações dos terreiros." - Jamile Carla Baptista (UEL). Este trabalho visa retratar a história dos terreiros de Candomblé em Londrina e correlacionar suas características e ações políticas com os seus espaços físicos dispostos no território de Londrina. Apresentando interfaces entre o sagrado e sua disposição territorial, este trabalho buscou em literaturas anteriores traças uma linha cronológica do surgimento desta religião e suas nações em Londrina e posterior a isto é realizado uma análise das relações que as/os dirigentes dos terreiros estabelecem com a comunidade. Essas ações transitam no âmbito das políticas públicas voltadas para a população negra, variando de ações na saúde nas ações afirmativas no âmbito educacional. Em relação ao campo educacional apresentamos as atividades exercidas por Yá Mukumby em prol das políticas de ações afirmativas para os negros na Universidade Estadual de Londrina.

"Construindo autonomia: As agremiações de mulheres negras filiadas à Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio em Curitiba 1940-1988." - Fernanda Lucas Santiago (UDESC). Esta proposta de comunicação oral pretende apresentar a pesquisa de dissertação em sua fase inicial, sobre a organização de mulheres na Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio (S.O.B.) entre 1940-1988. Durante a década de 1940 surgiu duas agremiações de mulheres: o Grêmio Flor de Maio e o Grêmio Princesa Isabel, essas agremiações constituíram as primeiras diretorias femininas da S.O.B. O nome dessas agremiações está associado a um passado de escravidão mas, qual seria o significado da escolha desses nomes para as sócias? Em 1944 o artista plástico Erbo Stenzel esculpe a escultura Água pro Morro, representando uma mulher negra com uma lata d'água na cabeça, essa escultura ainda está exposta na Praça Generoso Marques, no centro de Curitiba, diante do Paço da Liberdade. Um ano após a cidade ser presenteada pela obra de Stenzel, Enedina Alves Marques colou o grau de engenheira civil, tornando-se a primeira engenheira negra do país. É contrastante a maneira como o artista representa a mulher negra com o sucesso acadêmico de Enedina. Quais opções as mulheres negras dispunham em termo de profissão na década de 1940? Qual o perfil das sócias das agremiações? Qual o grau de formação? Quais profissões exerciam? Nesse sentido pretendo investigar quais as principais demandas e ações das sócias? O que as sócias pretendiam com as agremiações de mulheres negras? E nas décadas de 1970 e 1980 com a proximidade do centenário da abolição como as agremiações de mulheres se articulavam? As sócias da S.O.B. acompanharam as mudanças do movimento negro e o movimento de mulheres negras? A data 13 de Maio para as sócias também perdeu significado? As sócias abandonaram os nomes Flor de Maio e Princesa Isabel? Quais nomes adotaram? A data 20 de Novembro passou a significar um histórico de lutas e resistências para as novas e antigas gerações de sócias? Como referencial teórico metodológico utilizarei as análises de Giane Escobar (2010;2012;2016) e Fernanda O. da Silva (2017) sobre a presença das mulheres negras nos Clubes Sociais Negros. Matilde Ribeiro (2008) sobre a organização de mulheres negras na década de 1980. Angela Davis (2016) em Mulher, raça e classe sobre os lugares sociais historicamente destinados as mulheres negras. E Joana F. Silva (2017) sobre a representação de mulheres negras na museologia e historiografia oficial e a representatividade das mulheres negras.

"Contra a escravidão, mas a favor do escravizado: uma análise do papel do escravo na história do Brasil nas páginas do Getulino (1923-1926)." - Willian Robson Soares Lucindo (UNICAMP). Em 12 de agosto de 1923, o periódico de Campinas Getulino publicou um texto de Evaristo de Moraes, "O papel do escravo na civilização brasileira", com ele o autor apontava que a escravidão trouxe males para esta sociedade que se estendiam até aquele momento, no entanto o sujeito escravo foi fundamental para a construção do país. A análise de textos da Imprensa Negra permite afirmar que ele não estava sozinho nesta forma de abordagem, que tudo indica esta foi uma forma de luta dos negros das primeiras décadas do século XX. Enquanto jornais de ampla circulação da época, quando tratavam do passado escravista focalizavam na infelicidade e a falta de capacidade de pensar por si das populações cativas, os jornais negros mostravam que as pessoas escravizadas eram responsáveis pela construção do país, a classe trabalhadora desde os primórdios do surgimento do Brasil. Isso não significava ver a escravidão positivamente. Esta instituição era vista a partir de seus abusos, como a constante e intensa violência. Esta apresentação de trabalho faz parte de uma pesquisa de doutoramento em andamento, a qual busca compreender a formação das associações negras no pós-Abolição nas cidades de Campinas e Piracicaba. Para o X COPENE, pretende-se discutir como a celebração do sujeito escravizado nas páginas do Getulino era uma estratégia de "defesa da classe", como se dizia na época, em que tentavam eliminar o estigma da vadiagem sobre as populações negras, ao mesmo tempo que denunciavam que a falta de emprego entre elas era culpa da preferência por trabalhadores imigrantes e do "preconceito de cor".

"COR E VALOR: Territorialidade Científica no debate popular (Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Étnico Raciais)." - Maria José Damasceno (Secretaria do Estado de Minas Gerais). O projeto "COR E VALOR: Territorialidade Científica no debate popular" (Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Étnico Raciais) vem suprir uma lacuna na história da cidade de Carandaí - MG na representatividade das memórias das Bandas de congada do município. O projeto tem como meta fazer um vídeo (documentário) sobre as bandas de congada, promovendo a pesquisa entre alunos e congadeiros e integrando a educação formal e não formal na luta antirracista dentro e fora do "muro" da escola. Paralelo a ele, está sendo trabalhado na Escola Estadual "Deputado Patrús de Sousa" o conteúdo da Cartilha "Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Étnico Raciais", com pesquisa na comunidade escolar, levantamento de dados e análise de gráficos, dificuldades na abordagem do assunto sobre racismo, levando à promoção de ações e projetos interdisciplinares que envolvam todos os seguimentos da Escola, visando a uma sociedade antirracista. Trazer às memórias, as experiências, o conhecimento e as lutas dos congadeiros para a Escola é uma forma de refletir sobre a questão do racismo, muitas vezes encontrado em nosso "viés inconsciente" pela educação e valores criados em nossa sociedade, verdadeiras "feridas abertas" que precisam

ser tratadas, fechadas e curadas. Quando falamos de congada, falamos de crenças, valores, fé, tradição que são confrontadas com uma cultura de racismo velado. A preservação e o registro das histórias da bandas de congada do nosso município é necessária para entendermos nossas origens, identidade, semelhanças e diferenças. Assim o respeito ao outro se faz através do conhecimento de uma sociedade diversificada. O projeto reúne toda a comunidade escolar e vai além dos muros da escola, chegando às famílias, que serão confrontadas, mas que farão parte do processo em que a educação se propõe, que é de transformar/mudar a realidade e, acima de tudo, conhecer e reconhecer que somos todos educadores, aprendendo e ensinando o tempo todo. Longe de esgotar esta temática, o projeto aponta na direção em que a comunidade escolar e os congadeiros carandaienses têm percepções singulares sobre as africanidades. A Lei 10.639/03 ainda é desconhecida entre o professorado, alunos, congadeiros e, neste sentido, reafirmamos a necessidade de formação continuada sobre a temática africanidades.

"CULTURA POPULAR NO RECÔNCAVO BAIANO: visibilidade através das mulheres." - Fania de Cerqueira Santos (UFRB). O artigo intitulado: A Cultura Popular no Recôncavo Baiano: visibilidade através das mulheres tem como objetivo, reconhecer a importância da mulher na perpetuação e resgate da cultura popular. O recôncavo baiano é rico culturalmente, se fossemos escrever todas as manifestações culturais presente neste território certamente levaríamos anos e não caberia nos livros. Isso demonstra o quanto o recôncavo tem um arsenal cultural diverso. Este trabalho está subdividido em três seções, sendo que na primeira será abordado os conceitos de cultura popular no recôncavo fazendo um recorte da mesma no que diz respeito a participação ativa das mulheres neste contexto e um breve histórico da cidade do Recôncavo. Na segunda seção será discutido como as memórias da cultura popular foram preservadas no recôncavo. A terceira e ultima seção abordar o papel da mulher na cultura popular, trazendo para este tópico as figuras culturais como Dona Cadu ceramista e representante do samba da cidade de Maragojipe e Dona Dalva representando também o samba de roda de Cachoeira cidade histórica do recôncavo. Por fim as considerações finais relevantes para esta oportunidade como fechamento da escrita deste artigo. A cultura popular nos faz pensar no lugar de fala das pessoas, através das manifestações culturais. O que se percebe é que nessas manifestações culturais, as mulheres em sua grande maioria estão a frente das mesmas, o que nos faz refletir, quais os papeis das mulheres na sociedade frente a cultura popular?

"Educação e Candomblé: Perspectivas de Memória, Patrimônio e Identidade Bantu na Baixada Fluminense, para inclusão no Ensino com base na Lei 10.639 - Jeusamir Alves da Silva [Tata Ananguê] (UERJ). Com base na a Lei 10.639/2003/PR que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todo o país, este trabalho tem como objetivo principal, a inclusão do Candomblé Banto, como fio condutor, da história e cultura dos bantos, nas grades curriculares do ensino da Baixada Fluminense, de forma a resgatar, preservar a sua memória e o seu patrimônio construídos pelas tradições e as referências culturais dos povos da África Centro-Ocidental, que foram fundamentais no processo de construção da identidade das pessoas que chegaram, nasceram, viveram e morreram naquela região.(Bezerra, 2011). O recorte para a Baixada Fluminense justifica-se pelo fato que, de acordo com as pesquisas realizadas, os bantos introduzidos no Brasil, do século XVI ao XIX, foram, em sua maioria desembarcados na antiga Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Dessa maioria, grande parte foi direcionada para o recôncavo guanabarino, atual Baixada Fluminense. Entretanto, o povo banto, mesmo sendo responsável pela construção do Brasil e formação da nossa língua, juntamente com os nossos índios, mais o Português colonizador, ainda é desconhecido, principalmente, nas salas de aulas, bem como a sua religião, aqui iniciada com o Calundu que deu origem ao Candomblé. Atribui-se uma parte desse desconhecimento, a preferência de Nina Rodrigues, precursor do estudo sobre o negro na Bahia, pela religião dos Jêje/Nagô, habitantes da África Ocidental, e posteriormente chegados, o que relegou ao ostracismo a história do povo banto. Mediante os fatos, o objeto da pesquisa compôs-se de escolas e terreiros tradicionais da região cujos resultados apontaram para a necessidade urgente de políticas públicas específicas para os bantos, além do interesse pela inclusão da temática nas grades curriculares. Utilizou-se a metodologia de entrevistas devidamente autorizadas pelos sujeitos envolvidos como: gestores, professores, alunos, das escola e familiares, bem como, com dirigentes de terreiros de Candomblés Bantos. Somou-se a essa sabedoria os referenciais teóricos dos autores como: Adolfo (2010), Ângelo (2013), Bezerra (2012), Hama (1979), Figueiredo (2010), Mott (1997), Pereira (2011), (Prandi (1991), Ramos (1934), Rodrigues (1976), Scíscínio (1997) Thompson (2001), Thornton (2004), e outros, dando o respaldo acadêmico ao referido trabalho.

"ENTRE O PRESERVAR DA CULTURA E O DESPERTAR DAS LEMBRANÇAS: o caso do Grupo Folclórico Santa Cruz de Pirapora - Norte de Minas Gerais." - Vanda Aparecida Costa (SEE- MG). A cultura popular e o folclore são raízes de referência e identidade de uma nação, diferenciando-as dentre os povos. Desse modo, a cultura procura resgatar tradições, costumes, idéias, habilidades e linguagens, dentre outras características que são apreendidas cotidianamente ou mesmo resgatadas historicamente pelo povo que luta para continuarem vivos suas histórias de vida e suas características familiares. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a construção histórica e cultural do grupo Folclórico Santa Cruz na cidade de Pirapora-MG, caracterizando seu repertório de contos e danças, a partir de fatos ocorridos em suas proximidades, além de compreender a inserção da tecnologia nas apresentações, sem perder sua essência cultural. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada consistiu em levantamento bibliográfico, visitas e acompanhamentos das apresentações culturais, em espaços e ambientes diferenciados, entrevistas semi estruturada com quatro integrantes do Grupo. O Grupo Santa Cruz é composto por 35 membros, todos de uma mesma família. Seu repertório musical é difundido por seis tipos de canções e danças que relembram os animais existentes nas regiões dos ribeirinhos. Também compõem em seu repertório algumas músicas em homenagem a África, visto que a matriarca do grupo é descendente de Africanos, que se alojou na área rural nas margens do ribeirinho (Rio São Francisco). Os questionários balizaram em compreender a importância que o grupo tem para a preservação da cultura em Pirapora e Região, assim como o segredo de se manter a agenda cheia de shows e espaços lotados. E como eles lidam com as tecnologias em suas apresentações. Suas respostas não foram surpreendentes, visto o espírito jovem que mantém o grupo, mesmo tendo integrantes com mais de noventa Anos de idade. Para eles, os shows e apresentações fazem parte

de suas vidas, e por isso, são feito com muito amor. E pelos espaços ficarem cheios, acredita que sejam pela credibilidade e pela interação dos dançarinos com o público em Geral. Suas participações são homenageadas por diversos segmentos, vai desde crianças a idosos. Todos gostam muito, cantam dançam e até arriscam trocar versos com os membros do grupo. Questionado sobre as tecnologias inseridas em suas apresentações, responderam que não dá para ficar por fora da atualidade, mesmo que seu repertório continua retratando memórias vividas pelos seus familiares a mais de cem anos, e seus objetos ainda continua sendo a vida no campo. Portanto, é importante destacar que as representações culturais do grupo Santa Cruz contribuem para os ensinamentos e tradições vivenciadas nas comunidades ribeirinhas.

"Experiências e vivências negras em Bagé/RS no Pós-abolição: Clubes Sociais, carnaval e imprensa negra na fronteira sul do Brasil." - Tiago Rosa da Silva (Rede Emancipa de Educação Popular). No pós-abolição, a cidade interiorana de Bagé viu o florescimento de uma dezena de entidades negras, com destaque para os cordões, ranchos e blocos carnavalescos, Clubes Sociais e periódicos da imprensa negra. Com relação aos dias destinados a Momo, foram diversos os blocos carnavalescos negros que atuaram na cidade, ganhando destaque entidades como o Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Jeito; Bambas da Cidade; Bloco Carnavalesco As Morenas do Brasil; Garotos da Batucada; Piratas do Amor; Os Zíngaros, dentre diversos outros blocos. Principalmente nos anos finais da década de 1930, essas entidades viraram as principais atrações dos desfiles carnavalescos nas ruas de Bagé, momento no qual conquistaram as páginas da imprensa local. Ao mesmo tempo, tais entidades realizavam concursos carnavalescos racializados, apenas com a participação de agremiações negras. Também se destaca a grande quantidade de Clubes Sociais Negros que existiram na cidade, dentre eles a Sociedade Recreativa Os Zíngaros, Sociedade Recreativa Palmeiras e Aurora Social Clube. Tais associações congregavam uma parcela de sujeitos negros da cidade, sendo uma ferramenta fundamental para a afirmação da raça e a constituição de laços familiares e de solidariedades. O clube Os Zíngaros, fundado no ano de 1936 como bloco carnavalesco, mantém suas atividades até os dias atuais, sendo um importante espaço de resistências e lutas de negras e negros da cidade de Bagé. O grupo negro buscou também através da imprensa, mostrar suas aspirações e projetos políticos a fim de se afirmar numa sociedade racializada. Assim, foram diversos os impressos que circulavam entre a comunidade negra local, como por exemplo, os periódicos O Rio Branco, A Defeza, O Palmeira, A Revolta, O Teimoso, Lampeão, Socega Leão e O 28 de Setembro. Esses periódicos dirigidos e escritos por negros eram responsáveis pela disseminação de ideias e projetos políticos da comunidade negra bageense e de outras cidades vizinhas, como Pelotas, Santa Maria e Porto Alegre. Além disso, tais órgãos mantinham seus leitores atentos às práticas de sociabilidades de negros e negras de Bagé, anunciando bailes, saraus, atividades artísticas, esportivas e demais atividades culturais. Nesse sentido, a proposta desta comunicação visa em observar as diversas experiências de negros e negras da cidade atentando para a constituição de seus espaços de cunho associativo, como os Clubes Sociais Negros, bem como as entidades carnavalescas e a atuação da imprensa negra. Para essa análise, será utilizada a metodologia da História Oral, bem como jornais da imprensa negra bageense e o jornal Correio do Sul, órgão da imprensa "hegemônica" da cidade.

"Galeria Intercultural Magliani: expectativas e desafios para a preservação e difusão do patrimônio local." - Francisco da Trindade Costa Junior (UNIPAMPA), Bruna Rodrigues Silva (UNIPAMPA), Jady Marcela Correia Pereira (UNIPAMPA). A Galeria Intercultural Magliani (GIM) integra um Programa de Extensão da Unipampa/Jaguarão/RS e foi implementada a partir do protagonismo discente, visando a difusão das artes plásticas e visuais, o apoderamento dos espaços universitários como instrumento de desenvolvimento cultural e de aproximação da comunidade do entorno com a universidade. A personalidade escolhida para dar nome a GIM foi a pelotense Maria Lídia dos Santos Magliani, primeira mulher negra a ser formada pelo Instituto de Artes da UFRGS. Suas obras estão presentes em acervos de grandes museus: MARGS, MAM-SP e a Pinacoteca do Estado de São Paulo. Através de sua arte, geralmente caracterizada pelas temáticas de apoderamento do corpo e da mulher, conseguiu driblar o preconceito da época e assumir papel de destaque na sociedade. Considerando a GIM como instrumento de desenvolvimento local e cultural, que visa alcançar e atingir os mais diversos públicos e a comunidade, é importante ressaltar que as exposições são um ponto de partida para estabelecer esse contato. O papel de preservar, pesquisar e difundir, trazendo um viés museológico, está intrinsecamente relacionado à produção e execução de exposições (O´DOHERTY, 2002) e, consequentemente, na valorização da memória da comunidade. É de extrema importância que a comunidade se reconheça nesses espaços, considerando que, a partir do que ela atribui valor e sentido, na perspectiva do conceito de patrimônio local e comunitário (VARINE, 2012), é o que será preservado, pesquisado e difundido por instituições como a galeria. Desde sua inauguração, a GIM vem produzindo exposições que reafirmam esses conceitos. A atual mostra, com curadoria do PET-PPC, a partir de parceira com o Centro de Assistência Psicossocial (CAPS) de Jaguarão, com produção e execução da GIM trouxe um forte simbolismo devido aos atores sociais envolvidos serem pessoas consideradas à margem da sociedade, entretanto ali, devidamente apresentadas como artistas, expondo suas obras em uma galeria voltada para as artes plásticas e visuais. O resultado adquirido dessa vivência trouxe alegria e brilho nos olhos dos artistas-expositores, sem caráter assistencial e sim reafirmando a importância de valorizar esses indivíduos, aproximando-os de um espaço público que lhes é de direito (SERPA, 2013).

"História e Memória da Afro-Jurema: o tombamento do Sítio de Acais (Alhandra - PB)." - Pedro Tiago de Souza Costa (UFPB). Este trabalho tem por objetivo analisar o decreto nº 36.445 de 07 de dezembro de 2015, que prevê o tombamento do Sítio do Acais em Alhandra-PB, por sua importância na História e na Memória local dos juremeiros e juremeiras da região. Compreendendo as dificuldades presentes no processo para se chegar ao seu tombamento, percebemos que este patrimônio ¯ o único tombamento registrado para o Estado da Paraíba e que representa as memórias dos povos tradicionais de matriz Afro- Brasileira ou Afro-Indígena ¯ ainda continua sem projeto que o integre, o patrimônio, ao seu valor de bem cultural da população alhandrense, a dinâmica cultural, social e religiosa da população de juremeiros e juremeiras. O trabalho também visa uma reflexão sobre os modos de pensar o patrimônio, compreendendo suas limitações e flexibilidades para a sua ampliação, em entender a História Regional e as dinâmicas sócio-cultural, para chegar a necessidade de compreender as categorias particulares da cultura, de

perceber como a dinâmica do racismo estrutural atua contra as memórias dos povos de identidade Afro-Brasileira, e estes povos, considerados ao longo da História no séc. XVIII e XX como "marginalizados", resistem nas suas estratégias particulares e nas suas práxis de resistência. Na verdade, os juremeiros e juremeiras de Alhandra apenas buscam o direito de manterem e se manterem vivos e atuantes, com sua tradição ainda viva, lutando contra a intolerância religiosa existente, a especulação imobiliária avassaladora do capitalismo moderno - cerceadores de identidades -, além das ausências nas políticas necessárias, principal motivo para as demoras nas ações das leis que deviam, antes de mais nada, garantir a igualdade de direitos (incluindo o direito à memória) e que respeitem seus direitos individuais. Os guardiões da tradição juremeira aparecem enquanto protagonistas de seu patrimônio imaterial, que por momentos contribuem para a organização de eventos que buscavam alertar aos órgãos públicos competentes para a urgência da proteção da Jurema local diante das ações de devastamento e ataques, uma espécie de vanguardistas da memória, conhecedores de suas necessidades e protagonistas de suas próprias memórias.

"Histórias e memórias de pessoas afro-maranhenses estigmatizadas pelo preconceito racial." - Veríssima Dilma Nunes Clímaco (Faculdade de Educação Santa Terezinha). Iniciamos a partir do título Histórias e memórias de pessoas afro-maranhenses estigmatizadas pelo preconceito racial, com o objetivo de conhecer os modos de resistência criados por estas, frente às situações de estigmatização, preconceito e discriminação racial, haja vista que parte-se da problemática ocorrida desde o modo, como os/as negros/as africanos/as foram trazidos/as para o Brasil no período da escravidão, onde se gerou estigmas e estereótipos relacionados a essa população aqui escravizada. Muito embora, nesse cenário tenham sido criadas leis abolicionistas, estas pouco contribuíram para a mobilidade social dessa população que permaneceu sendo discriminada em todos os setores da sociedade, sendo sempre orientada a procurar o seu lugar. Assim, se visualiza com bastante clareza na história do Brasil a divisão entre brancos, indígenas e negros, e tamanha desvalorização pela cultura africana e indígena, ficando estes legados ao esquecimento e marginalizados socialmente. Não houve na história do Brasil o devido reconhecimento, valorização e preservação da cultura africana e afro-brasileira. Portanto, é necessário escutar e refletir sobre as histórias de vida, de pessoas afro-maranhenses, suas vivências encharcadas por preconceitos, discriminações e muita resistência na diáspora africana no Brasil, para (re)significar a história do povo brasileiro, dando a ela seu devido valor, pontuando as situações de preconceito que permeiam diariamente a vidas destas pessoas, bem como conhecer as formas de resistência que precisaram aprender para (re) inventar a vida em um país diferente, não com o intuito de inferiorizá-las, como se vê em muitos livros didáticos, mas para enaltecer sua capacidade de recriar sua história em territórios tão hostis.

"Identidade e violência no Rio de Janeiro dos anos 80 a partir do jornal Cidade do Rio– século XIX." - Geovan Souza (UFU). A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a construção das identidades e as formas de violência cotidiana produzida ao longo século XIX brasileiro. Para isso, utilizarei como fonte principal o jornal Cidade do Rio, de propriedade do abolicionista José do Patrocínio. Aparecem nas colunas desse diário, publicado no Rio de Janeiro a partir de outubro de 1887, inúmeros casos de abusos policiais contra abolicionistas, pessoas escravizadas e livres de cor. Desse modo, o jornal tem o papel de agente de denúncia, tendo parte ativa em prisões, delegacias, questões judiciárias e o governo de D. Pedro II como um todo. No periódico, são muitas as notícias que colocam os negros em contextos de violência. Abolicionistas sendo presos por estarem presente em comícios e por "incitarem a desordem", excessos de castigos que já eram proibidos no período, crítica ao governo em vigor no período, denúncias de um judiciário parcial, dentre muitos outros episódios. A polícia está colocada como uma das principais temáticas do Cidade do Rio e por isto se torna a fonte principal para pensar a identidade que vai nascer a partir destas tentativas de silenciamento. A violência do Estado contra pessoas de cor negra já é debatida em vários trabalhos acadêmicos. A polícia do Rio de Janeiro amparada por uma lógica dura de repressão vai proliferar diversos excessos e abusos contra libertos, livres e escravos. A proposta deste trabalho é analisar as notícias publicadas no Cidade do Rio e buscar perceber quais identidades são forjadas por afrodescendentes diante desses abusos. Sendo esse um jornal abolicionista, e que está presente em diversos espaços políticos e de repressão, como seus articulistas irão se posicionar? Quais os meios usados para defender afro-brasileiros de lógicas repressivas policiais? O governo se posiciona diante desses excessos? A possibilidade de pensar a abolição da escravidão em 13 de maio como a libertação de negros e negras da lógica do trabalho explorador, é algo que também deve ser questionado a partir da imprensa no caso deste trabalho. Buscando entender quem defendia estas liberdades por princípio ou por interesses meramente econômicos e como estas práticas vão influenciar nas identidades negras. Essas são questões que precisam ser pensadas e revisitadas com frequência, pois dizem muito do que vemos hoje como justificativa para a morte de negros e negras em situação de vulnerabilidade social.

"Identidades Étnicorraciais, Associativismo e Mobilidade Social: As agremiações de Laguna no pós-Abolição." - Júlio César da Rosa (Secretaria do Estado de Santa Catarina - SED). Este trabalho tem por objetivo analisar a fundação das Sociedades Recreativas Cruz e Sousa e União Operária, construídas por afrodescendentes em Laguna, Santa Catarina, no pós-Abolição, entre 1903 e 1950. A investigação que envolve afrodescendentes no pós-emancipação, momento histórico pouco discutido pela historiografia na região Sul, contribuirá para desconstruir a visão incrustada na sociedade que veem os descendentes de africanos como vitimizados, não sobrando espaço para que estes sujeitos sejam construtores de sua história. Outro aspecto de nosso estudo é apreender as tensões entre sujeitos autodenominados mulatos e pretos, compreendendo essas identidades a partir do lugar social ocupado pelos membros de cada associação. Procuramos perceber qual era o significado de ser "mulato" e de ser "preto" para aqueles homens e mulheres naquele contexto, e o que os levou a silenciar e/ou ocultar uma identidade étnico racial. Intentamos ainda evidenciar a organização dos clubes recreativos visando compreender suas dinâmicas, lugares estratégicos de associativismo, as possíveis redes de relações com outros clubes, seus projetos coletivos e individuais, as aspirações e expectativas quanto à ascensão social, visibilidade e respeitabilidade na luta por cidadania em Laguna na primeira metade do século XX.

"Imagens Afirmativas: visualidades da cultura negra de um território tradicional do Baixo Sul." - Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos (IF Baiano), Tobias Santos Muniz Silva (IF Baiano), William Conceição de Jesus (IF Baiano), Thálita da Luz Santos (IF Baiano).

O projeto de extensão "Imagens Afirmativas: visualidades da cultura negra de um território tradicional do Baixo Sul", foi aprovado em 2017 pelo Edital de Apoio a Projetos de Extensão de Natureza Esportiva, Artística e Cultural do IF Baiano. É composto por dez alunos do ensino médio integrado aos cursos de Agroecologia e de Agropecuária do Campus Valença. A ação visa promover a elaboração coletiva de imagens da cultura afro-brasileira de um território tradicional, contribuindo para a afirmação de sua memória, identidade e patrimônio cultural. Nosso parceiro é o Terreiro Caxuté, de tradição bantu-indígena, situado na zona rural de Valença. Partimos de leituras sobre cultura afro-brasileira, agroecologia, arte e educação, identidade, território, história e cultura do negro e do índio, entre outros. Os estudos são compartilhados nos encontros do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Em campo, estamos em processo de vivência e escuta sensível. Sistematizaremos essas informações que se tornarão subsídios para os processos criativos visuais. Notamos que o Caxuté reúne referenciais do antigo Aldeamento Indígena São Fidélis (aonde funciona nossa unidade educativa de campo), e reminiscências negras dos quilombolas, marisqueiros, pescadores e ribeirinhos, espalhados na área através da prática do tráfico de escravos. As práticas agroecológicas sustentáveis são a base da vida comunitária nos eixos alimentar, religioso e econômico. As mulheres tiveram papel decisivo para a implantação do terreiro, iniciado num bairro de marisqueiras. Há jovens sacerdotes que ingressaram na universidade e seguem estudos articulando política, agroecologia e religião em seus trabalhos, projetando sua cultura, visão ecológica, além de denunciarem intolerância religiosa e o racismo. Temos produzido coletivamente problematizações acerca do silenciamento da contribuição negra e indígena para sociedade, especialmente na sustentabilidade ambiental e Educação Profissional. Uma de nossas experimentações visuais (assemblage) relaciona-se ao preconceito religioso que os estudantes revelaram ter antes do ingresso no projeto de extensão. Estamos construindo a narrativa visual com tecidos e linhas, trabalhando memórias femininas de suas famílias com as do terreiro. Os alunos, de maioria evangélica, protagonizam em suas casas também novos diálogos criativos com avós e mães. Essas articulações versam de técnicas de bordados, costuras e apliques, a temas como ecologia, saúde e religião. Ao refletirem sobre o Caxuté, percebem que a identidade afro-brasileira se estende também a seus modos de vida.

"Mananciais de culturas negras no Parque Peruche, zona norte de São Paulo - SP." - Bruno Garcia dos Santos (PUC/SP). Os países da diáspora, em particular o Brasil, são herdeiros de práticas ancestrais que constituem a estrutura sociocultural, a história e a memória de grupos africanos. No entanto, tais países vivenciam um processo que não concede o devido reconhecimento a esses povos, sobretudo por conta de interesses político-econômicos que negligenciam e estereotipam o vasto universo africano, marcado por saberes, ciências e cosmovisões. Considerando esse contexto, o presente trabalho insere-se em um conjunto de iniciativas que têm por finalidade exaltar a importância da preservação de memórias afrodiaspóricas no Brasil, particularizando um território negro paulistano - o Parque Peruche, situado na zona norte do município de São Paulo (SP). São seus objetivos centrais (1) participar da produção de memórias e acompanhar narrativas da diversidade e memória de grupos afrodiaspóricos; (2) participar de debates sobre reelaborações de práticas orais ancestrais na diáspora e (3) sugerir possíveis traduções acerca da presença e permanência de ancestralidades negro-africanas em território paulistano. Como objetivo específico, pretende traçar um paralelo entre a discussão vigente em torno das heranças africanas no Parque Peruche e o modo pelo qual ocorrem percursos e narrativas de suas/seus interlocutoras (es), guardiãs/ões das memórias negras do bairro. Com base na História oral, o procedimento metodológico será realizado com vistas a articular o material bibliográfico ao material advindo de pesquisa de campo.

"Memória, identidade e patrimônio das famílias negras da Baixada Santista." - Mary Francisca do Careno (UNESP), Aurélia Maria Rios Piterskih (UNIFESP). Esta pesquisa volta-se para narrativas autobiográficas de famílias negras da Baixada Santista/SP, procurando estudar seus percursos e teve origem na constatação de que embora na região sul do Estado de São Paulo, os dados do IBGE, do Censo de 2010, mostram a existência de mais de 50% de habitantes negros (pretos e pardos) nos municípios de Cubatão (51,18%) e Guarujá (52,16%), para a comunidade urbana da região, esse segmento populacional praticamente desapareceu, tornou-se invisível, até mesmo nas imagens da população, nos anúncios comerciais das lojas e nos depoimentos sobre a história das cidades. Pensar os implícitos existentes nas atitudes, patrimônios, falas, fotos e escritos que expressam as concepções de família, recorrendo-se às memórias e história de seus membros, constituem o objetivo do trabalho. O aspecto fundamental abordado é o uso da memória como fonte histórica, embora a carência dela, ao longo da história brasileira, tenha sido muito comum sob a égide dos inúmeros governos totalitários ou não, que sempre buscaram manipular a memória a seu favor e produzir os silêncios que lhes interessavam e interessam. As famílias negras estão sempre mergulhadas nessa concepção de mutabilidade, identidade hesitante na sua assunção, desconhecendo as lutas, os atos de resistência dos afro-brasileiros (filhos da diáspora africana nascidos no Brasil). Esse fato, que incomoda os esquecidos, que interfere na construção da sua identidade nos levou a efetivar a proposta de um projeto em forma de oficinas para levantar e dar a conhecer à sociedade civil local as africanidades existentes que na concepção da Profa. Petronilha Silva referem-se às "raízes da cultura brasileira que têm origem africana", ou seja, " ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprio dos negros brasileiros e (...) as marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia". Os processos de formação familiar se fazem numa rede de relações permeadas de práticas às quais se ancoram num dado contexto social. Os aspectos teóricos da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978 e 2007) organizam e esclarecem nossos objetivos relacionados ao conceito de território (SANTOS, 2003), vinculados aos estudos de autores que tratam do enfrentamento diário das famílias negras com relação à diversidade, dentro de uma dimensão pessoal e de sua identidade social (MUNANGA, 2002; OLIVEIRA 2016; CHAGAS, 2017). As análises iniciais revelam um (des)compromisso dos jovens e um desalento e preocupação dos membros das famílias negras em (re)contar a própria história e em combater as formas "sutis" de discriminação por desconhecimento de informações a respeito do tema.

"Memórias negras no estado do Paraná: As práticas de vida da Comunidade Quilombola Paiol de Telha." - Delton Aparecido Felipe (UEM). Os territórios tradicionais além de assegurar a sobrevivência dos povos e comunidades quilombolas constituem a base para a

produção e a reprodução do seu patrimônio cultural. Na Comunidade Quilombola Paiol de Telha no centro sul do estado do Paraná-Brasil, os saberes e as práticas são transmitidos de geração a geração e envolvem um acúmulo de conhecimentos sobre os modos de vida dos descendentes de homens e de mulheres escravizados. Ao analisarmos as suas práticas percebemos que os processos de sociabilidade que organizam a identidade desse grupo têm ultrapassado as fronteiras espaciais no qual está inserido e vem sendo gradualmente construída mediante dos novos elos que a comunidade agrega. Os saberes e as práticas são transmitidos por gerações e envolvem um acúmulo de conhecimentos sobre o território que ocupam e as relações sociais dentro e fora do grupo. Conseguimos identificar formas de saber e fazer em diversas práticas de vida da população da Paiol de Telha, para categorizar essas práticas utilizamos a mesma metodologia adotada no Decreto no 3551, de 4 de agosto de 2000, dividindo em celebrações, formas de expressões, saberes e lugares. Concluímos que a memória é o fio condutor que nos leva a entender o território quilombola da Comunidade Paiol de Telha como Patrimônio cultural. A memória dos sujeitos ao relatar seus saberes e seus fazeres enlaça o indivíduo ao do grupo e a sua tradição, ou seja, a memória é parte herdada, e que não se refere apenas a vida física da pessoa. Ao analisarmos as práticas de vida dos quilombolas do Paiol Telha, percebemos que os processos de sociabilidade nos quais a identidade desse grupo se engendra têm ultrapassado as fronteiras da própria comunidade. Mais do que isso, ela vem sendo gradualmente construída por novos elos agregados com o passar do tempo vivido. Trata-se de uma identidade que se produz também através da alteridade e dos critérios de aceitabilidade, admissibilidade e de credibilidade negociados diretamente com o "outro", ou seja, com aquele que a priori não pertencia ao grupo, mas agregou-se a ele. A memória e a identidade devem ser consideradas "moedas de troca", logo, podem ser negociadas. O processo de formação da dinâmica identitária, é construído por diferentes sujeitos, onde há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. A Comunidade Paiol de Telha ao interagir com a sociedade começa a fazer parte dela, a agregar valor e a ser também transformada. Por mais que a memória sofra flutuações em função do momento em que está sendo articulada, a história de vida individual ou coletiva tem sempre algo invariante, que se torna parte da própria essência da pessoa onde há um forte sentimento de pertencimento.

"Negritudes e Carnaval: as Escolas de Samba Mirins na cidade do Rio de Janeiro." - Carla Machado Lopes (UNIRIO). A partir da década de 70 do século XX o Movimento Negro, no Brasil, inicia um processo de reorganização institucional de lutas antirracistas resistência cultural, valorização e reconhecimento do legado das culturas africanas na formação societária do país, que culmina em 1978 com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU). O contexto histórico do soerguimento deste movimento social, de forma institucional, ocorre no bojo das lutas pela democratização no país, que vivenciava desde 1964 o período da Ditadura Civil-Militar, marcado pelo monitoramento, repressão e violação dos Direitos Humanos. A ação discursiva e pragmática do Movimento Negro contribuiu para a valorização e preservação cultural das Escolas de Samba a partir do conceito de Negritude. Identificamos que este conceito foi um dos pilares para uma parte de intelectuais, militantes do movimento negro e sambistas para defender o samba e as escolas de samba como manifestações populares de caráter eminentemente das populações negras, defendendo a valorização e preservação originais destas expressões sob o risco de descaracterizá-las, perdendo assim, sua identidade. Trazendo o exemplo do sambista Antonio Candeia Filho, o Candeia, verifica-se que assim como ele, outros sambistas e o próprio Movimento Negro tinham seus discursos alinhados na perspectiva de uma (re)interpretação da história do país a partir desta ótica e que a adoção de elementos conceituais de negritude como discurso era uma das formas de uma conscientização racial e de positivação da cultura negra (HALL, 2016). Toda esta carga polifônica e polissêmica reforça o sentimento de pertencimentos identitários e culturais que colaboraram para a constituição das escolas de samba como representantes raciais, e mais à frente fomentou as bases de formação das Escolas de Samba Mirins como espaços educativos de preservação, manutenção, valorização e divulgação dessa manifestação cultural.

"O mapeamento das práticas e saberes sócio-religiosos afro-brasileiro no município de Uberlândia/MG." - Cristhian Dany de Lima (UFRRJ). As iniciativas de mapeamentos de comunidades tradicionais de Matriz africana (ou mapeamento de terreiros), já realizadas no Brasil, são mais uma evidência de que a estratégia do mapeamento foi facilitada pelo resultado da convergência entre duas principais variáveis: a organização política das comunidades tradicionais de matriz africana (e a consequente sensibilização das instâncias governamentais responsáveis pela implementação das estratégias para os povos de matriz africana consubstanciadas na Política Nacional de Desenvolvimentos Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais); e o intenso desenvolvimento técnico e tecnológico com a proliferação e simplificação dos (que permitiram que o ato de cartografar pudesse ser popularizado). Quanto mais são realizados, os mapeamentos dos terreiros acabam por permitir tanto a percepção das múltiplas territorialidades, identidades existentes; quanto a pluriversalidade e complexidade dos saberes e práticas sócio religiosas afro-brasileiras. Como só se viabilizam com a efetiva participação do povo de santo, os mapeamentos desenvolvidos são ainda resultado de seu protagonismo, e permitem que essas representações e grafagens espaciais – ao serem desenvolvidas por, ou com a importante participação das pessoas que vivem e ocupam esses mesmos espaços – tornem visíveis percepções e compreensões acerca de "territorialidades específicas". Tais mapeamentos são ainda profundamente polifônicos e polissêmicos, interferindo poderosamente sobre o debate epistemológico, ontológico e metodológico no âmbito das ciências sociais. Definimos como nosso objeto as dinâmicas de territorialização e os fatores de localização acionados pelos saberes e práticas sócio religiosos afrobrasileiros, quando de sua territorialização no município de Uberlândia/MG. É nossa pretensão refletir sobre as diferentes dimensões e intersecções entre os cultos afro-brasileiros e os territórios por eles ocupados; em suas dimensões sagradas, litúrgicas, socioculturais, econômicas. Para tanto, esperamos analisar sua inserção e relação com: a natureza (possibilidades e recursos naturais), o espaço urbano (as tensões e ressignificações que este sugere/possibilita); as relações com vizinhos e adjacências, as relações e intercâmbios com as demais práticas religiosas presentes no município em análise. Procurar-se-á grafar espacialmente as diferentes formas de territorialização do sagrado afro-brasileiro com ênfase seja no fenômeno imediatamente religioso e seus respectivos locais de culto, seja em suas estratégias de territorialização e legitimação – para além dos terreiros – sobre e na cidade (sua profusão estética e ética, sua presença nos mercados, sua ação e apropriação/ressignificação sobre marcos naturais

e construções, etc.).

"O poder da memória e a negociação da memória do patrimônio: Traduções das práticas congadeiras em tempos de vivificação da ideia de cultura - Renata Nogueira da Silva (UNB). Nesse trabalho, analiso os modos pelos quais a Irmandade de São Benedito de Ituiutaba, instituição que reúne e organiza os ternos e suas práticas, tem recuperado e atualizado o papel de provedora de direitos sociais, semelhante ao que ocorria no período colonial. Sustento que ao retomar e atualizar essas atribuições, outras funções são construídas de acordo com o contexto no qual a Irmandade se edifica na cidade. Entre essas novas funções, ganham destaque: realização de oficinas e seminários relacionados à profissionalização, educação e à valorização das práticas congadeiras. Além disso, abordo as transposições das práticas congadeiras para espaços e tempos distintos do processo ritual. Nos séculos XX e XXI, as irmandades de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário continuam sendo instâncias de articulação importantes, não só religiosa, mas política e social também, semelhante ao que acontecia no período colonial. A plasticidade, o traquejo e a capacidade de negociar são continuidades entre o formato das irmandades (e suas práticas congadeiras) do período colonial e as contemporâneas. No passado, as irmandades eram constituídas basicamente por leigos, inclusive nos cargos de direção. Mas estavam submetidas, pelo menos formalmente, ao Estado e a igreja católica. Nos dias atuais as irmandades, bem como a direção da instituição também são redutos leigos e a negociação entre os poderes instituídos – Estado (na figura da prefeitura) e igreja ainda são recorrentes. A força e a permanência desta instituição em contextos tão adversos estão assentes em sua capacidade de remodelar, criar e atender reivindicações de acordo com a situação. No entanto, destaco que há algo novo acontecendo contemporaneamente. As irmandades têm recuperado parte de suas atribuições "originais" e adquirido outras, porque possuem um capital social (nomeado no momento de cultura ou tradição que passou a ser fonte de políticas públicas e direitos de cidadania). Em um contexto em que a ideia de direito cultural passa a ser fonte de políticas públicas, o cultivo de identidades diferenciadas por coletivos ou populações que, historicamente, tem tido uma inclusão cívica precária (como ocorre entre os praticantes da congada), permite a formulação de demandas e/ou acesso a recursos para realização de atividades relacionadas a direitos universais de cidadania, como educação de qualidade, por exemplo. proposta desse trabalho é baseada na dissertação de mestrado "O poder da memória e a negociação da memória do patrimônio: Traduções das práticas congadeiras em tempos de vivificação da ideia de cultura" – defendida em julho de 2012 na Universidade de Brasília.

"O processo de patrimonialização da Folia de Reis Fluminense/RJ." - Cleivison Jesus de Carvalho (Colégio e Curso Interactivo). A pesquisa encontra-se no campo do Patrimônio Cultural, o qual se insere entre as disciplinas de História, Ciências sociais e na discussão da Cultura. Como objeto de estudo, temos a Folia de Reis Fluminense e sua patrimonialização em processo de registro como Patrimônio imaterial Cultural Brasileiro, com representação cultural distintas seguindo uma lógica dos recursos e a organização social que impõe sua dinamicidade. A partir desta observação, a leitura do processo de patrimonialização nos permite destacar (des)encontros da ferramenta jurídica e detentores, analisados paralelamente com reivindicações dos instrumentos que institui a salvaguarda, da Constituição de 1988 e Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000 ao Termo de Cooperação entre IPHAN e UERJ. Portanto, para desenvolvimento da pesquisa debruçamo-nos sobre o conceito de tradição a partir de CASCUDO (2000) e como foi apropriado durante o inventário. Seguido da apreciação dos procedimentos adotados para levantamento de dados das Folias de Reis a partir de MAGNO (2016). Levantados os dados, buscamos entender a representatividade da pluralidade que abrange a Folia e seus lugares de memória (NORA 1993) no Rio de Janeiro a partir da memória que institui o imaginário da manifestação popular em questão. Para esta perspectiva temos em HALBWACHS (1990) o conceito de memória coletiva, para corroborar a ideia de memória construída no inventário. Sendo assim, o inventário para registro da Folia de Reis Fluminense recebido pelo IPHAN destaca os 15 grupos mais tradicionais do estado do Rio de Janeiro e deve considerar os lugares, atores e a pluralidade destes a fim de contribuir para as políticas de salvaguarda respaldando-se para as questões da dinâmica e mobilidade cultural.

"Os terreiros de matriz africana nos processos do IPHAN: debates no campo do patrimônio cultural." - Luciane Barbosa de Souza (UFRRJ). Este trabalho é uma breve apresentação da pesquisa sobre o estudo da política de preservação das comunidades tradicionais de terreiro, mediante instrumento jurídico de proteção do patrimônio cultural brasileiro, denominado tombamento, realizada pelo órgão federal de proteção do patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por meio da metodologia de estudo de caso e da etnografia documental, busca investigar o tombamento das comunidades de terreiro de matriz africana. Objetiva-se pesquisar o fazer administrativo do IPHAN para a patrimonialização dos terreiros como bens culturais nacionais, e, analisar como ocorrem os estudos de identificação e a efetivação do tombamento de seus legados ancestrais para a manutenção e valorização da cultura de matriz africana, formadora da sociedade brasileira. A realização deste estudo é relevante para a ampliação das pesquisas sobre o patrimônio cultural, mais especificamente, sobre o patrimônio cultural afro-brasileiro. A presente pesquisa é realizada no Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPACS, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, e, encontra-se na fase de estudo da bibliografia indicada sobre o tema e no desenvolvimento de etnografia documental dos processos de tombamento, disponibilizados pelo arquivo central do IPHAN. A realização da pesquisa conta com o apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculada Ministério da Educação (MEC).

"Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro: produção acadêmica 2000-2016." - Otair Fernandes Oliveira (UFRRJ). O presente trabalho resulta de um processo de investigação que tem como objeto de estudo o patrimônio cultural afro-brasileiro considerado aqui como toda forma de expressão que evoca, na sua origem e no espaço de sua re-criação e re-existência, os significados e as simbologias que remetem à ancestralidade africana dos afro-brasileiros (filhos da diáspora africana nascido no Brasil). Diante da questão sobre o significado e a importância do reconhecimento das referências culturais afro-brasileiras em patrimônio da cultura nacional, a pesquisa propôs analisar a produção do conhecimento no campo de estudos sobre patrimônio cultural com foco nas referências culturais afro-brasileiras, no sentido

de verificar o que tem sido produzido e elaborado academicamente sobre este assunto. Devido ao pouco tempo para realização (apenas um ano), o estudo centrou atenção na produção acadêmica com temas relacionados a cultura afro-brasileira no campo de estudos do patrimônio cultural no período 2000-2016, formada pelas teses de doutorado e dissertações de mestrado existentes, com a idéia de traçar um perfil dessa produção. Do ponto de vista teórico optamos por uma perspectiva multidisciplinar que procura aproveitar estudos contemporâneos de diferentes áreas de conhecimento científico sobre o patrimônio cultural, sobretudo, de historiadores, antropólogos e sociólogos, além de documentos oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que é o órgão do governo federal responsável pela condução da política de preservação do país. Metodologicamente, o caminho trilhado para coleta de informações foi a busca na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sistema que reúne registros e divulga digitalmente as teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos no país. Em geral e ainda parcial, a pesquisa aponta para um processo crescente de estudos acadêmicos com temas referentes à cultura afro-brasileira como samba, terreiro de candomblé, capoeira, dentre outros, no campo de estudos de patrimônio cultural, no período estudado. Uma produção concentrada na maior parte em dissertações de mestrados e nas áreas das humanas e sociais aplicadas. Tais informações ainda prescindem de maior aprofundamento analítico sob o ponto de vista epistemológico. A pesquisa aprovada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da UFRRJ (PIBIC/EDITAL Nº 001, 23/03/2017), em fase de finalização, contou com financiamento do CNPq, e é parte de estudos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudo Patrimônio e Cultura Afro-Brasileira - GEPICAfro, do LEAFRO e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPaCS/UFRRJ.

"Por entre sambas e símbolos: os sambas-enredos produzidos por compositores negros da escola de samba Rancho Não Posso me Amofiná (1938-1946)." - Tatiane do Socorro Correa Teixeira (UFPA), Benedita Celeste de Moraes Pinto (UFPA). O presente artigo se propõe a analisar o universo simbólico e cultural da escola de samba Rancho Não Posso me Amofiná através dos sambas-enredos. Por meio desta, propomos a partir dos sambas produzidos pela escola e uma observação atenta das letras, percebe os conflitos, as resistências, e a busca da valorização da escola e do bairro. Estamos discutindo samba na perspectiva de Muniz Sódré (1998), Hermano Viana (1995), Carlos Sandroni (2001), não como mera expressão musical de um grupo social marginalizado, mas nas palavras de Muniz Sodré (1998) , "o samba como um instrumento efetivo de luta para afirmação da etnia negra no quadro da vida urbana brasileira". Portanto, procuramos compreender esse universo simbólico e cultural nos sambas enredos produzidos pela agremiação Rancho Não Posso me Amofiná, uma vez que os textos sambas/sambas-textos produzidos trazem imagens e representações, narram a trajetória da escola.

"Por uma História do Negro no Sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro." - Lourival dos Santos (UFMS). Em Mato Grosso do Sul, a questão da identidade quilombola opôs o Instituto Histórico e Geográfico do estado e a Fundação Palmares. O primeiro emitiu parecer, em 2008, afirmando não reconhecer a presença de qualquer núcleo remanescente quilombola no estado. A segunda certificou 22 comunidades como sendo de remanescentes quilombolas até 2017. Esse artigo propõe uma nova narrativa para a História do negro na região, em diálogo com as comunidades e o conhecimento acadêmico com o potencial de reescrevermos a história dos negros no sul do antigo Mato Grosso, deslocando-os da posição de subordinados para a de protagonistas no processo de ocupação do oeste do Brasil com implicações na definição de políticas públicas de atendimento a essas comunidades, em conflito com outros interesses políticos e econômicos. Os quilombos e os quilombolas ocuparam a atenção de autoridades coloniais e imperiais dos séculos XVII ao XIX e de estudiosos durante todo o século XX. E a preocupação segue até os dias de hoje. O artigo 68 das disposições transitórias da Constituição de 1988 consolidou uma demanda do movimento negro no Brasil ao redor do que Abdias do Nascimento chamou de Quilombismo e inaugurou para o movimento negro, antropólogos, juristas e historiadores uma nova senda de investigação: a dos novos quilombos. Nossa contribuição trata desses últimos no atual estado do Mato Grosso do Sul e pretende, por intermédio do uso da História Oral, ampliar as narrativas ao redor dessas comunidades e propor a escrita da história do negro nessa região do cerrado brasileiro. Os testemunhos que gravamos e as observações de campo indicam que o processo de fuga continuou no pós-abolição bem como o aquilombamento de negros formalmente libertos da escravidão. Essas evidências indicam a continuidade de um processo que surgiu com a exploração de mão escrava e segue até os dias de hoje, ensejando novas estratégias dos quilombolas de convívio com outros grupos sociais. Tendo como referência essa nova produção historiográfica acerca dos quilombos contemporâneos, nosso trabalho envida esforços em dar ouvidos a sujeitos contemporâneos a partir de uma dinâmica própria da presença de ex-escravizados e seus descendentes em parte da região centro-oeste do Brasil. Procuramos por meio da História Oral, submetemo-nos às lógicas internas da formação dessas comunidades recorrendo ao paradigma indiciário de Carlo Ginzburg a partir do estabelecimento de uma história prospectiva

"Que Venham os Espíritos de Cura!" - Renato Mendonça Barreto da Silva (UFRJ). O presente trabalho tem como objetivo investigar as influências do fazer cultural Bantu que dialoga com as práticas de cura existentes no Candomblé contemporâneo. Perceptível como o uso do branco, e sua semântica purificadora, assim como a presença de espíritos mediadores denominados Kilundu são fortes influências na construção da memória afro diaspórica em terras brasileiras. Metodologicamente textos com caráter históricos sobre o Brasil colônia contribuem para a descoberta dos Calundus como um dos principais ritos conector de diferentes Áfricas. Sendo assim, a prática negra de cura, fortemente perseguida nos tempos coloniais resiste através do uso metafórico das palavras, das construções de objetos e principalmente da aplicabilidade dos gestos compreendidos como locais de potentes da memória.

"Quilombos e Patrimônios Culturais." - Thaís Vieira Costa (UFBA). O artigo Quilombos e Patrimônios Culturais expõe mais uma reflexão sobre as políticas culturais de patrimônio, especificamente de patrimônio material e suas relações com as comunidades quilombolas ao redor do país. O objetivo principal deste processo de escrita é o questionamento dos conceitos e valores utilizados nas avaliações

realizadas por equipamentos públicos de preservação da memória nacional, tal como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao decorrer do texto, analisaremos a definição de patrimônio cultural por diferentes perspectivas, a sua bagagem histórica, a utilização da memória nacional e da hegemonia nos reconhecimentos de patrimônios culturais no país e a estruturação das políticas de patrimônio. Relacionando ao momento histórico das comunidades quilombolas e a demanda de uma política de patrimônio que atenda suas especificidades, e as funções das instituições nessa etapa de reconhecimento, como Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) A disputa pelo patrimônio cultural pelos grupos minoritários, pelo não esquecimento e silenciamento da memória coletiva dos grupos participantes da formação da sociedade brasileira, pela inclusão, manutenção e preservação da cultura afro-brasileira e de matriz africana nos processos de tombamento do Iphan.

"Rainhas Negras do Clube Social 24 de Agosto: repensando o patrimônio e afirmando as identidades negras na cidade de Jaguarão/ RS." - Shirlei Pereira Rosa (UNIPAMPA), Caroline Maria Dos Santos Souza (UNIPAMPA), Vanessa Olanda Dos Santos (UNIPAMPA), Giane Vargas Escobar (UNIPAMPA). A proposta do artigo é refletir sobre as ações afirmativas tendo como foco central as narrativas das Rainhas negras do Clube 24 de Agosto, um Clube Social Negro localizado na cidade de Jaguarão, no extremo sul do Rio Grande do Sul. A cidade é reconhecida pelos 800 prédios tombado pelo IPHAN. Demarcando um centro histórico, majoritariamente o protagonismo luso e espanhol, negligenciando a participação da população negra. Nos últimos anos a historiografia de Jaguarão/RS entrou em disputa, tensionando olhares e escritas para as relações sociais e o mundo do trabalho, evidenciando a participação e trajetória de negras e negros. Atualmente vemos uma mudança no que tange às políticas do patrimônio material e imaterial, conquistando um campo que até então não era considerado espaço de reconhecimento nessa área. É a partir desse novo prisma que o Clube 24 de agosto se torna o primeiro espaço de associativismo negro tombado pelo IPHAE, demonstrando o quando esses lugares são fortemente marcados na construção e representação das identidades que historicamente foram invisibilizadas e subalternizadas. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é evidenciar as trajetórias das Rainhas negras ao longo de um século de existência do "24", assim como perceber as representações sociais dessas mulheres no interior do Clube Social Negro 24 de Agosto, nos clubes brancos da cidade de Jaguarão e do exterior, no Uruguai. Este texto é parte do resultado do Projeto de Pesquisa intitulado "Rainhas Negras do Clube 24 de agosto", cuja centralidade está no pensamento, experiências e narrativas de mulheres negras. O desenvolvimento dessa pesquisa se deu a partir de um olhar afrocentrado, tanto das pesquisadoras que compõem esse projeto, quanto no seu arcabouço teórico, pois é preciso romper como ciclo vicioso eurocêntrico e fortalecer o crescimento de referências positivas, estimulando a população negra a ocupar seus espaços, já que bem sabemos que a neutralidade na academia não existe e que estamos sempre nos referenciando (HALL, 1996), o projeto busca uma proximidade com as falas de quem narra, bem como das pesquisadoras. Cientes da relevância das histórias das rainhas negras para a construção das identidades de meninas e mulheres negras, foi possível identificar os aspectos convergentes e divergentes vinculados as essas representações, possibilitando, desse modo, reflexões sobre a importância desses espaços de associativismo na positivação da autoimagem e autoestima das mulheres negras, indo na contramão do sistema, quebrando a hegemonia da herança escravocrata, reinventando-se para existir e resistir, na sociedade jaguarense.

"SAIAS DE AXÉ: Performance de Giros e Saberes." - Alissan Maria da Silva (UNIRIO). Na convivência com diversas performances brasileiras de motrizes africanas, não será difícil perceber a presença da saia rodada como elemento marcante na caracterização de suas participantes mulheres. Sejam elas floridas, coloridas, estampadas ou lisas, de chita, seda ou richelieu, simples ou enfeitadas ultrapassam a esfera de um mero adorno ou enfeite. A estrutura circular da saia, o girar em sentido anti-horário das rodas e em torno do próprio eixo do corpo como elemento coreográfico são recorrentes na maioria dessas performances. Esta comunicação pretende apresentar a proposta de estudo de doutoramento, que vem sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas (Unirio), cujo foco central é entender porque este elemento – saia - é tão importante para estas performances culturais, extrapolando o sentido de um figurino para quem as utiliza, e investigar a possibilidade de compreender a saia como alegoria de uma cosmovisão ancestral, mantendo o equilíbrio e restaurando a tradição. Ao unir a perspectiva da circularidade às saias em performances rituais afrobrasileiras – elegendo o candomblé como recorte – a pesquisa se direciona para uma análise de saberes pautados a partir de mulheres e/ou na perspectiva do feminino, buscando alinhavar os encruzilhamentos atuais de uma pesquisadora que pertence ao universo pesquisado. O Candomblé aqui é eleito como lócus da pesquisa não apenas pela importância política desta prática cultural no que se refere a resistências e re-existências, a construções e re-construções de africanos e seus descendentes, mas também pela atualização de cosmovisões africanas no Brasil nos diálogos interculturais inerentes às relações aqui travadas, e a possibilidade de vivência das mesmas pelos seus praticantes. Aspectos somados ainda aos significativos papéis desempenhados por mulheres em sua lógica estrutural, característica importante para este estudo. São compreendidas, portanto, como saias de axé aquelas utilizadas por mulheres no espaço-tempo das tradições de seus terreiros, nos quais exercem seus papéis e funções no cotidiano e na liturgia da tradição do Candomblé. Acreditando que habitar o território da pesquisa pode permitir acesso engajado à experiência investigada, a pesquisa se percebe atualmente na tessitura de reflexões acerca do lugar de intersecções entre a pesquisa e a sujeito pesquisadora, pois tendo sido escolhida pelas divindades como uma mãe do segredo – deixar de ser abyián para ser iyàwó - essa saia também se faz quem as fala. Dessa maneira, a investigação se pauta na consideração de que a performance das saias de axé revela, em seus movimentos circulares, uma rede espiralar de memórias e saberes construídos na esfera do seu relacionamento com a ancestralidade.

"Serra da Barriga - Patrimônio do Mercosul." - Zezito de Araújo (Secretaria de Estado da Educação de Alagoas). A Cerca Real do Macacos – Serra da Barriga – capital política administrativa do Quilombo dos Palmares, é um dos marcos mais importante da luta do povo negro brasileiro pela liberdade. No entanto, os estudos históricos não dão a devida importância a essa organização social, como também, não conseguem entender, que o Quilombo dos Palmares não foi apenas um território de luta, mas, uma organização social que, à medida que lutava pela liberdade, construiu uma sociedade oposta ao modelo colonial. Após negociação e conflitos com a população

indígena que habitava a matas da Cerca Real dos Macacos, povos do grupo linguístico bantu, dos grupos étnicos Ambundu, Ovimbundu e Bakongo, se estabeleceram na atual Serra da Barriga, ocupando aquelas terras, criando uma sociedade a partir das experiências trazidas do continente africano. Depois de quase um século de conflitos e negociação, a maioria dessa população foi exterminada e reescravizada pelos colonizadores portugueses. As terras foram entregues como prêmio aos genocidas daquela população. 287 anos após a destruição do Quilombo dos Palmares, em 1981, movimento negro brasileiro inicia uma peregrinação permanente à Serra da Barriga, com o objetivo de refazer sua própria história e retomar as terras que eram dos seus ancestrais. Os embates foram muitos com os latifundiários que hoje ocupam a área da Cerca Real dos Macacos. Com o apoio de instituições, Universidade Federal de Alagoas, Fundação pró-Memória (IPHAN) que tinham em seus quadros gestores que eram solidários com a luta do movimento negro brasileiro, o Estado brasileiro, reconhecendo a importância da história do Quilombo dos Palmares para a compreensão da formação da sociedade brasileira, em 1985 a inscreveu no livro de tombo do IPHAN. Em 1986 é desapropriada para instalar o Memorial Zumbi, com o objetivo de construir o Centro de Referência da História e da Memória da população negra brasileira na diáspora. Em 1988 é declara Monumento Nacional, devido sua importância histórica relacionada a luta libertária de Zumbi. Toda essas lutas e conquistas do movimento negro brasileiro, levou os países do Mercosul, a reconhecer o mocambo Serra da Barriga, como Patrimônio Cultural do Mercosul pela sua importância histórica e social para as civilizações americanas. Nesse sentido, no dia 08 de novembro, em Maceió, lançou o Dossiê de candidatura da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural do MERCOSUL. E, no dia 11 de novembro, na Serra da Barriga, União dos Palmares, realizou-se a Cerimônia de Certificação da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

“”Onde estão as meninas para brincar com a gente?” Uma análise da cultura popular como ferramenta de emancipação humana.” - Karolyny Alves Teixeira de Souza (UFRN). Este trabalho expõe um relato de experiência do Programa de Extensão Trilhas Potiguares no município de Jardim de Angicos-RN. O Programa tem por essência a interação entre universidade e comunidade, numa relação de troca de saberes, priorizando o respeito à cultura, as tradições locais e ao saber popular. Nessa busca pela troca e o reconhecimento de múltiplos saberes, pensamos em desenvolver atividades que dialogassem com a esfera do corporal e do sensível, referenciando a ancestralidade negra presente em nossos corpos. Na perspectiva de vivenciar a cultura popular, seus saberes e tradições, redescobrir e se identificar, realizamos oficinas de xilogravura, capoeira, coco de roda, filtro dos sonhos e arte pela cidade, que foram fundamentadas nos aprendizados vivenciados com grandes mestres da cultura popular, como o Mestre Severino, e permeados pela proposta metodológica do Jogo da Construção Poética (Machado, 2017) e dos fundamentos da Educação Popular desenvolvidos por Paulo Freire. Entre crianças e adolescentes, experimentamos oficinas com grande interação, envolvidas por reflexões e diálogos acerca de questões do cotidiano social, no que diz respeito às relações étnico-raciais, a diversidade e a homofobia. Numa proposta de fomentar a resistência, a autonomia, a emancipação e a identificação, considerando a perspectiva do respeito às singularidades. Destaco as mulheres negras como protagonistas dessa experiência, o corpo como performance de ser mulher brincante em movimento na vida. E foi nessa perspectiva que a relação com as meninas, foi essencial, foi na troca que construímos uma ciranda de confiança, onde despertamos sentidos corporais, descobrimos afinidades e (des)construímos perspectivas da vida social, a partir da observação das relações patriarcais de gênero. Desse modo, acreditamos que esse trabalho tem importância por fazer emergir raízes históricas afro-brasileiras e trabalhar aspectos culturais de maneira lúdica e participativa, levando em consideração o saber do outro envolvido na ação, fortalecendo assim a cultura popular e o respeito às diferenças. Além de contribuir significativamente para a compreensão da mulher negra como um ser autônomo e capaz de construir sua própria história.

Sessão Temática 08

Da África às Diásporas: Eurocentrismo, Colonialismo e Relações de Poder

“A colonialidade e os saberes da terra Guarani: uma perspectiva na construção do sujeito coletivo - Helder Sarmento Ferreira (UFRRJ). Essa pesquisa procurou investigar as relações estabelecidas no atual modelo de sociedade respaldado em relações desiguais. Em, uma sociedade moldada no protótipo de desenvolvimento capitalista, A humanidade na modernidade tem pronunciado uma estrutura contraditória em relação à formação do saber. As fronteiras que hoje evidenciamos é o melhor indicativo que as relações acordadas pelo poder vem desnaturalizar as relações sociais. Estas contradições implicam em uma perspectiva do mundo colonial a conduzir o aprendizado de cima para baixo sob o olhar hegemônico, o processo de colonização revela uma grande violência. Portanto os saberes dos povos ancestrais não têm sido valorizados no processo pedagógico, pois o foco tem priorizado a centralidade o conhecimento teórico. O objetivo delineado neste trabalho foi identificar sobre a cosmovisão presente na cultura da etnia guarani, a fim de apreender os saberes da terra se suas práticas, trazer à tona as epistemologias emergentes, seus saberes da terra e suas cosmovisões. A pesquisa teve como metodologia, a pesquisa-formação de caráter qualitativo, na qual foram utilizados como procedimentos metodológicos, a análise bibliográfica, entrevista semiestruturada e elementos da Análise Crítica do Discurso. Como suportes teóricos destacamos: SANTOS,2010, GRAMSCI,2001, JECUPÉ, 2001, MONTEIRO, 2009, MÉSZÁROS,2011, FANON, 2002, BAUMAN, 2001e outros autores contribuíram para complementar o campo teórico. Portanto, buscou-se compreender e apontar indícios para o entendimento dos elementos que compõem o colonialismo em subalternizar os saberes da terra Guarani, buscou-se compreender e apontar indícios para o processo formativo do educador direcionando para o horizonte de

reflexão a um novo sujeito ecológico. O campo de pesquisa desse trabalho foi a Aldeia Indígena Ara Hovy, em Itaipuaçu, em Maricá, no Rio de Janeiro. As entrevistas foram realizadas a partir de uma etapa introdutória e preparatória, explicitando os objetivos do projeto, foram semi-abertas, com ampla participação dos entrevistados, e foram conduzidas de forma que o universo do entrevistado fosse respeitado. Elas foram realizadas com quatro Guaranis da aldeia, com 2 pesquisadores e 3 educadores ambientais, que participaram da vivência nas imersões, durante o processo de formação de educadores, do Projeto "Outras Epistemologias no Processo Formativo de Educação Ambiental. A análise foi explicitada a partir da compreensão das ações estabelecidas no cotidiano através da observação e da análise dentro do contexto social vivenciado pelos Guaranis. Portanto, a vivência no cotidiano da aldeia refletiu em uma multiplicidade de significados que tomam um sentido maior quando juntarmos as informações de forma integrada.

"A Dança dos Orixás de Augusto Omolu e suas Confluências com a Antropologia Teatral." - Antônio Marcos Ferreira Junior (COLÉGIO NACIONAL). Nesta comunicação procuro demonstrar como a dança dos Orixás e a cultura artística afro-brasileira (brasileira de matriz africana) foram e são vivenciadas e desenvolvidas por Augusto Omolu – bailarino baiano que se tornou, desde 1994 até sua partida para o Orun ator do Odin Teatret e mestre em dança dos Orixás na Escola Internacional de Teatro Antropológico (ISTA). Diante disso aponto os legados para seu trabalho artístico da sua formação no candomblé, visto que a transubstanciação Religião/Arte conflui com a sua formação e pelo outro lado do prisma com a minha também.O intuito desta comunicação é possibilitar uma visualização de como as danças brasileiras tradicionais com raízes africanas podem ser princípios para o trabalho do corpo do artista cênico; "enquanto resistências musculares, oposições corpóreas, exaustão física, contatos profundos com a pessoa, assim os atores conseguem depois de contatos intrínsecos, uma dilatação, uma certa manipulação da energia e suas variações". (FERRACINI, 2000, p. 108). Ao longo do estudo desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Artes da Universidade Federal de Uberlândia – PPGARTES/UFU, com residência artística na Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB, onde tive a oportunidade de acompanhar o mestre Augusto nos Seminários de Dança dos orixás, procurei observar aspectos do desenvolvimento artístico e psicofísico-social de atores/bailarinos brasileiros com raízes, arraigadas, na miscigenação Brasil/África, como é o caso de Augusto, o meu e dos Interlocutores que colaboraram imensamente com a minha "forma-ação". Tal desenvolvimento refere-se às formas de preparação sócio-artística além do gesto e do movimento de representação cênica que individualizam o artista formado em uma cultura francamente trasculturalizada (BIÃO, 2009) como a do Brasil. Este tema exerce em mim grande atração desde o início da minha carreira, porém, só se tornou objeto de curiosidade e estudo a partir do contato que tive com uma afirmação feita por Eugênio Barba acerca do trabalho artístico de Augusto da Purificação ou Augusto Omolu. Meu olhar é de "estrangeiro" neste processo - "imbuído e enriquecido por toda a minha experiência cultural" (PAVIS, 1998) nos possibilita compreender as ressonâncias da Dança dos Orixás e a reboque a dança-afro no cenário contemporâneo das Artes Cênicas, em outras palavras, ter como foco a inserção das danças brasileiras de matriz africana nas pesquisas corporais de atores e dançarinos ocidentais. Recorro a Eugênio Barba que através da Antropologia Teatral, terá um papel de protagonista nas fundamentações da técnica da dança dos Orixás.

"A filosofia da criança: valores civilizatórios da cultura africana e diversidade cultural." - Renata Costa Solva Oliveira (Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer/MG), Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira (Superintendência Regional de Ensino/MG), Liene Pereira Alves Abrão (Secretaria de Educação/MG). O objeto do projeto são Alunos matriculados na Educação Infantil e Ensino Fundamental nas escolas públicas da cidade de Ituiutaba-MG. Os objetivos são Conscientizar os alunos para a valorização e respeito às diferenças; Construir um código de valores e convivência a partir dos valores civilizatórios da cosmovisão africana; Promover práticas educativas culturais que possibilitem aos alunos negros o reconhecimento positivo de sua identidade racial; Levar os alunos ao desenvolvimento de atitudes positivas em relação ao respeito às diferenças; Combater a visão estereotipada, exaltada pela mídia e livros, por meio de imagens positivas que ressaltem a diversidade étnica e cultural e Promover oportunidades variadas de contação de história típicas da literatura afro. Diversidade e pluralidade são termos conceituais que remetem a diferenças entre os indivíduos, determinadas pela cultura, gênero, religiosidade, questões étnico-raciais, dentre outras, que devem ser respeitadas e valorizadas. A promulgação da Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, representou um avanço significativo para a implementação de políticas antirracismo no Brasil, por meio da proposta de inclusão, em caráter obrigatório, do ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino médio e fundamental, públicos e particulares (KATRIB; RODRIGUES FILHO; BERNARDES, 2010). A referida Lei responde, diretamente, à história de lutas dos negros por igualdade de oportunidades e participação social, entendendo que a disseminação do respeito a partir do ambiente escolar pode se configurar no reconhecimento da segregação racial como fator decisivo das desigualdades enfrentadas pelos negros no Brasil. Nesta perspectiva e no âmbito da filosofia africana, o sistema de ensino é duplamente desafiado. Primeiro pela obrigatoriedade de ensinar filosofia e, em seguida, pela obrigatoriedade de ensinar e promover relações étnico-raciais constantes e com igualdade por meio do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (NOGUEIRA, 2011). Espera-se, portanto, com o projeto aqui apresentado a superação desses desafios. Desenvolvimento de ações pedagógicas que possibilitem uma educação anti-racista na perspectiva da educação. Espera-se Conscientizar os alunos para a valorização e respeito às diferenças; Levar os alunos a conhecerem as lutas e resistências do povo negro ao longo da história, justificando a diversidade cultural existente no Brasil e reconhecendo as contribuições desse povo na formação da cultura brasileira; Levar os alunos negros a reconhecerem sua identidade racial mediante atitudes positivas de respeito às diferenças; Romper com a visão estereotipada sobre o negro. A Implementação da Lei Federal 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia: Avanços e Limites - Glênio Oliveira da Silva (Universidade Federal de Uberlândia). Neste trabalho, abordam-se as políticas públicas valorativas para a população negra que colaboraram para a implementação da Lei 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, e analisa as ações afirmativas neste contexto. Visa a responder algumas perguntas entre as quais: Por que a Lei Federal nº 10.639/2003 e sua legislação correlata têm encontrado dificuldade para a sua implementação nas instituições responsáveis pela formação de professores, em particular nos cursos de História, Artes Visuais, Letras e Literatura de Língua Portuguesa e Pedagogia? Partimos da hipótese de que as ações institucionais de implementação da Lei Federal 10.639/2003 e as suas disposições correlatas possuem um forte cunho político e social e são

consideradas, pelos movimentos populares que lutam pela emancipação e pela igualdade de direitos da população afrobrasileira, como uma forma louvável de lançar luz sobre a erradicação do preconceito racial e étnico, presente de forma velada em nossa sociedade. A concepção metodológica fundamenta-se na pesquisa do tipo estudo de caso, pois possibilita a exploração do nosso objeto de estudo a partir das suas especificidades, bem como a utilização de outros aportes metodológicos transversais com vistas à compreensão das relações que permeiam a identidade-cultura, diferenças culturais e relações de poder na sociedade moderna, em particular no ensino superior. As etapas que se desenvolveu a pesquisa perpassa pelo tratamento das políticas afirmativas e valorativas da Lei Federal nº 10.639/2003 e seu arcabouço jurídico-normativo pedagógico; pela implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia-UFU; análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da UFU e das vozes dos gestores dos cursos de licenciatura da instituição. No estudo, não se percebeu o envolvimento da instituição e dos profissionais do Ensino Superior para concretizar a Lei e seu arcabouço jurídico normativo pedagógico. Não é crível que as instituições aleguem a falta de conhecimentos e pesquisas na área como empecilhos para esta implementação, e se recusem a implementar as disciplinas e os conteúdos pedagógicos referentes à lei, bem como a contratar professores e pesquisadores especialistas e estudiosos nesta temática para compor os quadros da Universidade.

"A luta de escravizados por justiça na Uberaba do fim do século XIX." - . Em que pese à escravidão fora formalmente abolida em 1888, passando a inexistir juridicamente a condição de escravo, este ato jurídico normativo não foi o único de que se valeram os escravizados na busca por justiça e, sobretudo liberdade. O período que antecedeu a abolição da escravidão bem como o que o sucedeu, trouxe à tona a discussão que permeou o século XX e chegou a nós: o que seria esta tal liberdade e em que termos ela pôde ser exercitada? E neste contexto que nos debruçamos sobre processos criminais movidos por escravos ou pela justiça em favor dos escravos, na comarca de Uberaba entre 1871 e 1888. Os escravos normalmente aparecem nos documentos cartoriais por estarem envolvidos em questões relativas a propriedades, como réu ou testemunha em processos criminais. Este trabalho tem como objetivo compreender as ações de indivíduos negros escravizados na arquitetura da emancipação na segunda metade do século XIX, com foco na cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, entre os anos 1871 a 1888. Pretende compreender os caminhos possíveis para liberdade e justiça buscados pelos negros escravos e livres.

"A mestiçagem à luz do pensamento Pós-colonial: A disputa da categoria pardo no processo efetivação das políticas de ação afirmativas." - Carla Silva de Avila (Universidade Católica de Pelotas). As Políticas de Ações Afirmativas e, especificamente a Política de Cotas, para ingresso de negras/os (somatório de pretas/os e pardas/os) e indígenas nas Universidades Públicas do Brasil, têm sido alvo de muitas discussões sobre quem são os sujeitos de direitos dessa política, em especial no expressivo número de candidatos considerados fraudadores pelos coletivos negros. O presente trabalho propõe-se problematizar os conflitos existentes entre o debate teórico das relações raciais sob à luz do pensamento Pós-Colonial referente ao processo de efetivação das ações afirmativas, em espacial através dos conflitos entorno da categoria pardo, em espacial nos processos de denúncias às fraudes, em que sujeitos não-negros disputam uma noção de mestiçagem biológica e homogênea. Parte-se da experiência vivida na Comissão de Controle na Identificação do Componente Étnico-Racial (CCICE), visando à apreciação da autodeclaração prestada pelas/os candidatas/os nos processos seletivos na (UFPEL) nos anos 2016/2017. Busca-se compreender as dinâmicas existentes no processo de controle ao acesso das políticas reparatórias e das questões raciais na atualidade. A metodologia utilizada está na observação participante da composição das bancas constituídas por diferentes atores sociais. O referencial teórico baseia-se nos estudos Ações Afirmativas, nas Relações Étnico-Raciais, e no pensamento Pós-Colonial, em especial às contribuições de Anibal Quijano e Rita Laura Segato, que trazem em suas discussões o debate brasileiro. O trabalho atem-se às raízes coloniais do racismo existente no Brasil, marcado pelo peso das características fenotípicas e não por ascendência. Percebe-se a necessidade de grande reflexão sobre as distintas configurações da categoria pardo, que traz à tona problemas raciais ainda não resolvidos como a ideologia da democracia racial a tese do branqueamento e dos resquícios do colonialismo, que possibilitam perceber alguns cruzamentos no entendimento do pardo no processo de efetivação das políticas de reparação ao racismo estrutural da sociedade brasileira.

"Africanidades e Brasilidades: a ancestralidade a partir da ludicidade em lugares de resistências de Ituiutaba - MG." - Marivania Xavier Cavalcanti Costa (Escola Municipal Prefeito Camilo Chaves Junior de Educação Infantil), Lorrayne Karita Santos Silva (Escola Municipal Prefeito Camilo Chaves Junior de Educação Infantil), Guilherme Vasconcelos Fontoura (Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba/MG). O presente trabalho tem por intuito descrever o desenvolvimento do Projeto, Africanidades e Brasilidades: a ancestralidade a partir da ludicidade em lugares de resistências de Ituiutaba- MG. Esse projeto será aplicado em um CEMEI - Prefeito Camilo Chaves Júnior que atende crianças na fase Pré- escolar entre quatro e cinco anos em torno de 230 crianças, tendo como objetivo geral contextuar diálogos da lei 10.639/03 nos espaços de educação infantil envolvendo as crianças no entendimento conceitual e histórico da participação africana na construção da sociedade brasileira, promovendo ações que permitam uma educação que oportuniza os alunos uma aproximação a lugares de resistências ancestrais de forma positiva desconstruindo a visão estereotipada sobre a história do grupo racial negro que se ensina na escola, em particular da referida cidade. Esse objetivo se compõe nos seguintes objetivos específicos: Apresentar os diversos lugares de resistências material e imaterial da comunidade negra; Promover vivência lúdica por meio de rituais de Africanidades; Identificar influências africanas na cultura de Ituiutaba- MG; Explorar a iconografia positiva da história de personagens negros que fizeram a história da cidade; Planejar oficinas de desconstrução de estereótipos; Proporcionar a imersão na oralidade africana através da música, coral; Provocar rupturas de atitudes discriminatórias e de preconceitos que vigoram no espaço A construção do Projeto ocorreu a partir das discussões tecidas no curso de formação de professores para a educação das relações étnico – raciais oferecido pela Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Do ponto de vista metodológico utiliza-se a ludicidade como aporte para o desenvolvimento da história e cultura africana e afro-brasileira nas ações educativas que propiciem interação a experiência completa do momento oferecido, associando o ato, o pensamento e o sentimento, garantindo o interesse, o fazer, o sentir, o observar, o aprender e o conhecimento que as Africanidades proporcionam. Salienta que as atividades do projeto, o qual encontra- se em andamento, se passa por 18 fases que conduzirão sua efetivação e envolvimento de pais, equipe de professores, alunos, equipe

gestora e demais funcionários. É nesta direção que as provocações do projeto se alicerçam para construção de um novo diálogo. Um diálogo onde todas as vozes serão ouvidas, outras histórias serão contadas e vividas, pois na educação infantil aprende-se realmente o que se vive, e muito pouco o que se ouve falar.

"Além do Universalismo Feminista: A Fenomenologia da Existência da Mulher Afrodescendente no Brasil." - Marina Santos de Miranda (Membro). A revisão das epistemologias modernas impõem-se como um desafio teórico para a reflexão das múltiplas ontologias. Sobre a luz de uma perspectiva endógena africana e afro-diaspórica, o campo dos estudos do feminino tem se mostrado essencial para uma construção reomodal, indicando um caminho diferente para a quebra de paradigmas estabelecidos - o que forja o papel subalterno à mulher negra no mundo contemporâneo. Seja na forma simbólica ou concreta, dentro da cultura ocidental, os "feminismos" reforçam antigas narrativas universalistas restringindo-se a uma percepção etnocêntrica do mundo. Naturalmente, esses estudos têm exigido a uma exposição teórica que acomode as diferenças do pensamento sobre gênero (feminilidades e masculinidades), as complexas realidades e experiências cotidianas das mulheres africanas no Brasil e o deslocamento de estruturas sociais baseadas na construção de gênero.

"Alteridade e Poder nas Vozes Femininas Negras." - Maria de Nazaré Barreto Trindade (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM). Este artigo é mais uma inserção na temática que compõe a proposta de tese para a Antropologia Social. Neste sentido, o meu objetivo é fazer uma breve discussão sobre a escrita negra na literatura brasileira. Fazer esta discussão a partir da antropologia diz respeito a considerar questões como lugar social de fala, poder e alteridade. Deste modo o objetivo neste artigo é iniciar essa discussão e construir uma teia de significações acerca da alteridade e das relações de poder que se imbricam em torno da presença das mulheres negras na literatura brasileira. Para tanto se pretende fomentar um diálogo entre a antropologia e a literatura, tomando a etnografia enquanto concepção teórico-metodológica que fundamenta uma espécie de "arqueologia" do conhecimento acerca das mulheres que escrevem e escreveram e cujos textos ficaram à sombra da historiografia literária. Peço licença a autores como Conceição Evaristo Clifford, Kabenguele,Teresa Pires do Rio Caldeira,Fabiano Gontijo, Spivak, entre outros para alinhavar algumas ideias.

"As propostas de Guerreiro Ramos e Frantz Fanon para a superação colonial." - José Victor Alves da Silva (UNICAMP). O objetivo deste projeto é comparar as propostas de emancipação da situação colonial do sociólogo e político brasileiro Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) e do psiquiatra e filósofo martinicano Frantz Omar Fanon (1925-1961). Para isso, minhas fontes principais serão os livros O Problema Nacional do Brasil (1960) de Guerreiro e Os Condenados da Terra (1961) de Fanon. Defendo que as suas respectivas teorias refletem semelhanças e principalmente diferenças no pensamento e no contexto dos dois autores. Por sua vez, a análise das suas teorias visa ampliar a compreensão das suas propostas de libertação, colaborando com o debate dos estudos pós-coloniais no Brasil. Assim, analisarei como estes pensadores periféricos conceberam a situação colonial dos países do Terceiro Mundo na segunda metade do século XX, em especial do Brasil e da Argélia. A partir disso, investigarei seus projetos políticos para a superação colonial.

"As redes familiares na Freguesia de São José das Itapororocas, Feira de Santana (1785-1826)." - Yves Samara Santana de Jesus (UNEB). No presente trabalho, realizo uma discussão sobre a família escrava na primeira freguesia de Feira de Santana, São José das Itapororocas, no período entre 1785 e 1826. Enfatizo a importância dos laços familiares no contexto escravista, a partir das análises interpretativas feitas, inicialmente, dos livros de batismos e de casamentos de escravos. Nesse contexto, a família escrava é caracterizada pelos múltiplos significados afetivos, emocionais e de solidariedades para os/as escravizados/as. Assim, a solidariedade familiar estendia-se para além dos laços de sangue ou da chamada família nuclear, ou seja, a família para o negro escravizado significava sobrevivência e resistência ao mundo escravista. Além disso, argumento que conhecer melhor a trajetória familiar dos/as escravos/as nesta freguesia é importante para compreender as redes sociais e consanguíneas construídas numa freguesia caracterizada pela dinamicidade e diversidade econômica, política, social e étnica. O tema família escrava proposto pela minha pesquisa é inédito para a historiografia da escravidão feirense. O ineditismo está relacionado à temática e a abordagem do período colonial, ainda pouco explorado na história da escravidão da Bahia. E assim, compreendo que a importância da família e da comunidade escrava na luta pela sobrevivência, bem como dos seus significados para a constituição na dinâmica da vida social na região feirense nos séculos XVIII e XIX. É no diálogo com os estudos sobre escravidão e família que busco entender as particularidades das formações familiares dos/as escravizados/as na primeira freguesia de Feira de Santana, destacando o perfil familiar da região e as características das escolhas afetivas dos/as escravizados/as com relação a seus parceiros – em uma região, é válido ressaltar, onde havia desproporção sexual, sendo predominantes os homens escravizados pela lógica do tráfico. Além disso, os aspectos regionais e locais nos estudos sobre a primeira freguesia de Feira de Santana, São José das Itapororocas indicaram a quantidade de mão de obra escrava, a atividade econômica desenvolvida, o tamanho da região e as taxas de natalidade, mortalidade, masculinidade e africanidade, evidenciando, por exemplo, que as relações familiares do mundo urbano e do rural foram diferentes. Para entender os lares escravos da região e suas particularidades é preciso, portanto, atentar-se para os aspectos da escravidão e sua dinâmica de relações sociais nesta freguesia, marcada pela diversidade econômica. Enfim, a família escrava e o compadrio foram fundamentais para a vida daqueles homens, mulheres e crianças escravizados. Foi através desses vínculos que conseguiram manter e transmitir sua cultura, sempre vinculadas a suas experiências dentro e fora do cativeiro.

"Bioquímica da alimentação Africano-Brasileira: A implementação da Lei 10.639/03 no Ensino de Ciências." - Mariana Scorsi Neto (UFG). A comensalidade brasileira contém saberes e sabores que interpolam para a necessidade de apresentar contribuições que ficaram imersas por muito tempo em nosso contexto social, especialmente, as contribuições Africanas e negro-brasileiras que aqui se mantiveram por meio do continnum e cessações ocorridas entretempos na formação social. Ao adentrarmos na história alimentar brasileira nos deparamos com a feijoada, especiarias, a farinha, a carne seca, muitas frutas e o açúcar como alguns alimentos-base no período colonial. Nas cozinhas dessa época estavam mulheres negras que dispuseram seus conhecimentos de aqui-acolá, com uma pitada de resistência, mantendo seus hábitos alimentares, suas técnicas e seus sabores que se perpetuam até hoje nos lares brasileiros, e, que necessitam ser resgatados e valorizados em nosso contexto social.

Entendendo que na alimentação são imbuídas diversas operações unitárias, bem como, fatores bioquímicos, desenvolvemos intervenções pedagógicas (IP) com o intuito de valorizar os conhecimentos africano-brasileiros presentes nos hábitos alimentar, de modo a implementar a Lei 10.639/03 no Ensino de Ciências a partir de um deslocamento epistêmico. Tratou-se de um estudo com elementos da pesquisa participante (LE BOTERF,1999), na qual correlacionamos três aspectos, o fenomenológico, o teórico e o representacional para o incremento de IP's, que foram desenvolvidas como disciplina experimental para 32 estudantes do Ensino Médio do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação – UFG no ano de 2017. As intervenções foram gravadas em áudio e vídeo, e posteriormente analisadas pela análise da conversação de Marcuschi (1997). No total foram desenvolvidas 10 IP's que correlacionaram aspectos científicos presentes na alimentação (vitaminas, lipídeos, carboidratos e proteínas) para como elementos histórico-culturais que correlacionassem para com contribuições africanas e negras brasileiras presentes nessa temática. Para cada intervenção foi desenvolvido um material alternativo na forma de Guia possuindo: uma parte histórica, uma experimental e também uma parte para reflexão acerca dos conhecimentos apresentados em cada IP desenvolvida. Os caminhos apontaram que atividades contextualizadas são um convite para que os estudantes compreendam as diversas contribuições africano-brasileiras presentes por aqui, pois a análise dos dados, demonstraram um maior empenho dos estudantes que apresentaram diversos apontamentos que correlacionavam não apenas com o rigor científico presente em cada proposta, mas também, elementos importantes sobre os conhecimentos africano-brasileiros presentes na sociedade e que foram suprimidos. Portanto, necessitamos desenvolver mais atividades de modo a propiciar caminhos que construam uma sociedade mais igualitária.

"Civilização e eurocentrismo: o racismo na formação do campo de estudos das Relações Internacionais." - João Víctor Martins Saraiva (PUC/MG). Nos últimos dez anos, alguns autores têm começado a descortinar uma imprudência epistemológica: as Relações Internacionais não discutem as ideias de Raça e Racismo. Por ser um campo de estudos de dentro das Ciências Sociais, historicamente confluindo disciplinas como Ciência Política, Antropologia e Sociologia, as Relações Internacionais são herdeiras do conhecimento científico eugenista praticado até a metade do século XX. As críticas já estabilizadas sobre como a ideia de civilização foi imprescindível para a consecução da ordem internacional levam em consideração, principalmente, categorias analíticas como a expansão do Direito Internacional, o conceito de soberania, a Cristandade, a economia e o desenvolvimento político-institucional dos diferentes Estados e territórios. O argumento desse projeto é que para se obter uma maior completude de entendimento sobre a civilização, é fundamental que se entenda a discussão que é ainda anterior e estrutura todo o surgimento dos próprios ideais civilizatórios ao correr dos anos: o Racismo. Muito do argumento do trabalho é calcado na consideração de que a não-centralidade das variáveis Raça e Racismo para se entender as Relações Internacionais se deve tanto a consideração que 1) tanto a ciência como as organizações internacionais buscaram imputar a si próprias como instituições "pós-raciais", 2) bem como um movimento, também próprio do racismo de se silenciar uma reivindicação de reparações sociopolíticas a partir de uma análise aprofundada das estruturas sociais. Desse modo, o trabalho visará abordar a formação do campo de estudos das Relações Internacionais e como o racismo científico -eugenia - , a ideia de civilização e o eurocentrismo foram fundamentais para a constituição do que hoje consideramos como a ordem internacional.

"De que África estamos falando?: os estudos africanos na perspectiva das diásporas Após aprovação da Lei Federal nº 10.639/2003." - Benjamin Xavier de Paula (UFU). Após aprovação da Lei Federal nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do estudo da História da África do currículo das instituições educacionais, houve uma ampliação das pesquisas sobre História da África e sobre a História e Cultura Afro-brasileira. Em relação a esta primeira dimensão, antes e depois da Lei, é possível identificar algumas tendências gerais:1) a concepção ainda fundamentada no "escravismo e nos estudos sobre a escravidão"; 2) a concepção baseada em uma África imaginada e construída pelo mercantilismo pelos europeus, representada principalmente pela "Costa da Mina" pelo "Reino do Congo" e pelo Benin – lugares de entrepostos; 3) a concepção alicerçada na ideia da África pela África; 4) e a concepção que intenta articular os conhecimentos e saberes das diversas "culturas e histórias" do povo africano, aos conhecimentos e saberes produzidos nas várias diásporas africanas pelo mundo, dentre as quais, a diáspora Afro-brasileira. Para Joseph KI-ZERBO (2010) a realidade africana supera as barreiras nacionais, e as fronteiras biológicas da identidade fundadas em referências biológicas como a referência aos grupos étnicos africanos como "bantos" e "sudaneses", por exemplo. A História da África é a história da diáspora, seja dentro ou fora do continente; o africano é um ser diaspórico – a diáspora está impressa na memória e na história individual e coletiva de cada negro, descendente de africano espalhado pelo mundo, seja na sua cosmovisão no mundo, seja nas suas tradições culturais, a que chamamos de cultura africana ou legado cultural africano. Na perspectiva, defendida por Nascimento, a manifestação do eurocentrismo colonizador e propagador da violência e do terror instaurou-se no Brasil por meio das políticas de embranquecimento da população negra articulada a ideia de uma "democracia racial". O papel fundamental dos cientistas e intelectuais brasileiros na formulação, sustentação e legitimação das ideias ratificadoras desta estratégia eurocêntrica de implementação do regime de barbárie e violência, como dimensão do nosso colonialismo, foi de fundamental importância para a ratificação deste sistema social de exclusão. Neste sentido, entendemos que um papel fundamental pode ser desempenhado pelos intelectuais e cientistas, que radicados nas experiências da diáspora e do afrocentrismo, se colocam ao lado dos movimentos de luta pela emancipação do negro na sociedade brasileira, em particular, o movimento negro.

"Direitos humanos em África: perspectivas decoloniais a partir do sul global." - Ana Luísa Coelho Moreira (Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial). A enunciação dos direitos humanos, cujo legado se firmou por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, perpassa pelos pilares da colonialidade através da qual foram consolidadas influências hegemônicas da modernidade em patamares homogênicos de humanidade. O período colonial, a escravidão e os modos de opressão racial trouxeram marcas expressivas, que, devida tamanha violência, foram forjadas ao obscurantismo, as memórias dos sujeitos africanos e sua diáspora diante do eurocentrismo moderno. O processo de descolonização dos países africanos e latino-americanos, que por anos, estiveram sob o domínio imperialista europeu configurou-se a partir da mobilização das massas subalternizadas por meio de lutas de libertação e empoderamento local. Nesse contexto, emergiram novas relações entre os sujeitos, onde se buscou ressignificar ideias de nacionalidade, pertencimento e, sobretudo a

reconstrução do eu, diferente daquele Outro dominador. Fazer uma releitura desse sujeito dentro do cenário de descolonização é um desafio constante, sobretudo numa perspectiva crítica ao poder hegemônico, buscando as teorias a partir do sul global como base para a discussão e reflexão acerca dessas novas relações. Desta maneira, a crítica aos direitos humanos se faz necessária com vistas a quebrar paradigmas que se perpetuam sob o viés da universalização, de modo a promover possibilidades de desconstrução e ressignificação, considerando o ser como sujeito de sua própria história, dotado de autonomia e escolhas, contemplando as diversidades inerentes aos seres humanos e valorizá-los em suas humanidades.

"Educação Escolar Quilombola, resistência e empoderamento: estudo na comunidade quilombola São Domingos em Paracatu-MG." - Lara Luisa Silva Gomes Franco (Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais). A pesquisa aborda a efetivação da educação escolar quilombola dentro da Comunidade São Domingos em Paracatu Minas Gerais. Descreve algumas contradições envolvidas no processo de construção da identidade quilombola, da educação e autoconhecimento da comunidade. Traz a resistência quilombola e seus direitos: lutam por educação, por sua terras, pela sobrevivência e lutam para ter um futuro melhor. A pesquisa evidencia o papel da Universidade no auxílio da justiça social da comunidade quilombola e a necessidade de ampliação dos direitos dessa comunidade, como é o da educação escolar quilombola. Ressalta a importância da oralidade, da cultura e da ancestralidade no âmbito da organização comunitária, como também salienta algumas lacunas deixadas pela ausência da educação escolar no referido espaço e os silenciamento da cultura quilombola nos currículos das escolas que atendem estudantes da comunidade, mesmo com avanços propositivos dos dispositivos legais. Paracatu, com sua história centenária, foi palco de resistência ao regime escravocrata, pois onde havia escravidão, havia resistência. A cidade contou e ainda conta com muitas irmandades negras, igrejas construídas para negros, igrejas construídas para brancos, Negra com título de fidalga e cinco comunidades quilombolas certificadas: Família dos Amaros, Machadinho, São Domingos, Pontal e Cercado. O foco desta pesquisa foi a Comunidade Remanescente de Quilombo São Domingos, sua antiga escola, as escolas atuais que entendem os estudantes da comunidade, a associação comunitária local, a relação entre a comunidade e o poder público local, e a relação entre a comunidade e o terceiro setor. No São Domingos, há aproximadamente 25 anos sua maior renda era o garimpo de ouro, mas após a descoberta de um volume maior de ouro e outros minerais uma boa parte das terras da comunidade, essas foram vendidas para a antiga Rio Paracatu Mineração, que hoje faz parte do grupo multinacional Kinross. A análise das políticas educacionais voltadas para a educação quilombola é desenvolvida no sentido de destacar e considerar o contexto em que tais políticas foram formuladas e implantadas, tentando entender o processo político como algo dialético, embasado nas contribuições de Ball (1994) e Bowe, Ball e Gold (1992), Pierre Bourdieu (2000) e Abdias do Nascimento (2002). Além disso, nossa proposta de ação constitui uma parceria entre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Comunidade Quilombola de São Domingos em torno de um objetivo comum. Nessa perspectiva, este material se caracteriza como resultado de uma pesquisa-ação, ou investigação-ação, realizada na comunidade (aprovada pelo Comitê de Ética da UFU, com cae nº 61090516.3.0000.5152, em 13 de outubro de 2016).

"Educação Escolar Quilombola: a construção de uma educação amparada numa pedagogia das africanidades." - Kênia Mendonça Diniz (UFU). A atual realidade das comunidades quilombolas no Brasil carece ainda de estudos que possibilitem um maior conhecimento, com vistas a subsidiar possíveis ações públicas de inserção delas, de forma autônoma, no processo de integração social e construção de uma cidadania plena. No que se refere particularmente á educação escolar nesses territórios, o governo brasileiro empreendeu a implementação de um conjunto de políticas públicas governamentais com vistas à promoção de processos políticos e sociais de emancipação dos povos oriundos destes territórios. Esta comunicação de pesquisa constitui-se numa investigação que visa estudar realizar um estudo de cunho bibliográfico sobre as pesquisas científicas no campo da educação que abordem a educação quilombola no Brasil; Analisar os projetos políticos pedagógicos das escolas investigadas com vistas a identificar como o pressupostos teórico-científicos e legais da educação quilombola são implementados no âmbito das escolas situadas nas comunidades de remanescentes de quilombos no Brasil; Analisar a efetividade da implementação das diretrizes educacionais para a educação quilombola em escolas rurais dentro de duas comunidades quilombolas na região sul da Bahia; Investigar os processos de construção, significação e ressignificação de uma identidade quilombola entre os alunos destas comunidades, frente aos currículos escolares desenvolvidos nas mesmas; Estudar as possíveis contribuições dos saberes e práticas tradicionais vivenciados nas comunidades investigadas para a construção, significação e ressignificação dos saberes e práticas escolares abordados nas escolas destas comunidades. Nesta pesquisa utilizamos como metodologias: o estudo sobre o estado da arte defendido por Ferreira (2002) e André e outros (1999); a pesquisa bibliográfica, conforme disposto em Gil (2002) e Lima&Mioto (2007); elaboração e análise de questionários nas pesquisas científicas em Ciências Humanas, defendida por Vieira (2009); tratamento das fontes orais dentro da história oral temática, conforme abordagem de Meihy & Holanda (2007). Nossos instrumentos de investigação são: I - das fontes bibliográficas compreendendo; II - Relatório de pesquisa consolidado a partir do Banco de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES sobre a produção de Teses e Dissertações de Mestrado e Doutorado, e, do Banco de artigos científicos constantes na base da Scientific Electronic Library Online – SCIELO sobre os Artigos Científicos referentes à educação quilombola no Brasil; III Fontes documentais compreendendo: a) a legislação específica sobre o tema; b) documentos institucionais, dentre os quais, os Projetos Políticos Pedagógicos e Planos Escolares das escolas investigadas.

"Nos jornais, retratos do declínio período escravocrata 1870-1888 (Diamantina, Minas Gerais) - Higor Natanael Azevedo Carvalho (UFVJM). A pesquisa teve como objetivo visualizar o modo pelo qual é retratado o processo gradual da abolição da escravidão na cidade de Diamantina, Minas Gerais na imprensa local. A análise se deu a partir de fontes primárias - os jornais - que circulavam na cidade durante o século XIX, contendo memórias da elite política diamantinense e suas críticas em torno das leis de emancipação que gradualmente foram sendo promulgadas, a saber: Lei do Ventre Livre (1871); Lei Sexagenária (1885) e os censos e alistamentos (1887) havidos para manutenção de indenizações que o Estado prometia ao ex-senhores de escravos.

"O ser griot e suas narrativas de transformação." - Jordana Cristina Alves Barbosa (UNICAMP). Este trabalho se propõe a apresentar alguns griots e griottes negras no Brasil dando atenção às suas narrativas como forma de militância. O termo griot, vindo do continente africano e cunhado assim por um erro de tradução franco-lusitana, ficou conhecido no Brasil a partir da década de 1980, porém nunca foi estranho a população negra. Agora o termo abrasileirado (griô) ou, ainda, utilizado em sua forma estrangeira se torna ferramenta para nominar pessoas, algo fundamental para as práticas políticas, simbólicas e de manutenção da tradição, além disso, dão força para as negociações com o Estado. Para isso, as narrativas dos sujeitos sociais são tomadas como reivindicações de identidade, de direito à memória, de resistência e várias outras conformações, o que torna cada griot capaz de formar, educar e transformar pessoas e conquistar direitos. Bell hooks afirma que pensamento e prática não são dicotômicos, como muitas áreas das ciências acreditam e, que é esse diálogo entre essas duas realidades caracteriza os intelectuais negros, como nossos griots, que são capazes de provocarem mudanças nas ações e pensamentos dos mais jovens. Desde o sequestro de negras e negros do continente africano até os dias atuais houve o apagamento da história, da humanidade e da dignidade do povo negro, um dos trabalhos dos griots é reparar, ou melhor, construir novas histórias, reaver humanidade e dignidade. Os mestres da tradição oral afro-brasileira, em suas práticas narrativas, optaram por transmitirem histórias africanas ou contar suas próprias histórias a fim de criar uma memória que não esteja vinculada exclusivamente à escravidão. A ênfase principal deste trabalho será expor como esses contadores de história se preocupam com a educação das crianças negras e com a inclusão dos mais jovens na sociedade e, ainda, como elas irão passar pelo racismo com a autoestima forte. Os griots estão criando novos mitos para fabricar ídolos, heróis, rainhas, mágicos, guerreiros e assim, reconstruir uma humanidade que foi negada à população negra e desvincular as negras e negros da colonização, transformando cabeças oprimidas em oris descolonizadas, conscientes e orgulhosas de suas cores, culturas, religiões e existências.

"Pedagogia da Ancestralidade." - Daiane Francisco de Medeiros (UERJ). A alusão daquilo que nos constrói enquanto sujeito é responsável pelas produções das subjetividades, definindo ideias estéticos, políticos e filosóficos. Todas as referências que constituem o povo negro estão voltando em uma ótica dos próprios ancestrais ou de subserviência do processo de dominação e colonização. Sobretudo, focalizarei em uma problemática de representação do povo negro, por vezes, apresentada em uma historiografia racista que invisibiliza todos os elementos de contribuição dos povos africanos na diáspora. A invisibilidade da população negra é um resultado de um projeto demarcado pela racionalidade ocidental que promove e difunde diferentes perspectivas da vida social que justifique a colonização europeia. Nesse caso, a colonização representa muito mais do que a ocupação territorial de séculos anteriores, mas a repetição e valorização de uma forma de ver o mundo, de se organizar em sociedade. Desse modo, há um desafio de descolonizar, mais do que lugares, as pessoas e suas atitudes em relação ao mundo. Em posição de revisar as centralidades dos quais são as referências dessas alocuções demonstrando as arbitrariedades ocidentais, violência simbólica, imparcialidade, discriminação e indignação com relação ao um discurso hegemônico. Faz-se necessário evidenciar os enunciados, história, memória africana em seu protagonismo uma necessidade de centralidade epistemológica sobre os conhecimentos, sobre alcance a fim de desmascarar o que é dito como "universal", é uma prática de reflexão do "legítimo", no qual, por vezes, somos condicionados ao "epistemicídio", que coloca como referência somente de epistemologias euro referenciaIs, como parte de um fundamentalismo "Eurocêntrico", moldado pela racionalidade, definindo o mundo e o homem. A pedagogia da ancestralidade considera as pluralidades que estrutura o pensamento do sujeito em relação ao diverso. Faz um diálogo com o orixá e sociedade, percebendo os processos sociais de ensino e aprendizagem, abrangendo os aspectos permeiam o desenvolvimento da educação de axé. O trabalho tem uma proposta interrogativa para repensar as centralidades das periferias e suas agências, fazendo uma releitura das origens africanas no Brasil apresentando essas referências, tendo a hipótese de que se Xangô é o orixá da justiça e a educação promove justiça social, se há relação de educação e Xangô, afirmando a diversidade, a inclusão e de como podemos representar a educação Brasileira no sentido da ancestralidade, que não se prende ao discurso pragmático universal, uma busca por um espaço cognitivo, social, estético e cultural para processo de formação dos sujeitos.

"POPULAÇÃO NEGRA NA UEL: Ações Afirmativas e Inclusão (in)condicional." - Maria Nilza da Silva (UEL). Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de inclusão, avaliação e aperfeiçoamento das Ações Afirmativas para estudantes negros na Universidade Estadual de Londrina desde a sua implantação. Todo os dois processos avaliativos tiveram a participação da comunidade interna da instituição e externa representada pelo Movimento Negro da cidade de Londrina. Primeiro, em 2004, foi aprovado um sistema que condicionava a reserva de vagas ao número de inscritos com o limite de até 20%. Porém, os candidatos negros jamais chegaram a essa proporção em todos os cursos ofertados. Em 2011, o sistema foi avaliado e as cotas foram aprovadas por mais cinco anos sem a condição de proporcionalidade. O sistema passou a oferecer efetivamente 20% de suas vagas em todos os cursos para os estudantes negros oriundos das instituições públicas do ensino básico (anterior ao ensino superior). No início de 2017 o sistema foi novamente avaliado, tendo em vista o acesso à instituição em 2018. Atualmente a UEL reserva 45% das vagas, sendo 20% para estudantes oriundos de escolas públicas, 20% para negros oriundos do mesmo tipo de instituição e 5% para negros de qualquer percurso escolar. O sistema vigorará por 20 anos, com avaliação em 10 anos. A UEL se tornou a segunda instituição entre as centenas que adotam as cotas a não impor a condição de ter origem em instituição pública para os estudantes negros. Os oriundos de instituições privadas, antes impedidos de concorrer às cotas, já podem participar do processo seletivo e disputar as vagas oferecidas. A UEL aceitou o argumento dos defensores das Ações Afirmativas que, independente do tipo de origem institucional, os negros sofrem desvantagens na sociedade brasileira.

"PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE CONSOLIDAÇÃO DA LEI 10.639/03: Um estudo em escolas municipais de Ituiutaba – MG." - Nadila Ferreira dos Santos (UFU). Esta pesquisa em andamento tem como prioridade a construção da Educação de qualidade baseada no combate histórico do racismo do contexto escolar. A referida pesquisa basear-se-á em estudo das relações étnico-raciais nos documentos escolares (Projeto Político Pedagógico e planejamentos) e na prática docente, buscando assim, definir as formas como o eurocentrismo e racismo afetam na qualidade da Educação e, bem como discutir possibilidades de superação destas questões, com base nas escolas municipais

do município de Ituiutaba/MG. Tendo como metodologia de pesquisa a investigação documental de documentos regulatórios da escola, os planos de aula dos educadores parceiros. Posteriormente, roda de conversa para discutir a educação antirracista legitimada pela lei 10.639/03. Buscaremos dar visibilidade para práticas docentes exitosas, o que a nosso ver poderá provocar a ampliação da discussão necessária à formação de professores, inicial e continuada, para tal tema. Questões relacionadas à implementação da Lei 10.639/03 vem sendo empreendidas em várias frentes de pesquisa, há estudos relacionados à produção de material didático apropriados para o combate ao racismo desde análises dos livros didáticos (SILVA, 2001) até a produção de material paradidático (SCHREIBER, 1975). A formação docente para a educação das relações étnico-raciais tem sido abordada na formação inicial e na continuada (OLIVEIRA, 2005 e GOMES, 2003), do ponto de vista dos conteúdos e a forma de abordá-los metodologicamente com intuito de superação do eurocentrismo e a apresentação do conhecimento africano e afro-brasileiro também sido temáticas escolhidas por pesquisadores (FONSECA, 2008 e NASCIMENTO, 2008). Estudos relacionados às relações entre crianças brancas e negras no cotidiano escolar (SANTOS, 2007 e MUNANGA, 2009) também estão sendo desenvolvidos. Contudo, entendemos que pesquisas relacionadas aos documentos normativos escolares ainda são incipientes. Percebemos haver uma lacuna nos estudos relacionados ao plano de aula, sua elaboração e consecução. Neste sentido tomamos a produção desta pesquisa como inovadora e de efetiva contribuição para a Educação básica. Por isso, esta pesquisa objetiva estudar a implementação da Lei 10.639/03 a partir de investigação de práticas pedagógicas que vem sendo realizadas no contexto de escolas da rede municipal de ensino de Ituiutaba (MG), por meio da análise documental dos planos de aula que se propõem a discutir tal tema, bem como a roda de conversa sobre a consecução dos mesmos com os docentes. Desta forma, espera-se encontrar elementos inovadores nestas práticas que poderão impulsionar a concretização da Educação para as relações étnico-raciais.

"Reações de haitianos às performances da branquitude no oeste de Santa Catarina." - Claudete Gomes Soares (UFFS). Essa comunicação tem como objetivo problematizar os significados atribuídos por estudantes universitários haitianos de uma universidade pública brasileira às suas experiências no oeste catarinense, seja como moradores da cidade de Chapecó e/ou região, seja como estudantes da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul). Trata-se dos resultados de uma pesquisa sobre a integração haitiana no oeste catarinense em andamento, financiada pela FAPESC (Chamada pública 07/2015), que tem como objetivo problematizar a presença negra, por meio da imigração haitiana, em uma região do país que constrói a sua identidade a partir da afirmação da branquitude, construída no marco de uma origem europeia sempre reivindicada em oposição aos povos racializados: indígenas e caboclos. Nessa comunicação, exploraremos como os estudantes haitianos, a partir de suas experiências, têm significado, percebido e reagido a esse encontro com a branquitude. Os estudantes haitianos em suas narrativas sobre as relações que estabelecem com a cidade e com a universidade percebem e evidenciam relações de poder construídas por meio do sistema de representação racial? A tendência desses estudantes seria enfatizar ou minimizar o impacto do elemento racial como estruturante de suas experiências na cidade de Chapecó e região? Existe a percepção por esses estudantes de que ocupam o lugar de outsiders na região oeste catarinense? No enfrentamento desse conjunto de questões foram realizadas quinze entrevistas semiestruturadas com estudantes universitários haitianos. Para a análise dos dados coletados, temos utilizado os estudos sobre branquitude, as contribuições de Stuart Hall, Frantz Fanon e Norbert Elias & Scotson, autores que nos possibilitam pensar a relação entre identidades e as estruturas de poder constituídas no marco da experiência colonial, pós-colonial e da escravidão. As conclusões parciais indicam uma heterogeneidade de reações por parte dos estudantes haitianos a essas relações de poder: silenciamento sobre o racismo; supervalorização da história haitiana como forma de afirmação positiva de si e incorporação de elementos da representação racial hegemônica. Essas são algumas respostas desses estudantes ao racismo e a xenofobia presentes em suas experiências no oeste catarinense (Santa Catarina).

"Relações Raciais Contemporâneas em Moçambique: Uma análise a partir da província de Maputo." - Mateus Almeida da Silva (UFF). O presente artigo pretende fazer uma análise sobre as relações raciais contemporâneas na província de Maputo em Moçambique, tendo como ferramentas metodológicas uma etnografia realizada em Maputo entre Agosto e Dezembro de 2017(financiada pela CAPES) e uma discussão teórica com outros trabalhos etnográficos que investigam as relações raciais em Moçambique no pós-independência: (MACAGNO, 1999), (FRY, 2005), (RIBEIRO, 2012), (RODRIGUES, 2015) e trabalhos que analisam as relações raciais em Moçambique em um sentido mais amplo: (THOMAZ, 2005), (CABAÇO, 2009), (ZAMPARONI, 2012) e (MALOA, 2016). Entendendo a identidade como relacional e situacional (BARTH, 2000) exploro as diferentes categorias identitárias raciais experimentadas por mim no período de campo como forma de compreender como essas diferentes identidades são hierarquizadas nas relações raciais na província de Maputo. Analisando como o pertencimento a um determinado grupo definido em função da raça reserva determinadas posições sociais nas relações cotidianas.

"REVIDE NEGRO: Contribuições de produtos culturais da população negra no Maranhão à Terceira Diáspora." - Carmen Kemoly Santos (UFRJ). Este trabalho estuda três campos ainda em processo de exploração no país: as Diásporas Negras no Brasil, o estado do Maranhão e seu potencial histórico e a força dos produtos culturais protagonizados pelas populações afro-brasileiras, prioritariamente a partir dos elementos produtores de sentido no que concerne a texto, imagem e som. Centramos nossas percepções na Terceira Diáspora, assim como focamos nossa análise nos modos de fazer comunicação originários, ou seja, o fazer comunicacional de povos originários que disputa a comunicação de massas. Como esta pesquisa está em fase de desenvolvimento, problematizamos o próprio termo Terceira Diáspora, a partir de uma retomada de povos negros que estavam no continente americano antes do tráfico negreiro, trazendo à tona também o conceito de Amefricanidade (GONZALEZ, 1989). Termo este que tem sido amadurecido, a Terceira Diáspora é o deslocamento de signos, provocado pelo circuito de comunicação da Diáspora Negra. Potencializado pela globalização eletrônica e pela web, coloca em conexão digital os repertórios culturais de cidades atlânticas. Entende-se, então, a Primeira Diáspora pela via da escravidão, com os deslocamentos do tráfico Atlântico. Já a Segunda Diáspora, se dá pela via dos deslocamentos voluntários, com o retorno de ex-escravos para África e o vaivém em massa de povos negros pelo mundo no pós-escravidão (GUERREIRO, 2010). Ao fazermos um exercício reflexivo de pensar a comunicação, as culturas e as diásporas, todas elas remetem

a uma ideia de Movimento. É esse movimento que tem impulsionado as comunidades negras a resistir em seus modos de viver, a insistir em suas formas originárias de fazer comunicação e assim, manter suas existências no mundo. Como nos trás Achile Mbembe (2013), a força punjante de um povo engajada no ato de criação, de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo, tornando-se o símbolo de um desejo consciente de vida. Sodré (2011) já coloca que as práticas socioculturais ditas comunicacionais ou midiáticas vem se instituindo como um campo de ação social correspondente a uma nova forma de vida, o bios midiático, enxergando a comunicação como uma ciência potente do século XXI que condensa saberes e tem poder mediante várias esferas dominantes, num mundo atualmente governado pela comunicação. O momento de revide aqui referido é no campo das ideias, da ocupação dos espaços, seja na mídia audiovisual, literária ou na rua, esta também produtora de ciência social. Numa primeira etapa desta pesquisa, temos produtos comunicacionais em três campos: quilombolas, ribeirinhos e povos de terreiro na cidade de Timon (MA). Em todos eles, encontramos comunicadores populares desenvolvendo metodologias comunicacionais e até exemplo de criação das próprias máquinas de trabalho.

"Uma revisão bibliográfica sistemática da produção em Ciências Sociais, dos temas: racismo, neocolonialismo e imigração africana." - Fernando da Costa Cruz (UFPA). Constantemente abordado em sua configuração contemporânea pela grande mídia, o movimento imigratório massivo de Africano rumo à Europa ocidental é observado em seus contornos mais dramáticos, desde meados da primeira década deste milênio. Representando um desafio tanto a arcaica legislação internacional que versa sobre o tema, quanto em especial às políticas de imigração adotadas pelos países da Europa ocidental. As imigrações de populações de origem Africana em direção a Europa ocidental são pelo menos desde o início da década de 1990 objeto de múltiplas pesquisas nos mais variados ramos das Ciências Sociais. Observa-se, entretanto, que as abordagens hegemônicas do tema pecam por orbitarem ao redor de um viés explicativo acrítico, pouco nos informando, quais as estruturas socioeconômicas, históricas, etc. Influenciam as políticas de imigração e mantém o martírio que estas populações sofrem as portas do continente europeu. Uma vez que a imigração massiva de Africanos em direção à Europa Ocidental neste início de século se configura como um dos principais desafios da atualidade. Esta pesquisa, ainda em andamento na UFPA se inscreve dentro das atividades propostas pelo grupo de pesquisas coordenado pelo Prof. Dr. Dionísio Baró e tem como objetivo a realização de uma revisão bibliográfica sistemática de literatura produzida sobre o tema nas ciências sociais, em especial nas relações internacionais. Os artigos foram pesquisados em cinco bancos de dados: CLACSO, AnthroBase, portal de periódicos CAPES, SciELO e Google scholar . Pauta-se pelo uso dos seguintes descritores, escritos em português e inglês, nas ferramentas de pesquisa: imigração, racismo, neocolonialismo e globalização. Buscam-se artigos com data de publicação situada entre 2007 e 2017. Após a devida construção de um quadro teórico, serão lidos e analisados 10 artigos. Buscando a constituição de uma síntese histórica da maneira que o tema foi trabalhado pelos pesquisadores de ciências sociais, em especial das Relações Internacionais. Os resultados parciais atestam, porém, que a temática ainda é analisada sob paradigmas liberais que não enxergam no passado de ação colonial fatores a serem considerados nas implicações do movimento imigratório massivo, quanto das políticas imigratórias das nações estado do Oeste Europeu.

"Uma revisão bibliográfica sistemática da produção em Ciências Sociais, dos temas: racismo, neocolonialismo e imigração africana." - Verena Pereira Reis (UFPA). Constantemente abordado em sua configuração contemporânea pela grande mídia, o movimento imigratório massivo de Africano rumo à Europa ocidental é observado em seus contornos mais dramáticos, desde meados da primeira década deste milênio. Representando um desafio tanto a arcaica legislação internacional que versa sobre o tema, quanto em especial às políticas de imigração adotadas pelos países da Europa ocidental. As imigrações de populações de origem Africana em direção a Europa ocidental são pelo menos desde o início da década de 1990 objeto de múltiplas pesquisas nos mais variados ramos das Ciências Sociais. Observa-se, entretanto, que as abordagens hegemônicas do tema pecam por orbitarem ao redor de um viés explicativo acrítico, pouco nos informando, quais as estruturas socioeconômicas, históricas, etc. Influenciam as políticas de imigração e mantém o martírio que estas populações sofrem as portas do continente europeu. Uma vez que a imigração massiva de Africanos em direção à Europa Ocidental neste início de século se configura como um dos principais desafios da atualidade. Esta pesquisa, ainda em andamento na UFPA se inscreve dentro das atividades propostas pelo grupo de pesquisas coordenado pelo Prof. Dr. Dionísio Baró e tem como objetivo a realização de uma revisão bibliográfica sistemática de literatura produzida sobre o tema nas ciências sociais, em especial nas relações internacionais. Os artigos foram pesquisados em cinco bancos de dados: CLACSO, AnthroBase, portal de periódicos CAPES, SciELO e Google scholar . Pauta-se pelo uso dos seguintes descritores, escritos em português e inglês, nas ferramentas de pesquisa: imigração, racismo, neocolonialismo e globalização. Buscam-se artigos com data de publicação situada entre 2007 e 2017. Após a devida construção de um quadro teórico, serão lidos e analisados 10 artigos. Buscando a constituição de uma síntese histórica da maneira que o tema foi trabalhado pelos pesquisadores de ciências sociais, em especial das Relações Internacionais. Os resultados parciais atestam, porém, que a temática ainda é analisada sob paradigmas liberais que não enxergam no passado de ação colonial fatores a serem considerados nas implicações do movimento imigratório massivo, quanto das políticas imigratórias das nações estado do Oeste Europeu.

"Por uma história das pessoas brancas": metodologias e epistemologias da branquitude." - Gabriel Ribeiro da Silva (UFRGS). Em 1974, a historiadora Beatriz Nascimento lançou um artigo propondo uma mudança nos estudos que colocavam homens negros e mulheres negras como um grupo totalmente marginalizado no Brasil. Ela criticou trabalhos pioneiros de universidades que propuseram um estudo da "sociologia do negro" baseado em teorias marxistas que resumiam a vida destas pessoas baseadas em suas "classes sociais" e "bases econômicas" logo após a Abolição da Escravidão. O resultado dessas revisões rendeu o verbete que intitulou de "Por uma história do homem negro" e foi publicado em uma revista que visava mudanças nas estruturas da sociedade na sua época (anos 1970); e este artigo inspira as propostas acadêmicas deste trabalho. As reflexões feitas por Nascimento acabou se encontrando com o que o sociólogo Guerreiro Ramos definiu como "negro-vida" (interpretando as pessoas pretas como sujeitos/indivíduos de suas histórias, protagonizando suas emoções, suas ações, suas "resistências" e existências como "vida"), denotando uma modificação teórica,

metodológica e epistemológica sobre os estudos da população negra, das pessoas brancas e das relações raciais no Brasil. O objetivo desta comunicação é pensar como a população branca é estudada nas ditas "Humanidades", especialmente na História; quais são as prerrogativas dos estudos sobre suas vidas e suas relações com populações racializadas. A possibilidade de uma interpretação de um estudo do "branco-tema" desvinculará as premissas "brancodológicas" (leia-se "metodológicas", refutando as reflexões de autores e autoras africanos/as ou da diáspora que afirmam em seus escritos que todas as formas do "fazer científico" são brancos e/ou europeus) de humanidade incontestável atribuída apenas a essas pessoas. Ou seja, as pessoas brancas estudadas como um "tema" das questões sobre relações raciais propendera questionamentos sobre seus papéis nos mais diversos campos estudados pelas ciências humanas. Entendendo os privilégios raciais simbólicos e materiais, bem como as "relações de poder" da branquitude, o poder de definição dos termos e seus conceitos serão trabalhados na colocação do que é africano no centro, desestruturando visões brancocentricas de estudo.

Sessão Temática 09

Direitos territoriais quilombolas, Ancestralidades, Tecnicas de Cura e Sustentabilidade.

"Não É Só Médico Que Cura..." - Cristina Maria Arêda-Oshai (UFPA). No Brasil, a Lei Orgânica da Saúde 8080/1990 define 'saúde' como estado de "bem-estar físico, mental e social" determinado por fatores biológicos, sócio-ambientais e políticos. Visão semelhante foi identificada entre interlocutoras(es) de comunidades quilombolas situadas em Salvaterra, arquipélago do Marajó, estado do Pará, porém não se encontrando definidas em leis e portarias. A Lei apresenta um ideal a ser alcançado, pois a lógica biomédica que norteia o sistema de saúde oficial inviabiliza a concretização de tal visão, na medida em que além de fragmentar, prioriza e valoriza a dimensão biológica em detrimento das demais. Ao contrário, as concepções sobre saúde-doença identificadas entre coletivos quilombolas, embora não estejam escritas, são vivenciadas no dia-a-dia, sendo consideradas as várias dimensões humanas, tais como a biológica, psicossocial, socioambiental, espiritual, inclusive envolvendo as interações com outros seres vivos. O resumo traz comparação entre o sistema de saúde oficial – Sistema Único de Saúde e os sistemas de saúde desenvolvidos em territórios quilombolas marajoaras e indica noções de saúde-doença compartilhadas. Os dados resultam de observação e diálogos com interlocutoras(es) das comunidades quilombolas Pau Furado, Bacabal, Deus me Ajude, Santa Luzia, Bairro Alto, Salvar e Rosário, realizados de 2014 a 2017, os quais subsidiaram a elaboração de uma tese de doutorado. As fragmentações do sistema de saúde oficial se manifestam tanto nas especialidades médicas, quanto na pulverização de locais para atendimento em saúde, a exemplo dos postos/UBS's, USF's, unidade mista, hospital geral, hospital de especialidades. Ao contrário, a especialização dos(as) terapeutas locais (benzedeiras, curandeiros, pajés, consertadores de osso, entre outros) difere da biomédica, focada em partes do corpo ou em doenças específicas. Ainda que alguns(mas) terapeutas locais tratem de problemas específicos, o fazem envolvendo cuidado integral considerando as dimensões referidas antes. Por exemplo, espinhela caída, vento caído, rasgadura, são intercorrências identificadas no corpo, portanto têm uma dimensão biológica. Porém, além de dietas alimentares e uso de técnicas corporais, a benzeção e outros cuidados espirituais também integram o tratamento. A frase que dá nome ao resumo é de autoria da interlocutora Maria José Alcântara Carneiro e aponta para uma noção de saúde-doença para além da visão biomédica; sinaliza ainda a valorização dos conhecimentos e saberes dos antepassados e a legitimidade de uma ancestralidade que orienta e atua sobre as dimensões biológica, psicossocial, socioambiental, espiritual, que interferem na produção de saúde-doença, a depender das relações estabelecidas entre os seres vivos, com roupagens humanas ou não.

"A apropriação de comportamentos arquetípicos dos orisas pelos iniciados do candomblé da Nação Alaketu de Matriz Africana." - Renato Santos Cavalcante (UEMG). O objetivo dessa pesquisa é compreender os modos pelos quais as pessoas em processo de iniciação no Candomblé se apropriam (ou não) dos comportamentos arquetípicos dos orisas. Trata-se de uma pesquisa Etnográfica Qualitativa que propõe realizar uma análise de dentro de uma cultura religiosa específica, com imersão por um tempo determinado dentro dessa cultura. A pesquisa será realizada em uma casa de Candomblé da nação Alaketu (Ketu) em uma cidade do interior de Minas Gerais. Para desenvolver a pesquisa serão usados diversos recursos metodológicos da psicologia e da antropologia: entrevistas estruturadas, questionário aberto e observação participante. Os comportamentos a serem observados e descritos dos adeptos serão analisados em observância com os comportamentos arquetípicos atribuídos aos orisas do candomblé da Nação Alaketu. A observação e as decorrentes anotações no diário de campo serão de grande relevância para a delimitação ou não, de comportamentos repetidos anterior e posterior ao processo de iniciação para verificar se existem ou não mudanças ou mesmo apropriações de comportamentos pelos que serão iniciados durante o período da pesquisa. A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e possui três hipóteses condutora: 1) há uma relação entre os comportamentos dos iniciados e os arquétipos descritos dos orisas nos relatos históricos da nação; 2) os iniciados já trazem características que são comuns aos arquétipos antes do processo de iniciação, não sendo influenciados pelos comportamentos específicos dos Arquétipos; 3) a pesquisa não permite afirmar sobre a têm influência dos arquétipos nos iniciados do candomblé da Nação Alaketu de Matriz Africana.

"A memória e a (re) existência ancestral quilombola no Vale Jequitinhonha." - Clézio Roberto Gonçalves (UFBA). A grande maioria das comunidades quilombolas de Minas Gerais está localizada em áreas rurais. Ao longo dos séculos de escravidão, os negros fugidos procuravam áreas de difícil acesso como grotas e serras. De um modo geral, os quilombos acolhiam também índios mestiços e brancos.

Com o fim da escravidão, os grupos se espelharam pelo estado em busca de locais que pudessem oferecer melhores condições de vida. Antes e depois da abolição da escravatura o território brasileiro esteve marcado pela presença de comunidades negras que ainda hoje resistem às pressões de latifundiários, de especuladores imobiliários e, até mesmo, do poder público pela manutenção ou reconquista de seus territórios. Desta forma, o processo de territorialização quilombola constitui-se muitas vezes, na luta para continuar a existir, na reinvenção de uma identidade política portadora de direitos que é informada por uma memória ancestral. A memória, neste sentido, tem grande importância, visto que em geral trata-se de comunidades iletradas, de forte tradição oral e que se encontram na reinvenção de suas identidades uma oportunidade de recriação historiográfica. Esta pesquisa parte, portanto, dos relatos orais de populações quilombolas para entender as relações existentes entre memória, território e identidade quilombola, na manutenção dos direitos destas populações. Entende-se que a luta quilombola pelo reconhecimento de seu território (terra) e o entendimento sobre o lugar de sua reminiscência (descendentes negros de escravos), juntamente com outras necessidades que surgiram a partir da constituição das comunidades constituem os primeiros passos para se pensar o diverso da identidade quilombola. Sabe-se que "quilombolas" é uma designação comum aos escravos refugiados em quilombos, ou descendentes de escravos negros cujos antepassados no período da escravidão fugiram dos engenhos de cana-de-açúcar, fazendas e pequenas propriedades onde executavam diversos trabalhos braçais para formar pequenos vilarejos chamados de quilombos. O termo quilombola vem do tupi-guarani cañybó e significa «aquele que foge muito». Mais de duas mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro mantêm-se vivas e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição Federal desde 1988. Este projeto se propõe a fazer um intenso trabalho de valorização, de resgate, de divulgação e de registro da memória e da cultura quilombolas no Vale Jequitinhonha, especificamente nos municípios de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas, em Minas Gerais.

"Bori: Oferenda à cabeça." - Rayssa Edith Sampaio (UFMA). Este trabalho apresenta o ritual de Bori, que em Yorubá significa a junção da palavra 'Bó (oferenda), com a palavra 'Ori' (cabeça), dando origem ao termo Bori que em tradução literal significa 'Oferenda à cabeça'. O Bori é um culto que propõe através das plantas, ervas e outros elementos proteção, equilíbrio e fortalecimento para estabelecer uma renovação de energia na vida de quem o pratica. Para esse estudo, realiza-se pesquisa etnográfica, ainda em andamento, utilizando as técnicas da observação participante para acompanhar o ritual de Bori, além de conversas e entrevistas com a Yalorixá Venina D'Ogum que é a zeladora de orixás e líder religiosa do terreiro "Ile Axé Alagbede Olodumare" locus da pesquisa, situado no município de Paço do Lumiar no estado do Maranhão. Foram entrevistados também alguns omorixás que são os filhos de orixás que a Yalorixá cultua e que passaram pelo processo de iniciação no candomblé, para ouvir suas narrativas acerca do ritual. Busca-se enfatizar dentro do Bori um momento de liminaridade (tal como descrita por Turner (1974)) onde é possível perceber, na pessoa que se submete ao ritual, um distanciamento de um estado anterior e uma transição para um novo estado, entendendo-o como um rito de passagem como teorizado por Arnold Van Gennep, pois o iniciado submetido ao Bori recebe uma nova energia espiritual. No ritual estudado, o central é o cuidar do corpo uma vez que ao alimentar a cabeça é possível fazer uma espécie de manutenção da saúde mental e física. Mauss propõe um conjunto de técnicas do corpo que confere os modos pelos quais as pessoas sabem servir-se de seus corpos de maneira tradicional, o que varia de uma sociedade a outra. O fato de fazer oferenda a cabeça é uma tradição própria do candomblé, este exemplo defende a afirmação feita pelo autor de que cada sociedade possui seus próprios hábitos, que são de natureza social, variando não apenas de um indivíduo a outro, mas com as formas de educação que neste caso do ritual foi passada de geração para geração e convenções sociais. Neste caso, utiliza-se um princípio de classificação apresentada por Mauss para o conjunto de técnicas do corpo em termos de sua transmissão, levando em consideração as tradições. Por ser o corpo de grande importância dentro do candomblé, e possuir grande valor dentro dos ritos como o próprio Bori e em danças de Orixás, tem-se o corpo como lugar sagrado sendo através dele que os participantes da religião representam as tradições que compreendem sua estrutura social. A ação do Orixá e dos elementos que compõe a ritualística, nesse momento de transformação é fundamental, pois deles se adquire forças e energias.

"Desenvolvimento autossustentável em comunidade negra do Vale do Ribeira/SP." - Amauri Vaz de Oliveira (UNICESUMAR). O Projeto "Autosssustentável para Comunidades Quilombolas" trata da questão dos direitos dos quilombolas em permanecer na sua terra, de forma ecologicamente correta e autossustentável, visando a uma melhor qualidade de vida e à permanência da valorização de seus conceitos históricos de mundo para toda a comunidade. O trabalho vem aos poucos sendo desenvolvido junto à Comunidade negra de Nhunguara, no Vale do Ribeira/SP, com o objetivo de mostrar os benefícios do uso de produtos de origem orgânica e novas formas autossustentáveis de produção, buscando uma maneira natural de associar seus conhecimentos tradicionais às novas tecnologias aplicadas para o aumento da produtividade e da melhoria socioambiental do grupo. Objetiva dar a conhecer aos habitantes uma nova estrutura sobre agroecologia, de maneira a preservar seus conhecimentos ancestrais sobre as culturas tradicionais de plantio, à luz de novas técnicas autossustentáveis e orgânicas, promovendo o verdadeiro equilíbrio entre o homem e a natureza. O eixo central do projeto não é somente capacitar os habitantes mais jovens e os adultos da comunidade, mas também dar-lhes condições de se fixar na terra de seus ancestrais com tecnologias atuais de subsistência. O primeiro passo efetuado foi a troca de informações, foi saber suas intenções e anseios por melhorias frente à atual situação em que se encontram; o segundo passo será passar-lhes conhecimentos sobre o reaproveitamento dos dejetos humanos, animais, peixes e aves, vindo a transformá-los em matéria orgânica e em energia autossustentável. Finalmente, o terceiro passo será o reaproveitamento de tudo o que não for material orgânico e transformá-lo em material reciclado de alto valor agregado, preservando-se o meio ambiente e a autossustentabilidade do bairro. Com base em orientações técnicas, oferecidas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, o projeto abrange o consórcio de plantio integralizado entre criação de aves (galinhas caipiras melhoradas) e de búfalos criados em forma de rodízio. Com relação ao sistema de plantio, serão usadas capineiras em consórcio com leguminosas para o melhor aproveitamento de fornecimento de volumoso. A metodologia empregada para se obter resultados positivos é buscar subsídios junto a órgãos municipais (Prefeitura), órgãos estaduais (Casa da Agricultura) com o intuito de

se obter respaldo técnico com referência a pesquisas e aprimoramento genético de animais e plantas. Esta empreitada só terá o êxito tão esperado, se todos estiverem imbuídos de suas reais responsabilidades quanto ao fator de absorção das metas por todos determinadas. Como resultados iniciais, pudemos constatar o interesse da comunidade em se organizar para realizar o trabalho.

"Mulheres de Terreiro: Feministas Negras Decoloniais." - Denize de Almeida Ribeiro (UFBA). As experiências de racismo e sexismo, na vida das mulheres negras brasileiras, trazem como consequências o registro de diferentes situações vivenciadas no campo das desigualdades. Tais situações deixam marcas que levam muitas dessas mulheres a desenvolverem modelos de resistência e de sobrevivência que impactam em suas condições de vida, mas que nem sempre são analisadas como algo significativo no campo da saúde. No presente artigo procuramos fazer uma breve discussão sobre o feminismo negro enquanto vivência que se expressa a partir das estratégias de resistência ao racismo e sexismo, pelas mulheres negras, na condução de suas lutas, inclusive na área da saúde. Para finalizar, apontamos para a atuação das mulheres, negras, lideranças dos Candomblés da Bahia. Procuramos identificar, na trajetória de vida de tais mulheres, que desenvolveram estratégias de enfrentamento e de resistência ao racismo, sexismo e a violência simbólica a que foram e são constantemente submetidas, como elas reconfiguram as interpretações e expressões deste feminismo.

"Mulheres negras, território, resistências e insurgências – a experiência das mulheres quilombolas da Tapera Melão, em Irará – Bahia." - Andréa Marques Santos (UFMG). Este trabalho tem o objetivo de analisar as diferentes formas de resistências e insurgências produzidas pelas mulheres quilombolas da Tapera Melão, em Irará – Bahia, visando a garantia do direito ao território, a preservação da sua cultura e o acesso à políticas públicas que possibilitem a reprodução do modo de vida quilombola, a despeito das constantes negociações interculturais a que estão expostas. Como referenciais teóricos são trabalhadas categorias analíticas como Território, na concepção de Santos (2008), os quilombos como resistência de trabalhadores frente ao processo de escravização, apresentado pela Associação Brasileira de Antropologia (1994); Nascimento (1976) ao demonstrar os papéis ocupados pelas mulheres negras desde o período colonial. Além destes, recorremos à Gonzalez (1988) para examinar o papel da mulher negra numa sociedade de classes . Neste trabalho, buscamos evidenciar as análises realizadas por intelectuais negros pois , de acordo com Santos (2010) " ao reivindicar o direito ao conhecimento e o direito como produtores do conhecimento os intelectuais negros desnaturalizam o cânone e ajudam a desvelar o quanto ele sempre foi racial , androcêntrico, eurocêntrico, adultocêntrico e classista ".Sobre a categoria Território, de acordo com Santos e Silveira (2008), "quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política." (p.247). Tal ponto de vista permite uma análise para efeito deste trabalho, da ação das mulheres quilombolas como agentes políticos, produtoras e guardiãs de cultura e geradoras de novos processos dentro do quilombo. Como metodologia, o trabalho foi realizado com base em pesquisa Etnográfica, pois compreendemos ser primordial uma aproximação com o objeto, além de realização de entrevistas semiestruturadas. Assim sendo, apresentamos como resultados da pesquisa, 4 eixos em que as mulheres quilombolas da Tapera Melão assumem um papel central nos diferentes aspectos da vida cotidiana da comunidade, a saber: Na organização política da comunidade, na instauração de novas lógicas de participação, nas estratégias de geração de trabalho e renda para mulheres quilombolas, e por fim, no que se refere á ruptura da tradicional divisão sexual do trabalho no meio rural.

"O Direito Cultural Alimentar Quilombola: O Exemplo Kalunga." - Vercilene Francisco Dias (UFG). Este artigo tem como esboço apontar de que maneira as políticas de segurança alimentar, adotadas pelo Estado contra a insegurança alimentar na Comunidade quilombola Kalunga, introduz na comunidade alimentos que, altera sua cultura e hábitos alimentares e viola de forma sutil seus direitos alimentares culturais, ao simplesmente introduzir esses alimentos, sem ao menos consultá-los. Sabemos que a insegurança alimentar é um problema com dimensões globais, que tem como principal fator a pobreza, por dificultar acesso aos alimentos e aos meios de produção, e impedir o cumprimento de um direito básico, que é a alimentação (CARVALHO e SILVA, 2013, p. 2). Assim como a segurança alimentar parte do princípio do direito à alimentação adequada, como norma de Direitos Humanos, (MANIGLIA, 2009, p. 17), o respeito a cultura alimentar quilombola deve primar por esse mesmo princípio, pois, há um vínculo fundamental, de seus modos alimentares com sua identidade cultural, que deve ser assegurada pelo Estado. O artigo traz os conceitos de quilombo, por Clóvis Moura e Aldemir Fiabani. A história do povo Kalunga por Meri Baiocchi. A alimentação como ato social e cultural de Maria Eunice Maciel, por fim alimentação como princípio de direitos humanos de Elisabete Maniglia. A construção do pensamento exposto deriva do método qualitativo, uma vez que analisa a cultura alimentar da comunidade remanescente do Quilombo Kalunga, situada nos municípios de Cavalcante, Teresina e Monte Alegre de Goiás, da experiência empírica de vivência da autora, que sempre esteve presente na comunidade com sua família, na prática, na "labuta" do povo Kalunga, em defesa de seus Direitos territoriais, culturais e respeito ao seu modo de ser e viver, plantar e colher. Ao analisar a situação quilombola Kalunga, consegue-se constatar que seus direitos alimentares e identidade cultural, está a todo momento sendo desrespeitadas, inclusive por meio de políticas públicas de combate a insegurança alimentar, que impõe e introduz, produtos alimentares à comunidade que, sem alternativa e com medo de passar fome, e na falta de uma política que trabalhe a soberania da comunidade na produção, consumo e comercialização de seus produtos, para que não precise introduzir em sua alimentação diária, produtos externos, que rompe com todo um paladar identitário acaba sendo aceito pela comunidade.

"O direito de resistir e garantir a sustentabilidade do território quilombola." - Francinete Pereira da Cruz (UNB). O então artigo abordará questões relativas à gestão territorial e a sustentabilidade dos quilombos, a partir da perspectiva do acesso aos direitos constituídos, bem como a valorização e democratização das políticas públicas partindo do princípio das dimensões de fortalecimento e da sustentabilidade social e ambiental das comunidades quilombolas. Temos como objetivo dialogar sobre a resistência das comunidades quilombolas em garantir o direito de acesso ao território respaldados a partir de instrumentos legais, que a partir de então lhes deram

visibilidade e possibilidades de buscar a sustentabilidade por meio do acesso às políticas públicas mantendo assim suas tradições. Portanto a metodologia aplicada é a análise documental, com pesquisa bibliográfica e de julgados sobre o assunto, que nos possibilitou um arcabouço de documentação sobre o tema. O reconhecimento pela sociedade brasileira a essas comunidades e de seus direitos aos territórios tem uma dimensão transcendente ao próprio segmento. É a apropriação pela nação da história de sua formação, e tomar para si ou como seu, isto é, avocar, assumir, apropriar-se de suas raízes e responsabilidades, estima-se que há cerca de 16 milhões de quilombolas, com muito a contribuir para a sociedade com sua cultura, valores, respeito à natureza e manejo ambiental sustentável, além de seus conhecimentos agrícolas, fitoterápicos, culinária, artesanato e organizações produtivas solidárias.As comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, dotados de relações territoriais e de formas de organização social específicas como define o artigo 2º do decreto 4887/2003. Atualmente o estado reconhece por meio da certificação da Fundação Cultural Palmares mais de 3.000 comunidades quilombolas, segundo entidade representativa estima-se mais de 6.000 comunidades em 24 estados da federação. Dados os limites do artigo 68 da ADCT, a luta dos quilombos não se limita apenas no processo de regularização; de qualquer maneira, a garantia do território é uma etapa emblemática e que mostra uma etapa da passagem de lutas dessas comunidades, que não aparecia no âmbito nacional, até a C.F. As tradições são mantidas por muitos territórios que resistem as interferências da modernidade, resistência a interferência pelo não cumprimento do estado na garantia de fato e de direito das áreas secularmente ocupadas por eles, tal resistência os mantêm fiéis às raízes, a identidade que os mantem detentores de áreas conservadas,destas comunidades não só se reflete no bem estar dos quilombolas, mas também agregam diversos níveis de sustentabilidade do meio ambiente, da cultura, da produção, e por isso é dever do estado garantir o direito a essas populações, no sentido de manter a sustentabilidade dos recursos naturais.

"O direito de ter direitos: O Ministério Público como mediador das terras de remanescentes de quilombo de Poconé- MT." - Maurício Marinho da Silva (UFMT). Após a promulgação da Carta Magna de 1988, documento que garantiu a propriedade quilombola por meio do artigo 68 do Ato das disposições constitucionais transitórias(ADCT) e passados 30 anos, a questão quilombola encontra-se não resolvida, no que concerne a efetivação de seus direitos à terra. Em Mato Grosso, observa-se que há 68 processos administrativos em trâmite na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária(INCRA), tendo como objetivo a promoção da regularização fundiária das terras de remanescentes de quilombos em suas diferentes fases procedimentais, porém não concluídas. Quando não há o cumprimento previsto dentro dos dispositivos legais da normativa 57, os quilombolas poderão acionar o Ministério Público Federal, entidade essa que tem as suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal. Tendo em vista esta realidade institucional, este trabalho tem como objetivo refletir como o Ministério Público Federal é acionado para mediar os conflitos e a guarda de um direito não atendido, porém previsto desde os anos 1988 na Constituição. A pesquisa a ser realizada analisará os processos de regularização de terra quilombola, as quais houve negligência, seja por morosidade ou outras questões. Ainda serão objetos outros inquéritos particularizados, em especial os do Município de Poconé, a fim de acompanhar o processo de regularização fundiária de cada comunidade quilombola em específico. As comunidades quilombolas arroladas na Ação Civil Pública do Município de Poconé totalizam em 27. Sendo que 21 delas não estão previstas o início dos trabalhos. Propõe se assim, através da etnografia documental a fazer uma reflexão sobre os processos de regularização de terras quilombolas do Município de Poconé no estado de Mato Grosso. A pesquisa será realizada no Ministério Público Federal da Comarca de Cuiabá. Objetiva-se compreender o papel e a ação do Ministério Público na mediação do direito ao território de remanescentes de quilombos.

"O Pronaf-B como alternativa para suporte da produção agropecuária dos quilombolas do extremo-sul do Brasil." - Cauê Assis Bráz (UFRGS). Os quilombos apresentam-se como espaços de construção da autoconsciência e da identidade social de um grupo de pessoas que resistem às forças de exclusão e marginalização da população negra no meio rural e urbano. No extremo sul do Brasil situa-se um grande número de comunidades quilombolas. Ao todo são 54 territórios que reúnem 888 famílias em 19 municípios do sul do estado do Rio Grande do Sul. Essa grande concentração de quilombos no sul do país é oriunda dos centros charqueadores do período colonial. As fazendas de Rio Pardo e Pelotas abasteceram o Brasil de charque nos séculos XVIII e XIX. As condições de vida e de trabalho nas charqueadas não atraíam nenhum trabalhador livre. Portanto, através da violência e da imposição disciplinar, os escravos tornaram-se a solução para a produção de charque. As recorrentes fugas para as matas próximas das fazendas marcaram o princípio da formação dos quilombos na região. Diversos problemas são identificados pela população quilombola para a manutenção de seus territórios. O isolamento, antes era necessário por questões de proteção, ainda se mantém dificultando o acesso dos quilombolas a diversos direitos garantidos pelo Estado brasileiro. A marginalização é observada pela dificuldade em contrair financiamentos para moradia, em alcançar serviços de saúde e educação, a precariedade do abastecimento de água que também é escassa para irrigar as lavouras e a péssima qualidade das estradas que impedem o escoamento da produção são fatores que sobrecarregam o cotidiano da população quilombola sul rio-grandense. A falta de terra faz com que muitos quilombolas produzem em terras de outros produtores rurais fazendo com que um terço da lavoura fique com o proprietário da terra. O resgate das tradições dessas comunidades pode ser feito a partir do acesso a programas como o Pronaf-B que tem linhas de crédito específicas para produtores familiares empobrecidos. A agricultura familiar tem como objetivo fazer do rural um lugar de trabalho e de vida. O Pronaf é um instrumento de apoio aos agricultores familiares que tem como foco a diversificação produtiva ao plantar diversos alimentos promovendo alternativas de existência no meio rural que diferem do agronegócio monocultor. A pobreza no meio rural é combatida através do empoderamento do pequeno agricultor. Por fim, a agricultura familiar é propulsora de dinamismo econômico e possibilita a diversificação produtiva local, aliados esses dois fatores colaboram para o crescimento do desenvolvimento regional. Desde sua criação, em 1996, o Rio Grande do Sul é o estado que mais acessa os recursos do Pronaf, mas sem atingir os agricultores familiares mais fragilizados sinalizando que o programa é ativo, mas não atinge toda a população rural gaúcha, muito menos a quilombola.

"Ora-pro-nobis: esboço crítico sobre memória e a história silenciosa na formação social brasileira." - Iris Almeida dos Santos (Secretaria

de Estado de Educação do DF- SEEDF/ EAPE- Centro de Profissionais da Educação do DF). A ora-pro-nobis, um tipo especial de cacto de origem nacional, de uso alimentício e medicinal utilizado desde o período colonial brasileiro, vem junto aos movimentos ambientais da Rio 92 ocupando espaço na mídia, representado em festivais de gastronomia mineira ou no promissor potencial nutricional ou medicinal presentes na etnobotânica e medicina natural. A planta popularmente conhecida como "carne dos pobres", dentre outras denominações, traz como pano de fundo o histórico alimentar e o perfil migratório vivenciado pelos escravos no auge da exploração do ouro, das entradas e bandeiras, marcado pela exploração mineira no interior do país. Navegar sobre o papel social que determinadas relações de cunho etnobotânico cumpriram na garantia da segurança alimentar na constituição da sociedade desigual, dentro da lógica da exploração capitalista, representa um problema complexo e de fundamental importância para compreender o papel social da ora-por-nobis na análise da formação social brasileira, nas perspectivas decolonizante na perspectiva da epistemologia do sul, uma vez que nosso cenário é um Brasil escravista, colonial e dentro da lógica do modo de produção escravista e que deixo profundas marca na sociedade brasileira. Partindo da linha histórica, no tear do tecido social envolvendo a ora-pro-nobis, encontra-se o ponto de partida, remetido da história não contada, com o objetivo de evidenciar um aspecto pedagógico sistêmico, permissível no contexto da pedagogia histórico crítica em suas dimensões, com a pretensão de inserir no currículo convencional e em estudos etnobotânicos e ambientais, agregando uma nova perspectiva de ensino, ao qual centralize a importância do rever a história do país sob o prisma cultural e decolonizante, protagonizada pela presença, importância e participação dos escravos afrodescendentes. Seu uso, datado em um período em que marca a história da riqueza do país, entre guerra e conflitos entre as principais capitanias hereditárias, persiste de forma oculta ou mesmo silenciosa, no cultivo e nos hábitos alimentares dos escravos afrodescendentes, escassos na literatura, tem ocultado uma gama de informações históricas, culturais, sociais e até religiosas, relacionados ao cultivo e uso alimentar e medicinal envolvendo a ora-pro-nobis. Uma lacuna ao qual negligencia outras formas de se estudar os outros contextos presentes no período da história da riqueza do país, sob a perspectiva humana presente na visão dos excluídos, escravizados e marginalizados, tendo em vistas que os 'pobres' não se referiam na época, aos quais tinham status de mercadoria e não de pessoa humana.

"Quando a medicina não é capaz de curar, os búzios mostram o caminho - Itinerários terapêuticos e a cosmovisão afro-diaspórica." - Priscila de Souza Nascimento Siqueira (UFRRJ). As alterações no estado de saúde dentro da cosmovisão negro-africana mostram-se indissociáveis de uma interpretação que atribui um sentido mágico-religioso ao adoecimento. Muitas podem ser as causas que levam ao aparecimento de mal-estares, entretanto, algumas delas são constantemente relatadas/observadas entre os adeptos do Candomblé: a manifestação de uma doença como sendo a forma que o orixá encontrou de encaminhar aquele indivíduo à iniciação, ou em decorrência de negligências e erros cometidos pelo fiel em relação às suas responsabilidades frente à dinâmica do culto, quebras de interditos religiosos (ewós), influência negativa de ajoguns (entidades que têm como função colocar obstáculos às oportunidades de sucesso), e manifestações "naturais" (causadas por fatores biológicos; agentes externos ou disfunções e mau funcionamento interno). [BARROS; TEIXEIRA, 1989] É perceptível também a existência de características recorrentes dentro de uma sintomatologia, do que chamo aqui de "enfermidades sobrenaturais", ou seja, aquelas que são estritamente oriundas de um contexto espiritual; suas causas e manifestações, segundo o povo de santo, não conseguem ser explicadas ou tratadas pela medicina oficial, e o adoentado só encontra significação simbólica para o processo saúde-doença dentro da religião. Geralmente este tipo de padecimento se desenvolve por meio de desordens psicossomáticas, aparecendo na forma de quadros depressivos, ataques de pânico, dermatites, enxaquecas, vertigens. [LAPLANTINE,1991; BASTIDE,1967] Este trabalho, que é um recorte de uma pesquisa maior em andamento, busca apresentar resultados parciais desse estudo, descrevendo o itinerário terapêutico de um homem negro que a pouco ascendeu hierarquicamente ao cargo de Babalorixá. Em seu relato expõe que começou a apresentar diversas perturbações mentais, e inicialmente acreditava que a resolução destes problemas se daria exclusivamente por meio da medicina oficial, após fracassadas tentativas de melhora resolve buscar então a orientação do seu próprio pai de santo, a partir daí um novo sentido para o seu processo de adoecimento surge, a causa dos acontecimentos passa a ser interpretada como consequência de erros cometidos por ele durante a feitura recente de uma yawô, o orixá da iniciada não estaria satisfeito e sua ira havia sido materializada na forma de desordens psíquicas. Procura-se também discutir quais os meios e técnicas de cura utilizadas para a obtenção de sua recuperação, destacando o papel da consulta por meio do jogo de búzios, dos ebós e o apoio da comunidade. Metodologicamente configura-se enquanto uma pesquisa etnográfica, que lança mão da técnica de observação participante, do uso do caderno/diário de campo, e de conversas informais com os adeptos da religião.

"Religiosidade e sincretismo." - Vera Lucia Soares Santos (Escola Municipal Professor Aristides Memória). O objeto de estudo deste projeto é exatamente sobre a religião dos povos africanos, principalmente para o Candomblé e a Umbanda, visto que a segunda é nascida no Brasil mas com segmentos da primeira, mostrar com este trabalho a existência de religiosidade dos povos africanos e consequentemente a sua fé, e de que forma foi possível introduzir essa religião no Brasil de outrora, onde existia uma crença extremamente católica, que pautava se na moral e bons costumes, em que momento se deu a necessidade de fazer o sincretismo religioso e porque foi necessário fazê-lo. Pode se dizer que foi uma forma de resistência encontrada por eles, afinal os negros trazidos para o Brasil principalmente os bantos e sudaneses tinham uma vida, uma cultura no seu país de origem e de forma abrupta se viu totalmente deslocado. O essencial do projeto é levar o conhecimento deste tema aos alunos, de forma que eles passem a buscar, construir e levar esse conhecimento para sua famílias e também no âmbito escolar, visto que a grande parte da comunidade escolar não tem conhecimento sobre o assunto. É importante ressaltar que em nossa cidade também existem essas práticas religiosas, lembrando que ainda existe o preconceito sobre tais práticas, justamente pela falta de informação por isso a importância de se estudar a questão da africanidade e só será possível por meio da mudança que começa a se fazer na forma de trabalhar o tema de forma mais ampla e sem a visão dos brancos, com uma educação antidiscriminatória e de qualidade, onde o professor fará a mediação, trabalhar a História da África com outro olhar. Para tal fim é necessário estudar a História da África, para que se possa a partir de então valorizar a contribuição do negro para a formação cultural, histórica, científica e sócio-econômica para nosso país. A ideia inicial é

que seja um projeto interdisciplinar envolvendo todas a disciplinas, colocando em prática a Lei nº 10.639/2003. A metodologia a ser utilizada será oral e escrito, entrevistas e visitas de observação às famílias conhecedoras de tais práticas religiosas, em sala de aula buscar junto aos alunos do Ensino Fundamental Anos Finais, aqueles que tem conhecimento sobre o assunto e fazer relatos de experiências, fazer trabalhos de pesquisas, cartazes, maquetes, peças de teatro,jograis, todos esses serão utilizados na culminância do projeto. Para esse fim buscamos alguns referenciais teóricos tais como: Dagoberto José Fonseca, Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, os encontros realizados no curso da Relações étnicos Raciais Lei nº 10.639/2003 que que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, tornando obrigatória a inclusão no currículo da Rede de Ensino da temática"História e Cultura Afro-Brasileira".

"Resistência de Quilombolas frente à projeto Aeroespaciais em Alcântara (MA)." - Ricardo Costa de Sousa (UFRGS). O presente escrito visa apresentar reflexões da resistência dos quilombolas pelo direito à terra. Tomo como marco para reflexão o Art. 68 da Constituição Federal (BRASIL. 1988) quando determina que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir seus respectivos os títulos. Contudo, tal aparato legal é violado em detrimento de grandes empreendimentos como a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Maranhão. Para tratar desse direito violado, o objetivo desse escrito se circunscreve em apresentar o significado da terra para os quilombolas como territórios de resistência frente aos deslocamentos compulsórios, resultantes dessa implantação. A intenção do CLA é executar e apoiar atividades espaciais, testes científicos e experimentos de interesse do Ministério da Aeronáutica, relacionados, portanto, com a política nacional de desenvolvimento aeroespacial. Esse empreendimento é facilitado pelo Decreto de lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, inscrito no Art. 2o quando aborda sobre o processo de desapropriação, mediante declaração de utilidade pública, em que todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios (BRASIL. 1941). A partir desse marco legal, as Comunidades Quilombolas foram deslocadas compulsoriamente, para as chamadas agrovilas. Nesse local, as famílias se depararam com terras arenosas e inférteis para o plantio, como também, inviabilizou a pesca de comunidades que residiam próximas ao mar. Nesse sentido, o problema desse escrito reside em descrever e problematizar um direito violado em detrimento de Projetos Aeroespaciais em território quilombola, em especial, em Alcântara (Maranhão). Para essa reflexão, foi realizada uma revisão e imersão bibliográfica e documental sobre a resistência de quilombolas a um direito elementar, a terra, que, conforme Fiabani (2007) não deve ser apenas tomada como forma física, mas como espaço das relações sociais, reveladoras de estratégias de sobrevivência e palco de uma cultura própria e específica. Por fim, o escrito indicou que, para as Comunidades Quilombolas a terra representa mais que um direito fundamental para a vida em coletivo, mas um espaço que é permeado de história de resistências, de afirmação identitária, em que os saberes ultrapassam os tempos, e, reinventam a cultura de produção coletiva.

"Terra, trabalho e direitos: a busca por cidadania em um quilombo do recôncavo da Bahia." - João Rodrigo Araújo Santana (UFBA). A problemática de pesquisa aqui formulada emerge do fato das comunidades negras rurais terem enfrentado dificuldades históricas para a conquista do direito à terra e para permanecerem no campo. Na atualidade, estas comunidades estão engajadas em uma luta por reconhecimento, em defesa dos seus direitos territoriais e por políticas redistributivas que reparem as injustiças sócioraciais que historicamente enfrentaram. Nesse sentido, recontar a trajetória das comunidades negras rurais pode ser reveladora de uma face importante do processo de construção da cidadania no Brasil. Na presente comunicação, apresento os primeiros resultados de uma pesquisa de doutorado que objetiva analisar a trajetória histórica da comunidade negra rural quilombola de Dom João, localizada no município de São Francisco do Conde, Bahia. Parto do suposto de que essa trajetória é marcada pela busca por cidadania, que se manifesta através da luta pela terra, da realização de um "projeto camponês" (ligado a autonomia de vida, domínio do processo de trabalho e formação da família) e da luta por reconhecimento étnico. Buscarei aqui analisar a cidadania a partir das práticas dos sujeitos, ou melhor, das experiências coletivas nos inúmeros processos de mobilização, negociação e conflito vivenciados pela comunidade. Dessa forma, o objetivo é então o de perceber de que forma essas experiências coletivas são promotoras de uma identidade social, que no caso das comunidades quilombolas se traduz numa identidade étnica. A comunidade de Dom João é composta por cerca de 50 famílias, e está localizada numa região de mangue da zona rural do município de São Francisco do Conde, Bahia, distante 4 km da sede. Os quilombolas de Dom João contam que a área que ocupam hoje era anteriormente utilizada pelos ancestrais das suas famílias. Estes moravam e trabalhavam nas fazendas e usinas da região, e iam à atual região do quilombo para pescar, mariscar e plantar pequenas roças. Segundo a memória social dos moradores de Dom João, portanto, a área do quilombo era onde, ainda no tempo da escravidão, e mesmo após a abolição, os escravos, ex-escravos e seus descendentes buscavam formas autônomas de vida. Contar a trajetória da comunidade de Dom João é interessante porque vemos que esta foi uma comunidade que viveu as margens das riquezas produzidas pelos ciclos econômicos regionais (açúcar e petróleo), e que vivenciou uma série de ameaças quanto a posse do seu território, incluindo despejos forçados. Atualmente, a comunidade está em meio a uma intensa luta de reconhecimento da sua identidade étnica, bem como em defesa dos seus direitos territoriais, assegurados pela Constituição de 1988.

"Territorialidade, Saúde e Meio Ambiente: Conexões, Saberes e Práticas em Comunidades Quilombolas de Sergipe." - Roberto dos Santos Lacerda (UFSE). As comunidades quilombolas, muito mais que espaços de agrupamento de escravizados fugitivos, se constituíram, ao longo do tempo, como territórios de resistência e preservação dos valores, saberes e práticas da cultura afro-brasileira. A partir de uma cosmovisão includente, holística e integral, o cuidado com as pessoas e o meio ambiente foi determinante para a sobrevivência física e cultural das populações afrodescendentes frente ao sistema escravocrata, e ao racismo, estruturante da sociedade brasileira, e persistente até os dias atuais. Quando pretendemos discutir territórios quilombolas e saúde aparecem, intimamente imbricados, a percepção que a construção do território produz identidades e as identidades produzem territórios, sendo este processo produto de ações coletivas e recíprocas de sujeitos sociais. A abordagem ecossistêmica em saúde humana apresenta-se como possibilidade de construção teórico-prática das relações saúde e ambiente a partir, entre outros fatores, do estilo de vida de grupos populacionais específicos. Esse estudo tem o objetivo de analisar como

os saberes e práticas tradicionais de cuidado em saúde constroem territorialidades que contribuem para conservação ambiental em comunidades quilombolas. Com base no método Etnográfico, abordagem qualitativa e análise de dados a partir do Interacionismo Simbólico, foi realizada uma pesquisa de campo nas comunidades quilombolas Mocambo em Porto da Folha e Sítio Alto em Simão Dias. Entre os saberes e práticas que articulam saúde e meio ambiente, destacamos a utilização de plantas medicinais, as práticas de reza e benzedura, a conservação de sementes crioulas e as danças circulares samba de coco e dança de roda. Identificamos a territorialidade da resistência, a territorialidade do cuidado e a territorialidade da esperança como traços comuns às duas comunidades na conexão de saberes e práticas que articulam saúde e ambiente. Conclui-se que os princípios da abordagem ecossistêmica em saúde estão presentes nas comunidades quilombolas numa dinâmica vital integradora e complexa das relações saúde e ambiente, a qual tem contribuído para conservação ambiental e cultural dessas comunidades. As estratégias, valores e práticas encontradas que integram território, saúde e meio ambiente, apontam caminhos para a superação de problemas sanitários e ambientais que vivenciamos na atualidade. Para tanto, faz-se necessário reconhecer e valorizar a diversidade de concepções e a hierarquização de saberes promovendo a união e respeitando as diferenças, numa nova ordem, onde o cuidado é o princípio norteador das relações humanas com o meio ambiente.

"Território Velho Chico: A sustentabilidade dos quilombos a partir de seu processo de territorialização." - Valeria Porto dos Santos (Associação agroextrativista das Comunidades de Pau D'arco e Parateca). O Território Velho Chico (TVC) está localizado na região econômica do Médio São Francisco, Estado da Bahia. Acompanhando o leito do Rio São Francisco, limitando ao Norte com o Estado do Piauí, ao Leste com os territórios Irecê e Chapada Diamantina, ao Oeste com o território Bacia do Rio Corrente e Bacia do Rio Grande e ao Sul com o Estado de Minas Gerais. Geograficamente abrange uma área de 46.334,80 km² com a densidade de 8,2 hab/km². É nesse contexto geográfico que estão inseridas as 34 comunidades quilombolas do TVC, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Assim a civilização vai se dando e crescendo em torno da convivência e a forma de viver como essas pessoas vão ocupando espaço e fazendo valer sua existência. Os quilombolas buscam direitos que até então são básicos e essenciais ao bem estar não somente deles (as), mas de um conjunto de pessoas que formam famílias, comunidade e civilização popular num território de identidade. O ambiente natural oferece muitos dos elementos mais vitais para o bem-estar: aspectos físicos, emocionais e sociais. Claro, valores culturais e circunstâncias pessoais também afetam a felicidade; portanto, os elementos do bem-estar vão variar de pessoa para pessoa, de um lugar para outro e de cultura para cultura. Assim, as políticas públicas devem se concentrar em possibilitar o bem-estar geral, promovendo a liberdade, oferecendo capacidades para que as pessoas alcancem seu próprio bem-estar. A transformação vinda de uma luta de classes, para que a inserção de pessoas menos favorecidas seja eficaz e a verdadeira justiça social aconteça, é algo que precisa ainda ser feito, e a insatisfação deve vir a todo momento, porque ela que move tudo, se de repente todos se conformam com as possibilidades e oportunidades que vêm historicamente surgindo para uma parcela, enquanto a grande maioria vive de luta, jamais seria possível promover uma revolução social. Sendo assim, o referido trabalho trás elementos da organização territorial das comunidades quilombolas do Velho Chico, tendo como ponto de partida as historicidades e sua formalização ao longo da história, para se constituir enquanto organização formal. E assim, conseguir acessar as políticas públicas direcionadas ao bem estar e desenvolvimento sustentável com foco na nas cadeias produtivas existentes.

"A HISTÓRIA DO MEU CABELO": Uma análise dos sentidos do cabelo "natural" em narrativas na internet." - Marina Marques Tavares (UFMG). Este trabalho apresenta parte dos resultados de pesquisa realizada no Mestrado em Ciências Sociais. Nele abordei narrativas sobre cabelo na internet, no contexto das "Movimentações Contemporâneas em Torno da Valorização do Cabelo 'natural'", um fenômeno recente composto por diversas mulheres brasileiras que decidiram parar de usar alisamentos nos cabelos e utilizá-los no estilo natural. O principal meio de contato com as Movimentações é a internet, através de mídias sociais. Neste meio, são compartilhados discursos de valorização do cabelo "natural", além de técnicas para cuidados dos mesmos e reflexões diversas envolvendo corpo, cabelo e sociedade. O alisamento dos cabelos é um procedimento amplamente utilizado no Brasil, relacionado à representação negativa e socialmente desvalorizadas do cabelo crespo/cacheado. Nas Movimentações, ele ganha um novo valor simbólico, passa a ser valorizado. O objetivo do trabalho é compreender as mudanças de significado do cabelo e a reconfiguração identitária pela qual passam as mulheres que decidem parar de alisar. Para isso, foram analisados vídeos postados no Youtube intitulados "A História do Meu Cabelo", em que mulheres comuns relatam suas experiências com o próprio cabelo. Partiu-se do pressuposto do cabelo crespo como um símbolo de identidade negra e da raça como uma construção social com a qual os indivíduos interagem em suas elaborações identitárias e de que a valorização do cabelo "natural" diz respeito à manipulação dos sentidos simbólicos de negritude. Foram analisados oito vídeos produzidos por mulheres negras. A análise dos revelou que elas percebem suas experiências em três etapas, que nomeei como: Negação, Transição e Aceitação. A fase da negação ocorre na infância, com vivências dolorosas com os penteados e tranças nos cabelos, ridicularizações e xingamentos ao cabelo na escola e/ou família e a consequente percepção do mesmo como um problema e o início dos alisamentos. A fase da Transição ocorre quando decidem parar o alisamento e entram em um processo de revisão de suas histórias de vida, questionamentos e reconfiguração de seus valores, apoiadas nos discursos a que têm acesso na internet, que desnaturaliza a questão do cabelo, retirando dele o estigma e demonstrando a existência de representações sociais que desvalorizam o cabelo, mas que este na verdade não seria um problema. A materialidade do cabelo simboliza esta fase, pois ele possui as pontas alisadas e a raiz crespa/cacheada, não sendo mais um cabelo alisado, mas também não sendo ainda um cabelo "natural". Esta fase tem fim com o Big Chop um ritual de corte da parte alisada do cabelo que as leva a passar para a última fase, a Aceitação. Nesta fase, elas já utilizam o cabelo "natural" e finalizam seu processo de reconfiguração identitária.

Sessão Temática 10

Educação Básica e Experiências Emancipatórias na Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações -Étnico- Raciais

"Novembro Negro na EMUC: novas formas de se pensar os conteúdos, conhecimentos, saberes e práticas escolares a partir das africanidades." - Vanderleia Reis de Assis (UEMG). Mesmo após 15 anos de promulgação da lei 10.639/03, percebemos que as questões relacionadas à história e à cultura da África, à luta e resistência do povo negro no Brasil continuam em desvantagem nos conteúdos e atividades curriculares. Trava-se ainda uma grande disputa nesse campo diante do discurso eurocêntrico que marca o currículo da Educação Básica, dificultando a construção da identidade negra de nossos (as) estudantes. O presente trabalho é um relato de experiência de uma das intervenções pedagógicas que ocorre no projeto Africanidades, desenvolvido na Escola Municipal União Comunitária, em Belo Horizonte, MG. Essa intervenção pedagógica recebe o nome de Novembro Negro e funciona como uma atividade de conclusão anual do projeto maior, o Africanidades, que ocorre durante todo o ano letivo. Desenvolvido com estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, o Novembro Negro é um projeto interdisciplinar que teve início em 2014. O referencial teórico que sustenta esse trabalho está no campo da teoria crítica e pós- crítica, por acreditar que as disputas que temos travado no que diz respeito às relações étnico-raciais, estão diretamente ligadas ao racismo, às construções históricas marcadas pelas desigualdades sociais e econômicas, diz ainda sobre o currículo e as relações de poder, identidades e opressões. Entre os(as) teóricos(as) destaco Nilma Lino Gomes, Boa Ventura Souza Santos, Kabengele Munanga, Marilena Chaui e Thomaz Tadeu da Silva. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, nos valendo de fontes biográficas, bibliográficas, iconográficas, audiovisuais e entrevistas narrativas. O desenvolvimento tem início no primeiro dia do mês, abertura oficial em homenagem aos nossos (as) heróis e heroínas negros (as) e apresentação do cronograma de atividades. No decorrer do mês temos debates, sessão de cinema comentado, palestras (mídia, racismo, protagonismo juvenil, colorismo e empoderamento do povo negro), música, teatro, vídeos documentários, campeonato de soletração com palavras de origem africanas e indígenas, oficinas de Bonecas Abayomi, máscaras africanas, tranças, turbantes e cabelo afro. Nos resultados podemos destacar o avanço na ressignificação das relações étnico-raciais, com a inclusão no currículo da presença de grupos até então invisibilizados e a ampliação da experiência social da escola pública fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas. Quando vemos nossos estudantes assumindo o cabelo afro ou crespo ou numa roda de conversa questionando frases como "lista negra" ou cobrando respeito às religiões de matrizes africanas, percebemos que estamos no caminho certo.

"A África é logo ali!: vivências, avanços e desafios para a implementação da Lei 10.639/03 em sala de aula." - Luana Diana dos Santos (UFOP). A superação do racismo é apontada como um dos principais desafios da contemporaneidade. Como parte integrante da sociedade, cabe à escola fazer frente às práticas e atitudes que oprimem, desqualificam e violentam os/as afro-brasileiros. conforme determina as Diretrizes Curriculares para a Educação das RelaçÕes Étnico-raciais (BRASIL, 2004). Guiada por uma pedagogia engajada (Keisha-Kan Y. Perry, 2006; hooks, 2013), o presente artigo busca apresentar as práticas adotadas em uma escola localizada no município de Vespasiano, Minas Gerais, visando promover entre as alunas e os alunos do 6º ano do ensino fundamental o conhecimento da História e da Cultura africana, como também possibilitar a elevação da autoestima, sobretudo, dos/as entre os/as estudantes negros/as. Desse modo, a elaboração do presente artigo se deu a partir dos relatos e das atividades realizadas pelos alunos e alunas com idade entre 11 e 13 anos matriculados em turmas do 6º da referida escola. Ao longo de dois meses, foram realizadas práticas pedagógicas que tinham como objetivo provocar reflexões a respeito das contribuições dos povos africanos para a humanidade, além de desconstruir os estereótipos sistematicamente difundidos a respeito do continente. Como aporte teórico, tomei de empréstimo o pensamento da intelectuais negra norte-americana bell hooks (2013), que com suas "pedagogias revolucionárias de resistência",nos encoraja a fazer da educação um ato político, essencial para a superação e para o enfrentamento de todas as formas de opressão que permeiam a sociedade na qual estamos inseridos. Hooks (2013, p. 275) lembra ainda que com todas as dificuldades e limitações, a sala de aula ainda é um ambiente de múltiplas possibilidades. Autores como KI-ZERBO (2010), Munanga (2015), Gomes (2007) e Silva (2007) nos possibilitaram re-pensar o continente africano e a importância de seu estudo em sala de aula como um caminho para a democratização do saberes difundidos pela escola, ainda balizados sobremaneira pelo pensamento europeu e estadunidense. Após dois meses de atividades, percebemos uma mudança nas falas dos/as estudantes em relação à África, antes completamente contaminadas pelas imagens veiculadas na mídia que atribui ao território africano quase sempre somente imagens negativas.

"A construção da identidade: Um estudo dialógico discursivo sobre o que é ser negro na voz do aluno da EJA municipal na região sul do RS." - Éverton Rogério Da Silva Corrêa (UFSC). Este trabalho teve como objetivo verificar como estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos),da cidade litorânea de Rio Grande, na região Sul do Rio Grande do Sul, identificam-se etnicamente, assim como identificam a seus pais. Intentou-se por meio desse instrumento de pesquisa averiguar os estigmas existentes sobre o negro nos discursos proferidos pelos alunos. A problematização do assunto viabilizou-se por meio de um Produto Pedagógico de Intervenção, no formato de Projeto Pedagógico intitulado: Rediscutindo a Identidade Negra. Através do Produto Pedagógico foram desenvolvidas as atividades: África, que lugar é esse? O que eu penso sobre esse continente? Problematizando concepções; Conhecendo um pouco da África e da história do afro-brasileiro; As faces do preconceito; Ritos de matriz africana, isso é religião? Racismo existe no Brasil? Encerrando com o Seminário "Desvelando a voz da negritude, cumprindo com o exarado pela Lei 10.639/2003, isto é, o estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira, reconhecendo as contribuições do povo

negro para a formação social de nosso país. Para tanto, buscou-se apoio teórico em Bakhtin (2006), fundamentando os conceitos de alteridade e dialogismo como pressupostos importantes na constituição do sujeito. Foucault (1972), Freire (2011), Munanga (2005), Garcia (2007), Oliveira (2003) e Silva (2011). Os referidos autores possibilitaram estabelecer discussões a respeito de como as identidades sociais são construídas. Refletiu-se de maneira dialógica sobre as classes sociais, na concepção do materialismo histórico, bem como analisou-se as políticas públicas de ações afirmativas. Com a realização da pesquisa foi percebido que muitos dos estudantes tentaram apagar os traços negros de suas identidades. Confirmaram-se os estudos realizados por D`Adesky (2001), pois as respostas apresentadas pelos alunos denotaram a vontade de não ser negro, a vontade de ser branco, o não querer parecer-se negro, e a vontade de parecer-se branco. Na realização deste estudo, ao conversar sobre a África com os alunos participantes da pesquisa, num primeiro instante, apresentando a eles o questionário socioeconômico, foi possível perceber, como mostram os dados anteriores, que, para a maioria dos estudantes, associar-se, identificar-se como negro seria algo negativo. Muitos deles tentaram, ao responder a pesquisa, apagar os traços negros de suas identidades, tendo em vista o que significa ou significou ser negro no Brasil durante séculos. Os jovens disseram-se brancos, embora com características nitidamente negras; denominaram-se mulatos e até pardos, demonstrando claramente a tentativa de apagamento de suas características negras.

"A Educação das Relações Étnico-Raciais Através de um Aplicativo de Interação Social para a Autoidentificação." - Cristiane Silva de Meireles Cardoso (UFSB), Francisco Antonio Nunes Neto (IHACPF). As particularidades e singularidades identitárias presentes na escola devem ser alvo de um olhar mais atento por parte dos educadores. Conviver com a diferença e promover a condição de igualdade entre os povos, combatendo a discriminação e o preconceito devem ser estruturantes dos princípios e dos fundamentos de todo e qualquer Projeto Político Pedagógico (PPP) assim como das práticas docentes em seus fazeres educacionais das/nas instituições escolares de quaisquer níveis ou modalidades, pública ou privada, uma vez que, em atenção à Lei maior – a Carta Constitucional de 1988 – preconiza-se a condição de igualdade entre todos os cidadãos em seus direitos e deveres. Este estudo parte também do entendimento e em consonância com as determinações legais e alterações a que foi submetida à Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e que originou as leis 10.639/03 e 11.645/08 que instituem e obrigatorizam a introdução do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em seus processos civilizatórios. Dessa maneira, como instrumento para a implementação dessas leis e, consequentemente, a promoção da superação das práticas racistas assim como as diversas formas de preconceito presentes nas instituições escolares e em demais espaços de convivência sociocultural, acreditamos na tecnologia digital como recurso inovador, potente e como vetor através do qual podemos contribuir para a promoção da inclusão e para o convívio com as diferenças, em um contexto histórico já tão marcadamente atravessado pela tecnologia enquanto um tipo de linguagem. Neste sentido, como produto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação nas Relações Étnico-Raciais pela UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia, apresentamos o EducaEthos, aplicativo para a interação educacional, que visa, a um só tempo, contribuir através de um formato inovador para a promoção da reeducação das relações de sociabilidades culturais em uma cidade do Extremo Sul da Bahia, com vistas, para além do diagnóstico, sensibilizar para uma apropriada convivência pautada nas relações étnico-raciais dentro e fora dos espaços escolares. Em uma tentativa de síntese, intentamos através da criação e utilização do aplicativo EducaEthos contribuir, a um só tempo, nos processos de identificação, construção e fortalecimento identitário, de tal maneira que possamos minimizar os impactos do racismo e ao mesmo tempo reeducação socioculturalmente as relações étnico-raciais.

"A formação docente em africanidades e relações étnico-raciais: reflexões sobre uma ação formativa com educadoras de creches da Região Metropolitana de Campinas-SP." - Márcia Lúcia Anacleto de Souza (Prefeitura Municipal de Campinas). Este trabalho apresenta uma proposta de formação de professores para a implementação das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Trata-se de um curso de formação continuada realizado entre os meses de maio e dezembro de 2017 para vinte educadoras de creches municipais da Região Metropolitana de Campinas-SP. O objetivo do curso foi articular reflexões sobre o cotidiano da educação de crianças de 0 a 3 anos, a valorização da identidade negra e a superação das desigualdades raciais, desde a creche, considerando o desafio da desconstrução de mentalidades educativas (VIEIRA, 1995) arraigadas no mito da democracia racial, na ausência/presença de preconceito racial na sociedade brasileira e na educação formal, e na concepção de que as crianças pequenas não percebem a diferença e, por isso, a temática seria desnecessária. Pautada nos estudos da infância, da educação infantil e das relações étnico-raciais, diálogo com pesquisas que interseccionam infância e relações étnico-raciais, o protagonismo infantil na produção de significados para as relações sociais, dentre elas, as relações entre brancos e negros. A partir da compreensão da especificidade da educação em creches – marcada pela indissociabilidade entre o cuidar e o educar –, e da importância de espaços e tempos educativos que reflitam intencionalidades pedagógicas de superação das desigualdades raciais, o curso foi estruturado em dois momentos: o primeiro, de estudos e reflexões sobre os significados do racismo brasileiro, que alcança o cotidiano das creches por meio do afeto/desafeto, da inscrição de estereótipos pejorativos e racistas aos corpos das crianças negras, e de projetos pedagógicos que reproduzem imagens e narrativas eurocêntricas e monoculturais; e o segundo, com oficinas abordando africanidades (GONÇALVES E SILVA, 2005) e produção de materialidades com foco na temática africana e afro-brasileira (tecelagem e pintura, contação de histórias e contos africanos, brincadeiras e brinquedos). O curso buscou inserir as educadoras em processos de reflexão sobre a temática étnico-racial, e evidenciou as diferentes estratégias possíveis para produzir o ato de falar sobre (GOMES, 2012) história e cultura negra na Educação Infantil, considerando a existência de um longo caminho para que os ditames do artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sejam estruturantes dos currículos das escolas brasileiras.

"A influência da religião nas creches e pré escolas municipais em Campos dos Goytacazes e no artigo 26-A da LDB 9394/96 UMA DISCUSSÃO SOBRE LAICIDADE VERSUS CONFESSIONALISMO." - Ingrid Santana Oliveira (UENF). O presente trabalho é oriundo do projeto de pesquisa de extensão universitária intitulado como: "A Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena na Escola: Análise da Aplicação do Art. 26-A da LDB 9394/96 nos estabelecimentos da Educação Infantil em Campos dos Goytacazes", tendo como objetivo geral a análise da implementação do artigo que tem como obrigatório o ensino da cultura africana e indígena nas

instituições de ensino da Educação Infantil, direcionado às creches e às pré-escolas da cidade. Alguns dos nossos objetivos específicos consistem em, mapear os estabelecimentos de ensino municipal ofertantes da Educação Infantil; conhecer quais são as práticas pedagógicas direcionadas ao seu público-alvo; analisar se e como, suas ações e os materiais didáticos utilizados em sala de aula, estão devidamente relacionados com as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.Para responder as questões propostas nesta pesquisa, propomos a utilização da abordagem qualitativa por entender que ela privilegia a interpretação dos fenômenos sociais ao invés de explicações em termos da relação causa e efeito (MONTEIRO, 1998). Diante disso, a proposta do trabalho consiste em analisar como a perspectiva religiosa causa um impacto direto nos estabelecimentos de ensino, e torna um espaço que deveria ser democrático, num ambiente de visão singular, esses fatores interferem na aplicação da Lei 26-A , que tem como proposta principal , o pluralismo cultural na escola. Como resultado parcial, obtivemos o número total de 100 (cem) entrevistados. Sendo eles: diretores/as, vice-diretores/as, funcionários/as, professores/as e coordenação pedagógica. Iniciamos a tabulação dos questionários de funcionários/as e estamos com 53 (cinquenta e três) questionários já analisados. Com essa análise, já percebemos que as escolas não trabalham a temática afro-brasileira e indígena. Muitos/as entrevistados/as se interessam em aprender, já que na escola que atuam não são oferecidos cursos de formação sobre a temática nem outros materiais que poderiam lhes auxiliar no desenvolvimento de suas atividades cotidianas. A partir das entrevistas realizadas, estamos neste momento, no processo de tabulação dos dados.

"Abolição dos Escravos: O que a história de Chico Rei tem a ver com isso?" - Carolline Ferreira Sotero de Oliveira (Prefeitura do Rio de Janeiro). A lei 11.645/08, torna obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira, africanas e indígenas na educação básica. A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma breve análise do caderno pedagógico oferecido pela prefeitura do Rio de Janeiro como substituição do livro didático para as turmas do ensino fundamental, especificamente relacionado ao 2° Ano da alfabetização; trazer como proposta didático-pedagógica a leitura do livro de literatura infantil: A História de Chico Rei de Beatrice Tanaka; e observar as falas das crianças ao experimentar a leitura e suas visões sobre o negro no Brasil no período abolicionista. Através da metodologia pesquisa-ação busquei intervir no debate com a leitura por capítulos do livro, além da realização do reconto da história e roda de conversas. A última etapa parte de uma escuta atenta às falas das crianças que apontaram para alguns caminhos possíveis de futuras intervenções acerca da temática através de suas experiências (SANTOS, 2015). É importante ressaltar que o material oferecido pela Prefeitura do Rio de Janeiro não dialoga com a lei 11.645/08, com a representatividade da história dos negros no Brasil. A intenção da proposta se inicia em uma conversa com a turma sobre o dia 13 de maio em que é comemorado o dia da abolição da escravatura, como o material didático oferecido não faz menção ao dia, busquei alternativa a leitura da história de Chico-rei para voltarmos a um passado em Vila Rica/ MG, onde um escravo, que era Rei na África teve a ideia de libertar seu povo comprando carta de alforria. Ir à "contramão" da história para elucidar a importância da luta política dos negros nesse período histórico é trazer protagonismo e descortinar todo embasamento intelectual colonizador que nos foi imposto durante todo nosso período escolar. Nesse contexto, descolonizar os currículos escolares, sobretudo pensamentos e ações em sala de aula destitui os poderes arraigados em nossa sociedade racista e contribui para o desenvolvimento do olhar crítico aos aprendizes e contempla suas demandas de identidade e pertencimento (GOMES, 2012). As crianças trazem nas suas falas experiências de dores, alegrias e reproduções interpretativas da história contada nas brincadeiras. Nesse campo de observação é possível perceber o quanto é urgente estudo sobre descolonização para avanços da implementação da lei 11.645/08.

"Afrocênica- um mergulho no universo africano." - Mayra Alves de Oliveira (UNIRIO). As culturas africana e afro-brasileira são terrenos altamente produtivos para várias áreas do conhecimento. No que se refere ao universo da Arte suas influências são bastante presentes e expressivas. Contudo, persiste uma distância entre o Teatro e o universo africano, caracterizado muitas vezes sob a ótica do "exótico" que, consequentemente, produz representações preconceituosas da rica mitologia das tradições africanas e afro-brasileiras. A pedagogia teatral atua no exercício e consciência do corpo, enquanto elemento espacial, reflexivo, interativo e relacional. Dessa maneira, para a formação de alunos inseridos na diversidade e diante do importante papel da arte no desenvolvimento de suas habilidades, mostra-se como uma urgência a valorização das culturas africana e afro-brasileira que dialogam em vários aspectos com a cultura e o fazer teatral, por serem ambos essencialmente coletivos. O presente estudo busca refletir sobre o currículo de Artes Cênicas no que se refere à lei 10639/03. Ao partir do pressuposto de que é preciso compreender, por meio das atividades investigativas do ensino de Artes Cênicas nas salas de aula, como os educandos dos anos finais do ensino fundamental das escolas públicas municipais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, concebem, elaboram e desenvolvem a inclusão dos elementos referentes à cultura africana e afro-brasileira, esta pesquisa, pretende explorar tanto a literatura relativa ao campo do currículo quanto às questões histórico-culturais referentes às matrizes africanas, de modo a sublinhar o ensino das Artes Cênicas na sala de aula. Realizada no decorrer das aulas de Teatro da escola municipal Gov. Carlos Lacerda, esta pesquisa tem como base teórica a metodológica obras de autores como Nei Lopes, Bell Hooks, Frantz Fanon, Leila Maria Hernandez, Pierre Bourdie, Narciso Telles e tem revelado a enorme importância da inclusão, consistente, dos saberes africanos a afro-brasileiros no currículo das Artes Cênicas.

"Afrocentricidade, Educação e Estudos Africana: Os princípios gerais para um currículo Afrocentrado." - Jefferson Santos Ramos da Silva (UFSCar). Toma-se como pressuposto neste trabalho que, embora exista a Lei nº 10.639/2003, a mesma encontra-se em estágio embrionário (PASSOS; RODRIGUES; CRUZ, 2016). Desta forma ressalta-se que as Instituições de Ensino Superior têm apreendido poucos esforços no sentido de efetivarem uma lei federal, ou de efetivarem uma luta concreta contra o racismo. Tal fato se torna ainda mais crasso quando pensamos nas instituições da Lei nº 12.288/2010 e da Lei nº 12.711/2012; tendo com uma das consequências, o enfrentamento da população negra, especificamente, com ambientes universitários onde adentram e não se reconhecem naquilo que lhes é ensinado nas salas de aulas, ou em conflitos e tensões ocasionadas pelas resistências dos corpos negros à ideologia da cor e do corpo

do brasileiro (GOMES, 2017). Diante desse cenário, partimos de tal questão fundamental: Como o paradigma da Afrocentricidade pode ajudar em uma re-ori-ontologização dentro do pensar/praticar e construir currículos? Assim, este trabalho tem como principais objetivos e etapas: a) Compreender como se construiu a educação do negro no Brasil (DÁVILA, 2006; RODRIGUES, 2005; CRUZ, 2010); b) Realizar estudos teóricos para a compreensão do currículo colonizado, colonizador e conteudista da educação brasileira (GOMES, 2012); c) Levantar, no plano teórico, os alcances e os limites do paradigma da Afrocentricidade como novo referencial da subjetivação (CASTIANO, 2010) dentro do pensar/praticar e construir currículo. Carregando influências de minha caminhada, utilizo nessa pesquisa referenciais que possibilitam a minha especialização no paradigma da Afrocentricidade, tais como Molefi Kete Asante (1991; 2009; 2014 [1980]; 2016; 2017), Ama Mazama (2009), Ergimino Mucale (2013), Renato Noguera Junior (2010), Ricardo Benedicto (2016), Mwalimu Shujaa (1995) e Asa Hilliard III (2002) dentre outros; paradigma este que sustenta o predomínio e a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanas, concretizando-se no posicionamento do povo africano (diaspóricos e continental) no centro de quaisquer análises dos fenômenos africanos. Exemplo, se encontra na condução de estudos sobre a educação no Antigo Kemet, buscando novos paradigmas para se pensar tal área, afirmando e estabelecendo a existência de tradição africana antiga no campo do educar. Destarte, apresenta-se como última justificativa desse trabalho, a tentativa de levantar análises que possibilitem o desmantelamento do privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos; pois os primeiros têm gerado estruturas e instituições, que produzem racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outras epistemologias, cosmogonias, cosmologias, estéticas, axiologias e ontologias. (GROSFOQUEL, 2016).

"Avaliação de Implementação da Lei 10.639/03 em Uma Escola Pública de Ensino Médio e Técnica do Município de Batatais." - Elaine Ap. Mani (Secretaria da Educação do Estado de SP). O presente trabalho tem como intuito apresentar os resultados de uma pesquisa de Mestrado acerca da implementação de uma lei educacional, a Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), nos artigos 26A e 79B, e incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros em todo o sistema de ensino básico do país em uma escola pública de Ensino Médio e Técnica do interior de São Paulo. Trata-se de uma lei voltada para a afirmação da diversidade e para a educação das relações étnico-raciais na escola. Sendo assim, este tema insere-se na área de análises de implementação de Políticas Públicas Educacionais. A questão que nos motivou a empreender uma pesquisa sobre esta temática consistiu em saber se, após quinze anos da sanção desta Lei, as escolas estavam aplicando-a e traduzindo-a em práticas pedagógicas efetivas. Portanto, o objetivo geral que norteou esta pesquisa consistiu em analisar o grau de implementação e enraizamento da Lei 10.639/03, a partir de práticas pedagógicas realizadas na escola selecionada, assim como identificar as principais dificuldades e os desafios encontrados pelos professores e gestores para a sua implementação. Caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa por pretender verificar o grau de implementação e o enraizamento de uma política pública educacional através de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Os dados foram coletados através dos documentos escolares: Plano Plurianual de Gestão, Projeto Político-Pedagógico; Planos de Trabalho, diários de classe e Proposta de Currículo por Competência para o Ensino Médio do Centro Paula Souza (2012); de observação e registro em diário de campo e registro fotográfico; de entrevistas semiestruturadas com os professores e com a equipe gestora e grupo de discussão com alunos do Ensino Médio. À luz da análise sobre as dificuldades de implementação adquiridas deu-se a construção de uma proposta de intervenção que pudesse servir de modelo de ação para a escola avaliada e para as demais escolas que ainda não conseguiram implementar a Lei 10.639/03 ou que a implementam com dificuldade.

"Caminhos da liberdade: (auto) biografias de escravizados e ensino de história." - Alexandra Lima da Silva (UERJ). Este trabalho procura indicar a importância do uso de autobiografias de escravizados no ensino de História, para o qual a compreensão da dimensão educativa das biografias não é novidade. Desde finais do século XIX, livros didáticos de História do Brasil exploram as histórias de vida de personagens considerados célebres, no sentido de fomentar a consciência de nação a partir da exemplaridade dos feitos e fatos dos ditos grandes homens. O processo de renovação da historiografia vem promovendo mudanças, principalmente no entendimento dos escravizados como sujeitos ativos e complexos, dotados de culturas, experiências e saberes. O presente artigo defende que as autobiografias são um caminho para a compreensão dos escravizados como protagonistas e sujeitos da própria história, na luta pela liberdade e pela igualdade.

"Capoeira como difusora da língua portuguesa e fomento de aprendizagem nos códigos e linguagens com valores civilizatórios em uma roupagem científica." - Denilson Fiuza (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte). O saber popular e o saber científico de acordo com as vivências do profissional empírico quanto ao chão da sala de aula, é uma epistemologia a ser fomentada em etapas e limites do conhecimento humano, e o sujeito deve ser indagado no processo cognitivo como um todo. A capoeira adentra o ambiente escolar com uma função social, trabalhar os valores civilizatórios na construção da emancipação do indivíduo em sua integralidade com reflexões acercas dos saberes das Culturas Africana e Afro Brasileira. Neste sentido. Por meio deste relato de experiência com a Educação de alunos e alunas em oficinas pedagógicas realizadas no Polo de Educação Integral de Belo Horizonte/MG, pretende–se discutir as possibilidades que a Capoeira pode proporcionar enquanto conhecimento e desenvolvimento corporal, cognitivo, sociocultural, afetivo e emocional. A capoeira desponta-se enquanto jogo, dança e luta, mas principalmente enquanto valores civilizatórios afro-brasileiros, tais como a circularidade, a oralidade, a energia vital, a musicalidade, a ludicidade, a memória, a ancestralidade, o cooperativismo/comunitarismo, a corporeidade e a religiosidade na formação do sujeito agregado na escolarização. O sujeito vivencia de maneira integral levando para escola saberes obtidos da sua comunidade sendo compartilhados pelo corpo docente da escola. Destarte, por meio deste tirocínio, intenta se compartilhar saberes em prol da implementação da lei 10.639/03 a partir dos valores civilizatórios intrínsecos à capoeira integrando as áreas de conhecimento componentes dos códigos de linguagens do currículo escolar do Pólo de Educação Integral-POEINT. Estimular e desenvolver a capacidade cognitiva do educando(a) através da musicalização e da capoeira, identificando palavras do saber popular em letras de música e o seu significado para que possam compreender sua etimologia e transversalizar para o saber científico, contribuindo assim com educando/a nas

suas fases de escolarização, resgatando e valorizando o saber popular e a cultura originária de matriz africana, interligando os saberes com a Língua Portuguesa e demais áreas do conhecimento. Capoeira corrobora na compreensão dos direitos humanos no que tange a valorização de todos (as) os (as) alunos(as) em suas especificidades características, acrisolando-se a Escola . Os Valores Civilizatórios em interface à Educação permeia-se, uma vez que, só é possível o desenvolvimento dos mesmos com o outro, pelo o outro e em favor do outro. Respeitando a história de cada um e cada uma. Histórias diversas que muitas vezes são apagadas pelas várias formas de preconceito.

"Educação para as relações étnico-raciais: saberes e práticas docente." - Claudete de Sousa Nogueira (UNESP). O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa A pesquisa intitulada " O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental: narrativas de professores sobre as práticas pedagógicas que envolvem a temática da diversidade étnico-cultural" que teve por objetivo refletir sobre as concepções e práticas pedagógicas dos docentes que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental ao desenvolver atividades relacionadas a temática da diversidade étnico-cultural. A perspectiva intercultural crítica, referência teórica da referida pesquisa, fundamenta-se em reconhecer que a sensibilização intercultural não pode ser concebida de forma dissociada da realidade do cotidiano docente, de suas representações e de seu saber. Recorreu-se assim, aos estudos que enfatizam a importância de se compreender os saberes mobilizados pelos professores em seu cotidiano escolar para conduzir sua prática docente, permeada por representações construídas no dia-a-dia. A pesquisa comportou duas etapas investigativas: a primeira, desenvolvida a partir de roda de conversas e a segunda etapa correspondeu à coleta de narrativas orais dos professores com o intuito de apreender o universo de sua prática e sua relação com a temática. De maneira geral, a atividade com rodas de conversa desenvolvida com os docentes e a coordenadora Pedagógica revelou algumas concepções como a permanência do mito da democracia racial onde os professores tendem a negar a existência de conflito na sociedade e na escola, em nome de uma indefinição na identidade do povo brasileiro ou de uma mistura bastante pacífica. A pesquisa revelou também que há uma preocupação entre os docentes em se preparar para compreender a complexidade das interações humanas existentes na sociedade e consideram urgente a necessidade de conhecer e entender às novas demandas de discussões no campo da educação. Os depoimentos dos professores vêm confirmar o fato de que há uma ausência de conteúdos curriculares nos cursos de graduação que possibilitem a esses profissionais aprofundar seus saberes nessa temática. As conversas com as participantes desta pesquisa corroboram para a constatação acerca do papel da escola na construção da identidade e no combate aos preconceitos e discriminações. Para que esse combate seja efetivo, faz-se necessário que os professores reflitam sobre a diversidade existente no espaço escolar, além de conhecer a história e a cultura desses diferentes grupos. Compreende-se o quanto a formação permanente, revela-se como uma necessidade na experiência docente, principalmente quando se trata de um ensino de qualidade, que contribua para as mudança no modo de pensar e agir e que incentive e ajude a promover o respeito às diferenças étnico culturais.

"Educação para relações étnico-raciais: a aplicabilidade da lei 11645/2008 nas comunidades quilombolas de Abaetetuba - PA - Deusa Maria de Sousa (UFPA). Historicamente nosso modelo de educação está voltado para o mundo europeu, ou seja, reproduz ideologicamente processos históricos que possuem o continente europeu como ponto de partida; o colonizador, possuidor da civilização, da religião, e legítimo explorador das demais realidades. O mundo europeu é visto como o objetivo a se alcançar, o ideal do humano. Essa realidade é notável no que diz respeito ao ensino de História e demais disciplinas da área de Ciências Humanas. Perpetua-se a imagem-espelho do colonizador no discurso histórico, afirmando-se assim uma história eurocêntrica. Contudo, esse processo de europeização afirma-se mediante exclusão de grupos sociais e étnicos que foram, e ainda o são, resistentes às diferentes formas de opressão que lhes foi imposta. A relativa exclusão de negros nos conteúdos escolares implica em problemas acerca de identidade e autoafirmação em um país onde maioria absoluta da população é de descendentes de africanos da diáspora. Essa comunicação busca discutir sobre a aplicabilidade da lei 11545/2008 em escolas de uma comunidade quilombola do município de Abaetetuba, estado do Pará.

"Elaboração de identidades negras nas séries iniciais do Ensino Fundamental: um estudo sobre o Projeto EntreLivros, em uma escola Municipal do Rio de Janeiro." - Heloise da Costa Silva (CEFET/RJ). O presente trabalho realiza um estudo a partir do desenvolvimento do Projeto EntreLivros, que visa levar discussões a respeito da(s) cultura(s) negra(s) e afro-brasileiras às escolas. O projeto é realizado em uma escola pública da Rede Municipal de ensino do Rio de Janeiro, localizada na favela Vila Cruzeiro, no Bairro da Penha, Zona Norte da cidade. O Projeto EntreLivros surgiu da necessidade de ocupação da sala de leitura da escola. Inicialmente, tratava-se de iniciativa que visava a promoção de leitura e a realização de atividades de letramento. Com o desenvolvimento dos encontros e questionamentos a respeito da questão racial, notou-se, a partir da fala dos alunos, que a identificação com a raça negra se dava de forma bastante negativa e sempre pejorativa, tanto com relação à estética, quanto à origem, cultura etc. A partir de então, seu escopo foi alterado, passando a priorizar questões relacionadas às relações étnico-raciais, a fim de que se pudesse contribuir, de alguma maneira, nos processos de identificação racial, tanto dos alunos negros quanto dos não negros. A partir deste cenário surge a pesquisa, que visa observar como os processos de elaboração de identidades das crianças negras pertencentes a este ciclo ocorrem. Pretende-se, ainda, verificar se a existência de iniciativas como o EntreLivros pode contribuir para a construção de uma imagem positivada do negro, levando em consideração o contexto escolar em que estão inseridos. A pesquisa baseia-se nas discussões acerca de identidades, levantadas por MUNANGA (1994) e HALL (2006), entendendo-as como construção relacional e sua relação com a infância e a escola (ZIVIANNI, 2003 e GOMES, 2017; 2003). Além disso, discute a categoria de Letramento Racial Crítico (FERREIRA, 2015), o qual se caracteriza pela formulação de processos que possibilitem o entendimento da raça como o aspecto que subjaz as relações sociopolíticas, econômicas e educacionais. A abordagem utilizada caracteriza-se multimétodo, mais precisamente, a Triangulação Metodológica (OLIVEIRA, 2003), que une métodos qualitativos e quantitativos para a validação, análise e confirmação de dados, buscando uma complementariedade das informações. A pesquisa encontra-se em fase de entrada no campo e coleta de dados e informações, que serão analisados a posteriori, após período estabelecido para escuta e videogravação das oficinas do projeto.

"Ensino de História e culturas afrobrasileiras e africanas: práticas de uma escola de Educação Infantil." - Simone dos Santos Pereira (USP). Toda e qualquer instituição, seja ela pública ou privada, produz e reproduz discursos subjetivando aquelas/ es que nelas estão inseridas/ os. São discursos hegemônicos que classificam e hierarquizam pessoas, ideias, práticas, etc, causando diversas formas de desigualdade. Nesse sentido, questionamos se a instituição escola legitima ou rejeita essas escalas de autoridade e de poder de raça, etnia, gênero, classe, região, entre outras. Quais histórias e culturas estão sendo ensinadas e problematizadas nas escolas da Educação Básica? Seus currículos (re)produzem diferenças e desigualdades? Produtos de um discurso oficial etnocêntrico, as/ os africanas/ os e as/ os indígenas foram, por muito tempo, denominadas/ os inferiores, selvagens, incultos, subalternos, etc, (re)afirmando e realçando os processos de exclusão na sociedade e na história do Brasil. As Leis 10.639/03 e 11.645/08 foram criadas de modo a garantir o ensino da história e da cultura dos grupos étnicos que constituíram a formação da população brasileira. Essa pesquisa foi realizada a partir de uma etnografia, com observação participante, em uma escola municipal de Educação Infantil (EMEI) localizada na periferia da cidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa foi desvelar práticas pedagógicas decoloniais e antirracistas, ações inovadoras que ressaltam o protagonismo e a autonomia infantil assim como o respeito à diversidade. As atrizes e atores dessa instituição mobilizam, no centro de seu projeto político-pedagógico, questões africanas, afrobrasileiras e indígenas para confrontar os discursos únicos. A proposta das atrizes dessa escola é (re)significar equânime e positivamente os distintos de tipos de corpos, de ser e de estar na sociedade. Apresentaremos, nesta comunicação, as práticas relacionadas às matrizes africanas e afro-brasileiras. As observações, ao longo do ano de 2017, trazem à baila múltiplas formas de ensinar e mobilizar esses conhecimentos que incluem: literatura infantil, artes, degustação de comidas, estudos de diferentes etnias africanas, rodas de conversas com nativos africanos e indígenas, entre outras. Analisaremos, assim, (re)escritas e (re)leituras das culturas e das histórias dos povos africanos e afrobrasileiros realizadas pelos sujeitos dessa comunidade escolar. Diante de séculos de um discurso colonizador, e dito homogêneo, concluímos que é necessário e urgente a (re)significação dessas narrativas emancipando os povos e culturas que fizeram parte da formação do país para promover, no presente e no futuro, uma sociedade mais justa, em que a diferença e a igualdade caminhem juntas.

"Experiências Com o Cinema na Escola – Curta na Sexta- Encontros com a Diversidade ; Imagens para pensar e refletir sobre as relações étnico raciais." - Luciana de Souza Matias (UFMG). Este será um relato de minha Prática Pedagógica referente ao Projeto Experiência com o Cinema na Escola – Curta na Sexta- Encontros com a Diversidade , que tem sido realizado desde 2014 na Escola Municipal Otacir Nunes dos Santos, localizada na regional Sede de Contagem e a partir de 2016, na Escola Municipal Professora Maria Mazarello, localizada na região Nordeste de Belo Horizonte. O mesmo tem como objetivo, implementar a lei 13.006/2014, sancionada pela Presidenta da República Dilma Rouseff que determina a exibição mensal mínima de duas horas de cinema brasileiro nas escolas. Neste sentido, a partir da educação do olhar, através de mostras de filmes de curta metragem, relacionadas à diversidade e ao universo particular dos meninos e das meninas, estudantes do segundo ciclo, das Escolas Municipais em que trabalho, promova –se discussões, reflexões e atividades relacionadas à linguagem cinematográfica e audiovisual e à educação das relações étnico raciais. Pretendeu- se portanto, aproximar os participantes da experiência do cinema como manifestação artística e prática sensível de reflexão sobre as temáticas concernentes aos direitos humanos. A criação de um cineclube na escola é a possibilidade de fomentar o espaço do dialógico, sobre temáticas já mencionadas e claro, sobre os aspectos que abarcam a sétima arte. Neste sentido, o Projeto Experiência com o Cinema na Escola – Curta na Sexta- Encontros com a Diversidade foi pensado, para que, a partir da exibição de curtas metragens preferencialmente nacionais, se faça reflexões no âmbito estético, cinematográfico, e diversidade sociocultural, contribuindo pedagogicamente de forma potente sobre formas de implementar as leis 10639/03 que altera a lei de Diretrizes e Base 9394/96, em que torna obrigatório a história da arte e cultura africana e afro- brasileira e a lei 11.645/08 que de forma complementar altera mais uma vez a LDB garantindo o conhecimento e ensino da Cultura indígena no currículo escolar. A relevância dessa proposta pedagógica, se dá por meio da discussão dos processos da educação das relações étnico raciais, promovendo encontros e desencontros nos modos de ser , fazer e sentir. Neste sentido, fez-se necessário e urgente o desenvolvimento do Projeto Experiências com o Cinema na Escola – Curta na sexta - Encontros com a Diversidade, fomentando nas meninas e os meninos sentidos expressivos que contribuíssem para que contem suas histórias, criem suas imagens, escolham os seus próprios sons. Que por meio do cinema, compreendam a história de outras histórias, através do estudo da produção de imagens criem outros olhares, externos e internos e a produção de som ecoe o mundo ao seu redor.

"Fazendo pesquisa no Ensino Médio: preconceito e evasão escolar de LGBTs negros." - Daniel Henrique de Oliveira Silva (SEE/MG), Guilherme Lopes dos Santos (E.E. Prof. Ederlindo Lannes Bernardes), Matheus Braz de Souza (E.E. Prof. Ederlindo Lannnes bernardes), Matheus Rodrigues Silva de Macedo (E.E. Prof. Ederlindo Lannes Bernardes). Quando fazemos uma análise nos dias atuais da quantidade de negros nas universidades, possivelmente vamos perceber um abismo em relação aos brancos. Mas quando fizermos uma análise sobre a população de travestis, gays, bissexuais ou lésbicas (negras) concluintes do ensino médio, quais são as estatísticas? Qual é a parcela dessa população que aqui será denominada pela sigla LGBT que chega a concluir o ensino médio? Qual a parcela dessa população ingressa nas universidades? Sendo assim, Nossa pesquisa teve como objeto nossa própria escola, de periferia, composta majoritariamente por estudantes pardos e negros, e uma perceptível presença de pessoas trans, travestis, gays, lésbicas e bissexuais assumidos, buscando realizar entrevistas com elas, com objetivo de analisar preconceitos, estigmatizações ou problemas enfrentados no espaço escolar e se esses preconceitos vivenciados por essa comunidade poderia ser considerado como um fator para a evasão escolar. Assim, após essas análises foram promovidas reflexões tentando perceber se os espaços escolares promovem a construção de cidadãos e cidadãs que respeitam as diversidades presentes em nossa sociedade. Tais pesquisas foram realizada por entrevistas e questionários para que as informações possam ser cruzadas e, dessa forma, obter respostas satisfatórias. Partindo do nosso problema inicial buscamos tentar perceber quais motivos levam a população negra LGBT a não chegar as universidades de forma efetiva. Para tal, alguns questionamentos se fizeram importantes.

Será que a escola ao omitir sua responsabilidade de criar cidadãos e cidadãs que respeitem as diversidades, estaria agindo enquanto motor de exclusão de uma parcela populacional ? Quais os impactos da evasão dessa parcela da população dos espaços escolares? Assim, pudemos perceber que existem discursos que geram inferiorizações, desigualdades e exclusão do espaço escolar. E em conseqüência disso foi possível propor ações que visam a implantação de práticas que possam combater o racismo e a LGBTfobia através da reeducação das relações étnico-raciais e dos estudos de gênero. Acreditando que mudanças na realidade social só são possíveis a partir das mudanças na mentalidade dos indivíduos, esta pesquisa adquiriu importância basilar para construir políticas de combate ao racismo e à discriminação social e minimizar os problemas advindos da dívida histórica que a educação e a sociedade brasileira têm com a história dos negros nesse país e principalmente com a população LGBT.

"Formação da Identidade x Berçário II." - Jéssica Gonçalves de Brito Fernandes Zandomeneghi (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro). Na sociedade atual são muitos os obstáculos que as crianças negras vivem. Um deles diz respeito à construção de sua identidade sociocultural. Desde sempre, crianças negras têm dificuldade em se perceber. E é submetido a crer que ser negro não é algo bom, e assim, começa a desejar não ser negra e a se ver com traços característicos de pessoas brancas, o que SOUZA (1983) chama de um Ideal de ego branco nas pessoas negras. Ou seja, a criança forja a própria imagem para que as características se assemelha os de um indivíduo branco, a fim de ocultar a criança negra, que naquela visão, jamais seria bem vista perante a sociedade etnocêntrica ancorada no branqueamento. Os reflexão dessa construção, agrega características baseadas no idealismo europeu, que interfere de modo perverso, incompreensível e genérico no processo de formação da identidade dos sujeitos negros. Nesse contexto abordarei a questão da representatividade no Berçário II que pode ser vivenciado através atividades lúdicas, respeitando a limitações desse grupamento, a partir da contação da história: "Bruna e a galinha D'Angola" de Gercilda de Almeida, que retrata a história de Uma menina chamada Bruna, através da ajuda da avó e do tio encontra um animal para lhe fazer companhia, uma galinha d'Angola. A partir daí encontra amigas e descobre tradições sobre as origens da avó que remontam ao continente africano, neste caso, a Angola. Assim se passam tradições orais entre os povos, pelos contos de histórias. Essa história foi contada com fantoches feitos com papelão, para um grupo de aproximadamente vinte crianças na faixa etária de um ano à um ano e seis meses, que desde cedo vão de encontro a suas origens. Este trabalho teve como objetivo, trazer personagens negros e algumas tradições para o cotidiano da criança, em especial a criança negra. Que mesmo se encontrando na faixa etária de um ano a um ano e seis meses, essa pode se perceber como pertencente ao mundo. Pois, através da representatividade a criança negra pode se ver r de maneira positiva, a fim de a exaltar a cultura africana e/ou afrobrasileira, sem as distorções que a sociedade eurocentrada nos remete. Ou seja, reconhecer como sujeito ativo, ator principal de sua própria história.

"Grupo de Estudos e Discussão Étnico Racial do Barreiro – A discussão nas escolas." - Eunice Margaret Coelho (Prefeitura de Belo Horizonte). A proposta desse trabalho é a de analisar a dinâmica do Grupo de Discussão Étnico – Racial da Educação Básica do Barreiro, considerando alguns aspectos, composição, periodicidade, intervalos,temas abordados, interferência nas discussões do tema nas unidades municipais de educação da Regional Barreiro. O grupo de Discussão Étnico-Racial da Educação Básica do Barreiro foi criado no ano de 2012, numa parceria entre a Gerência de Educação do Barreiro e o Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. O objetivo principal do grupo era o de discutir com os profissionais que atuavam no âmbito da Regional do Barreiro, as discussões relativas à temática em questão. A referência central do grupo considera as Leis 10.639/03 e a Lei 11.654/08 aliado aos trabalhos que as escolas municipais e as unidades de educação infantil desenvolvem em torno do tema. A proposta desse trabalho é fazer uma breve análise sobre as discussões desenvolvidas pelo grupo nas reuniões e sobre a capacidade de tais discussões atingirem as escolas, através de projetos e ações colaboradoras para a conscientização dos educadores acerca das relações étnico-raciais no interior das escolas e UMEIs . Destaca-se que o grupo apresenta uma dinâmica própria, com apresentação de trabalhos, discussões, presença de convidados diversos. Nessa perspectiva é que a proposta de analisar a repercussão do trabalho desenvolvido na escola não pretende aprofundar a discussão, mas suscitar novas indagações, considerando que a trajetória do grupo é desde o ano de 2012 e que passou por várias coordenações, roteiros diversificados com estratégias que buscavam principalmente inserir a discussão das relações étinco-raciais nas escolas.

"Identificando e desconstruindo a colonialidade no Ensino de Física." - Rodrigo Fernandes Morais (UFRJ), Antônio Santos (UFRJ). Um leitor ingênuo ao folhear um livro de física pode concluir equivocadamente que exclusivamente a Europa foi fadada a fornecer a humanidade as leis que explicam os fenômenos da natureza. Esta visão transmitida durante as aulas, norteada por currículos eurocentrados corrobora para que estudantes desenvolvam em suas mentes a ideia errônea de que apenas o grupo constituído por homens caucasianos europeus foi predestinado a construir a ciência [1]. Em pesquisa feita no C.E. Compositor Manacéia, com o objetivo de identificar como os estudantes lidam e se comportam frente ao universo eurocêntrico apresentado durante as aulas e quais os reflexos dessas constantes práticas pedagógicas colonizadoras em suas interpretações sobre o mundo, foi utilizada uma metodologia indireta de pesquisa [2]. Um total de duzentos e vinte estudantes receberam uma folha com fotos de vinte e oito cientistas, onde dezoito eram brancos, nove negros e um oriental. Cada estudante deveria identificar quem eles consideravam ser cientistas. Dos dezessete homens brancos, doze foram aceitos como cientistas e cinco refutados. O único representante da raça amarela também foi aceito pelos estudantes como cientista. Entretanto, todos os homens negros apresentados nas fotos foram rejeitados como cientistas. Da mesma maneira, as três mulheres também não foram aceitas pelos estudantes como cientistas. Resultado que nos permitiu identificar aspectos de colonialidade atrelados aos discentes. De modo geral, a visão eurocêntrica de mundo presente nos livros didáticos termina reforçando o modus operandi do sistema capitalista ao avivar a colonialidade dos grupos menos favorecidos [3]. Tendo em vista contribuir para decolonialidade de alunas e alunos tomamos como base o referencial teórico fundamentado na construção de identidades racializadas, que possui três componentes:

Recursos Relacionais, Recursos Ideacionais e Recursos Materiais [4]. Sobre o alicerce desse referencial teórico e de ações afirmativas que apresentam aos alunos e as alunas a história da construção científica realizada por cientistas da diáspora africana, almejamos despertar na juventude negra o interesse pelas ciências exatas e desejamos também que essas ações decoloniais venham reforçar suas identidades [1]. Como resultado preliminar estudantes despertaram o interesse em pesquisar cientistas da diáspora africana e estão em processo de construção de um coletivo negro.

"Intersecções étnico-raciais, de gênero e de classe na trajetória dos discentes no Campus IFMA Santa Inês." - Patricia Raquel Lobato Durans Cardodo (IFMA), Diely Caroline Pereira Sousa de Almada (IFMA). O presente trabalho visa compreender as relações existentes entre raça, etnia, gênero e classe, dentro e fora do ambiente escolar em alunos do IFMA Campus Santa Inês, matriculados nos anos de 2017 e 2018, através do levantamento das trajetórias de vida dos discentes dos cursos técnicos regulares, PROEJA e dos cursos superiores. Tal análise está sendo baseada nos pressupostos da História Oral, mais especificamente da história de trajetórias de vida, e se desenvolve por meio da pesquisa de campo, mediante questionário e, posteriormente, entrevista semi-estruturada. A partir dos resultados encontrados busca-se, a partir das experiências de preconceitos narradas, elaborar campanhas que deem visibilidade às questões étnico-raciais, de gênero e de classe nas escolas do município de Santa Inês. Com essa comunicação, socializaremos os resultados de um ano de pesquisa no Campus Santa Inês do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, que inicialmente tinha como pressuposto traçar o perfil étnico-racial do campus, porém percebemos que as categorias raça e etnia necessitariam de outras para embasar mais profundamente a análise. Por tal motivo, acreditamos ser importante trabalharmos com a categoria Intesercção, que segundo Kimberlé Crenshaw (1994) é uma proposta que leva em conta as múltiplas fontes da identidade, embora não tenha a pretensão de "propor uma nova teoria globalizante da identidade", focalizando sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou perifericamente classe ou sexualidade, que certamente contribuem para estruturar as experiências. Deste modo, realizar uma estudo que se proponha analisar o perfil étnico-racial do IFMA Santa Inês, e suas imbricações com as questões de classe e de gênero se faz importante tanto para identificar características como raça, cor, religião; aspectos sociais, como renda, origem, ocupação, identidade de gênero; institucionais, como cursos mais acessados pela população negra ou indígena, quantidade de alunos cotistas; e pessoais, como discernir casos de racismo dentro e fora da Instituição, dificuldades profissionais e pessoais devido à origem racial e de gênero, opiniões e sensações sobre o sistema de cotas, assim como levantar outras discussão a partir de deduções e análises com base nos dados coletados, quanto para termos bases científicas norteando nossas ações diretas na comunidade acadêmica, sejam ações de militância ou de políticas afirmativas, buscando cumprir da melhor forma a missão institucional da Escola, de acolhimento à diversidade.

"Nas tramas negras da arte: transcrição poética da Lei 10.639/03. Um caminho possível?" - Urubatan Miranda da Silva (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO). Este trabalho tem por objetivo fazer a análise e transcrição poética da Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, que estabelecem diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade dessa temática. O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana, entretanto, a lei propõe novas diretrizes curriculares e devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura e as religiões de matrizes africanas. Para tanto, utilizamos como foco da pesquisa os alunos do ensino fundamental da Escola Estadual Tarcísio Alvares Lobo – Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEESP), situada na zona norte do estado de São Paulo. A partir disso, propomos uma reflexão sobre mudanças, problemas e novas perspectivas para o ensino das artes visuais. Compreender como a linguagem artística atrelada as questões que envolvem aspectos da resistência negra, inserindo artistas de grande relevância no cenário cultural, através de uma proposta metodológica que dialoga com distintas vertentes do pensamento da educação acerca do tema da formação de educandos e, por conseguinte, avaliar uma possível contribuição para o debate contemporâneo da educação em arte no Brasil. O texto se fundamenta em uma pesquisa sobre a importância da experiência poética de artistas negros como complemento para uma experiência desenvolvida em sala de aula, promovendo, assim, a integração de práticas diferentes entre professores e alunos – tendo como espaço a interface da escola com o meio vivido. Buscamos uma compreensão crítica, adequada ao nível de aprendizado dos alunos, das obras desses artistas e como tais propostas podem auxiliar os professores a trabalhar esse conteúdo de uma forma mais consciente e produtiva. A experiência mostrou uma resposta positiva no que se refere ao processo de ensino/aprendizagem dos alunos e novas possibilidades para a incorporação de material pedagógico referente à cultura afro-brasileira e africana.

"Para além da história única do pós-abolição: contribuições de Maria de Lourdes Vale Nascimento e Juliano Moreira para a descolonização do pensamento." - Camille de Sousa Fernandes Tantow (UFRJ), Stéphane Marçal Sabino (UFRJ), Vitor Mateus da Silva Domingues (UFRJ), Wickson Moreira Ribeiro (UFRJ). Este trabalho situa-se no âmbito do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Diversidade e do projeto Personagens do Pós-abolição, financiado pela Capes. Tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações raciais, nosso objetivo é apresentar as oficinas Intelectuais Negros do Pós-abolição, elaboradas para o trabalho com estudantes da educação básica da Escola Municipal Daniel Piza. Somando um conjunto de 5 oficinas – Eduardo das Neves, João Cândido, Juliano Moreira, Maria de Lourdes Vale Nascimento e Paulo Silva, o grupo, dividido em duplas, trabalha conteúdos como identidade, memória, autoestima, protagonismo negro em diálogo com a historiografia da escravidão e do ensino de história. Todo esse trabalho, por seu turno, tem como referência debates travados pela historiografia do pós-abolição assim como por estudos pós-coloniais no que tange à descolonização do pensamento. O presente trabalho, parte das contribuições de vida e obra de Maria Nascimento e Juliano Moreira para compreender a participação dos sujeitos negros no processo de pós-abolição articulando a biografia dos intelectuais aos conceitos de história única e descolonização. Para isso, apresentamos um contexto geral do imediato pós-abolição assim como aspectos do pensamento dos dois intelectuais negros acima citados. A condição da

população negra no período pós-abolição brasileiro foi muitas vezes tratada pelas Ciências Sociais sob o prisma do 'problema do negro', com discursos que sugeriam possíveis anomias como justificativa para não integração ao mundo livre. Todavia, a partir de finais do século XX, estudos sobre o pós-abolição, que deslocam do liberto a responsabilidade pela não integração, e analisam aspectos sócio-políticos e culturais demonstram a lógica desempenhada pelo próprio Estado, que mesmo tornando extinta a escravidão, relegava à população liberta – e de cor - à margem da sociedade. Com trajetória de vida diretamente ligada às transformações político-sociais do pós-abolição, Maria de Lourdes Vale Nascimento e Juliano Moreira desenvolveram importantes trabalhos para a comunidade negra nesse período e seus legados seguem. Maria de Lourdes foi assistente social e fundadora do Teatro Experimental do Negro (RJ), colocou em prática em sua vida ações de descolonização sobre os corpos e mentes da comunidade negra, operando em diferentes frentes para valorização da arte, estética e intelectualidade desse grupo. Juliano Moreira foi médico, especializado em psiquiatria e diretor do Hospício Nacional dos Alienados, onde deixou um legado de transformações no tratamento de assistência às pessoas com problemas mentais. A narrativa de suas histórias cumpre o objetivo de visibilizar a participação de sujeitos negros na história intelectual do Brasil.

"Política Curricular e Relações Raciais: A Lei 10.639/2003 nos discursos de Documentos Oficiais na Amazônia Bragantina-PA." - Deidiane Costa Guimarães (UFPA), Raquel Amorim dos Santos (UFPA). A presente pesquisa analisa a implementação da Lei n.º 10.639/2003 a partir das ações das Organizações Propositoras (Movimentos Sociais Negros), Órgãos Executores (SEDUC/SEMED/UFPA) e Fiscalizadores (Ministério Público do Estado do Pará – Comarca de Bragança-PA e Conselho de Educação). O estudo é resultado de pesquisas realizadas no Campus Universitário de Bragança-PA, financiado por Pró-Reitora de Pesquisa e Pós Graduação, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/Interior, no qual centraram suas análises nos documentos oficiais Educacionais, especificamente no Plano Estadual de Educação do Pará, Plano Municipal de Educação de Bragança-PA, Legislações do Conselho Estadual e Municipal de Educação, Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciaturas (História, Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Pedagogia, Matemática, Letras - Língua Portuguesa e Inglesa) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança-PA e Relatórios do Ministério Público do Pará, Comarca de Bragança-PA. O presente estudo é de abordagem qualitativa, com aplicação da pesquisa documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). A análise dos dados foi realizada por meio da enunciação discursiva com base em Bakhtin (2003). Os resultados do estudo revelam que há ausências de discursos sobre a Lei no 10.639/2003 nos Projetos Curriculares de Cursos de Licenciaturas da UFPA, relatórios do Ministério Público e legislações vigentes para a Educação Básica. Em relação aos Planos Estadual e Municipal de Educação se percebeu discursos tímidos preconizados sobre a legislação antirracista. Concluímos a necessidade de ampliar os debates sobre as relações étnico-raciais, investigar e inclui-las nas Instituições de Ensino Básico e Nível Superior, principalmente sobre a obrigatoriedade da implementação da Lei nº 10.639/2003, assim como o monitoramento efetivo do Ministério Público do Pará- Comarca de Bragança-PA, acerca da implementação efetiva da Lei 10.6369/2003 na política de currículo da educação do município de Bragança-PA. A inserção e ampliação das discussões referente à temática étnico-racial contribuem para uma sociedade que garanta a oferta de educação para a população negra. Considerando os aspectos importantes referentes ao conteúdo da Lei, e suas diferentes ressignificações, o estudo sobre a construção e as concepções de vida na diáspora africana promove o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana ao inserir efetivamente a temática racial nos currículos da educação (SILVA, 2001; GOMES, 1995, 2006; COELHO, 2009; SANTOS, 2009, 2014).

"Projeto Cordel Africanidades em prosa e Griô." - Elisangela Gonçalves de Campos (UNI-BH). O presente trabalho tem por objetivo apresentar mais uma possibilidade de se desenvolver metodologias a serem utilizadas na educação básica comum e de Escola Quilombolas, a fim de se fazer cumprir as determinações da lei 10639/3, que tem como objeto de lei a obrigatoriedade o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as disciplinas da Educação Básica, dando ênfase nas disciplinas de história, Educação Artística, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Assim de superar a dificuldade e escassez de metodologias voltadas para atendimento da medida da lei 10639/3, se faz presente este trabalho. Dentre os diversos elementos disponíveis sobre a educação afrocentrada, ou que ao menos ensine de forma mais heterogênea no tocante da cultura e formação identitária brasileira, selecionei para desenvolver o presente trabalho estes três; O Cordel, que será exposto e trabalhado na disciplina de Literatura Brasileira, através de estudo dos diferentes gêneros textuais, os instrumentos de origem afro brasileira, como o berimbau, o agogô, o Agbê e o Caxixi, que podem ser aproveitados tanto na disciplina de música quanto de História devido a bagagem de releituras sobre a criação dos mesmos, (oportunizando assim a interdisciplinaridade no currículo),e a Tradição Griô que servirá como norteador da execução do presente trabalho, além também de servir de conteúdo para os estudos de História, sobre a apresentação e estudo da tradição e importância da oralidade na cultura africana. Este trabalho será desenvolvido no formato de contação de histórias, com recitação de cordéis afro brasileiros e traduções africanas, ao som de um ou mais dos instrumentos descritos acima. No momento o trabalho encontra-se em desenvolvimento para execução nas escolas.

"Reflexões sobre como construir práticas educativas que possam fazer com que a história da África e dos primeiros afro-brasileiros sejam vivas, próximas, familiares e significativas para os alunos do 1º ciclo do ensino fundamental." - Juliana das Graças Gonçalves Gualberto (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte). O presente relato de experiência tem por finalidade apresentar um projeto em andamento referente à educação e relações étnico raciais, desenvolvido em turmas do 1º ciclo do ensino fundamental em uma escola municipal na cidade de Belo Horizonte. O foco deste projeto volta-se para valorização da criança negra através dos estudos realizados nas disciplinas de história e geografia, colocando em evidência aspectos positivos acerca das culturas africana e afro-brasileira, de suas histórias, suas produções intelectuais, científicas, tecnológicas, estéticas e suas formas de organização social. A proposta aqui apresentada se constitui de três eixos temáticos: 1) Crianças africanas e brasileiras: diferenças e semelhanças, 2) Brincadeiras e preferências infantis daqui e da África e 3) Histórias que vi, ouvi, vivi e compartilhamos. A partir destes eixos, desenvolvem-se as seguintes atividades: estudos

sobre a história da África e dos africanos que aqui viveram conectados às disciplinas de História e Geografia, contação de histórias, reconhecimentos dos vários títulos de literatura africana e afro-brasileira na biblioteca, visitas orientadas aos museus e a culminância se dará através de um mini seminário realizado no mês de novembro na escola. Deste a concepção deste projeto a implementação enfrentamos vários desafios, desde a distância pedagógica entre o ideal pensado e o real apresentado até a definição de novos rumos a partir das demandas e provocações das crianças ou ajustes conceituais por parte da professora. Muitas perguntas estão sendo suscitadas. Talvez estas perguntas possam impulsionar a construção de novas práticas pedagógicas, contínuas e ampliadas ou a reedição das ações de foram bem sucedidas aqui. Mesmo depois de 15 anos da publicação da Lei 10.639/03, ainda encontramos desafios em relação à implementação da lei nas escolas públicas. Os desafios se fazem presentes principalmente em escolas onde a temática é tratada com indiferença ou dita como não necessária. O silêncio pode ser o grande perpetuador de uma cultura que nega e desvaloriza as contribuições da África e das comunidades africanas que aqui viveram para constituição da cultura e identidade brasileira.

"Viajando com Kiriku e Luana: Uma aventura entre o Brasil e África." - Daniela Fagundes Portela (Prefeitura Municipal de São Paulo). Essa comunicação tem como objetivo relatar as práticas educativas desenvolvidas no projeto : "Viajando com Kiriku e Luana: Uma aventura entre o Brasil e África" realizado na EMEI CEU PAZ, na cidade de São Paulo, com crianças de 5 anos de idade. Com os aportes teórico dos estudos de Cavalleiro (1998), as pesquisas do campo da sociologia da infância e parte da produção sobre a temática étnica racial na educação infantil que emerge como suporte para o cumprimento da lei 10.639, atual 11.645/08, a qual tornou obrigatória a inclusão da história africana e afro brasileira e indígena nos currículos escolares, tornou-se possível delinear as atividades que foram realizadas ao longo do projeto. No percurso de construção e execução do projeto, a criança foi entendida enquanto sujeito histórico e a infância foi compreendida como categoria social, que faz parte da estrutura política, social e econômica da sociedade, sendo assim, as infâncias e as crianças que vivem em uma sociedade em que as disparidades de raça, gênero e classe demarcam e definem as relações sociais, tem suas infâncias impactadas por essas desigualdades que consequentemente refletem no espaço escolar. "Viajando com Kiriku e Luana: Uma aventura entre o Brasil e África", surge a partir da indagação das próprias crianças sobre a existência, ou não de heroínas na liga da justiça. Neste sentido pensando no papel do professor como mediador e em sua função de ampliação do repertório cultural das crianças foi apresentado em uma roda de conversa o livro: " Luana a menina que viu o Brasil Neném" de Oswaldo Faustino, que trata de uma menina de 8 anos que apresenta elementos fundantes cultura Afro Brasileira e Africana a partir de uma perspectiva do universo infantil. Para a realização de tal feito foram desenvolvidas as seguintes atividades: rodas de leitura de mapas, dicionários afro-brasileiro; elaboração de lista de palavras de apreciação de música: Mama África: do Chico César construção do gráfico do tipo de cabelos da turma, confecção de painel dos penteados de Lelé; confecção da boneca da Bintou; modelagem com argila da Galinha d' Angola, atividades de auto retrato; atividades de recorte e colagem em revistas de pessoas que se parecem comigo ; atividades de reconto do livro: O cabelo de Lelé para turmas da escola e por fim escrita coletiva e confecção do livro; "Viajando com Kiriku e Luana: Uma aventura entre o Brasil e África. Por fim, a abordagem das questões étnicas raciais na educação infantil trata-se do reconhecimento e cumprimento do direito das crianças negras, indígenas e brancas a histórias dos seus antepassados de forma positiva e afirmativa.

"Virtualizando a Experimentação no Ensino de Química: Vitamina C e Diáspora Africana." - Arcanjo Rodrigues de Moura (UFG), Anna M. Canavarro Benite (UFG). Assumir um ensino de química descentralizado da cultura europeia perdura na realização de ações de caráter afirmativo que valorizem as contribuições e os conhecimentos doutros povos, neste trabalho recebem destaque os advindos da diáspora africana. Nessa perspectiva apresentamos o desenvolvimento de um objeto virtual de aprendizagem (ova), recurso digital que conjugam imagem e som com objetivos educacionais, o qual pode auxiliar professores em escolas que não contam com laboratórios experimentais. Trata-se de uma pesquisa participante pautada numa investigação social atrelada às ações coletivas que nos circundam: a necessária abordagem cultural afro-brasileira no ensino de ciências. O OVA foi baseado numa aula de química experimental intitulada "Vitamina c e a diáspora africana" na qual abordamos o papel da vitamina C na prevenção e cura do escorbuto, doença que afetou marinheiros e africanos durante o período do tráfico negreiro. A intervenção pedagógica foi gravada em áudio-vídeo para posterior transcrição e reflexão teórica objetivando o design de um OVA para o ensino de ciências. Atuaram nessa investigação professores em formação inicial e continuada e 32 alunos de um colégio público regular acompanhados pela professora da turma. O OVA foi construído no Power Point devido a sua grande disseminação entre os usuários de computador. Sua animação (Storyboard) narra a história da diáspora Africana, o desenvolvimento do escorbuto e como a vitamina C atua na prevenção e cura, destacando também o conhecimento africano para a cura do escorbuto a partir do uso de frutas para a manutenção do teor de vitamina C no corpo humano, e apresentada em 25 quadros (frames) e hiperlinks. Assumindo a Química como uma Ciência teórica e experimental, propomos que intervenções como essa podem contribuir para o deslocamento epistêmico do currículo de química. Além disso, como são poucas as escolas que dispõem de laboratório equipados para a realização de atividades dessa natureza, defendemos como alternativa a contextualização do ensino de acordo com a lei 10.639/03, por meio de OVA, ressaltando os aspectos histórico-culturais da comunidade negra brasileira e da diáspora africana e, fenomenológicos, teóricos, representacionais do conhecimento químico importante no processo de aprendizagem.

Sessão Temática 11

Educação de Jovens e Adultos (EJA), juventude negra e experiências Sócio-educativas

"A formação e profissionalização de docentes de Sociologia na Educação Jovens e Adultos para a Educação das Relações Étnico-Raciais - Uberlândia/MG." - Glaucia Domingues Silverio (UFU). Essa proposta de pesquisa de mestrado foi apresentada e aprovada pelo programa de pós-graduação em Educação/PPGED-UFU sob orientação da Doutora Iara Vieira Guimarães, a pesquisa é fomentada pela CAPES e está em andamento tendo em vista a aprovação em janeiro de 2018. O objetivo dessa pesquisa se configura em investigar as práticas pedagógicas dos/as docentes de sociologia na EJA ensino médio no que se refere à educação das relações étnico-raciais. Tendo como objetivos específicos: Examinar como foi abordada a temática da Educação e diversidade das relações étnico-raciais na formação inicial e nas formações continuadas dos docentes na área de Sociologia na EJA do Ensino Médio; Examinar quais são as práticas e saberes educativos desses docentes no desenvolvimento da criticidade de seus educandos sobre as questões referentes ao racismo, preconceito e discriminação racial;Examinar quais são objetivos em seus planejamentos de aulas ao discutirem o conteúdo das Histórias e Culturas e Afro-Brasileiras; Examinar as tendências das práticas pedagógicas usadas para as práticas educativas desses docentes. Examinar junto ao corpo discente os resultados das práticas docentes. Diante da atual política educacional que impõe, entre outras, a Reforma do Ensino Médio, sendo ameaças às conquistas históricas às Leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como à atuação de educadores, esse projeto de pesquisa aponta relevância ao problematizar a formação e profissionalização de docentes reforçando o campo de estudos e interpretações já existentes. Sobretudo, quando se vive sob a ameaça de retrocessos e conservadorismo nas políticas educacionais brasileiras, haja vista a problemática atual da Reforma do Ensino Médio, que retira o foco da aplicabilidade das leis 10.639/03 e 11.645/08 (que alterou a lei 10.639/08, acrescentando a obrigatoriedade no currículo das Escolas oficiais e particulares do Ensino Fundamental e Médio, o ensino de História e Cultura indígena). Há que se considerar que tal conjuntura política não é um caso isolado e sim compõe o cenário mundial neoconservador, resultante da implementação das políticas neoliberais que atingem, entre outros, o setor da educação. Como referencial teórico temos alguns autores do multiculturalismo, como Candau e Moreira (2008), Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga que teorizam sobre uma educação voltada para a promoção da diversidade cultural, racial e étnica frente à realidade da política neoliberal, uma educação que problematiza as diferenças entendo-as como relevantes na formação educacional discente. A metodologia da pesquisa será de cunho qualitativo, observação de campo e entrevistas semi-estruturadas direcionadas aos professores e discentes de Ensino de Jovens e Adultos de algumas escolas públicas estaduais de Uberlândia-MG.

"A JUVENIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DE UMA JUVENTUDE QUE INSISTE: um estudo sobre trajetórias de escolarização e resiliência de jovens negros da EJA de Ribeirão das Neves-MG." - Neusa Pereira de Assis (Prefeitura de Belo Horizonte). A Educação de Jovens e Adultos-EJA- em sua nova configuração cada vez mais jovem, tem sido motivo de debates, reflexões e inquietações de diversas ordens. A presença de jovens na EJA não se trata de uma novidade histórico-social, a novidade está no inegável aumento destes sujeitos nas salas de aula da EJA em todo país. Neste sentido, a pesquisa aqui apresentada insere-se neste debate tendo em vista que lança um olhar sobre o fenômeno de juvenização ou rejuvenescimento da EJA interrogando-o e problematizando para além das questões geracionais e outras ligas à ideia de fracasso escolar. A compreensão do fenômeno da juvenização da EJA requer uma análise também das questões sócio-raciais que a atravessam e estruturam que se alinham com práticas racistas, assim como os contextos discriminatórios em que tal fenômeno se dá. Todavia, uma compreensão mais radical deste fenômeno requer reconhecer e considerar a capacidade de seus protagonistas, os jovens negros, de apesar de tantas adversidades, insistir em continuar suas trajetórias de escolarização. Sendo assim, elegemos como objeto de investigação o fenômeno de juvenização da EJA com foco na resiliência. A partir de uma abordagem predominantemente qualitativa, o estudo teve como objetivo principal compreender os comportamentos resilientes de jovens negros estudantes da EJA; já como objetivos específicos o mapeamento das trajetórias de escolarização dos sujeitos pesquisados, a identificação nestas trajetórias dos elementos que favorecem e dificultam a promoção e elaboração da resiliência e, por fim, a análise dos comportamentos de resiliência apresentados por eles. Para alcançar tais objetivos, os instrumentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e documental, questionários e entrevistas em dois formatos diferentes: semiestruturada e grupo focal. O referencial teórico contou com autores que se debruçam não apenas sobre o campo da EJA, mas também aqueles que se volta para as questões ético-raciais e geracionais à luz da Teoria Crítica. A pesquisa foi realizada em uma escola da Rede Municipal de Ribeirão das Neves- cidade localizada na região metropolitana de Belo Horizonte-MG-impactada com a grande presença jovem em suas salas de aula. Os jovens de modo geral e, em especial, os jovens negros, não têm recebido um olhar positivo que os enxerguem enquanto sujeitos históricos, ou seja, como seres de possibilidade e ação. Nossos argumentos buscam trazer à luz a capacidade de resiliência presente em muitos destes jovens. A pesquisa evidenciou que os comportamentos de resiliência apresentadas por estes sujeitos são múltiplos e variados, construídos a partir de fatores internos e/ou externos ao sujeito; alguns no campo da matéria e da racionalidade, já outros no campo da fé e da religiosidade.

"A raça nas lutas da cidade: a trajetória de um jovem negro e ativista de Belo Horizonte - MG." - Paulo Felipe Lopes de Carvalho (UFMG). Este texto é recorte de uma tese em educação que se constrói buscando explorar as articulações e construções políticas da cidade por grupos sociais que historicamente têm sido alijados das políticas urbanas e invisibilizados pela concepção economicista que predomina na reprodução social da cidade. São negras e negros, mulheres, LGBTIQs, pessoas das camadas populares, jovens. Para tanto, acompanhamos as "Muitas

- cidade que queremos", grupo político de Belo Horizonte, constituído por sujeitos conectados à coletivos populares diversos e que desde 2015 têm se articulado em espaços públicos da cidade pautando ações políticas que têm a dimensão da raça como uma das principais estruturadoras. Aqui, nos aproximaremos de um dos sujeitos que compõe esse grupo, um jovem negro e ativista social, atualmente é assessor parlamentar e uma das referências do movimento negro de Belo Horizonte. Nesses contextos, em ações diversas, ele tem fissurado lógicas urbanas segregadoras ao evidenciá-las pelas lentes da raça em espaços diversos da cidade. No diálogo com esse sujeito e sua trajetória, a raça assume uma dimensão que determina desigualdades sociais que tangem a vivência da cidadania. Premissa trazida por autores do campo pós colonial e decolonial, como Frantz Fanon e Aníbal Quijano, no qual conversamos e que nos trazem importantes contribuições, no sentido de denunciar que a dominação colonial das lógicas ocidentais não terminou com o fim das colônias, mas ainda persistem em dinâmicas perversas que influem em corpos e trajetórias. Ao lermos os processos educativos na cidade dialogando com um jovem, negro, periférico e protagonista de lutas sociais urbanas, buscamos pistas para descolonizarmos o urbano, buscando a construção de uma cidade mais plural, mais democrática e que possibilite a vivência da cidadania para todos. Isso, passa pelo reconhecimento e pela legitimação dos modos de vida e dos saberes desses sujeitos produzidos como inexistentes, diante dos padrões eurocêntricos do poder, do saber e do ser. É preciso, nesse sentido, reverter o olhar para os sujeitos e coletivos populares da cidade que "se reconhecem sujeitos de conhecimentos, de valores, culturas, sujeitos de processos de humanização/emancipação (ARROYO, 2012).

"Adolescentes em conflito com a lei: espaço de internação e Políticas Públicas." - Silvilene Giovane Martins Pereira (UFMG). O presente artigo tem por finalidade analisar as particularidades da produção social de adolescentes negros em conflito com a lei, que sofrem a imposição de medida privativa de liberdade (internação). Tais adolescentes vivem em contextos de violência, levando em consideração as situações de vulnerabilidade como: pobreza extrema, baixa escolaridade, exploração no trabalho, privação da convivência familiar e comunitária, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, abuso e a exploração sexual, abuso de drogas e homicídios, as quais se tornam mais profundas e graves quando somadas com três marcas que, em função de histórico político-social brasileiro, podem configurar-se como passíveis de produção das desigualdades: a cor da pele; sexo; o local onde vivem. O trabalho resulta do Projeto de Extensão, realizado em oito centros socioeducativos de Belo Horizonte/MG, com adolescentes na faixa etária entre 13 e 18 anos, em cumprimento de medida socioeducativa: internação. Foram realizadas oficinas pedagógicas, pelo Grupo de Estudos Sujeitos em Relação com a Lei, vinculado ao Núcleo de Promoção de Saúde e Paz da Faculdade de Medicina da UFMG. Integram o Grupo de Estudos Sujeito em Relação com a Lei, pesquisadores (as) das seguintes áreas do conhecimento: Direito, Psicologia, Medicina, Serviço Social e Educação, o que possibilita a reelaboração dos saberes iniciais de cada área e a aproximação com novos conhecimentos. As práticas e interações das oficinas foram analisadas tendo como diretriz o atual paradigma da prevenção e proteção integral do adolescente fomentadas pelas normas principiológicas do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, da proteção integral, do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Os pressupostos teóricos caminham na perspectiva da Educação Libertadora do educador Paulo Freire e à luz da Teoria da Sociologia do Conhecimento de Berger e Luckmann, na qual a construção social da identidade do homem é estabelecida a partir do seu próprio conhecimento da realidade, tratando das relações entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual ele vive e este é um desafio colocado para todos os campos do conhecimento e, principalmente, para os elaboradores das políticas públicas cuja ação deve ser pautada pela ética e compromisso social.

"As Relações Étnico-Raciais na Cidade de Goiânia e o Genocídio Da a Juventude Negra." - Laíssa de Matos Rocha Malta Lima (UFG), Pedro Barbosa (UFG). A proposta dessa comunicação é parte dos resultados de nossa pesquisa no Programa Institucional de Iniciação Científica para o período 2017/2018, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Trata-se, das relações étnico-raciais e processos de exclusão social e genocídio da juventude negra na cidade de Goiânia. Ao estudarmos as relações étnico-raciais no Brasil, é propenso perceber que essas relações expressam um histórico de constante perseguição e marginalização da população negra, em especial a juventude. Vários estudos demonstram que as vítimas de homicídio e a população carcerária são em sua maioria negra, jovem e pobre, o que evidencia uma condição de extermínio dessa população. Na perspectiva de se estudar juventudes, é considerado as várias formas em que um indivíduo experimenta a vivência de ser jovem, e que essa experiência se altera dependendo do que os caracterizam em relação a sua raça. Ou seja, a experiência de ser jovem, negro/a e pobre é diferenciada conforme o racismo se apresenta e influência nas suas diversas formas, no plano individual, institucional e estrutural. Essa população, na conjectura na qual se responde a insegurança social com medidas punitivas, se torna o risco, e é visto como necessário à sua eliminação. O processo de genocídio da juventude negra entra como limpeza social dos atores não-brancos, que pela ideologia propagada pela elite branca dominante, são considerados desnecessários a sociedade e passíveis de serem eliminados. Contudo, neste contexto, após muitas lutas e pressões desenvolvidas pelo movimento social negro, principalmente sua juventude, algumas instituições nacionais e internacionais já se sentem no dever de elaborar políticas públicas para solucionar o curso da violência contra os jovens negros/as do país. No conjunto dessas ações, também entendemos que o papel da academia juntamente com seus intelectuais, deve ser o dever humanístico de enfrentar esse problema. Ou seja, buscar entender as suas variadas causas e de que forma podemos combatê-las, pois acreditamos que em cada município brasileiro que existir instituições de ensino superior preocupadas com essa barbaridade "moderna", através de programas educacionais com foco na violência contra a juventude negra, será possível auxilar a sociedade civil e as instituições de direitos humanos na criação e implementação de políticas públicas que visam o combate efetivo desse problema tendo em vista que o número de jovens brancos vítimas de homicídio diminui enquanto o de vítimas negras aumenta, segundo o Atlas da Violência 2017, o que evidencia ainda mais o caráter racial deste cenário.

"Cansei das bonecas: crianças e adolescentes em conflito com a lei." - Samara Domingas Xavier (UFG). O presente trabalho objetiva empreender uma análise do envolvimento de meninas e adolescentes em atos infracionais. Assim, traçar o perfil socioeconômico de meninas e adolescentes, em Goiânia, que tiveram algum envolvimento com a "criminalidade" e cumprem ou cumpriram medidas

socioeducativas. Verificar o índice de reincidência dessas meninas no sistema socioeducativo, para isso, consultar a informações presentes nos prontuários dessas crianças e adolescentes. E por fim, inquirir as políticas relacionadas a questão, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Para tal serão analisados os prontuários de meninas e adolescentes que deram entrada, que cumpriram e/ou estão cumprindo medidas em meio aberto e fechado na cidade de Goiânia, nas seguintes instituições: CREAS região norte, sul, noroeste, leste, Plantão Integrado Interinstitucional, Centro de Internação Provisória, Centro de Internação para Adolescentes e o Centro de Atendimento Socioeducativo.

"Denegrir para Empoderar: Uma Proposta de Educação Afroperspectivista em Artes Cênicas." - Manuela da Fonseca Miranda (UFRGS). Esse estudo busca investigar possibilidades reflexivas e, sobretudo, ações concretas para um projeto de denegrir a educação a partir da filosofia afroperspectivista, no campo das artes cênicas. Ressignificando epistemologias, sobretudo no que diz respeito à expressão denegrir, comumente usada de forma pejorativa. A pesquisa parte do meu percurso como uma mulher negra, artista educadora no contexto da Educação Social. O campo de pesquisa e também meu local de trabalho é a Vila Nossa Senhora de Fátima, que fica dentro do bairro Bom Jesus, na periferia de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Trago as artes cênicas como possibilidade formadora no processo de desenvolvimento da identidade das crianças e adolescentes. A metodologia da pesquisa se dá no planejamento e registro de atividades de oficinas de dança, estética negra e produção musical. Nesse caminho a cultura do funk, de um modo geral trouxe uma primeira aproximação com os educandos através do passinho do funk. Seguindo a busca pela exploração da corporeidade negra, passeamos pelo Maracatu, Charme e Hip Hop. A metodologia ainda pretende abarcar mais duas ações. Uma diretamente ligada à potência performática da estética do cabelo afro e a relação dele com a afirmação das identidades negras, sobretudo das meninas, que sofrem mais ataques quanto à sua aparência. A proposta é de uma ação cênica que integre meninas negras e mulheres negras adultas para refletirem a influência da experiência de vida em relação a aceitação de si e de sua estética e a formação empoderadora dessas meninas. A última ação da pesquisa, diz respeito às conexões ancestrais dentro da musicalidade negra a partir de experimentos de captação de sons, vivência com tambores, mixagens e colagens eletrônicas, mostrando as conexões da nossa herança negra ancestral tanto das batidas de um tambor que passaram por processos de atualização nos beats eletrônicos produzidos no computador, constantemente usados no Rap e no Funk. O objetivo é que a pesquisa seja concluída em um evento, em que possam ser compartilhadas as experiências das ações feitas ao longo do processo em um grande acontecimento cênico, com a integração das crianças e sua comunidade, das diferentes gerações e culturas afrobrasileiras e afrodiaspóricas. O conjunto dessas ações pretende explorar possibilidades da afroperspectividade na formação, não apenas artística de crianças e adolescentes afrodescendentes, mas de uma busca de denegrir a educação de forma geral, para que os espaços educativos sejam ambientes que proporcionem incentivo ao desenvolvimento da formação das identidades e a reflexão sobre os desafios e possibilidades de uma formação docente e artística necessária para a efetividade dessas ações formadoras das gerações mais novas.

"Educação de Jovens e Adultos, Práticas Político-Pedagógicas e Diversidade Étnico-Racial: experiências de ontem, aprendizagens de hoje…" - Natalino Neves da Silva (UNIFAL). O propósito deste trabalho é refletir sobre práticas político-pedagógicas que foram realizadas para o trabalho com e da diversidade étnico-racial de estudantes jovens, adultos e velhos em determinado momento histórico da Educação Popular Negra (EPN) brasileira. A hipótese aqui apresentada é a de que esse trabalho pode ser capaz de inspirar aprendizagens com e da diversidade étnico-racial para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na contemporaneidade. Para tal, as contribuições realizadas por Romão (2005), ao tratar iniciativas de escolarização de jovens e adultos realizada por militantes, ativistas e intelectuais negros (as), a exemplo, a Frente Negra Brasileira, criada em São Paulo em 1931, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado no Rio de Janeiro, em 1944, são dois exemplos de organizações que desempenharam vários papéis em prol da promoção da educação de jovens e adultos negros. Em muitos casos, elas se configuravam como as únicas instâncias educativas, na medida em que o Estado não garantia o direito à educação de todos. No que concerne o contexto da capital mineira, o trabalho desempenhado pela Associação José do Patrocínio, conforme defende Silva (2010, p.85), nos idos dos anos 50-60, somava-se a outras experiências tendo em vista a constituição de "modelos de suporte educacional mantidos por associações de trabalhadores que visavam a educação de seus membros, oferecendo-lhes bolsas." Porém, experiências como essas raramente são apresentadas em cursos de formação de professores, enquanto referências para se (re)pensar as experiências de práticas político-pedagógicas de maneira articuladas à EJA e a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) de hoje. As reflexões apontam que o conhecimento do trabalho com e da diversidade étnico-racial no interior de ações EPN pode se constituir como um importante subsídio de aprendizagem relacionada à formação de professores.

"Educação de Jovens e Adultos: caminhos afirmativos na construção de práticas pedagógicas referenciadas na história e cultura afro-brasileira e africana." - Fernanda Almeida de Carvalho (Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte). Esta pesquisa se propôs a identificar e compreender as estratégias desenvolvidas pelos profissionais da educação na construção de práticas pedagógicas na perspectiva da implementação da Lei 10.639/03 e de suas Diretrizes Curriculares em uma escola de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. O estudo objetivou abordar o diálogo entre a modalidade EJA e o campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais, apoiado nos conceitos de ações afirmativas, docência, currículo, práticas pedagógicas e multiculturalismo. Este trabalho apresenta um caráter qualitativo, com uma abordagem metodológica de estudo de caso, norteada pelas seguintes questões: Como os profissionais que atuam na EJA incluem as temáticas relacionadas aos afro-brasileiros e às africanidades em suas práticas pedagógicas, e quais os caminhos construídos para a efetivação dessa proposta? Quais os conhecimentos que os profissionais que atuam na EJA têm sobre a Lei 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares? Quais as percepções dos docentes sobre o negro e as questões étnico-raciais? Como as questões das relações raciais são problematizadas no currículo e pelos professores? A pesquisa revelou que a EJA da instituição pesquisada tem sido capaz de promover um enraizamento dessa legislação antirracista em suas práticas pedagógicas diárias, haja vista o caráter político e humanizador da proposta da modalidade de ensino; a institucionalização de um projeto específico sobre

a questão racial na escola; o conhecimento e formação dos educadores e da gestão sobre a temática, além do engajamento político e pedagógico coletivo desses profissionais nas frentes de trabalho voltadas para a diversidade, sejam elas nos momentos de planejamento, construção e ação dessas práticas. Todavia, sugere-se a sistematização deste trabalho educativo, bem como a criação de estratégias de conscientização e formação dos novos educadores que se ingressarem na escola, para garantir uma permanência desta frente pedagógica. Concluiu-se que as práticas pedagógicas estudadas são um avanço no campo da implementação da Lei 10.639/03, ultrapassando o discurso e inserindo-a no cotidiano escolar, contribuindo para a compreensão das relações entre a construção de práticas pedagógicas inclusivas na EJA e o trabalho com a questão étnico-racial; a ampliação da inserção/valorização da cultura do povo negro neste espaço educativo e a construção da luta antirracista no Brasil.

"Educação e relações raciais: visibilidades distorcidas nos materiais didáticos para o ensino/aprendizagem de Artes Visuais na EJA." - Cláudia Regina dos Anjos (PBH), Juliana Gouthier Macedo (USP). Esta é uma proposta de análise sobre como as Relações Étnico-Raciais são apresentadas – especificamente no campo do ensino/aprendizagem de Artes Visuais - em uma das coleções de livros didáticos aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos/ PNLD EJA/2014, EJA Moderna. As análises serão ancoradas na Lei nº 10.639/2003, na Lei nº 11.645/08 e no Guia dos Livros Didáticos – PNLD EJA 2014. Serão, também, alicerçadas na concepção da educação emancipatória, dialógica e democrática de Paulo Freire, em consonância com questões relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem de Arte na Educação de Jovens e Adultos- EJA. Partindo do pressuposto de que toda e qualquer ação na EJA demanda diálogos horizontalizados, não se pode prescindir de uma discussão que problematize a qualidade dos materiais pedagógicos, sobretudo a dos livros didáticos, vinculados a políticas públicas estabelecidas em nome da efetivação do direito a educação desses sujeitos estudantes. Assim, o texto trará uma reflexão desencadeada a partir da política pública do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos, especialmente, de 2014, refletindo, inclusive, sobre o formato aprovado como coleções de quatro volumes, 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano para o segundo seguimento - nomenclatura utilizada pelo Ministério da Educação.. Outra questão a ser discutida diz respeito ao desafio de se contemplar a complexidade existente na EJA em um livro que pode ser adotada em todo ou qualquer localidade do Brasil: como considerar as especificidades locais e regionais e os sabres dos sujeitos estudantes? Que pensamento pedagógico daria conta da complexidade das experiências dos sujeitos estudantes? Busca-se, assim, analisar e refletir se a Coleção da EJA Moderna, adotada na EJA de uma das escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – RMEBH, traz elementos relevantes para a construção do conhecimento em Artes Visuais na dimensão da diversidade étnico-racial, considera os sujeitos em sua especificidade e contextos e, ainda, se contribui para a efetivação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Assim, pretende-se com esse estudo, contribuir para um trabalho mais dialógico, horizontal, contextual e significativo na Educação de Jovens e Adultos, também no que diz respeito às questões relacionadas às Artes Visuais. A ideia é que de fato se efetive o direito desses sujeitos à escolaridade com qualidade, respeitando seus saberes com atenção à diversidade étnica e racial nesse contexto.

"Estigmas na educação: uma perspectiva teórica." - Jonaza Glória dos Santos (Governo do Estado de Sergipe), Najó Glória dos Santos (UFS), Suanam Glória Fontany (Faculdade Martha Falcao - DeVry). Esta pesquisa tomou como objeto jovens que tem um parente detento pela indissociabilidade do estigma do encarceramento e seus reflexos na construção das suas sociabilidades. O recorte, ora apresentado, traz algumas discussões em torno dos conceitos de estigma, seus avanços e processos e suas novas atuações. Objetivo: Analisar os percursos teóricos do processo de estigmatização sabendo-se que o processo de construção do estigma se dá, tanto a partir da relação com o outro e suas variáveis, como na autoestigmatização. Orientação teórica: Toma como fio condutor as percepções teóricas de Irving Goffman na abordagem do estigma individual que explica a delicada convivência do estigmatizado consigo e com o outro. Pelas lentes de Norbert Elias na construção do conceito de estigma coletivo, edificado a partir das relações estudadas em estabelecidos e outsiders. Aborda ainda, a relação entre estigma e desvio através das teorias de Howard Becker que preceitua a necessidade de se redefinir os conceitos sociológicos em torno do estigma ligado ao desvio. Método: Através de pesquisa qualitativa – exploratória com inspiração histórico – dialética e pesquisa de campo, pudemos conhecer as estratégias desenvolvidas pelas juventudes locais para a convivência e superação com o duplo estigma – individual e social, nos seus processos de socialização. Resultados: A reconfiguração do sentido de estigma alterou a percepção dos jovens em torno do estigma do encarceramento, esse, não se constituindo mais uma impossibilidade de aceitação social. As novas composições familiares, neste caso, predominantemente monoparentais femininas, também foram identificadas e descritas confortavelmente ante a ausência paterna. Observou-se também, que não há uma relação geracional do crime - via ente detento, com o jovem parente. Conclusões: A condição juvenil de superação deu-lhes a possibilidade de não aceitarem socialmente as restrições impostas pelo estigma, o que não impede a desconfortável convivência individual com o mesmo. Breve consideração da pesquisa original:A pesquisa foi realizada com jovens que tem um ente detento moradores do bairro América em Aracaju-Sergipe, desativada em 2007, mas ainda presente física e simbolicamente. Esse espaço/lugar é marcado pelo estigma de violência e perigo dado o histórico político, social e econômico perverso do sistema penitenciário brasileiro.

"Experiências didático pedagógicas entre professores de Sabará/Brasil e Obuasi/Ghana e o fortalecimento das africanidades." - Jane Moreira (Escola Municipal Gabriela Leite Araújo), Silvani dos Santos Valentim (CEFET/MG). A pesquisa realizada teve como objetivo compreender a história e cultura africana a partir de um diálogo entre os professores de Obuasi/Ghana e Sabará/Brasil, para fortalecimento das africanidades. O processo para se consolidar a implementação da Lei 10.639/03 na Rede Municipal de Sabará tem ocorrido de forma fragmentada, em função da inexistência de uma agenda para ações conjuntas para todo o município. Na prática, alguns autores, como MUNANGA (2005), MORAES (2006), VALENTIM (2012) e COELHO (2008) apontam espaços de escolarização marcados por uma ausência de uniformidade na proposição da abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Ou seja, os(as) professores(as), gestores(as) e pedagogos(as) possuem práticas diferenciadas; as formações ocorrem em momentos e espaços

diversos, não alcançando todos os(as) docentes de uma mesma rede. Nesse sentido, pode-se dizer que até o momento, não há uma prática estruturada e sólida para o ensino da História da África e afro-brasileira nas instituições de ensino deste município, sendo esta reflexão a geradora da questão que norteou este estudo. A partir das diversas sínteses possíveis para a pesquisa em educação, a coleta de dados foi realizada através dos métodos de pesquisa exploratória, qualitativa e etnográfico virtual, utilizando-se os recursos de comunicação virtuais tais como: e-mails, mensagens via plataforma do aplicativo whatsapp e redes sociais como o facebook. Dada a singularidade da pesquisa realizada, em um ambiente virtual, recorreu-se a metodologias diferentes, porém, não divergentes entre si, mas, complementares. Essa triangulação contribuiu para a investigação em uma área tão complexa quanto a educação. Assim, também foi empregada nesta pesquisa a técnica de etnografia virtual, realizada por intermédio de ferramentas digitais com os(as) professores(as) participantes(as). Após a análise da troca de experiências didático-pedagógicas e informações educacionais, culturais e sociais entre professores(as) participantes de Obuasi e de Sabará, compreendeu-se o sistema educacional de Obuasi e aprimorou-se o conhecimento sobre o sistema educacional do município de Sabará para o fortalecimento das africanidades. O estudo investigou também os tempos escolares nas duas localidades, incluindo o período de início e término do ano letivo; o quantitativo de estudantes em classe; o uso ou não de livros didáticos; e o fazer pedagógico docente. As considerações finais evidenciaram que o intercâmbio com Obuasi foi apenas uma contribuição, restrita ao país de Ghana, diante da imensidão cultural que é o continente africano, suscitando outras possibilidades de pesquisa para o fortalecimento das africanidades.

"História da África e cultura afro-brasileira na educação popular." - Paula Thaise Rodrigues (UFRGS). O ensino de história tem como finalidade proporcionar a compreensão dos processos históricos, ações do homem como sujeito histórico e sua localização no tempo e espaço, apontando os desdobramentos dessas ações. O método cronológico para fazer a divisão da história, propiciando um melhor entendimento de cada período, baseia-se em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, ensinado normalmente sob o olhar ocidental, deixando de lado a história dos povos originários dos territórios colonizados. Com isso, é comum o preconceito histórico, em relação aos negros escravizados e suas gerações futuras, invisibilizando o papel desses homens e mulheres na formação da sociedade nacional. A Lei n°10.639 de 2003, estabelece a inclusão do ensino de história da África e cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. Porém, sabe-se das dificuldades ou mesmo desinteresse de muitos profissionais em colocar esta lei em prática. O curso pré-vestibular popular do coletivo Território Popular, conta com indivíduos de diversas áreas dos saberes (docentes em formação e já formados) com o objetivo de construir e fortalecer um espaço educacional de caráter acolhedor, plural e democrático. Dentro deste projeto, são ministradas aulas gratuitas a comunidade negra e de baixa renda, visando respeitar a lei citada, voltadas ao Enem e vestibular dabUFRGS. Entretando, o principal objetivo deste projeto, é ensinar que a educação adquirida nesses espaços destina-se para além da sala de aula. Oportunizando um ensino mais acessível, com a elaboração de práticas educacionais que possam vir a contribuir para a emancipação dos sujeitos e pela democratização do Ensino Superior, atuando junto a camadas populares da sociedade. O objetivo desse trabalho é mostrar como a história da África e da cultura afro-brasileira vem sendo desenvolvida na disciplana de história dentro do curso Território Popular. Como professora de história, dentro de uma equipe composta por seis professores voluntários da disciplina, atendemos setenta alunos/as que são divididos/as, em duas turmas. Nos planejamentos das aulas de história do Brasil, foram incluídos temas nos períodos históricos que foquem o protagonismo do negro e na presença africana no território nacional. Além disso, ampliamos esses encontros para outros espaços, tais como museus, cinema, e demais lespaços. Este planejamento está em constante construção, sendo alterado conforme necessidades e sugestões dos alunos. Pretende-se assim potencializar o conhecimento para além do conhecimento da disciplina, respeitando as diferenças de cada aluno e respeitando a pluralidade étnica na formação das culturas brasileiras, já que nossa cultura não é em nada singular.

"Juvenilização na EJA e desigualdades raciais: tensões e silenciamentos." - Eliana de Oliveira Teixeira (UFF). Este trabalho se propõe a socializar os primeiros resultados de uma pesquisa de Doutorado em Educação que tem por objetivo investigar a condição educacional do negro na Rede Municipal de Ensino de Angra dos Reis (RJ), buscando articulações entre os fenômenos da juvenilização na Educação de Jovens e Adultos (EJA), da desigualdade racial e os percursos dos estudantes no Ensino Regular. A pesquisa, de cunho quantitativo, se propõe a utilizar duas bases de dados: o Censo Escolar da Educação Básica (INEP/MEC) e o Sistema Sectonline, Sistema de gestão da Rede Escolar Municipal, monitorado pela Secretaria Municipal de Educação. Em diálogo com autores como Cavaleiro (1998), Oliveira (2007), Munanga (2010), Paixão e Giaccherino (2011) e Senkevics, Machado e Oliveira (2016), DAYRELL et all. (2011) e Haddad e Pierro (2000), a partir da análise de indicadores de rendimento e fluxo escolar, pretendemos delinear as intrínsecas relações e/ou disparidades entre a trajetória escolar dos jovens negros e dos brancos matriculados na EJA no ano de 2017. Em linhas gerais, a pesquisa vem nos permitindo perceber a estreita relação do processo de juvenilização da EJA causado, especialmente, pela inserção de jovens de 15 a 17 anos, com a produção do fracasso escolar e de desigualdades raciais no ensino regular. Dentre os primeiros achados da pesquisa destaco: a maior parte dos alunos matriculados na EJA da escola pesquisada é negra (73,21%); o fenômeno da juvenilização da EJA está concentrado na II Etapa (Anos Finais do Ensino Fundamental), na I etapa (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) prevalece o público adulto e idoso; 35,98% dos estudantes tem idade entre 15 e 17 anos, destes 73,47% se autodeclaram negros; os alunos entre 15 e 29 anos equivalem a 66% dos alunos matriculados na EJA; o fenômeno da reprovação por falta se mostrou um desafio importante e que precisa ser mais detalhadamente pesquisado. A análise dos dados coletados vem, ainda, colocando em evidência duas questões para reflexão: podemos dizer que estamos construindo uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática ao presenciar os fenômenos da juvenilização e de maior percentual de estudantes negros na Educação de jovens e Adultos? Em que medida esses processos estão articulados às trajetórias desiguais entre negros e brancos no cotidiano escolar do Ensino Fundamental? Enfim, buscando dar visibilidade estatística aos fenômenos estudados desejamos que seja uma ferramenta para diagnóstico, planejamento e reformulação de políticas para igualdade racial na educação.

"Juventudes e trajetórias escolares em uma comunidade quilombola de MT: Desejos, percalços e o PROINQ como Ação Afirmativa

para jovens quilombolas em MT." - Zizele Ferreira Dos Santos (UFMT). O presente trabalho pretende abordar, a partir das narrativas apresentadas por jovens de uma comunidade quilombola de Mato Grosso, as trajetórias escolares e a elaboração de projetos de vida aliada aos desafios postos durante acesso e permanência na escola ao longo desse percurso através de dados apontados pela dissertação Situações Juvenis: Juventudes e políticas públicas no quilombo Morrinho em Poconé/MT (Dos Santos, 2016) que se desenvolveu no contexto de luta pela aprovação do Proinq/UFMT (Programa de Inclusão Quilombola da Universidade Federal de Mato Grosso). Estudiosos como Costa (2009) e Santos (2014) apontam que a luta por direitos dos negros é histórica. Numa dimensão política, a população quilombola demonstra evidente oposição a estrutura escravocrata e tem atuado estrategicamente atuou para a implantação de uma estrutura política onde não houvesse opressão (REIS e GOMES, 2008). Tal análise pretende se inserir num cenário nacional de luta pela democratização do ensino superior, cujo acesso e permanência são marcas proeminentes de luta na trajetória educacional de jovens quilombolas. Trata-se de uma pesquisa social, de abordagem qualitativa e que apresentará as experiências desses jovens por meio da sociologia da vida cotidiana, na qual utilizaremos para a coleta de dados instrumentos como documentos, entrevistas e a observação participante articuladas ás perguntas do nosso objetivo central e ao grupo social que nos propomos a pesquisar, jovens quilombolas de Mato Grosso.

"Literatura afro-brasileira como elemento de construção da identidade negra." - Jean Carlos Barbosa dos Santos (APLB/Sindicato), Jones César da Paixão (UNEB). O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados obtidos com a aplicação de oficinas de leituras, de contos afro-brasileira, como elemento de construção da identidade negra, com uma turma de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com a faixa etária de 15 a 24 anos. As oficinas foram aplicadas em uma escola municipal camponesa, localizada no município de Feira de Santana, e teve como intento identificar e problematizar as questões étnico-raciais, assim desmistificando imagens e discursos estereotípicos que foram pedagogicamente construídas e introjetadas no imaginário coletivo. Para este momento de aprendizagem, optamos pela modalidade organizativa "Sequência didática", por possuir caráter de oficina, com atividades individuais e coletivas, a partir das discussões de Rildo Cosson (2016), em seu livro Letramento Literário: teoria e prática. Para tanto, elegemos as obras de duas intelectuais negras, por entender que o lugar de fala é importante e interfere no discurso e representatividade do sujeito, como: Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus e a narrativa Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. Ambas as obras, nos possibilitaram discutir sobre as questões étnico-raciais. Vale salientar que esta proposta está em consonância com a exigência da lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", no currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Embora esta lei tenha sido aprovada em 2003, constatamos que não há uma efetivação dessa discussão em sala de aula. E isso foi o que nos levou a esta proposta, a qual consideramos necessária e urgente sua aplicabilidade em sala de aula. Durante todo o trabalho, como motivação para esta discussão, partimos das vivências dos alunos. Para socializar os debates, realizamos uma roda de diálogo, e os registros destas experiências foram analisadas a luz de intelectuais que problematizam sobre essas questões como, Frantz Fanon (2008), Cortazzo (2011), Conceição Evaristo (2008), Silviano Santiago (2012), Stuart Hall (2003), Homi Bhabha (2013), dentre outros. Após aplicação desta proposta, constatamos que há uma carência dessas discussões em sala de aula, e a literatura afro-brasileira foi uma ferramenta eficaz para promover este debate.

"O Grito da Periferia: uma intervenção necessária." - Jonathas Adonias Xavier (UFT). O presente trabalho é um relato sobre uma iniciativa de acadêmicos negros da Universidade Federal do Tocantins. Uma iniciativa que surgiu com o objetivo de aplicar atividades didáticas e pedagógicas em escolas da periferia, que devido o êxito se transformou em um Projeto de Extensão, intitulado de "O Grito da Periferia". Levando em consideração que atualmente as lutas sociais enfrentam uma realidade repressora, devido principalmente o cenário político, que influencia o imaginário e o ideológico da sociedade brasileira. Sendo que, a construção social nos diversos períodos da história territorial brasileira, tem estabelecido realidades diversas, como o caso da periferia, que enfrenta grande vulnerabilidade social. Fator determinante na escolha das escolas a serem trabalhadas. E também instigar a percepção de que a educação tem sido uma reivindicação com prioridade constante e necessária para a inserção social do negro. Tendo em vista que os movimentos sociais e os grupos voltados para as questões étnico raciais funcionam como uma forma de instigar a uma melhoria do nível de vida, à reeducação e à ascensão socioeconômica do negro na ordem social, uma forma de incentivo direto a capacidade de que o estudante negro de periferia possa ousar, e ir cada vez mais longe.

"O Impacto das Ações Afirmativas na Estética e na imagem Corporal de Negros e Negras." - Sebastião Carlos dos santos carvalho (UFMG). O tema que este estudo aborda, busca relacionar o racismo brasileiro e suas implicações dentro do processo educacional nas universidades brasileiras com as novas dinâmicas associadas à politização da estética negra. Tem um foco no impacto das Ações Afirmativas na estética e imagem corporal de negros e negras e como isso tem refletido e influenciado em sua cultura corporal. Nossa percepção é que as Ações Afirmativas transcenderam a questão do ingresso, do acesso e da permanência dos negros e negras ao ensino superior. Elas têm promovido também uma revolução na constituição da estética corporal, no auto reconhecimento e na autoafirmação dessas pessoas. A intenção aqui é fazer um estudo reflexivo sobre os processos de ingresso, sobre as tensões, sobre a negação, a descoberta e redescoberta desses estudantes, buscando uma aproximação da dimensão das trajetórias dessas pessoas e de uma possível interferência dessas políticas afirmativas no desvelar dos corpos em questão. Esta pesquisa tem como objeto de estudo compreender o processo de ingresso de estudantes negros e negras no Campus XII da UNEB, via Ações Afirmativas e os possíveis impactos em suas percepções estéticas e em suas imagens corporais, assim como compreender os processos de construção e reconstrução da imagem corporal de estudantes negros e negras nas universidades, influenciados pelas Ações Afirmativas. A base teórica se fundamenta na decolonialidade na perspectiva negra, tendo como principais autores e autoras: Gomes, Hall, Munanga, Daves, Fanon, Suarez, Du Bois, Césaire, Quijano, Boaventura Santos, dentre outros. A metodologia a ser tratada no referido trabalho faz uso da pesquisa tipo qualitativa, investigativa exploratória, onde a pesquisa etnográfica ocorrerá por meio da colheita de narrativas de história de vida, através de entrevistas, com

entrevistas semiestruturadas, tendo a transcriação das mesmas como técnicas para coleta e consequente análise de dados sob a ótica da Hermenêutica. A (auto)biografia também será utilizada considerando a relação do pesquisador com tema, assim como rodas de conversas com os participantes da pesquisa. Tentaremos traçar "Mapas Corporais" dos participantes, em uma analogia a técnica de "Mapas Mentais" de Kozel.Esse trabalho tem a orientação do professor Dr. Rodrigo Ednilson de Jesus, Graduado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e Doutor em Educação pela UFMG. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFMG, Coordenador do Programa Ações Afirmativas na UFMG e é Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis da UFMG.

"O porquê de outra ideia de Juventude Negra Brasileira." - Juliano Gonçalves Pereira (UFMG), Helbert Rodrigues (IFNMG), Michely Cristina dos Passos Santos (IFNMG), Heitor Gabriel Alcino Reis de Almeida (IFNMG), Brás da Costa Guimarães Júnior (UFVJM), Luiz Philipe Gonsalves Andrade (IFNMG), Samara da Silva Marques (UFVJM), Leandro Soares Vieira França (IFNMG). Com o objetivo de dar continuidade às reflexões críticas sobre a sociologia da juventude, que insiste em reproduzir as negativas experiências sociais da Juventude Negra no Brasil, determinando suas representações, este texto esforça-se em levantar questões que apresentem outras formas de perceber este segmento, a partir da crítica decolonial. A juventude Negra brasileira possui variados repertórios e diversas experiências que não cabem apenas na maneira como vem sendo apresentado hoje nos principais meios de comunicação e pesquisa do país. A insistência na definição deste segmento associado a um passado escravocrata, e a indicadores de vulnerabilidades sociais, em especial o de violência letal é aqui problematizado. Olhar para interpretações mais compatíveis e positivas do cotidiano deste segmento pode alterar as soluções dos graves problemas sociais que estão inseridos. Este texto se esforça, em perscrutar um caminho investigativo que traga a reflexão, leituras que revelem as experiências positivas no adverso cenário social que historicamente têm sido submetida a Juventude Negra. Indagamos o porquê estas experiências têm sido silenciadas e negligenciadas nas análises e discursos sociais, sobretudo na academia brasileira. A ideia de "Colonialidade do Poder" que age como um enredamento nas sociedade ocidentais, determina a forma de analisar e compreender os fatos sociais induzindo a representações superficiais. Por fim, questionamos o que entendemos ser a busca de uma existência, pautada no desejo de reconhecimento social estruturado em uma lógica euro/norte americana, consumista dos jovens, aqui o ponto de partida no trilhar destas outras e emergentes ideias.

"Relações intersubjetivas e o ser jovem:construções a partir do Sarau da Onça." - Célio José dos Santos (UFBA), Gleiciele da Silva Oliveira (UFBA). O presente trabalho é fruto da convergência e intersecções de saberes entre pesquisas científicas que estão sendo desenvolvidas em áreas do conhecimento distintas: a Geografia e a Literatura. Buscamos, inicialmente, problematizar a maneira pela qual a juventude negra de Salvador vem construindo a sua experiência de ser jovem, ser negra(o) e ser periférica(o) nos saraus de poesia que acontecem na capital baiana, mais especificamente no Sarau da Onça. Ao falar sobre juventude, é preciso entender o conceito como algo histórico, social, espacial e cultural, o que permite perceber que a compreensão e as representações desse fenômeno vêm sendo modificadas de acordo com o tempo e o espaço (PAIS, 1990). Assim, partimos da ideia de que não existe juventude ou um único modo de ser jovem, e sim juventudes, no plural, pois há variadas formas de ser jovem e de viver este período da vida, sendo que essa experiência torna-se diversificada de acordo com suas especificidades culturais, temporais, espaciais e sociais. Nesse sentido, tentaremos responder as seguintes indagações: Como a experiência de ser jovem, negra(o) e periférica(o) torna-se intersubjetiva entre os diferentes jovens que participam do Sarau? Como ela é partilhada entre eles? E como essa geografia social, cartografada no corpo das(os) poetas, é apresentada na poesia declamada no evento? Para Schutz e Luckmann (2009), essa vivência intersubjetiva é construída por meio da ação social em coletividade. No caso analisado, ela é configurada por intermédio de uma ação sociocultural tecida por alguns jovens moradores de Sussuarana, bairro periférico soteropolitano. Neste espaço, há sete anos uma poesia subversiva é concebida e ecoada para outros locais da Bahia e do Brasil. O Sarau, como um dos seus idealizadores, Sandro Sussuarana, afirma, busca a utilização da poesia como uma arma para denunciar os problemas vividos nessa zona periférica da capital baiana, especialmente, o aumento do índice de violência contra os(as) jovens negros(as) moradores(as) do bairro e o genocídio da juventude negra no país. A "escrevivência" emerge da dor para produzir uma reversão de valores no que se experiencia cotidianamente. A poesia passa a ser fuga, alimento e resgate. Os versos declamados apontam para uma rasura no discurso literário vigente, mas também visa uma nova configuração da própria história social e cultural ali apresentada (MARTINS, 2007, p.72); bem como expõe o modo visceral de viver as juventudes.

"Racismo Institucional: O ingresso de negros e negras no universo acadêmico e o impacto em sua saúde mental." - Carolina Santos Victorino (UFRRJ). Esse trabalho se propõe a apresentar uma análise acerca de como o racismo institucional atravessa a vivência de estudantes universitários negros e negras em seus respectivos ambientes acadêmicos, sejam estes público ou particular, e como tal fenômeno reflete diretamente na saúde mental dos mesmos. Desta forma, o trabalho estará buscando investigar, mais precisamente, como é vivida e sentida a formação acadêmica na vida psíquica de estudantes negros, uma vez que o meio acadêmico impõe modos, status, conhecimentos e maneiras de pensamentos que por muitas vezes acabam fazendo com que os estudantes negros fiquem cada vez mais imerso naquele meio e sofram psicologicamente devido a dois fenômeno sociais tipicamente racista e presentes nas universidades brasileiras: a branquitude e o branqueamento. A pesquisa adotou um viés qualitativo onde os sujeitos da pesquisa são estudantes negros e negras autodeclarados, sem idades preestabelecidas, que estejam vivenciando o ambiente acadêmico, não havendo restrição para aqueles que talvez não venham a se encontrar mais na graduação, podendo estar exercendo seus mestrados ou doutorados, e que residam preferencialmente no estado do Rio de Janeiro. Eles foram selecionados a partir da divulgação nas redes de contato pessoal da pesquisadora. Foi utilizado um questionário composto por 21 (vinte e uma) questões que variaram entre perguntas estruturadas e semi- estruturadas. Enquanto resultado da pesquisa, uma quantidade categórica de entrevistados apontaram que as universidades são ambientes essencialmente racistas, mesmo após a implantação das ações afirmativas, que propiciaram um maior ingresso de estudantes negros à instituição e que a mesma afeta de maneira negativa a sua saúde mental. As problemáticas majoritariamente apontadas pelos estudantes foram: o

comportamento dos demais alunos e dos profissionais da universidade em um todo, a dificuldade de permanecer no espaço devido a ausência de responsabilidade das universidades em oferecer assistência aos alunos, falta de representatividade negra no corpo docente, eurocentrismo, exclusão sofrida pelos alunos negros e epistemicídio. Para além de ampliarem a compreensão acerca do engessamento existente na estrutura acadêmica e de confirmarem a existência do racismo institucional, os alunos entrevistados apontaram em seus depoimentos enquanto possíveis resoluções para o combate ao racismo institucional acadêmico o investimento das universidades em políticas públicas, fossem estas de auxílio permanência até acompanhamento psicológico e a criação de um código de ética que registrasse todos os ocorridos racistas e preservasse os estudantes negros.

Sessão Temática 12

Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica

"A escola, a formação do professor e do estudante negro: o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana." - Ione Aparecida Duarte Santos Dias (UFES), Cleyde Rodrigues Amorim (UFES). O presente trabalho tem como objetivo acompanhar como o ensino da história e cultura afro-brasileira está inserida no currículo da escola e como os professores desenvolvem as ações na área da educação para as relações étnico-raciais nas escolas do município de Cariacica. Considerando toda a problemática que envolve a aplicabilidade da lei 10639/03. Também propomos elucidar o uso de alguns termos e conceitos que muitas vezes não sabemos como utilizar ou se utilizamos corretamente. Nos aprofundaremos também na situação da democracia do racismo no Brasil para dialogar acerca da temática, alguns teóricos como Boaventura de Sousa Santos (2016), Munanga (2008) Brandão(1984) Freire (2004), Cunha(2010) dentre outros. Como metodologia iniciamos uma pesquisa para uma análise quantitativa acerca das formações para Educação das Relações Étnico-racial no município de Cariacica. Manteremos uma relação com a comunidade definida como campo de investigação no sentido de escutar e coletar informações acerca do ponto de vista dos mesmos para a construção de uma escola com menos preconceito, desigualdade e exclusão e quais os seus apontamentos frente à demanda apresentada com a necessidade da implementação da Lei 10639/03. Uma tentativa de resgatar os valores históricos culturais e apresentar aos alunos essa riqueza. Para esse trabalho será utilizado a pesquisa participante, onde duas escolas foram selecionadas. As formações e ações voltadas para a temática serão acompanhadas com proposição de reflexão sobre as ações. As formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Cariacica tem acontecido anualmente, em análise de um recorte de 10 anos, ao propor uma ação de reflexão sobre a formação ou a ausência desta, procuro sair do colonialismo do pensamento acerca do racismo, diante da falsa democracia do racismo. O problema que se apresenta é que em meio a uma diversidade étnica e cultural existente no município de Cariacica, os professores da rede não desenvolvem ações contínuas e o município não possui um direcionamento ou diretrizes fortes que tem a finalidade de garantir um trabalho que possa fortalecer o enfrentamento ao racismo em nossas escolas.

"A História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Projeto Político Pedagógico." - Viviane Pereira Ribeiro Oliveira (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais). Esta comunicação apresenta parte dos resultados de uma pesquisa que buscou analisar as mudanças e permanências no ensino de História de duas escolas públicas do município de Ituiutaba mediante a Lei 10.639/03 que alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN), trazendo a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira para todas as escolas de ensino fundamental e médio do Brasil, posteriormente, modificada pela lei 11645/08 que amplia dá a mesma orientação quanto à temática indígena. Dessa forma, procurou-se compreendermos os processos de implementação da legislação referida, por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino, com objetivo de percebermos como a lei tem influenciado na construção de documentos educacionais que direciona as práticas pedagógicas escolares. Isto porque, por um longo período o Brasil, manteve a permissividade para com as postura racistas e a discriminatórias, ainda muito presentes na nossa sociedade, em relação a população afrodescendente impedindo que, essa parcela da população tivesse acesso a sua história, e as condições de vida dignas, exclusão que se refletia na educação e cultura. Entendemos que as culturas afro-brasileira e africana como valores fundamentais da identidade dos afro-brasileiros, por isso, é necessário para que se conheça e valorize essas culturas, como meio de reconhecimento do seu papel na formação do Estado brasileiro e caminho para a eliminação da discriminação racial em nosso país.

"A poesia de Carlos de Assumpção e a educação das relações étnico-raciais: caminhos e potencialidades para a lei 10.639/03." - Daniele Galvani do Nascimento (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo). O presente trabalho, que faz parte da dissertação A lei 10.639/03 entre a teoria e a prática escolar: História e cultura afro-brasileira e africana em uma escola no município de Franca/SP, defendida pelo programa de pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP Campus de Franca, tem como objetivo discutir a implementação da Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa em educação, tendo como fundamento teórico uma abordagem que parte da perspectiva dos Estudos Culturais e do Multiculturalismo, de autores como Silva (2014) e Hall (2014), visando analisar um projeto desenvolvido na rede municipal da cidade de Franca, no segmento dos anos iniciais do Ensino Fundamental, acerca da obra do poeta Carlos de Assumpção. Apoiado principalmente nos fatores essenciais apontados por Gomes (2012) para o desenvolvimento do trabalho com a lei, apresenta pontos facilitadores e impasses que ainda persistem no processo de efetivação e enraizamento no chão da escola.

Além disso, discute também a importância da literatura como objeto importante para a discussão acerca da valorização da cultura e história africana e afro-brasileira e para o empoderamento e construção identitária positiva da criança, além de fornecer subsídios para a conscientização dos alunos quanto ao respeito e a tolerância com a diversidade da qual nosso país é composta. Para alcançar os resultados, foi realizada a análise dos documentos Plano Municipal de Educação (2015-2025), Referencial Curricular da rede municipal de Franca (2008) e Projeto Político Pedagógico da escola. Além disso, entre os procedimentos da coleta de dados durante o trabalho de campo, foram feitas entrevistas semiestruturadas com professores, análise dos diários de classe dos professores, e uma roda de conversa com estudantes da escola. Entre os pontos facilitadores, observamos o apoio e incentivo da gestão da escola para a realização de projetos, a disponibilidade e abertura dos professores para o trabalho com a temática e a facilidade no desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares, outro fator que possibilita o desenvolvimento de projetos temáticos. Já entre os pontos de entrave, identificamos a questão da intolerância religiosa por parte de alguns membros da comunidade escolar, a falta de apoio e orientação da Secretaria da Educação, direcionando um trabalho para a educação das relações étnico-raciais, além da dificuldade enfrentada pelos professores por conta da ausência da temática da cultura tanto na formação inicial quanto continuada.

"A representatividade da mulher negra na educação física escolar." - Carolina Cristina dos Santos Nobrega (UNIFESP). O presente estudo compreende a Educação Física escolar como projeto educativo na discussão, reconhecimento, resistência e visibilidade da cultura negra. Desse modo, a área atua no espaço de desenvolvimento e responsabilidade social na construção das identidades (étnico-racial e gênero). Assim, o objetivo desta experiência didático- pedagógica foi promover a Educação Antirracista, por meio, da representatividade das mulheres negras no contexto escolar. À vista disso, as etapas de desenvolvimento foram delineadas pelo mapeamento inicial, Planejamento e a inserção da valiosa trajetória de duas professoras negras, Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza com ênfase no combate ao racismo. Sendo assim, as contribuições de Guimarães (2004), Munanga (2006), Silva (2007, 2010), Santos (2010, 2016), Candau (2012), Artes e Unbehaum (2015), Passador (2017), Silva e Nobrega (2017), entre outros, compõem o referencial teórico e metodológico desse estudo. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, com base na pesquisa-ação e envolveu a participação de crianças do Ensino Fundamental I do ciclo interdisciplinar (4º anos) de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) localizada na cidade de São Paulo. Essa proposta foi efetivada de acordo com o Projeto Político Pedagógico da instituição, baseada na Avaliação Diagnóstica, fundamentada nos estudos realizados com as educandas e os educandos a respeito da desigualdade racial, social e concretizada no Projeto "Leituras Afro - brasileiras". Os resultados foram significativos para a aprendizagem, pois, as produções culturais (danças, histórias em quadrinhos, jogos teatrais e jogos cooperativos) baseadas na educomunicação, colaboraram na superação da sub-representação das meninas negras, ampliando o papel sociopolítico das mulheres negras, reconhecendo as noções de cidadania que essas protagonistas trazem para a realidade escolar, desnaturalizando o racismo, sexismo, machismo e promovendo a interculturalidade. Assim, a expressão de confiança nas linguagens e atividades criadoras resultou na produção audiovisual, de acordo com o protagonismo dos discentes num processo de intervenção crítica em relação à mídia (com foco no princípio de alteridade), enegrecendo a comunicação e compreendendo a diversidade como eixo central na trajetória curricular.

"ÁFRICA NO CURRÍCULO: Uma Ação Pedagógica no Plano de Curso em uma turma de 4ºano." - Juliana Siqueira Pires (UERJ). O ambiente escolar é um espaço de transformação, de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, sendo assim a escola pode contribuir para a reflexão de como o discurso racista ainda está presente em nossa sociedade. Para se cumprir a legislação sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é necessário uma ampliação do foco nos currículos escolares para a diversidade racial e cultural brasileira. Trabalhar os conteúdos de forma a ir muito além do africano como escravizado. Ao pensarmos nas modificações que devem ser feitas no currículo, entendido aqui como a "mola-mestra para o processo de sensibilização de alunos para o conhecimento e exercício de seus direitos e deveres como cidadãos" (BRASIL, 2010), de modo a atender a uma prática voltada para as relações étnico-raciais, o passo inicial deve ser o como trabalhar os conteúdos designados para cada ano de escolaridade, para que atenda a essa necessidade. Sendo assim, se faz necessário pensar nas disciplinas que serão trabalhadas ao longo do ano e nos seus respectivos conteúdos, de forma a ter uma prática decolonial em que a África e a participação da população negra brasileira se tornem também protagonista. A metodologia adotada foi de intervenção no plano de curso de um quarto ano do ensino fundamental, com atividades em todas as áreas de conhecimento a ser trabalhadas (língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e arte), voltadas para conhecimentos africanos e/ou produções de afro brasileiros. Os resultados alcançados com as atividades superaram as expectativas iniciais, pois o envolvimento da turma foi tão significativo que outras atividades foram sendo incorporada a prática pedagógica por sugestão dos estudantes. Uma participação ativa dos estudantes na produção do conhecimento matemático resultou na melhora do desempenho na matemática, que sempre representou um grande obstáculo na educação brasileira e também construíram identidades e visões mais positivas sobre si e sobre nossos ancestrais africanos. Os conhecimentos produzidos por todos os envolvidos nesse processo transformou a relação que cada um tinha com a matemática, que antes era algo complexo e de difícil compreensão, para práticos e simples que passaram a ser compreendidos e assimilados rapidamente por grande parte da turma.

"Aglomerado da Serra: empoderamento através da imagem." - Lauren Cristine Torres e Marra (Secretaria Municipal de Educação). O Aglomerado da Serra é um complexo de casas pertencentes administrativamente a Regional Centro-sul de Belo Horizonte, abriga cerca de 50 mil pessoas é formado por sete Vilas: Cafezal, Marçola, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas, Fazendinha e Nossa Senhora de Fátima. As pressões sociais nos anos 1990 sobre o poder público determinaram um novo modelo de urbanização da favela: o direito à moradia sem remoção dos moradores. Dessa forma, o Aglomerado da Serra se estabiliza como uma área popular próxima a estratos sociais com outras características. No Aglomerado da Serra encontramos um personagem singular: Rafael Freire. Nascido e criado nesta comunidade Rafael Freire é um jovem negro que resolveu enveredar pelo campo da fotografia na tentativa de apresentar o Aglomerado da Serra ao próprio Aglomerado. Inicialmente pretendia coletar imagens aleatórias do Aglomerado, porém, ao se tornar monitor na Escola Municipal

Levindo Coelho vislumbrou a necessidade de iniciar um trabalho de valorização da imagem das alunas negras através de ensaios fotográficos. O Aglomerado passou a ser o cenário dos seus ensaios e as alunas são inseridas nesse cenário objetivando criar no imaginário da comunidade a consciência que ali onde eles moram há uma beleza, há um espaço que deve ser apropriado e também que a imagem de um (a) negro(a) é algo a ser valorizado. Seus ensaios possibilitam que o cabelo e a cor da pele, passem a ter novos significados para as alunas. A partir dos ensaios elas passam a valorizar seu corpo e consequentemente recuperam a autoestima. Autoestima recuperada há uma outra mudança: as alunas mais inquietas e mais impulsivas passaram a apresentar mais tranquilidade e melhor concentração nos estudos. Portanto, ressaltamos que o trabalho desenvolvido pelo Rafael Freire pode servir de apoio ao cotidiano do (a) Professor (a) na medida que possibilita a aluna se reconhecer como alguém que tem importância e movimentar-se no sentido de criar para si o desejo de estudar e crescer intelectualmente.

"Avaliação institucional na Educação Infantil: uma experiência de reconhecimento e valorização da identidade étnico-racial" - Mariana Semião de Lima (Prefeitura Municipal de Vinhedo). Desejamos mostrar nessa experiência a implementação das relações étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma instituição de educação infantil do município de Vinhedo-SP, a partir da aplicação dos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil. Esse documento publicado pelo MEC em 2009 foi à base para essa instituição, em 2016, realizar sua autoavaliação e a partir dos resultados obtidos, assumir o compromisso de construir um currículo que vise a reeducação das relações étnico-raciais e de gênero e a quebra do silêncio sobre essas questões. A autoavaliação institucional por meio de processo participativo e democrático de toda comunidade é um instrumento capaz de fazer com que as instituições educativas encontrem um caminho próprio na direção de práticas pedagógicas que respeitem os direitos fundamentais das crianças (BRASIL, 2009). Portanto, dois importantes momentos de trabalho foram fundamentais para a realização desse processo: I) a participação da equipe de profissionais da instituição, famílias e comunidade para a aplicação da autoavaliação; II) a elaboração do plano de ação, o qual teve como objetivo pensar ações nos aspectos apontados na autoavaliação que necessitavam melhorias, seja por ações da própria Unidade, ou por medidas solicitadas a outras instâncias de decisão da administração municipal. Ao final do plano de ação dentre os tantos desafios que precisavam ser revistos, o mais urgente foi a reelaboração do Projeto Político Pedagógico uma vez que esse não mencionava práticas pedagógicas, estabelecimento de relações, planejamento de espaços e materiais organizados de forma a combater o racismo. Inserir as relações étnico-raciais no PPP de uma instituição de educação infantil foi trazer para discussão o reconhecimento e valorização da identidade étnico-racial das crianças pequenas não só por determinação da Lei 10.639/2003, mas para mostrar que as posturas discriminatórias estão presentes em nosso cotidiano pela ausência de reconhecimento das diferenças, pelos maus-tratos, pelo silêncio diante de situações de discriminação vivenciadas pelas crianças negras no espaço escolar, pela negação nos planos de ensino das tradições, costumes e filosofia africana e afro-brasileira como nos mostra Kabengele (2001), Fernandes (2007), Cavalleiro (2003), Hall (2015), Silva (2015), Rodrigues e Abromowiscz (2013) e outros. A partir desse trabalho constatou-se a importância da autoavaliação institucional na construção da implementação efetiva da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na proposta pedagógica da Educação Infantil.

"Bonecas negras: valorizando a diversidade étnico-racial na educação infantil." - Ana Cláudia Magnani Delle Piagge (UNESP), Tatiane Pereira de Souza (UNESP). De que forma, crianças que não veem bonecas semelhantes aos marcadores de sua identificação étnico-racial, poderão desenvolver sua formação identitária, sua aceitação corporal e, consequentemente, constituir-se como pessoas plenas que se reconhecem positivamente, sem representações positivas de suas próprias identidades corpóreas? Essa indagação ilustra nosso incomodo com a ausência de bonecas negras dentro da Educação Infantil que representam a diversidade étnico-racial e cultural presente na sociedade. Convivemos num país multicultural, no qual, a diversidade e a diferença, que faz dele rico e único, não são reconhecidas e respeitadas como deveriam ser, no sentido da ética e do respeito à vida e a perspectiva, segundo a cosmovisão de mundo desses povos. De um lado, temos a diversidade e a multiculturalidade, informando o cotidiano e a cultura de muitos brasileiros, por outro lado, temos o desconhecimento da diversidade cultural que informa nosso modo de ser, pensar, comer, andar, sentir e criar. Por esse motivo, propomos esse trabalho que tem por objetivo verificar como o brincar com bonecas de diversas culturas e identidades, pode contribuir para relações positivas entre a corporeidade e a representatividade, como processos em construção nas e por meio das crianças. Nossa hipótese é de que a reflexão sobre a diversidade durante a confecção desse brinquedo, propiciará a criança estabelecer um diálogo com a fantasia para construir suas percepções de mundo, contribuindo assim, para a formação da sua identidade. A partir dessa atividade lúdica, que envolve bonecas e histórias, estimamos contribuir para o desenraizamento de práticas ofensivas à diversidade. Nesse sentido, propiciar o ato de pensar no brincar com bonecas, pode favorecer diálogos sobre a diversidade presente na sociedade e nas dimensões da vida das pessoas. E mais, estabelecer situações de ensino e aprendizagens que favoreçam o pensar, de maneira lúdica, com o uso de bonecas; estabelecendo uma interface de diálogo entre a educação e as relações étnico-raciais, na construção do ser humano. Com sustentação etnográfica e transdisciplinar, esse estudo traz as contribuições de autores da educação e das relações étnico-raciais para subsidiar as intervenções pedagógicas com o uso de bonecas, em especial bonecas negras. Espera-se com essa pesquisa, contribuir para o fortalecimento e construção de identidades de crianças, cujas diferenças e diversidades sejam características e marcas de valorização, reconhecimento e respeito a alteridade, e não alvos de estigmas, preconceitos, bullyng e racismo.

"Com a palavra as crianças: enunciações de crianças do 4º ano do fundamental sobre a invisibilidade do racismo." - Giselle de Souza Maria (UNIRIO). Minha pesquisa se encontra no campo das relações étnico-raciais e da infância. Ela está em andamento e se adensará com meu mergulho, aprofundamento no e com o campo. Se construirá a partir do diálogo sobre racismo e preconceito de cor entre e com estudantes do 4º ano do ensino fundamental em uma escola pública do município de Japeri, onde atuo como professora-orientadora pedagógica. Tem inspiração etnográfica e é registrado em diário de campo. Sua importância consiste em subsidiar a construção de relações com alteridade e humanidade no espaço escolar. Espera-se contribuir para a problematização e construção de outras

possibilidades de escolarização das crianças que nos direcionem a novos modos de pensar e agir, na diversidade, para a diversidade permitindo discussões, reflexões e ações que desconstruam e ressignifiquem as experiências vividas e enunciadas pelas crianças do ensino fundamental sobre raça e cor, colaborando para a desinvisibilidade e fortalecimento identidade negra.Quando o pré- projeto de pesquisa nasceu eu só desejava o encontro com as crianças, pensei num grupo focal dialógico com crianças de um ano de escolaridade, depois de outro... Passei por uma mudança na trajetória profissional , troquei de escola depois do início do mestrado e decidi que a pesquisa se daria com crianças de 7 e 8 anos do ensino fundamental, mas fui surpreendida pela amorosidade de um professor que se auto declara negro, Vailson, do 4º ano de escolaridade e por sua turma, que hoje possui 23 crianças. O professor, sindicalizado, grevista, militante do movimento negro, gosta sempre de conversar sobre a situação política do pais, de comentar os últimos acontecimentos veiculados na mídia, e como também gosto da troca de idéias vamos nos aproximando e isso faz com que as crianças da turma também se aproximem de mim queiram falar comigo. Passaram a esperar pelo meu bom dia, nos dias que estou na escola, e já me cobram quando passo apressada ao largo e não os abraço e os beijo. Essa aproximação por ideais e visão política fizeram com que eu mudasse de idéia novamente. Abracei, quem me abraçou. To pesquisando quem quer fazer a pesquisa comigo, quem me convidou para o seu barco. Então, vamos nós: professor Vailson, vinte e três crianças e eu.

"CONSCIÊNCIA NEGRA E PRÁTICAS EDUCATIVAS: o empoderamento dos (as) discentes(as) negro(as) na Escola Municipal Maiobinha no Município de São José de Ribamar - Maranhão." - Rosangela Coelho Costa (UFMA), Luis Félix de Barros Vieira Rocha (UFMA). A presente pesquisa discorre sobre as práticas educativas no Ensino Fundamental dos Anos Finais na Escola Municipal Maiobinha no Município de São José de Ribamar - Maranhão. O estudo teve como objetivo suscitar a conscientização da necessidade do empoderamento dos (as) discentes afro maranhense no espaço escolar. Neste contexto, a pesquisa buscou descrever a obrigatoriedade do ensino da cultura e da história afro-brasileira e africana, designando a produção e criação de proposições que trabalhem, sobretudo, as questões da valorização identitária, o fortalecimento da autoestima, e a consciência da contribuição dos povos africanos na construção social, histórica e cultural do Brasil. Ainda, foi descrita com a finalidade de evidenciar o papel do professor enquanto disseminador do conhecimento e propositor de práticas pedagógicas que culmine com a desconstrução da imagem estereotipada, preconcebida do racismo. A pesquisa tem como metodologia, a abordagem qualitativa, estudo de caso e bibliográfico O referencial teórico está balizado em estudiosos do campo da identidade negra, das relações étnico-raciais e da Lei 10639/ 2003. Assim, destacam-se: Hall (1993); Hernandez (2000); Fernandes (2007); Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003); Munanga (2009) dentre outros. Os sujeitos da pesquisa foram os(as) discentes do 6º ao 9º ano. Em conformidade com o que preceitua a Lei 10.639/03, no que prevê a obrigatoriedade do desenvolvimento de ações educativas em contextos escolares, a pesquisa buscou evidenciar uma experiência do fazer pedagógico, no tocante à aceitação do discente de sua identidade étnica e cultural negra. O corpo docente é constituído por 05 professoras e 02 professores. A escola pesquisada é composta de 04 (quatro) salas de aula, funciona em um prédio alugado da Associação dos Moradores do Bairro da Maiobinha. As atividades pedagógicas foram desenvolvidas tendo em vista a ressignificação do Dia 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Essas ações pedagógicas tiveram a finalidade de fomentar a pertença identitária dos(as) discentes negros(as) e promover a sua autoestima. Como procedimento organizativo, primeiramente, foi feito um levantamento do conhecimento prévio dos (as) discentes sobre o que compreendiam acerca de sua identidade étnica. Conforme Vasconcelos (2005), esse processo é denominado de Mobilização para Conhecimento. Em seguida, foi desenvolvido um conteúdo de ensino, utilizando a história e a memória dos povos africanos por meio de uma metodologia que suscitou a ação, reflexão e ação. Como consequência dessa fase, obteve-se como resultado, uma ressignificação da aprendizagem dos (as) discentes, permitindo-lhes uma reconstrução do conhecimento, levando em conta a sua pertença identitária por meio das atividades promovidas.

"Considerações sobre os processos de implementação da educação étnico-racial e quilombola." - Gessiane Ambrosio Nazario Peres (UFRJ). Este trabalho propõe discutir os processos de implementação de duas importantes legislações para a educação anti-racista no Brasil, que são a Lei 10.639/03 e a Resolução nº8 de 20 de novembro de 2012, a partir de dados de pesquisa de campo de dissertação de mestrado defendida em 2015 e de tese de doutorado que ainda está em andamento. Também propõe discutir questões fundamentais para se pensar a educação étnico-racial e quilombola. As pesquisas foram desenvolvidas em duas escolas de distintos municípios da Região dos Lagos do Rio de Janeiro que abrigam comunidades quilombolas.

"Desafios e perspectivas na implementação de políticas públicas antirracistas na Faetec," - Lilian do Carmo de Oliveira Cunha (UFRRJ). O presente trabalho propôs a discussão da implementação de políticas públicas antirracistas como forma de enfrentamento ao racismo institucional presente nas instituições escolares. Neste sentido, a questão central que orientou a pesquisa foi: considerando a existência de um sistema social que institucionalizou o racismo influenciando diretamente as práticas pedagógicas e relações raciais nas instituições educacionais; e as políticas públicas, especificamente as que objetivam corrigir estas desigualdades raciais no tocante a educação escolar, quais os obstáculos enfrentados pelos docentes para que estes dispositivos legais antirracistas se traduzam em propostas concretas de ação? Assim, o objetivo principal desta investigação foi compreender de que modo a trajetória da implementação das políticas antirracistas na Fundação de Apoio à Escola Técnica – Faetec é representada e quais os desafios são inerentes a esta. Para dialogar com as questões aqui colocadas, o trabalho se apoiou teoricamente na perspectiva histórica do racismo no Brasil, nas concepções de racismo e racismo institucional e nos reflexos destes no contexto escolar. Discutirá também os conceitos de antirracismo e ação afirmativa. Estas abordagens terão como aporte as pesquisas de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2009), Carlos Hasenbalg (2005), George Reid Andrews (1998) e Valter Roberto Silvério (2002), bem como documentos oficiais do Ministério da Educação que discutem a temática abordada. A partir das questões abordadas na pesquisa, surgiram inúmeras inquietações acerca dos profissionais da educação, especificamente os docentes, que propõe mudanças ao racismo institucional que inevitavelmente permeia os espaços

escolares a partir de práticas antirracistas, não só em atendimento a determinações legais, mas como bandeira de luta política. Esse processo é demarcado por avanços e retrocessos, considerando que ao mesmo tempo em que se conquista o combate ao racismo como política pública, estas não são subsidiadas por um apoio estatal direto, uma vez que diversas são as dificuldades apresentadas para que as ações afirmativas se tornem propostas efetivas de ação. Nesse sentido, apresenta-se a necessidade de que o racismo seja combatido em suas estruturas ideológicas, ou seja, em seu caráter institucional. Assim, o racismo institucional se desvela no campo educacional no momento em que mesmo com a existência de leis que garantam esta mudança, a partir de uma perspectiva epistemológica, outros fatores impedem o avanço de práticas que consolidem as políticas públicas antirracistas.

"Educação Escolar Quilombola: estado da arte das pesquisas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil." - Liliane de Fátima Dias Macedo (UFOP), Erisvaldo Pereira dos Santos (UFOP). O presente trabalho trata-se de um estado da arte das pesquisas sobre a Educação Escolar Quilombola em Programas de Pós-Graduação em Educação do país. O nosso objetivo é explicitar como o resultado dessas pesquisas apresentam e analisam a situação da Educação Escolar Quilombola. Esta, que enquanto modalidade de educação, foi citada pela primeira vez em 2010. Somente em 20 de novembro de 2012 essa modalidade de educação teve sua regulamentação, a partir da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQEB). Essa legislação passou então a garantir e regulamentar a oferta dessa modalidade de educação, que de acordo com o documento a educação quilombola "deve garantir aos estudantes direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para seu reconhecimento, valorização e continuidade" (BRASIL, 2012, p.3). Apesar das exigências dessa legislação, Miranda (2012) afirma que "A educação escolar destinada à população remanescente de quilombos encontra-se em situação adversa, marcada pela ine¬xistência de escolas localizadas nas comunidades ou pelo funcionamento precário das escolas existentes" (p.374). Diante disso, buscamos identificar Teses e Dissertações de programas de Pós-Graduação em Educação que abordassem a Educação Escolar Quilombola em instituições formais de ensino. Nesse caso escolas de ensino básico. Realizamos uma busca nos seguintes bancos de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Banco de Teses da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Utilizamos como termos de busca: Educação Quilombola, Quilombo(s) e Quilombola(s) para pesquisas entre os anos de 2013 e 2017. Como resultado identificamos 23 trabalhos, oriundos de diferentes regiões do país. Após análise dos resumos de cada pesquisa, identificamos que somente 5 trabalhos fizeram menção as DCNEEQEB. Das 23 pesquisas analisadas somente 4 apresentaram resultados que podemos considerar positivos. Esses resultados podem ser sintetizados na importância da escola dentro das comunidades. As demais pesquisas encontradas corroboram com o que foi evidenciado por Miranda (2012). Elas apontaram em geral para a não articulação por parte das escolas, dos saberes populares das comunidades e dos alunos com os saberes escolares; esquecimento político para como as escolas; reprodução de educação colonialista e eurocêntrica; dissociação entre educação e realidade dos alunos; constrangimentos na relação com crianças não quilombolas nos espaços educativos; desconhecimento da gestão escolar sobre as legislações.

Entre os olhos de jabuticaba e o canto do Sankofa: Cartografias de corpos pretos visíveis no terreiro dos pés descalços – Pedro Vitor Guimarães Rodrigues Vieira (Ginásio Carioca Mário Paulo de Brito (SME/RJ). Quando as portas da sala de teatro se abrem, é como se um portal de mistérios e mandingas se revelasse diante dos olhos de jabuticaba dos meninos e meninas de pele preta, que se amontoam alvoroçados atrás delas, esperando por um breve cantarolar que vem de tempos não vividos; quando as portas da sala de teatro se abrem, é como se todos os barulhos da escola silenciassem e todos os corpos calassem para ouvir o tambor que vem de lá, de onde canta o Sankofa; quando as portas da sala de teatro se abrem vejo corpos pretos carregando em suas bagagens muitas expectativas, desconfianças e uma sensação de liberdade de fazer lacrimejar os olhos. E nessas carcaças que sobrecarregam as costas dos meninos e meninas dos olhos de jabuticaba avistamos cadernos, livros e apostilas em cujas páginas nem sempre – ou seria quase nunca – estão visíveis os mesmos corpos pretos que os carregam. Contudo essas portas representam um espaço de atravessamento, de tombamento e de ressignificação para os meninos e as meninas que as superam. A sala de teatro é espaço de resistência e reexistência, a partir das diversas experiências do tornar-se negro em cena. Nesse espaço, as vozes de Mbembe, Trindade, Fanon e Boaventura são convidadas para bailar com as dialéticas do negro visto como este ser-outro, que permanece preso à uma figuração negativa que penetra sua existência. As portas da sala de teatro se abrem para desconstruir este Ser Negro inventado, ainda tratado de forma inferiorizada, marginalizado nos processos de formação e de construção de saberes significativos. Diante de tais imagens-texto, subscrevo este artigo-poesia, para que ressalte aos olhos da Academia, os transbordamentos dos corpos pretos que se percebem livres após a travessia das portas da sala de teatro, que revela-se um terreiro onde nos reencontramos com nossa ancestralidade e onde se baila com os pés descalços. E é justamente neste terreiro que este trabalho pretende assentar suas reflexões, apresentando quatro caminhos entrecruzados para criar uma dimensão pedagógica que permita subverter a lógica da invisibilidade e do silenciamento desse Ser Negro, estampado no imaginário racista presente na educação básica, como apontado nos estudos de Rufino, Cavalleiro e Gislene dos Santos. Assim, após cinco anos de pesquisa, apresentamos Corpo, Pedagogia da Libertação, Pedagogia da Reexistência e Pedagogia do Empoderamento: quatro lugares de paragem que se entrecruzam, criando aqui o que iremos nomear "Cartografias de corpos pretos visíveis". Essas cartografias possuem objetivos que vão desde identificação e denúncia do racismo, ressignificação e valorização do Ser Negro, até os estudos das relações étnico-raciais e dos valores afro-referenciados, empoderando meninos e meninas pretas para além dos muros da escola.

Formação continuada de professores para a diversidade étnico-racial: uma experiência da Rede Municipal de Ensino de Contagem – MG - Jackson Almeida Leal (Centro Federal de Educação Tecnológica). Este artigo sistematiza as análises preliminares de uma pesquisa de mestrado em andamento no CEFET-MG, cujo objetivo é analisar as repercussões nas práticas pedagógicas dos professores da Rede Municipal de Educação de Contagem do curso de formação continuada para a diversidade étnico-racial ("Grupos de Trabalho - Educação para as Relações Étnico-Raciais"/GTERER), realizado entre 2012 e 2016. O curso GTERER foi proposto pela Secretaria

Municipal de Educação de Contagem (SEDUC) com o objetivo principal de promover a formação continuada dos educadores da rede na temática étnico-racial. O curso teve como características: participação voluntária dos profissionais, formação em serviço, encontros quinzenais, turmas pequenas; módulos diferenciados de formação, encontros presenciais e atividades não presenciais, apresentação das intervenções e carga horária de 60 horas. Foi a partir dos objetivos e das características do curso GTERER que surgiram os questionamentos que culminaram nas seguintes formulações de pesquisa: Quais as repercussões desse curso nas práticas pedagógicas dos professores da Rede Municipal de Educação de Contagem? Como esse curso de formação continuada para a diversidade étnico-racial, organizada no formato de grupos de trabalho, contribuiu com o processo formativo dos professores? Como esse processo formativo tem dialogado atualmente com a prática em sala de aula? A pesquisa tem com referência metodológica a abordagem qualitativa e como estratégia metodológica o estudo de caso. Os instrumentos que estão sendo utilizados para levantamento de dados são a análise de documental, questionário, entrevistas semiestruturadas e a observação não participante. Os dados estão sendo analisados a partir de princípios da Análise de Conteúdos de Bardin (2011). Para o aprofundamento teórico acerca da formação continuada de professores estamos utilizando os estudos de Nóvoa (1991, 1992, 1995), Gatti (2008), Candau (1996, 1997, 2000, 2008), Libâneo (2004) e Imbernón (2010). Para a compreensão da temática da diversidade étnico-racial e formação de professores destacamos as contribuições de Gomes (2005, 2006, 2007, 2008, 2011, 2012), Gonçalves e Silva (2006), Munanga (2005) e Canen (2008), Valentim (2006, 2012) Coelho (2009, 2012, 2013, 2015). Para o entendimento acerca das práticas pedagógicas dos professores destacamos as contribuições de Perrenoud (2001), Pimenta (1999), Sacritân (1999) e Tardif (2006). Os resultados parciais da pesquisa têm sinalizado a relevância do curso GTERER para os professores participantes, na medida em que viabilizou a interação, a troca de informações e conhecimentos, oportunizando a estes, ressignificar saberes que resultaram em práticas pedagógicas antirracistas.

Formação Docente na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais: construindo materiais didáticos a partir do estudo da Localidade e do Patrimônio Cultural - Sandra Maria Maciel Nunes (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto). Este trabalho tem como tema a Educação das Relações Étnico-Raciais e busca apresentar uma pesquisa de mestrado em andamento, a qual tem como objetivo identificar e analisar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto (SME), direcionadas à institucionalização da Lei 10.639/03. Um estudo qualitativo, utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a análise documental e as entrevistas semi-estruturada. Identificamos e analisamos diversas ações de diferentes naturezas promovidas pela SME, entretanto no presente artigo destacaremos duas ações relacionadas produção e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos, são elas: a elaboração de um roteiro de visitação e um roteiro de formação docente intitulado "A dispersão e os marcos de resistência da População Negra em Ribeirão Preto". Assim entendemos que associar a produção de materiais didáticos e paradidáticos, ao patrimônio cultural local, pode contribuir com o combate ao racismo e a discriminação, na medida em que ressignifica a produção do conhecimento, trazendo a tona histórias que nunca foram contadas, ao mesmo tempo em que descoloniza a produção dos saberes.

História da África e cultura afro-brasileira no currículo de História no Ensino Fundamental no Rio Grande do Sul: aportes teóricos e metodológicos. - Sherol dos Santos (SEDUC/RS). O trabalho em sala de aula na disciplina de História tem, nos dias de hoje, que atender além das demandas inerentes ao fazer docente uma série de reflexões a respeito dos objetivos de aprendizagem aos quais aquela prática se destina. Neste sentido, as determinações legais referentes aos currículos de História especificamente, tem trazido ao topo da agenda dos professores e professoras questões relacionadas à raça, etnia, gênero, sexualidade entre outras relações sociais da atualidade. Tendo como tema central as questões relacionadas às identidades raciais e étnicas nos currículos de História de escolas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul apresentamos aqui o relato de um projeto de pesquisa que pretende analisar teórica e metodologicamente a construção destes currículos, buscando elaborar uma proposta pedagógica acerca do ensino de História da África e cultura afro-brasileira nos Anos Finais do Ensino Fundamental em estabelecimentos de ensino localizados no Rio Grande do Sul.

História, Ancestralidade e Luta: propostas da Lei 10.639/03 para a salade aula – apontamentos e discussões - Marcos Antonio Franco Petraglia Filho (Escola Estadual Governador Juscelino- E. E. Sérgio de Freitas Pacheco), Miramar Mendes Ferreira (E. E. Sergio de Freitas Pacheco). O presente trabalho tem como intuito principal entender a construção da lei 10.639/03 e sua aplicabilidade em sala de aula, como um princípio fundamental da valorização da história cultural e identitária de sujeitos que historicamente foram excluídos e/ou deixados à margem da história na perspectiva do autor E. P. Thompson (2001), valorizando uma nova história da educação na qual serão lembrados os personagens da chamada história vista de baixo. Nesse sentido, elaborou-se uma discussão bibliográfica com base na história da legislação educacional e como ela se desenvolveu no Brasil, desde as primeiras normativas até a implementação das novas políticas de ações afirmativas, discutindo como o Negro e a história de sua ancestralidade foram incluídos nos currículos. Tratou também, da História da Educação e a promulgação da LDB traçando um pequeno histórico de lutas e resitencias dentro do Congresso Federal junto a origem da Lei 10.639/03 e a luta do Movimento Negro e, por último, a aplicabilidade da Lei dentro das salas de aula e sua influência nos currículos, perpassando as dificuldades dos educadores, dada a falta de compreensão acerca do conteúdo da referida lei. Tendo no imaginário a necessidade do educador ser um agente crítico, pesquisador e formador de opinião em sala de aula. O trato com aquilo que é diverso e/ou plural pede um melhor aprofundamento em temáticas ligadas à cultura dos seus educandos ao se propor o trabalho com as mais variadas culturas presentes na sala de aula, utiliza-se de um "material" rico, pois a cultura reúne os instrumentos, o material, os modelos e as finalidades (MELLOUKI; GAUTHIER, 2004) para a formação da cidadania, de uma cultura descolonizada e emancipada. Nessa perspectiva, o que se pretende apresentar como resultante são apontamentos a respeito da implementação da Lei no cenário escolar, o que conseguimos foi demonstrar, transcorrendo fatos e legislação que antecederam o ensino da História da África e dos africanos, o entendimento das principais dificuldades dos educadores ao trabalhar a mesma, procedendo em uma análise do cenário escolar, da visão desses mesmos educadores sobre seus papeis, o papel da Gestão e da comunidade escolar na aplicabilidade da lei 10.639/03 e seus valores.

Histórias Visuais: A fotografia como linguagem facilitadora da Interculturalidade para povos indígenas - Karla Caroline Santiago Fagundes (Universidade Federal de Pernambuco)**.** Mesmo com a homologação da lei que declara obrigatório o ensino da cultura afro indígena nas escolas e demais instituições de conhecimento; é sabido das diversas dificuldades e resistências do cumprimento do regimento 11.645/08. O presente trabalho pretende utilizar a fotografia como uma possibilidade de linguagem fortalecedora do ensino-aprendizagem histórico, como também elemento significativo para algumas linhas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Apresentaremos como proposta pedagógica de abordagem a série fotográfica "marcados" de Cláudia Andujar (Neuchâtel, Suiça, 1931), obra política visual sobre o povo Yanomami, para discutir e problematizar representações imagéticas dos índios na história no Brasil Brasil.

Jogo interativo nas trilhas da história : conhecendo a África e nossos ancestrais - Ana Paula Cerqueira Fernandes (UFRRJ), Eliane Almeida de Souza e Cruz (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO). Esta comunicação apresenta a experiência de aplicação de um jogo desenvolvido por professores do Ensino Superior e da Educação Básica do Rio de Janeiro que apresenta questões de valorização da diversidade do continente africano como também do Brasil em seus aspectos culturais, históricos e sociais. O material didático está alinhado as demandas apontadas pela Lei 10639/2003. Propostas curriculares que garantam tais abordagens ainda são minoritárias tendo em vista a operacionalização de uma tradição eurocêntrica de produção de conhecimento. Munanga (2013) nos adverte que a descolonização do olhar pedagógico requer o exercício dialógico e crítico ao modelo hegemônico de currículos monoculturais onde a norma ainda é o referencial eurocêntrico. Para Moreira(2005) e Arroyo(2013) são urgentes políticas curriculares que garantam o protagonismo de novas abordagens para além do modelo clássico euro referenciado. Conforme Oliveira(2012) estamos diante do desafio da proposição de novos parâmetros analíticos alternativos àqueles já consolidados nos estudos históricos e na educação. O jogo apresentado é instrumento curricular de combate ao racismo, preconceito, discriminação e intolerância como também de luta por direitos sociais e humanos, em especial no que tange a educação para as relações étnico-raciais em nosso país. Metodologicamente, o jogo propõe repertório fechado de perguntas que versam sobre a temática histórica e cultural africana e afro brasileira.O material que contou com financiamento da FAPERJ para sua confecção em formato de CD_ROM vem sendo distribuído em Instituições de ensino e pesquisa mediante a realização de oficinas para sua experimentação. Em 2017 um dos ciclos formativos foi proposto ao Museu da Vida/ Fiocruz como parte da programação denominada Educação e Relações Étnico Raciais. Ao término de cada ciclo realizado podemos concluir o quanto ainda é preciso ampliar redes de conhecimento que abordem conhecimentos outros que apresentem componentes curriculares afirmativos sobre a herança cultural ancestral africana e afro brasileira, pois não foram poucos os relatos de estranhamento e mesmo desconhecimento de dados históricos focados no continente africano sob uma ótica afirmativa. É preciso que tais iniciativas não fiquem restritas ao universo daqueles que militam o tema, sendo responsabilidade de todos que almejam construir uma sociedade combativa ao racismo. Acreditamos que o caminho que entrelaça o pedagógico com a militância intelectual e o ativismo antirracista trata-se de um ato de resistência e insurgência política e epistêmica que pode abrir horizontes decoloniais conforme anuncia Walsh (2006), sendo a possibilidade concreta para a construção de um modo-outro a partir das brechas e fissuras da ordem moderna/ colonial.

Memórias da Discriminação e Exclusão Escolar: Valores Afro – Brasileiros como construtor de uma educação afro centrada. - Philippe Valentim de A. Malizia (Colégio Pedro II). Esta comunicação se destina trazer à reflexões sobre o papel excludente da escola e sua inércia em relação à evasão escolar, tendo como ponto de partida pesquisas estatísticas, experiência docente e questionário. Pensando um contraponto a essa relação antipedagógica de exclusão escola busco apresentar a possibilidade de usos e sentidos dos valores afrobrasileiros na educação. A lei 10.639/03, que inclui no currículo da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, tem se ancorado na questão dos conteúdos e revisão bibliográfica, porém é importante refletir que o modelo escolar baseado em valores eurocêntricos apenas pasteuriza esses conteúdos. Assim a escola enquanto espaço de construção de cidadania permanece desestimulando jovens negros a permanência, sendo ela própria, a antítese de oportunidade. A ressignificação de conteúdos e conhecimento da própria história, ainda mantém a escola sobre marca do invasor, do espaço de domesticação e adequação; onde a partir da ideia:"Ponha-se no seu lugar", busca-se "ensinar" aquele aluno ser aceito socialmente. Ao não se adequar, o educando tende a desprezar o espaço escolar e abandoná-lo seja fisicamente(evadindo) ou psicologicamente(desinteresse). Estatísticas apontam que adolescentes negros são os que mais evadem da escola. Será que essa saída dá-se apenas por razões particulares? Ou por se perceberem distantes daquele espaço que subordiná-los? Esse processo tende a ser interpretado pelo viés econômico, evidenciado ao analisar as estatísticas de evasão, quando raça/cor e segregação racial institucional não é considerado. O atual modelo educacional, voltado para a meritocracia uniformiza interesses e atribui a evasão a questões sócio econômica. Repensar a práxis escolar e não apenas seus conteúdos, uma vez que, buscar promover a diversidade sob valores eurocêntricos é um processo de branqueamento velado, tornando o negro dissidente de sua própria negritude. A cultura africana remontada no Brasil, reconstitui também seus valores civilizatórios. Não olhar essa questão é perpetuar o fracasso estrutural da nossa educação junto aos negros. Proponho não apenas refletir, mas usar dos valores afrodiásporicos: Corpo e Socialização, como norte epistemológico. A Escola constitui uma relação temporária e deve preparar para não só independência intelectual, e também elevar a auto estima. Atuar em valores afrocentrados com educandos é apontar para uma escola apta não para uma diversidade excludente, mas como um espaço de inclusão no que diz respeito a referências e vivência. Reconhecer que o processo diásporico, obrigou os negros a trazerem apenas sua memória e história (valores), não cabendo a possibilidade de nenhum pertence.

Memórias de Terreiros em Territórios da Fé - Roberto Carlos Oliveira dos Santos (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano). Essa pesquisa teve início a partir do questionamento de estudantes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica no Instituto Federal Baiano, Campus Governador Mangabeira, sobre a necessidade de investigar as raízes do preconceito contra as religiões de matriz

africana e seus seguidores. O projeto tomou como referência estudos no campo da identidade e narrativas elaboradas por segmentos sociais subalternizados e vitimados pelo preconceito e discriminação. No campo religioso, diferentes segmentos na contemporaneidade buscam fundamentar sua intolerância e criar hegemonias ancoradas em matrizes religiosas de base judáico-cristã interpretando os signos da religião do Outro apartir de seus textos e fundamentos. O principal objetivo da pesquisa é perceber como os sujeitos de comunidades rurais de Terreiros de Candomblé forjam suas identidades e como afirmam suas memórias políticas, comunitárias e de ancestralidade na perspectiva da História Social da Antiga Vila das Cabeças, atual cidade baiana de Governador Mangabeira, fundada em 1962. A pesquisa orientou a captura de elementos da subjetividade dos sujeitos, a partir das trilhas discursivas definidoras dos seus pertencimentos e na tensão do universo de crenças religiosas entre as comunidades de terreiros e a cidade. Embora situe-se na dimensão da História Social cultural, esse estudo, apontou alternativas para a Gestão Municipal traçar políticas de inclusão e melhoria da renda dessas comunidades, e ainda, o IF Baiano a aproximou sua Política de Diversidade e Inclusão, com vistas a formação de valores essenciais para o convívio em sociedade e o direito de igualdade de tratamento na região. A reconstrução da Memória pode impulsionar mudanças de curto e médio prazo no sentido de transpor as velhas marcas da produção econômica do passado, assentadas quase que exclusivamente na produção agrícola para mercados externos, e reconfigurar no presente novas oportunidades de negócios e serviços que descortinam-se para os moradores dessas comunidades de Terreiro. É possível pensar que o problema do preconceito e da intolerância de parte da sociedade contra as comunidades de Terreiro, ocorre também por desconhecimento da contribuição e da importância da cultura popular e seus saberes ancestrais, dos quais essas comunidades são depositárias. A Memória histórica da cidade de Governador Mangabeira precisa identificar nesses sujeitos o protagonismo e incluir suas narrativas como parte constitutiva da História Social do Município, é portanto, uma tarefa de dar voz aos Condenados da Terra, conforme Franz Fanon aponta na sua busca de entender o vigor, valoriza a trajetória do passado e do presente de povos subalternizados.

Mulheres jovens negras e suas trajetórias para permanecer na universidade - Vanessa Oliveira de Azevedo Rocha (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO), Monica da Silva Francisco (UFRRJ). O presente trabalho desenvolve-se por meio de um levantamento bibliográfico que busca elencar estudos já realizados, que referenciam a trajetória acadêmica de mulheres negras durante o curso de graduação no Ensino Superior público. Nesse estudo o olhar foi direcionado para mulheres jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos que adentraram a universidade a partir do ano de 2010. O objetivo foi investigar como ocorreu a presença e permanência dessas jovens na universidade, buscando compreender suas trajetórias acadêmicas, relacionando às suas vivências, as possibilidades ofertadas pelos mecanismos institucionais responsáveis pelo acesso e a permanência desses sujeitos no Ensino Superior. As análises privilegiaram conceitos como juventude (SPOSITO;CARRANO, 2003; DAYRELL, 2001), raça, e racismo institucional (HASENBALG, 1979; THEODORO, 2008; BETTER, 2008). Para refinamento das buscas, utiliza as palavras chaves: mulheres negras jovens, permanência e ensino superior. O interesse pela temática surge da inexpressiva quantidade de pesquisas sobre o tema em relação ao grande número de experiências de discriminação racial e de gênero vividas por discentes, considerando também que essa lacuna torna-se maior, devido a pouca popularidade das pesquisas sobre as juventudes negras. Acrescido a isso, a dupla vivência de ser jovem negra em uma universidade pública traz à tona a presença do racismo institucional uma vez que esses indivíduos apresentam uma série de especificidades que precisam ser compensadas para a conclusão do curso.

Negritude em foco - Douglas de Oliveira e Oliveira (PROFESSOR MESTRE EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DO IFPA CAMPUS ABAETETUBA). O presente projeto traz a temática da negritude para dentro do IFPA – Campus Abaetetuba visando fortalecer os debates sobre: o que é ser negro/a no Brasil de hoje; o lugar da mulher negra nos institutos federais; as comunidades quilombolas e sua interrelação com o campus; cotas raciais; racismo; o negro/a no mercado de trabalho; sempre fazendo o elo com as necessidades e experiências que cada discente participante traz consigo. Tem como objetivos: geral - debater em caráter transversal a história e culturas africana e afro-brasileira dentro da disciplina de Sociologia. Específicos - discutir temas que abarquem o previsto na Lei 10.639/03; propor atividades transversais que dialoguem com a sociologia; construir com os participantes materiais que sintetizem os debates feitos ao longo do projeto. Fundamentalmente, porém não exclusivamente, nos referenciamos na Lei 10.639/03 e em alguns escritos de Kabengele Munanga como aportes teóricos. De acordo com o previsto na instrução normativa 04/2016 da PROEN - IFPA, este projeto, na modalidade "projeto de ensino", está ancorado metodologicamente nos padrões exigidos pela instrução supracitada já tendo sido analisado e dado parecer favorável para sua execução, hoje com o status finalizado. A carga horária foi de 40h (20h de planejamento e 20h de atividades) distribuídas em cinco encontros que foram executados durante o segundo semestre de 2016 com discentes do nível médio/técnico. Cada encontro teve duração de 2h (duas horas) presenciais e 2h (duas horas) horas a distância em regime de contraturno. Para tanto fizemos uso de exposições orais e debates referentes a temática central, datashow, caixa de som, curta-metragens e músicas assim como também a presença de professores colaboradores da nossa instituição bem como de instituições parceiras para contribuírem com o debate e execução do projeto. Nosso projeto é do tipo "Fortalecimento da Educação Básica" (art. 8º, inciso V) e buscou abordar de forma complementar e transversal temas e componentes curriculares da educação básica tendo como público alvo discentes do campus. Sua culminância deu-se com a produção de materiais pelos discentes, fruto de sínteses dos debates relacionados à história e culturas africana e afro-brasileira. Os principais temas abordados no projeto: Rediscutindo conceitos – preconceito, discriminação e racismo; Um panorama histórico da exclusão educacional dos/as negros/as; Ações afirmativas na educação; Experiências educativas antirracistas. Como resultados e impactos esperados elencamos os seguintes: valorização das culturas africanas e afro-brasileiras como fruto dos debates; produção de material síntese do projeto para divulgação e consulta da comunidade acadêmica do campus e diminuição das práticas de racismo dentro e fora do campus.

Percepções e práticas docentes em educação das relações étnico-raciais na educação básica - um olhar sobre as percepções. - Caroline Nascimento de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O objetivo desse trabalho tem origem nos questionamentos e inquietações

que foram gerados após escrita do trabalho final do curso de especialização que concluí em que foi investigado entre professores de uma escola privada e outra da rede municipal de Rio Bonito/RJ, quais eram suas percepções e práticas sobre a implementação da educação das relações étnico-raciais nos níveis de ensino que estavam inseridos, a saber, ensino fundamental/primeiro segmento. Com isso, procuramos evidenciar os "vazios" e as dificuldades presentes em ter conhecimento dos Artigos 26-A e 79-B, constantes nas Leis das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e demais documentos legais referentes à obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira, porém não identificar manifestações preconceituosas e discriminatórias de cunho racial no cotidiano escolar. Então, de que maneira minhas percepções podem modificar minhas práticas de forma que construa estratégias pedagógicas e contribua para promoção de igualdade racial? Ao ter a compreensão de que é no cotidiano que as políticas de promoção da igualdade racial podem ser construídas, precisamos considerar a construção de referenciais em educação das relações étnico-raciais, críticas ao racismo, que tratem de modo positivo a diversidade. Acreditamos que somos, em potencial, agentes mobilizadores dentro das escolas e o primeiro passo para essa troca de lentes ("descolonizar mentes") está em como percebemos e como colocamos em prática. Nossos modos de sentir, pensar e agir pode transformar positivamente a vida dos estudantes que alcançamos. Nessa perspectiva embrionária, pretendemos aqui explicitar fruto de reflexão sobre o próprio título que leva este trabalho e que se transformou na intenção de pesquisa apresentada e aprovada no programa de pós-graduação em educação, marcando assim a possibilidade de continuar com essa investigação de forma que possa produzir dados sobre condições de trabalho, necessidades, percepções e práticas docentes em educação das elações étnico-raciais na educação básica.

Por que precisamos de um currículo afrorreferenciado? - Caroline da Matta Cunha Pérez (Puc - RJ). O presente trabalho é produto das reflexões surgidas a partir de leituras realizadas de e discussões vivenciadas nas aulas de Educação Brasileira, no curso de Mestrado em Educação da PUC-RJ. O objetivo principal é trazer à luz a abordagem ao recorte racial no mais recente texto curricular brasileiro, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), e discutir a centralidade desse debate num quadro social e educacional de desigualdades, no qual o fator raça é determinante. A fim de cumprir os objetivos propostos, vamos apresentar brevemente como se dá a obrigatoriedade, por meio da LEI 10.639/03, do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, entendendo-a como uma política curricular. Em seguida, vamos contextualizar essa lei no âmbito de discussão das teorias críticas e pós-críticas do currículo. No segundo momento, para exemplificar nossa abordagem, investigaremos de que modo a questão racial aparece na BNCC, com foco no componente curricular língua portuguesa, estabelecendo um diálogo com os conceitos de Teoria Racial Crítica e de Pedagogia Culturalmente Relevante .O referencial teórico que guiou a construção deste trabalho tem base na produção de Silva (2010) e Young (2013) sobre as teorias do currículo, Carvalho (2004; 2015) sobre o recorte racial em estudos acerca da desigualdade educacional brasileira e Apple (2006) e Ferreira (2015) sobre a naturalização de um currículo "branco" e as possíveis contribuições da Teoria Racial Crítica e da Pedagogia Culturalmente Relevante para o debate. Concluiu-se, assim, que o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira são contemplados pelo texto da Base, mas permanecem outras invibilizações nessa diretriz curricular. A palavra racismo, por exemplo, aparece apenas quatro vezes ao longo das quase quinhentas páginas da Base. Como se não existe racismo no Brasil, nem na educação, nem nas escolas. Exemplo da naturalização de determinadas opressões a que ainda estamos sujeitos. Entretanto, a Lei 10.639/03 é uma conquista e sua aplicação eficiente age no combate às desigualdades sociais e educacionais e mesmo no combate ao racismo. Como muito bem disse a professora Gloria Ladson-Billings: "Uma melhoria na educação dos negros significa uma melhoria na educação de todos. (...) Francamente, os brancos não têm uma educação tão boa assim. Na verdade, eles têm muitas outras coisas que os ajudam a ter sucesso."

Quando os movimentos negros educam: as ações pedagógicas dos movimentos negros na construção de educação democrática e identidades afirmativas - Luane Bento dos Santos (SEEDUC-RJ). Neste estudo, apresentamos as práticas pedagógicas dos movimentos negros na educação básica como importantes ações políticas para a construção de processos educacionais que visem a democrática e emancipação dos sujeitos. Construímos nossa análise baseados em depoimentos coletados em campo etnográfico, no qual nossos sujeitos foram mulheres negras inseridas no nível superior (graduadas e graduandas). Através dos relatos buscamos compreender como as mulheres negras construíram ao longo de suas trajetórias escolares identidades corpóreas e representações de história e cultura africana e afro-brasileira. Concluímos que os contatos com as ações políticas pedagógicas dos movimentos negros, nos espaços educativos, foram fundamentais para que elas pudessem autoafirmar suas corporeidades e vivenciar outros modos de experiências estéticas. Ressaltamos como as ações pedagógicas dos movimentos negros com suas narrativas "outras' propuseram para as entrevistadas novos olhares acerca da história e cultura africana e afro-brasileira. Notamos que estes processos ocorreram baseados em valores anti-hegemônico, antirracistas e decoloniais. Percebemos que os valores civilizatórios disseminados constantemente nas ações dos movimentos negros nos espaços de educação formal (escola) e não formal foram extremamente relevantes e estratégicos para nossas entrevistadas criarem identidades positivas sobre si e que estes chegaram a elas por caminhos mais diretos, tais como; oficinas, seminários, grupo de estudos, palestras, projetos escolares e por caminhos indiretos; através de sites vinculados a questão étnico-racial, livros, programas de TV e filmes (curta e longa metragem). Dito isto, precisamos dizer que nossa pesquisa se apoiou nos pressupostos teóricos e metodológicos da Educação, Relações Étnico-raciais e Antropologia do Corpo. Os métodos e técnicas de pesquisas utilizadas foram, observação participante, levantamento bibliográfico, revisão de literatura, diário de campo, entrevistas semi-estruturadas (com perguntas abertas e fechadas), história de vida e história oral. A pesquisa realizada foi uma abordagem qualitativa, fizemos uma etnografia. As entrevistadas selecionadas para a pesquisa se autodeclararam negras. Foram realizadas dez entrevistas. Para finalizar, argumentamos sobre a emergência da aplicação da lei federal de n. 10.639/2003 como uma das principais ferramentas de desconstrução do currículo e ambientes escolares produtores de colonialidades e por entendemos que as orientações encontradas na lei são imprescindíveis para a autopromoção, autoafirmação e dignidade humana dos sujeitos negros (as) na sociedade.

Quilombolas na escola: histórias, identidades e relações étnico-raciais - Diogo Pereira Matos (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG), Campus São João del-Rei). O presente trabalho tem como proposta apresentar parte dos resultados de uma pesquisa de Mestrado em Educação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), junto a atores de uma comunidade remanescente de quilombo, localizada na região rural do município de Resende Costa-MG, a comunidade do Curralinho dos Paulas. O objetivo geral da empiria foi identificar como se dão as dinâmicas socioculturais e educativas, escolares e não escolares, que contribuem para a construção da identidade quilombola de jovens em idade escolar. O trabalho foi desenvolvido em um constante diálogo entre a Antropologia e a Educação, por meio de reflexões sobre etnicidade, grupos étnicos e identidades, bem como qual o papel da educação e das práticas educativas escolares e não escolares envolvidas nesse processo. Por entender que a construção das identidades está ligada às estruturas discursivas e narrativas, optei pela utilização da etnografia como método de investigação, por meio da observação participante, entrevistas e utilização de diário de campo. O trabalho empírico realizado foi dividido em dois momentos, sendo o primeiro, dentro da comunidade. Nessa primeira etapa, tive como objetivo compreender como esses atores estabelecem suas relações raciais, sociais e culturais no território que são membros, bem como conhecer as histórias, tradições e manifestações que os constituem e influenciam em suas identidades. O segundo momento se deu na escola em que os jovens quilombolas estudam: a Escola Municipal Paula Assis, localizada na comunidade rural do Ribeirão. Dentre os diversos resultados alcançados na pesquisa, o objetivo aqui proposto é apresentar as observações realizadas na escola, principalmente no que tange ao trabalho (ou a ausência dele) com as temáticas que envolvem a história dos quilombos no Brasil e a educação para as relações étnico-raciais, analisado qual a influência deste processo na construção da identidade quilombola destes jovens. Em análise final, percebe-se que as práticas pedagógicas envolvendo as questões étnico-raciais e quilombolas, quando existentes, não contemplam a diversidade cultural presente dentro da escola. Dessa forma, não contribuem para a construção de identidades quilombolas positivas.

Ressignificando o uso da literatura: um estudo para as relações étnico-raciais - Rosangela Maria Silva (Faculdade de Educação USP). Esta pesquisa teve como objetivo articular e compreender os conceitos de formação, função da Literatura e discutir sobre relações étnico-raciais no Brasil, especialmente do negro, assim como fazer uma breve retomada dos rumos da lei 10.639, alterada pelo parecer 11.645, considerando o contexto escolar. Nesse sentido, este estudo procurou mostrar as possibilidades em torno da prática docente sem a pretensão de sistematizar atitudes procedimentais em sala de aula. Participaram desta pesquisa 23 alunos do 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal da cidade de São Paulo e dois de seus professores. Ao grupo de estudantes foi aplicado instrumento de pesquisa formado por textos literários que contêm a temática étnico-racial do negro em seus enredos. Os gêneros literários procuraram atender a perspectiva do uso da Literatura como objeto de formação humana. Os professores concederam as duas entrevistas que fazem parte do corpus de análise desta dissertação. A pesquisa caracterizou-se por ser qualitativa com aspectos que a inserem dentre os estudos etnográficos e propôs um estudo de caso que envolveu os sujeitos de pesquisa acima citados, reunindo-os em encontros no formato de aula-oficina, conforme os pressupostos de Barca (2004). O referencial teórico foi constituído por autores que estudam e problematizam as questões étnicos-raciais relacionadas ao negro, discutem o uso da Literatura no desenvolvimento do processo de humanização do indivíduo e de que forma o conceito de formação pode ser compreendido como parte da experiência do sujeito na sua relação com ele e com o mundo. Para isso, foram muito importantes os estudos de Gomes (2012), (2005), Candido (1974), Freire (2002) e Larrosa (2007). Na análise dos dados, constatamos que os estudantes através das interações com o texto literário, puderem atribuir significados ou ressignificar a dimensão coletiva e social da realidade da qual fazem parte, o que foi externado nos registros das impressões de leitura elaboradas por eles. Por sua vez, os professores entrevistados apontaram para uma prática docente que requer uma desconstrução de modelos educativos vigentes, que assuma o compromisso em formar uma sociedade mais igualitária e, especialmente para a população negra, não racista.

Sobre Ensino de Química e a Feijoada: Um deslocamento epistêmico em prol de uma sociedade equânime - Vander Luiz Lopes dos Santos (Coletivo CIATA- Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão - Universidade Federal de Goiás). As contribuições africanas e negro-brasileiras são ímpares para o constructo da diversidade de nossa população. Da travessia do Atlântico muitos conhecimentos aqui ainda se mantêm seja pelas ressignificações e continuidades desses, que por vezes passam despercebidos e/ou suprimidos devido a construção amórfica edificada por aqui que unifica, disciplina, moraliza, homogeiniza e hierarquiza todos os conhecimentos apenas como sendo das elites. Essa vertente também se encontra arraigada no Ensino de Ciências estabelecida apenas por ideias eurocêntricas, masculinas e brancas. Como forma de descentralizar a episteme presente no Ensino de Ciências, nasce o objetivo desta pesquisa que é promover a implementação da Lei 10.639/03 no Ensino de Ciências tendo por enfoque a cultura alimentar africano-brasileira, precipuamente, a feijoada a partir de um deslocamento epistêmico. A pesquisa foi realizada numa escola da educação básica da cidade de Goiânia-GO, como disciplina eletiva experimental para 32 estudantes do Ensino Médio. Ela apresenta elementos da pesquisa participante, sustentada na coletagem de dados via áudio e vídeo, que foram analisados pela Análise da Conversação de Marcuschi (1997). A intervenção pedagógica (IP) foi intitulada "O preparo da feijoada", na qual desenvolveu-se um material alternativo para a constructo desta a partir da análise do tema via aspectos fenomenológicos, teóricos e representacionais. O material é dividido em três etapas: na primeira é apresentada aos alunos os conhecimentos africanos e brasileiros presentes na cultura alimentar construída entretempos em nossa sociedade e como esses ainda estão presentes por aqui; no segundo atrelamos elementos científicos ao pano de fundo, em que, analisamos as propriedades unitárias e bioquímicas presentes na IP; e na terceira, construímos caminhos dialógicos para com os alunos de modo a coletar em suas falas, a assimilação dos conhecimentos e saberes apresentados na IP. Os resultados apontaram uma grande interação dos estudantes que compreenderam que todos os povos produzem ciência, e que os conhecimentos africanos e negros-brasileiros estão presentes em atividades cotidianas de nossa alimentação, e que não são apresentados de forma efetiva para o

seio social, devido as estruturas de poder que reinam por aqui. A produção de atividades descentralizadas como esta são o caminho para a promoção de uma sociedade mais equânime, na qual se apresenta os conhecimentos da diversidade e não apenas um tipo de ciência ou episteme. Deste modo, entendemos como necessária o desenvolvimento de mais atividade em prol de uma sociedade mais igualitária.

Youtube e escola: práticas de tombamento curricular - Iris Verena Santos de Oliveira (Universidade do Estado da Bahia). O artigo narra a construção de uma rede de pesquisa que envolve professores universitários, graduandos e docentes da educação básica, implicados em processos formativos relacionados com a educação escolar quilombola. A formação é pensada na e pela experiência, enquanto dispositivo de subjetivação visibilizado em cenários propostos como Grupos de Experiência, metodologia de pesquisa que permite a coleta de informações por provocar desestabilizações todos os envolvidos, pelas situações em que são provocados ao relatar suas experiências, momentos em que as invenções de si também possibilitam construções narrativas sobre o outro. O texto apresenta o processo formativo que envolveu professores, destacando modos de fazer curriculares em suas relações e tensões com as comunidades quilombolas do entorno. Propõe que as dificuldades no tratamento de questões étnico-raciais no espaço escolar têm uma relação direta com as trajetórias de vida dos docentes, suas expectativas e impressões sobre a escola em que atuam. Ao tempo em que se volta para a formação dos professores da educação básica, a pesquisa também ensaia movimentos de leitura autobiográfica, ao incluir na análise um olhar atento as afetações geradas nos cenários formativos.

"Tenho origem, tenho raça, tenho história": os sambas enredos afro-brasileiros da Nenê de Vila Matilde e a Lei 10.639/03. - Emerson Porto Ferreira (PUC-SP). A proposta de apresentação em simpósio temático no X COPENE 2018, tem como objetivo expor resultados da pesquisa de mestrado sobre os sambas-enredo da escola de samba Nenê de Vila Matilde, que abordam a história e cultura afro-brasileira, onde discutimos os possíveis usos, as narrativas e as temáticas existentes dentro do discurso de sua discografia negra. Ao longo de seu 69 anos a escola da Zona Leste de São Paulo, com seus participantes de maioria preta, colocaram dentro da escrita do cotidiano do carnaval paulistano a identidade e a estética africana em seus desfiles assumindo para si o nome de quilombo do samba. Os seus 23 sambas negros abordam em suas letras, no seu discurso e na sua linguagem uma visão do negro que é emancipado e agente da história, que é crítico e também reconhece o seu lugar de luta e representação dentro da sociedade. Assim fomos ao longo da pesquisa percebendo que tais sambas apresentam um recurso didático importante para implementação da Lei 10.639/03, e na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais (DCNERER), uma vez que podemos observar um discurso forte nas letras dos sambas e que ao longo das décadas foi assumindo um posicionamento mais crítico em relação ao racismo e a ausência do negro em sociedade. Além disso, fomos também analisando que o discurso dentro da Nenê acompanha as movimentações ocorridas dentro do Movimento Negro, em São Paulo. Essa relação paralela entre a produção cultural existente dentro dos enredos da Nenê de Vila Matilde, com o posicionamento do Movimento Negro na cidade de São Paulo, nos fez perceber dentro do discurso da escola de samba uma mudança no modo como o negro foi sendo retratado ao longo dos seus sambas enredos negros. Assim o que propomos aqui é o alcance existente entre os sambas enredo da Nenê de Vila Matilde, escola pioneira no uso da temática afro-brasileira no Brasil; o campo do ensino da história e cultura afro-brasileira, na implementação das DCNERER, e acima de tudo na evidenciação da escola de samba, e de seu produto musical, o samba enredo, para a evidenciar a identidade e a cultura negra, se tornando um recurso didático em sala de aula, na valorização histórica do negro e no combate ao racismo, bem como na busca de uma interculturalidade e transgressão do currículo existente em sala de aula, que ainda valoriza uma única cultura e um tecnicismo no seu conteúdo.

Sessão Temática 13

Estado, Políticas e Reparações na Diáspora Afro-Latino-Americana e Caribenha

A lei Afonso Arinos e as ações afirmativas, o debate em Florestan e Costa Pinto - Fausto Lima de Oliveira (Secretaria de Educação do Estado do Rio de Jneiro). Como já apontaram vários estudos, Florestan Fernandes e Luiz A. Costa Pinto, em suas pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto Unesco, colocaram em xeque a autoimagem da sociedade brasileira como uma "democracia racial". Suas análises chamam a atenção para a persistência das relações assimétricas herdadas do período do escravismo na sociedade de classes emergente, que reiterou as desigualdades sociais entre brancos e negros e as práticas sociais preconceituosas e discriminatórias a elas associadas. Aqui faremos uma referência aos argumentos de Costa Pinto e de Florestan sobre a Lei Afonso Arinos, de 1951, indicaremos como o debate contemporâneo vem tratando os seus textos como recurso cognitivo e político na discussão sobre ações afirmativas e cotas raciais

A razão negra e os direitos humanos: as políticas internacionais contra a discriminação racial - Sibelle de Jesus Ferreira (Universidade de Brasília). O desenvolvimento dos direitos humanos foi marcado pelas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, bem como as características de universalidade. Portanto, todos os indivíduos teriam que poder gozar de seus direitos e liberdade estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, nacionalidade ou qualquer outra condição. Dessa forma, esses elementos que podem "diferenciar" o acesso a esses direitos tem sido pauta para discutir grupos marginalizados, e em especial a raça, por ser um fator que tem gerado hierarquias nas sociedades. O presente trabalho se dispõe a entender a perspectiva de raça dentro do debate dos direitos humanos, utilizando as ideias do filósofo Achille Mbembe e analisando as políticas internacionais

contra a discriminação racial. É importante que se reflita sobre o significado social da raça e a importância em delimitar essas opressões em prol de buscar os direitos humanos das populações marginalizadas em uma escala internacional, em especial os afrodescendentes.

As Políticas de Ações Afirmativas no Brasil – Conflito e Inovação no Processo de Reconhecimento do Racismo pelo Estado Brasileiro como Objeto de Desigualdade Social no País - Maria Palmira da Silva (UNINOVE). As páginas que se seguem procuram dar uma contribuição para o debate que vem se desenvolvendo em áreas diversificadas dos serviços sociais a propósito da eficácia da gestão transversal das políticas públicas no enfrentamento das desigualdades sociais entre negros e brancos na sociedade brasileira. Nelas se esboçam certas considerações sobre o emprego muito frequente do conceito de política de promoção da igualdade racial, na perspectiva de demonstrar que o processo de mobilização política do movimento negro foi determinante para o Estado brasileiro adotar medidas de enfrentamento do racismo seja através da criação de leis, como foi o caso da Constituição de 1988, seja por meio das políticas de ações afirmativas implementadas na conjuntura dos últimos governos eleitos democraticamente no país. Buscaremos ainda resgatar o processo histórico de implantação das políticas de ações afirmativas nos serviços da administração pública sejam eles de responsabilidade do governo federal, estadual ou municipal. Desse modo, é nosso interesse revelar quais estratégias de redução das desigualdades sociais dialogam com as medidas de superação das desigualdades raciais no país. O presente estudo está organizado em três partes que se entrelaçam e se complementam: Inicialmente ele discute as fontes cognitivas das visões e dos comportamentos racistas. Partimos do entendimento que essas fontes cognitivas do racismo veem fomentando, principalmente pelos segmentos racistas, a rejeição das políticas sociais de redução das desigualdades sociais entre negros e brancos na nossa sociedade. Num segundo momento a seção proposta apresenta um breve resumo dos resultados da agenda unificada do movimento negro que vem sendo esboçada desde os anos 1970. Posteriormente destacaremos os marcos históricos e legais que contribuíram para a incorporação da transversalidade, seja como conceito, seja como um instrumento de gestão e intervenção da área social, revelando como as políticas públicas de promoção da igualdade racial implementadas no âmbito do governo federal no início dos anos 2000, produziram inovação nos serviços sociais, levando equidade e justiça social para a população objeto de sua intervenção. Por fim, as nossas considerações finais não têm a pretensão de dar a palavra final sobre o tema, mas, antes de qualquer coisa, suscitar novas questões para outros estudos.

Cientificismo e reflexões acerca do ato de punir no início da República Brasileira - Pedro Ricardo Moreira de Souza (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Este artigo fora produzido a partir de uma análise da crônica "O assassinato de Thimoteo" publicada no periódico Cidade do Rio, em 1893, propriedade de José do Patrocínio. Numa primeira leitura trata-se de uma história cuja narrativa bem-humorada entretêm o leitor ou leitora, contando a trajetória de um liberto que fora acusado injustamente de cometer uma atrocidade. No entanto, com uma análise minuciosa, certos elementos começam a aparecer e evidenciam possíveis denúncias em relação às ideias penalógicas que se constituíram através de critérios físicos, sobretudo raciais.O objetivo desta pesquisa é compreender a relação entre perspectivas cientificistas na penalogia do início da República brasileira e a formação de um critério racial blindado em seu sistema judiciário, para a punição de criminosos e até mesmo de inocentes.Tal interpretação da crônica fora possibilitada através da observação de como se interpretava o crime no Rio de Janeiro em fins do século XIX, das questões que a abolição da escravatura impôs à sociedade carioca do mesmo período e de referenciais teóricos que compreendem a literatura como produção sensível às pulsões de uma determinada realidade e, portanto, viabilizam sua utilização como fonte histórica.O presente artigo se propõe, num âmbito mais amplo, a analisar a forma como o Estado brasileiro no período da Primeira República, sob a égide do progresso e da ordem, começa a se articular e a produzir artifícios a fim de controlar, evitar e até mesmo punir a existência negra, especialmente pobre, no pós-abolição. Dessa maneira, a utilização de categorias que tendem a ser interpretadas como irrefutáveis são amplamente funcionais para a viabilização de ideias, ações e políticas institucionais de cunho profundamente racista sob a proteção de serem apenas racialistas ou científicas. É neste sentido que o trabalho pretende através da crítica feita pelo texto "O assassinato de Thimoteo", colocar em questão a comumente adotada irrefutabilidade da ciência, principalmente quando ligada a fundamentação de políticas públicas e ideários que rondam as organizações sociais e judiciárias, demonstrando o quão longe fora, no contexto estudado, a utilização do argumento científico na defesa de lógicas punitivas que estavam muito mais interessadas nos agentes sociais que os crimes possibilitariam encarcerar do que propriamente nos atos criminosos.

Criminologia Racializada, Encarceramento em massa e Homicídios no Brasil: Desdobramentos para o Genocídio do Povo Negro. - Luiza Sousa de Carvalho (UnB). O Brasil é hoje, o 3º país do mundo com maior população carcerária, totalizando 726.712 presos. Desse número, 64% são negros, e 55% possuem entre 18 e 29 anos, ou seja, são jovens. Além disso, 75% da população carcerária não cursaram o ensino médio e menos de 1% possui ensino superior. A maior parte dos crimes está relacionado ao tráfico de drogas com índice de 28%, contudo 40% do total são presos provisórios, ainda sem condenação. Acerca do regime, 38% cumprem pena em regime fechado. Tais dados são referentes ao levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, publicado em 2017 pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. O Atlas da Violência, publicado em Junho de 2018 pelo Ipea, informa que o homicídio é a principal causa da mortalidade da juventude masculina (15 a 29 anos) com cerca 48% dos óbitos no Brasil. Existe um estado permanente de guerra, uma vez que 92% dos homicídios acometem homens, e em dez anos o índice de homicídios de jovens teve um aumento de 17,2% totalizando mais de 300 mil jovens assassinados. Número semelhante à taxa de homicídios de pessoas negras que em 10 anos aumentou em 18% enquanto que em relação a pessoas brancas diminuiu em 12%. Ao buscar relatórios sobre encarceramento e mortalidade, bem como reportagens acerca de casos emblemáticos, documentos e bibliografia vinculada à temática, por sua vez, concebemos dados gritantes da realidade brasileira relacionada ao Encarceramento em Massa, o Genocídio da População Negra, a Guerra às Drogas, Criminologia e Relações Raciais no Brasil. Estamos falando, portanto, da violência de Estado e violência letal que inscreve a população negra no signo da morte.Partimos de Sueli Carneiro, Achile Mbembe e Michael Foucault e os conceitos de Epistemícidio, Biopoder, Dispositivos de Racialidade e Necropolítica, entendendo estes como mecanismos de alcançar a população negra condicionando-a de maneira diferente

ao encarceramento, à vida e à morte, seja pela ação ou omissão do Estado e as políticas de saúde, educação e segurança pública. Estamos falando de vidas humanas que não foram garantidas, vidas negras que foram marcadamente escolhidas pelo "fazer viver e deixar morrer" do Estado, desde uma ausência de oportunidade educacional e emprego/renda que por sua vez, condenam os jovens a uma vida de restrição material e desigualdade social que podem impulsionar a criminalidade e suas conseqüências, em sua maioria sem volta. A ausência do Estado nas garantias para essas pessoas resulta nos índices supracitados, e essa pesquisa em andamento tem como objetivo contribuir para os estudos acerca da manutenção do racismo como dispositivo genocida que outrora escravizou nossos ancestrais e hoje nos encarcera e mata.

Desafios para inserção de gênero e raça nas ciências: quadro atual das mulheres negras após as políticas públicas de acesso - Marta Regina dos Santos Nunes (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul). De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 54% da população brasileira se autodeclara preta ou parda. Pesquisas tem mostrado um avanço na redução da pobreza extrema e da desigualdade nos últimos quinze anos no país. Infelizmente estas não trouxeram junto mudanças significativas com relação aos grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira mostrando que essas políticas econômicas não são suficientes para reduzir um dos mais altos níveis de desigualdade étnica nos países da América Latina e do mundo. A redistribuição econômica da renda revela assimetria acentuada de distribuição entre diferentes representações sociais (homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras) e uma pequena redução de desigualdade entre dois grupos, apenas no recorte de gênero, dentro da mesma etnia. Apesar de sermos a maioria da população não compartilhamos com os brancos a mesma condições competitivas e de acesso, como aos melhores cargos e salários, carreiras executivas, de liderança e/ou postos prestigiados no mundo do trabalho. O objetivo primário desta pesquisa foi analisar como os estereótipos e preconceitos de raça e gênero (dupla discriminação) interferem no acesso ao ensino superior de Afro-Brasileiros e Afro-Americanos, bem como programas e políticas públicas têm auxiliado no aumento deste percentual de acesso, visando diminuir as desigualdades tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Dados e resumos de institutos disponibilizados entre 2010 e 2016 no Brasil/Estados Unidos foram utilizados como estratégia para a discussão e considerações. Assimetrias puderam ser verificadas na distribuição, principalmente, das denominadas "minorias" étnicas na educação superior. Embora um grande número de programas tenha inserido mulheres e negros nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM – Science, Tecnology, Engineer and Math), esse esforço parece não ser suficiente para garantir o acesso a algumas áreas do conhecimento, historicamente masculinas e brancas. A educação é uma das principais causas das desigualdades de gênero e raça. Os obstáculos encontrados são baseados em preconceitos e estereótipos sobre mulheres e negros e sobre suas capacidades, afetando precocemente suas decisões. Estudos sobre preconceitos de gênero e estereótipos em currículo oculto indicam que expectativas e crenças sobre um indivíduo ou um grupo aliados ao preconceito e a discriminação são responsáveis pelas expectativas das crianças quanto a objetivos profissionais. À luz dessas considerações, queremos apresentar alguns dados relacionados à distribuição de mulheres negras nos diferentes campos das ciências e possíveis explicações baseadas na retenção resultante de barreira "invisíveis" nas trajetórias profissionais e academicas.

Mensurando Necropolítica: Corpos Negros (E) LGBTs - Darlam do Nascimento (UFRGS). Este trabalho visa debater a realização de indicadores sociais (teoria, definição operacional dos indicadores propriamente ditos e observações/levantamento de dados) da necropolítica, entendida como a maquina de matar que no limiar entre a vida e a morte opera através do massacre (máxima desse poder), com o objetivo de apreender retratos quantitativos e qualitativos da realidade social no que trata a violência (indicado aqui por discriminação, agressão e morte), em uma perspectiva interseccional, ou seja, a maneira como os corpos atravessados por diferentes marcadores sociais experienciam a realidade dentro das estruturas sociais vigentes. A metodologia consiste na analise dos relatórios produzidos – CLAM/UERJ (Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos), GGB (Grupo Gay da Bahia) e Mapa da Violência – no que tange as suas classificações (abrangência analítica e aplicação, utilização política, descritivo ou avaliativo, objetivos ou subjetivos, abrangência geográfica, natureza ou área temática, número de elementos constitutivos, conformidade com fase(s) do ciclo de políticas públicas, desempenho) e fichas técnicas (definição, interpretação e uso, limites, metodologia de cálculo, desagregação geográfica, periodicidade, fonte(s), categorias disponíveis, parâmetros e recomendações, informações complementares), tendo em vista as suas possibilidades e limites na formulação de um indicador de violência que abarque a complexidade das estruturas de dominação, sob a luz das teorias póscoloniais, descoloniais e material do CEGOV (Centro de Estudos Internacionais sobre Governo). O presente trabalho evidencia as lacunas da apreensão das relações de dominação marcadas pela violência; e as limitações das coletas de dados/informações que prejudica qualquer diagnóstico rigoroso sobre as formas de violência, as vitimas dessas violências e as suas causas. Este trabalho apresenta nas conclusões a proposta do uso dessas informações, no curto prazo, de maneira agreagada e/ou complementar, de forma qualitativa e quantitativa, tendo em vista a alta chance de subnotificação dos levantamentos do GGB; e do método adotado pelo CLAM/UERJ, que tem periodicidade e localidades de coleta e amostragem diversas, como também a limitação do Mapa da Violência que não abrange uma série de marcadores sociais, em destaque a orientação sexual, e por ter distorções na coleta e nas possíveis interpretações; ao mesmo tempo em que se explicita a necessidade do Estado brasileiro de custear ou executar, ele mesmo, o levantamento destes indicadores, assim como faz com a fonte e relatório do Mapa da Violência.

O México na diáspora afro-latino-americana: da resistência da população afro-mexicana pelo fim da escravização à luta pela existência no século XXI - Domingos Alves de Almeida (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA). Durante o ano de 2014, em uma experiência de intercâmbio que vivida pelo autor, na cidade mexicana de Cancún, Estado de Quintana Roo, costa atlântica, algo me chamou atenção em uma conversa com uma militante social daquele país. Conversávamos sobre a política de cotas raciais para o ensino superior no Brasil e o grande número de pessoas que declaravam negr@s e pard@s no nosso país. Para surpresa, ouvi dela que no México não houve escravização contra negr@s. Acreditamos que essa percepção não é proposital e muito se deve ao violento

apagamento do processo escravocrata da história mexicana e da invisibilidade d@s descendentes de african@s que sobreviveram naquele país. No entanto, uma breve observação na história do México é suficiente para compreender que o entendimento da não existência de escravidão trata-se de um equívoco. No início do século XIX, por exemplo, esse país tinha o segundo maior contingente de negr@s, entre livres e escravizad@s, atrás apenas do Brasil. E essa realidade não diz respeito apenas ao contexto histórico mexicano. Um grande número de países latino-americanos, após o período escravocrata, adotaram por meio de ações estatais, políticas de branqueamento de suas nações, com o objetivo de promover o apagamento e exclusão d@s negr@s de suas populações. O México, país escolhido para este estudo, tem materializado em sua história o protagonismo de negr@s african@s e descendentes, que foram excluídos dos levantamentos de órgãos oficiais, que também deixaram de registrar a população, com distinção entre raças, ou castas (negr@s, branc@s, indígen@s, mestiç@s e etc.), categorizando, simplesmente, como mexican@s. Assim, com o presente trabalho temos como objetivo verificar os aspectos políticos, sociais e culturais da população afro-mexicana, tomando como recorte à população do Estado de Guerrero, localizado no sudoeste do país, a partir da análise dos dados censitários do Instituto Nacional de Estadística e Geografía (INEGI) de 2015. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e os aportes da metodologia qualitativa-quantitativa no material levantado. Concluímos que, após o fim jurídico do período escravocrata na América Latina, houve um processo generalizado de apagamento da população negra na região, e o México foi um desses países que excluiu sua população afro de qualquer tipo de reconhecimento.

Por que o Genocídio da População Negra continua no Estado de Democrático de Direito? - Emanuel Gonsalves Negrão (UFPR). No ensino jurídico Brasileiro, uma expressão representa a solução de todos os problemas: Estado Democrático de Direito. É através desta expressão que pretende-se exorcizar a formação do Estado Brasileiro e da conformação de extrema desigualdade da sociedade Brasileira. Após a ordem Constitucional de 1988, com o remodelamento do Estado Brasileiro com o objetivo de abandonar a ditadura militar dos vinte e quatro anos anteriores, a ordem Constitucional em que prevaleça o Estado de Direito e o respeito à dignidade humana, com a superação das desigualdades raciais e a intenção de repudiar toda a forma de discriminação racial, com a criminalização do racismo no texto constitucional. Passados trinta anos da promulgação da Constituição de 1988, a população negra é protagonista nos piores índices sociais, os índices de morte violenta, morte pela polícia e encarceramento, dentre outros. O Estado democrático de direito não cumpriu suas promessas para a população negra, mas paradoxalmente continua sendo recomendada como a solução para os problemas da população negra. Para explicar o fracasso do Estado Democrático de Direito para o combate e superação do racismo podem ser opostas explicações históricas, sociológicas e antropológicas, contudo, faz falta uma contribuiçao pela via da teoria do Direito, mais especificamente na discussão das Teorias da Constituição. Esta trabalho pretende responder à indagação do título através de uma exploração pela via da Teoria do Direito, analisando as principais teorias da Constituição e relacionando com o processo Constituinte de 1988.

Relações Raciais e Políticas Educacionais: possibilidades, entraves, desafios e resistências. - Tânia Pedrina Portella Nascimento (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo). Esta comunicação tem como objetivo apresentar o resultado da pesquisa que identificou as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME/SP), por meio do Núcleo de Diversidade e Educação Étnico Racial, entre os anos de 2005 e 2011 para cumprir o artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e sobre educação para relações raciais. A partir do levantamento das ações, descrevemos e problematizamos o que foi efetuado estabelecendo diálogo com as determinações do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Verificamos o perfil das gestoras do Núcleo/SME, as parcerias estabelecidas e os atores envolvidos nessas iniciativas. O referencial teórico analítico da pesquisa baseia-se na análise sociológica de Norbert Elias sobre as relações de poder a partir das categorias estabelecidos e outsiders e na visão de justiça social, reconhecimento, distribuição e representação de Nancy Fraser no qual o reconhecimento é entendido como uma questão de igualdade de status de participação social entre os atores de diferentes pertenças coletivas. Apoia-se, também, nos conceitos de influência, produção de texto e prática de Stephen Ball e nas contribuições de Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Válter Silvério que problematizam a questão racial no âmbito das políticas públicas em educação e nas relações raciais. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa lançou mão do levantamento das ações existentes por meio de análise documental do material disponibilizado pelo Núcleo Educação Étnico Racial da SME e a realização de entrevistas semiestruturadas com as gestoras do Núcleo da SME encarregadas de operar e responder pela aplicação da lei no âmbito municipal e influenciar a proposição de políticas educacionais. Nossa perspectiva foi verificar as possibilidades, entraves e recomendações sobre a execução das ações e refletir acerca de pesquisas complementares e ações para esse campo.

Sessão Temática 14

Filosofias Africanas e Afro-Diaspóricas

A Filosofia Africana no Brasil: levantamento, análise e reflexão dos estudos e pesquisas - Julvan Moreira de Oliveira (UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora)). Uma das maiores dificuldades da Filosofia estudada no Brasil diz respeito à sua não preocupação com os pensamentos africanos e afro-diaspóricos, enquanto os estudos e pesquisas sobre as culturas africanas abandonaram a Filosofia, centrando-se nos campos da etnologia, da história e da sociologia. O dilema da Filosofia Africana no Brasil permanece sobre a quem de fato é delegada a função de pesquisar sobre essa área e quem, de fato, detém maior conhecimento e habilidades sobre teorias e métodos

filosóficos. Esse trabalho é orientado pelo princípio de que todo pensamento filosófico parte do conceito de "homem", compreendido aqui em seu sentido etmológico, e todos nós seres humanos, da filosofia, da educação, da antropologia, da psicologia, da arte, etc., temos o direito de falar sobre nossa condição, enquanto, Ser humano. Diante desse ponto de vista é possível pensar que cada pesquisador, cada educador, cada professor possui um saber filosófico sem o qual ele não poderia trabalhar, nesse caso específico, e que não pode ser facilmente refletido. O que vai "sulear" esse estudo foi a seguinte questão: qual o conhecimento que tem sido construído na área da Filosofia Africana no Brasil? A Filosofia Africana é um campo de conhecimento que não está consolidado no país, mas que vem se consolidando.Assim, esse trabalho teve como objetivo principal analisar artigos publicados em periódicos brasileiros dos anos 1980 a 2017, delimitando o campo da pesquisa pelos seguintes critérios: - levantamento de teses, dissertações, artigos, livros, dossiês, trabalhos apresentados em congressos e resenhas que contenham nos títulos ou nos descritores "filosofia africana" ou "etnofilosofia"; - levantamento dos grupos de pesquisa cadastrados no Cnpq e que possuem referência a pesquisas e estudos na área da filosofia africana. Essa contextualização serve para apresentar a área da Filosofia Africana diante do atual cenário, onde estão presentes e essa análise contribui para um estudo mais aprofundado da produção levantada, possibilitando a interpretação, a compreensão e a reflexão sobre as imagens de "homem" na África e no impacto dessas imagens na Filosofia. Concluímos com algumas considerações de que a Filosofia Africana estudada no Brasil ainda apresenta limitações e questões abertas, demonstrando que não existe um conhecimento definitivo sobre a área, pois ainda está num processo de construção, reconstrução e desconstrução do pensamento africano e afro-diaspórico em terras brasileiras.

A filosofia única e o ensino das relações étnico-raciais - Antonio Carlos dos Santos Gonçalves (Universidade Federal do Sul da Bahia). O mito da "Coruja de Minerva" ocidentalmente popularizado como símbolo do conhecimento e da sabedoria, define outro mito, o de que a filosofia é grega na sua origem, muito embora, seja amplamente reconhecida a existência de produção de conhecimento entre os egípcios, na região de Náucratis, cujo símbolo era a ave íbis. Esta última ave de bico alongado e prática diurna que anunciava as cheias do Rio Nilo, sobrevivia da pesca em águas profundas e representava o deus Thoth, conforme o relato de Platão na obra Fedro referendado na Metafísica de Aristóteles. Contudo, o que está em questão neste trabalho não é comprovar a anterioridade para conferir autoridade às suas conclusões, mas sim, buscar a importância da alteridade para o ensino da filosofia. Para tanto lançamos mão de referências bibliográficas que explicitam o quanto Hume, Kant, Hegel, Voltaire, Marx e outros filósofos se valeram de esquemas conceituais da tradição filosófica construídos, conforme Renato Noguera (2014), com base em sistemas cognitivos injustos, para definir e conferir status quo a um determinado grupo, como se fosse efetivada uma reserva de mercado para o Ocidente e quem dele faça parte. Nesse ponto um epistemicídio se instala e se edifica o paradigma grego da filosofia única. Afinal, o que a filosofia tem a dizer sobre o ensino das relações étnico-raciais? A educação, o ensino, as relações pessoais e o racismo antinegro não são questões universais? É fundamental avançar nos ganhos deflagrados a partir da implantação da Lei nº 10.639/2003, bem como no ensino da Filosofia. São grandes os obstáculos ao amadurecimento do ensino desta disciplina, pois ela apenas foi incorporada ao rol das disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio através da Lei nº 11.684 em 2 de junho de 2008; e recentes são as discussões sobre os conteúdos de Filosofia a serem ensinados. Para Nascimento (2012) os documentos legais, em certa medida, evitam dogmatismos e o empobrecimento no trato escolar da Filosofia. Se a desejada aplicação da Lei 10.639 deparou-se com diversas barreiras ao serem trabalhadas a História e a Cultura africana e Afro-brasileira como componentes curriculares obrigatórios da Educação Básica, estas barreiras parecem ampliadas quando se trata do ensino de Filosofia. Acreditamos ser possível pensarmos em múltiplas formas de construção do conhecimento filosófico e, em especial, da que trata das Filosofias Africanas. Desenvolvemos o levantamento e a análise bibliográfica levando em consideração a crítica de autores africanos e da diáspora a exemplo de: Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Molefi Asante e Yoporeca Somet na tentativa de consolidar as filosofias africanas como estratégia para a descolonização epistemológica no ensino das relações étnico-raciais.

Cabo-verdiana e ancestralidade: uma abordagem para a educação afrocentrado - Rutte Tavares Cardoso Andrade (UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA). Propomos uma análise sobre a Filosofia Cabo-verdiana, no sentido de trazer contribuições para descolonização da educação em Cabo Verde. Incidiremos sobre algumas categorias epistemológicas que orientarão a nossa discussão: ancestralidade, Comunidade e sistema cultural cabo-verdiano. Por séculos a filosofia fora usada como meio de colonização, justificando o processo de maafa, em nome de uma civilização, usurpando conhecimentos e a identidade cultural dos cabo-verdianos africanos no continente e na diáspora. Descolonizar a filosofia implica seu ressignificar a filosofia aparece a serviço da coletividade. Ressignificar implica resgatar e valorizar a cultura cabo-verdiana estruturada na ancestralidade africana. A ancestralidade africana é a encruzilhada onde emerge o objeto da filosofia cabo-verdiana. É preciso que os indivíduos sejam educados segundo os valores, crenças e conhecimentos orientados pelos princípios estruturantes do sistema cultural da nação krioula que forma a sua identidade. A identidade cultural é determinada pela identidade cultural de sua nação caracterizada por três fatores: o histórico, o linguístico e o psicológico.

Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo: literatura afrobrasileira como possibilidade para uma filosofia estética afrocentrada - Bianca Pereira da Silva (Universidade Federal Fluminense). No passado, a história dos africanos sofreu um forte abalo com a escravização de seu povo e a inferiorização e apagamento da sua cultura. Desta forma, até hoje os africanos e os africanos da diáspora sentem os efeitos nefastos dessas e de outras violências. No campo acadêmico, a exclusão e o desdém propagam-se igualmente. Com a Lei 10.639/03, temos um avanço com relação aos estudos sobre e de africanos e seus descendentes na diáspora. No caso da Filosofia, tem acontecido um movimento para que se reconheça a importância das pesquisas em filosofia africana. E com relação à área de Estética e Filosofia da Arte? Encontramos, ainda, poucos estudos acerca da arte africana e de pesquisadores africanos e na diáspora e quando os temos, estes vêm carregados de preconceitos ou recebem atenção mínima. Entendemos que, para que possamos avançar nessa área (e em outras) é preciso levar em consideração uma nova metodologia, a saber, a metodologia da afrocentricidade. Este termo foi cunhado pelo filósofo Molefi

Asante e defende que os africanos e os afro-descendentes devem ser reorientados para o centro, devem se ver no centro das pesquisas, no centro das indagações e serem, dessa forma, protagonistas. Protagonistas dos seus estudos e eles próprios serem protagonistas das suas histórias. Isso porque esse povo ficou a margem durante séculos devido à escravização e suas orientações de mundo e de si foram destorcidas. Destorcidas a tal ponto que ele não se vê como centro, não se vê como sujeito, não se vê como parte ativa no mundo. Assim, os conhecimentos e as produções africanos e dos descendentes na diáspora devem ser humanizados e levados em consideração tanto quanto as pesquisas eurocêntricas. A partir dessa perspectiva, observaremos que obras da arte literárias afrobrasileiras como as de Carolina Maria de Jesus e de Conceição Evaristo apontam para uma reorientação do sujeito afrodescendente. Uma reorientação que o percebe como sujeito e o torna ativo, o torna protagonista mesmo diante do racismo, das opressões, das dificuldades do dia a dia e, principalmente, da crise de identidade sofrida devido ao apagamento cultural causado pela escravização. As literaturas de ambas abrem novas possibilidades de representação, empoderamento, de busca pelo passado, de busca de si, de sua identidade. Dessa maneira, este trabalho enfatizará a necessidade de uma estética e filosofia da arte afrocentrada, como também indicar elementos nas literaturas dessas autoras que reorientam o sujeito diaspórico para o centro.

Como pensar o direito a partir de uma base filosófica africana - Augusto Sérgio dos Santos são Bernardo (Universidade Federal da Bahia). As organizações políticas, comunitárias e tradicionais no continente africano e na diáspora atestam uma forma costumeira e conciliadora de lidar com os conflitos – em relação à natureza e a sociedade - nos influenciando numa dimensão contingencial da experiência civilizatória africana no Brasil e nos dando um caminho de como articular novas bases ético-jurídicas para pensar o direito numa ótica emancipatória. É possível afirmar um direito afro-brasileiro? Existe um repertório comum que informa e unifica este direito? Existe uma base sócio-cultural que legitima a emergência dessa ético-jurídica? Este direito pode ser universalizável como pressuposto de justiça a outras comunidades não africanas? Estas indagações podem sugerir a possibilidade de um debate nos campos da antropologia jurídica, da filosofia afro-brasileira e da filosofia do direito. Entender as diversas formas de lidar com os costumes e tradições originados do processo civilizatório afro-brasileiro em confronto com o direito germano-românico, fenomenológico, positivista e culturalista do direito brasileiro. As comunidades tradicionais e as referências mais ancestralizadas das nossas experiências comunitárias dão conta de que os valores e noções de justo têm convergido às noções de integração e comunhão com a natureza, uso comunitário e coletivo da propriedade, restituição no lugar de retribuição de pena, famílias extensas etc.

Cosmovisões e Encantaria no Tambor de Mina - Luis Augusto Ferreira Saraiva (UnB). O que se pretende aqui é entender que mesmo o termo Filosofia seja composto por prefixo e sufixo grego, a sua atividade é um atributo que pertence a toda cultura, neste caso a África. Para tal, busca-se aqui apresentar o Tambor de Mina, fruto de uma herança ancestral, que é uma religião de matriz africana que se originou no Maranhão nos meados do século XIX tendo como destaque a Casa das Minas e a Casa de Nagô em que cultuam Orixás, Voduns, Caboclos e Encantados, em que sua estrutura é evidenciada pelo matriarcado. A partir do momento em que consideramos o Tambor de Mina como um modo de vida e como uma forma de compreensão de mundo em que percebemos que há em sua composição epistemologias que fogem do eurocentrismo e que estabelecem primazias ontológicas no qual a complexidade de saberes é extraída a partir de suas práticas ritualísticas. Para tal, busca-se aqui apresentar o Tambor de Mina em que sua estrutura é evidenciada pelo matriarcado. Tal religião guarda elementos ancestrais. A partir do momento em que consideramos o Tambor de Mina como um modo de vida e como uma forma de compreensão de mundo em que percebemos que há em sua composição epistemologias que fogem do eurocentrismo e que estabelecem primazias ontológicas no qual a complexidade de saberes é extraída a partir de suas práticas ritualísticas. De tal aspecto, as Vodunsi, termo de origem Fon que designa toda aquela que recebe a força do Vodun, que durante toda a existência da Casa das Minas eram as responsáveis pela ordem do culto Jeje. Atualmente a Casa das Minas não possui mais nenhuma Vodusi em atividade, entretanto o saber oral da tradição Jeje pode ser evidenciado de maneira presente em outras casas de Tambor de Mina no Maranhão ao ponto de se perceber que a ancestralidade está presente no corpo, e é transmitida pela oralidade, logo se pode entender que a categoria ancestral é o fio condutor entre o corpo, a memória e a palavra enquanto ação, e que a oralidade significa a permanecia do saber filosófico africano. Isto significa que no Tambor de Mina as relações mantidas com os ancestrais e os espaços de temporalidade que vivenciam os terreiros é fruto de uma cosmologia filosófico-imagética das narrativas orais feitas por antigas sacerdotisas.A designação "Virada da Mata" nomeia a trajetória da formação do culto do Tambor de Mina no Maranhão, onde há forte presença de curas terapêuticas apoiadas através das folhas, ervas e sementes que são usadas para banhos e remédios caseiros com a finalidade de promover o tratamento de determinadas doenças. Sendo assim, o Tambor de Mina se concretiza como uma cosmovisão africana no Brasil, possuindo sua própria maneira de compreender o mundo a partir de suas experiências especifica.

Educação no Terreiro de Candomblé – saberes/memórias afrodiaspóricas em diálogo - Marta Ferreira da Silva (UNICAMP). Este texto é um fragmento de parte do início da pesquisa de doutorado que se propõe a analisar 231 páginas manuscritas com histórias de orisás, Ìtàn, coletadas nos cotidianos de terreiros de candomblé por uma mãe de santo e a produção de conhecimentos nos espaçostempos em que esses Ìtàn circulam. Esses escritos de Acé, recebidos como herança por seu filho de santo (hoje pai de santo) e as influências dessas heranças servem como fio condutor para essas reflexões iniciais, que tem como base fundante as dinâmicas de repasse e ressignificações dessas fontes e na sua própria constituição, tecendo redes de saberes muito além dos muros do terreiro, tendo em vista principalmente as crianças e jovens candomblecistas, que levam consigo esses saberes para as escolas e, especificamente nos interessa nesse texto, para as aulas de história e suas relações (ou não) com a implementação da Lei 10.639. Este fragmento inicial da pesquisa trata especificamente de dois jovens candomblecistas que frequentam escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e relatam como o que aprendem no terreiro influencia suas vidas para além da religiosidade (para a vida, como relatam), as dificuldades e as estratégias de empoderamento que elaboram para lidar com os racismos religiosos sofridos nesse espaço de educação pública que espera-se que seja laico. Procuro aqui

nesse texto, levar em consideração que esses jovens foram crianças de terreiro, e fazem parte dele a mais de 10 anos, ouvindo, escrevendo e ressignificando o que lhes é ensinado. Construções orais e escritas realizadas em um terreiro de candomblé, no município de Duque de Caxias - RJ, que dialogam com oralidades e escritas desses espaçostempos.

ENSINO DE FILOSOFIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Formação docente, PNLD e perspectivas antirracistas africana e afro-brasileira - Anderson Eugênio Santos (CAIC PAULO DACORSO FILHO). A proposta de trabalho tem como objetivo discutir relações étnico-racias no ensino de filosofia, na formação docente, PNLD (produção didática) e perspectivas antiracistas que reforçam ainda mais o caráter identitário da formação e abordagens de aspectos filosóficos grego e europeu. A formação do docente da área de filosofia também é um dos aspectos que contribui para o não atendimento da própria demanda e necessidade epistemológica nas escolas e nas academias, em consonância com as exigências legais de implementação dos conteúdos obrigatórios de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígenas. A ausência de conteúdos específicos, formais e sistematizados que vá ao encontro da educação das relações étnico-raciais é analisada comparativamente nos PNLDs 2015 e 2017, metodologia eficaz para apontar ausências aos preceitos legais. Tais ausências são sinalisadas por diversos autores e filosófos africanos e afro-brasileiros, trazendo a discussão para o que chamam de epistemicídio antiafricano. Nosso interesse é ampliar a agenda de pesquisa na área de (ensino) filosofia, contribuindo para que mais inflexões e reflexões nos setores voltados para a formação docente, produção e exame de livros didáticos sejam filosoficamente problematizados. O que pode trazer à cena do ensino de filosofia uma perspectiva antirracista, à medida que possamos desconfiar e desnaturalizar a tímida presença da autoria negra (ainda mais quando se tratam de mulheres ou discursos de gênero) no panteão dos manuais didáticos de filosofia.

Filosofia africana: uma transgressão conceitual - Luis Thiago Freire Dantas (Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Linhares). Frantz Fanon define a descolonização como uma atividade contínua que "existe em estado bruto, impetuoso e obrigatório, na consciência e na vida dos homens e das mulheres colonizadas" (FANON, 2010, p. 52) e bell hooks explica que a educação é uma prática da liberdade que nos permite "encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar as fronteiras, transgredir" (HOOKS, 2013, p. 273). A partir de tais definições, essa comunicação pretende relacionar a descolonização com uma prática de ensino de filosofia africana enquanto uma transgressão. Essa transgressão se objetiva como modo de apreender os conceitos filosóficos a partir da localidade de quem os produz, desse modo, avalia-se as aplicabilidades e os limites geográficos de cada conceito. Por essa maneira a universalidade revela-se como uma pretensão de colonizar o Outro por meio de categorias prévias a qualquer compreensão e o discurso de racionalidade como modo de homogeneizar as produções de conhecimento. Assim, a filosofia africana transforma-se não em um mero reprodutor de ideias, mas uma exigência para que os modos de vida projetem múltiplas formas de construções de conceitos.

Necropolítica: as estratégias de eliminação do corpo negro - Eliseu Amaro de Melo Pessanha (Universidade de Brasilia). O racismo enquanto mecanismo de um sistema político de dominação sustenta duas ideias que se complementam; a primeira; que existem diferentes raças humanas; e a segunda; que existem raças humanas que são inferiores às outras. O racismo tem como critério a cor da pele, e o africano ganha dois status: o de negro e o de raça inferior. O filósofo Achille Mbembe discorrerá sobre o ato de tirar a vida do Outro no contexto de "políticas da morte", que ele compreende de duas maneiras: a lógica da sobrevivência; que significa a morte do Outro e a lógica do martírio, que significa a morte do suicida que leva consigo também a vida do inimigo, "a vontade de morrer funde-se com o desejo de levar o inimigo consigo".As estratégias utilizadas pelo colonizador europeu em suas colônias são replicadas nos três exemplos citados acima, são características da necropolítica no seu funcionamento prático o estado de exceção e o estado de sítio constante. Essa era a situação em que o escravizado se encontrava constantemente, mas do que ter a liberdade totalmente suprimida ele estava sempre a mercê dos caprichos do colono. O seu corpo era um alvo permanente disponível para ser violentado e morto. O estado de exceção é também uma estratégia de terror, que é colocada em prática seguindo os métodos da ocupação colonial, que na concepção de Mbembe é a forma mais bem sucedida do necropoder. A necropolítica opera com o extermínio de populações a ocupação colonial contemporânea, que tem como estratégia a dominação territorial onde se encontram os corpos matáveis, funciona como dispositivo que pode determinar em que área e em que momento o estado de exceção pode ser executado sem o menor constrangimento jurídico, assim funcionava nos homelands na África do Sul durante o regime do apartheid e nos territórios ocupados na Palestina. O pensador brasileiro Abdias do Nascimento, na sua obra O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Abdias do Nascimento argumentará que a miscigenação funciona como uma forma de dizimar a raça negra no Brasil; diferente dos autores que construíram o conceito de "democracia racial", Nascimento afirma que a mistura de raças no Brasil é resultado de estupro e abusos sexuais sofrido pelas mulheres negras, africanas, afro-brasileiras e indígenas, desde a colonização. Outra estratégia utilizada pelo Estado brasileiro no intuito de promover a miscigenação foi a imigração em massa de povos europeus enquanto vetava a entrada de africanos e asiáticos no país.A abordagem feita por Nascimento a respeito do assassinato em massa das pessoas negras descendentes de africanos no Brasil afirma é que o embranquecimento não se limita apenas à eliminação de corpos negros, mas também do pensamento negro, e da cultura negra.

O ESCARAVELHO: uma proposta de reativação do sentido espiritual da natureza - Valter Duarte Moreira Junior (UERJ). Desde que o filósofo africano-descendente Molefi Kete Asante, em 1980, publicou seu livro "Afrocentricidade" delineando o papel dos africanos de origem e por ascendência dentro do sistema de depreciação e exclusão de sua cultura de reivindicar e promover a presença das produções intelectuais e culturais dos povos africanos nos veículos e instituições acadêmicas, um grande corpo científico afro-descendente vem surgindo e somado forças para o resgate da cultura e epistemologia africanas. Seguindo esses passos essa comunicação visa apresentar os modelos e conceitos teóricos africanos de Kemet para a interpretação dos fenômenos naturais, caracterizando seu método e seu objeto enquanto disciplina científica. E a partir dela, apresentaremos o papel do escaravelho para o uso conceitual de seu comportamento como explicação científica do movimento, da forma e a da natureza dos astros.

Reflexões sobre a Filosófia e o estudo do corpo no curso de Educação Física do CFP/UFRB, a partir da ótica da descolonização em Marcien Towa e Muniz Sodré - Anália de Jesus Moreira (CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UFRB), Maria Balbina dos Santos (ACULTEMA), Heráclito dos Santos Barbosa (UFRB). O resumo tem por objetivo principal debater as possibilidades de descolonização do conhecimento da Filosofia a partir da proposta da componente curricular Dimensões Filosóficas da Educação Física do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Toma como referências as obras "A ideia de uma filosofia negro-africana", de Marcien Towa, e "Pensar Nagô", de Muniz Sodré. Parte de reflexões de uma professora regente da referida componente e as leituras extracurriculares sobre as obras que propõem um repensar sobre o existir na perspectiva de uma filosofia não ocidentalizada que contemple as culturas africanas e afro-brasileiras. A leitura das duas obras provoca uma rasura na construção epistemológica da Educação Física quando esta se depara com a construção de uma filosofia dominante e europocêntrica em confronto com a necessidade de se discutir corpo no diaspórico e negro Recôncavo da Bahia. Para tornar consistente esta pesquisa, avaliamos três semestres de execução da componente curricular Dimensões Filosóficas da Educação Física que é obrigatória no currículo do curso e tem carga horária de 34 horas. Analisando a ementa da componente, percebemos a predominância do estudo do corpo ocidental, talhado física e imageticamente na filosofia europocêntrica, em detrimento de uma visão mais diversa de corpo que contemple as práticas corporais de origem africana, indígena e afro-brasileira. Refletindo sobre o recorte admitido no PPC, Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRB, notamos uma predominância total da filosofia brancocêntrica, sem qualquer referência aos chamados "corpos dissonantes" aqueles que divergem da imagem helênica do belo e do produtivo que caracteriza a corporeidade ocidentalizada. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, é a terceira no país em número de docentes e discentes negros, perdendo apenas para a Palmares (SP) e UNILAB (BA). Sendo o curso de Licenciatura em Educação Física o quarto mais concorrido de todos os campus da universidade, ostentando ainda o grau de curso com menor evasão no Centro de Formação de Professores, localizado no campus da cidade de Amargosa, defendemos que é preciso repensar a formação de professores de Educação Física em outras perspectivas filosóficas além da referência greco-romana.

Violência, Doença e a Farmácia de Fanon - Pablo Silva Prado (UFU). O Colonialismo e suas atrocidades é justificado através de princípios de crescimento econômico, maior acesso à saúde, conversão e evangelização, progresso educacional, desenvolvimento tecnológico e integração da civilização, argumentos estes que se colocam como mais importantes e compensadores de seus inúmeros efeitos de destruição geográfica, genocida, cultural. Onde das pessoas se esvai tudo aquilo que nos é considerado humano, como a empatia, a piedade, a intimidade e a vulnerabilidade e em meio a este cenário o filósofo Frantz Fanon vê a emergência da violência como forma de combate ao Colonialismo. Achille Mbembe vai dialogar acerca da violência de Fanon em sua obra Políticas da Inimizade, após tratar de como as democracias liberais e o Colonialismo são perfeitamente análogos, onde o sujeito colonial ao se ver contra si mesmo, contra sua inferioridade internalizada, de seu comportamento naturalizado de dominação racial, a absoluta violência seria a passagem para esta libertação, para a descolonização do ser, que é este sujeito constantemente colocado no "lugar do Outro"; espaço este que exige sempre a provação acerca da sua humanidade, de seu direito de compartilhar de consideração por meio de suas atitudes de que manifestam como desejo e esforço para não ser negado e por isso também se mostra de forma não-autêntica, uma vez que o racismo demanda dele uma conduta de negro, praticando ações que pudessem reproduzir aquilo que fizeram. A prática descolonizadora é uma negação a representação negativa, a adequação à ordem colonial, a fim da desordem absoluta, é um trabalho em conjunto que pretende destruir, despedaçar, aniquilar aspectos da ordem colonial em suas diversas facetas. Em relação a Mbembe, o racismo, o colonialismo são como uma doença, que impossibilita qualquer gesto humano para com o outro, que se vê infinitamente distante deste, a relação de cuidado discutida pelo autor abre possibilidades para o tratamento, a cura a estes pacientes que sofrem e procuram ser aliviados, o homem social, não mais isolado e seu desfazimento significa "ameaça ao sistema sem o paciente é expulso do mundo. Pois a doença encontra-se onde o outro, ou, mais especificamente, o meu próximo ou o meu semelhante já não me revela a mim mesmo e onde me torno incapaz de encontrar o rosto de outrem, de estar com outros homens, meus semelhantes."

Sessão Temática 16

Linguagens: culturas, identidades, reexistências e letramentos

E agora, na passarela: a Ala das Crianças! - Roberta Cristina de Paula (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO). Este trabalho refere-se à pesquisa de doutorado em andamento, que tem como tema central a Infância na Escola de Samba e como objetivo fundamental trazer as vozes das crianças. O objeto da investigação propõe a intersecção entre infâncias, identidades negras, Escola de Samba e Educação. Os principais campos teóricos de referência são a Pedagogia, as Ciências Sociais, com destaque para a Sociologia da Infância e a Antropologia. O método de pesquisa qualitativa caracteriza-se pela abordagem etnográfica que busca o levantamento de dados por meio da observação participante, nas atividades da Ala das Crianças, da Associação Cultural Social da Escola de Samba pesquisada, e em outros eventos dessa agremiação carnavalesca, entre eles: festas, ensaios, apresentações e desfiles, de conversas informais com registros em caderno de campo, de entrevistas semiestruturadas com os meninos, as meninas e suas famílias, assim como, com apoio e Coordenadora da referida Ala. Aqui,

será priorizada a caracterização de suas principais componentes, as crianças, considerando categorias como idade, sexo, pertencimento racial, além de outros dados para compreensão dos processos que envolvem sua entrada e permanência na Ala, a partir de suas vivências no espaço da Escola de Samba. A pesquisa iniciou-se com um levantamento bibliográfico dos campos teóricos de referência e que abarcaram temáticas como: infâncias negras, Escola de Samba e Carnaval, seguida da busca por uma instituição carnavalesca para a pesquisa de campo, realizada entre março de 2016 a março de 2018. A investigação encontra-se na etapa final de análise de dados, evidenciando que a maioria dos/as componentes da Ala são crianças que têm algum familiar atuando direta ou indiretamente na referida Escola de Samba, ou ainda, que tem envolvimento com o mundo do samba. Dessa forma, destaca-se, também, a categoria geracional, por meio da qual nota-se que a participação desses meninos e meninas nas culturas do Samba está relacionada às tradições familiares, demonstrando que, mais do que serem iniciadas no Samba, essas crianças nascem no Samba.

A vingança dos nerds: os novos domínios do Transletramento geek - Débora Isis Martins dos Santos (UFRRJ). Os nerds foram comumente marginalizados durante o século XX, categorizados como extremamente estudiosos, reclusos e estranhos. Eles/as possuem suas próprias práticas linguísticas com textos específicos, que antes só eram compreendidos por um seleto grupo. Um clube de sócios únicos, o meio dos excluídos já foi indecifrável e misterioso para o resto da sociedade. No entanto, a comunidade geek, como passou a ser chamada a nova categoria de nerds modernos, cresceu, assim como o contingente de fluentes nessa comunicação. Quem é o novo nerd e quais são as suas práticas de letramento? Qual é a sua identidade? Como escrevem? Como esses sujeitos são atravessados por significados raciais, de classe e de gênero? Este trabalho visa apresentar os resultados preliminares de uma análise das práticas linguísticas orais e escritas do meio nerd, promovendo uma leve desmistificação de seu passado, porém com maior enfoque nos dias atuais, traçando um paralelo entre duas gerações e o novo cotidiano daqueles que eram jovens e nerds no século XX, além de diferenciar as nomenclaturas amplas e generalizadas dadas a este grupo. Os Novos estudos do Letramento, tal como preconizados pelo teórico Brian Street em seu livro Letramentos Socais, entendem a escrita como uma prática social atravessada por relações de poder. Para tal análise, foi realizada uma pesquisa netnográfica na comunidade do site "Matando Robôs Gigantes" e, como resultados iniciais observou-se que a escrita foi modificada com o advento da tecnologia e inúmeras transformações na rotina nerd e em suas práticas letradas. A não mais necessidade de um encontro físico para seus rituais modernizou as relações, ampliou o público adepto e popularizou seus traços característicos e sua linguagem. Ainda, nota-se o aparecimento de determinados assuntos, dentro do ambiente escolar, de maneira institucionalizada. Também, a presença desses assuntos em momentos de descontração dentro dos muros da escola, o que ajuda na relação dos discentes, apesar dessa fala vir carregada de preconceitos por grande parcela da comunidade. Com novas demandas, veio uma troca de protagonismo em diversos seguimentos da Cultura Pop e junto com tais mudanças veio à tona a circulação de muitos discursos de ódio, até então ocultos nesse grupo presente no ceio dessa classe, manifestado em forma de homofobia, machismo e racismo. Além de ser cruel com as escolhas das principais distribuidoras desse tipo de cultura, o meio nerd se mostra extremamente excludente, sobretudo com mulheres e negros(as). Vale ressaltar que tais corpos sempre foram explorados porém, subalternizados nessa cultura. A revolta reside no tratamento igualitário, dados aos personagens. A segregação atinge os conteúdos consumidos e os membros da classe que destoam do padrão geek imposto.

Análise Do Campo Semiótico Da Protagonista De Melanctha, De Gertrude Stein - Yasmine Sthefane Louro da Silva (UEMASUL). O presente trabalho resulta de um projeto de pesquisa em andamento que visa analizar, sob a perspectiva discursiva, um conto da obra Três Vidas, da escritora norte-ameircana Gertrude Stein. Para isso, selecionamos o conto Melanctha, título homónimo à protagonista. A fundamentação teórica será norteada através da articulação de um diálogo entre os estudos culturais - mais precisamente os autores Gilroy (2007), Woodward (2000) e Hall (2000;2006) -, a teoria das representações de Moscovici (2007) e teoria feministas de Bell Hooks (2000;1981), Kimberlé Crenshaw (2002;2002) e Angela Davis (1982). Para a análise, mobilizamos as contribuições da teoria semiótica nos trabalhos de Fiorin (2008) e Passos (2005). Privilegia-se na análise o modo como a personagem é figurativizada, considerando os recursos sintáticos e semânticos mobilizados pelo enunciador.

Análise microtextual da música "Freedom": reflexões sobe as unidades lexicais alavancando o debate racial - Daniel Carlos Camargo Ferreira (Universidade Estadual de Maringá), Tiago Gomes dos Santos (Faculdade Cidade Verde). Tendo em vista que a competência lexical é parte fundamental e de extrema importância para o domínio e entendimento de uma língua, e que o estudo do léxico é um tema gerador de diversas discussões, incluindo discussões e estudos acerca do debate racial, pretende-se neste artigo realizar uma análise microtextual da canção "Freedom", da cantora norte-americana Beyoncé, através das unidades lexicais identificadas na música. A música que conta com a participação do rapper norte-americano Kendrick Lamar, que em suas obras também dialoga com a comunidade negra norte-americana, contribui para a letra da música tocando em assuntos como o racismo institucional, tema central dos últimos álbuns lançados por uma gama de artistas negros e negras. Marcada por tambores em marcha e vívida mensagem pela busca da libertação, a canção "Freedom" da cantora Beyoncé, presente em seu álbum visual "Lemonade", lançado em Abril de 2016 pelas plataformas HBO e TIDAL, tornou-se a trilha sonora de um momento cultural e de protesto pelo movimento "Black Lives Matter" (Vidas Negras Importam). Ao longo da canção e também do filme, a cantora deixa explícito suas implicações políticas cantando para as mães de homens negros mortos pela brutalidade policial. O instrumental influencia como a mensagem é retratada, mas as letras são mais importantes uma vez que elas transmitem o fato de que a liberdade é almejada pela população negra, que ainda se encontra em condições de opressões e maus-tratos. A canção "Freedom" é construída por meio de interpolações de músicas como "Let Me Try" de Kaleidoscope como a batida principal da música. Durante todo o álbum de Lemonade e em Freedom, Beyoncé contou com os pais de Mike Brown e Eric Garner para iluminar a brutalidade policial. O instrumental influencia como a mensagem é retratada, mas as letras são mais importantes. Freedom também soa como um hino espiritual e transformador devido o cunho político construído na lírica. A canção que compõe o sexto álbum de estúdio e o segundo álbum visual Lemonade, lida com questões acerca da violência cultural em níveis emocionais, verbais e espirituais, enfrentadas pela comunidade negra norte-americana, sobretudo mulheres negras. Desta forma, a mensagem

presente na canção expõe questões de desmantelamento de uma comunidade refém do racismo, um poder sistêmico (lê-se institucional). A busca pela liberdade parte da necessidade e do entendimento de todas essas violências que estão colocas em perspectivas durante o álbum visual e, consequentemente na música. Ao longo deste trabalho, que teve como base metodológica análises lexicais, foi possível fazer e trazer através do objeto de estudo os mais diversos comportamentos que demonstram a resistência enfrentada pela comunidade negra mediante comportamentos racistas.

Aportes multilinguísticos em comunidades tradicionais de matrizes africanas - Irenilza Oliveira e Oliveira (Universidade do Estado da Bahia). Elementos das culturas de povos originários da África trazidos para o Brasil no período colonial têm sido discutidos há muito tempo. Estudam-se suas influências na constituição da cultura brasileira no que tange às artes, à culinária, ao uso do léxico. Contudo, essas influências, pelo viés em que geralmente são mostradas, parecem que se localizam em uma camada mitológica, que não chega a redimensionar o cotidiano das pessoas, suas formas de estarem no mundo. No que diz respeito estritamente ao plano linguístico, considerando-se o Brasil um país monolíngue, estudos referem-se, principalmente, ao uso de palavras de diversos campos lexicais, de origem iorubana (acarajé, vatapá, orixá) e banta (muxoxo, tanga, quitanda), incorporadas de forma mais generalizada no léxico do português do Brasil, sendo desconsiderado um uso mais amplo de expressões de línguas africanas em contextos interacionais autênticos. Entretanto, como assinala Castro (2011), esses usos autênticos de línguas africanas estão presentes em diversos grupos sociais deste país, como as populações negras rurais do Cafundó-SP e as comunidades de terreiros. Nessas comunidades religiosas, percebe-se um cotidiano marcado por saberes relativos à sua ancestralidade, que demarcam o espaço físico em uma disposição afro e, por conseguinte, constroem as identidades de seus integrantes a partir de uma ótica que privilegia as formas de ser de nações africanas de que derivam. Nesta perspectiva, este trabalho, que se configura como uma abordagem preliminar, objetiva verificar como aportes multilinguísticos se relacionam com a afirmação das identidades dos membros dessas comunidades religiosas. Para tanto, serão analisadas entrevistas feitas a integrantes do Ilê Axé Omon Oyá Gerê, situado em Salvador-BA. O texto se pauta no reconhecimento dos componentes das culturas de povos bantos e iorubanos, entre outros, como elementos estruturantes na produção de conhecimentos dessas comunidades. Para isto, este trabalho se fundamenta em discussões sobre letramento (STREET, 2003, 2007) e interculturalidade e descolonização (WALSH, 2008, entre outros). Considerando-se as situações interacionais analisadas, conclui-se que, em comunidades religiosas de matrizes africanas, como a do terreiro Ilê Axé Omon Oyá Gerê, o processo de aquisição de um falar caracterizado pelo uso de léxico e construções próprias de línguas negro-africanas se dá no fazer cotidiano, na preparação das oferendas e festas para as entidades, nos Osés, nas reuniões, nos contos dos itans e também em encontros sociais que extrapolam o fazer religioso. Nesses contextos, preservam-se valores culturais referentes às diversas identidades étnicas africanas, que são continuados ou modificados por meio de interações mediadas, prioritariamente, pela oralidade.

Ativismo negro e estratégias associativas de emancipação no século XX - Stephane Ramos da Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O tema do pós-abolição já se consolidou tanto na historiografia brasileira quanto nas pesquisas sobre educação e traz à tona um número cada vez maior de debates influentes no que se refere à sociedade - mais especificamente negra - da virada do século XIX para o XX. Entre as tantas faces que esse tema pode nos apresentar está o associativismo negro, que está ligado às estratégias de organização voluntária da população de origem e descendência africana frente à luta por espaços e que surge no Brasil já no período da escravidão, mas que ganha impulso no pós-abolição. O presente trabalho dá enfoque sobre dois clubes sociais negros brasileiros fundados ainda na primeira metade do século XX. O primeiro deles é o Clube Náutico Marcílio Dias, localizado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Fundado no ano de 1949, o clube tinha como objetivo construir um local onde negros de classe média da cidade pudessem criar suas redes de sociabilidade, além da prática de esportes como remo e natação. Um dos pilares da associação estava a educação. Parte dos membros era formada por profissionais liberais e com empregos que os mantinham em um padrão de vida até certo modo estável, e assim sendo, a maioria desses membros tinham em mente que um projeto de educação de qualidade era o necessário para acabar com a discriminação racial sofrida e promover a inserção de parte da população negra na sociedade. O segundo clube quem entra em paralelo com o Clube Náutico Marcílio Dias é o Renascença Clube. Localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, o clube foi fundado no ano de 1951 também por famílias negras de classe média. O espaço também foi influente para uma parte de indivíduos negros moradores da zona norte carioca e é ainda hoje um local que recebe personalidades importantes, sejam elas celebridades do meio artístico ou delegações de universidades como a Southern University. A documentação que se pretende analisar são também estatutos, fotos, relatos de associados que fazem parte das famílias fundadoras do clube e notícias jornalísticas do local. É justamente o foco nas experiências da educação nos movimentos associativos negros que será abordado. Esse movimento de educar as populações negras se torna cada vez mais organizado e os projetos educacionais para negros se expande no século XX. Tendo em vista que tanto o clube portoalegrense quanto o carioca tinham alguns projetos educacionais - sejam eles formais ou não - como principal caminho de melhores condições de vida e maior inserção na sociedade, ambos buscaram, através de clubes literários, de leitura, cursos supletivos (na época chamado de Artigo 91), e até mesmo campeonatos de esportes e saberes que incentivaram o jovens associados.

Autobiografia mediada e leitura de testamos de mulheres forras do século XIX - Fernanda Felisberto da Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeio), Isabel Aparecida Ferreira Braga (UFRRJ). Não é pratica recorrente o uso de fontes primárias por partes dos estudos literários, mas a emergência das narrativas de si iluminou um conjunto de histórias íntimas, desvelando a história da vida privada de brasileiras e brasileiros. As mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, tiveram participação ativa no cenário local, desvelar a intimidade destas mulheres tem sido um desafio para pesquisadoras e pesquisadores. Mas qual era a possibilidade de uma mulher negra, forra, moradora da região central da cidade, escrever sua própria história no século XIX? Estas respostas estão sendo pesquisadas, ainda em fase preliminar, em um conjunto de testamentos disponíveis no Arquivo Nacional.

Cabelo, gênero e raça: (des)penteando o signo - Andréia Cristina Attanazio Silva (SME Rio de Janeiro e Duque de Caxias). Este artigo

foi produzido no âmbito de uma pesquisa de doutorado que teve por interesse investigar os sentidos que mulheresnegras constroem sobre seus cabelos – "mulheresnegras" é aqui escrito de forma justaposta porque entendo que, nestes casos, ser mulher perpassa pela experiência de ser negra e que ser negra perpassa pela experiência de ser mulher. A investigação se fundamentou na Teoria da Enunciação de Mikhail Bakhtin, nas contribuições de Nilma Lino Gomes, dentre outras referências dos estudos de raça e gênero para pensar estas relações na sociedade brasileira, bem como na literatura feminina de mulheresnegras, concebida como teoria social, que nos auxiliam na compreensão, sempre parcializada, das relações da mulher com a cultura e o cabelo. Coerente com o objetivo da pesquisa e com os referenciais teórico-metodológicos que a nortearam, o diálogo com os sujeitos da pesquisa foi o procedimento teórico-metodológico privilegiado do estudo. O campo de pesquisa consistiu, durante um período, em diálogos tecidos em encontros presenciais com as mulheresnegras que haviam aceitado fazer parte da pesquisa. Entretanto, fui me aproximando do Facebook como mais uma possibilidade de campo empírico, tendo em vista a efervescência das discussões sobre as estéticas dos cabelos nesta rede social, sobretudo entre mulheres, e, então, adotei o Messenger, plataforma para mensagens particulares associada à referida rede social, para a tecitura do diálogo com os sujeitos. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão concebendo o cabelo como um signo ideológico, que reflete e refrata as enunciações sobre ele, que também orientam e modificam o signo. Trago, então, narrativas produzidas com mulheresnegras sobre seus cabelos, cujos sentidos construídos sobre os mesmos são históricos e culturais. Além disso, me proponho a discutir o cabelo na relação com as questões de gênero e raça. Para tanto, me fundamentei nas falas das mulheres que fizeram parte do campo de estudo em articulação, sobretudo, com as contribuições de Angela Davis, bell hooks e Patricia Hill Collins, que têm se dedicado a pôr no centro de suas produções temáticas relativas às mulheresnegras.

Candomblé e Linguagem: aspectos linguísticos, culturais e identitários em um cenário de (re) existência negra - Iuri da Silva Gomes (UFT- Porto Nacional). O Candomblé é uma religião afro-brasileira trazida pelos ancestrais de negros escravizados. "A partir do século XVI até o século XIX, africanos de diversos grupos étnicos e culturais, muitas vezes rivais, foram capturados e trazidos para o Brasil como escravos" (KILEUY; OXAGUIÃ, 2014). Esta religião traz consigo aspectos e códigos linguísticos, questões culturais e identitárias que irão permear a vida cotidiana dos seus adeptos, bem como se tornarão a base para a sua (re) existência num cenário cada vez mais conturbado e difícil para os praticantes do Candomblé. A linguagem é uma forma de resistência tal qual como a cultura e a tão necessária afirmação identitária. O Candomblé é desmembrado em quatro nações, conhecidas como Jeje, Ketu, Nagô e Angola. A riqueza de linguagens, vocábulos e falares é uma das características das religiões de matriz africana. Essa diversidade linguística é reproduzida dentro dos barracões, os conhecidos terreiros, espaços de resistência e comunhão dos adeptos com os seus Deuses - inquices, orixás ou voduns - divindades que representam a natureza e todo o seu poder. A palavra e os dialetos quando proferidos dentro dos terreiros de Candomblé são consideradas sagradas e veículos de axé. Segundo Marcos de Jagum e Tilo Plöger (2016), a palavra dita significa materialização e manifestação. A palavra significa, acima de tudo, também movimento e troca. A realidade surge primeiramente por meio da palavra dita. A palavra dita não pode ser recuperada - ela muda a realidade. A palavra representa o mundo material e a vontade de transformar o mundo. Por isso, a escolha das palavras tem um significado especial, tanto ao longo do caminho pessoal, como também no contexto ritual das orações e danças. O Candomblé congrega, incorpora e assimila as vivências do negro ancestral juntamente com as experiências do negro contemporâneo em uma conjuntura social, problemática e intolerante para com os negros e praticantes dos cultos afro brasileiros. Para Carneiro (1961), os dois mundos se confundem no Candomblé. Os Deuses e os mortos se misturam com os vivos, ouvem as suas queixas, aconselham, concedem graças, resolvem as suas desavenças e dão remédio para as suas dores e consolo para os seus infortúnios. Aqui está a razão da magnífica força e resistência do Candomblé, que caminha com vigor nas ruas intranquilas e perturbadoras da intolerância religiosa. Contudo, o presente trabalho busca elucidar e trazer à baila algumas vivências, leituras e releituras de um adepto do candomblé, negro, homossexual e universitário que considera importante e urgente o debate e a união da comunidade negra na perspectiva do enriquecimento desses diálogos possíveis em uma realidade que tenta torná-los exíguos.

Clubes negros em memórias: sociabilidades negras nos Campos Gerais - Ione da Silva Jovino (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Do Campus central da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no centro da cidade de Ponta Grossa (PR), são mil metros até o Clube Literário e Recreativo 13 de maio, que demorei sete anos para conhecer. Por que o clube permaneceu tanto tempo, diante de meus olhos, "não-visível e não-oculto"? Deleuze (1992) lembra Foucault ao nos alertar de que, dentro da arqueologia, se não criarmos uma superfície de inscrição, o não-oculto, permanecerá não-visível. Nossa experimentação se constituiu na criação de um projeto de extensão, integrado com pesquisa, a partir do qual tivéssemos como resultado a criação de um documentário e um livro sobre o Clube Literário e Recreativo 13 de Maio de Ponta Grossa, bem como sobre outros clubes na região dos Campos Gerais, e assim chegamos ao Clube Estrela da Manhã de Tibagi e ao Clube Sociedade Recreativa dos Campos Gerais de Castro. O projeto Sociabilidades Negras nos Campos Gerais: Histórias, Trajetórias e Memórias foi idealizado como um modo de registrar um conjunto de memórias negras e trazer, de alguma forma, um pouco de visibilidade aos sujeitos frequentadores e ex frequentadores das instituições. O fio condutor foram entrevistas realizadas, registradas em vídeo (utilizadas para produção de documentário) e as transcrições das mesmas.E com base nas experiências vivenciadas nas instituições, as bagagens culturais e sociais dos entrevistados buscamos considerar e utilizá-las como materiais genuínos para produzir o livro sobre que agora se torna ação concreta, (re) contada a partir de vozes negras de seus participantes. São os principais resultados desse projeto de pesquisa-extensão que pretendemos apresentar nesta comunicação. Para o documentário o que se propôs foi a escrita videográfica intertextual, a partir da utilização "dos recursos do documentário cinematográfico, interpolando imagens fixas filmadas (...) e cenas de entrevistas filmadas. Compõem a narrativa videográfica a música incidental, a trilha sonora, a leitura de depoimentos e a fala dos entrevistados" (MAUAD, 2010 p.147). A elaboração do livro também almejou seguir os mesmos princípios, e se materializou num desejo de uma escrita intertextual, multimodal e em conjunto. Foi elaborado um roteiro, que incluiu o levantamento bibliográfico de trabalhos acadêmicos

produzidos sobre os clubes, a busca de fontes diversas tanto nos acervos dos próprios clubes quanto em jornais e acervos públicos das cidades, o trabalho com as memorias sobre os clubes a partir de entrevistas e fotografias. Também partindo da importância da representação de si, do direito de falar em nome próprio, o roteiro buscou considerar o que os participantes dos clubes indicavam como relevante para ser dado a ver sobre as memórias e história de seus espaços de sociabilidades.

Dr. Sílvio de Carolina Maria de Jesus - Everton Meneguzzo (UEPG). Carolina Maria de Jesus é muito conhecida por seu livro Quarto de despejo, que foi um sucesso em vendas na década de 1960. Neste livro, a escritora revela as agruras da vida de quem mora numa favela. Apesar de ter um projeto literário que não alcançou êxito pela discriminação que sofreu por ser mulher, negra, mãe solteira e favelada, além da pouca instrução, ela escreveu outros romances, alguns pouco conhecidos, e outros, até mesmo desconhecidos, visto que não foram publicados. Assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar brevemente um desses romances pouco conhecidos da autora: Dr. Sílvio, texto que faz parte do espólio literário de Carolina e foi apresentado na tese de doutorado de Aline Alves Arruda. Pretende-se ressaltar com tal análise situar Carolina em seu projeto literário. A obra de Carolina Maria de Jesus abre um leque de possibilidades de recorte e de pesquisa, já que é extremamente vasta e desconhecida. Para subsidiar o estudo, contamos com os textos de Alessandra El Far (2006), Aline Alves Arruda (2015), Lara Gabriella Alves dos Santos (2015) e Raffaella Fernandez (2016). Espera-se que este trabalho contribua para a divulgação de Dr. Sílvio e desperte o olhar do leitor para outras obras de Carolina e para sua história de vida, pois ela é um exemplo da minoria mulher-negra-pobre, e assim, a escrita feminina e negra seja valorizada.

Gênero, raça, classe e letramento: a resistência de jovens mulheres por meio da fala e da escrita - Paula de Almeida Silva (IFG-CAMPUS LUZIÂNIA). Esta pesquisa apresenta a investigação do entrelaçamento entre gênero e letramento, por meio da narrativa e da escrita de jovens mulheres. Informado por estudos feministas (BUTLER, 2007; CARNEIRO, 2005; GONZALEZ, 1988; HOOKS, 2004; SCOTT, 1995; RUBIN, 2007) e por estudos que relacionam gênero e letramento (BALLARA, 1992, PINTO, 2011; STREET, 2004; STROMQUIST, 2015, ROBINSON-PANT, 2004), este estudo ocorreu na cidade de Goiânia, Brasil, ao longo dos anos de 2014 a 2016, tendo como participantes onze mulheres jovens, com o objetivo de promover reflexões sobre as condições das mulheres por meio do compartilhamento das histórias de vida das participantes e por meio de suas produções escritas. O objetivo central deste trabalho é analisar como o compartilhamento das histórias impactavam as vidas das participantes da pesquisa de modo a contribuir com as reflexões teóricas sobre letramento e gênero. Para que o estudo fosse levado a cabo, foram seguidos o caminho da pesquisa etnográfica (BLOMMAERT e JIE, 2010; REES e MELO, 2011), os passos da pesquisa qualitativa apresentada por DENZIN e LINCOLN (2013) e a investigação de cunho feminista (DILLARD e OKPAPALOKA, 2013; HARAWAY, 1995; HARDING, 1992). A análise dos dados mostra que, ao compartilharam suas histórias entre si, a lembrança, percepção e construção do que é ser uma mulher em nossa sociedade foram colocadas em escrutínio ao interseccionarem raça, classe e letramento para abordar gênero, violência de gênero e desigualdade de gênero (STROMQUIST, 2007; STREET, 2014; KLEIMAN, 1995). A compreensão, o reconhecimento de histórias de vida nas histórias de outras (COLLIN, 2013) e a ressignificação dos laços entre as mulheres promoveram um letramento para fins de partilha e reflexão sobre lugar das mulheres no mundo, colocando as participantes como promotoras de eventos de letramento e práticas feministas.

Letramento de reexistência: uma prática de liberdade - Mikaela Gabriele Elias da Costa (Universidade Federal de Ouro Preto), Kassandra da Silva Muniz (UNB). Este trabalho faz parte de um recorte da pesquisa Conectar e transformar novos letramentos, redes colaborativas e internacionalização das licenciaturas de línguas, desenvolvido com apoio da FAPEMIG na Universidade Federal de Ouro Preto em Minas Gerais. Os letramentos, para além das habilidades de ler e escrever, podem ser compreendidos também como "um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento tem implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder". (Kleiman, 1995). As questões de linguagem dos sujeitos – em especial, sujeitos negros, alvo desta pesquisa – perpassa para além das questões teóricas, porque é entender esses sujeitos quanto às suas diferenças, preservando as suas subjetividades. Dessa forma, pretendemos, aqui, discutir essas questões a partir de uma perspectiva decolonialista, para o acesso mais democrático do entendimento das práticas sociais discursivas presente no contexto desses sujeitos, em foco os que se encontram em situação de refúgio, migração ou imigração. Portanto, quando se pensa em letramentos, nota-se os grandes desafios que os pesquisadores encontram para compreender as várias formas do uso da linguagem, além disso, pode-se considerar que os letramentos diversos estão em constante mudança, pois os sujeitos que neles estão inseridos estão em constante processo de formação cultural. No contexto dos migrantes, imigrantes e refugiados, o aprendizado da língua portuguesa torna-se fundamental para a sua inserção social, uma vez que esses sujeitos dificilmente voltarão à sua terra natal. Como homens e mulheres negrxs que são, e estando em situação de vulnerabilidade social, torna-se mais frágil ainda essa inserção na sociedade, tratando de um país racista como o Brasil. Entretanto, ligando ao conceito de letramento de reexistência proposto por Ana Lúcia Silva, é de interesse nesta pesquisa discutir formas antirracistas para combater a discriminação racial por meio da linguagem, e a valorização das identidades negras desses sujeitos que chegam ao Brasil.

Letramento racial e teatro: caminhos para a construção de um espetáculo e de sentidos para as relações raciais na cena - Rosana Machado de Souza (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais), Érika Rodrigues Coelho Martins (Innstituto Federal de Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais), Renata de Souza Barcelos (Ifsudeste MG São João del Rei), Sebastião Gonçalves Júnior (UFSJ). O objetivo desta comunicação é apresentar o processo de investigação e construção da peça "A gente conta Zumbi... e outras histórias". Por meio de pesquisas para a construção da cena e de ações extensionistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), em 2018 estão sendo desenvolvidos os projetos "Ações de Cultura, Gestão e Educação para o Letramento Racial" aprovado pelo Programa Institucional de Apoio à Extensão (PIAEX) Edição 2018 e "Letramento Racial por meio da Educação, Cultura e Gestão: caminhos para a construção de uma sociedade antirracista"

aprovado pelo edital 03/2018 – PROEX apoio a projetos cooperativos de Extensão Tecnológica. Dentre as ações dos projetos estabeleceu-se um processo de investigação cênica em parceria com o curso de Teatro da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) para adaptar o espetáculo "Arena Conta Zumbi". A peça original é um musical com texto de Ginafrancesco Guarnieri e Augusto Boal, com músicas de Edu Lobo que foi apresentado pela primeira vez em 1965. O processo de construção da peça tem permeado investigações a respeito de movimentações cênicas e de propostas de incorporação de textos que denunciem situações atuais que afetam a realidade da população negra brasileira. O elenco, composto por atores negros e brancos, tem discutido questões ligadas à negritude, à branquitude, ao acesso a bens culturais e materiais, à invisibilidade, à representação da mulher e, em especial, da mulher negra. O conhecimento que a maioria do elenco possuía sobre essas questões tem sido intensificado por meio das discussões e dos depoimentos. A ideia é que a construção da peça possa contribuir para o letramento racial dos atores e, principalmente, possa contribuir para que o público que assistir à peça possa questionar alguns lugares e "não lugares" da população negra na sociedade. A proposta do grupo é fazer pequenas adaptações do texto mantendo a maior parte possível das músicas de forma que o TCC do aluno do curso de Teatro fosse a respeito do trabalho vocal dos atores. O figurino do espetáculo tem sido construído a partir, principalmente, na estética africana. O espetáculo está sendo finalizado e as apresentações da peça estão planejadas para ocorrer em escolas públicas, comunidades quilombolas, eventos acadêmicos e culturais. Pensando na necessidade de circulação da peça e utilizando conhecimentos ligados à Gestão da Cultura, a logística das apresentações será feita pelas alunas bolsistas dos projetos extensionistas.

Letramentos acadêmico-científicos na formação continuada de professoras de Língua Portuguesa - Laureci Ferreira da Silva (Secretária de Educação do Estado da Bahia). Este estudo aborda o processo de construção dos letramentos acadêmico-científicos na formação de quatro professoras de Língua Portuguesa e uma coordenadora, sendo quatro participantes e a própria pesquisadora e autora desta tese. Os sujeitos deste estudo são de origens afrodescendentes. Trata-se de uma pesquisa autoetnográfica e colaborativa. Busca-se, aqui, descrever o processo de construção do letramento acadêmico-científico na formação continuada às margens da universidade e de sua interferência dessa constituição no desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional, a fim de contribuir para um debate acerca desse assunto nas universidades públicas da Bahia. Discute-se, também, sobre o diálogo que os sujeitos desta pesquisa e representantes da escola básica, estabeleceram com algumas universidades, compreendendo que esses dois contextos possuem conhecimentos diferentes, mas um não é superior ao outro. Este trabalho oportunizou as participantes vivenciarem situações concretas de ação-reflexão-ação na expectativa de promoverem mudanças no seu ambiente de trabalho. Os dados da pesquisa englobam os registros audiovisuais, de aproximadamente 250h, durante as interações entre as participantes nos encontros para estudo. Também compõem esses dados produções gêneros acadêmicos (resenhas, resumos, artigos acadêmicos e comunicação oral), gêneros escolares (projetos e sequências didáticas) e também relatos escritos de história de leitura e escrita das colaboradoras da pesquisa. A geração de dados se deu em encontros quinzenais na residência das professoras, nos locais de trabalho, na sala de aula da universidade, em colóquios e congressos internacionais e nacionais. E a discussão apresentada neste trabalho dialoga com os Estudos dos Novos Letramentos e dos letramentos acadêmico-científicos (STRET, 1984); (KLEIMAN, 1995); (ASSIS, 2007); (MARINHO 2010); (GUEDES, 2010). Neste estudo o leitor encontrará uma discussão sobre os conceitos de letramento e letramentos acadêmico-científicos articulados ao processo de formação continuada de professores. Por fim, aponta-se para uma ressignificação dos saberes científicos e pedagógicos das docentes, que podem contribuir para a formação inicial e continuada das professoras de Língua Portuguesa e uma coordenadora pedagógica. Este texto faz parte da minha tese de doutorado que defendida em 19 de outubro de 2017 na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Letramentos de Reexistência e Alteridade na Constituição Identitária de Estudantes da EJA - Aldaíce Damasceno Rocha (Governo do Estado da Bahia). Este trabalho provém de uma pesquisa do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS – da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Comporta um projeto de intervenção desenvolvido em uma sala de aula de Educação de Jovens e Adultos de Salvador, que objetivou o desenvolvimento de práticas de letramentos que fomentaram um processo interativo de construção da alteridade e identidade dos participantes. O estudo, que considera a alteridade como reconhecimento do outro e as identidades sempre em construção, investiga as trajetórias de letramentos desses educandos para descortinar aspectos significativos de suas vidas, bem como seus usos de linguagem no cotidiano e as razões que os levam a procurar a continuidade dos estudos na EJA. A motivação da pesquisa foi buscar compreender o que estava por trás da fala corrente de quase todos quando iniciam o curso: "Eu estou aqui para aprender a ler e escrever e ser alguém na vida". A pesquisa está ancorada nos aportes teóricos e conceituais de Bakhtin (1992), nos estudos do letramento de Street (1984;2014), Kleiman (1995), Rojo (2009;2012), Souza (2011), bem como nos estudos sobre cultura, gênero e relações raciais de Hall (2002), Lino Gomes (2005), Souza e Croso (2007), e sobre EJA, Freire (1980;1996) e Arroyo (2014;2017), dentre outros. A pesquisa-ação (auto)etnográfica investiu na observação participante que permite imergir no cotidiano da escola, na sala de aula, nas vivências dos estudantes e da professora e, por conseguinte, refletir sobre o contexto em que eventos e práticas de letramentos estão situadas, bem como suas implicações cotidianas. A intervenção se deu por meio de oficinas pedagógicas e teve como foco a modalidade oral da língua entrelaçada pela escrita e leitura; buscou (des)construir o discurso inicial do outro introjetado na fala dos estudantes colocando sob suspeita a sua condição social de subalternidade. A pesquisa adotou o recorte etnicorracial, por se tratar de uma EJA negra e buscou-se trabalhar a lei 10639/03 para interpretar questões específicas da fala dos sujeitos em meio a produção das autobiografias e dos seus desabafos de (re)existência, a fim de (re)construir memórias pessoais e/ou coletivas que foram silenciadas ou socialmente apagadas. Ao longo do processo de intervenção, houve uma (des)construção progressiva desse discurso colonialista para uma conscientização sobre o lugar social dos jovens e adultos como sujeitos de direito; permitindo reflexionar sobre como o uso da linguagem em um contexto interacional específico da sala de aula é capaz de agir na constituição identitária desses sujeitos, concorrer para descolonizar a escola e, humanizar a nossa EJA.

Literavivências, Usos e Sentidos: Experiências com a poesia afrobrasileira contemporânea no Fundamental II - Julia Barreto Lula (Universidade do Estado da Bahia). O presente trabalho trata-se de uma intervenção com vistas à promoção do letramento literário em turma do nono ano de uma escola da rede pública no município de Feira de Santana-Bahia, a partir do estudo das poesias afro-brasileiras contemporâneas e das relações etnicorraciais. Tais vertentes possibilitam os estudos da cultura e da história afro-brasileiras, assim como propiciam discussões acerca das relações etnicorraciais no contexto escolar, com o objetivo de coibir o preconceito na escola e na sociedade. Além dos estudos literários propostos pelas práticas de letramentos, a poesia afro-brasileira contemporânea permite ao sujeito o conhecimento de suas raízes, assim como a defesa da sua identidade enquanto afrodescendente. A proposta metodológica que melhor se adequa à aplicação da intervenção é o projeto pedagógico, pois oportuniza a constituição de um sujeito autônomo, assim como a construção de um docente reflexivo, apto a desenvolver metodologias e materiais didáticos para o seu aperfeiçoamento como professor do ensino fundamental, conforme prevê o Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Como resultado das etapas interventivas aplicadas com os estudantes, elaboramos materiais didático com o objetivo de estabelecer uma troca de experiências com outros professores da rede estadual de ensino, por meio das produções literárias dos estudantes e do documentário produzido pelos mesmos. O referencial teórico da pesquisa constitui-se no diálogo entre as ideias de Cândido (2011), Petit (2013), Rouxel (2013), Jouve (2012), Dalvi (2013), Bernd (1978), Damasceno (2003), Duarte (2011), Souza (2006), Silva (2017), Hoocks (1985), Santos (2011), Lima (2012), Moita Lopes (2003), Oliveira (2014) entre outros. Como produto final, apresenta-se um projeto pedagógico artístico e ideológico intitulado Literavivências: usos e sentidos – LUS.

Museu Vivo do São Bento e a Memória Negra como Patrimônio: atuação de jovens e mulheres negras na ressignificação do cotidiano na cidade de Duque de Caxias - Aline Souza do Nascimento (CEFET/RJ). O presente trabalho analisa as práticas de ações patrimoniais desempenhadas pelo Museu Vivo do São Bento – MVSB, ao abordar os elementos que possibilitam repensar o cotidiano de jovens e mulheres negras, potencializados pelo ressignificar de suas lutas, a partir da configuração das práticas cotidianas. Questiona o papel do museu como um local de resistência, representação e letramentos de reexistência com a problematização da contribuição de suas ações. O processo de investigação utiliza como recorte os programas de educação patrimonial "Jovens Agentes do Patrimônio" e "Lut'Art – Mulheres que lutam com arte" desenvolvidos no museu. Os espaços museológicos têm funcionado como elementos que possibilitam transformações, quando interagem com as dinâmicas sociais. O MVSB se configurou como uma ferramenta na preservação do meio ambiente e dos monumentos históricos presentes no bairro em que está inserido, impulsionado pela necessidade de reescrever as narrativas sobre a cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense com foco nas dinâmicas sociais da população negra. Ao revisitar as memórias se estabelece uma compreensão quanto aos processos de modificação da vida social. No entanto, a problematização do museu como articulador de práticas que possibilitam letramentos de reexistência parte do seguinte questionamento: produzir programas que tenham as memórias negras como protagonistas, podem possibilitar a autonomia desses interlocutores se reconhecerem como produtores de memórias que ressignificam a lógica social do bairro ou da cidade? A memória negra está presente no espaço físico do museu, marcadas no tempo e no espaço, nas histórias contadas no portão, da religiosidade e ancestralidade ressignificada pelos saberes populares, nos monumentos que sobrevivem ao tempo e na prática cotidiana de resistir pelo direito de existir.

O que é um Afrociborgue? Perspectivas futuristas dos estudos afrodiaspóricos - Jancleide Texeira Góes (Universidade Federal da Bahia). A questão é importante para a compreensão de um conceito que está ligado as relações sociais contemporâneas e de perspectivas futuristas. O termo Afrociborgue é um atualizador teórico estrategicamente pensado para trazer à tona debates que põe abaixo qualquer essencialismo e/ou naturalizações raciais e sexistas. A complexidade do corpo e de suas extensões estão em xeque nesse conceito que inevitavelmente dilata os modos de operação da sociedade. Este trabalho é parte da minha dissertação, mais especificamente o terceiro capítulo, espaço de reflexão do termo Afrociborgue que surge da necessidade de compreender como os artistas, integrantes do hip-hop, fazem uso das tecnologias, não apenas como vitrine de divulgação, mas também processo estético e ético de compreensão de si e das coletividades que fazem parte. Para o diálogo, converso teoricamente com Stuart Hall, numa paráfrase, para pensar que negro é esse na cultura high tech. Alondra Nelson com debates sobre a pós-humanidade negra e as relações com as tecnologias. Ron Eglash que aborda os fractais africanos. Saunders ao pensar os artivismos do hip-hop underground em Las Crudas. Florentina Sousa com os estudos sobre MNU e desdobramentos da extensão na história negro-artística do Brasil. Louis Onuorah Chude-Sokei no que diz respeito a tecnhopoetics, o circuito elétrico da arte poética afrodiaspórica e tantas outras referências que ancestralizam esse artigo. Como exemplificações, ainda que nunca exatas e perfeitas, trago para reflexões o disco Pajubá de Linn da Quebrada para laminações desses diálogos estabelecidos num espaço cibernético.

O que era preto se tornou vermelho: representação, identidade e autoria negra na imprensa do século XIX por Luiz Gama - Cinthia Maria do Carmo Gomes (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo). O presente resumo se refere a um estudo sobre a representação do sujeito negro em "Carta a Ferreira de Menezes", de autoria do jornalista, advogado e abolicionista negro Luiz Gama. No texto, publicado no jornal A Província de São Paulo, em 18 de dezembro de 1880, vemos o negro escravizado recuperar sua humanidade, por meio da reconstituição de dramáticas histórias de fuga e castigos recebidos que culminaram em morte, bem como percebemos alguns dos mecanismos e recursos estilísticos que demonstram o ponto de vista do autor diante da barbárie da escravidão. Tal mudança de perspectiva é possível a partir da enunciação do "eu" negro, traço de autoria reivindicado por Luiz Gama e por alguns poucos escritores afrobrasileiros do século XIX, como o poeta Cruz e Souza. A partir dessa forma de representação inovadora à época, não limitada a estereótipos que, invariavelmente, reduzem as pessoas a "poucas, simples e essenciais características, as quais são representadas como fixas por natureza" (HALL, 1997), Gama contribuiu para subverter o imaginário, "categoria importante para se entender muitas das representações negativas do cidadão negro" na segunda metade do século XIX, como nos lembra Muniz Sodré (1999), constituído partir de um profundo processo de "coisificação", que limitava o ser humano a apenas peça, coisa (SCHWARCZ, 1996). Nosso ponto de partida é a pesquisa da

Profª Drª Ligia Ferreira, docente da Universidade Federal de São Paulo. Pesquisadora da vida e obra de Luiz Gama, ela editou e publicou o texto analisado no livro Com a Palavra, Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas, em 201. Assim, no que se refere às questões de representação da população negra na mídia, percebemos que Luiz Gama inaugura uma tensão dicotômica que perdura até os dias de hoje, entre a sub-representação, com a associação de imagens negativas ou mesmo a ausência deste grupo no noticiário, e o surgimento dessa figura re-humanizada, livre da redução e da estereotipia, um novo discurso possibilitado pelo surgimento de uma escrita e de uma voz negras, que ratificam as palavras do psiquiatra martiniquenho Frantz Fanon (2008): "Falar é estar em condições de empregar certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização." Ao abordar o tema sob a perspectiva diacrônica, deparamo-nos com a possibilidade de encontrar elementos para a reflexão e compreensão do presente.

O Universo Hip-Hop e a Fúria dos Elementos - Maria Aparecida Costa dos Santos (Prefeitura Municipal de São Paulo). O presente estudo tem por objetivo examinar e refletir sobre a natureza, a origem e a construção conceitual de Hip-Hop. Para tanto, recorreu-se à metodologia de abordagem qualitativa, valendo-se da pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com representantes e ativistas reconhecidas/os do Hip-Hop e analisadas à luz da literatura acadêmica e não acadêmica (teses, dissertações, artigos, livros, revistas), além de outros materiais (documentários, filmes, palestras) produzidos sobre o Hip-Hop. Este trabalho problematiza a caracterização clássica desse fenômeno que, tradicionalmente, aponta quatro elementos como dimensões constitutivas do movimento: DJ/MC, Breaking, Graffiti e Rap. Contrapondo-se a essa descrição rígida, a hipótese desta pesquisa afirma que, por demonstrar um caráter dinâmico e recriador, esse fenômeno cultural, em seu processo histórico, gestou outras dimensões, até o momento, invisibilizadas, ou pouco discutidas, pela literatura acadêmica. No processo de investigação foram identificados outros elementos constitutivos do Hip-Hop, como as gírias, os vestuários, o Streetball e a literatura marginalizada que, assim como os demais, carregam, representam e revelam questões identitárias, políticas e ideológicas, como as étnico-raciais e de gênero, que envolvem a juventude das periferias, evidenciando um Universo em contradição, transformação e reconstrução constantes e em estreita relação com a Educação em seu sentido mais amplo. Desta forma, por sua natureza e condição dialéticas, o Hip-Hop constitui-se em processos marcados por tensões entre os avanços das novas tendências e as resistências a esses avanços, razão pela qual o trabalho foi intitulado "O Universo Hip-Hop e a Fúria dos Elementos".

OMO-OBA – HISTÓRIAS DE PRINCESAS - Proposta de Educação Decolonial em Kiusam de Oliveira - Joseane Mayte Sousa Santos Sousa (Universidade Federal da Bahia). O presente trabalho objetiva discutir a importância do discurso contra-hegemônico da intelectual negra Kiusam de Oliveira, dentro da Educação Básica, com recorte sobre sua obra Omo-Oba - Histórias de Princesas. Este livro, que apresenta seis mitos de deusas africanas originárias das comunidades Ketu, enaltecendo a ancestralidade africana – alvo de críticas fundamentalistas que negam a cultura, a corporeidade e as identidades de ascendência negra e africana no ambiente escolar - foi escolhido pelo declarado fomento ao fortalecimento das identidades de meninas negras, proposta da autora vinculada ao pensamento feminista negro. Para engendrar essa discussão, é preciso traçar um itinerário que se inicia com os movimentos sociais, sobretudo o movimento negro brasileiro, exercendo pressão sobre o Estado com ações políticas em prol da educação, o que acontece com a sanção da Lei n. 10.639, alterando os artigos 26-A e 79-B da LDB e obrigando o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio (GOMES, 2012). Os marcos legais, como a supracitada lei e a Lei n. 11.645/8, são, portanto, essenciais a essa discussão acerca da inclusão da literatura negra nas escolas e a proposta decolonial. Seguindo essa trilha, não se pode deixar de pensar a noção de decolonialidade, que promove uma rasura na episteme eurocêntrica, que deixa de ser a referência de legitimidade na construção de conhecimento (MIGNOLO, 2017). Associada a esta questão está a representação do negro e o fomento ao autoconceito da criança negra, como pertencentes à sua raça/etnia (SILVA, 2001) dentro da literatura negra, o que contribui para a valorização da diversidade étnico-racial do nosso país. Para finalizar esse caminho, alcançando o objetivo deste ensaio, se discute o conceito de intelectualidade negra e a importância de mulheres intelectuais como Kiusam de Oliveira, cuja escrita posicionada é "oposional" e o pensamento crítico pode ser, de fato, usado a serviço da sobrevivência (hooks, 1995), não apenas de si, mas de muitas meninas/mulheres negras, por meio do efetivo projeto de educação decolonial, antirracista e intercultural.

Os Letramentos acadêmicos no contexto das políticas de ações afirmativas para universidades brasileiras: práticas discursivas e (re)construção de identidades - Juliana Silva Santos (UFMG). Este trabalho busca apresentar e discutir uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, inicialmente intitulada "Universidade pública e ampliação do conhecimento: práticas discursivas sobre as políticas de ação afirmativa pelo olhar discente". O trabalho proposto, situado no campo da educação com foco nos estudos da linguagem e das relações étnico raciais, objetiva refletir acerca das possíveis mudanças no ensino superior brasileiro a partir das recentes medidas afirmativas de recorte racial para o ingresso em instituições federais de ensino superior. O desenvolvimento da pesquisa, que é de cunho etnográfico e encontra-se em fase inicial de elaboração, será pelo acompanhamento de discentes oriundos de diferentes áreas do conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que tenham utilizado o sistema de cotas raciais para o ingresso no ensino superior. A escolha dos sujeitos de pesquisa levará em conta ainda a participação destes em coletivos de estudantes negros (as) vinculados à instituição. A justificativa para esse recorte é por objetivarmos compreender a história de letramento apresentada pelos estudantes negros (as), os meios utilizados por eles para conduzir as demandas de letramento acadêmico advindas de sua área de formação e, ainda, se haveria alguma relação entre as estratégias de letramento por eles apresentadas com a participação no movimento social negro da Universidade, podendo, assim, configurar práticas de letramentos de reexistência (SOUZA, 2011). Para atingir os objetivos apresentados, este trabalho busca se basear nos seguintes aportes teórico-metodológicas: os letramentos acadêmicos, que questionam a adoção de olhares deficitários em relação à entrada de grupos linguísticos historicamente marginalizados nas universidades (LEA e STREET, 2014 [1998]) a abordagem etnográfica (GREEN, DIXON, 1993; CASTANHEIRA, CRAWFORD, DIXON, GREEN, 2001), por permitir um olhar do pesquisador a partir da realidade dos sujeitos

envolvidos, e a análise do discurso crítica (ADC), que favorece o exame das mudanças na reprodução discursiva e como elas podem operar nas relações sociais cotidianas (VAN DIJK, 2012). A hipótese inicialmente levantada para este trabalho é de que a possível reconfiguração racial no perfil das universidades brasileiras pode significar um (re)aprendizado sobre saberes e trajetórias da população negra e indígena, além de uma mudança sobre as bases epistemológicas do fazer científico na academia.

Projeto de Letramento NEGRITUDE DO PODER: Anúncios publicitários e a (des)construção de identidades dos estudantes do Açuzinho – Bahia - Daiane de Oliveira Oliveira (Prefeitura de Mata de São João - BA). Letramento voltado para o ensino de leitura de textos publicitários, envolvendo professora e estudantes do 9º ano, a maioria negras e negros, que estudam na Escola Municipal João Pereira Vasconcelos, localizada no Açuzinho/BA – comunidade litorânea periférica próxima à Praia do Forte - região praiana e turística na Linha Verde. O projeto em foco tratou a leitura concebida como um ato coletivo, social e centrada em formar leitores-autores, capazes de construir sentido e significado para a vida em sociedade e em sua extensão conjugou o estudo da língua como ação e prática social e a reeducação das relações raciais em atendimento a Lei 10639/03, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e inclui no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino básico das redes públicas e privadas do país a obrigatoriedade de estudo da temática da história e cultura afro-brasileira. Notadamente, os espaços destinados à população negra na publicidade ainda estão associados a discursos que veiculam imagens e ideias negativas, estereotipadas, reforçando o estigma a desvalorização de um segmento social e sustentando o racismo que ainda estrutura a sociedade em que vivemos. A pesquisa teve seu aporte teórico ancorado, principalmente, nas contribuições dos estudos sobre letramentos, de Kleiman (2007), Rojo(2012), Souza(2011), sobre identidade e questões raciais de Hall (2016), Gomes (2008), Munanga(2001) e sobre publicidade de Carvalho (2003), Borges (2012) e Kellner (2001). Metodologicamente, mais do que falar dos sujeitos envolvidos, essa investigação pretendeu falar com eles, favorecendo o diálogo, como ensina Paulo Freire (1980, 1996). As atividades aplicadas em sala, sempre problematizadoras favoreceram a ressignificação das imagens e sentido dos textos publicitários, segundo a vivência dos estudantes, ampliando sua visão sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca, colocando sob suspeita as concepções racistas e sexistas, ajudando-os a construir outras identidades sociais.

Quando eu falei de mim: a pesquisa da branquitude queer em Linguística Aplicada, um relato ficcionista - Carlos Henrique de Brito Furquim (UFOP). Ao revisitar o sujeito descentralizado em Stuart Hall e em Judith Butler, eu, o autor deste trabalho, busco apresentar reflexões iniciais que, geralmente, todos os alunos da pós-graduação, seja na área de Ciências Humanas, Linguística Aplicada ou em Educação, passam a interrogar para entender o papel da pesquisa na formação do sujeito pesquisador. Compreendendo a teoria como processo de cura, conforme propõe bell hooks, trago os estudos de branquitude interseccionados com os estudos queer, principalmente por compreender o meu corpo enunciado discursivamente como pertencente à minha própria pesquisa. Concebendo que a subjetividade do pesquisador, e o seu inconsciente, ao este revisitar a sua história investigando a própria história o faz trazer à tona a sua nova concepção sobre si, sobre a sua história e sobre a sua pesquisa, utilizo do método clínico proposto por Margareth Diniz, em que o sujeito pesquisador interroga: que história quero me contar/nos contar ao escrever a minha/nossa dissertação? A pesquisa pode ser uma ficção, assim como o próprio sujeito, portanto a escrita da minha dissertação não pode ser vista como uma produção intelectual individual, mas sim uma escrita coletiva, em que esta traz diversas vozes de sujeitos que puderam contribuir para a realização dessa pesquisa, e também para construir uma nova forma de narrar e se representar na História. Logo, a questão central que eu coloco nessa proposta é o olhar queer em Linguística Aplicada, a partir de uma discussão que perpassa a relação entre Linguagem e Identidade, e também o olhar da branquitude incomodada (doravante reparadora, ao se inspirar nas colocações de Paul Giroy apud Grada Kilomba), a partir da alteridade e do respeito à valorização da Diferença e da herança cultural africana na constituição da cultura e identidade brasileira por meio da Literatura Negra, uma vez que meu projeto de pesquisa tem como corpus essa literatura. A "celebração móvel" do sujeito de Stuart Hall sou eu, que se faz pesquisador. Porque, longe da racionalidade cartesiana, quero investigar a minha história pensando no meu corpo queer e nas estratégias que os Outros, iguais a mim, vieram sobrevivendo e reexistindo ao longo da recente existência de uma heterossexualidade compulsória, como Judith Butler pondera. Portanto, este trabalho aspira desvendar e refletir sobre os bastidores de uma fase tão efêmera, promissora e cheia de descobertas para o aluno da pós-graduação, assim como interroga o papel da pesquisa na construção das identidades raciais e queer do sujeito e do sujeito pesquisador, compreendendo, em diálogo com bell hooks, que "a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora, revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim".

Reexistência : Linguagem, Letramentos e Relações raciais na Diáspora Negra - Ana Lucia Silva Souza (Universidade Federal da Bahia). A comunicação terá como centralidade reflexões sobre os usos sociais da linguagem numa perspectiva afrodiaspórica, e discorrerá sobre processos e trajetórias formativas em meio aos letramentos de reexistência inscritos em corpos subalternizados. Como a cultura hip-hop tem escrito o que é ser negro no Brasil de hoje? Quais conceitos o hip- hop mobiliza diante da complexidade que envolve a questão? As indagações serão o fio condutor da comunicação que visa ampliar a compreensão dos entrelaçamentos entre linguagem, letramentos e relações raciais nas diásporas negras.

Relações raciais brasileiras sob o signo dos "antirracismos" - Fernanda da Silva Machado (Universidade Federal da Bahia). Dentre as diversas manifestações da linguagem em sentido amplo, uma particular, verbal, a língua, é percebida como faculdade distintiva do ser humano, por ser decomponível, ser um substituto à experiência, depender de um aparelho fonador e ser apreendida socioculturalmente como um legado. Esse último aspecto é de suma importância: a língua é convencional, ou seja, é um acordo social coletivo que pode ser revestido de individualidade quando expresso em fala, como manifestação particular de cada falante. Resguardando-se dos extremos de cada corrente de estudos de língua/linguagem, a língua pode ser vista como um fenômeno social dinâmico que necessita de um

preparo mental, como percebeu Noam Chomsky ou apresenta-se com uma sistematização estrutural, conforme Ferdinand de Saussure; é respondente a demandas de campos imateriais, como salientou Mikhail Mikhailovich Bakhtin ou materializa ideologias, segundo desdobramentos analíticos de Michel Pechêux. Não obstante a disponibilidade de caminhos para a análise, este trabalho compreende a língua como discursivo-argumentativa. A língua, portanto, não retrata a sociedade, mas é uma forma de manejá-la. Nesse sentido, a língua não é somente uma forma linguística ou um instrumento comunicativo, superpondo-se ao sujeito como algo pronto, dado. A língua apresenta-se mais como uma forma de realização linguística de propósitos sociais, culturais, políticos. É real, concreta, intersubjetiva, construída por e constituinte de sujeitos, de identidades. É capaz de presentificar a multiplicidade histórica, por simultaneamente apresentar-se como andamento ordenado de formas sintáticas, semânticas, fonológicas apontando para desdobramentos futuros. A língua ainda é veiculada atendendo a determinados circuitos de atividade humana, veiculando ou portando ideologias diversas.Por isso é necessária a problematização de termos básicos para este trabalho como "antirracismo", "antirracista", "abolicionista", "abolicionismo". Pois, fazer o contrário, utilizando um sistema de conceitualização naturalizado, cristalizado, pode contribuir para o escamoteamento de hierarquias. Por isso é mais adequado trabalhar com esses termos e similares como "noções", passíveis de entendimento gradual.

Representações sobre as religiões afrobrasileiras e a escola: a escuta de mestres em saberes tradicionais, pertencentes ao Candomblé, Congado e Umbanda, sobre a educação - Melina Sousa da Rocha (UFMG). A importância dos estudos que privilegiem a agência de africanos e afro-brasileiros têm sido reinvindicada como forma de compreender as dinâmicas de resistência cultural desenvolvidas na diáspora após o processo brutal de escravização. Com um escasso número de pesquisas que versão sobre as religiosidades afro-brasileiras em diálogo com a educação. Esse estudo busca problematizar as tensões decorrentes do longo processo de escravização da população negra no brasil e o desenvolvimento do racismo como estratégia de negação e anulação dos saberes tradicionais. O estudo, financiado pelo CNPQ, pretende investigar os discursos sobre a educação e a escolarização, através da escuta dos mestres em saberes tradicionais, que ministraram a disciplina "Catar Folhas", ofertada pela formação transversal em saberes tradicionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O referencial teórico está pautado nos estudos sobre relações raciais (GOMES, 1995; MUNANGA, 2010, 2016; SCHARWZ, 2013), e pretendem apresentar um panorama histórico sobre o racismo no Brasil, dos processos de escravização ao racismo contemporâneo, compreendendo como ele se desenvolve nas representações sobre as religiões afro-brasileiras (ANJOS, 2006, 2008; APPIAH, 1997; SANTOS, 2012; PRANDI .1998). A partir desse referencial, e através do conceito de discurso contra-colonial adotado por SANTOS (2016), o estudo busca dissertar sobre as formas com que o racismo religioso opera na educação, e de que forma os mestres, inseridos na universidade, confrontam essa modalidade de racismo. A partir de um primeiro contato em sala de aula com os mestres Pedrina de Lourdes, Capitão Washington, Mamet'u Muiandê, Makota Kidoialê e Pai Ricardo, tem se desenvolvido entrevistas buscando localizar nas falas dos sujeitos da pesquisa, as tensões entre a educação escolar e a educação nas comunidades tradicionais. Assim, o estudo que está na fase de coleta de entrevistas, busca colaborar com as pesquisas que articulam educação e racismo, com ênfase na dinâmica civilizatória africana como prática pedagógica, bem como nos seus modos de ver e viver como estratégias de combate ao racismo.

Tcholonadur di dus mundus: um estudo sobre língua e literatura na Guiné-Bissau. - Rita Marques Moreira (UFRGS). A proposta do presente trabalho é de refletir sobre a língua e a literatura, especificamente o gênero poesia, na Guiné-Bissau. A pesquisa foi realizada através da ótica dos Estudos Culturais, tendo como objeto de estudo poemas dos escritores contemporâneos Frederico Matos Cabral e Odete Costa Semedo, ambos de nacionalidade guineense. Ao longo do trabalho foi possível pensar sobre aspectos referentes às culturas africanas presentes no território da Guiné portuguesa, assim como a história e política do país. O processo de dominação colonial se deu por meio da implantação de aparatos de colonização, a exemplo de instituições como a escola, além de outras formas de implantação da ideologia dominante. Foram utilizados teóricos pós-coloniais a fim de pensar nas relações de poder que se estabelecem na interação entre colonizado e colonizador, como Edward Said, Aníbal Quijano, Amílcar Cabral, Frantz Fanon, etc. Da mesma forma, para pensar a questão linguística e literária sob a perspectiva cultural, o trabalho se ampara em teóricas como Laura Cavalcante Padilha, Gayatri Spivak, Moema Parente Augel, entre outras e outros. Portanto, refletiremos sobre as consequências da colonização a partir da imposição de um idioma oficial originário da metrópole colonial, de uma cultura letrada diante de povos de tradição oral, o que culminou na sobreposição da cultura portuguesa sob as culturas locais.

Um estudo sobre a constituição identitária e os movimentos de resistência do negro-surdo em manifestações artísticas- Diléia Aparecida Martins Briega (Universidade Federal de São Carlos), Joyce Cristina Souza (Universidade Federal de São Carlos). O presente trabalho emergiu de experiências didático-pedagógicas vivenciadas na universidade, a partir da nossa atuação como intérprete de Libras e docente em um curso de bacharelado destinado à formação do intérprete. A presença de docentes, intérpretes e estudantes negros fluentes em Língua Brasileira de Sinais (Libras) na universidade e o envolvimento desses profissionais com a militância instigou a abordagem da temática racial. Para isso, considerou-se a demarcação por parte das comunidades surdas nacionais, de um território onde se situam suas diferenças raciais, sobretudo quando se é negro e surdo. Frente a esse desafio, propôs-se uma pesquisa de abordagem qualitativa exploratória, realizada a partir dos discursos, produções e iniciativas advindas da comunidade negra-surda, assim como suas práticas culturais e manifestações artísticas. Para fundamentar este estudo, utilizou-se de um levantamento bibliográfico cujas fontes possibilitaram identificar três conceitos fundamentais: o de "dupla consciência", empregado por Du Bois (1998); o de "identidades inacabadas", abordado por Gilroy (2012), e o de "diáspora africana", explicitado por Hall (1998). A contribuição desses conceitos está atrelada à análise teórica sobre ser Negro e Surdo numa posição discursiva de copartícipe social. Quanto ao sujeito Surdo, Skliar (1998) afirma que sua identidade se constrói numa relação de oposição ao ser ouvinte e isso impacta fortemente no modo como esse ouvinte, que ocupa a posição do outro nessa relação, percebe o sujeito surdo e suas complexidades, enxergando-os muitas das vezes como seres incomunicáveis, inacabados e incompletos. Nessa perspectiva, a língua de sinais, que compartilha de experiências essencialmente visuais,

ocupa um espaço pouco significativo e representativo neste cenário. Embora tenha sido reconhecida como o principal meio de comunicação das comunidades surdas brasileiras, por meio da Lei federal nº 10.436, sancionada em 2002 e posteriormente reforçada no Decreto nº 5.626 do ano de 2005, muitos ainda descaracterizam a Libras como língua. Nesse sentido, objetiva-se, com este estudo, discutir como vem se configurando essa dupla marca do Surdo-Negro, em resistência à imposição da língua oral majoritária e na luta antirracista frente ao racismo historicamente instalado na sociedade brasileira, a partir das diferentes produções e manifestações artísticas.

"Papagaio velho não pega língua mais, não": estuciando o jeito de falar e de fazer, o jeito de ser, em uma comunidade quilombola no Vale do Jequitinhonha, MG - Bernardo Vaz de Macedo (UFSCar). Em um quilombo no Vale do Jequitinhonha, o termo "estuciar" parece ter origem em uma inflexão de astuciar, que designa "inventar, traçar astuciosamente, planejar e realizar com astúcia, esperteza". É acompanhado de muitas outras inflexões na pronunciação de palavras, como batuc ("c" mudo), comunidad ("d" mudo), fort ("t" mudo), manaíba (maniva: muda de mandioca), út (útero), "suverter" ("sumir no mundo"); palavras hibridizadas com termos de sonoridade e origem na língua Kimbundu, de povo Bantu, como jequi, mazuá e mundé (armadilhas para animais), angu, cachaça, farofa, fuxico, mamona, moringa, muxiba, tutano (cf. registros de Reinadeira Pedrina de Lourdes Santos). Uma palavra ela própria uma reinvenção, constituindo um repertório expandido de um dialeto rural específico ao Jequitinhonha (cf. Carolina Antunes, 2013), estuciar designa esse jeito específico "de falar e de fazer", essas recriações, experimentações ou paródias improvisadas da língua, um dos "sotac [sotaques] que a gente tem, nosso jeito de falar... diferente dos outros". Significa "inventar, fazer diferente", podendo-se estuciar a letra de uma canção, um novo cômodo de uma casa (planejar), um caso, uma história ou uma mentira, uma comida ou bolo, com uma nova combinação de ingredientes. Estuciar é o que faz Cona com sua produção caseira de sabão, na qual mistura "um tanto de bestage[m]": sebo de boi, trigo, folha de mamona, detergente, álcool, sabão em pó... Essas práticas cotidianas de uso da língua, "maneiras de fazer com" que subvertem e manipulam sintaxes prescritas pela língua dominante, (dis)tensionando-a a partir de códigos próprios, corresponderiam ao que De Certeau (1998: 91-106) chamaria de astúcias e táticas. O estuciar se faz notar também na "recriação das formas de identificação" (Stuart Hall, 1996; Avtar Brah, 2006) compreendida pelo recente aquilombamento da comunidade ora em pauta. Cotejando conversas (história oral) com moradores/as mais velhos/as com aquelas realizadas com jovens, busca-se compreender elementos dessa reidentificação quilombola, com sua correspondente assunção de novas posições objetivas e subjetivas pelos sujeitos. Lideranças mais velhas podem subscrever uma institucionalidade ou um dever-ser quilombola, embora de uma maneira que não nega, mas mantém elementos de um ser que lhe é anterior, conforme denuncia seu "jeito de falar e de fazer", espontaneamente se negando a "dobrar a língua" "falando bem falado" e a formalizar o discurso em uma linguagem jurídica. São expostas tensões geracionais e de gênero nas formas de conduzir assuntos da comunidade, particularmente nos usos da língua. O projeto de doutorado em Sociologia ora em exposição, viabilizado com o apoio da CAPES, encontra-se em fase de conclusão na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

"Seu amor é grosso demais": Necropolítica, corpos e afetos negros a partir de Beloved - Sara Martins Ramos (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O presente trabalho propõe discorrer sobre as questões de corpo e afeto que cercam o romance Beloved, publicado em 1987 pela escritora, editora e professora negra estadunidense, Toni Morrison. Ambientado em 1873, dez anos após a abolição da escravatura no país, momento em que as consequências econômicas, sociais e psíquicas da escravidão começavam a ficar mais aparentes, o romance narra a estória de Sethe. Ex-escrava que foge da fazenda onde era cativa para viver com sua já liberta sogra, Sethe vê, depois de um mês vivendo na casa denominada 124, chegarem pelo quintal seus antigos "donos"; frente à possibilidade de que seus filhos fossem levados à vida de cativeiro como fora a sua, ela tenta assassiná-los. Mas apenas a bebê de dois anos falece. Em seu túmulo, Sethe escreve uma única palavra: Beloved. E é o fantasma desse bebê, a filha assassinada, que vive no 124 junto com ela e sua filha mais nova. Posteriormente, Amada retornará sob o corpo de uma jovem de 20 anos, gerando uma nova dinâmica de afetos e memórias dentro do 124. Esta pesquisa se propõe a investigar, a partir das personagens negras do romance, de que modo a autora elabora as nuances dos afetos e subjetividades negros. Com base na narrativa ficcional e na memória das personagens, pretende-se imergir nos aspectos da violência colonial e buscar entender de que forma ela incide sobre os dilaceramentos afetivos, subjetivos e corporais. Para traçar tais articulações, serão trabalhados os pensamentos de Fratz Fanon, Achile Mbembe, Grada Kilomba, bell hooks, Angela Davis e Gilles Deleuze. Entendendo que o processo de colonização sustentou-se, fundamentalmente, por pilares de violência, esta ideologia, física ou psíquica, configurou, também, o alicerce da escravização de vidas negras. Nessa medida, produzia-se não apenas um percurso genocida cujo objetivo era a subserviência do colonizado, mas também um senso de poder atrelado à autorização da vida e da morte. Nessa necropolítica, a demonstração de afeto era castigada, ao passo que a repressão dos sentimentos e da fragilidade passou a ser encarada pelos negros escravizados como uma condição básica não para a vida, mas para a sobrevivência. Segundo bell hooks, ainda não se fala sobre como a dor sofrida pelos ancestrais negros influi nos corações e psiques de seus descendentes, moldando sua visão de mundo contemporânea e comportamento social (HOOKS, 1992, p.187). Dessa forma, faz-se compreensível e fundamental que os estudos e literaturas sobre o período colonial sejam realizados de forma indissociável do tempo presente. Nessa pesquisa, buscarei também investigar de que modo determinadas construções morrisonianas podem ser relacionadas às vidas negras do mundo atual e de que forma contribuem para a compreensão dos nossos corpos e afetos.

"Tipo Assim, Pra Nós, No Dia, Porque o Aluno Presta Mais Atenção, Né?": Música Negra e Cinema Negro Na E.E.E.M. Raimundo Henrique De Miranda Enquanto Linguagens Do Ensino De História Africana e Afro-Brasileira - Bernard Arthur Silva da Silva (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará). O presente trabalho, visa trazer à tona, os resultados parciais alcançados ao longo do período entre 13 de Novembro de 2017 e 16 de Maio de 2018 (Períodos 2017.4 e 2018.2), no Projeto de Extensão "CINEMA E MÚSICA NEGRA COMO ELEMENTOS DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: SUBSÍDIOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº10.639/2003 NA UNIVERSIDADE E ENSINO MÉDIO (2018-2019)" do Programa Institucional de Bolsas de Extensão

(PIBEX), contemplado no Edital PROEX 012/2017. Ele foi ministrado nas turmas de Ensino Médio da E.E.E.M. Raimundo Henrique de Miranda, localizada no município de Xinguara, sul do Estado do Pará. Partimos de indagações referentes às "representações" (CHARTIER, 1989, p.178) sobre negras e negros nas mentes dos(as) estudantes do Ensino Médio da citada escola e os meios que podem ser usados para extirpar essas representações estereotipadas, preconceituosas, discriminatórias e excludentes. As indagações materializam-se na seguinte problemática: como e através de quais maneiras, utilizando as linguagens cinematográfica e musical, podemos cooperar para extirpar representações estereotipadas, preconceituosas, discriminatórias e excludentes de negros e negras, "ordem social e hierarquias raciais naturalizadas pela linguagem cinematográfica", além de construir uma visão sobre a música negra livre dos estigmas da "violência", "criminalização" e "demonização"? (CARVALHO, 2011, pp.17-30, 18; HERSCHMANN, 2000, p.14; SOUZA, 2011, pp.9-15, 10). O cinema aqui, deve ser entendido como elemento cultural e mercadológico (NAPOLITANO, 2008, p.11) que produz, através das narrativas dos filmes, linguagens cinematográficas que reproduzem realidades (MACHADO, 2015, pp.23-26), além de buscar mostrar o "protagonismo negro" em tais películas (CARVALHO, 2011, pp.27-29) e, a música negra como "resistência" ao gradiente cultural hegemônico branco, presente no Brasil, além de se conectar com a ancestralidade da cultura africana (GUIMARÃES, 1998, p.230). Fontes áudio – visuais (os filmes "Malcom X" (1992) e "Detroit em Rebelião" (2017) e as músicas "Negro Drama" e "Voz Ativa" dos Racionais Mc's, grupo nacional de Rap) orais (entrevistas com os discentes) e escritas foram consideradas, junto à uma ação pedagógica de combate ao racismo e aos seus desdobramentos no espaço escolar (CAVALLERO, 2001, p.35).

Sessão Temática 17

Literatura Infantil, Juvenil e demais produtos culturais para infância, juventude e a afirmação identitária negra.

(Re) leituras e trajetórias: tecendo os caminhos da pesquisa - Sara da Silva Pereira (Universidade Federal do Paraná), Lucimar Rosa Dias (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). Resumo: O presente artigo é resultado de um estudo de revisão sistemática descritiva, desenvolvido com produção científica indexada em bases eletrônicas de dados tendo como descritores: literatura infantil, temática da cultura africana e afro-brasileira, infância, recepção e criança. As bases eletrônicas utilizadas nesta pesquisa foram: Banco de Teses e Dissertações da Capes, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Scholar Google (GOOGLE ACADÊMICO) e Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (REDALYC.ORG), com buscas no período de maio a setembro de 2017. Este estudo traça os caminhos das pesquisas sobre a literatura infantil que tematiza a cultura africana e afro-brasileira, com foco na recepção literária por crianças pequenas e tem sua fundamentação teórica respaldada em autores como: Eco (2003), Debus (2017), Parreiras (2012), Araujo (2010), Oliveira (2010), Bischoff (2013), dentre outras/os. O desenvolvimento desta pesquisa propiciou conhecimento acerca da temática, uma vez que apresentou um panorama dos estudos desenvolvidos por outros pesquisadores e pesquisadoras nesta área, trazendo valiosas contribuições para o trabalho que se tenciona realizar. Outro aspecto relevante é que através da realização desta atividade percebeu-se a necessidade da produção de mais pesquisas com foco na recepção literária por crianças pequenas, uma vez que -das produções selecionadas- somente uma pesquisou crianças menores de cinco anos de idade.

A Capoeira e as relações étnicorraciais na literatura infantil - Ana Carolina Lacorte Lima (UFRRJ), Lilian dos Santos Ferreira (SME/RIO). Resumo: A capoeira possui diversas hipóteses quanto à sua origem e desenvolvimento em solo brasileiro. Partindo da hipótese de que a capoeira pode fazer parte da construção identitária da criança, contemplando aspectos lúdicos, "heróicos", cantos e toques de instrumentos, por exemplo, buscamos livros infantojuvenis que a tenham como tema central e que dialoguem com a faixa etária que envolve a Educação Infantil. A pesquisa trabalhou aspectos da literatura infantil com as autoras Nelly Novaes Coelho e Patrícia Corsino. Entendemos após as leituras o quanto a literatura infantil é essencial no processo formativo de subjetivação dos sujeitos, e logo, o quanto ela se faz importante para a aplicação da Lei 10.639/03 – que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Pensando também nas contribuições de autores como Nilma Lino Gomes e Amauri Mendes Pereira, percebemos o quanto a cultura negra ainda é atrelada ao viés da religiosidade, sendo na maioria das vezes discriminada dentro das escolas. Mas, paralelamente, o quanto as lutas do Movimento Negro Brasileiro são responsáveis por sua entrada nos currículos da educação básica, mesmo que ainda a longo prazo. O livro infantil tem favorecido a entrada da cultura negra nesses espaços. As obras foram analisadas a partir de: sua literalidade, a representação do capoeirista nas imagens e a socialização dos conhecimentos historicamente construídos acerca da prática da capoeira que podem contribuir para a consciência e valorização do pertencimento étnicorracial das crianças que são vistas e que se vêm como negras. Selecionamos livros presentes em pelo menos duas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, as quais chamamos de Escola A e de Escola B. Os livros são: 'Capoeira', da autora Sonia Rosa; 'O Herói de Damião em A descoberta da Capoeira', da autora Iza Lotito; 'Berimbau mandou chamar', da autora Bia Hetzel. Cruzando os dados de análise, constatamos que os textos possuem grande riqueza literária. Constituem diferentes gêneros, incluindo: a poesia, a narrativa, e a cantiga respectivamente. Trazem desde sujeitos que praticam a capoeira, até personagens das músicas que são cantadas nas rodas de capoeira, tanto nos textos quanto nas imagens. Outro aspecto importante foi a presença de personagens de diferentes cores de pele e a predominância positiva do negro, o que contribui com a representatividade de todas as crianças envolvidas no processo pedagógico.

A literatura negra no âmbito escolar: o estudo e analise de livros didáticos e paradidáticos e seus impactos na formação psicológica

e identitária da criança negra. - Nathalia Pétala Batista Fernandes (Instituto Federal de Roraima), Daniele Barros Costa (Universidade Anhanguera de São Paulo - Unidade Osasco). Resumo: Ainda que o reconhecimento racial tenha crescido visivelmente nos últimos anos, o povo negro vem sendo massacrado e essa ainda é uma questão pouco discutida na escola. As senzalas não existem mais, mas as correntes sociais ainda prendem esse povo, aprisionando ideais, histórias e pessoas. A esperança de uma mudança ainda se faz presente, tendo as crianças como maior agente transformador de uma situação que perdura por gerações. Pensando em um país com menos desigualdade racial, a pesquisa e a aplicação de novos métodos se fazem necessárias, pois a educação básica não coloca em prática discussões que abordem o reconhecimento da história e da força das identidades afrodescendentes.A identidade não se limita na explicação de um conceito, tendo em vista que se trata de um processo, sendo construído em etapas. De acordo com Erickson (1999, apud Severino, 2010), a formação da identidade se inicia quando os pais definem o nome, projetam o sexo, pré-definem o futuro da criança. As questões raciais perpassam de geração em geração e um dos meios de maior influência da identidade dessa criança é a escola. A escola, ao trabalhar literatura nos livros didáticos, utiliza apenas fragmentos de textos literários que por muitas vezes são utilizados apenas para a análise sintática, esquecendo-se do valor cultural que os textos podem levar ao aluno. Com o intuito de incorporar valores a serem seguidos na sociedade, a escola é a instituição que apoia a transformação do sujeito e a formação do indivíduo para o mundo. Gonçalves (2000, apud Severino, 2010), aponta que a educação vai além dos meios teóricos, perpassa também as questões sociais e morais que acabam sendo transferidas dos educadores aos educandos. Na literatura, podemos observar que em grande parte da história o negro apenas tem ocupado papéis inferiores, isso é, quando raramente são retratados. A Literatura negra no Brasil tem uma forte marca, tanto em relação aos autores, que por muitas vezes não ganham o devido reconhecimento, o que acarreta em uma "literatura marginal", quanto na falta de divulgação das obras, que dificilmente chegam ao grande publico. O proposito desse projeto é a análise do negro na literatura encontrada em livros didáticos e como isso pode influenciar na formação indenitária de um sujeito em formação. A literatura é de grande influencia na vida acadêmica e pessoal do individuo e afeta diretamente na sua formação, sendo assim, se faz necessária uma análise de como ela pode ajudar ou atrapalhar o processo de formação de uma criança.

A mitologia dos Orixás na literatura infantil/juvenil brasileira - Maria Anória de Jesus Oliveira (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB), Reijane Maria de Jesus Oliveira (UNEB). Resumo: A literatura infantil/Juvenil brasileira, conforme sabemos, apresenta várias temáticas e, dentre estas, a mitologia dos Orixás, um tema que vem expandindo nos últimos tempos, após a alteração da LDB 9.394/96, mediante a Lei Federal 10.639/03 e respectivas Diretrizes (2004), haja vista a obrigatoriedade de se abordar o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as áreas, destacando-se a área de Literatura, História e Educação Artística. Tal literatura, por outro lado, não ficou alheia às complexas relações etnico-raciais tornando-se, assim, mais um importante espaço para refletirmos sobre o racismo e suas nuances na sociedade. Vale salientar que o seu percurso, enquanto produção escrita, remonta ao século XIX e meados do século XX (ZILBERMAN, 1983). Nesse período, prevaleceu a visão ocidental e os personagens foram representados sob a ótica eurocêntrica, como evidencia Fulvia Rosemberg (1983), em seu livro a Ideologia da literatura infantil. Há, contudo, no mercado editorial, uma produção significativa que inova o cenário literário atual. Interessa saber quais são essas obras e o que caracteriza a inovação, de fato. É o que pretendemos evidenciar através da presente pesquisa. Em termos de delimitação, nos detivemos sobre três livros publicados após a promulgação da Lei Federal 10.639/03. São elas: 1) Ogum, o Rei de muitas faces e outras histórias de orixás, de Lídia Chaib e Elisabeth Rodrigues (2004); 2) Omó Obá histórias de princesas, Kiusan de Oliveira (2009); e 3) Mãe África, de Celso Sisto (2007). Para tanto, realizaremos pesquisa bibliográfica e nos pautamos em fundamentações teóricas abrangendo a Literatura, a crítica cultural e áreas afins. Em termos de resultado, observamos que as obras rasuram o racismo e inovam o cenário literário. Afinal, se trata de textos que mostram os orixás, tanto para o público infantil, quanto ao público juvenil, vivenciando situações cotidianas, dilemas e desejos. Amam, sofrem, duelam, conquistam e enfrentam diversos desafios. São ilustrados/as com a estética negra de forma positiva, valorizada, o que desconstrói o olhar preconceituoso e racista. Diante desse resultado, compreendemos que podem contribuir para a atuação docente dentro desse complexo campo do conhecimento que segue, ainda, escasso em grande parte dos espaços escolares.

A Representatividade Negra na Literatura Infantil - Gabriela Tavares de Sousa (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos). Resumo: A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, visa um desenvolvimento global do indivíduo, contemplando todos os aspectos desse sujeito em desenvolvimento. Este momento de cuidado e formação possui impactos significativos na constituição dessa subjetividade. Assim todo conhecimento apresentado oferecerá bagagem para sua inserção no contexto educacional e social. As crianças como sujeitos em desenvolvimento necessitam de diversas vivências que contribuam para aprendizagens significativas. A Literatura Infantil inserida nesta aprendizagem proporciona um rico repertório de linguagem e faz de conta tão importantes dentro do contexto das crianças. Assim, uma Literatura Infantil que comtemple a diversidade étnica encontrada dentro de nossas salas de aula como ferramenta pedagógica é indispensável nesse processo de construção da identidade. Pois em alguns casos há crianças inseridas neste contexto que não se veem como agentes de sua história, não se reconhecem, não se identificam com a história que lhe é apresentada. Voltando este olhar para o sistema público de educação é visível que a maioria das crianças atendidas pela Educação Infantil são negras, e suas famílias possuem pouca ou nenhuma referência de representatividade negra dentro da Literatura de forma geral. Dessa forma, essas crianças negras em sua maioria não são estimuladas a perceber a riqueza e beleza de seus traços corporais, de sua cultura e de sua história. Uma Literatura Infantil com personagens negros como ferramenta pedagógica possibilita elevar a autoestima das crianças inseridas nas salas de Educação Infantil. Como no livro "Bruna e a Galinha D" Angola da autora Gercilga de Almeida, que inseri personagens negros e também referências da Cultura Afro-brasileira. Contribuindo assim para que todas as crianças percebam que as diferenças existem e precisam ser respeitadas, sendo visto que estas crianças desde muito pequenas entram em contato com rótulos negativos referentes a toda uma Cultura Afro-brasileira. A história apresentada a estes pequenos por meio de diferentes recursos materiais os leva a um universo rico em oralidade, palavras escritas, imagens, gestos de expressividade e ludicidade. A criança que se apropria deste

universo constrói e desenvolve suas ideias e opiniões como sujeito crítico. Com base nesta premissa é possível perceber o quanto a implementação da Literatura Infantil que contemple personagens negros junto a uma Cultura Afro-brasileira dentro da sala de aula como ferramenta pedagógica é imprescindível para a construção e formação identitária das crianças. Um educar para uma diversidade e pluralidade cultural tão presente em nosso cotidiano escolar.

Alfabetização e leitura: as representações de pessoas negras na literatura infantil brasileira - Marisa De Souza Cunha Moreira (Prefeitura Municipal de Limeira). Resumo: O presente trabalho, produto de uma pesquisa realizada no âmbito do curso de especialização lato sensu em Alfabetização e Letramento pela Universidade Federal De São João Del Rei, busca discutir a relação leitura-alfabetização e as representações sociais presentes nas obras de literatura infantil que abordam personagens negras. A literatura, assim como outras manifestações artísticas, além de contribuir para a formação identitária e humana é, nas escolas, um importante instrumento para a formação de novos leitores e recurso na alfabetização. Tal discussão é pertinente uma vez que estar alfabetizado compreende ler, escrever e estar inserido nas práticas sociais. Já que o ato de ler é um elemento fundante da alfabetização, o estudo busca analisar o universo da literatura infantil tendo como recorte a literatura infantil negra, ou seja, os livros que abordam personagens e elementos da cultura africana e afro-brasileira. Desse modo, ao analisar algumas obras de literatura infantil presentes nas escolas públicas e distribuídas pelo Ministério de Educação, tal investigação permite analisar como personagens negras são inseridas na literatura. Considerando as leis 10.639/03 e 11.645/2008 que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao incluir, respectivamente, o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no currículo oficial das redes de ensino, torna-se necessário o acompanhamento da aplicabilidade da lei e se os materiais pedagógicos, de modo especial, os livros, contemplam essas temáticas e de qual modo. O objetivo geral, pautado por reflexões sobre leitura e alfabetização busca identificar o que as pesquisas apontam sobre essa relação no Brasil. Os objetivos específicos consistem em: analisar os significados atribuídos pelos livros de literatura infantil a personagens negras; identificar os aspectos reais e simbólicos de personagens negras nesses livros e o que podem representar no universo infantil. O percurso metodológico, de abordagem qualitativa, inclui pesquisa bibliográfica e análise de cinco obras infantis com personagens negras. Espera-se com o trabalho contribuir com a área educacional e promover uma discussão sobre leitura e literatura infantil negra e realizar um breve levantamento de como as personagens negras são abordadas na literatura, se por uma perspectiva estereotipada ou como possibilidade de se retratar a diversidade racial e promover a autoestima das crianças negras e o respeito entre os estudantes.

Análise de livros aprovados pelo PNBE no ano de 2012 sob a perspectiva da Educação Étnico-Racial na Educação Infantil - Ândrea Barbosa de Andrade (UFPR). Resumo: A construção de representações sobre o negro brasileiro sofreu, e ainda sofre grande influência das políticas e práticas conservadoras em relação à questão étnico-racial e principalmente em relação aos direitos à educação, seja no acesso, permanência e qualidade seja na produção de conhecimento que possibilite práticas emancipatórias de seus sujeitos. Esta pesquisa buscou responder se os livros de literatura infantil disponibilizados pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola, PNBE, programa responsável pela distribuição de obras literárias nas escolas públicas brasileiras, na edição de 2012, abordou a diversidade étnico-racial e qual percentual de livros deste acervo possibilitaram ao professor da Educação Infantil abordar por meio da literatura a temática étnico-racial positivamente. A metodologia de pesquisa partiu do levantamento bibliográfico dos editais do PNBE, análise dos critérios de seleção das obras com foco no edital de seleção do PNBE do ano de 2012 e, tendo por base os critérios pré-estabelecidos no edital, a análise dos livros a fim de identificar aqueles que contemplavam a temática. As análises e interpretações foram fundamentadas nas análises de Antônio Cândido (2002) para conceituar a função da literatura e sua influência na formação da criança, na LDB 9394/96 em seus artigos 26-§4 e 79-B, no Estatuto da Igualdade Racial Lei n° 12.288/2010 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, especialmente em seu Artigo 8., que incluem a cultura afro-brasileira. Foram referenciais teóricos a discussão realizada por Dias (2007) sobre o papel formador da educação infantil para a construção da identidade negra e de Lajolo (1993) e Dalcastagnè (2007) em relação a literatura enquanto formadora de imagens que são imersas no imaginário coletivo alimentando e podendo colaborar na construção de identidades ou de estereótipos. Por meio desse estudo foi possível verificar que o PNBE define critérios de seleção que possibilitam a aquisição de livros que abordaram positivamente a diversidade étnico-racial, porém o percentual de livros com esta temática é ainda pouco expressivo e concluímos que, além da necessidade aumentar a quantidade de livros que abordem a temática étnico-racial, pode-se constatar a importância de um estudo mais amplo quanto ao uso e os fins que esses livros encontram ao chegarem às escolas.

Discurso e relações raciais: a literatura Infantil de temática africana e afro-brasileira - Roberta Regina Chaves Veloso (UFPR), Paulo Vinicius Baptista da Silva (Universidade Federal do Paraná). Resumo: Este trabalho é resultado da participação como bolsista na pesquisa intitulada "Discurso e relações raciais: a literatura Infantil de temática africana e afro-brasileira", coordenada pelo professor doutor Paulo Vinícius Baptista da Silva, da Universidade Federal do Paraná, com o objetivo de mapear a produção do mercado editorial brasileiro na literatura infantil sobre livros de temática africana e afro – brasileira, que valorizasse a diversidade étnico-racial, e o ensino para a Educação das Relações Étnico-raciais. A referida pesquisa foi construída em parceria com as professoras Eliane Debus da Universidade Federal de Santa Catarina; Débora Cristina de Araujo, da Universidade Federal do Espírito Santo e Maria Anória de Jesus Oliveira, da Universidade do Estado da Bahia. Após realizar o levantamento da produção do mercado editorial sobre literatura infantil de temática africana e afro-brasileira, foram selecionadas e analisadas obras de autores afro-brasileiros: Nilma Lino Gomes, Patricia Santana, Sonia Rosa, Joel Rufino dos Santos, Madu Costa, Kiusam de Oliveira, Maria do Carmo Galdino, Elisa Lucinda, dentre outros. A principal fonte de consulta e pesquisa foi o acervo infantil do NEAB – Núcleo de Estudos Afro – Brasileiros da Universidade Federal do Paraná. A primeira etapa foi a seleção desse acervo, a separação dos títulos por autores e em seguida a leitura das obras. A segunda etapa consistiu na produção de resenhas sobre as obras selecionadas, considerando especificidades como: ilustrador/a, qualidade e clareza nas ilustrações, número de páginas, cor/etnia do/a autor/a, nacionalidade do/a autor/a, qualidade do material, narrador/a, a partir disso foi realizada a sinopse juntamente com uma resenha

crítica sobre a obra. Através deste levantamento foi possível aferir um tímido aumento da produção de obras que abordam a literatura infantil com a temática da cultura africana e afro-brasileira pelo mercado editorial. Além, é claro, de ampliar o conhecimento dos pesquisadores bolsistas envolvidos na pesquisa.

El muchacho que se hizo rico: ancestralidade, memória e comunidade em um conto de matriz africana da Guiné-equatorial - Renan Fagundes de Souza (Colégio Sagrada Família). Resumo: Neste artigo, se objetiva discutir sobre os conceitos de ancestralidade, memória e comunidade em um conto de matriz africana em língua espanhola. Para tal análise, foi escolhido o conto "El muchacho que se hizo rico", que integra a obra Multiculturalidad y Plurilingüismo – Tradición oral y educación plurilingüe en África Central y Austral (2012), da Guiné Equatorial, posto que, tal país é o único hispanófono no continente africano. Os conceitos norteadores deste trabalho possuem como eixo central as africanidades (SILVA, 2005), porém serão pensadas em um contexto afro-diaspórico, tal como já realizado em pesquisas de Couto, Jovino e Maciel (2013; 2014) e Souza (2016; 2017). A metodologia de análise está pautada na práxis da(s) africanidade(s) (SILVA, 2008; SOUZA, 2017) e também prioriza uma perspectiva afrocentrada, buscando a importância da ancestralidade, memória e comunidade para as culturas africanas. O recorte desta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado, a qual tinha por objetivo identificar os traços de africanidades na literatura infantil e juvenil em língua espanhola em seu contexto afro-diaspórico (SOUZA, 2017). Destaca-se o papel das narrativas nas sociedades africanas, visto que a oralidade é um elemento central na produção e manutenção das mais diversas formas culturais, de valores, conhecimentos, ciência, história, modos de vida, formas de compreender a realidade, religiosidade, arte e ludicidade, entre outros. Portanto, pretende-se dialogar sobre o ensino de língua e literaturas em língua espanhola, para refletir principalmente no tocante aos aspectos culturais, vendo-os como uma possibilidade de rompimento de estereótipos e assim poder corroborar por uma prática de ensino antirracista nas aulas de língua espanhola.

Iranti - ser África: a prática da contação de historias sob a óticas das africanidades, - Olga Kambilo Koho (UFMG), Sandra Regina Costa de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais). Resumo: O presente trabalho se trata do relato de experiência das atividades desenvolvidas no projeto de extensão Iranti - Ser África, que se dedica na promoção da prática da Contação de Histórias, vinculado a Universidade Federal de Minas Gerais. Esta proposta foi criada a partir de pesquisas relacionadas à inclusão da temática de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no sistema de ensino. Além disto ,busca-se aliar a aplicabilidade da lei 10.639/03 ao processo de formação continuada de educadores da escola básica. Visamos também compreender as lutas e conquistas históricas dos movimentos sociais negros no Brasil. Nesta perspectiva, fundamentado nos teóricos Gomes (2002), Jorge (2008), Munanga (2009), Brasil (2011) e Hooks (1994) entre outros. Tais atividades permitirão aos educadores o acesso a um modelo de educação antirracista, o contato contextualizado com as africanidades, e o aprendizado de princípios baseados num projeto de sociedade multirracial. Espera-se que por meio da contação de histórias, as aulas escolares, tornem-se mais dinâmicas, criativas, promovendo outras didáticas.

Literatura Infantil e Juvenil e as Africanidades: catálogos editoriais de 1980 a 2016 - Paola Christine Ditzel Clarindo (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Resumo: Este trabalho se deu a partir de um recorte da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido no ano de 2017, o qual tinha como objetivo central analisar obras literárias infantil e juvenil que estavam presentes em catálogos editoriais, publicadas e/ou traduzidas, cujas temáticas possamos identificar como ligadas às africanidades, como base no referencial utilizado e na legislação pertinente Lei 10.639/03 e o Parecer CNE/CP003/2004, no período de 1980 a 2016. Para analisar os dados foram elaborados quadros com informações sintetizadas a partir dos catálogos e aqui neste trabalho, cabe apresentar um pequeno recorte demonstrando quantos e quais livros com a temática relativa ao que estamos chamando de africanidades aparecem nas editoras brasileiras escolhidas para a pesquisa. Por africanidades entendemos o conceito elaborado por Silva (2005) que é tudo o que se referimos as raízes da cultura brasileira, ou seja, o resgate das heranças africanas que se origina da África. E também nos referenciamos em Cunha Junior (2013), que nos afirma que as africanidades é uma forma de acervo ao passado e que vem para transformar o presente. Assim, as obras de literatura infantil e juvenil que contemplam esta pesquisa, são todas com a temática africana e afro-brasileira, que tenham como personagem principal negros e negras. Dentre as editoras brasileiras que comercializam obras literárias infantis e juvenis, que se encontram em catálogos editoriais, em grande parte impresso e outros onlines, elegi apenas três que na pesquisa se observou serem as editoras que mais contém livros infantis e juvenis com a temática africana e afro-brasileira: Editora Mazza Edições, Editora Pallas e Editora Moderna. Esta apresentação deve priorizar uma discussão com base em doze catálogos impressos, três onlines e dois artigos. Também a partir de levantamento bibliográfico faço rastreamento de produções de editoras brasileiras que fazem edições e reedições de obras que tenham como tema principal as culturas africanas e afro-brasileiras. Alguns autores e autoras que usei como embasamento teórico foram: Araujo (2015), Jovino (2006, 2017), Lajolo (1993), Silva (2005), Souza (2017), Oliveira (2003), entre outros. Ao decorrer desta pesquisa, mostraremos os resultado obtidos, como por exemplo, a quantidade de livros que foram editados e reeditados desde a década de 1980 até 2016, de acordo com os doze catálogos editoriais analisados.

Literatura Negra Infanto-Juvenil: dados e desafios - Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ), Thaís Teixeira de Aguiar (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Talita de Aguiar Pires (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Amanda Cristina Lopes Sarmento (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Resumo: Esta comunicação apresenta dados de pesquisa dedicada ao levantamento e análise da já significativa produção de livros de literatura infanto-juvenil produzidos em consonância com a lei Federal 10.639/03. A nossa intenção tem sido mapear e refletir sobre as categorias e conteúdos veiculados nesta literatura de forma a possibilitar uma revisão crítica deste material, a partir do distanciamento antropológico que permita perceber a produção de novos discursos sobretudo centrados numa nova perspectiva da concepção de nação e de cultura no qual a questão racial e a diversidade étnica brasileira são privilegiadas. Viemos observando a construção de narrativas que produzem novas formas de construir a identidade nacional brasileira a partir de

modelos mais plurais. Apontamos o possível desenvolvimento de uma "literatura afro-brasileira infanto-juvenil" e da formação de um público leitor mais sensível as questões da desigualdade racial e da diversidade étnica. Nosso objetivo principal nesta comunicação é apresentar uma análise sobre este rico e heterogêneo material a partir do levantamento e análise de algumas variáveis como o volume de publicações por ano, por editoras, um perfil dos autores e autores-ilustradores; o impacto da circulação destes livros, expresso em listas de indicações e premiações concedidas, bem como as temáticas mais recorrentes abordadas nestes livros. O primeiro esforço a partir deste levantamento tem sido o de pensar em alguns temas que emergem nesta literatura, tais como: o da autoestima e da valorização de características tidas como estética negra, como o cabelo crespo; como é trabalhada a questão de gênero nesta literatura e como é abordada a questão da religião afro-brasileira em relação com a noção de cultura que emerge nesta literatura. O segundo é de aprofundar a investigação sobre as formas de seleção, produção e circulação de livros, na qual o universo editorial é ponto central da nossa análise. Temos abordado o campo das pequenas e médias editoras, algumas das quais têm se especializado na temática da diversidade, buscando apreender as formas pelas quais estas têm produzido a questão da temática da diversidade e da raça em seus catálogos, em diálogo com autores e ilustradores.

O cabelo que dava volta ao mundo: (Re)Significando a Identidade Étnico-Racial na Literatura Infanto-Juvenil - Rogério Santos Souza (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE). Resumo: O presente estudo apresenta os resultados da pesquisa intitulada "Descolonizando o Currículo e as Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: contação de histórias como mecanismo de (re)construção da identidade étnico-racial", e as etapas de construção do material pedagógico, produto do Programa de Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. A construção do material educativo – livro de história infantil "O cabelo que dava volta ao mundo" e caderno de diálogo docente – é fruto de uma experiência pedagógica realizada entre 15 de setembro de 2016 e 31 de março de 2017, na Escola Municipalizada Juvenil de Oliveira, que atende a modalidade da Educação Infantil, na rede pública de ensino do município de Maragogipe/BA. A metodologia adotada foi composta de vivências, observações e perguntas objetivas e subjetivas, que possibilita às docentes entrevistadas flexibilidades na dinâmica de respostas das questões por meio de questionários e grupo focal. Nossas observações durante a execução do projeto na escola, percebemos que as histórias contadas, do ponto de vista da fábula infantil, não permitem reflexões acerca do preconceito, dos atos de discriminação, bem como sobre as práticas educativas racistas encontradas no universo da sala de aula, pois são, quase sempre, retratos dos típicos contos eurocêntricos com princesas e príncipes fenotipicamente brancos. Portanto, apresenta-se como necessário, importante e urgente a produção de materiais pedagógicos que valorizem, respeitem e reconheçam a diversidade existente na sociedade brasileira e, consequentemente, nas escolas; cabendo aos profissionais de educação (diretores, coordenadores pedagógicos e professores) a escolha de produtos pedagógicos que viabilize a pluralidade ético-racial, fazendo valer a Lei 10.639/03 e 11.645/08.

O uso da literatura para crianças pequenas na construção da identidade e pertencimento étnico-racial e o projeto afroliteratura paulista - Maria Fernanda Luiz (Universidade Federal de São Carlos). Resumo: O presente trabalho que é resultado das inquietações ocasionadas no decorrer da realização do Projeto Afroliteratura Paulista no município de Matão-SP em consonância com o processo de análise de dados do mestrado como também da vivência enquanto professora de uma escola da Rede Estadual de São Paulo na cidade de Araraquara, tem como objetivo compreender como a literatura para crianças pequenas utilizada no espaço escolar contribuem na construção da identidade e pertencimento étnico-racial.

Pesquisas sobre as relações étnico-raciais na literatura infantil e juvenil: discursos dentro e fora da escola - Débora Cristina de Araujo (Universidade Federal do Espírito Santo). Resumo: Este artigo tem como objetivo contextualizar brevemente como a questão das relações étnico-raciais na literatura infantil e juvenil foi tematizada por quinze pesquisas (em nível de mestrado e doutorado) que analisaram seu uso e importância dentro e fora do ambiente escolar. Por meio de análise bibliográfica, o levantamento reúne dissertações e teses defendidas entre os anos de 2003 a 2015. Este estudo é parte do relatório de pós-doutorado intitulado "Relações étnico-raciais na literatura infantil e juvenil: a produção acadêmica stricto sensu de 2003 a 2015" (ARAUJO, 2017), cujo objetivo foi investigar as teses e dissertações que tematizaram as relações étnico-raciais (em especial os grupos negro e branco) na literatura infantil e juvenil. Na primeira parte do texto serão apresentadas pesquisas que analisaram a recepção da leitura em sala de aula. Na segunda será demonstrando, por meio de três pesquisas, como o livro literário pode ser responsável por acionar transformações sociais ou mobilizar o conservadorismo. Por fim, o artigo sintetiza os principais resultados das pesquisas, evidenciando a importância de investigações sobre as relações étnico-raciais na literatura infantil e juvenil.

Representação Estética: A Identidade Étnico Racial De Crianças a Partir de Boneca(o)s Negra(o)s - Patricia Santos Silva (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA), Adriana Santos Silva (FACULDADES INTEGRADAS ESTÁCIO DE SÁ). Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender de que forma as crianças negras constroem identidade/identificação a partir de bonecas/os negras/os. Para tanto está sendo analisado como se dá o processo de aceitação e ou negação dos seus sinais diacríticos por meio das bonecas oferecidas em oficinas temáticas sobre identidade. Embora a Lei nº 10.639/03, e resolução CNE/CP nº 01/20043 tenha trazido mudanças significativas no interior da escola, a literatura especializada sobre educação e relações raciais aponta que existem ausência de recursos pedagógicos, sendo considerado um dos principais entraves para a implementação da Lei 10.639/09 na escola. Diante desses desafios, esta pesquisa problematiza: Como as representações presentes nos brinquedos influenciam no processo de construção da identidade e autoestima de crianças negras? Qual o cenário de produção de recursos didático pedagógicos sobre relações raciais? Para responder a esses questionamentos, venho analisando os espaços de brincadeiras como, brinquedoteca, decoração da escola, entre outros. Acreditando que o processo de aprendizagem-aquisição da leitura e escrita está significativamente relacionado ao

processo de constituição de subjetividade produzida pela escola, por meio das práticas educativas e das escolhas políticas curriculares do corpo docente.

Zumbi dos Palmares e Makunaima: repertório simbólico do patrimônio imaterial na literatura escrita. - Josias Marinho de Jesus Gomes (UFRR). Resumo: A partir do momento em que a questão da diversidade cultural passa a ser mais discutida sob o viés da configuração étnico-racial brasileira: negros, indígenas e brancos, uma mudança de perspectiva das discussões, abordagens e produção de material para o ensino-aprendizagem é promovida. Esse fator contribui para uma abertura comercial, incentivada, inclusive pelas esferas de governo federal, estadual e municipal. No Governo Federal temos as ações desenvolvidas desde o ano de 1997 por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE, que organiza, periodicamente, o incentivo à leitura ampliando e atualizando o acervo de publicações das escolas públicas nacionais de educação básica cadastradas no Censo Escolar. Com base nos conceitos de construção de identidades, identidade cultural, patrimônio imaterial, relações étnico-raciais e literatura, proponho como objeto de estudo e problema de pesquisa investigar: como os personagens Zumbi dos Palmares e Makunaima problematizam aspectos étnico-raciais e dialogam com o imaginário social nas obras literárias disponíveis nas escolas estaduais de Boa Vista/RR? Para isso, partimos do entendimento de cultura discutido por Bhabha (1998). Ele discute as identidades do sujeito a partir de relações construídas nos interstícios das coisas, dos movimentos: entre-lugares. Glissant (2005) nos apresenta o entendimento do rastro-resíduo, uma proposta de conexão com a diáspora africana. Enquanto Conduru (2007) e Munanga (2000) expõem uma reflexão sobre o conceito de arte afro-brasileira. Para consolidar nosso entendimento e aproximação desses conceitos de cultura como compósita, rastro-resíduo e interstício, é fundamental falarmos da memória viva, rememorada e ampliada desses indivíduos (o grupo que compartilha memórias, símbolos e costumes como patrimônio cultural e os indivíduos performáticos). Aqui discutiremos a Memória Coletiva como Patrimônio Cultural (TEDESCO, 2014) e o imaginário como rearranjo de símbolos tradicionais (CASTORIADIS, 1982). A pesquisa busca uma investigação de um fenômeno social desencadeado a partir do reconhecimento de atributos físicos, mágicos, altruístas e heroicos em um personagem emblemático na literatura oral e escrita de uma comunidade nacional. Dessa forma, se abre para localizar, identificar e estudar essas características problematizadas a priori e, também, outros fenômenos que venham se apresentar ao redor do objeto de pesquisa. 1- Mestrando em Literatura – Artes, Literatura e Cultura Regional – PPGL/UFRR (Orientação: Profª. Drª. Leila Adriana Baptaglin). É professor-artista no Colégio de Aplicação, CAp/UFRR. Especialista em História do Brasil: Diversidade Cultural pela PUCMINAS; Bacharel e Licenciado em Desenho/Artes Visuais pela EBA/UFMG.

Sessão Temática 18

Masculinidades negras na Diáspora Afrobrasileira: Entre desconstruções, confrontos e (Re)existências.

"Criar forças": boxeadoras negras no Brasil e em Cuba - Antonia Gabriela P. de Araújo (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Resumo: O presente texto é parte de algumas analises feitas da pesquisa de doutorado em andamento que pretende focalizar a (re) criação dos corpos de boxeadoras negras na prática do boxe no Brasil e em Cuba. Trata-se de apreender de que modo a produção de corpos dessas mulheres se faz dentro de contextos onde são atribuídas á sua imagem sentidos e valores racializados, como as "representações fixas" de corpos fortes. Tomo a expressão êmica "criar forças" usado pelas boxeadoras para se referirem ao ato de desenvolver técnicas, como resistir, esquivar e atacar no boxe para entender como essas mulheres fazem seus corpos através dessa arte marcial. A expressão criar forças é entendida, também, como pertencente a uma gramática racial para discutir como o corpo das boxeadoras negras são feitos "por dentro" e "por fora", nos termos de Hortense Spillers (2000). A tríade gênero, raça e esportes ao lado da perspectiva pós colonial serão as apostas teóricas e metodológicas para a análise das experiências de mulheres negras no contexto do boxe no Brasil. Por fim, é preciso considerar que a inexistência de um estudo teorizado na antropologia sobre a produção de corpos de mulheres negras nas artes marciais e como essas mulheres experienciam esses esportes confere desafios teóricos e metodológicos para este texto.

A construção da masculinidade e do afeto do homem negro na literatura contemporânea afro-brasileira: um olhar sobre os Cadernos Negros. - Nelson Flavio Moraes de Oliveira (UNIFESP). Resumo: A presente proposta é uma expansão da pesquisa de iniciação científica, financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), que teve como tema A Construção do feminino e a busca pelo pertencimento na escrita de Adriana Lisboa e Daniel Galera (2014). Em tal contexto, foi possível investigar questões de gênero e de identidade na literatura contemporânea. Após a finalização de tal trabalho, diversas dúvidas foram ganhando forma, tais como: será que é possível identificar semelhanças e diferenças quanto à construção de personagens a partir da escrita de autores negros? E quando temos autores que são homens negros construindo personagens que também são homens negros, o papel do masculino ganha novos significados? A forma como as relações afetivas são construídas entre personagens negros, recebe um olhar diferenciado quando temos a cor da pele demarcando um aspecto identitário? Esse conjunto de reflexões e indagações figura, portanto, como os elementos-chave deste projeto que se propõe a discutir e problematizar a construção da masculinidade e do afeto do homem negro na literatura contemporânea afro-brasileira produzida por escritores negros. A obra escolhida são os Cadernos Negros, coleção que reúne diversos escritos em prosa e poesia, de diferentes escritoras e escritores negros. Para isso, analisaremos os contos produzidos por homens negros, a proposta é compreender como a masculinidade é construída em personagens que são

homens e negros, além de investigar como eles se relacionam afetivamente com os outros indivíduos. Ao falarmos em masculinidade, o homem negro carrega algumas marcas dentro dos aspectos construídos que abrangem outras esferas como classe social e sexualidade. Cabe mencionar que seus afetos talvez sejam influenciados por uma imposição estrutural branca. Partindo do papel de transformação que a literatura possui no sentido de possibilitar formas diversas de ressignificar o olhar, propomos investigar se os personagens homens/negros aqui analisados cumprem com esse objetivo, ou seja, almejamos problematizar se, em tais obras, eles formam parte de um projeto capaz de desmistificar um imaginário pautado em uma construção racista.

A desconstrução da masculinidade em narrativas ficcionais de Angola, Brasil e Moçambique: um estudo comparativo - Alex Santana França (UFBA). Resumo: Pretende-se neste trabalho propor uma discussão sobre a questão da masculinidade em narrativas de Angola, Brasil e Moçambique. Nos últimos anos, a masculinidade tem se tornado um dos temas favoritos dos Estudos Culturais, o que tem confirmado a existência de uma verdadeira crise no homem contemporâneo. Historicamente, a definição de masculino se dá em oposição ao feminino, isto é, o que é do masculino é concebido como aquilo tudo que não pode ser do feminino. Através de ritos, regras e limites, instituições sociais, como a família, a escola e a comunidade, determinam comportamentos diferentes para homem e mulher. Entretanto, a partir dos movimentos de liberação de minorias, como o feminista, estudos e pesquisas sobre sexualidade se multiplicaram. Consequentemente, com esses movimentos, o masculino, baseado nesse modelo de oposição, sofre abalos na sua estrutura. A questão de investigação pretende se debruçar sobre produções ficcionais das literaturas africanas de língua oficial portuguesa (nesta 1ª. fase, de Angola e de Moçambique) e do Brasil, na expectativa de encontrar possíveis contribuições para o rompimento de perspectivas dualistas de gênero (masculino x feminino). O levantamento inicial envolve textos dos escritores Mia Couto, Fragata de Morais e Adolfo Caminha, e a análise será centrada numa perspectiva comparativista: "Os machos lacrimosos", conto publicado em O fio das missangas, em 2003, e os romances O último voo do flamingo, publicado no ano 2000, e Terra sonâmbula, publicado em 1992, todos de autoria do escritor moçambicano Mia couto, o conto "Traição", do escritor angolano Fragata de Morais e o romance Bom crioulo, escrito por Adolfo Caminha, e publicado no Brasil em 1895, são alguns exemplos. As primeiras considerações sobre a questão-problema e análise do corpus comprovam que a literatura, enquanto produto sociocultural permite ser utilizada no processo de domesticação dos corpos baseado no binarismo de gênero (masculino x feminino), mas também acompanha as mudanças terminológicas/ conceituais oriundas de recentes debates que questionam e/ou refutam tais nomenclaturas durante muito tempo consideradas hegemônicas, como faz Judith/ Jack Halberstam, ao trazer, por exemplo, o conceito de masculinidade feminina. Através do levantamento e análise inicial da produção dos escritores Mia Couto e Fragata de Morais, percebe-se, na dissociação de características culturalmente associadas ao masculino e ao feminino, uma possibilidade de rever tal binarismo, ao conceber a identidade como um processo cambiante e fluido.

A questão racial na "Guerra às Drogas" - Alex Lima Vasques (Universidade Federal da Bahia). Resumo: Este trabalho tem o objetivo de traçar um breve histórico do controle de substância psicotrópicas para contextualizar e discutir as consequências da política de "Guerra às drogas" desde quando decretada pelo presidente dos EUA, Richard Nixon em 1971. Em seguida analisa-se a influência da mesma nas políticas de segurança pública do Brasil abordando suas múltiplas facetas que passa pela ineficiência do combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado e a violência generalizada até o eficiente projeto genocida do estado brasileiro focado no controle social da corporalidade negra tendo como ponta de lança seletividade do sistema penal. Desde a antiguidade o uso de substâncias psicotrópicas é parte do cotidiano das civilizações, segundo Robinson (1999), toda a história contada do império Chinês teve por trás um importantíssimo agente de desenvolvimento dessa civilização. A maconha - anagrama da palavra Cânhamo - não somente foi base de boa parte da produção de diversos materiais, como serviu para aliviar enfermidades, dores crônicas, distúrbios no sono e estimulante para lactação no processo de parto. Além do império Chinês, a erva foi também bastante presente na formulação de medicamentos dos povos Hindu e Árabe, onde vegetais, outras ervas e animais eram combinados para reduzir a capacidade alucinógena e aumentar os efeitos terapêuticos. Entretanto a preocupação com controle internacional de substâncias psicotrópicas e dos narcóticos surge no início do século XX com o alto consumo de ópio que inclusive foi comercializado pelos ingleses principalmente com a Índia que por sua vez revendia para a China. Em 1909 pela primeira vez treze países se reuniram para discutir o problema das drogas, o alto consumo e suas consequências para a saúde na Comissão do Ópio em Xangai. Segundo, o relatório da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, em 1961 firma-se a Convenção Única de Nova Iorque sobre Narcóticos que tem o objetivo de estabelecer medidas de controle sobre substância psicotrópicas, fiscalização internacional coordenada pelas Nações Unidas e cooperação entre os Estados para o combate do tráfico ilícito com efetividade, além de estabelecer recomendações de punição severa para posse, produção e tráfico de entorpecentes. Dez anos depois o presidente dos EUA, Richard Nixon, em 17 de junho de 1971 declara uma "Guerra às drogas" colocando o abuso, porte e tráfico de drogas como inimigo número um dos Estados Unidos da América.

Corra!: Homem negro e relações inter-raciais na diáspora - Wellington Oliveira dos Santos (Universidade Estadual de Goiás). Resumo: Este texto analisa a relação existente entre identidade do homem negro e relações inter-raciais a partir do filme "Corra!". O objetivo foi verificar como a identidade do homem negro é subalternizada em um contexto de hegemonia branca. Primeiro são apresentadas considerações sobre identidade e masculinidade negra, com destaque para aspectos de raça e classe que atravessam a construção de identidade de homens negros. Em seguida, o texto trata de tensões vividas pelos homens negros em relações inter-raciais. A terceira parte do texto é dedicada a uma interpretação do filme "Corra!", a partir dos pressupostos teóricos apresentados. "Corra!" serve como metáfora para o espaço de subalternidade muitas vezes ocupado pelo homem negro em relações inter-raciais em sociedades racialmente hierarquizadas, como a brasileira.

Entre o sonho e a experiência: narrativas de mulheres - Isabella Trindade Menezes (FGV-RJ). Resumo: A presente proposta tem como

objetivo apresentar algumas questões preliminares que estão sendo desenvolvidas em minha pesquisa de Doutorado no CPDOC- FGV, que aborda as relações familiares, com ênfase nas mulheres negras, desenvolvidas no processo de formação dos jogadores do futebol. Os adolescentes em formação treinam todos os dias durante a semana, reservam seus fins de semana e feriados para as competições e jogam. Esses meninos, que têm entre 14 e 17 anos, fizeram uma escolha que vem mudando a vida deles desde os 7 ou 8 anos de idade, em média. A maioria dos jogadores de base iniciou seus treinos, quando foi descoberta, nessa faixa etária. Um jogador contemporâneo acumula cerca de 5.000 horas de investimentos, distribuídos ao longo de aproximadamente dez anos, realizados diretamente no corpo, em rotinas altamente disciplinadas, exaustivas e seguidamente repetitivas. Podemos ainda afirmar que esse esforço de formação não é reaproveitado em caso de fracasso nessa profissão, ou seja, esse investimento específico não é utilizado em outras esferas da vida profissional dos jogadores que não conseguem a profissionalização. Os meninos de futebol precisam adotar desde muito cedo uma rotina de treinos extremamente rígida e pesada, que muda sua vida e a de sua família, uma vez que o "projeto" de ser jogador de futebol é partilhado por toda a família e, principalmente, pelas mães. Alguns trabalhos apontam para a existência de uma continuidade na atribuição da centralidade da figura da mulher negra como uma herança de matriz africana, como é possível perceber na abordagem de Nah Dove (1996), em seu artigo "Mulherismo afrikana", no qual trabalha com uma ideia de unidade cultural que é transmitida de forma intergeracional a partir de valores e crenças. Este conceito é visto como fundamental para a compreensão do contínuo desenvolvimento da teoria afrocêntrica, porque traz à tona o papel das mães africanas como líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defende os princípios primordiais de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, ordem e outros valores. Para a autora, o conceito de mãe transcende as relações de gênero e de sangue, por exemplo, um membro da família ou uma amiga, que tenha sido gentil e carinhosa, pode ser considerada uma mãe. A maternidade, de acordo com as sociedades matrifocais africanas, descreve a natureza das responsabilidades comunitárias envolvidas na criação dos filhos e no cuidar dos outros. Como metodologia, utilizo a história oral, a partir de um roteiro construído com com história temática e história de vida. Utilizo ainda, notas etnográficas de observação de campo e matérias jornalísticas relacionadas ao tema.

Interseccionalidade no esporte - reflexões sobre o estudo com as árbitras de futebol e o método corpo-experiência - Ineildes Calheiro (UFBA), Eduardo David de Oliveira (UFBA). Resumo: Esse estudo tem como objetivo refletir no racismo e sexismo no esporte, cujos autores fazem uma releitura dos resultados da pesquisa recentemente realizada na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em autoria de uma dos que vos escreve. Tendo como objeto a relação de gênero em atividade de arbitragem profissional em futebol no Brasil, função de poder e se insere no âmbito da divisão do trabalho, cuja modalidade esportiva cresce no território em nível de valor e resultando em megaeventos sequenciados nos últimos anos. A realização ocorreu entre 2014-2016, financiada pela FAPESB, e a averiguação se deu concernente à participação das mulheres no tocante ao trabalho de futebol como "lugar de macho", e as funções de comando no esporte como "lugar de branco", uma vez que, no processo apresentaram-se as questões raciais vinculados aos problemas desse setor. Ponderando sobre essas tensões e o fenômeno do racismo à brasileira e institucional dificultando destacar as partes lesadas, utilizamos a perspectiva interseccional como estratégia, considerada nesse estudo, eficaz a detectar e perceber os tensionamentos ligados aos marcadores sociais diversos e invisibilizados no esporte, e como método (inovador), enfatizou-se o corpo-experiência-intersecional, com a pesquisadora desde dentro, utilizando-se dos marcadores sociais em seu próprio corpo, como raça, sexualidade, classe, território e suas experiências como árbitra e profissional em Educação física, além de documentos desta área e narrativas das árbitras. Teoricamente fundamentou-se em estudos raciais, de gênero inclinando-se no ponto de vista e nos feminismos, tendo como resultados: avanços de gênero e de raça no Brasil, porém, há muitas tensões relativas a estas categorias no esporte, como, a perpetuação do racismo e sexismo; a manutenção dos limites do gênero e da raça, apresentados no recorte futebolístico; desigualdade racial e de gênero exacerbadas no campo, sobretudo estimulando a ampliação da pesquisa para além da arbitragem, propiciando sua continuidade em âmbito doutoral, em andamento, sob o financiamento da CAPES.

Jovens negros: representações das culturais juvenis, relações de poder e masculinidades negras presentes na escola - Miriam Gomes Alves (Universidade Federal de Minas Gerais). Resumo: A presente proposta de trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. O principal objetivo da investigação é analisar as interações entre a cultura juvenil e a cultura escolar, assim como a construção das masculinidades periféricas como determinantes do sucesso ou fracasso dos estudantes negros. Para isso, utilizo como referenciais teóricos autores que vão abordar a relação entre o gênero e desempenho escolar de estudantes negros, como Marilia Pinto Carvalho, Maria Helena Souza Pato, Neusa Santos Souza e Fulvia Rosemberg, evidenciando as causas de maior evasão/expulsão no ambiente escolar. O que determina que um jovem negro tenha menor desempenho escolar que um jovem branco? Quais os motivos que vem levando jovens negros a serem principais sujeitos do fracasso escolar? O interesse por esse objeto de pesquisa surge a partir da experiência na Educação de Jovens e Adultos como educadora social/popular, militante no movimento de mulheres negras. É inegável não pensar que formação de redes e projetos sociais contribua para a constituição de identidades mais autônomas que a partir da sua afirmação sejam capazes de protagonizar dentro e fora do ambiente escolar, transformando o não lugar em lugar de pertencimento e apropriação do conhecimento universal, mas também em conhecimento individual/particular de si e do outro. Há poucas pesquisas no Brasil, sobre a produção das masculidades no contexto escolar. O que se tem atualmente, principalmente nos cursos de pedagogia, é uma ampla gama de pesquisas relacionadas à formação docente, e poucas pesquisas relacionadas ao "chão da escola" e sobre os sujeitos da educação. (estudantes). Entendendo que são os jovens, especificamente jovens negros, as principais vítimas de violência no país, e, portanto, carecem de um olhar mais atento da pedagogia, sobre suas especificidades. Dessa forma, podemos analisar discursos que produzem e reproduzem padrões de masculinidades hegemônicas e investigar a relação da escola com a aplicação da lei 10.639/03 e sua importância na desconstrução de estereótipos que corroboram para a construção de masculinidades subalternas. Enquanto metodologia, farei uso de abordagens qualitativas, dentre elas a pesquisa etnográfica, o que permitirá maior aproximação com o sujeito da

pesquisa a fim de obter resultados mais apurados. Também farei uso de questionários semiestruturados. Para a análise dos dados serão utilizadas técnicas de analise dos discursos e a sistematização dos dados coletados em campo a partir dos registros. Os dados serão confrontados junto às hipóteses concluindo assim com a tese dissertativa.

Logun Edé e a identidade de gênero fugidia - Mariana de Lima e Silva (PPGAS/DAN/UnB). Resumo: Ao longo de toda a pesquisa que conduziu à tese sobre os filhos de Logun Edé, observei que o tema de gênero a respeito da identidade desse orixá era sempre pautado, ainda que na negativa. Esse é um orixá tido como um dos mais mal compreendidos de todo o panteão das tradições do candomblé. Sua identidade é complexa, difusa e arredia. Nesse sentido, trata-se de um orixá caçador que não se deixa prender facilmente e não se permite reduzir a um sistema classificatório simples. É um orixá tido por masculino, cuja masculinidade e feminilidade são aspectos sem os quais não se fala sobre ele, ainda que para negar sua excentricidade. Nesse sentido, a masculinidade desse orixá nos permite antever um sistema de gênero complexo que veio sendo tratado como inclusivo e aberto. Por meio dos estudos relativos a esse orixá, quiçá aquele mais diretamente relacionado à problemática de gênero, pode-se antever um sistema religioso muito mais complexo do que vem sendo idealizado nas etnografias.

Masculinidades negras e tóxicas: uma análise dos discursos de Jay-Z, Terry Crews e o filme "Moonlight" - Alessandra Cardoso Martins (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Resumo: O presente trabalho tem como intuito discutir os códigos e padrões presentes no discurso midiático, ou seja, transmitido de forma mais plural para população, sobre a construção da masculinidade em corpos negros e seu alto potencial corrosivo, a partir de personagens que são protagonistas desta realidade. A pretensão é discutir e analisar os discursos apresentados à mídia, tentando compreender como funcionou a construção de masculinidade para estes interlocutores e como esta interferiu na vida prática de ambos, percebendo os impactos do racismo e da masculinidade em corpos negros e, em que possíveis modelações, esta masculinidade os adoecem e como também impacta a sua vivência no mundo e em seu cotidiano. Para tal análise, serão utilizadas entrevistas de personalidades midiáticas negras, que tiveram relatos explanados em plataformas digitais (Youtube e NetFlix), sendo eles Jay-Z e Terry Crews. Além destes, será abarcado neste trabalho, uma análise comparativa com o filme "Moonlight", pois todos, em seu conjunto, vão trazer facetas desta masculinidade tóxica e como tal afeta a afetividade negra, nas suas relações com a família, nas dificuldades e transtornos psicológicos atribuídos do racismo – em todas as suas infinitas faces – e o consequente contato com drogas e entorpecentes como forma de fuga desta realidade, como algo exposto pelos próprios interlocutores. A necessidade de ponderar sobre a masculinidade numa perspectiva racializada está na existência de um histórico extremamente racista, presente tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos da América, o país de origem das fontes desta análise e dos dados de coleta. Todo este passado, que além de manter estruturas preconceituosas, fazem usos de outras e novas formas de conservação deste status quo, que visa a continuação de uma política e manutenção da prática de inferiorização, subalternização e marginalização de povos negros. Por fim, este trabalho pretende entender como as estruturas que foram pensadas e praticadas para excluir um grupo, ensinam as estes como devem se comportar e como tal ordenação é prejudicial para a existência dos mesmos. Com as inúmeras estruturas racistas, dominam a performance corporal e mental dos homens negros e como isso é inserido nas comunidades negras de uma forma extremamente prejudicial, ferindo aos seus, corroendo sua saúde psicológica, fazendo com que terminem se envolvendo com drogas para escapar da realidade vivida e vivenciem a cultura de extermínio das vidas dos seus iguais. São esses os quatro eixos norteadores deste debate e presentes nos três interlocutores, que será apresentado neste trabalho.

Masculinidades negras no livro didático de língua portuguesa - Fábio Araújo Oliveira (UNICAMP). Resumo: Neste trabalho, analisamos o discurso sobre as masculinidades negras no livro didático de língua portuguesa do ensino fundamental no Brasil. Para isso, utilizamos a teoria da análise do discurso pecheutiana. Os livros selecionados para análise são os do 5º e 9º. anos mais solicitados pelos professores da rede pública e comprados pelo Programa Nacional do Livro Ditático (PNLD) em suas duas últimas edições. A escolha por esses livros é por serem os mais utilizados no ensino público atualmente. Como o livro didático é um importante instrumento para a educação escolar formal de crianças e adolescentes, considerando a sua utilização e o seu predomínio nesse processo de escolarização, bem como o seu potencial em transmissão de ideologia, consideramos de suma importância a sua análise em vários aspectos. No caso do livro didático de português, há uma especificidade: ele veicula ideologias muito diversas, que, inclusive, podem ser conflitantes, se considerarmos o fato de que é um instrumento que traz textos de todos os tipos, de todos os gêneros, de diversas áreas e de diversas épocas. A partir disso e considerando que vivemos em uma sociedade com fortes marcas do racismo, do machismo e das desigualdades sociais, em que os valores tradicionais e hegemônicos do homem branco, heterossexual e de classe alta são colocados como modelo para todos por meio de diversas estratégias discursivas, interessa-nos investigar, no livro didático de língua portuguesa, a questão das masculinidades negras. No que diz respeito às masculinidades negras, a questão essencial que se coloca é se há representação dessas subjetividades e, havendo tal representação, como ela é construída e quais sentidos veiculam. Percebemos que já há estudos analisando a construção da masculinidade para a população negra na contemporaneidade, e apontando especificamente para diversos problemas dessa construção na formação de crianças e adolescentes. Nesse sentido, duas perspectivas que dialogam entre si se evidenciam: a dos sujeitos como praticantes da violência, principalmente por reproduzirem o machismo, e a desses sujeitos como vítimas da violência, principalmente quando são corpos atravessados pelo racismo, pelo sexismo e pela diferença de classes. Dessa forma, consideramos essencial avaliar como o livro didático de português trata a questão das masculinidades negras, se ele reproduz ou questiona sentidos considerados tóxicos do masculino; se está aberto para uma diversidade das masculinidades, considerando possibilidades múltiplas de sexualidade, gênero e classe, por exemplo; e se reproduz, silencia ou traz à reflexão questões ligadas ao racismo.

Projetos de Vida e Construção de Identidades Masculinas de Jovens Homens Negros: Uma Etnografia na Escola Pública Rômulo Galvão – Anexo Outeiro Redondo - Cesar Cerqueira Araujo (UFRB). Resumo: O presente resumo versa sobre a pesquisa em andamento

desenvolvida com jovens homens entre 16 e 24 anos, auto declarados negros estudantes da escola Pública Rômulo Galvão. Tendo como objetivo investigar como jovens homens negros, imersos em uma estrutura social marcada pelos aspectos estruturais da racialização, constroem suas identidades masculinas e projetos de vida atreladas a fatores que de forma reguladora estruturam subalternidades que atuam de forma fixa na representação coletiva e nas suas trajetórias individuais. Sendo o diálogo teórico a relação entre a estrutura e a ação na construção de identidades masculinas negras e projetos de vida. Utilizando o conceito de "anti-negritude" (VARGAS, 2016) que analisa a possibilidade estrutural do sujeito negro, e a perspectiva decolonial do conceito decolonialidade do ser, proposta por MIGNOLO (2017), FANON (2008), (1968) TORRES (2007), correlacionados com a categoria "projeto" VELHO (2003). Tratasse de uma pesquisa subsidiada pela antropologia crítica, utilizando o método etnográfico procurando valorar a experiência dos sujeitos investigados, bem como as categorias de analise produzidas no dialogo em campo. Estando subdividida em 3 fases de desenvolvimento, sendo primeira a descrição dos aspectos estruturais do campo, sequenciadas pela compreensão das categorias de análise e por fim a junção dos elementos que construirão a descrição subsidiada pela relação teórica e os fatores subjetivos produzidos pela etnografia. Nesse trajeto o campo tem revelado um aspecto relacionado a categoria trabalho como ponto central, para construção de identidades masculinas e projetos de vida dos sujeitos investigados, talvez por ser o trabalho um fator de status social, que norteia e estabelece a possibilidade de agência na existência de jovens homens negros, tenho procurado tratar esse fator revelado pelo campo com algo que dialogue ou se aproxime com a vida cotidiana de homens negros, pois ao observar abstratamente e materialmente o esquema social proposto pela funcionalidade do sistema social anti-negro, buscando compreender como a categoria trabalho é incorporada na construção dos projetos de vidas de homens negros. A interação com essas realidades empíricas, nos proporcionam pensar essas existências perpassadas por conflitos que legitimados pelas normas culturais, sexuais, de classe, raça, gênero e fatores de ordem social. Possibilitam-nos pensar a corporeidade negra, escrevendo aos seus modos e sob um campo de possibilidades agenciamentos para tensionar as violências que acomete a construção de identidades masculinas negras.

Significações no entre performances: Homens Negros Balizadores e Mores de Fanfarra na Bahia - Vinícius Santos da Silva (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). Resumo: A pesquisa se coloca a etnografar o universo sócio-cultural no qual os balizadores e mores de fanfarra estão inseridos, considerando tanto os atos performáticos nos rituais instituídos nos desfiles cívicos e campeonatos estaduais de fanfarras e bandas marciais, como aspectos de sua vida cotidiana, como forma de compreender a localização desses sujeitos nas produções culturais na Bahia e as significações em torno de seu fazer perfomático perpassadas por referenciais de gênero, raça e sexualidade. Deste modo, propondo uma interpretação das dinâmicas desse fenômeno sociocultural na Bahia, até hoje não analisados. Inspirado aos conceitos de "performatividade de gênero" (BUTLER, 1990) que descreve o contínuo do comportamento para legitimidade do gênero, "aparições coloniais" (RIBEIRO & FAUSTINO, 2017) que reincide a ideia já elaborada por Frantz Fanon (2008) sobre as representações do homem negro, e "estigmas" (GOFFMAN, 1981) que apresenta a construção de estereótipos degradantes à imagem do sujeito subalterno, imergiremos ao universo etnográfico do "entre" performances, ou seja, tanto ao ato performáticos quanto aos efeitos gerados a partir dele na vida dos performers. Trata-se de uma pesquisa inspirada na Antropologia da Performance que recorre a contribuição teórica da etnografia de cunho interpretativista (GEERTZ, 2008), procurando perceber as significações que os sujeitos investigados atribuem a suas vidas performáticas e os esquemas de sociabilizações que envolvem na trama social. Há o interesse, neste trabalho, de situar o leitor a cena etnográfica dos desfiles cívicos a partir do mais proeminente Desfile Cívico de Dois de Julho de Salvador/Ba, data que se comemora a Independência da Bahia e, sem dúvida, uma das maiores manifestações culturais da Bahia e onde os balizadores e mores de fanfarras mais atuam sob destaque. Para tal, usaremos as etapas prescritas por Shechner (1985), aproveitando os momentos do "aquecimento" desde o ensaio no dia anterior, "performance propriamente dita" e o "esfriamento", recorrendo como recurso metodológicos a observação de campo e vivências através do diário de campo e as entrevistas semi-estruturadas. Por meio das análises de dados, dos discursos e representações, compreenderemos no trabalho de campo se tudo isso faz realmente sentido para as significações que são atribuídas aos performers. Para inspiração, esse universo performativo dentro da dinâmica social ampla e complexa - emaranhada de conflitos e tensionamentos decorrentes das ordens sociais regulatórias - torna desta pesquisa uma potente investigação em um campo ainda quase inexplorado, revelando percepções densas de todo um território frutífero com múltiplas possibilidades sociais de produção da cultura.

Sessão Temática 19

Representatividade negra na mídia, no cinema e no audiovisual africano e afro-diaspórico

A cor do medo: A contribuição do Cinema Negro carioca nas disputas narrativas sobre criminalização de corpo negro enquanto classe perigosa. - Gisele Caroline dos Santos Monteiro (CEFET). Resumo: A pesquisa em andamento busca trabalhar através da análise cinematográfica, a forma como se constituem memórias sobre violência associadas as classes tidas como perigosas, possibilitando a investigação de narrativas que sejam oriundas dos sujeitos antes marginalizados nesse espaço de construção de memórias que é a produção audiovisual. Buscaremos investigar as mudanças nas representações sobre exclusão e violência no audiovisual, passando pelo cinema tradicional e chegando ao Cinema Negro, com ênfase em fimes que façam parte dos encontros de cinema negro do Centro Afrocarioca de Cinema. A pesquisa trabalha considerando as representações no audiovisual como importantes ferramentas na implantação da Lei 10.639/03, uma vez que possuem caráter difusor de ações que possibilitem a mudança da imagem que se tem

do negro. Os filmes podem trazer importante contribuição ao ensino de história e cultura da África, por oferecerem uma linha comunicativa que possibilita o acesso à informação de formas diversas: o roteiro, os atores negros que geram um sentimento de representatividade, a trilha sonora, a equipe, as produções estão atreladas a políticas públicas de promoção da igualdade racial e fazem parte de um cenário de disputas narrativas. Os filmes escolhidos para análise são voltados a uma abordagem sobre violência na contramão do que o Cinema Negro vem propondo nos últimos aos e ainda assim fazendo parte de uma nova leva de produções que visam reformular a imagem do negro no cinema e que possuem forte ligação com o contexto atual vivido pela população negra. O Centro Afrocarioca de Cinema, local onde as produções presentes no projeto se unem, é matriz de uma resistência na produção audiovisual, como raiz de uma movimentação que busca a constituição de uma linguagem antiracista e que seja fundamental para a formação e preservação de memórias sociais sobre temáticas que estejam relacionadas ao povo negro; em nosso caso, especialmente, as memórias sobre violência e resistência. Pretende-se apresentar o andamento da pesquisa e explicitar a relevância da mesma para que se possa tratar de um assunto que ainda é empecilho ao processo de construção de identidade da juventude negra, a criminalização da pobreza, que no Brasil tem cor e gera medidas de controle social que afetam diretamente os sujeitos negros , incidindo na sua autoestima. Essa pesquisa se propõe a falar sobre violência como uma forma de identificar através das novas produções de cinema o quando esse assunto ainda faz parte das rodas de conversa e debates em relação ao corpo negro no contexto social , identificar os motivos pelos quais ainda é importante se falar sobre violência quando nosso foco passa a ser o resgate de memórias que elevem o nosso povo.

A marginalidade imagética do negro na formação do cinema brasileiro - Luisa Maria Silva de Santana (UFF). Resumo: Procurando compreender onde se situava a população negra em contexto pós-abolição dentro da situação de chegada e estabelecimento do cinema no Brasil, o presente artigo se propõe a traçar esse paralelo histórico com recorte no cinema documental e de cavação, usando como exemplo reflexivo uma análise da presença negra nas imagens de dois filmes de Silvino Santos: "No país das Amazonas" (1922) e "Terra encantada" (1922). Pretendendo por fim entender como se constituiu a marginalidade imagética do negro no cinema em sua formação no Brasil, que se expressa de forma contemporânea num conflito de representatividade.

A não representatividade da mulher negra na Rede Globo: a telenovela O outro lado do Paraíso - Fernanda de Lima Laureano (Universidade Federal de Santa Maria). Resumo: O presente estudo tem o intuito de provocar a sociedade quanto a representatividade que é feita da mulher negra em uma telenovela da Rede Globo, objetivamos analisar de que forma é representada a mulher negra, neste caso a personagem Raquel (Erika Januza), na telenovela O Outro lado do Paraíso que era exibida no horário das 21 horas desde 23 de outubro de 2017. Nela, Erika Januza interpreta Raquel que, na primeira fase, morava em um Quilombo e depois vai para a cidade com o intuito de trabalhar e conseguir pagar os estudos. Já na segunda fase da telenovela, ela se torna a juíza da cidade de Palmas. A pesquisa terá aporte teórico dos estudos culturais, um campo de investigação de caráter interdisciplinar que explora as formas de produção ou criação de significados e de difusão dos mesmos nas sociedades atuais. Utilizamos, então, o esquema de leituras proposto por Casetti e Chio (1999), que se estrutura como um guia para organizar e compreender o objeto a ser analisado e suas características de acordo com diversas categorias. Com base nisso, pretendemos analisar a telenovela a partir de alguns aspectos principais. Sendo assim, o esquema proposto para este trabalho é dividido em duas categorias Sujeito e Texto verbal. Preliminarmente, podemos perceber que há uma representação de mulher negra na novela, no entanto não existe representatividade.

A representação afro-religiosa nos Filmes de Cineastas Negros - Nathali Ferreira de Deus Lima (CEFET-RJ). Resumo: Levando em consideração as narrativas de filmes realizados por pessoas negras, o trabalho tem por interesse investigar as possibilidades epistemológicas negras, sobretudo as que tem como temática a religiosidade negra, dentro do audiovisual, e seu potencial criativo como forma de combate ao ideário que visa o apagamento das possibilidades negro-criativas, especialmente no que diz respeito ao cinema. Para isso, levaremos em consideração dois filmes curta-metragens realizados por pessoas negras. O primeiro exemplo é o filme Rapsódia para o homem negro, trabalho audiovisual da produtora Filmes de Plástico, sediada em Belo Horizonte. O filme tem duração de vinte e cinco muitos e foi dirigido pelo cineasta Gabriel Martins em 2015. O curta faz uso de recursos alegóricos para construir os personagens da narrativa. O filme aborda a história de dois irmãos que encontram-se no centro de uma disputa territorial urbana, na capital do estado de Minas Gerais. Os signos impressos nos personagens referem-se a dois orixás: Ogum e Oxóssi, também irmãos segundo a tradição religiosa de Matriz Africana. O êxito do trabalho audiovisual em questão encontra-se em criar uma atmosfera que não permiti-nos imaginar aquela história ser contado por outros corpos que não sejam negros. O segundo exemplo trata-se do filme O Tempo dos Orixás, de Eliciana Nascimento que teve a sua estreia em 2014, fruto de sua dissertação de mestrado. O filme é inspirado na infância da diretora/roteirista. O curta-metragem trata da história de Lilli, uma menina que visita à avó, mãe de santo que mora numa ilha, no nordeste do Brasil. A curiosidade de Lili leva-a a descobrir na relação com a natureza o sagrado do candomblé. Os orixás apresentam-se à menina em momentos onde existe uma conexão com natureza.A perspectiva escolhida para conduzir o filme é a de uma criança, através do olhar de Lili, uma criança negra e candomblecista, o filme nos conduz a reflexão sobre a ancestralidade e como a espiritualidade afro-brasileira lida com a questão da morte. Traduz a experiência do que é ser uma criança negra inserida num contexto onde a ancestralidade é uma parte importante para entender-se enquanto pessoa. Em linhas gerais, o alvo desta pesquisa é analisar a produção cinematográfica negra brasileira e suas possibilidades através da abordagem temática afro-religiosa e qual o sentido simbólico de sua prática em um contexto de produção audiovisual tradicionalmente dedicado à elite.

A Teoria do Enquadramento e a cobertura da morte da vereadora Marielle Franco por Veja e Carta Capital - Janaina Costa Rodrigues (Universidade Federal do Tocantins), Maria Lúcia Adriana Silva Gomes (Universidade Federal do Tocantins). Resumo: A neutralidade é um exercício bastante discutido entre os profissionais e estudiosos do campo da comunicação, haja vista que a produção noticiosa se articula

em um campo minado por diferentes elementos. Nesse contexto, este trabalho analisa as diferenças na construção do relato noticioso, compreendendo que a notícia, ainda que trate de um mesmo assunto, a depender de quem a produziu, possui intencionalidades. Essa análise é feita a partir da teoria do enquadramento, também conhecida por teoria do framing, por meio da análise da notícia da morte da vereadora Marielle Franco, mulher negra, lésbica e militante dos Direitos Humanos, veiculada nas revistas semanais brasileiras, Veja e Carta Capital. Para conceituar enquadramento utiliza-se do pensamento de Entman (1993), segundo o qual, o texto jornalístico contém quadros, que podem ser verificados pela "presença ou ausência de determinadas palavras-chave, ações, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases, que fornecem grupos de fatos ou julgamentos reforçados tematicamente". Também objetiva demonstrar que esse enquadramento pode ser influenciado pelo posicionamento ideológico dos veículos na cobertura jornalística sobre a morte de uma pessoa pública da esfera política municipal do Rio de Janeiro. A partir desse entendimento, percebeu-se que apesar das matérias possuírem as mesmas fontes – diretamente envolvidas no tema tratado, houve clara parcialidade na transcrição das ideias dos autores nas duas revistas. Pela forma como o texto, os parágrafos e a transcrição de falas se apresentaram ao longo das matérias, pôde-se perceber o posicionamento dos dois veículos em relação ao acontecimento e seus desdobramentos. Tal processo indica a existência de uma prática direcionada e parcial de jornalismo, de ambas as partes, demonstrando que não há que se falar em assepsia jornalística. A análise comparativa entre os dois veículos mostra que Veja explicitou uma tendência ao apoio à intervenção Federal no Rio de Janeiro, enquanto Carta Capital manteve posição contrária ao Governo Temer e suas ações políticas de segurança. Apresenta ainda reflexões sobre as intersecções entre mulher, mídia e política, tendo como foco o caso Marielle Franco.

Cinema, Estado e Relações Étnico-Raciais (da virada do século a 1949): notas preliminares - Rodrigo Fagundes Bouillet (CEFET/RJ). Resumo: O advento do cinema no Brasil se deu em 1896, através das primeiras exibições, logo acompanhadas pela produção nativa de filmes, chegando-se ao longa-metragem no final da primeira década do século XX. No entanto, a estreia de uma pessoa negra brasileira na direção de filmes deste formato ocorreu somente em 1949, ano em que o prolífico cenógrafo e roteirista José Rodrigues Cajado Filho lançou "Estou Aí?".

Conforme GOMES e PAIXÃO (2014), as exclusões e severas assimetrias de diversas ordens sob as quais vivem negras e negros brasileiros são naturalizadas por ideologias que legitimam e prorrogam tais condições. Neste sentido, CARVALHO (2003) afirma que o Cinema Brasileiro, desde seus primórdios, reproduz e retroalimenta o racismo sobre o qual a sociedade brasileira está erigida, funcionando como "caixa de eco ideológica das forças dominantes". Sendo assim, negras e negros participaram de grande parte da história do cinema brasileiro como atrizes e atores ou em funções de menor prestígio das equipes técnicas. O texto apresenta os achados iniciais de uma pesquisa de mestrado em que se procurou mapear publicações de referência sobre História do Cinema Brasileiro, artigos, dissertações e teses do campo, no intuito de demonstrar o funcionamento das categorias raça e classe no Cinema Brasileiro, buscando interpretar os fenômenos de discriminação e desigualdade no campo cinematográfico no contexto sócio-histórico. No período analisado (da virada do século a 1949), observa-se a ideologia racista nos documentários do chamado período silencioso encomendados pelas elites; nas revistas de crítica cinematográfica, destacando-se a promoção da Campanha pelo Cinema Brasileiro e do conceito de fotogenia; na política varguista para o cinema, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). A pesquisa, de base bibliográfica, procurou identificar discursos, mecanismos e processos de opressão e exclusão capitaneados pela classe cinematográfica branca, para conquista e manutenção de sua hegemonia; expedientes estes que dificultaram ou impediram a plena participação da população negra brasileira na construção da cinematografia nacional durante aquele período, comprometendo sua atuação na direção cinematográfica de longas-metragens, uma das posições de maior prestígio do campo.

com NEGRA: Comunicação e Mídias Negras na UnB - Francisco de Assis Beserra Wanderley Junior (UnB). Resumo: Além da grande mídia, outro movimento de construção de representação articulada e consciente consiste na auto-organização coletiva de comunicadores sociais negros, que em diversas formas de expressão e meios de comunicação, com maior intensidade no uso de plataformas virtuais e Tecnologias da Informação, se estruturam como formadores de opinião pública, buscando principalmente desmistificar os aspectos, principalmente negativos, da cultura negra, no que se pode definir como Mídias Negras. A proposta de meios de comunicação que se propõem a ser uma Mídia Negra, vai ao encontro de uma política de comunicação étnico-racial, que se utiliza justamente do poder educativo e atuante que a mídia possui, para assim servir de estratégia à superação das desigualdades ainda tão evidentes em nosso país. O próprio resgate histórico da imprensa negra brasileira, que desde do início do século 19 já pautava de forma diversa e incisiva a questão do racismo, nos propõe a pensar uma Mídia Negra que vai além de noticiários factuais e que participa ativamente da construção das representações sociais positivas do povo negro. Este trabalho pretende a partir do uso do relato de experiência, abordar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) voltado para a elaboração de materiais midiáticos educativos anti racistas, estruturados e disponibilizados sobretudo dentro do portal virtual do CCN facilitando o acesso a conteúdos e informações sobre temas de interesse da população afro brasileira, africana e afrodescendente em geral . O relato é baseado na experiência do autor a partir da implementação de uma agência de comunicação, comNEGRA - Comunicação e Mídias Negras, dentro do Centro de Convivência Negra - CCN da Universidade de Brasília - UnB durante os anos de 2017 e 2018. A partir da demanda percebida pelos estudantes negros que frequentam e participam do CCN, foi constatado um déficit de estrutura comunicacional principalmente dentro da universidade, visto as heterogêneas formas de organização política e cultural da comunidade negra universitária da UnB e sua quantidade notável de estudantes negros, tornando-se uma ferramenta imprescindível no constante combate ao racismo no espaço acadêmico. Portanto, a comNEGRA surgiu da necessidade de articulação e construção de uma rede de comunicação e promoção do conhecimento e de saberes afro-brasileiros dentro da UnB. Além disso, o aprimoramento nos processos de ensino, tão almejado pelas universidades do século XXI, depende da abertura de novos olhares para o mesmo problema, ou seja, dar espaço para grupos historicamente marginalizados deste ambiente

produtor de informações é também inovar na produção de conhecimento.

Culto aos Orixás na América Latina: Cinema Documental e Trânsitos da Memória - Rodrigo Birck Moreira (UNILA). Resumo: O presente trabalho resume o projeto de pesquisa Culto aos Orixás na América Latina: Cinema documental e trânsitos da memória, em realização no mestrado de Literatura Comparada - UNILA. Nesta proposta, pretendo analisar a ótica da branquitude presente em narrativas acerca da vivência negra, mais especificamente dentro da religiosidade do candomblé, tomando como objeto duas obras cinematográficas que tratam desta conexão espiritual e ancestral e que traçam paralelos dentro da religiosidade e na etnografia de ambos os lados do atlântico. Pedra da Memória (2011), de Renata Amaral e Atlântico Negro (1998), de Renato Barbieri, são produções filmicas brasileiras que trazem semelhanças fortes quanto à premissa da obra, mas que buscam diferentes linhas de abordagem e se utilizam de diferentes linguagens cinematográficas na construção de narrativas muito próximas. Não por acaso, um elemento central em ambos os filmes é Pai Euclides, babalorixá da casa Fanti-Ashanti, no Maranhão. O culto aos voduns, ligado ao candomblé da nação jeje, é a principal prática religiosa desta casa, mas a mesma também cultua os orixás e trabalha outros sincretismos, e estas práticas e as expressões e manifestações artísticas relacionadas à prática religiosa são postas em comparação aos mesmos ritos praticados no Benin, na África Ocidental. Sendo assim, parte da proposta dessa pesquisa é direcionada a um estudo comparado entre as duas obras citadas, como forma de debater e entender o contexto diaspórico da população afro-brasileira, a partir das construções narrativas que permeiam as obras cinematográficas, e também entender a relação da construção da memória social que se relaciona na produção das obras. A pesquisa também tem a intenção de buscar, a partir do olhar dos autores, como seu lugar de fala influencia na construção das personagens e dos espaços em que transcorrem as narrativas, e também na representação das práticas religiosas e cotidianas da população negra. Entendendo o suporte audiovisual como uma linguagem mais explícita, e atendo-se à teoria da recepção, podemos apreender como os processos de escolha na linguagem perpassam pela ótica do autor, consequentemente sendo filtrados e distorcidos. Tomando como referência as proposições de Djamila Ribeiro em O que é lugar de fala e de Stuart Hall em Cultura e Representação, busco analisar as influências das vivências e do espaço dos autores sobre as representações por eles elaboradas nos filmes, e consequentemente na roteirização e adaptação cinematográfica.

Discursos de ódio na internet: Uma análise sobre a marginalidade dos corpos negros - Huri Henrique Paz da Costa (Universidade Federal Fluminense), Pedro Renato Cardoso Meirelles (INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS). Resumo: O presente artigo pretende realizar uma análise dos comentários de uma notícia veiculada pelo G1 (Portal de notícias Globo), que cita o caso de um adolescente negro que foi agredido e preso a um poste no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2014 e que, após este episódio, foi apreendido por cometer um assalto. Através da perspectiva da mídia como formadora de representações e de produção de signos sociais estigmatizantes, pretende-se fazer uma construção histórica para entender quais são as bases que possibilitam a construção de discursos de ódio racistas e desumanizantes da figura deste adolescente negro, enquanto um inimigo público que precisa ser eliminado do convívio social e que é despido de todas as categorias sociais que o tornam um cidadão pleno de direitos vivendo em uma democracia. Utilizando as contribuições de Reis (2005) e Borges (2018), discorremos sobre as formas que os discursos políticos não se estabelecem no abstrato, mas sobre corpos, e como corpos negros, ao longo da história, são marcados de formas diferentes de acordo com os preconceitos sociais vigentes da época. Essas constatações fazem frente ao mito da democracia racial, já que, conforme aponta Carneiro (2005), o racismo se constitui como estrutural em nossa sociedade, demandando ações que vão muito além da punição por expressões racistas, mas ações que humanizem corpos negros e que entendam a sociedade brasileira como verdadeiramente plural, ações que façam com que cidadãos enxerguem a diferença racial e cultural não como ameaça, mas como constituintes da formação de uma sociedade democrática. Entende-se a análise de comentários desta notícia como um importante meio para se verificar as novas formas de expressão do racismo, já que, conforme aponta Lima et al. (2004), o racismo é como um vírus latente, que age no tecido social de maneira silenciosa em tempos democráticos e de igualdade, mas que explode em discursos de ódio quando a norma social assim permite. Conforme exposto no artigo, o fato de um corpo negro cometer um crime, acaba por gerar uma situação onde toda a sorte de violências se torna legitimada para ser infligida a esse corpo, como chibatadas, espancamento, longas exposições ao sol e ser amarrado a um poste.

Diversidade racial e de gênero: análise da comunicação do cooperativismo de crédito - Ivonete da Silva Lopes (Universidade Federal de Viçosa (UFV), Jéssica Suzana Magalhães Cardoso (UFV). Resumo: O movimento cooperativista é uma iniciativa que visa incentivar o trabalho coletivo de forma a beneficiar seus membros e desenvolver socialmente a comunidade na qual se insere. Ao tratar da comunicação feita por esse setor que tem entre os seus princípios o interesse pela comunidade; o desenvolvimento local; a educação, a formação e a informação, pode-se inferir que essas concepções são bastante próximas do conceito de comunicação de interesse público (BUENO, 2009). Para verificar essa confinidade, neste artigo analisam-se sob a perspectiva racial e de gênero a comunicação feita pelo Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol). São estudadas as representações de negros e mulheres nos vídeos disponibilizados por ambas as centrais em seus respectivos canais no YouTube, entre abril e outubro de 2017. Os dados empíricos constituídos pelos audiovisuais postados no YouTube pelas referidas centrais foram analisados pelo método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Após a exploração do material, os vídeos foram categorizados e feita interpretação semântica dos conteúdos. No procedimento foi utilizado como suporte o software livre Iramuteq. A pesquisa revela que a representatividade racial na comunicação é praticamente inexistente. O Sicoob somente uma vez representou uma jovem negra, sendo que a mesma contracena com dois jovens brancos e o vídeo é narrado por um homem. De forma geral, as representações de mulheres por essa cooperativa apenas se restringem às brancas, jovens e magras. Além disso, há certos momentos em que um homem ensina ou fala algo pelas mulheres, reafirmando padrões de gênero conservadores. Em relação ao canal TV Cresol, as

representações acerca dos/as negros/as, são ínfimas, sendo que dentre os vídeos analisados apenas uma vez houve a presença de uma mulher negra. A cooperativa desenvolve em seu canal dois quadros que possuem uma postagem regular: o Momento Cresol e o Expedição Cresol. O primeiro é apresentado por um homem branco e o segundo por duas mulheres brancas, loiras e magras. Além disso, por diversas vezes as mulheres aparecem como composição figurativa ao lado de seus companheiros e não possuem poder de fala.

Emoções sociais: o corpo negro feminino como "condicionante emocional" - Ana Clara Gomes Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Resumo: Emoções nos remetem, genericamente, à subjetividade, à personalidade, às afetações sensitivas e aos efeitos fisiológicos, no corpo e no cérebro, que tais afetos podem trazer. De maneira costumaz, relacionamos nossas emoções a qualidades inatas ao ser humano, em referência ao sensível, ao que é espiritual. Na superficialidade de nosso entendimento sobre as emoções, elas têm a ver somente com estados de ânimo, com experiências vividas, sentidas por cada pessoa em sua individualidade. Não costumamos vincular nossas concepções sobre emoções às vivências sociais, embora as sensações emocionais sejam construídas cultural e socialmente ao longo da vida em sociedade. Pretendemos, nesse artigo, ensejar um debate contraproducente da ideia das emoções associadas ao mote único do sentimental, do individual, dando vazão, assim, para o lado cultural e político da construção simbólica das emoções como uma discreta estratégia de dominação social. Na contramão de uma ideia simplista sobre as emoções, buscamos a compreensão de fenômenos sociais a partir delas. Nesse sentido, podem as emoções corroborarem com processos de exclusão, hierarquizações e distâncias sociais entre diferentes grupos sociorraciais? Emoções, processos comunicativos e os estudos sobre relações raciais andarão juntos nesse percurso, a fim de versarem sobre performatividade, estigmatização e abjeção, todos fenômenos que podem ser relacionados à exclusão do corpo negro feminino. A discussão será canalizada para os processos de significação que levam às emoções, criando distinções sociorraciais e impondo fronteiras e lugares fixados ao corpo negro feminino. Consideramos que as emoções as quais recaem sobre mulheres negras possam ser resultado de hierarquias morais, concebidas desde o marco histórico da escravização dos povos africanos até a diáspora negra dos dias de hoje. Asco, repugnância, desejo sexual, raiva, medo, agressividade, vergonha. Por que sentimos pena, compaixão com as histórias de umas e desprezo, repulsa, aversão com situações vividas por outras mulheres? Como as emoções se relacionam com normatizações sociais? Teriam as emoções um poder de legitimar violências contra a mulher preta? Nesse artigo, temos o objetivo de perceber a mulher negra como "condicionante emocional", expressão firmada por Freire Filho (2017). Para isso, nos ateremos à análise de alguns casos majoritariamente midiáticos, que despertaram emoções, exemplificando sensações também difundidas pelos processos comunicativos de interação face-a-face em relação às mulheres negras.

Experimentações audiovisuais na formação de professores para uma educação das relações étnico-raciais - Graziele Alves de Lira (UFRRJ). Resumo: Este texto apresenta parte de uma pesquisa de mestrado em andamento. Os primeiros fios aqui trançados estão articulados com o Projeto de pesquisa Educação das relações étnico-raciais na cultura digital desenvolvido pelo Laboratório de estudos e aprontos multimídia: relações étnico-raciais na cultura digital (LEAM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Este projeto propõe um estudo das relações étnico-raciais na cultura digital a fim de compreender as resistências à implementação da Lei 10.639/2003, além da produção a partir do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação de possibilidades para a promoção de uma educação antirracista e mais democrática na formação de professores. O fio que puxo para essa pesquisa está em acompanhar as experimentações e os estudos das possibilidades educativas da Síncopa-TV, uma WebTV desenvolvida pelo LEAM, para ampliar para outros espaços, os movimentos necessários para a construção de uma educação antirracista; a partir da articulação entre as transformações geradas pelas mídias e suas linguagens. Sendo assim, proponho pensar qual seria a contribuição da linguagem audiovisual para uma educação antirracista? Para trilhar essa pesquisa busco inspiração no Método da Cartografia, sistematizado por Virgínia Kastrup, Eduardo Passos e Liliana da Escóssia, e sigo atenta às pistas que surgem ao longo das experiências encarnadas na escrita, da escrita como acontecimento. Um desassossego que caminha comigo desde o início desse processo investigativo está materializado na pergunta: "E se alguém perguntasse: por que você, uma pessoa branca, se interessa por pesquisar as relações étnico-raciais?" Tenho buscado compreender o lugar, mas também o não-lugar, que ocupei/ocupo na discussão das relações étnico-raciais. E assim, proponho um estudo fomentado por experiências que de alguma forma se chocam com os trabalhos de intelectuais que me auxiliam na compreensão de questões que essa simples pergunta gerou: Como pode esse não ser um interesse de toda a sociedade? Como pude por tanto tempo contribuir para a naturalização de um racismo que mata todos os dias? Por que acreditamos que a pauta das relações étnico-raciais é majoritariamente ou unicamente do povo negro? Essa pesquisa é mais uma, entre tantas, que reafirma a importância da valorização da história e cultura negra, porém quais os efeitos dessa valorização se as pessoas continuarem mergulhadas no racismo? Ou seja, sem encarar/perceber e desaprender a supremacia branca. Essa composição é um exercício provisório para pensar as questões que me desafiam enquanto mulher "branca" no campo das relações étnico-raciais.

Expertise do negro na/sobre mídia: vivências a partir do Grupo de Trabalhos André Rebouças (GTAR) - Sandra da Silva Martins (UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Comparada). Resumo: O texto visa refletir sobre a contribuição do estudo das relações raciais no campo da comunicação para a formação de um pensamento crítico e de valorização da identidade negra proposto por estudantes negros, na década de 1970, em pleno regime militar, no âmbito da Universidade Federal Fluminense. Considera-se o protagonismo do GTAR – Grupo de Trabalhos André Rebouças, formado por graduandos de diversas áreas, criadores da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira, em 1975, no Instituto de Ciências, História e Filosofia (ICHF)/UFF. As Semanas de Estudos desenvolviam análises da rica heterogeneidade da experiência do negro brasileiro: "não como 'contribuintes', nem como vítimas de uma formação histórica e social, mas como participantes desta formação" (NASCIMENTO, 1974 apud RATTS, 2006:101). O grupo convidava estudiosos/as com estudos com abordagem nas relações raciais, então inédito. Entre os debates, análise crítica da produção midiática. Este texto traz um recorte da dissertação de mestrado O GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: memória social, intelectuais negros e a universidade pública (1975/1995). Ao longo de quase 20 anos, o GTAR, produziu diversos projetos,

como a Rádio Quilombo, tornada realidade em duas iniciativas: em 1984, o quadro O ponto da arte afro-brasileira veiculado em uma rádio comercial durante; em 2003, O encontro do reggae com o rap em uma rádio comunitária de São José de Imbassaí, em Maricá. A terceira experiência, em 2010, foi o projeto pedagógico de oficinas de mídia, na Escola Municipal Alberto Rangel, no bairro da Cidade de Deus. A ação foi ao encontro da Lei 10.639/2003 e seguiu as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 22). Nas considerações finais, foram observadas semelhanças conceituais entre as iniciativas. Elas focavam a construção da "verdadeira história do negro", a análise crítica dos conteúdos midiáticos e propunham produções coletivas reflexivas. Ideários do GTAR.

Identidades e memórias:Ánalise da Formação social dos atores sócios políticos e culturais vinculados ao Centro Afro Carioca de Cinema - Erickson Dos Anjos Amaral (CEFET). Resumo: Este trabalho é uma breve apresentação sobre a formação social dos atores sócios políticos e culturais vinculados ao Centro Afro Carioca de Cinema. Com o suporte metodológico da história oral e da etnografia, pretende-se analisar o Centro Afro Carioca de Cinema enquanto espaço de prática cultural e política. Abordar o Centro Afro Carioca de cinema como lugar elementar na luta contra o racismo no cinema,no campo do audiovisual e na sociedade brasileira de forma geral.Objetiva-se analisar a memória social e evidenciar que territorialidades e estilos de vida das culturas africanas e afrodiaspórico foram mobilizados por diversos atores sociais vinculados ao Centro Afro Carioca de Cinema para a construção de identidades individuais e coletivas.Sensibilizar sobre como esses realizadores tem construído narrativas e discursos para o fortalecimento do Cinema Negro no espaço cinematográfico brasileiro. A presente pesquisa é relevante para o aprofundamento teórico e metodológico da temática relacionada às questões raciais no Brasil. Tem como objetivo tanto no campo universitário, e na sociedade como todo, contribuir para a reeducação das relações étnico raciais pautada pelo respeito a diversidade étnico racial.A pesquisa estar em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Relações Étnicorraciais-Cefet vinculado a linha de pesquisa Repertórios artísticos e culturais nas construções de identidades étnicas,e,encontra-se na fase inicial de realização de entrevistas com os atores políticos vinculados ao Centro Afro Carioca de Cinema , estudo e levantamento bibliográfico indicado sobre o tema. Erickson Dos Anjos Amaral- Licenciatura e bacharelado eme História pela Universidade Federal Fluminense e mestrando do Programa de Pós graduação em Relações étnico Raciais do Cefet.

Imagens e estéticas raciais: a contribuição do pensamento de Guerreiro Ramos para um Cinema Negro brasileiro - Adriano Domingos Monteiro (Universidade Federal do Espírito Santo). Reconhecendo o nosso entusiasmo, é possível especular que um outro Brasil está sendo forjado nas telas do cinema brasileiro. Diante do horizonte é possível observar um outro cenário na produção audiovisual nacional. Claro, que esta constatação carece de um aprofundamento analítico e reflexivo da produção fílmica contemporânea nacional – são planos para uma pesquisa próxima. Entretanto, o que é fato constatado: nunca na história do Cinema Brasileiro temos assistido uma produção tão pujante de realizadores negros e negras. Entretanto, os indícios destas discussões iremos encontrar ainda década de 1970, com um importante ensaio escrito pelo crítico e cineasta Orlando Senna chamado "Preto e branco ou colorido: o negro e o Cinema Brasileiro", publicado em 1979. Outro acontecimento importante que se tem registro é seminário Cinema e Descolonização organizado pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB), em 1981, entre os convidados-debatedores estavam Ismail Xavier, Jean-Claude Bernardet, Muniz Sodré, Beatriz do Nascimento, José Carlos Avellar, Marcos Aurélio Luz, Juana Elbien entre outros, cuja a cobertura do evento fora publicada no ano seguinte na revista Filme Cultura, numa edição especial, intitulada "O Negro no Cinema Brasileiro". De lá para cá, podemos observar importantes avanços. Porém, em relação ao contexto atual, para alguns esta autoria negra necessita de uma consolidação; diversos são os caminhos apontados para a compreensão desta cinematografia específica, no qual, temos denominado Cinema Negro. Nesse sentido, nossa tentativa com este artigo é contribuir no aprofundamento da discussão. Para isso, recorremos a obra do sociólogo e um dos grandes intelectuais brasileiro (quase esquecido): Alberto Guerreiro Ramos. Exergamos potenciais para acrescentar a este debate que aquece não somente o campo acadêmico como o campo cinematográfico, principalmente. Guerreiro Ramos, como é mais conhecido, em sua vasta produção intelectual, deixou contribuições teóricas valiosas que são capazes de refletir questões de nossa contemporaneidade. Acreditamos que elas podem, sim, serem capazes de refletir sobre aspectos do cinema brasileiro. A partir das premissas formuladas pelo o sociólogo iremos discorrer sobre sua aplicabilidade na relação negro-cinema, bem como uma proposição de uma estética que subverta o eurocentrismo estabelecido na produção de imagens. Nesse sentido, nossa premissa gira em torno de uma questão: seria a categoria cinematográfica "Cinema Negro" um processo de subversão estética em relação a "Estética da Brancura" estabelecida nos meios de comunicação de massa, especialmente no cinema?

Marcha das Mulheres Negras: racismo e sexismo em análise de notícias pela hermenêutica de profundidade - Isabel Cristina Clavelin da Rosa (Universidade de Brasília). Resumo: A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver foi uma manifestação pública de caráter nacional, organizada durante quatro anos por oito organizações nacionais dos movimentos de mulheres negras e negro, culminando com a presença de 50 mil afro-brasileiras, em novembro de 2015, em Brasília. Após o ato nacional, marchas estaduais têm sido promovidas em alusão ao Dia da Mulher Afro-latinoamericana, Afro-caribenha e da Diáspora, criado em 1992, e ao Dia Nacional da Mulher Negra, celebrado desde 2014. Estudos acadêmicos têm avaliado tal feito político e social em diferentes campos de conhecimento por meio da iniciativa, em geral, de pesquisadoras negras. Contudo, o campo da comunicação e os estudos sobre o jornalismo ainda demandam produções científicas sobre a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, as quais podem colaborar para verificar a resposta de tais áreas, sobretudo a qualidade da cobertura noticiosa sobre a manifestação pública e o teor político da mobilização das mulheres negras registrado pela imprensa brasileira e, consequentemente, parte da sua capacidade de comunicação com a sociedade brasileira e o poder público. O corpus deste breve estudo é constituído por notícias publicadas em portais noticiosos dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo e da Agência Brasil, entre 2015 e 2018, cobrindo manifestação nacional e mobilizações estaduais, a ser analisado com base no referencial metodológico da hermenêutica de profundidade e em atenção

ao racismo e ao sexismo como questões estruturantes e eventualmente presentes na cobertura jornalísticas dos portais citados no meio on-line. O circuito analítico e interpretativo da hermenêutica de profundidade será desenvolvido nas seguintes etapas: campo pré-interpretativo, análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/re-interpretação. Para tal, as notícias comporão o material empírico das formas simbólicas em análise. As leituras interpretativas empreendidas decorrem da perspectiva da sujeita-intérprete mulher negra e circundam racismo, relações raciais e racialidade sob o enfoque negro, assim como as leituras referentes ao sexismo se baseiam na imbricação entre raça e gênero, fundamentada na teoria feminista negra.

Narrativas que falam de si: cinema como dispositivo que produz o lugar-de-fala - Yago Feitosa da Paschoa (UFRRJ). Resumo: Este trabalho é um fio puxado do projeto "Educação das relações étnico-raciais na cultura digital", tocado pelo Laboratório de estudos e aprontos multimídia: relações étnico raciais na cultura digital . O projeto central, a grosso modo, pretende lidar com os desafios colocados pela implementação da lei 10.639/2003 e os usos das TICs (Tecnologias da informação e comunicação). O projeto leva em consideração o contexto de desigualdades presentes nas escolas públicas da Baixada Fluminense (RJ), majoritariamente ocupadas por negros e negras, marginalizados do acesso às TICs. Isto nos impõe a tarefa de questionar se a desconsideração das instituições públicas, no que tange a democratização das TICs, aprofunda, renova ou reinventa as desigualdades consolidadas pelas históricas injustiças raciais. Esta problemática é endossada quando deixamos de reduzir as TICs ao papel utilitarista, como ferramentas ou recursos didáticos; e passamos a encará-las enquanto um elemento constitutivo da nossa linguagem que, por esta razão, determina maneiras de se relacionar com o mundo. É a partir deste projeto que se insere os problemas enfrentados neste texto, fruto de uma pesquisa de dissertação em andamento. Neste trabalho, indago sobre as contribuições da linguagem audiovisual nos processos educativos. E mais, como elas se estabelecem para pensar as relações étnico-raciais. Para me ajudar, convoco o cinema de Eduardo Coutinho, visto que o mesmo mobiliza dispositivos metodológicos que serão o fio condutor desta pesquisa, tais como: o encontro, a narrativa, a conversa, o cotidiano, as experiências, entre outros. Além do mais, é com Coutinho que conheci métodos cujos pressupostos se refazem, simultaneamente, no encontro com o outro, o que elimina a possibilidade de falar sobre e/ou pelo outro. Sendo assim, opto por lançar meus desejos investigativos tendo à mão o filme "O Fio da Memória", a fim de pensar o que esta produção audiovisual traz de elementos para o debate sobre o racismo no Brasil, a partir das enunciações dos personagens negros. Com isso, pretendo colher narrativas que pensam a negritude brasileira e seus processos formativos. Além de pensar sobre a possibilidade de produzir uma nova narrativa sobre a negritude a partir do negro, uma vez que ocupamos o lugar de falar sobre si nos espaços digitais e acadêmicos. Na atual fase da pesquisa, estou detido naquilo que os personagens podem nos oferecer do seu lugar de fala para a compreensão do racismo enquanto fenômeno histórico e estrutural.

Negritude, Sexualidade e mídias: Bixas Pretas Invadiram o Youtube - Tiago Alves Pereira (CEFET-RJ). Resumo: Este presente artigo faz parte da pesquisa de dissertação que promovo no Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ, com o intuito de conhecer e destacar modos singulares e sinérgicos pelos quais os sujeitos da pesquisa produzem audiovisualidades, suas relações de tensões, negociações e sentidos dentro da plataforma do youtube, reconhecendo tal território como um espaço tempo de produção de subjetividades e de formas de se interagir. Desde a expansão da globalização e perpetuação da lógica de "sociedade da informação" vivemos num ritmo acelerado em que as tecnologias passam a fazer parte do cotidiano e o próprio cotidiano passa a ser pautado por novas formas de interações e a lógica de pensar com tais dispositivos móveis. Para Martín-Barbero (2003): É no mundo dos jovens urbanos que se fazem visíveis algumas das mudanças mais profundas e desconcertantes de nossas sociedades contemporâneas: os pais já não constituem o padrão dos comportamentos, a escola não é o único lugar legitimado do saber, tampouco o livro é o eixo que articula a cultura. Os jovens vivem hoje a emergência das novas sensibilidades, dotadas de uma especial empatia com a cultura tecnológica, que vai da informação absorvida pelos adolescentes em sua relação com a televisão à facilidade para entrar e mover-se na complexidade das redes informáticas. Diante da distância e da prevenção com que grande parte dos adultos sente e resiste a essa nova cultura – que desvaloriza e torna obsoletos muitos de seus saberes e destrezas - , os jovens experimentam uma empatia cognitiva feita de uma grande facilidade na relação com as tecnologias audiovisuais e informáticas e de uma cumplicidade expressiva: com seus relatos e imagens, suas sonoridades, fragmentações e velocidades, nos quais, eles encontram seu idioma e seu ritmo. Pois diante das culturas letradas, ligadas à língua e ao território, as eletrônicas, audiovisuais, musicais ultrapassam essa adstrição, produzindo novas comunidades que respondem a novos modos de perceber e de narrar a identidade. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p66). Martín-Barbero, nos ajuda a pensar que a juventude, historicamente, sempre foi o berço de inovações, revoluções e formas diferentes de enxergar, contestar e produzir suas versões de mundo. Promovem relações permeadas de fluidez, de sensibilidades, de contato com o outro. De ver, e ser visto. De produzir afetos e sensações. Levando em consideração que a citação é de 2003, antes de começarmos a construir e difundir o conceito Web 2.0 , por intermédio da empresa americana O'Reilly Media, trocaria o termo "comunidades" por "Redes". Assim, o texto fica mais atual e dialogando diretamente com o momento em que estamos praticando essa pesquisa.

O ativismo negro virtual e as estratégias de comunicação no grande ABC - Fernando Luiz Monteiro de Souza (USCS & UNINOVE). Resumo: O estudo explorar a produção recente dos ativistas negros na luta antirracistas na região do Grande ABC Paulista. Para conhecer as características das comunidades digitais criadas pelo ativismo negro optou-se pelos procedimentos metodológicos da etnografia virtual. Trata-se de um método de estudo utilizado pela antropologia em ambientes não virtuais e que recentemente tem sua aplicação ao Ciberespaço. (SAMPIERI, 2015; SOUZA, 2017). Ao utilizar a etnografia virtual procurou-se as experiências pessoais que emergem na comunicação mediada pelo computador, assim eliminamos o contato direto com o objeto de pesquisa e passamos a fazer uma análise dos fatos cotidianos das pessoas mediante ao que registra-se nos espaços virtuais, principalmente na palavra escrita e nas imagens que nos mostraram diversos contextos e formatos comunicativos (KOZINETS, 2014; MERCADO,2012). A observação virtual foi realizada no período de fevereiro a junho de 2017 em três comunidades no Facebook reconhecidas publicamente como

pertencentes a região do Grande ABC: A Casa do Hip Hop de SBC, A Casa do Hip Hop de Diadema, e o Negra SIM. Nessas comunidades antirracistas focou-se, especialmente nas formas de mobilização dos ativistas negros para caracterizar inovações nas formas da comunicação social referentes as práticas do protesto político antirracista. Destacam-se os relatos, textos e material audiovisual criados e reproduzidos por meio das ferramentas comunicacionais, o padrão da interação entre os ativistas, e os motivos pelo quais são usuários e membros das comunidades. Concluiu-se que as "curtidas" (apreciações), comentários e compartilhamentos verificados na interação dos membros e a administradores tornou a mais particular do que pública, levando somente às pessoas de dentro das comunicação comunidades a interagirem com as publicações. Percebeu-se que os fluxos da comunicação nas redes sociais das comunidades selecionadas giram em torno de um mesmo segmento e sobre o único objetivo: o fidelizar seus membros, estimulando-os a uma maior participação em relação a causa. Por outro lado, constatou-se o seu efeito reduzido na captação novos seguidores as páginas.

O Filme Pantera Negra – entre a ficção e a valorização das espacialidades africanas - Ayana Kissi Meira de Medeiros (Secretaria Municipal de Educação). Resumo: Quando nos deparamos com abordagens sobre a África devemos nos atentar com a forma de como ela é contada. Quem a conta? E com qual intuito? Tanto nos escritos como nas imagens fixas encontradas em livros devemos desconstruir estas imagens e estas teorias numa perspectiva africana. A África é o berço das primeiras civilizações, o que pressupõe muitas escalas de ler e retratar o continente. E, dentro destas escalas, temos que considerar também os autores que propiciam tais leituras. Segundo dados trazidos por Carlos Moore (2005) a extensão territorial do continente equivale a 20% da superfície sólida da Terra, com uma topografia variada, habitada por grandes savanas, vastas regiões desérticas, altiplanos, planícies, regiões montanhosas e imensas florestas. Além de abrigar a convivência de mais de 2000 povos, é a mais longa ocupação humana de que se tem conhecimento (2 a 3 milhões de anos, aproximadamente) e, consequentemente, há a complexidade dos fluxos e refluxos migratórios populacionais. Apesar de todos estes dados, o que ficamos sabendo nos livros didáticos e em meios midiáticos é basicamente que, na África há miséria, guerras ou conflitos tribais, quando são no mais que disputas pelo poder político e econômico. Logo, conflitos, disputas e situações vulneráveis existem em vários países do mundo. Daí parte a grande frustração quando nos deparamos com livros didáticos e notícias relacionadas ao continente: a imagem dos africanos subjugadas e pejorativas limitadas a estes assuntos. Deste modo, é um grande desafio para a Geografia e a própria historiografia destacar a importância da África para o mundo contemporâneo, descolonizando-a. O historiador e o professor são os grandes agentes capazes de moldar a História que nos é contada, será mesmo que a África apresenta apenas aspectos negativos? E o que um filme da Marvel tem a ver com tudo isso? O filme, apesar de ser uma obra de ficção, retrata um mundo dentro da própria África, valorizando elementos culturais do continente. Quando se assiste ao filme é perceptível que se está retratando a África, evidenciando os aspectos ritualísticos, culturais, de vestuário, de organizações tribais, linguísticos e de riquezas naturais do continente. Esta valorização que o filme proporciona à cultura africana, é muito importante para instigar o conhecimento sobre as espacialidades de África, com isto, o trabalho vem a promover reflexões acerca da contribuição que produções audiovisuais fictícias podem ser enriquecedoras para área da educação no que tange as relações étnico-raciais e para a produção de novos olhares contemporâneos ao continente africano.

Os dois lados do espelho: A cobertura midiática e as publicações do coletivo negro Balanta no embate sobre as cotas na UFRGS - Deivison Moacir Cezar de Campos (ULBRA), Wagner Machado da Silva (PUCRS). Resumo: O presente artigo analisa a disputa por representação entre a cobertura dos jornais Correio do Povo e Zero Hora e as postagens no Facebook do coletivo negro Balanta sobre o acampamento na reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) contra alterações no processo de aferição étnico-racial de aprovados pelas cotas no vestibular. Insere-se, portanto, nos estudos de críticos da mídia, especificamente no debate sobre a abordagem pela imprensa dos movimentos sociais. Também aponta para o tensionamento do jornalismo, como lugar de saber, pelas mídias sociais. Utilizam-se como articuladores teóricos os conceitos mídia (SODRÉ, 2002), acontecimento jornalístico (SODRÉ, 2009) e valor-notícia (WOLF, 2003).. Quanto ao método, trata-se de um estudo documental, através da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Os objetos empíricos utilizados foram as matérias veiculadas nos dois jornais e as postagens de caráter informativo na página do Facebook do Balanta. O embate entre a Universidade e o coletivo estendeu-se por 10 dias, resultando em uma nova configuração no processo.

Racismo do tipo exportação: a presença de telenovelas brasileiras em Cuba - Ana Luiza Monteiro Alves (Universidade Federal Fluminense). Resumo: Esta pesquisa visa apresentar uma análise sobre a presença de telenovelas brasileiras em Cuba e tem como foco aprofundar conhecimentos sobre os discursos produzidos a partir das representações raciais contidas nestes produtos midiáticos. As telenovelas produzidas pelas principais emissoras do Brasil desde o ano de 1985, ocupam um lugar de destaque da grade televisiva cubana. A primeira a ser exibida foi Escrava Isaura, que teve índices de audiência altíssimos e garantiu a permanência das novelas brasileiras na programação da TV cubana. Ao longo dos quase 35 anos de presença deste produto na Ilha, foram exibidas diferentes histórias, nas quais a população negra não contou com grande diversidade de representação. A maior parte das narrativas mantinham negros e negras em papéis subalternos e à margem da sociedade. De forma contraditória, podemos observar como esse produto midiático não dialoga com o discurso oficial do governo e dos canais cubanos, que foram nacionalizados em 1959, após a vitória da Revolução Cubana. Esse discurso é pautado principalmente na igualdade de direitos e oportunidades. Nesse contexto, podemos supor que de algum modo as novelas brasileiras estão presentes e são autorizadas a difundir um modo de vida capitalista, a fomentar o consumo de bens materiais, assim como a reforçar representações racistas. Apesar disso, estas telenovelas permanecem no ar, sendo exibidas no horário nobre, tem uma grande popularidade e, indo além, influenciam nas representações que cubanos estabelecem sobre o Brasil e sobre si enquanto povo. A partir deste contexto, esta pesquisa pretende analisar a presença das telenovelas como um fenômeno produzido e que afeta cubanos e cubanas de diversas raças, idades e posições sociais. Com isso, a investigação tem como principal objetivo, complexificar, contextualizar e analisar os discursos e significados produzidos por diferentes grupos sociais daquele país sobre as representações construídas socialmente, em

especial sobre as rupturas e ao mesmo tempo as contradições impostas por um cenário onde o nacionalismo cubano apresenta disjunções com tais processos de abertura social. Estão imbricados aspectos das relações raciais, de gênero e ainda de hábitos de consumo.

Zózimo Bulbul: Alma no olho em cena, a arte cinematográfica do negro sobre o negro - Elaine Aparecida Rodrigues Campos (Secretaria Estadual de Educação do Paraná). Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o Cinema Negro de Zózimo Bulbul, responsável por inaugurar o cinema negro no Brasil. Para tratar do cinema de Zózimo, o corpus selecionado foi seu filme de estreia, o curta-metragem Alma no Olho, de 1973. Com duração de onze minutos e cinco segundos, realizado totalmente em preto e branco e filmado integralmente em um estúdio branco, o filme apresenta Zózimo contando a saga do negro, representada por várias personagens, somente pela via da expressão corporal. É um filme de poderosa força metafórica e performática e pioneiro na linguagem experimental, visto que não há diálogos na produção. Para maior entendimento do corpus, compreendeu-se necessária uma breve visita à biografia do autor, uma vez que sua trajetória como um homem negro, consciente de sua negritude, militante e artista inquieto, o levou a combater, no seu fazer artístico, o racismo sofrido na pele. Para essa contextualização biográfica, utilizou-se como aporte o livro Zózimo Bulbul Uma Alma Carioca, pequena biografia lançada postumamente (entre 2014 e 2016), organizada pelo cineasta Jefferson De e a esposa de Zózimo Bulbul, Biza Vianna. A partir de Alma no olho, objetiva-se especificamente produzir alguma reflexão sobre a estética negra na linguagem fílmica e sua relevância para a construção de uma identidade negra combatente ao racismo no espaço cinematográfico e no cenário sociocultural. Analisar cinema negro é elaborar um pensamento crítico sobre representação, uma vez que esse cinema constrói uma imagem dos negros pelos próprios negros. Assim, para melhor conduzir a análise, utilizou-se a teoria desenvolvida por Stuart Hall na obra Cultura e Representação, de 2016, no qual o autor produz uma pesquisa acerca do poder da representação no interior das sociedades, e como essa representação afeta as relações sociais positivamente e negativamente. Além da obra de Hall, a análise cinematográfica de Bulbul foi feita sob à luz do livro da escritora e psicanalista Neusa Santos Souza, Torna-se Negro: ou as vicissitudes da identidade do Negro brasileiro em ascensão social, de 1983, partindo do entendimento de que existe uma ressonância entre o Cinema Negro e a obra de Santos, especialmente no que se refere à possibilidade de construção de um "discurso negro sobre o negro". Dito isto, este trabalho tem como objetivo geral produzir alguma análise sobre a força da representação por meio da linguagem fílmica construída por Zózimo Bulbul, na tentativa de fomentar identidades negras contestadoras do discurso racista que historicamente acompanhou os sujeitos negros.

"A Afirmação do Brasil": Ressignificação, positivação e afirmação da identidade e do pertencimento pelo viés do cinema negro e da afromusicalidade - Helio Lucio dos Reis Ventura (CEFET-RJ), Roberto Carlos da Silva Borges (CEFET/RJ). Resumo: Os obstáculos na abordagem de temáticas referentes às relações étnico-raciais ainda são um desafio a ser vencido pela escola, principalmente de forma plena, sem lacunas e não estereotipada. Como trabalhar então tais temas de forma que despertem o interesse e, mais que isso, a sensibilidade de jovens que introjetaram e naturalizaram práticas discriminatórias desde a infância, presentes nos discursos vivenciados nos espaços de convivência social e reforçadas pelos meios de comunicação de massa?! É justamente esta a motivação maior deste trabalho. Uma composição tripartite entre legislação/educação/arte pode render resultados bastante produtivos, sendo a educação o pilar de sustentação do desenvolvimento cognitivo e intelectual, a arte unindo o cultural e o lúdico, proporcionando leveza à aquisição de conhecimento, e a legislação dando o aporte jurídico e legal para que se cumpra da melhor maneira possível o que for de melhor para atingir resultados que favoreçam a toda a sociedade. Tendo por referência Joel Zito Araújo e seu documentário "A Negação do Brasil", o objetivo da pesquisa é inverter a lógica e falar da afirmação e empoderamento da população negra, verificar o impacto do discurso objetivo contido em filmes do chamado cinema negro e em letras de músicas sobre a temática afro na formação identitária de jovens discentes (afrodescendentes ou não) no ambiente escolar. Dessa forma, ao invés de nos limitarmos a fazer uma análise de estereótipos raciais do negro presentes nas produções cinematográficas e nas letras de músicas, buscaremos compreender a função sócio-histórico-político-pedagógica de narrativas encontradas em filmes e músicas para a alteração do modelo social brasileiro de hierarquia racial, tendo por base uma identidade discursiva (ethos) antirracista. Nessa perspectiva, o intuito seria observar a receptividade, o impacto e a eficiência dos filmes e das músicas na desconstrução de estereótipos e afirmação de uma identidade ressignificada e positivada através de ferramentas a priori mais facilmente aceitas e, assim, construindo criativamente diálogos contextualizados com a realidade sociocultural brasileira e levando em conta os conhecimentos produzidos pelos sujeitos sociais em suas realidades sociais, culturais, históricas e políticas. A metodologia prevê observação participante sistemática em 2 escolas públicas estaduais do município de Duque de Caxias, debates em grupos de estudantes, além da observância da experiência de professores e outros profissionais sobre os temas referentes à questão étnico-racial, identidade e multiculturalismo nas escolas observadas.

"A Negra de..." de Ousmane Sembène tem voz e fala: narrativas negras de resistência - Natália Luiza de Souza (UFPR), Nelson Rosário de Souza (UFPR). Resumo: A 'Voz do Cinema Africano pelo próprio Cinema Africano' sintetiza os ideais de Ousmane Sembène, cineasta senegalês considerado o fundador do cinema negro africano. No ano de 1960 têm início as lutas pela independência em grande parte do continente africano, período que marca também a movimentação de alguns cineastas africanos para a reconstrução de uma identidade nacional positivada da África. A intenção do artigo é compreender como ocorrem as disputas por representação, principalmente, a respeito da identidade nacional e da cultural africana nas filmografias. O objeto de análise é "A Negra de...", filme de Sembène de 1966, e que tem como tema central a história de Diouna, uma jovem senegalesa que foi levada à França pelos patrões que a empregavam em Dakar. Ela foi atraída com inúmeras promessas para o território estrangeiro onde seus dias de horror se iniciam. A obra em tela é um marco na abordagem de temas que serão recorrentes nas próximas gerações de cineastas me África: análise do sistema colonial, exame da nova burguesia africana emergente, a vida urbana sob um olhar associado à valorização da tradição e a crítica à condição da mulher africana. A metodologia aplicada é análise de conteúdo sobre as disputas discursivas combinada com a análise de imagem. As questões que orientam a investigação são: de que maneira Ousmane Sembène se coloca frente às disputas discursivas por representação das culturas

africanas tendo como pano de fundo a colonização, a exploração capitalista e a prática de resistência? Quais características da sua linha discursiva quanto ao processo de afirmação identitária e de reconstrução da cultura? O cinema é uma ferramenta satisfatória para se alcançar esses objetivos? Em um primeiro momento o filme transparece uma relação aberta de exploração dos brancos contra negros, que no limite revela uma escravidão, e na sequencia coloca em questão a condição geral que enfrentam os imigrantes negros africanos no pós-independência, revelando um novo modo de neocolonialismo. Os principais teóricos que alicerçam esse debate são Frantz Fanon, filósofo martinicano, Stuart Hall, sociólogo jamaicano, o livro "Filmes da África e da Diáspora: objetos de discurso" organizado pelo estudioso de cinema Mahomed Bamba e a revista "África, Cinema: um olhar contemporâneo" organizado pelo cineasta Joel Zito de Araújo.

"Dandaras Conectadas": A Rede de Ciberativistas Negras-CE como estratégia de fortalecimento da Luta Antirracista. - Mona Lisa da Silva (UNILAB). Resumo: As Novas tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) se tornaram instrumentos importantes de articulação e mobilização social, possibilitando para os movimentos sociais novas formas de ativismo. A saber, o ativismo em rede ou ciberativismo – que pode ser entendido como o conjunto tanto de práticas como de estratégias e ações que são realizadas a partir da internet –. Isso posto, este artigo busca perceber a importância do ciberativismo para os movimentos sociais na contemporaneidade, tendo como foco desta pesquisa o Núcleo Cearense da Rede de Ciberativistas Negras. Para se chegar nos objetivos propostos, a metodologia utilizada na pesquisa é a de cunho qualitativo. Sendo assim, segue o método etnográfico, onde o trabalho de campo e observação participante são as principais estratégias metodológicas para o recolhimento de dados (Eckert e Rocha, 2013). Alinhado a isso, seguiu-se também, para o método de etnografia em ambientes online ou netnografia de Robert V. Kozinets (2014).

Sessão Temática 21. Artes Visuais, música, dança e identidades negras: contextos educativos de produção e afirmação de identidades, acervos e circulação

A criação artística como um processo liberta-dor: afrodiasporicos, quilombo e os atravessamentos poéticos afetivos - Ana Carolina Costa dos Anjos (Universidade Federal de São Carlos). Resumo: Como resultado de uma experiência de reinventar um lugar de humanidade o texto apresenta resultado de pesquisas realizadas sobre o povo de Mumbuca, quilombo sediado no Estado do Tocantins – Brasil, culminando em uma produção artístico performativa. Para isso, escolhemos o percurso que apresenta, primeiramente, um breve histórico da comunidade e, em seguida, aborda a produção artística desenvolvida sobre o quilombo tocantinense, relacionando toda produção artístico-criativa ao processo de de(s)colonização da população da diáspora africana brasileira por meio da obra performativa intitulada Mumbuca, pela perspectiva da valorização de cultura e identitário deste povo. Para isso, respalda-se nas experiências estéticas do Atlântico Negro daqueles que abriram os caminhos, e receberam tradução sistematizados em discurso cientifico por Gilroy (2007;2017), ademais experimenta a criação por atravessamentos poéticos afetivos (COHEN, 2002; PINO, 1997; RÀNCIERE, 2002) e a descreve com intuito de avançar nas produções estéticas liberta-dor-as.

A invisível luz que projeta a sombra do agora: gênero, artefato e epistemologias na arte contemporânea brasileira de autoria negra. - Janaina Barros Silva Viana (Universidade de São Paulo). Resumo: A pesquisa de doutorado A invisível luz que projeta a sombra do agora: gênero, artefato e epistemologias na arte contemporânea brasileira de autoria negra (2018), realizada no Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo (PGEHA- USP), possui como debate a proposição de aspectos da experimentação em artes visuais pautada no papel do autor e pelos discursos traçados pelas relações de identidade e alteridade na arte contemporânea. O retorno à ideia do artista como autor e a individualização dos critérios artísticos ao longo do século XX e XXI tornam-se fundamentais para discutir visualidades em busca de redefinição e formas de protagonismos no cenário artístico como é o caso de produções associadas diretamente ao epíteto arte afro-brasileira. Neste sentido, referem-se sobre produções múltiplas em temas, linguagens, discursos e estratégias de leituras. Traça-se um breve panorama sobre uma cena de autoria negra e seus trânsitos em espaços institucionais nas últimas décadas. Além de apresentar como recorte, a leitura da própria pesquisa visual. Tem-se como interesse, refletir sobre a construção de epistemologias a partir do debate de gênero e artefato na arte contemporânea. Assim, destacam-se nesta discussão os trabalhos de Rosana Paulino, Sonia Gomes e Lidia Lisboa. O artefato aparece nesta escrita como performance e método: escrita contranarrativa, memória e gesto político. A pesquisa apresenta como problemática os lugares de fricção em relação às terminologias instauradas, as condutas estéticas e éticas na arte contemporânea e suas epistemologias. Por que quando abrimos um livro de história da arte brasileira o epíteto arte afro-brasileira não aparece como debate acerca de uma história da arte não hegemônica? Por que essas produções não hegemônicas encontram-se contadas constantemente de certa maneira? Por que é necessário nomear determinadas produções a partir de seus autores e seus lugares sociais? Qual a relevância em sinalizar a origem étnica de uma autoria numa dada forma poética dentro de um contexto histórico e político? De que modo num discurso visual, está implicada a construção de gênero e os modos operativos sinalizadores dessa condição? Quando estas autorias falam por si? Quais autorias são consideradas pertinentes considerando o campo da produção, da crítica, da história da arte e da curadoria? Por que determinadas autorias são menos citadas?Qual o lugar possível de legitimidade delas? Qual tipo de mapeamento tem sido realizado sobre estas autorias? Quais são as estratégias possíveis de reescritas de contranarrativas? De que maneira nós construímos os nossos olhares e nossas perspectivas nesta encruzilhada sobre a ideia de história e universalidade?

Arte Afro-brasileira e Africana : uma experiência de ensino em curso de extensão - Cristina Pierre de França (COLEGIO PEDRO II). Resumo: Este texto apresenta uma reflexão acerca da Arte Africana e Brasileira. Nasce do incômodo relacionado a uma prática pedagógica em vários níveis, que limita a compreensão das produções africanas quase que exclusivamente, a exibição das máscaras e esculturas, apresentadas de maneira unívoca e atemporal, sem definição de funções, usos e localização geográfica dos artefatos mostrados. Esse desconforto foi responsável pela criação de um curso de extensão no Colégio Pedro II dirigido à professores do ensino básico, denominado Arte e Patrimônio II: Patrimônio e Contemporaneidade Arte Afro-brasileira e Africana, o qual apresenta proposições relacionadas à indagações

sobre a arte afro-brasileira e africana, tanto em termos de sua historicidade, quanto em termos de sua terminologia e estética. O curso tem como objeto a investigação e apreciação tanto da produção artística afro-brasileira (desde nossa colonização até a contemporaneidade), quanto da pesquisa imagética acerca da Arte Africana tradicional e contemporânea. Um primeiro propósito foi o de ampliar os limites tradicionalmente impostos à essa produção artística, ao incluir na ementa do curso, os meios modernos e contemporâneos ao repertório tradicional dessas concepções plásticas. A escolha relaciona-se a necessidade de superar a concepção de arte estratificada e cristalizada no tempo, que via de regra é atribuída a Arte Africana e que contribui para que esta seja mantida sob a condição de primitiva – atemporal e unitária. Dessa forma o curso contribui para compreendê-la como construção humana em contínua transformação, que conecta subjetividades, inovações e pertencimento presentes em todas as civilizações e grupos da humanidade. Com referências que transitam no campo da arte, da estética e da antropologia que incluem nomes como Emanuel Araújo, Roberto Conduru e Raul Lody, entre outros. Teóricos que contribuem de forma significativa no campo em questão, utilizamos também fontes videográficas como o Museu de Arte de São Paulo (MASP) que disponibilizam seminários, encontros, comentários sobre obras de arte em que o tema é discutido, assim como textos impressos e iconográficos encontrados na rede sobre Arte Africana e Afro-brasileira tradicional e contemporânea.

Conexões Afroamazônidas - arte e culturas híbridas, diálogos interculturais - Júnia de Barros Braga Vasconcelos (Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará), Rita de Cássia Cabral Rodrigues de França (Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará). Resumo: O projeto CONEXÕES AFROAMAZÔNIDAS - arte e culturas híbridas, diálogos interculturais tem como objetivo promover a valorização dos saberes e fazeres artísticos dos sujeitos afroamazônidas por meio de um diálogo intercultural, com vistas a favorecer a superação do racismo, do preconceito e da discriminação através da formação de um sujeito que é crítico em relação ao seu contexto, valorizando sua identidade e respeitando as diferenças. Traz como escopo desenvolver ações em torno da reflexão sobre o espaço da África e das africanidades na educação básica diante do desafio de implementação da Lei 10.639/03, e sobre a necessidade de valorização desta a partir de uma abordagem intercultural no ensino de arte, propondo-se a lançar um olhar perscrutador sobre as obras de arte de maneira a garantir a problematização, a reflexão e a valorização da cultura africana e afro-brasileira no processo de construção de uma identidade intercultural do aluno amazônida, bem como a produção artística dos atores envolvidos no projeto. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003, atualizada pela Lei nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina que o ensino da História e cultura africana e indígena devem ser inseridos nos currículos em específicos das disciplinas de arte, literatura e história. Dessa forma, é fulcral desenvolver projetos alterando e incluindo no currículo a verdadeira história das contribuições das etnias principalmente de matrizes africana e indígena para a formação do povo brasileiro, especialmente no social, na economia e na cultura. O (re)conhecimento da história, cultura e contribuições desses povos para o desenvolvimento do país, favorecerá o respeito à diferença e, com isso, a superação do preconceito, da discriminação e das desigualdades. O estudo metodologicamente é de cunho qualitativo, desenvolvido em duas etapas: a primeira uma pesquisa bibliográfica, com a literatura especializada para diversidade cultural com Candau (2009), sobre as culturas hibridas afroamazônidas, a partir do conceito de Cancline (1998 e 1999,), sobre o trato com o conceito de identidade cultural, com Hall (2003), com a questão ético-racial os autores Munanga (2004), Coelho (2009, 2014) e Gomes, propondo-se a lançar um olhar sobre obras de arte afroamazônidas de maneira a garantir a problematização, a reflexão e a valorização da cultura africana e afro-brasileira no processo de construção de uma identidade. A segunda etapa é o trabalho in lócuo com artistas da comunidade quilombola de Abacatal, cujos resultados são embrionários.

DA PALETA ÀS ENTRELINHAS: vida e obra de Tomás Santa Rosa Jr. (1909-1956) - Thiago Brandão da Silva (Escola Estadual Cidadã Almirante Saldanha - Governo do Estado da Paraiba). Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo evidenciar o protagonismo negro do artista-multifacetado do mundo das artes visuais, Tomás Santa Rosa Jr. cujo ano de seu natalício (Paraíba/Brasil) e de seu falecimento (Nova Deli/India) datam respectivamente (1909-1956). Este, que esteve inserido em importantes ciclos intelectuais na construção sociocultural e nos trâmites da política-artística, do Brasil república, em sua primeira metade do século XX. A atmosfera vivenciada (temporalidade 1930-1950)por ele fio palco de ebulições das politicas-culturais;projetos institucionalizados na busca das raízes da nação brasileira.O olhar pinturesco do artista está registrado em dezenas de capas de livros, cenários , murais, quadros, decorações carnavalescas, gravuras e ilustrações. Santa Rosa, atuou enquanto programador visual, cenógrafo, decorador, redator, pintor, além de professor e crítico de arte. Na capital federal (Rio de Janeiro) colaborou com a criação do grupo teatral que pode ser considerado também enquanto uma associação negra, Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944. Motivado pelo espirito da segunda geração do movimento modernista (1930-1945), desenvolvia conceitos que retratavam a realidade brasileira em paralelo ao ideal do universal. O seu anonimato e a sua invisibilidade enquanto uma experiência biográfica negra não condiz com sua trajetória de vida, já que esteve ocupando nos governos Vargas (1930-1945; 1951-1954) funções estratégicas da política cultural vigente, tais como: técnico da Iconografia da Biblioteca Nacional, Desenhista do Ministério da Educação e Saúde e do Departamento Gráfico do Jornal Nacional, secretário-geral do Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Unesco), secretário-geral da Comissão Nacional de Teatro, Diretor do Conservatório Nacional de Teatro, entre outras. Suas pinceladas fomentam o entendimento de uma cultura histórica e são o timoneiro da presente pesquisa, que visa adentrar nas entrelinhas de suas memórias imagéticas, estáticas em si mesmas. Analisaremos suas representações, provas testemunhais de um presente vivido, de um período histórico, levando em consideração os debates em torno das questões da identidade nacional. Buscaremos ressaltar nos registros estéticos do artista, suas africanidades. De modo que, interpretaremos à guisa comparativa duas imagens encontradas em quadros de sua autoria externados em tempos históricos diferentes são elas:Quatro mulheres (1939); A Festa (1952). O esquadrinhamento de ambas se dará através do processo iconológico desenvolvido pelo historiador da arte Erwin Panofsk; trataremos-nas por meio da decomposição e reconstrução histórica, para assim documentalmente fundamentar seu testemunho ocular, suas intenções e motivações artísticas nas produções da cultura visual.

EM CENA - As artes Cênicas Negras - Gilmara Cláudia Silva (UNEB). Resumo: Trata-se de uma pesquisa em andamento para construção de uma Bibliografia Crítica das Artes Cênicas Negras que reúna fortuna teórica e metodológica sobre o Teatro, a Dança, o Circo, a Ópera e a Performance bem como sua interface com diversas áreas do conhecimento realizada por pesquisadores/as negros ou sobre a cena negra e publicada em livros, cordéis, revistas, jornais, blogs, sites, anais de congressos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que serão disponibilizados em plataforma virtual a ser definida com objetivo de democratizar o conhecimento produzido sobre as Artes Cênicas negras para estudantes, professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Entre resistência e laços de afeto: Uma análise de acerca da obra Redemption de Mary Evans - Victória Tolledo Munhóz (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Resumo: O presente trabalho é uma reflexão dos significados e impactos da obra Redemption da artista nigeriana Mary Evans exposta na 11º Bienal do Mercosul – O Triângulo Atlântico, na cidade de Porto Alegre, RS. Na obra têm-se a representação de diversas pessoas negras em escalas que iniciam em tamanho real onde se encontram em momentos de lazer no parque da Redenção, localizado em uma área nobre da capital gaúcha e muito pouco frequentada por pessoas negras, devido à gentrificação e higienização da cidade. O bairro onde é atualmente situado o parque já foi conhecido por Colônia Africana onde fora composto por negros libertos no século XIX mas na atualidade tem pessoas negras ocupando majoritariamente postos de submissão e prestação de serviços, uma história que não é contada nas salas de aula da capital, muito menos nas escolas do entorno do parque. Tomo como foco explorar os motivos pelos quais a obra se destaca para além da estética e a forma com a qual a artista do continente africano que tem como essência nas suas obras a cultura popular negra, conseguiu dialogar tão bem com o espaço cujo qual a exposição se localizava mesmo sem ter conhecimento prévio do histórico de branqueamento da cidade. O segundo eixo tem como objetivo observar e dialogar o discurso da artista com a produção da intelectual bell hooks em relação ao afeto entre as pessoas negras, principalmente as mulheres e a forma com a qual as trocas afetivas foram negadas para as mesmas em um processo desumanizador e colonizador dos corpos e as práticas afetivas e na medida em que não demonstrar sentimentos passou a ser uma das formas de resistência apresentadas pelas pessoas então escravizadas com a prática de reprimir os sentimentos como estratégia de sobrevivência e que se manteve como um aspecto da vida dos negros após escravidão. Uma das maiores reações dos visitantes foi justamente o estranhamento em se deparar com pessoas negras realizando atividades comuns entre si, como por exemplo, uma mãe trançando a filha ou duas pessoas conversando no parque. A representação de pessoas negras trocando afetos entre familiares ou amigos destoa do comum representado pela televisão nas novelas globais ou do cotidiano de espaços frequentados por pessoas brancas classe média alta, como por exemplo, os grandes museus de arte. Espera-se por fim, refletir acerca dos objetivos e resultados almejados com a obra em relação às expectativas da artista "Eu quero que as imagens sejam acessíveis e confie em elas serem facilmente lidas. Eu sinto assim que sou capaz de construir motivos simples, mas poderosos." (EVANS, 2018). Tendo com isso a possibilidade de reflexão acerca do alcance da equipe educativa da exposição e a sua importância para facilitar o diálogo entre a população negra de PoA e a arte contemporânea.

Escrevivencias: Escritas corporais de mulheres ao Vento - Andreza da Silveira Jorge (empregada MEI). Resumo: O presente artigo visa mostrar a importância e a potência de criar espaços para estimular e possibilitar as diferentes formas de escrever história de mulheres negras e faveladas sobre suas próprias vidas partindo da analise da atuação de um projeto social comunitário chamado Mulheres Ao Vento que acontece em um território de favela, que criou coletivamente dois espetáculos cênicos usando a dança e o resgate cultural e histórico para criar e produzir. Com inspiração nas escritas literárias de Conceição Evaristo e Glória Andalzua surge a possibilidade de escrita do corpo e a noção de corpo - linguagem como conceitos chaves para marcar através do fazer dança a urgência e a necessidade de mulheres negras e faveladas ocuparem seu lugar de fala na produção, na resistência e na visibilização de seus conhecimento, culturas e saberes ancestrais, produzindo discursos contra hegemônicos, criando fontes de representatividade, resgatando epistemologias a partir das suas histórias familiares, tornando o projeto social um espaço para pensar e produzir conhecimento a partir das vivências das mulheres negras e faveladas da Maré objetivando também a disputa do entendimento de fazer e produzir cultural hegemonicamente e assim democratizar o acesso e visibilizar novos olhares sobre o fazer e produzir cultura.

Esta Extinta a Escravidão: Estética Coreográfica do Corpo Negro na Composição da Comissão de Frente da G.R.E.S. Paraiso do Tuiuti 2018 - Jesse da Cruz (Furb). Resumo: Este trabalho foi tecido a partir da temática assumida pelo samba enredo da G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti no desfile das Escolas de Samba do grupo especial do Rio de Janeiro 2018. Foi analisada a composição coreográfica da Comissão de frente cujo foco da composição coreográfica é corporeidade e estética, com trabalho baseado na "Liberdade" referente à "Lei Aurea", enfatizando a articulação do corpo negro, a fé, as manifestações ancestrais e a representatividade de entidades de religiões de matriz africana, representada pelos corpos do "Preto Velho" na avenida, assim como sua relação na identidade étnica no decorrer do desfile na "Marquês de Sapucaí". Realizou-se a análise a partir de três aspectos: pesquisa, ancestralidade, linguagem cenográfica. O trabalho coreográfico criado para a Comissão de frente tem grande importância para a valorização da história ancestral afro-brasileira, por muitas vezes negligenciada, embranquecida e invisibilizada. A construção do espetáculo em cena possibilita discutir a criação plástica para o corpo negro na cena. Discute-se que as percepções estéticas foram elaboradas a partir de um território fecundo e alicerçado em uma concepção colonial. Nesse sentido, o carnaval dá voz para milenares linguísticas, patrimonial, cultural, de valores ancestrais afro-brasileiro, sucumbido a mediar, fomentar a arte. O espetáculo provoca questões cidadãs, relações étnico-raciais diante da arte, cultura, que, nesse show brasileiro, ilumina inúmeras vidas da comunidade do Bairro de São Cristóvão no Moro do Tuiuti na cidade do Rio de Janeiro. Ao final deste percurso, ainda fica a pergunta: E a tal liberdade? E a tal escravidão, está extinta? Ou se move entre nós de outras formas, com outras vestimentas...? Caminhando pelas ações criadas (pesquisa, ancestralidade, linguagem cenográfica) para qualificar a pesquisa e navegar sobre um olhar artístico, dialogamos com a corporeidade da senzala, do terreiro de religiões de Matriz Africana assim como se suas relações e do processo de hibridismo cultural conectada durante os anos sofridos que nos fazem lutar para o pertencimento, a representatividade, a valorização e principalmente a fomentação da Identidade Afro-Brasileira.

Experiências de uma professora de Artes Visuais com a lei 10.639/2003 - Karyna Barbosa Novais (Universidade Federal de Goiás). Resumo: Ao iniciar a escrita da dissertação de mestrado em Arte e Cultura Visual (ACV), pela Universidade Federal de Goiás (UFG), relembrei e recuperei as experiências que obtive como professora da educação básica nas escolas públicas de Minas Gerais, com a aplicação da lei 10.639/2003. Mais que um relato de vida cheio de lacunas e narrativas incompletas, tive o cuidado de não me fiar apenas nas lembranças. Procurei construir uma pesquisa que evidencie algumas de minhas experiências profissionais, mas também, que busque se localizar no tempo e espaço vividos na escola, além de situá-la diante de referências de autores que dialogam com a educação para as relações étnico-raciais como Kabenguelê Munanga e Nilma Lino Gomes, em "Superando o Racismo na escola" (2005), e na educação da cultura visual com Ana Mae Barbosa em "Arte/Educação Contemporânea", (2001). O objetivo de minha pesquisa de mestrado é realizar uma interlocução entre o ensino de Artes Visuais e minhas experiências pedagógicas com a aplicação da Lei 10.639/2.003 na disciplina de Artes Visuais, registrando seus possíveis desdobramentos e contribuições para a educação das relações étnico-raciais. Neste contexto, buscarei apontar neste artigo algumas das atividades desenvolvidas no planejamento anual realizado em 2015, na disciplina de Artes Visuais, na escola Municipal Professor Jacy de Assis, em Uberlândia – MG, alguns elementos do trabalho de campo realizado na mesma escola no segundo semestre de 2017 e as contribuições dessas investidas para a educação das relações étnico-raciais nas Artes Visuais. Assim, esse artigo procura contribuir também para a tentativa de responder à pergunta central da minha pesquisa de mestrado: como o ensino de artes visuais pode dialogar e contribuir para a educação das relações étnico-raciais numa escola pública municipal de Uberlândia, MG? No desenvolvimento metodológico desse trabalho, tomo como referências "A Pesquisa-ação" com René Barbier (2002), Marli Eliza Dalmazo Afonso de André em "Etnografia da prática escolar" (1995), Ivone Mendes Richter em "Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais", (2003) e Marcus Banks em "Dados visuais para pesquisa qualitativa". Essas ferramentas que foram importantes para a realização do trabalho de campo e serão utilizadas na análise da produção visual realizada na Escola Municipal Professor Jacy de Assis, em Uberlândia – MG, ao final da pesquisa de mestrado que encontra-se em fase preparatória para a qualificação.

Heitor dos Prazeres – Arte, luta e resistência negra - Sirlene Ribeiro Alves (SME RJ / Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Resumo: O presente trabalho problematiza a visibilidade de artistas negros em nossa sociedade, de uma forma ampla, nas artes visuais e no universo escolar, através da análise da vida e obra de Heitor dos Prazeres. Artista negro, de família humilde, sua história representa a trajetória de sobrevivência, luta e resistência da população negra no cenário urbano carioca. Pela música alcança prestígio, e em suas pinturas representa à cultura afro, em suas nas rodas de sambas, no carnaval, no terreiro, na favela, no subúrbio e em sua gente negra. Mesmo tendo reconhecimento internacional, através das artes visuais, Prazeres carregou certas tipificações (primitivo, naïf, ingênuo) que demonstram o preconceito existente com relação à produção de artistas negros. Assim, este estudo pretende possibilitar uma nova forma de compreensão do trabalho negro na constituição de nossa arte, história e identidade.

Identidade, coletividade e memórias negras e afrobrasileiras no Rio de Janeiro do século XXI, pelo viés do samba mirim - Vanessa Dupheim Pinheiro (SME RJ). Resumo: O artigo investiga a presença da identidade, coletividade e memórias negras e afrobrasileiras do Rio de Janeiro, no século XXI, pelo viés carnavalesco das Escolas de Samba Mirins. Neste contexto a (re)constituição da identidade e da memória negra e afrodescendente, e ainda, de uma coletividade que possui representatividade é presente no samba mirim carioca. Possui como suporte teórico: Stuart Hall, Muniz Sodré, Paul Gilroy, Paul Zumthor, Maurice Halbwachs, Mikhail Bakhtin e Michel Foucault.

Narrativas Negrascendentes nas Artes Visuais: YABARTE e a produção feminina negra contemporânea - Eliana Barbosa de Amorim (UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI), Maria Claudineide Alves Macêdo (Universidade Regional do Cariri-URCA). Resumo: O artigo visa apresentar os objetivos e contribuições do Projeto de Pesquisa YABARTE: Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos, para o contexto cientifico de produção de conhecimentos e a construção da história da arte brasileira. O nome do projeto surge da junção da palavra Yabá e Arte, tornando-se YABARTE. As Yabás são as orixás, deusas oriundas do povo Iorubá, que está localizado entre a Nigéria e o Benim. Essas orixás femininas também são mães, por isso o uso da palavra gestacionais como subtítulo. O projeto funciona dentro do grupo de pesquisa NZINGA- Novos Ziriguiduns Internacionais e Nacionais Gerados nas Artes Visuais/CNPq, liderado pela Dra. Renata Felinto, docente do curso de licenciatura em Artes Visuais do Centro de Artes/URCA. Em seu cerne, o NZINGA faz-se local de acolhimento de investigações e iniciativas que contemplem as produções dos grupos tidos como "excluídos" dentro de alguns segmentos sociais, étnico-raciais e sexuais nos protagonismos registrados e propagados pelas narrativas hegemônicas nas histórias das artes visuais, nas quais estão sub-representadas as mulheres, os afrodescendentes, os indígenas e que considerem orientações e identidades de gênero diversas da normativa. Neste sentido, o YABARTE surge com o intuito de mapear, visibilizar e organizar, as produções negrascendente femininas de artistas brasileiras atuantes na contemporaneidade, sem limite de idade e que tenham uma produção artística de relevância estética, conceitual e poética. Realizamos um levantamento de mais de 130 artistas de distintas idades, regiões, técnicas e procedimentos artísticos. Junto a este levantamento estão sendo organizadas informações biográficas e processuais, textos e imagens que serão utilizados na produção de artigos/verbetes e de um catálogo que contará com o material elaborado pela pesquisa.

O batuque de umbigada de Capivari-SP na ocupação de diferentes espaços: resistência e (re)existência negra - Lorena Faria (Instituto Federal de São Paulo). Resumo: A proposta de comunicação em tela tem por objetivo apresentar os resultados parciais de pesquisa de doutorado em andamento na Universidade Federal de Uberlândia, acerca do Batuque de Umbigada de Capivari (SP), manifestação cultural de tradição bantu trazida ao Brasil no contexto da diáspora por negros e negras escravizadas vindos de diferentes regiões de Angola e dos dois Congos (BUENO; TRONCARELLI; DIAS, 2015). O Batuque de Umbigada esteve presente em mais de vinte municípios

do oeste paulista e atualmente resiste em cerca de seis cidades: Capivari, Tietê, Piracicaba, Rio Claro, São Paulo e Barueri, onde as apresentações envolvem diferentes subsistemas artísticos – as letras, música, dança e figurino do Batuque formam um amálgama, numa rede simbólica de ricas e amplas significações, a combinar linguagens e simbologias que remetem à ancestralidade africana, através do toque de tambores e de umbigos na performance, bem como dos ritos anteriores à execução da dança, envolvendo a aproximação dos tambores ao fogo para afinação desses instrumentos. Além disso, a Umbigada ou Tambu, como também podemos denominar essa manifestação, configura-se, desde sua vinda ao Brasil em meados do século XIX, como uma forma de autoinscrição e afirmação das identidades negras, seja por meio da ocupação de diferentes espaços pela população afro no interior de São Paulo, seja pela reflexão acerca dos processos de escravização e da luta e resistência dos povos escravizados, expressa pelas modas entoadas por diversos mestres e mestras batuqueiras. Essa luta e resistência estão evidentemente presentes sobretudo no processo histórico de inserção do batuque nos espaços coletivos: ao longo do tempo, os toques do principal tambor utilizado na Umbigada – o tambu – representaram desde um método alternativo de comunicação para planejar processos de fuga dos povos escravizados até uma "ameaça à ordem social", na década de 1960, quando o poder público de alguns municípios do oeste paulista chegou a proibir o Batuque no perímetro urbano. No entanto, os tambores ancestrais não deixaram de ecoar e as vozes batuqueiras continuaram e continuam buscando seu lugar de reconhecimento – haja vista a mobilização coletiva nos municípios onde ainda há a Umbigada, que levou à realização de diversos projetos. O mais recente, em andamento na cidade de Capivari, tem ensinado nas escolas os fundamentos do Batuque a crianças e adolescentes de diferentes regiões. A pesquisa acadêmica em desenvolvimento, por sua vez, procura abordar esse panorama por meio do método cartográfico, indo desde a realidade geográfica que compõe a região onde se situa o Batuque, passando pelas questões sociais até chegar na análise das identidades e simbologias envolvidas nessa manifestação.

Otacílio Camilo(1959 - 1989) – Estética da Rebeldia - Izis Tamara Mineiro de Abreu (Ativista indepentente). Resumo: A proposta de comunicação visa dar visibilidade à produção de Otacílio Camilo Lara (1959 - 1989) – artista afro-gaúcho que morreu prematuramente aos 30 anos de idade. Otacílio foi um artista intermídia, interdisciplinar e com uma extensa produção gráfica. Conquistou relevantes prêmios em concursos de arte, mas não era reconhecido no sistema das artes gaúcho, de modo que sua trajetória artística, que se deu entre os anos de 1980 e 1989, passou por um processo de esquecimento e sua produção encontra-se invisibilizada. A história da arte gaúcha ainda carece de uma historiografia que abarque a pluralidade da arte produzida no Rio Grande do Sul, inclusive em suas especificidades étnico-raciais. O trabalho de muitos artistas que integraram a cena artística local é ou foi pouco difundido, sobretudo a produção de artistas afro-descendentes. Muitos desses trabalhos nunca foram objeto de estudo por parte dos profissionais responsáveis pela preservação da memória e dos fatos artísticos, ficando esquecidos no curso da história. Ou seja, a atuação de inúmeros artistas encontra-se pouco visível ou invisível à sociedade. A comunicação apontará as principais características da poética criadora de Otacílio Camilo por meio da análise do conjunto de trabalhos que integram instituições museológicas de Porto Alegre e acervos pessoais de familiares e amigos do artista. Além disso, buscara apontar como sua obra se relaciona com o contexto em que foi produzida. A análise dos trabalhos levara em consideração sua dimensão formal, semântica e social. Sua produção apresenta dois momentos importantes: o primeiro diz respeito ao seu primeiro contato com a linguagem da gravura e o contato com noções sobre arte contemporânea; o segundo está vinculado ao período em que o artista percorre diversas cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Olinda, Fortaleza) desenvolvendo suas proposições a partir de experiências errantes pelo espaço urbano. Nos trabalhos deste período é possível identificar grupos temáticos gerados a partir de constelações, ou seja, de tendências e concepções artísticas difundidas ao longo do século XX, pautadas pela estratégia de aproximação entre arte e a vida cotidiana, visando à transformação da sociedade.

POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11645/08 NO ENSINO DE ARTES VISUAIS:Analisando relatos de experiências do Prêmio Educar para a Igualdade Racial - Eliana Batista Souza (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE). Resumo: Este artigo traz os resultados do estudo monográfico, concluído no ano de 2013, no Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo do mesmo foi analisar experiências que no Ensino de Artes Visuais atendessem aos preceitos estabelecidos pela lei 11645/08 que altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a inclusão, no currículo das escolas de Ensino Fundamental e Médio, Histórias e Culturas Afro-brasileira e Indígenas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais e na Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa. Para tanto, foram utilizados, nas análises, os relatos de experiências do "Prêmio Educar para a Igualdade Racial" cujo o objetivo é o estímular e apoiar à implementação das leis 10639/03 e 11645/08 que tornam obrigatórios o ensino dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, com especial atenção nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. Para a análise dos projetos exitosos nas 7 edições do prêmio, inicialmente, forma utilizadas como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa. Porém, no decorrer do trabalho, houve a necessidade de diálogo com outros autores. Dessa maneira, Roberto Conduru foi referência no delineamento do que é a Arte afro-brasileira, Erisvaldo Pereira dos Santos embasou a discussão acerca das matrizes religiosas africanas e, para auxiliar nas reflexões sobre a autenticidade da arte africana, buscou-se suporte nos trabalhos de Francielly Rocha Dossin. Dos trabalhos relatados no prêmio, 0,5% abordou a arte afro-brasileira e africana e nenhum a arte indígena. Tendo em vista tal cenário é possível pensar isso decorre de em várias questões: a formação dos professores numa perspectiva eurocêntrica como Silva (1997) citada por Dossin (2013), para quem os conteúdos relativos à estética negra ou às raízes africanas e indígenas são invisibilidades e desconsideradas; o racismo estrutural e mito da democracia racial que fazem com que os professores pensem não ser importante a abordagem desses temas ou até mesmo a intolerância religiosa uma

vez artistas como Carybé, Rubem Valentin, Abdias do Nascimento, Jorge dos Anjos, Antonio Dias, Arthur Bispo do Rosário, Manuel Bonfim e outros expressam em suas obras elementos que fazem referências às religiões de matriz africana.

Tipotretaletra: estratégias de poéticas e epistemes contracolonizadoras. - Wagner Leite Viana (Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG). Resumo: Neste trabalho cruzo microestruturas particulares com macroestruturas históricas, perpetuadas nos currículos acadêmicos, configurando um tipo de pesquisa cuja resposta epistêmica é dada por meio das poéticas visuais. O currículo é também trajetória de vida, curriculum vitae. Minha história com a educação é atravessada no espaço da pesquisa pela criação de lugares de fala, pois a universidade está habituada aos estudos que tem por tema as populações negras e indígenas em terceira pessoa, é necessário uma revisão do negro-tema ao negro-vida do sociólogo Guerreiro Ramos e suas implicações sobre os saberes que caracterizam nosso povo em relação aos saberes elaborados sobre ele (Joel Rufino dos Santos. O saber do negro), esta postura instaura novos lugares de produção de conhecimento na produção das poéticas visuais. Desenvolvi o projeto TIPOTRETALETRA, estas palavras pertencem a um ditado popular "o branco faz letra, o preto faz treta" que se refere ao acesso à educação e a resposta que a população negra deve empreender. A treta como luta, mas também como estratégia, artimanha, estratagema e método. A letra se justifica numa dupla abordagem como letreiramento (o desenho da letra, seu projeto visual) e como letramento (a prática social que produz o aprendizado da linguagem), neste caso também como letramento racial é a produção e entendimento dos códigos socialmente adquiridos e que mediam as relações entre pessoas numa sociedade racialmente hierarquizada. A proposição se refere ao desenho de caracteres alfabéticos utilizados para produzir interferências tipográficas em trechos de textos filosóficos e livros didáticos produzidos ao longo da história e que apresentam conteúdos discriminatórios sobre negros e indígenas dificultando sua leitura e sentido imediato propondo novas camadas de leitura. São diversas as tramas que atravessam a construção de conceitos, entre a arte e a educação por meio de condutas criativas caracterizadas pela aderência do artista a seu momento e tradução em termos operativos poéticos. O campo da educação é compreendido nas mais diversas esferas tanto no que diz respeito à escolarização, quanto ao que faz referência aos processos de aprendizagem que permeiam as práticas artísticas. Parte-se da idéia de aprendizagem como ferramentas relacionais que instauram práticas de diálogo que atravessam a formação individual numa conexão com coletividades. Dentro destas considerações, a arte está situada entre metodologias do conhecimento, dado que este não é neutro (um estudo apolítico da verdade), mas também reproduz relações de poder raciais. A relação entre Arte e educação é ponto de partida para uma reflexão sobre as construções e práticas de saberes na construção de poéticas educativas pós-coloniais, decolonais e contra-coloniais.

Transgredir para educar: das mulatas de Di Cavalcanti à propostas pedagógicas engajadas e decoloniais - Mirella Aparecida dos Santos Maria (EMEF ENZO ANTONIO SILVESTRIN). Resumo: Por meio deste trabalho propõe-se uma análise pedagógica a partir das concepções de "engajamento" de bell hooks e de "decolonialidade" de Catherine Walsh. A pesquisadora bell hooks propoe uma pedagogia que se preocupe com o bem estar do outro, cujo objetivo é o compromisso ativo dos educadores em se autoavaliar para promover mudanças, renovações e novos conhecimentos de si, impactando seus processos educativos.

Como uma das ferramentas de práticas de liberdade na educação, dentro da estrutura acadêmica, nas salas de aulas, para educandos e educadores é pensar em formas de apresentar o material acadêmico. Trazendo para as questões de gênero e étnico-raciais, é importante referências de pesquisadoras que vivenciam no seu cotidiano as contradições de ser mulher e negra. Temos, como repertório, homens e mulheres que abordam essas discussões, mas ocorrem exclusões da experiência do ser mulher negra, universalizando as outras vivências como válidas a todos os indivíduos na nossa sociedade. Esse é um perigo que podemos evitar se apresentarmos as mulheres negras como protagonistas de suas histórias. Já Catherine Walsh complementa com a representatividade de movimentos sociais para que haja na pratica e de forma concreta um olhar cuidadoso e inter cultural. Mesmo com todo o empenho e dedicação a esse tema, Walsh nos alerta para como a representatividade ainda é uma questão na americac latina, , nos apresentando os perigos do uso demasiado do termo interculturalidade, sem aprofundamento. A pesquisadora foca e uma interculturalidade crítica. Por esse caminho é possivel pensar em reais políticas públicas, reformas educativas e constitucionais na diversidade e relação entre culturas com mais frequência, valorizando a origem dessas demandas, fruto de lutas de movimentos sociais pelo seu reconhecimento, direitos e transformação social. Quando os movimentos pedem mudanças, os preconceitos, racismos e exclusões devem ser observados e questionados. Com essa descrição de Walsh, nota-se o quanto a interculturalidade precisa ser vista com cautela e responsabilidade. Com esses dois conceitos , será proposta e analisada a obra modernista Mulatas (1927) do artista visual Di Cavalcanti, representação estetica relacionada a exaltação da mulher brasileira.

Sessão Temática 22

O/A Negro/a na literatura: personagens e autores/as

"Sequestro no tempo": gênero, poder e a reconstrução da memória colonial em Kindred - Dandara Ribeiro Pinto (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Sara Martins Ramos (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Resumo: O futuro trabalho tem como objeto de estudo Kindred, Laços de Sangue, da escritora negra estadunidense Octavia Butler, publicado originalmente em 1979. No entanto, apesar de ser conhecido mundialmente e de ter dado à Butler o título de "dama da ficção científica", Kindred só foi traduzido para o português em 2017, versão sobre a qual nos debruçamos. Butler enxergava na literatura um caminho possível para a representação de personagens negros, predominantemente negados ou estigmatizados nas narrativas pré-existentes e, além disso, explorou temas como racismo, sexismo, escravidão

colonial. "Comecei a escrever sobre poder, porque era algo que eu tinha muito pouco." Esta frase de Butler abre Kindred. Kindred é narrado em primeira pessoa por Dana, uma escritora negra de 26 anos que acaba de se mudar para um novo apartamento com seu companheiro branco, Kevin, também escritor. Durante a organização dos livros da nova casa, Dana tem uma sensação de tontura e náuseas e se vê bruscamente transportada para outro tempo e espaço: retornaria, repetidas vezes e sem controle, para o período colonial e escravocrata estadunidense, sempre com o intuito inicial de salvar a vida de um antepassado branco. Salvá-lo significava garantir a sua própria existência, mas também a manutenção do sistema e da dominação. Tendo em vista esses aspectos, este trabalho propõe investigar as relações de poder que incidem sobre o microcosmo fictício da colônia narrada; de que forma se dá a experiência da mulher com a escravidão, frente ao sexismo e ao racismo; de que maneiras o poder escravocrata incide sobre Dana, de corpo e mente livres (e, por isso, desacostumados com a escravidão); como esse corpo interfere nas vidas e no cotidiano dos que ali vivem, ao passo em que também é afetado. Essas interseções serão trabalhadas, sobretudo, a partir dos pensamentos de bell hooks e Angela Davis a respeito de raça e gênero. Além disso, examinar o regime de controle do corpo negro articulando o conceito de necropolítica, de Achille Mbembe, com os pensamentos de Frantz Fanon e Grada Kilomba, no que diz respeito às violências e poderes coloniais. E, por fim, explorar a dificuldade da busca por uma ancestralidade, frente ao desmembramento e a desterritorialização de laços e famílias em aliança com o desprestígio da maternidade negra, levando em consideração algumas ideias propostas por Milton Santos acerca da inconclusa cidadania do negro diaspórico. Este trabalho buscará, da mesma forma, investigar como o próprio elemento ficcional tem se tornado, ao longo dos anos, por meio de narrativas históricas, uma potência tanto para resgatar a história a fim de assegurar sua preservação na memória, como para denunciar e/ou informar sobre determinados temas, tantas vezes subjugados e esquecidos.

A ciência é um enfeite: a sátira como caminho de conhecimento do social no conto Agaricus Auditae de Lima Barreto. - Jules Ventura Silva (Universidade Federal do Parana). Resumo: No presente trabalho tomamos por objeto de investigação sociológica o conto Agaricus Auditae (1920) do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). Escolhemos o referido texto literário para pensar a possibilidade de obtermos formas de conhecimento social através da literatura por conta da critica social que ele contém na forma de satíra. A questão é que nele Lima Barreto narra à história da negociação de um acordo pré-nupcial que acaba por dar origem a uma descoberta cientifica inusitada, a dizer: na identificação de uma espécie nova de cogumelos "orelhas-de-burro" que crescem cerca de meio metro de altura quando estimulados por música. Embora nos pareça improvável a aproximação entre essas duas ordens de processos (travamento de matrimônio e descoberta científica), acreditamos que ela pode ser sociologicamente plausível. Partindo do pressuposto de que tal hipótese pode ser validada a partir de uma leitura exclusivamente textual do Agacaricus Auditae, nos entregamos aqui a essa tarefa. Como pretendemos demonstrar há uma critica social a respeito da usos sociais da retórica cientifica de caráter eurocêntrico no Brasil da Belle Époque tropical.

A Manifestação da Negritude em poemas de Agostinho Neto - publicados no caderno de Poesia Negra de expressão portuguesa. - Tarik Mateus Adão da Costa de Almeida (UEM). Resumo: A presente comunicação tem como principal objetivo, apresentar alguns poemas do escritor angolano Agostinho Neto, publicados no caderno de Poesia Negra de expressão portuguesa em 1953. Segundo Figueiredo (2013, p. 34) "as primeiras publicações (tanto de poesia quanto de romance ou teatro) de autores que viriam a ser considerados fundadores das novas literaturas africanas começaram em torno dos anos de 1950". Nesse sentido, o caderno de Poesia Negra de expressão portuguesa, é considerado como a primeira manifestação da negritude nas literaturas africanas em língua portuguesa. De acordo com Benjamin Abdalla, "foi concebido na esteira da Antologia de Senghor, que recebera como prefácio o famoso texto de Sartre, Orfeu Negro" (ABDALLA, 2008. p. 80). Neste trabalho, no entanto, nos pautaremos em alguns poemas de Agostinho Neto, publicados nesse caderno, de modo a visualizar as novas formas poéticas que se constroem e se manifestam, no contexto em que, ainda, terras africanas em língua portuguesa, possuem ao extremo a relação entre: colonizador e colonizado. E que, nesse momento, expressam em suas literaturas a realidade da posição da Negritude pelo mundo, revelando os efeitos coloniais e trazendo o símbolo de mãe África, transfigurada na esperança de negras e negros em terras africanas. E, também sobre a presença de um hibridismo que, tornou-se fruto de uma mestiçagem cultural que ocorrem, que ocorreram e que se manifestam a todo momento, tanto nas artes quanto na literatura. Nesse sentido, a partir dos poemas "Criar" e "Aspiração", ambos deste autor, poderemos verificar a presença de um eu-lírico que resgata o desejo e a esperança como amparo a realidade de sua nação: Angola. Benjamin Abdalla afirma: "Os espaços da diáspora dos melancólicos "canto dolente" e tristezas transmudam-se em espaços de reinvindicação na grande cidade simbólica da angolanidade" (ABDALLA, 2003, p. 198). Nesse sentido, o poeta angolano retrata no poema "Aspiração" a esperança transfigurada em desejo que toma força e que inspira "mentes desesperadas". No poema "Criar", veremos a manifestação da negritude voltada ao corpo, aos olhos, à natureza. "Criar amor com os olhos secos", toma-se aqui, novamente o diálogo do eu-lírico com o desejo, com o sonho e, sobretudo a importância de criar. Criar liberdade e esperança. Essa comunicação tem como suporte teórico o conceito de Literatura Comparada, que abrange as Literaturas Africanas em Língua Portuguesa longe da ideia de influência perante as Literaturas dos países que as colonizaram.

As Vítimas-Algozes: quadros da escravidão - um discurso abolicionista às avessas - Adeilda do Nascimento Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Resumo: O presente trabalho apontará como a obra "As Vítimas-Algozes: quadros da escravidão" (1869), do autor Joaquim Manuel de Macedo, reforça estereótipos em relação à imagem do negro no Brasil. O livro traça um caminho impar à abolição, considerado "às avessas". Já que, mostra um outro panorama sobre o processo de escravização e como as consequências da sua existência operam nos indivíduos que a exerce e sobre os quais ela é efetuada. Os objetivos primórdios da pesquisa são: identificar as representações do negro que foram construídas a partir de um dado modelo eurocêntrico presentes na obra que, se perpetuam no imaginário e na prática social do país em pleno século XXI e problematizar todo o contexto histórico e literário no qual o livro estava inserido, refletindo qual é a importância do surgimento e firmamento dos Estudos Culturais concernentes à Literatura, para se pensar o lugar do

negro, a representação que lhe foi atribuída durante o período do romantismo e ressignificar essa imagem depreciativa de todo um povo. Para isso, serviram como base e suporte as ideias de alguns autores, tais como: Jonathan Culler, com o livro "Teoria Literária: uma introdução", abordando os estudos culturais como um ato de resistência da minoria (no quesito status e poder social) e desmitificação de tudo que nos foi incutido como irrefutável. Lilia Schwarcz, em seu livro "O Espetáculo das Raças" (1993), pensando como, quando e por qual parcela da sociedade essa imagem pejorativa do negro foi fundada e consolidada. Logo, diante de toda a análise realizada, constata-se que, deva ser revista a história e a maneira como ela é/foi difundida, porque, afirma veemente, opiniões acerca de determinados povos que são marginalizados e oprimidos por conta da não investigação ou pura e simplesmente pela deturpação das suas práticas e modo de viver que, são distintas do que é considerado e foi estabelecido como o belo, correto e modelo ideal a ser seguido – europeu.

Cultura, arte, memória, patrimônio afro-brasileiro e identidade negra em "Omo-oba: histórias de princesas" - Karina Klinke (Universidade Federal de Uberlândia). Resumo: O objeto da pesquisa em andamento, que origina este trabalho, é o livro de Kiusam de Oliveira, Omo-oba: histórias de princesas, ilustrado por Josias Marinho e lançado em 2009 pela Maza Edições. É composto por seis histórias advindas "de fontes tradicionais conhecidas, contadas e recontadas pelo povo africano (iorubano) e afro-brasileiro" (Kiusam), nas quais as protagonistas são princesas negras que se tornam, mais tarde, rainhas: Oiá, uma menina guerreira, bela, graciosa, rápida, determinada, que podia se transformar em animais; Oxum, uma menina muito linda e perfumada que conseguia hipnotizar quem ela quisesse com sua beleza; Iemanjá, conhecida como a Rainha do Mar, que além de linda e perfumada podia criar de dentro dela as estrelas, as nuvens e os orixás; Olocum, linda menina, porém misteriosa e triste, daí seus atributos serem a introspecção, a contemplação, a timidez e a quietude; Ajê Xalugá, irmã de Iemanjá, muito bonita e vaidosa, com o poder de fazer cada onda brilhar a partir de sua espuma; Oduduá, tinha uma beleza rústica e não gostava de se enfeitar, rápida e determinada, era uma guerreira que saía em busca do que desejava. A análise aqui apresentada é fundamentada nas teorias dos estudos literários, com ênfase nas concepções de literatura como cultura (Alfredo Bosi), como resistência (Antônio Cândido) e da(o) negra(o) como sujeito (Domício Proença Filho) dessa Arte; portanto, protagonista do patrimônio afro-brasileiro. Os estudos literários levantam questões epistemológicas sobre o "modo de existência" ou "situação ontológica" da obra de arte literária, que direcionam a metodologia da pesquisa: o que é a obra literária real? Onde devemos procura-la? Como ela existe? (Wellek & Warren) Em busca de respostas, desenvolvemos uma interpretação do livro, capítulo a capítulo, em consonância com os aspectos socioculturais que interferem na formação e caracterização do público brasileiro, considerada a intencionalidade da autora, explícita na apresentação do livro: "empoderar meninas de todos os tempos". Os principais resultados alcançados até o momento indicam haver dubiedade na consideração de Omo-oba como obra literária real, uma vez que houve polêmica sobre sua adoção para leitura em escolas, mediante seu caráter de cultura popular e infanto-juvenil, em oposição à cultura erudita, escolástica, como são considerados os cânones literários. Logo, coexiste a pressuposição de que deve ser encontrada fora do meio acadêmico, em espaços de resistência à erudição e à europeização do ensino escolar. Ela existe, pois, como expressão do patrimônio afro-brasileiro, o qual sofre constantes ataques da crítica literária e ainda é pouco reconhecido como parte importante da cultura e da constituição da sociedade brasileira.

Especismo na imagem do negro no conto" A Struggle for Life" do autor Henry C. Lewis - Nicole da Cruz Rabello (UFSC). Resumo: Este estudo tem o propósito de analisar o especismo na descrição física do personagem negro no conto "A Struggle for Life" (1845). De acordo com Singer (1975), especismo é quando os interesses dos seres humanos conflitam com os interesses dos animais(Singer 6). No caso dos seres humanos, eles percebem e defendem que seres não humanos pertencem a eles para exploração, este tipo de preconceito pode ser notado na maneira como essas pessoas tratam e usam animais para ganho pessoal. O livro "Odd Leaves from the Life of a Louisiana Swamp Doctor" (1845) contém vinte e dois contos, incluindo "A Struggle For Life", e aborda as aventuras do Doutor Madison Tensas, nos pântanos da Louisiana de 1845. Esta pesquisa foca em como a representação visual do personagem negro em " A Struggle For Life" feita pelo narrador protagonista branco revela o ponto de vista especista do narrador e como isso afeta na percepção e construção da imagem do negro no conto. Com o objetivo de identificar o especismo no ponto de vista do narrador, os autores Singer (1975) e Naconecy (2010) servirão como base para a pesquisa. Os resultados da pesquisa podem resultar em uma discussão sobre como o especismo contribui para denegrir a imagem do negro no conto, através da análise da descrição das características físicas do negro feitas pelo narrador. Comparar o personagem negro com um animal impacta na percepção do negro como um ser humano, pertencente àquela sociedade e àquela mesma espécie, ao invés de um animal selvagem como foi o personagem foi caracterizado.

Feições do racismo no conto "Pixaim", de Cristiane Sobral - Franciane Conceição da Silva (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais). Resumo: No presente trabalho, apresentamos a análise do conto "Pixaim", texto extraído da coletânea Espelhos, Miradouros, Dialéticas da Percepção (2011), da escritora Cristiane Sobral. A proposta é parte da tese de doutorado "Corpos dilacerados: a violência em contos de escritoras africanas e afro-brasileiras" (2018). Em "Pixaim" encena-se a relação conflituosa entre a personagem central, uma menina negra de dez anos, e a sua mãe, uma mulher branca. Nesta narrativa, a mãe submete à filha a violências física e simbólica, utilizando-se de vários procedimentos para alisar o cabelo desta, na tentativa de "domar" a rebeldia dos seus fios crespos. De tal forma, convencida de que a adequação ao padrão de beleza branco seria mais apropriado para a filha, a mulher tenta, a todo custo, distanciá-la dos elementos que a aproximam de sua negritude. Cremos que o pensamento da mãe da personagem funciona de acordo com os mecanismos que engendram a lógica das relações raciais na sociedade brasileira, como explicam Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes. No decorrer da análise do conto, procuramos compreender as estratégias narrativas utilizadas por Cristiane Sobral para encenar a violência do racismo que se manifesta no contexto de uma família inter-racial, para tanto, nos embasamos no estudo "Racismo em famílias inter-raciais", realizado pela pesquisadora Lia Vainer Schucman. Em nossa análise da narrativa sobralina, procuramos ressaltar que no seio da família da protagonista, a hierarquização das raças é o que define o nível de afeto da mãe em relação à filha. Tentamos compreender a dor sofrida pela criança negra, ao sentir a sua identidade racial sendo anulada por aquela que deveria protegê-la, através

dos estudos da psicanalista Neusa Santos Sousa e de Jurandir Freire Costa. Em nossa investigação, buscamos enfatizar que, no conto "Pixaim", as estratégias narrativas utilizadas por Sobral representam o ato de pentear como uma "guerra" entre mãe e filha. O sentido de tal combate se reforça pelo uso de termos, tais como: "ataque", "luta", "rebeldia", "dor". Na narrativa analisada, a violência praticada pela mãe da narradora, no intuito de adequar a filha ao padrão estético que considerava mais bonito, vai aumentando gradativamente até que a menina se rebela e decide assumir as suas raízes. A partir dessa corajosa mudança de atitude, a personagem ressignifica a violência imposta contra ela, reelabora o trauma sofrido e passa a enxergar a vida com outras perspectivas.

Feminismo africano e nigeriano em Americanah de Chimamanda Ngozi Adichie: da teoria à ficção - Alessandra Martich Freitas (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar como as teorias feministas das mulheres negras da Nigéria e África estão atreladas ao romance Americanah (2014) de Chimamanda Ngozi Adichie. Além de abarcar as teorias feministas presentes em Americanah, este trabalho também tem o objetivo de compreender a importância da escrita feminina negra. Pautada na perspectiva de que o feminismo é interseccional, conceito apresentado por Crenshaw (2002), em que as mulheres negras muito além de sofrerem por conta do patriarcalismo, sofrem pelo racismo, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios que criam desigualdades básicas. Neste trabalho a analise está ancorada nas teorias feministas africanas e nigerianas de Ogunyemi (2002), Hudson-Weems (2002), Ogundipe-Leslie (2002), Acholunu (2002), Nnaemeka (2004). As teorias feministas são compreendidas a partir da obra de Adichie ao analisar a constituição da personagem principal e suas reações ao estar presente e vivenciar diferentes realidades de descriminação. Seja sobre o seu gênero na Nigéria ou do conceito de raça pregado na sociedade dos Estados Unidos. Nesse trabalho em especial conseguimos compreender como as teorias feministas e os questionamentos a uma sociedade patriarcal, racista estão presentes na obra de Adichie, assim como é possível perceber que há uma contestação a única história contada sobre a África, sobre a Nigéria e sobre a imigração da personagem aos EUA. Desta forma se destaca que essa obra em questão é um novo horizonte da literatura sobre mulheres negras, pois apresenta a construção de personagens femininas que nos fazem refletir e construir junto com elas novas reflexões sobre o feminismo e sobre autoria negra. Em que quem escreve sobre a realidade de uma jovem nigeriana imigrante nos Estados Unidos é uma autora nigeriana que imigrou aos EUA e sabe que não é possível de aceitar uma realidade em que personagens imigrantes em obras da literatura em geral continuem sendo estigmatizados.

HACHURAS E BROCHURAS: apontamentos sobre a Primeira República através do olhar de Lima Barreto. - Alexandre Ribeiro Neto (UERJ/FEBF - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense). Resumo: Em 15 de novembro de 1889 foi decretado o fim do Império e o início de uma nova forma de governo, a república. A Primeira República se inicia em 1889 e termina em 1930, com a Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. Esse período recebeu alguns adjetivos pejorativos. São eles: República da Espada, República dos Coronéis, República do Café com Leite e, por fim, República Velha. Ele foi marcado por intensas agitações sociais, tais como: Revolta da Armada, Guerra de Canudos, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata e do Contestado. Costa (2010), apresenta a Primeira República como o momento, em que os negros foram preteridos pelos imigrantes, que aliavam dois fatores: pele clara e força de trabalho capaz de desempenhar tarefas na cidade ou campo. Os negros foram marginalizados. Nosso trabalho intenciona conhecer esse processo de marginalização dos negros a partir dos olhos de Lima Barreto, escritor negro, batizado como Afonso Henriques de Lima Barreto, nascido em 13 de maio de 1881. Faleceu precocemente aos 41 anos de idade, em 1 de novembro de 1922. Filho de mulatos, seu pai era tipógrafo e sua mãe professora primária. Os textos produzidos por Lima Barreto são compreendidos como Hachuras – trama cujas linhas paralelas podem criar efeitos de luz e sombra sobre o desenho. Procederemos também à metáfora da Brochura – uma encadernação costurada das ideias do autor a partir de Sevcenko (2003), Chalhoub (1996 e 2003) e Elias (2000). Os preconceitos sofridos pelo autor, ganham voz através das suas personagens e nos ajudam a compreender a difícil integração do negro na paisagem social da Primeira República, cuja cena principal é dominada por arrivistas, homens que ostentavam sobrenomes importantes, que anunciavam uma rede de parentescos e compadrio, que produziam favorecimentos para a ocupação de cargos públicos. O autor escrevia seus primeiros livros, e também, crônicas para o jornal Correio do Amanhã no Rio de Janeiro, mesmo momento em que outros autores, que foram elevados ao grande panteão da literatura brasileira, sem, no entanto, ganhar destaque entre os notáveis. Frequentador das noites cariocas, envolveu-se com o álcool que lhe rendeu duas internações no hospício da Praia Vermelha. Lima Barreto acompanhou o desenvolvimento do cenário literário da cidade, que culminou com a criação da Academia Brasileira de Letras, por Machado de Assis e outros escritores, sem jamais fazer parte dela. Seus textos refletem o processo de transição da escravidão no final o Império para a liberdade nos primeiros dias da jovem República e a manutenção da escravidão simbólica dos negros.

Literatura e representação: As personagens negras na obra de José Lins do Rego e as teorias raciais - Lucinéia Alves dos Santos (UNESP- Campus Araraquara). Resumo: Desde os primórdios, homens negros, indígenas, mulatos, judeus e ciganos sofrem discriminação por sua cultura e raça. Essa discriminação ganhou força no século XIX quando ocorreram vários experimentos científicos que apontavam os africanos como seres biologicamente inferiores (SCHWARCZ, 2005). Um dos "cientistas" que estava à frente dessas pesquisas era Arthur de Gobineau, autor do Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1853-1855), onde afirmava a superioridade da raça ariana em detrimento à inferioridade de negros e judeus. Seus estudos e mais outras descobertas biológicas, como a Evolução das Espécies de Darwin, vão influenciar no aparecimento de novas teorias, entre elas o darwinismo social, o evolucionismo social, o arianismo, a eugenia etc (CARNEIRO, 1994). Tais manifestações chegaram ao Brasil e atuaram na ciência, na política, na sociedade e nas artes. Na literatura, esses ideais evidenciam-se em vários romances naturalistas, onde os personagens negros e mulatos aparecem sob uma perspectiva de rebeldia, maldade e lubricidade (BROOKSHAW, 1983). Porém essas inspirações não pertenceram somente àquele período, elas ultrapassaram os anos e podem ser encontradas nos escritos do romancista José Lins do Rego. Uma das obras que estudaremos nesta comunicação, Menino de Engenho (1932), traz a abordagem cientificista do século XIX, a partir das memórias do menino Carlos. Este

personagem-narrador descreve sua infância na fazenda Santa Rosa, onde mantinha contato com vários tipos humanos: suas primas brancas, a tia Maria, o avô José Paulino, que são apresentados com características positivas. Ao contrário da perspectiva auspiciosa, coexistem os empregados, os serviçais, as meninas e os moleques, todos negros, representados como seres sujos e lúbricos.

O cânone elitista que renega o Negro nos poemas de Manuel Bandeira - Reinaldo Tomé Paulino (Faculdade Catolica de Uberlândia). Resumo: A princípio, cabe elucidar que a pretensão deste projeto não é tornar Manuel Bandeira um represente da literatura afro-brasileira. Mas, ao analisarmos seu lirismo em "Poema tirado de uma notícia de jornal", para valorizar a identidade do "tipo", e "Balada das Três Mulheres do Sabonete Araxá", ao subverter a regra eurocêntrica. Por meio de revisões bibliográficas que permite desnudar uma invisibilidade acadêmica, proposital ou não, que nos permite uma melhor compreensão da obra do poeta do cotidiano. A partir da elucidação de elementos sociais e culturais afro-brasileiros presentes em alguns poemas e escritos dele, a fim de corroborar com a vasta critica Bandeiriana que tem se mostrado falha neste e, talvez, em outros aspectos relacionados à multiplicidade étnica e cultural brasileira, sem jamais querer desrespeitá-la e desqualificá-la, mas adensá-la. A releitura dos poemas demonstram como é importante fortalecer a implementação da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos que perpassam pela educação básica e superior para, assim, contribuir para uma melhor leitura e interpretação no que tange as obras com personagens afro-brasileiros independente de seus ambientes sociais e condições culturais ou não, permitindo que a verdade artística venha à tona. Com o intuito de constatarmos que o objetivo proposto procede, é fundamental analisarmos dois ensaios nos quais estão incluídas releituras do primeiro poema mencionado acima, sendo eles o de Eduardo Coelho em sua tese de doutorado em Literatura – "Arqueologia da composição: Manuel Bandeira" (COELHO, 2009) e o de Davi Arrigucci Jr. em seu ensaio: "Humildade, paixão e morte. A poesia de Manuel Bandeira". No segundo poema de lirismo irônico a respeito de um cartaz de sabonete que contém a imagem de três mulheres remanescente do classicismo, Bandeira se inspira para compor o poema carregado de "intratextual ou autotextualidade". Conforme a valiosa análise de Bione (1999) em "A sinfonia do sabonete Araxá", percebe-se paráfrases e paródias que o compõem na sua criticidade e ambiguidade de que seriam as "três mulheres prostitutas" ou "santas". A proposta de revisão literária de Bandeira a partir dos elementos da cultura afro-brasileira presentes em suas obras não significa jamais afirmar que o autor deva ser analisado por recortes. Porém, os exemplos acima citados para justificar o recorte como mais um aliado à critica já produzida.

O diário online das Bititas: Uma relação literária entre Blogueiras Negras e Carolina Maria de Jesus - Jéssica Santos da Silva (Universidade Federal do Amazonas). Resumo: O presente trabalho – financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM – corresponde a um recorte da pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento da primeira autora, orientada pela segunda autora, e objetiva estabelecer uma relação entre textos de cunho literário do site Blogueiras Negras e de escritoras negras que publicam na internet com a obra de literatura Diário de Bitita da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977), no que tange os temas presentes neste livro: violência policial; emprego doméstico; relacionamentos inter-raciais, bem como a persistência desses temas na escrita dessas autoras negras online. A persistência na atualidade das iniquidades retratadas em Diário de Bitita, permitem aproximar tais desigualdades às escritas em meios de comunicação como no site Blogueiras Negras, analisando a intersecção de gênero, raça e classe. Para tanto, utilizou-se do método bibliográfico comparativo da pesquisa qualitativa em literatura. Comumente a obra de Carolina é reduzida a estudos sociológicos e o seu valor literário não é reconhecido pelo cânone da literatura. Não muito diferente ocorre com as autoras negras da internet, que tem as suas escritas negadas como literatura – por ser escrita publicada na internet e não em grandes editoras – e também a intelectualidade deslegitimada. No artigo A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe, Gilmar Penteado (2016) desenvolve uma discussão sobre escritores que levam para o interior de suas obras aspectos sociais acerca de suas realidades, e defende que esses são ramificações que se iniciou em Carolina Maria de Jesus. Na atualidade, tais problemáticas não são apenas publicizadas em livros, mas também em redes sociais, sites e blogs. Contudo, a intelectualidade dessas mulheres, muitas vezes é desqualificada e subestimada. A filósofa Sueli Carneiro (2005) na tese A construção do outro como não-ser como fundamento do ser, disserta sobre epistemicídio, termo cunhado por Boaventura Santos, trata-se da junção de epistemologia e genocídio, onde o saber produzido por grupos minoritários é deslegitimado, porém, Carneiro (2005) estende epistemicídio a uma definição mais ampla, para a esfera cultural, educacional e psicológica, afetando também a auto-estima de quem é subjugado. O conceito de epistemicídio, nos permite analisar de maneira mais aprofundada os motivos pelos quais intelectuais e escritoras negras são deslegitimadas, do porquê, ainda hoje, o valor literário na obra de Carolina Maria de Jesus não ser unanimidade para a crítica literária.

O Erotismo Negro nos poemas de Akins Kintê na obra Muzimba na Humildade sem Maldade - Maria Carolina Rodrigues Bastos da Silva (Universidade Federal de Uberlândia). Resumo: Este Projeto surge em virtude de um debate contemporâneo acerca da existência de uma Literatura Afro-brasileira, que se posiciona contra valores pregados dentro do cânone. Propondo então uma abertura da concepção erudita canônica, para poder evidenciar e protagonizar o negro em um espaço que historicamente lhe foi negado. Todavia, sugerimos uma reflexão sobre como a Literatura Afro-brasileira é colocada, perante todo o sistema de unificação que o Cânone elitizado prega. Sobretudo, analisaremos como obras produzidas em saraus atuam no enfrentamento contra-cânone em virtude de sua circulação independente e sem editorial. Mais precisamente, focaremos na obra Muzimba: Na Humildade Sem Maldade do Poeta Paulista Akins Kintê. Portanto, sendo uma literatura oriunda das vivências sociais, é uma representação artística considerada marginal, pois trata de interesse de uma minoria, o que consequentemente atinge ao padrão elitista que o cânone é embasado. Dessa forma, nessas condições, farei uma análise literária pautada nos mecanismos que esta literatura de cunho afro-identificado, passou a ser publicada. Evidenciando assim, os aspectos discursivos pelo qual se constitui a Literatura afro-brasileira, como alternativa às representações para o sujeito negro e sua cultura em relação àquelas sistematicamente veiculadas no cânone literário brasileiro. Sobretudo, analisando a discursividade dos poemas eróticos e como é projetada a imagem da mulher negra. Dessa forma, o objetivo geral desta proposta é analisar como a literatura Afro identificada se constrói como contra cânone. Levando em conta a obra em estudo, analisarei a natureza subversiva da representação

erótica da mulher negra proposta por Akins Kintê e como se constrói a identidade negra na obra. Além disso, interessa também refletir sobre as condições de publicação e circulação das obras desse escritor, posto que ele vai publicar os poemas que inicialmente são produzidos para ser ditos em Saraus da periferia paulistana. Portanto, pautamos a literatura originada dentro dos movimentos de saraus, e os escritores nascidos destes movimentos de caráter popular. Incentivados a princípio, pelos Cadernos Negros, que desde o final da década de 70 atua como fomento a produção e publicação de Literatura Afro-brasileira.

O espaço representado pelo feminino em Venenos de deus, remédios do diabo, de Mia Couto - Anna Luísa da Paixão de Paula (Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes), Maria Flávia Pereira Barbosa (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG/Arinos). Resumo: Este trabalho tem como objetivo proporcionar uma análise dos espaços representados pelo feminino no romance Venenos de Deus, Remédios do Diabo, de Mia Couto, publicado pela Companhia das Letras em 2008. O autor nos apresenta a história narrada em terceira pessoa e entrelaçada por quatro personagens principais: Sidónio Rosa, Deolinda, Bartolomeu Sozinho e Munda. Na trama escrita por Mia Couto, os reflexos da dominação portuguesa e os efeitos da guerra civil em Moçambique encontram-se presentes principalmente no que se refere à estruturação psicológica dos personagens: sujeitos que sofrem, devido ao processo de aniquilamento cultural. Baseados em uma investigação de cunho bibliográfico crítico-teórico e analítico, nos apoiaremos principalmente nas discussões realizadas por Maria Teresa Nobre Correia, Veronika Mattesová, Alessandra Pajolla e Thomas Bonnici. Através de análise dos personagens principais foi possível perceber como, por meio de vozes silenciadas durante o período colonial, o autor constrói uma narrativa na qual os sujeitos moçambicanos buscam se encontrar e construir sua própria identidade. Observou-se na obra a presença de um duplo colonialismo em relação às personagens femininas que, além de colonizadas pelos estrangeiros, vivem a colonização pela figura masculina, demonstrando assim resquícios marcantes do patriarcalismo, representação presente em outros romances e contos da literatura moçambicana. Enquanto os personagens masculinos são dotados de profissão e algum tipo de poder na narrativa, o mesmo não ocorre às personagens femininas, portadoras de personalidades moldadas pelas figuras masculinas. Dona Esposinha é símbolo perfeito da típica dona de casa, representada pelo apagamento e silenciamento perante as vontades do marido. Dona Munda é a personagem que mais força aparenta ter em toda narrativa, contudo essa força não se aprofunda tendo em vista a posição autoritária do marido que a reprime. Por último, Deolinda é a personagem que representa a sexualidade e a objetificação por parte dos homens. Desse modo, compreendemos como a presença das representações femininas permite que a narrativa se desenvolva, principalmente no que se refere a Deolinda, percussora da ida de Sidónio Rosa a Vila Cacimba, e Dona Munda que, através de sua conversa, vai fazendo com que o português continue na Vila.

Os lugares de (não) pertencimento das personagens no romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo - Leidiane Lopes da Silva (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO). Resumo: A pesquisa intitulada Os lugares de (não) pertencimento das personagens no romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, está vinculada ao Grupo de Estudos em Literatura, Espaço e Significação (GRUPLES), tem como corpus de análise o romance Ponciá Vicêncio (2003), da autora afro-brasileira Conceição Evaristo. Esse romance evidencia principalmente a condição existencial de sujeitos negros e tal fator está intrinsecamente ligado à configuração do espaço, uma vez que a narrativa apresenta lugares que denunciam extrema miséria e pobreza. A configuração espacial da obra destaca-se pelos seus efeitos de verossimilhança e, o espaço acaba servindo como um indicativo do contexto socioeconômico e da classe social das personagens. O conjunto de lugares que compõem a narrativa não se distância muito do contexto espacial da sociedade brasileira. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo problematizar a relação entre personagem e espaço ficcional, no que se refere aos lugares nos quais as personagens se circunscrevem. Assim, pretende-se analisar alguns tópicos problematizadores como, a existência de lugares na narrativa em que as personagens em questão (Ponciá Vicêncio, Luandi Vicêncio e Maria Vicêncio) expressam a sensação de não pertencimento e, a amarração dos três à casa da roça, local este, que tais personagens pretendem voltar e restaurar não apenas a relação familiar, mas o próprio sentido da existência. A partir das problemáticas encontradas na análise do corpus, surgem algumas hipóteses de que, a sensação de não pertencimento das personagens, em relação aos lugares que frequentam, decorre do fato de terem seus corpos negros e suas identidades renegadas; a amarração que as três personagens têm pela casa da roça vem da ligação com a ancestralidade e, que o discurso das personagens sobre tais lugares refletem estigmas de uma trajetória de subalternidade. Para o desenvolvimento desta pesquisa intenta-se valer da metodologia de pesquisa bibliográfica e qualitativa, fazendo-se uso dos métodos dedutivo e indutivo. Para nortear esta pesquisa até o momento, foram selecionados autores como: Lélia Gonzales (1984); Sueli Carneiro (2011) e estudiosos do espaço literário: Butor (1974), Genette (1976), Barbieri (2009) e Borges Filho (2009; 2015).

Parecer no paraíso? Maternidades negras nos contos de Conceição Evaristo e Cristiane Sobral - Eduarda Lamanes Gomes (Universidade de Brasília). Resumo: O trabalho visa analisar dois contos, um deles da autora e intelectual mineira Conceição Evaristo, "Quantos filhos Natalina teve?" publicado na antologia Olhos d'água, organizada, em 2014, pela Editora Pallas. O segundo de autoria da atriz e teatróloga carioca Cristiane Sobral, "Discórdia do meio", que chega ao público no livro Tapete Voador, lançado em 2016. Ambos os contos registram ou representam o que Conceição Evaristo chama de "vozes-mulheres", vindas de personagens negras que contam suas histórias (ou as têm contadas) durante toda a obra. Para realização desta análise, pretende-se, num primeiro momento, considerar a relação entre os textos selecionados para as duas coletâneas, escrutinando os diálogos possíveis entre as histórias de mulheres negras concebidas pelas autoras. Com a mobilização de teorias produzidas por teóricas que se dedicaram a pensar, dentre outras coisas, a sobreposição de violências que atingem àquelas pessoas que participam de mais de um grupo socialmente oprimido, ou "Interseccionalidade"; o fazer literário de pessoas negras no Brasil; as relações entre a maternidade e a idealização das identidades de gênero e a afetividade de mulheres negras, intenta-se construir uma leitura que examine as relações entre as identidades compartilhadas pelas personagens dos dois contos, sem que se esqueça, obviamente, de destacar análises dos aspectos de construção literária selecionados pelas autoras. O trabalho que se segue parte de uma inquietação comum àquelas e àqueles que intentam pensar sobre o lugar das pessoas negras na produção e recepção

literária brasileira. A esses a quem cabe o papel de, repetidamente e em diversos espaços, questionar onde, então, estavam e estão as pessoas que, tendo sido desde sempre aquelas que construíram – nas diversas e possíveis acepções para a palavra "construíram" – este país, por diversas vezes, encontram-se invisibilizadas pela história e produção artística nacional? Apresenta-se, neste artigo, a intenção de lançar um olhar sobre a construção dos corpos femininos e negros na obra Olhos d'água, de Conceição Evaristo e Tapete Voador, de Cristiane Sobral, quando expostos à maternidade ou à iminência dela. Pergunta-se, então, como são abordadas as personagens mulheres e negras que se delineiam nas obras em análise. Intenta-se, neste artigo, definir as formas como são representadas as personagens desenhadas pelos contos publicados nas antologias em questão. Como parte da minha pesquisa de mestrado, o artigo faz um recorte mais específico em relação aos contos em análise e, para isso, trabalha-se com o tema da maternidade enquanto aspecto de construção das personagens dos contos selecionados. A saber: "Discórdia do meio", de Cristiane Sobral e "Quantos filhos Natalina teve?", de Conceição Evaristo.

Problematizar ausências, reconhecendo presenças: escritoras negras brasileiras no campo literário nacional - Bruno Duarte Nascimento (Universidade Federal do Ceará). Resumo: Esta comunicação versa sobre as problematizações do meu trabalho de dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). O foco da pesquisa é investigar a construção das presenças de escritoras negras brasileiras no campo literário nacional. A problemática das ausências se constitui por meio de três questões relacionadas à: I) circulação e a possibilidade de consumo dos textos literários de autoria feminina negra brasileira pelo público leitor; II) imagem socialmente reconhecida da literatura brasileira contemporânea, porém, pouco questionada; III) presença de escritoras negras nos espaços com poder de consagração literária (agremiações e festivais literários nacionais). Tão importante quanto denunciar as ausências e constatar o quão problemáticas elas são, é compreender como tem sido possível mulheres negras de letras ocuparem a posição de escritora no campo literário brasileiro. A ideia central é problematizar ausências, reconhecendo presenças. Para tanto, analiso as trajetórias (sociais e literárias) e os textos de ficção de Ana Maria Gonçalves (1970/MG), Conceição Evaristo (1946/MG) e Geni Guimarães (1947/SP). As principais referências deste estudo são Bourdieu (1996), Elias (1995) e Chartier (2010). O campo literário é o espaço social de relações objetivas e interdependentes no qual as escritoras negras ocupam uma posição em relação aos pares escritores e aos outros agentes do campo. A rigor, elas não escrevem livros, mas textos. Textos que podem vir ou não a se materializar no objeto livro. E, até que eles cheguem a atingir determinada materialidade – impressa, virtual, ou em quaisquer que forem os suportes da escrita -, eles são atravessados pelas intervenções de diferentes sujeitos sociais (escritores, editores, críticos, agentes literários, livreiros e leitores) inscritos dentro do campo literário. São eles os responsáveis pela "vida social" do texto, isto é, pela sua razão de ser, bem como dos sentidos que ele carrega consigo. Portanto, os textos literários de autoria feminina negra estão inseridos dentro da dinâmica específica de uma rede de relações sociais que tem tornado possível eles serem escritos, editados e publicados no Brasil contemporâneo. I) Método biográfico, com o objetivo de operar uma montagem das trajetórias (sociais e literárias) das escritoras selecionadas para o estudo; II) Mapeamento de narrativas, com o objetivo de compreender e interpretar os textos de ficção e identificar o seu repertório temático; III) Clipping de matérias jornalísticas (nos suportes virtual e/ou impresso) sobre andamento das carreiras das escritoras.

Representação da mulher negra na literatura Afrofuturista - Vitória Regina Tinoco Silva (Universidade Estadual do Maranhão). Resumo: O presente trabalho visa debater e compreender dentro de obras afrofuturistas a presença da mulher negra. Como essa mulher é retratada no meio da literatura de ficção científica, onde tem sua ambientação e enredo repensados na diáspora africana, e tem como protagonistas ou personagens fortemente atuantes, mulheres negras. A literatura no movimento afrofuturista busca mostrar o encontro entre tecnologia, ficção cientifica, heróis na perspectiva da escravidão, do negro na modernidade assim como também em outros contextos referentes a vivência real de um corpo negro. O trabalho também pretende entender de que maneira personagens heroínas, que tem uma perspectiva futurista e negra podem representar mulheres que consomem não só música, cinema, mas também literatura. Diante de um contexto onde a ficção cientifica é majoritariamente branca, é necessária a criação de personagens negras para representar quem também consome FC uma vez que "os sistemas de representação são os sistemas de significado pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos e os outros." (HALL, 2003). Em sua conclusão, é possível enfatizar o quão difícil e importante é o não apagamento de mulheres negras na literatura afrofuturista, pois também representam um possível futuro. E entrelaçar as ideias de mulheres pretas e um futuro tecnológico na literatura.

Ser negro, ser poeta e ser poesia: diálogos entre o movimento da Negritude e a poesia africana de Língua Portuguesa - Vanessa Ribeiro Teixeira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO). Resumo: De acordo com Munanga (1988), os anos 30 do século XX são marcados pelo surgimento do movimento da Negritude, articulado por estudantes negros, dentro e fora da África, que propunham repensar o lugar e o valor da cultura negra no mundo, através de uma escrita pontualmente crítica de cariz social, filosófico e político. Responsáveis pela publicação das Revistas Légitime Défense (1932), L'Étudiant Noir (1934) e Présence Africaine (1947-1968), esses pensadores "intencionam unir-se pela afirmação da cultura negra, para a conscientização do negro sobre sua própria condição" (SANTILLI, 1985, p. 174). Entre os diversos estudiosos das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, é importante considerar o impacto das novas formas de olhar para o devir histórico e a significação cultural da população negra, na África e na diáspora, que culminaram no Movimento da Negritude francófona e suas releituras, sobre a construção de uma literatura autenticamente africana nas colônias portuguesas. A poesia, sobretudo, a partir do final dos anos 40 do século XX, reclama a possibilidade de trazer para o seu centro tanto o drama do homem negro colonizado quanto a valorização de sua cultura. O centro de efervescência e recepção dos postulados da Negritude pelos futuros poetas e prosadores das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa foi, em grande medida, a famosa CEI (Casa dos Estudantes do Império). Hospedagem para os estudantes oriundos das terras de Portugal "no Ultramar" e centro de observação e controle – ou da "tentativa de" – de toda uma intelectualidade perigosamente em formação, a CEI logrou tornar-se uma espécie de "ninho de serpentes". Nesse caso, a "surucucu, cobra maldita" (RUI, 1985) morderia as bases discursivas e literárias do

próprio sistema colonial. Carlos Everdosa, no seu Itinerário da Literatura Angolana (1972), identifica os jovens estudantes angolanos, por exemplo, reunidos em diversas associações culturais, em Angola e Portugal, como intelectuais "fortemente impressionados pelas correntes neo-realistas da literatura, do cinema e da pintura, triunfantes no pós-guerra, e mais tarde não só pela descoberta da negritude que desde 1935 vinha sendo propugnada por Senghor e Césaire, mas também pelo exemplo de escritores negros norte-americanos (...) e do cubano Nicolas Guillén" (EVERDOSA, 1972, p. 94-95). O presente trabalho propõe analisar os vestígios das prerrogativas negritudinistas na produção poética da chamada "África Lusófona", entre os quais Agostinho Neto (Angola), Francisco José Tenreiro (São Tomé e Príncipe), José Craveirinha e Noémia de Sousa (ambos de Moçambique).

Sessão Temática 23

Pensamentos e Intelectuais Negrxs e Pan-africanistas na África/Diáspora e diálogos Contemporâneos

A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e os Núcleos de Estudos afro-brasileiros (Neabs): por uma educação antirracista e pluricultural. - Luiz Gustavo Santos da Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Resumo: Neste artigo, trago uma abordagem preliminar da pesquisa "A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros (ABPN) e os Núcleos de Estudos afro-brasileiros (NEABS): por uma educação antirracista e pluricultural", que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / ProPED, na Linha de Pesquisa Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais. Teço algumas reflexões a partir do surgimento das associações, buscando compreender o alcance das suas produções para a efetivação de uma educação plural e antirracista. Observaremos o impacto desses conhecimentos na produção intelectual negra brasileira e, também, se esses mesmos saberes têm encontrado terreno fértil para debates no campo educacional da Formação de Professores/as para as relações étnico-raciais. Refletiremos sobre a diversidade, o crescimento numérico e a qualidade desta produção acadêmica no campo das Relações Étnico-Raciais, na Formação inicial e continuada de Professores/as e se têm influenciado na expansão de novos modelos de análise sobre as experiências coletivas das populações negras e, até que ponto, se tem contribuído para construção de um campo de conhecimento diferenciado, contra-hegemônico, na área da educação. Este artigo adota, do ponto de vista do método, a proposta teórica a partir dos estudos de Bakthin, em especial o conceito de dialogia. Utilizaremos, enquanto procedimento metodológico, a análise textual discursiva, que tem se mostrado ferramenta importante, permitindo conviver com uma abordagem que exige constantemente a (re)construção de caminhos dentro do texto. Partindo do pressuposto de que todo texto possibilita uma multiplicidade de leituras, tanto em função das intenções dos autores e autoras como em função dos referenciais teóricos dos/as leitores/as e dos campos semânticos em que se inserem, esta pesquisa levará em consideração a exigência desta análise na reconstrução dos entendimentos de ciência, superando paradigmas e solicitando construção de caminhos próprios de pesquisa (MORAES; GALIAZZI, 2006). Este procedimento metodológico criará espaços para a emergência do novo, precedendo a criação de novas ordens e entendimentos.

A dores no campo: a produção intelectual e o racismo anti-negro entre latinos nos Estados Unidos - Camila Daniel (universidade federal rural do Rio de Janeiro). Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os limites da pesquisa e da prática científica de mulheres negras diante dos diferentes formas de manifestação do racismo anti-negro entre latinos nos Estados Unidos. Ele se baseia na experiência de trabalho de campo etnográfico da autora, uma antropóloga negra e brasileira, que se deparou com a resistência em ser aceita por aqueles que seriam os interlocutores de sua pesquisa, os imigrantes peruanos no Estados Unidos. Apesar da experiência que já tinha na pesquisa da imigração peruana no Brasil, foi apenas nos Estados Unidos que a autora encontrou no racismo – e na dor por ele produzido - um impeditivo para a realização da sua proposta de pesquisa, o que a levou a questionar seu lugar como mulher negra brasileira ocupando o papel de pesquisadora, papel este histórica e tradicionalmente ocupado por homens brancos oriundos dos países desenvolvidos. Para realizar esta análise, empregaremos como referencial teórico o conceito de "outsider within", desenvolvido por Patricia Hill-Collins (2016) que explica como a multiplicidade de opressões às quais as mulheres negras norte americanas estavam sujeitas, como por exemplo, as vividas pelas empregadas domésticas, lhes permitia ocupar um lugar social particular, de estar simultaneamente dentro e fora das estruturas de poder, e assim, desvendar o racismo, realizando interpretações de si mesmas e da realidade, assim como ações de resistência ignoradas pelas análises científicas tradicionais. No trabalho de campo etnográfico que tentou realizar com imigrantes peruanos nos Estados Unidos, a pesquisadora se deparou com as incorências entre o discurso inclusivo dos peruanos sobre a negritude e a exaltação da cultura afro-peruana e as atitudes de rejeição à sua pessoa, recorrentemente identificada como afroamericana, e as formas veladas de racismo anti-negro difundido entre os peruanos. Se, por um lado, tal fato implicou na impossibilidade de realizar o trabalho de campo etnográfico ao qual se havia proposto, ele também permitiu à pesquisadora adentrar uma dimensão particular da racialização da vida nos Estados Unidos, não entre brancos e negros, mas entre latinos. Este pesquisa se baseia na metodologia da autoetnografia da experiência da primeira autora quando realizou seu pós-doutorado no exterior, com financiamento da CAPES. O material da autoetnografia, assim como a reflexão teórica, foi realizada pelas duas autoras, ambas mulheres negras, como parte do projeto de iniciação científica "Feminismo negros no Brasil".

Abdias do Nascimento, "o libertário": escrita insurgente e (re)configuração da memória - Marluce de Lima Macêdo (Universidade do Estado da Bahia). Resumo: Este artigo aborda as produções de Abdias do Nascimento na perspectiva da memória e da tradição,

situando-o num lugar de divergência em relação não só a uma memória racista e colonizadora, como também na defesa e proposição de outras memórias, memórias cunhadas a partir da positivação da experiência negra, da valorização das suas tradições, das suas culturas e dos saberes produzidos pelos(as) negros(as) no Brasil e no mundo. A escrita de Abdias do Nascimento condensa uma reflexão aprofundada de suas experiências e enfrentamentos políticos, compondo um discurso insurgente, inscrito no terreno da reconfiguração da memória sobre a população negra. Memória inscrita e forjada na maioria das vezes na contramão das grandes narrativas memorialísticas ou mesmo das metanarrativas históricas.

Corpos Pretos só Sentem: Psicologia Preta enquanto retomada da Territorialidade Afrikana. - Talita Jeane Gonçalves Lopes (UFMT), Mariana da Silva Dias Lopes (Universidade Federal de Mato Grosso). Resumo: Por não ser a primeira e nem a última, convoco meus ancestrais para retratar a raça em centralidade, enquanto tema transversal, e atravessado pela violência sem precedentes contra o Povo Afrikano. O foco deste trabalho, parte do pensar a Psicologia Preta não enquanto reformulação do conhecimento já posto de uma Psicologia que foi estruturada epistemologicamente com a lógica colonizadora e eurocêntrica, sendo a criação do saber da branquitude como parte ativa da perpetuação da colonização a qual nos traz até os Afrikanos em diáspora. Nisso fica posto como finalidade a reflexão do sentido de Sankofa, o qual nos direciona a importância de uma busca constante pelo que foi esquecido de nossa Afrikanidade, a retomada dos conhecimentos de nossos ancestrais o qual foram apropriados, anulando e provocando os descarrilamentos e desafricanização (NOBLES, 2009), reconhecendo que o genocídio mental foi um dos principais instrumentos de poder para aniquilação da consciência de territorialidade ancestral Afrikana na constituição da subjetividade das pessoas pretas. Partindo para a contribuição de um espaço que tenha abertura de pensarmos a Territorialidade Afrikana enquanto imprescindível para a construção epistemológica de uma Psicologia Preta, sendo essa uma arma para emancipação do povo preto, seguindo por uma metodologia de roda conversa na qual o foco não é a linearidade do discurso, mas sim a ampliação da legitimidade das vozes narrativas da pretas e pretos que tem suas subjetividades rasgadas pelo racismo. Portanto esse trabalho faz uso da afrocentricidade como mediação para a busca da saúde mental, desde a compreensão da "humanidade" Afrikana, tendo perspectiva de resultados a escuta das narratividades pretas entre pretos como condutor da análise de novos parâmetros para se pensar os processos de curas negados aos Afrikanos/Afrodiásporicos, de uma epistemologia que se embasa de forma central em referência com as demandas do sofrimento psíquico do povo preto.

Edison Carneiro e a organização do povo de santo na Bahia - Edmar Ferreira Santos (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA). Resumo: Edison Carneiro nasceu em 1912 e morreu em 1972. Entre os anos trinta e sessenta sempre esteve à frente de enfrentamentos políticos que fortalecessem a luta pela conquista dos direitos civis do negro no Brasil, com destaque para os embates pelo reconhecimento dos cultos afro-brasileiros como religião e, com efeito, para a liberdade religiosa do negro. A pretensão dessa comunicação é abordar essa experiência incansável desse intelectual negro baiano. Para isso utilizo de considerável revisão bibliográfica e fontes primárias, especialmente jornais e textos escritos por Edison Carneiro. O texto dessa comunicação é resultado parcial de pesquisa de doutoramento em andamento intitulada "Outras visões de liberdade: dramas, conflitos e imagens do povo de santo na Bahia", desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia.

Escrita Criativa como arma e remédio: as vozes intelectuais contemporâneas de Edwidge Danticat, Roxane Gay, e Hilton Als - Katia Regina da Costa Santos (PACC/UFRJ). Resumo: Embora vivamos em um tempo em que muitos pregam o fim dos livros e das leituras longas, muitos são as publicações (sem destaque para a suas versões eletrônicas) que nos têm chegado de cantos de reflexões negras da Diáspora que comprovam exatamente o contrário. Assim, como forma de recortar uma língua (o inglês), uma região (a América do Norte), e uma ferramenta (a Escrita Criativa), a proposta desta comunicação é compartilhar as ideias de três autor@s negr@s contemporâne@s que vêm nos dizer porque a Escrita nos serve e conduz na construção de nossas subjetividades e complexidades humanas de forma grafada e politizada, sem que percamos a poesia e a genialidade de nossas existências pretas por não estarmos, como de costume, contribuindo para a magnificência da tradição oral que nos trouxe até aqui. As obras analisadas neste trabalho serão: "Create Dangerously: the immigrant artist at work", de Edwidge Danticat; "Hunger: a memoir of my body", de Roxane Gay; e "White Girls", de Hilton Als. Embora sejam três livros de ensaios e/ou quase memória, teremos como meta atentar para o registro da experiência negra no contexto norte-americano a partir dos corpos negros e intelectualidades de uma escritora haitiana que vive nos Estados Unidos; um premiado ensaísta queer African-American; e uma escritora bissexual também African-American, por consequência geográfica, por ter nascido nos Estados Unidos, embora seja, também, filha de imigrantes haitianos. A contemporaneidade que os abriga e às suas escritas não nos impede de pontuar os aspectos que os diferem e a possibilidade real e nada essencialista de diálogo principalmente no que se refere ao ativismo – mesmo que não nomeado – entre suas penas/canetas/teclas. Um outro esforço que conduz essa comunicação será o de não nos poupar – a nós outr@s, nesta outra ponta da América — dos estranhamentos que estes "outros" (textos) familiares indubitavelmente nos causam. A ideia que prevalecerá nestas leituras é a de que se de perto ninguém é normal, como cantou Caetano Veloso, talvez as experiências negras de outras paragens vistas/lidas tão de perto aplaque a romântica percepção de proximidade existencial que a palavra Diáspora pode nos suscitar – afinal, na Diaspora Negra somos todos primos e primas, ou irmãos e irmãs? Falemos de genialidades negras, ou de negr@s geniais? Buscar as respostas pode vir a ser um exercício intelectual que nos sirva, que sirva à construção das necessárias epistemologias inclusivas e representativas dos seres que também somos.

Feminismos negros: um diálogo sobre o pensamento das mulheres africanas, afro-americanas e afro-brasileiras. - Priscila Costa Silveira (UFBA). Resumo: Este artigo revisita algumas produções teóricas na área do pensamento de mulheres africanas, afro-americanas e afro-brasileiras apresentando suas reflexões e ressaltando as diferenças de ser uma mulher negra no Brasil, Estados Unidos e no continente

Africano. Esta proposta assume uma preocupação com a situação das mulheres negras e contextualização dos conhecimentos produzidos pelas mesmas, para a partir deles derivar algumas hipóteses que permitam um posicionamento crítico dentro da pesquisa feminista negra. Enquanto mulher negra e feminista considero importante ressaltar o meu lugar de fala no presente texto, além de afirmar as minhas percepções sobre como o racismo em uma sociedade capitalista se articula com sexismo no apagamento e invisibilização da mulher negra. É fundamental refletirmos então como esses marcadores de opressão se relacionam de maneira interseccional. Tais elementos mediam em diferentes espaços de socialização, a vivência, em maior ou menor medida, de violências físicas e simbólicas que afetam sua construção identitária. Ao olhar a nossa sociedade percebo a existência de um país racista, patriarcal, machista e sexista. Ao pensar sobre estética negra ancestral recriada por mulheres negras latinas, inspiradas em padrões africanos e dos EUA (movimentos de empoderamento), cabelos soltos, turbantes e tranças é perceptível a resistência ao aprisionamento estético colonial. Afirmo então de antemão que essas relações encontram-se entrelaçadas de maneira inextrincável. Geralmente os estudos sobre as hierarquias raciais no Brasil (FIGUEREDO; GROSFOGUEL 2007) partem de uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos, todavia, penso ser necessário ponderar o imperativo da descentralização do feminismo norte americano. Isso significa estabelecer uma relação crítica, refletir de uma forma transnacional contra a monopolização do campo. Existe, geralmente, a pressuposição de que a forma mais avançada de feminismo negro é encontrada nos Estados Unidos. Afirmo que essa é uma visão colonialista e imperialista. Temos que nos perguntar como essa teoria fundamentada nas experiências de mulheres norte americanas pode ser útil para todas. Nesse viés pretendo com a intenção de enriquecer o debate acerca do tema trazer a reflexão das mulheres negras africanas, mais especificamente da Africa subsaariana, também conhecida como Africa Negra. Mesmo que tenham suas especificidades geográficas, demográficas, políticas, econômicas, étnicas e raciais, compreendo que a experiência das mulheres negras mundialmente são passiveis a diálogo respeitando suas diferenças.

Frantz Fanon para além do retrato preto e branco: Josie Dublé-Fanon, mulher da qual não falamos - Rosânia Oliveira do Nascimento (Universidade de Brasília-UnB). Resumo: Fanon tem regressado à cena no Brasil, mas quais são as mulheres que estão por detrás da figura do intelectual do qual é projetado somente um portrait, vestido de terno escuro e, muitas vezes, numa imagem em preto e branco? Pelos movimentos negros no Brasil, as teorias fanonianas foram apropriadas tardiamente na década de 1970, como apontado por Faustino (2015). Percebemos que a introdução do pensamento fanoniano deu-se pela hegemonia de mãos e olhos masculinos, tanto autores brancos, como o sociólogo Guimarães (2008), quanto por Kabengele Munanga (1986) e. por último, pela recente coletânea organizada por José Rivair Macêdo (2016) que reúne dezesseis autores, entretanto, nenhuma mulher! O que nos chamam a atenção na produção bibliográfica acerca da recepção e análise do pensamento fanoniano, é a ausência da demarcação de mulheres na vida e obra do psiquiatra Frantz Fanon. Na verdade, as biografias quando chegam estão noutros idiomas, francês, espanhol e inglês, o que limita o acesso aos demais públicos, pois está reservado à intelligentsia brasileira. Segundo a própria Marie-Josèphe Dublé, a Josie Fanon, numa entrevista concedida a Christian Filostrat (1978), na Universidade de Howard, ela teria conhecido Fanon no teatro, ele tinha 22 anos e cursava medicina em Lyon, ela tinha 18 anos e cursava Artes. Josie, apesar de desconhecida no Brasil, era uma mulher branca da burguesia francesa e manteve um relacionamento duradouro com Frantz Fanon até o ano da sua morte, em 1961, também ano da publicação de "Os Condenados da Terra", cujo prefácio é de autoria do filósofo existencialista, Jean-Paul Sartre. Numa das passagens do capítulo em "Pele negra...", Fanon (2008) se reporta ao drama sexual enfrentado pelo homem negro nas colônias, pois no período da escravização, se um negro fosse acusado, por exemplo, de ter copulado com uma mulher branca, ele seria castrado. No imaginário antilhano, que vigorava nas conversas entre os jovens martinicanos, um negro que chegasse com uma parisiense branca, seria louvado entre os seus congêneres. Interessante notarmos que, como corroborado pela própria Josie Fanon, eles se conheceram no mesmo ano que Fanon mudara-se para Lyon. Estaria o jovem Fanon superando a natureza pré-edipiana ao alcançar o amor de uma jovem francesa? Naquele ano de 1978, Josie Fanon afirmou em entrevista, para Filostrat (1978), que ela mesma foi responsável pela retirada do nome de Sartre do prefácio de "Os Condenados da Terra", pois o filósofo teria assinado a favor do Estado de Israel que, na compreensão da jornalista, estava contrário aos pressupostos ideológicos do martinicano, Frantz Fanon. Em seu lugar, ela teria sugerido a psicanalista, nascida na Argélia, Alice Cherki, que mais tarde teceu outra biografia de Frantz Fanon.

Ialorixá e a construção simbólica de si - Paulo César de Brito (Universidade do Estado da Bahia). Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a construção do capital simbólico da Ialorixá Astéria Ferreira de Mattos e as repercussões deste no enfrentamento desta sacerdotisa do candomblé contra os ataques que o seu terreiro – situado no bairro de Ilha Amarela, Salvador-Ba – sofreu de seguidores da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD; instituição também situada ao lado do templo religioso daquela Mãe de Santo. Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado que realizei nesta localidade e as metodologias utilizadas foram entrevistas diretas, observações de campo e história de vida. Ademais, o trabalho discute também a construção das redes de relações da Ialorixá citada com políticos da cidade de Salvador, bem como com lideranças comunitárias do bairro de Ilha Amarela como estratégias importantes para garantir o respeito e o reconhecimento social naquela comunidade.

Ló Gangan ka rélé so pitit' éléfan : Caminhos iniciais para construir uma arqueologia decolonial afrocentrada em Mana, Guiana francesa - Gabby Hartemann (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS). Resumo: A exemplo do que ocorre em outras ciências, os modos clássicos do pensar e do fazer arqueológicos têm se fundamentando em relações de colonialismo, de racismo e de epistemicidio. Tendências recentes na disciplina, sob a influência de reflexões críticas sobre a interação com os coletivos humanos, trazem abordagens diferentes ao estudo das materialidades e das temporalidades. Dessa forma, possibilidades para arqueologias autoreflexivas e politicamente engajadas surgem, à imagem da arqueologia baseada em comunidade (AGBE-DAVIES, 2010), da proposta de Arqueologia Feminista Negra (BATTLE-BAPTISTE, 2011), da arqueologia etnográfica (CASTAÑEDA, 2008), das arqueologias indígenas (ATALAY, 2006; MILLION, 2005) bem como de outras correntes teóricas decoloniais latinoamericanas (HABER 2015). Na Guiana Francesa,

território amazônico ainda sob domínio colonial francês, a arqueologia tem contribuido ativamente a manter um discurso hegemônico sobre o passado historico-colonial que apaga o protagonismo negro-africano e suas resistências à ordem escravista e pós-escravista. Com uma população guianesa em sua maioria negra, as conseqüencias sociais e psicológicas desse discurso científico racista são inúmeras. A presente discussão é oriunda do projeto de Mestrado em andamento da pessoa-autora. Baseando-se em um afastamento radical dos modos com os quais a arqueologia tem se praticado na Guiana francesa, propõe-se fazer os primeiros passos na elaboração de uma arqueologia afro-guianesa. O ponto de partida dessa caminhada foi escolhido para ser em Mana, comunidade fundada em 1836 por negras e negros, então na espera do título de liberdade que oficializaria sua condição de não-escravos. Procuramos construir uma abordagem teorico-metodológica menos colonial, decorrente de um entendimento dos conceitos émicos de Mana ligados ao entendimento do mundo, sobretudo sobre tempo, espaço, e, mais importante ainda, sobre ancestralidade. Sendo descendente de Alaïs, uma das mulheres africanas fundadores de Mana, esse último conceito revelou ser imprescindível para nossa pesquisa. Reflexões teóricas sobre autoarqueologia, bem como uma aproximação dessa outra arqueologia à prática de griô fundamentaram essa abordagem comprometida com responsabilidade e engajamento. Escolhas metodológicas incluiram o uso exclusivo da língua afro-guianesa, geralmente excluída da ciência ; pesquisa etnográfica com os mais velhos da nossa família em Mana, no objetivo de poder re-aprender conhecimentos ligados aos tempos, lugares, coisas, nascimento, morte, relações com os mortos ou com entidades não-visíveis ; introduzir a ciência arqueológica como um outro modo de conhecimento sobre os tempos e as coisas de antes; contação de histórias com objetos e lugares; comunicação com a nossa própria ancestralidade.

O encontro com o pan-africanismo: as (des)aventuras partidárias de Patrice Lumumba e Hoden Roberto - Larissa Oliveira e Gabarra (UNILAB). Resumo: Angola, ex-colônia portuguesa, independente em 1975, três partidos políticos disputando a governança. Hodel Roberto, pertencente ao povo Kongo, oriundo de Angola, mas fez todos os seus estudos no Congo -Belga, em escola Batista, fundador da UPNA, que se tornou UPA e que veio a ser FNLA. República Democrática do Congo, ex-Colgo-Belga, independente em 1960, 256 partidos nas disputas eleitorais para o legislativo naquele ano, mas apenas quatro partidos na disputa da presidência e cargo de primeiro ministro: MNC – Lumumba, MNC - Kalonji, ABAKO e CONAKAT. Patrice Lumumba, originário dos Batetela, falante de Lingala, sindicalista, fundador do MNC, primeiro Primeiro Ministro do país. Se o esse chega ao poder de fato, aquele perde espaço político primeiramente no quadro internacional e logo depois no âmbito nacional. Se o segundo morre já em 1960, o outro apenas em 2007. Essas diferenças são os fatos inerentes da história, no entanto como cada um viveu os processos de independência tem a ver com uma semelhança ideológica fundamental para o encaminhamento de cada um de seus partidos políticos no jogo das independências africanas, estimulada no encontro em Accra, Ghana, em 1958. Os dois lideres africanos, Lumumba e Roberto não se conheciam antes de Accra, cada um com muitas dificuldades conseguiram cruzar algumas fronteiras de colônias africanas como Gabão e Congo-Francês e chegar em Accra. Lá conheceram vários intelectuais do pensamento negro africano, como Frantz Fanon, George Pandmore e o próprio Kwame Nhrumah. Mais propenso a pensar a independência da colônia belga pelo viés nacional, mantendo as fronteiras coloniais, Lumumba foi um dos que estimulou Holden Roberto a abandonar a ideia de independência da população do norte de Angola, nomeadamente Bakongo e retirar o N da siga de seu partido antes União das Populações do Norte de Angola – UPNA - para União das Populações de Angola - UPA. E com a ideologia política pan-africanista e uma pressa pela independência total de todos os povos colonizados por Portugal em Angola e pelos Belgas no Congo que esses líderes voltam para seus locais de ação política. Os dois lideres irão agilizar as manifestações populares contra os colonizadores. Lumumba fará inúmeros discursos inflamados que levará sua prisão em 1959; Roberto irá incentivar a guerrilha de 1961 no norte de Angola. Nesses primeiros anos de luta os dois lideres permaneceram fieis as ideias pan-africanistas, apensar, principalmente Roberto ser causado de proteger os bakongo; e, serão também apoiados pelos EUA. Mas o cenário irá mudar, a nível internacional, com imensa rapidez para Lumumba logo após a independência do Congo, ele irá reclamar o apoio dos pan-africanistas, principalmente em tropas militares.

Rumo à uma antropologia des/decolonial: entre corpo-políticas do conhecimento e escrevivências - Amanda Medeiros Oliveira (Universidade Federal da Bahia). Resumo: Neste trabalho, desde pensamentos de intelectuais negras/os afrodiaspóricas/os e africanas/os antropólogas/os e não-antropólogas/os forjo a corpo-política do conhecimento (FIGUEIREDO&GROSFOGUEL, 2007) e a escrevivência (EVARISTO, 2005) como abordagens metodológicas e epistemológicas que des/decolonizam o fazer/pensar antropológico, pois perturbam as certezas metodológicas de uma disciplina enraizada numa supremacia branca-colonial-patriarcal-capitalista. Na primeira parte, discuto o surgimento da Antropologia no século XIX como linguagem do projeto colonial que balizou a invenção do Ocidente(TROUILLOT, 2016), ao legitimar a situação colonial a partir da produção de conhecimento sobre as populações não-brancas e não européias enquanto primitivas e selvagens, a disciplina forja seu o principal ditame: a construção e o estudo do/a Outro/a. No início do século XX, essas populações, que ocupam o nicho do selvagem(TROUILLOT, 2016), eram o principal objeto de discurso da disciplina, que foi institucionalizada através de mudanças nos paradigmas teórico-metodológicos e no aparente abandono das discussões raciológicas, recebeu a autoridade científica perante as outras ciências humanas e sociais. No entanto, mesmo com o suposto abandono das ideias evolucionistas-raciológicas, o nicho do selvagem não foi rejeitado, mas atualizado na figura dos sujeito/objeto, pesquisador/a Vs pesquisado/a. No contexto brasileiro, a Antropologia foi institucionalizada por acadêmicos/as brancos/as enquanto uma antropologia feita "em casa", ou seja, construiu o/a Outro/a no próprio contexto nacional, atualizando sua biblioteca colonial(MUDIMBE,2013), pesquisando principalmente populações indígenas e negras. Na segunda parte insisto na suspensão teleológica(GORDON,2017) da Antropologia, a começar por um processo de descentramento dos ideais disciplinares ao refletir sobre a metodologia e as experiências em campo de antropólogas/as negras/os pesquisando as relações raciais e de gênero em relação a antropólogos/as brancos/as. Na terceira parte, rumo a uma antropologia des/decolonial sugiro a corpo-política do conhecimento e a escrevivência como abordagens teórico-metodológicas-

epistemológicas que desdisciplinam a antropologia, por recusar os ideais disciplinares, e por permitir conhecer e escrevivenciar um conhecimento inaugurado na experiência de corpos considerados outros.

Sob o prisma epistemológico de Valentin Mudimbe: a arqueologia da gnose africana e o discurso missionário do padre Carlos Estermann na Angola colonial - Josivaldo Pires de Oliveira (Universidade do Estado da Bahia - UNEB). Resumo: Esta comunicação se dedica em perscrutar as proposições de Valentin-Yves Mudimbe, no que concerne aos cuidados de natureza epistemológica de análise do discurso missionário sobre os povos africanos. Filósofo, nascido no Congo (atual RDC), em 1941, Mudimbe foi seminarista durante a juventude, tendo se afastado para se dedicar aos estudos de história e cultura africana, o que lhe garantiu a notoriedade de importante especialista. Dentre suas salutares contribuições, destaque-se a perspectiva epistemológica por ele nomeada "arqueologia da gnose africana", a partir da qual ele propõe um método analítico do discurso missionário ocidental, por entender que este introduziu distorções que influenciaram, inclusive, os africanos quando procuram compreender a se próprios. Desta forma, tomo como material de análise para a questão proposta, o discurso missionário do Padre Carlos Estermann, renomado etnólogo das populações étnicas do sul de Angola. Estermann foi Superior das Missões do Espirito Santo, tendo desembarcado em Angola em 1924, onde viveu até seu falecimento em 1976. Deixou como legado, sua obra etnográfica publicada entre 1956 e 1961 pela Junta de Investigação do Ultramar, em 3 volumes, intitulada: Etnografia do Sudoeste de Angola. Seus trabalhos constituem ainda hoje importante referência sobre história e cultura dos grupos étnicos do sul de Angola, inclusive sendo requisitado como fonte de consulta por intelectuais africanos dedicados em entender as culturas tradicionais do sul de Angola. Desta forma, a presente comunicação reflete sobre as possibilidades epistemológicas africanas de interpretação do discurso missionário do padre Estermann, o qual constitui fonte de pesquisa sobre história social da Angola Colonial.

Ubuntu e sua resignificacao na América Latina: Um pensamento pan-africanista descolonial - Jean Bosco Kakozi Kashindi (Universidade Federal da Integracao Latino-americana). Resumo: Este trabalho visa a refletir, por um lado, sobre as apartações ético-políticas e epistemológicas de ubuntu, no continente africano, sobre tudo na África do sul, e, por outro lado, debater sobre a ressignificação ou usos político-epistemológicos de esse conceito na América Latina, nesse caso em Colômbia, entre as populações afrodescendentes. A ideia é de vislumbrar, em ambas as experiências, uma proposta pan-africanista de descolonização epistêmica, como debater sobre os desafios de partir da realidade, línguas e linguagens do Sul Global, para pensar a transformação sócio-política tanto da África quanto da América Latina.

Um olhar para valores civilizatórios da África Negra na escrita (auto)biográfica de Amadou Hampâté Bâ - Eumara Maciel dos Santos (Universidade Federal da Bahia). Resumo: Pretende-se promover uma análise sobre as formas de incisão de si e do outro como fonte de estudo sobre os valores civilizatórios da África Negra, partindo da obras autobiográficas e biográficas de Amadou Hampâté Bâ, um dos mestres da tradição oral africana, em sua tarefa de coleta, além de outros modos de expressão da cultura e da história da região da África denominada Shael, de narrativas populares que permeavam seu cotidiano maliano e fula, compilando-os e publicando-os em francês, língua oficial do Mali, herança da colonização no seu país. A pesquisa é orientada pelo estudo do trajeto de Hampâté Bâ pela escrita de si, quando personifica suas memórias ao comunicar a presença de Amkoullel: o símbolo da sua viagem de volta às terras do Mali, onde se deu a emersão, mesmo in memorian, das belas histórias afro-islâmicas desse menino fula nas duas partes de sua autobiografia: Amkoullel, l'enfant peul – mémoires I (Amkoullel, o menino fula – Primeiro livro de memórias), de 1991, e Oui, mon commandant! – mémoires II (Sim, meu comandante! – Segundo livro de memórias), datado de 1994. Ambos foram publicados na França a título póstumo. Só em 2003, a obra Amkoullel, o menino fula foi publicada em português. Em Vie et enseignement de Tierno Bokar, Le sage de Bandiagara (1957) e L'etrange destin de Wangrin (1973), representará a abordagem dos espaços biográficos de, em sequência, Tierno Bokar, o sheikh da fraternidade sufi Tijaniyya ligado à família do poderoso tucolor El Hadj Omar e que foi seu mestre espiritual; e de Wangrin, o interprete da administração colonial, tratando sobre o colonialismo, práticas religiosas no Sahael do início do Século XX, partindo das próprias narrações da trajetória do biografado. Desse modo, metodologicamente, a produção literária (auto) biográfica de Amadou Hampâté Bâ foi estudada de modo a perceber a relevância desses registros, daí a relevância do estudo da obra de Hampâté Bâ que se mostra como um cabedal de saberes que veiculam ensinamentos culturais e históricos, transpondo-os no tempo-espaço em uma lógica geracional africana, haja vista que, ao acionar também concepções africanas de memória, ancestralidade e ancianidade, enfim, valores civilizatório africanos, a tradição oral é observada em sua importância para a manutenção de práticas culturais, bem como a sua representação histórica em suas formas de transmissão, de recepção em meio ao emaranhado de influências coloniais na dinâmica de tradições e rupturas através também dos tempos.

Sessão Temática 25.

Política e Cultura: A(r)tivismos negros pelas Diásporas

"Bota o tambor pra tocar": estruturas ancestrais bantu no funk carioca e no maculelê - Renan Ribeiro Moutinho (UNIRIO). Resumo: Em consonância com um movimento de promulgação de políticas de ações afirmativas no Brasil nas últimas décadas, principalmente a partir dos acordos firmados pelo governo brasileiro na Conferência de Durban em 2001 e as ações que a sucederam, acreditamos importante refletir acerca do campo musical como um lugar historicamente marcado por influências, ressignificações e silenciamentos. Neste sentido, a determinação de que conteúdos relacionados ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana devem ser ministrados nos currículos da Educação Básica desde janeiro do ano de 2003 pode suscitar valiosas discussões acerca das reverberações,

em nossas manifestações musicais nos dias de hoje, de africanismos sonoros trazidos por bantus (bantuísmos), iorubás (iorubismos) e outras etnias escravizadas no transcurso do período do tráfico transatlântico. Desta forma, procedemos neste trabalho a analisar, por intermédio de pensadores de música africana (Mukuna, 2000; Pinto, 2001), estruturas musicais que aparecem na manifestação musical conhecida como funk carioca e também no maculelê a fim de discutir uma possível origem ancestral bantu para estas duas manifestações. Esse trabalho compõe a terceira fase de pesquisa de doutorado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Música (PPGM-UNIRIO) sobre os processos de produção do funk carioca.

Artevismo Negro: a resistência dos sujeitos subalternos - Wynne Borges Carneiro (Universidade Federal de Goiás). Resumo: Esse trabalho é um excerto da minha dissertação de mestrado, cujo tema é a representação dos negros nos museus brasileiros, tendo como objeto de estudo e por sua vez o recorte, o Museu das Bandeiras, que se situa na Cidade de Goiás, no estado de Goiás, antiga capital. O trabalho em questão tem o intuito de analisar as possíveis narrativas e leituras sobre a diáspora africana no Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás e como essas narrativas são recebidas, interpretadas e ressignificadas pelo público específico que frequenta o museu. A análise do discurso expográfico presente nos museus, tem sido pouco utilizada em abordagens antropológicas nos museus brasileiros, mas é uma importante ferramenta para que se possa compreender como os discursos hegemônicos são impostos e legitimados e o modo que silenciam e perpetuam o olhar opressor do colonizador, diante disso uma abordagem antropológica prevê o mapeamento das ressignificações desse discurso hegemônico. Os museus são os locus que salvaguardam o patrimônio material acerca da herança cultural de um povo, portanto a escolha do museu como objeto de estudo está intrinsecamente ligada á historiografia das construções das culturas. O museu é um espaço de construção patrimonial e de memórias, um espaço de negociação em que por meio do discurso expográfico, a narrativa apresentada é recebida e interpretada pelo público que o frequenta. O Museu das Bandeiras é um museu de tutela federal, localizado na Cidade de Goiás, que durante muitos anos foi a de maior relevância em nosso estado, por ser a capital. A história do museu mescla-se com a história da fundação de Vila Boa (atual Cidade de Goiás), em 1727, cuja historicidade e formação advêm do desbravamento dos bandeirantes em direção ao interior do Brasil durante o ciclo do ouro. A escolha do Museu das Bandeiras deu-se pelo fato de ser um museu goiano situado na Cidade de Goiás que possui um discurso nacional, de patrimônio, memória e história, que remetem a um período da historiografia do Brasil, que foi o ciclo do ouro. Essa escolha surge pela localidade do museu, no nascedouro da sociedade goiana, cuja origem remete a formação da construção da identidade do povo goiano e a importância de Vila Boa, pois posteriormente foi a capital do estado de Goiás. A proposta do artigo é mostrar as formas de resistência por meio de artistas visuais contemporâneos, de exporem suas obras em museus não convencionais, ou históricos e sim buscarem outros espaços, como os que menciono museus de arte contemporânea, centros culturais. Trago em específico para esse trabalho dois artistas negrodescendentes, Rosana Paulino e Dalton Paula cuja inspiração advém do trabalho da Rosana Paulino.

Artistas negros no cubo branco: as disputas de sentido em torno da produção de pintores e escultores negros em contextos institucionais - Bruno Pinheiro (IFCH/UNICAMP). Resumo: Nessa comunicação, será apresentado um estudo comparativo em que os sentidos assumidos pela obra do escultor Agnaldo Manoel dos Santos na seleção para duas exposições que ocorreram no ano de 1966, a XXXIII Bienal de Veneza e para o I Festival de Artes Negras de Dakar, serão aproximados com a presença de artistas negros atuantes no tempo presente em exposições de arte que ocorreram no ano de 2017. Para realizar a curadoria da representação brasileira das duas mostras de 1966, foi definida pelo Ministério das Relações Exteriores uma comissão de críticos de arte, que definiu pela presença nas duas mostras do escultor negro baiano, falecido em 1961. Após o anúncio dos conjuntos de artistas selecionados, que nos dois casos se configuravam como exposições coletivas, a participação em ambas de Agnaldo dos Santos foi colocada em questão. Por um lado, críticos de arte alheios à comissão questionaram o quanto o trabalho de um escultor que em seu trabalho trata da experiência das populações negras seria significativo para representar o Brasil na mostra. Esse debate levou ao cancelamento da participação do escultor na Bienal. No caso do Festival de Dakar, a curadoria foi colocada em questão por Abdias do Nascimento, que trabalhava desde a década anterior a articulação de artistas visuais negros, e que entendia a comissão formada por sujeitos brancos para definir que sujeitos negros iriam representar o país, enquanto uma atitude paternalista e eurocentrada. Esse segundo debate não gerou nenhuma resolução em relação à seleção de artistas a serem expostos na mostra, de modo que o trabalho de Agnaldo dos Santos viajou a Dakar e sendo leureada com o principal prêmio do evento. Com a finalidade de ampliar o debate sobre relações raciais no campo da história da arte, essa sequencia de acontecimentos será aproximada aos discursos produzidos por duas exposições contemporâneas em que artistas negros assumiram diferentes formas de protagonismo, "Osso – exposição-apelo ao amplo direito de defesa de Rafael Braga" (2017), realizada no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo, organizada pelo curador Paulo Miyada, e "Agora somos todxs negrxs?" realizada no Galpão VideoBrasil, também em São Paulo, com curadoria do artivista negro Daniel Lima.

Curtas-Metragens e o Ativismo Negro: possibilidades de denúncias, resistência e empoderamentos - João Gabriel do Nascimento Nganga (Universidade Federal de Uberlândia). Resumo: Parto do pressuposto que "Quem tem o poder de representar, tem o poder de definir e determinar a identidade." (SILVA, 2000, p. 91), assim sendo, as representações inferidas por filmes dialogam direta e indiretamente com nossas construções identitárias. Aliadas ao contexto de práticas racistas existentes no Brasil, a realização de ativismos negros por meio do cinema, neste trabalho com recorte para curtas-metragens, foram e continuam sendo importantes, uma vez que a presença de sujeitos, atores/atrizes, representações negras na frente e atrás das câmeras de cinema e outras produções audiovisuais continua sendo mínima. A partir disso, o objetivo deste trabalho é investigar/problematizar a presença e o ativismo de cineastas negras/os nos e por meio de curtas-metragens que não fazem parte do maistream brasileiro. Minha inquietação para tentar compreender as formas de ativismos que esses/as cineastas buscam para contrapor imagens ausentes, bem como símbolos, representações e narrativas estereotipadas da população negra em filmes começa pela parca presença de negros atrás das câmeras, percorre suas lutas "dentro" e "fora" das telas por

visibilidade e ensaia alguns apontamentos de conquistas de caráter político-cultural-afirmativo que pode contribuir para um empoderamento negro.

De negros (as) libertos (as) do século XIX a uma família de resistência do século XXI. Considerações sobre a Família Silva Santos no planalto meridional brasileiro. - Nathalia Ketlen Dias Oliveira (Ufpel). Resumo: Poucas são as produções historiográficas e biográficas que possibilitam a inserção e participação de indivíduos invisibilizados dentro da sociedade. O propósito deste resumo é usar a História Oral como método para dar continuidade a um projeto de pesquisa que traça a trajetória de uma família negra, no século XIX pós-abolição no Rio Grande do Sul, nas cidades de Pelotas e Rio grande. Manoel da Silva Santos, nascido em 1831, é a referência dessa árvore genealógica. Os prenúncios apresentam que Manoel Conceição da Silva se casa com Maria José dos Santos no final do século XIX, juntos formam uma família negra e livre, que conquistam estabilidade financeira. No século XX a família permanece influente na sociedade, o membro de maior destaque é o deputado Carlos Santos, da quarta geração, representativo por ser o primeiro governador negro do Estado. Carlos Santos era natural de Rio Grande, filho de Manoel Ramão da S. Santos e Saturnina Bibana Santos. Os relatos orais apontam que Carlos casou-se com Julieta Boletto. Tiveram cinco filhos dessa união, Carlos Marcelino, Neiva, Ibá, Ney e Carmem. Esses indivíduos constroem a quinta geração no fim do século XX. Por fim, investigarei nas entrevistas feitas recentemente com os netos de Carlos Santos, indícios que possam reconstruir a trajetória dessa família protagonista do movimento negro de Pelotas e Rio Grande. Falarei brevemente sobre a quinta e sexta geração, pois há pouco material em relação a estas. Carlos Marcelino, o filho mais velho, tentou a carreira política, porém, não obteve sucesso. De todos os filhos, foi o primeiro a falecer. Os (as) filhos (as) que ainda estão vivos são Carmem Santos e Neiva Maria. Entrevistas foram feitas com a filha de Ney Santos, Kizzy Pereira Santos e com a filha de Neiva Maria dos Santos, Adriana Santos da Silva. Kizzy trabalha como assistente social no Abrigo João Paulo II em Porto Alegre, é divorciada e mãe de Kauã, de 17 anos, que compõe a sétima geração da família Silva Santos. Adriane Santos da Silva tem 55 anos, é professora de história, aposentada e divorciada. Participa de uma ONG chamada Maria Mulher, uma organização de mulheres negras em Porto Alegre. Os sucessores dessa família deixam viva a memória de resistência realizada pelos seus antepassados. Essas análises apontam que muitas lacunas estão em aberto dentro deste estudo, por isso se faz necessário traçar a trajetória dos indivíduos que ocupam o século XXI dessa família, para evidenciar as experiências de luta contra o racismo institucional e social que essas pessoas encaravam no período do pós-abolição, na região do planalto meridional brasileiro.

Do palco à vida : Uma abordagem das mulheres negras no Teatro Mineiro. - Regiane Aparecida Farias Ferreira (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). Resumo: O trabalho aqui apresentado é parte de uma pesquisa de Iniciação Científica, que tem como tema central o processo de vida das mulheres negras no teatro brasileiro, dando atenção às marcas das experiências sociais e às suas retraduções em formas simbólicas específicas (PONTES, 2010). Tem como objetivo correlacionar aspectos das teorias críticas sobre a presença e atuação das mulheres negras como protagonistas nos grandes palcos, com as experiências e vivências de atrizes que carregam em seus corpos uma marca histórica, resultante do enraizamento do preconceito tanto na vida social quanto artística. A pesquisa também apresenta a relação da identidade negra com a prerrogativa de criação de atos estéticos que induzem expressões de subjetividade política. (RANCIÉRE,2012; ISCHER, 2014). A ideia da pesquisa surgiu a partir as necessidade de desenvolver estudos específicos sobre as dificuldades em ser uma atriz negra no cenário teatral, tendo como base o não reconhecimento, o não destaque em grandes papeis, a dificuldade de se encontrar textos escritos e dirigidos por mulheres negras. Além disso, pensamos nas particularidades das inserções das mulheres negras nas escritas dramatúrgicas. Tais escritas são carregadas de significados, de forma sistemática, marcando a construção e criação dessa dramaturgia com textos que alam o exercício da pesquisa estética ao discurso político. Isto mostra que o "jeito negro de fazer teatro está vivamente conectado à preservação dos valores da negritude brasileira", (ALMEIDA, 2015), dentro da sua própria vivência e experiência negra. Neste sentido, alguns questionamentos têm sido pertinentes, compondo a problemática da nossa pesquisa: a) Quais são os lugres das mulheres negras no teatro, e as dificuldades de se manter enquanto artista? b) As mulheres negras produzem outras coisas? Onde são produzidos esses teatros? E quem os financiam? A pesquisa busca a compreensão de como o teatro brasileiro se fundamenta, até os dias de hoje, em um teatro extremamente focado em um gênero e uma cor. Busca também compreender a resistência personificada em corpos negros, que usam o teatro como um mecanismo de expressão e luta, tornando-o uma arena política de relevância para a história negra brasileira.

Estéticas da plantação na arte Afro-caribenha contemporânea: as instalações de María Magdalena Campos Pons e Nikolai Noél - Nohora Alejandra Arrieta Fernández (Georgetown University). Resumo: Aos longo das últimas três décadas (1990-2016), as artes plásticas e visuais do Caribe apresentam um número cada vez mas crescente de obras relacionadas com a temática da plantação de açúcar, suas consequências e os traumas que esta lego as denominadas plantation societies. Assim se pode ver nos trabalhos do artista de Trinidade e Tobago Nikolai Noél e nas instalações da artista cubana María Magdalena Campos Pons. Os materiais e as narrativas estéticas usadas pelos artistas mencionados evidenciam tanto uma transformação nas representações estéticas da plantação de cana de açúcar como nos discursos a ela vinculados. As instalações (2011) de Nikolai Noél se caracterizam pelo seu uso de açúcar, melaço ou rapadura como matéria primordial. Os desenhos de açúcar que Noél faz sobre paredes brancas vão desaparecendo devido as condições fisicas (temperatura, umidade) dos lugares onde acontecem as instalações. Com o passar do tempo, os desenhos adquirem uma aparência fantasmal. Na sua instalação Sugar: Bittersweet (2010), Maria Magdalena Campos Pons usa estruturas feitas do açúcar e vídeos para refletir sobre a história da sua família (história de pessoas negras escravizadas nas plantações de açúcar de Matanzas), sobre o trabalho na plantação e o lugar marginal da população negra na sociedade cubana. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os modos em que estes dois artistas caribenhos voltam ao açúcar ou ao tema da fazenda açucareira para discutir os discursos fundacionais das sociedades de plantação e do sistema escravista a eles vinculado. Nesse sentido, os desenhos fantasmagóricos de açúcar do Noél podem se pensar num diálogo com as propostas do pensador martinicano Édouard Glissant, que imagina a plantação de açúcar como um espaço do opaco e do ambíguo, um espaço do "unspeakable" (inominável).

Por sua vez, María Magdalena Campos Pons põe no seu centro de seu trabalho sobre plantação a experiência e a corporalidade negra que foi apagada nos discursos fundacionais sobre a plantação do açúcar na Cuba, tal como no ensaio Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar (1940) de Fernando Ortiz. Por meio da suas instalações Noél e Campos Pons revisitam a história da plantação de açúcar desde um olhar e uma experiência negra. Desse modo transformam os discursos tradicionais sobre a plantação, e nos convidam ao pensar sobre os modos estéticos de reformular a nação nas sociedades de plantação. É assim como sua pratica artística se converte num "artivismo".

Existir e Resistir: De objeto de pesquisa à pesquisadores - Caroline Mendes Bispo (Elas Existem - Mulheres Encarceradas). Resumo: O presente trabalho surge do recorte de uma pesquisa sobre mulheres negras no judiciário brasileiro, ou melhor, a falta de mulheres negras nesse ambiente de grande maioria de homens brancos. Nessa inquietação pessoal, acerca da falta de mulheres negras no judiciário, percebo que a trajetória de mulheres negras – sua vivência, existência, dores e etc – sempre foram pautas para homens e mulheres brancas adentrarem e expandirem na academia. Porém quando essas mulheres negras deixam de ser objeto de pesquisa e se tornam sujeitas das próprias pesquisas, quando são elas a escreverem a própria história não percebemos a mesma visibilidade e reconhecimento, a fim de compreender a trajetória dessas mulheres dentro da academia, narrando sua própria história e indo além, pesquisando e publicando não só sobre a questão racial mas também sobre todo e qualquer tema. Desde longa data foi negada a população negra o ingresso nos ensinos de educação e espaços acadêmicos; na realidade em diversos espaços, entretanto o ingresso de negros e negras nesses espaços estão cada vez mais aumentando e se tornando expressivas as informações e pesquisas narradas por essa população que antes era conhecida tão somente como "oprimidos". A formalização da candidatura da escritora Conceição Evaristo à uma das vagas para a Academia Brasileira de Letras em maio de 2018, demonstra escuramente o lugar que a sociedade sempre espera dos negros no Brasil, em seus 120 anos de existência nunca consagrou imortal uma mulher negra, ainda que a ABL tenha sido criada por um homem negro – Machado de Assis. Nesse mesmo tocante, importante ressaltar também que Luiz Gama, falecido em 1882, somente foi considerado pela Ordem dos Advogados do Brasil como advogado em 2015, ou seja 133 anos após sua morte. Nesse sentido, como metodologia de trabalho para a conclusão do presente artigo será adotada a pesquisa documental e de entrevistas. Serão analisados a vida e o trabalho de pesquisadores e escritores negros e negras que não foram reconhecidos em vida por seus trabalhos. Também serão realizadas entrevistas da população negra acadêmica nos dias atuais e de que forma seu trabalho é reconhecido e apresentado, principalmente quando esse trabalho vai além da questão de suas dores. As conclusões não são definitivas e tampouco pretendem esgotar uma temática tão ignorada pela área acadêmica, mas se torna urgente e importante demonstrar o quanto é necessário trazer a discussão de políticas públicas para o ingresso da população negra nesses espaços que lhe foram negados, bem como a analise e apresentação de como o racismo estrutural e institucional fez e faz com que a maior parte dessa população seja reconhecida tão somente como objeto e não sujeitos.

Forjas Pedagógicas: rupturas e reinvenções artísticas na corporeidade negra - Thiago Pirajira Conceição (UFRGS). Resumo: As ideias apresentadas neste trabalho compõem uma pesquisa de mestrado acadêmico em fase de desenvolvimento. A investigação, de caráter teórico-prático, possui uma dupla proposição. A primeira, trata da análise do processo de criação de artistas cênicos negros que fazem parte de um bloco de carnaval de rua, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A segunda, visa a formulação de uma epistemologia anti-hegemônica que dê conta das subjetividades dos sujeitos participantes. Parte-se do pressuposto de que o corpo negro na diáspora é atravessado pela simultaneidade: de um estado de dor frente ao genocídio constante do projeto estrutural-racializante; das resistências a essa condição nas quais reinventam modos possíveis de vida. Assim, constroem-se as seguintes questões: como, frente a essa realidade, se operacionalizam os modos de criação desses corpos na cena artística? É possível que as metodologias artísticas hegemônicas deem conta das complexidades enunciativas dos corpos em questão? Emerge dessa indagação a hipótese das Forjas Pedagógicas como uma possível epistemologia reivindicadora que pensaria, sob novos ângulos, os agentes negros nos processos cênicos de criação: nas artes performáticas (teatro, dança, performance), nas demais áreas artísticas (música, artes visuais) e também nos possíveis cruzamentos entre linguagens. O termo forja, assentado na mitologia yorubá, assume os sentidos de desestabilização / reinvenção e opera como campo de possibilidades. As forjas pedagógicas tentam abarcar as dimensões subjetivas da criação artística do corpo negro e pressupõem, ainda, a validação do sujeito em suas particularidades, nos seus diversos métodos de agenciamento do corpo e em seus modos de construção de saberes. Se tornam também um instrumento de escuta fiel aos corpos historicamente silenciados, que vem assumindo posturas de enfrentamento artísticas-estéticas-poéticas contra as narrativas dominantes. Visam, ainda, problematizar o campo das artes cênicas a partir do tensionamento das relações étnico- raciais e da construção de uma educação antirracista. A pesquisa é atravessada pelas teorias de Conceição Evaristo, Nilma Lino Gomes, Frantz Fanon, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, Achille Mbembe, Celina Alcântara, Djamila Ribeiro, Luiz Rufino, entre outros.

LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO E TEATRO DAS OPRIMIDAS: Peça "Nega ou Negra?" do Coletivo Madalena Anastácia - Rachel Nascimento da Rocha (CEFET/RJ). Resumo: O Coletivo Madalena Anastácia nasce em 2015. Criado exclusivamente por e para mulheres negras "se propõe a questionar as articulações das opressões de gênero e raça e como nos afetam, quebrando a falsa ideia da homogeneização entre mulheres e entre as pessoas negras, revelando na diversidade formas de potencializar a cooperação e a transformação" (SANTOS, 2016). O Coletivo é vinculado à Rede Ma(g)dalena Internacional que se multiplica hoje por diversos países dos cinco continentes, iniciada por Bárbara Santos e por mulheres que se identificam com o método. Os laboratórios dessa crescente rede de mulheres, que atua desde 2010, são experiências estéticas, baseadas nas técnicas do Teatro das Oprimidas e procuram investigar as especificidades das opressões enfrentadas por mulheres, com o objetivo principal de trabalhar a respeito das opressões que nos atingem, criando ações reais, concretas e continuadas de intervenção social que contribuam para a transformação da realidade, buscando a igualdade entre gêneros. Do conceito alargado de letramento, surgem estudos que buscam compreender as relações de aprendizagem no sentido amplo e diverso das relações sociais de gênero, racial, de resistência. Nesse sentido, a Teoria Racial Crítica considera as

narrativas autobiográficas como contranarrativas de argumentação dos grupos subalternizados, de denúncia e luta contra o racismo enquanto estrutural e estruturante das relações sociais. São cinco princípios fundamentais: 1. A intercentricidade de raça e racismo; 2. O desafio à ideologia dominante; 3. O compromisso com a justiça social; 4. A perspectiva interdisciplinar; 5. A centralidade do conhecimento experiencial. A peça "Nega ou negra?" foi criada em 2015 pelo Coletivo Madalena Anastácia. O principal intuito é investigar como os repertórios culturais de entretenimento reforçam a objetificação das mulheres negras e a cultura do estupro. A peça evidencia uma proposta de Letramento Racial Crítico através de narrativas que vem à tona por meio da metodologia do Teatro das Oprimidas, visando questionar as relações raciais e de gênero ratificadas nos discursos sociais veiculados, não exclusivamente, através da música, produzindo contranarrativas. Consideraremos analisar como a o Letramento Racial Crítico se dá ao longo da peça.

Negros e ditadura: Os rastros e a poesia do guerrilheiro Rosalindo Cruz Souza no Araguaia - Janailson Macêdo Luiz (Universidade de São Paulo). Resumo: A atuação dos negros na resistência ao Regime Militar (1964-1985) ainda se constitui como uma das lacunas sobre a história das populações negras no Brasil. Avanços tem sido realizados por meio de pesquisas que abordaram a atuação dos afro-brasileiros naquele contexto, tendo como objeto, por exemplo, a emergência do Movimento Negro Unificado, de grupos teatrais ou literários e teatrais, como o Quilombhoje, ou ainda da atuação individual de militantes perseguidos pelo regime, como Abdias do Nascimento. Todavia, ainda são poucos os estudos que se debruçam negros que optaram pelos caminhos da luta armada. Ainda que os partidos e os movimentos a que eles estiveram vinculados não tivessem uma atuação voltada em específico para as questões raciais, compreender melhor as suas formas de atuação pode contribuir para construir uma outra imagem sobre o período, rompendo, inclusive, uma imagem cristalizada sobre a resistência armada à ditadura, que coloca os guerrilheiros representados apenas pela imagem de homens brancos. Entre os personagens que merecem maior abordagem encontra-se o advogado baiano Rosalindo Cruz Souza (1940-1973), guerrilheiro do Araguaia, que durante sua presença na região da guerrilha adotara o codinome "Mundico". Poeta, Rosalindo fora autor de cordéis que tinham como objetivo de aproximar as Forças Guerrilheiras do Araguaia, formadas por militantes do Partido Comunista do Brasil, e a população local. População essa formada, por sua vez, por um grande número de negros, oriundos de frentes migratórias que chegavam ao Pará em busca de terras, vindas de estados como o Maranhão, Piauí, Goiás e outras localidades. Antes de compor cordéis como o Romance da Libertação, cujo apenas alguns trechos chegaram aos dias atuais, Rosalindo fora estudante de Direito na Universidade Federal da Bahia, no final dos anos sessenta, em Salvador-BA, onde chegara a presidir o Diretório Acadêmico, antes de ser expulso por decreto federal. Logo em seguida, migrara para o Araguaia, onde seria morto no ano de 1973, sendo ainda hoje desconhecido o destino de seus restos mortais, assim como ocorrera com a maior parte dos seus companheiros de guerrilha. No artigo, que apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla voltada para participação dos negros na Guerrilha do Araguaia (1972-1974), são abordadas fontes (relatos orais, documentos do PCdoB e publicações jornalísticas) que tratam da trajetória de Rosalindo, analisando o seu papel junto a população local, bem como controvérsias sobre a sua morte no Araguaia, incluindo-se análise sobre os rastros de sua atuação e de sua poesia que chegaram até os nossos dias; importantes por permitirem maior ampliação sobre a atuação de um guerrilheiro-advogado-poeta negro em tempos de ditadura.

No compasso dessa banda eu vou: Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor - Ana Paula de Lima (Unicamp). Resumo: A fundação em 1933 da Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor e sua relação com outros grupos musicais e outras associações negras existentes na cidade de Campinas e região são os fios que compõem a trama dessa pesquisa. Partimos da hipótese que acompanhar a trajetória de um grupo musical através de seu conjunto documental (atas, livros de registro de músicos, partituras, papeis avulsos) poderá nos conduzir a um olhar privilegiado sobre redes de sociabilidade, conflitos e negociações realizadas diante de interesses nem sempre convergentes, ocorridos na própria Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor, assim como, no seu contato com outros grupos musicais e associações. Buscaremos reconstruir algumas das relações estabelecidas por esses sujeitos históricos que fizeram não só que, já nos anos trinta, uma banda fundada por negros existisse na cidade de Campinas, mas que esse grupo tocasse em diferentes espaços urbanos. Este trabalho pretende contribuir na discussão sobre o fazer musical e o associativismo negro, assim como propostos por autores como (CUNHA, 2016), (GIESBRECHT, 2011), (MACIEL, 1997) e (PÁTEO, 1997).

O corpo negro: a estética negra como forma de resistência - Rhaul de Lemos Santos (Universidade Federal do Paraná). Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a construção da estética do homem negro, examinando como este corpo foi construído historicamente e a importância de sua ressignificação para o empoderamento negro. No Brasil, estes estereótipos criados pelo colonizador branco sobre o negro se perpetuaram e permanecem até os dias de hoje, o corpo negro continua carregando a marca da marginalização e da inferioridade. A pesquisa foi construída através de levantamento bibliográfico e relatos de minha própria vivencia como homem negro. Para este trabalho foi utilizado o conceito de interseccionalidade, para auxiliar na discussão do corpo e do cabelo através do gênero e da raça. Para discutir a estética negra e o empoderamento do homem negro, precisamos nos infiltrar nos processos históricos e analisar a historiografia negra, destrinchando as táticas criadas com a intenção de camuflar a história africana e a sua diáspora. Assim como o corpo, o cabelo colabora para a construção e afirmação da identidade e cultura negra, baseado na ancestralidade africana que combate e resiste a estrutura racista e segregacionista em nossa sociedade, rompendo com padrão de beleza cobrado e estabelecido socialmente que é branco.

Os caminhos das "coisas de fé" na vida cotidiana das Famílias Negras de Bagé, RS: Uma outra forma de pensar a Arqueologia Diáspora Africana a partir do Presente - Estefania Jaekel da Rosa (Centro de Estudos e cultura Afro-brasileiro Kilombo). Resumo: Este trabalho apresenta uma narrativa etnográfica da trajetória inicial de minha pesquisa de mestrado, mostrando os caminhos percorridos até a definição do objeto de estudo, propondo uma pesquisa arqueológica do presente sobre a malha tecida entre pessoas e "coisas", orientada pela ontologia religiosa de matriz africana, percebidas na observação da vida cotidiana das famílias negras da cidade de Bagé,

RS. Esse estudo pretende seguir uma perspectiva simétrica e descolonial para compreensão da relação entre pessoas e coisas, passado e presente, no intuito de compreender elementos de uma identidade cultural da diáspora africana, que tem se perpetuado ao longo do tempo através das crenças religiosas de matriz africana, no fluxo cotidiano das relações familiares e cosmológicas das negras e negros que descendem de africanos escravizados na região da Campanha Gaúcha. O objeto central apresentado aqui serão as "coisas de fé", que materializam as entidades espirituais das religiões de matriz africana no âmbito doméstico e familiar, bem como a sua atuação na casa e na vida das pessoas, analisando as relações tecidas no fluxo dinâmico do cotidiano. Partindo desse ponto, buscaremos conhecer as histórias de vida dessas pessoas e percorrer caminhos que nos levem à outras casas e outros lugares sagrados, pensando a pesquisa em constante movimento, que é conduzido pelos próprios atores (humanos e não humanos) que tecem essa malha. O texto a seguir abordará a trajetória percorrida até o "aparecer" do objeto à percepção, discorrendo sobre os horizontes teóricos e metodológicos que embasaram essa construção, bem como a inserção no universo de estudo, mostrando o cenário onde os atores começaram a "aparecer" e se envolver nessa trajetória.

Reflexões sobre lazer, entretenimento e identidades no Brasil - Marcos Paulo Silva de Jesus (Universidade de São Paulo). Resumo: A construção das identidades se dá especialmente a partir das relações sociais em que estamos inseridos. Portanto, a identidade étnica deve ser entendida como um processo afetado pelas circunstâncias históricas e culturais e a ideia de negritude como um modelo atualizado por critérios estabelecidas nas relações em cada sociedade. As experiências de colonialidade e escravidão deixaram marcas profundas no imaginário social brasileiro, por isso faz-se premente compreender algumas características do colonialismo europeu, especialmente no Brasil e na América Latina, e das relações sociais no Brasil durante o período da escravização, para a partir delas pensar a construção da identidade nacional brasileira e das identidades negras no Brasil. Adotamos como referência o recorte temporal proposto por Schwarcz (1993), que vai da década de 1870 à de 1930, período em que a ciência brasileira recebe a "entrada de um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental" (Schwarcz, 1993). Nesses processos, o lazer, o entretenimento, a comunicação e a cultura de massas apresentam-se como elementos que podem cumprir um papel de reproduzir as ideias e os estereótipos raciais necessários à manutenção da situação colonial e das relações de subalternidade, ou preservar e reafirmar elementos das culturas e identidades negras, negadas ou preteridas na cosntrução da identidade nacional. Pretende-se neste artigo reunir elementos de reflexão sobre as relações entre lazer, entretenimento, identidade nacional brasileira e a afirmação das identidades étnicas negras no Brasil.

Teatro Experimental do Negro e a Censura - Estudo dos mecanismos de silenciamento do teatro de temática racial pela censura do Estado de São Paulo (1945-1964) - Eliane de Souza Almeida (Universidade de São Paulo). Resumo: O presente trabalho visa debater a censura e a liberdade de expressão, nas peças do Teatro Experimental do Negro (TEN), criado pelo jornalista, dramaturgo e militante negro Abdias do Nascimento. O trabalho se embasa nos documentos originais presentes no Arquivo Miroel Silveira (AMS), sob a guarda da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) até meados de julho de 2017, e tratam da censura no Estado de São Paulo.

Enquanto procedimentos metodológicos, propomos o Estudo de Caso que terá o Teatro Experimental do Negro (TEN) como objeto. Pretende-se entender o funcionamento do monitoramento e controle da disseminação dos bens simbólicos ligados à cultura negra. Nosso corpus de pesquisa é formado por 17 peças teatrais do TEN que foram apresentadas ao Departamento de Diversões Públicas de São Paulo para serem censuradas e então liberadas, liberadas com restrições ou vetadas. Os objetivos gerais são contribuir para a reflexão sobre o papel da censura na produção cultural de temática negra. Verificar, a partir dos processos do Arquivo Miroel Silveira, os indícios que apontem as ferramentas utilizadas pelos censores, depois pela mídia, para justificar a proibição ou liberação das peças nos diferentes estados brasileiros e a manutenção do discurso invisibilizante. Os específicos buscam entender o papel da mídia e da opinião pública na divulgação/silenciamento da obra do TEN. Entender como aconteceu e ainda acontece o processo de silenciamento da temática racial nos palcos paulistanos ontem e hoje. Já os práticos tem o foco de ajudar, com os dados da pesquisa, na discussão sobre a produção artístico/simbólica das peças com a temática racial. As hipóteses aqui desenvolvidas são as de que o Teatro é um espaço capaz de dar voz, de permitir a expressão de determinadas categorias; A resistência apresentada pelo TEN vai ter um cunho religioso, de africanidade, de celebração e por isso silenciada; A censura funciona como movimento de silenciamento das minorias; A mídia e a opinião pública fortalecem o silenciamento quando não permitem um espaço de fala sobre determinados assuntos, como a questão racial, por exemplo; e que trabalho conjunto do Estado e da Mídia hegemônica criam o racismo institucional.

"A vida é diferente da ponte pra cá": cultura, identidade e diferença nos raps dos Racionais MC's - Venício Raimundo Custódio Júnior (Universidade Federal de Alfenas). Resumo: Tomando como referência canções do grupo Racionais MC's, que tematizam a realidade social do jovem negro brasileiro, pretende-se evidenciar como contradições sociais e culturais emergem em seu trabalho artístico. Por meio de análise destas canções, sugere-se uma inflexão na formação de uma identidade cultural que permeia as temáticas e o universo artístico criado pelo grupo. A hipótese aponta na formação identitária e cultural advinda da Diáspora Negra perceptível nas canções por meio de alguns elementos específicos de certa realidade social e de determinado estilo de vida, uma vez que o rap é referência para jovens do mundo todo. Utiliza-se instrumentos da sociologia da cultura, historiografia da música popular e crítica literária na interpretação das canções como narrativas criadoras de representações, sem cair no determinismo de pensar o conteúdo relatado e ouvido como fatos relacionados puramente a ordem do concreto e do real. Ainda, a interdisciplinaridade vinculada aos Estudos Culturais auxilia na interpretação de formas culturais – música, literatura, filme, artes em geral – e suas influências na formação das identidades na modernidade tardia mobilizando identificações, diferenças e tensões que emergem de distintas matrizes culturais. Tensões resultadas dos processos de modernização, globalização e divisão social do trabalho. A escolha do grupo Racionais Mc's não é ingênua; além de ressaltar novas formas

de pensar a cultura negra e as condições de existência da população negra no Brasil, há um comprometimento dos integrantes com os temas emergentes desta juventude apresentando uma postura combativa aos valores sociais e culturais (re)produzidos por meios hegemônicos, proporcionando a esses indivíduos novas formas de representação e se verem como protagonistas da sua própria história e existência. Esse pertencimento ao mundo social representado nas músicas do grupo resgata a identidade negra de maneira combativa, fazendo de suas canções ferramentas de (r)existência. Dessa forma funciona a dialética da cultura popular negra: movimentando-se entre contenção e resistência. Assim, o artigo procura nas formas de representação através das canções de rap elementos de caráter identitário também evidenciando as diferenças existentes em entre jovens negros e agentes de outros setores e outras culturas, e como a realidade social se constrói em termos culturais para estes, fugindo principalmente de questões essencialistas que se fundam em raça, cor da pele e limites territoriais. Uma identidade cultural vinculada a experiência da diáspora negra com aspecto contestador que funciona, principalmente no Brasil, como ferramenta de denúncia e combate ao racismo sistemático e institucional proveniente do mito da democracia racial.

"Já que é pra tombar... tombei": reflexões acerca de uma cena político-cultural produzida para e por negros LGBT - Bruno Ribeiro Ferreira (Unicamp). Resumo: Nos últimos anos, é notável a emergência de uma nova cena político-cultural, por meio da ressignificação de estéticas e estilos relacionados à cultura negra e à mobilização do corpo como elemento central de novos modos de "fazer política". Forjados no interior das festas pretas LGBTs, estas novas formas de atuação impactaram de modo significativo movimentos sociais e outros conjuntos de festas e produções culturais na cidade de São Paulo, possibilitando a constituição e o fortalecimento de determinados sujeitos políticos — como o da "bicha preta"— e de carreiras profissionais e/ou ativistas com notável visibilidade na internet e nos espaços de sociabilidade negra e LGBT. Assim, pretendo compartilhar notas etnográficas e considerações preliminares dos meus primeiros meses de pesquisa de campo de mestrado, em andamento, cujo objetivo é aprofundar a compreensão acerca da relação entre festa e ativismo, a partir das categorias de diferenciação que conformam a "cena preta LGBT"* na cidade de São Paulo, tendo como objeto empírico festas organizadas por e para um público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e trans/travesti) negro, as festas Batekoo SP e Festa Amem. No X COPENE, pretendo explorar a relação entre estética, produção cultural e política nesta cena político-cultural, como também construir notas com descrições mais densas sobre a história das festas, a estrutura de organização dos eventos, a produção e circulação de categorias, os sets musicais (sobretudo funk, raggae, pop music, kuduru, dancehall e afrobeat), as batalhas de dança (no caso desta pesquisa, batalhas de vogue, twerk ou de bater tranças), a relação entre as festas e um conjunto de iniciativas de sociabilidades para negros LGBTs mais amplo e, se possível, pensar conexões nacionais e internacionais. Esta pesquisa se baseia no método etnográfico, compreendendo trabalho de campo on-line e off-line, e pesquisa documental (material de divulgação das festas; reportagens na mídia, notas públicas), complementada com entrevistas semiestruturadas. Espera-se que a pesquisa permita refletir acerca dos entrecruzamentos entre raça, gênero, geração e sexualidade, utilizando como marco teórico produções antropológicas que se debruçaram sobre sociabilidade e sexualidades no campo de diversidade sexual e de gênero, como também estudos largamente chamados de interseccionalidades.

*Denomino, provisoriamente, de "cena preta LGBT" o conjunto de iniciativas relacionadas ao encontro, sociabilidade e debate político que tem marcado o cenário cultural da cidade de São Paulo, a partir da criação de espaços em que se coloca em questão e em articulação identidades sexuais, de gênero e raciais. As festas que são objeto da proposta de pesquisa que apresento inserem-se com destaque nesse cenário.

Sessão Temática 26

Produção de pesquisadores(as) negros(as) nas ciências naturais, exatas e tecnológicas

(Re) Pensando uma Educação de qualidade para o século XXI – Interlocução entre Tecnologia Digital e Educação das Relações Étnico Raciais: Desafios e Possibilidades - Anna Carolina de Carvalho Rocha Carrijo (IFTM), Dickson Duarte Pires (UFU). Resumo: É oportuno e necessário ponderar que uma escola somente será considerada de qualidade quando incluir como base em seus currículos valores como igualdade de oportunidades, liberdade de pensamentos, pluralismo de ideias, respeito às identidades e culturas,valorização do profissional de educação, estímulo à pesquisa e ao saber social para que seu estudante permaneça e tenha sucesso em sua trajetória na educação formal. Assim, atentar-se para a qualidade educacional desejada alguns valores poderão ser potencializados na escola por meio de dois eixos fundamentais que poderão dialogar: a Educação das Relações Étnico Raciais e a Tecnologia Digital. A primeira apresenta aos estudantes e educadores a possibilidade de uma construção de relações raciais e sociais sadias, tendo como base o reconhecimento da diversidade, o respeito e a valorização das diferenças podendo assim contribuir com a construção de uma escola mais inclusiva e democrática. Da mesma forma, a tecnologia digital como ferramenta possibilita o uso de seus recursos como condição necessária para atingir exigências da atual sociedade como, por exemplo, lidar com uma diversidade de conhecimentos disponíveis e veiculá-los e ainda atualizar a prática pedagógica. Este trabalho procura refletir sobre os desafios e possibilidades que estes dois pilares trazem para uma educação de qualidade no século XXI, pois a tecnologia pode servir de suporte para a construção de uma comunidade escolar que desenvolva valores como respeito, inclusão social e democracia e ainda atenda educandos nativos digitais e atualize educadores emergentes nesta linguagem. "A inserção das populações na sociedade da informação exige que compreendamos as presentes transformações sociais e suas implicações para o desenvolvimento humano pleno". Exige também que aprendamos que o computador é um meio de acesso à educação, ao trabalho e ao exercício da cidadania. Este é o entendimento que deve estar na base da educação que deseja construir uma sociedade mais justa e igualitária. Deseja-se inspirar mais reflexões nessa perspectiva fazendo uso das palavras

do sábio mestre Paulo Freire: "A mudança do mundo implica a dialetização ente a denuncia de situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo o nosso sonho (...), mudar é difícil, mas é possível."

A análise da canção "Francisco de Oxum" para abordagem em educação das relações étnico-raciais no Ensino de Química - Caio Ricardo Faiad da Silva (Universidade de São Paulo), Gabriela Aparecida de Lima (Instituto de Química da Universidade de São Paulo), Catia Cristina Bocaiuva Maringolo (UFMG). Resumo: A obrigatoriedade da inserção nos currículos da educação básica da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena pelas leis 10.639/03 e 11.645/08 é um marco para as demandas e lutas empreendidas historicamente por movimentos sociais anti-racistas, que se viam excluídos do projeto pedagógico curricular nacional. O presente trabalho, parte de uma pesquisa de doutorado de um dos autores deste trabalho, defende a interdisciplinaridade entre Arte e Ciências como mecanismo de inserção da cultura afro-brasileira no ensino de Química. A pesquisa está ancorada na interpretação de relações disciplinares teorizada por McComas (2009) que considera interdisciplinaridade o diálogo entre formas de conhecimento distintas e intradisciplinaridade o diálogo entre áreas da mesma forma de conhecimento. A teoria comparativista é a metodologia empregada neste trabalho. Para Carvalhal (2004, p. 74), os estudos comparados são uma forma específica de interrogar os textos na sua interação com outros textos, literários ou não, e com outras formas de expressão cultural e artística. O corpus selecionado é a canção Francisco de Oxum interpretada por Roberta Nistra e Lucio Sanfilippo no álbum homônimo da cantora. Nos primeiros versos da canção "Francisco que é de Oxum / Francisco velho moço mineiro" percebe-se que a música faz alusão a alguém de nome Francisco que é filho de Oxum. No entanto, os versos "Francisco da fonte do ouro / que brota das águas / de Ora yê yê ô" remete ao ouro localizado em Minas Gerais às margens do rio São Francisco. Ao personificar o rio na dimensão religiosa, a canção estabelece a forte relação existente entre o desenvolvimento da mineração e uso de técnicas e conhecimento provenientes de comunidades africanas aqui escravizadas. Ao serem trazidos à força, os negros/as trouxeram uma gama de saberes e conhecimentos relacionados à extração de minérios (SÁ JUNIOR, 2016). Nessa perspectiva, Oxum pode ser lido como representação de conhecimentos e saberes africanos, trazidos para o Brasil e mantidos vivos, mesmo sob um sistema genocida e epistemicida. A pesquisa desenvolvida por Benite, Silva e Alvino (2016) explora a negação e a invisibilidade de um passado em ciência e tecnologia. Tendo a letra da canção uma forte relação entre Oxum e o conteúdo "Minerais, rochas e solo" (SÃO PAULO, 2012, p. 40), a partir da utilização de mapas pode-se ilustrar e discutir a ocorrência desses metais no Brasil e no continente africano. Dessa forma, é possível planejar uma aula na disciplina de Ciências que além dos conteúdos curriculares, apresente uma abordagem étnica-racial dos temas metais no ensino de Química, no Ensino Fundamental, pelo viés cultural contribuindo para reconfigurar no imaginário social uma outra África e uma outra história para os povos negros.

A produção teórica acerca de Empreendedores Negros - Mariana Pereira Pedroso (UFRGS) Resumo: Este estudo é fruto de uma primeira reflexão acerca da produção teórica dos conceitos de empreendedorismo, comércio informal e quaisquer estudos que apontem temas que contemplem questões econômicas e financeiras relativas a vida população negra. Partimos da compreensão de que a atividade empreendedora é uma das formas de subsistência, acesso a liberdade e a inserção social e econômica, onde, no pós abolição, é marcada por inúmeros processos de discriminações, que confere os menores salários e as piores posições do emprego formal e informal no mercado de trabalho à população negra. Logo, a relevância deste estudo é justificada pela necessidade de compreendermos quais os aspectos que podem melhorar a posição econômica e social da população negra. Num contexto marcado pela exclusão racial e social, os fatores que impulsionam o enfrentamento dos obstáculos e barreiras impostas pelo racismo evidenciam os processos de resistência negra no cenário econômico. Alguns teóricos já realizam estudos sobre a vinculação entre empreendedorismo e espaço demarcado na sociedade, para (OLIVEIRA; SOUZA; PEREIRA) "As abordagens vem contribuir para uma visão mais atenta nas questões sociais, como fatores igualmente importantes na compreensão do fenômeno do empreendedorismo. Buscando evidenciar a estrutura social têm começado a emergir nos estudos brasileiros, no intuito de se reconhecer como as constituições sociais do país influem tanto no reconhecimento de oportunidades, quando no perfil do empreendedor brasileiro e da constituição de suas relações com a sociedade". O objetivo deste estudo é compreender como o tema vem sendo discutido nas pesquisas apresentadas nos Congressos de Pesquisadores Negros(as) (COPENE). Entendemos que o COPENE exerce um papel fundamental na ampliação da discussão de temas de suma importância para população negra, no entanto temáticas relativas a emancipação financeira da população negra, , embora relevantes, ainda são pouco frequentes nas pesquisas acadêmicas. Para isso, realizaremos um levantamento bibliográfico sobre os trabalhos publicados nos Anais das nove edições do COPENE Nacional. A primeira etapa abrange a pesquisa nos títulos e resumos dos trabalhos que tiverem as palavras chave "Comércio Informal", "Empreendedores Negros", "Empreendedorismo", "trabalho informal". Após o levantamento serão analisados os referenciais teóricos que baseiam tais estudos para compreendermos a necessidade de revisitar os conceitos e abordar diferentes perspectivas que norteiam a fundamentação teórica desses estudos.

Agrobiodiversidade na cafeicultura familiar da Zona da Mata de Minas Gerais - Marina Gabriela dos Santos (Universidade Federal de Viçosa). Resumo: A região da Zona da Mata de Minas Gerais (ZMMG) possui características edafoclimáticas que favorecem o desenvolvimento da cafeicultura (FIALHO et al., 2011; VILELA & RUFINO, 2010) e ocupa importante papel na produção cafeeira, com destaque para a cafeicultura de montanha inserida na microrregião Norte que possui economia baseada especialmente nesta commodity. A agrobiodiversidade pode ser definida como as variedades de espécies vegetais que é manejada para fins de produção e geração de renda, de maneira que esses recursos se mantenham perduráveis (BRASIL, 2008; MACHADO et al., 2008). Na agricultura familiar, os quintais de olerícolas, lavouras de milho, mandioca, hortaliças e cultivos de café, são responsáveis pela conservação de diversas espécies animais e vegetais, conservando a agrobiodiversidade das propriedades (BOWMAN & ZILBERMAN, 2013; BROOKFIELD & PADOCH, 1994). Este projeto irá quantificar a agrobiodiversidade vegetal das propriedades familiares cafeeiras da Zona da Mata de Minas Gerais. A pesquisa foi realizada em propriedades de cafeicultores familiares que atendam a descrição da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de

2006. Sendo conduzido na microrregião de Viçosa pertencente à Zona da Mata de Minas Gerais, nos municípios de Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália e São Miguel do Anta. Para a determinação da agrobiodiversidade foi realizada a identificação e contagem de indivíduos das espécies cultivadas em uma propriedade em cada município. As avaliações da agrobiodiversidade presente em cada propriedade foram feitas nos ambientes denominados Sistemas Quintal-Pomar (SQ-p), Sistema Café (Sc), Sistema Pastagem (Sp). Sendo cada parcela constituída de 1.000 m2 em cada um desses ambientes, em cada propriedade. A análise dos dados foi feita utilizando-se do Índice de Riqueza das espécies que faz referência ao número de espécies presente em uma determinada área, e do Índice de Uniformidade que se refere à distribuição de indivíduos dentro de cada espécie em uma determinada área. Os resultados demonstraram que a agrobiodiversidade avaliada revelou que espécies de plantas medicinais, alimentícias, fruteiras, anuais e bianuais são cultivadas em sistemas consorciados, sendo responsáveis pela manutenção dos ambientes agrícolas geradores de renda e fonte de alimentos. Além de diversas espécies dentre elas, fruteiras e olerícolas, mantidas na lavoura de café demonstrando que a agrobiodiversidade é mantida o em diferentes formas de cultivo.

Construindo um currículo afrocentrado no ensino de ciências e biologia: relato de experiência do estágio docência - Clemilson Cavalcanti da Silva (UFPB), José Antonio Novaes da Silva (Universidade Federal da Paraíba), Karina Maria de Souza Soares (UFPB). O referido trabalho nasceu de nosso estágio docência do doutoramento, nesse sentido, tem como objetivo observar o desenvolvimento dos/as alunos/as acerca do processo de ensino-aprendizagem, especialmente, sobre as interfaces existentes entre o Ensino de Citologia e a Lei nº 10.639/2003 na turma de Biologia e Fisiologia Celular do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, além disso, refletir sobre a produção dos trabalhos dos/as alunos/as na "Primeira mostra de trabalhos para o processo de ensino e aprendizagem de citologia e a lei nº 10639/2003". Nossas referências teóricas estão alicerçadas no paradigma da afrocentricidade, o qual segundo Asante (2000, p. 93) "é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos". Nessa perspectiva, o conhecimento no viés afrocentrado não se orienta simplesmente o conhecimento pelo conhecimento, mas sempre o conhecimento pelo bem do ser humano, ou seja, da humanidade (KARENGA, 2003). Partindo desses princípios, Silva (2017) assinala a importância de construirmos currículos de Ciências e de Biologia pautados nas orientações da Lei 10.639/03, pois, a partir das demandas desse dispositivo legal, entendemos que temos os atributos necessários para mudarmos a hegemonia eurocêntrica que existe nos currículos dessas disciplinas. No que tange a égide teórico-metodológico, o trabalho se ancora na pesquisa-ação, a qual segundo Thiollent (1985, p. 14) "é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação" [...] no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo". Enfim, ficou evidente a importância do estágio docência em nossa formação, pois sem essa oportunidade, certamente, a nossa aprendizagem seria incompleta. Nesse sentido, acreditamos que estes seis meses de estágio nos serviu para a construção da práxis pedagógica, ao passo que temos o escopo de alcançar resultados no processo de ensino-aprendizagem (FREIRE, 1996). Nesse contexto, ressaltamos a viabilidade da construção de um currículo afrocentrado nas disciplinas de Ciências e Biologia como é pautada na Lei 10.639/2003, pois, os trabalhos que orientamos na "Primeira mostra de trabalhos para o processo de ensino e aprendizagem de citologia e a lei nº 10639/2003" são possíveis de serem trabalhados tanto no componente curricular Ciências, quanto no de Biologia, desse modo, vislumbramos a urgência de rompermos com a hegemonia eurocêntrica vigente nos currículos da Educação Básica.

Currículo Afrocentrado no Ensino de Física: Alguns Apontamentos. - Marcelo Vilela da Silva (Instituto Militar de Engenharia), Janaina de Azevedo Corenza (IFRJ). Resumo: O presente trabalho é resultado da experiência didático pedagógica realizada na disciplina "História e Cultura afro e afro-brasileira no contexto escolar", de caráter optativo, ofertado no curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, campus Nilópolis. Em parceria entre uma professora de Pedagogia e um professor de Física foi possível provocar reflexões sobre as possibilidades de trabalhar a partir do entrelaçamento entre o ensino da física e as questões que envolvem as relações étnico raciais e educação. Tendo como base a implementação da Lei 10639/2003 na escola de educação básica, buscamos debater junto aos professores em formação, a viabilidade de um currículo que seja afrocentrado em busca de uma educação antirracista. Para colaborar nas questões curriculares, unidas aos debates sobre as relações raciais, Francisco Tiago Silva (2014) discute a importância da inserção da temática da educação das relações étnico raciais nos currículos dos cursos de formação de professores. Considera que algumas ações políticas e pedagógicas se fazem urgentes na busca por um currículo antirracista e pela construção de uma sociedade mais justa racialmente. A respeito do conceito de afrocentricidade temos como referência Ama Mazama (2009) quando afirma que os estudos sobre afrocentricidade surgem em decorrência do processo de tomada da conscientização política e dos direitos civis da população negra que se encontrava à margem dos processos históricos norteados pela experiência eurocêntrica. O trabalho se justifica pela necessidade de provocarmos nos professores em formação, o acesso a saberes construídos por pesquisadores negros que nem sempre são previstos nas ementas das disciplinas obrigatórias do curso de formação inicial. Como metodologia, apresentamos os estudos desenvolvidos por alguns pesquisadores negros que contribuem significamente para o ensino das ciências a partir de uma visão afrocentrada de educação. O desenvolvimento das atividades se basearam na divulgação das pesquisas de diversos cientistas, filósofos e historiadores que compuseram um movimento de revisão e contestação científica eurocêntrica: Cheik Anta Diop, Theophile Obenga, Molefi K. Asante, Mogobe B. Ramose, Kabengele Munanga, Beatriz Nascimento, Carlos Moore, Abdias Nascimentos, Elisa Larkin Nascimento, Renato Noguera, Sueli Carneiro, Carlos Eduardo Machado e outros. Desta forma, hoje é possível ter um novo olhar sobre a África e seu protagonismo cultural e cientifico. Como resultados alcançados apontamos a contribuição com a redefinição de conteúdos, saberes e conhecimentos da área das ciências, viabilizando outras narrativas da construção de conhecimentos, tendo como ênfase os cursos de formação inicial de professores em Física.

Descrição dos Físicos Negros no Brasil - Eliane da Silva (GEPEGRE/UEMS), Márcio Roberto da Silva Oliveira (Universidade Federal da Grande Dourados), Thiago Gomes Verríssimo (USP), Edson Yago da Silva Brito (UFGD). Resumo: Neste trabalho realizaremos um esforço para descrever e localizar os Físicos Negros Brasileiros. Uma vez que este é um segmento social de grande relevância para a afirmação social da população afrobrasileira no caminho de sua emancipação política. Além do mais, a comunidade de Física Brasileira exerce papel central nos programas prioritários da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. Contudo, as carreiras em física sofrem com as limitações impostas pelas desigualdades raciais que marcam a sociedade brasileira. Neste trabalho discuto a atuação das associações de físicos negros no Brasil e no mundo como uma estratégia eficaz para o enfrentamento das desigualdades raciais e racismo nas áreas das Ciências. Defendemos neste trabalho que, no segmento da população negra brasileira há o maior estoque de talentos em Física, indispensável para alavancar as carreiras. No contexto dos temas buscados pelos profissionais e acadêmicos da Física uma maior presença da chamada "diversidade" traria, por si só, novas perspectivas, aumento da competitividade e isonomia, contrariando assim a cultura da 'endogamia' que se manifesta pelo notório caráter endógeno da academia brasileira. Assim, identificamos alguns focos de atuações destes profissionais e associações de negros na carreira em Física, tais como: Revelação de talentos em Física; Modificar a percepção estereotipada sobre o físico e a população negra (em especial a imagem do Físico Loco); Promoção na comunidade de físicos de um ambiente de inovação, competitividade e igualdade de oportunidades; Colaborar com a formulação de programas e políticas públicas para físicos negros e indígenas; Estimular a participação de pesquisadores e profissionais negros em laboratórios e centros de P&D no exterior e em grandes projetos científicos internacionais. Em colaboração com os movimentos sociais negros, esses encontros e associações, buscam revelar novos talentos, motivar estudantes negros a ingressarem na carreira de física e combater estereótipos da profissão. Essas organizações de físicos e cientistas negros demonstram grande expectativa em acelerar ou antecipar resultados de programas nacionais de inclusão de negros com as Ações Afirmativas, promover a circulação, visibilidade e empoderamento de negros na Física, superando com isso a subalternidade e invisibilidade dos negros nas carreiras físicas.

Docentes negros no IFMG: uma aproximação da produção acadêmica - Márcia Basília de Araújo (Universidade Federal de Minas Gerais), Shirley Aparecida de Miranda (UFMG). Resumo: Trata-se de apresentação de resultados parciais a partir de uma pesquisa de doutorado em andamento, que tem como objetivo analisar a trajetória e a presença de docentes negros no Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, uma instituição de ensino superior multicampi, com a reitoria localizada em Belo Horizonte e campi distribuídos por diversas cidades de Minas Gerais. Os Institutos Federais, em certa medida se aproximam das universidades, pois estão assentados nos pilares do ensino, da extensão e da pesquisa, mas se distanciam das mesmas quando são instados a ofertarem, ao mesmo tempo, a educação básica. Ser docente no IFMG, pressupõe trabalhar com os três pilares de sustentação do ensino superior já citados, em uma instituição que propõe a oferta de educação técnica e tecnológica, tendo como eixos o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia. Os sujeitos dessa pesquisa foram identificados a partir de respostas localizadas em fichas de identificação enviadas, via correio eletrônico, para todos os docentes da instituição. Com esse instrumento buscou-se mapear a presença negra no IFMG a partir da autodeclaração racial, contabilizando também sexo, idade, formação acadêmica e atuação profissional dos respondentes. Do total de 926 correspondências enviadas obteve-se 207 respostas, a partir das quais foi possível identificar 74 docentes autodeclarados/as negros/as (sendo 58 pardos/as e 16 pretos/as). A partir dessas respostas, procedeu-se a análise dos currículos dos respondentes conforme inscrição na plataforma lattes. A descrição da produção acadêmica do grupo de docentes configurada na atuação profissional nas atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão foi apresentada no GT 15 do II Copene Sudeste. Esta comunicação busca dialogar com as ponderações instigantes advindas daquele diálogo e pretende apresentar o resultado da análise das trajetórias de 10 sujeitos entrevistados/as autodeclarados/as pretos/as, por serem, dentro do grupo negro, os sujeitos mais suscetíveis aos efeitos do racismo, manifesto por meio do preconceito de marca (NOGUEIRA,2006). A metodologia em desenvolvimento utiliza-se da técnica da entrevista semiestruturada para interrogar a formação e a experiência que esses sujeitos levam para o IFMG e como percebem e se confrontam com o racismo institucional, na perspectiva de Guimarães (2012); Gonzaga (2017); Pereira (2018). A análise pretende dialogar com as formulações teóricas a respeito do racismo epistêmico, a partir das proposições de, Carneiro (2005) e Grosfoguel (2011).

Doenças Prevalentes da População Negra: o discurso encontrado em livro didático de ciências - Débora Michele Sales de Lima (Ie colegio e curso). Resumo: O caminhar da aprendizagem escolar é complexo e difícil de ser alcançado, sobretudo, se tomarmos como exemplo alunos/as do Ensino Fundamental – Anos Finais. Pensando em discutir e refletir sobre essa problemática, o presente artigo tem como objetivo central analisar como as doenças prevalentes na população negra são pautadas e discutidas na coleção didática "Projeto Teláris: Ciências Nosso Corpo" da editora Ática aprovada no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2013 compreende 19 capítulos com o subtópico com nomes distintos de acordo com necessidade de destaque do tema. A fim de buscar elementos necessários para inferir tais resultados. Pois entendemos que os livros didáticos, no cotidiano escolar, são considerados um dos instrumentos mais utilizados na prática docente. No que diz respeito à organização curricular e na abordagem relacionada à saúde, geralmente, são organizados para que os conteúdos sejam estruturados de forma ordenada e sendo, por vezes, uma continuação do anterior, nosso trabalho está sobre a égide teórica da abordagem qualitativa. No que tange a análise do material, optamos pela A parti da abordagem qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida utilizando-se a Teoria Fundamentada e pela análise da descrição densa que consiste numa abordagem de pesquisa qualitativa com o objetivo de descobrir teorias, conceitos e hipóteses, baseados nos dados coletados, ao invés de utilizar aqueles predeterminados (STRAUSS A, CORBIN J, 2008). Dessa forma, obtivemos como resultados concretos as seguintes inferências: os conteúdos que remetes as doenças prevalentes na população negra como, por exemplo, anemia falciforme, AIDS, Sífilis, etc. não são articuladas com as questões étnico-raciais, isto é, não estão atendendo a exigências da Lei 10.639/2003. De fundamental importância pois atualmente é reconhecido pelo SUS(Sistema Único de Saúde) resultado de lutas do Movimento.Dessa forma é entendida

como tema importante para ser trabalhado nos livros como processo de inclusão pois, entendemos que é fundamental e necessário que essa temática seja trabalhada a partir de uma concepção interdisciplinar e complexa a qual perpasse não só pelo conceito biológico, bem como histórico e o sociocultural.

Educação para as relações étnico-raciais na formação de professores de química: aspectos teóricos e metodológicos para implementação da lei 10.639/2003 no ensino de química - Josellane Silva Pires (Universidade Federal de Goiás), Marysson Jonas Rodrigues Camargo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS). Resumo: Há variadas possibilidades para o deslocamento epistêmico curricular no ensino de Química, por exemplo, propiciando a superação da ideia de que a contribuição africana e afro-brasileira à formação da sociedade brasileira contemporânea se deu apenas nas manifestações folclóricas, culinárias, samba etc. Concatenar a comunidade afrodescendente do Brasil à produção de saberes técnico e tecnológico em química é combater a insipiência sobre as origens da vida material e deter a desvalorização da herança cultural africana e afrodescendente tão determinante para a formação da nossa sociedade. Neste trabalho a partir das experiências do Coletivo Ciata procuramos elucidar aspectos teóricos-metodológico que podem estabelecer o ensino de Química para educação para as relações étnico-raciais e a implementação da lei 10.639/2003. Essa invetigação foi construída a partir do método afrocêntrico (Molefi Asante) utilizando-se da técnica de pesquisa-ação. As experiências aqui discutidas foram fruto de intervenções pedagógicas do Coletivo Ciata (UFG) no ensino fundamental na disciplina de ciências do 9° ano no Colégio Estadual Andrelino Rodrigues de Morais em Goiânia, foi feito o registro fílmico das intervenções seguida de transcrição e análise conforme referencial teórico da análise da conversação. Nossos resultados mostram que o racismo está presente na sala de aula, portanto, também na aula de Química. Uma vez que a escola sofre influências externas e os problemas da sociedade também se encontram na escola que é reflexo desta sociedade. O professor reflexivo se encontrará com as zonas indeterminadas da prática e então terá que tomar decisões e superar problemas que surgem. O professor lida com a escola real e deve ser capacitado para nela atuar. É possível promover mudanças curriculares em prol das populações negras arquitetando um currículo que contemple a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira. Nossos resultados mostraram ser possível discutir em uma aula de Química temas referentes às propostas das referidas leis, assim como, abordar conceitos de química correlatos. Para isso, foram mobilizados conhecimentos que não estavam presentes na grade curricular da licenciatura em Química e, por isso, demandou formação em serviço por intermédio do grupo de estudos instituído pelo Coletivo Ciata.

GPS Ubuntu: saberes e rastros etnomatemáticos na comunidade remanescente quilombola Colônia do Paiol em Minas Gerais - Reginaldo Ramos de Britto (Escola Municipal Gabriel G. Silva). Resumo: Neste trabalho descrevo projeto pedagógico em desenvolvimento na Escola Estadual Prof. Cândido Motta Filho, em Juiz de Fora (MG). Trata-se de uma experiência intitulada de Grupo de Pesquisas Sociais (GPS) Ubuntu, e que se desenvolve no âmbito de uma política educacional proposta pela S.E.E. MG., que instituiu os NUPEAAs (Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afrobrasileiros e da Diáspora) em escolas da rede estadual. Esta inciativa da Secretaria de Estado da Educação tem , como objetivo geral, "incentivar e propagar os estudos africanos e afro-brasileiros dentro das escolas mineiras" .O projeto GPS Ubuntu envolve um grupo de 12 alunos (as) do ensino médio, pesquisadores (as). O título neste resumo é uma referência à uma das fases deste projeto, que envolve o trabalho de campo dos pesquisadores (as), estudantes da educação básica, na Comunidade Quilombola Colônia do Paiol (MG). O projeto como um todo é composto por quarto fases. A primeira: envolveu a formação dos pesquisadores (as), em que foram estudadas algumas das referências teóricas para o projeto. A segunda fase, foi nomeada de desconstrução do imaginário sobre África. Nesta, os pesquisadores (as) participaram de rodas de conversas que intitulamos de Diálogos Brasil África. Para estas atividades os interlocutores, africanos, convidados foram: Koffi Laurent Trinnou (Benin), estudante de Engenharia (UFJF), Joel Tangeni Kasamane (Namíbia), estudante de Arquitetura (UFJF) e Isabel Bastos (Angola). A terceira fase é aquela que dá o título a este relato. Trata-se de uma etapa ainda a ser iniciada, com a primeira visita ao Quilombo Colônia do Paio, prevista para a primeira quinzena do mês de junho,2018. São objetivos específicos do GPS Ubuntu, sobretudo, nesta terceira fase: propiciar aos (às) pesquisadores (as), a experiência de trabalho em campo num espaço de resistência e de permanências de culturas afro-brasileiras; conhecer e identificar os saberes tradicionais nesta comunidade, que se afeiçoem a artefatos etnomatemáticos. A quarta fase prevê a estratégia do que nomeamos de narrativas cruzadas, entre os pesquisadores (as) do GPS Ubuntu e o que será nosso coirmão, a ser constituído, o GPS Lunda (Angola). Como projeto ainda em andamento o que se pode considerar são as expectativas de que produza: impactos nos processos de ensino e aprendizagem em educação matemática, sobretudo para o que temos chamado de construção de um olhar decolonial para prática educativa nas salas de aula de matemática.

Os conhecimentos diaspóricos na alimentação: uma intervenção pedagógica do uso da vitamina C no ensino de química. - Brunno da Silva Souza (UFG). Resumo: A cultura alimentar brasileira também é composta por contribuições africanas que aqui se mantém por rupturas e continuidades. Os alimentos instituídos diferentes povos africanos em nossa dieta alimentar são constructos históricos, sociais e científicos que necessitam estar presentes na educação básica de modo a implementar a Lei 10.639/03. De modo a promover uma educação antirracista no Ensino Ciências, realizou-se uma Intervenção Pedagógica (IP) pautada na valorização do conhecimento africano e negro brasileiro, especialmente, os conhecimentos negros usados no combate do Escorbuto (doença presente na travessia do Atlântico) Este estudo apresenta elementos da pesquisa participante, na qual usamos do deslocamento epistêmico reivindicando uma educação afrocentrada. A intervenção foi realizada numa escola da região metropolitana de Goiânia, para 32 estudantes dos três níveis do Ensino Médio, por meio da disciplina Eletiva Experimental, "Química na Cozinha: a alimentação como forma de manutenção da cultura afro-brasileira". Para a coleta de dados usou-se de aulas gravadas em áudio-vídeo, que foram posteriormente analisadas pela análise da conversação proposta por Marcuschi . Para o desenvolvimento da IP, estruturou-se a intervenção em três etapas: (1ª) na confecção do guia histórico-científico que apresenta uma ciência baseada nos conhecimentos africanos no combate da doença do escorbuto através do uso de frutas, e também, a importância da Vitamina C para o corpo humano; (2ª) desenvolvimento de uma atividade prática, a titulação com tintura de iodo, como

forma, de identificar quais frutas contêm em sua composição a vitamina C; e (3ª) realizou-se uma reflexão sobre as relações conceituais. Os resultados apontaram-nos que atividades contextualizadas como esta, podem estreitar os hiatos que teimam em invisibilizar as contribuições africanas e de seus descendentes em terras brasileiras, os estudantes envolvidos no contexto de representatividade construíram a relação do conhecimento africano no combate do escorbuto para com o conhecimento científico presente na vitamina C. Destarte, necessitamos desenvolver mais IPs que possam nos auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária em todos os campos sociais.

Questões-étnico raciais no currículo formativo de professores de biologia: As ementas do projeto pedagógico do curso em foco - Dhiogo Thomaz Costa Lobato (Universidade Federal do Tocantins). Resumo: O curso de licenciatura em Biologia de uma Universidade do Norte do Tocantins foi implementado em 2008 conjuntamente com os de Química e Física formando o bloco de "Licenciaturas em Ciências Naturais" do Campus "A". A matriz curricular destas licenciaturas é indicada por núcleos formativos de cunho comum, geral e, específico das áreas das Ciências Naturais. Deste modo, o Projeto Pedagógico de Curso - PPC das três licenciaturas são compostos por disciplinas comuns oferecidas durante os dois primeiros períodos. No núcleo de formação geral, dentre as disciplinas optativas ofertadas pelas três licenciaturas, temos a disciplina de "Cultura Brasileira e Questões Étnicas Raciais". Frente aos indicativos de flexibilidade para a abordagem de Questões Étnico Raciais – QER no âmbito da formação de professores, nos questionamos: como os professores formadores compreendem a abordagem de QER no âmbito formativo do professor de Biologia? A partir desse questionamento orientador, objetivamos por meio da pesquisa compreender a percepção dos professores formadores frente a abordagem das QER a partir das especificidades conceituais de suas disciplinas. A pesquisa foi desenvolvida nos moldes do Estudo de Caso, sendo investigado o curso de Biologia do Campus "A" de uma Universidade do Norte do Tocantins. Em um primeiro momento, orientados pelos indicativos da Lei 10.639/03, realizamos um estudo analítico dos documentos curriculares oficiais para a educação básica, em específico para o ensino de Biologia. Em um segundo momento, visando a articulação entre o proposto para o ensino de Biologia no ensino médio e a formação inicial de professores, elucidamos elementos sinalizadores para a introdução de QER no âmbito formativo profissional a partir da análise das ementas das disciplinas específicas do PPC do curso de licenciatura em Biologia. Nesse caminho, a partir dessas evidenciações, aplicamos um questionário ao corpo docente do referido curso, com o intuito de identificar limites e possibilidades para a inserção de QER no processo formativo do professor de Biologia. As análises foram desenvolvidas em referência aos apontamentos da Análise de Conteúdo. Os resultados apontam que maior parte dos professores formadores se percebem pouco instruídos para abordagem de QER em suas disciplinas e indicam que o caminho para implementação dessas questões deverá ser por meio de uma disciplina – como já vem sendo trabalhada. Também indicam a importância de participação dos licenciandos em cursos/ discussões promovidas por pesquisadores que possuem experiência relativa à diversidade étnico racial, como também eventos promovidos pela própria Universidade. Além disso, a perspectiva conteudista é evidente em detrimento à abordagem sócio, histórica e cultural dos conteúdos científicos.

Relato sobre a trajetória acadêmica de uma professora negra na Computação - Ecivaldo de Souza Matos (Universidade Federal da Bahia), Juliana Maria Oliveira dos Santos (Universidade Federal da Bahia), Tatiana Cordeiro do Nascimento (Universidade Federal da Bahia). Resumo: Segundo Margolis et al. (2017), nos Estados Unidos, o número de pessoas negras que recebem diplomas de graduação em Ciência da Computação é proporcionalmente baixo quando comparados a outras raças. No Brasil, sabemos que as políticas de ações afirmativas têm permitido acesso de muitos jovens negras e negros à universidade. Mas a permanência e o desempenho deles nos cursos de exatas, inclusive nos cursos de graduação em Computação ainda é um desafio a ser vencido (TAKAHASHI, SALDAÑA e SOARES, 2017). Na atualidade, a formação científica em Computação é fator estratégico para todos os países. No Brasil, o documento de área (Ciência da Computação) da CAPES sinaliza para a importância da pesquisa interdisciplinar, além de valorizar iniciativas que busquem sair dos limites tradicionais da Computação, como aquelas relacionadas a estudos de gênero e de raça. Nesse sentido, faz-se necessário e urgente iniciar uma pauta de pesquisa que busque conhecer e reconhecer o universo de pesquisa em Ciência da Computação, buscando entender como as dinâmicas sociais e antropológicas interferem (ou deveriam interferir) no seu desenvolvimento e, sobretudo, como estabelecer políticas de equidade raça/etnia no campo da Ciência da Computação e em outras Ciências Exatas. Há diversas iniciativas de incentivo à participação feminina na Computação, bem como de negras e negros. Todavia, poucas ainda são as iniciativas de pesquisa voltadas às questões raciais para além das questões de gênero na Computação. Dada a pluralidade de potenciais questões para investigação acerca desse tema, este trabalho apresenta um relato sobre a trajetória acadêmica de uma mulher negra de sucesso na Computação. Acreditamos que desvendar e compreender percursos acadêmicos de mulheres e homens negras e negros pode ser útil para pensarmos estratégias em diferentes níveis acadêmicos e políticos de incentivo à participação feminina e negra na Computação. Nesse relato veremos como ocorreu o "reconhecimento de sua negritude", em meio à construção da "identidade branca" socialmente construída nos espaços educacionais pelos quais transitou, especialmente na universidade. Dentre as categorias utilizadas para o estudo, identificamos a evidência de algumas que nos levaram a verificar contradições no discurso da professora. Algumas perspectivas de análise visam interpretar para além do dado explícito na entrevista, denominamos não-ditos; dando-nos a dimensão dos desafios vivenciados por negras e negros nas suas vidas pessoais até a chegada à academia.

Resgate epistêmico e espistemicídio: educação para as relações etincorraciais no ensino de química - Antonio Cesar Batista Alvino (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS), Geisa Louise Mariz Lima (UFG). Resumo: Este trabalho está comprometida em defender a descolonização do saber e do currículo escolar (Química), resgatando as origens perdidas e/ou esquecidas dos grupos subalternizados, através das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Essas leis alteraram a Lei no 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. A diáspora trouxe para América tecnologias aplicadas na mineração, agricultura e pecuária; o tráfico trouxe um seleto grupo de pessoas que podiam povoar a América e explorar as riquezas naturais do Continente. O modelo eurocêntrico de pensamento suprimiu todas as

experiências humanas do hemisfério Sul. Está investigação tem o objetivo de resgatar as memorias coletivas deste grupo subalternizados no processo colonial (SANTOS, 2009, p. 26). Resgate epistêmico, é um conjunto medidas pedagógicas que buscam dar credibilidade e apresentar várias formas de conhecimento, sendo conhecimento científico mais um deles. O que estamos propondo aqui é uma nova forma de ensinar ciências, a partir das epistemologias africanas e indígenas, grupos não hegemônicos vivem à margem do estrato escolar e social, sem voz ativa. Esta investigação apresenta alguns elementos de uma pesquisa participante. Segundo Demo (2004), a pesquisa participante tem como finalidade formar cidadãos capazes de criticar sua própria realidade e a de seu grupo social. Aqui se apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado, que está sendo desenvolvida desde 2014. São participantes desta pesquisa 11 professores/as em formação inicial e continuada e estudantes da 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, com idade entre 11 e 20 anos. Neste artigo, apresentamos resultados referentes apenas a uma intervenções pedagógicas (IP), divididas em seis aulas, que ocorreram no ano 2014. Os encontros (aulas) foram todos registrados por uma câmera digital, esses registros foram transcritos e analisados segundo o referencial teórico (BAKHTIN, 2014; ORLANDI, 2009). O método de ensino adotado foi o estudo dirigido e a avaliação processual, realizados por meio da leitura dos textos de apoio.

Saúde da População Negra: Uma questão de Equidade e Justiça - Altair dos Santos Lira (Universidade Federal da Bahia). Resumo: Avanços e experiências a respeito da inserção das relações étnico raciais em centros de formação profissional e Epistemologias e práticas de saúde. Contínuos desafios sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Questões regionais dos Conselhos de Saúde e dos Comitês de Saúde da População Negra, Participação dos usuários no enfrentamento ao racismo institucional. Perspectivas e experiências dos diversos níveis de gestão pública na melhoria da saúde da população negra e os indicadores da implementação da política. Identificação de estudos e protocolos referente aos agravos mais prevalentes na população negra, das práticas tradicionais de cuidado das religiões de matrizes africanas, das comunidades tradicionais e dos grupos quilombolas.

Síntese do protetor solar em aula de química: sobre mídia e interseccionalidade - Gustavo Augusto Assis Faustino (Universidade Federal de Goiás), Regina Nobre Vargas (Universidade Federal de Goiás), Morgana Abranches Bastos (Universidade Federal de Goiás), Fernanda Silva Fernandes (Universidade Federal de Goiás), Claudio Roberto Machado Benite (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS). Resumo: O Sol é fundamental para a sobrevivência dos seres humanos no planeta Terra, sendo primordial para a produção de vitamina D pelo corpo humano. Atualmente, entende-se a importância de proteger a pele contra as radiações solares, especificamente das radiações ultravioletas (UV). Em vista disso, o tema de proteção solar envolve conhecimentos ambientais, culturais, econômicos e sociais, e introduzir esses temas em aulas de Química/Ciência possibilita uma discussão mais próxima do dia a dia das/os alunas/os. A sociedade tecnológica é racializada assim como sua produção intelectual. Assim a presença de mulheres é diminuta e ainda marcada por intersecções de gênero e raça. Neste contexto o Coletivo CIATA/Coletivo Negro do Instituto de Química tem se empenhado em desenvolver ações coletivas combatam a invisibilidade e expropriação da capacidade labora de mulheres negras nas ciências por meio do projeto "Investiga Menina!". Assumidos esses pressupostos e com características de uma pesquisa participante, o presente trabalho tem como objetivo o planejamento, design e desenvolvimento de intervenções pedagógicas (IPs) com o tema "Mídia, racismo e a síntese do protetor em aula de Química". A IP intitulada "Ensino de Ciências e Identidade Negra: a construção de protetor solar em aula de Química" foi desenvolvida com uma carga horária de 90 minutos no contra turno, sendo facultativa a participação das/dos alunas/os. Nossos resultados evidenciam o diálogo sobre natureza, composição e ação dos raios solares e o papel da mídia na reprodução do racismo e na interdição dos corpos femininos negros. Uma camada de tinta fluorescente simulando a pele humana foi utilizada e submetida a ação de: um hidratante, protetor solar, óleo corporal e o protetor feito em sala de aula. Com o auxílio de uma lâmpada de luz negra comparamos as substâncias utilizadas na simulação quanto a proteção a exposição da luz. A discussão conceitual advertiu sobre a necessidade de proteção para a pele negra, uma vez que, habita o imaginário social a ideia de uma pele negra é resistente. Isso resulta pois as manifestações cutâneas da maioria das doenças são pouco abordadas na pele negra. Apesar da quantidade de melanina na epiderme ser maior nos indivíduos negros, não há diferenças no número de melanócitos, na espessura da epiderme e derme e não há diferença no número de glândulas sudoríparas écrinas e sebáceas.

Portanto, as peles negra e não-negra devem ser protegida e cuidadas na mesma proporção, quanto ao risco a exposição solar. A discussão conceitual desenvolvida dialogou com a constituição identitária do sujeito social e, desta forma, os módulos instrucionais desenvolvidos estabeleceram diálogo entre o corpo negro e o conhecimento químico.

Sessão Temática 29

Relações de Gênero e Feminismos Negros

A intersecção raça, classe e gênero a partir do meu espelho Um diálogo entre o feminismo interseccional e a minha história pessoal - Ana Lúcia Nunes de Sousa (Universidad Autónoma de Barcelona). Resumo: Em 2010, mudei-me para Buenos Aires, Argentina. Pela primeira vez, a minha identidade foi colocada em questão. Deparei-me com um espaço branco, no qual minha mestizaje era alvo de estranhamento. Adentrei, a partir de então, por re-existência, num universo ainda mais negro y sudaka. Reencontrei-me com o samba, as religiões de matriz africana, a capoeira, a mitologia yorubá, a estética negra. Três anos depois, mudei-me para Barcelona, onde esse processo se aprofundaria ainda mais, levando-me a uma viagem de reencontro, de encontro. Permiti que a África nascesse em mim. E é a partir deste lugar, físico e mental que este texto é construído. Hoje, na África, escrevo a partir de uma "saudade ancestral". Encontrei meu umbigo enterrado numa aldeia Macúa. Mas quando o desenterrei, ele cantava em guarani. No fundo da minha consciência mestiza, pergunto-me

quem sou eu. É uma pergunta que não se refere apenas ao DNA que compõe minha parte material, mas também ao meu eu cultural, histórico, socialmente construído em três décadas de vida. Este trabalho se propõe a refletir sobre o feminismo interseccional e decolonial a partir da narrativa de experiência de vida da autora, no seu processo de reconhecimento como mulher afro-indígena – em constante movimento e (de) construção. O texto se constrói a partir de um encontro imaginário com Gloriza Anzaldúa, Bell Hooks, María Lugones, Karina Bidaseca, Kimberlé Williams Crenshaw, Audre Lorde, Chanda Talpade Mohanti, Angela Davis, Beatriz Nascimento, Grada Kilomba, Nah Dove, Lélia Gonazalez, Oyerokne Oyewumi, entre outras autoras. Neste espaço imaginário, sentamo-nos numa mesa, tomamos café, trançamos os cabelos uma das outras, trocamos nossas impressões e experiências e minhas irmãs do Sul me ajudam a refletir sobre minha identidade mestiza. Várias categorias são interpeladas neste diálogo: identidade, inter-racial, mestiçagem, negritude, gênero, povos indígenas, intersecção, opressão, buen vivir, afrocentramento, comunidade, cuidado, afeto, mulher, resistência, racismo, racialização, decolonialidade, etc.

A mulher negra no Brasil contemporâneo: uma análise a partir da obra Ponciá Vivêncio de Conceição Evaristo - Rakell Rays dos Anjos Alves (Colégio Novo Mundo), Erick Angelo Reis Rosa (Universidade Federal do Maranhão). Resumo: A obra literária "Ponciá Vivêncio", da autora negra Conceição Evaristo se tornou o objeto do nosso estudo a partir das discursões profundas que a autora aborda nesse livro. Ao retratar a história de vida de uma mulher negra, as dificuldades que enfrenta em sua terra natal num espaço rural (território quilombola), descreve os obstáculos que se apresentam a essa mulher assim que se depara com sua chegada ao espaço urbano (a caminho das regiões periféricas), e o curso que a sua vida acaba tomando nesse novo ambiente. Nesta obra a autora não faz apenas uma representação de uma história fictícia. Sua escrita representa a prática da "Escrevivência", termo criado por Evaristo em meados da década de 1995 quando escrevia sua dissertação surgida do jogo com as palavras "escrever", "viver" e "escrever-se". ". Ao explicar o significado desse termo ressalta que sua escrita é profundamente comprometida com a vida, com a vivência, mesmo em um processo de "ficcionalização", o faz a partir de fatos e situações reais que podem ser de sua vivência ou não, mas acima de tudo, uma escrita marcada pela sua condição e vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Sendo assim, levantaram-se algumas indagações: em quais aspectos a condição atual da mulher negra brasileira se difere das condições impostas à personagem Ponciá Vivêncio? Quais condições se assemelham e se diferem ao compararmos a vivência da personagem Ponciá Vivêncio e a atual mulher negra brasileira frente a sua construção indentitária, suas relações afetivas, sociais e sua a incorporação ao mercado de trabalho? Este trabalho pretende analisar a atualidade dos escritos da obra de Conceição Evaristo, lançado pela primeira vez em 1946, comparando a condição imposta à personagem Ponciá Vivêncio e a mulher negra da primeira década do século XXI. Assim foi realizada pesquisa bibliográfica em bases de dados tendo como principais fontes os índices do "Dossiê mulheres negras" de 2013, produzido pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a obra Mulher, Raça e Classe(2016) de Ângela Davis, que se torna de grande relevância para compreender como se desenvolvem três tipos de opressões existentes em nossa sociedade e que se apresentam na trajetória de Ponciá Vivêncio: o racismo, o machismo e o classismo. Conceição Evaristo com seu clássico Ponciá Vivêncio possibilita refletir criticamente sobre o lugar da mulher negra ontem e hoje em nosso país.

Afetividade da bixa preta e hipersexualização de corpos negros a partir de redes sociais - Fábio de Carvalho Cordeiro (Universidade Federal do Paraná). Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado, que discute a solidão afetiva de bixas pretas e a hipersexualização de seus corpos nos aplicativos virtuais de relacionamento LGBT. Se constitui a partir de dois campos teóricos, os Estudos de Raça e os Estudos de Gênero e Sexualidade de perspectiva pós-estruturalista. Na primeira etapa, apresenta-se de que forma esta essa pesquisa se configura metodologicamente e quais perspectivas teóricas assumidas. Portanto, fazemos uma breve discussão teórico-metodológico da vertente pós-estruturalista, pois é a partir desse campo metodológico que se assenta este trabalho. A partir das teorizações foucaultianas, discutimos os estudos de análise do discurso para situar a escolha do método de investigação do material empírico produzido no contexto de uma pesquisa documental. Para contextualizar a produção do material empírico, discutimos brevemente o dispositivo pedagógico da mídia e as redes sociais para, por fim, descrever como e onde foi feita a produção desse material que, neste caso, se configura a partir de um grupo no facebook, o Afrodengo LGBT, o qual foi criado em maio de 2017, com a proposta de ser um espaço virtual de relacionamento afetivo de pessoas negras de todo país. Além disso, o espaço é utilizado para debates, enquetes e denúncias relativos à vivência de pessoas LGBT negras em espaços de socialização LGBT. Na segunda etapa apresenta-se a discussão sobre como as noções de racismo, branqueamento e miscigenação interpelam e constituem o corpo negro e fazemos uma recuperação do contexto histórico de como se constituiu o processo de fragmentação identitária da população negra. Deste modo, é possível apostar na ideia de que não só a autoconstrução de uma identidade negra e sua valorização tem sido violentada por uma sociedade estruturalmente racista, mas também a vida afetiva amorosa das bixas pretas tem se configurado num processo de preterimento, hipersexualização e objetificação.

Africanas: o Feminismo em perspectiva afrocentrada - Thuila Farias Ferreira (UFRGS). Resumo: Ainda na atualidade, infelizmente, é comum que na academia e outros espaços de discussão sobre questões que envolvem classes oprimidas não haja protagonismo de seus maiores interessados; aqueles por quem se fala e para quem se buscam soluções. Mesmo quando o assunto é feminismo, historicamente, a falta de compreensão e diálogo em torno, principalmente, das diferenças étnico-raciais e de classe social, acabou por criar abismos entre as feministas. É claro que, dificilmente poderiam ser os feminismos um movimento único, já que o mundo é plural, e que classe, raça, cultura e outros fatores divergem externa e internamente de região para região. Logo, as primeiras teóricas feministas, europeias, não poderiam contemplar mulheres tão diferentes, muito sobre as quais elas ignoravam e muitas das quais (africanas inclusive) elas ajudaram, de alguma forma, a oprimir. Acreditamos que para construir um conhecimento consistente e atual sobre África, é preciso partir de autores cujo corpo e palavras nasceram e/ou vivem em África. A atitude feminista africana é bem mais antiga do que o próprio termo "feminismo" e suas teorias. A África sofreu recentemente com a colonização europeia seguida de dolorosos processos por independência. Como consequência, ainda nos dias atuais temos um conhecimento muito pobre, deturpado e errôneo sobre este continente que é o berço da humanidade e de muitas das coisas pelas quais esta humanidade se orgulha. A atitude feminista africana é bem mais antiga do que o próprio termo "feminismo" e suas

teorias. A África sofreu recentemente com a colonização europeia seguida de dolorosos processos por independência. Como consequência, ainda nos dias atuais temos um conhecimento muito pobre, deturpado e errôneo sobre este continente que é o berço da humanidade e de muitas das coisas pelas quais esta humanidade se orgulha. Contemporaneamente, na África e em todo o mundo, novas revoluções sociais surgem e ganham força. Uma delas é o feminismo africano que, para além de patriarcado e sexualidade, pauta suas discussões também na cultura, tradição, raça, desenvolvimento, arte e até o feminismo internacional, conseguindo trabalhar suas diferenças em torno de objetivos comuns. Desde sempre, ora ocupadas com guerras internas, ora em combater o colonizador, a mulher africana esteve engajada em combater patriarcados e machismos. Alguns anos depois do processo de independência de suas nações, estas mulheres podem então teorizar e postular cada vez mais tudo aquilo que já vivem. Os feminismos mundo a fora ainda ignoram muito de um feminismo que, ao contrário do que geralmente permeia na mentalidade ocidental, não só existe como também pode ter sido o real pioneiro de todos os outros. É preciso ouvir a mulher africana.

Aprender-ensinar: entrelaces entre trajetórias de vidas e formação de professoras negras no curso de pedagogia - Leidiane dos Santos Aguiar Macambira (UFF), Steffanie Moreno da Costa (UFRRJ), Luana Andrade Sandes (UFRRJ). Resumo: Apresentamos neste trabalho narrativas de vida-formação de mulheres negras, alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro. Gerando como maior escopo a problematização do processo de formação, que vai além do espaço educacional propriamente estabelecido, seus desdobramentos e suas reverberações que perpassam outros espaçostempos educativos. Com a ajuda de autoras como Nilma Lino Gomes, Neusa Santos Souza, Jarid Arraes, Glória Anzaldúa problematizamos questões como a formação de professores, as lutas feministas negras entre outras. Todas estas questões foram propostas pelas narrativas pelas alunas durante o curso de Pedagogia. Tais relatos desdobram-se do projeto "Relações raciais nas escolas e a formação de professores", vinculado ao LEAM - Laboratório de Estudos e Aprontos Multimídias: relações étnico-raciais na cultura digital. Nele, buscamos conhecer, através de narrativas de alunos do curso de Pedagogia do IM/UFRRJ, seus processos formativos, e, com elas problematizar esta escola, que agora "acolhe" negros e pobres, mas ainda assim encontra dificuldades para considerar, em suas dinâmicas curriculares epistemológicas ou estruturais, as desigualdades produzidas nas relações étnico-raciais. Contemporaneamente, nossa sociedade vem sendo atravessada e transformada pelas novas tecnologias. O que nos provocar a pensar e questionar como a cultura digital tem atravessado a formação destas pessoas. Para além de sabermos se são aliadas ou não à formação, gostaríamos de conhecer seus atravessamentos na formação de professores e suas implicações no que tange às relações étnico-raciais na escola. Portanto, o intento desta comunicação, é compor uma mesa de trabalho a fim de fazer durar as inquietações surgidas neste projeto de pesquisa. E, com estas narrativas, dar a ver os percursos formativos de alunas negras... Suas rotas e fugas forjadas diariamente para se manter e concluir um curso superior dentro de uma instituição pública tomando como principal implicação, a reflexão das relações de desigualdades produzidas a partir das hierarquias sociais produzidas em nossa sociedade. Sendo assim, surgem algumas perguntas as quais usaremos como força motriz para a construção deste trabalho. Nosso intento não é respondê-las, mas sim, tensioná-las ainda mais, esgarçando suas possibilidades investigativas, para com elas fazer ploriferar dizeres outros na formação de professores: Como tem sido discutida e tensionada essas relações na própria formação de professores? Como as novas tecnologias que estão presentes em nossa cultura atravessam estes percursos formativos? O uso destas tecnologias na cultura digital contribui? Ou precariza mais ainda este processo?

Blogs e Facebook enquanto espaço de formação informal do feminismo negro - Monalisa Aparecida do Carmo (Universidade Federal de Viçosa). Resumo: O desenvolvimento dos meios de comunicação tem permitido que o feminismo negro se fortaleça em outros espaços. Construímos discursos públicos por meios das redes sociais, a afirmação da individualidade permite perceber subjetividades que são comuns e auxiliam no processo de reconhecimento das mulheres negras. Partindo dessas relações, procurei acompanhar como alguns grupos no facebook constroem seus espaços para discussão e percebo que muitas mulheres tem manifestado suas vivências através desses espaços. O compartilhamento de blogs, também tem feito parte dessas relações, permitindo que temas como a solidão das mulheres negras, representatividade, empoderamento e afetividade, sejam debatidos. Há um fortalecimento de grupos que partilham de pensamentos comuns, e a ausência de um único detentor da fala, permite que todos possam contribuir com suas interpretações. Compreendendo o papel das vivências para identidade negra, me atento às subjetividades produzidas nesses meios que permitem a autoafirmação de várias mulheres. Quando nos deparamos com outros relatos, percebemos que não eram comportamentos particulares, possibilitando uma afetividade com a abertura para o diálogo com outras mulheres que partilharam das mesmas questões, aí se entende o problema de forma interseccional. Percebo que esse compartilhamento de vivências tem permitido trabalhar a representatividade e autoestima, as limitações são diversas quando uma menina cresce sem perceber-se nos espaços e ouvindo julgamentos pejorativos. Uma menina negra em nossa sociedade tem acesso á bonecas, desenhos, contos de fadas, tão idealizados na infância, atrizes e modelos, todas referências brancas, esses padrões de beleza são construídos e estabelecidos como verdade. Em meio a tal cenário entendo a internet como importante aliada da militância, os jogos de força permitem a existência de um poder, no caso o controle da mídia tradicional, porém, não elimina a emergência de outros. Logo, originam-se diversas relações que vão modificando a produção do que é colocado como ideal, e produzindo diferentes formas de consumo desses meios. Essas redes sociais tornam-se espaço de educação informal, permitido por debates, que consequentemente trazem o compartilhamento de saberes produzidos e transformam as redes de conhecimento dessas mulheres.

Cores de Aidê e a Emancipação das Mulheres Negras em Florianópolis - Cauane Gabriel Azevedo Maia (Universidade Federal de Santa Catarina). Resumo: O objetivo da pesquisa é traçar os reveses e reverberes provocados por meio da banda Cores de Aidê através da ótica das mulheres negras que fazem parte do grupo, bem como as percepções e possíveis modificações das quais as mulheres não negras foram submetidas acerca do debate étnico racial por conta da sua participação na banda. Debater as interações entre as diversas Mulheres e situações de confronto com a temática interseccional entre raça e gênero por meio dos espaços artísticos e políticos que a

banda Cores de Aidê esteve inserida, por meio das narrativas das integrantes e dos fragmentos situacionais que contribuíram para a complexificação e formação da identidade do grupo como uma potente voz que questiona as relações de poder na sociedade atual será a ponta de lança para o início de um complexo diálogo que, possivelmente, não se esgotará nestas páginas.

De que cor falamos quando usamos a expressão "da cor do pecado"? - Myleide Meneses Oliveira Machado (UFGD). Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma investigação sobre o posicionamento das mulheres negras em Mato Grosso do Sul, no século XXI, um estudo de caso do Grupo de Mulheres Negras da Comunidade Tia Eva (GMUNE), Campo Grande, MS, observando suas ações diante da imagem retrata pela mídia televisiva, a partir de uma minissérie de TV, que as despertou a realidade. Pretende-se demonstrar que as mulheres negras da Comunidade Tia Eva ativaram dentro si a vontade e o senso crítico diante dos espaços sociais, rompendo paradigmas deixados pela sociedade escravocrata, tanto na condição de escrava, quanto de liberta com demandas específicas e maneiras próprias dadas pelo quadro social. As negras são resultado de um processo longo de diferentes lutas de resistência, questionadas, criticadas, marginalizadas e exploradas, inclusive dentro da militância do movimento feminino. Nunca foram tratadas como agentes ativos e políticos, resultado de uma conexão de fatores, de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas por uma dominação ocidental eurocêntrica opressora ao longo dos séculos, deste modo, se apresentam e são vistas através da experiência da dispersão ocidental. A mulher negra, afro-americana, afro-brasileira, é uma categoria minuciosa imprescindível para compreensão política da cultura nacional e da sociedade brasileira, uma vez que esse entendimento estrutura relações sociais e de poder dentro de todo contexto social.

DESACANHAR INTERGERACIONAL QUILOMBOLA: A oralidade dos sentidos no jeito sustância das Laurindas e Joaquinas do Buta Calunga no Tocantins. - Celenita Gualberto (Centro de Desenvolvimento Sustentável-UNB). Resumo: O objetivo deste é compartilhar os resultados na Dissertação ao Mespt/ CDS da UnB. Na condição de pesquisadora, eu mulher quilombola carrego o fenômeno que tem nome, gênero, cor e lugar. "A invisibilidade da mulher negra quilombola, que a obriga reinventar-se e transformar em fases". Postura que levou me acreditar na hipótese de que se emanciparam em função dos processos educacionais. Foi então que defini estabelecer como objetivo a compreensão das causas, consequências e perspectivas nas cinco gerações de mulheres quilombola das comunidades de Lajeado e São Joaquim, no Tocantins. Dada a interação nas comunidades, optei por uma pesquisa participante que buscasse evidências empíricas a resultar em abordagens qualitativas, fazendo uso das transcrições das fontes escritas e orais, sucedidas de instrumentos e procedimentos adotados. A fundamentação pra compreender o contexto destas mulheres, necessita trazer Sueli Carneiro com a interseccionalidade; enquanto, para abordar as memórias, narrativas e oralidade, escolhi Walter Benjamin, Boaventura com a ecologia de saberes e por fim, Bárbara Christian com a disputa de teorias. Contudo, no intuito de trazer a reinvenção do sujeito que refutam com a imposição do regime colonial. Resultou em trazer as Laurindas e Joaquinas estabelecidas como categoria social do feminismo identitário quilombola. Procurando chegar-se num pensamento com sentido estrutural pouco mais democrático. A formação das sociedades em suas especificidades características como é o caso da terminologia dada ao território Buta Calunga, às articulações e contribuições, num existir intergeracional das mulheres desacanhadas que interagem numa vivência sequenciada de completude ancestral em enfrentamento dos problemas territoriais. Como o da indefinida questão do método teórico de ensino comunitário, que se define como Oralidade dos Sentidos, e revela como a metodologia prática nesta pesquisa. Identifica-se o desacanhar em meio às contradições, ao vencer, ou não as opressões e suas implicações para a configuração social, num contexto interseccional das mulheres quilombolas que suas falas construíram, e assim estabelece uma epistemologia jeito sustância que tende a evoluir. Considerando o não esgotamento das negações contra as mulheres, as vozes necessitam ser ampliadas em atitudes políticas e contra hegemônicas, a dialogar, provocando os possíveis avanços em consequências das consolidações, sobre a sustância do movimento social e dos processos educacionais quilombolas.

Desigualdades raciais e de gênero: jovens negras egressas de um curso de formação para o trabalho - Andréia Carvalho de Souza (CEFET MG). Resumo: O presente texto faz parte de pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida pela autora para obtenção do título de mestre. O referido estudo visa compreender como jovens negras, egressas de um curso de formação para o trabalho, vivenciam seus percursos escolares e de trabalho no contexto das relações étnico-raciais e de gênero, e como projetam suas vidas futuras. Para esse estudo realizou-se uma revisão de literatura acerca de temas relativos à juventude, gênero e raça. A problemática desse trabalho a ser apresentado surgiu a partir da revisão inicial que aponta para as desvantagens que as mulheres negras encontram em relação aos homens e às mulheres brancas, inclusive na educação e no mundo de trabalho. Além disso, observa-se também uma discriminação nas relações de gênero. Há elementos que permeiam essas relações e que reafirmam estas desigualdades, como diferenças salariais entre negros e brancos, homens e mulheres; oportunidades diferenciadas de ascensão e crescimento profissional; ocupações precárias e com menor reconhecimento no caso das mulheres negras; entre outros. O que se leva a perceber que as mulheres jovens negras se encontram em uma situação ainda mais desigual no que se refere ao mercado de trabalho. A desvantagem é resultante do racismo conjugado com o sexismo e por vezes limita a trajetória escolar e profissional dessas mulheres. Nesse sentido, no presente texto será apresentada parte do levantamento realizado com jovens egressas de um curso de formação para o trabalho desenvolvido por uma ONG em Belo Horizonte. As jovens foram convidadas a narrarem suas trajetórias de vida por meio de entrevistas narrativas, as quais trataram de temas como: história familiar e vida escolar, formação para o trabalho, percurso profissional e perspectivas futuras, além de suas percepções e vivências sobre relações de gênero e relações étnico-raciais. Para dialogar com estas informações recorrerá aos dados estatísticos de importantes indicadores sociais, tal como o IBGE e IPEA no que se refere à educação e ao trabalho, bem como autores de estudos culturais pós-estruturalistas. O diálogo entre os dados do levantamento realizado junto as jovens, os dados do IBGE e IPEA, e demais autores/as leva-se à confirmação de que as desigualdades raciais e de gênero ainda marcam profundamente a população brasileira, especialmente no que se refere à educação e à trajetória profissional. Daí a importância de estudos que consideram e problematizam tal realidade, a fim de contribuir com possíveis mudanças sociais.

Dissecando a desigualdade e violência na prática obstétrica: Saúde da mulher e questão racial. - Ellen Hilda Souza de Alcântara Oliveira

(Universidade do Estado da Bahia - UNEB), Filipe Bonfim Nunes (Universidade do Estado da Bahia - UNEB), Priscilla Mecia Conceição de Brito (Universidade Estadual de Feira de Santana), Ruan Carlos Dias Santos (Universidade do Estado da Bahia). Resumo: Esta comunicação é parte integrante da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós- Graduação do IFF/ Fiocruz/ RJ no ano de 2017. No âmbito do setor saúde a compreensão da violência envolve um conjunto de fatores interligados relacionados às condições e estilos de vida, que geram lesões, traumas e mortes. Há várias manifestações de violência com consequências para a vida de uma pessoa, dentre elas pode-se citar a violência criminal, estrutural, intrafamiliar, interpessoal, auto-infligida, cultural, racial, institucional e de gênero (Minayo, 2009). As duas últimas orientaram a investigação, pois, perpassam pela violência contra a mulher, ocorrida no âmbito do parto, comumente chamada Violência Obstétrica (VO), objeto desta comunicação. Estas questões possibilitaram a orientação epistemológica para a investigação, a qual tratou de investigar a violência institucional (obstétrica) perpetrada contra mulheres negras no ciclo gravídico-puerperal, experienciada em um hospital público de Feira de Santana -Bahia. Portanto, a pesquisa que resultou neste trabalho justificou-se pela importância da reflexão mais sistemática sobre o processo discriminatório de Atenção à Saúde da Mulher no Brasil e, de forma específica, sobre a violência obstétrica contra mulheres negras na cidade de Feira de Santana. A Pesquisa Nascer no Brasil, realizada em 2014, reúne um importante conjunto de dados que demonstra a existência de falhas na assistên¬cia no período gravídico- puerperal, tais como, dificuldades no acesso, pré-natal com início tardio, número inadequado de consul¬tas e realização incompleta dos procedimentos preconizados e violências. Foram evidenciadas ainda, barreiras devido às desigualdades sociais que persistem no Brasil até os dias atuais, a exemplo da dificuldade de acesso às mulheres indígenas e pretas, com menor escolaridade, com maior número de gestações, e residen¬tes nas regiões Norte e Nordeste. (Leal et al, 2014). Diante dos resultados da Pesquisa Nascer no Brasil, os autores advertiram sobre um problema de saúde pública envolvendo populações vulneráveis, como as mulheres negras, para uma melhor compreensão e enfrentamento das desigualdades sociais e discriminação racial. A perspectiva ideológica do branqueamento tem sido um dos grandes desafios da sociedade brasileira, pois as formas que o racismo e o preconceito racial ganharam têm ofuscado a percepção do mesmo especialmente por parte das possíveis vítimas. Portanto, observou-se como resultados alcançados nesta investigação, que as relações raciais, camufladas ou não, são percebidas pelas mulheres negras em maior ou menos grau, nos diferentes momentos do período gravídico-puerperal, tendo sido expressas nas diferentes formas de violências sofridas e, algumas vezes, narradas por elas.

Dos Funks de Linn da Quebrada Feminismo Negro e teorização dos feminismos nos Espaços Acadêmicos - Francine Costa (Universidade do Estado de Santa Catarina). Resumo: Bell Hocks (2013) nos lembra que há certas coisas que sabemos na nossa vida cujo conhecimento nós vivemos, além de qualquer teoria que já tenha sido teorizada. A partir desta reflexão se apresenta o desafio de criarmos teorias feministas e movimentos feministas que dialoguem com nossas vivências para construir uma luta feminista de resistência com base nas massas, sem brecha entre a teoria feminista e a prática feminista. Neste contexto, se faz necessário partir da realidade concreta de vivências no mundo social para abordar as teorias pensando uma prática política local e não totalizante, a ser utilizada como uma caixa de ferramentas à outros códigos de linguagem, exercício experienciado neste trabalho por meio de letras de canções. A escolha da letra da canção como fonte textual, junto à discussão teórica, considera este tipo de discurso como de grande circulação na população periférica, de grande maioria negra, mas que não costuma ser posto em diálogo com os espaços de discussão das universidades que se propõem a discutir os feminismos. Essa escolha faz sentido neste trabalho por ser próximo de minhas vivências como mulher negra e se apresentar como uma possibilidade frente estas provocações. As canções selecionadas são do gênero funk, popular no Brasil e com gênese a partir da cultura musical negra. Bixa Preta é uma das letras de canção escolhidas, foi escrita e interpretada por Linn da Quebrada, com direção musical de Jaloo, gravado no Estúdio YB Music, em São Paulo (SP), lançada em 2017. Enviadescer é a outra letra selecionada, foi escrita por Linn da Quebrada, com a produção de Luana Hansen e lançada no ano de 2016. Ao comentar sobre seu trabalho, Linn da Quebrada (2017), uma mulher negra e trans, relata falar de si, mas em essência falar também de várias questões ligadas ao feminino visando novas potências para corpos feminilizados ao deslocar o macho do centro de sua produção e dar foco nos corpos de "essência feminina" e a seus desejos. A ressignificação praticada através deste exercício se apresenta como uma possibilidade de teorização junto à prática proposta por bell hocks.

Feminicídio institucional como resultado do (não) acesso aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras - Ana Luísa Machado de Castro (Universidade Federal de Goias), Lizia de Oliveira Carvalho (UFG). Resumo: Em 9 de março de 2015, a presidenta Dilma Roussef sancionou a Lei 13.104/2015, ou Lei do Feminicídio, que torna crime hediondo o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres. O texto da lei considera que há discriminação por "razão da condição de sexo feminino" nos casos de "violência doméstica e familiar" e quando há "menosprezo ou discriminação à condição de mulher" (BRASIL, Lei 13.104, 2015). A categoria feminicídio foi elaborada inicialmente por Jane Caputi e Diana Russell (1992) na obra Femicide: the politcs of woman kiling e consiste basicamente em reconhecer o caráter misógino do assassinato de mulheres por homens, seja individualmente ou em grupos. A feminista mexicana Marcela Lagarde (2004) avança na conceituação desta categoria e propõe feminicídio como um conjunto de ações que resultam na morte e no desaparecimento de mulheres. Para a autora, "há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer" (LAGARDE apud PASINATO, 2011, p. 232). Tendo como referência esta definição de Lagarde, este estudo tem como objetivo relacionar a discussão acerca do aborto no Brasil com o conceito de feminicídio. Para Rita Segato (2006), a relevância estratégica do conceito de feminicídio é politizar os homicídios das mulheres, uma vez que relaciona estas mortes como resultado de um sistema patriarcal e um ambiente social misógino que se orienta a partir do ódio e desprezo pelo corpo feminino. Analisar a criminalização do aborto e as mortes causadas por abortos clandestinos e/ou inseguros a partir desta lente nos permite problematizar este fenômeno, que possui estatísticas alarmantes: no Brasil, apenas em 2016, morreram em média quatro mulheres por dia por complicações relacionadas à interrupção da gravidez e o número de mortes cresce particularmente entre as mulheres negras (ESTADÃO, 2016). Isto é,, diariamente, morrem mulheres por não terem

controle dos seus corpos e ousarem reivindicar certa autonomia, ou seja, morrem por serem mulheres. Este trabalho será divido em três partes. A primeira, voltada para uma discussão da categoria feminicídio e a sua incorporação na legislação brasileira. Em seguida, faremos uma discussão sobre o (não) acesso aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, tendo como foco a questão do aborto. Por fim, iremos relacionar as mortes decorrentes de abortos ilegais, em especial de mulheres negras, como feminicídios institucionais.

I Put a Spell on You: Afetividade e Solidão na Auto Biografia de Nina Simone - Mariana Cardoso de Araujo (CEFET - RJ). Resumo: Partindo de uma discussão sobre o uso da biografia como de acesso às subjetividades de mulheres negras para a produção acadêmica nas Ciências Sociais, este trabalho toma como objeto de estudo a autobiografia de Nina Simone dada a relevância de sua figura e produção musical para as organizações políticas estadunidenses conhecidas como "Civil Rights Movement" nos anos 1960 e a sua recente retomada às mídias e às discussões feministas e racias. Levando em consideração as representações de si que a cantora produz, bem como os diferentes papeis sociais que assume, buscamos neste "palco da memória" (GOMES, 2004) os relatos que são entrecortados pelo elemento solidão - aqui compreendido através da categoria "afetividade da mulher negra" em diálogo com os feminismos negros estadunidenses - assim como os discursos produzidos por Nina para justificá-lo e atribuir-lhe significados. Com o objetivo primordial de tornar em produção acadêmica, ampliando assim o acesso aos conhecimentos produzidos e registrados por ela, estre trabalho busca em seus relatos e nas diversas dimensões de sua identidade aquilo que há de político nos âmbitos privados e traduz partes de sua obra tanto para a língua portuguesa quanto para a linguagem acadêmica, estabelecendo um diálogo entre os relatos de Nina enquanto mulher negra e as produções acadêmicas de feministas negras utilizando de uma abordagem interseccional. Nina Simone, cantora, compositora, pianista, arranjadora e militante do Civil Rights Movement, nasceu Eunice Waymond, mulher e negra, em 21 de fevereiro de 1933, na cidade de Tryon, Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Filha do barbeiro Jhon Divine Waymond e da empregada doméstica e ministra Mary Kate Waymond, passou a maior parte da sua infância estudando música e tocando nas igrejas em que sua mãe trabalhava. Tinha como sonho se tornar a primeira pianista clássica negra dos Estados Unidos e, ainda criança, dedicava várias horas de seus dias estudando piano. Nina Simone surge não somente como um nome artístico, mas como uma nova identidade que estabelece um marco na vida da cantora dividindo-a em um antes e um depois. Embora nunca tenha realizado o seu sonho, Nina constrói uma carreira de sucesso como cantora, tornando-se um ícone dos movimentos pelos direitos civis estadunidenses, dedicando anos de sua carreira às músicas de protesto, nas quais fala abertamente sobre a situação do povo negro nos Estados Unidos, e sobre suas vivências como mulher negra. Tudo isso é contado detalhadamente em sua autobiografia intitulada "I put a spell on you" – como uma das suas canções mais famosas – publicada em 1993 pela editora Da Capo Press em coautoria com o escritor e jornalista estadunidense Stephen Clearly.

Interseccionalidade e Violência contra a Mulher Negra. - Dandara Oliveira de Paula (CEFET-RJ). Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar como as diferenças presente nas taxas do Mapa da Violência (2015) estão diretamente ligadas ao caráter interseccional das opressões e violências vivenciadas pelas mulheres no Brasil. Observar como na intersecção entre raça e gênero, a raça pode ser entendida como a espinha dorsal. Tratar sobre interseccionalidade é tratar como as teorias raciais e o racismo moldaram a sociedade atual e continuam se renovando e se modificando conforme a sociedade se transforma. É preciso entender a raça e o racismo para poder entender a influência e as conseqüências que esse regime de exclusão traz para a vida das mulheres negras. Para tanto precisamos, também, esclarecer a função do racismo na exploração desses corpos. E perceber como as mulheres brancas são favorecidas nesse estudo sobre violências em detrimento das mulheres negras, justamente por o racismo e suas ramificações não as atravessarem. Para tanto, na primeira parte do trabalho trago as definições e entendimentos de raça de Stuart Hall e Kabengele Munanga. Em um segundo momento, apresento uma abordagem histórica sobre as violências sofridas pelas mulheres negras, tendo a interseccionalidade como ferramenta de análise (COLLINS, Patricia Hill. 2016). E por fim, é analisado o Mapa da Violência (2015) utilizando a abordagem interseccional de raça e gênero.

Mulheres de Ganga: memórias incorporadas, resistências e educação no território quilombola de Fátima - Jaqueline Cardoso Zeferino (Universidade Federal de Santa Catarina). Resumo: Em 1988, mulheres do território quilombola de Fátima, inspiradas pelos blocos afro-baianos criaram o Grupo Afro Ganga Zumba com o intuito de afirmar e divulgar a cultura negra local por meio da dança afro-brasileira. Algum tempo depois, ampliaram o repertório do grupo incorporando outras linguagens artísticas e culturais como o canto, percussão, congado, capoeira, confecção de estandartes, roupas e figurinos afro-referenciados, além da realização de encontros comunitários que debatiam os efeitos do racismo para a emancipação da comunidade. Desde então, estas mulheres em movimento e ações coletivas enunciam suas histórias de luta por meio de memórias ancestrais e diaspóricas trazidas ao corpo, narradas em forma de dança, canto, sons de tambores, e ensinadas à comunidade enquanto práticas de reexistência, resistência coletiva e enfrentamento às diferentes formas de exploração/dominação/opressão a que são confrontadas. As mulheres de Ganga disputam a memória, a narrativa e a paisagem local, interrogam a lógica subalternizante monocultural, monorracial e hetero-patriarcal de produção de conhecimentos e reivindicam a afirmação e o reconhecimento de suas epistemologias, corpos e práticas no espaço público. Assim, a pesquisa em fase inicial apresentada neste resumo pretende analisar a partir de, e com as mulheres de Ganga, os tensionamentos e deslocamentos gerados pelas práticas artístico-culturais protagonizadas e ensinadas por elas nos últimos 30 anos. A principal indagação é que epistemologias e narrativas são enunciadas através das memórias incorporadas e o que informam sobre a ação política e pedagógica destas mulheres? Pressupomos que as ações empreendidas por elas são fundamentais para compreender os desafios, conquistas e avanços do movimento negro e quilombola na Zona da Mata de Minas Gerais. A relevância da proposta se enraíza nas potencialidades que se abrem no campo epistêmico, político, cultural e acadêmico, a partir da recolocação no contexto atual de questões sobre o saber-fazer-sentir coletivo protagonizado por mulheres quilombolas no confronto cotidiano às colonialidades. A proposta teórica- metodológica prevê por meio da pesquisa participante e das contribuições dos estudos decoloniais, pós-coloniais, feministas negros, da antropologia e artes indicados especialmente por Nascimento (1974; 1977), Evaristo (2017), Gonzalez (1984), Werneck (2017), Davis (2016; 2017), hoolks (2013), Walsh (2013), Hall (2008), Santos e Meneses (2010), Martins (2002), Gomes

(2008, 2017) entre outras, retomar a história do Grupo Afro Ganga Zumba a partir da escuta e reescrita de memórias orais e corporais que tencionam e desestabilizam a narrativa hegemônica que invisibiliza, silencia e folcloriza práticas e conhecimentos de mulheres negras quilombolas.

Mulheres Negras e o Serviço Social: Onde (não) estamos? - Priscila Lemos Lira (UNIFESP/BS). Resumo: Este trabalho trata de pesquisa sobre o debate realizado pelo Serviço Social sobre e mulheres negras, a compreensão sobre gênero, raça/etnia e classe social, os desdobramentos do machismo e racismo e a discussão realizada por esta categoria profissional, pretendendo identificar a contribuição do Serviço Social enquanto categoria profissional nas demandas históricas apresentadas pelo segmento de mulheres negras. Analisar a inserção das pautas das mulheres negras, na formação acadêmica e atuação profissional do Serviço Social e estudar o entendimento e atuação que a categoria profissional apresenta acerca das históricas pautas de luta do movimento feminista negro também compõem este estudo, apresentando assim os impactos desta atuação profissional na realidade cotidiana das mulheres negras. Serão fontes desta pesquisa a agenda do conjunto CFESS/CRESS, as publicações que envolvam a temática de mulheres negras na última década e como a categoria se insere neste debate e responde às demandas apresentadas. Analisaremos o encontro e as contradições que a categoria produz e reproduz ao identificar na questão social o fator classe social, gênero e etnia como objeto da ação profissional e como elas se materializam na defesa de direitos. Para tanto, será necessário realizar levantamento bibliográfico, sobre a intersecção gênero, raça/etnia e classe social, teoria do movimento feminista interseccional, analisar as publicações do conjunto CFESS/CRESS e agendas de discussões do Serviço Social referente a temática de gênero e raça/etnia. Realizar análise de dados oficiais como IPEA ? Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD ? Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e SEADE ? Sistema Estadual de Análise de Dados. As mulheres negras representam 26% da população brasileira, portanto, a exclusão dessa temática na formação profissional, nas pautas de debates e na produção acadêmica do conjunto CFESS/CRESS, expressaria a invisibilidade de uma importante parcela de cidadãs brasileiras pela categoria de Assistentes Sociais, podendo levar o Serviço Social a contribuir para a reprodução do racismo institucional e desigualdades, o que acarretaria na contradição da profissão com o compromisso da defesa de uma sociedade mais justa, sobretudo pela autonomia e emancipação das mulheres, uma utopia se não considerarmos as demandas atuais e históricas das mulheres negras no Brasil.

Notas introdutórias acerca da cartografia da rede de atendimento no enfrentamento a violência doméstica contra a mulher negra em Salvador - Marluce da Silva Santana (Universidade Federal da Bahia). Resumo: O presente artigo é resultante de trabalho de conclusão de curso no qual trabalhei a cartografia da rede de atendimento à mulher em situação de violência em Salvador. Para tanto consultei a bibliografia referente a gênero na fase da pesquisa exploratória e verifiquei que a interpretação dos fenômenos sociais ligados à violência contra a mulher, se analisados apenas sob a perspectiva de gênero, estava a invisibilizar a vivência das mulheres negras e pobres, identidade auto atribuída pelas colaboradoras entrevistadas na pesquisa. Evidenciada essa invisibilidade busquei um aporte teórico que explicasse a experiência de violência e que representassem as mulheres negras (e aqui me incluo).Durante a confecção deste trabalho impliquei a minha escrita enquanto mulher negra, adotando um discurso em que além de reconhecer as mulheres que são sujeitos dessa pesquisa também me contemplo. Elegi como referencial teórico a produção de feministas negras que apontam em suas discussões o conceito de interseccionalidade. O objeto pesquisado foi à rede de atendimento às mulheres em situação de violência acessada pelas mulheres negras usuárias dos serviços no município de Salvador. O estudo teve como finalidade analisar a rede de atendimento a mulher em situação de violência doméstica em Salvador a partir da perspectiva das mulheres usuárias. Para análise dos dados das entrevistas utilizei a técnica de análise de conteúdo temática associada aos dados complementares oriundos da lista de complementação de frases e do questionário sócio- demográfico. As conclusões demonstram que as instituições que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência no município de Salvador estão a trabalhar de forma individual e invisibilizada para as mulheres. Nesse sentido, a intersetorialidade deve ser um princípio importante para materializar a articulação entre as instituições que compõem a rede de atendimento a mulher em situação de violência, pois a integralidade é indispensável para humanização no atendimento. A ausência de articulação e acolhimento foi apresentada como um dos fatores que inviabilizam o acesso das mulheres negras aos serviços da rede reafirmando a presença do racismo institucional.

O Movimento de Mulheres Negras no Rio Grande do Sul: Trajetória de Lideranças Negras da Década de 1980 - Vanessa R. da Silva (UFRGS). Resumo: O estudo aborda a trajetória e experiência de algumas ativistas negras defensoras dos direitos humanos e ativistas dos movimentos sociais no Rio Grande do sul (RS), com o objetivo de compreender a formação do movimento de mulheres negras gaúchas. As mulheres negras brasileiras, em diferentes contextos históricos, instituíram estratégias de resistência e de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. essas ações, no entanto, foram invisibilizadas ao longo da escrita da história, produzindo uma lacuna para a compreensão da sociedade brasileira. alguns autores identificam pelo menos quatro momentos fundamentais de resistência e mobilização da população negra gaúcha, posterior ao período da escravidão. Momentos em que negros e negras gaúchas foram responsáveis por induzir mudanças significativas nas formas de organização e de intervenção social e política na sociedade,seguindo nesta perspectiva, a atuação política e o protagonismo das mulheres negras gaúchas estariam atrelados ao terceiro período de mobilizações negras no Estado, que inicia nos anos setenta em diante. Esta interpretação aproxima-se das diferentes leituras que apontam os anos 1970 e 1980 como marcos temporais importantes para a militância de mulheres mulheres negras em todo o território nacional atuando em prol de uma agenda política que levasse em consideração a intersecção de gênero e raça apesar disso, os estudos pouco aprofundam a discussão sobre as circunstâncias que levaram as mulheres negras gaúchas e a constituírem-se como movimento independente a se organizarem coletivamente. Isso me levou às seguintes inquietações: quem são/foram essas mulheres negras? que circunstâncias específicas, no contexto e movimentos sociais do RS, as conduziram a formar um movimento à parte? em que essas estratégias se diferenciaram daquelas do movimento de mulheres hegemônico? e, por fim, como este movimento de mulheres negras gaúchas se articula nacionalmente?. Para responder a tais inquietações a pesquisa utiliza o método da história oral para reconstruir a história do ativismo político e social de ativistas

negras que atuaram na década de 1980 em diferentes espaços, seja no movimento negro, no movimento de mulheres em partidos políticos e/ou outros, subsidiado por pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema. Terá como resultado visibilizar as contribuições históricas do movimento de mulheres negras brasileiras para a sociedade.

O Peso do Racismo Sob a Estética da Mulher Negra: Um paradoxo da isonomia social brasileira. - Isabela Caroline de Aguiar Gama (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano). Resumo: O presente artigo tem por objetivo problematizar os estereótipos acerca da estética da população negra, questionado a ideia de isonomia social, a fim de denunciar a violação do direito à identidade da mulher negra. Tal proposta se mostra relevante porque pode proporcionar um panorama contemporâneo da representação da mulher negra na sociedade brasileira, evidenciando o problema do racismo e o processo de conquista de direitos e de valorização de sua identidade. Discute-se sobre a imposição de um padrão de beleza ideal como mecanismo de desconstrução dos estereótipos negativos relacionados à mulher negra. Para tanto, pretende-se desenvolver o trabalho a partir da análise dos depoimentos de mulheres negras que sofrem racismo diariamente devido ao seu cabelo e outros elementos relacionados à sua estética capilar.

O resistente poder das pretas escritas de Conceição Evaristo e Paulina Chiziane - Rosalia Estelita Diogo (Prefeitura de Belo Horizonte). Resumo: Esta proposta de apresentação propõe uma dissertação reflexiva sobre a produção literária das escritoras Conceição Evaristo, do Brasil e Paulina Chiziane, de Moçambique, pelo entendimento de que é contundente, na obra das duas, a problematização acerca das questões que envolvem gênero, bem como a presença da crítica social às relações de poder e dominação a que são submetidos as mulheres e os negros, nos dois continentes. A análise se dá a partir da pesquisa que resultou na tese de Doutorado realizada na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais –PUCMinas, entre 2009 e 2013. Fizemos uma análise comparada das obras Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, e O alegre canto da perdiz, de Paulina Chiziane, com vistas a identificar as problematizações acerca de gênero e das relações étnico- raciais e socioculturais nelas presentes. As escritas de Evaristo e Chiziane são marcadas pelos cruzamentos de sentidos, provocando diálogos relevantes entre a literatura e outros campos de conhecimento. A escolha do romance de Conceição Evaristo se deu pela maneira como a narrativa ficcionaliza um momento da realidade sociocultural do Brasil, que nos permite ler a história nacional sob o prisma de sujeitos que foram pouco escutados ao longo da história: os afro-brasileiros. O alegre canto da perdiz é uma narrativa literária que nos possibilita interpretar o fenômeno do racismo do branco em relação ao negro no período colonial em Moçambique e o dispositivo da mestiçagem como estratégia de algumas mulheres para se safarem da opressão e das condições menos confortáveis de vida naquela sociedade.

Os estudos feministas e o racismo epistêmico - Giselle Cristina dos Anjos Santos (Universidade de São Paulo - USP). Resumo: A ciência moderna objetificou e inferiorizou os saberes dos grupos definidos como os outros: mulheres, negros, indígenas, homossexuais e não-ocidentais. Este artigo possui como objetivo discutir como a área dos estudos feministas no Brasil se relacionou com o debate sobre relações raciais e o conceito de interseccionalidade. Essa questão demonstra sua relevância já que o processo de racialização muda a forma como alguns grupos de mulheres vivenciam a opressão de gênero. Por meio do debate sobre a construção do campo da História das Mulheres na academia brasileira, discuto a abrangência do debate racial na produção dos estudos feministas.

Poesia feminina, negra e periférica: As vozes não mais silenciadas buscam espaço na cidade de São Paulo - Renata Dorneles Lima (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO). Resumo: O manifesto escrito por Ferréz na edição especial da Revista Caros Amigos/Literatura Marginal, em 2001, promove um movimento inaugural de mobilização para que os sujeitos marginalizados/periféricos deixem de ser objetos de estudo e passem a ser atores da produção literária. A periferia não passa a ter voz a partir desse manifesto - cenas culturais sempre estiveram presentes nos diversos territórios denominados periféricos -, no entanto, o movimento de Reginaldo Ferreira da Silva - nome de batismo de Ferréz -, atenta para as produções de escritores originários desses territórios. Há, no manifesto de Ferréz, uma voz coletiva, uma espécie de voz comunitária, como uma oportunidade de todos falarem por meio de seu discurso. Todos periféricos. Majoritariamente homens. O que pretendemos, nessa comunicação, é discutir não somente a importância desse movimento para a cena literária brasileira, mas como esse discurso impetrado por Ferréz não pensou a voz da mulher negra periférica, mostrando uma diferenciação no que diz respeito ao gênero e não percebendo a relevância dessa voz. Apenas nove mulheres foram convidadas a escrever para as edições da revista em um universo de quarenta e oito autores. A tríade que nos importa nesta apresentação é periferia/negritude/feminino, como uma forma de dar espaço e voz a um grupo social que está "à margem da margem da margem" por serem essas poetas mulheres, negras e periféricas e, portanto, apresentam questões, em textos diversos, díspares em relação a produções literárias dos autores periféricos já canonizados no movimento da literatura marginal. Sendo assim, apresentaremos a produção de Mel Duarte, Luz Ribeiro, Milca (Aflordescendente), Kimani e Ingrid Martins, como vozes de resistência na cena dos slams e saraus de São Paulo.

Repertórios e performances políticas do ativismo transnacional de mulheres negras na América Latina - Catalina Gonzalez Zambrano (Universidade de São Paulo). Resumo: A proposta deste trabalho é parte dos resultados da tese de doutorado "Mulheres negras em movimento. Ativismo Transnacional na América Latina (1980-1995). Objetiva-se neste trabalho analisar a formação e desenvolvimento do ativismo transnacional de mulheres negras no Brasil durante as duas últimas décadas do século XX. Parte-se da hipótese de que a rede de ativismo transnacional de mulheres negras da América Latina, formada em 1992, é o resultado das interações entre as ativistas na arena internacional. A partir dessas interações tem sido possível a articulação das demandas dos movimentos de mulheres negras no seno das instituições políticas. Propõe-se que a emergência, circulação, apropriação e uso de repertórios políticos, por parte das ativistas da rede de ativismo transnacional, permitem analisar as formas de institucionalização dos movimentos sociais e o acesso diferenciado aos recursos e às condições de interação como os Estados. Trata-se de expor aqui a trajetória e o processo de articulação do ativismo transnacional de mulheres negras na América Latina, argumentando que as políticas públicas no século XXI para a mulher brasileira e sua participação

institucional foram possíveis por vários motivos, entre os quais destaca-se: pressão internacional sobre os assuntos das mulheres negras, gerada e fortalecida nas últimas décadas do século XX durante os eventos internacionais sobre feminismo, mulheres e questão de gênero; pelas coalizões/alianças construídas entre os coletivos e seus pares na América Latina; pelas alianças entre movimentos e as instituições de fomento internacional e, pela formação de redes transnacionais de ativismo. O quadro discursivo para a mobilização dos atores desta pesquisa se baseia no desenvolvimento da interseccionalidade entre as categorias de raça e gênero que, quando articuladas, geram desigualdades e hierarquias. Por tanto, argumenta-se que as oportunidades políticas, os enquadramentos interpretativos e os repertórios de ação são usados pelas ativistas para desenvolver um ativismo que ultrapassa as fronteiras nacionais, se consolidou como um novo ator na cena política latino-americana durante as últimas décadas do século XX.

Representações de Mulheres Negras: Literatura de Jorge Amado nas Lentes do Cinema (1935-1969) - Renata Melo Barbosa do Nascimento (UnB). Resumo: Esta pesquisa tem como tema de estudos as representações cinematográficas de mulheres negras difundidas nos filmes Jubiabá (1987), Os pastores da noite (1979), Dona Flor e seus dois maridos (1976) e Tenda dos Milagres (1979), produzidas respectivamente pelos cineastas Nelson Pereira dos Santos, Marcel Camus e Bruno Barreto, com base na literatura de Jorge Amado. Propõe-se uma abordagem discursiva das representações sob o aporte teórico dos estudos feministas, de gênero e raça, com ênfase nas vertentes dos feminismos negros e dos feminismos pós-estruturalistas e decoloniais, de modo a observar os pressupostos em que se ancoram estas representações, enfatizando suas condições de produção e modos de subjetivação das mulheres negras. Trata-se, portanto, de apreender confluências quanto às imagens e lugares atribuídos às mulheres negras, desvendando conexões históricas e culturais. Por outro lado, busca-se apreender também a variabilidade e as divergências na maneira como as mulheres negras são retratadas nas obras em questão, com atenção às ênfases de cada autor. Essa análise das representações busca desvelar o caráter histórico e cultural das representações, o que permite que outras representações possam ser construídas e veiculadas pondo em questionamento linguagens e imagens que foram tomadas como verdadeiras e naturais acerca das mulheres negras no Brasil. Permite ainda a compreensão de que as mulheres negras são sujeitos com subjetividades plurais e múltiplas, que não são fixas ou permanentes, e que, portanto, se transformam e se relacionam com vários outros aspectos da vida social, como classe, raça, profissão, geração, religiosidades, sexualidade, dentre outros. No que se refere à análise fílmica, levamos em conta a concepção de que o cinema se caracteriza como práticas discursivas, que põe discursos e representações em movimento, tendo como pressuposto que os discursos são sistemas de representações produzidos por instituições que possibilitam apreensões dos modos de percepção da realidade social, construindo identidades e sujeitos, levando em consideração que as práticas discursivas são portadoras de regimes de verdades, portanto, no que se refere às mulheres negras, tanto na literatura como no cinema, estas práticas moldam os efeitos de verdades.

Trajetorias de universitárias haitianas de Belo Horizonte - Camila Rodrigues Francisco (UFMG). Resumo: O debate sobre a imigração tem rendido muitos estudos ao longo do tempo. Isso porque o fenômeno migratório data de séculos atrás, tendo um caráter muito diferente ao longo do tempo, que não pode ser atribuída somente ao fenômeno da globalização pois existem dimensões territoriais, demográficas, econômicas, sociais e culturais muito diferentes a serem levadas em consideração. Dentro deste grande campo de estudos, temos a questão da imigração estudantil ou com fins de estudo, campo de estudos pouco explorado pela Psicologia Social. O objetivo deste trabalho é trazer algumas reflexões sobre raça e gênero advindas da revisão bibliográfica sobre imigração estrangeira no Brasil com fins de estudos. Trata-se de um recorte de minha pesquisa de mestrado, no programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre as trajetórias de estudantes haitianas vinculadas a instituições de ensino superior em Belo Horizonte, sob financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).Os primeiros questionamentos evocados por minhas próprias vivências, experiências e observações é que o relato de estudantes negros e negras, de diferentes países, que sofreram racismo poderia ser mais uma denúncia contra o mito da democracia racial. Diante da revisão de literatura, questiono tanto a ausência de mulheres no espaço acadêmico, assim como a ausência de uma reflexão sobre a experiência específica ser uma mulher negra estrangeira no Brasil. Há uma vasta literatura sobre imigração haitiana, assim como muitos trabalhos que pensam a experiência de estudantes africanos; raramente, no entanto, fala-se em estudantes haitianos (e sim em imigrantes, refugiados, entre outros). Articulo portanto, a partir das reflexões da interseccionalidade, que nasce no feminismo negro, as categorias de raça, gênero e nacionalidade para pensar as trajetórias destas mulheres. A partir de entrevistas semiestruturadas, se buscará caracterizar as aproximações e afastamentos das historias cada uma das interlocutoras desta pesquisa, buscando ao final compreender como tais mulheres resistem às opressões que se incidem nesta intersecção, como lidam com elas, entendendo que este olhar interseccional mais sensível às experiências pode contribuir para estratégias mais efetivas de acolhimento, de acompanhamento e até mesmo, de ações em prol da saúde e saúde mental destas mulheres.

Um código de conduta de periguetes no pagode baiano - Fabiana Leonel de Castro (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA). Resumo: O pagode baiano é um estilo musical que constitui uma cena artística na cidade de Salvador-Bahia-Brasil é o ritmo mais ouvido pela juventude nas periferias da cidade. Essa investigação aborda as relações estabelecidas no pagode baiano onde gênero, raça, geração e classe (situação econômica) criam uma teia complexa. O fio condutor da análise é uma das figuras típicas daquele cenário, as periguetes: mulheres identificadas como pessoas que estão sempre a procura de diversão e prazer. Elas são caracterizadas por uma estética corporal: forma de se vestir, trejeitos corporais, cor da pele, tipo de cabelo e etc. É verdade que já existe muito mais referências de mulheres e/ou grupos de mulheres como protagonistas e/ou como fundamentais nas organizações histórico-sociais e culturais do que a décadas atrás. Essas novas histórias e/ou perspectivas abordadas por investigações nas últimas décadas tiveram impulso, especialmente, pelos estudos feministas. Os avanços são visíveis nos debates sobre desigualdades entre mulheres e homens e nos estudos sobre as relações de género e sexualidades. No entanto, ainda é recorrente argumentos que caracterizam mulheres como (re)produtoras de imagens negativas de si mesmas. Concepção que estabelece um encadeamento simplório em torno das teias de significados sociais onde haveria causa e feito emanando de um mesmo

ponto. Ou seja, quem "desvaloriza" é a própria "desvalorizada" perpetuando uma hierarquia moral e estabelecendo o que possui ou não valor. Podemos identificar tal argumento nas discussões da inserção e/ou participação de mulheres no pagode baiano. Por mais que haja alguma liberdade sexual feminina com os avanços de um certo discurso feminista a realidade social se apresenta de forma muito mais complexa. No caso das interlocutoras dessa pesquisa há pelo menos três aspetos intrincados, elas são jovens, negras e periféricas, no entanto, elas são identificadas como pertencentes a grupos mais amplos _ população negra, periférica e empobrecida. Existem estigmas em torno da vivência da sexualidade, do mundo trabalho e da escolarização dessas mulheres que estão impregnados a esses grupos por processos históricos e económicos ao longo do tempo. A fala das interlocutoras surge como uma terceira via frente ao conceito genérico de autonomia sexual_ que muitas vezes não leva em conta a diversidade entre os grupos de mulheres e suas vulnerabilidades/limitações_ e a idealização de "mulheres sérias" que se abstêm do prazer diante das dificuldades sociais/materiais se tornando assim "respeitáveis". Quais mulheres negras merecem atenção e respeitabilidade? Quais mulheres negras ou grupo de mulheres possuem relevância para uma pesquisa académica? Nesse caso, são as periguetes/pagodeiras do pagode baiano.

"Ai de vós! Diário de uma doméstica" escrita de si e inscrição no mundo, por uma mulher negra - Zâmbia Osorio dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina). Resumo: Esta pesquisa se volta para a escrita produzida por mulheres negras, trabalhadoras-autoras. No livro Ai de vós! Diário de uma doméstica (1983) de Francisca Souza da Silva, que ao escrever de si, capta e reflete sua vida e suas relações/interações, inscrevendo-se no mundo. Propomos uma análise dessas inscrições no mundo a partir de Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e bell hooks. O livro de Francisca Souza da Silva faz parte de um momento iniciado nos anos 80 do século XX, no Brasil, onde se observa o surgimento de relatos ou testemunhos pessoais escritos ou narrados por empregadas domésticas, prostitutas, moradores de favelas, menores infratores. Estes escritos estavam, provavelmente, seguindo o caminho aberto pela moradora de favela e ex-empregada doméstica Carolina Maria de Jesus. Essa produção, na forma de escrita de si, nesta pesquisa entendida como o atravessamento de dois os elementos, o "eu" e suas "vivências", um movimento dialógico entre autobiografia e memórias tem a peculiaridade da memória. Francisca Sousa da Silva, escritora de Ai de vós! Diário de uma doméstica (1983), nasceu em 1943 num vilarejo chamado Palmares, no município de Campos de Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, filha de pais lavradores, numa região onde os canaviais eram a base da economia e a presença negra, na composição da população, era muito grande. Com a morte do pai, a mãe lhe "deu" para os cuidados de outras pessoas, e nessas casas de família onde foi sendo recebida trabalhou como doméstica desde muito jovem. Mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro aos 12 anos, seguindo o caminho da irmã mais velha e para continuar a trabalhar como doméstica, acreditando ter, na capital do estado, melhores condições de trabalho. Ao pensar sua narrativa não podemos cometer o erro simplório de acreditar que trata exclusivamente de uma mulher trabalhadora, economicamente explorada, vivendo subordinadamente como estranha num ambiente que não lhes pertence, a casa dos patrões. Na contramão deste equivoco tentador, proponho uma leitura guiada pela proposição de Luiza Bairros, no texto Nossos Feminismos Revisitados, ao escrever sobre as trabalhadoras domésticas, "No limite essa marginalidade peculiar e que estimula um ponto de vista especial da mulher negra permitindo uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante" produzindo experiências e leituras do mundo por meio do lugar particular que ocupa.

"O sonho não se acabou": Para sempre Lélia Gonzalez! - Rosalia de Oliveira Lemos (IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro). Resumo: A influência de Lélia Gonzalez é incomensurável para minha geração e sua produção intelectual tem contribuído para a visibilidade acadêmica à epistemologia feminista negra no Brasil. Aos vinte e dois anos ouvi Lélia Gonzalez pela primeira vez, em um comício doméstico no Morro de São Carlos, quando a mesma era candidata à deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, nas eleições de 1982. No ano seguinte comecei a atuar no N'zinga: Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, ao lado de outras mulheres negras que passariam a marcar a vida política nos próximos 30 anos no Rio de Janeiro, valendo destacar a ex-vereadora e deputada estadual Jurema Batista; Elizabeth Vieira que no mestrado estudou a obra de Lélia e Jane Thomé, atriz que busca na arte a força para o enfrentamento do racismo e do sexismo. Neste artigo, a metodologia adotada é a Análise Documental dos textos da autora, que para além de descrever situações de opressões impostas por um sistema racializado, acrescentam a reflexão sobre a importância do ativismo na transformação da realidade da mulher negra brasileira. Há um legado de luta em seus textos, que vai além da constatação das situações cotidianas de embates no feminismo tradicional, nos partidos políticos ou no movimento negro. A visão de feminista negra - não usava o termo, porém se autodeclarava feminista e negra -, e de ativista da luta política de mulheres negras e homens negros, contribuiu para repensar a construção de nação, que ao longo de sua história relegou à população negra os piores índices de qualidade de vida. Criticava ainda, a abstração e neurose do conceito de democracia racial. A fluidez das narrativas demonstra as fronteiras da construção textual formal, denso e acadêmico, com descrição de fatos do cotidiano nas atuações no movimento negro e de mulheres negra. A autora fazia uso recorrente de termos linguísticos regionais - aproxima a/o leitora/or, cuja abordagem ainda é atual -, acarretando a criação novos conceitos, como o Pretuguês, o Feminismo Afroamericano e a Amefricanidade. Ao articular fatos do feminismo e destacar as similaridades entre negros e negras da América Latina, não só alicerçou as bases conceituais para a fundamentação do feminismo negro (GONZALEZ, 1984, 1988b), como foi pontual ao criticar o neocolonialismo, o capitalismo antecipando o conceito de Decolonialidade, tão em voga na academia dos dias atuais. (GONZALEZ, 1988a). Perseguimos até os dias atuais o desejo de Lélia, continuamos seu ativismo por democracia racial, contra o racismo, o sexismo, e todas as formas de discriminações seja nas ações na área educacional com a instituição das cotas raciais, programas especiais na área da saúde, cultura, dentre outros.

"Pretas Cristãs na Resistência": O Movimento Social das Mulheres Negras Evangélicas - Vanessa Maria Gomes Barboza (UFRPE/FUNDAJ). Resumo: A proposta de pesquisa em andamento pretende compreender o protagonismo de mulheres negras evangélicas no processo de organização e participação política na construção de resistências de gênero e étnica, bem como as estratégias discursivas e organizativas utilizadas no processo de resistência e enfrentamento ao racismo e à violência de gênero a partir da dimensão pedagógica presente nas práticas políticas dos movimentos sociais em relação às pedagogias culturais religiosas. Da existência dos coletivos de mulheres

negras evangélicas no universo de militância feminina, identificamos três grupos de mulheres negras evangélicas em atividades no Brasil: 1) Coletivo Pretas Cristãs na Resistência, na cidade do Rio de Janeiro; 2) Fórum de Mulheres Negras Evangélicas, no Distrito Federal; 3) Coletivo CUXI Diáspora Africana, em Salvador. Conseguimos apontar pelo menos três características em comum entre os grupos: a) militância no combate ao racismo institucional e cultural; b) enfrentamento a violência contra a mulher negra e, c) acolhimento emocional de mulheres negras em situação de vulnerabilidade social. Todos os grupos são liderados por mulheres negras, reivindicam uma identificação religiosa vinculada ao cristianismo e reconhecem a condição de empobrecimento, discriminação e violações sofridas pela população negra. A pesquisa que se apresenta abordagem qualitativa e concentrará suas análises nas experiências políticas das mulheres negras evangélicas desde suas inserções nos movimentos sociais. Dessa maneira, serão analisadas as falas de mulheres do movimento progressista evangélico brasileiro e produções documentais do próprio movimento no que se refere a interseccionalidade de gênero, raça e religiosidade. Neste momento, a construção do Estado da Arte oferece reflexões ricas para a compreensão do fenômeno em pesquisa. Por isso, buscaremos aporte teórico nas produções de Ângela Davis , bell hooks, Sueli Carneiro e Maria da Glória Gonh para as reflexões sobre a história da organização das mulheres negras dentro e fora do Brasil bem como sua transversalidade com o debate sobre a questão racial e desde os determinantes históricos sob a égide capitalista. Para as análises sobre as relações de poder e práticas discursivas Michel Foucault (2010, 2008, 2004, 1998) nos oferece contribuições para compreender a partir do discurso, como esse sujeito se constitui e como os discursos subjetivam os sujeitos e como as relações estabelecidas entre mulheres negras em relação institucional também são mediadas por esses discursos. Os Estudos Culturais trazem grande contribuição para o percurso metodológico dessa pesquisa, pois ela não estará presa a limites disciplinares, se propondo a realizar uma abordagem transdisciplinar sobre as temáticas analisadas.

"Quantas anônimas guerreiras brasileiras": o contexto do I Encontro Nacional de Mulheres Negras e a construção do feminismo negro brasileiro - Marjorie Nogueira Chaves (Universidade de Brasília). Resumo: Após 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) realizado em Valença – Rio de Janeiro em 1988, muitas foram as mudanças proporcionadas pelos movimentos contemporâneos de mulheres negras, tanto no âmbito político, quanto no acadêmico. Conscientes da sua importância histórica na luta contra o racismo, o sexismo e a LGBTfobia, mulheres negras se fizeram representar a partir de organizações próprias. Colocaram em xeque a categoria mulher, evidenciando as diversas experiências do ser mulher, atravessadas pelas interseccionalidades de raça, gênero e demais marcadores sociais. Lançaram críticas ao feminismo hegemônico, evidenciando suas demandas silenciadas pelos movimentos feministas, que não consideravam as relações de poder entre mulheres a partir da raça e do privilégio da brancura. Este trabalho tem por objetivo analisar o contexto que antecede o I ENMN e os desdobramentos do referido encontro em ações políticas e reflexões teóricas na construção de referenciais próprios. Considera-se que, a prática feminista negra ou o pensamento negro feminista é o conhecimento gerado a partir da experiência vivida de mulheres negras em resposta às opressões interseccionadas. Desta forma, a década de 1980 marca a formação das organizações contemporâneas de mulheres negras em todo país, sendo que algumas ainda se mantém atuantes na luta contra o racismo de gênero e as iniquidades que atingem a população negra. Assim como sua contribuição teórica e política no campo dos estudos feministas e de gênero que, por muito tempo, constituiu barreiras invisíveis sobre a produção de conhecimento por mulheres negras.

Sessão Temática 31

Relações Étnico-Raciais, Produção de Subjetividades e Psicologia

A importância da representatividade negra na construção de identificação em crianças negras a partir de literatura infanto-juvenil negra - Evelyn Dias Siqueira Malafaia (CEFET/RJ). Resumo: O conceito de mestiçagem no Brasil está fortemente relacionado as questões étnicas que permeiam o Brasil. Nosso país, ainda é conhecido mundialmente por nossa democracia Racial, que seria representada pela convivência harmônica entre negros e brancos. Porém tal propagação é uma falácia, cuja a função consistia em esconder a prática perversa do branqueamento da população, portanto do extermínio físico, simbólico e cultural do negro. Este processo culminou na política de branqueamento estimulada por diversos teóricos, pensadores e políticos brasileiros, com a finalidade de melhorar o país e o levá-lo a ascender mundialmente a partir do clareamento de sua população.

Diante disso, este trabalho propõe analisar as interferências miscigenação na identificação de crianças negras e a importância de representatividades, durante o período que consiste na educação básica, para a construção de auto estima. Existe uma falta e negligencia em apresentar de papéis positivo e representativo do negro, em diversos contextos como revistas, livros, novelas entre outros. Essas representações por vezes insuficientes e muitas das vezes negativas, acabam fortalecendo estereótipos com relação ao negro. Muitas vezes os poucos negros apresentados seguem um padrão único que não representa grande parte da população negra, pois acabam dando ênfases no negro de pele clara e de traços europeus, sendo priorizado em diversos contextos, na maioria das vezes, o negro que mais se assemelha ao branco. Para essa discussão, faço um breve percurso histórico a partir da colonização, perpasso pelo mito da democracia racial e a influência desta na construção do ideal de ego do negro não condizente com o seu processo histórico, físico e cultural. Desde o período da colonização fomos levados a acreditar que éramos algo sem história, servil, sem potência e sem vida. Esse pensamento de subserviência se estendeu por longas décadas com características diferentes de acordo com a moral e a ética do período vigente. Após a escravização o negro foi visto como o incapaz e preguiçosos que não poderia adentrar ao mercado de trabalho livre, sobrando para

ele uma releitura do processo escravocrata com os subempregos e marginalização social que vemos até o presente momento. Finalizo a discussão deste artigo apresentando o projeto Há Esperança como exemplo de espaço que possue forte representatividade mostrando a importância de conhecermos a história de força do negro, contada por nós mesmo, acima de tudo apresentamos as crianças negras do projeto a potencialidade de vir a ser de cada sujeito negro ali presente.

A Psicologia no enfrentamento do racismo no Brasil. - Maiara de Souza Benedito (Universidade de São Paulo). Resumo: Este estudo tem como objetivo investigar como a raça e o racismo afetam a prática dos psicólogos. Através de uma leitura histórica da construção do que é ser negro no Brasil e da raça como construção social, discute de que maneiras a Psicologia pode contribuir para o enfrentamento do sofrimento causado pelo racismo. De acordo com os pressupostos teóricos da psicanálise vincular e do conceito de alianças inconscientes de Kaës, pesquisa-se como profissionais do campo da clínica psicológica identificam problemas relacionados ao racismo, analisando de que forma intervém diante dessa problemática. Foram realizadas entrevistas com três profissionais que atuam em dispositivos clínicos públicos e privados na região metropolitana de São Paulo. Depois disso, identificou-se de que modo as questões raciais são expressas no campo da clínica nesses dispositivos. Entre os resultados, encontraram-se aspectos comuns entre as entrevistas, como: 1) o racismo operante como transmissões psíquicas entre as gerações; 2) a ambiguidade na diferenciação do racismo a outros tipos de preconceitos; 3) a contradição entre desejo e a culpa entre as vítimas do racismo; 4) a problemática do lugar do negro nos espaços sociais e a relevância dos territórios onde podem ou não ocupar; 5) a existência, na clínica psicológica, de estruturantes psíquicos responsáveis pelo delineamento do sofrimento de ser negro, e que, nessa dimensão, há um espaço para elaboração desse problema; 6) a importância de respeitar o sujeito enquanto si mesmo antes de fazer os recortes sociais necessários. Além disso, foi descoberta a necessidade de se realizar parcerias para o enfrentamento do racismo, destacando-se ainda o valor da apropriação histórica para que os fenômenos raciais possam ser compreendidos e superados. Esta pesquisa conclui que para o enfrentamento ao racismo e ao sofrimento por ele causado a atuação dos profissionais da Psicologia se faz necessária política e socialmente.

Auto-percepção racial: evidenciando a identidade racial branca brasileira - Daniara Thomaz (Universidade Estadual de Maringá). Resumo: Analisando o repertório teórico produzido acerca das relações étnico-raciais em solo brasileiro, verificamos certa tendência em compreender o fenômeno da discriminação racial somente pelo viés do discriminado, neste caso, o negro. Esta forma unilateral de conceber as questões raciais no Brasil fez com que o racismo – problema social cujos efeitos abrangem inúmeras instâncias, tanto públicas quanto privadas – se tornasse o "problema do negro", retirando das interações sóciorraciais o papel desempenhado pelo grupo branco. Desta forma, a análise do racismo brasileiro atribuiu ao negro, e somente a ele, a responsabilidade de racialização dos fenômenos sociais, desencadeando, assim, uma série de idéias fortemente ligadas à manutenção da hierarquia racial, que reverberam no imaginário social brasileiro.
No intuito de abranger a compreensão das relações raciais no Brasil, vemos como questão emergente a introdução do sujeito branco no que diz respeito a discussão do racismo e da discriminação racial brasileira, é necessário ampliarmos o debate sobre raça para o nível em que o "problema do negro" seja concebido como problema social, ou seja, como problema de todos e não exclusivo de um grupo racial. Neste sentido, entender o papel do indivíduo branco no campo das interações raciais se torna uma chave de suma importância para obtermos uma análise fiel e condizente com a realidade sobre as formas de discriminação racial contra o negro no Brasil. Haja vista a forma cordial que o racismo assume em nossa sociedade, assim como o processo de branqueamento que induz os indivíduos negros a assimilarem à brancura ao invés da negritude, procuraremos desenvolver um tipo de abordagem sútil e direta com o propósito de identificarmos a noção racial que os sujeitos brancos formam sobre si mesmos. Logo, este projeto tem como objetivo identificar a construção social do ser branco no Brasil tendo como referência a perspectiva do sujeito branco sobre si mesmo. Compreendendo o conceito de raça como construção sócio-histórica, na qual os indivíduos concebem sua própria identidade a partir de um conglomerado de símbolos e significados culturais atribuídos a determinado grupo, pretendemos trazer à luz o indivíduo branco como fruto de tal construção, e, principalmente, como resultado da formação de uma categoria racial – aqui denominada como branquitude – constituída por meio de interações sociais racializadas estabelecidas a partir de uma hierarquia racial marcante na sociedade brasileira.

Conflito racial e funcionamento psicológico entre jovens da periferia de São Paulo - Mauro Torres Siqueira (Universidade Federal do Tocantins). Resumo: Em nossas relações selecionamos e valorizamos certos aspectos mais que outros, gostamos mais de alguns elementos e menos de outros. Assim construímos valores. Segundo Araújo (2007), baseado em Piaget (1954), valores são trocas afetivas realizadas entre o sujeito e o exterior. Constituem-se a partir de projeções de sentimentos positivos sobre objetos, e/ou pessoas, e/ou relações, e/ou sobre si mesmos. Os valores e os contravalores (esses, resultantes da projeção negativa sobre objetos e/ou pessoas, e/ou relações, e/ou sobre si mesmos) vão sendo elaborados pelos sujeitos e conformando-se às identidades das pessoas, nas representações que fazem de si. Com isso em vista, realizamos a presente pesquisa com finalidade de melhor entender como as relações raciais afetam o funcionamento psicológico. Realizamos pesquisa de campo com jovens estudantes do Ensino Médio de duas escolas de região periférica da cidade de São Paulo. Exploramos a dimensão dos valores, sentimentos e pensamentos associados em uma situação de preconceito racial, utilizando a Teoria de Modelos Organizadores do Pensamento. Os participantes da pesquisa foram alunos de escolas estaduais da capital do estado de São Paulo. O principal instrumento de coleta consistiu de uma situação-problema narrativa em duas versões, desenvolvidas a partir de pesquisa piloto realizada anteriormente com jovens sobre a temática racial. O principal objetivo da pesquisa foi identificar os Modelos Organizadores do Pensamento construídos pelos participantes ao analisarem um conflito racial. Foram identificados 6 modelos. Para identificação dos mesmos foram analisados nas respostas os elementos abstraídos e retidos como significativos, os sentimentos da vítima da discriminação racial, o comportamento da vítima, as imagens atribuídas à vítima, os sentimentos do agressor, o comportamento do agressor e as imagens atribuídas ao agressor, bem como as implicações entre elementos e significados.Vislumbramos assim os aspectos afetivos envolvidos em um conflito racial, que tem implicações não apenas sobre os jovens negros, mas também sobre os brancos, que

constroem sua identidade sobre a égide da branquitude/negritude. Ressaltamos a necessidade de construirmos propostas para a superação do preconceito. Como meio de redução do mesmo, além da hipótese do contato explicitada por Allport (1954), concordamos com París Albert (2005), quanto à necessidade de estabelecer uma pedagogia para a transformação de conflitos. Em outras palavras, entendemos ser preciso um modelo pedagógico pautado na responsabilidade, no empoderamento e na reconciliação como características básicas para uma educação transformadora. Tarefa que está colocada para os pesquisadores da área bem como para todos os professores que estão em sala de aula.

Considerações sobre o diálogo e a esperança: Uma conversa afrocentrada com Paulo Freire. - Alline Aparecida Pereira (Universidade Federal Fluminese (UFF)), William Pereira Penna (UFF). Resumo: O trabalho nasce a partir do encontro da autora - uma mulher preta - e do autor - um homem preto - com uma disciplina cursada no Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFF, denominada Praxis e cuidado na Psicologia: diálogos com Paulo Freire - ministrada pela professora preta Luiza Rodrigues de Oliveira. Empreendemos com Freire um diálogo singular que, como alimento para nossas lutas diárias, nos fez pensar sobre o processo de implementação da política de ações afirmativas no PPG-UFF. O programa, tido como um dos mais progressistas na psicologia brasileira, ao ser instigado à elaboração dessa política acabou por se tornar palco para a enunciação de uma série de falas e práticas racistas. Assim, aspectos desse processo e algumas perspectivas para problematizá-lo são elencados no trabalho a partir dos conceitos de radicalidade, diálogo e esperança em Paulo Freire, pensados em articulação com autoras\es como Audre Lorde, Bell Hooks e Frantz Fanon. Entendendo o uso da radicalidade como meio para desqualificar movimentos negros, nutrimo-nos de elementos para pensá-la como radicalidade amorosa, que aponta para uma atitude reflexiva e contrária ao silenciamento. Por sua vez, o diálogo se distingue da submissão e não se dá pela introjeção do opressor e pelo desejo de brancura, mas pela afirmação da identidade negra e pela luta por mudanças. Por fim, a esperança é vista não como uma ingenuidade, mas como uma forma de não se sucumbir ao fatalismo e de nos manter ativos na aposta de transformação e na luta contra o racismo.

Interações sociais e a construção da identidade negra na infância - Maria Luiza Vargas (Universidade Federal de Santa Catarina). Resumo: A partir do entendimento sobre racismo e a percepção de que este é um problema estrutural no Brasil, entende-se que o racismo causa impactos na infância, ainda que a criança não tenha total entendimento do seu significado. O racismo pode ser expresso na infância a partir das interações sociais, ainda que as crianças não tenham plena consciência de suas atitudes. Elas dependem da interpretação das pessoas do seu meio social para compreender o mundo, dessa forma, elas reproduzem o que aprendem, sofrendo influência das pessoas e do meio em que vivem. As interações sociais vão se intensificar no ambiente escolar da criança, fazendo com que elas internalizem pensamentos e comportamentos da sociedade. Entretanto, entende-se que a interação das crianças com familiares, colegas e professores fundamentam a construção da sua auto-imagem, dessa forma, vivências e situações preconceituosas, podem causar danos à estrutura psíquica das crianças negras, causando baixa auto-estima e insegurança que consequentemente levará a auto-rejeição. Contudo, a auto representação do indivíduo, que é construída a partir do meio social, vai acarretar na formação da sua identidade e subjetividade. Se tratando de saúde mental, duas dimensões são atacadas diretamente: a identidade e a autoestima, dessa forma, os estudos da psicologia se fazem necessários nessas questões.

O cuidado como ética na clínica psicanalítica com negras e negros brasileiros - Maria Cristina Leão (Tribunal de Justiça de Minas Gerais). Resumo: Em consideração às ambiguidades, silenciamentos, paradoxos, negações e recusas que caracterizam o racismo engendrado na sociedade brasileira, este trabalho trará uma reflexão sobre o sofrimento psíquico no processo de subjetivação de negras e negros brasileiros e apresentará elementos que possam compor um modelo de clínica psicológica/psicanalítica baseado nas contribuições dos psicanalistas Ferenczi e Donald Winnicott para os estudos dos traumas. Em comparação com o interesse de Freud pelo sexual como fonte de traumatismo, será por meio das contribuições dos referidos psicanalistas que a Psicanálise foi convidada a realçar a função da alteridade nesse contexto. Para Ferenczi, o trauma social explicitaria uma fratura na operação de reconhecimento no campo das relações sociais e políticas. Daniel Kuperman salientou que tanto Winnicott como Ferenczi repensaram o exercício da clínica psicanalítica proposta por Freud, questionando os princípios éticos que a sustentavam e as competências exigidas a um psicanalista. Tais questionamentos culminaram na inauguração de uma forma de se fazer psicanálise orientada pelos pressupostos da "Ética do Cuidado".

O Empoderamento de mulheres negras à luz da psicanálise: Derivação de um conceito sociopolítico - Julinéia Soares da Costa (Consultório Particular). Resumo: O objetivo da presente investigação foi fazer uma leitura psicanalítica sobre esse conceito tão utilizado no campo das ciências sociais e políticas enquanto teoria, assim como na prática política e social. Apoiando-me principalmente na obra de Jean Laplanche e na teoria da sedução generalizada do mesmo autor, assim como na obra da psicanalista negra Neusa Santos Souza, pretendi investigar como o processo de empoderamento de mulheres negras poderia ser lido pela psicanálise. O termo empoderamento advém do termo empowerment da língua inglesa e a noção foi utilizada pelas primeiras vezes nos EUA por movimentos liderados principalmente por feministas e pessoas negras. Por isso a escolha de mulheres negras como sujeitos a partir dos quais realizar a presente investigação.
O método da pesquisa consistiu em realizar entrevistas com duas mulheres negras indicadas por representantes do movimento social negro da cidade de Belo Horizonte para participar da pesquisa. Foram realizados, no total, oito encontros com cada uma das participantes. A condução das entrevistas seguiu o método psicanalítico, de modo que as entrevistas decorreram livremente, tendo como única orientação dada às participantes (e utilizada somente quando necessário) o pedido de que elas falassem livremente sobre o seu empoderamento e a sua história de vida. Aqualtune, uma das mulheres que entrevistei, é uma mulher negra entre 53 e 54 anos que trabalha no Governo de Minas Gerais. Sua infância foi marcada pela pobreza em um bairro de periferia de Belo Horizonte em uma casa que continha um quarto, uma sala, uma cozinha e uma privada no quintal. Seu núcleo familiar era formado por ela mais três irmãs e dois irmãos, a mãe e o pai. Dandara, por sua vez, é uma jovem mulher negra de 21 anos estudante de Pedagogia que nasceu em Ribeirão das

Neves, indo para o estado de Goiás aos 13 anos e permanecendo lá até os 20, também por questões financeiras. Em Goiás, Dandara sofreu abusos sexuais por volta dos 13 aos 17 anos de idade. Os dois casos são analisados separadamente e depois discutidos em conjunto para permitir uma leitura mais consistente sobre o que poderia ser o empoderamento de mulheres negras desde a perspectiva psicanalítica. A análise dos dois casos permitiu associar o processo de empoderamento de mulheres negras à neogênese da pulsão descrito por Laplanche, assim como à inspiração proposta pelo mesmo autor e a reação criadora negativa proposta por Jean Guillaumin. A conclusão é de que o empoderamento das mulheres negras significa uma resposta criativa à violência pulsional, assim como à violência imposta socialmente a esses sujeitos. A pesquisa também resultou em críticas e recomendações ao trabalho clínico em psicanálise, principalmente no que diz respeito ao atendimento de mulheres negras.

Oficinas "Romper o silêncio e afirmar a vida" - Maria da Conceição Nascimento (Universidade Federal Fluminense). Resumo: O presente projeto, a ser desenvolvido no formato de oficinas, é constituinte da disciplina Seminário de Pesquisa I do doutorado em Psicologia – Estudos da Subjetividade, linha de pesquisa Subjetividade e Clínica, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. A proposta de uma Atividade Orientada no formato de oficinas surgiu da necessidade de constituir um fórum de discussão sobre racismo e intolerância, no qual os participantes se sintam mais à vontade para expor suas ideias, emoções e sentimentos, reconhecendo os efeitos do racismo nas relações interpessoais e institucionais e pensar estratégias para o seu enfrentamento. A Universidade como espaço de debate e produção de conhecimento por excelência, precisa agir em consonância com as exigências de um mundo onde cada vez mais se exige respeito às diferenças, como garantia de saúde, paz e segurança para todos. E, sobretudo, problematizar as razões da negação e do silêncio que envolvem o tema do racismo na sociedade e na psicologia. Sim, da psicologia! Negação e silêncio tem sido o modo singular de tratar desta questão no nosso país. Sobre isso há uma extensa bibliografia, das quais citamos (Bento & Carone, 2002, Munanga, 2002, Santos, 2012, Oliveira, 2010). Não obstante a discriminação e o preconceito raciais serem fenômenos bastante comuns na sociedade brasileira, falar deles ou admitir a sua ocorrência quase sempre é uma tarefa da qual a grande maioria procura escapar, seja se omitindo, seja negando ou inventando subterfúgios para escamotear a situação quando ela se torna por demais incômoda. Acreditamos que o formato de oficina propicia um espaço onde essas questões poderão ser ditas e ouvidas, rompendo o silêncio que envolve esse assunto. O efeito esperado é a liberação de emoções e sentimentos de modo que os participantes possam se sentir mais potentes. Esta escolha está em consonância com nossa pesquisa conquanto termos optado por um método mais livre no qual se possa levar em conta as conversas informais, os encontros espontâneos e também os ambientes nos quais as pessoas se sintam tranquilas para falar daquilo que lhes causa incômodo. O Método Cartográfico (Passos et al, 2009) nos permite uma melhor expressão do campo, entendendo-o também como campo-tema (Spink, 2003). Cremos que a atividade proposta cria um ambiente propicio à expressão de idéias, pensamentos e emoções. Na metodologia utilizada o Grupo é um espaço privilegiado de apropriação de vivências de exclusão e permite a construção coletiva de um saber sobre si sobre o outro. Dá-se também oportunidade para a auto-observação e o registro de vivências de discriminação ou mesmo de situações apenas testemunhadas. Entendemos que as oficinas favorecem esse tipo de método.

Os atravessamentos do racismo na formação e prática da Psicologia: um olhar de psicólogas(os) negras(os). - Eduarda Rodrigues da Rosa (FACULDADES INTEGRADAS DE OURINHOS), Fernando Luiz Zanetti (Universidade Estadual de Minas). Resumo: O racismo é uma um conjunto de práticas, saberes e processos de subjetivação que preconiza a hierarquização dos grupos humanos fenotipicamente contrastados, legitima e produz desigualdades materiais e simbólicas e a violação de direitos da população negra e indígena, no caso específico do Brasil. Os objetivos dessa pesquisa foram investigar os atravessamentos do racismo na profissão de Psicologia exercida pela pessoa negra da formação à atuação. Para tanto utilizou-se o método cartográfico que configura um modelo de pesquisa em Psicologia. A cartografia concebe um campo investigativo diverso, múltiplo e contínuo, o qual o pesquisador irá mapear, num processo de experimentação constante e com total implicação. Foram entrevistadas(os) 9 psicólogas(os), 8 mulheres e 1 homem, autodeclaradas(os) negras(os), as gravações das entrevistas foram transcritas e depois analisadas pelas similaridades discursivas e pelos elementos singulares que permitiram produzir algum saber que contemplasse o objetivo da pesquisa. Os resultados foram separados em 3 modalidades para melhor compreensão: graduação (que reúne as experiências deste período específico da formação); atuação (que contempla a prática profissional) e enfrentamento (as posturas adotadas mediante situações racistas). A formação das(os) psicólogas(os) se configurou pela pouca ou inexistente presença de estudantes e professores negros; esse fator se manteve no tocante à abordagem das relações raciais e esse período teve como principal característica o silenciamento da discussão racial. As relações interpessoais entre estudantes e seus pares; entre estudantes e professores foi permeada por sentimentos de menos valia, pouco laço afetivo, pouco investimento, além de episódios de discriminação como piadas. A atuação profissional por sua vez, manteve esses atravessamentos no que diz respeito ao ser a(o) única(o) negra(o) naquele espaço profissional, o que implicou, entre outras consequências: o papel de porta voz do grupo; a colagem de uma identidade negra; um dispositivo de devir negro. Constatou-se também o racismo institucional por meio de episódios de demissão e não contratação das(os) psicólogas(os) negras(os), bem como relatos de negligência de profissionais "psis" com a população negra. O posicionamento foi a estratégia de enfrentamento mais utilizada pelas(os) profissionais. Foi possível concluir que a psicologia brasileira é branca em seus constructos e agentes; que a negligência das questões raciais é presente na formação e com severas implicações na prática em forma de racismo institucional para clientes e profissionais negras(os). Se faz urgente o cumprimento do compromisso ético e social da psicologia em face ao racismo

Psicointegrar em território de favela - Aline Aparecida Alves Maia (MEMBRO)

Resumo: Esta apresentação é resultado de acolhimento psicossocial dentro do território de favela na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo deste trabalho é apresentar considerações sobre as diversas formas de compreender a subjetividade dos sujeitos que vivem no território de favela, perceber como o racismo atua na construção dos sujeitos e como isso afeta sua construção de vida,entender e pontuar como isso irá normatizar o processo de inferiorização e infantilização desses sujeitos por conta do racismo e suas heranças. Fazer um acolhimento com esse público com uma escuta ativa , tendo afeto e empatia como instrumento para a prática psi para psicointegrar esse sujeito com suas potencialidades.

Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de uma formação crítica sobre a branquitude - Simone Gibran Nogueira (PUC-Campinas). Resumo: Este trabalho visa compartilhar reflexões sobre o papel da branquitude no contexto da atuação profissional de psicólogas brancas na área de Psicologia Escolar. Este trabalho foi realizado no âmbito do grupo de pesquisa "Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação da PUC-Campinas. Este grupo de pesquisa desenvolve o projeto de extensão ECOAR (Espaço de Convivência, Ação e Reflexão) em escolas públicas de Campinas, desenvolvendo um trabalho com foco na prevenção e enfrentamento às violências. Ao buscar compreender quais violências estão presentes no contexto destas escolas, pesquisas desenvolvidas no referido grupo identificam que a violência étnico-racial é um importante desafio a ser enfrentado pelas psicólogas nesse projeto. Percebemos uma substancial lacuna na formação em Psicologia no que se refere à compreensão das problemáticas que perpassam as relações étnico-raciais e a branquitude. Este trabalho é resultado de estudos sistemáticos e reflexões coletivas críticas sobre efeitos da branquitude na formação subjetiva e na formação profissional. Apresentamos referências e posicionamentos auto-críticos sobre nossa condição de mulheres, brancas, de classe média, psicólogas atuando em escolas públicas de periferia, cuja maioria dos estudantes é composta por negros empobrecidos. As reflexões abordam a ideologia da supremacia racial, a construção da branquitude, efeitos psicossociais em pessoas brancas e a necessidade de fazermos uma autocrítica enquanto mulheres brancas psicólogas atuando e serviços públicos de educação.

Raça, metapsicologia e Teoria da Sedução Generalizada: possibilidades de uma psicanálise mais crítica - Thalita Rodrigues (UFMG). Resumo: Este trabalho refere-se ao desenvolvimento da pesquisa de doutorado da autora acerca de um possível estatuto metapsicológico para o conceito de raça a partir da Teoria da Sedução Generalizada, formulada pelo psicanalista francês Jean Laplanche. Tal problema surge da hipótese de que a raça é importante para a formação do psiquismo. Essa hipótese, por sua vez, emerge tanto da trajetória de pesquisa da autora nas temáticas relacionadas às relações de poder e subjetivação quanto da prática psicológica (na clínica e em intervenções psicossociais), e também da prática enquanto professora universitária, bem como da militância em movimentos sociais. Apesar da relação racismo e subjetividade estar cada vez mais perceptível e denunciada, raça ainda tem sido apenas objeto de estudo a partir da psicanálise, não havendo um estatuto metapsicológico para compreender a configuração psíquica quanto a esta relação de poder. Ora, e o que seria o estabelecimento de um estatuto metapsicológico para a raça? Freud propõe um conjunto de modelos conceituais que buscam o estabelecimento científico dos processos psíquicos nos registros dinâmico, econômico e tópico: dinâmico- aquele que diz respeito à análise e compreensão das forças, pulsionais, que proporcionam os conflitos psíquicos; econômico- aquele relativo à mobilidade, intensidade, oposições entre os investimentos dessa energia que compõe e mobiliza o psiquismo; tópico- aquela dimensão responsável pela compreensão do aparelho psíquico a partir de lugares distintos (sistemas e funções que auxiliariam na construção de representações espaciais dessa organização) (FREUD, 1915; LAPLANCHE & PONTALIS, 2001). A raça, as relações étnico-raciais, o racismo tem sido objeto de estudos psicanalíticos (SOUZA, 1983; NOGUEIRA, 1998; CRISTIAN, 2005; KON ET AL., 2017), assim como a psicanálise tem sido utilizada em estudos que objetivam a compreensão dos mecanismos psíquicos do racismo nas subjetividades,especialmente, de pessoas negras (BENTO, 2002; FANON, 2008). Nosso trabalho, na trilha das produções já realizadas, se propõe a ampliar o leque de possibilidades dos estudos raciais e a psicanálise, voltando-se para a metapsicologia e se perguntando sobre como esta categoria / relação de poder (raça), historicamente construída a partir da opressão e violência, poderia se relacionar com os conceitos fundamentais psicanalíticos. Em outras palavras, a raça seria uma relação de poder importante para a formação do psiquismo? Se sim, como se daria essa relação em níveis dinâmicos, econômicos e tópicos? Nossa proposta consiste, portanto, em mapear possibilidades teóricas e propor um estatuto para a categoria raça a partir das teorizações e releituras laplancheanas, relacionando-os com a formação tanto da tópica quanto do conflito psíquico.

Reflexões sobre o racismo no ensino superior pela interface entre Neuropsicologia e Antropologia da Educação - Jefferson Olivatto da Silva (Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO/PR). Resumo: O debate na psicologia brasileira acerca do racismo teve seu impulso a partir da Declaração de Durban de 2001, , impulsionando a criação da Resolução 018/2002 pelo Conselho Federal de Psicologia, precedendo inclusive a promulgação da lei 10.639/2003 no Brasil. Todavia isso não significou uma adoção devida na prática psicológica, no cotidiano de todos Conselhos Regionais de Psicologia nem sua efetividade na formação profissional. Com essa invisibilidade formativa, os processos de aprendizagem têm sido analisados e interpretados sem considerar os efeitos do racismo e, por consequência, incapazes de vislumbrar perspectivas pedagógicas abertas à experiência dialógica. Nesse sentido, objetivamos refletir sobre o processo educativo das universidades que reproduzem condicionantes racistas como um ambiente que possui condições cognitivas e emocionais de superação. Para tanto, considerando o racismo como uma violência social ele se reproduz no cotidiano escolar das universidades. Dessa forma, por meio da interface entre Antropologia da Educação e Neuropsicologia interpretaremos as condições do cotidiano universitário que promovem o racismo, mas que pode, no mesmo sentido, produzir novas aprendizagens emancipatórias. À medida que consideramos o ensino superior como uma comunidade de aprendizagem aberta a processos educativos não-restritos à centralidade da sala de aula, e esse ambiente gerador de affordances em que seus membros podem por meio da plasticidade cerebral dependente da experiência aprender novas categorias e cognitivas, podemos vislumbrar novos caminhos pedagógicos, rompendo com práticas racistas e instituindo caminhos acolhedores para a experiência escolar de estudantes negros e indígenas. Portanto, a violência no ensino superior, especificamente o racismo, está imbricada nas relações de aprendizagem, bem como a plasticidade cerebral possibilita a aprendizagem da população negra e indígena. Visto que, a plasticidade cerebral dependente da experiência capacita a aprendizagem da população negra e indígena no ensino superior apesar das barreiras do racismo, enquanto uma violência escolar. Diante de cada ambiente e conforme a experiência de vida, são desenvolvidas respostas sinápticas diferentes de adaptação à realidade, ora de forma automática por sistemas pré-estabelecidos ora menos automáticas para corrigir as respostas. Logo, o ambiente universitário quanto mais aberto for a

novas aprendizagens, por meio de diálogos e debates, melhores chances terá de acolher os sentimentos de frustração e raiva e promover contextos para aflorar sentimentos de pertença e de reciprocidade coletiva. Isso significa aprendizagem, ou seja, esperançar se implicando na realização do sonho de uma educação criativa e criadora.

Relações Raciais e de Gênero em Fluxos Migratórios: uma reflexão acerca dos efeitos psicossociais na integração local de mulheres negras em situação de refúgio no Brasil - Lumena de Aleuia Santos (UERJ). Resumo: Este trabalho tem por objetivo a problematização acerca das formas de institucionalização das relações de gênero e de raça no campo dos fluxos migratórios de mulheres da diáspora negra em situação de refúgio, reconhecendo que tais determinantes são recursos fundamentais em relação as processos de subjetivação, bem como são aspectos fundamentais para compreendermos os fluxos ideológicos que geram desigualdade nas interações sociais entre os diferentes sujeitos, considerando que o sofrimento derivado disto repercute na (não)produção de saúde e adoecimento psíquico. Portanto, apontar que a experiência da migração é também uma variável que aciona projetos analíticos é estar atento as capturas narrativas que contribuem com a propagação de estigmas que se relacionam aos processos de produção de subjetividades, e nesse tocante pensar a experiência de mulheres negras dentro do recorte dos fluxos migratórios é estar atento ao peso que as estruturas históricas acionam perante as narrativas que intenta organizar e moldar tais deslocamentos. Assim, debater as intersecções relacionadas aos critérios como raça, gênero, sexualidade e identidades nacionais faz-se imperativo ao conjecturarmos conexões mais aprofundadas no que tange a tais experiências.

Sabemos onde dói, mas poucos conseguem enxergar: Será que de fato nós existimos? Uma análise sobre o fenômeno do suicídio em Jovens LGBTTIs negros/as - Paulo Vitor Palma Navasconi (Universidade Estadual de Maringá). Resumo: As discussões desenvolvidas aqui refere-se a uma pesquisa de mestrado orientada pelo Professor Doutor Murilo dos Santos Moscheta, intitulada: Vida, adoecimento e suicídio: Racismo na produção do conhecimento sobre Jovens negros/as LGBTTIs. Nesta proposta, tenho por objetivo discutir de que modo a Psicologia tem abordado a relação entre o fenômeno do suicídio de jovens negros LGBTTIs. Sendo assim, como a Psicologia tem abordado, discutido e trabalhado a relação subjetividades negras LGBTTIs e comportamento suicida? Infelizmente o que pôde-se constatar é apenas o silêncio. No entanto, o silêncio nós diz muita coisa. Nesta perspectiva, a partir de conceitos como epistemicídio, colonialidade do saber, dispositivo de racialidade, racismo epistêmico, branquitude e heteronormatividade, demonstro o modo como a literatura científica sobre o suicídio ignora a interseccionalidade com os marcadores de raça, classe e gênero, e os efeitos político-científicos desse silenciamento. Assentado na perspectiva construcionista social, entendo o processo do fazer pesquisa enquanto uma prática social, convidando então a considerar que algumas narrativas linguísticas estão falando e outras não. Para isto, foi realizado uma revisão bibliográfica sistemática, sustentada no método meta-análise em bancos de dados online. Após a busca por materiais, obtivemos 85 estudos que foram lidos e analisados integralmente. A partir das análises, identificamos que a maior parte da literatura não aborda o marcador étnico-racial em suas discussões. Por sua vez, o marcador de gênero e sexualidade são abordados na literatura sobre suicídio a partir do viés binário/normativo. Alguns estudos entendem o "homossexualismo", transtornos psiquiátricos e a condição de vulnerabilidade como sendo os principais fatores do suicídio em pessoas LGBTTIs. Com base no material analisado, destaco algumas considerações acerca do conceito de interseccionalidade como recurso para compreender o fenômeno do suicídio, haja vista que este fenômeno é composto pelos marcadores de raça, gênero, classe, e dentre outros. Neste sentido, é possível afirmar e pontuar a urgência e a necessidade da Psicologia olhar para tais subjetividades que são cotidianamente apagadas, invisibilizadas e aniquiladas. O suicídio em negros e negras em nosso país não é um fato atual, este se encontra presente desde o período da escravatura, onde era preferível morrer do que viver naquela situação de degradação humana. E na atualidade o que foi passado continua registrado na memória social relegando a população negra ao seu lugar de escanteio na sociedade brasileira. Assim, a psicologia tem um grande desafio: exercer um papel decisivo na produção de epistemologias que não corroborem para o epistemicídio de vidas negras e LGBTTIs.

Tradição africana como metodologia para relações raciais e produção de subjetividade - Cinthia Cristina da Rosa Vilas Boas (Sindicato dos Psicólogos), Célia Zenaide da Silva (Conselho Federal de Psicologia). Resumo: A subjetividade representa um amplo conceito orientando à compreensão da psique como processo e organização de estratégia, que necessita de escuta, processo criativo e olhar para as questões sociais racializadas. Este amplo conceito representa realidades que aparecem de múltiplas formas e em num nível histórico-cultural, no qual as funções psíquicas são entendidas como processos permanentes de significação e sentidos, por tanto de vivências diferentes. A valorização das vivências, nos leva a pensar a educação social, de forma mais empática, como linha estratégia e possível ferramenta para a qualquer área pratica da psicologia e da produção de subjetividade. Há uma necessidade de comunicar as experiências vividas, de forma que as mesmas dialoguem com outras praticas e colaborem com processo de ensino, aprendizagem, e ou pesquisa e extensão. Falar de relações raciais como pratica de pesquisa cientifica é falar de referências acadêmicas, bem como de outras referências não ditas, não escutadas, ou vistas. A possibilidade de pontuar o corpo negro, em tempos históricos da psicologia, para psicologia e para além da psicologia é mudar o lugar o saber tradicional dessa ciência e recolocar no lugar da centralidade a partir da tradição africana.

"É como se tivesse te expulsando": negligência na trajetória de pessas com doença falciforme nos serviços de saúde - Ana Luisa Araujo Dias (University of York). Resumo: O termo doença falciforme (DF) refere-se a um conjunto de doenças genéticas hematológicas que afeta em grande parte a população negra. Requer diagnóstico precoce e acompanhamento com equipe de saúde preparada por toda a vida, de modo a evitar e reduzir as possiveis intercorrências bem como potencializar a qualidade de vida. Contudo, historicamente a DF é marcadas por negligência e omissao do Estado devido ao racismo institucional, sendo necessário reconhecer os impactos deixados desta negligência histórica nos corpos e subjetividade destas pessoas, e em especial, o impacto na sua relação com os serviços de saúde. O estudo aqui apresentado foi qualitativo baseado em história de vida, adotou como estratégias as entrevistas narrativa e semi-estruturada

aliadas a construção de diário de campo. Teve como participantes nove adultos com doença falciforme, entre homens e mulheres, com idades entre 27 e 54 anos. Todos de famílias de baixa renda e se autodeclararam negras e negros. Foram evidenciadas recorrentes experiências de desvalorização, negligência e humilhação como a expressão sistemática do racismo arraigado na sociedade brasileira, presente também nos serviços de saúde. Percebeu-se intenso sofrimento decorrente não da DF, mas do tratamento inadequado e humilhante sistematicamente vivenciado. Alem disso, acarreta baixa confiança das pessoas com DF para com os serviços de saúde, ao evitarem e postergarmem ao máximo a ida aos serviços, mesmo quando apresentam quadro que precisaria de suporte ambulatorial ou hospitalar. Os participantes mostraram que muitas vezes abandonam serviços nos quais se sentem humilhados como forma de resistir ao controle que tentam exercer sobre seu corpo. Assim, as pessoas com DF evidenciaram exercem sua autonomia na tentativa de enfrentar o racismo, não através do embate direto, mas sim através da recusa de se submeter aquela situação novamente. Desta forma estas pessoas reafirmam que são os protagonistas da sua experiência e que, sobretudo, desejam ser cuidados e não apenas alvo de intervenções que os reduzam a condição de objeto. Faz-se de extrema importância acolher o sofrimento destas pessoas, reconhecer a negligência sistemática e seu grande impacto na fragilidade do vínculo usuário. Mais além faz-se também essencial reconhecer o racismo como parte fundante, mantenedora e estruturante de tais experiências para então poder intervir, enfrentando e desconstruindo esta lógica danosa e avançando frente a uma atenção verdadeiramente equânime às pessoas com doença falciforme e suas famílias.

Sessão Temática 33

Territórios Quilombolas, Memória e Resistência

A cultura que (a)firma: difusão da música sacra afro-brasileira na universidade pública - Julice Oliveira Dias dos Santos (UNEB). Resumo: A presente comunicação investiga a música sacra afro-brasileira como expressão da arte e os mecanismos de divulgação e popularização na Modernidade. Avalia os resultados da pesquisa Estética e Contracultura: Difusão da Música sacra Afro-brasileira na Modernidade vinculada o Grupo de Estudos e Pesquisa da Memória Afro-Baiana (GEPMAB) do Departamento de Educação do Campus I da Universidade do Estado da Bahia. Avalia a interfase entre pesquisa e extensão a partir da implantação do projeto de música sacra afro-brasileira Coro Oyá Igbalé. Aborda os impactos no espaço da universidade pública da implantação de Ação Afirmativa nas áreas de Educação e Cultura voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira. Aplica o método da pesquisa-ação para a produção de conhecimento. Os principais impactos sociais e políticos do Projeto Coro Oyá Igbale correspondem ao fomento da prática social dos integrantes da comunidade acadêmica da UNEB e da sociedade civil de respeito à liberdade de expressão, a identidade cultural de matriz afro-brasileira ligada ao Candomblé e a convivência pacífica entre as pessoas. Também constitui um impacto no campo da Cultura a difusão junto às novas gerações da "Cultura Musical do Terreiro", nas vertentes cantigas (rituais públicos do candomblé), "Samba de Terreiro" e cantiga para Caboclo. Outro contributo do projeto é a promoção do debate sobre ampliação de políticas institucionais (UNEB) de combate à discriminação racial e cultural, a intolerância religiosa e na defesa da dignidade da pessoa humana.

A inserção de saberes-fazeres pedagógicos na escola quilombola - Fabiana Lopes Cavalcante (Prefeitura Municipal de Uibaí-Ba). Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar resultados da pesquisa realizada sobre - Inserção dos saberes-fazeres quilombolas na escola de Caldeirão – Uibaí-BA: diálogos artísticos culturais. O que tencionou essa pesquisa foi o silenciamento da esfera pública para formação dos professores em exercício, e por considerar que as vivências culturais da comunidade devem fazer parte da proposta pedagógica da escola, como o caminho para experienciar as diversas identidades dos/as estudantes. A investigação teve como objetivo, construir com os participantes da pesquisa uma proposta de intervenção educativa a partir dos saberes-fazeres artístico-culturais, para formação pedagógica dos professores em exercício, que atuam na comunidade quilombola. Durante o estudo investigativo foi traçado diálogo com os teóricos que melhor se aproximam do objeto pesquisado: o viés qualitativo, Bogdan e Biklen, André, Creswell e Ghedin que a trazem como naturalística, por ocorrer no local natural aonde acontecem os fatos; Geertz, Heidegger, Gadamer, Schmidt, pela tessitura filosófica da hermenêutica; o viés metodológico foi a etnoformação, uma bricolagem da pesquisa-formação com a etnopesquisa fundamentada na ótica de Prada, Pineau, Sidnei, Mota; os saberes-fazeres pedagógicos foi traçado numa visão pós-colonial em educação, com base nos ideias de Mata, Moreira, Candau, Nóvoa, Gatti. Como dispositivos e instrumentos para coleta das informações foram utilizados a análise documental; entrevista semiestruturada; tertúlia dialógica cultural. Os resultados apresentados nesse artigo versam pelos cruzamentos dialógicos das informações, interpretadas a partir das entrevistas e das tertúlias, onde passamos a conhecer como os trabalhos artístico-culturais são realizados na escola lócus da pesquisa e os avanços e entraves da proposta pedagógica desenvolvidas pelos/as professores/as. Nessa perspectiva, percebemos que o número de atividades artístico-culturais desenvolvidas na escola de Caldeirão é relevante, porém, as que expressam a identidade quilombola são quase invisíveis. Ao dialogar com os/as professores/as acerca de como são desenvolvidos os planejamentos, se eles se preocupam em contemplam a diversidade de identidades, especialmente a quilombola, ficou claro que o contexto da identidade quilombola da comunidade não interfere nos planejamentos e nem nas atividades. Eles disseram se sentir inseguros em dialogar sobre a identidade quilombola. Com isso, espera-se que a proposta de intervenção a ser realizada como resultado desta pesquisa do Mestrado Profissional de Educação e Identidade, possam contribuir para que a prática pedagógica promovam a diversidade de identidades que forma a cultura dos estudantes desta escola quilombola do campo.

A raça e outros marcadores sociais nas experiências de estudantes universitárias/os quilombolas - Marcos Antonio Silva dos Santos

(Universidade Federal do Pará). Resumo: Que marcadores sociais atravessam as experiências das das/dos estudantes quilombolas da Unifesspa? Essa foi a problemática desenvolvida neste artigo, tentando compreender, principalmente os papeis representados pela raça nas interações entre quilombolas e não-quilombolas no contexto universitário. Foi utilizado o recurso metodológico de Observação Participante, com entrevistas semi estruturadas a quilombolas de acordo com as relações estabelecidas pelo pesquisador em campo. Neste sentido, uma das grandes questões levantadas nesta discussão foi sobre os elementos utilizados pelas/pelos estudantes quilombolas como critério englobante na mesma identidade étnica. Como percebido, os "Outros" entendem as/os quilombolas a partir de elementos diferentes dos elegidos como importantes para o grupo, como cor da pele e o tipo de roupa usado. Isso pode ser perigoso na medida em que dependendo do sujeito que se apropria desse discurso, tendo em vista as relações de poder, podem ser geradas restrições no acesso ao direito de reconhecimento individual ou mesmo coletivo da identidade étnica no contexto das interações sociais.

As celebrações católicas na comunidade quilombola Furnas do Dionísio no Mato Grosso do Sul: Educação decolonial, memória e identidade - Yasmin Falcão (UFMS). Resumo: A comunicação que se segue é resultado da pesquisa de iniciação cientifica. Procurei pesquisar a identidade quilombola nas celebrações católicas da comunidade Furnas do Dionísio/MS. A festa de Santo Antonio e a festa de Nossa Senhora Aparecida ofereceram proposições, mais ainda, privilegiaram-me com o convívio comunitário, com conhecimento dos fluxos econômicos, políticos e culturais e a participar de sua vivência. Furnas do Dionísio é uma comunidade quilombola rural do município de Jaraguari no estado de Mato Grosso do Sul. Por mais que esteja no limite desse município, o seu centro urbano é Campo Grande. A 40 quilômetros, a capital configura um cenário importante para Furnas. Lá se encontra a comunidade quilombola de Tia Eva, ambas são interligadas por fios de parentesco e compadrio formando uma rede de irmandade, como Santos (2010) nos ajuda a entender. O catolicismo esteve presente desde o processo de aquilombamento dos povos negros vindos de Minas Gerais. São fortes as permanências das celebrações católicas, também elemento de coesão das comunidades. Busquei compreender as continuidades históricas que formam a identidade quilombola, visto que a celebração é um evento, e como tal, encarnação de tradições e estratégia de resistência. As festividades na comunidade quilombola extravasam a cosmologia católica, são parte importante de ritualística, trazendo todas as interfaces importantes do grupo social. A identidade quilombola em Furnas é materializada em suas condições de espacialidade e manifesta em seus modos de produção. É um arcabouço importante para a compreensão da educação quilombola, aprendida na convivência, na aprendizagem de suas tecnologias e sociabilidade. Partindo para a perspectiva de educação decolonial, as celebrações privilegiam modos de educação que difere das escolas oficiais, preparadas com elementos significativos e colocam quem participa dentro do circulo das celebrações. Essa pesquisa vincula-se ao projeto Semeando ancestralidade em escolas quilombolas, coordenado pelo Dr. Lourival dos Santos e financiado pelo FUNDECT/MS.

As Comunidades Quilombolas Contemporâneas do Agreste Baiano e a Necropolítica - Márcia Rita Silva Souza (Secretaria Estadual de Educação). Resumo: O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (1988) garante o direito à terra para comunidades remanescentes de quilombos, visando minimizar as consequências das estruturas de desigualdades sociorraciais. Mas na prática, o direito à territorialidade é dificultado por uma cidadania retórica que escolhe até que medida os avanços sociais devem promover inclusão social. O presente estudo inicial visa compreender como a biopolítica (conceito foucaultiano) produz a necropolítica (conceito do historiador camaronês Achille Mbembe), ao operar mecanismos que dificultam a redistribuição material/simbólica de direitos fundamentais nas comunidades quilombolas do Catuzinho, Fazenda Candula e Fazenda Oiteiro, em Alagoinhas, BA. Para isso, investiga como a gestão da biopolítica nacional, estadual e municipal pode transformar esses territórios em espaços "naturalizados" de degradação e desintegração social e morte. Pesquisa ainda quais estratégias são desenvolvidas pelas comunidades como sustentabilidade, resistência e sobrevivência ao necropoder. A metodologia utiliza pesquisa bibliográfica; análise das legislações federal e estadual sobre regularização de Terras de Quilombo e temas correlatos; coletas de dados por entrevistas de natureza qualitativa e observações de campo. A hipótese averiguada é a de que, ao negligenciar ações decisórias importantes, a biopolítica abriu caminhos para o necropoder, impactando negativamente na dignidade humana e cidadania dos quilombos estudados. Apesar da Certificação da Fundação Cultural dos Palmares (Diário Oficial da União, 20/01/06), as dimensões territoriais dessas comunidades ainda não foram demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), emperrando o processo de titulação das terras. Como estratégias de sobrevivência, a terra é dividida entre os quilombolas para a produção de alimento, com base no princípio da herança e do parentesco. Há economia agrícola subsistência e pequeno comércio local (andu, feijão, aipim, milho, fumo, principalmente mandioca, entre outros); além de produção de farinha, tapioca, beijus, bolachas de goma, que são capitaneados por suas associações. A União das Comunidades Quilombolas de Alagoinhas e Aramari é a entidade criada por essas comunidades para representar interesses relativos ao reconhecimento, demarcação e titulação da terra. Os resultados até aqui demonstram que as ações da biopolítica colocam em dúvida a capacidade do Estado de promover cidadania e dignidade humana. Nas comunidades, existem ações infraestruturais precarizadas de Programas governamentais (como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Saúde da Família); isso fragiliza as condições de sobrevivência, a exemplo de postos de saúde sem medicamentos essenciais.

Atuação dos estudantes de enfermagem em diferentes contextos culturais e sociais - Relato de experiências na Comunidade Quilombola de Coqueiros- Mirangaba - Ba - Valdiria Soares de Melo (Universidade do Estado da Bahia-UNEB), Karen Luane Souza Figueirêdo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA). Resumo: Os quilombos são definidos como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravizados, partindo desse pressuposto foi realizado uma intervenção, através de uma aula de campo na comunidade quilombola de Coqueiros no município de Mirangaba-BA, por estudantes de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/ CAMPUS VII, orientado pela professora pós-doutora Camélia A. S. Miranda, responsável pelo componente curricular de ciências sociais e saúde. Através de uma abordagem de educação em saúde pode discutir sobre a saúde da população quilombola, as doenças mais comuns e como esta população utiliza raízes, rezas e plantas para curar suas doenças. A troca de experiências com a população quilombola constituiu

um momento significativo, cheio de descobertas e aprendizado tanto para os discentes, quanto para os moradores da comunidade. Assim, tivemos como objetivo realizar atividades de educação e saúde, e conhecer a cultura quilombola, suas tradições, vivências e seus cuidados com a saúde. Método: A formação de profissionais de enfermagem requer um ensino de qualidade que lhe confira competências técnico-científica nos diferentes contextos culturais e sociais. Nessa perspectiva, o trabalho trata-se de um relato de experiências de uma ação da turma de enfermagem. No início das atividades foi realizada uma dinâmica com a comunidade, o em seguida fizemos um momento de bate-papo, perguntamos sobre sua cultura e tradições. Para realização da ação em saúde a turma foi dividida em três grupos, o primeiro grupo ficou responsável por apresentar e discutir como ocorre o processo de doação de órgãos mitos e verdades, o segundo sobre o suporte básico de vida, como dever ser a conduta frente a uma parada cardíaca e engasgos, o terceiro grupo ficou responsável por aferição de pressão arterial, glicemia, além de orienta-los sobre os hábitos saudáveis. Resultados: A apresentação da temática e as discussões proporcionaram a desconstrução parcelada e gradativa do senso comum sobre a doação de órgãos e tecidos, a técnica de primeiros socorros, bem como a aferição da pressão arterial e mudanças nos hábitos e estilo de vida. Nesse sentido, é importante considerar que os aspectos ligados ao senso comum, revelados nas discussões, remeteram às histórias, à cultura e aos valores daqueles sujeitos. A atividade prática em campo, é de suma importância para o desenvolvimento pessoal e profissional dos acadêmicos de enfermagem, haja vista que tais intervenções proporcionam um contato/abordagem diferente com diferentes públicos. Além disso, conhecer a cultura, a identidade e as repercussões históricas dessa comunidade, enquanto comunidade remanescente de quilombo propiciou o acesso aos eventos e significados vivenciados pelos moradores.

Educação Escolar Quilombola: festas, memórias e tradições - Claudenilde Lopes dos Santos (UFMT), Douglas Santos Gois (UFMT). Resumo: O Núcleo de Estudos e pesquisas sobre relações raciais e Educação - NEPRE - desenvolve desde 2015 o projeto de extensão: Ação afirmativa no Ensino Superior: Articulações de vivências e saberes na UFMT, que possui no seu escopo a interface com o Ensino a Pesquisa e a Extensão. É neste cenário que se insere o fomento a pesquisa dos estudantes da graduação e que se insere os estudantes extensionistas na presente pesquisa: Educação Escolar Quilombola: festas, memórias e tradições. A referida pesquisa, em andamento, tem por objetivo dispor produções para a efetivação das diretrizes da educação escolar quilombola, por intermédio da pesquisa e sistematização de conhecimentos sobre práticas culturais como a devoção e a arte da realização das principais festas de santo que se realizam anualmente em comunidades quilombolas, bem como através de narrativas de histórias de vida de personalidades negra e/ou quilombolas, reconhecidas por essas comunidades como importantes na transmissão de práticas culturais aos descendentes que, na atualidade, tem garantido a continuidade de saberes, práticas e tradições festivas quilombolas, tendo em vista os princípios dispostos nas diretrizes da educação escolar quilombola: III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional; IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira. A pesquisa que será realizada nas comunidades quilombolas Vão Grande, Mutuca, Tanque do Padre e Morrinho, estando as duas primeiras localizadas, respectivamente, nos municípios de Barra do Bugres-MT e de Nossa Senhora do Livramento-MT e as duas últimas no município de Poconé-MT, se encontra na fase de levantamento bibliográfico. Inicialmente serão utilizadas as bases de dados Periódico CAPES, Scielo e SIBiUSP para o levantamento das produções que tratam da educação quilombola, narrativas, memórias e festas de santos. Para este trabalho, pretende-se apresentar umas das fases da pesquisa, sendo esta a revisão bibliográfica das produções que se ocupam das festas populares e das festas de santo no Brasil, de modo a consubstanciar o debate sobre festas de santo e educação escolar quilombola no estado de Mato Grosso.

Famílias negras na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí - Rodrigo Portela Gomes (Universidade de Brasília). Resumo: Trata-se de pesquisa já realizada e conduzida pelo seguinte problema: como a gestão dos territórios quilombolas de Barro Vermelho e Contente tem sido impactada por dinâmicas raciais identificadas nas disputas judiciais do conflito com a Ferrovia Nova Transnordestina? Parte-se do pressuposto de que a raça é orientadora da construção narrativa da nação brasileira e, por isso, os sujeitos constitucionais negros são destituídos da sua condição de autores da constituição. A trajetória-experiência dessas comunidades apontam disputas que foram empreendidas na defesa dos territórios, desde as formas de acesso à terra que constituem o atual território, perpassando pelo fortalecimento dessa territorialidade a partir dos vínculos familiares e na produção de valores, sentidos e significados com aquela terra. Compreendo que é imprescindível que os estudos neste campo sejam orientados a evidenciar a raça e o racismo na abordagem do direito das comunidades, consubstanciadas a partir das seguintes premissas: a) posicionar raça e racismo como categorias centrais nas análises; b) o direito como instrumento de hierarquização racial; c) evidenciar a agência das comunidades quilombolas empregada na luta por direitos; d) o racismo é um problema constitucional que atravessa o momento fundacional do nosso Estado. Nota-se no curso do estudo empírico que o aparato normativo é um mecanismo de regulação da agência quilombola e que há por traz um pensamento jurídico racista elaborado a partir da narrativa da nação que mobiliza a compreensão dos direitos dessas comunidades. Nesse sentido, a importância de evidenciar as agências empregadas pelos quilombos, com o propósito de retirar o domínio sobre a história constitucional das mãos brancas, pois tem informado a compreensão sobre esses sujeitos e o conteúdo de seus direitos no presente. A revisão crítica da história constitucional é produtiva ao deslocar o constitucionalismo para bases que dá centralidade às tensões raciais como elemento que lhe é constitutivo. Abrem-se horizontes para narrativas que considerarão, por exemplo, a trajetória-experiência dos quilombos com imprescindível para refletir o problema da efetividade dos seus direitos fundamentais. Ao tomar o quilombo como processo e história de desgaste à sociedade escravocrata-colonial e que abala as referências de identidade, memória e sujeito nacional, predominante na teoria e prática constitucional, produz-se rasuras nas noções de igualdade, justiça e cidadania ainda postuladas pela matriz colonial-branca. O estudo de caso, empreendeu esforço justamente em apontar como ao longo da história dos quilombos o Estado tem atuado para inviabilizar o acesso à propriedade pela população negra, apesar das agências empreendidas pelas famílias negras de Barro Vermelho e Contente.

Mulheres quilombolas da comunidade Kalunga do Tinguizal/Monte Alegre de Goiás: organização, autonomia e desenvolvimento comunitário por meio de projetos culturais - Lorena Borges Silva (Universidade Estadual de Goiás), Agnês Raquel Camisão (Coordenadora do curso de enfermagem da Faculdade Evangélica de Goianésia). Resumo: A experiência que fundamenta este trabalho buscou oferecer, para comunidade do quilombo Kalunga do Tinguizal, em Monte Alegre – Goiás, uma oficina para elaboração de projetos culturais e captação de recursos. O interesse pela temática quilombola originou-se em 2016 e 2017 no Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros em GO, durante a plenária quilombola houve debates sobre o acompanhamento dos órgãos e estabelecimentos públicos diante das principais problemáticas levantadas pelas lideranças presentes, ficou então definido algumas responsabilidades aos órgãos presentes no local. Sendo assim, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) por meio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis comprometeu-se a acompanhar a comunidade Kalunga na construção de projetos culturais do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás com a finalidade de acessarem editais estaduais e nacionais. Com esse compromisso estabelecido, confirmamos a oficina para fevereiro de 2018. Recebemos a solicitação da Associação de Mulheres Quilombo Kalunga de Monte Alegre de Goiás para a realização da oficina de elaboração de projetos culturais na comunidade do Tinguizal, localizada a 70 km da área urbana do município de Monte Alegre – GO. A oficina teve por objetivo empoderar mulheres quilombolas a adotar o empreendedorismo como forma de obter autonomia a fim de ampliar a economia de suas famílias e da comunidade local. Mais especificamente estimular a criatividade das mesmas desenvolvendo capacitação para geração de renda em comunidade por meio de seus artesanatos. Organizamos um grupo a fim de empreenderem uma viagem ao local. A oficina de ensino aprendizagem foi focada nos editais do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás, no primeiro dia foram apresentadas para a comunidade, 23 editais, e foram selecionados pela comunidade quatro possíveis editais para enviar seus projetos: Edital de Fomento à Juventude; Artesanato; Cultura Popular e Demandas culturais. No segundo dia de trabalho a equipe dividiu-se para auxiliar a construção dos currículos da comunidade, a outra equipe acompanhou o grupo na construção da escrita do projeto. Houve ajuda na construção do projeto como um todo. Como resultado foram submetidas duas propostas, e até a presente data fomos agraciados em saber que a comunidade aprovou um dos projetos enviados com previsão de recurso para realização da primeira feira de artesanato Kalunga ainda no segundo semestre de 2018. Consideramos importante o papel das universidades públicas na promoção de mudanças efetivas nessas comunidades de saberes tradicionais. Poder proporcionar essa experiência ainda inédita, faz com que prossigamos para um caminho em que a cultura possa ser usada como ferramenta de promoção de mudanças sociais.

O direito à memória histórica dos Quilombos: indícios e sinais na perspectiva da reparação e da história do direito - Vanilda Honória dos Santos (Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais). Resumo: O trabalho objetiva apresentar os resultados parciais da pesquisa histórico-jurídica em andamento sobre a existência, permanência e resistência dos quilombos na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais, abordando o direito constitucional à memória histórica, assim como os indícios e sinais para seu registro, na perspectiva da reparação e da história do Direito. Abordar a categoria memória histórica implica tratar também do silenciamento e do apagamento e da memória dos povos quilombolas, promovidos de forma sistemática pelas instituições brasileiras durante o período pós-Abolição, sobretudo no ordenamento jurídico estatal. Nesse sentido, compreender como a cultura jurídica de um determinado espaço temporal contribui para promover ou anular a resistência e o direito ao território tradicional é fundamental para a História do Direito e para a preservação da memória das comunidades. Delimitou-se a parte empírica desta pesquisa a um estudo de caso, a memória histórica da Comunidade Remanescente de Quilombo Teodoro de Oliveira e Ventura, cujos núcleos se localizam em Patos de Minas e Serra do Salitre, e os modos como lidam com o direito estatal. Pretende-se delinear os entraves para a pesquisa, cujo principal ponto é a invisibilidade da história quilombola na historiografia oficial da região, sobretudo das comunidades urbanas, formadas a partir da diáspora ocorrida após a destruição dos Quilombos do Campo Grande ou Quilombo de Ambrósio, no século XVIII. A memória e a história dos povos quilombolas em Minas Gerais está relacionada às políticas implantadas pelo Império português, que ordenou a destruição sistemática de todos os povoados habitados por negros e não negros, alegando serem todos quilombos, criminalizados e proibidos pelo ordenamento jurídico vigente. Vale destacar que muitos desses povoados eram habitados por negros livres, libertos e não negros que escapavam à dura política de captação de impostos e estabeleciam novas formas de organização social e política, a ponto de serem considerados pelo próprio governo imperial como confederados. Registrar a memória dos povos quilombolas se configura como medida de reparação histórica, e implica recorrer aos indícios e sinais presentes em documentos, na oralidade e nas tradições culturais.

O uso da metodologia de narrativas (auto)biográficas potencialidades de estudo da temática da Educação Escolar Quilombola - Jairza Fernandes Rocha da Silva (PPGE FaE UFMG). Resumo: O presente texto é um recorte de pesquisa de mestrado na qual dialogamos com cinco mulheres autodeclaradas pretas, que atuam como professoras na Educação Escolar Quilombola (EEQ) em Minas Gerais e que participaram do I Curso Formação de Professores/as da Educação Básica nas Comunidades Remanescentes de Quilombo de MG. A reflexão que buscamos desenvolver aqui é se essas docentes percebem diferenças entre a escola quilombola e a escola no quilombo a partir de seu trânsito entre estes dois espaços. Desta forma, buscamos compreender a partir da metodologia de narrativas (auto)biográficas por meio de suas vivências e experiências de vida. O método escolhido permitiu levar em consideração a questão da memória e as narrativas de vida, nesse caso, conexões referentes a temporalidade relacionadas entre o vivido e o presente faz parte do modo de interpretar dos sujeitos. Nesse sentido, a entrevista narrativa foi utilizada como principal recurso metodológico de coleta de dados. Sendo que a entrevista narrativa tem como hipótese que toda a experiência humana pode ser expressa através de uma narrativa, uma vez que a humanidade desde os tempos mais remotos sempre desenvolveu formas de contar histórias, de falar da vida (MEIRELES, 2015, p. 288). Desta maneira as narrativas (auto)biográficas, construídas e/ou coletadas em processo de pesquisa ou em práticas de formação, centram-se nas trajetórias, percursos e experiências dos sujeitos, são marcadas por aspectos históricos e subjetivo frente às reûexões e

análises construídas por cada um sobre o ato de lembrar, narrar e escrever sobre si. (SOUZA, 2014, p. 43). Com isso ao analisarmos as narrativas das professoras quilombolas algumas considerações a esse respeito podem ser realizadas no sentido de ser capaz de perceber que as diferenças entre as nomenclaturas parecem sutis, contudo revelam em suas concepções orientações de práticas educativas bastante distintas. A escola no quilombo nem sempre partilha de valores e conhecimentos acerca dessas comunidades. Portanto, o fato da instituição escolar estar localizada em áreas próximas, ou até mesmo, no próprio quilombo não a torna necessariamente uma escola quilombola. Diante do exposto foi possível concluir que em sua atuação nestas diferentes escolas as docentes buscam inserir novas práticas pedagógicas em sala de aula para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) e seguem fazendo as adaptações necessárias para executar o seu trabalho dentro da perspectiva da EEQ e de uma maneira geral uma escola do quilombo é uma escola que atende estudantes quilombolas em um cenário que não trabalha com a perspectiva da EEQ tende a concentrar profundos enfrentamentos.

OS HERDEIROS DE ANCELMO: Uma história da delimitação do território quilombola de Riacho dos Negros (São João do Piauí, 2007-2014) - Thiago Oliveira da Silva Brito (UFRGS). Resumo: A comunidade de Riacho dos Negros, em São João do Piauí iniciou seu processo de reconhecimento como território quilombola em 2007. Desde então o desenvolvimento desta ação estatal colocou em cena diversos atores, como os próprios moradores da região, as lideranças do movimento negro do estado e representantes do poder público, como os técnicos do INCRA. Neste trabalho, meu objetivo é analisar como se deu esse processo, identificando as origens da aproximação entre os agentes do Estado e do movimento negro com a comunidade; a dinâmica de interação entre estes sujeitos durante o desenrolar das pesquisas para delimitação do território; e seus desdobramentos nas relações políticas e na identidade étnica dos riacheiros. Para tanto, utilizei como fontes o Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Riacho dos Negros, peça fundamental para efetivação da regularização fundiária pela via do direito quilombola; oito entrevistas realizadas com representantes dos três segmentos envolvidos: moradores do Riacho, lideranças do movimento negro e o antropólogo responsável pela escrita do relatório; as matérias veiculadas nos blogs de notícia locais e a artigos acadêmicos sobre a história do movimento negro em Teresina e no Piauí. Analisando tais fontes com base nas discussões acerca do conceito de comunidades remanescentes de quilombos realizadas por Javier Lifschitz, Eliane Cantarino O'Dwyer, Sheila Brasileiro e José Augusto Sampaio; de etnicidade e grupos étnicos propostos Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fernart e por Fredrick Barth; de identidade discutida por Gilberto Giménez e Vanessa Zamboni; de cultura estabelecido por John Clark, Stuart Hall, Tony Jefferson e Brian Roberts e de agência/resistência apresentados por Piotr Stompka, o presente trabalho acompanhou os caminhos da política nacional quilombola desde sua implementação em 1988 até sua efetivação no Riacho e a articulação entre os quilombolas, agentes do Estado e do movimento negro que ela engendrou, assim como o empoderamento político e consolidação das identidades culturais negras na região.

Protagonismos Quilombolas no Amazonas. O caso dos "Freitas de Castro", quilombo Trindade, Rio Andirá, Fronteira Amazonas/ Pará. - João Marinho da Rocha (Universidade Federal do Amazonas). Resumo: As comunidades quilombolas do Rio Andirá, como os novos quilombos do Brasil, conectam-se de alguma maneira aos processos sociais produzidos e sistematizados no âmbito das mobilizações dos movimentos sociais das décadas finais do século XX. Mobilizações que com suas Ações Sociais marcadas por protagonismos diversos, alargaram conceitos e significações de elementos que até então impossibilitavam olhares para realidades sociais de centenas de comunidades negras rurais existentes no Brasil. Dentre os temas alargados, ressignificados e, que receberam novos olhares, estão a memória pública sobre a escravidão, sobre os sentidos da liberdade conquistada, sobre os marcos e datas comemorativas até então cristalizadas que passaram a por reapropriações (MATTOS,2006).Tais revisões estiveram como pautas do movimento negro contemporâneo que, a partir das décadas finais do XX, encampou a questão quilombola como símbolo de lutas do povo negro (MATTOS,2006; Domingues;Gomes,2013). Foi produzida uma série de questões atreladas às suas demandas contemporâneas, conectadas às lutas travadas. Cenários de direitos, depositados na Constituição Federal de 1988, como foi o caso do artigo 68 dos ADCT. Conferindo direitos territoriais aos remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro(O'DWEYER,2005). Proporcionando uma "revisão histórica e mobilização política, que conjugava a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão"(MATTOS,2005,p106). Assistiu-se inúmeros trabalhos de produção de processos sociais para acessar aqueles direitos. Muitos desses caminhos produzidos nas interações entre essas novas realidades sociais e parceiros externos. Para os casos amazônicos, como Andirá, destacamos os trabalhos de (re)constituições de memórias, suas sistematizações e oficializações por meio de órgão e entidades organizativas dos quilombos, como foi o caso da Federação Quilombolas. Produziram "procurações de negros" , identificando processos socioculturais, memórias e trajetórias individuais e familiares que desenharam sentidos e contribuíam nos projetos étnicos e políticos quilombola para conseguir produzir a diferenciação étnico-racial, o que os reconheceu como quilombolas em 2013.Destacamos em seus processos de lutas, os protagonismos femininos e trajetórias familiares que, para este momento tomamos uma delas, a dos "Freitas de Castro". Muitas dessas trajetórias com esta família Freitas de Castro, são emblemáticas, no sentido de que apontaram caminhos para os passados dos mundos do trabalho, das relações sociais e de solidariedades, relações de poder, relações múltiplas no pós abolição no Amazonas, a partir dessa fronteira Amazonas/Pará.

Quilombo do Cumbe/Aracati – CE: memória e resistência frente aos empreendimentos econômicos que se instalaram dentro do território tradicional - João Luís Joventino do Nascimento (Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP). Resumo: As Comunidades Quilombolas Rurais de maioria negra, são possuidoras e guardiãs de um diverso patrimônio ambiental natural importantíssimo para continuidade de suas práticas culturais, saberes e modos de fazer. A partir dos anos 80 do século passado, os territórios quilombolas passam a ser invadidos por empreendimentos econômicos, que desconsideram as formas organizativas dos quilombolas e são responsáveis pela desorganização dos processos identitários que contribuem para reprodução social, física, econômica e cultural. Este trabalho é parte

da dissertação de mestrado em Educação Brasileira, realizada na linha de pesquisa movimentos sociais, educação popular e escola da FACED/UFC, defendida no ano de 2014. Utilizou-se como metodologia uma abordagem de base qualitativa a partir do uso da pesquisa participante, entendida como aquela que pretende contribuir com a superação dos problemas sociais em parcerias com os sujeitos pesquisados. Desta forma, lançou-se mão de entrevistas semiestruturadas para dar visibilidade ao processo de resistência e enfrentamento às atividades econômicas que impactam e interferem no modo de vida da Comunidade Quilombola do Cumbe. Também foi realizada pesquisa de campo, rodas de conversas e leituras de trabalhos realizados na comunidade sobre a temática abordada. Verificou-se que o modelo de "desenvolvimento" defendido pelos governos contribui para a instauração de diversos problemas como conflitos internos, perda e privatização do território de uso coletivo, e criminalização das pessoas que estão à frente dos processos de lutas e resistências. Que a falácia de "desenvolvimento e progresso" defendida pelos empresários e grupos políticos partidários não serve as comunidades tradicionais e não atende a necessidade do povo, o que corrobora para negação de direitos e injustiça ambiental. A investigação revelou que os comunitários não são consultados sobre a instalação dos empreendimentos econômicos dentro dos seus territórios. Por outro lado, destacamos a importâncias e o papel político das lutas socioambientais realizadas pelos quilombolas pescadores/as do mangue do Cumbe para o fortalecimento do grupo, visibilidade dos conflitos e afirmação da identidade negra/quilombola. O que vai impulsionar numa maior participação dos sujeitos nos processos organizativos e conhecedores dos direitos garantidos constitucionais, capazes de promover incidências nos órgãos responsáveis pela implementação das políticas públicas, defesa e proteção do meio ambiente

Quilombo, terra da liberdade: arranjos familiares e relações parentais de negras (os) aquilombadas (os) - Francisco Otavio Araujo dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso). Resumo: A presente pesquisa intenta investigar os arranjos familiares, as relações parentais e os mecanismos de resistências desenvolvidos pela população negra durante o período em que o modo de produção predominante no território, que hoje é o Brasil, era baseado no tráfico humano para escravização. Os povos traficados de variadas regiões do continente africano e, vendidos como escravos no reino de Portugal tiveram sua humanidade aniquilada, dando assim inicio ao processo de objetificação dos seus corpos negros, entretanto a dominação não se deu de modo pacífico aos moldes da democracia racial, uma vez que os traficados na sua compreensão de homem, não se entendiam como propriedade de outrem, tal entendimento teve por consequência a não aceitação do processo de coisificação imposta pelo sistema colonial europeu. O povo negro usou de todos os meios possíveis para garantir o seu estado de liberdade. Nesse sentido, busca-se deter, sobretudo, nos agrupamentos conhecidos como Quilombos, onde os indivíduos de origens distintas ou não, desenvolveram ecossistemas sócio-culturais como uma alternativa possível, capaz de preservar a dignidade e garantir a liberdade. Os quilombos e suas populações tiveram sua importância histórica reduzidas a espaços isolados, de desordem e banditismo, entretanto durante a pesquisa, foi possível constatar que os quilombos foram instituições autônomas, mantendo uma sofisticada organização com teias de relações que extrapolavam seus limites, sendo então, espaços de resistência às práticas escravocratas coloniais, servindo também de refúgio a índios e brancos. Portanto o quilombo mostrou-se em todos os sentidos, um lugar de resistência, dando condições para o resgate das identidades roubadas pelo colonialismo europeu, tornando-se o lugar da liberdade e possivelmente o primeiro território de prática epistêmica negra decolonial das Américas. Para realização desta pesquisa utilizou-se até o momento, de fontes secundárias, dialogando com os autores PETIZ (2009) e ALVES (2015), tendo em vista a dificuldade encontrada diante da escassez de fontes primarias, que tratem dos temas aqui propostos, sobretudo no que tange a arranjos familiares e relações parentais nos quilombos. Busca-se também aproximar esse estudo à perspectiva proposta por autores decolonialistas como GROSFOGUEL (2009), ou que se aproximam destes de algum modo como, FANON (1952), NASCIMENTO (1981; 1985) e MOURA (1959; 1987; 2001), visto que a decolonialidade não se reduz a um agrupamento de teorias acadêmicas, mas antes, consiste em um sistema de práticas epistêmicas iniciadas com a colonização. Salienta-se que estes, são resultados parciais, posto que a pesquisa ainda está inconclusa e, é possível que novos vestígios sejam encontrados para delinear os rumos desta investigação.

Quilombos: os primeiros organismos de duplo poder do Brasil - Wagner Miqueias Felix Damasceno (UNICAMP). Resumo: Trata-se de uma interpretação dos quilombos, sobretudo Palmares, à luz do conceito de duplo poder cunhado na literatura marxista. Para tanto, recuperamos os estudos sobre a quilombagem e Palmares, desenvolvidos por Clóvis Moura e Benjamin Péret e percorremos o percurso analítico aberto por Adelmir Fiabani ao coligir e descrever algumas das principais narrativas dos inimigos dos quilombos. A dualidade de poderes é um fenômeno que se manifestou em diferentes momentos da história, e que também se materializou em diferentes organismos. Na época das revoluções burguesas, os organismos de duplo poder assumiram a forma, na Inglaterra, do Parlamento Presbiteriano e, na França de 1789, assumiram a forma da Assembleia Nacional. A entrada do proletariado na cena histórica marcou, também, o surgimento de novas formas de organismos de duplo poderes, com destaque para a Comuna de Paris, em 1871, e para os conselhos na Rússia (soviets), em 1905 e 1917. Todavia, consideramos que a dualidade de poderes é um fenômeno que surge em todas as formações sociais divididas em classes sociais antagônicas, onde as contradições entre as relações sociais de produção e as forças produtivas se tornam agudas. Nesse sentido, argumentamos que o antagonismo de classes durante os quatro séculos de escravidão no Brasil também produziu o fenômeno da dualidade de poderes. A nossa hipótese é que os quilombos foram os primeiros e, até o momento, os únicos organismos de duplo poder no país. Para tanto, dedicaremos atenção à Palmares, argumentando que este quilombo foi a maior expressão da dualidade de poderes no território brasileiro.

Quissamã - Um elo da África, no Estado do Rio de Janeiro - Marcia Aparecida de Souza (SEEDUC/RJ). Resumo: As comunidades desenvolvem processos históricos de territorialização, que condicionam sua vida social e criam suas identidades e culturas próprias. Por conta disso, o presente estudo discute essa questão demonstrando como a cidade de Quissamã, situada na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, organizou-se nessa direção. Ainda que pautada em objetivos econômicos e direcionados ao desenvolvimento do turismo histórico e não voltada a executar medidas reparadoras das consequências do passado histórico da população negra, a cidade de

Quissamã vem ao longo tempo traçando e construindo uma arquitetura urbana voltada ao turismo que foi denominado 'etnico-racial'. A respeito da cidade pesquisada, seus engenhos, senzalas, comunidade quilombola e as memórias dos africanos e afrodescendentes registradas, arquivadas e disponibilizadas ao público em museus e centros culturais podem tanto atuar sobre as subjetividades da população negra como também influenciar o modo como outras pessoas veem essa população, a sua cultura, a sua herança histórica e o seu modo de viver. O estudo destaca a organização dos moradores da comunidade denominada Machadinha, nesse mesmo município. No passado, nesse espaço era localizada a Fazenda Machadinha, que chegou a ter oito mil negros escravizados. É um espaço de maioria afrodescendentes que tiveram reconhecimento de posse de terra onde vivem e onde viveram seus ancestrais. Esses moradores realizam diversas atividades, entre ela danças populares, como o jongo, artesanato, culinária, contação de histórias, que visam preservação de memória e meio de trabalho e sustento de algumas famílias que ali vivem. Nessa comunidade destaca os atuais remanescentes de senzala que também habitam a localidade, são a oitava geração de afrodescendentes morando ainda na mesma residência, antiga senzala restaurada. Machadinha, com suas lendas e histórias é considerada um patrimônio histórico e cultural. Com esse estudo pretende-se entender as formas de organização, modos de vida e a história daquele território, através de pesquisa e da história oral contada por moradores do município e pelos afrodescendentes que vivem naquele espaço. Entender também se essa forma de organização da cidade e comunidade contribuem para minimizar o racismo antinegro.

Racismo institucional e a (não) efetivação da política pública de regularização dos territórios quilombolas - Givânia Maria da Silva (Universidade de Brasilia), Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira (UFF). Resumo: O racismo institucional tal como conhecemos se expressa de forma difusa no funcionamento de instituições e organizações, distribuindo de forma diferente benefícios, oportunidades e serviços aos diversos segmentos da população do ponto de vista racial. Ele se instaura no cotidiano institucional, especialmente na implementação das políticas públicas. (López, 2012, p.127). Passados quase 15 anos do Decreto 4.887/2003, principal política pública de titulação dos territórios quilombolas, muito pouco foi feito. Segundo a organização Terra de Direitos et al (2017) das quase 3 mil comunidades quilombolas existentes no país, apenas 37 foram tituladas pelo governo federal, e com os ritmos e orçamento atuais, a autarquia federal demoraria pelo menos 600 anos para a titulação de todos os territórios quilombolas. Na mesma medida em que a política pública de regularização dos territórios quilombolas está cada vez mais sucateada, o latifúndio e os grandes empreendimentos como agronegócio, mineração, hidrelétricas avançam para esses mesmos territórios, gerando conflitos, violências e até assassinatos, tal como ocorreu em 2017, ano recorde em assassinatos de lideranças quilombolas: pelo menos 12, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (2018). Considerando o atual contexto brasileiro, o objetivo do texto será discutir a não efetivação da política pública de titulação dos territórios quilombolas à luz do racismo institucional, com vias a buscar e tentar apontar caminhos para uma efetiva reparação ao povo negro pelos mais de 300 anos de escravidão.

Relato de Experiência sobre o Projeto Coro Oyá Igbalé - Taís Viana Villa Ribeiro (Universidade do Estado da Bahia - UNEB). Resumo: Apresenta o Relato de Experiência das vivências didático-pedagógica com a Monitoria de Extensão no Projeto Coro Oyá Igbalé: Música Sacra de Matriz Afro-brasileira do Departamento de Educação do Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); avalia a interface do Coro Oyá Igbalé enquanto ação extensão com a pesquisa e o ensino de graduação; avalia o impacto no campo da difusão e produção de cultura na universidade pública; reflete sobre as implicações e sócio-políticas para os beneficiários do projeto; analisa a importância do projeto Coro Oyá Igbalé como ação afirmativa nas áreas de Educação e Cultura. O projeto Coro Oyá Igbalé: Música Sacra de Matriz Afro-brasileira, criado no ano de 2014 pela docente Julice Oliveira e é lotado no Departamento de Educação do Campus I da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Caracteriza-se como atividade de extensão que também é enquadrada como Ação Afirmativa nas áreas de Educação e Cultura. Os beneficiários do projeto são oriundos da comunidade acadêmica da UNEB e da comunidade externa. O projeto propõe a difusão e popularização da música sacra afro-brasileira como resultado da consolidação da interface entre produção de pesquisa, ação de extensão e ensino de graduação. A pesquisa teórica Estética da Contracultura: Difusão e Popularização da Música Sacra do Candomblé na Modernidade de autoria da Professora Julice Oliveira (UNEB) dá subsídio para o desenvolvimento das atividades de extensão do Coro Oyá Igbalé é resultado do trabalho do Grupo de Estudos em Estética Contracultura (GEEC) e do Grupo de Estudos e Pesquisa da Memória Afro-baiana (GEPMAB) que é certificado pelo CNPQ e pela PPG-UNEB. A relação com o ensino de graduação tanto dá oportunidade para que os estudantes da UNEB atuem no projeto como monitores de extensão (bolsistas e voluntários), assim como contribuí para a formação acadêmica e profissional dos discentes que além de aprenderem conteúdos específicos sobre a música sacra afro-brasileira permite o desenvolvimento de uma ação educacional junto à comunidade externa. No que tange a inclusão de conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira nos currículos dos cursos de graduação representa ao mesmo tempo uma inovação e a efetiva integração da cultura no espaço da universidade pública. Como Ação Afirmativa na Área de Cultura, o Coro Oyá Igbalé é pioneiro na UNEB já que realiza de modo democrático a inclusão de integrantes das comunidades tradicionais do Candomblé da Bahia, de Quilombos e demais grupos sociais e populações que historicamente são excluídas no espaço da educação superior.

Territórios quilombolas no Ceará: educação, processo histórico e identidades - Ivan Costa Lima (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB), David da Silva (Unilab). Resumo: O estudo, em andamento na Unilab no Ceará, objetiva investigar os territórios quilombolas no Ceará que passam pelo processo de certificação, demarcação e titularização empreendidas por órgãos federais, tendo em vista o reconhecimento de sua existência por todo o país. Políticas que nos levam a problematizar a situação da população negra na região, produzindo-se conhecimentos sobre os caminhos traçados pelas comunidades quilombolas na implementação de igualdade racial no estado, suas relações com a educação, a cultura e o desafio em suas afirmações como comunidades e povos tradicionais. Pretende-se ampliar as formas como a vida quilombola se articula com a luta em defesa do território, modos de vida e as lutas socioambientais, possibilitando subsidiar as políticas públicas voltadas para esta população, em especial a educação quilombola.

Para tanto, para alcançar este conhecimento metodologicamente utilizaremos da pesquisa participante (BRANDÃO, 1999) e da história oral (MORAES 1999) para captar as dinâmicas utilizadas por estes sujeitos, através da utilização do registro audiovisual de suas participações dentro e fora das comunidades. Apontamos existir pesquisas acadêmicas sobe as comunidades quilombolas e de materiais elaborados pelas próprias comunidades como relatórios, participações em eventos políticos e sociais. Em termos oficiais pode-se encontrar dados sobre as comunidades quilombolas no Ceará de um lado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), que realiza o mapeamento das comunidades quilombolas cearenses. De outro lado, há também o acompanhamento da Ceppir (Coordenadoria de Igualdade Racial do estado do Ceará), espaço de discussão sobre políticas públicas para a efetivação dos processos de certificação e da educação quilombola no Ceará. Em termos de movimento social tem-se a que parte das comunidades quilombolas estão organizadas em torno da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE) criada em 2005, que tem acompanhado as comunidades quilombolas pelo Estado. Na atualidade a CERQUICE reconhece a existência de 70 comunidades quilombolas, sendo que nem todas estão certificadas. No Ceará a Fundação Palmares, de acordo com a portaria 268/2017 de 02/10/2017, registra a certificação de 49 comunidades no estado, sendo que a data de abertura do primeiro processo é de 2004, no município de Tururu da comunidade de Água Preta, no norte do Ceará. Com isso, construir conhecimentos que contribuam em dar visibilidade a população negra nesta região, subsidiando a universidade e a sociedade abrangente com o reconhecimento das comunidades quilombolas cearenses, suas histórias, memórias, formas de agir e pensar sobre as relações raciais dentro da Educação brasileira

Territórios Quilombolas: Resistências ou Fracassos da Administração Pública? - Francisco de Assis Calegario (PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA). Resumo: Quando se faz uma reflexão sobre o território quilombola, deve-se analisar o termo com devido cuidado e com a interpretação no sentido extensivo, de forma a esclarecer e compreender o espaço físico, o modo de vida e de propriedade cultural. Na perspectiva de Oliveira (2011), territórios quilombolas compreendem o direito ao território, constituído pelo patrimônio material, ou seja, a terra e o patrimônio imaterial que diz respeito à memória e à cultura. A pesquisa não há por exaurir o assunto, mas deixar um alerta de redobra de ação e de atenção no sentido e de sustentar a ideia de que a questão territorial quilombola impregnou-se da epidemia da burocracia na Administração Pública. As previsões constitucionais e infraconstitucionais estão amplamente estabelecidas, entretanto, falta ao Estado dar continuidade à Agenda Quilombola, que efetivamente iniciou-se em 2003. O conjunto de normas jurídicas estão apostas, iniciando-se com art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT; em especial, a Lei Federal nº 10.678, de 23 de maio de 2003 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Nesse contexto, o que se pretende no projeto é identificar as questões que estão, por certo, a propiciar a impregnação burocrática governamental. Este fato desestimula e atrasa a implementação de políticas públicas na comunidade quilombola de Pedra Branca, Município de Vargem Alta (ES). Na verdade, o que se tem até o momento é um conflito intenso entre comunidades quilombolas e os demais segmentos da sociedade capitalista. Na visão de Oliveira (2011), ao lado dos processos de mobilização pelo direito ao território, vem ocorrendo também as lutas pela reversão dos estigmas historicamente atribuídos ao quilombo, para transformá-lo em termo de autodefinição política e em uma categoria de direitos territoriais e culturais. É pesquisa de natureza qualitativa, modalidade estudo de caso nesse território quilombola. Procedimentos metodológicos: Analisar os documentos de identificação e certificação da comunidade e como estão os procedimentos para a questão da definição da posse das terras na comunidade pesquisada. Os principais resultados alcançados denotam que a comunidade tem certificação como remanescentes de quilombola, mas ainda não possui o direito territorial como propriedade. Assim, compreendemos a necessidade de estudos essas questões de direitos individuais e coletivos no que se refere ao espaço físico desse território quilombola, enfatizando a necessidade de acompanhamento dos procedimentos administrativos voltados para essa questão.

"Estuciando" o Barulho do Quilombo e o Processo de Construção Identitária nas Comunidades Quilombolas Sertanejas de Cariacá e Lajedo - Paula Odilon dos Santos (Universidade Federal da Bahia - UFBA). Resumo: A proposta dessa pesquisa é discutir o ressurgimento das comunidades quilombolas no sertão baiano, fato que desmistifica o pensamento dominante que defende a ausência do ator social negro e afrodescendente nas localidades do interior, enfatizando sua presença restrita apenas ao litoral, sendo este fato observado nas comunidades quilombolas de Cariacá e Lajedo, situadas na região norte do estado. Nessa discussão se sobressaem dois elementos: primeiro o acontecimento do processo de construção identitária por intermédio das narrativas orais, preservação de memórias e recriações de suas atividades culturais bem como o rito simbólico de passagem de comunidade negra rural à comunidade quilombola; segundo a importância dos territórios de Cariacá e Lajedo na região, para se perceber as formas de organização e contribuições dos povos negros escravizados e espalhados pelos diversos interiores.

Sessão Temática 34

Trabalho, direitos e políticas sociais

A formação em serviço social e a questão étnico-racial: Primeiras impressões sobre a formação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Giselle Moraes de Souza (UFRJ). Resumo: O presente resumo é parte das reflexões do meu projeto de pesquisa monográfica de conclusão de curso, que tem como objetivo discutir a imprescindibilidade do debate dos conceitos de raça, os negros na formação social brasileira e as relações raciais no Brasil ao longo da formação, e, principalmente, a inclusão de disciplina obrigatória que trate da questão racial no currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É inevitável pensar sobre o papel da universidade na formação, e do Serviço Social, não apenas enquanto profissão, mas enquanto ciência,

na redução das desigualdades sociais, permeadas pelas desigualdades raciais fundamentadas no racismo. Uma vez que identificamos produções acadêmicas já realizadas acerca do debate, inclusive na Escola de Serviço Social - UFRJ, podemos dizer que também é objetivo da pesquisa fortalecer a discussão já iniciada por profissionais e intelectuais do Serviço Social. Para dar corpo a pesquisa, lançamos mão de pesquisa bibliográfica, análise curricular e estudo de caso da disciplina "Relações étnico-raciais e de gênero: elementos para pensar a "Questão Social" e Política Social à brasileira" ofertada pela primeira vez em 2018.1. O estudo de caso será realizado através de observação participante, neste caso na condição de estudante, e entrevista estruturada guiada por questionário composto por questões abertas. Todos os alunos da disciplina, formalmente matriculados ou não, serão entrevistados. Em nossas análises preliminares concluímos que a questão racial está apensada no currículo pleno, na disciplina de "Identidades Culturais e Serviço Social", resumida ao "mito da democracia racial" diferente da questão de gênero, devidamente trabalhada em disciplina obrigatória específica para este fim. Esse fato nos sugere a aproximação do currículo ao conceito de raça como cultura conforme nos sugeriu Gilberto Freyre, intelectual central no estabelecimento de uma (falsa) democracia racial no Brasil. A respeito da observação participante da disciplina realizamos os seguintes apontamentos: 1. O desconhecimento da bibliografia que trata de raça e relações raciais pela maioria dos alunos, que majoritariamente são produções bibliográficas clássicas e fundamentais para o estudo da questão; 2. A predominância de mulheres e homens negros, que nos sugere algo que pretendemos analisar com mais aprofundamento e 3. Diferente de como a questão racial está situada no curso de Serviço Social, discutiram-se os fundamentos das relações raciais no Brasil desde a Colônia, os conceitos de raça, a contemporaneidade da questão racial, de modo que viabilizaram-se o exercício da reflexão e do debate crítico mediado entre os conceitos fundamentais tanto para o serviço social quanto para a questão racial.

A mulher negra ludovicense e o mercado de trabalho - Mônica Moraes Borges (Universidade Federal do Maranhão). Resumo: Estudo sobre a mulher negra ludovicense e mercado de trabalho, objetiva analisar a absorção desta mulher no mercado a partir dos indicadores, considerando como critério de análise o ingresso, o posto ocupado e o rendimento, assim como, trazer um suscito estudo acerca da aplicação das leis para implementação das políticas publicas envoltas desse tema. Trançando dessa forma um exame do âmbito social e do jurídico, que demonstra a não evolução na ocupação dos cargos de destaque, o direcionamento a empregos subalternos e, sobretudo, a ineficiência das políticas publicas voltadas para essa esfera.

A questão étnico-racial e de gênero no capitalismo: a experiência de monitoria na formação para docência em serviço social - Júlio César Marinho Santos (Universidade Federal da Bahia), Poliana da Paz Melo (Universidade Federal da Bahia), Magali da Silva Almeida (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA). Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a experiência de monitoria em serviço social de estudantes negras/os ingressantes do Programa de Ações Afirmativas da UFBA. Tal experiência é desenvolvida no componente curricular obrigatório intitulado Diversidade de Gênero, Raça-Etnia no Contexto dos Direitos Humanos da UFBA, através de um diálogo crítico e reflexivo proporcionados por essa atividade acadêmica. O objetivo central da disciplina é desvelar os processos de dominação e opressão inerentes às relações sociais de gênero, ético-raciais e classe na formação sócio-histórica brasileira, com vistas a atuação profissional da/o Assistente Social em uma perspectiva de equidade e de reconhecimento da transversalidade étnico-raciais e de gênero nas políticas sociais, locus do trabalho profissional. Portanto, o ato de educar encontra-se alicerçado na teoria crítica, bem como nos dispositivos jurídico-normativos no campo antirracista. Corroborando com as considerações de Souza e Cândido (2016) em primeiro lugar, o relato ora apresentado transcende a uma abordagem descritiva das ações inerentes às experiências de ensino-aprendizagem proporcionadas pela iniciação à docência. Ademais, pretende, apresentar o perfil dos estudantes matriculados na disciplina no período de 2013 à 2018, bem como suas expectativas acerca da formação em educação para as relações ético-raciais e de gênero no processo de formação em serviço social, a partir da validade pedagógica da aplicabilidade de formulário semiestruturado aos estudantes no final de cada semestre letivo. Em segundo lugar, a iniciativa intenciona refletir criticamente sobre a estruturação das atividades didático-pedagógicas "que compõe parte efetiva do exercício da monitoria e, por sua vez, do trabalho docente" (p. 2), trazendo a contribuição das/os discentes negras/os.

O trabalho docente, assim como a monitoria, fazem parte da totalidade dinâmica das relações sociais inerentes à sociabilidade burguesa (e portanto, racializados) realizados nos espaços sócio educacionais nos quais o ensino (a educação superior, em específico nas Universidades públicas) "vivem intensas transformações oriundas da política neoliberal e dos regressivos processos de contrarreformas em curso, em específico na Educação Superior" (ibidem, p. 2), igualmente a pesquisa, a extensão e a gestão. A metodologia adotada consiste em estudo qualitativo documental e bibliográfico sobre monitoria em serviço social. A análise dos dados empíricos está baseada em aproximadamente 228 questionários semiabertos respondidos presencialmente e online pelas/os estudantes da disciplina entre 2013 a 2018, nos quais pretendemos identificar práticas racistas e sexistas na vida social e na universidade em particular. A investigação encontra-se em andamento.

As mulheres Negras nos 130 anos Pós- Abolição da Escravidão - Karoline Franciele dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina). Resumo: O presente artigo tem por objetivo trazer um resgate historio social das mulheres negras nos 130 pós abolição no Brasil, tendo como pressuposto que os processos de escravização e o pós abolição (sem indenização pelos anos de escravidão, sem assistência, sem políticas de inclusão por parte do Estado) deu-se de forma divergente quando acrescentamos a categoria da interseccionalidade. Atualmente, as mulheres negras continuam na margem da pirâmide social. Passados 130 anos da abolição da escravidão no Brasil, análises estatísticas das relações raciais e de gênero no país, demonstram como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros dispositivos de segregação interferiram na estratificação social, especialmente na concentração racial da riqueza. As mulheres negras com muita luta e resistência, alcançaram diversas conquistas, mas a realidade ainda esta longe da ideal. Ainda luta-se pela igualdade de condições e acesso aos direitos humanos, políticos e sociais. As marcas das desigualdades históricas e do período escravocrata, aliados ao patriarcado nas relações interseccionais, ainda apresentam-se contemporaneamente na sociedade e em suas diversas ramificações as quais este artigo tem por objetivo apontar como na educação, saúde, mercado de trabalho, política, habitação, violência e acesso as políticas publicas. Estas desigualdades originam diversas problemáticas de cunho

exclusivo das mulheres negras. Nesta perspectiva, construir um artigo onde o ponto central consiste em analisar a realidade das mulheres que são totalmente atingidas pelas suas identidades sociais (raça/cor, etnia, gênero, classe religião, orientação sexual), é um esforço para além de pontuar as desigualdades, mas também explanar as estratégias de resistência e afrontamento a tudo que a sociedade brasileira tenta impor esteriotipadamente as mulheres negras. Este trabalho não poderia e muito menos tem por objetivo esgotar e trazer todas as discussões sobre as mulheres negras nos 130 anos pós abolição. Mas sim, colaborar realizando a síntese de várias pesquisas já realizadas (muitas inclusive por intelectuais negras, buscando dar visibilidade a elas). Este artigo trata-se de uma pesquisa de caráter documental explanatório. Pretende-se realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a historicidade da mulher negra no pós abolição em diversos livros, artigos, revistas, dissertações, teses, sites, pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA.

Comitê Técnico da Saúde da População Negra: Um espaço de articulação - Isabel Cristina Lopes Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Mariana Suzano da Fonseca Amorim (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a importância da inserção de profissionais de saúde no Comitê Técnico de Saúde da População Negra para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no município do Rio de Janeiro. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é uma política de ação afirmativa na área da saúde, instituída pela Portaria nº 992 de 13 de maio de 2009, para redução de iniquidades e melhoria das condições de vida e situação de saúde da população negra brasileira. Sua aprovação pelo Conselho Nacional de Saúde ocorre em 2006, estratégias de implementação são traçadas em 2007 e embora a PNSIPN tenha sido instituída em 2009, esta política é fruto da luta histórica do movimento negro contra o racismo no Brasil cobrando do Estado a efetivação dos direitos historicamente negados a este segmento da população. Para isto, a política se estrutura a partir da articulação transversal entre as secretarias de órgãos do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde, as quais são atribuídas periodicamente competências e estratégias para os três níveis de gestão (nacional, estadual e municipal) em planos operativos elaborados pela Secretaria de Gestão Participativa no Governo Federal. Dentro das secretarias federais, estaduais e municipais de saúde são criados comitês técnicos responsáveis pela sua implementação e monitoramento. O Comitê Técnico de Saúde da População Negra no município do Rio de Janeiro funciona em uma articulação entre gestores da Secretaria Municipal de Saúde, profissionais de saúde e setores da sociedade civil. Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual fazemos neste primeiro momento uma análise da bibliografia que discute a historicidade das políticas públicas voltadas a saúde da população negra nacionalmente e no âmbito municipal. E faremos uma análise do levantamento bibliográfico sobre a PNSIPN, para compreender o que se tem produzido e pensado nacional e internacionalmente, além de relatórios e dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Aliado a isto, realizaremos uma análise das atas de reuniões do Comitê Técnico de Saúde da População Negra no município do Rio de Janeiro e dos relatórios elaborados por seus membros. Embora ainda em etapa de levantamento, podemos ter como uma conclusão parcial que a inserção dos profissionais de saúde, bem como de movimentos sociais e setores das universidades que compõem a sociedade civil, são extremamente importantes para a implementação da PNSIPN no município, por se tratar de uma política pública transversal, e, consequentemente, ter de atravessar todos os âmbitos da saúde, desde a atenção básica, passando pela saúde mental, saúde da mulher e a alta complexidade.

Da colonização genocida à violência urbana: A trajetória de jovens negros em conflito com a lei no Distrito Federal - Aline Pereira da Costa (CEFET-RIO DE JANEIRO). Resumo: O presente estudo, em andamento, baseia-se na compreensão do racismo enquanto arma ideológica que serviu (e serve) como instrumento de dominação e exploração de povos, tendo como eixo de debate a violência sofrida pela juventude negra e sua relação com o projeto genocida do Estado brasileiro contra a população negra. O mesmo aponta o quanto a hierarquização racial praticada durante o período colonial contra a população negra foi preponderante para a efetivação do processo de colonização e perpetuação da desigualdade sócio-racial no Brasil até os dias atuais. Intelectuais como Fanon (1968) e Mbembe (2016), abordam como o racismo e a violência foram elementos centrais da constituição do Estado Moderno, pelo exercício do biopoder, legitimando quais corpos (raças) "poderiam" morrer ou melhor, serem exterminadas estabelecendo assim, uma lógica institucional de genocídio. No entanto, passados mais de cem anos do fim legal da escravidão no Brasil, a violência e o uso da força policial continuam a determinar os limites entre os indivíduos na nossa sociedade, identificando quem é ou não sujeito de direito. Um dos exemplos da prática de genocídio contra a população negra encontra-se nas taxas de mortalidade da juventude negra: de acordo com dados oficiais de 2015, a cada 23 minutos um jovem negro era assassinado no Brasil. Em 2017, segundo Atlas da Juventude, as chances de jovens negros morreram por homicídios eram 147% maiores do que de jovens não negros. Compreendendo assim, que o Estado tem sido operador da lógica de hierarquização sócio-racial, que no período escravocrata definiu as categorias de pessoa/não pessoa para a estruturação das sociedades coloniais, hoje estrutura a sociedade capitalista racializada, pelo critério real e simbólico de quem produz ou não produz (e quem consome/não consome). Hierarquização essa, que devido ao nosso longo histórico de exclusão sócio racial produziram altos índices de desigualdades sócio-raciais e associações entre negritude e pobreza e, entre pobreza e violência, fazendo da juventude negra o seu principal alvo. Afirmando, portanto, que a inexistência/ineficácia das políticas públicas para a juventude negra, bem como os altos índices de mortalidade da mesma compõe parte do projeto genocida do Estado brasileiro e que o jovem "é sujeito dotado de memória e que a mesma se constrói nas relações sociais e contextos familiares" (MARTINS, 2011, p. 218). Propõe-se a realização de uma pesquisa via triangulação metodológica que possibilite identificar através da narrativa dos jovens em conflito com a lei do DF, pela aplicação de questionários semiestruturados, discutindo os aspectos das suas histórias de vida e as estratégias de sobrevivência diante das vulnerabilidade sócio-raciais vivenciadas.

Desigualdades Raciais na Formação Socioeconômica do Brasil: revisitando o debate a partir do princípio da causação circular acumulativa - Elias de Oliveira Sampaio (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão). Resumo: O trabalho discute as abordagens sobre a questão do Negro e as desigualdades raciais no processo de desenvolvimento brasileiro após a escravidão. Utiliza

como base para contextualização do problema, o livro clássico Formação Econômica do Brasil (FEB) de Celso Furtado de 1959 e três de suas releituras elaboradas por especialistas de diversos campos das ciências sociais publicadas em 2009, quando da comemoração dos 50 anos da primeira edição da obra. O objetivo é apresentar uma crítica ao pensamento do autor a respeito do papel social e econômico dos Negros brasileiros no período compreendido desde a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, até a primeira metade do século XX. A pesquisa aponta dois aspectos fundamentais do texto de Furtado: i) A necessidade de chamarmos atenção para existência de importantes contradições históricas que não foram observadas pelos intérpretes mais diretos daquela obra e ii) As análises ali desenvolvidas não foram baseadas em comprovações empíricas nem no devido suporte teórico disponível à época, para abordar a questão de forma efetivamente compreensiva. O autor enfatizou o falso entendimento de que as desigualdades raciais fruto da exclusão social e econômica dos Negros após a abolição se devia ao "rudimentar desenvolvimento da sua própria capacidade mental", da sua "falta de racionalidade diante das novas relações econômicas estabelecidas" e da sua "preferência pelo ócio" resultante de escolhas contingentes ao "comportamento econômico de escravo" ainda incrustado na sua prática social. Em consequência, tal população "entorpeceria o desenvolvimento, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país". Para orientação de nossa investigação, procuramos sustentação teórica e metodológica no quadro de referências do estudo de caso disponibilizado por Myrdal (1944), An American Dilemma – The Negro Problem and Modern Democracy. A despeito de se tratar da experiência dos Estados Unidos até os anos de 1940, as categorias de análise ali presentes nos permite articular o tratamento das desigualdades sob um recorte racial, incorporando as noções da economia, da história econômica e importantes instrumentos analíticos do campo das ciências sociais, especialmente, da sociologia e da ciência política, em virtude do profundo e complexo exame que foi sistematizado pelo autor a partir do seu objeto de pesquisa, qual seja, a investigação sobre "O Problema do Negro" enquanto parte constitutiva do ethos e da "civilização" norte-americana. O conteúdo de An American Dillema, constituiu-se como a pedra de toque para o nosso entendimento sobre as experiências de desenvolvimento de países cuja trajetória histórica passou pela escravização de Negros africanos a partir do século XVI, especialmente, o Brasil.

Do protagonismo à falta de representação: população negra e a política de previdência social brasileira. - Andressa Pereira de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Mariana da Costa Barros (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Gracyelle Costa Ferreira (UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Resumo: A construção do presente trabalho, se deu a partir da inserção das autoras na disciplina de Previdência Social do curso de Serviço Social da UFRJ. Estudou-se a trajetória da política de previdência, que inicialmente se deu pela conquista das Caixas de Aposentadoria e Pensões, em 1923, através da luta dos ferroviários e estivadores, trabalhadores majoritariamente negros (BADARÓ, 2010)[1]. A inquietação surgiu ao olhar para os indicadores e constatar que os negros configuram minoria na inserção na previdência atualmente, mesmo sendo maioria da população ativa economicamente. Os dados utilizados para a construção da discussão, são do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, que traz indicadores referentes aos anos 1995 a 2015. Foi destacado 2015 como ano a ser analisado, por ser o ano mais recente tratado pelo documento, sendo três, os indicadores selecionados: a) total da população; b) população economicamente ativa (PEA), que representa o contingente populacional que se encontra ocupado ou desocupado. Nesse indicador, foi destacado apenas a PEA entre 10 e 59 em idade ativa[2]; c) cobertura direta e indireta da previdência pública na população em idade ativa, onde se considera coberto diretamente quem contribui para previdência e indiretamente, os dependentes dos contribuintes. Deste modo os dados mostram que a população negra totalizava em 2015 110.463.245 (54,3%) de pessoas e a branca, 92.635.691 (45,6%). Já quanto a PEA em idade ativa, os negros eram 53.063.308 e os brancos 43.696.307. Quando se analisa comparativamente, a cobertura previdenciária pública, encontra-se a população negra em menor proporção, sendo 60,7% e brancos, 70,4% dos cobertos pela política. Como não se possui o total de pessoas em idade ativa, não é possível inferir com exatidão a diferença da cobertura previdenciária entre as duas populações. Porém, analisando a partir da PEA, que conta com mais pessoas negras, pode-se inferir que o acesso à previdência possui uma diferenciação que expõem um ingresso desigual entre as duas raças. A não linearidade da história mostra a tensão entre a justificativa de tentar afastar a população negra do trabalho livre, através de ideologias demarcadas pela sua inferiorização no período pós-abolicionista, e sua permanência de modo organizacional em algumas categorias. Assim, objetiva-se discutir o influxo histórico que retira essa população do centro da política previdenciária.

DOS BASTIDORES AO PALCO: Relações de Poder entre o pardo Silverio e o fazendeiro Zeferino Moura no Processo Crime de 1898 - Daniel Filipe Soares Souza (universidade federal do pampa). Resumo: No ano de 1898, na cidade de Herval, no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul um processo crime é aberto, tendo como autor da ação Zeferino Lopes Moura, charqueador, integrante do Partido Republicano Riograndense e membro da elite local. Na situação de réu está Eugenio Teixeira Sampaio, o processo não cita se exerce trabalho ou ofício. A acusação diz que "no dia nove de março de 1898 […] aproveitando-se da ausência" de Silverio Pinto, que é um dos empregados de Zeferino, Eugenio Sampaio teria roubado as portas da casa de residencia de Silverio, casa que pertence e está na propriedade de Zeferino. Além disso Eugenio ainda respondeu com insultos as "pessoas lhe observarão (em) tão incorreto procedimento". Mais adiante no processo, já no relatoria, o trabalhador de Zeferino é destacado como "pardo Silverio Pinto", ele será a figura central da análise. Acredito que com essa fonte podemos "rever as clássicas relações entre escravidão, racialização e cidadania" no pós-abolição (RIOS E MATTOS, 2004, P. 191), quando o sujeito negro é lesado diretamente e quem responde por ele juridicamente é o patrão. Talvez Silverio não tivesse a concepção do exercício prático de sua cidadania, mas se apoiou em um coronel (Zeferino) para se defender e utilizar direitos garantidos pela recém instaurada República. Hebe Mattos (2011), nos oferece um exemplo semelhante, no qual o delegado de polícia, coronel Maneco Castro, quer prender uma liberta, a Preta Matilde, acusando-a de roubo, mas o também fazendeiro e coronel, Araújo Silva, dono da fazenda em que a Preta Matilde estava, impede a entrada do dito coronel Maneco Castro. Assim Preta Matilde utiliza "politicamente a rivalidade entre os dois coronéis, escolhendo entregar suas lealdades […] àquele que falava

em nome dos seus direitos de cidadã" (MATTOS, 2011, P. 5 e 6). Outro conceito que pode ser empregado é o "paternalismo", que segundo E. P. Thompson, exige "relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real e o ideal", entretanto, diz que o termo não deve ser deixado de lado por poder ser utilizado de maneira generalista, mas que pode, sim, ser utilizado para entender relações sociais em sociedades escravocratas "não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais" (THOMPSON, 1991, P. 32). Os estudos sobre pós-abolição são necessários para desmistificar as teorias sobre democracia racial no Brasil. A partir dos estudos sobre pós-abolição percebemos que a comunidade negra continuou sofrendo com as desigualdades mesmo depois de 1888, e a maior questão desde então é: até que ponto a abolição libertou estes grupos?

Educação, Racismo e Serviço Social: a Lei 10.639 como possibilidade de construção de uma educação antirracista - Aline Batista de Paula (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Resumo: Este texto trata-se de um estágio inicial de uma pesquisa de doutorado que pretende trazer ao debate, o trabalho do assistente social na educação, e a sua coadunação com as demandas postas pela Lei 10.639/03, que institui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Considerando a importância da Educação, e das políticas educacionais, enquanto instrumentos no combate ao racismo e a discriminação racial no Brasil busca-se apreciar a relação dialética destas políticas com a sociedade, assim como sua dimensão política no interior dos processos de socialização. Ressalta-se que nesta perspectiva, a Educação, em seu sentido amplo, contribui para manutenção da sociabilidade capitalista hegemônica, na qual o racismo é elemento estrutural e estruturante, mas pode ser ferramenta importante para a construção de uma contracultura a partir dos interesses da classe trabalhadora. A primeira parte da reflexão se foca em pensar na inserção do assistente social na Educação, buscando fazer uma articulação entre as transformações nas políticas sociais, que expandiram os espaços socioprofissionais a partir da Constituição de 1988. As transformações ocorridas na Política de Educação, quer seja na Constituição de 1988, ou através buscaram incorporar um viés mais democrático, buscando, dentre outras coisas, o respeito a diversidade e complexidade da população brasileira. Ambas legislações demarcam como princípio fundamental a Educação enquanto direitos de todos. Em seu artigo 3º, a LDB, dentre outros elementos, ressalta a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Concomitante a esse processo, as alterações ocorridas na profissão, principalmente após a consolidação do Projeto Ético-político nos anos 90, pode vislumbrar a escola enquanto um espaço político e ideológico, e nesse sentido, constituindo-se enquanto espaço privilegiado de atuação do assistente para a contribuir no processo de construção de uma cultura contrária a hegemônica e transformação do status quo. A segunda parte da reflexão relaciona-se ao debate sobre Educação para as relações etnicorraciais, principalmente após a promulgação da Lei 10639/03, seus corolários, e as demandas postas pela mesma nos diferentes níveis educacionais. Nesse sentido, buscou-se compreender os processos de transformações exigidos no campo educacional, os desafios, avanços obtidos na última década, e como os assistentes sociais se inserem na luta antirracista.

Empregadores/as negros/as e brancos/as no Brasil: desigualdades de rendimentos na intersecção entre raça e gênero - Neville Julio de Vilasboas e Santos (Instituto Federal de Goiás). Resumo: Este trabalho resulta da síntese da argumentação desenvolvida em tese de doutorado finalizada em 2016. O objetivo principal é analisar a desigualdade de rendimentos produzida pela intersecção entre raça e gênero dentro do conjunto dos/as empregadores/as no Brasil, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2014. As teorias marxistas mais tradicionais atribuiriam aos/as empregadores/as, em razão de sua posição no conflito entre capital e trabalho, uma posição situada nos estratos de remuneração mais alta. No entanto, há desníveis acentuados de rendimentos dentro desse grupo, e desníveis muito nítidos entre brancos/as e negros/as, com preponderância destes/as últimos/as em setores menos privilegiados da economia, em ocupações com alto índice de informalidade, em empreendimentos que geralmente empregam poucos trabalhadores e cuja estabilidade tende a ser menor. Seguindo o interesse recente das ciências sociais em investigar a dinâmica das desigualdades raciais em estratos sociais mais elevados, este trabalho tem por objetivo investigar o "efeito da cor", consideradas outras variáveis intervenientes, sobre os rendimentos de empregadores/as negros/as comparados aos/as de empregadores/as brancos/as. Após contextualização histórica, discussão teórica sobre a relação entre desigualdade racial, classe e rendimento, e apresentação do perfil dos/as empregadores no Brasil, será efetuada, como tarefa central, a análise quantitativa das desigualdades de rendimentos entre empregadores/as negros/as e brancos/as. Lançando mão do modelo de decomposição Oaxaca-Blinder (1973), foi possível constatar a desigualdade significativa nos rendimentos médios, enquanto que, com uma extensão do modelo anterior proposta por Juhn, Murphy e Pierce (1993), concluiu-se que a desigualdade de rendimentos entre negros/as e brancos/as, para além da média, apresenta um incremento significativo ao longo da distribuição, sendo muito elevada nos estratos mais altos. Descontado o efeito marcante da educação, concluiu-se que o efeito da cor (efeito da discriminação racial) é decisivo e aumenta ao longo da distribuição de rendimentos. Além disso, ao decompor separadamente o "efeito da cor" para os grupos de sexo e raça, a saber, homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, constatou-se que, enquanto o primeiro grupo ocupa invariavelmente as posições mais elevadas, o último grupo ocupa invariavelmente as posições inferiores, explicitando a dinâmica perversa da discriminação que resulta em desigualdades interseccionais de raça e gênero.

Financeirização do Capital, Especulação Imobiliária, Política de segurança na cidade do Rio de Janeiro: Guerra aos corpos negros o desafio para Serviço Social - Daiana dos Santos Clementino (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), Lilian Luiz Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Resumo: Este trabalho tem como o objetivo geral, fazer uma análise crítica dos impactos das remoções ocorridas nas favelas do Rio de janeiro, das profundas transformações no espaço urbano, sendo este, alvo de grandes projetos vinculados aos megaeventos internacionais como: a Copa do Mundo em 2014, Olimpíadas de 2016.O que resultou depois dos fatos ocorridos, não podem ser dissociados da categoria raça, classe e gênero. As cidades se constituíram como lócus de expressão dialética das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e de sua dinâmica de desenvolvimento (ENGELS, 2010; LEFEBVRE, 1999). Considerando tal afirmação, elucidamos como representação dessa os distintos segmentos políticos econômicos e raciais que articulam e pautam a gestão das cidades, ora acirrando o tensionamento da luta de classes ora intensificando a lógica de

competição, especulação e valorização de territórios atraindo o capital financeiro. A militarização é mecanismo para avanço do capital,todavia, é preciso instalar a política do medo, que resulta em política de extermínio dos corpos pretos. Tendo como base as referências teóricas expostas, na qual, se apoiam nos conceito de direito à cidade, elaborado por Lefebvre (2011), ENGELS, (2010) a situação da classe operária e nas reflexões apontadas, entre HARVEY (2005) A produção capitalista do espaço outras que enfocam a relação entre gestão pública, participação popular e democracia, para analisar a experiência em questão. Metodologia adotada para análise foi leitura de bibliográfica. Os resultados desta pesquisa são preliminares, mas traz apontamentos e desdobramentos ocorridos após os megaeventos. Logo, esperamos que nossa pesquisa venha somar para o debate contemporâneo sobre a população de favela e resistência, para contribuição acadêmica.

Genocídio da juventude Negra e o Serviço Social: os desafios frente a negação do direito à vida. - Dayana Christina Ramos de Souza Juliano (UFRJ). Resumo: A proposta que se apresenta, é a sistematização de reflexões baseadas em experiência profissional do Serviço Social no âmbito da Política de Assistência Social no que se refere a Proteção Social Especial, no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro. Sobretudo na relação dos atendimentos e acompanhamentos sociais realizados na execução das denominadas Medidas Socioeducativas. O fenômeno social chamado Genocídio da Juventude Negra tem reverberado nas pautas das agendas políticas de movimentos sociais, em especial dos movimento sociais negro, bem como de instituições e organizações nacionais e internacionais voltadas a garantia, defesa e promoção dos Direitos Humanos no Brasil. Destacaremos os termos "Juventude" e "Racismo" a fim de entender como esse fenômeno se apresenta nas expressões da "questão social" no Brasil, registrando a interface com o contexto de desenvolvimento e aprofundamento do Neoliberalismo (a partir da década de 90). Nesse sentido, utilizamos os Indicadores estatísticos e Dados oficiais que nos apresentam quantitativamente esse cenário de negação do Direito a Vida, traçaremos esse paralelo do genocídio da juventude negra na perspectiva do Serviço Social. O termo "Genocídio da Juventude Negra" é utilizado para abordar a violência na sua forma letal violência, rompendo com o direito fundamental que é o Direito a Vida, e tem implicado na morte sistemática de jovens negros no brasil. Temos que observar que o Racismo faz parte da organização e construção do Brasil, fazendo-se presente na sua formação histórica, política, econômica, social e cultural, manifestando-se através de Preconceito, Discriminação e Desigualdade racial, em relação ao "Genocídio da juventude negra". É sabido que o Serviço Social é uma categoria profissional e intelectual, que atua diretamente com as refrações da questão social que segundo Iamamoto (1999), nesse sentido, nos cabe a noção de necropolítica do filósofo camaronês Achille Mbembe, que nos direciona ao entendimento de que a regra na periferia brasileira do capitalismo é a tortura, a barbárie e o autoritarismo, em aliança com a mais explícita violência racial. Entendemos que o trabalho do profissional de Serviço Social no campo da política de assistência social, em especial na tipificada Proteção Social Especial, é propulsor de efetivações de princípios apregoados no código de ética profissional de 1993, como a defesa intransigente de direitos humanos. Neste campo de atuação, em cada atendimento /acompanhamento existe o convite cotidiano para que o Assistente Social contribua para o enfrentamento dessa realidade cruel que avilta a população jovem, sobretudo pobre e negra. Uma realidade de extermínio.

Mortes Por "equivoco": ou como "naturalizar" a morte negra - Joilson Santana (ESS/UFRJ). Resumo: O trabalho ora apresentado pretende realizar uma reflexão inicial sobre genocídio da população negra com enfoque particular no que por hora vamos chamar de "assassinato por equivoco", ou o que se denominava popularmente "estar no lugar errado na hora errada", a proposito esse ditado popular nos da o indicio de como se naturaliza e justifica a pratica homicida no Brasil. O conceito de genocídio esta amparado em Vargas (2010) e Almeida(2015) que de modo geral trabalham com a concepção da Organização das Nações Unidas(ONU) que coloca o genocídio como destruição física de parte ou de todo o grupo, submissão a condições que atentem gravemente quanto a integridade física e mental de membros do grupo entre outras, assim como a busca do extermínio cultural e simbólico são marcas indeléveis da presença genocida .Assim a violência letal desferida contra negros é o fim do ciclo que se inicia pelas relações de dominação e exploração do grupo hegemônico. Os assassinatos de que tratamos aqui são de negros moradores do Rio de Janeiro e região metropolitana que foram assassinados por "engano" por agentes do Estado, contudo, não procuramos estabelecer o mapa quantitativo das mortes, já elaborado por Waiselfisz e outros estudos. Nosso objetivo é iniciar uma reflexão acerca, de quais processes envolvem a "naturalização" da violência letal contra a população negra, nesse sentido nos chamou atenção às mortes causadas por agentes de segurança do Estado, que tem sido denominada como mortes por "equivoco" que são mortes cuja justificativa geral é a confusão, o policial "confunde" objetos ou atitudes com armamento ou intenção homicida por parte da vitima, o que segundo a policia motiva sua defesa e redunda em assassinato, à coleta desses casos foi realizada via mídia eletrônica e trabalhamos com o escopo das reportagens a fim de traçar uma discussão entre Violência de Estado Racismo e "naturalização" do extermínio, justamente pela dificuldade de trazer a tona o peso do racismo nas mortes. Embora os dados, inclusive oficiais, tratem do expressivo numero pessoas negras assassinadas, o como se da relação entre racismo e essas mortes parece se apagar. Por fim percebemos que os assassinatos por "equivoco" embora, sejam quantitativamente inferiores em relação às chamadas mortes por "confronto", tem se tornado uma crescente e tem demonstrado a banalização da morte negra como expressão de um genocídio naturalizado, pela via da criminalização de pessoas negras o que oferece a suposta justificativa para matar.

O debate da Questão Étnico Racial no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Jaina da Conceição Goes (Universidade Federal de Santa Catarina), Leonardo Moura da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina), Mathaus Nascimento Caricate (UFSC), Vanessa Zoraide Domingos (Universidade Federal de Santa Catarina). Resumo: O debate étnico-racial está sendo discutido em setores sociais como coletivos, organizações e movimentos sociais que buscam enfrentar a questão no cotidiano de suas lutas. Também é identificada em espaços da produção teórica nas universidades, através de núcleos de estudo, bolsas de iniciação científica e demais iniciativas que estão circunscritas à academia. Ou seja, há diversos espaços na sociedade cuja temática racial é trabalhada a fim de explicitar a desigualdade e discriminação vivida pela população negra. A construção de uma resistência faz frente ao projeto do sistema capitalista,

que visa sustentar o racismo e demais mecanismos de discriminação racial como base para a permanência da lógica da desigualdade e subjugação dos sujeitos. Contudo, no Serviço Social observa-se uma insuficiência deste debate, fazendo com que haja uma demanda cada vez mais presente por parte dos estudantes e profissionais da área. O que pode ser reflexo da implementação das Políticas de Ações Afirmativas, especificamente a cota racial, que com a entrada de pessoas negras enseja também o debate étnico-racial na sociedade em geral. No intuito de possibilitar o debate étnico-racial no curso de Serviço Social da UFSC, o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida propôs realizar um evento que teve como objetivo trabalhar a questão racial como elemento fundamental para análise da realidade social, especialmente, a brasileira, marcada desde o período escravocrata pela discriminação racial e subjugação dos sujeitos negros mesmo após a abolição. Sendo tal temática assegurada pela Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira (BRASIL, 2003). Participaram do evento as professoras Drª Magali S. Almeida e Drª Ana Paula Procópio, que discutiram a formação sócio-histórica brasileira a partir da análise das relações étnico-raciais e os desdobramentos desta questão nos espaços de formação acadêmica e profissional do Serviço Social. Participaram da atividade 243 pessoas, que estiveram nos dois espaços proporcionados, a palestra, no dia 15 de maio e o minicurso, no dia 16 de maio. A realização do minicurso contribuiu de forma a trazer o debate ao curso de Serviço Social da UFSC, sendo feito, até então, de forma esporádica em algumas iniciativas do centro acadêmico, no entanto, a nível de graduação há uma ausência do tema nas discussões previstas no currículo obrigatório. A iniciativa resultou na abertura do diálogo entre o Coletivo Negro e o Departamento de Serviço Social na construção do debate étnico-racial em sala de aula através não somente de sua inserção nas disciplinas já existentes, como também lança margem à idealização de uma disciplina de Serviço Social que trate, exclusivamente, da questão racial.

O trabalho doméstico dentro da legislação trabalhista da Era Vargas. - Bergman de Paula Pereira (UFABC). Resumo: Este texto procura trazer uma reflexão sobre a inserção do trabalho doméstico dentro da legislação trabalhista do governo Vargas. Pretende-se demonstrar como o estado varguista tratou a questão do trabalho doméstico na consolidação das leis trabalhistas e de que forma a ideologia do trabalhismo afetou o trabalho doméstico contribuindo ou não para formação de sindicatos ou associações de trabalhadoras(es) domésticos.

Os desafios da luta identitária negra no contexto dos movimentos sociais de esquerda - Giovanna De Carli Lopes (Universidade Federal da Bahia), Vandrielle Soares Moura (UFRGS), Samara Ayres Moraes (UFRGS), Aislan da Silva Araújo (Centro universitario ipa metodista do sul). Resumo: Pautar a luta identitária negra nos movimentos sociais de esquerda na atualidade parece ser muito mais uma questão de disputa de narrativa do que algo indispensável para o processo revolucionário. Para explicar essa problemática é preciso antes compreender que estruturas de opressão como o escravismo e o colonialismo criaram e hierarquizaram identidades como forma de manter sua hegemonia. Assim, historicamente, algumas identidades são silenciadas e consideradas específicas, enquanto outras são reforçadas e consideradas universais. Além disso, a inclinação anti-identidade presente na teoria social hoje tem se tornado um obstáculo para a descolonização epistemológica, reverberando para além dos muros da academia e produzindo nos movimentos sociais um discurso universalista, onde a política identitária estaria sectarizando e enfraquecendo a luta de classes. Porém, movimentos políticos baseados na identidade tem por definição o viés classista. Objetivo: Suscitar e fomentar o debate sobre os desafios que a negritude se depara diante da militância em movimentos sociais de esquerda. Metodologia: Relato de experiência de afastamento coletivo de pessoas negras de um movimento social de esquerda após não mais se sentirem representadas, pela constante secundarização da pauta identitária negra na agenda política da organização e da naturalização de contradições inaceitáveis no contexto de um movimento social. Discussão: Intelectuais brancos da esquerda têm postulado a minimização da política identitária para o alcance de uma revolução social plena, argumentando que a hierarquia racial é produto do colonialismo e que as novas comunidades darão muito menos ênfase às diferenças raciais. Contudo, uma vez que o racismo é uma construção social e a hierarquia racial antecede o capitalismo, e que o capitalismo não é o único fator da produção do mundo social, não é possível realizar tal previsão. Além disso, torna-se contraditório agenciar a construção de um novo projeto de sociedade sem que se promova um debate amplo e comprometido sobre como operam a opressão e exploração de certas identidades. A colonização dos nossos saberes faz com que pessoas brancas não se percebem como racializadas, produzindo, assim, discursos e modos de fazer política que acabam por invisibilizar o outro, pois ao "falarem por todos" na verdade estão falando apenas por si mesmos. Conclusão: Além dos desafios que a negritude enfrenta cotidianamente referente à luta pela sobrevivência, a disputa de narrativa e de agenda política se coloca como outro desafio dentro de movimentos sociais de esquerda. Assim, elaborar estratégias coletivas de enfrentamento e resistência torna-se imprescindível para a não invisibilização da pauta identitária negra no contexto atual da esquerda brasileira.

Produção de conhecimento na universidade e trajetória acadêmica de estudantes negros(as) - Itamires Lima Santos Alcantara (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA). Resumo: Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado em andamento que tem como objetivo principal refletir sobre a trajetória acadêmica de estudantes negros egressos do curso de Serviço Social da UFBA no período de 2013.1 a 2017.2, em contraste com as políticas de produção de conhecimentos, epistemologias, teorias e de concepção de formações, produzindo assim ações afirmativas além do acesso e permanência na universidade. Busca discutir sobre a trajetória acadêmica de estudantes negros, entendendo a relação conflituosa entre o negro e a universidade, bem como a sua produção de conhecimento, para isso, recorremos a autores como Schwarcz (1993, 1996), Santos (2002), Paixão (2014), Guimarães (1999), Skidmore (1989), Munanga (2000), Machado (2007). Consideramos que a população negra esteve excluída das políticas educacionais engendradas no país e que ao longo da história do Brasil essas discrepâncias foram mantidas, daí a necessidade das políticas de ações afirmativas, como afirmam autores como Munanga, (1996, 2001, 2003); Piovesan, (2005, 2008); Cardoso, (2010); Guimarães, (2003); Queiroz, (2001, 2003, 2004), Teixeira, (2003); Gomes, (2011); Carvalho, (2006). A implementação da referida política, gerou uma grande comoção e amplo debate na sociedade brasileira, produzindo opiniões e argumentos contra e a favor, pois mexe numa estrutura enraizada, reconhecidamente elitista da universidade brasileira. Por isso, assinalamos a necessidade de discutir sobre os dispositivos de poder na educação que concorreram para

que a população negra fosse inferiorizada intelectualmente e anulada como sujeito de conhecimento no âmbito científico, bem como o papel que a universidade brasileira desempenha na do pensamento clássico branco de origem europeia, obliterando o conhecimento sobre autores negros (Bento, 2002; Carneiro, 2005; Carvalho, 2006; Figueiredo; Grosfoguel, 2006; Ratts, 2007; Cardoso 2010). Nossa abordagem metodológica busca privilegiar o negro como sujeito de conhecimento, corroborando com a perspectiva de que os atores sociais criam, com suas experiências sociais, saberes legítimos (MACEDO, 2012) e se opondo à perspectiva histórica na qual africanos e seus descendentes foram coisificados e tratados como objeto de estudo. Os sujeitos da pesquisa são estudantes negros egressos do curso de Serviço Social da UFBA no período de 2013.1 a 2017.2. A escolha por estudantes negros se deu, a partir da observação do cotidiano acadêmico desses estudantes, bem como, através do referencial teórico utilizado, o qual aponta que ser negro na universidade, oriundo na maioria dos casos, de famílias sem tradição universitária e produzir conhecimento na academia não é uma tarefa fácil, já que há diversas implicações históricas nesse processo.

Questão Racial e Serviço Social: O Termo Raça e sua (não) Apropriação - Ilson de Souza Peres (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Olívia Ramos da Penha (UFRJ). Resumo: O presente trabalho origina-se de inquietações suscitadas por meio da participação na disciplina – Núcleo Temático: Relações étnico-raciais e de gênero: elementos para pensar a "Questão Social" e Política Social à brasileira – da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual, foram apresentados alguns subsídios para construção dessa análise. Na perspectiva de que, o objeto está situado no questionamento sobre como se dá a apropriação do termo "Raça" no Serviço Social Brasileiro enquanto profissão. Na compreensão de que o Serviço Social é uma profissão de natureza sociopolítica, crítica e interventiva que se utiliza de instrumental das Ciências Sociais para análise e intervenção nas mais diversas expressões da "questão social". Objetiva-se realizar uma problematização acerca do debate entre o racialismo e o racismo, bem como a redução do antirracismo ao anti-racialismo, considerando a inexistência de raça como uma realidade biológica. Reafirmando então, a existência da categoria como uma realidade social que possibilita perpetuar hierarquias baseadas em traços identitários, aparência física e outros aspectos. Assim, compreendendo "raça" como um conceito social que hierarquiza e estratifica, em razão de uma realidade social construída historicamente. Logo, seu uso é fundamental para visibilização do problema racismo, ao se tratar de um termo político e crítico, constitutivo de uma identidade coletiva. Biologicamente, a humanidade não se divide em raças, porém esses critérios até hoje servem como opressão e espoliação da população negra no Brasil, que é de 54,9%, segundo dados do IBGE (2016). É essa população que mais acessa os serviços das políticas sociais, visto ser uma das atuações profissionais do Serviço Social. Daí a importância dessa categoria se apropriar do termo "raça" para a racialização do debate das assimetrias sociais. Essa pesquisa é baseada na verificação de documentos que regulam a atuação profissional do Serviço Social, como o Código de Ética Profissional (CEP), a Lei de Regulamentação 8.662/93 entre outros. Além de um levantamento bibliográfico realizado para dar suporte ao debate entre questão racial e Serviço Social, numa análise histórico-materialista da realidade. Como resultados dessa investigação foi constatada a não apropriação do Serviço Social em seus princípios fundamentais do CEP do termo "raça", cedendo, do potencial crítico desse termo na luta contra o pacto da "democracia racial" que celebra a manutenção histórica de hierarquias sociais e raciais, naturalizando os tradicionais papéis raciais. Essa postura de não apropriação não é crítica, nem contra hegemônica, além de rebater nas dimensões constitutivas da profissão.

Reflexões sobre o genocídio da Juventude Negra - Vivane Martins Cunha (Prefeitura de Belo Horizonte). Resumo: Este trabalho apresentará algumas reflexões e análises parciais da pesquisa do mestrado (em andamento) sobre o Genocídio da Juventude Negra desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Essa pesquisa objetiva analisar as narrativas de mães de jovens negros mortos em Belo Horizonte, compreendendo como se processam os mecanismos que tornaram essas vidas vulneráveis e incidiram na produção de tais mortes. Um desses caminhos diz da importância da compreensão deste cenário de produção de mortes a partir do diálogo com estudos que analisam o modo como a sociedade brasileira se constituiu e se constitui como nação calcada no racismo e como esse sistema de opressão fundamenta o extermínio. Historicamente o Brasil cria uma plataforma política pautada no medo direcionada à população negra que justifica, dessa forma, intervenções estatais violentas. Assim sendo, manifestam-se nas práticas institucionais um saber-poder articulado, por exemplo, no campo criminal, constituído pelo judiciário, pelo direito penal e pela segurança pública, muitas vezes, em articulação com outras áreas de atuação das políticas pública – tais como saúde, educação, assistência social, cultura, dentre outros – que institucionalizam o racismo e justificam a existência de um Estado de caráter genocida e segregador. Deste modo, a partir da história brasileira e das especificidades e contornos que o racismo apresenta nesse contexto, é possível compreender de maneira específica as mortes direcionadas à população negra como um mecanismo político e nos impulsiona a trabalhar com o conceito de genocídio. Outro caminho de análise é pensar a função da política proibicionista de drogas que passa a figurar como um cenário de intensa criminalização, usado como justificativa para o encarceramento e mortes de jovens negros. Pautada no proibicionismo constituiu-se uma política baseada no paradigma da guerra, sendo essa não apenas declarada às drogas ilícitas, mas, sobretudo, declarada às pessoas, particularmente, aos jovens negros. Por fim, outro caminho de análise passa pela compreensão da atuação da segurança pública nas produções de tais mortes. Destaca-se o alto número de mortes efetuadas pela polícia sem que sejam sequer consideradas assassinatos, quando nomeadas como auto de resistência, estando sob a "autorização/proteção" privilegiada do Estado. Portanto, a análise articulada entre racismo, política proibicionista de drogas e segurança pública, trará importantes elementos importantes para a compreensão do genocídio dos jovens negros no Brasil.

Trabalho Dpméstico e mulheres negras - Lucineia Chrispim Pinho Micaela (PUC). Resumo: A presente pesquisa tem o intuito de acompanhar as experiências de mulheres empregadas no trabalho doméstico, desde a abolição até os dias atuais. Foram pesquisados processos criminais arquivados no Centro Cultural Martha Watts na cidade de Piracicaba, para que através deles fosse feito um resgate dos costumes, comportamentos e interpretação de leis. Esses dados foram combinados com as opiniões e discursos atuais a respeito da

profissão, retirados de redes sociais, blogs e periódicos on-line. Nessa pesquisa foi resgatada também a história do trabalho livre no Brasil, a população que compunha a camada de trabalhadores urbanos e seus ofícios, assim como os discursos a respeito do trabalho. Com relação às mulheres pobres, como o próprio estado concedia a tutela de órfãs para a exploração nas casas de família, os abusos sexuais à que eram submetidas e até à reclusão doméstica. Condições não muito diferentes das que eram expostas as mucamas do período escravagista. Contar suas histórias possibilitou vislumbrar como elas sustentavam suas famílias, como era suas relações com o trabalho doméstico, a vida dentro das casas de família.

Trabalho e Empreendedorismo: percepções de afroempreendedores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Edy Lawson Silva Santos (Universidade Federal de Goiás), Estevão Cristian da Silva Leite (IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro). Resumo: O presente trabalho constitui-se como desdobramento de uma pesquisa realizada por um dos autores durante o programa de mestrado. O objetivo da pesquisa é compreender as percepções dos afro-empreendedores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao trabalho, empreendedorismo e raça, tendo como base a Análise do Discurso de orientação francesa. Quanto ao aporte teórico, utiliza-se como referencial os estudos clássicos de Pêcheux (1990), Courtine (1999;2006) e Foucault (2008) e também autores brasileiros como Orlandi (2001;2009), Mariani (1998) e Brandão (2006;2012), para se discutir a questão da análise do discurso. Em relação à categoria raça, este estudo baseia-se na abordagem socioantropológica dos textos de Munanga (2003; 2004; 2006), assim como nas obras de Fanon (1968; 2008), influentes no pensamento sócio-político das relações étnico-raciais. As obras de Joseph Schumpeter (1961), Drucker (1998) e de autores brasileiros, como José Dornelas (2016), Pedro Jaime (2016) e Sandra Mariano (2010) foram tomadas como ponto de partida para se pensar a categoria empreendedorismo. E, de forma complementar, os textos de Helena Hirata (2005;2014) e suas abordagens sobre classe, trabalho, raça e interseccionalidade foram utilizadas para aprofundar as reflexões. Nessa perspectiva busca-se analisar o discurso que a pessoa negra empreendedora produz sobre o lugar que ocupa no mundo do trabalho e sua visão, necessariamente política, sobre questões étnico-raciais e empreendedorismo. Em relação aos aspectos metodológicos a pesquisa é qualitativa, do tipo descritivo-exploratória. Para a produção de material empírico foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas, composta por questões abertas. Foram entrevistados nove empreendedores negros de segmentos diferenciados, que vivem e desempenham suas atividades na região metropolitana do Rio de Janeiro. As entrevistas semiestruturadas foram gravadas, transcritas e agrupadas de acordo com as categorias de análise. De modo geral os resultados indicam que os empreendedores negros carregam um pouco de si para os seus negócios e, de fato, seus empreendimentos significam bem mais do que um meio de sobrevivência, uma fonte de renda ou um meio para ascender socialmente. Esses empreendimentos são formas de expressão, de militância e superação. E a raça, esse lugar que foi construído socialmente para o negro, é elemento fundamental nesse processo, pois afeta a vida, atuando como determinante estrutural na construção das relações que são estabelecidas entre as pessoas e a maneira como elas veem o mundo.

Vidas curtas: A trajetória da resistência histórica da juventude negra - Valdenice José Raimundo (Professora). Resumo: Este artigo tem como objeto de estudo a violência urbana e seus desdobramentos para a vida do/a jovem negro/a. Trata-se de uma reflexão a partir da pesquisa realizada para subsidiar a tese de doutorado. Seu objetivo, portanto, é desvelar os processos violentos que, historicamente, tem impactado a vida dos/as jovens negros/as, estabelecendo relações com a trajetória de resistência, partindo do período colonial até a contemporaneidade. Para o estudo foram investigados jovens negros/as moradores de áreas urbanas periféricas, favelas, dos municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes no Estado de Pernambuco. A ênfase da investigação recairá sobre a vivência dos/as jovens negros moradores de áreas urbanas, considerando que a maioria tem vivido em áreas segregadas socialmente e degradadas ambientalmente. A violência, entendida como estrutural tem sido marcante para os jovens negros e ao longo da história tem tornado curta suas vidas. O genocídio do povo negro e, especificamente, do/a jovem não é um fenômeno recente. Sendo assim, analisar a quem serve a manutenção dessas mortes é uma das reflexões desse artigo. A morte precoce desses jovens resulta do racismo que estrutura a sociedade brasileira e se manifesta violentamente nos corpos negros que cotidianamente são encontrados caídos no chão, situação que é aprofundada pela lógica capitalista. O não acesso aos direitos básicos através das políticas públicas é uma constante. Contudo, a resistência é uma estratégia histórica, que aciona a criatividade, a solidariedade, a possibilidade de sonhar dessa população, que tem enfrentado o racismo, a opressão e a exploração de classe.

Sessão Temática 36

A Educação das Relações Étinico-raciais e O Pensamento Educacional Africano e Afro-Brasileiro

A presença dos estudos das relações étnico-raciais na produção de conhecimento nas pós-graduações em Antropologia - José Valterdinan Mesquita Xavier (Universidade Federal do Ceará). Resumo: A Antropologia enquanto disciplina científica instala-se no território nacional nos anos finais da década de 1960, momento de formulação e criação dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ, do PPGAS da Universidade de São Paulo –USP, do PPGAS da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas– e do PPGAS da UNB – Universidade de Brasília, conforme aponta CORRÊA (1995). No que se refere aos estudos das relações raciais no Brasil, especificamente, é perceptível a visibilidade que a Antropologia ofereceu a esse debate ao longo dos anos. (SCHWARCZ, 1999). As produções acadêmicas voltadas para interpretação do fenômeno do Racismo (em toda a sua complexidade) na sociedade brasileira estão aumentando. Como

exemplo desse movimento, cabe aqui destacar três obras de conteúdo bibliográfico que reúnem uma quantidade expressiva de livros, artigos, dissertações e teses sobre a temática racial: (COUCEIRO, 1971), (BARCELOS; CUNHA; ARAÚJO, 1991), (MUNANGA; SANTOS, 2000), e o Repertório Bibliográfico Sobre a Condição do Negro no Brasil, publicado no ano de 2017 pela Biblioteca da Câmara dos Deputados Federais. Desta forma, o presente trabalho possui como um de seus objetivos apresentar o projeto de pesquisa construído durante a disciplina de Metodologias em Antropologia, ministrada no primeiro semestre de 2018, intitulado de A produção de conhecimento sobre as relações raciais brasileiras nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia durante os anos 1970-2000, bem como trazer a tona seus primeiros resultados já coletados. Utilizou-se como metodologia, a utilização dos Critérios de Identitificação, fundamentados pela concepção de Codificação de GIBBS (2009) para realizar um quadro dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia que possuam em suas linhas de pesquisas a temática das relações étinico-raciais. A construção do mesmo foi possibilitada através da análise dos dados reunidos pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes por meio da Plataforma Sucupira disponibilizada na internet em site homônimo. Durante o desenvolvimento da pesquisa, observou-se que há poucos trabalhos produzidos (SCHWARZ, 1993, 1999; MONTERO, 2004; SILVA, 2000; MUNANGA, 1998; GUIMARÃES, 2002, 2003) na área que possuam como foco de suas análises correlacionar a temática das relações raciais com o campo da Antropologia. Não raro as vezes, essas produções trataram de outras variáveis que não necessariamente a questão racial, mesmo pontuando discretamente a presença desta na produção de conhecimento antropológico.

Afrotecendo culturas Teatrais - Lara Ana dos Santos Cornelio (UNIVERSIDADE FRANCISCANA). Resumo: O presente trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal de Santa Maria, realizado pela acadêmica Lara Ana dos Santos Cornelio e orientado pelo professor Mestre José Renato Noronha, tem como objetivo relacionar-se a disciplina obrigatória de Estágio Supervisionado no Ensino Médio, visando introduzir o ensino da cultura afro-brasileira, prevista pela lei 10.639/03, que torna obrigatória o ensino sobre história e cultura afro-brasileira em estabelecimentos de ensino e que foi realizado em uma turma de 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Cicero Barreto, de Santa Maria e em um segundo momento agregar a pesquisa realizada nas disciplinas de Estágio Supervisionado III- Teatro na comunidade, que foi realizada na comunidade quilombola Rincão dos Martimianos localizada no interior do município de Restinga Seca/ RS. Disciplina esta que se agregou a disciplina de Encenação IV que resultou na montagem de uma peça baseada na lenda gaúcha "O Negrinho do Pastoreio", onde os participantes das oficinas foram os atores da peça. Baseando-se no parágrafo 2º da Lei 10.639/03, que confere especialmente o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo de educação artística e de literatura e história brasileira, realizei a fusão entre teatro, educação e cultura afro-brasileira. Além destes elementos, tenho como um dos motes norteadores de pesquisa, envolver diferentes elementos da cultura afro-brasileira, agrego as mitologias afro-brasileiras e as bonecas abayomi e na comunidade quilombola levei a lenda gaúcha "O Negrinho do Pastoreio " para que se mantivesse o trabalho de histórias com protagonismo negro. Com tal pesquisa, procurei aliar os elementos da cultura afrobrasileira ao teatro, formando assim, uma construção e apresentação diferenciada de teatro e cultura afrobrasileira, mostrando aos educandos uma forma diferenciada de trabalhar os dois conteúdos, tecendo um novo saber teatral e perceptivo a cerca da cultura brasileira com recorte afrocentrado. Ao final das atividades realizadas pode-se observar a visão distorcida ou mesmo inconsciente dos elementos afro contidos na cultura afro brasileira e até mesmo um certo grau de americanização da cultura essencialmente brasileira e seus recortes identitários. Também pode-se observar o que entendemos por comunidade quilombola e contrapormos a comunidade escolar, visando seus posicionamentos identitários em relação as questões raciais.

Amazonas e Guiné - Bissau: Uma relação promissora com estudantes do PEC-G na Universidade Federal Do Amazonas - Maria do Carmo Ferreira de Andrade (Universidade Federal do Amazonas-UFAM). Resumo: Este artigo apresenta duas experiências vivenciadas em espaços e tempos diferenciados, por sujeitos distintos: a primeira numa relação de colaboração dialógica e de complementariedade entre o Amazonas/Brasil e a Guiné –Bissau/África Ocidental nos meados de 1990 a 1995 com ações religiosas e humanitárias num contexto cultural sobre o qual recupera estudos realizados por guineenses no Brasil e em Portugal, referente à política do país, bem como a ritos como o fanado em etnias e o infanticídio em crianças gêmeas ou não. A segunda experiência refere-se ao início de 2018 com o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) com a formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Ambas experiências com interesses incomuns porém seus objetos são os sujeitos, a colaboração, acordos de cooperação com entidades públicas e estrangeiras sem perspectivas de despesas ou repasses financeiros. Para tanto, contamos com a Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais - ARII da Universidade Federal do Amazonas – UFAM fundada em (2009) que trabalha para se estruturar como um importante elo entre a universidade e o panorama nacional e internacional de oportunidades para a formação acadêmicas com atividades de pesquisa, inovação e extensão em parcerias multiinstitucionais e multitemáticas, nas unidades da capital e do interior do Estado. A tessitura desta narrativa é composta por acontecimentos históricos e ações sociais em algumas etnias africanas; diálogos onde veem à tona as dificuldades encontradas pelos estudantes do PEC-G em Manaus, o isolamento social, a língua, a cultura, e a discriminação racial no ambiente acadêmico, entrelaçados por sinais de superação pois os acontecimentos narrados extraem da totalidade os seus significados. "Por tanto, a narrativa não é apenas o produto de um 'ato de contar' ela carrega em si um poder de efetuação sobre o que narra" (DELORY, 2012, p. 82), constituindo-se no ato de contar e revelar o modo pelo qual os sujeitos concebem e vivenciam o mundo. Sugere ações que venham ao encontro das necessidades dos estudantes e em especial no ambiente acadêmico. Em uma vivência mais harmoniosa pelos pares, na contribuição cultural, experiências de intercâmbio, que a ambos enriquece ao mesmo tempo em que faz um mergulho em temáticas culturais que ressaltam o aditamento de pesquisas realizadas pelos chamados "filhos da terra" sobre política, usos e costumes da população dos quais muitos destes estudos foram desenvolvidos pelos acadêmicos guineenses nas universidades brasileiras, a maioria no nordeste e no sul do Brasil.

Branquitude de educadoras(es) no Brasil: primeiras reflexões acerca do descumprimento da lei federal 10.639/03 - Paola Diniz Prandini (Universidade de São Paulo). Resumo: O objetivo deste artigo é buscar apresentar algumas hipóteses iniciais no que fiz respeito

à influência da branquitude - enquanto sistema de construção de conhecimentos identitários próprios de educadoras(es) brancos brasileiras(os) - para o descumprimento da lei federal 10.639/03, que institui a obrigatoriedade da aplicação de conteúdos relativos às Culturas e às Histórias Africana e Afrobrasileira como parte dos currículos nacionais.

Cores & Valores em Narrativas Africanas: Questões Identitárias & Educacionais - Jesiel Ferreira de Oliveira Filho (Universidade Federal da Bahia). Resumo: Esta comunicação objetiva discutir formas pedagógicas de descolonização, considerando aportes teóricos da reinvenção educacional e da interculturalidade crítica formulados, respectivamente, por Muniz Sodré e Catherine Walsh. Fundado nesses referenciais, analisarei cenas de contos angolanos e moçambicanos, de maneira a mostrar o potencial desse trabalho interpretativo para instigar reflexão e debate acerca dos dispositivos linguísticos e educacionais pelos quais se reproduzem imaginários e hierarquias racistas. É necessário ressaltar as novas perspectivas epistêmicas e comparativistas instauradas pela lei 10639/2003, que integrou como componentes temáticos da educação básica a "História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional", determinando enfoque pedagógico a essas matérias "nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História". Estabeleceu-se então uma pauta de mudanças conceptivas e pragmáticas que têm se efetivado de maneira árdua, repartida entre os entraves decorrentes das sabidas resistências e os desafios que se colocam para desenvolver as correspondentes metodologias e práticas de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, acredito que o contato com a alteridade africana através de suas expressões literárias, favorecendo o agenciamento estético da produção de sentidos para as diferenças, também deve estimular a formação de capacidades intelectuais que poderíamos chamar de híbridas, hábeis para se desenquadrarem da fixidez dos paradigmas que, em cada sistema cultural singular, determinam limitações conceptivas, ou servem de esteio para preconceitos etnocêntricos.

Desafios e estratégias de abordagens racializadas no ensino de literatura em cursinhos populares - Esdras Soares da Silva (Universidade de São Paulo (USP)), Lara Santos Rocha (Universidade de São Paulo (USP)), Thaizy Cristhine Salles Bento (Universidade de São Paulo). Resumo: Acreditamos que a Educação para as Relações Étnico-raciais seja fundamental para a formação plena dos cidadãos, sobretudo num país tão marcadamente racista e desigual como o Brasil, na medida em que é capaz de desarmar os posicionamentos preconceituosos e fortalecer as identidades oprimidas. Tendo em vista a importância da Lei 10.639/03 e o compromisso de se trabalhar as questões de cultura e história africanas e afro-brasileira em todos os espaços educacionais, deparamos-nos com o desafio de incorporá-la nos currículos e cronogramas de cursinhos pré-universitários populares, especialmente na área de Linguagens. Embora nosso trabalho tenha um caráter fortemente político e que nos estimula a trabalhar temáticas como gênero, sexualidade e relações étnico-raciais tanto nos espaços de discussão quanto na sala de aula, os vestibulares constituem-se enquanto uma barreira, uma vez que, apesar dos lentos esforços em adequarem-se à legislação, ainda possuem um currículo engessado e pouco reflexivo. Assim, deparamo-nos mais uma vez com uma das contradições que permeiam as experiências de cursinhos populares: como pôr em prática a educação para as relações étnico-raciais, incorporando-a de fato aos currículos, sem deixar de lado as demandas dos exames vestibulares? Propusemo-nos, então, a repensar as abordagens tradicionais das obras literárias exigidas pelos vestibulares. As listas, ainda predominantemente brancas, mesmo com a rara presença de autores negros, tendem a uma abordagem pouco racializada. Dessa forma, nosso desafio consiste em tratar das relações étnico-raciais também em obras canônicas, sem perder de vista as especificidades dos vestibulares. Esse processo baseia-se na inversão da perspectiva eurocêntrica e embranquecedora, possibilitando novos olhares, ainda que se trate de obras em que, à primeira vista, a questão racial não seja central em suas narrativas. Para sustentar teoricamente nossa proposta, nos apoiamos nos trabalhos de Paulo Freire e bell hooks, que versam sobre uma educação emancipadora e que inclua a noção de gênero, raça e classe nas propostas pedagógicas. Em relação às reflexões sobre educação para as relações étnico-raciais, literatura afro-brasileira e especificidades da questão racial no Brasil, ancoramo-nos nos trabalhos de Nilma Lino Gomes, Eduardo de Assis Duarte, Luiz Silva (Cuti) e Kabengele Munanga. Sobre a descolonização dos currículos e o estabelecimento de novas narrativas, utilizamos as obras de teóricos pós-coloniais, como Frantz Fanon, Stuart Hall e Paul Gilroy.

Estado da Arte: Educação Quilombola e Relações Raciais o que esta sendo produzido? - Antonio Hamilton dos Santos (Secretaria de Estado da Educação). Resumo: Este artigo, busca analisar as dissertações e teses que abordam o tema Educação Quilombola e Relações Raciais, no marco temporal de 2000 a 2017 nos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) e Associações de Pesquisas. Temos como objetivo traçar um perfil das produções acadêmicas que abordem essas temáticas. O estudo tem uma abordagem de caráter qualitativo com aplicação da pesquisa de caráter bibliográfico. Os resultados encontrados mostram que as pesquisas acerca de Educação Quilombola e Relações Raciais tiveram um grande impulso nos últimos anos no Brasil, contribuindo dessa forma para uma abertura de espaços para discussões sobre a temática e uma busca de soluções para reduzir a discriminação racial e o preconceito observados nas escolas. Podemos então concluir que essas pesquisas/estudos estimulam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais.

Identidade e Multiculturalismo: Uma análise com Iramuteq. - Patrick Holtz de Oliveira (UFPR). Resumo: Este trabalho parte da pesquisa Educação e Relações Étnico-Raciais: o Estado da Arte, buscando analisar a categoria "identidade e multiculturalismo". Esta categoria é composta por 56 artigos e 193 teses e dissertações publicadas no período de 2003 à 2014. A seleção das teses e dissertações foi feita a partir do Banco de Teses (http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também foi acessada a Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (BDTD - http://bdtd2.ibict.br/) como forma de acesso a textos completos assim como os respectivos sites dos programas de pós-graduação. A seleção dos artigos foi feita a partir de bancos de periódicos como: Periódicos CAPES (http://www.periodicos.capes.gov.br/); Scielo (http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt) e Edubase (http://143.106.58.49/fae/default.htm). Teve-se como foco artigos publicados em periódicos Qualis A e B sobre a temática. Esse material está em análise utilizando a Interface para Análises Multidimensionais de Textos e Questionários, Iramuteq - http://www.iramuteq.org/), as análises que estão sendo realizadas consistem em: Análise exploratória inicial para uma primeira avaliação dos dados e Análise Fatorial de

Correspondência (AFC) para identificar as relações entre as palavras e frases utilizadas nos estudos sobre Identidade e Multiculturalismo. Atualmente está sendo finalizada a obtenção dos arquivos em .pdf correspondentes aos artigos, teses e dissertações dos quais será extraído o texto que os compõem para a elaboração do Corpus Textual, o arquivo base que será analisado com o Iramuteq, que consiste em um compilado com o conteúdo do material recuperado em um arquivo .txt. Finalmente, espera-se que essa análise seja útil para a compreensão dos núcleos de conteúdo presentes na literatura analisada e que demonstre como o Iramuteq pode ser uma ferramenta para análise de dados tanto para a educação quanto estudos as relações étnico raciais de forma mais ampla.

Identidade e representatividade afrodescendentes; desenhos de uma educação das relações étnico-raciais. - Angela Barban Morelli (Estado de Minas Gerais), Thaissa Cassiane Oliveira Ribeiro (Escola Estadual Padre Maximino Banassati), Isadora Henrique Flores Lepori (Escola Estadual professor Orlando de Lima Faria), Jordania Freitas da Silva (Escola Estadual Padre Maximino Benassati), Misael Felipe da Cunha (Escola Estadual Professor Orlando de Lima Faria), Edgar Mariano de Abreu (Escola Estadual Padre Maximino Banassati). Resumo: A pesquisa trata da representatividade negra nos meios de comunicação e na escola e como esta influência na formação da identidade afrodescendente da juventude escolar. Ela surge a partir da proposta de educação étnico-racial nas aulas de artes, iniciadas em 2015. Desde então são trabalhados em sala três conceitos norteadores; a memória, o pertencimento e a representatividade, onde desenvolvemos o conhecimento em estamparia de tecidos com a técnica dos Adinkras, criada pelos povos Akan (grupo que tem maior expressividade na República de Gana), usamos a pintura em stencil para resgatar as personalidades afro-brasileiras e pôr fim a pesquisa em Moda Afro e a organização de um desfile pelos alunos. Durante o processo das aulas foi possível constatar um maior interesse dos estudantes na temática em comparação com os outros conteúdos dos bimestres, principalmente na questão da representatividade. Isso foi tão evidente que os estudantes se mobilizaram para fazer uma noite de evento que recebesse o Desfile de Moda Afro, criando o Festival da Cultura Afrodescendente, que teve duas edições dentro da escola (2015/2016) e em 2017 uma edição maior envolvendo mais três escolas estaduais. Nesses três anos de educação racial, achamos que é possível analisar os impactos positivos que esse trabalho pedagógico teve e/ou tem na vida dos alunos e alunas no que diz respeito ao fortalecimento das identidades afrodescendentes na contemporaneidade. Sendo assim, nossa pergunta aponta para estratégias de ação; A representatividade positiva da africanidade influencia na construção e fortalecimento das identidades afrodescendentes e no empoderamento da juventude negra? Existem indícios de que essa suposição está correta, como por exemplo, o ex-aluno que participou da primeira edição do Festival da Cultura Afrodescendente e escolheu a área da moda como carreira, os relatos de superação de limitações e promoção de autoestima como o da aluna quis expor um cartaz com a frase "Não é modinha é resistência" durante o desfile. Ao comprovar que a representatividade positiva e o protagonismo das estéticas e pessoas afrodescendentes colaboraram para a elevação da auto-estima e do desempenho dos alunos negros e negras, busca-se criar uma dinâmica de pesquisa científica que dê base aos nossos alunos para a construção dessas reflexões e fortalecimento de uma educação antiracista. A metodologia será trabalhada através de entrevistas filmadas feitas com 3 alunos já formados, 5 alunos do terceiro ano, 5 alunos do segundo e 5 alunos do primeiro, dessa forma poderemos ter a visão de quem participou de todo o trabalho sobre a temática feito na escola, até quem ainda não passou por essa experiência.

O Candomblé como contexto de aprendizagem na prática: apontamentos iniciais - Taisa Domiciano Castanha (Pos-Afro/UFBA). Resumo: Este texto tem como objetivo investigar os processos de aprendizagem envolvidos no Candomblé, religião que se formou no Brasil pela influência de tradições africanas diversas, vinda com os escravos, e que se mostra como um manancial de fenômenos educativos: alí deve-se aprender a cantar e a dançar para os Orixás, a fazer as comidas específicas para cada situação, as ervas e folhas de cada banho ritual, a linguagem ritual em iorubá – a qual nomeia várias coisas, objetos, cargos e também pessoas –, a forma de se portar e de pedir a benção, a lavar, passar e engomar roupas, além da educação dos sentidos – do olfato, do tato, da visão, da audição e do paladar – e da própria possessão. Além dessa gama de fenômenos educativos, no Candomblé há uma forma peculiar pela qual o processo de aprendizagem é feito: para aprender é preciso tempo e engajamento nas práticas cotidianas da casa de santo. O aprendizado segue a hierarquia e o aprender está diluído nas atividades corriqueiras. Para se tornar um filho de santo experiente, está implicado o compartilhamento de ações e percepções cotidianas que revelam a articulação de diferentes atores humanos e não-humanos, envolve destreza técnica e a centralidade do uso do corpo. A aprendizagem em uma casa de Candomblé se dá tanto em momentos rituais como também em momentos cotidianos, em conversas informais e em espaços de descontração e de lazer. Tendo em vista que os fenômenos educativos, bem como os processos de aprendizagem no Candomblé são peculiares e independentes das tradicionais estruturações pedagógicas, o problema deste texto se baseia na seguinte questão: como, afinal, essa gama de elementos culturais-religiosos do Candomblé – como as danças, as cantigas, a linguagem ritual do iorubá, o preparo das comidas, a própria possessão, etc – são aprendidos, uma vez que não há um momento pedagógico específico para este ensino? Busca-se através de um diálogo com a teoria de Tim Ingold e de Jean Lave refletir sobre o processo de aprendizagem no Candomblé. Essa reflexão faz parte da minha incipiente pesquisa de doutorado, realizada no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (Pós-Afro/UFBa).

O papel do racismo na construção do Egito branco - Juliana Aparecida de Souza Guilherme (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo). Resumo: A pesquisa investigou como o racismo foi parte integrante no branqueamento do Egito e na sua eventual "retirada" do continente africano, a partir de ideais imperialistas, que causaram uma cisão entre a civilização egípcia e o continente africano. As consequências estão presentes nos livros didáticos e nos livros comerciais, em que o Egito muitas vezes não é associado à África, resultando na ideia de um Egito não africano, portanto não negro. Percebi em meu trabalho docente, que os alunos do 6º ano do ensino fundamental dificilmente relacionam o Egito ao continente africano, o associando à Europa ou à Ásia. Com isso, procurei as bases dessa distorção histórica tão presente na história do Egito. O principal objetivo deste trabalho é entender como foi construída essa representação do Egito como um país de origem ocidental e branca, quando na verdade a sua origem é negra e africana. Por isso, buscou-se entender

também como o racismo foi o principal fator no branqueamento do Egito, sendo necessário resgatar a sua africanidade para o rompimento com a distorção histórica tão presente nos materiais didáticos. Buscamos o entendimento para essa questão numa historiografia afrocentrada, ou seja, que tenha o próprio africano como centro da análise, levando em consideração a sua própria perspectiva, pois ainda presenciamos nos materiais didáticos uma visão eurocêntrica, com silenciamentos e distorções de outros povos que não sejam os europeus. Como se todos os povos não europeus fossem aistóricos, o que sabemos que não é verdade, pois filósofos e matemáticos gregos estudaram anos no Egito, um país africano e negro que muito ensinou ao mundo ocidental. Para explanar da melhor forma possível a questão que permeia o Egito desde a antiguidade, foi necessário buscar a bibliografia que tratasse do racismo e da "retirada" cultural e ideológica do Egito da África, afinal, a não inserção do Egito no continente africano muitas vezes é sutil, silenciando a sua real origem. Portanto, o trabalho foi dividido em três partes: a primeira, para mostrar a Filosofia como um dos feitos realizados pelos povos egípcios; a segunda, para mostrar como o racismo foi o fator principal na "retirada" (cultural e ideológica) do continente africano e a eventual consequência do racismo e da "retirada ideológica"; e a terceira parte, para mostrar uma tentativa de reafricanizar o Egito, ligando a sua história a história do continente africano livre de estereótipos negativos.

Teoria da Afrocentricidade na Educação: Uma Revisão da Literatura Acadêmica - Maria da Conceicao dos Reis (UFPE), Cledson Severino de Lima (UFPE), Emerson Raimundo do Nascimento (Universidade Federal de Pernambuco). Resumo: Quando o Estado aprovou a Lei nº 10.639/2003 se consolida o reconhecimento das lutas históricas por uma educação antirracista protagonizadas pelo movimento social negro espalhado pelo Brasil. Buscando compreender os impactos da implementação dessa lei na vida de estudantes negros e negras de Programas de Pós-Graduação em Educação a partir de um olhar afrocentrado, está sendo desenvolvida uma pesquisa com a Teoria da Afrocentricidade enquanto abordagem epistemológica. Para iniciar este estudo, foi realizado o estado da arte de pesquisas desenvolvidas em nível de mestrado e doutorado em educação, que optaram por uma abordagem epistemológica a partir da teoria da afrocentricidade. O texto ora apresentado é um recorte dessa pesquisa. A questão central que embasou o estudo que aqui se apresenta foi: como a Teoria da Afrocentricidade está presente nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil? Tem-se como objetivo geral: apresentar o estado da arte de pesquisas em educação que utilizaram a Teoria da Afrocentricidade enquanto base teórico-epistemológica. Entende-se a referida teoria, a partir de Asante (2009) como uma proposta epistêmica para encarar os fenômenos através de uma devida localização e promoção de agência dos povos africanos, visando a liberdade humana. A partir da abordagem metodológica qualitativa, foi realizado o estado da arte de pesquisas publicadas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES a partir da leitura dos títulos, resumos e, posteriormente, dos textos completos, buscando identificar como estava sendo abordada a teoria. Foram elencados três descritores de busca: Teoria da Afrocentricidade; Educação e Afrocentricidade; Perspectiva Afrocentrada. Essa busca no Portal da CAPES encontrou apenas seis trabalhos. A leitura desses trabalhos revelou que a Teoria da Afrocentricidade não foi utilizada como aporte teórico. Em busca da resposta sobre a presença da Teoria da Afrocentricidade nas pesquisas em educação, chega-se à conclusão que esta presença é ínfima enquanto tentativa de superação de uma hegemonia eurocêntrica. As pesquisas encontradas ainda não privilegiam a teoria da Afrocentridade como aquela que pode proporcionar um olhar afrocentrado para os objetos de estudos.

Trajetórias educacionais de pesquisadores(as) negros(as) na sociedade contemporânea - Marcos Antonio Batista da Silva (Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES)). Resumo: A presente comunicação está baseada em dois estudos, um já concluído e outro em desenvolvimento. O primeiro deles é a comunicação dos resultados obtidos com a tese de doutorado, intitulada "Discursos étnico-raciais de pesquisadores/as negros/as na pós-graduação: acesso, permanência, apoios e barreiras", desenvolvida entre 2012-2016, no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil, com apoio da CAPES. O estudo propôs analisar discursos étnico-raciais proferidos por estudantes negros do ensino superior (pós-graduação) no Brasil. Conclui-se que a presença negra na universidade, além de reduzida, é desigual e restrita a algumas áreas, além de mostrar o embate entre as formas "sutis" de manutenção de estrutura excludentes em políticas públicas de inclusão e a potência de resistência dos sujeitos, indicando que, ao mesmo tempo, em que tais políticas são fundamentais para a superação de desigualdades, elas somente se efetivam pela ação e força dos sujeitos e dos movimentos sociais. O segundo estudo em desenvolvimento se refere ao projeto POLITICS- A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas, com financiamento do European Research Council. O estudo em tem dois objetivos principais: a) a análise de processos de produção de conhecimento sobre "raça" e (anti)racismo nas esferas da política governamental (inter)nacional, universidades públicas e movimentos sociais; b) a análise dos múltiplos caminhos de denúncia e mobilização coletiva contra o racismo quotidiano em relação às práticas policiais e às representações sobre (anti)racismo nos meios de comunicação social.

Sessão Temática 39

Educação para as relações étnicos raciais: realidade e possibilidades na educação básica, técnica e ensino superior.

A Capoeira e a Descolonização Curricular: por uma Epistemologia Marginal - Everton Lamare Costa Melo e Silva (Universidade Federal de Goiás). Resumo: O presente artigo trata-se de uma pesquisa acerca do currículo de formação de professores da Faculdade

de Educação Física da Universidade Federal de Goiás. Essa instituição manifesta em seus documentos um discurso predominantemente anti-hegemônico, de suplantação das tradições dominantes da área, apontando para a superação da educação monocultural e eurocêntrica vigente no Brasil. No entanto, a partir de uma análise crítica, foram encontradas lacunas e descontinuidades nestes documentos, que apontam para uma ineficiência dessas expectativas. Apesar do discurso inicial, a unidade acadêmica reproduz em seu currículo a abordagem de conteúdos majoritariamente de origem européia, mostrando-se, em certo ponto, ineficiente na superação dos problemas gerados por estas práticas. Dadas estas contradições, este artigo procurará oferecer alternativas ao ensino da Educação Física, sob uma perspectiva afro-brasileira e indígena, a partir do ensino da Capoeira e outras práticas de origem não-ocidental nas aulas dessa matéria, como forma de superação das barreiras epistemológicas impostas a esses sabres.

A questão étnico-racial e os desafios para a sua incorporação no processo de formação profissional - Roseli da Fonseca Rocha (Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira - IFF/Fiocruz). Diante dos níveis alarmantes de desigualdades étnico-raciais expressas em todas as esferas da vida social, quais ferramentas teórico-metodológicas e técnico-operativas que os/as profissionais que atuam no campo dos direitos sociais, sobretudo no âmbito da educação, saúde e assistência social, tiveram acesso durante o seu processo de formação? Buscando uma melhor apropriação dessa questão, realizamos um estudo acerca da incorporação da questão étnico-racial no processo de formação e suas implicações no exercício profissional. Que lugar esse debate tem ocupado nos currículos de graduação? Quais as implicações da invisibilização da história das populações negras e indígenas para o conhecimento sobre a formação sócio-histórica brasileira? Quais as dificuldades encontradas pelos/as profissionais que atuam no campo das políticas sociais diante das violações de direitos decorrentes de preconceito racial? E em relação ao racismo institucional, quais as medidas empreendidas para o seu enfrentamento? A partir de uma perspectiva teórico-crítica, buscamos responder a essa questão, analisando 25 currículos de cursos de Serviço Social à luz das leis 10639/2003 e 11645/2008, das diretrizes curriculares e de outros instrumentos normativos do curso. Dentre as descobertas da pesquisa, identificamos que cerca de 20% dos currículos analisados não contemplavam disciplinas abordando a questão étnico-racial. E, em cerca de 40% do total das disciplinas essa questão aparecia na modalidade "optativa". Disciplinas com carga horária reduzida ou ministradas apenas nos últimos períodos do curso, também nos chamaram a atenção. Ainda que a nossa investigação tenha se dedicado a análise de currículos de Serviço Social, sabemos que a não incorporação dos estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e indígena, bem como a discussão sobre o racismo e as suas múltiplas expressões na sociedade brasileira, é a realidade de grande parte dos cursos de graduação. Historicamente o racismo tem funcionado como importante mecanismo de manutenção de privilégios, discriminação e exploração. Sua apreensão como elemento estrutural e estruturante das relações sociais nos marcos da sociabilidade capitalista, nos possibilita uma análise mais crítica acerca das violências, injustiças e iniquidades sociais, que incidem, sobremodo, na vida das populações negras e indígenas. O fortalecimento das lutas populares de combate a esse sistema racista, heteropatriarcal e capitalista, bem como o reconhecimento da liberdade como valor ético central, são princípios que devem nortear a formação e o exercício profissional que tenham como horizonte a construção de uma sociedade sustentada em valores que buscam a igualdade substantiva e a emancipação humana.

A relevância da História e Cultura Afro Brasileira nos PPPs do IFG – Câmpus Jataí - Evaldo G. Silva (UFG). O Estado brasileiro nos últimos anos promoveu políticas públicas que visavam compensar o papel subalternizado que a população negra e a cultura afro-brasileira ocupam nacionalmente. A implementação das cotas sociais e raciais é uma dessas políticas, além disso, a Lei 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira para incluir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras nos currículos nacionais. Neste trabalho fazemos um recorte da nossa pesquisa de mestrado, onde discutimos a implementação de um projeto de Educomunicação para aplicação da Lei. Aqui, apresentamos um levantamento de dados a respeito da presença da temática nos projetos de cursos do Ensino Médio Integrado em Tempo Integral do Instituto Federal de Goiás (IFG) – Câmpus Jataí. Em um primeiro momento destacamos o histórico de lutas dos movimentos sociais negros interessados na implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica. A Educomunicação é um campo de intervenção em construção e articula Educação e Comunicação de modo a permitir a construção de um ecossistema comunicativo (SOARES, 2012). Optamos por utilizar o campo da Educomunicação por conta da forma orgânica em que ele se articula, permitindo que toda a comunidade escolar se envolva na elaboração dos roteiros de trabalho, embora não exija a participação total. Além disso, a proposta é de articulação entre o conceito de ecossistema comunicativo e o de enraizamento de práticas (GOMES, 2012). A principal característica do campo Educomunicativo é a dialogicidade, conceito que os profissionais e pesquisadores da área recuperam de Paulo Freire (1983). À Educomunicação não importam unicamente ler a mídia, interpretá-la, ou utilizar de forma instrumental as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), antes é necessário que o uso de mídia e de tecnologias promovam diálogos horizontais entre os sujeitos educomunicantes. Alvo de críticas por parte de teóricos tanto da comunicação quanto da educação, a Educomunicação é defendida de forma veemente por Martín-Barbero (2014), para quem a primeira teoria da comunicação genuinamente latino-americana nasce no campo educacional, a partir de Paulo Freire. Ao falarmos dessa primazia da pedagogia freireana para o campo comunicacional latino-americano, nos colocamos a ponto de explicar a questão que orientou o trabalho e os objetivos que almejávamos alcançar. Para a coleta de dados utilizamos pesquisa documental, por meio da qual reunimos os documentos orientadores da atuação do IFG, como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos, relatos das atividades já realizadas na instituição e notícias publicadas no sítio institucional.

A reponsabilidade ético-social das universidades públicas com a população negra: uma análise da (in)visibilidade da discussão das relações étnico-raciais na UFMS - Everlin Viana Tavares (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Poliana Rezende Soares Rodrigues (UFPI), Agnes Cristine Duailibi Viana (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul). Este trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo verificar a visibilidade da discussão das relações étnico raciais na Fundação Universidade Federal

de Mato Grosso do Sul, no Campus de Campo Grande tendo em vista a necessidade dessa discussão para a formação de um profissional que perceba e saiba lidar com essas questões nas diferentes áreas de conhecimento, principalmente no que tange os cursos de licenciatura, depois da aprovação da Lei nº. 10.639 de 2003 que alterou a Lei das Diretrizes e Bases nº. 9394 de 1996 e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa da estrutura curricular dos cursos e dos grupos de pesquisas disponíveis no site da UFMS, com o objetivo de demonstrar quantitativamente os espaços institucionais de discussões étnico raciais, também foi analisado o Projeto Político Pedagógico e as Referências Bibliográficas do curso de Pedagogia, na perspectiva de evidenciar a ausência de aportes teóricos fundamentados nas relações étnico raciais. A análise dos dados levantados indica que existe uma negação/ocultação do conhecimento produzido no Sul Global que também é conhecido como Mundo Não Ocidental, o que nega à pessoa negra a sua condição de produtora e detentora de conhecimento, fenômeno que caracteriza o "epistemicídio". Os dados indicam que mesmo com o aporte legal que impulsiona a mudança no estudo da história, a fim de romper com o eurocentrismo presente no sistema educacional, a academia não cessa a morte simbólica da população negra quando não assume para si a responsabilidade de não mais negligenciar e ocultar a produção de conhecimento da diáspora Africana. Em consonância a este cenário, a organização da negritude como movimentos de resistência dentro do Campus de Campo Grande da UFMS, como por exemplo o grupo Trabalhos e Estudos Zumbi - TEZ, o Movimento Negro estudantil Ruth de Souza e o Grupo de Estudos Afrocêntricos Cheikh Anta Diop são de extrema importância no enfrentamento ao epistemicídio e à permanência de estudantes negros/as na universidade que se torna um ambiente hostil à população negra diante dos fatos que este trabalho expôs.

AFRONTAÍ: As juventudes negras e indígenas ocupam espaços no município de Jataí - GO - Lucas Rodrigues do Carmo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ). O Afrontaí é o coletivo afro-indígena de Jataí, fundado por estudantes negras e negros da recentemente emancipada Universidade Federal de Jataí, durante uma manifestação política contra o golpe de 2016 e as reformas contra a classe trabalhadora. Inicialmente as atividades desenvolvidas pelo coletivo voltavam-se para o autocuidado e acolhimento da comunidade afro-indígena. Somente em Junho do ano de 2017, o Coletivo define seu nome e estabelece diretrizes de funcionamento. A construção do Coletivo Afrontaí se deu pela necessidade de organização das demandas e lutas da negritude dentro e fora da Universidade, além do cenário local, tendo em vista que Jataí é uma cidade extremamente racista, lgbtfóbica, machista e opressora. Os dados do censo demográfico de 1872 apontam que dos 1815 (um mil e oitocentos e quinze) habitantes, 315 (trezentos e quinze) eram corpos de negras e negros escravizadas/os. Esse passado escravista vem sendo constantemente negado e apagado da história da cidade, isso se verifica, por exemplo, ao visitarmos o museu histórico e não encontramos nada em exposição permanente relacionado à história dos negros em Jataí, tendo a narrativa dos pioneiros, brancos, generosos e despretensiosos fundadores de Jataí ganhado espaço sem grandes questionamentos. Para pensar no imaginário da abolição, o Afrontaí e o Centro Acadêmico Dandara dos Palmares, do curso de História da UFJ, organizaram a roda de conversa "Treze de Maio: uma ilusão de liberdade que dura até hoje". A atividade foi realizada no Centro de Convivência no dia 17 de maio de 2018 e reuniu a comunidade universitária. De forma didática, foram encenadas duas performances artísticas. "Meu Rabo em África", protagonizado pelo estudante negro Lucas do Carmo e "Minha avó foi pega no laço", protagonizada pela estudante indígena Ayanna Duran. Também como parte da programação, o Coletivo fixou cartazes com mensagens antirracistas, no formato de "lambes". Sem planejamento prévio, o grupo optou por também marcar o espaço higienizado do Centro de Convivência com "pixos" que remetiam ao debate travado naquele momento. O discurso que orientou a ação direta e coletiva foi do enfrentamento ao racismo institucional e às demais práticas discriminatórias presentes no âmbito da nascente UFJ. O ato repercutiu de forma viral nos espaços universitários, especialmente dos cursos ligados às Ciências Agrárias e também em grupos virtuais de discussão, em redes sociais como o Facebook e o Whatsapp. Ataques diretos à existência do coletivo e da organização da negritude e das populações indígenas na Universidade mostraram a relevância de uma atuação orgânica e direta em todos os espaços, sejam eles formais ou informais na cidade de Jataí.

As Políticas de Ações Afirmativas nas Universidades Públicas - A Efetividade da Lei Nº 12.711 de agosto de 2012: Uma reparação no acesso e permanência ou privilégio? - Rosimar Pereira Barbosa (CENTRO INFORMAÇÃO MULHER - CIM), Janaína Rute da Silva Dourado (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP). Este artigo tem por objetivo apresentar um estudo de políticas sobre as ações afirmativas nas Universidades públicas na qual relaciona-se a igualdade racial, no que tange os impactos na vida acadêmica de uma mulher negra, relacionando os desafios desta política que, muitas vezes não está relacionada com os processos e nem com a discussão e ação efetiva na Universidade, ou seja, este processo é enorme no que tange legitimar e oportunizar a vida acadêmica dos negros e principalmente das mulheres, os quais estão distantes de serem reconhecidas nesta política.

As relações étnico-raciais na infância: o olhar das docentes de um Centro de Educação Infantil da cidade de São Paulo para a discriminação racial - Cássia Rosicler Galvão (Prefeitura do Municipio de São Paulo). A Educação Infantil voltada para a primeira infância foi considerada, durante um longo tempo, como uma "redoma" na qual as crianças estariam, supostamente, protegidas das vicissitudes do mundo adulto. Supunha-se que crianças na faixa etária de zero à três anos eram imunes a problemáticas que afetavam aos adultos em função de sua pouca idade ou de sua "inocência", mantendo esta modalidade alijada das grandes discussões que permeiam a educação nacional. No entanto, a criança não se encontra em um mundo apartado do universo adulto, ao contrário, desde o seu nascimento, a criança torna-se membro de uma classe social, de um gênero, de uma etnia, de uma religião, pertencendo a uma comunidade historicamente constituída e, tal qual os adultos, recebe todas as "inscrições sociais" pertinentes a seu grupo. Da mesma forma, as instituições de educação infantil não são espaços neutros, livres de conflitos e de disputas, como supõe a maioria das pessoas. Em suas dinâmicas cotidianas, apresentam a mesma problemática observada no conjunto da sociedade na qual está inserida. O presente trabalho pretende analisar a percepção que as docentes de um Centro de Educação Infantil da cidade São Paulo têm sobre a existência discriminação racial nos espaços de educação para a primeira infância, entre crianças na faixa etária de dois a três anos especificamente.

Os autores que fornecem os subsídios teóricos para a fundamentação deste estudo são Munanga (1999), Cavalleiro (2003), Abramovicz (2012) e Candau (2013) que revelam diferentes aspectos da problemática étnico-racial no Brasil, revelando fatores históricos que contribuíram para a desigualdade percebida nas relações étnico-raciais na sociedade brasileira e como esta afeta o ambiente escolar desde a educação infantil. Considerando as respostas recolhidas por meio de um questionário que compõe a dissertação A diversidade na primeira infância: as relações étnico-raciais em um Centro de Educação Infantil da cidade de São Paulo (2015-2017) ,(Galvão, 2018), esta análise busca compreender como a percepção das professoras a respeito da discriminação influencia suas práticas junto às crianças, observando se as vivências/atividades realizadas têm como objetivo enfrentar a discriminação e promover a educação das relações étnico-raciais na infância.

Construção do mito de democracia racial em atos institucionais na organização e formação universitária em saúde e enfermagem - Valdeci Silva Mendes (Universidade Federal de Mato Grosso), Candida Soares da Costa (Universidade Federal de Mato Grosso). O texto tem por objetivo apresentar como a ideia de raça e nação esteve presente na organização e formação do curso de enfermagem forjada em uma alusão de democracia racial com implicações ao segmento da população negra. A escrita é uma pequena parte de dados analisados de uma pesquisa maior de Mestrado em Educação concluída em 2015, vinculado ao Projeto Pró Ensino em Saúde que visava a capacitação de profissionais de saúde com ênfase no ensino em saúde para o Sistema Único de Saúde. O lócus da pesquisa foi o curso de enfermagem de uma Universidade Pública de ensino superior no Estado de Mato Grosso, criado no ano de 1975. A busca de dados empíricos, nesse espaço de formação em saúde e enfermagem se realizou por meio de diversos instrumentos. Para a proposta presente, utiliza-se e centra-se em uma das partes das análises que se orientou a partir da teoria da sociologia compreensiva e considerou as informações extraídas dos registros que fazem menção a organização e formação do curso de enfermagem. A aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa ocorreu no mês de março de 2014, sob parecer de nº 555.550. O curso de enfermagem da Universidade em Mato Grosso, foi organizado por meios de ações acadêmicas administrativas e pedagógicas, intercedidos por Resoluções e Portarias internas e externas, bem como da manutenção de duas disciplinas, Estudo de Problemas Brasileiros I e II, de recomendação do Ministério da Educação e Cultura, elaboras e ministradas na Universidade pelo Centro Superior de Civismo, e se compuseram como estruturas institucionais acadêmicas vinculadas as ideias circulantes sobre raça e nação no Brasil à serviço e na contribuição de uma nacionalidade forjada de democracia racial. Além disso, a incorporação no curso de enfermagem da habilitação licenciatura em enfermagem em 1978, se definiu como mais uma das estruturas acadêmicas de nível universitária, empregados em parte, aos mesmos interesses. Na construção do mito da democracia racial, ao mesmo tempo que reconhecia a população negra como componente de direito na sociedade brasileira, na prática não se realizava e ainda não se concretiza de forma efetiva. Na contramão do que foi foram atribuídos a Universidade e ao curso de enfermagem, é preciso que a mesma universidade e os cursos que a compõem, especialmente os de formação em saúde e enfermagem, de forma administrativa acadêmica e pedagógica, assumam a inclusão de novos conteúdos, inclusive legalizados, à formação universitária, na possibilidade de construção de novas mentalidades capazes de produções de saberes e práticas desvinculadas as ideias as quais se estruturam no passado.

Curso de Informatica Básico Étnico-Racial na Unifesspa:Um olhar além da contextualização - Paula de Menezes Baia (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará). O presente trabalho busca mostrar o desenvolvimento e o desaparecimento das dificuldades dos discentes Quilombolas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará, relacionadas a informatica. Visto que, as dificuldades em uma instituição de ensino superior são cada vez mais rigorosas com aqueles que advém de comunidades tradicionais , eu como monitora desenvolvi um programa que nivelasse o conhecimento dos ingressantes quilombolas na referida instituição chamado de "Informatica Básica voltado para trabalho acadêmico", o qual, ajuda os estudantes com dificuldades a se desenvolverem cada vez mais nas disciplinas que até então são cursadas com dificuldades. Com sua instalação, muitos estudantes quilombolas se prontificaram em participar pois almejavam assim um aprendizado o qual viesse colaborar para a simplificação na hora de desenvolver um trabalho acadêmico, como por exemplo um artigo cientifico, o qual é temido por todos os estudantes que nunca tiveram contato com o mesmo. Contudo, os resultados foram melhores do que o esperado. Através desse programa discentes quilombolas veteranos foram convidados a participar da seletiva para a vaga de monitores, onde a relatora que vos escreve foi selecionada como monitora e autora do curso a ser explanado.Após o contato com os estudantes quilombolas, foi contatado a grande dificuldade de se manusear a aplicação das normas da ABNT, até mesmo a dificuldade em manusear um microcomputador, a partir dali que se viu a necessidade em criar um minicurso voltado para essa demanda que integraria todas as dificuldades relatadas, foi então que começou o processo de desenvolvimento do minicurso. Através da dinâmica utilizadas em laboratórios, trabalhando com os discentes supramencionados as ferramentas do office e as normas da ABNT e a integração na área acadêmica, os estudantes quilombolas se sentiram mais a vontade de relatar suas dificuldades, o que não é frequente na instituição já que são taxados como os estudantes que não sabem nem escrever o próprio nome. A praticidade fluiu melhor do que os criadores do programa esperavam. Com a instalação do minicurso de informática voltada ao trabalho acadêmico, muitos estudantes quilombolas se prontificaram em participar pois almejavam assim um aprendizado o qual viesse colaborar para a simplificação na hora de desenvolver um trabalho acadêmico, como por exemplo um artigo cientifico, o qual é temido por todos os estudantes que nunca tiveram contato com o mesmo. A análise final do minicurso e do programa de monitoria quilombola da Unifesspa, notamos que o desenvolvimento acadêmico dos referidos discentes melhorou 80% em relação a analise anterior, antes do início do programa, e isso fez com que o programa tivesse continuidade e melhorasse cada vez mais.

De Oyo à Universidade: A jornada da mulher negra no sistema de educação brasileiro - Amanda dos Santos Lemos (Universidade Castelo Branco). A edição do mês de abril de 2017, da Revista Você S/A, traz em sua capa uma foto de Rachel Maia – "única CEO negra do Brasil" – com a seguinte pergunta: "Por que ela ainda é exceção"?. No miolo da revista, uma reportagem que mostra número alarmantes quanto a posição do negro nos níveis hierárquicos institucionais e, em especial as mulheres dessa etnia. Mais de 55% dos brasileiros são afrodescendentes, mas apenas 4,7% ocupam cargos executivos. Como profissionais e empresas ganham com a equidade

racial e o que podemos fazer para combater o preconceito no mercado de trabalho. Ok!, uma breve observação nos altos escalações de uma instituição confirmarão essa frase, as estatísticas, não deixaram dúvidas, é um fato, ainda vivemos o racismo institucional e no mercado de trabalho. Mas, não queremos falar sobre isso, porque enxergamos um problema anterior a ascensão profissional. Como ocupar uma posição de destaque em uma instituição, se meu nível escolar é básico? Como ocupar uma posição superior se eu não falo outro idioma? Como ascender na minha empresa se todos os dias eu preciso provar que, mesmo sendo mulher e negra, eu sou capaz? Não nos parece possível que homens ou mulheres, negros ou brancos, possam se inserir no mercado de trabalho sem a qualificação devida, a menos é claro, em posições subalternas e desvalorizadas. Então, o ponto de partida para entendermos "Por que ela ainda é exceção"?, sem dúvidas, é a educação. Mas, a foto de capa da revista é com uma negra, que denuncia "Ainda hoje vejo olhares curiosos quando estou em um evento sentada à mesa de presidentes. [Infelizmente] Não vai ser a primeira nem a última vez", então não consideramos suficiente tratar somente a questão da educação, mas também de gênero. Vivemos em uma sociedade em que a educação não recebe o investimento e tratamento devidos, seus profissionais e seus espaços estão degradados, sucateados, desvalorizados. As oportunidades nas boas instituições de ensino são disputadas acirradamente por uma multidão de sujeitos, que acreditam que a educação é o instrumento para ascensão e transformação. Mas não podemos ser ingênuos e descartar ou minimizar a influência da questão racial na vivência dessas expressões. Para compreender esse processo de racialização precisamos nos remeter ao período escravocrata e entender como os negros/as ainda nos dias de hoje arrastam os grilhões da escravatura. O projeto de pesquisa "De Óyò à Universidade", vem então estudar o ingresso e permanência de mulheres negras na Universidade, compreendendo que as dificuldades concretas de vida que se impõem às mulheres negras, dificultam ainda mais seu processo de escolarização e, logo, ascensão profissional.

Do Bembé do Mercado à descolonização curricular: Os desafios da aplicabilidade da Lei 10.639/03 às práticas docentes, relatos de experiências - Aline de Assis Santos (Servidor Público), Rosiléia Santana da Silva (UFBA). Nesse artigo buscamos apresentar os desafios experienciados ao discutir currículos e apresentar propostas didáticas fundamentadas no ensino de história e culturas africanas, afro-brasileiras em escolas dos municípios de Salvador e Santo Amaro. O cruzamento das pesquisas apontaram as rigidezes no ensino e na aprendizagem ao dialogar com conteúdos sob à luz da decolonialidade: os mitos iorubá e o Bembé do Mercado. A tradição, as memórias e história do Bembé do Mercado e toda a herança presente nas práticas, nas vivências, nos mitos iorubá e, tão repercutidas no âmbito externo, são potencialmente distorcidas no âmbito interno, dos conterrâneos. O estruturante racismo, enquanto legado das amarras coloniais, delineiam as distorções, a desconstrução e o silenciamento das cosmovisões africanas, afro-brasileiras e indígenas nos diferentes espaços de socialização de conhecimentos. Os currículos e as práticas escolares contribuíram e, ainda contribuem, na negação de abordagens que privilegiem a diversidade etnicorraciais. À exemplo, a transposição dos diversos saberes presentes no Bembé do Mercado santoamarense e das cosmovisões imanentes no ensino escolar.Nesse cenário, nas experiências de formação continuada entre docentes e desenvolvido entre discentes, pudemos observar que mesmo que as tradições façam parte do cotidiano e, para além disso, mesmo após 15 anos das determinações da Lei 10.639/03 , o vazio didático(FARIAS, 2013) é vivo e persistente. Sob o ponto de vista curricular e didático, ensinar ou aprender sobre o Bembé e os mitos iorubá no chão da sala de aula é contribuir para a efetivação da Lei 10.639/03 – alterado pela 11.645/08 – e, consequentemente, para a necessária descolonização curricular (GOMES, 2012) e, consequentemente, descolonização didática (SILVA, 2017). Conforme contextos experienciados em escolas de Santo Amaro e Salvador (Ba), tanto professoras(es) quanto estudantes ao terem contato, de início, apresentaram desconhecimento tanto da história, geografia, economia e manifestações culturais de Santo Amaro, quanto os mitos sobre a criação do universo e da humanidade sob o ponto de vista iorubá. A rejeição, resistência, intolerância e negação foram, preliminarmente, o retorno docente e discente, pois, o grande desafio está na compreensão desses diferentes saberes como produto histórico, filosófico, existencial, humano, em meio à diversidade. A partir do que foi trazido por Silva (2017), averiguamos que a formação docente inicial e continuada e a construção de propostas didáticas sob à luz da descolonização, nas mais diferentes áreas de ensino, são preponderantes para a existência dos diversos saberes nos espaços escolares em prol do combate ao racismo epistemológico, curricular, didático e outras formas de subjugação das humanidades.

Educação para as Relações Étnicos-Raciais No Ensino Superior: Reflexões Preliminares - Andréa Maila Voss Kominek (UTFPR). A Constituição Federal brasileira de 1988 assegurava a igualdade de direitos e oportunidades a todos os cidadãos brasileiros, estabelecendo exigências quanto aos modelos de políticas públicas, à qualidade e ao acesso a estas políticas. Muitos anos porém, foram necessários para que estes ideais fossem de fato colocados em prática. Na área específica da educação, duas Leis Federais destacam-se quanto o combate à desigualdade racial no ensino superior: 12.711/2012 e 10.639/2003 . Este estudo realiza um balanço preliminar da experiência de implementação de ações que respondam às exigências da Lei 10.639/03 na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Lei, entendida aqui, como ação pública do Estado em favor da preservação e divulgação de conhecimentos ancestrais, historicamente invisibilizados e desvalorizados nas salas de aula, tendo como consequência em um verdadeiro epistemicídio destas heranças. O presente artigo apresenta parte dos resultados de um projeto mais amplo e de maior fôlego, que objetiva identificar os impactos institucionais desta implementação, assim como possíveis obstáculos e novas demandas para o fortalecimento das políticas de igualdade racial nesta universidade.

Estudante Pretos no Curso de Medicina da UFMG: Quatro Trajetórias Escolares Atípicas - Priscila Brito de Farias (PEDAGOGA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS). Este artigo apresenta fragmentos iniciais de uma pesquisa de mestrado em andamento que se ocupa de investigar, à luz da Sociologia da Educação, as trajetórias escolares de quatro estudantes pretos, provenientes das camadas populares, até a chegada no curso de Graduação em Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo central deste trabalho é identificar, descrever e analisar quais fatores e elementos presentes nas trajetórias de Olaudah, Iara, Dandara e Sara, contribuíram para sua longevidade escolar (VIANA, 1998). Nesse sentido, buscaremos mapear os indícios que nos proporcionam entender questões como: Quais os fatores e elementos possibilitaram que esse grupo de estudantes pretos construíssem trajetórias atípicas em relação a trajetória

modal (Bourdieu, 2007) vivenciada pelo conjunto da população negra brasileira? Como se expressa a presença da família, bem como de terceiros, nas trajetórias desses quatros jovens pretos? Qual é a condição de presença desses atores sociais no curso superior público mencionado? Nossa hipótese de pesquisa é que esses estudantes contaram e ainda contam com um forte e essencial apoio familiar para superar as eventuais dificuldades ligadas ao preconceito racial e social, obtiveram incentivo (simbólico e/ou material) de terceiros e dispuseram e ainda dispõem de fundamental mobilização interna. Com relação à fundamentação do estudo, utilizaremos como metodologia a reconstrução, alicerçada em dados colhidos em questionários e entrevistas semiestruturadas proveniente das trajetórias dos investigados, informações do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA/UFMG), dados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/UFMG), e, como referência para as análises, autores como Bourdieu, Lahire, Goffman, Portes, Nogueira, Lino, Munanga, entre outros. A leitura e análise dos relatos serão realizadas a partir do método de análise de conteúdo (AC), pois o mesmo se constitui de técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou textos (MINAYO, 2007).Os resultados parciais da pesquisa mostraram que os quatro sujeitos selecionados para o estudo cursaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas, ingressaram no curso de Medicina por meio do sistema de cotas, três residem em áreas periféricas da cidade de Belo Horizonte e sobre o porquê escolheram o curso de Medicina, um deles respondeu: "Escolhi ainda criança em um contexto de vulnerabilidade social (como é comum qdo (sic) se mora numa entrada de favelas) e, na época, meus pais só tinham ensino fundamental, faculdade para eles nem era uma possibilidade... Mas, eles apostaram em mim" (Dandara ,2018).

Estudantes de origem africana e suas condições sociais e culturais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Gabriely Nascimento Varela (UFRN). As questões raciais são problemáticas que fazem parte da história do Brasil, isso advém de um passado histórico onde a escravidão foi realidade por quase 400 anos no país, e mesmo hoje após 130 anos da "abolição" os reflexos desse passado são notáveis quando tratamos da população negra na sociedade brasileira e os contextos sociais em que essa população está inserida. Com base nisso a pesquisa se propôs a fazer algumas investigações acerca desse conjunto de problemas, com alguns recortes, e tendo como foco os estudantes de origem africana que buscam estudo em território brasileiro através do Programa Pec-G. Como objetivo geral a pesquisa buscou analisar as configurações das questões raciais no contexto sociocultural das vidas dos discentes "africanos" que estudam na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tendo como objetivos específicos: Discutir o preconceito racial e suas inúmeras expressões na realidade brasileira; Investigar as legislações e documentos pertinentes ao intercâmbio dos estudantes vindos do continente Africano; Entender as condições sociais e culturais que os trazem para o Brasil e as implicações dessa vinda em suas vidas pessoais e cotidianas. Metodologicamente a pesquisa foi fundamentada na corrente epistemológica do materialismo histórico dialético, utilizando o método qualitativo de análise tanto nas pesquisas bibliográficas quanto nas entrevistas realizadas, as entrevistas ocorreram por meio de um roteiro semi-estruturado, onde haviam tópicos relacionados aos objetivos específicos. Foram entrevistados cinco alunos de origem africana, sendo dois estudantes do curso de Direito, uma estudante de Ciência da Computação, um estudante de Engenharia Elétrica e outro que terminou a graduação em Letras e atualmente concluiu a Pós- Graduação em Gestão de Políticas Públicas. Todos esses alunos entrevistados encontravam-se a mais de quatro anos, na UFRN no momento que a pesquisa foi realizada, essa longa permanência foi estabelecida desde o início como um dos parâmetros de seleção dos entrevistados. Para a preservação de suas identidades usarei o termo Entrevistado/a para se referir nos momentos de uso de suas falas. Coincidentemente todos os entrevistados são da Guiné Bissau.

Identidades Negras a partir dos Corpos: Experiências de Estudantes do Centro de Formação de Professores – CFP, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB - Rosangela Souza da Silva (PPGE UFBA), Maria Cecília de Paula Silva (Universidade Federal da Bahia). No atual contexto alguns espaços educacionais - com destaque para o ensino superior -foram alocados com homens e mulheres negras que, ao longo da história, tiveram seus corpos invisibilizados, suas vozes silenciadas e seus pertencimentos étnico-raciais e sociais aviltados. Com esta prerrogativa nossa pesquisa, em curso, visa compreender como os/as estudantes constroem suas identidades e traduzem, por meio de seus corpos, discursos e práticas culturais, políticas, mobilizações, ressignificações e constituições de suas identidades negras. A pesquisa investiga discentes negros/as do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – CFP/UFRB, Amargosa/BA. A identidade negra é compreendida como uma construção social, histórica, cultural e plural (GOMES, 2005), o que implica a construção do olhar de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Optamos por uma abordagem de cunho qualitativo, na qual os/as pesquisadores/as, ao se apropriarem das informações in loco, vivenciam cotidianamente a dinâmica sociocultural dos espaços e as práticas dos sujeitos que lá circulam. Também nos apropriamos do campo etnográfico para detectar sentidos e significados que os sujeitos atribuem aos espaços. Em nossa sociedade circulam abordagens sobre modos de compreensão do corpo, com relevantes marcas socioculturais; reflexões sobre a existência no mundo, concretizada a partir do corpo; estudos sobre como os impérios coloniais impingiram aos colonizados formas dicotômicas de lidar com seus corpos. Tais estudos e pesquisas apresentam dramas e tramas que aludem ao corpo, histórica e socialmente construído. Cientes da complexidade inerente às discussões relativas ao corpo é que nos detivemos a compreendê-lo com referência nos estudos de Sodré (1998), Certeau (2002), Merleau-Ponty (2006), Le Breton (2007), Gomes (2008), Silva (2009), Antonacci (2013), procurando entendê-los a partir dos imbricamentos socioculturais, históricos e étnico-raciais. No que tange aos corpos negros (as), buscamos refletir como os processos de discriminação que foram e/ou estão submetidos/as e como estes impactam na construção das suas identidades. Como resultados preliminares, destacamos que estes signos e símbolos, reificados, comprometeram / comprometem a criação de referências positivas nessa população. Gomes (2005) afirma que identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo. Munanga (1994) destaca o caráter dinâmico e relacional da identidade, bem como as referências culturais como componentes fundamentais para a construção dessas identidades pelos grupos sociais. Consideramos que a circulação de referenciais positivados são importantes para afirmação da identidade dos sujeitos.

Informafricativo e africanidades cotidianas na cidade de Campinas. - Wilson Queiroz (Professor). Este trabalho é uma síntese de um processo de formação e construção de pedagogias em africanidades na cidade de Campinas, desde a constituição de um programa de formação de professores da rede municipal, a partir do ano de 2002, e seus desdobramentos no cotidiano da EMEF/EJA "Oziel Alves Pereira", onde tem-se construído uma abordagem cotidiana com aproximadamente 1200 estudantes, que tem na publicação do Informafricativo, uma forma efetiva de visibilidade, circulação e socialização das experiências que acontecem na escola, ao longo do processo de busca de implementação da legislação pertinente que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira. Ao sistematizar esse processo, primeiramente no mestrado: De docência e militância a formação de educadores étnicos num Programa da Secretaria Municipal de Educação de Campinas (2015), e retomando em 2018 a elaboração da tese de doutorado, junto ao GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada, vislumbro a sistematização e problematização desse anos de trabalho, estudos e construção cotidiana de uma prática efetiva envolvendo professores, funcionários, gestores,comunidade escolar e entidades do movimento negro. A necessária e atenta análise deste cotidiano tem objetivado perceber como se institui e se possibilita as relações de ensino aprendizagens, no que temos denominado de africanidades. O informafricativo é uma publicação escolar, que está na 43ª edição e que dentre as inúmeras conquista foi recentemente reconhecido pela faculdade de educação da Unicamp, como material relevante para compor o site da biblioteca da referida universidade, com acesso livre para todos os interessados.

Inserção no Mercado Profissional: A Influência das Instituições de Ensino Superior no Abrir ou fechar de portas - Sandra Maria Cerqueira da Silva (UEFS / FAT). A mera presença em Instituições de Ensino Superior (IES) requer o envolvimento com atividades de inteligência associadas às ações humanas e passíveis de uma série de interferências, erros e omissões intencional ou inconscientemente. Como descrito na teoria da aprendizagem social, ao longo de suas vidas, indivíduos internalizam muitos modelos de pessoas que destacam como referência tais como os pais, as mães ou responsáveis, no ambiente familiar, personagens de TV, amigos reais e, até mesmo, os virtuais, professores e colegas em ambientes formais de ensino, dentre outros. Com foco nesta pessoa modelo, redes vão sendo estabelecidas - conscientemente ou não. Dessa forma, as redes sociais que se estabelecem durante a vida, em especial, durante a formação educacional, têm importância preponderante na inserção no mercado de trabalho. Ou seja, as redes sociais podem funcionar como mecanismos de fabricação ou de reprodução das desigualdades de gênero, de classe e racial, como também podem produzir verdadeiros fenômenos de superação. O objetivo deste estudo é demonstrar como a vida acadêmica pode influenciar no estabelecimento de condutores, funcionando como verdadeiras alavancas ou atravancas para o avanço de pessoas negras egressas de IES.

Intelectual negro do pós abolição: um proposta do problema histórico através da reeducação das relações étnico-raciais. - Nayara Cristina dos Santos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), Paloma da Silva Nepomuceno (UFRJ), Veronica da Silva Magalhães dos Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Este trabalho situa-se no âmbito do PET Conexões de Saberes Diversidade e do projeto Personagens do Pós-abolição, financiado pelo Edital Memórias Brasileiras Biografias da Capes. Tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações raciais, nosso objetivo é apresentar as oficinas Intelectuais Negros do Pós-abolição, ação extensionista elaborada para o trabalho com estudantes da educação básica da Escola Municipal Daniel Piza. Assim, em diálogo com a afirmação de Chimamanda Adichie de que "muitas histórias importam",reconstituímos a biografia de Eduardo das Neves, cantor, poeta e compositor. Para tal, levamos em conta a importância do trabalho com trajetórias de sujeitos negros na educação básica, conforme recomendação presente nas Diretrizes Curriculares supracitadas. Dentro do planejamento anual do PET, apresentaremos o trabalho desenvolvido por este personagem que através da trajetória de Eduardo das Neves desenvolve oficina que mobilizam conteúdos e conceitos como identidade, memória, autoestima, protagonismo negro, escravidão, pós-abolição. Cabe, por fim, ressaltar que tal trabalho desenvolve-se em diálogo com a historiografia das relações raciais, do ensino de história e é referenciado pelos estudos pós-coloniais com sua perspectiva de descolonização do pensamento. A condição da população negra no Pós-abolição brasileiro foi muitas vezes tratada pelas humanidades como 'o problema do negro', com discursos que sugeriam possíveis anomias afim de justificar sua não incorporação ao mercado de trabalho livre. Contudo, a partir de finais do século XX, estudos sobre o Pós-abolição, que deslocam do liberto a responsabilidade pela não integração, e analisam aspectos sócio-políticos e culturais, tem demonstrado a lógica desempenhada pelo próprio Estado, que mesmo com a liberdade, relegava a população liberta – e de cor - à margem do desenvolvimento que a república brasileira experienciava. Com trajetória de vida diretamente relacionada as transformações político-sociais do pós-abolição, temos Eduardo das Neves, que nascido em 1874, durante a vigência da Lei do Ventre Livre não fora submetido à escravidão. Na juventude, Eduardo chegou a trabalhar na construção da estrada de ferro da Central do Brasil, como forma de incorporação ao mercado de trabalho em expansão, promovido pela modernização da cidade do Rio de Janeiro. E ao longo do século XX atuou como compositor, cantor e poeta. O presente trabalho, compreendendo Eduardo como intelectual do Pós-Abolição, tem como objetivo apresentar, a partir de sua trajetória, múltiplas histórias possíveis sobre a questão racial no Brasil, através de atividades e métodos didáticos, inscritos dentro do eixo da reeducação das relações étnico-raciais e da diversidade de matrizes civilizacionais.

Mini curso "Saúde da população negra": estratégia educativa para o combate do racismo institucional - Rute Ramos da Silva Costa (NUTES UFRJ). Diante da inexistência dos debates sobre os impactos do racismo à saúde da população negra nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação do Campus UFRJ-Macaé, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena da cidade Universitária (NEABI), propôs um Mini Curso sobre Saúde da População Negra, na SIAc/UFRJ/2017, com base na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e na Resolução do CNE 1/2004. OBJETIVO: Apresentar o perfil dos participantes do Minicurso e sua opinião a respeito do conteúdo na formação universitária. METODOLOGIA: O curso contemplou os temas: Identidade étnico-racial, Racismo Institucional, PNSIPN, Saúde mental, Mortalidade; Prevalência de doenças; Quilombos e Saúde da mulher negra. Foi aplicada uma ficha de avaliação. RESULTADOS: Participaram do curso 19 pessoas; 17 mulheres e 2 homens; 3 pardos, 6 pretos, 5 brancos e 5 não

assinalaram o item. Reside em Macaé 84,2%. Cursam Enfermagem (82,4%), Nutrição (23,5%) e Farmácia (5,9%). Foram motivados ao curso pelo: "fato de ser negra (o)"; "Interesse sobre o tema"; "pela falta de debates do tema na graduação", "promoção da equidade", "indicação de amigas". 17 responderam que não há abordagem do tema no currículo; enquanto que 3 estudantes indicaram que vem sendo contemplado na disciplina eletiva "Políticas públicas em saúde da mulher (Enfermagem) e na obrigatória Educação Alimentar e Nutricional II (Nutrição). Compreendem que "a academia ´é um ambiente de exclusão social"; que a ausência no currículo formal indica "preconceito/racismo institucional/descaso/negligência"; defendem a necessidade de contemplar o tema; e percebem a "necessidade de conhecer sobre as diversidades". Suas expressões sobre como estavam antes do curso, destacamos: "desmotivação", "visão deturpada sobre a população negra", "noção rasa sobre as desigualdades na saúde para a população negra", "ignorância sobre o racismo institucional", , "mente fechada sobre a população que estou inserida", "não militante". Em relação ao depois, temos: "fortalecimento", "quebra de paradigmas", "dimensão das desigualdades", "fragilidades sociais da população negra e urgência em mudanças", "empatia", "esclarecimento", "reconhecimento do racismo institucional", "relacionar a história, teoria e prática", "vontade de estudar/lutar em prol de mudanças", "empoderamento". CONSIDERAÇÕES: A Resolução do CNE/1/04 estabelece a obrigatoriedade da inclusão das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de Ensino Superior. A ausência da temática nos currículos do Campus UFRJ-Macaé é destacada pelos participantes, o que evidencia resquícios do Racismo Institucional e a colonialidade do saber. Faz-se necessário decolonializar o papel social da instituição.

Mulheres negras no cinema negro: produção e representatividade - Ádria Borges Figueira Cerqueira (INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS-IFG), Iodenis Borges Figueira (UFG). O presente artigo pretende problematizar e destacar a importância da existência e insurgência de outros campos de conhecimento possíveis para a construção de diálogos epistemológicos contra hegemônicos. É nesse sentido que se faz necessário pontuarmos sobre a relevância da atual produção cinematográfica de diretoras negras brasileiras. Tais produções estão permeadas de potencialidades para uma mudança significativa das imagens historicamente construídas de forma negativa sobre a identidade das mulheres negras pela mídia. À luz de uma ótica feminista negra, o presente artigo propõe fazer uma análise da importância da produção cinematográfica de mulheres negras realizadoras. Analisar os curtas-metragens "Das raízes às pontas", dirigido por Flora Egécia, 2015 e "Cores e Botas", dirigido por Juliana Vicente, 2011 à luz do feminismo negro é apresentar uma chave de compreensão para uma narrativa que desloca e evidencia uma mudança estrutural da produção advinda de mulheres negras. O primeiro é um curta-documentário que trata da experiência do "tornar-se negra" (SANTOS, 1983). Ele possibilita a revisita ao processo de transição do cabelo e seus significados quando mulheres negras descrevem o impacto da imposição estética sob seus corpos e a potencialidade narrativa e identitária no pós aceitação do cabelo natural. O segundo, é um curta-metragem ficcional que apresenta uma crítica a valores da sociedade brasileira do contexto da década de 1980, cujos critérios para eleger as "paquitas" estavam alicerçados em valores eurocentrados. Em um contexto em que as chances de uma pré-adolescente negra se tornar paquita era nula, a narrativa ficcional convida a uma reflexão sobre os impactos emocionais das ausências ou do caráter pejorativo da representatividade negra. Tal artigo propõe realizar uma análise do impacto positivo dessas últimas produções audiovisuais, a partir de um arcabouço teórico que tem reivindicado o reconhecimento de uma produção contra narrativa advinda de contextos de resistências e ressignificações das representações, das construções discursivas a partir do lugar da subalternidade (Sueli Carneiro, Lélia González, Nilma Lino Gomes, Beatriz Nascimento, etc). Tais documentários, ao apresentarem recortes de mulheres negras e seus marcadores sociais da diferença: raça, classe e gênero, possibilitam fazer uma ponte com a ótica da intelectualidade de feministas negras. É neste sentido que Patrícia Hill Collins (2016) pontua as criações transformadoras advindas do standpoint de mulheres negras como elaboradoras de concepções e definições, bem como capazes de avaliar suas condições enquanto corpos socialmente marcados e de ressignificar dinâmicas de trajetórias socialmente vivenciadas.

Nós em Comum: Reflexão sobre Educação das Relações Étnico-Raciais - Alexandre do Nascimento (FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro). Uma das consequências do racismo é a tendência do abandono, pela própria pessoa racisada, de seus pertencimentos e especificidades de matrizes africanas. A relação das pessoas negras, sobretudo mulheres, com seu cabelo, por exemplo, é um dos indicativos mais notórios de autoestima e, pois, de tentativa de distanciamento ou de aproximação de pertencimento, e a escola é um dos lugares de sociabilidade onde essa questão é fortemente presente e, via de regra, um lugar em que estéticas específicas para o corpo negro são depreciadas.

A educação que atua para alienar o outro de seus pertencimentos não é educação excelente. E, infelizmente, é o que a nossa educação, com suas referências eurocêntricas, etnocêntricas, brancas, masculinas e cristãs, parece fazer. Pessoas negras, indígenas, que professam crenças e religiosidades não cristãs e pertencentes a outras singularidades, culturas e regiões subalternizadas e/ou marginalizadas pela sociedade são, ainda, constrangidas pelos estatutos e currículos escolares, pelas práticas pedagógicas e pelos processos de qualidade e excelência acadêmicas, que em geral baseiam-se em valores, princípios e diretrizes que, quase sempre, incluem uns e excluem outros. Currículo e pedagogia são territórios de disputas e de exercício de poder. Na perspectiva do conceito de educação das relações étnico-raciais, professores e professoras devem fazer com que o currículo e a prática pedagógica afirmem e reforcem positivamente os diversos pertencimentos étnicos e raciais. É preciso acolher respeitosamente os diferentes pertencimentos. E, neste sentido, é importante que professores, ao cultivarem e expressarem seus pertencimentos étnico-raciais, estejam abertos a compreender, respeitar e valorizar os demais pertencimentos, para que todos se vejam presentes no processo de ensino-aprendizagem e, mais que isso, para que se sintam participantes do processo em condições simétricas, sem constrangimentos. É importante que o nosso olhar seja voltado para nós em comum, para a produção desse comum como relação. Quem somos e quem são as(os) estudantes com os quais trabalhamos? Que dimensões constituem cada um e cada uma de nós? Qual o impacto do racismo na vida, na visão de mundo, no corpo, na autoestima deles e delas? Temos um projeto de sociedade e educação? A

perspectiva de igualdade racial consta desse projeto? Qual é o papel da escola e da prática pedagógica nesse projeto? São algumas questões para pensarmos, se temos como perspectiva um constante processo de democratização da sociedade, o que inclui a superação de comportamentos pessoais e institucionais que atribui mais valor a uns do que a outros, em que uns importam mais que outros, em que o racismo e outras formas de discriminação determinam tais distinções e tratamentos desiguais.

O Racismo Epistêmico e o Ensino de Filosofia Africana a Afro-brasileira no Brasil - Ítalo Vieira Adriano (Universidade Federal da Bahia). A presente monografia tem como objetivo fazer um panorama geral da Filosofia Africana, desde o tempo da antiguidade até a atualidade, apresentando seus principais teóricos e propondo o Egito como principal expoente da África (cap.2). Pretendo justificar seu ensino e pesquisa na recente legislação educacional da Lei 10.639/03 e o PIBID Filosofia UFBA (cap.1). Concluindo, lançando a hipótese do abafamento do ensino e das pesquisas dessas tradições filosóficas decorrente do racismo em Kant, Hegel e Heidegger, apontando as principais citações em suas obras (cap.3).

Os Preto é chave-abram os portões/Identidades e Resistência numa Universidade Federal na Baixada Fluminense(Rio de Janeiro). - Natália Rodrigues Stoco (UFRRJ), Marcos Rosa da Silva (UFRRJ). Ao analisar o papel que os temas relativos à cultura negra adquirem no contexto da inserção de indivíduos negros no espaço acadêmico, sobretudo nos espaços institucionais no interior dos quais se materializam processos de ensino e aprendizagem ,temos observado que a marginalidade a qual somos relegados não tem se mantido estritamente na estrutura teórica com o epistemicídio , mas tem sido predominante nos tratos com os corpos negros, em múltiplas manifestações de racismo sofridas por nós diariamente. Pensando a partir de tais considerações buscamos a contribuição de discentes negros matriculados nos cursos do campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro a fim de dialogarmos acerca do que é ser negro neste espaço e o que tem contribuído para que adotemos políticas de resistência e sobrevivência ao passo que nos empenhamos por uma boa formação e elaboramos projetos pra nossa comunidade. É nos exigido que alarguemos nossos horizontes através da prática do exercício de "elevação do pensamento" a níveis mais amplos e profundos de percepção da realidade ,no entanto, experiências formativas anteriores ou concomitantes à formação universitária – e qualitativamente, de mesma natureza gnosiológica que aquela – são consideradas como não-saberes, como apenas "práticos" ou muito superficiais para informar uma verdadeira capacidade analítica que permita a nós, seus portadores nos colocarmos em pé de igualdade discursiva. É no contexto de tais questões que esta pesquisa se propõe a ser arauto destes alunos que trazem consigo as experiências com múltiplos letramentos com os quais estamos familiarizados desde o nascimento, seja em nossas famílias ou na comunidade da qual fazemos parte. Além destas inquietações elencadas, algumas questões provocadoras amparadas por estudos de autores como Angela Davis, Frantz Fanon, bel hooks e Abdias do Nascimento também servem de guia orientador das considerações e análises aqui realizadas. Tais questões são profícuas tanto no sentido de se constituírem em ponto de partida da reflexão quanto de, simultaneamente, instigarem um esforço de adoção de medidas práticas para nossa resistência. Para que o processo de construção de identidades seja compreendido, pretendemos usar como recurso metodológico as entrevistas com roteiro pré-estabelecido. Os discursos constituem-se elemento fundamental na pesquisa, não há como pensar as problemáticas que envolvem as recordações isoladamente dos contextos sociais que fundamentam a reconstrução da chamada memória. Compreendendo as especificidades de ser negra(o) pertencente a academia é mister que haja uma investigação acerca dos pormenores que envolvem a nossa formação , sobretudo na construção de nossas identidades e o papel que a Academia exerce nesse processo.

Os Ritos de Impasse no Processo de Afiliação Acadêmica de Jovens Negras - Caliane Costa dos Santos da Conceição (Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde). O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa que está sendo realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação lato senso em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) campus Governador Mangabeira. A referida pesquisa tem como objetivo central analisar o processo de afiliação acadêmica de jovens negras do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Esta universidade foi criada pela Lei nº 11.151 de 29/07/2005, por meio do desmembramento da antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Compreende-se a juventude enquanto uma condição social que tem sido vivenciada por sujeitos concretos de modo flexível num contexto marcado por transformações inter-geracionais, evidenciando-se também como uma categoria explicativa (representação) do contexto sociocultural em que se insere, constituída por ritos de passagem que em muitos contextos tornam "ritos de impasse" (PAIS, 2009). As (os) jovens no processo de transição do ensino médio para o superior vivenciam o processo de "passagem" compostos pelo que Coulon (2008) define como "tempos", são eles: estranhamento, aprendizagem e a tão esperada afiliação, momento em que o (a) estudante torna-se de fato um membro da instituição, demonstrando domínio sobre certos processos burocráticos, domínio das regras acadêmicas e habilidades intelectuais. Contudo, para a população negra, de modo específico, as jovens há outros elementos que interferem nesse processo dada as condições vivenciadas em relação a raça, gênero e geração. "Tais elementos mediam em diferentes espaços de socialização, a vivência, em maior ou menor medida, de violências físicas e simbólicas que afetam sua construção identitária no que se refere às percepções de si e de seu lugar na sociedade (SACRAMENTO, 2009, p.26). Tendo em vista estes elementos realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa (BAUER e GASKELL, 2015), centrada no estudo de caso (BRESSAN, 2000) com vinte jovens negras do CAHL/UFRB. Para produção de dados utilizou-se o questionário (GIL, 2008), a escolha das jovens foi realizada a partir da técnica de "bola de neve" (BALDIN e MUNHOZ, 2011). A partir desse percurso obteve-se os seguintes resultados: a universidade ainda conserva valores eurocentrados nas suas estruturas, mesmo tendo um quadro de estudantes majoritariamente negro, tais reflexos podem ser observados, segundo os depoimentos, no quadro docente, no ensino, na pesquisa e na extensão, provocando o processo de invisibilização do público que atende e favorecendo o epistemicídio e outras violências simbólicas por meio do currículo oculto, formal, das relações interpessoais e interinstitucionais.

Pedagogia Universitária e Educação Etnicorracial - Eva Aparecida da Silva (UNESP). Os desafios que se impõem aos docentes do ensino superior vão desde às novas tecnologias da informação e comunicação até a diversidade sociocultural em termos de classe, gênero, orientação sexual e raça/etnia, principalmente, nesse último caso, pela inserção de alunos negros e indígenas nas universidades. Com isso, torna-se importante "olhar" para a prática docente do (a) professor (a) universitário, em suas metodologias de ensino e recursos didático-pedagógicos, bem como nos seus conteúdos específicos e para além deles, ou seja, aqueles que, articulados a esses, se referem às subjetividades e às realidades vividas por seus alunos (as). As Leis 10639/2003 e 11645/2008 tornaram obrigatório o ensino da História e Cultura da África e Afro-brasileira, e dos Povos Indígenas, não apenas na educação básica, mas também no ensino superior (Resolução CNE/CP 001/2004), para acessar conhecimentos até então não reconhecidos e valorizados, e para reeducar mentalidades e posturas racistas, o que exige o investimento em formação continuada de professores do ensino superior para a educação etnicorracial, e não só da educação básica, como priorizado, "esquecendo-se" que no interior das universidades se formam os futuros professores, no âmbito dos cursos de licenciatura. Mas isso não isenta os cursos de bacharelado da formação para relações etnicorraciais, dentre outras. Importante também se faz a descolonização do currículo do ensino superior, ao evidenciar epistemologias afrocêntricas, ameríndias, etc., no diálogo com as epistemologias eurocêntricas até então hegemoneizadas, nas diversas áreas de conhecimento que constituem esse currículo. Sendo assim, este trabalho chama atenção para o campo prático e investigativo que constitui as chamadas Pedagogias Universitárias, ao dar enfoque à formação do docente do ensino superior, estando ele (a) no exercício profissional, buscando redimensionar sua prática e investigá-la. Tal necessidade se torna evidente, especialmente no que tange à educação etnicorracial, quando constatamos na pesquisa realizada nos Projetos Político-Pedagógicos do Curso de Ciências Sociais, da USP, UNICAMP e UNESP, e em suas respectivas grades curriculares, que poucas disciplinas obrigatórias se aproximam do debate acerca das relações raciais e da História e Cultura da África e Afro-brasileira, e quando o fazem é de forma genérica para tratar questões que envolvem noções sobre cultura, diversidade cultural, diferenças de raça/etnia, racismo, evolucionismo, darwinismo social, escravidão, a partir de uma bibliografia majoritariamente eurocêntrica. E aquelas, ainda que poucas, que abordam essa grande temática de maneira específica se encontram no quadro das disciplinas optativas, de baixo alcance no expressivo universo de estudantes deste Curso.

Percepções sobre o racismo e a implementação da lei 10.639/2003: o caso de uma escola da rede municipal de Belo Horizonte - Ana Amélia de Paula Laborne (UFMG), Thais Naves de Araújo santos (Universidade Federal de Minas Gerais), Liliane Souza e Silva (FaE UFMG). O presente trabalho pretende analisar dados coletados em uma pesquisa quantitativa realizada com profissionais da educação e alunos de uma escola da rede municipal de Belo Horizonte. Salientamos que os dados foram coletados em um contexto de formação continuada docente para a educação das relações étnico-raciais, com o objetivo de mapear o perfil étnico-racial da escola, bem como a percepção, e vivência de discriminação racial de estudantes e o conhecimento acerca da lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Foram aplicados 637 questionários para xs alunxs e 66 questionários para xs profissionais da escola. Os questionários foram tabulados e analisados, através de frequências e cruzamentos, no SPSS. O mapeamento estatístico serviu como estratégia para abordar a temática com os profissionais da escola, iniciando o debate sobre a importância do trato pedagógico da diversidade enquanto prática curricular a ser construída pelos sujeitos envolvidos no processo educativo. Os desafios colocados aos docentes no exercício profissional cotidiano e aos gestores educacionais ao lidarem com a diversidade étnico-racial na escola confirmam a relevância da pesquisa, pois, mesmo sendo uma determinação legal de 2003 e dos esforços dos diferentes atores da educação, esta lei ainda não conseguiu se institucionalizar enquanto prática pedagógica perene no ambiente escolar. Considerando especificamente a realidade dessa instituição escolar, a partir dos dados coletados, observamos que a maioria dxs profissionais da escola conhecem a referida lei. Sabemos, no entanto, que apenas o conhecimento da legislação não se transforma imediatamente em práticas pedagógicas comprometidas com uma educação para a diversidade étnico-racial. Respondendo sobre a vivência de experiências de racismo em suas vidas, há um número significativo de alunxs que denunciam ter vivido situações de racismo no interior da escola, e fora dela. Apesar disso, os professores da escola relatam não existir racismo no interior da escola. A abordagem desta multiplicidade de percepções e atores é, certamente, uma grande oportunidade para avançarmos na discussão sobre essas variações nas percepções de racismo e impasses da implementação da lei 10.639/03. Acreditamos que a potencialidade do presente trabalho seja visibilizar a importância do trato pedagógico da questão racial na escola, uma vez que as experiências de discriminação racial ainda marcam a trajetória de muitxs alunxs em seu percurso educacional. Atestamos, nessa perspectiva, a importância da efetiva implementação da lei 10.639/03 na educação básica com vistas a promover de fato uma educação para as relações étnico-raciais.

Pesquisadoras negras na produção do conhecimento científico: em estudo em programas de pós-graduação stricto sensu da UFMG - Fernanda Aparecida de Souza (Centro Federal de Educação Tecnologica). A presente dissertação pretendeu analisar a participação de pesquisadoras negras na produção de conhecimento científico em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Minas Gerais, na perspectiva da Interseccionalidade de gênero e raça, a fim de dar visibilidade às mulheres negras nas ciências. A condução de um trabalho desta natureza justificou-se pelo fato de a produção acadêmico-científica centrada na mulher negra no Brasil estar voltada, prioritariamente, para aspectos que evidenciam a condição de subalternidade a qual este grupo tem estado submetido. Verificou-se, através da revisão de literatura, uma incipiência de estudos que focalizem a presença de professoras negras no contexto da educação superior, sobretudo em programas de pós-graduação, confirmando-se a necessidade de estudos que não apenas identifiquem a presença, mas também a contribuição destas em espaços institucionalizados de produção de conhecimento. Dois eixos fundamentaram essa investigação: (i) a representatividade de mulheres negras nos âmbitos da docência e da pesquisa na Pós-Graduação Stricto Sensu da UFMG; e (ii) a sua contribuição na produção do conhecimento científico. A metodologia adotada lançou mão de (i) uma pesquisa de tipo documental, já que teve como fontes primárias dados do CNPq e Currículo Lattes de pesquisadoras negras, para

análise de sua participação na produção do conhecimento científico; e (ii) coleta de dados sobre a proporção de pesquisadoresas segundo sexo e de pesquisadoras negras dos Programas de Pós-Graduação da UFMG. A análise dos resultados possibilitou a apreensão de diferentes dinâmicas que se estabelecem a partir da intersecção de gênero e raça na realidade de pesquisadores e pesquisadoras em âmbito da Pós-Graduação, assim como evidenciou a baixa representatividade de mulheres negras nesse contexto. Por outro lado, verificou-se que a participação das pesquisadoras negras, mesmo estando em menor proporção, está em consonância com os parâmetros normativos que dispõem sobre as atividades que pesquisadoresas da Pós-graduação stricto sensu devem desenvolver. '

Possibilidades e limites para inserção da Questão Racial na formação em Serviço Social da UNB - Dyana Helena de Souza (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA). Este trabalho é resultado de Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em serviço social e teve como objetivo analisar de que forma a questão racial está inserida na formação das/os estudantes no curso de Serviço Social da UNB.O referencial teórico abordou categorias como branquitude, raça e racismo, Racismo Institucional, e desafios de inserção da questão racial na educação.Com relação aos marcos legais da profissão, foi estudado o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, e o posicionamento das entidades representativas da profissão frente à questão racial a partir de documentos do CFESS, ABEPSS e ENESSO. Buscou-se também, refletir sobre as estruturas das universidades que reproduzem a colonialidade do ser, do saber e do poder. Apesar dessa estrutura, há movimentos de resistência que têm mostrado outras formas de valorizar os conhecimentos historicamente subalternizados. Eles têm exercido um pensamento decolonial, afirmando suas identidades e ocupando espaços que os foram negados, mostrando que há outras formas e visões para compreensão do mundo. Esta pesquisa é de natureza quali-quantitativa e mapeou por meio de aplicação de questionário a percepção das/os estudantes de monografia, em processo de conclusão do curso, sobre a inserção da temática durante a formação e, analisou por meio da técnica de grupo focal a percepção de egressos do curso que realizaram TCC sobre questão racial, para verificar como identificam a inserção da temática no curso. Dos 49 estudantes que responderam o questionário a maioria considera que a questão racial deve ter espaço na formação da graduação em Serviço Social; 77,6% desconhecem a existência de grupos ou linhas de pesquisa no departamento sobre questão racial; 75,5% consideram que a categoria profissional contempla o debate parcialmente e 65,3% consideram que o curso prepara os estudantes parcialmente para lidar com as temáticas relacionadas a racismo e discriminação racial. Os participantes do grupo focal apontaram possíveis caminhos para inserção da questão racial de maneira transversal em todas as disciplinas e defendem: o reconhecimento da trajetória das professoras negras do serviço social, incluindo suas produções nas ementas do curso; o incentivo para manter grupos de pesquisa sobre a temática; a construção de projetos de extensão para ampliar o debate com a comunidade; e que a temática seja abordada nos fóruns de estágio para apresentar os projetos de intervenção que levaram a discussão para os campos de estágios. Recomenda-se a ampliação do debate sobre a inserção da questão racial em outras instituições de ensino superior, tendo em vista que ela tem ocupado lugar subalterno na formação das/dos estudantes.

Pretagogia: a educação como prioridade - Poliana Chinamerem Moreira Kamalu (Faculdade de Direito de Ribeirão Preto-USP), Florença Freitas Silvério (FFCLRP-USP). A história da educação do negro no Brasil é marcada pela exclusão e pelo abandono (GONÇALVES & SILVA, 2000). A impossibilidade de frequentar a escola durante o escravismo criminoso transformou-se em uma luta secular pelo direito à educação. Diante disso, a educação tem sido prioridade do Movimento Negro (MN). Assim surgiram as escolas para as pessoas de cor. Escolas que datam do início do século XX, surgiram no interior de São Paulo. A iniciativa partiu de entidades do MN e de pessoas negras engajadas na luta contra a discriminação. Mas a falta de recursos financeiros e a ausência de apoio estatal relegaram um tempo curto de funcionamento desses estabelecimentos (DOMINGUES, 2008). Na primeira metade do século XX a Frente Negra Brasileira (FNB), tem na instrução formal uma de suas grandes preocupações. A FNB chega a abrir seu próprio curso de alfabetização de jovens e adultos (ibdem). A partir da segunda metade do século XX podemos citar as experiências dos Cadernos de Cultura, dos Cadernos Negros e do Teatro Experimental do Negro (TEN) como veículos importantes na educação do negro (SILVA, 2002). O TEN acreditava no combate ao racismo através de procedimentos culturais e educacionais que restituiriam a verdadeira imagem do negro (GONÇALVES & SILVA, 2000). A partir do final de década de 1970, com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), as questões raciais entram definitivamente para o debate público. O MNU, organizando-se nacionalmente, protagonizou muitas iniciativas educacionais pelo país. Assim, a promulgação da lei 10.639/03 foi resultado de uma reivindicação histórica do MN. Hoje, as iniciativas de escolas voltadas para a população negra ainda surgem e persistem em uma tentativa de reversão da exclusão, abandono e aculturação a que a população negra foi relegada. Alguns dos problemas se repetem. A escola Mãe Hilda, mantida pelo Ilê Ayê, foi obrigada a reduzir drasticamente sua oferta de vagas para o presente ano devido à falta de recursos financeiros. Algumas escolas de caráter panafricanista vem sendo criadas, porém em formato complementar à escolarização institucional. Assim, esse trabalho consiste em um levantamento a respeito das experiências históricas do MN com a educação e uma proposta de análise dessas pedagogias dissidentes ou pretagogias. Dessa forma, pretendemos identificar e mapear as iniciativas de pretagogia que se desenvolveram até os dias atuais. Para projetar relações não violentas no processo educativo e emancipatório da população negra é essencial revisitar e aprender com as alternativas que se colocaram à disposição de nosso povo. Futuramente, objetivamos realizar mapeamento de escolas contemporâneas que tenham por pilar a emancipação da população negra, em todas as suas dimensões, e para isso se utilize da "pretagogia".

TEMÁTICAS NEGRAS E UNIVERSIDADE: bases teóricas para uma escrita transgressora - Juarez Clementino da Silva Júnior (Tribunal de Justiça do Amazonas1). O racismo é basicamente uma superestrutura composta de estruturas de privilégio e inclusão e exclusão e prejuízo, as diferenças étnico-raciais estabelecem uma hierarquia com relações de poder determinadas pelos grupos hegemônicos de cada sociedade. Tais relações se estendem à universidade por meio de conflitos e resistências à escrita científica de temáticas de interesse dos grupos minoritários e a partir das visões dos próprios grupos. Efeitos observáveis da recente maior mobilidade social negra brasileira e do acesso dessa população à universidade, que expõem o não-lugar do negro no ambiente acadêmico, principalmente no caso

da pós-graduação com o acesso à pesquisa e escrita científica de maior complexidade. O presente texto problematiza a questão de modo interdisciplinar a partir de diversos aportes teóricos, com ênfase na escrita científica para as ciências humanas em seu vértice historiográfico, sociológico e antropológico. Sendo a academia também um espaço de poder, poder esse estabelecido e mantido a partir de premissas, métodos e linhas de interesse e e conduta definidos em afinação com os interesses hegemônicos, as dificuldades para se tocar em temas de interesse dos grupos minoritários e a partir de suas perspectivas peculiares são uma realidade, situação observada e expressa por muitos intelectuais e pesquisadores de tais grupos e alguns de fora. O presente trabalho consolida sucintamente o pensamento de alguns desses negros intelectuais, bem como de não-negros mais afinados com o novo psiquismo por trás dessa produção temática. Trazendo uma reflexão sobre o papel do pesquisador, no caso o historiador, temos (FREITAS;SOUZA; KRAMER, 2007), idem ainda tratando das dificuldades no diálogo entre o saber teórico instituído academicamente através de orientações epistemológicas positivistas, que se calcam no método, na suposição de neutralidade e na interação com as concepções construídas no cotidiano das relações sociais, além da introdução da consideração do psiquismo como fator importante na escrita. Tratando de resistências e incompreensões sofridas, situação que se tornou ainda mais comum a partir do início do emponderamento da população negra e o consequente maior acesso ao mundo acadêmico, trazendo junto temas de pesquisa de seu interesse direto, porém, a partir de uma perspectiva própria e peculiar, enquanto portadores da condição de "objetos" da pesquisa e não apenas a de "sujeitos", recorremos a Nilma Lino Gomes, apoiada por Boaventura de Sousa Santos em (GOMES, 2009).

Um caminho de buscas: A construção do cotidiano a partir do "não-lugar" de uma estudante negra - Maria Raquel Morais Fernandes (Universidade Federal de Viçosa). As políticas públicas têm o papel pontual de compatibilizar a desigualdade observada em grupos específicos. Partindo da análise da situação da população negra no Brasil, viu-se necessário a inclusão de uma medida afirmativa que garantisse o acesso dessa população ao ensino superior público. Entretanto após seis anos de implementação da lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – reserva vagas em proporção ao total de vagas, no mínimo igual à proporção respectiva de pretos e pardos na população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE – os avanços não foram o suficiente para garantir que o espaço universitário seja entendido também como o lugar da pessoa negra. Partindo da perspectiva de uma estudante recém-chegada na Universidade Federal de Viçosa – UFV, o presente artigo visa apontar as expectativas de uma pessoa negra ao vivenciar "o ser universitário". Essas experiências ultrapassam o conhecimento científico, bem como a vivência artística, cultural e social. O primeiro período na Universidade Federal de Viçosa me permitiu conhecer diversos grupos, pois percebo como esse lugar é formado por encontros e desencontros. É preciso identificar o seu espaço, um ambiente em que é possível estabelecer diálogos semelhantes aos seus. Caminham desde grupos de estudo à grupos de militância, dos quais é notório minha inadequação para o espaço. Evidenciando assim que o lugar do negro se torna o "não-lugar". O imaginário da política de cotas como garantia de democracia racial e diversidade na universidade é rompido e tais conflitos vão revelando despreparo, colocam esse espaço como não sendo nosso, assim criamos táticas para permanência. O cotidiano acadêmico e a composição de grupos que não nos atendem geram uma longa caminhada pela identificação. A instituição colocada como lugar estático, se torna móvel pela composição de sujeitos e movimentos gerados por esses. Em meio a essas buscas e movimentações, me encontrei com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e concebi-o como artifício fundamental de garantia da minha perseverança para experienciar o espaço acadêmico. Procuro apontar a importância do núcleo no amparo dos estudantes que não conseguem se ver representados na estrutura acadêmica, e fomentar o protagonismo desses discentes na busca da pesquisa e do conhecimento. O NEAB nos aparece aqui como uma das táticas criadas por estudantes negros para formação e fortalecimento das identidades, mediante uma serie de grupos no interior da universidade, é nele que as vivências exercem um papel escurecedor e seu compartilhamento auxilia na identificação e reconhecimento desse espaço.

Universidade, raça e política: uma intersecção necessária - Nicolas da Silva Alves (Universidade Estadual de Maringá). O objetivo deste artigo é compreender os espaços e lugares ocupados pelos negros dentro da Universidade Estadual de Maringá e discutir as relações entre esses espaço-lugares e como os mesmos se configuram. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foram os instrumentos da entrevista semiestruturada e da análise interpretativa das informações e dados obtidos. A partir dos dados e informações coletadas constatou-se a existência de uma reprodução da lógica e do ordenamento existentes dentro do contexto e da dinâmica do espaço social brasileiro e da existência dentro da universidade de pouca influência por parte dos sujeitos negros dela consumidores sobre a estrutura burocrático-funcional da organização, ficando os mesmos relegados a determinados "espaços negros" dentro da estrutura da universidade e tendo suas práticas e demandas, na maioria das vezes, invisibilizadas.

Sessão Temática 40

Estudos Africanos - Conhecimentos Interdisciplinares: desbravar fronteiras, promover cooperação, ampliar fontes, instituir área.

A escuta das crianças e suas perspectivas - Dayane da Conceição Peixoto Feitosa (UFRRJ). A natureza da pesquisa é básica, nosso intuito é gerar conhecimentos relevantes sem aplicação prática prevista; mas, com possibilidades de que os resultados parciais sejam

relevantes para interlocução com agentes da cultura escolar e pessoas adultas que trabalham com crianças. A abordagem da pesquisa é qualitativa, a coleta de dados e os significados dos discursos das crianças são focos principais do nosso trabalho. Os objetivos têm caráter exploratório, visam identificar as leituras das crianças sobre infância e educação, especificamente a respeito dos papéis da escola para elas. Os procedimentos técnicos se concentram na estratégia do levantamento. A pesquisa pretende fazer um estudo comparativo entre crianças de áreas urbanas e crianças quilombolas e indígenas.

A Literatura moçambicana como possibilidade de construção do um conhecimento histórico. - Josilene Silva Campos (USP). A produção de conhecimento sobre o continente africano exige por parte do pesquisador uma postura interdisciplinar, um olhar aberto para os mais variados campos de saberes. É nesta perspectiva que se apresenta este trabalho que é o resultado parcial de um estudo que se dedica compreender a relação entre História e Literatura na pesquisa historiográfica em Moçambique. A literatura moçambicana abriga um dos traços mais importantes -, também presentes de forma ostensiva nas demais literaturas africanas - que é a construção do sentido histórico a partir das narrativas literárias. Esta característica, é uma resposta necessária as contingências criadas pelo colonialismo que negou a historicidade e a própria humanidade dos povos africanos, ao forjar um discurso colonial que "inventou" o "outro" cuja base discursiva foi feita por estereótipos, preconceitos e racismo. As narrativas literárias se apresentam como um meio de autoafirmação denuncia intervenção política na medida em que se tornam um espaço privilegiado de elaboração de identidades e construção de experiências históricas. Assumem um tipo particular de discurso histórico, possibilitando a construção de um conhecimento sobre os povos e seu passado alinhado a crítica da colonização e o desejo de liberdade. Esta perspectiva fronteiriça entre a construção de um pensamento histórico e uma narrativa literária se apresenta como meio privilegiado de compreender a História de Moçambique tomando como fonte sua literatura. Nosso objetivo nesse estudo é apresentar uma reflexão sobre a escrita da literatura moçambicana, realizada entre 1940 e 1975, que tinha como compromisso a elaboração de uma narrativa orientada para um tipo de construção histórica. Essa escrita ao possibilitar um vislumbre do não dito, do silenciado, confere e constrói sentidos aos povos colonizados além de criar uma maneira de reinscrever e reinventar a África. Para Manoel Ferreira (1987), o texto literário moçambicano especialmente escrito a partir da década de 40, nega a legitimidade do colonialismo e faz da revelação e da valorização do universo africano, sua raiz primordial. O processo de tornar a simbolizar o que é ser moçambicano formula um projeto político e literário, comprometido com referências históricas locais.

A morte através das "escrevivências": diálogos entre as noções afrofilosóficas de necropolítica e necropoder e as narrativas cotidianas sobre resistência, violência de Estado e terror. - Jéssica da Silva Gaspar (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). O presente trabalho é parte da minha pesquisa de TCC – sobre diálogos entre a necropolítica, de Achille Mbembe, e as escrevivências, de Conceição Evaristo – sob a orientação da Profa. Dra. Carolina d'Almeida. As alternativas descoloniais de desobediência epistêmica têm ocupado cada vez mais espaços através de pesquisadores negros contra o racismo epistêmico ou epistemicídio arraigado na história monumental do conhecimento ocidental. Com base nessas perspectivas e na ideia de necropolítica e necropoder, do filósofo Mbembe, tenho analizado as múltiplas poéticas, narrativas e racionalidades negras perante os "mundos de morte", a violência de Estado e o terror da constante exposição à morte presente na existência social negra no Brasil. Busco aqui traçar paralelos entre os conceitos supracitados e as escrevivências, que, segundo Evaristo, consistem na escrita que advém do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida e quase-morte, que revelam a condição do negro no Brasil. A compreensão das dimensões da existência social negra atingidas pela necropolítica requer entendimento das suas três principais divisões: o poder soberano de deixar viver, matar e ou expor à morte. Segundo Mbembe, necropolítica e necropoder são "as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte", e o racismo é "acima de tudo como uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, este velho direito soberano de matar". Com a experiência de quem escreviveu a morte e a necessidade visceral de pensar a realidade social de nós negras(os), procuro analisar como a morte da necropolítica se expressa na escrita negra do Brasil, que sangra com a violência que ceifa vidas como um arranjo espacial permanente que atua continuamente e se justifica por meio da guerra contra os inimigos do Estado, exercendo o seu "direito/poder" soberano de matar e expor a população negra ao terror dos "mundos de morte". As escrevivências (de Evaristo, do Rap, Trap, Funk e outros) consistem em uma dimensão de resistência e 'reexistência' social negra perante essa exposição aos "mundos de morte", pois, segundo Evaristo, "há mundos submersos que só o silêncio da poesia penetra". Segundo Linn da Quebrada é ato "baseado em carne viva e fatos reais. É o sangue dos meus que escorre pelas marginais", é poética escrita com sangue, ainda quente, frente, segundo Mbembe, "as armas de fogo dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar mundos de morte". Com a escrevivência é possível compreender a necropolítica no Brasil, através das múltiplas narrativas negras sobre a morte como caminhos de resistência, denúncia e de re-existência. Por fim, pretendo dar visibilidade a essa escrita viva, que atravessa o texto tornando-se contexto, que grita, sangra e luta contra o racismo.

ÁFRICA NA BAHIA: Ensino e Pesquisa em História da África na Universidade do Estado da Bahia (2003-2017) - Wilson Roberto de Mattos (Universidade do Estado da Bahia - UNEB). O presente projeto tem por objetivo orientar pesquisa sobre a estrutura de organização curricular, características de funcionamento, bibliografia, produção de conhecimento e formação acadêmica dos professores de História da África que ministram diversos componentes curriculares da área, nos 9 (nove) cursos de graduação da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, localizados nos Departamentos dos municípios de Salvador, Santo Antonio de Jesus, Alagoinhas, Jacobina, Conceição do Coité, Eunápolis, Caetité e Itaberaba, Teixeira de Freitas. Tal proposição nasce da necessidade de produção de um panorama histórico, reflexivo, avaliativo e propositivo sobre o ensino e pesquisa em História da África na Universidade do Estado da Bahia diante das determinações contidas na Lei Federal nº10639-03 que obriga todas as escolas da Educação Básica a introduzirem conteúdos de História da África e Cultura Afro-Brasileira nos seus currículos regulares. Além da identificação das características estruturais do ensino e da pesquisa na aérea de História da África na universidade, pretende-se contribuir com subsídios epistemológicos, teórico-metodológicos, temáticos e informativos que orientem a formulação e/ou reformulação de políticas acadêmicas voltadas para o ensino

e pesquisa na área mencionada objetivando o seu fortalecimento e aperfeiçoamento curricular diante das demandas criadas com a obrigatoriedade determinada pela Lei Federal 10639-03.

Cooperação Internacional Brasil-África: Atende quais demandas? - Leodinéia da Costa Reis (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). Este trabalho pretende verificar se os elementos de Cooperação Técnica Internacional, entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), especificamente a criação da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), atendem as demandas dos estudantes, provenientes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, ao se depararem com espaço geográfico, cultura, idioma, identidade diferente, além do desconhecimento das regras burocráticas e pedagógicas da universidade brasileira, a adaptação e integração ao meio social e acadêmico. O projeto Unilab é fruto da Política Externa brasileira do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, voltado para a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) ou Cooperação Sul-Sul, especialmente com os países africanos, para que os estudantes tivessem acesso a conhecimentos que contribuíssem para solucionar problemas nas sociedades de origem. A cooperação acadêmica com os países africanos tem contribuído para a formação de técnicos capacitados para atuar no mercado e tem favorecido a geopolítica brasileira neste continente, quebrando o paradigma da exploração que esta população vem sofrendo ao longo da história. Contudo, os programas de intercâmbios e acordos de Cooperação Internacional Brasil-África não têm se mostrados suficientes para resguardar os estudantes negros, especialmente os provenientes do continente Africano, do racismo e preconceito racial existente na sociedade brasileira. Com a implantação das sedes da UNILAB nos estados do nordeste do Brasil, em Redenção no Ceará e em São Francisco do Conde na Bahia, a região tem recebido um relevante número de estudantes oriundos dos países PALOP. Para falar das relações Brasil-África, serão comtemplados neste trabalho, autores como, o antropólogo Kabengele Munanga, do Congo, os sociólogos, Allain Kely do Senegal, Abdelmalek Sayad da Árgélia, Bas'llele Malomalo do Congo, entre outros. Desta forma, os acordos de cooperação Brasil-África e a integração dos pretos africanos em São Francisco do Conde, na Bahia, deve ir além de uma bolsa de estudo e da garantia de vagas nas universidades brasileiras, por não se tratar apenas de questões econômicas e políticas, mas sobretudo de uma análise sócio antropológica.

Da presença africana à História da África: o processo de constituição de um campo de pesquisa histórica no Brasil - Lucilene Reginaldo (UNICAMP). A promulgação da lei 10.639/2003, que determinou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, é sem dúvida um marco para a pesquisa e o ensino de História da África nas universidades brasileiras. Embora a lei tenha afetado diretamente os níveis inicias de ensino, terminou por impor mudanças significativas nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado de modo geral e, particularmente, nos currículos de graduação em História. Em universidades públicas e privadas de todo país, a História da África, disciplina até então ausente ou optativa na maioria dos cursos, foi introduzida na grade curricular como conteúdo de caráter obrigatório. Em várias instituições, a criação da disciplina no curso de graduação foi seguida quase imediatamente da implantação de linhas de pesquisa nos cursos de Pós-Graduação em História. Em decorrência desse movimento, nos últimos 14 anos, as instituições de ensino e pesquisa no Brasil vêm superando a passos largos o lamentável "atraso" no tocante aos estudos desenvolvidos desde o final dos anos de 1950 em algumas das mais prestigiadas instituições africanas, europeias e americanas. O recente e vigoroso avanço da História da África como campo de investigação nas universidades brasileiras, bem como a participação crescente dos historiadores (as) brasileiros (as) em fóruns internacionais, têm suscitado estudos que tratam de vários aspectos que envolvem o movimento, tais como: a histórica exclusão e distanciamento do Brasil em relação aos estudos africanistas; o impacto institucional provocado pelo avanço das pesquisadas sobre a história da África; o cenário intelectual que precedeu o movimento alavancado a partir de 2003. O interesse principal da investigação em curso é analisar aspectos historiográficos que particularizam as pesquisas e produções em torno da História da África nas instituições brasileiras a partir de 2003. Assim, a proposta é produzir um balanço das pesquisas desenvolvidas no Brasil, não apenas em termos quantitativos, institucionais e históricos, mas principalmente do ponto de vista dos diálogos estabelecidos e suas contribuições à historiografia africana.

De(s)colonizando o ensino das literaturas africanas - Valdilene de Assis Ferreira Gondim (UFBA). A teoria e a crítica voltadas para o estudo das literaturas africanas de língua portuguesa no Brasil, tem se desenvolvido muito nos últimos anos, mas cortadas e amarradas pela colonialidade do poder e do saber, caminham para um futuro desbotado. O imaginário colonial ainda funciona como uma máquina que empurra o homem colonizado fazendo-o caminhar, sempre olhando para os pés. Para analisar as literaturas Africanas é necessário compreender o sentido do mundo africano e descentralizar a Europa. Pensar "as africanas" fora da escrita lusófona e vê-las, não como de expressão portuguesa ou de língua portuguesa, vê-las simplesmente com africanas, que na verdade o são. O pensamento europeu aprisiona a teoria e a crítica voltadas à essas literaturas. Descolonizar o ensino das literaturas africanas faz-se preciso não para buscar novas verdades ou superioridade destas sobre aquelas, mas para mostrar a diferença, mostrar sua essência, sua unidade e multiplicidade. Abalando as estruturas normativas (estruturalismo, formalismo, marxismo, e outros ismos) esse trabalho se propõe a pensar os elementos da narrativa: narrador, personagem, espaço, tempo, etc., perspectivando o continente africano de dentro, quebrando a dependência de Portugal. A noção de tempo, espaço, pessoa, etc., do africano é outra, deste modo, a atual crítica literária explora o horizonte africano com os olhos europeus, o que na verdade nunca foi diferente. Analisar o texto literário africano usando as normas fixas da historiografia literária europeia é amputar tais literaturas. Para o desenvolvimento desse trabalho será tomada a noção de tempo para o africano e como objeto de estudo a narrativa "Maka na sanzala"(1979) do escritor angolano Uanhenga Xitu. A noção de tempo privilegiada pelos historiadores é o tempo ocidental. Tempo este fracionado (Idade Média, Antiguidade, Renascimento, Moderno, etc.) e dotado de irreversibilidade. Para o homem africano, o tempo matemático é vazio de sentidos. Voltando-se para uma visão circular da vida, no tempo africano não há rupturas e nem dualidades (mundo terreno e espiritual) pois este interage com a ancestralidade, ou seja, a materialidade e imaterialidade estão embrincados, tornando o tempo, intemporal. Como os antepassados continuam participando e interferindo na

vida das pessoas, o passado atua sobre o presente e este sobre o futuro mostrando o caráter circular e eterno do mundo. Embora seja de natureza bastante complexa é possível analisar as estratégias usadas pelo autor Uanhenga Xitu para representar a passagem do tempo. Não o tempo medido, da velocidade das máquinas, mas o tempo vivido com as peculiaridades africanas, tempo ligado aos elementos da natureza, ao culto religioso e atividades sociais periódicas. É o tempo da tradição.

Epistemologia Africana na construção de conhecimentos e saberes - Luís Tomás Domingos (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB). Epistemologia Africana é uma teoria de conhecimentos, na qual inclui a natureza, os critérios de validade de conhecimentos e saberes e suas funções que desempenham na existência humana. Epistemologia Africana implica especificidade de um povo no mundo e sua experiencia na história humana como povo Africano com uma forma própria de ser, estar, compreender e explicar o mundo na sua complexidade de condição humana. Confrontados com difíceis e complexas questões de destino humano no meio de universo misterioso, africanos desenvolveram desde dos tempos imemoráveis epistemologia complexa para encontrar respostas satisfatórias para numerosas questões sobre a condição humana. Todavia, a luz da razão no coração em complementaridade com as leis da natureza desempenha o papel decisivo na descoberta da verdade e na dimensão moral da vida humana. E é a base do princípio de harmonia. (Cf. Zera Yacob´s Hatata). Epistemologia Africana, naturalmente, demonstra similaridades e diferenças em relação as outras epistemologias desenvolvidas pelos outros povos que vivem em outras partes do mundo. Trata-se de um esforço por instaurar o arquivo indispensável para restituir o percurso e a dinâmica da história individual ou coletiva, mas é uma tarefa especialmente complicada e complexa dentro da complexidade no processo de produção de saber (MORIN, 1985). Pois, nem tudo o que os Africanos viveram como história tem deixado vestígios e memórias preservados (MUDIMBE, 1988). Aliás, algumas memórias estão nos registros no nosso inconsciente, subconsciente entre traumas e estigmas (DOMINGOS, 2018). Todavia, exige gênio próprio, metodologias e epistemologias específicas de fazer a história recorrendo a tradição oral e interdisciplinar (interlaçando várias ciências, saberes, conhecimentos e técnicas).

ESTUDOS AFRICANA OU NOVOS ESTUDOS AFRICANOS: Um campo em processo de consolidação desde a diáspora africana no Brasil - Bas'Ilele Malomalo (UNILAB). Essa comunicação faz parte de meus trabalhos que têm o propósito de colaborar na construção de uma epistemologia africana desde a diáspora africana contemporânea no Brasil. Levaram, ou levam frequentemente, o nome de epistemologia da macumba (MALOMALO, 2016c, 2017c); ou ainda há momentos que a denomino de epistemologia de macumba-ubuntu-bisoidade (MALOMALO, 2017d) com intuito de agrupar três categorias filosóficas dentro de uma única proposta científica. Prefiro chamar o meu projeto epistemológico, que talvez viria mais tarde se constituir em um paradigma, de epistemologia do Ntu (Força, Vida ou Força vital) (DIAGNE, 2013) pela extensão que comporta essa categoria sobre macumba (MALOMALO, 2016b; TRINDADE, 2007), Ubuntu (RAMOSE, 2011) e bisoidade (NTUMBA, 2014). Quando comecei a escrever este texto, pensava em apresentar somente alguns elementos de minhas reflexões em torno do que chamava, desde 2013, de Novos Estudos Africanos. Na busca de mais fundamentos teóricos, dei-me a conta que os Estudos Africana (Estudos Negros; ou Estudos Afro-Americanos), produzidos nos Estados Unidos, já realizavam um trabalho semelhante, o que me leva a afirmar que os Novos Estudos Africanos são sinônimos de Estudos Africana (NASCIMENTO, 2009). A única diferença é que talvez seja o primeiro a utilizar, no Brasil, o termo Novos Estudos Africanos. O primeiro objetivo, dessa comunicação, é destacar a diferença entre o que se chama de Estudos Africanos e os Estudos Africana/Novos Estudos Africanos, revelando criticamente algumas falácias dos primeiros. O segundo objetivo visa apresentar os elementos de Estudos Africana/Novos Estudos Africanos produzidos desde a diáspora brasileira. Dessa forma, apresenta-se alguns conceitos básico da epistemologia do Ntu; destaca-se a importância da bioepistemologia na produção de conhecimentos afrocentrados ntuístas (ubuntuistas ou bisoistas); problematiza-se as questões relativas aos sujeitos de investigação: pesquisador/a e colaborador/a da pesquisa e ao campo de investigação. Faz-se uma discussão sobre os princípios éticos e teórico-metodológicos dos Estudos Africana/Novos Estudos Africanos numa perspectiva da epistemologia da macumba-ubuntu-bisoidade.

Estudos Africanos, Religião e Decolonialidade - Marcos Verdugo (PUC-SP). O argumento central desta proposta de comunicação está, em poucas palavras, contido neste parágrafo. Primeiro, decolonização epistêmica caminha de mãos dadas com o que Walter Mignolo chama de desprendimento (delinking, desprendimento). Um desprendimento que leve a uma mudança epistêmica decolonial e traga para primeiro plano outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e compreensão. Consequentemente, outras economias, outras políticas, outras éticas, outras religiosidades. Uma nova comunicação intercultural deve ser interpretada como uma nova comunicação inter-epistêmica. E mais, desprendimiento pressupõe mover-se para políticas geográficas e corporais de conhecimento que denunciam a pretensa universalidade de uma etnia (políticas corporais/ser no mundo) localizada em uma especifica parte do planeta (poiética espacial/estar no mundo), isto é, Ocidente onde o capitalismo acumulou-se como consequência do colonialismo. Desprendimiento deve, portanto, ser entendido como uma mudança decolonial que leva para uma universalidade outra. Em outras palavras, para a pluriversalidade como projeto universal (MIGNOLO, 2003). Propomos, em atitude decolonial pensar novas formas de produzir conhecimento sobre os imaginários religiosos africanos e afro-diaspóricos por meio de uma interferência epistêmica, que dividimos em quatro gestos/questões/problemas: (1) como uma teoria crítica para os Estudos sobre Religiões Africanas e Afro-Diaspóricas encontra hoje sua razão quando "revoluções" global e pluriversal acontecem a partir da diversidade e pluriversalidade dos muitos locais históricos que nos últimos 500 anos não puderam evitar o contato, conflito e cumplicidade com o Ocidente (por exemplo, o Cristianismo ocidental, sua secularização e sua relação com o Capitalismo e seu anverso, Socialismo/Marxismo)?; (2) o que implicará para esses estudos não se limitar a um sistema – mal posicionado como universal – senão colocar em consideração uma pluriversalidade de perspectivas epistemológicas, buscando, deste modo, um diálogo entre elas?; (3) quais as consequências de dar visibilidade e credibilidade à experiência social, às práticas, aos agentes e aos saberes não levados em conta pela racionalidade hegemônica?; e, por fim, (4) são essas considerações suficientes, ou melhor, necessitamos ser mais radicais contemplando a construção de estudos descolonizados que apontem para uma

maior projeção e intervenção epistêmica, sociopolítica e cultural decoloniais? Isto é, quais as dimensões sociopolíticas de conhecimento decolonial – o problema da luta por ser e estar no mundo.

Islamismo no Senegal: muridismo, migração e territorialidade - David José Silva Santos (Pós Afro – UFBA). Este trabalho discorre sobre as características do islamismo praticado no Senegal e como essa religião, de certa forma, influencia nas migrações de senegaleses pelo mundo. Para compreender tais características, os conceitos de religiosidade, migração e territorialidade são fundamentais e são entendidos a partir das reflexões de Bakary Sambe (2015), Lamin Sanneh (2001) e Cheikh Guèye (2002; 2009). A metodologia aplicada é a análise bibliográfica e a entrevista narrativa com dois senegaleses um membro da irmandade Tijaniyya e outro Baye Fall, as entrevistas verbalizaram sobre as motivações para migrar, as trajetórias, as singularidades da religião e de suas respectivas irmandades. Em linhas gerais, no sul do Saara, o islã se desenvolveu muito mais pelas relações comerciais e pela influência cultural do que através do expansionismo militar (INIESTA, 2009; SAMBE, 2015). Ao se adaptar e mesclar com as práticas e costumes locais surge um islã africanizado com base no sufismo, inclusive com o surgimento de irmandades como a Muride e o seu subgrupo os Baye Fall, compondo exemplos dessa versão africana da religião muçulmana. No Senegal, os líderes religiosos organizavam seus discípulos em torno da submissão e do trabalho, sendo este, elevado ao status de princípio religioso. Nesse contexto, a busca por melhores condições de vida para os familiares e para o fortalecimento da irmandade, encontrou também na migração um fator determinante, já que o trabalho é o caminho para a felicidade, para se chegar a Deus (SANNEH, 2001). Assim, a capacidade de se adaptar a outras regiões e apropriar-se de outras realidades foi/é um ponto chave no crescimento e fortalecimento do muridismo. Essa adaptação "(...) não se produz nunca no interior de uma linha defensiva(...) Hoje em dia, em maior medida que no passado, se realiza em contato com o mundo(...)" (GUÈYE, 2009, p.94, tradução nossa), ou seja, o mundo, as viagens é quem ensinam, e em vários países, se estabeleceram "elos dessa corrente muride", dito de outra forma, diversas cidades (além de Touba símbolo máximo da territorialidade muride) se tornaram pontos estratégicos na busca de recursos e fortalecimento da identidade e dos valores desta irmandade. Se de início a área de atuação eram as zonas rurais, a influência cresceu para os centros urbanos, depois para outros países e continentes. A título de exemplo, é possível citar Dakar, Saint-Louis no Senegal, Libreville no Gabão, Abijan na Costa do Marfin, Johannesburgo na África do Sul, Madri na Espanha, Brescia, Nápoles e Milão na Itália, Nova York e Washington nos Estados Unidos, Buenos Aires na Argentina e São Paulo no Brasil.

O Islã e o mundo africano: desdobramentos culturais e implicações civilizacionais do islamismo na Costa Ocidental da África (1770-1850) - Itacir Marques da Luz (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB). A comunicação apresenta uma discussão sobre o processo de difusão do Islã entre os povos da Costa Ocidental da África no contexto do final do século XVIII e início do século XIX, tendo em vista as implicações que os processos políticos, econômicos e sociais ocorridos em tal região neste período trouxeram interna e externamente ao continente, tendo em vista os significados que elementos como a religião, a divindade ou o sagrado ocupava na organização política, social e econômica dos diferentes povos que habitavam esta região do continente, possibilitando, a partir dessa experiência histórica, certos "pontos de convergência" com outros credos, valores e formas de organização social estabelecidas. Tendo em vista o fluxo transoceânico sistemático promovido comércio de gente escravizada da costa da África para outras partes do mundo, o estudo também se propõe num segundo momento a articular alguns elementos desta vivência do Islã em África com a perspectiva negro-diaspórica no Novo Mundo, de forma a observar as possíveis expressões dessa dinâmica multilateral da experiência africana, dentro do espectro de diferenças de crença, costumes, sistemas de valores, religiões, tradições políticas e idiomas. Dentre as bases teóricas dessa discussão estão os estudos e ensaios da coleção História Geral da África (KI-ZERBO, 2010); a concepção de Hampaté Ba sobre a "tradição viva" (2010); a dinâmica nas chamadas religiões tradicionais africanas por Luis Beltran (1969); as etapas do desenvolvimento do Islão e da sua difusão na África discutidas por Mohammed El Fasi e Ivan Hrbek (2010); a análise de Eduardo Costa Dias (2003) sobre a identidade muçulmana kaabunké; O trabalho vem sendo desenvolvido num primeiro momento a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental nos acervos das plataformas digitais relativos particularmente ao contexto da Guiné-Bissau, cujos dados serão posteriormente sistematizados para análise. Os dados até aqui apontam para o comércio em diferentes regiões do ocidente africano como um canal de importante de difusão do Islã, mas que a constata-se uma espécie de conversão em massa nas primeiras décadas de 1700, tendo as tensões territoriais como uma motivação fundamental para alguns povos. Particularmente no contexto territorial da Guiné, podemos destacar uma espécie de "concentração" desse processo de difusão entre os grupos étnicos Fula e Mandinga, propiciando uma alternância de poder entre esses dois grupos e diversas implicações não apenas no plano político ou explicitamente religioso, mas também cultural, a exemplo das adaptações de simbologias e linguagens produzidas nessa interação entre os grupos e seus credos.

O neoliberalismo e a questão fundiária na África Austral: terra, território e lutas camponesas - Boaventura Monjane (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra). A antiga ideia que relaciona África a uma imagem de um vasto território sub-habitado, com vastas áreas "subaproveitadas" e, portanto, disponíveis para o investimento agrícola em larga escala, continua fortemente presente nas narrativas dominantes de governos locais e dos investidores estrangeiros. Apesar dessa imagem arraigada de abundância e disponibilidade de terras para todos os que as quiserem não ser a realidade da maioria do continente, importantes e influentes atores políticos e económicos e organismos multilaterais, continuam a promover tal discurso. Nos últimos anos têm sido publicados nos media internacionais materias sustentam a ideia de que África poderia ser o celeiro do mundo, devendo para tal ser desenvolvida com rapidez, a fim de evitar (ou resolver) a crise global de alimentos. Nos debates sobre desenvolvimento rural, sistemas alimentares e produção agrícola, apela-se à intervenção dos atores políticos na abertura das fronteiras e na criação de ambientes favoráveis ao investimento agrícola privado em larga escala, incluindo, em vários casos, a reforma efetiva ou reajuste das leis fundiárias, já que, na óptica dessas vozes, "África é um dos poucos continentes que ainda possui milhões de hectares de terra fértil e recursos hídricos".
Em países onde as leis de acesso à terra são consideradas progressistas – por salvaguardarem direitos consuetudinários às comunidades

rurais e onde existe pluralismo no sistema de gestão, propriedade e uso da terra - a pressão para a sua mercantilização é ainda maior. O neoliberalismo fundiário avança a uma velocidade sem precedentes pelo continente africano. É alimentado pelas representações atribuídas à terra em África, geralmente ligadas ao seu suposto valor económico, ou seja, um elemento para investimento, devendo ser liberalizado e integrado no mercado capitalista para que, supostamente, se possam reduzir os elevados índices de malnutrição e pobreza rural no continente africano. Nos últimos anos, a subida dos preços de milho, soja, trigo e arroz provocou uma corrida mundial e disputa por terras por parte do poder corporativo, que tem procurado adquirir grandes extensões em países onde a terra é considerada barata e os seus governos "passíveis" e com facilidades legais e fiscais para os investidores. Este trabalho dedica-se à questão da terra na África Austral e, a partir do trabalho de movimentos agrários dessa região, debate e analisa o significado das lutas, práticas e ações emancipatórias desses movimentos em defesa da – e luta pela – terra, em contestação ao capitalismo agrário. O debate enquadra-se na perspectiva da hermenêutica das emergências (Boaventura de Sousa Santos) pois interpreta de uma maneira abrangente a forma como esses movimentos resistem à hegemonia do capitalismo fundiário.

"Almas Africanas e Espíritos Brancos": colonialismo, cristianismo e visões sobre o outro. Moçambique (1885-1940) - Denilson Lessa dos Santos (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB). "Diz os indígenas do lugar que reconhecem um ente sobrenatural, bom e mal, designado pelo nome de Xicuembo. Usado para significar Deus, embora o termo adotado no dialeto que falam os indígenas de perto da cidade seja de Nculucumba que pela afinidade provável das línguas africanas sendo em zulu – Nculu-Nculu em batonga Nungungulu". (Relatório - Missão de São José Lhanguene. Padre Augusto Soares Pinheiro, 1893). A presença de missionários católicos nas terras de Moçambique data do século XVI, mas a grande corrida para salvar as "almas africanas", na linguagem dos próprios missionários, se deu nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, no contexto do processo de roedura, da partilha e da efetiva colonização do continente africano. A partir das evidências apontadas em alguns relatórios missionários, nota-se que os africanos deveriam ser catequizados, principalmente, para retirá-los de seu estágio de "inferioridade" e transformá-los, através da fé, em homens e mulheres civilizados. Conquistar corpos e almas africanas era a tarefa das muitas missões católicas e protestantes espalhadas pelo território de Moçambique. Salvar os africanos de sua "indolência, preguiça, de sua condição animalesca, de costumes pagãos e supersticiosos" era o objetivo dos missionários, "espíritos brancos", não apenas católicos, mas, também, protestantes de várias nacionalidades. Muitas práticas culturais das sociedades do território de Moçambique eram vistas como práticas sobrenaturais, pagãs, mágicas e feiticeiras. Mas, não seriam, também, sobrenaturais, as práticas culturais/religiosas exercidas pelos missionários cristãos? Este texto, procura compreender como os "filhos da terra" reagiram aos métodos de cristianização, catequese e pensamento instituídos pelos colonizadores. Busca-se apreender qual era a concepção de mundo em jogo, gerado a partir da cobiça e muitas vezes a partir da caótica ordem colonial. Procura-se, também, discutir aspectos em torno das visões, denominadas aqui de sobrenaturais, projetadas pelos "espíritos brancos" sobre as crenças, a exemplo do culto aos espíritos ancestrais, e práticas sagradas/culturais na Província de Moçambique no período de 1885-1940.

"Caminhar Com Os Nossos Próprios Pés E Pensar Pelas Nossas Próprias Cabeças" – Autodeterminação Feminina Como Tema Em Abdulai Sila - Suely Santos Santana (Universidade do Estado da Bahia). Situada na Costa Ocidental do continente africano, a Guiné-Bissau é um país que, a exemplo de outros africanos, tem a diversidade étnica como característica marcante. Invadido pelos portugueses no século XV, o território correspondente viveu mais de cinco séculos de exploração e dominação tendo a violência física e simbólica como companheira das populações durante longo período. A Guiné protagonizou uma história de luta e resistência contra o poder colonial invejável, digna de admiração, tendo o grande ativista Amilcar Cabral como não único, mas o principal líder. Após a conquista da independência, o país depara-se com a difícil tarefa de (re)construir a nação, e a literatura tem papel fundamental, haja vista serem as narrativas que instituem e consolidam uma nação. É nesse contexto de pós-independência e luta pela (re)construção de uma nação bissau-guineense que se insere o escritor Abdulai Sila, considerado autor do primeiro romance nacional. Neste trabalho, empreende-se uma leitura das narrativas do escritor, através da sua "trilogia" inicial, composta pelos romances, Eterna paixão, A última tragédia e Mistida refletindo acerca de como Sila traz para a sua obra a discussão da afirmação do direito das populações bissau-guineenses de por si só decidirem as suas vidas, ou seja, "caminhar com os próprios pés e pensar pelas próprias cabeças", já que esta é mais uma exortação marcante nas narrativas do escritor Abdulai, constituindo-se como mais uma dimensão da nação como narrada por ele. Muitas foram as formas de enfrentamento ou mesmo de defesa frente ao poder colonial, a violência física está dentre estas mais não foi a única. Outras armas talvez menos violentas, mas tão eficazes como estas foram recursos usados pelos colonizados no enfrentamento e posterior expulsão dos colonizadores das terras bissau-guineenses. O enfrentamento, a reivindicação de direitos, a prevalência das suas vontades, mesmo em meio ao formato estrutural de dominação colonial, são leituras possíveis de serem empreendidas acerca de protagonistas na trilogia romanesca do escritor. São várias as amostras possíveis de análise, entretanto, o texto proposto pretende refletir acerca desses exemplos de autodeterminação a partir de personagens femininas como Mboubi, Ndani e Djiba Mané, nos livros que compõem essa trilogia. Desobediências sutis, pequenas sabotagens domésticas, insubordinações silenciosas, desafios às convenções sociais, dentre outros expedientes cotidianos individualizados, ou não, transformam essas mulheres em representações de um tipo de resistência que evidencia o principal limite da dominação colonial, qual seja: a impossibilidade de desumanização absoluta do colonizado. Para esta empreitada, utilizo os estudos literários, contextuais e históricos.

Sessão Temática 42

Infância(s) Negras(s) - Educação, Cultura, Conhecimento e Interseccionalidade: desafios contemporâneos de igualdade étnico-racial no Brasil

A etnografia como método para a percepção da identidade étnico-racial de crianças pré-escolares - Cristina Teodoro (Professora). No Brasil, a forma como crianças pré-escolares explicitam seus pertencimentos étnico-raciais é um tema pouco pesquisado. Nesse sentido, a comunicação visa apresentar como a utilização do procedimento etnográfico possibilitou a compreensão da forma como crianças, em espaços de Educação Infantil, construíam suas identidades étnico-raciais. Os resultados foram encontrados com o desenvolvimento da pesquisa de doutorado "Identificação Étnico-racial na voz de Crianças em Espaços de Educação Infantil", finalizada em 2011 no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Crianças entre 4 e 5 anos de idade foram os sujeitos do estudou, que objetivou compreender: a) se – e como – as crianças em idade pré-escolar compreendiam a identificação étnico-racial; b) os critérios que empregavam para tal; e c) a forma por meio da qual essa identificação era explicitada. A pesquisa qualitativa teve como foco, captar a voz das crianças por meio da observação participante, conversas informais e contação de histórias – com e pelas crianças. O referencial teórico foi constituído com base em três abordagens: 1) as teorias acerca da identificação étnico-racial, em especial aquelas que consideram a raça uma construção social; a proposta sócio-histórica da Psicologia, com particular atenção às categorias "sentido" e "significado"; e 3) a concepção proposta pela Sociologia da Infância, segundo a qual a criança é um ator social legítimo e de direito, que produz símbolos, representações e crenças que contribuem para suas próprias culturas. Entre outros resultados aferidos, destacam-se os seguintes: as crianças já haviam se apropriado de conceitos sociais e culturais, particularmente aqueles que atribuem sentidos e significados negativos aos membros pertencentes ao grupo negro e, de forma positivada, aos membros do denominado grupo branco. Aspectos preconceituosos e racistas foram observados no âmbito do verbal, no entanto, não constatou-se o ocorrido nas relações estabelecidas entre as crianças. O corpo – constitutivo e constituinte da identidade - era fator de negação, particularmente daquelas crianças que se identificaram como pertencentes ao grupo étnico-racial negro.

A representação da diversidade étnico-racial em livros didáticos para a educação infantil: lacunas e possibilidades - Thais Regina de Carvalho (Rede Municipal de Curitiba). O presente trabalho tem como foco as formas e estratégias utilizadas por um sistema privado de ensino que foi adquirido por redes públicas municipais de educação infantil no que se refere à inserção da diversidade étnico-racial em imagens de três apostilas, a saber: linguagem escrita, linguagem matemática e integral, ambas direcionadas as crianças de quatro e cinco anos. Essas apostilas compõem uma das coleções do sistema privado de ensino, o qual é comprado por diversos municípios das regiões brasileiras, em especial pelos de porte pequeno. A referida coleção é utilizada por redes públicas e particulares e é reconhecida como coleção editorial. Os dados abordados são um recorte da tese de doutorado em educação intitulada "Diversidade étnico-racial na educação infantil: Análises de um sistema privado de ensino adotado por uma rede pública municipal (2018)". As análises estão ancoradas nos estudos críticos sobre educação e relações raciais no Brasil, com ênfase nas particularidades da primeira etapa da educação básica. A coleta das informações se deu por meio de análises de conteúdo, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Para a discussão no X Congresso de Pesquisadores/as Negros/as serão destacadas questões sobre: gênero, idade/etapa, natureza, individualidade, nome, importância, diálogo, narração e relação familiar, todas a partir do cruzamento dos dados no que tange a cor/etnia. Para cada categoria as especificações foram caracterizadas e utilizados códigos de identificação. No tocante a cor/etnia recorremos as classificações disposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), entre elas: branca, preta, parda, amarela, indígena e sem declaração. Além disso, para cada categoria foram identificadas as taxas de branquidade, as quais referem-se à quantidade proporcional de personagens brancas e negras (pretas+pardas). Esse índice, considerando a amostra total da coleção editorial totaliza: 3,4, ou seja, a cada três personagens brancas, é representada uma negra. Assim, observamos que o sistema privado de ensino, por meio da inclusão de algumas personagens pretas, pardas, amarelas e indígenas, atende de forma parcial aspectos que buscam contemplar a diversidade étnico-racial, contudo permanece reproduzindo o ideal do branco como norma da humanidade.

A voz da infância negra para uma educação antirracista - Juliana do Nascimento Correia (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Apresento um recorte da pesquisa em andamento no mestrado em Educação, intitulada provisoriamente como "A contação de histórias negras e a educação das relações étnico-raciais". Como referenciais teóricos, utilizo a filosofia afroperspectivista (Noguera, 2010) e o paradigma da afrocentricidade (Asante, 2009). Reconhecendo as crianças como sujeitos produtores de cultura (Nunes, 2015; Arenhart, 2016), esta pesquisa não se propõe sobre e sim com as crianças. A partir das suas próprias falas, a pesquisa pretende apreender como estes sujeitos se definem e lidam com as questões relacionadas ao seu pertencimento racial, a fim de compreender como se constitui uma infância negra. Objetivo Principal: ouvir das crianças o que pensam sobre o racismo, a infância e a educação. Entendendo a escola como espaço que privilegia a supremacia branca por meio de um currículo eurocêntrico, um dos objetivos gerais é refletir sobre formas de romper com o modelo educacional hegemônico imposto (Noguera, 2010) a partir do que as crianças expressam. Justificativa: A Sociologia da Infância reconhece as crianças como atores sociais, produtores de cultura (Sarmento, 2008 apud Arenhart, 2016) mas ainda assim a sua fala é negligenciada, especialmente em se tratando da criança negra. O silenciamento sobre as tensões preconizadas pelo racismo na

nossa sociedade repercutem no cotidiano escolar, favorecendo a manutenção do próprio racismo (Cavalleiro, 2000). Para romper esse silenciamento, a localização e a agência, duas categorias estabelecidas pelo paradigma da afrocentricidade, tornaram-se indispensáveis a esta pesquisa. Logo, este recorte apresentará a relevância de tais categorias e da filosofia afroperspectivista. Metodologia: pesquisa ação, tendo o grupo focal como método. Considerando a relevância da subjetividade de cada sujeito, as narrativas orais são primordiais a este trabalho por entender que elementos como a linguagem permitem a interpretação dos sentidos produzidos pelo/a narrador/a. As interações possibilitarão conhecer, analisar, apreender os sentidos e significados atribuídos pelas crianças aos seus cotidianos, a partir dos seus próprios pontos de vista. Para isso, me apoio também nos estudos sobre as narrativas orais na perspectiva sócio-interacional. Um caderno de campo, a fotografia e o gravador serão instrumentos desta investigação. O campo da pesquisa é a Escola Municipal Iramar, estabelecida em Comendador Soares, município de Nova Iguaçu, RJ. Ainda não há conclusões, nem há aqui a pretensão de apresentar soluções. A intenção é mesmo provocar a reflexão e o debate sobre infância e racismo, pensando em maneiras de construir uma educação antirracista, pautada nas vozes das próprias crianças negras.

Corpo e cabelo negro: significados e interações das crianças de 3 anos de idade em uma Unidade de Educação Infantil de Belo Horizonte - MG - Elândia dos Santos (UFMG). Trata-se de uma pesquisa a ser desenvolvida para o mestrado 2018/2019 da linha de pesquisa Infância e Educação Infantil do Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da UFMG, cujo tema central é compreender como as crianças de 3 anos de idade constroem os significados sobre o corpo e o cabelo negro nas interações que estabelecem em uma Instituição de Educação Infantil de Belo Horizonte – MG. Ao propor este questionamento, faço uma breve contextualização do lugar de onde falo, sendo professora e pedagoga, por quatro anos na Educação Infantil e por vezes atuando com crianças de até 3 anos de idade, em instituições municipais. A trajetória acadêmica fala também deste lugar, de interessada pela temática racial, que consequentemente vem norteando minha práxis pedagógica, bem como possibilitando experenciações de situações que me incomodaram profundamente, indubitavelmente, afetaram sistematicamente minha responsabilidade, enquanto cidadã, professora, mulher e mãe. E ao chamar a temática racial para discutir dentro do viés da educação infantil com crianças de 3 anos de idade, faz-se necessário pensá-la como forte aliada no desenvolvimento das crianças, quando as interações e o Cuidar/Educar são processos basilares deste recorte etário, em que o cabelo e o corpo situam-se como elementos fundamentares para o aprimoramento indenitário dos sujeitos. Busca-se nesta proposta de cunho qualitativo, utilizar instrumentos como a observação participante, diário de campo, filmagens e fotografias. A pesquisa será realizada em uma Instituição de Educação Infantil de Belo Horizonte com crianças de 3 a 4 anos de idade, segundo recorte etário da PBH, compreendendo o segundo ciclo da educação infantil. Inspirações que tensionaram este projetos estão pautadas na tese de doutorado em Antropologia Social da professora Nilma Lino Gomes, USP/FFLCH, 2002 que promove discussões sobre aspectos que tematizam este trabalho. Este trabalho ressalta as discussões atuais no campo das Infâncias e Educação Infantil, segundo autores que as tematizam como tais como, Campos (2009), Rosemberg (2012), Kramer (2015), Cerizara (1999).

Desafios para uma reeducação das relações étnico-raciais a partir da docência - Jessyca Helen Romão Oliveira (Secretaria Municipal de Educação SME-RJ). Baseando-se na compreensão do caráter político e pedagógico da cultura como mediadora na formação e certificação das identidades, o presente trabalho configura-se como um relato de experiência tendo como ponto de partida a atividade docente em uma escola municipal localizada no bairro de Ramos no Rio de Janeiro ressaltando certas noções que surgiram através de um olhar sensível sobre o cotidiano quanto às heranças culturais da população negra e indígena e o reconhecimento de sua identidade. É notável a desvalorização, a negação, o distanciamento e, até mesmo, a demonização por parte tanto da escola, no que diz respeito à estrutura e aos profissionais envolvidos com o processo educativo, quanto dos próprios alunos e familiares. Observou-se que famílias com clara herança étnica e racial indígena e africana terminam por assumir uma postura extremamente religiosa que as faz negar toda e qualquer identificação com esses povos e até o próprio contexto cultural brasileiro. Como efeito, as crianças não se reconhecem como parte de uma miscigenação e negam fortemente o pertencimento a qualquer grupo cultural não europeu. Nosso país possui uma história fortemente marcada pela colonização levando a condição de escravização pessoas oriundas de uma herança étnica, racial e cultural específica tornando-se possível perceber que este contexto afetou e ainda afeta a forma como as relações entre as pessoas dos diferentes grupos étnicos foram construídas e/ou se mantém até hoje. Afetou também a construção da identidade e a representação que estes grupos fazem sobre si. A partir disso a docência se torna uma figura central para a educação das relações étnico-raciais porque, apesar de não ser de responsabilidade apenas dos professores como indicam as DCN's para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, dado o contexto encontrado nas escolas e toda a estrutura colonial que sustenta o senso comum no tratamento dessa questão cabe, muitas vezes, a uma parcela específica de professores desenvolverem atividades pedagógicas para além de uma perspectiva reducionista sobre a questão da identidade e do pertencimento cultural que, em geral, pode ser sintetizada na frase "somos todos iguais". Há um desafio e uma solidão docente quando se está alinhado a essas questões. Somo muitos, sim, mas estamos espalhados e com a difícil tarefa de recontar uma história que foi silenciada, de reeducar relações há muito cristalizadas enfrentando de dentro uma estrutura que não favorece essas ações.

Educação Infantil numa perspectiva afro referenciada - Geisa das Neves Giraldez (SME/RJ). "Para educar uma criança é necessário uma aldeia inteira proverbio africano" - Este provérbio é um norteador da minha prática pedagógica, pois a aldeia oferece múltiplos olhares e perspectivas para as crianças. Penso na ação pedagógica democrática enquanto democrática, o fazer com que o sujeito se inclua num lugar que é a sociedade e linguagem, um lugar onde ele já está inserido. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, como afirma Freire. A função da pratica pedagógica democrática é deixar o sujeito se significar e nao apenas ser o significante ou objeto de experimentações que não modifica o mundo, altera valores. Uma prática pedagógica democrática não precisa conceder o direito a uma linguagem que já está inscrita nele, mas, ele deve falar e conquistar seu lugar. Ao longo dos anos vi na escrita um portal para transpor lugares. No escrever/

desenhar, a criança pode ser. E desse lugar de ser que venho, de uma prática pedagógica organicamente pautada na lei 10.639. O foco do trabalho está voltado para a autoria das crianças: construções de discursos a partir das falas registradas em sala de aula, através dos cadernos de registro na qual a professora(eu), é escriba, uma vez que bem pequenos esses não se apropriaram totalmente da escrita. Textos do nosso caderno viram lambes(poemas/textos que são colados na rua). As produções são valorizadas e estimuladas todo o tempo. Estimuladas a partir de um repertório no qual elas tem possibilidade de se indentificar. Contribuindo para se expressem, ampliem e enriqueçam suas experiências, aumentando suas possibilidades de interlocução e o entendimento da realidade que as cerca. É oportunizar a criança o resgate da própria palavra, das ideias, da autoria. As representações que as crianças fazem de si mesmas em função da autoimagem que constroem de sua infância, com base nas vivências e experiências cotidianas, vão tecendo uma identidade, que se estabelece nas e pelas relações de resistência ao poder dominante do adulto e à sua forma de condução no mundo. Instigada por bell hooks, reconheço a sala de aula como fonte de constrangimento, mas também uma fonte potencial de libertação. … A academia não é o paraíso, mas o aprendizado, é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade…] books, 2013.

Elas por Elas, na prática: A atuação do Coletivo de Mulheres Negras Filhas de Dandara, da Baixada Fluminense, no combate e superação do racismo e fortalecimento interno através do cuidado mútuo. - Sharah Elisa Luciano Araújo dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). O pressente trabalho tem por objetivo apresentar a atuação do Coletivo de Mulheres Negras, coletivo formado por mulheres negras do Rio de Janeiro, em sua maioria da região da Baixada Fluminense e universitárias, no que diz respeito as suas ações pedagógicas de combate ao racismo, fortalecimento da população negra e acolhimento interno de suas membras. Desenvolvendo um trabalho que une à Educação para as Relações Étnico-Raciais com uma militância política e ideológica que as motiva a partir de duas problemáticas sociais comuns enfrentadas por elas, o racismo estrutural e a opressão de gênero, as mesmas contribuem para o empoderamento da população ao qual fazem parte e dão exemplo de como a união mulheres negras é capaz, no contexto da micropolítica, mudar a sua realidade, como também de possibilitar a construção de um espaço horizontal no qual possam compartilhar suas vivências singulares e comuns decorrentes de estarem no seu lugar social de mulher negra num contexto de sociedade machista e racista, ou seja, duplamente afetadas pela intersecção dessas opressões. As atividades realizadas por elas estão divididas em dois eixos, o externo e o interno, compreendendo o primeiro, à realização voluntária de oficinas e palestras para crianças, jovens e adultos nos mais diversos contextos, voltadas para a questão racial e de gênero e o segundo, aos encontros internos, sendo alguns desses voltados para grupos de estudo. Deste modo, a referida pesquisa ancorada na perspectiva da teoria interseccional se propõe, a partir do estudo de caso do Coletivo Filhas de Dandara, através do colhimento de informações via escuta atenta da narrativa destas sobre o próprio coletivo, como também dos discursos sobre si e autorreconhecimento, reunir informações e evidências que contribuam para demonstrar como o combate ao racismo e machismo a partir da união de mulheres negras se configura como importante instrumento de fortalecimento, na medida que se criam espaços de fala e escuta, construindo/resgatando autoestima, e de transformação social via ações realizadas com a comunidade. Desta forma, o trabalho em questão, pretende assim, colocar mulheres negras no local de protagonismo de sua própria história atentando para como se dão, através do seus movimentos de resistência a ordem hegemônica, os desdobramentos de suas ações tanto internamente, para o coletivo, quanto para os sujeitos que entram em contato com as atividades realizadas por elas.

Estudo Teórico acerca das Representações Sociais sobre Crianças Negras em Âmbito Escolar - Antonio Matheus do Rosário Corrêa (Universidade Federal do Pará). As discussões sobre relações raciais apontam a inserção das crianças negras não somente no aspecto do acesso e permanência a educação, mas a garantia de socialização e equidade dessas crianças no contexto escolar. Na escola aspectos como tratamentos igualitários ou diferenciados das crianças negras, perpassam por representações sociais constituídas no ambiente escolar e do meio social que as instituições de ensino se situam. Esse estudo tem por objetivo geral analisar as representações sociais sobre crianças negras em contexto escolar. Para tanto, a presente pesquisa se configura em abordagem qualitativa, ao qual foi realizado estudo bibliográfico sobre literaturas que versam sobre os campos das representações sociais e das crianças negras, a saber: Moscovici (2015, 1978) e Jodelet (1989) para incursão sobre as representações sociais; Gomes e Araújo (2014) e Cavalleiro (2005, 2017) para abordagem sobre as crianças negras em contexto escolar; Feitosa (2012), Costa (2013) e Santos (2009) para abalizar as pesquisas acerca das representações sociais de professores sobre crianças negras, dentre outros estudos. Os resultados apresentam que as representações sociais sobre a criança negra se revela paulatina, considerando-se culturas e princípios que as sociedades se fundamentam, transcendendo da compreensão das crianças como instrumentos a serem utilizados no trabalho para uma concepção que as entendiam como sujeitos constituintes da sociedade e de direitos. Sobre estudos e pesquisas realizados no Brasil, as representações elaboradas sobre as crianças negras apresentam dicotomia entre práticas racistas e mecanismos antirracistas na escola que podem valorizar essas crianças ou invisibilizar sua presença nos processos educativos. As crianças negras a partir de legislações apresentam sentidos e significados determinantes para as relações estabelecidas no processo ensino-aprendizagem e de socialização na escola básica, considerando este espaço como formativo das dimensões afetiva, cognitiva e social e, ainda, se voltam para o reconhecimento e valorização do negro na sociedade brasileira. Conclui-se que as representações sociais sobre as crianças negras em âmbito escolar estão pautadas no embate entre práticas racistas e mecanismos de combate ao racismo e discriminação racial no contexto e cotidiano escolar. Assim, necessita-se progredir no campo da educação para as relações étnico-raciais no que cerne as instituições escolares e, principalmente, atentarmos para a efetividade das legislações antirracistas que asseguram o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, como meio de colaboração para construção de representações sociais positivas sobre o negro e as crianças negras, com suas diversas infâncias ao decorrer da história do Brasil.

Memórias de Infância na construção da identidade - Valeria de Albuquerque (UFRRJ). O presente estudo pretende analisar as memórias escolares de estudantes do 2º ano do Curso Normal do CE José Veríssimo, buscando refletir sobre concepções de infâncias expressadas no currículo do Curso Normal, e no Projeto Político Pedagógico da escola, analisando a implementação da Lei 10.639/03, buscando atender ao que nos aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais. Espera-se com este estudo contribuir para um processo de conscientização sobre a necessidade do cumprimento dessas diretrizes, de uma educação antirracista, e que a partir dele sejam ampliados no interior da escola, novos debates acerca das diversas concepções de infâncias, da contribuição das culturas afro-brasileiras e indígenas na constituição da identidade do nosso povo brasileiro.

O Lápis Cor Da Pele: Discursos De Crianças Da Educação Infantil Sobre As Relações Étnico-Raciais Em Comunidades Do Entorno De Manguezais - Marcos Vinicius Sousa de Oliveira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ), Ana Paula Vieira e Souza (Universidade Federal do Pará). A presente pesquisa, objetiva analisar os discursos de crianças da educação infantil de escolas localizadas no entorno da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (REZEX-MAR), situada no município de Bragança Pará, afim de compreender as construções ideológicas presentes nos discursos infantis sobre as relações étnico-raciais, e o lugar da diversidade. Participaram da pesquisa quinze crianças, matriculadas no pré-escolar II de duas escolas municipais, com faixa etária de seis anos de idade. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa que focaliza o sujeito como protagonista do processo investigativo, permitindo apontar os fenômenos expressos pelos sujeitos de pesquisa em relação às suas interpretações, compreensões e significados acerca de um dado acontecimento social. A metodologia utilizada no campo empírico, foi estruturada a partir de três instrumentos de coleta de dados: observação participante, grupo focal e atividade de pintura. Os dados obtidos, são analisados a partir da técnica da análise do discurso, fundamentados em Mikhail Bakhtin e nas literaturas especializadas existentes no campo teórico das infâncias, educação infantil e nas relações étnico-raciais. O contexto apresentado neste estudo, emerge em decorrência de uma atividade de pintura proposta pelos pesquisadores as crianças em sala de aula, o qual, identificou-se mediante a utilização do lápis de cor, as construções ideológicas que as crianças possuem sobre as questões raciais. Os resultados revelam que os discursos infantis apontam para dois contextos, que se concretizam na utilização do lápis de cor como ferramenta de representação social, o que nos levou a compreender, as subjetividades existentes na produção infantil, referente à invisibilidade da pessoa negra e o lugar da diversidade étnica. Neste cenário de produção, concluímos que os enunciados revelam a polifonia presente nos discursos infantis, que são construídos ideologicamente a partir das percepções e significações sobre a diversidade étnica no discurso de outrem, permitindo compreender que as discussões sobre as relações étnico-raciais que emergem nos enunciados infantis, partem ora da visão estereotipada da pessoa negra, ora se apresentam como o lugar da igualdade. Mediante os achados da pesquisa, afirmamos que a educação infantil deve ser o lugar da formação social e humana das crianças, e devem levar enquanto práticas pedagógicas o lugar da diversidade, para a desconstrução da representação negativa do negro na sociedade contemporânea.

Pedagogia da infância e educação intercultural italiana: inquietações de um pesquisador estrangeiro - Flávio Santiago (UNICAMP). O presente trabalho tem por objetivo analisar a partir de um olhar de um pesquisador estrangeiro como as produções a respeito da Pedagogia da Infância italiana, que possui como uma das suas características a centralidade no favorecimento de condições de tempos, espaços e materiais para a produção das culturas infantis, têm estabelecido intersecções entre/com as relações étnico-raciais e de gênero. Trata- se uma pesquisa focada na análise bibliográfica construída durante a experiência de estágio sanduíche desenvolvida junto a "Università degli Studi di Milano-Bicocca", também foram realizadas entrevistas com educadoras e estudantes do curso de ciência da formação. Os dados apontam que existe uma resistência a pensar a pluralidade étnico-racial, ocasionando um movimento que oscila entre soluções universalistas e homogeneizadoras, evidenciando a existência das diferenças culturais, mas reproduzindo uma imagem estereotipada do Outro- o não europeu

Saberes e Vivências Lúdicas na Infância Negra Marajoara-Salvaterra-Pará. - Erica de Souza Peres (SEDUC PARÁ). Este estudo apresenta um recorte de uma pesquisa vinculada à linha de Ludicidade do núcleo de pesquisa Culturas e Memórias Amazônicas (CUMA) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), intitulada: "Crianças Quilombolas Marajoara: saberes e vivências lúdicas". Seu objetivo versa sobre a análise dos saberes e fazeres presentes nas vivências das crianças quilombolas marajoara-Salvaterra-Pará. Buscou compreender a educação quilombola para além do ambiente escolar,com esse intuito, usamos como ponto de partida a pesquisa de campo situada na Vila de Mangueira, o quilombo-mãe do município de Salvaterra,isto é, a comunidade gênese da resistência do povo negro na ilha do Marajó.Desse modo a questão-problema que norteou esse estudo foi Que saberes perpassam pelas manifestações lúdicas das crianças da Vila de Mangueiras? Para responder a questão pretendeu-se compreender os aspectos que permeiam a ludicidade da infancia negra da Amazonia Marajoara. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com enfânse na etnometodologia,a coleta de dados da pesquisa se deu por meio de levantamento bibliográfico, roda de conversa e entrevista semiestruturada. Os navegantes da pesquisa são quinze crianças de 09 a 13 anos que nos conduzem a "mergulhar" nos saberes da cultura quilombola a partir do seu brincar e de suas vivências. Nesse sentido estabeleceu-se diálogo com a "Pedagogia da Atenção" e assim foi possível desvelar saberes e processos educativos peculiares que permeiam a infância negra da Amazônia Marajoara, com isso pretendeu-se destacar a importância de ouvir as crianças e compreender os seus modos de aprender saberes advindos da sua vivência lúdica. Esses modos de aprender e fazer se manifestam espontaneamente em sua vivência cotidiana, por meio de interações entre as crianças com elas mesmo e entre elas e os adultos. Com isso foi possível perceber a inserção das crianças na dinamicidade e complexidade da vida social em uma comunidade remanescente de quilombo, assim como seus processos de constituição de identidade bem como sua atuação na preservação das tradições da comunidade. E partindo da vivência lúdica identificou-se saberes lúdicos,saberes do trabalhom saberes da hierarquia,saberes da territorialidade e saberes da religiosidade,vale ressaltar que tais saberes são vivenciados e partilhados na coletividade e liberdade do brincar.

Ser criança quilombola: a constituição da territorialidade na experiência de crianças moradoras de uma comunidade negra rural do Piauí/Brasil - Luciana Soares da Cruz (IFPI), Maria Lídia Medeiros de Noronha Pessoa (Universidade Federal do Piauí). O presente trabalho resulta de uma pesquisa de mestrado que analisa a constituição da territorialidade de crianças moradoras da Comunidade Quilombola Olho D'água dos Negros Piauí/Brasil a partir das noções de parentesco, memória coletiva e de sua experiência e participação no território em que vivem. Seguindo a perspectiva da constituição de uma etnografia que considera a visão das crianças, é discutido como meninas e meninos produzem e são produzidas por noções de territorialidade criadas através dos significados que atribuem aos espaços por elas percorridos e das relações de sociabilidades que acontecem entre elas e com os adultos. A pesquisa teve como referencial teórico os atuais estudos da antropologia e sociologia da criança e infância. A metodologia foi realizada a partir da observação participante e de desenhos e fotografias que priorizaram as falas das crianças, concedendo a estas um lugar central dentro da pesquisa.

Tensionamentos raciais entre crianças: entrelaçando olhares a partir da linguagem visual - Pamela Cristina dos Santos (UFSC), Joana Célia dos Passos (UFSC). O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa ação desenvolvida junto a estudantes (crianças e adolescentes) Programa Mais Educação de uma Escola da Rede Estadual Ensino localizada na região da grande Florianópolis/SC. O Programa Mais Educação é uma estratégia do governo federal que objetiva "a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral (BRASIL, 2010)." Sem perder o horizonte os objetivos do referido programa, elaboramos uma proposta de intervenção pedagógica com o objetivo de construir aproximações com os conhecimentos e saberes, através experiência.Para tanto, iniciamos nossa jornada entendendo que "o sujeito da educação não é o indivíduo (chefe ou indivíduo autocrático) mas o conjunto de pessoas que participam do processo (Fleuri, 2001, p. 58)" e que portanto, "não é um sujeito individual, mas um sujeito coletivo (Fleuri, 2001, p. 58)". Nesse sentido, desenvolvemos uma proposta de investigação, tendo a violência como eixo problematizador, em que as vinte e quatro crianças foram protagonistas. Utilizamos aplicação de questionários que envolveu estudantes do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental totalizando a participação 215 crianças e adolescentes. Dos primeiros resultados apurados temos que mais de 70% dos/as participantes relataram serem vítimas de algum tipo de violência dentro da escola. Dentre as diversas violências manifestadas nos questionários destacamos as situações de racismos vivenciadas pelas crianças dentro do espaço escolar. Assim, nos propusemos a olhar para as tensões raciais expressas pelas crianças negras. Para apresentar os relatos das crianças e adolescentes nos reinventamos metodologicamente de forma a trazer os racismos expressas pelas crianças através da linguagem visual. Em outras palavras significa dizer que utilizamos de desenhos feitos a partir dos olhares das pesquisadoras como recurso metodológico. O uso de desenhos de pesquisadores/as nas pesquisas tem sido utilizado defendido pela antropologia visual a partir de estudos de Azevedo (2016), Afonso (2004), Kushiner (2014). Por fim, destacamos que nossos referenciais estão embasados por Gomes (2010), Dias (2014), Nunes (2016), Passos (2014), Quijano (2010), Santos (2010), Meneses (2010) e Grosfoguel (2010).

Sessão Temática 44

Geografia das relações étnico-raciais e Geografias negras.

A atuação do Movimento Social Negro na implementação da lei federal 10.639/03: desafios e possibilidades - Jonathan da Silva Marcelino (USP), Karina Annanias Teixeira Marcelino (SME/SP). O objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos da história do movimento social negro no Brasil, nossa pretensão é promover uma análise sobre a atuação desse movimento social frente ao quadro de exclusão de sua população. Pretendemos demonstrar que ao longo do processo histórico, esse movimento desenvolveu diversas estratégias de luta pela inclusão social do negro e a superação do racismo na sociedade brasileira. Nosso intuito é estabelecer uma relação entre atuação destes movimentos e a conquista de direitos estabelecidos por políticas públicas educacionais, tal como a lei a Lei 10.639/03 que propõe o ensino da educação das relações étnico raciais, a História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas de todo o país. Tendo em vista que a lei é dialeticamente uma conquista e um instrumento de luta desse movimento que então coloca a educação como um campo prioritário para a superação do racismo. O artigo está estruturado em duas partes. Na primeira trazemos um histórico de atuação do movimento social negro no Brasil, suas demandas, reivindicações e estratégias de ação. Já na segunda parte do trabalho trazemos alguns elementos acerca do árduo e longo processo da tramitação da lei no Congresso Nacional até a sua aprovação pelo Executivo Federal, em 2003, bem como seus desdobramentos políticos e pedagógicos nos últimos dez anos. Esse artigo tem como base minha pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP sobre os impactos e os desdobramentos da Lei 10.639 no currículo praticado de Geografia do ensino fundamental da Rede municipal de Educação de São Paulo. Em nosso entendimento, o Movimento Negro brasileiro não pode ser compreendido como um bloco monolítico, e nem tampouco como uma entidade homogênea na qual todas as organizações e ações partilham do mesmo interesse. Evidentemente existe no Brasil inúmeras entidades e grupos políticos de orientação ideológica diversa, e que apesar de sua singularidade se reconhecem e se identificam nas bandeiras historicamente defendidas pelo movimento negro, de modo que existe uma relação de alteridade e de autonomia que é cultivada de modo salutar pelas entidades e coletivos integrantes desse movimento, e que faz com que as diferenças de compreensão de mundo, bem como de estratégias de ação na luta pela superação do racismo antinegro seja considerado como aspecto positivo.

A Experiência Mórbida Urbana: Bairro de Maioria Negra na Lógica da Desordem em Feira de Santana (BA). - Kessia da Santa Cruz Conceição (Universidade Federal do Recôncavo Baiano). A cidade em sua complexidade, engloba diversas formas de se expressar no espaço urbano. A percepção espacial de uma cidade é dada em grande parte pelos seus territórios, das relações que estes ocasionam e dos sujeitos que os compõe. Tento em vista que relações hierarquizadas também se constroem nesses processos e que, são potencializadas nas dinâmicas dos espaços urbanos de maioria negra. O espaço urbano é um dos campos que concentra a síntese das disputas sociais de uma sociedade, interligados com o somatório de seus processos históricos, políticos e econômicos. No caso em estudo a pesquisa se dedica as condicionalidades do Brasil, um país que teve séculos de sua existência alicerçada sob as bases do sistema escravista criminoso de populações africanas e afrodescendentes. Todavia, este trabalho ainda em desenvolvimento na pesquisa de mestrado em ciências sociais terá como foco bairros de maioria negra da cidade de Feira de Santana localizada no estado da. Bahia. Nesse sentido, o espaço urbano elabora formas de vida de um modo que, agrega ou segrega grupos sociais. Ou seja, a forma como os espaços são divididos moldam a organização social tendo portanto importância crucial na vida dos indivíduos, demarcando espacialidades, inclusive, raciais. Sendo assim, é preciso pensar as configurações espaciais onde se localizam populações majoritariamente negras, para além da paisagem urbana periférica, entendendo a complexidade do que pode ser esses espaços e compreendê-lo nas suas funções para a cidade, entre estas, a de demarcação de espaços hegemônicos ou não, que a partir disso criam sociabilidades e experiências distintas do urbano. Portanto são cenários sociais que demarcam a hierarquização das cidades, porções territoriais direcionados a ocupação e lugar de moradia de corpos específicos. Aponta-se assim, uma urbanização racialmente localizada imposta através de relações de poder definidos pelo racismo antinegro. Sendo assim, as linhas de diferenciação de raça e classe que se reverberam no configuração socioespacial das favelas e sua consolidação como espaços de maioria negra, elucidam uma estrutura social orientadas pela lógica conceitual de Achille Mbembe: a necropolítica, que como aponta Alves (2012), irá se formular em padrões mórbidos de governança espacial.
Busca-se confirma que existe dentro da experiência urbana condições de existência precária de determinados locais, no sentido de eliminar, quando não, neutralizar vidas específicas, o que pode ser orientado pelo conceito de Genocídio de Abdias do Nascimento, que para o autor aparece como um processo de racismo mascarado. É nessa ótica que, esse trabalho buscará trazer reflexões sobre como se dá a formulação de experiências urbana mórbidas no fenômeno que é a cidade e o urbano.

A Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - Tocantins - Katiane da Silva Santos (UFT). A Festa 13 de Maio trata-se de uma encenação do ritual de assinatura da Lei Áurea da Comunidade Quilombola Dona Juscelina localizada em Muricilândia no norte tocantinense. O texto é construído mobilizando a construção de um método interdisciplinar entre a História Oral (THOMPSON, 2002) e Etnografia (GEERTZ, 1989). A Festa é territorializada em Muricilândia (TO) em 1968, foi narrada pela matriarca quilombola Dona Juscelina aos que desconheciam aquela festividade, daí passaram a reproduzi-la. Na encenação teatral, o feitor castiga o negro e a Princesa Isabel assina a abolição da escravatura os libertando. Aquele momento carregado de pesar pelo o sofrimento do negro com a escravidão dá lugar a uma explosão de alegria e celebra a Princesa Isabel como a libertadora. Para entender essas questões históricas nos aportamos inicialmente nos trabalhos de Gomes (2016), Hall (2005), Berdoulay (2012), Santos (2005), Williams (1992), Saquet (2007), Haesbaert (2004), Little (2002), Lockhart; Schwartz (2002), Pinsky (1989), Fiabani (2012; 2015), Arruti (2006), Moura (1993), Santos (2010), Martins (2017), Halbwachs (2003), Candau (2016) e Hobsbawm (2008). A tradicional Festa da Quilombola realiza-se anualmente e há mobilizações durante todo o ano que exercem as territorialidades da comunidade. A pesquisa encaminha-se para a fase de encerramento. Trazemos a discussão os elementos representativos da Festa Quilombola, todo o percurso metodológico busca trazer a compreensão os elementos que compõem o ritual de encenação da Festa de 13 de Maio. Para tal, iniciamos o trabalho de pesquisa com algumas definições de cultura e a produção de territórios do tipo tradicional. Em seguida, trazemos a historiografia da Comunidade Quilombola Dona Juscelina e um pouco da vida de Dona Juscelina a matriarca quilombola e de alguns membros quilombolas participantes da pesquisa. Então finalizamos com as análises etnográficas dos dias festivos.

A formação sociorracial do Brasil: colonialismo interno na configuração das desigualdades regionais brasileiras - Fernanda Souza dos Santos (IPPUR/UFRJ), Reginaldo Braga Silva Junior (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional). O campo do planejamento regional tem uma vasta produção de análises que corroboram o entendimento das desigualdades que fundamentam as relações entre as regiões do Brasil. Contudo, os estudos desenvolvidos nas escolas de planejamento regional ainda têm como foco principal – para não dizer único – a perspectiva economicista; muito embora autores como González (1984), Hasenbalg (1992) e Garcia (2012), dentre outros, tenham realizados provocações com uma perspectiva sociorracial do planejamento regional, ainda são escassos os trabalhos e discussões, nessas escolas, que contemplem a dinâmica racial de formação da nação como um dos elementos centrais na configuração de tais desigualdades. Portanto, este trabalho tem como objetivo primário avivar o debate de planejamento regional em que as desigualdades socioeconômicas regionais possam ser entendidas como resultado de um modelo de segregação etnicorracial. Adotando como recorte espacial os antagonismos raciais e socioeconômicos existentes entre as regiões Norte e Sul do país, propomos discutir como os projetos de embranquecimento da população e do território (SANTOS, no prelo) – entendo-os a partir do entrelaçamento dos projetos de imigração de europeus iniciada no século XIX e da política fundiária – impactaram na construção das desigualdades regionais no país. Para tanto, como proposta metodológica e epistemológica conduzimos nossas análises por meio de levantamento historiográfico das leis que favoreceram a entrada de imigrantes europeus, os discursos que sustentavam o debate em torno destes projetos ao longo dos séculos XIX e XX e a dinâmica de desenvolvimento regional a luz dos conceitos de colonialismo interno (CASANOVA, 2001) e comunidade raciais de interesses (QUIJANO, 2005). Com esta base podemos sugerir que a política imigratória e fundiária que beneficiou o imigrante europeu foi fundamental para distribuição racial do território e sua consequente distribuição de poder político e econômico que favorece o eixo Sul-Sudeste. Ou seja, fundamentamos que a configuração espacial que se dá no território brasileiro pode ser vista como a internalização das relações coloniais/modernas que se caracterizam pela estratificação social e pela divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2005) e do espaço (GONZÁLEZ, 1982).

A hora de dar a negativa - Patrícia Gonçalves Pereira (UFRGS). (Re)inventar a vida do lado de cá do Atlântico exigiu dos povos negros transladados habilidades frente ao desconhecido e formas criativas de (re)existência, (re)estruturação e insurgência. A perspectiva criada pelas potências de Exu (RUFINO, 2016), contextualiza a saga dos povos negro-africanos e sua imensa capacidade criadora e transformadora. Nessa perspectiva é que o presente trabalho se propõe a relatar, brevemente, o modo como tem se constituído a luta por direitos, contra as forças de expropriação do Estado e os tentáculos capitalistas no território Quilombo dos Machado, quilombo urbano em processo de titulação na cidade de Porto Alegre/RS, aonde vivem aproximadamente 280 famílias. Inspirada pelas falas dos mestres capoeiristas e das famílias em ginga, busco, um modo de compreender como suas lutas vão sendo vividas e se fazendo nos corpos. Tomo as dinâmicas capoeiristas como epistemologia, saberes mobilizados pela luta contra as forças de aniquilação presentes naquele espaço. O território se encontra numa área construída há cerca de 70 anos, o Sarandi, para assentar uma população removida da região central da cidade, muitas outras famílias que estavam em situações precárias, perceberam esta oportunidade e retomaram este espaço ao longo do tempo. O funcionamento do setor imobiliário, seguindo os ditames do capitalismo, avança em diversas frentes. Uma grande corporação, que está no local há menos de 15 anos, disputa no âmbito judicial a área com a comunidade, que vive há mais de 40 anos na região. Segundo os moradores "não tinha dono antes". A itinerância (AGUILAR, 2012) a que os corpos negros foram submetidos ao longo da história, resultantes de escolhas políticas, reflete nas condições socioeconômicas atuais da grande maioria negra brasileira. Os corpos negros estrategicamente lidam com a desterritorialização (DELEUZE e GUATTARI,1995), carregam em si o primeiro e último território (ARAUJO, 2018, ANJOS, 2018), uma outra ontologia. A eclosão da ginga no corpo ao exercitar as potencialidades encruzilhadas (ANJOS, 2006), é observada no Quilombo dos Machado. As famílias compreendem que estão num jogo, na roda de capoeira, em que os desafiantes escolhem quais movimentos podem fazer de acordo com o ambiente. Eles se nutrem e fortalecem numa rede de apoio, em que há a capoeira, a vizinhança, o movimento negro, a universidade, as mídias sociais, a religião e outros elementos que são mobilizados no jogo enquanto o berimbau continuar tocando. Segundo o Jamaica, capoeirista e liderança do quilombo, "é preciso saber os tempos certos de agir, é preciso saber a hora de dar a negativa".

A Resistência para Sobrevivência no Quilombo Grotão no Município de Filadélfia - TO - Natalia Ismaila da Silva (UFT-Araguaína). A pesquisa investigou as questões referentes as formas de resistências estabelecidas pela Comunidade Quilombola do Grotão situada nas proximidades o distrito de Bielândia, no município de Filadélfia – TO. Historicamente este povo busca suas formas de sobrevivência, por meio de suas relações territoriais, econômicas, sociais e culturais, em uma perspectiva da segurança alimentar. A comunidade originou-se de escravizados vindos da região nordeste do país, retratam uma fase no processo humano no âmbito social e político, resultando da existência e resistência ancestral dos africanos escravizados no Brasil que buscou sua liberdade e dignidade fugindo dos cativeiros, recusando-se à submissão, à exploração e à violência escravista. Esta pesquisa na comunidade quilombola visa analisar a relação com o território, suas práticas cotidianas de sobrevivência, perspectivas agroecológicas e formas que levam a ter embasamento das relações entre a comunidade e a sociedade. A pesquisa tem o intuito de apresentar como esse grupo vive e retira o próprio sustento, a obtenção destes dados se deu por meio de abordagem quali-quantitativa, análises documentais, investigações empíricas, diálogos com autores (as) como: Ramires e Pessôa (2009); Tuan, (2013); Ratts (2006) dentre outros. Sendo subsidiado pelas narrativas e memórias através da história oral (MEIHY, 2011). Entender sobre o território, o lugar, por meio das vivências e resistências é construir íntima relação com suas experiências no âmbito das relações étnico-raciais, do rural, da agricultura, da agroecologia, pois suas vivências e lutas direcionam nesta perspectiva. A título de identificar conteúdos históricos com base em relatos tantos documentais quanto narrativas, se faz necessário entender a origem desta comunidade que enfrenta os estigmas de sua identidade quilombola e permitiu espacializar os saberes/conhecimentos. Tendo em vista que a segurança alimentar está ligada ao atendimento das necessidades da sociedade em a obter produção de alimentos com qualidade nutricional a saúde humana, e, o conceito foi gestado em 1974, na conferência Mundial da Alimentação promovida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura tendo como ponto norteador promover políticas públicas que levem assegurar o acesso a alimentos para todos e a todos, em quantidade e qualidade suficiente garantindo assim uma vida saudável e produtiva. Este trabalho teve como forma de pesquisa as lutas de seus representantes a título de informar as vivências e suas lutas que sempre permeiam diariamente assegurar por meio dos lugares e o território pautas de discursões sobre a terra o direito à terra.

Africanidades e ensino: o que prevalece no livro didático de Geografia? - Rafaela Pacheco Dalbem (Editora Positivo). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas modificações em 2003 (lei 10.639/2003) e 2008 (lei 11.645/2008), deveriam assegurar o ensino da História da África e dos Africanos, bem como todo o percurso de luta e cultura desenvolvido por esses povos no Brasil na formação da sociedade brasileira tendo em vista a sua contribuição e impacto na história do país no âmbito de todo o currículo escolar. Embora ela tenha sido aprovada há 15 anos, de acordo com algumas pesquisas, ainda hoje configura-se mais como uma ação individual de alguns docentes do que uma prática pedagógica adotada pelas instituições escolares. Essa comunicação é parte de uma dissertação de mestrado apresentada Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. O intuito é pensar como que apresenta a análise das onze coleções aprovadas no último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e é dividida em dois momentos. No primeiro momento apresentamos uma análise do edital do PNLD, tendo como foco as exigências que tocam as questões étnico-raciais. O Segundo momento apresenta os dados das coleções aprovadas e nossas análises sobre as mesmas. De maneira específica, dentro de todas as coleções analisamos a distribuição dos conteúdos e páginas, com intenção de verificar o tamanho volume no qual se encontram os capítulos sobre Geografia da África, mostrando a organização da divisão de capítulos e a quantidade de páginas do livro do aluno e do manual do professor; depois levantamos a distribuição das unidades no livro, uma unidade descritiva visa confirmar ou não as afirmações dos Professor Dr. Rafael Sânzio dos Anjos (2005, p. 175), que explicitava suas preocupações com a colocação do assunto "Geografia da África" por último nos materiais didáticos, bem como

afirmava que o assunto sempre apresentou um número menor de páginas; Outro aspecto analisado foram, especificamente, os capítulos que tratam a Geografia da África, com a intenção de descrever o que é apresentado em cada um dos capítulos destinados à geografia do continente. Nesse momento procuramos observar se os capítulos mantêm um discurso de ênfase nos problemas e, em caso positivo, se ao menos esses problemas estão contextualizados. Verificamos também se o continente e seus habitantes (e descendentes) aparecem em outros capítulos do volume; fizemos uma análise do conteúdo das imagens ao longo das coleções e, por fim, apresentamos um panorama dos outros volumes da coleção.

Antes ou depois de 1994? - As espacializações étnico-raciais em Joanesburgo e as preferências pelo apartheid ou pós-apartheid, no período democrático. -Celso Luiz de Oliveira Junior (Universidade de Sao Paulo). Em 1994, na África do Sul, após 44 anos de regime do aprtheid, baseado na segregação étnico-racial da população, deu-se o fim deste regime e o início ao período democrático. Nesta nova era, os diferentes governos que sucederam promoveram diversas políticas no sentido de equilibrar as diferenças sócio-espaciais, geradas no período anterior do apartheid (MURRAY, 2008). Entre março e maio de 2018, estivemos em pesquisa pela cidade de Joanesburgo, onde pudemos observar que, se por um lado grande parte das estruturas promovidas no período segregacionsista ainda permanecem por lá, por outro é possível notar alterações na pirâmide social, geradas, bem possivelmente a partir das mudanças econômicas e políticas compensatórias. Constatamos, por exemplo, a partir de visitas aos bairros e townships, que a maioria das townships – espaços segregados construídos, para segmentar populações a partir da caracterização étnico-racial – continuam a ser compostas pelas mesmas segmentações étnica-raciais iniciadas anteriormente. Há bairros com grande parte da composição populacional alterada, como alguns bairros nas próximidades de Universidades, que fora construídos para brancos ou coloureds e hoje têm grande concentração de pretos. Outros, mantem-se a composição racial "inicial", porém com alterações de caráter étnicos e de nacionalidades, seja de migrantes de países africanos visinhos ou de países do oriente-médio ou visinhos à Índia (statssa.gov.za, southafrica.opendataforafrica.org). De forma geral, observamos que a complexidade étnico-racial nesta cidade não se reduz à dualidade "brancos e negros (ou blacks)", conforme observa-se no discurso geral. Essa complexidade pode ser caracterizada, por exemplo, pelas raças-etnias brancas (como o africaner e o branco (europeu), por exemplo; os coloureds, mistos que tem uma complexa variação de cor e de raça; os pretos e os indianos, que também têm grande variedades de tons, e os últimos associados à castas, pela origem; além de outros grupos orientais e árabes. Assim, a partir destas constatações, o objetivo destsa pesquisa foi verificar a espacialização étnico-racial da cidade de Joanesburgo, no período democrático, e verificar se há diferenças entre as opiniões de moradores, a partir dos diferentes bairros e caracterização étnico-racial, sobre as condições da cidade e sobre pontos positivos e negativos de antes e depois de 1994. Para tanto, enquanto metodologia, verificamos os dados censitários e visitamos diferentes bairros, caracterizados étnico e racialmente, onde aplicamos entrevistas, por survey, para moradores. Enquanto resultados, observou-se uma variação razoável entre as diferentes etnias-raças, a depender das localizações de seus bairros.

As cotas como instrumento de transform(ação) do território - Tuwile Jorge Kin Braga (Prefeitura Municipal de São Paulo), Ao pensarmos sobre o conceito de território proporciona uma leitura sobre o espaço que permite maior entendimento das situações de conflito que estão ai grafadas. Esses conflitos, frutos de uma gama de relações sociais que, num contexto histórico definido, formam um ambiente multidimensional no qual materializam-se formas de poder que atribuem valor para dado território, essas territorialidades podem ser contraditórias ou solidárias.

A vemos na Geografia um importante campo da ciência para interpretação dessa movimentos de (re)ações que marcam diferentes territórios e territorialidades. Preenchendo esses como revelações ou ações, como pontua Milton Santos, que remetem ao passado e que, combinadas com o presente, dão sentindo a vida.

O presente trabalho aborda o debate das políticas públicas, em especial as Cotas raciais, como um importante instrumento para compreender as diversas transformações territoriais que ocorrem dentro da Universidade de São Paulo, ao mesmo tempo, permite uma discussão a cerca da Geografia dos movimentos sociais sobre a ótica de tua participação no uso no território da USP. O trabalho busca também construir um dialogo das Cotas com pensamentos de Milton Santos, principalmente no que tange as questões de "objetos e ações"(Santos, 2011) com a territorialidade do movimento negro da USP. Este movimento negro que escreve, a partir de tua organização, não apenas criou uma agenda de luta do movimento negros dentro da USP, mas, também, posicionou-se na ação de regulamentação do espaço das universidades, já que, as cotas, como um lei, ira permitiu uma territorialidade dentro de diversos espaços da universidade, da presença de outros sujeitos, que historicamente foram marginalizado. Sendo assim, o trabalho acredita na proposta atual da geografia onde se deve considerar a disciplina como um estudo indissociável de sistema de objeto e o sistema de ações que para o entendimento de como se dá à produção/formação do espaço. No caso do presente estudo, o que iremos perceber é que, a compreensão separadamente da dinâmica dos objetos e ações, restringirá a uma análise empobrecida da territorialidade da comunidade negra dentro do campus universitário, ou seja, em uma perceptiva Geográfica das Cotas, buscamos, a partir do objetos e ações, o entendimento de como o movimento negro dialogas com as múltiplas características que envolvem as propostas de transformação do território universitário.

As temáticas raciais, de gênero e espaço nas pesquisas e produções sobre o ensino de Geografia no Brasil: problematizações e contextos - Lorena Francisco de Souza (Universidade Estadual de Goiás). Esta comunicação é um construto a partir do projeto de pós doutoramento em andamento que se dispõe a investigar as produções, teóricas e de pesquisa, acerca das temáticas étnicorraciais, de gênero e sexualidade na geografia escolar e no ensino de geografia, a partir da concepção de formação de professores e o avanço de políticas públicas educacionais que visam a valorização da identidade negra, em destaque a Lei 10.639/03. A metodologia empregada para a realização desta pesquisa consiste em levantamento bibliográfico e levantamento de informações a partir dos diretórios de teses e dissertações de universidades brasileiras. Na política educacional brasileira a questão racial, a discussão de gênero e sexualidade, ainda estão em processo de elaboração e implementação, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais

no Ensino Superior de 2004. No entanto, no contexto atual, presenciamos uma supressão de tais discussões no âmbito escolar, bem como uma escassa produção geográfica sobre tais temas na escola. Nesse sentido, visamos discutir e problematizar tais lacunas. Nossa preocupação em discutir a formação cidadã enquanto um dos princípios do ensino de geografia é uma das principais motivações para a realização desta investigação. Ao compreendermos a geografia como importante ciência que pode propiciar uma leitura espacial dos fenômenos, bem como sobre a sociedade do ponto de vista da espacialidade, evidenciamos que os temas considerados relevantes no escopo social precisam ser melhor trabalhados em seu cerne, especificamente, na escola. Frente a esta contextualização diante de possibilidades de pesquisas no âmbito da geografia que versam sobre a compreensão das dimensões espaciais do gênero e raça, é que procuramos tratar, em nossa atuação enquanto professora e pesquisadora, dos avanços e discussões sobre políticas educacionais e pesquisas voltadas para a valorização das diferenças e superação das desigualdades sociais, de gênero e raça e da construção da cidadania a partir do ensino de geografia ao referendar conteúdos de relevância social. O respeito pela diversidade deve ser trabalhado em todas as áreas do conhecimento, sendo uma das formas de efetivamente incluir a diversidade no currículo acadêmico e escolar. A construção de referenciais positivos sobre a diversidade étnicorracial é a possibilidade para garantir sua inclusão e fundamentação nos currículos de formação de professores de geografia.

Capoeira Angola e a Identidade Negra - Rosemberg Ferracini (UFT - PORTO NACIONAL). Compõem essa redação como as escalas musicais na capoeira angola atuam como instrumento de ações afirmativas políticas e culturais na luta contra o racismo e a discriminação da identidade negra. Estamos baseados em reflexões teóricas e vivência no Instituto N'zinga de Capoeira Angola em São Paulo. Partindo do disco 'Abrigação de Capoeira Angola', o texto traz exemplos da oralidade de matrizes bantus e portuguesas presentes no jogo/dança de Angola. Sustentado na Escola Pastiniana (Mestre Pastinha, 1889-1981), temos o compromisso com o espaço-tempo da Capoeira Angola afirmando seus ritos como resistência. Tais cantos retratam a história da luta do corpo negro, a ancestralidade e religiosidade africana e o retorno à África. A sonoridade dos cânticos, em conjunto com os instrumentos de matriz africana, são articulados nas políticas educacionais e nas estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na geografia escolar brasileira.

Colonialidade e Biopolítica: O Racismo na produção do espaço urbano de Niterói no século XIX - Simone Antunes Ferreira (uff). O presente trabalho discute como a colonialidade do poder e a biopolítica se inscreveram no primeiro Plano de Edificação da Vila Real da Praia Grande transformando-a em Imperial Cidade de Niterói ao longo da primeira metade do século XIX. Dentro desse contexto do XIX, o Estado e uma burguesia moderno-colonial reconfiguravam as cidades brasileiras no fim do colonialismo permanecendo a colonialidade (do poder), ou seja, as relações eram vinculadas aos interesses metropolitanos e sua estrutura interna de poder. Esse discurso também esteve presente em Niterói nas primeiras décadas do século XIX quando recebeu o título de Vila Real da Praia Grande (em 1819/1820) o que indicava autonomia política e administrativa. Logo em seguida o primeiro Plano de Edificações da Vila Real da Praia Grande, de autoria do urbanista francês Arnaud Julien Pallière - tendo como referência os projetos da Paris de Haussmann - foi criado e implantado priorizando o embelezamento com a construção de várias ruas (fácil circulação); eliminação da insalubridade e normas de edificação (muros, gabaritos e alinhamentos). Além de, posteriormente tornar-se capital da província do Rio de Janeiro (em 1835) e, em seguida, o título de Imperial Cidade de Nictheroy (1841). Nesse sentido, temos por objetivo, analisar as intencionalidades e como se deu a inscrição no espaço urbano de Niterói do primeiro Plano de Edificações, reflexo dos diferentes discursos acerca da "modernização" presentes na sociedade brasileira e fluminense neste século XIX. Como tentativa de interpretar as (trans)formações do espaço urbano e identificar quais lugares e sujeitos sociais foram invisibilizados por tal Plano de Edificação a pesquisa adota um caráter geohistórico, pois compreende como não linear a relação espaço-tempo em que se dão as relações de poder e as subjetividades produzidas por e a partir delas. Para isso, o levantamento e análise bibliográfica e iconográfica e a ida à área de estudo são úteis para compreender alguns aspectos históricos que envolveram as intervenções urbanísticas fluminense. A pesquisa encontra-se em fase inicial, reunindo as bases teóricas fundamentais para nos auxiliar na operacionalização da questão. Dessa forma, articular os conceitos da colonialidade do poder por Aníbal Quijano (2005) e Santiago Castro-Gómez (2008; 2009); a biopolítica por Michel Foucault (2008; 2014), e a necropolítica por Leon Farhi Neto (2008) e Achilles Mbembe (2006; 2014) para compreender as transformações/intervenções urbanas em sido nosso foco. Além de promover um debate entre os autores supracitados, também nos propomos a dialogar com a literatura sobre Niterói tais como Thalita de Oliveira Casadei, Ismênia Lima Martins e Paulo Knauss.

Espaço e memória em Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo - Ana Maria Martins Queiroz (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte). Memória e espaço são importantes dimensões dos processos de constituição de identidades e corporeidades de diferentes sujeitos. A relação entre os elementos memoriais e a espacialidade é, portanto, uma possibilidade de análise que nos permite compreender as dinâmicas presentes no cotidiano de mulheres negras. É diante dessa perspectiva que desenvolvo esse texto. A partir da leitura e análise do romance Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo me deparei com importantes elementos que estão imbricados na constituição das espacialidades e corporeidades de mulheres negras. Ponciá Vicêncio é um romance que narra a história da personagem de mesmo nome, que vivia com sua família na roça, na Vila Vicêncio, de propriedade do Coronel Vicêncio. Ao migrar para a cidade ela se vê imersa nas mesmas relações de dominação presentes no campo. A história de Ponciá é bem demarcada pelos aspectos que aproximam a memória e o espaço, já que a sua sobrevivência na cidade é ancorada nas suas recordações, que aos poucos demonstram ser insuficientes para a constituição de seus referenciais e para o seu reconhecimento. Torna-se, portanto, necessário o reencontro com a Vila Vicêncio. Para Ponciá, a vida na cidade perde significado, mas a sua manutenção ali se tornou possível pela memória. As lembranças da protagonista são mais direcionadas para a Vila Vicêncio, definindo algumas memórias de espaço. Entretanto, esse local constitui também para Ponciá um lugar de memória, uma vez que, ao retornar ao campo voltam as vivências de outros tempos. É, no encontro com esse lugar e com as recordações que ele aciona, que ela coloca em xeque a segregação socioespacial e racial existente na Vila Vicêncio. A personagem se recorda dos processos de subordinação em

relação à família do Coronel e se lembra, ainda, de outras vivências. A memória em Ponciá Vicêncio possui um caráter definidor da trajetória socioespacial da personagem. Assim, há no romance lugares que produzem memórias, como é o caso da Vila Vicêncio, e estas podem ser um elemento que interfere na constituição de espacialidades, como ocorre na vivência da personagem na cidade. Certos espaços podem ser vistos como um instrumento capaz de ativar as recordações individuais e coletivas. Esse processo está presente no retorno de Ponciá a vila. Mas há, ainda, a possibilidade da memória produzir espacialidades. Através de lembranças é possível que se estabeleça diferentes significados para os lugares, resultando, portanto, na produção de espaços. Para Ponciá, suas recordações da Vila Vicêncio é um elemento fundamental para que ela perceba que a cidade não é o espaço no qual ela poderia ter seu reconhecimento identitário. A personagem compreende, por meio da memória, que sua espacialidade é na Vila Vicêncio.

Frantz Fanon nos estudos geográficos patrimoniais. - Geny Ferreira Guimarães (CTUR/UFRRJ). Este artigo visa associar perspectivas psicossociais de Frantz Fanon com visões geográficas de patrimônios no Brasil. Partimos de três momentos do livro Pele negra, máscaras brancas, edição de 2008, pela EDUFBA/Salvador/Bahia: "o negro e a linguagem" para refletir sobre as linguagens e representações que estão embutidas nas imagens patrimoniais no Brasil; "sobre o pretenso complexo de dependência do colonizado" para pensar a força que a colonização ainda exerce nos brasileiros e as relações de colonialidade que se formaram e perpetuam-se, ainda, "o preto e o reconhecimento", neste caso, finalizar com uma analogia diferente da proposta de Fanon e não nos reconhecermos pelos olhos brancos de Adler, Hegel, mas por olhos negros de E. W. B. Du Bois, Lélia Gonzalez e Guerreiro Ramos. Assim, discutir como as questões negras também podem ser geográficas, pois linguagem negra, decolonialidade negra e reconhecimento patrimonial são questões espaciais conforme apresentam os autores das afroepistemologias (GARCíA, 2006) e no estudo sobre patrimônios negros no Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 2015). Logo "questões negras são questões espaciais" (MCKITTRICK, 2006).

Geografia das questões étnico-raciais - Andreza Araújo Silva (Universidade estadual de Goiás), Danilo Cardoso Ferreira (Universidade Estadual de Campinas), Quelma Aparecida Braga (Universidade Estadual de Goiás). O objetivo deste trabalho é o de entendermos que geografia é esta que permite compreender as diferenciações dos grupos étnico-raciais a partir de seus lugares, territórios e de seus espaços. O percurso da pesquisa foi de revisão bibliográfica. Entende-se que existem diversos desafios quando se propõe em pensar as temáticas que ressaltam a cultura e as diferenças de comunidade étnico-racial no Brasil, pois, para muitos, estes interesses são simplesmente políticos, porém, o que se observa é que existem lacunas quanto ao debate sobre a condição das populações e comunidades tradicionais no Brasil, e isto é, sim, um projeto ideológico, ou melhor, traços de um colonialismo que ainda está arraigado culturalmente na sociedade brasileira. Por fim, ressaltamos que as barreiras de invisibilidade construída nas ciências humanas e também nas sociedades precisam ser descontruídas a partir da geografia, que, sem sombra de dúvidas, é uma ciência que proporciona uma melhor percepção de mundo aos sujeitos.

Geografias Outras: a nação preta em Manuel Querino (1916-1918) - Diogo Marçal Cirqueira (Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF)). O objetivo desse trabalho é analisar o discurso geográfico do intelectual negro Manuel Querino. Isso envolve pensar a operação que articula meio e raça na construção de um imaginário nacional sobre a recém formada República Brasileira (1889). Do mesmo modo, inclui meditar sobre a experiência negra - coletiva e individual - em um país que havia recém saído de um regime institucional escravista (1888). Manuel Querino foi membro-fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IHGB) e por essa agremiação publicou - nos anais do V e VI Congresso Brasileiro de Geografia - dois textos seminais sobre a formação socioespacial brasileira: "A raça africana e os seus costumes na Bahia" (1916) e "O colono preto como fator da civilização brasileira" (1918). Nesses textos é composto um discurso que se contrapunha às leituras hegemônicas que afirmavam a necessidade de um "branqueamento populacional para o desenvolvimento nacional" e enfatiza o papel protagonizado por africanos na "superação" do meio tropical. Por conta disso - e de sua identidade negra, não somente foi diminuído nos círculos institucional da intelectualidade brasileira do período, como teve a sua produção apagada dos "anais da história brasileira". Querino foi um dos primeiros intelectuais negros a se contrapor às teorias racialistas europeias e é um dos fundadores de um "pensamento negro" no Brasil, ao tentar compreender a experiência negro-africana fora dos estereótipos racistas e de maneira positiva. Frente a isso, dois aspectos chamam atenção nas elaborações teóricas do autor. Primeiramente, seu posicionamento frente a colonialidade que atravessava a produção científica que realizava projeções sobre o Brasil. A maioria dos autores do período se dilaceravam na dicotomia de, concomitantemente, ter de seguir os imperativos que condenavam o Brasil a um triste destino e contribuírem para que a profecia altamente negativa não se cumprisse. Isso criou uma profunda incoerência teórica que, por um lado, era bastante progressista e inovadora, contudo, por outro, reacionária e racista. Querino buscou explicitamente realizar leituras à contrapelo dessas visões negativas ao colocar no centro da formação brasileira o "colono preto". Segundo, suas discussões sobre a relação "homem-meio", sobre o africano e os trópicos, evidenciam a produção de um discurso geográfico para pensar a formação nacional. A condição racial do povo brasileiro projetado no africano foi inquirida lado a lado as análises sobre os trópicos. Assim, mediante uma ideia de meio/clima tropical sublime e insuperável, o africano aparece como "elemento racial" de superação. O africano, nas leituras de Querino, foi o artifício para vencer esse meio/clima hostil, na medida que possuía as "ferramentas biológicas" apropriadas para enfrentá-lo.

Mansões e puxadinhos: um outro olhar sobre a territorialidade - Elisângela Gomes (UFG). Este artigo analisa o potencial da literatura negra na construção de outra abordagem discursiva sobre questões pertinentes à noção de território. A discussão é conduzida pelo conto Mansões e puxadinhos, penúltimo conto do livro Histórias de leves enganos e parecenças (2016), da escritora Conceição Evaristo. O estudo utilizou como metodologia a análise da narrativa literária com abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, com a finalidade de verificar como se dão as relações sociais no contexto de compartilhamento territorial por grupos distintos. A noção de território está orientada pela perspectiva do autor Marcelo José Lopes de Souza (1995) que o compreende enquanto um instrumento de exercício do poder que define uma alteridade. A partir da escrevivência, termo cunhado pela autora Conceição Evaristo (1996), o enredo apresenta uma perspectiva dissonante do pensamento hegemônico e eurocêntrico sobre favela, beco e puxadinho. O conto desvela o discurso

ocidental cristão de uma visão de mundo dicotômica e apresenta um contraponto orientado por uma visão africana, portanto não divisível (FORD, 1999). Como resultados e conclusões podemos afirmar que, na medida em que escritoras negras e escritores negros produzem a sua escrita levando em consideração o contexto ao qual estão inseridas (os), emergem experiências vividas no cotidiano, que interferem sobremaneira na produção literária e inscrevem outras possibilidades de visão de mundo. Um universo particular e ao mesmo tempo coletivo, no qual ficção e realidade são categorias que se misturam propositalmente, se revela, e, ao se revelar, dialoga com o público que acessa e se identifica com o texto literário.

Meu nome é favela: uma análise sócio-ambiental das espacialidades negras da Coreia em Mesquita RJ - Paloma da Silveira da Silva (UFRRJ IM), Otávio Manoel de Camargo Ferreira (UFRRJ - Instituto Multidisciplinar). A pesquisa propõe viabilizar a práxis referente a estudos realizados no campo do Turismo a partir do Trabalho de Base Comunitária (TBC) e sua aplicabilidade no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), localizado na extremidade norte do Maciço do Mendanha, no Estado do Rio de Janeiro e que faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó-Mendanha, sobreposto à uma análise sócio-ambiental preocupada em identificar as contradições produzidas pelo racismo em territórios periféricos e os impactos negativos gerados pela invisibilidade do potencial turístico e politizador desses espaços. Trata-se de uma Unidade de Conservação que abrange os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita no RJ, especificamente a favela da Coreia em Mesquita, territórios que experimentam em seu cotidiano as consequências do racismo institucional de políticas públicas ineficientes que foram e são responsáveis pela formação e manutenção da favelização e constante precarização dos territórios de maioria negra. Além de viabilizar a elaboração de apontamentos no que tange a produção de espacialidades atravessadas pela condição racial dos sujeitos e pelas ações, ou falta delas, oriundas dos organismos oficiais do Estado que geram impactos raciais, sociais e ambientais nocivos. Utilizamos para isso a análise de autores como Rita de Cássia Ariza da Cruz que nos auxiliou em compreender o turismo como produtor de espaço e também de desigualdades, Andrelino Campos que alicerça um debate sobre a criminalização de territórios como a favela e Selene Herculano que nos apresenta ao conceito de Racismo Ambiental. Buscamos identificar experiências que possam servir como inspiração para a aplicação do TBC no PNMNI, fundamentados na necessidade de construir a partir da narrativa vinda dos sujeitos um discurso contra hegemônico. Utilizamos como metodologia a análise bibliográfico-documental com auxílio das aulas da disciplina de Trabalho de Campo em Geografia na UFRRJ-IM pela Prof Dra Edleuza Queiroz e nas pesquisas de campo realizados nas vertentes norte e sul do Gericinó Mendanha. Para uma não conclusão, a pesquisa nos apresentou ao debate que aponta para o atual cenário do mercado turístico do Brasil, um turismo de massa que super valoriza os territórios centrais e invisibiliza a atividade turística e seu lugar no processo social e histórico de produção do espaço das regiões marginalizadas. Além disso, ressaltamos uma outra forma de gestão do turismo, que é vista como uma estratégia de sobrevivência com oportunidade para a implantação do turismo com planejamento realizado pelos sujeitos que experimentam o território, o TBC se apresenta como alternativa para a Conservação da sociobiodiversidade, a Valorização da história e da Cultura, bem como potencializador da economia local.

O negro na universidade e suas experiências socioespaciais - Emerson Darcy Bueno (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA). Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, que está em andamento. A referida pesquisa tem como objetivo compreender como se constituiem as relações socioespaciais de estudantes negros e negras nos espaços de educação formal, tendo a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) como espaço escolhido para tal fim, sendo ela um lugar de construção de sentidos e significados de acordo com as vivências de seus estudantes. Para corresponder a esse objetivo, trabalharemos com análise das vivências socioespaciais e a compreensão de como as memórias desses estudantes se relacionam com o espaço da UEPG, além de entender se este espaço contribui para práticas que reproduzem o racismo e preconceito. Trabalhamos aqui o sentido de espaço e lugar abordado por TUAN (1983) sob a perspectiva experiência do lugar, carregado de significados, além de MASSEY (2008), citando o espaço como sendo um produto de inter-relações. Sobre a questão racial relacionada a espaço de educação formal como a universidade, propomos os estudos de QUEIROZ (2004), CIRQUEIRA (2008, 2017), MUNANGA (2009), também SANTOS (2000, 2004) tratando sobre questão racial no Brasil relacionada ao espaço. A metodologia aplicada da pesquisa será de base qualitativa FLICK (2004, 2013), utilizando entrevistas como forma de coleta de dados para responder ao objetivo da pesquisa MINAYO (2004). A análise dos dados priorizará, nas experiências vividas por estudantes negros na UEPG, se elas configuram na existência de preconceito e racismo, e também os modos de como foram e podem ser superadas. Buscar-se-á, com o resultado deste trabalho, entender melhor as vivencias socioespaciais relacionadas ao sujeito negro (a), bem como identificar os meios e métodos de superação de práticas racistas e preconceituosa vivenciadas no espaço da Universidade Estadual de Ponta Grossa, além de servir como aporte de material para estudos relacionados a este tema, dentro da instituição. Nesta apresentação, mostraremos, os meios que nortearam o início desta pesquisa, e também quem são os sujeitos da pesquisa, a Universidade como espacialidade de experiência social, além da bibliografia que dará suporte à pesquisa.

O processo de marginalização da favela através do racismo ambiental - Vinicius Santos da Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Entender como ocorreu o processo de marginalização da favela através do racismo ambiental e ter um olhar sobre a favela vista de dentro. Esses são os objetivos do presente trabalho, que se desenvolveu através de uma pesquisa teórica, pratica, experiências vividas dentro da favela e conhecimentos pedagógicos adquiridos dentro do processo de formação de professor. Tais práticas fomentam esse debate de como as favelas e tudo que vem de lá são vistos e interpretados por todo o meio social, tendo a geografia um papel fundamental no entendimento de como essa dinâmica de marginalização sócio-espacial se instaurou e se disseminou no meio social, como compreender a relação centro/periferia e as múltiplas relações subordinação/resistência, conceituadas através do racismo ambiental. Essa pesquisa teve ênfase na cidade do Rio de Janeiro, pois, é importante mostrar como o fluminense residente em comunidade vê o seu território e se vê inserido no meio social. Embora para muitos ainda continue pouco alcançável, nos últimos 15 anos houve uma mudança no perfil do estudante universitário no ensino publico, através de investimentos em educação como tentativa de alcançar uma

coesão social, o morador da comunidade conseguiu expandir seu horizonte de conhecimento teórico e ter uma ótica diferente com relação ao seu território. É com essa perspectiva que de olhar a partir das margens e de dentro e não para elas de fora espero contribuir com o debate sobre como se iniciou, desenvolveu e as formas de resistências contra o racismo ambiental e consequentemente a marginalização da favela.

O Racismo Ambiental Como Referencial Teórico para Análises Espaciais - Vinicius Gomes de Aguiar (UFT). Ao analisar diferentes categorias geográficas (espaço, território, paisagem etc) tem se evidenciado que o processo de dominação imposto por grupos políticos e raciais hegemônicos induz a criação de condições ambientais e espaciais injustas, como o direcionamento da oferta de serviços ambientais (criação de unidades de conservação, implantação de serviços de saneamento básico, proposição de monitoramento da qualidade ambiental, estabelecimento de políticas de melhoria nas condições de uso da terra urbana etc.) para áreas ocupadas majoritariamente por pessoas não negras, em conjunto com o pouco investimento nos serviços ambientais, além da indução para a instalação de empreendimentos potencialmente poluidores em locais de maioria negra. A partir desta perspectiva, esta proposta de trabalho tem como objetivo realizar uma revisão teórica sobre o surgimento do debate relacionado ao racismo ambiental nos EUA, como ele foi tratado em análises de locais negros dos EUA, além de interpretar algumas possibilidades de se trabalhar com o conceito de justiça e racismo ambiental nos dias de hoje, com base nas realidades vividas por comunidades negras brasileiras. O procedimento metodológico adotado para esta proposta é a análise de trabalhos produzidos por autores/as que versam sobre os conceitos de "Justiça Ambiental", "Racismo Ambiental" e de "Conflitos Ambientais". A partir deste levantamento, referencia-se que o discurso "individualizante" sobre a responsabilidade humana ou do "homem" diante das degradações ambientais globais mascara o processo político e racial de dominação no Brasil e oculta os processos econômicos de exploração derivadas das relações de produção e de poder que induzem a expansão do capital. Condições ambientalmente injustas geralmente ocorrem em locais com baixo valor das terras, com recursos políticos escassos – característico de comunidades negras pouco representadas nos poderes públicos –, além da sub-representação dos grupos negros em entidades governamentais responsáveis por decisões referentes a localização, tanto de tecnologias ambientais que mitigam impactos, quanto da implantação de empreendimentos potencialmente poluidores. Todo esse processo tem viabilizado a atribuição desigual dos riscos em locais onde a fraqueza política dos grupos sociais locais é evidente, o conhecimento sobre os diretos específicos desses grupos é limitado e a preocupação ambiental, em conjunto com o exercício da cidadania, ainda não se consolidou.

O sistema de distribuição de água na cidade do Rio de Janeiro e o racismo ambiental - Maria Clara de Almeida Camargo (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O debate referente a distribuição e acesso à água, tanto em quantidade quanto em qualidade, é realizado a partir das decisões de forças sociais, expressando fluxos de poder entre grupos sociais (SWYNGEDOUW, 2004). Trata-se das contradições socionaturais relacionadas ao uso e à conservação da água, mostrando a influência do funcionamento do capitalismo sobre isso, bem como explorar alternativas para a superação em contextos históricos e culturais específicos. Portanto, entra nessa análise sobre a gestão de recursos hídricos a identificação de responsabilidades coletivas, mas demasiadamente diferenciadas, entre os grupos sociais que interagem em um dado território (IORIS, 2010).

O racismo ambiental é uma das caracterizações da distribuição desigual dos riscos, em que o fator raça/cor/etnia, quando presente, é utilizado para entender como essa distribuição se dá (BULLARD, 2004). Este conceito implica numa questão relacional presente na estrutura: para entender fenômenos envolvidos por racismo ambiental é fundamental o resgate de processos históricos de formação racial e trabalhar com a diversidade do racismo.

Partindo desta bibliografia sobre o tema de distribuição e acesso a água nas cidades, a questão que cerca este trabalho é entender se é possível falar em racismo ambiental ao tratar de sistema de distribuição de água no Rio de Janeiro. Para tal, partirei do banco de dados do Observatório de Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro, o qual registra, desde 1993, manifestações públicas coletivas que têm a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações. Utilizando a chave "tipo" (uma das categorias usada para registar o conflito), duas classificações me interessam. São elas: "água, esgoto e drenagem" e "infraestrutura urbana". Ao sistematizar quais foram os conflitos referentes à distribuição e acesso à água registrados, onde e porque aconteceram, a próxima etapa é ir para os dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo é obter informações sobre a distribuição étnico-racial da população por região/bairro no Rio de Janeiro e relacionar tais dados com os conflitos registrados. Como resultado parcial, observou-se que existe um indicativo de existência de racismo ambiental ao se falar em acesso e distribuição de água. Os bairros com maior quantidade de população negra concentram mais da metade dos conflitos registrados, com 56,4% dos 117 conflitos registrados (66 conflitos) e 35 bairros dos 56 que registraram conflitos são bairros com majoritária negra, sendo 62,5% do total dos bairros registrados.

Pacífico Negro Colombiano: múltiplas territorialidades e (re)existências - Geinne Monteiro de Souza Guerra (Universidade de São Paulo). O intuito desta proposta de trabalho é refletir sobre a falta e invisibilidade de estudos na Geografia sobre os negros na Colômbia, onde por meio de conceitos geográficos afirmarmos que a presença da população negra colombiana não é só marcante, mas também significativa na contribuição dos processos da formação histórica e socioespacial desse país, assim como no que diz respeito às esferas econômicas, políticas, sociais e culturais. Acreditamos, que é extremamente importante lutar pela visibilidade das produções de conhecimentos sobre o tema, não só no contexto da Colômbia, mas de toda a diáspora negra, principalmente por ir de encontro com a importância de desconstruir e descolonizar narrativas hegemônicas que promoveram e continuam promovendo exclusão dessa população através do racismo institucional e estrautural. Por isso, a importância do papel da geografia ao produzir novas narrativas e construções críticas, releituras e representações da realidade, com intuito de descontruir padrões perversos e violentos impostos pelas estruturas de poder que sustentam o racismo. Defendemos que revelar territorialidades do Pacífico Negro Colombiano, é uma forma também de colocar em evidência os efeitos do racismo, assim como, as formas de resistência nos múltiplos territórios negros colombianos.

Sendo assim, organizamos esse trabalho da seguinte forma: apresentamos o arcabouço teórico-metodológico que utilizamos na investigação, discorrendo conceitos relacionados ao espaço, como território e territorialidades, entre outros, como diáspora, linha de cor, dupla consciência e colonialidade do poder. Logo após, faremos uma breve contextualização geográfica e histórica sobre o Negro na Colômbia, para compreender as relações raciais, destacando o que aconteceu no passado de modo que possa justificar as territorialidades materiais e simbólicas dessa população ao longo dos anos. Junto a isso, trouxemos também os efeitos do racismo na sociedade colombiana e algumas formas de resistência engendradas pelos movimentos negros no país que surgiram entre 1980 e 1990, concomitantemente e, também por influência, de outros movimentos negros em diferentes contextos, onde apresentaremos a importância das territorialidades simbólicas construídas por essa população, que transcende o tempo-espaço entre Pacífico Negro e Atlântico Negro, como redes que viajam ideias de resistências do povo negro na diáspora Afro- latino-americana.

Paisagens sonoras: para uma Geografia Poética da canção negra brasileira - Elisângela de Jesus Santos (Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca" (CEFET/RJ)), Aline Serzedello Neves Vilaça (USP). A noção de escrevivências negras, forjada pela escritora Conceição Evaristo, interessa-nos para a proposição de paisagens sonoras e de uma geografia poética na/da canção brasileira contemporânea. Partimos da escuta do primeiro álbum solo da cantora, compositora e produtora Xênia França (Xênia, 2017) para compor um quadro sonoro-musical que perpasse trajetória individual, crônica social, práticas discursivo-culturais e produção de lugares de memória, interseccionalidade de gênero, raça e classe conforme observou Angela Davis (2016), identidade periférica e étnico-religiosa, entre outras questões estéticas e políticas que desembocam, fundamentam e problematizam um artivismo negro contemporâneo. Considerando a importância fundamental da música como prática cultural da luta negra em termos históricos no "espaço" (físico e simbólico) africano, afrobrasileiro e afro-diaspórico, a proposta pretende ainda conciliar e tensionar diálogos entre distintas linguagens artísticas, combinando e contrapondo intertextualidades entre literatura e música, propondo uma metodologia que articule texto(s) escrito(s) e texto(s) falado-cantado(s) (poético/s) como linguagens sonoro-musicais que compõem tempo-espaço específicos sob episteme decolonial e antirracista. O trabalho submetido à esta Sessão Temática é fruto do projeto "Geografia poética, musicalidades e migração negra no Brasil" por nós coordenado e insere-se nas discussões realizadas no contexto da disciplina "Poéticas e Rítmicas Afrobrasileiras: tensões contemporâneas" por nós ministrada no Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca" - CEFET/RJ, campus Maracanã; além de integrar nossa pesquisa de pós-doutorado em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. A apresentação pretende abrir espaço para discussões mais amplas sobre a produção socio-histórica do espaço da população negra brasileira tanto do ponto de vista subjetivo, quanto sob perspectiva coletiva no presente histórico, contribuindo para os estudos interdisciplinares sobre Relações Étnico Raciais e de uma Socioantropologia com centralidade na população negra brasileira e tendo o campo artístico como palco fundamental de suas relações socioculturais, identitárias e políticas.

Por uma concepção geográfica de territórios negros - Daniele Machado Vieira (Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA). Esse trabalho é parte da dissertação de Mestrado da autora, que trabalhou a geografia histórica dos territórios negros em Porto Alegre – RS. No contexto local convencionou-se chamar de territórios negros os bairros ocupados majoritariamente pela população negra, os quais ficaram conhecidos na cidade devido a presença negra e as práticas culturais ali realizadas. O termo território negro tem sido utilizado em pesquisas de diversas áreas das Ciências Humanas, em geral para se referir a espaços ocupados por grupos negros. Porém sente-se falta de discussões teóricas sobre o que caracterizaria um território negro. Assim, a proposta é discutir uma noção de território negro com base nas concepções geográficas de território, visando aprofundar o entendimento deste recente tema da ciência geográfica. Historicamente a concepção de território foi associada ao território estatal. Na contemporaneidade a Geografia vem trabalhando o conceito de território a partir das relações de poder, não excluindo, contudo, a dimensão identitária e cultural que permeiam esse conceito. Nesse sentido, a partir das relações e das práticas culturais existentes nos espaços estudados em Porto Alegre, será construída uma noção de território negro. Identificou-se que os territórios negros são espaços físicos e simbólicos, configurados a partir da funcionalidade (para habitação, trabalho, lazer etc.) e/ou de práticas culturais (como o batuque, o carnaval, a religiosidade etc.) exercidas por mulheres e homens negros, cujos significados são construídos a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por estes.

Relações étnico-raciais na disputa do saber e do poder no território brasileiro - Andréa dos Santos Penha (Universidade Federal de Mato Grosso)

Este artigo tem o objetivo de apresentar a influência das teorias das relações étnico-raciais na formação social e territorial da sociedade brasileira. Tendo-se em vista, que o processo histórico de formação social e territorial do Brasil construiu-se nas relações de diferentes grupos étnico-raciais, e com a negação de direitos para os povos "não-brancos" (indígenas, negros, asiáticos, entre outros), e entendendo o ser humano como principal ator do espaço. Viu-se a necessidade de se estudar as relações étnico-raciais estabelecidas nas relações sociais brasileiras, e sua influência nas práticas da produção social e espacial. Como metodologia serão apresentadas cinco perspectivas teóricas das relações raciais, ponderando que há a possibilidade de existir autores que podem estar compartilhando de mais de uma perspectiva teórica. Sendo a sociedade regida por leis e normas, e que o racismo se institucionaliza por estes campos burocráticos, se examinou também, obras que discutem políticas públicas e a igualdade de direitos entre brancos e negros no Brasil, e como isto se reflete nas leis educacionais, e nos ambientes escolares. O diálogo dos intelectuais e cientistas sociais, com o contexto histórico, social e político vivido no Brasil, geraram teorias que influenciaram a formação do pensamento social brasileiro e consequentemente das relações sócio-raciais e de produção territorial. Consideramos que tais dinâmicas se firmam na produção do conhecimento cientifico, e na disputa territorial se apresentam perspectivas teóricas numa relação de poder e jogo político.

Territórios negros: Marcadores políticos no bairro Monte Cristo - Azânia Mahin Romão Nogueira (Universidade Federal de Santa Catarina). Nesta comunicação, trago parte de minha pesquisa de mestrado, onde examinei a constituição dos territórios negros, conceitual e espacialmente. Além disso, a partir da compreensão da lógica da ocupação de Florianópolis, capital de Santa Catarina, pela população negra, investiguei onde estão as negras e negros no município e os territórios negros que estes constituem. Os territórios negros diferenciam-se não apenas pela simples presença de pessoas negras, mas pelos processos de identificação territorial pela qual essas pessoas se apreendem destes espaços, caracterizando-se pela resistência à colonialidade, seja essa resistência engajada ou não. Sendo assim, é possível falar de territórios negros mesmo quando falamos de espaços onde a população é majoritariamente negra, como no Brasil, pois não se trata de um processo de formar guetos em espaços brancos, mas do reconhecimento da multiplicidade do espaço e seu potencial político e social. Dessa forma, buscamos nos territórios negros, marcadores que os identifiquem como tais. Estes marcadores podem ser socioeconomicos, políticos e culturais. O que proponho aqui é discutir a construção conceitual dos territórios negros e compreender o que são estes marcadores, neste momento focando nos políticos. Para isso, observei a atuação na política partidária e a posição de poder ocupada pela população negra em outros espaços que "ditam a pauta" do bairro Monte Cristo, localizado em Florianópolis. O que pude observar com minha pesquisa, é que é inegável o papel do fator racial na distribuição espacial dos negros, sendo isso um reflexo das relações raciais presentes no âmago da sociedade brasileira a partir de sua formação, onde até hoje não-brancos têm acesso à oportunidades de forma diferente do que brancos. Além disso, apesar das pesquisas acadêmicas que indicam que no Brasil não existe um voto racial entre os negros, é perceptível que, no Monte Cristo, outras pessoas que se candidataram e que também são do bairro ou têm forte ligação com ele, não tiveram uma votação tão expressiva quanto os candidatos negros, o que pode apontar que o fator racial pode ter importância no voto. Ademais, com a mudança radical na política racial do país, a partir da superação teórica do mito da democracia racial para o reconhecimento oficial da existência de desigualdades raciais, e com a mobilização de ativistas negros(as), ocorre um aumento nas discussões acerca das identidades raciais. Em razão disso, espera-se que cada vez mais negros que se identificam como tal apoiem mais os políticos que também se identificam como negros do que aqueles que não se identificam.

Sessão Temática 47

Pensamentos e epistemologias produzidas por mulheres negras brasileiras: olhares por dentro e fora dos ambientes acadêmicos

As várias faces de uma mesma solidão: A solidão da intelectual negra - Kimberly do Couto Paz (Universidade Federal do Pampa), Jovana Caetano Fontes Peres (Urcamp). Entendendo o que pode implicar ser e estar mulher negra na sociedade racista em que vivemos, e os costumes de sermos preteridas desde nossas infâncias, buscamos, através desta pesquisa, evidenciar problemas não apenas nossos enquanto mulheres negras, mas que permeiam a sociedade em que vivemos e todas as mulheres que serão vistas enquanto intelectuais. Enxergando as especificidades do preterimento das mulheres negras, nossas professoras, amigas, tias, primas e mães. Quanto mais se distingue uma mulher negra enquanto intelectual, ou seja, como um ser admirável, mais afastado dela está o afeto. Estas indagações nascem do que sentimos e enxergamos (falamos do que somos nós, mulheres negras), da maneira como somos retratadas em programas de televisão, quando não expostas a uma situação de hipersexualização ou servidão, somos as mulheres solitárias que podem até ser admiradas, mas dificilmente seremos amadas. Conforme bell hooks, "intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas, porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Segundo, intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla" (1995, p. 468). Isso nos faz perceber que a intelectualidade pode se expressar no ato de questionar e entender a sua posição no meio em que se está inserido. Assim, em muitos casos, a intelectualidade que nos é associada se expressou desde a infância e foi um fator de exclusão. Quando inserida no meio acadêmico, a intelectualidade da mulher negra, além de ser colocada a prova, mesmo sendo um fator de exclusão, pode ser vista, também, como um fator de admiração, mas esta admiração não aproxima essa mulher de um relacionamento afetivo, ou seja, uma mulher negra amada pode ser admirada, mas uma mulher negra admirada, dificilmente será amada. Acreditamos na importância desta pesquisa, afim de ampliar os debates em torno das solidões que uma mulher negra vive, tendo como objetivo principal mostrar que a intelectualidade pode ser um dos pontos que afasta a mulher negra da afetividade e evidenciar uma dor que não é individual, mas coletiva. Com isso, buscamos através de uma analise descritiva, qualitativa, demonstrar as várias faces e dores que formam a invisibilidade afetiva de ser uma mulher negra.

Ativismo Intelectual e Investigação Social: Exercícios epistemológicos a partir da produção de conhecimento de mulheres negras brasileiras - Sônia Beatriz dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). O presente trabalho busca examinar em que medida a produção de conhecimento de intelectuais negras brasileiras que têm atuado entre os séculos XX e XXI nas Ciências Humanas dialogam com a ideia de ativismo intelectual (intelectual activism) apontado pela socióloga Patricia Collins (2013), e ainda com o que a antropóloga Faye Harrison (2007, p. 25) definiu como "habilidades de estudiosas feministas de repensar criticamente e (re)combinar criativamente elementos da metodologia que abordam com eficácia as questões, sensibilidades, e objetivos que inspiram o trabalho árduo que a investigação social séria acarreta". Ao acessar os trabalhos deste grupo de mulheres, busca-se identificar teorias e conceitos chaves que têm nos possibilitado acessar e compreender aspectos fundamentais acerca das condições sociais das populações afro-brasileiras (e

quando pertinente, em outras regiões da Diáspora Africana), bem como em termos mais específicos tendo como foco as circunstâncias de opressão vivenciadas pelas mulheres, o racismo e a luta contra este, e as intersecções de raça com outros sistemas de opressão como gênero, classe e sexualidade.

Memórias de solidão em redes educativas: Um diálogo entre mulheres negras - Danielle Christina do Nascimento Oliveira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ). O presente trabalho é parte da pesquisa em andamento "Mulheres negras e suas redes de afetos: (Des)construções identitárias a partir de um olhar sobre a solidão da mulher negra", tendo como objetivo problematizar os impactos, as tensões, os conflitos, e as negociações cotidianas que as diversas redes educativas produzem a partir da relação das mulheres negras brasileiras com suas afetividades e as diversas formas de viver só, que muitas são submetidas. Deste modo, a pretensão aqui é realizar um diálogo a partir dos estudos produzidos, na contemporaneidade, acerca dos processos identitários afrodiaspóricos, que estão intimamente ligados a trajetória dos povos negros desde que foram trazidos brutalmente de seus países de origem para o Brasil – tratados como mercadorias –, causando assim um grande impacto na construção das nossas identidades negras. Esses corpos trazem marcas tão profundas que os 130 anos da (falsa) abolição não foram capazes de apagar, tampouco de melhorar a situação do negro no país, sobretudo no que diz respeito às suas relações afetivas. A objetificação do corpo negro, foi e ainda é, uma das formas mais violentas de apartar o negro da sociedade. E, a autora (com seu heterônimo de) bell hooks (1995) na perspectiva de escritora referência nos estudos sobre feminismo negro, nos ensina que, sendo o corpo feminino, "mais do que qualquer grupo de mulheres nessa sociedade, as negras tem sido consideradas só corpo, sem mente" (p.6), ou seja, esses corpos são pensado e muitas vezes vividos, pelo viés da branquitude. Dessa forma, a solidão é, portanto, parte inseparável do processo de formação da nossa identidade, a qual historicamente o racismo nos impõe de diversas formas, seja na infância, como nos mostra a youtuber e sócia da Xongani Moda Afro, Ana Paula Xongani, no vídeo que viralizou nas redes sociais: "A solidão da mulher negra – Eu tenho pressa!" (2018), no qual ela faz um desabafo sobre "os medos, os desafios e a força de ser mãe de uma menina preta"; ou já na fase adulta, como nos mostra a youtuber criadora do canal "DePretas", Gabriela Oliveira, no vídeo sobre "Solidão da mulher negra – Papo DePretas" (2016), no qual ela traz algumas problematizações para pensarmos no quanto a solidão da mulher negra é acumulativa. Nesse sentido, nota-se que histórias se cruzam e/ou se completam nos mais diferentes espaços, e, que apesar das discussões sobre essas temáticas terem se intensificado e ganhado mais espaços, a solidão permanece tendo a mesma cor, ou seja, refletir sobre tais temáticas se faz cada vez mais necessário para se pensar em uma educação para o (re)estabelecimento de novos modelos de relações étnicorraciais.

Movimentações políticas de mulheres negras em São Paulo: uma abordagem para além do Feminismo Negro - Ayni Estevão de Araujo (UNESP). Em meio a cada vez mais notáveis articulações e discussões em torno do Feminismo Negro, seja na Academia, seja em outros espaços de luta política, reflito nesta comunicação sobre a relevância de se discutir a organização de mulheres negras, de forma a pautar o Feminismo Negro como uma das movimentações existentes, porém sem nele encerrar uma multiplicidade de mobilizações elencadas pelos sujeitos em questão. Essa abordagem emerge das primeiras impressões de meu campo etnográfico junto a movimentos de mulheres negras, a partir do qual noto como a identificação com o Feminismo Negro não é uma constante entre tais movimentações, ou seja, ainda que se possa observar uma alta veiculação tanto da expressão feminismo negro, em si, como de parte de seu pensamento fundamental, de modo que muitos grupos e lideranças a partir dele definam seu ativismo; seria um equívoco atribuir necessariamente à articulação política dessas mulheres a uma corrente teórica ou prática específica. Essa identificação ou não com o Feminismo Negro, ou até mesmo com o termo feminismo, constitui um ponto de divergência e conflito entre diferentes grupos nos movimentos os quais analiso. Muitas ativistas negam a referência histórica do termo feminismo a lutas que se iniciaram com mulheres brancas, que inviabilizavam completamente a questão de classe e racial, ocultando uma trajetória anterior de luta e resistência de mulheres negras. O campo etnográfico que venho realizando e acerca do qual apresento neste trabalho as primeiras impressões, dá-se junto a coletivos de mulheres negras, sejam eles núcleos de movimentos maiores, sejam independentes, engendrados a partir de pautas ainda mais específicas; bem como junto a movimentos e lideranças cujas pautas são historicamente elencadas majoritariamente por mulheres negras. Meu ponto de partida são coletivos os quais particularmente construo ou com os quais dialogo juntamente com outras mulheres. Caminho etnográfico esse que consequentemente tem por subsídio teóricas tanto do Feminismo Negro, enquanto corrente de enorme relevância acadêmica, em seu empreendimento descolonizador da construção epistemológica, bem como de outras teóricas, que sob perspectivas não autodeclaradas como feministas, trazem análises das condições e trajetórias de mulheres pretas nos processos diaspóricos.

Mulher negra catarinense: Um olhar sobre as epistemologias para além do mundo letrado - Carol Lima de Carvalho (PUC SP). Muito se tem discutido sobre as ausências na historiografia catarinense no que se refere as mulheres negras, sua presença e atuação na construção das cidades são invisibilizadas, tanto nos bancos escolares como universitários. O presente trabalho busca alterar este cenário, viabilizando epistemologias construídas por e sobre mulheres negras do estado de Santa Catarina, mais precisamente Florianópolis entre os anos de 1950 a 1980. A protagonista deste enredo é minha bisavó Jesuína Adelaide dos Santos, mais conhecida como dona Geninha (nascimento 1920, falecimento 2005) mulher, negra, pobre, empreendedora e presidente de escola de samba, devido à falta de condições objetivas rompeu seus anos de escolaridade na quarta-série. Ela provia sua família vendendo rendas de bilro e crivo produzidas pelas mulheres do bairro onde nasceu, a Freguesia do Ribeirão da Ilha, espaço versado pela forte presença da cultura açoriana. Dona Geninha durante seus dias neste plano sofreu os impactos desta noção hegemônica do bairro, assim como do próprio estado. E ser a primeira presidente de escola de samba da cidade, significou tornar-se uma figura de representatividade para construções de múltiplas culturas negras em Florianópolis. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apreender aspectos das epistemologias construídas por e sobre dona Geninha, considerando que estas podem ir além da escrita, do mundo letrado, possibilitando uma mobilidade social para as mulheres que estão às margens, pois conseguem ressignificar suas condições e buscar

alteração nos cenários de racismo, sexismo e machismo. Nesta perspectiva, as análises partirão dos conceitos de interseccionalidade (DAVIS, 1985) para traçar uma conjuntura social, racial e econômica de dona Geninha, além da maneira como ocorre a produção de conhecimentos nos seus espaços de atuação, considerando que suas memorias estão ancoradas em seu corpo (ANTONACCI, 2013), assim ao considerarmos estas performances, a corporeidade e conhecimentos para além da escrita, é possível incorporarmos uma pedagogia performática, visando epistemologias plurais e antirracistas.

Mulheres negras e movimento feminista: pontos de intersecção e ruptura - Ana Cristina Conceição Santos (Universidade Federal de alagoas - Campus do Sertão). Este artigo é parte da pesquisa de doutorado em Educação cujo título "Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana – 1980-1991" no qual evidenciamos a participação de duas entrevistadas baianas no XIX Encontro Nacional Feminista (1987) que ocorreu na cidade de Garanhuns/PE e o Seminário Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (1993), realizado em Itapecerica da Serra/SP. Os encontros das feministas e suas discussões aqui no Brasil foram se desvelando como ambiente que não contemplava as diversidades existentes entre as mulheres. Soares (2000) assevera que nos encontros feministas, as mulheres negras procuraram meios de se tornarem visíveis enquanto sujeito coletivo que possuem diferenças raciais apresentando para além da individuação os problemas nas relações de gênero quando se é mulher negra. O objetivo deste trabalho é revelar de que forma as mulheres negras se articularam nesses espaços pautando a necessidade de interseccionalizar as categorias gênero-raça-classe mostrando, assim, que o movimento feminista deve romper com o modelo de mulher universal (branca, heterossexual, classe média). O aporte teórico que embasa esta pesquisa são as produções das ativistas intelectuais negras.

Parecer de dentro, ser de fora: notas para uma etnografia dançada de uma mulher negra em Moçambique - Jaqueline de Oliveira e Silva (Universidade Federal de Minas Gerais). Para elaboração deste texto parto de um enunciado de Patricia Hill Collins (2016) a respeito das possibilidades que podem ser exploradas pelas mulheres negras enquanto outsider-within. Mulheres negras podem fazer uso criativo do espaço marginal que ocupam enquanto sujeitos sociais e políticos, para questionar posturas cientificas hegemônicas que apontam para a neutralidade do corpo-pesquisador e, por consequência, do conhecimento construído a partir dali. Durante os quatro meses vividos em Moçambique, vi, conversei e dancei junto às mulheres dançarinas e cantoras, musiqueiras e conselheiras, no bairro da Mafalala, em Maputo e nas cidades de Angoche, Nampula, Nacala-Porto e Ilha de Moçambique, na província de Nampula. O objetivo desta pesquisa de campo itinerante era me aproximar dos ikoma (singular, ekoma), termo plurissemântico em idioma emakhua que se refere aos instrumentos, ao local, ao momento em que se dança, ou simplesmente ao ato de dançar entre as mulheres makhuas, grupo étnico predominante na província de Nampula, norte de Moçambique, durante os ritos de iniciação femininos e também durante festas e eventos promovidos pelas associações de dança. A partir destas vivências sou levada a questionar a ideia de mulher como realidade universalmente aplicável, na direção apontada por autoras africanas como Oyewumi (2002). Pensar a mulher no contexto do continente africano requer uma desvinculação de ideias pré-concebidas sobre papéis de gênero, divisão sexual do trabalho, família e também liberdade, emancipação e poder. Por outro lado, estar junto e vivenciar o cotidiano dessas mulheres me fez enxergar também vicissitudes da minha própria existência enquanto mulher negra (brasileira, feminista, pesquisadora). Nos caminhos que percorri por Moçambique, o fato de ser uma mulher negra e, como tal, trazer no meu corpo e na minha dança marcas de ancestralidade, de luta politica, mas também de dor e de violência, me levou a ver e ser vista, dançar e ser dançada de formas singulares. Logo, pretendo nesta comunicação questionar a ideia de que o pesquisador possui um corpo neutro e a realidade, objetiva, está dada num campo e aberta a ser coletada. Aponto a realidade etnográfica como essencialmente relacional, parcial, e por que não, passional. Bibliografia - COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016; OYEWUMI, Oyeronke. Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies. Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies, v. 2, n. 1, p. 1-9, 2002.

Poesia como forma de resistências: Sarau Vozes Negras - Fabricio Henrique Meneghelli Cassilhas (UFSC), Silvana Martins Santos (Secretaria de Educação de Santa Catarina). Em 2017 começamos a organizar e apresentar o Sarau Vozes Negras a partir da necessidade de nos manifestarmos e enegrecermos eventos e espaços dentro da Universidade Federal de Santa Catarina. Uma necessidade que nós alunxs negrxs sentimos pela percepção da falta de conteúdos relacionados com temas ligados a negritude. Desde então participamos de eventos locais como o 16º SEPEX UFSC e o 13º Mundo das Mulheres & Fazendo Gênero 11 e abrimos o primeiro evento de pesquisadores negros do Serviço Social na UFSC: O Serviço social no debate da questão étnico racia. O Sarau Vozes Negras é um Sarau em que contamos a história da literatura afro-brasileira, lendo grandes escritorxs negrxs, com o objetivo de erguer palavras, versos, punhos e trazer a força da poesia e da ancestralidade negras. A poesia é força da palavra viva e vibrante que nos possibilita recontar e recriar nossas histórias garantindo ao povo negro o verbo e verso próprios, rasgando a palavra branca, colonizada e colonizadora. Frases e versos enegrecidos contém o que nos querem calar, gritam através das mordaças históricas e cotidianas e acolhem em seus braços o cansaço e o banzo do nosso povo. A poesia é a força e a palavra viva que faz circular afetos, afagos e revoltas, que nos coloca em roda abrindo olhos, ouvidos e corações, e nos possibilita o reconhecimento coletivamente e o tecer de fios e laços entre o presente e o passado. Do caderninho, do guardanapo, do livro ou da memória, xs participantxs do Sarau Vozes Negras trazem versos próprios ou de outras escritorxs. O microfone é aberto e a palavra é de todxs. O Sarau também se propõe a trazer a força de poetxs negrxs que pelos seus versos resistiram, construíram e transmitiram história. Nesse simpósio apresentaremos reflexões de mulheres negras de dentro e de fora do ambiente acadêmico que passaram pelo sarau, assim como suas obras e epistemologias – seja como parte do repertório, seja pela sua presença física.

Produção e uso da informação étnico racial na internet: novas estratégias de Mulheres Negras organizadas - Dávila Maria Feitosa da Silva (Bibliotecária Escolar), Erinaldo Dias Valério (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Este texto trata-se de uma pesquisa que

discute sobre produção, comunicação e uso das informações étnico-raciais veiculadas nos sites Blogueiras Negras e Geledés. Atualmente as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC´s), que incluem sites, as redes sociais, sites de compartilhamento de vídeos, fotos e textos, têm sido ferramentas de comunicação utilizadas pelas mulheres negras como um meio estratégico de se organizarem e de serem protagonistas de suas histórias. Historicamente foi negado ao povo negro escrever e contar sua história e para as mulheres negras essa negação foi ainda mais evidente. Os registros que se tem foram redigidos pelos colonizadores, que com seus olhares de dominador as expõe como seres objetificados, inferiores, rebeldes, feios, animalizados e subservientes. No período escravocrata a luta dessas mulheres para alcançar a chamada "liberdade" e a dos seus companheiros, filhos, filhas, parentes e amigos era um fato que se estende até hoje. A partir dessas premissas, o presente estudo tem como objetivo analisar processos de produção e uso da informação étnico-racial na construção da identidade negra tendo como foco os sites administrados por mulheres negras, com o intuito de identificar nas informações étnico-raciais produzidas por elas uma posição de enfrentamento ao racismo, machismo e sexismo no Brasil; identificar e analisar as temáticas que mais se destacam em suas produções, como também caracterizar estas plataformas como instrumentos que podem ser utilizados como ferramentas pedagógicas e de formação. A metodologia tem base na netnografia, possui um enfoque na pesquisa qualitativa relacionada à perspectiva social e os sites definem o campo de pesquisa. Desta forma a investigação procura identificar estratégia de organização das mulheres negras a partir das informações étnico-raciais disseminadas nesses repositórios. Entendendo que quando as mulheres negras escrevem e disponibilizam suas escritas para outras, é uma forma de enfrentamento ao que historicamente foi negado, ou seja, é uma estratégia de organização direta e indireta. Esta é uma pesquisa em andamento que visa ser mais um instrumento de visibilidade a produção das mulheres negras e de combate ao racismo, machismo e sexismo.

Tornando-se mulher, professora e negra: trajetória de alunas na Educação do Campo (UFRRJ) - Karina da Silva Machado (UFRRJ), Sandra Eliana Silva Barroso (UFRRJ). Estudos já realizados na área de gênero e ciência trazem como contribuição várias facetas em que gênero opera como marcador primordial na ascensão profissional de mulheres na carreira científica. Em alguns casos, aparecem subrepresentadas pelo sexo masculino (Milena, 2012). Em outras situações, tendem a conciliar a dupla jornada de trabalho no espaço público e privado, diferenciando suas trajetórias dos demais colegas. A partir dos anos 90 há uma feminização das universidades. No entanto, a participação das mulheres encontra-se ainda altamente relacionada às áreas específicas do saber que têm forte ligação com os padrões culturais criados sobre o papel da mulher na sociedade. Quando pensamos nas alunas negras do curso de Licenciatura em Educação do Campo, podemos recorrer a Bourdieu (2005) ao informar que o sexismo é um essencialismo. Ele visa imputar diferenças sociais historicamente instituídas a uma natureza biológica funcionando como essência. Legitimado assim por um habittus estruturado e estruturante das relações sociais o qual se configura ainda pelo princípio de visão e divisão de lugares e espaços específicos para homens e mulheres na sociedade (Bourdieu, 1996). A escola acaba por reproduzir, em seus espaços, toda ideologia presente no imaginário social e isso interfere diretamente nas trajetórias individuais de estudantes negros. A entrada dessas mulheres na seara universitária possibilita a ascensão no campo do saber e estimula outras a considerar possível integrarem-se aquele ambiente, antes pensado ser algo inviável. Um outro fator presente é a pequena presença de mulheres negras como docentes ou estudantes de pós-graduação. O que pode ser entendido como impedimentos relativos à classe, à raça e ao gênero. Alunas têm que lidar com as dificuldades de permanecerem em uma universidade federal. A educação diferenciada pela pedagogia da alternância que valoriza a realidade de cada sujeito, constrói mulheres enquanto sujeitos históricos. Isso as auxilia caminhar cada vez mais para uma educação libertadora e revolucionária. Ser mulher nessa sociedade é extremamente cansativo, quando se precisa lidar todos os dias com o machismo e patriarcado, operando sobre nossos corpos e roupas. Objetivamos identificar como gênero e raça operam na trajetória educacional de alunas negras do curso. Entrevistas foram realizadas com alunas autodeclaradas negras das seis turmas de discentes. Esta é uma pesquisa quantitativa em andamento, no âmbito do PIBIC da Licenciatura em Educação do Campo (LEC), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ainda não temos um resultado final, mas já percebemos que por meio da Educação do Campo, houve um empoderamento cientifico, humano e de gênero.

Trajetória de Mulheres Negras em Instâncias de Poder na Amazônia Paraense de 1995 a 2015 - Maria de Nazaré Costa da Cruz (Universidade da Amazônia - UNAMA). O Brasil é um país Patriarcal, que pela sua formação política, econômica e cultural, silencia a participação das mulheres como sujeitas sócias na sua construção histórica (PERROT,1988), e para as mulheres negras mais ainda, pois estas só aparecem na Historiografia brasileira como as negras escravizadas (VAINFAS, 1997), que trabalhavam na lavoura, as amas de leite, as negras de ganho, na casa grande ou as mulheres de cama, essa construção pejorativa em relação as mulheres negras atravessaram séculos, e criaram-se estigmas sobres elas. Algumas mulheres negras conseguiram superar esses desafios e ocuparam lugares, de "poder" destacando-se por tornarem-se exceções. Mais num país desigual, onde essas mulheres, acumulam opressões, de gênero (SCOTT, 1992), raça e classe (DAVIS), pois são, Mulheres, negras e pobres, uma combinação perfeita das opressões (LORDE, 2016), como as mulheres que são exceção a essas regras, conseguiram chegar a estes espaços? Indagação que pretendemos responder nessa pesquisa, que é oriunda do projeto de Conclusão do Curso (TCC), do Curso de História, ainda em andamento da pessoa autora. A pesquisa será sobre Mulheres Negras que moram na Amazônia, e que estão em istâncias de Poder. Sendo que esses sujeitos sociais corporificam várias opressões, vamos pensar a forma que elas lidam com essa interseccionalidade,(CRENSHAW,2002), de serem mulheres, negras, pobres e da Amazônia `Paraense (DEUS, 2008). Serão abordadas sete gerações de mulheres negras, contando suas Histórias de vida, suas trajetórias políticas, até chegarem as instâncias de poder. em um período de 20 anos. As Instâncias de Poder pensadas são: Academia, Partido Político e Sindicatos. A pesquisa será fundamentada metodologicamente pela História Oral (HAMPÂTE BÁ, 2010), faremos uma revisão bibliográfica de pesquisas que antecederam esta. As fontes que serão utilizadas , partem inicialmente do campo teórico da história, mas não somente desse, terá um caminhar transdisciplinar, como propõe (BARRO, 2016), possibilitando o diálogo entre várias ciências Serão utilizados, artigos, teses, em que os autores debatem sobre os conceitos analisados (Interseccionalidade, raça, classe, feminismo negro, Amazônia

paraense enquanto um espaço de produção intelectual), privilegiando autoras negras que debatem sobre a condição da mulher negra: Lélia Gonzalez, Zélia Amador de Deus, Sueli Carneiro, Matilde Ribeiro,, Patrícia Collins, Conceição Evaristo, dentre outras. Destacamos a importância de utilizar essas fontes na pesquisa porque partem das escrevivências epistemológicas dessas mulheres negras, possibilitando um processo de decolonialidade na construção de um saber histórico. Esta pesquisa pretende contribuir com a visibilização de Mulheres negras na Historiografia da Amazônia.

Trajetórias negras femininas influenciando o olhar e a produção científica de um pesquisador negro numa perspectiva da Filosofia da Diferença - Luis César Rodrigues Jacinto (UNIPAMPA). A justificativa para falar sobre mulheres negras na minha trajetória acadêmica tem a primeira influência no território privado. No meu núcleo familiar, destaco minha avó materna, Maria Delfina Rodrigues, e minha mãe, Neusa Maria Rodrigues Jacinto, mulheres que estabeleceram o cuidado de si, e em suas singularidades produziram devires em seus territórios ao serem provedoras da família, assim como a historiografia de mulheres negras em diferentes períodos históricos confirma esta tendência. A inserção desta temática na produção acadêmica justifica-se como propósito de emergir as vidas comunitárias de mulheres negras na região da campanha gaúcha, cuja historiografia tradicional e eurocêntrica, e não tem propiciado o devido reconhecimento. Foi assim que na monografia de conclusão do Curso de Especialização em Educação e Diversidade Cultural (UNIPAMPA, Campus Bagé), concluído em 2015, analisei a vida comunitária de Dona Santa, a partir dos testemunhos de pessoas que conviveram com ela e que participaram das suas práticas religiosas e benzeduras nessa localidade. A possibilidade de conectar existências femininas através de pesquisa, e em torno de processos de subjetivação vivenciados por mulheres negras no contexto da comunidade quilombola de Palmas torna-se tema da minha dissertação de mestrado no programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa/ campus Bagé em andamento. Utilizo autores como Nascimento (2008), Foucault (1996), Deleuze e Guatarri (1997), Hall (1997, 2003), Louro (2008), Davis (2016) como referencial teórico para consecução deste trabalho que aborda estas múltiplas trajetórias femininas.

"Nós 'morenas' somos mais quentes, mais sei lá" - uma análise da violência racial na relação entre prostitutas e clientes. - Alyne Nunes (UFPE). No universo da prostituição as relações estabelecidas entre prostitutas e clientes são determinadas por diversos marcadores. É preciso destacar que esse fenômeno tem em seu surgimento e continuidade a diversidade de serviços ofertados para os mais variados desejos, entendendo que esse desejo precisa ser discutido a partir dos mesmos marcadores presentes na relação entre prostitutas e clientes. Um desses marcadores é a questão racial. Raça tem sido pensada de maneira insuficiente no universo da prostituição, dada a sua complexidade e por ser uma das estruturas mais opressoras que marcam a formação do Brasil ignorá-la contribui para a perpetuação de certos estigmas em relação às mulheres que se prostituem. As abordagens que discutem a questão da prostituição tem no gênero e na classe suas principais formas de reflexão, historicamente as produções acadêmicas e os movimentos feministas buscaram analisar esse universo pensando desde os mecanismos de opressão que levaram essas mulheres à prostituição até mesmo a existência da possibilidade de libertação/empoderamento que essas mulheres podem vivenciar. Muito embora haja uma vasta produção e um amplo debate é preciso denunciar a invisibilidade do recorte racial nessas análises, ignorar nosso passado colonial e todas os seus desdobramentos é garantir a manutenção do racismo. Na prostituição a violência racial aparece como um marcador central para compreender como se organizam aspectos que vão desde os motivos de entrada, permanência e saída na ocupação até o cotidiano com as outras prostitutas e clientes. Ao entrevistar mulheres negras que estão na condição de prostitutas foi verificado um padrão nas narrativas sobre diversos aspectos envolvendo os clientes. Questões como valores, práticas, trocas, afetos e interesses são percebidas por cada uma delas a partir da questão racial, mas também a partir de outros elementos, tais como, idade, local de exercício da ocupação e expectativas em relação a prostituição. É a partir do feminismo negro e das epistemologias feministas com suas técnicas, métodos e metodologias que procuro compreender como se constituem essas relações, pensando as práticas, desejos e reconhecimento dessas mulheres negras em um universo que reforça a existência do corpo a partir da sexualidade.

"Quien no tiene de inga, tiene de mandinga": o enfrentamento das ativistas negras mediante a negação do racismo, no Peru. - Joselina da Silva (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO). Em 2018 celebram-se cinco datas referenciais para o movimento negro latino americano: Vinte E seis anos do I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe - República Dominicana 1992- onde ocorreu a criação da Rede Afro Latina e Afro Caribenha de Mulheres. Lá, houve a instituição do 25 de julho (dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe). Celebramos dezessete anos da III Conferencia Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, na África do Sul, em 2001. Outro é a instituição da Allianza Estratégica Afro-Latina e Caribenha, na Conferência Regional das Américas, em 2000, no Chile. É também, o terceiro ano da Década Internacional de Afrodescendentes. A pesquisa é de cunho qualitativo. Concomitante à realização das entrevistas estamos analisando panfletos, arquivos pessoais, jornais, a literatura acadêmica, bem como informações concernentes, disponíveis, nas redes sociais. Esta é uma pesquisa em andamento no âmbito do N´BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais) certificado pelo CNPq. Segundo Portocarrero (2000), acreditou-se que o Peru era uma sociedade sem racismo, com a frase: "quien no tiene de ingá tiene de mandiga". Ou seja, a mestiçagem teria legado herança indígena ou herança africana a todos os peruanos. Andrews (2007) ao referir-se aos afrodescendentes, deixa ao largo as especificidades das mulheres negras. Partindo das teorias de movimentos sociais, gênero e raça vimos buscando observar como as performances identitárias se estabelecem nas práxis organizativas. Paralelamente estamos organizando um levantamento sócio- histórico das estratégias empreendidas na luta contra o racismo e o sexismo, no Peru. Esta pesquisa situa-se em meio aquelas cinco datas históricas. Desejamos saber como estes marcos internacionais colaboram com a obtenção de uma agenda reivindicativa das mulheres negras. Dados preliminares apontam que mulheres negras são as mais vulnerabilizadas no país. Esta é uma pesquisa em andamento no âmbito do N´BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais) certificado pelo CNPq.

Sessão Temática 48

Relações Raciais na Educação Básica: pesquisas, práticas e construção de saberes

A África em nós: (Re) Conhecendo nossa herança africana - Graziele de Moraes Vidal (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro). A criança negra raramente encontra representatividade no ambiente escolar. O conteúdo programático e os livros didáticos, não fornecem representatividade e reservam aos negros apenas o papel de escravizados no período colonial. Ocultam as histórias dos povos trazidos do continente africano, o protagonismo desses sujeitos no processo abolicionista e na história geral de nosso país. Essa invisibilisade recobre a África de mitos infundados e culmina em uma folclorização dos povos escravizados e da cultura afrodescendente. Assim sendo, se a escola deseja ser formadora de sujeitos críticos e reflexivos faz se necessário apresentar, desmitificar e valorizar a participação dos negros trazidos da África ao Brasil e de seus descendentes na cultura brasileira. Através da representatividade os alunos negros adquirem altivez e reconhecem-se como sujeitos que podem mudar sua história de vida e enxergam novos caminhos e possibilidades. E aos alunos não negros é ofertada a oportunidade de entender a história de formação do povo brasileiro e de seus aspectos culturais. O cumprimento da Lei 10.639/03 é um instrumento essencial nesse processo. Contudo, o currículo que vem sendo utilizado na escola pública atual não atende às necessidades da sua clientela e, através dele, a escola propaga o racismo e a exclusão dos mais pobres. Deste modo, o presente trabalho relata as experiências de implementação das Relações Raciais no ambiente educacional com uma turma do 4º ano da Rede Municipal do Rio de Janeiro. Pautou-se na necessidade de inserir estudos sobre a África, dos povos oriundos deste continete, de seus descendentes e de ofertar à este grupo a visão de um mundo que dialoga com sua realidade, que conversa com sua ancestralidade e que fornece bases e contextos para a reflexão crítica da realidade.Para isso, a metodologia utilizada baseou-se na sensibilização com vídeos demonstrativos e de histórias ocorridas no continente africano,explanações orais, leituras coletivas de contos, livros, biografia de personalidades africanas influentes em diversas áreas, apresentação da arte, cultura e arquitetura, estudos sobre os países africanos de língua portuguesa. O desenvolvimento deste trabalho oportunizou a compreensão da importância da Lei 10639/2003. Sem dúvidas, afeta substancialmente os conceitos de África e cultura afrodescendente dos discentes envolvidos. Não é um trabalho que se finda ao término do ano letivo, mas que prepara o solo e planta sementes para novos conhecimentos.

A consolidação de um currículo afro-referenciado nos Anos Inicias do Ensino Fundamental: diálogo sobre práticas outras, decoloniais. - Luciana Nascimento (Professora da Educação Básica). As alunas e alunos da Educação Básica, necessitam, desde os seus primeiros anos de escolarização, estarem em contato com uma visão positiva sobre os africanos e afrodescendentes, com a finalidade de impedirmos a perpetuação dos estigmas e estereótipos fortalecidos no imaginário social brasileiro sobre estes indivíduos, combatendo o racismo e oportunizando a valorização identitária a partir da infância. Consonante a estes princípios, buscamos a efetivação de um currículo que ultrapasse as possibilidades sistêmicas sugeridas, em geral pautadas pela supervalorização de saberes ocidentais eurocentrados, para então ofertarmos aos educandas e educandos possibilidades outras à construção de conhecimentos, baseadas em saberes decoloniais. Desta forma, apoiados na Lei 10.639/03, produzimos uma práxis combativa à subalternidade legada à negritude na sociedade brasileira, edificando um modelo educativo antirracista sublinhando o povo negro como detentor de práticas culturais específicas, produtor de conhecimentos e influenciador da História e Cultura do Brasil. A partir de uma compreensão afro-referenciada sobre os conteúdos elencados para os primeiros anos de escolaridade, edificamos um paradigma valorizador da negritude, apresentando elementos culturais e personagens afrodescendentes e africanos, tanto fictícios quanto históricos, construindo visão positiva sobre a negritude, apostando, também, na representatividade como elemento influenciador da autoestima, facilitadora do envolvimento de indivíduos com a produção de saberes. Ao enegrecermos o processo ensino-aprendizagem, possibilitamos o (re)conhecimento da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Racias, almejando superar o formato tradicional dos processos escolares, envoltos na visão patriarcal e racista, e assim combater o arquétipo colonial de construção dos conhecimentos, no qual o padrão branco e europeu é compreendido como universal (Oliveira; Candau, 2010), cedendo espaço às dimensões éticas, identitárias e representativas no currículo escolar pela decolonialidade do saber (Miranda, 2013), fomentando uma sociedade enaltecida da sua identidade étnico-racial e, por isso, imparcial, equitativa e justa.

A escrita de professoras negras: impressões do chão da escola na construção de contra-currículos - Célia Regina Cristo de Oliveira (PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS- SME- Prof. Ed. Básica Fundamental- Anos Iniciais). Este trabalho é um breve recorte da dissertação de mestrado, de minha autoria, intitulada "Sobre nós, mulheres negras na escola: um estudo sobre relações raciais e perspectiva decolonial de educação". Na qual parto de duas dimensões físico-experienciais, sendo a primeira dimensão autobiográfica (BUENO, 2002, NÓVOA, 1992), na qual vou me ater neste trabalho, onde faço uma rememoração de minha trajetória em tempos/espaços distintos, tais como a escola onde atuo, bem como as contribuições de outros espaços cujas práticas pedagógicas trouxeram reflexões para o campo da educação para as relações étnicorraciais. Junto ao termo autobiografia (escritas de si) soma-se a "escrevivência" (EVARISTO, 2007), termo presente nas narrativas de histórias de vida de sujeitos silenciados e subalternizados pela história oficial, como direito a possuir um lugar de memória (NORA,1993), sobretudo de mulheres negras encontradas nas obras da escritora-ativista do Movimento Negro Brasileiro, Conceição Evaristo. Assumir a escrevivência como método me moveu, junto ao coletivo de mulheres negras a formar a Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras, uma rede que vem sendo tecida no diálogo com a Red de Maestros y Maestras Hilos de Ananse

(Colômbia) cujas narrativas de práticas pedagógicas tornam-se centrais nas arenas de intercâmbio e na experiência pessoal de construção de "contra-currículos" (MIRANDA, 2014). Assumo a decolonialidade no sentido de Aníbal Quijano (2005). Vejo a possibilidade de rastrear pistas nos percursos de formação de praticantes docentes (PACHECO, 2008).

A história e a cultura afro-brasileira e indígena no Instituto Federal do Rio de Janeiro: o relato da experiência do NEABI em Duque de Caxias - Lucineide Lima de Paulo (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ), Marcelo Cardoso da Costa (PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO - IFRJ - CAMPUS DUQUE DE CAXIAS). Este relato de experiência narra a constituição do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Duque de Caxias. Este núcleo passou por três fases: sua formação (2012-2015), consolidação e expansão (2015-2016) e práticas de ensino, pesquisa e extensão (período atual). Neste resgate histórico, buscou-se compreender o percurso constitutivo dessas três fases, a partir das intervenções no campus e atuações junto aos docentes e discentes. Realizou-se uma retomada cronológica com descrição das estratégias ligadas à implementação das ações afirmativas, principalmente em relação às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que dispõem sobre a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no ambiente escolar. Observou-se uma conquista progressiva do espaço, com projetos que partiram de palestras e oficinas formativas e artísticas; parcerias interdisciplinares; abertura para inclusão de debates e intervenções questionadoras e críticas; intensa e criativa participação dos discentes e execução de políticas concretas e visíveis, como a elaboração de dados sobre a percepção da escola em relação à cultura afro-brasileira e a criação de uma disciplina optativa; até o atual estágio, em que se acumulam todas as conquistas de atuação anteriores favorecendo a expansão para o campo do ensino, da pesquisa e da extensão. Além disso, foram conquistadas bolsas de auxílio dentro do próprio Instituto (como o Programa Institucional de Bolsas de Incentivo às Atividades de Extensão – PIBIEX), que viabilizaram alguns projetos. A continuidade dos trabalhos mostra-se possível pela permanência dos coordenadores antigos no grupo, os quais agregam sua experiência às novas ideias. Desse modo, confirma-se como válido o empenho conjunto da comunidade acadêmica, composta por servidores de diferentes formações acadêmicas e cargos na escola, e por alunos em distintos níveis de estudo. A independência do grupo e a forma autônoma de os integrantes desenvolverem projetos contribuem para o crescimento do Núcleo, favorecendo a diversidade de abordagens e multiplicidade de temas. Hoje o núcleo é reconhecido, contribui para o empoderamento de discentes e servidores, fomenta a valorização e a identidade da cultura afro-brasileira e indígena, dissemina ideias e práticas pedagógicas associadas ao currículo escolar, e atua no tripé Ensino/ Pesquisa/ Extensão.

Afetividade e Cotidiano Escolar: A construção existencial da identidade negra - Gisele Rose da Silva (CEFET-RJ). O primeiro esforço do existencialista é o de pôr todo homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade da sua existência. E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua estrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. A construção existencial demonstra que existe uma essência humana que nos determina, mas essa essência é constituída através da existência, ou seja, a partir de escolhas feitas, então podemos pensar que a identidade negra faz parte de uma construção que se ancora nas relações de afeto construídas no cotidiano escolar. O presente projeto visa a ressaltar a importância da afetividade, conceito refletido pela intelectual negra Azoilda Loretto da Trindade, na construção existencial de uma identidade negra, juntamente com a aplicação da Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio, resgatando historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Abordando o racismo numa perspectiva macrossocial e micropolítica, percorre o cotidiano escolar, destacando práticas e discussões que veiculam o racismo, percebendo, contudo, que a maior parte das pessoas do universo escolar não são vistas, nem se veem como racistas e eurocêntricas Acreditamos ser oportuno destacar que o racismo é o eixo do nosso trabalho, na medida em que ele atravessa todos os lugares, inclusive a escola - foco da nossa investigação, bem como todas as pessoas independentemente de sexo, etnia, classe social, religião, opção política. Focar o cotidiano para refletir Educação-Diversidade-Igualdade ancora-se na crença de que o cotidiano nos possibilita ouvir/ver a multiplicidade de vozes, cores, tessituras que se entrelaçam, se sobrepõem, isolam-se, contrastam-se, interagem. Ancoramo-nos em pressupostos e observações de alunos (as) negros (as) que fazem parte do cotidiano escolar, sendo imprescindível construir a afetividade deste espaço. Nesta trajetória, precisamos construir a importância de pensar como o outro se sente, como podemos afetar e sensibilizar as práticas educacionais para que estas possam contemplar crianças e jovens negros em um círculo conjunto de afetos e sentimentos para obtermos um cotidiano escolar liberto do racismo. A nossa afetividade (afetos, sentimentos, emoções) é uma manifestação corporal, se manifesta via nosso corpo, que circunscreve nossos sentimentos, nossas percepções: um toque, uma carícia, um aperto de mão, um afago, uma música, uma grosseria, a leitura de um poema, uma brincadeirinha, um xingamento, um encontro um desencontro, uma agressão.

ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Educando para as relações Étnicos-raciais. - Bianca Cristina da Silva Trindade (UFRRJ). Arte é conhecimento elaborado historicamente, que em sua significação cultural traz, na visão do artista, um olhar crítico e sensível sobre o mundo. Esta pesquisa é baseada em referenciais teóricos que abrangem os estudos da infância, o ensino das Artes Visuais e a educação das relações Étnico-Raciais na escola. Com objetivo abordar e refletir o papel que a disciplina, exerce no currículo da Educação Infantil, como recurso pedagógico para formação identitária da criança, em especial à criança negra. Perceber o impacto do racismo na infância e os seus efeitos é preocupante, este pode inferiorizar a uma raça, dominar, deixa marcas e silencia no meio escolar. Refletindo sobre o problema, penso no que as crianças sabem e têm a dizer sobre racismo? Por que a igualdade racial ainda é um desafio para os sistemas de ensino? Como as Artes Visuais podem ajudar neste processo? Este texto evidencia a nossa visão da criança como ator social, uma vez que é desejada a sua fala. São possibilidades essenciais para este estudo com crianças a democratização de ensino. Com o intuito de contribuir para a reflexão que envolve nossa permanente formação como docentes. Evidenciar práticas pedagógicas através das Artes Visuais na Educação Infantil, utilizando diferentes recursos - roda de conversas, fotografias, desenhos e relatos das crianças.

Repensando a escola como formadora de identidades a favor de uma educação que prioriza a Diversidade racial na Educação Infantil. Palavras – Chave: Artes Visuais. Educação Infantil. Relações Étnico-raciais.

Baixada Fluminense, Educação e Candomblé: insurgências e perspectivas outras, num debate decolonial - Sandra Regina de Souza Cruz (UNIRIO). A escola, para os especialistas em educação e a maioria da população brasileira, é considerada o espaço privilegiado de socialização e educação de jovens e crianças. É na escola que se aprende os códigos formais e os valores éticos e morais que sustentam a vida em sociedade. A pesquisa histórica revela que a escola cumpriu e cumpre um papel social a partir da crença na razão, na ciência e na consolidação dos estados Nacionais. Entretanto, recentes pesquisas vem demonstrando que a escola não é mais o lócus privilegiado de socialização de saberes e conhecimentos para as novas gerações, e que existem outras formas, outras organizações e outras instituições que, apesar de não serem reconhecidas pelo Estado, formam e socializam em outros conhecimentos para estas mesmas novas gerações. Pensando nestas outras formas de educação, além do espaço escolar, é que vamos investigar e analisar os processos de socialização e educação nos terreiros de Candomblé, especialmente no terreiro Ilè Asé Iyá Nasso Oká Ilè Osum situado em Nova Iguaçu na Baixada Fluminense. Como esse espaço educa seus membros? Qual o papel da tradição oral frente ao pensamento colonial que coloca a escrita como conhecimento superior? Como esses jovens enfrentam o racismo religioso em seus espaços de atuação? Estas, são algumas questões que levanto para investigar e analisar as aprendizagens em espaços não-escolares ,seus desafios e enfrentamentos, frente a sociedade colonizada. Pensar uma prática escolar que insira valores, pertencimento e respeito à ancestralidade é trazer para o campo educacional uma nova realidade, que em uma perspectiva decolonial busca integrar conhecimentos, trazer à roda valores e metodologias não-escolares/ academicas . É construir um movimento dialógico de intercâmbio, onde o resultado é inacabado; é considerar outras lógicas e outros saberes.

Conhecendo a nossa história: da África ao Brasil. Uma proposta de revisar a educação e a laicidade – Formando gerações sem racismo - Claudia Cristina Rezende Puentes (Centro de Formação e Inclusão Social Inaê), Luana Tavares da Silva (Escola Estadual Rocha Cavalcanti). O objetivo desta pesquisa é o de descrever como o nosso trabalho com o Projeto Conhecendo Nossa História: da África ao Brasil, consolidado em terras alagoanas, através da parceria entre governos vem contribuindo para conhecermos os desafios cotidianos no ambiente escolar e possibilitar minimizar os efeitos de nossa colonização. Através de práticas metodológicas diferenciadas, aplicar a legislação partindo da história do Quilombo dos Palmares, com suas heroínas e heróis, elucidando a repercussão na cultura local, dos guerreiros e guerreiras, bem como o processo de identificação, elencando todos e todas à formação afrodiaspórica. Acreditamos que não só na comunidade escolar, mas além das salas de aula, especialmente no ciclo inicial a necessidade de correlacionar o cotidiano com fatos históricos, contribui para a identificação individual acerca dos preconceitos e racismos velados desde a formação de nosso país. Provocando a abertura e a ampliação de um campo discursivo sobre a visibilidade e a memória dos diferentes sujeitos educacionais, levando-os a pensar nos roteiros geográficos percorridos pelos negros e negras que participaram da constituição do Quilombo. Ampliando a assimilação e a adjetivação de relações dos grupos étnicos considerando a ruptura com paradigmas impeditivos à aplicabilidade da legislação por motivos de formação familiar, clássica e racista que impera em terras alagoanas. Acreditamos que a construção de sinais provocadores de preservação identitária cultural palmarina, possibilita a ampliação do conhecimento da história do herói Zumbi dos Palmares e, consequentemente, a visibilidade daqueles ancestrais que chegaram ao Brasil escravizados e que são diferentes em sua etnia e formação cultural. Os conflitos étnicos raciais e as políticas públicas também são objetos desse projeto, uma vez que tratam de aspectos que possibilitam o conhecimento, a visibilidade e a compreensão das políticas públicas emanadas nas três esferas governamentais com programas, projetos e ações voltadas à promoção da igualdade étnico-racial promovidas por órgãos governamentais ou não, no trato da apropriação da cultura afrodescendente e os impactos das mesmas na conquista dos direitos e da cidadania.

Corpo e corporeidade negra na Educação Física escolar: possibilidades e novas tensões a partir da lei 10.639/03 - Bruno Henrique de Paula (Universidade Federal do Espírito Santo). A presente proposta de trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Nela busco refletir sobre a prática pedagógica de professores de Educação Física egressos dos cursos de formação continuada em educação para as relações étnico-raciais promovidos pela Prefeitura Municipal de Serra/ES. O principal objetivo dessa investigação é analisar se tais professores e professoras têm suas práticas ressignificadas após a realização do curso e, de forma específica, propõem articulações com analises dos processos de construção social do corpo e corporeidades. As principais questões que norteiam o estudo estão centradas na identificação de possíveis tensionamentos pedagógicos e epistemológicos que emergem no campo da Educação Física escolar a partir da lei. Dessa forma, é possível apontar lacunas e avanços existentes tanto na formação inicial e continuada desses professores. Sua relevância se dá pela necessidade da constante reflexão sobre a prática docente, bem como de discutir pedagogias antirracistas e emancipatórias. Apesar da emergência de estudos que analisam as relações étnico-raciais e educação ainda há muito que se fazer, principalmente quando se trata da Educação Física escolar. Como referenciais teóricos que fundamentam inicialmente o estudo podemos citar, por exemplo, Neusa Santos Souza (1983) a fim de compreender os aspectos psicossociais do racismo e os reflexos no corpo. Os trabalhos de Nilma Lino Gomes (2003, 2008, 2012, 2017) destacam o caráter pedagógico dos saberes constituídos pelo Movimento Negro brasileiro e como esses processos foram fundamentais para a emergência dos saberes estético-corpóreos, reafirmando a estética e corporeidade negra, bem como seu caráter emancipatório. A mesma autora ainda nos ajuda nas percepções acerca dos processos de implantação e implementação da lei 10.639/03, do parecer CNE/CP 03/2004 e da Resolução CNE/CP 01/2004. As reflexões de Kabengele Munanga (2004) são importantíssimas no tocante da mestiçagem, da construção social do corpo da nação e do paradigma do mito da democracia racial. O conceito de cultura corporal será problematizado a partir de Carmen Lúcia Soares et al (1992). Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo. Num primeiro momento faremos o levantamento de docentes egressos dos cursos de formação desde 2010, ano

em que a Coordenação de Estudos Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação forma a primeira turma de cursistas. Em seguida serão aplicados questionários a fim de identificar professores e professoras da disciplina Educação Física. Por fim, realizaremos entrevistas semiestruturadas em campo.

Da Escola ao Quilombo: trajetória sócio espacial do PIBID de Geografia Araguaína /TO - Izarete da Silva de Oliveira (Concursada), Paloma Pereira da Silva (Universidade Federal do Tocantins), Kênia Gonçalves Costa (UFT- Araguaína). O presente trabalho objetiva evidenciar a realização de práticas educativas desenvolvidas na Educação Básica no Ensino Médio a partir da inserção do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. Contemplando as segundas séries do Ensino Médio Regular na aplicação dos conteúdos mínimos da Disciplina de Geografia no segundo bimestre inerente a aplicabilidade da Lei 10.639/2003. Por meio de ações planejadas nas interlocuções entre bolsistas do PIBID de Geografia e a supervisora e professora regente da turma. As primeiras ações foram aplicadas no ano de 2014, com participação no Projeto Consciência Negra uma ação inserida no Projeto Político Pedagógico- PPP do Centro de Ensino Médio Dr. José Aluísio da Silva Luz na Área de Humanas. No ano de 2016 no Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes realizou-se ações na semana da Consciência Negra com oficinas que contemplou estudantes das turmas de ensino fundamental e ensino médio. Além de exposição de vídeos, filmes e gincana com abordagem dos diferentes tipos de discriminação que oprimem a crianças e jovens negros na sociedade brasileira. E por último, uma explanação sobre a comunidade quilombola Dona Juscelina realizada pela professora e supervisora do PIBID para os estudantes e professores que foram selecionados para participar da visita à comunidade. Assim, a culminância das ações que ocorreram no percurso de suas realizações no âmbito escolar contemplando uma ação do PPP que tange a Área de Humanas, à visita na comunidade quilombola Dona Juscelina. Deste modo fez-se necessário a compreensão de currículo em Sancristán (2000), da Lei 10.639/2003 e o que esta preconiza (BRASÍLIA, 2013), o entendimento de quilombo em Ratts (2006) e a importância do Projeto Político Pedagógico – PPP em BRASIL (2013), importante instrumento para a garantia de uma educação básica com qualidades em diálogo realizado entre a escola e a universidade.

De novembro a novembro: A transformação da ação isolada para a prática antirracista na educação básica da rede municipal do Rio de Janeiro. - Luan Ribeiro da Silva (IFRJ - Insituto Federal do Rio de Janeiro). De novembro a novembro. Este relato visa por meio da experiência vivida na educação básica do município do Rio de Janeiro, expor a transformação da ação isolada referente à negritude e o racismo que cotidianamente se mostra nas escolas e salas de aula, para uma prática permanente a partir de variados temas como: Decolonialidade, interdisciplinaridade e educação anti racista. Boaventura de Sousa Santos aborda a sociologia das emergências como uma prática que permite a revelação – potência de novos conhecimentos, de outras dimensões da emancipação e da libertação, de novas e ancestrais identidades. Por esta ótica, temos a reformulação da prática docente no campo da educação anti racista, por vezes realizadas em ações pontuais, geralmente no mês de novembro, para uma implementação continuada durante todo o ano letivo com outra concepção de currículo, não priorizando a única versão eurocentrada dos fatos. A ação isolada que iniciou este movimento, acontece em novembro de 2017, por meio da exposição intitulada "Negro é a raiz da liberdade", na qual os alunos do 4º ano conheceram várias personalidades negras que tiveram relevância na sociedade através de seus feitos e depois incorporaram, interpretaram e foram fotografados como sendo estas pessoas notórias. Este primeiro passo traz a ressignificação do ser negro, retira o estigma do negro coadjuvante na sociedade e relatado apenas como escravizado. A exposição tornou-se artigo, ganhou certa notoriedade e com isso, a ação isolada se tornou uma prática continuada em 2018. Neste ano letivo, a experimentação de metodologias pautadas na perspectiva anti racista, nos leva a ser professor – pesquisador da educação básica, que valida e torna a pesquisa com um olhar diferenciado, já que o conhecimento é elaborado a partir de conhecer – com e não conhecer – sobre. Ao estudar e experimentar estas práticas, as atividades pedagógicas se desdobram em pesquisa acadêmica. Na exposição, o objetivo era ressignificar o imaginário do ser negro para os alunos, por fim, eles ressignificaram a minha prática como docente da educação básica. Esse relato nasce da troca viva entre docente e discente. Para e por eles, os reais protagonistas de qualquer produção acadêmica na educação.

Desconstruindo o racismo virtual e real - Tatiana Maria de Moura (secretaria de Educação de Minas Gerais). O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa/ação desenvolvida a partir do Programa Iniciação Científica Ubuntu/Nupeaas. A pesquisa é desenvolvida na Escola Estadual Lourdes de Carvalho, localizada no munícipio de Uberlândia –MG. O projeto de iniciação científica conta com a participação de doze estudantes oriundos do Ensino Médio e da professora orientadora. A partir de uma perspectiva de educação afrocentrada, a pesquisa em andamento é fomentada pelas diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, e consiste na investigação do racismo contra a população negra em plataformas digitais como Facebook e Twitter. Nesse aspecto, objetivamos promover uma relação equânime entre professora e estudantes no que se diz respeito ao processo de construção do conhecimento e do fazer científico; possibilitar aos estudantes o acesso a epistemologia que contempla o legado de autores e autoras negros e negras que contribuíram e contribuem para o estudo das relações éticorraciais; assegurar uma educação inclusiva que reconheça e valorize a diversidade étinicorracial; reeducar o olhar dos jovens pesquisadores e de toda comunidade escolar para o reconhecimento do racismo. Para isso, elegemos um trabalho metodológico dividido em duas etapas: sendo que na primeira realizamos uma pesquisa documental, que consistiu no levantamento de imagens, vídeos, textos de cunho racistas, obtidos por meio do monitoramento dessas plataformas. A segunda etapa centra-se na análise dos referidos documentos a partir de um referencial teórico voltado para o estudo das relações ético raciais com destaque para as contribuições de Gomes (2008), Hasenbalg (1979), Moore (2007), Moura (1988), Munanga (2004) e Sodré (2005). Diante disso, podemos elencar como resultados parciais: a análise do racismo no plano simbólico e prático, a constatação de uma linguagem que deflagra o racismo como fenômeno normativo e a identificação e categorização de estereótipos negativos ligados a população negra. Pensar numa educação anti-racista, requer uma pesquisa/ação que vá além do diagnóstico do racismo e se proponha à atuar para a superação de um fenômeno histórico responsável por marcar negativamente a vida de jovens negros

e negras. Nesse sentido, a análise dos dados nos dará suporte para elaboração de oficinas, que serão ministradas pelos jovens pesquisadores, com apoio e orientação da professora responsável pela pesquisa. A proposta das oficinas se insere numa perspectiva de educação inclusiva e busca desconstruir estereotipias historicamente vinculadas ao que é ser negro e negra, bem como a valorização da diversidade étnicorracial, a inserção de valores civilizatórios africanos fundamentais para construção de uma identidade positiva da negritude.

Discursividade a respeito da lei 10.639/03: um estudo de caso em rede privada de ensino - Viviane R. S. Angelo (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO). Esse resumo é parte de uma dissertação de mestrado intitulada "O educador como intelectual orgânico no âmbito da luta antirracista: um estudo de caso sobre a discursividade a respeito da lei 10.639/03", onde a análise permeou os discursos dos educadores de uma instituição de ensino da educação básica, da rede privada do município do Rio de Janeiro, a respeito do alcance e disseminação de ideias antirracistas, materializada no campo educacional desde 2003, através da promulgação de uma lei, oriunda de um movimento contra-hegemônico produzido a partir de lutas históricas de intelectuais dos movimentos sociais negros em prol da igualdade racial, junto aos sujeitos educadores, responsáveis pela circulação e desenvolvimento da cultura e de ideologias que poderão estar alinhadas ou não, às correntes de ideias compatíveis com a luta ideológica antirracista travada no interior da sociedade brasileira. Nesse estudo realizamos uma análise, por meio dos discursos dos educadores, visando observar se ao longo de mais de 10 anos da sua promulgação e trabalho árduo dos diversos intelectuais orgânicos, se as ideias antirracistas conseguiram penetrar e alterar o estado das coisas. Nessa perspectiva, buscamos analisar como a educação das relações étnico-raciais tem sido assumida por esses profissionais identificando alinhamentos entre os seus discursos com os fundamentos e as propostas Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Esse estudo de caso fez uso de estratégias que integram a abordagem qualitativa, por meio do uso de instrumentos como questionários e entrevistas, subsidiados pelos pressupostos teóricos da disciplina de Análise do Discurso, com a expectativa de melhor favorecer a análise crítica sobre as interferências dos fenômenos individuais, políticos e ideológicos presentes nos discursos produzidos pela equipe técnica administrativa pedagógica e docente dentro do nosso objetivo central de verificar o quanto esses discursos são compatíveis como o papel do educador que atua como intelectual orgânico no âmbito da luta antirracista. Nesse sentido, o discurso é visto como formação ideológica em um jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes e contraditórias que poderá deixar marcas sobre como os enunciados e os temas circulam em um movimento dialógico, quem os assume e de que lugar, uma vez que os discursos sobre as relações raciais brasileiras podem provir de fontes diversas, sejam elas contraditórias ou coniventes com a legislação em vigor. A disciplina de análise do discurso se constitui em uma alternativa de análise com certo alargamento teórico que propõe o entendimento de um plano discursivo que articule linguagem e sociedade.

Diversidade(s) e Diferença(s) na Escola: Discutindo Raça e Currículo no Contexto Escolar. - Gabriela Franklin Laurindo (Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro), Júlio Omar da Silva Lourenço (Prefeitura Municipal de Macaé), Jorge Luís Rodrigues dos Santos (SEEDUC/RJ). A escola contemporânea brasileira abriga a maioria da população, nos seus diferentes níveis e modalidades. A oferta educacional – pública e privada – tem recebido grandes demandas, e necessita estar adequadamente preparada para oferecer uma educação de qualidade, desenvolvendo práticas que contemplem as diferenças e diversidades existentes na sociedade. A escola deve preparar para "a vida em sociedade e para o mundo do trabalho", conforme previsto na LDB, e também deve formar cidadãos(ãs), discutindo temas que são relevantes na sociedade atual. A discussão da questão racial, por exemplo, não é, em muitas das vezes, incluída nos currículos e ementas das disciplinas dos cursos de formação de professores e licenciaturas, prejudicando a construção de uma consciência à respeito da importância da discussão pelos futuros docentes. A efetiva inclusão da lei 10.639/2003 ainda não está plenamente implementada nos conteúdos curriculares, e tampouco desenvolvida nas práticas pedagógicas, apesar de determinada pelo marco legal e necessária para a adequada formação educacional dos(as) discentes. Muitos(as) estudantes presentes nos espaços educacionais (públicos e privados) não se reconhecem nas práticas e conteúdos educacionais apresentados, promovendo de certo modo uma desigualdade educacional e certa alienação social. Ao questionarmos o currículo vigente, tentamos desconstruir as teorias que estão envolvidas em manter o status quo e a hegemonia dominante ao propormos um currículo que tenha um olhar para o(a) outro(a), que não esteja estritamente ligado à relações de poder e desigualdades. Neste sentido, afirma Silva (2017), o currículo é um local onde, ativamente, se produzem e se criam significados sociais. A escola, locus de diversidade e diferenças, deve buscar meios de romper o paradoxo da diversidade cultural e identitária em um ambiente de homogeneização cultural. Ela deve cumprir seu papel social de promover transformações políticas em busca de uma sociedade igualitária que respeite e compreenda as diferenças através de uma educação intercultural crítica. Debater sobre a educação (a escola) como instrumentos de combate às diferentes formas de intolerância, por meio da inclusão da temática racial em seus currículos, é a proposta deste texto, que analisando referenciais teóricos e bibliografia na temática racial, refletindo sobre a implementação da discussão racial na educação brasileira.

Educação e Relações Étnico-raciais na Rede Municipal de Itabuna: reflexões após os 130 anos de abolição - Maria Domingas Mateus de Jesus (Universidade Federal do Sul da Bahia). O presente artigo foca-se em umas das políticas públicas de ações afirmativas criadas pelo governo Lula em resposta as décadas de reivindicações do movimento negro brasileiro a favor de uma educação antirracista. As políticas de ações afirmativas são grandes conquistas para o povo brasileiro, já que essas têm a finalidade de reparação histórica de desigualdades acumuladas pelas comunidades negras deste país, a fim de garantir a igualdade de oportunidades. Considerando a desigualdade racial, é um desafio para a sociedade brasileira abordar pedagogicamente processos multiétnicos e pluriculturais. Nesse sentido, a Lei 10.639/03 e, posteriormente, a Lei 11.645/08, que se configuram como políticas públicas de ações afirmativas têm sido instrumentos de orientação no combate ao racismo e à discriminação, bem como determinam que a escola deva promover a valorização das matrizes culturais afro-brasileiras e africana. Nesse sentido, este trabalho discute o tema das políticas públicas de ações afirmativas no âmbito da educação nacional, bem como os reflexos dessas ações na Educação para as relações étnicorraciais no município de

Itabuna-BA. Destaca a participação histórica do Movimento Negro local na luta pela garantia de direitos dos (as) estudantes negros (as) para terem acesso a uma educação antirracista, como também, evidencia os enfrentamentos deste coletivo frente a gestão municipal e demais órgãos responsáveis pela Educação na cidade e, os atos de combate ao racismo na esfera individual e institucional. Enfatiza a obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas de acordo com a Lei 10.639\2003 e a Resolução Nº 87\2014 (Conselho Municipal de Educação de Itabuna), que instituiu as Diretrizes Municipais para Educação das Relações Étnico-raciais. Ainda, apresenta reflexão sobre a formação de professores (as) e a prática docente a partir da lógica capitalista de manutenção do poder. Por fim, discute a descolonização do currículo como princípio norteador na desconstrução do modelo eurocêntrico como única forma de saber valorizado. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico as contribuições de Brasil (2003), Fernandes (1972), Gomes (2012), Grosfoguel (2016), Munanga (2006), Silva (2007).

Educação Escolar Quilombo: Uma Experiência de Formação de Professores da Educação Escolar Quilombola no Município de Bequimão-MA. - Dorival dos Santos (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão). O presente texto objetiva compartilhar as experiências vivenciadas na ministração do Curso de Formação de Professores da Educação Escolar Quilombola, que ocorreu no município de Bequimão no norte do Estado do Maranhão. Entende-se por Educação Escolar Quilombola o que estabelece a Resolução 08/2012 do Conselho Nacional de Educação e Câmara da Educação Básica do Ministério da Educação. O referido Curso foi viabilizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-Campus São Luís Maracanã, que aprovou projeto junto ao MEC/SECADI no catálogo 2014. O mesmo teve duração de dez meses, no decurso de agosto de 2014 a maio de 2015, totalizando 200 horas. O conteúdo abordado foi centrado nas questões quilombolas fundamentadas pela Constituição Federal de 1988, LDB nº 9.394/96. Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola; Resolução CNE/CEB nº 08/2012; Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico–Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP Nº03/2004 e Resolução CNE/CP Nº01/2004). Lei nº 10.639/2003, CNE/CEB nº16/2012 e demais legislações em vigor. O público alvo foram professores da rede municipal que atuam nas dez comunidades quilombolas do município certificadas pela Fundação Cultural Palmares e lideranças comunitárias. Foram ofertadas 50 vagas, com 50 alunos matriculas e 49 concludentes. O buscou uma reflexão sobre a importância do conhecimento tradicional como elemento de formação, a ser abordado em sala de aula. Assim, os cursistas puderam refletir sobre suas práticas pedagógicas, enquanto elemento de transformação social e conhecer melhor sobre a Educação Escolar Quilombola. As aulas presenciais foram ministradas na Escola municipal Domingos Bouares, aos finais de semana. Em duas oportunidades as aulas foram ministradas no IFMA Campus Maracanã que se localiza na cidade de São Luís - MA. Em outros dois finais de semana as atividades pedagógicas tiveram como sede as comunidade quilombolas de Jurararaitá e Ariquipá na zona rural do município de Bequimão-MA. No decorrer do curso foi possível observar a ausência de conhecimento sobre as questões étnicas, culturais, históricas, etc., dos quilombolas pelos cursistas. Inicialmente era possível observar nitidamente a resistência de alguns cursistas sobre a temática. Porém, o diálogo estabelecido através dos formadores, fez com que os participantes relativizassem suas concepções e percebessem a importância de compreender a educação Escolar Quilombola e tentar coloca-la em práticas.

Educação pelo barro: as lições do axé na arte religiosa de Mestre Gerard, em Barra-BA. - Terezinha Oliveira Santos (Universidade Federal do Oeste da Bahia)

José Geraldo da Silva, o Mestre Gerard, denominação pronunciada em fonética francesa "Gerrar", artesão, professor do ofício, babalorixá. Em seu ateliê, localizado no terreiro "Xangô das Cachoeiras", no município de Barra, Região Oeste da Bahia, esse filho de Obaluaê e devoto de Nossa Senhora da Conceição, sua mãe Oxum, produz semioses com peças duplas, para além do sincretismo religioso, quando traz, na sua tecnologia oleira, a representação de um santo católico e, na mesma peça, do outro lado, a representação do orixá correspondente, fato que por si só possibilita leituras ancestrais e coetâneas com o barro ligando o ontem ao hoje. "Gerrar" também transita, com sua beleza negra, elegância e voz suave, nos dois universos. É frequentador assíduo da igreja católica. O município de Barra tem no catolicismo uma das mais fortes composições da sua identidade cultural. De acordo com o Censo Demográfico 2010 (IBGE), a população barrense era representada por 49.325 pessoas, com estimativa de 54.915 no ano de 2017. Ainda de acordo com a pesquisa demográfica, no que se refere à religião da população residente, 40.840 pessoas são católicas, 4.401 são evangélicas enquanto 114 são espíritas, termo que traz em si diversas interpretações e oculta a quantidade de pessoas que têm no candomblé ou na umbanda a sua identidade religiosa, por exemplo. Portanto, as lições do axé, termo aqui utilizado no sentido de, além de uma referência a um lugar sagrado, a exemplo dos terreiros, a palavra também evoca o sentido de empoderamento, força impessoal que intersecciona objetos, plantas e relações humanas (Evangelista, 2015), estão presentes no ateliê/terreiro/axé onde funciona a escola de artes, ali o artesão ensina as lições do barro, em especial, para alguns adolescentes em situação de vulnerabilidade, transmitindo seu legado e trazendo para a prática a conscientização da importância da preservação dos rios para que a arte oleira tenha vida longa, e não só. Desse modo, a arte/religiosidade de Mestre Gerard muito pode nos apontar leituras críticas no âmbito pedagógico em direção aos processos colonizadores, mas também acerca da descolonialidade do poder, conforme Aníbal Quijano, para que se façam valer as orientações preconizadas nos discursos jurídicos, a exemplo da Lei 10.639/03, em especial nas séries iniciais, para que outras narrativas assegurem uma alteridade com base no respeito e no nosso direito às múltiplas formas de ser e estar no mundo.

Educação Popular Negra: compreendendo o conceito através da prática - Evelyn Melo da Silva (CEFET/RJ). Este trabalho é parte do processo da dissertação de mestrado que compreende o jongo no Morro da Serrinha como educação popular negra que impacta positivamente nas trajetórias de jovens negros jongueiros da Serrinha. Como etapa da pesquisa se pretende desdobrar sobre o conceito proposto: "educação popular negra". Acredito que a arte e a cultura de matrizes africanas perpassavam uma trajetória de mobilidade

e autonomia dessa juventude frente à um cotidiano, por vezes caótico, contribuindo e influenciando nos posicionamentos diante de suas vidas, como também, em suas escolhas. O termo educação popular é muito conhecido a partir das produções de Paulo Freire, um grande pensador marxista sobre a questão. É compreendida como uma educação construída nos estratos da sociedade, capaz de transformar a realidade através da filosofia da práxis, ou até mesmo, superar a ordem social vigente, que é fundamentada na exploração e na opressão das chamadas "minorias", ou como entendido classicamente, o proletariado. Esta pesquisa pretende, ao estabelecer uma relação com a teoria, compreender o jongo como um dos processos da educação popular negra. Adilson de Paula nos afirma que. O NEN (Núcleo de estudos negros) compreende que a Educação Popular, nasce nas lutas e nas dimensões dos negros no Brasil, que fugidos do cativeiro constroem um projeto de libertação onde as pessoas deveriam estar no centro das preocupações das comunidades (PAULA, 2004 apud LIMA 2009, p.276). Nesse sentindo, o jongo é uma manifestação dos negros em tempos de escravidão e pós escravidão, podendo ser entendido como um processo de luta e resistência no campo popular fundamentado na troca de saberes dos mais velhos para os mais novos. Freire (1985, p.30) fala sobre uma troca de saberes entre educador e educando que se encontra nessa interação do mundo com os homens e dos homens entre si. Essa interação é compreendida a partir das relações intergeracionais que se estabelecem nesse processo de libertação e resistência que ocorria no interior dessas comunidades negras. Quando entendo a educação popular negra como um instrumento de impacto no processo formativo da juventude do Morro da Serrinha, que tem uma relação ativa com a prática jongueira, se faz necessário entender que juventude é essa que tem suas trajetórias construídas numa favela do subúrbio do bairro de Madureira, que produz intelectuais orgânicos a partir de uma tradição cultural de herança africana. O que reafirma a linha contra hegemônica que se pretende esse trabalho ao compreender que "a experiência social de todo o mundo é muito mais ampla e variada do que supõe a tradição cientifica ou filosófica ocidental" (SANTOS, 2002, p.238). Refletiremos sobre os escritos de Gomes (2018), Freire (2002), hooks (2013), e Trindade (2012).

Entre Carolinas e Dandaras – reconhecendo histórias e formando para a cidadania - Carla de Oliveira Romão (Universidade Federal de Juiz de Fora), Daiana da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O texto possui como proposta trazer a experiência de duas professoras negras da educação básica que possuem como lócus de sua docência a Baixada Fluminense e que através de suas práticas disputam os significados hegemonicamente atribuídos as mulheres negras e brancas. Além de narrar estratégias metodológicas, queremos formar um diálogo com teóricas e teóricos que nos ajudem a repensar e refinar nossa prática docente de forma crítica, assim torna-se indispensável à leitura de feministas negras como bell hooks (2013; 2017), Angela Davis (2016), Sueli Carneiro (2011) e Conceição Evaristo (2007) que nos ajudam a nos localizar quanto a organização do mundo a partir do racismo e do machismo estrutural, além de nos fornecer a visão de que a educação, quando problematizadora, pode ser uma prática libertadora. A partir desta idéia torna-se importante o diálogo, também, com Paulo Freire (2004) e sua visão da educação enquanto uma ferramenta potente para transformar as pessoas e assim o mundo. As experiências aqui narradas aconteceram em duas escolas públicas, localizadas em São João de Meriti, no primeiro semestre de 2018; em uma turma de educação infantil e a outra de ensino médio. Na turma de educação infantil a partir da prática de contação de história e rodas de conversas que possibilitam divertimento e aprendizagem, foi possível compartilhar outras narrativas que permitem a descolonização dos saberes, o reconhecimento e pertencimento étnico-racial. O ato de ouvir e contar histórias protagonizadas de maneira positiva por mulheres negras como Dandara, Marta Vieira e Carolina Maria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira nos permitir avançar para uma sociedade mais igualitária na medida em que se entende a escola enquanto um espaço de disputa epistemológica. Já na turma do ensino médio a docente procurou visibilizar as trajetórias de mulheres negras e brancas na construção da cidadania brasileira, uma vez que estas são comumente invisibilizadas. Essas práticas permitem que as alunas e alunos reflitam sobre os processos de formação da sociedade brasileira para além da versão da historiografia oficial, que por vezes ignora as contribuições de personagens como Luiza Mahin e a não visibilidade destas historiografias e suas articulações com a formação de nossa cidadania pode ser prejudicial para a visão que essas jovens e esses jovens possuem de si e da sociedade. As práticas procuram realizar um exercício crítico do espaço escolar onde seja possível a convivência com a diferença, permitindo que as alunas e alunos possam ter acesso a outras visões de mundo, oportunizando, desta forma, o acesso a outras histórias onde as mulheres negras e brancas sejam protagonistas e sejam reconhecidos, também, como construtores do país em que vivemos.

Escola, racismo e experiência escolar: o rompimento da profecia auto realizadora do fracasso a partir do relato de três jovens negros - Sandra Regina de Souza Marcelino (PUC RIO). Como a raça estrutura o cotidiano escolar? Seria ela um determinante responsável por expulsar precocemente os meninos negros dos bancos escolares? Quais as implicações que a questão racial pode acarretar na experiência escolar? Essas indagações fazem parte da reflexão inicial inspirada no meu projeto de doutoramento em curso, cujo objeto é a percepção de estudantes negros sobre raça e educação em suas vivências escolares. Os relatos apresentados comporão um recorte de gênero a partir da interlocução com homens negros. Historicamente, a entrada oficial da população negra no sistema educacional brasileiro foi resultado de lutas do movimento negro através de agendas políticas reivindicando a igualdade de direitos no campo da educação. A vasta literatura sobre desempenho de estudantes negros sinaliza como o racismo atinge diferencialmente os meninos negros, estes, vítimas em potencial dos efeitos do racismo no âmbito escolar e da sociedade tendo como consequências o abandono, as reprovações, as punições e o genocídio. Diante do retrato das desigualdades educacionais que apesar dos prognósticos de redução nas últimas décadas apontar estatisticamente uma melhoria, percebemos que a desigualdade entre negros e brancos se mantém. Trata-se de pensar que essa redução/manutenção, ambas, alimenta e atende aos critérios de um projeto colonial de dominação bem representado na ideologia neoliberal. Pesquisas recentes como a realizada pelo Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, (INEP) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) identificaram que situações de discriminação ocorridas dentro da escola influenciam na trajetória e desempenho escolar dos estudantes. Para ilustrar o debate, o texto apresenta relatos de três jovens negros que narram suas experiências com o preconceito e o racismo no

intercruzamento com a escola. A metodologia usada para a coleta dos dados foi a partir de uma conversa direcionada tendo por base um roteiro semiestruturado e organizado em três blocos temáticos abordando questões sobre a escola, o racismo e a participação familiar. Algumas conclusões iniciais nos revela que a participação da família, das redes de suportes e o encontro com a representatividade negra tem um papel importante no processo de êxito escolar dos meninos negros; ao mesmo tempo em que o sucesso e o fracasso fazem parte do projeto racista colonial do sistema.

Grupo de Trabalho Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil: um relato de experiência no Município do Rio De Janeiro - Joana Elisa Costa Oscar (PCRJ - Secretaria Municipal de Educação), Patrícia Sodré dos Santos (Secretaria Municipal de Educação/RJ), Renata Francis Teodoro (Secretaria Municipal de Educação do RJ), Ananda da Luz Ferreira (Universidade Federal do Sul da Bahia)
O presente trabalho é um relato de experiência do GT Diversidade Étnico-Raciais da Gerência de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, no qual professores(as) e gestores(as) vêm discutindo a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nesta etapa da educação básica. No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, contudo, as ações para contemplar as Leis 10.639/03 e 11.645/08 iniciaram em 2008 através do Projeto Rio Escola Sem Preconceito. As atividades do GT na GEI, por sua vez, iniciaram no ano de 2015 com a Roda de Conversa Diversidades que trouxe o debate para todos(as) professores(as) do município durante a 6ª Jornada de Educação Infantil. A criação do GT, atento às especificidades da educação infantil, refletiu em uma série de ações, como a escrita de textos para formação de professores, a curadoria de livros no qual foi indicada uma lista de títulos para compor o acervo das unidades escolares, a compra de materiais com enfoque étnico-racial e a realização do 1º Seminário Educação para Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, cujo mapeamento de práticas pedagógicas e a reescrita de documento orientador foram algumas das frentes de trabalho. Para tal, nos ancoramos em Eliane Cavalleiro (2000) Fabiana Oliveira (2004) Anete Abramowicz (2010) Fúlvia Rosemberg (2011) e Azoilda Trindade (2015) que nos trouxeram questões relativas ao racismo na primeira infância, envolvendo o campo escolar como meio de manutenção de práticas discriminatórias e influência sobre a construção da identidade das crianças, sobretudo das crianças negras. Um olhar preciso e sensível às práticas que já que vinham acontecendo nas unidades escolares do município possibilitou que o GT lançasse propostas de ações de formação que dialogassem com o ponto de vista dos(as) educadores(as) da Rede, pois um dos objetivos principais do GT é fomentar a reelaboração das práticas pedagógicas para que, efetivamente, sejam incorporados valores afro-brasileiros ao currículo da Educação Infantil. A reestruturação do currículo é fator crucial para sensibilização dos(as) educadores(as) que recebem os documentos produzidos pelo GT, bem como as ações de formação e o mapeamento das práticas exitosas, evidenciando as possibilidades de ação para recriação de suas práticas numa perspectiva de educação antirracista. Como resultados preliminares, temos o lançamento do documento e a segunda edição do seminário, neste ano, enquanto expressão de um movimento incipiente na educação infantil da rede municipal, cuja coletividade e representatividade de vozes se faz presente na luta por uma educação para as relações étnico-raciais desde a primeira infância.
Palavra Chave: Educação Infantil; Formação de Professores; Relações Étnico-Raciais.

Histórias cruzadas: diálogos entre África e Brasil e o processo de ensino-aprendizagem na Escola Básica - Fernanda Miranda de Carvalho Torres (PROPGPEC Colégio Pedro II). Essa reflexão tem por objetivo compreender de que maneira a marca da história africana e o resgate de personagens e personalidades negras da história do Brasil, cuja importância e reconhecimento de suas agências históricas, tornaram-se possíveis a partir da instituição legal do ensino de Historia da África e Cultura Afro-Brasileira por meio da lei 10639/03, que tornou obrigatórios esses conteúdos. Além disso, discutir formas e estratégias de por essa narrativa em evidência no âmbito de orientações pedagógicas, epistemológicas e curriculares nacionais, calcadas em uma lógica eurocêntrica de constituição social e visão de mundo. Consideramos que esse seja um ponto fundamental, tendo em vista que apesar da força da lei, as narrativas sobre África e a problemática étnico-racial no Brasil seguem como temas negligenciados nos materiais didáticos e salas de aulas, indesejável para muitos docentes e para grande parte da sociedade, no que concerne ao tratamento das referências culturais de matriz africana presentes na cultura brasileira. Nessa lógica, compreendermos a importância de realizarmos discussões e pautarmos problematizações/estratégias em torno de práticas educativas que dêem conta de re-colocar a África no processo de ensino-aprendizagem de modo a valorizar sua contribuição à formação do Brasil. Fomentando a reflexão sobre os possíveis modos e estratégias de enfrentamento do racismo no ambiente de ensino, tendo como fio condutor a necessidade de estimular uma percepção da História da África enquanto uma disciplina escolar que tem um lugar muito próprio na História do Brasil e da sociedade desde os primórdios de sua formação.

Letramento étnico racial na infância: laboratório de Teatro do Oprimido na escola e o diálogo a partir do Teatro Fórum. - Carolina Angélica Ferreira Netto (UniSuam). Este trabalho apresenta o resultado de pesquisa de mestrado, que teve como objetivo principal investigar o uso do Teatro do Oprimido no cotidiano escolar como ferramenta em busca do letramento étnico-racial, e de transformação social de meninas, especialmente meninas negras. Esta investigação se deu entre os meses de março e dezembro do ano de 2017, em uma escola municipal de Duque de Caxias/RJ, no formato de um laboratório de investigação teatral com meninas do 5º ano de escolaridade, através de jogos e exercícios teatrais e criação coletiva de uma peça de Teatro Fórum para dialogar com a comunidade escolar. A peça: "Respeito é bom, preconceito não!", criada pelas alunas tinha como tema principal o racismo disfarçado de bullying no contexto escolar. Ao final da pesquisa, analisamos como se dá entre as interlocutoras em laboratório de criação, o processo de reflexão sobre suas próprias vivências e identidades étnico-raciais, e o que suas narrativas orais e corporais nos contam; como debateram durante o teatro fórum com os demais alunos da comunidade escolar, as possibilidades de soluções para opressões que os aflige, como foi a recepção/reflexão dos alunos espect-atores (espectador + ator) sobre o tema apresentado na peça. O teatro enquanto ensaio para a revolução partindo dos corpos e vozes das alunos, apontam caminhos necessários para a formação e reflexão sobre a prática dos professores.

Meu bairro, minha favela, minha escola, minha história: Sobre a construção identitária e pertencimento histórico/ territorial da

população negra no espaço escolar - Isis Natureza Oliveira da Silva (UNIRIO). A escola tem sido objeto e espaço de disputa há anos na sociedade brasileira. Quando pensamos no espaço escolar, para além de disciplinas curriculares, podemos pensar também em tradições, costumes, culturas e pertencimento de uma comunidade, de um grupo social que traz para esse ambiente recortes raciais, sociais e históricos com potencial de transformação e ressignificação desse ambiente para as pessoas que o frequentam. As relações territoriais - carregadas desses elementos sócio/históricos/raciais - entre os indivíduos atendidos pela unidade educacional e pela própria instituição, também possuem em sua constituição a disputa de narrativa epistemológica, que geralmente se dá através do currículo oculto. Neste trabalho, pretendo analisar o cerne dessa disputa pedagógico/território/curricular onde podemos observar um certo distanciamento entre as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas cariocas e as epistemologias locais, fazendo com que a escola se torne um elemento alheio aos saberes e ontologias ao seu redor e aos indivíduos que a frequentam, fixando um currículo distante da identidade comunitária dos territórios em que ocupam, reproduzindo uma lógica colonialista de ocupação territorial epistemicida. Miranda e Souza (2012), utilizam a concepção de ampliação de práticas pedagógicas e de espaços de formação por entenderem que a cidade pode ser o ponto de partida para outras pedagogias, dando suporte às instituições escolares. Os autores sugerem que é preciso ter um outro olhar sobre a construção de identidade no Brasil, trazendo a problematização sobre o lugar colonial dos sujeitos agrupados sob uma identidade nacional, lembrando que os espaços de construção de saberes podem contribuir para a ampliação das representações sobre "brasilidade(s)". O conceito de pedagogia decolonial trazido por Catherine Walsh (2017), afirma a importância de repensarmos a educação por uma ótica diferente do colonizador. Para Walsh, praticar uma pedagogia decolonial é ressonar uma memória ancestral coletiva de insurgência contra o modelo padrão colonialista presente no tecido social e, desta forma, trazer para os espaços educacionais as epistemes e ontologias de grupos historicamente subalternizados e excluídos do protagonismo social e também educacional. A descoberta da identidade negra perpassa a descoberta de si como parte de uma coletividade, de uma comunidade diaspórica, tão diversa e rica quanto qualquer outro povo. Diante disto, o resgate identitário a partir da valorização da cultura, dos saberes e modo de viver das mais diversas comunidades negras brasileiras e a apropriação do espaço escolar por essas comunidades é o início de uma autodescoberta de valor e potencialização inestimável para a população negra.

Narrativas de vida, escolarização e profissionalização de Professoras Afrodescendentes no Magistério (Santa Catarina, anos 50 a 70 do século XX) - Maria Aparecida Clemêncio (UDESC). Esta pesquisa apresenta a trajetória escolar e de profissionalização de quinze professoras afrodescendentes que ingressaram no magistério público catarinense entre 1950 e 1970. A memória das professoras ajuda a compor por meio de seus relatos as condições de ingresso docente no período de expansão do ensino que, neste estado, ganha força na segunda metade do século XX. Contribui também de algum modo, para descortinar, o quanto este período influiu nas trajetórias de educação, compreendendo a escolarização e profissionalização destas professoras. Percorremos caminhos investigativos acerca dos discursos legitimados sobre a expansão do ensino em Santa Catarina e as consequentes iniciativas e/ou políticas públicas de Estado quanto a escolarização, formação e ingresso de professores no magistério público estadual. Para escrever este texto, nos valemos dos recursos da história em seu aspecto sociocultural e da história oral, através das narrativas de vida, escolarização e profissionalização das professoras, para dar visibilidade aos episódios narrados e atribuir-lhes significados, analisando-os de modo contextualizado. Consideramos, aqui, que a memória não pode ser vista somente no campo da subjetividade, já que as experiências se situam num contexto histórico-sócio-cultural. É deste lugar que o sujeito se manifesta. É possível afirmar que o professorado foi elemento fundamental no projeto de expansão do ensino, articulado ao plano governamental de modernização do País, eivado de ideais e de esperanças sociais, econômicas e políticas. Se, por um lado, há um projeto estatal que estabelece grandes linhas para a formação e o ingresso de professores /as no magistério, é necessário reconhecer que cada um viveu a experiência de escolarização, profissionalização e atuação de modo particular. A partir de aspectos particulares é que procuramos construir uma narrativa articulada ao contexto amplo, rico e plural quadro da história da educação do negro no estado de Santa Catarina, a partir do universo de professoras afrodescendentes. Era um período de transição, de intensas manifestações a respeito dos rumos do sistema educacional. Os muitos debates travados mostraram o predomínio de uma formação elitista, eurocêntrica, que seguia um modelo pedagógico voltado ao perfil do aluno da classe média, caracterizada por não atender, e até mesmo, expulsar as crianças das classes populares da escola, sobretudo as afrodescendentes e indígenas. Foi um período marcado pelo silenciamento das questões de etnia/raça, em que a opressão do regime político, sob o dogma da democracia racial, exclui do debate público este tema, considerando a não existência de discriminação racial, o que explica a ausência de medidas para assegurar a igualdade neste segmento.

NARRATIVAS ESTUDANTIS NEGRAS: Sentidos da Educação Física escolar para a educação étnico-racial - Izaú Veras Gomes (UFMG). As pesquisas sobre as relações étnico-raciais e da cultura negra no campo da educação física escolar, têm crescido nos últimos anos, embora ainda escassas. Nesse percurso, o presente texto é recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento que busca ampliar tais reflexões e contribuir, a partir da voz estudantil, para a construção de novas possibilidades de aprendizado e percepção do mundo a partir da dos saberes estéticos-corpóreos negros (GOMES, 2017). Retomando o percurso histórico que direcionou as práticas pedagógicas da educação física, compreende-se que a mesma esteve diretamente ligada à discriminação do corpo negro e de sua cultura, vinculada à ideia de uma superioridade branca, idealizado a partir da imagem corporal dos gregos, portanto de um corpo branco. (MATTOS, 2007). Dessa forma, como a Educação Física pode se transformar e ressignificar para contribuir na promoção da igualdade racial? Possuindo o corpo como foco de sua prática pedagógica, como a mesma tem dado conta de tratar a as diversas manifestações corporais e suas representações simbólicas na cultura brasileira? Nesse sentido, combater o racismo na escola também perpassa pelo corpo onde recaem práticas históricas das desigualdades e de violência simbólica que provocam inúmeras demarcações negativas com os estudantes negros e negras. Por isso, como as demais disciplinas, a Educação física deve buscar valorizar outras culturas, potencializando

a cultura negra. (MATTOS, 2007). Ainda que essa discussão também esteja permeada por um difícil exercício de ressignificação do olhar para uma nova percepção da corporeidade dos estudantes negros, Freire (1996) nos traz uma importante reflexão sobre as relações de diálogo na dimensão contida entre fala e escuta ao dizer que "não é falando aos outros[...] que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles". (FREIRE, 1996, p.111)

Baseado nesse propósito a pesquisa ancorou-se numa perspectiva narrativa (BENJAMIN, 1994) e, inspirada no ateliê biográfico de projetos (DELORY-MOMBERGER, 2006), foram produzidas narrativas autobiográficas (SUÁREZ, 2007) de um grupo de 5 estudantes negras que, a partir de suas escrevivências (EVARISTO, 2017) sobre a educação física escolar, trazem indícios (GINZBURG, 1989) para repensar em transformações necessárias para uma outra educação física escolar. Essas narrativas compõem, junto de narrativas docentes negras, uma proposta de Portfólio reflexivo que traz indícios de inéditos viáveis (FREIRE, 2014), bem como diferentes possibilidades de leitura e ressignificação de práticas docentes para a educação das relações étnico-raciais na educação física escolar.

Núcleo de estudos afro-brasileiros ayó: uma experiência no ensino fundamental da rede municipal de educação do Rio de Janeiro. - Gustavo Pinto Alves da Silva (Professor da educação básica). O discurso social pregado na sociedade brasileira - e reproduzido nas escolas - criou estereótipos, barreiras e colocou a população negra em posição de inferioridade. No sentido de eliminar as desigualdades produzidas contra negros e afrodescendentes, nas últimas décadas o Brasil vem criando estruturas legais e ações concretas para efetivar uma educação das relações étnico-raciais. O estímulo à expansão dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs), principalmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foi uma destas ações. A pesquisa que foi desenvolvida no mestrado refere-se a um NEAB criado na Escola Municipal Clementino Fraga da Rede Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, escola de ensino fundamental que atende crianças da educação infantil ao 5º ano. O NEAB AYÓ (nome do núcleo da escola) é mais um esforço para a efetivação da lei nº 10.639/03 dentro da escola, proporcionando um espaço interdisciplinar de discussões sobre a questão racial na sociedade e na escola. Nesta pesquisa os esforços se concentrou em analisar a trajetória histórica, política e pedagógica que marca a criação do NEAB dentro de uma escola de ensino fundamental, bem como, em que medida suas ações impactam no cotidiano de alunos, professores, comunidade do entorno para uma formação antirracista. A pesquisa nos possibilitou buscar nas inter-relações aquilo que pode nos ajudar a pensar na formação de professores, numa perspectiva de uma educação antirracista- a partir das potencias e das fragilidades dessa experiência. Como está pesquisa que busca a experiência, os acontecimentos dos envolvidos, trabalhamos com fragmentos, vestígios deixados pelos entrevistados. Entre os dispositivos de recolhimento de informações desta pesquisa estará um vídeo – realizado por outros membros do Laboratório de Estudos e Aprontos Multimídias (LEAM) - que foi produzido com os professores da escola, assim como pelo estudo de outros documentos e pelas pistas deixadas nas relações e situações vividas no cotidiano da escola. O resultado que a pesquisa oferece vinculado aos debates realizados em diversos momentos nos meios acadêmicos sobre as relações étnico-raciais, atrelados à educação no Brasil, em particular à realidade de professores/as no contexto da Escola Municipal Clementino Fraga, sinaliza a urgência de formação em serviço para uma educação das relações étnico-raciais na rede municipal de educação do Rio de Janeiro. Hoje, em especial na escola, esta formação está a cargo do NEAB AYÓ que vem ampliando o debate sobre as relações raciais junto ao corpo docente em vários momentos. O trabalho do Núcleo vem contribuindo de forma positiva não só no espaço escolar, mas também para além dos muros da escola.

O protagonismo do Caxixi: Relato de experiência do encontro entre relações étnico-raciais e língua inglesa em uma aula para a educação infantil. - Maria Carolina Almeida de Azevedo (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro)

Resumo: Este resumo visa relatar uma aula de inglês ocorrida em uma turma de educação infantil do CIEP Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, que faz parte do projeto de escolas bilíngues da rede municipal do Rio de Janeiro. Foi exposto aos alunos o instrumento de origem bantu "Caxixi", também presente em exercícios no livro didático "Brownie and friends-Music", material exclusivo de escolas deste projeto. O objetivo foi exibir um novo conteúdo, trabalhar temas da educação infantil, revisar estruturas pertinentes ao conteúdo de inglês e mostrar um meio de trabalhar conteúdos da lei 10.639/08 em aulas de inglês. Introdução: O livro "Brownie and Friends- Music" foi a obra onde foi encontrado o objeto norteador para esta aula, o caxixi, que trouxe um leque de possibilidades de explorar e trabalhar o conteúdo de relações étnico-culturais com esta turma e resultou em uma experiência de muito aprendizado, não apenas para os alunos, mas para o grupo docente de língua inglesa. Metodologia: A aula contou com a exposição de uma parte teórica sobre o instrumento, uma oficina sobre a confecção do mesmo e os alunos participaram de uma roda de capoeira. Resultados: Além de ter sido uma atividade que gerou bastante interesse por parte dos alunos, foi também um ponto de partida para contagiar e tocar outros docentes. Após esta atividade, outras foram feitas pelo grupo de professores de inglês onde os temas estipulados pela lei federal 10.639/03 se fizeram presentes e de maneira crítica e reflexiva. Discussão: O cerne da reflexão desta atividade foi observar que ainda há uma lacuna existente entre formação e prática docente do professor de língua inglesa quanto aos conteúdos propostos pela lei federal 10.639/03. Conclusões: Rever a prática docente é um exercício diário. Então se faz urgente, no campo da formação de professores de inglês, a reformulação do currículo de graduação e a constante atualização para que estes possam ser capazes de integrar à sua prática docente tópicos sobre a cultura e história da população negra e que estes possam ser ensinados de forma crítica e reflexiva (FERREIRA & FERREIRA, 2015). BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. FERREIRA, Susana Aparecida; FERREIRA, Aparecida de Jesus. Identidades sociais de raça e formação continuada de professores de língua inglesa. Revista de Educação Educere et Educare, Dossiê Relações Étnico-Raciais e Educação, v. 10, no.20, p. 755-769, 2015.

Pedagogia Decolonial no ensino da geografia: saberes periféricos a partir da obra "quarto de despejo- diário de uma favelada "de Carolina Maria de Jesus - Bruna Conceição de Souza (Univesidade Federal Mato grosso do Sul). Resumo: Neste artigo apresento uma

proposta pedagógica decolonial no ensino da Geografia, a partir do livro "Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada", da autora Carolina Maria de Jesus, visando contemplar a Lei nº 10.639/2003. O dispositivo jurídico explícito no Art.26-A, § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), estabelece a obrigatoriedade dos temas referentes à história e cultura afro-brasileira, em todas as disciplinas da grade curricular. A lei representa uma agenda antirracista, trazendo a necessidade de desconstruir conceitos e ideias a partir do rompimento de imagens racistas que são cristalizadas no sistema educacional. A pesquisa tem abordagem teórico-metodológica no campo da pedagogia decolonial, o objetivo é apresentar uma proposta pedagógica decolonial no ensino da Geografia, a partir do livro "Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada", da autora Carolina Maria de Jesus, visando contemplar a Lei nº 10.639/2003, a qual busca inserir diversos saberes e conhecimentos que foram silenciados ou inviabilizados no âmbito da educação. O referido livro permite trabalhar alguns conceitos geográficos e temas como segregação socioespacial e racial, de gênero, entre outros. Os resultados apontam que o uso da literatura afro-brasileira no ensino da geografia contribui para desconstruir o discurso eurocêntrico e questionar a colonialidade do poder, do saber e do ser no campo educacional. A insurgência da autora Carolina Maria de Jesus, a partir de uma narrativa que denuncia a manutenção de modelos hierárquicos, problematiza uma lógica de poder que estigmatiza o lugar periférico. A literatura construída por mulheres negras é uma forma de resistência contra a hegemonia eurocêntrica, pois atua na quebra do emudecimento de suas vozes, evocando a valorização do ser feminino e da negritude. O reconhecimento da escrita feminina negra significa que a autora Carolina Maria de Jesus constituiu por meio da literatura o papel de sujeito que questiona o sistema excludente, dando vazão a sua voz como gesto de luta e resistência. O estudo tem como aporte teórico autores/as como Anibal Quijano (2007), Fanon (2008) Barcellos (2015), Jesus (2014), Conceição Evaristo (2008), entre outros/as para abordagem decolonial, na qual se concebe a interculturalidade na educação como prática anti-hegemônica e busca pensar na periferia enquanto construção de novas "escrevivências" como é denominada pela autora Conceição Evaristo, saberes e experiências que são subalternizadas e invisibilizadas pela hegemonia do conhecimento, mas que ecoam por meio da literatura afro-brasileira.

Perspectivas curriculares e pedagógicas do MN no Brasil - Carla Aparecida da Silva (UNIRIO). O estudo apresentado tem a finalidade de examinar as políticas curriculares para a educação das relações étnico-raciais, considerando uma dinâmica que envolve os Movimentos Sociais Negros no Brasil a partir de suas propostas de intervenções no campo educacional. Trata-se de uma pesquisa em andamento pelo mestrado em educação (PPEGEDU /UNIRIO). A investigação propõe identificar materiais produzidos entre os anos de 2003 a 2016, no coletivo ou individualmente por entidades e militantes dos Movimentos Negros no Brasil como uma proposta pedagógica étnico-racial. De abordagem qualitativa, a metodologia utilizada para o levantamento de dados é a pesquisa bibliográfica e para a análise de conteúdos a pesquisa documental para o embasamento sobre o tema a ser investigado. A fundamentação teórica teve motivação e inspiração na produção de Bardin (2006), Minayo (2002), Miranda (2013), Gomes (2011), Walsh (2007), Quijano (2005) entre outros para tratar das questões metodológicas e teóricas. Com o objeto de compreender de que forma as Políticas Educacionais no Brasil se alinham em termos de suas respectivas propostas pedagógicas para pensar a educação étnico-racial a partir da construção de conteúdos de referências, a pesquisa procurou responder a seguinte questão: Quais os pressupostos teóricos, políticos e culturais que se fundam o pensamento do Movimento Negro no Brasil para propor intervenções na construção dessas políticas educacionais? A primeira fase da pesquisa possibilitou diagnosticar: que os materiais produzidos são resultados de uma política que vem caminhando junto com os investimentos que o movimento negro vem realizando a partir de sua formação na década de 70, ausência de conteúdos que dão referências a educação étnico racial e os movimentos sociais surgem como espaço educativo, de luta política, social e pedagógica criando estratégias e possibilidades de transformações sociais frente as desigualdades raciais e o epistemicídio e etnocídio sistemáticos. A proposta desta pesquisa é compreender que os avanços e produções de práticas e epistemologias numa perspectiva decolonial no Brasil tem sido possível pelas ações de luta e resistência principalmente do Movimento Negro enquanto entidades, coletivos e individualmente.

Por uma Educação Transgressora: antirracista. - Josiane Nazaré Peçanha de Souza (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). O presente artigo tem como intuito retomar o projeto desenvolvido entre os anos de 2013/2014, junto a uma escola pública, de uma periferia urbana, destinado às crianças entre quatro e cinco anos de idade e suas famílias, denominado "As Histórias que amamos na Palmeira e redondezas". Teve como premissa principal valorizar as histórias, os saberes e as memórias das pessoas mais velhas e das famílias sobre a localidade da Palmeira, uma vez que não havia história oficial sobre esta comunidade, que é parte do Bairro do Fonseca, em Niterói. Em respeito ao ensino obrigatória à História e cultura afrobrasileira, africana e também indígena (leis 10.639/03 e 11.645/08). Assim como também pelo comprometimento em atender plenamente, as necessidades e interesses dos maiores envolvidos no projeto: os alunos e seus familiares. Também é necessário fazer a menção que o trabalho teve total adesão de outras professoras , negras e brancas, que a partir desse projeto (da Escola e da mala), também ficaram muito interessadas em estudar sobre o assunto. Frente as rápidas observações realizadas anteriormente e partindo de uma articulação teórica dos textos de Bell Hooks (2017), Rocío Vera Santos (2015), Petronilha Beatriz (2007) e outros, fomentaram os questionamentos a cerca desse trabalho, fruto de uma observação participante: O trabalho promoveu uma Educação das relações étnico-raciais e uma Educação Etnoeducadora, uma educação antirracista? Houve uma reeducação nas relações entre brancos, negros e descendentes indígenas, ao desenvolvermos o projeto educativo? Potencializou a reconstrução das identidades negras, por parte dos participantes?

Professoras Negras e identidade racial, os entrelaçamentos com a cultura e contextos sociais - Adriana Tolentino Sousa (Universidade de São Paulo- USP)

A discussão empreendida neste trabalho é um recorte da pesquisa realizada no percurso do mestrado em educação na Universidade Federal do Piauí sobre a "Constituição de Feminilidades de Professoras Negras", a partir das suas experiências educativas. Tomarei como foco, nesta discussão, "os atravessamentos da história do município em que as professoras atuam e a constituição da identidade racial".

Neste diálogo parto da compreensão que 1) a feminilidade e a identidade racial são tecidas e trazem dentro de si diversos fios que se relacionam com a cultura, a história e o poder socialmente construídos; e 2) a identidade racial e de gênero podem ser visibilizadas ou invisibilizadas a partir da cultura e dos contextos sociais. Mas, de que forma isto ocorre? De repente a identidade racial pode ser apagada ou a feminilidade ser negada? Essas questões foram travadas no diálogo entre as narrativas que registrei e o ponto de vista de teóricos como FANON (1983), HALL (2006), BOAKARI (2011), MOURA (1998) e GOMES (1995; 2009). A pesquisa foi realizada com base nos fundamentos da História de Vida que permitiu uma maior aproximação entre as trajetórias de formação e a análise de processos de constituição da identidade racial. Na perspectiva do sociólogo francês Daniel Bertaux (2010) que concebe as histórias de vida como relatos de práticas sociais do tipo "objetivo" ou socioestruturais, quando privilegiam as formas materiais de vida. Ou do tipo "subjetivo" ou sociossimbólicos quando revelam as atitudes, representações e valores individuais que refletem as relações sociais. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira foram aplicados questionários com cento e setenta professoras que representam 55,74% do total de docentes pertencentes às redes de ensino municipal e estadual, o que permitiu construir um panorama do acesso de mulheres negras à docência, do contexto de atuação política-profissional e do pertencimento racial das professoras. E a segunda etapa foi a realização da entrevista narrativa com dez professoras. Esta técnica é considerada uma forma de entrevista não estruturada que vai além do esquema de perguntas e respostas, ao mesmo tempo que restringe a intervenção e influência da entrevistadora, permitindo as entrevistadas revelarem-se com profundidade. Dentre as conclusões, observei que "tornar visível ou invisível a identidade racial" pode ocorrer de modo muito frequente, por exemplo, quando estamos diante do acesso a políticas e/ou ações públicas, quando estamos diante da negação de direitos civis e humanos, quando reconhecemos a eminencia de atos que podem violar essa identidade e, especialmente, quando desejamos ser dignamente reconhecidas como pessoas humanas.

Quem Sabe Faz a Hora: gênero, raça e classe entre estudantes de ensino médio de uma escola federal da periferia do Rio de Janeiro - Rogerio Mendes de Lima (Colégio Pedro II), Maria Carolina de Jesus Pinto da Silva (Colégio Pedro II), Samella Moreira dos Santos (Colégio Pedro II), Fabio Gustavo Marques Fernandes (Colégio Pedro II). Em diferentes instâncias são inúmeros os dados e exemplos que comprovam que as populações negra e indígena e, em especial, as mulheres negras e indígenas, sofrem processos históricos de dominação racial e de gênero que se apresentam tanto de modo objetivo (material) quanto de maneira subjetiva (cultural/ideológica). A escola enquanto uma instituição que simultaneamente reflete e forma a sociedade, se constitui em lugar privilegiado para observar como essas relações se estruturam. Entretanto, mais que isso, ela é também o espaço onde podem ser produzidas outras formas de compreensão e ação que levem à superação das diferentes formas de dominação, em especial o racismo e o machismo. Nesse sentido, o presente estudo se insere como parte do projeto Quem Traz na Pele Essa Marca e procura investigar como os pertencimentos de gênero, raça e classe de um conjunto de estudantes de ensino médio vêm sendo transformado a partir das vivências coletivas proporcionadas pela inserção enquanto estudantes do Campus Realengo II do Colégio Pedro II. Esse estudo adota a perspectiva intercultural crítica e a pedagogia decolonial como referenciais para a execução do projeto. Sendo assim, o conceito de colonialidade é essencial para a compreensão da persistência das estratégias de submissão das populações negras e indígenas em nossa sociedade e na escola. Apesar do fim formal da colonização, suas bases de sustentação permanecem em nosso cotidiano e devem ser combatidas a partir de dois movimentos simultâneos. A denúncia dessas condições de reprodução da dominação em todos os níveis e a produção coletiva de novas maneiras de pensar e viver o mundo que superem o eurocentrismo que tem sido referência para o desenvolvimento das relações socioculturais na sociedade brasileira. Do ponto de vista metodológico, se apresenta como uma pesquisa quali-quanti e tem nas entrevistas semiestruturadas a principal fonte de coleta de dados. A análise crítica do discurso é o instrumento principal de análise dos dados obtidos. O estudo se divide em duas etapas. Na primeira são realizadas entrevistas com estudantes negras e negros do Campus Realengo II. Na segunda à luz da perspectiva intercultural crítica são analisados pelos pesquisadores os dados obtidos. Os resultados tem apontado para o fato de que ainda que as determinações de classe, gênero e raça persistam e façam parte da trajetória dos estudantes, é possível identificar que a experiência coletiva de vivência de seus pertencimentos de raça e gênero no Campus têm possibilitado o surgimento de novas estratégias de enfrentamento dessa realidade na qual se descortinam novas possibilidades no processo de combate às dominações raciais e de gênero.

Relações sócio raciais e afetivas de estudantes do ensino médio de escola pública de João Pessoa: entre o mito da democracia racial e o racismo à brasileira - Suéria Dantas de Oliveira Silva (Universidade Federal da Paraíba), Tatiany de Oliveira Simas (Secretaria de Educação do Estado da Paraíba). Foram pesquisadas as relações sócio raciais de estudantes do ensino médio de uma escola pública estadual de João Pessoa. A unidade escolar possui em seu entorno diversas comunidades carentes que compõe grande parte de seus estudantes. Funciona na modalidade de ensino integral e conta com 520 alunos matriculados. Em observações em sala, verificou-se o não reconhecimento enquanto pessoa preta ou parda por boa parte dos alunos, observando-se na expressão de distanciamento, a exemplo: "eles moram ainda hoje precariamente nas favelas" (os negros), fato que chama atenção, sendo eles de maioria preta e parda e moradores da periferia. Nesse contexto, surgiu a necessidade de investigar como essa população se vê do ponto de vista sócio racial. Dessa forma, objetivou-se verificar como se dão as interações sócio raciais e afetivas dentro da realidade desses jovens. Partiu-se do conceito de atitude descrito por Costa Pinto (1998), para designar tendências e predisposições, socialmente adquiridas, a reagir de determinada forma, em face de determinada pessoa, ou situação. Essas atitudes, resultados de experiencias sociais anteriores, são adquiridas e incorporadas na conduta individual. Foi utilizada a escala de distância social, que consiste numa série de perguntas sobre situações de crescente aproximação com indivíduos de diversa condição étnica, permitindo observar o acesso ou não às esferas íntimas dos sujeitos estudados. Em associação, foram incorporadas perguntas referentes às relações afetivas do ponto de vista racial. O questionário foi aplicado junto aos estudantes no ambiente de sala em momentos cedidos pelos professores. Foram 65 questionários, perfazendo o percentual de 12,5% do total de alunos, a idade variou de 15 a 19 anos. A autodeclaração revelou 49,2% de pardos, 26,2% de brancos e 24, 6% de pretos. No tocante à escala de distância racial, 66,2% declararam não se importar com a raça/etnia das pessoas nos vários níveis de sua convivência social, já 33,8% referiram incômodo sobretudo com pretos e pardos em variados níveis de aproximação. Nas preferências

raciais afetivas, houve discrepância em relação às preferencias pessoais e o idealizado sobre a preferência das outras pessoas. Enquanto 78,5% responderam não ter preferência de raça no momento da paquera, ao serem questionados sobre a preferência das outras pessoas, 61,5% disseram que os outros preferiam paqueras de pele branca. Schwarcz (2012), descreve esse fenômeno como a afirmação genérica e sem questionamento de uma harmonia racial que joga para o plano pessoal os possíveis conflitos, com isso, ora o problema inexiste, ora é personificado no outro. Os achados podem nortear metodologias de abordagem que proporcionem uma consciência crítica que incentive interações sócio raciais mais igualitárias.

Relato de Experiência: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso em uma escola municipal de Salvador. - Ana Paula do Nascimento de Santana (Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Conde). O presente trabalho traz o relato de algumas experiências didático-pedagógicas postas em prática em uma escola de educação básica da rede pública municipal de Salvador, por meio das quais se buscou promover o enfrentamento ao racismo religioso e a formação de (re) conhecimento identitário. Faz-se uma breve abordagem sobre a Lei 10.639 de 09 de março de 2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Lança, ainda, um olhar sobre o currículo escolar e a relevância de que nele sejam inseridas discussões acerca do preconceito, da discriminação, das questões étnico-raciais e da diversidade, de modo que a escola reflita respeito à pluralidade e oportunize aos indivíduos o conhecimento digno da própria história, assim como o reconhecimento da sua condição de sujeitos de direitos, sobretudo as minorias discriminadas. A implementação da Lei 10.639/03 é discutida sob a ótica de Castro (2014), observando-se sua relevância para a valorização da identidade afro-brasileira e a necessidade de essa lei ser mais bem trabalhada. Considera-se, ainda, a perspectiva defendida por Munanga (2005) do reconhecimento do nosso racismo como o primeiro passo para combatê-lo, podendo-se, depois disso, associar práticas educativas e pedagógicas visando à superação desse problema. Discute-se, então, a necessidade de um currículo que não ignore os coletivos historicamente subalternizados, antes assegurem aos indivíduos o direito a saberem de si ao saberem-se no mundo, na sociedade, nas relações sociais (AROYO, 2017). Dentre as estratégias utilizadas, buscou-se levar aos grupos textos, recortes de redes sociais, músicas, literatura negra e periférica versando sobre relações étnico-raciais, além disso, os alunos foram desafiados a produzir encenações teatrais tendo como tema a intolerância religiosa e a diversidade, sendo o produto final apresentado à comunidade escolar. A apresentação dos trabalhos realizados nesses grupos favoreceu questionamentos, reflexões e a discussão acerca da pluralidade, tolerância e intolerância religiosa, oportunizando, assim, a aplicação da Lei 10.639/03 dentro da comunidade escolar.

Resistências da branquitude frente a educação anti-racista - Alessandra Pio Silva (UFRJ). Uma menina pobre estuda em um colégio particular com bolsa de estudos, pois sua mãe é faxineira do local. A estudante é hostilizada e discriminada pelos outros alunos, mas recebe ajuda de sua amiga rica, membro da classe dominante cujo pai, por ter vivido em países pobres como diplomata, possui uma visão assistencialista, mais moderada. A sinopse descrita não despertaria a atenção do público, não fosse um importante detalhe: a menina pobre, Maria, é branca; a menina rica, Luana, é negra. O curta-metragem "Vista a minha pele", de Joel Rufino, faz uma paródia para promover discussões sobre o racismo. O filme foi exibido em cursos de curta duração sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais ministrados para servidores de um colégio da rede federal, no Rio de Janeiro. Cerca de 80 pessoas o assistiram. Quando a projeção começava, as reações nos revelavam que o silêncio sobre a situação do negro no Brasil não significa desconhecimento; a imagem de uma menina branca e pobre, conversando ao telefone com sua amiga negra e rica, causa espanto e admiração. Somavam-se ao cenário diversas referências ao protagonismo do povo negro no filme: pôsteres de bandas de música e de modelos negras/os; comerciais dirigidos ao público negro de alto poder aquisitivo sendo exibidos na televisão; professores/as negros/as no colégio destinado à formação de uma elite negra demonstrando piedade de alunos/as brancos e carentes. A expressão mais observada foi a simplificação da sensação "inusitada" com o termo: está "tudo ao contrário". Se no filme tudo estava ao contrário para aqueles que o assistiram, podemos afirmar que existe uma normalidade aceitável. É possível transgredi-la? Como transgredi-la? Queremos transgredi-la? O texto percorre atividades anti-racistas desenvolvidas no âmbito de uma pós-graduação em Ensino de História da África, no Rio de Janeiro, nas turmas de 2016 e 2017. Ele busca evidenciar, através de observações da rotina pedagógica das duas turmas e de seus relatos, as resistências à inserção dos conteúdos preconizados pela Lei nº10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN. A partir de pesquisas dedicadas aos estudos sobre o ideal de branqueamento, branquitude e mestiçagem brasileira é possível verificar o medo da perda de privilégios e, portanto, uma das maiores causas da resistência à transformação da realidade curricular escolar, ainda excludente.

Revisitando o Livro Didático de História da Educação Básica através da Lei 10.639/2003 - Flávia Rodrigues Lima da Rocha (Universidade Federal do Paraná)

Este projeto trata de um estudo do livro didático de História da Educação Básica, com uma perspectiva voltada para a Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica. A importância desse estudo está em observar o nível de aplicabilidade da referida legislação, bem como compreender o tratamento dado ao sujeito negro neste material didático, usado de forma predominante no processo de ensino-aprendizagem, por fazer parte de uma política pública para as escolas. O objetivo deste trabalho é analisar a participação do negro no livro de História da Educação Básica nos últimos cinco anos e como a Lei 10.639/2003 tem influenciado a renovação do discurso a respeito desse sujeito. Para desenvolver este trabalho escolheu-se a coleção mais pedida pelas escolas brasileiras, por meio do Programa Nacional do Livro Didático, em sua última edição para o Ensino Médio, no ano de 2017, História, Sociedade & Cidadania, de Alfredo Boulos Junior, em suas duas edições, uma de 2013 e a outra de 2016. Estas edições foram analisadas em seus textos, imagens e conteúdos, numa comparação entre as duas edições e entre as edições e as orientações da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Sabe-se que nenhum livro didático é ingênuo, antes representa ideologias a serem ensinadas nas escolas (Bittencourt, 2009) e que o que é ensinado é resultado de uma forte disputa de poder entre grupos que buscam visibilizar suas histórias como mecanismo de dominação ou de libertação, no caso de culturas e histórias por muito silenciadas (Arroyo, 2015). Sendo assim, verificou-se pouca mudança de uma edição para outra, bem como

muito de ideologia europeia a predominar nos conteúdos e nas abordagens de seus diferentes assuntos. Apesar dos 15 anos da Lei 10.639/2003 e dos 14 anos de suas diretrizes, pouco se tem acrescentado de história e cultura africana e afro-brasileira no livro didático em pesquisa, sobretudo no que diz respeito a conteúdos clássicos, que ainda são determinados por uma história do colonizador, deixando às margens ou mesmo silenciado, a história do povo negro para além de sua desumanização pela escravidão moderna. Acredita-se que trabalhos como este possam chamar a atenção da necessidade de reavaliar a escrita e a elaboração de materiais didático que possam trazer identidade e valores aos diferentes povos que compõe nossa nação, expressos em salas de aula, como alunos a espera de sua representatividade nos livros didáticos.

Tecendo Narrativas e Afetos na Educação Básica em Territórios de Conflito Religioso - Sandra Aparecida Gurgel Vergne (Pontificial Universidade Católica de São Paulo). A narrativa que se constrói a partir de olhares, afetos, cores, cheiros, para além das cinzas que sobram do que foi vivido, e que ficam como registros históricos, falando apenas das sobras. As vozes, as histórias vividas, ficam no ar como fumaça, que para serem capturadas é necessário reaprender a escutar. No encontro das igualdades e diferenças identitárias, criando poros de reinvenção, também de esfacelamento e dor, me constitui mulher negra. Assim como eu, outras e outros necessitaram e necessitam se deparar com o contexto das ideias colonizadas da contemporaneidade. Ao trazer o leitor para o território teórico, dos autores WALTER BENJAMIN, ÉDOUARD GLISSANT e AMADOU HAMPÂTÉ BÂ, BOSI, APPIAH, HALL, GILROY, BERGER e autores pós-coloniais se juntam a atrama teórica da Ciência da Religião para nos permitir compreender o atravessamento entre os valores e identidades raciais, religiosas e as margens que representam a realidade, permitem a construção das relações sociais, pluralismo, resiliência e cosmovisão africana. O histórico de violências, incluindo a ação de grupos de extermínio, o silenciamento e a discriminação intolerante aplicada às religiões de matriz africana e o crescimento das religiões neopentecostais, penetram e produzem ações no espaço escolar. Porém, ali, no ato de vivencia no espaço escolar, aparecem questões que desafiam a investigação de como a cosmovisão africana pode provocar mudanças epistêmicas, metodológicas e curriculares no cotidiano escolar quanto a aplicação da Lei nº 10.639/2003 e 11645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da História da África e do Negro no Brasil. Encontro nos textos MUNANGA, KABENGELE (2005), CAVALLEIRO (2005), ARROYO (2012) e PETRONILHA (2004), dentre outros, me possibilitariam compreender melhor a natureza do objeto pesquisado. O encontro com esta perspectiva tem permitido ações em minha pratica escolar na direção de permitir o afeto, a ancestralidade e os referenciais de coletividade, presentes em diversas tradições africanas, possam fazer parte do espaço escolar. Esta pesquisa quer refletir através das narrativas do cotidiano a respeito do domínio de um eurocentrismo colonialista de nosso pensamento, presente no modus operandi do capitalismo, passando até mesmo a determinar nossas relações e sonhos, transformando-os em números sem vida. Este trabalho visa, AFROAFETAR, para permitir o reencontro, ou encontro, de nós mesmos com nossa história, e nossas possibilidades de sermos descolonizados em pensamento e práticas. Neste sentido queremos apontar para a própria imagem, e no espelho, pode-se repensar a história. Os relatos de encontros de fazeres que envolvem afetos apontam para a necessidade urgente da valorização de uma perspectiva em educação a partir da cosmovisão africana.

Trajetória de autoidentificação e pertencimento racial de discentes no IF Baiano: estudo de caso do campus Valença entre 2015-2017 - Scyla Pinto Costa Pimenta (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano). A diversidade étnico-racial, marca da sociedade brasileira, pode ser vista como um aspecto positivo da nossa composição popular e cultural, mas também ser colocada de forma negativa e expressa em forma de desigualdade social. Elias e Scotson (2000) observam que as noções de pertencimento e exclusão são instituídas através de manobras de poder que marginalizam pelo mau uso de imagem coletiva do outro. O pertencimento, visto como um valor, gera coesão interna ao grupo que dita um estilo de vida e valores que são reconhecidos e reproduzidos como um conjunto de normas e tradições vistas como as melhores. Os sinais de pertença ao grupo conferem poder e distinção, enquanto os sinais de exclusão atribuem estigmas de despossuidores de valor. O preconceito e a inferiorização em relação ao negro aparecem em vários contextos sociais e se expressam de forma notável na escola, espaço sociocultural que deveria ser palco do fortalecimento das identidades, como afirma Gomes, "Na escola, não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre o cabelo crespo e o corpo negro; podemos também aprender a superá-las"(2007, 247). Neste contexto, é extremamente difícil ao jovem negro pertencente a grupos mais populares e com menos renda econômica assumir sua identidade racial. Este projeto, vinculado ao NEABI, buscou através de um recorte temporal investigar a trajetória da autoidentificação e pertencimento de discentes, no quesito percepção positiva da identidade negra, durante os três anos que frequentam o ensino médio no IF BAIANO, campus Valença. A reflexão sobre o tema foi levantada ao perceber que no ato da matrícula boa parte dos calouros preferiam se autoidentificar como brancos, mesmo quando vistos socialmente como negros. Na investigação percebemos uma mudança positiva na autoidentificação e autorrepresentação no decorrer dos três anos no Instituto, demonstrando que a vivência no campus, espaço que busca acolher as diferenças e dissolver preconceitos raciais, assim como a busca da aplicação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, vem fortalecendo a autopercepção racial pela mudança de estereótipos sociais e raciais. O objetivo geral da pesquisa de analisar os elementos orientadores da trajetória apresentados pelos discentes como importantes na sua construção de identidade racial. O levantamento dos dados foi realizado por Letícia Estefane Lima Vieira e Brenda Duarte dos Santos, ambas discentes do 3º ano do curso médio técnico em Agropecuária do Instituto e integrantes do NEABI, e foi apoiado pelo Coordenador da Secretaria, Natanael Costa da Silva. Dessa forma o NEABI assume a sua posição na luta contra o racismo institucional e fomenta dados para repensar e aprimorar as relações raciais no âmbito escolar.

"Mulheres Negras em Movimento – 'Nossos Passos Vêm de Longe'!": Uma Experiência Pedagógica em um Colégio Estadual de Imbariê, Duque de Caxias. - Larissa Lima de Souza (SEEDUC-RJ). O presente trabalho é um relato de experiência pedagógica ocorrida ao longo dos meses de Outubro e Novembro de 2017, no Colégio Estadual Doutor Alfredo Backer, localizado em Duque de Caxias. Trata-se de uma atividade de orientação de uma turma de 1ano do Ensino Médio, por uma professora de Geografia, cuja responsabilidade era trabalhar a temática "Mulheres Negras em Movimento" como parte do Projeto de Consciência Negra da referida escola. As informações

obtidas durante as pesquisas, realizadas em grupos, a partir de filmes, de livros e da internet foram compartilhadas em sala de aula ao longo do último bimestre letivo; durante a culminância do projeto (ocorrida em 25/11/2017), cada grupo formado teve de abordar, como preferisse - e considerando várias linguagens - as imagens, histórias e produções das mulheres negras pesquisadas. Podemos mencionar, ao menos, três motivos para a nossa escolha do tema: 1- no projeto de Consciência Negra desenvolvido na mesma escola no ano anterior, muitas personalidades negras foram abordadas por diferentes turmas. No entanto, poucas foram mulheres e, muito menos, aquelas cujo destaque se dava em áreas relacionadas mais diretamente produção científica e tecnológica, à literatura e à religiosidade. 2- Em segundo lugar, é impossível falarmos em Consciência Negra desconsiderando a responsabilidade de mulheres negras no processo de construção e afirmação identitária, seja como figuras de destaque em suas coletividades, mediando conflitos e agenciando negociações, (re)construindo e compartilhando saberes ancestrais entre outras importantes atividades. 3- No contexto brasileiro, ainda devemos considerar o fato de que as mulheres negras, em sua grande maioria, encontram-se na base de nossa pirâmide social, estando sujeitas a uma combinação de opressões e desigualdades estruturais, tais como a racial, a econômica e a de gênero. Nosso intuito, nesse sentido, era contribuir com a desconstrução de representações negativas associadas às mulheres negras, assim como elevar a autoestima das estudantes negras da escola e da turma em questão. Para tanto, desenvolveram-se atividades de pesquisa sobre mulheres negras que foram e são referências em diferentes áreas do conhecimento. Em nosso trabalho, também serão abordados os pontos fortes e aqueles desafiadores ao longo do processo de orientação. Além de um constante esforço de desconstrução de estereótipos e representações negativas historicamente vinculados a nós, mulheres negras, orientar uma turma no desenvolvimento de tal trabalho nos exigiu um posicionamento em relação a algumas estratégias típicas da branquitude presentes no cotidiano do espaço escolar; muito mais que lidar com as estratégias de manutenção de privilégios, precisamos, sobretudo, contestá-las e interditá-las.

Sessão Temática 50

Os Estudos Linguísticos, Literatura, linguagens e as Questões Raciais: diálogos e intersecções possíveis

"A PRINCESA, O FOGO E A CHUVA" OU "ABENA": Literatura africana e afro-brasileira na contação de histórias - Anderson Ferreira do Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais), Fabiana Oliveira de Jesus (Pontificia Universidade Catolica). Partindo de uma abordagem etnográfica, o trabalho possui como foco de análise o espetáculo "Abena", da Cia. Bando, de Belo Horizonte-MG. O espetáculo de contação de história é inspirado no conto africano do povo Ashanti "A princesa, o fogo e a chuva" publicado por Anna Soler Pont (2009), que também recebeu em outra publicação o título: "O casamento da princesa Abena", por Celso Sisto (2009). A Cia. Bando utiliza-se da imaginação e da ludicidade para contar a história de uma princesa da África Ocidental, Abena. A princesa que é considerada uma mulher belíssima, ressalta todas as características de sua etnia, e estabelecendo um diálogo com o contexto brasileiro, é uma forma de falar de África e consequentemente reforçar a identidade negra no Brasil, revelando toda sua beleza. Trata-se ainda de uma grande aventura, onde fogo e chuva disputam pela mão da princesa. O estudo para a construção do espetáculo aconteceu com o apoio do o projeto de extensão Literatura Afro-brasileira em Foco, do NEIA – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. O Literatura Afro-brasileira em Foco se dedica ao estudo da literatura africana e afro-brasileira, abordando, de maneira interdisciplinar, processos discursivos que contribuem para a reflexão da condição do negro e a importância das culturas de matrizes africanas na formação da sociedade brasileira. Esses estudos e ações são realizados semanalmente com reuniões para discutir os textos teóricos e literários que nos norteiam no conhecimento da cultura afro-brasileira e que nos dão bases para a realização das ações. Para identificar os textos da Literatura Brasileira e categoriza-los como Literatura Afro-brasileira, há um diálogo teórico com artigos acadêmicos, como, por exemplo, o artigo "Por um conceito de Literatura afro-brasileira", de Eduardo de Assis Duarte (2011), que sugere características inerentes aos textos da literatura negra: tema, autoria, linguagem, público leitor e, principalmente, o ponto de vista autoral. A partir dessas concepções, "Abena" propõe uma experiência criativa antirracista a partir de jogos teatrais e técnicas de contação de histórias, tendo como base também as propostas da Lei 10.639/03, ampliada para Lei 11.645/08. Além disso, o conto africano do povo Ashanti e a contação de história da Cia. Bando, se destaca como possibilidade artística e pedagógica para compartilharmos histórias e saberes, como propõe Betty Mindlin (2001), além de romper muitos preconceitos e aproximar os sujeitos negros da sua ancestralidade, desmistificando e desconstruindo estereótipos arraigados na mentalidade social, criados para apagar a memória e o pertencimento a essas histórias, como aponta Nilma Lino Gomes (1995).

A linguagem na racialidade e racialidade na linguagem: vozes silenciadas de professores negros de Língua Inglesa - Gabriel Nascimento dos Santos (Universidade de São Paulo). A pesquisa em Linguística Aplicada tem se interessado cada vez mais nos últimos anos pelas chamadas identidades sociais (FERREIRA, 2014; MASTRELLA-DE-ANDRADE e RODRIGUES 2014; NASCIMENTO, 2014, 2016), tendo como perspectiva a exclusão social através da linguagem como instrumento de poder, tanto nas aulas de língua materna quanto nas aulas de língua estrangeira. No caso do Brasil, nós partimos de um lócus mediado pelas características do que chamaremos por racismo cordial (FERREIRA e CAMARGO, 2014; SOUZA, 2015) e do racismo epistêmico (GROSSFOGUEL, 2007, 2016; MIGNOLO, 2010). Assim sendo, nesta pesquisa estamos interessados nas mais diversas formas em que o racismo atua como um fator condicionante na construção de identidades de professores negros de língua inglesa. Tomamos como base para a construção dos conceitos teóricos neste trabalho a

discussão sobre ensino-aprendizagem de línguas e a construção de identidades sociais, tendo como base a questão racial, os estudos decoloniais e sociológicos do século XX. Para tanto, tomamos ainda a racialidade como processo de construção de identidades raciais dos mais variados tipos, através de hierarquias (GROSSFOGUEL, 2016), de modo que essa construção se organiza a partir dos marcos das mais diversas formas de organização do racismo. No tocante ao ensino de língua inglesa, temos por compreensão a profundidade de exclusão social causada por sua não democratização plena na educação pública e gratuita até os dias de hoje, com forte influência das rupturas democráticas pelas quais o Brasil atravessou em sua história. Por isso, o objetivo deste trabalho é investigar de que maneira o racismo/raça atuam como fatores condicionantes para a construção das identidades de professores negros de língua inglesa, de modo a entender melhor a relação da construção da racialidade na linguagem e da linguagem na racialidade. Para tanto, e segundo Mbembe (2014), entendemos que raça é um signo de opressão imposto à identidade do negro. Portanto, ao ser imposto, enquanto signo, o impele condições e posições sociais de exclusão ao mesmo tempo que constrói a branquitude como espaço de privilégio. Entendemos ainda, como Alcoff (2006), que, ao passo que existe um devir-negro do mundo (seguindo Achille Mbembe), existe uma reação da branquitude de maneira a consolidar novas formas de opressão e racismo, que neste trabalho localizaremos através do racismo epistêmico e do racismo cordial. Dessa forma, apresentaremos alguns dados preliminares de uma pesquisa de doutorado apontando para as histórias de vida de professores negros de língua inglesa de diferentes gêneros e classes sociais a partir de uma autoetnografia do próprio pesquisador.

As línguas nacionais em Angola e Moçambique: reflexões sobre o discurso dos professores em formação - Sheila Perina de Souza (faculdade de Educação USP). A educação e as línguas nacionais em Angola e Moçambique: reflexões sobre o discurso dos professores em formação. Tanto Angola como Moçambique, passaram recentemente por um longo periodo colonização que deixou marcas profundas no sistema educacional Durante todo o perido colonial as línguas nativas foram consideradas um obstaculo para assimilação dos povos africanos. Em ambos paises a língua portuguesa é a única oficial, enquanto as línguas nativas, foram classificadas como línguas nacionais, após a independencia .Recentemente as línguas nacionais começaram a serem inseridas no sistema de ensino, com experiencias isoladas de ensino bilingue. Neste artigo pretendemos discutir as imagens de línguas nacionais em Angola e em Moçambique conferidas nos discursos de professores em formação. Acreditamos que as imagens de língua que esses professores têm influenciam diretamente em suas práticas de ensino e no uso dessas línguas em suas aulas. Objetivamos compreender como esses professores representam as línguas nacionais no ensino e na aprendizagem em relação ao português, língua oficial. Focalizaremos especialmente as relações entre o discurso dos professores e as marcas deixadas pelo periodo colonial. A pesquisa foi realizada junto a Universidade Pedagogica de Moçambique em 2016 em Maputo, com os estudantes do curso de licenciatura em ensino básico que cursavam o 2º ano. E tamém na Escola Superior Pedagogica do Bengo em Angola na provincia do Bengo em 2018, com os estudantes do curso lecienciatura em ensino de língua portuguesa. Foram aplicados questionários semi-abertos aos professores em formação, buscou-se compreender quais linguas falavam, em quais ocasiões, o que pensavam a cerca da inserção das línguas nacionais no sistema de ensino, e questões relacioandas a língua e identidade. É importante ressaltar que muitos desses professores em formação já atuavam no ensino básico. Como báse teórica usamos as reflexões sobre atitudes linguísticas de Schlieben-Lange (1993) e para análise dos dados temos utilizado a analise de discurso de linha francesa. Os resultados iniciais apontam que a maioria dos entrevistados considera positiva a implementação do ensino bilíngue nas escolas, ao mesmo tempo em que colocam as línguas bantu numa posição secundária no sistema de ensino. Funcionando como coadjuvantes ao português colocam as línguas bantu apenas como instrumentos para a aprendizagem da língua portuguesa.

Atitudes linguísticas e raça na Unilab: uma análise glotopolítica. - Flavia Coutinho Ferreira Sampaio (Universidade Federal Fluminense). A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, cuja proposta é a integração dos países de língua portuguesa, sobretudo os PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e Timor-Leste, apresenta, em seu cotidiano, um ambiente favorável para se pensar diversas questões relativas à vivência dos cidadãos de diferentes países africanos na diáspora. Nesse sentido, a proposta do presente trabalho é identificar como e em que momentos a questão racial se apresenta nas relações entre os estudantes da instituição, por meio da análise de suas atitudes linguísticas. Nesse sentido, busca-se refletir sobre como as práticas de linguagem estão condicionadas, não só ao momento da interação, mas também, e sobretudo, a discursos diversos que constroem imagens do falante sobre si e sobre o outro. Desta forma, este estudo propõe uma discussão acerca de como o pensamento eurocêntrico e a colonização moldaram formas de pensamento que, até hoje, trazem consequências negativas aos povos colonizados, principalmente, no que tange à forma como se veem e atuam no mundo. Por outro lado, considera-se, também, as formas de pensamento não hegemônicas, tais como teorias decoloniais e afrocêntricas, como meios de transmissão de um discurso que ressignifica a história desses povos e possibilita uma mudança na forma como o ex-colonizado se vê e age neste mundo. Este trabalho é um recorte de uma tese de doutorado em andamento e baseia-se em aportes teóricos da Glotopolítica, da Etnografia da fala e da Sociolinguística Interacional de base interpretativa.

Carolina autora: escolhas editoriais e suas influências na construção da figura de autor caroliniana - Bruna Emanuele Fernandes (FACULDADE DE LETRAS DA UFMG). O presente trabalho se trata de um ensaio crítico-literário. Tal análise faz parte do conteúdo da minha monografia de conclusão de curso, critério parcial para a aquisição do título de Bacharel em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pretendo, para o fim dessa pesquisa, utilizar a obra de Carolina editada pelos historiadores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine a título comparativo e elucidativo de aspectos da personalidade da Carolina-mulher suprimidos pelo seu primeiro editor, o jornalista Audálio Dantas, na primeira publicação dos escritos da autora. Meu olhar se focará, em Meu estranho diário, nas passagens em que Carolina escreve um pouco de sua relação com Dantas e muitos dos envolvidos em sua carreira à época, e nas passagens em que ela fala de sua afetividade, e cruzarei e problematizarei essas passagens com o modo como a figura de Carolina foi construída e passada em Quarto de despejo. Acredito que, ainda, seja importante juntar à análise da atuação desses editores sobre os escritos da autora, à análise da figura de autora de Carolina construída por homens – principalmente no contexto sociopolítico em que ocorreu

a publicação de Quarto de despejo –, a problemática que há em torno da prática do editar um texto do gênero diário. Portanto, pretendo por meio desse trabalho mesclar aspectos editoriais, discursivos, históricos e literários da época em que a autora foi lançada e sua vida após o sucesso de seu lançamento. Meu objetivo é, em suma, conseguir fazer uma amarração concisa desses aspectos todos, de modo a encontrar, ao menos em algum nível, uma resposta à inquietação que me aflige desde a primeira leitura que fiz dos textos de Carolina Maria de Jesus: o que justificaria sua ascensão tão rápida no meio literário e seu posterior e gradual anonimato?

Entextualização e Raça: Coisas que fazemos com a Linguagem e Raça no Contexto Brasileiro - Glenda Cristina Valim de Melo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). As questões raciais ainda são pouco investigadas no campo da Linguística Aplicada em contexto brasileiro. Por este motivo, pretendo apresentar a entextualização de classificados publicados em jornais de 1824 em quatro classificados encontrados em um site de vendas brasileiros, de 2012 a 2015, procurando contribuir, assim, para os estudos raciais e de gênero na Linguística Aplicada. Viso ainda discutir os sentidos sobre raça construídos nos textos analisados. Esta investigação se embasa na perspectiva de entextualização de Bauman: Briggs (1990); no conceito de indexicalidade sugerido por Blommaert (2010); aqui assumo a concepção de linguagem como performance (AUSTIN, 1962; DERRIDA, 1972; BUTLER, 1997, 2004). Além disso, raça é concebida como uma construção social, histórica, discursiva e performativa. Os dados analisados são anúncios publicados em 1924 e quatro anúncios de 2012 a 2015, em que pessoas negras são vendidas no Mercado Livre, um e-commerce brasileiro. Com base nos indices linguísticos de Silverstein (2003), podemos dizer que as vidas negras são construidas performativamente como desumanas, inferiores, commodities que valem muito pouco no século XXI. Observei ainda que no processo de entextualização, algumas marcas do contexto digital são incorporadas nos textos em análise. Por outro lado, séculos após a abolição e a luta de movimentos sociais por igualdade, os corpos negros são projetados como desiguais como aqueles dos séculos XIX. Compreendo que tais atos de fala são efeitos da branquitude e também de uma necropolítica, tópicos que precisam ser mais investigados.

Portal literafro: panorama de poesia e prosa - Adélcio de Sousa Cruz (Universidade Federal de Viçosa). A produção de escritorxs negrxs no Brasil tem seus primeiros registros no século XVIII, com a obra do poeta Domingos Caldas Barbosa. A partir dele foi possível traçar/registrar as marcas de textos tanto em versos quanto em prosa (conto, crônica, romance), com presença registrada até a contemporaneidade. Devemos ressaltar que tais textos apresentam poéticas bem particulares e dialogam criticamente com a diáspora africana nas Américas, bem como com a literatura brasileira canônica. Destacam-se, a princípio, as seguintes tendências: texturas explicitamente engajadas, memórias da diáspora africana, poéticas modernistas, narrativa negra/afro-urbana, esta última agregando ainda características do que é denominado "escrita performática".

Prêmio Leda Maria Martins de Artes Cênicas Negras de Belo Horizonte – Artes e culturas para a educação - Denilson Alves Tourinho (UFMG). Esse projeto de pesquisa em desenvolvimento no mestrado profissional em educação da UFMG visa apresentar os conceitos do "Prêmio Leda Maria Martins de Artes Cênicas Negras de Belo Horizonte" e a catalogação de montagens cênicas elaboradas exclusivamente para essa premiação como meio de educação para relações artísticas, culturais e étnico/raciais. Para isso o estudo pretende relacionar as montagens agraciadas na 1ª edição do prêmio, 2017, aos conceitos de cada categoria, formando jogos, quiçá interativos, de relação entre epistemologias e práticas. Com o resultado de aplicação dessa pesquisa não se pretende formar críticos de artes, mas sim propiciar o conhecimento e constatação de expressividades das artes e culturas. O Prêmio LMM é um projeto inovador de reconhecimento das produções de artes cênicas negras da capital mineira em teatro, dança e performance. O conceito da premiação é fundamentado nas referências culturais, estudos e marcos conceituais de Leda Maria Martins sobre as artes e culturas negras. Martins é poeta, ensaísta, dramaturga, diretora de ação cultural da Universidade Federal de Minas Gerais e rainha de Nossa Senhora das Mercês da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá. Os nomes e conceitos das 10 categorias do Prêmio LMM contribuem para o conhecimento, entendimento e fruição das expressões negras em artes e culturas. Segue breve apresentação das categorias com as montagens agraciadas na 1ª edição do prêmio: 1ª ENCRUZILHADA. Área: direção. Espetáculo "Pai Contra Mãe".2ª MURIQUINHO. Área: infanto-juvenil. Espetáculo "Abena". 3ª ORALITURA. Área: texto, trilha sonora. Espetáculo "Vaga Carne". 4ª CORPO ADEREÇO. Área: dança. Espetáculo "Quilombos Urbanos". 5ª PERFORMANCE DO TEMPO ESPIRALAR. Área: performance. Espetáculos: ROLEZINHO - Nome Provisório" e "Refém Solar". 6ª LUGAR DA MEMÓRIA. Área: cena curta. Espetáculo "Apologia III". 7ª AFROGRAFIAS. Área: atuação. Espetáculo "Vaga Carne". 8ª CENA EM SOMBRAS. Área: cenário, figurino e/ou luz. Espetáculo "Eras". 9ª PALCO EM NEGRO. Área: espetáculo longa duração. Espetáculo "Madame Satã". 10ª ANCESTRALIDADE. Área: personalidade, homenagem, revelação. Espetáculo "Memórias de Bitita- O Coração Não Silenciou". *Ator e educador. Mestrando em educação pelo Promestre na FaE/UFMG. Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Graduado em Letras pelo Centro Universitário Newton Paiva. Curador e produtor cultural.

Um modelo semântico para análise de injúrias raciais - Rogerio Fabianne Saucedo Correa (Universidade Federal de Santa Maria). O debate contemporâneo sobre o significado de injúrias raciais possui duas linhas gerais de interpretação. As interpretações não-semânticas negam que injúrias raciais sejam analisáveis semanticamente. Isso significa que elas não são termos aptos à verdade e falsidade. As interpretações semânticas sustentam que injúrias raciais são analisáveis semanticamente. Portanto, são termos aptos à verdade e falsidade. Neste trabalho, apresento um modelo semântico para análise de injúrias raciais.

"Aí a pessoa foi fechando o portão e eu fui morrendo por dentro": dor, desproteção, paralisia e inexistência em narrativas de racismo - Talita de Oliveira (CEFET/RJ). Vivemos em um mundo social povoado de histórias que nos fazem rememorar eventos passados, sonhar com um futuro possível, tecer relações sociais e criar um sentido de coerência para nossas vidas. Somos movidos a fazer sentido daquilo que somos e do mundo que nos cerca através de modos narrativizados de interpretação da vida social. Partindo dessa centralidade das narrativas na constituição dos sujeitos e da realidade que os cerca, a pesquisa social e os estudos da linguagem têm se debruçado sobre as falas desses

sujeitos, considerando-as um lócus privilegiado para compreender a relação entre discurso, identidade de sociedade (FABRÍCIO; BASTOS, 2009), bem como os processos de resistência e reformulação identitária (BASTOS; BIAR, 2015). O presente trabalho está inserido em um projeto maior cujo objetivo é estudar as performances narrativas/identitárias (BAUMAN, 1986; RIESSMAN, 2008) de mulheres negras que rememoram situações de racismo vividas no passado e tecem histórias de sofrimento motivado pela presença da pele negra em contextos sociais diversos. A noção de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; SANTOS, 2007) é adotada como ferramenta teórico-analítica para compreender as interações entre relações de poder e de opressão atravessadas por categorias como raça, gênero e classe social nas narrativas estudadas. No caso particular deste trabalho, será dado destaque à narrativa de Alessandra (nome fictício), mulher negra que performa os sentidos de dor, desproteção, paralisia e inexistência ao relatar um episódio experienciado na interação com uma moradora de seu prédio. Os dados foram gerados em vídeo e compõem um repertório de entrevistas que fazem parte do documentário Negros Dizeres, uma produção do jovem cineasta Hugo Lima. O estudo aqui empreendido, além de buscar visibilizar histórias de sujeitos historicamente apartados do protagonismo social no contexto brasileiro, visa à discussão acerca da necessidade de novas ferramentas teórico-metodológicas para o campo dos Estudos da Linguagem, de modo a dar conta das demandas de pesquisa emergentes e a contribuir para o desenvolvimento de trabalhos comprometidos com a construção de uma sociedade democrática e antirracista.

Sessão Temática 53

As políticas de ação afirmativa para negros: gênese, consolidação e conjuntura atual

A conjuntura nacional e a questão racial na universidade: uma proposta de discussão coletiva na UFRRJ. - Vinícius de Luna Chagas Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Yan Silva dos Anjos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Tamiris de Paulo Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Diomario da Silva Junior (UFRRJ). Um desafio para o avanço de políticas emancipatórias é incorporar novos olhares, jeitos de pensar, formas de agir, que vêm plasmando novos movimentos e lutas sociais. Criar novas teorias-energias-estratégias-ações capazes de alicerçar políticas mais ousadas, fatores de mobilização e fortalecimento político-institucional no enfrentamento de inimigos políticos e ideológicos da democracia e da justiça social é o nosso tema central nessa comunicação. O que descreveremos e analisaremos na perspectiva apontada é o "olhar" dos integrantes do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Conjuntura Nacional e Luta Contra o Racismo na Educação e na Sociedade (UFRRJ) ao vivenciar o I Encontro de Grupos de Estudo e Pesquisa sobre a questão racial no Brasil, realizado entre os dias 16 e 17 de março de 2018 na cidade do Rio de Janeiro. O encontro é resultado do trabalho integrado entre diversos grupos de pesquisa vinculados a Linha Educação e Diversidades Étnico-Raciais da UFRRJ e militantes do movimento social negro. Nesta primeira edição, realizada na Associação Cultural Conexão das Artes em Anchieta, entendemos que estas experiências sociais são produtoras de um conhecimento válido (Santos, 2009) e logo, devem dialogar com as ideias acadêmicas. Nas rodas de diálogo, principal espaço metodológico de discussão, participaram antigos militantes do movimento negro no Estado do Rio de Janeiro tais como Iedo Ferreira, Adélia Azevedo e Aderaldo Gil enegrecendo os mais jovens sobre a luta contra o racismo e algumas das reinvindicações históricas do movimento negro. O evento contou com atividades culturais tais como o cinedebate organizado por alunos de medicina de Universidades Públicas que abordaram o racismo na saúde da população negra e a dificuldade de implementação das políticas de ações afirmativas nestes espaços. Enfim, criou-se um espaço de debates e reflexão coletiva que possibilitou ir além da institucionalidade, na busca de produzir novas narrativas e estratégias de enfrentamento ao racismo, a compreensão dos saberes produzidos, articulados e sistematizado pelo movimento negro e de mulheres negras tema capacidade de subverter a teoria educacional, construir a pedagogia das ausências e das emergências (Gomes,2017), neste sentido a atividade desenvolvida segue o caminho do diálogo entre a universidade e o movimento popular, onde as causas que nos são caras, transformam-se em sinergia em prol da proposta maior, a luta contra o racismo.

A experiência do Programa Equidade na pós-graduação da Fundação Carlos Chagas: o desafio de institucionalizar as politicas de ação afirmativa no Brasil. - Amelia Cristina Abreu Artes (Fundação Carlos Chagas). O Programa Equidade na Pós-Graduação foi uma iniciativa da Fundação Carlos Chagas (FCC), financiado com recursos da Fundação Ford, realizada entre os anos de 2011 e 2015. Insere-se em um conjunto de ações realizadas por governos, secretarias e universidades para a garantia de um maior acesso de grupos sub-representados, em especial negros e indígenas, ao ensino superior brasileiro e que alteraram a vida universitária e o perfil de seu público desde o inicio dos anos 2000. O objetivo do Programa era financiar, nas universidades públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, cursos de orientação pré-acadêmica, dirigidos prioritariamente a estudantes egressos de experiências de ação afirmativa na graduação, sobretudo negros e indígenas, visando a sua preparação para o processo seletivo em programas de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) nas diversas áreas do conhecimento. Um total de 12 projetos foram financiados e finalizados. Além do objetivo inicial, de garantir uma formação complementar aos candidatos aos programas de pós-graduação com preparo em: redação acadêmica; idioma estrangeiro instrumental; metodologia da pesquisa/elaboração de projeto; tutoria/orientação (melhoria do pré-projeto, plano de estudos para participar do processo de seleção, organização do dossiê para candidatar-se a PPG) pretendia-se também de estimular a institucionalização de uma metodologia bem-sucedida de ação afirmativa para a Pós-Graduação. Até inicio de 2015 foi contabilizada a inscrição de 2.326 candidatos nos cursos de formação pré-acadêmica, totalizando 1.197 alunos matriculados, num total de 32 turmas. Obteve-se a notificação

de 165 alunos aprovados (ingressantes) em programas de pós-graduação. Entre 2015 e 2016 a FCC desenvolveu um projeto para avaliar os resultados da iniciativa, a partir do envio de um questionário eletrônico para todos os beneficiários dos 12 projetos. Ao final totalizou-se 285 ingressantes, 120 a mais do que em um primeiro levantamento junto as instituições propositoras, ao final dos projetos. Os resultados apresentados nesse estudo referem-se a: caracterização dos beneficiários (informações sócias econômicas pessoais e familiares e mudanças observadas frente a situações de racismo e outras vivências); trajetórias de escolarização no ensino superior e na pós-graduação; percepção das temáticas raciais; e avaliação da experiência Equidade. Os dados obtidos indicam a importância da ação para a garantia do acesso de jovens, de forma mais equitativa, à pós-graduação brasileira.

A legislação brasileira como mecanismo de segregação e ascensão social - Luciane de Araújo Santos (Câmara Municipal de Araguari). A presente proposta é resultado de estudo sobre a legislação brasileira que alijou os negros dos espaços de poder e os lançaram sob estereótipos de subjugação racial e social. Além disso, pretendo mostrar de que forma a legislação brasileira foi utilizada para segregar os negros do processo histórico de inclusão e democratização de bens sociais e de consumo. É importante lembrar que o acesso ao saber sempre foi uma alavanca de ascensão social, econômica e política de um povo, desta forma, trabalharei com as legislações atuais que possibilitam o acesso e a permanência dos negros em diferentes esferas da sociedade.

Acesso de Acadêmicas Quilombolas no Curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins - Izadora Nogueira dos Santos Muniz (UFG), Ana Lúcia Pereira (Universidade Federal do Tocantins). Este artigo é um recorte do meu trabalho de conclusão de curso intitulado "modalidades de ações afirmativas na UFT: uma análise do acesso de acadêmicas negras e quilombolas no curso de Direito". Trata-se de uma investigação quanti-qualitativa, tendo como objeto o racismo institucional e sua interface com a hierarquização de gênero no acesso ao ensino superior, delimitando como espaço o curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), entre 2004 e 2014. Partindo de conceitos como "racismo institucional", trabalhado por Ivair Augusto Alves dos Santos (2013) e Lilia Moritz Schwarcz (2011), e "hierarquização de gênero", trabalhado por Joselina da Silva (2008), Delcele Mascarenhas Queiroz (2001) e Geledés [2012], verifica o efeito do vestibular e a presença de discentes quilombolas no curso de Direito, segundo o pertencimento étnico-racial e de gênero de quem demanda por uma vaga e de quem efetivamente se matricula no curso de Direito da UFT. Para tanto, dados fornecidos pela Comissão Permanente de Seleção (COPESE) e Pró-Reitoria de Graduação da UFT (PROGRAD) foram analisados e confrontados com estudos e análises estatísticas disponibilizadas pelo IBGE. Onde os resultados revelam que o ingresso no curso de Direito da UFT acontece a partir de uma desigualdade étnico-racial e de gênero, quando confrontamos o contingente discente matriculado no curso de Direito com a proporção dos segmentos étnico-racial e de gênero na população do Tocantins. O trabalho ainda verificou que o método utilizado pela UFT para analisar seu corpo discente sem desagregar os segmentos étnico-raciais por gênero, sem levar em consideração a proporção desses dentro do estado do Tocantins e sem partir da compreensão da especificidade do status social e retorno econômico de cada curso, mascara e reforça essa desigualdade. Configurando uma forma de manutenção do racismo institucional em um curso de notório prestígio social. Foi verificado que o racismo se expressa de forma significativa para todas as mulheres (pardas, pretas), mas de modo acentuado sobre as mulheres das comunidades remanescentes dos quilombos.

Ações Afirmativas étnico-raciais: o olhar do Observatório de Políticas de Ações Afirmativas - OPAAS NEAB/UDESC - Zaira da Silva Conceição (UDESC)

O "Programa de Ações Afirmativas" da UDESC constitui-se em um instrumento de promoção da inclusão social e étnica respeitando a diversidade cultural e contribuindo para a busca da erradicação das desigualdades sociais. Propõe uma política de ampliação de acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo a permanência na universidade; assim, o Observatório de Políticas de Ações Afirmativas – OPAAS NEAB/UDESC se apresenta como ferramenta de análise da eficácia das políticas então implementadas. A partir de autoras e autores como Kagenbele Munanga, Joana Célia dos Passos, Sabrina Moehlecke, Ilse Scherer-Warren, Cidinha da Silva, Hilton Costa, André Pinhel, Marcos Silva da Silveira e Marcelo Tragtenberg estrutura-se a pesquisa a fim de pensar os avanços, limitações e atrasos das AA's na UDESC por meio dos dados computados pelo OPAAS, bem como a inserção e matrícula de pretos/as, pardos/as e indígenas. Obteve-se como resultados até então a ineficiência do alcance dos índices propostos, uma vez que a política de cotas não garante a permanência dos grupos étnicos citados. MUNANGA, Kagenbele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: XI SIMPÓSIO SOBRE COMUNICAÇÃO E CULTURA NO TERCEIRO MILÊNIO, 2004, Londrina: UEL-CCH, 2004. TRAGTENBERG, Marcelo H. R. et. al. Negros No Brasil: Política, cultura e pedagogias. Ações Afirmativas no ensino superior público em Santa Catarina: Contribuído a diversidade e contribuindo para a igualdade socioeconômica e étnico-racial. MOEHLECKE, Sabrina. "Ação afirmativa: história e debates no Brasil". Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, n. 117, nov. 2002, p. 197-217, p. 203.MUNANGA, Kabengele. Negritude usos e sentidos. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.SILVA, Cidinha. Ações Afirmativas em educação: experiências brasileiras. São Paulo. Summus, 2003.COSTA, Hilton. et. al. Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2012. SHERER-WARREN, Ilse. PASSOS, Joana Célia. Relações étnico-raciais nas universidades: os controversos caminhos da inclusão. Atilènde, 2014. MARQUES, Eugênia P. S. SILVA, Wilker S. Educação, relações étnico-raciais e resistência: a experiência dos núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas no Brasil. Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

Ações Afirmativas na pós-graduação, branquitude e privilégio: o processo de revisão dos critérios de distribuição de bolsas no programa de Antropologia e Arqueologia da UFMG - Tiago Heliodoro Nascimento (UFMG). Em 2016, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFMG (PPGAn) foi o primeiro curso desta universidade a implementar, nesse nível de formação, uma política de ações afirmativas para acesso de pessoas autodeclaradas negras, indígenas e com deficiência. Em 2017, entendendo a necessidade de combinar a política de acesso a uma política de permanência dos alunos cotistas, uma série de assembléias com livre participação de docentes e discentes promoveu a revisão os critérios de distribuição das bolsas de mestrado e doutorado. Além de prover condições de

permanência aos ingressantes pela política afirmativa, a proposta desenvolvida nas assembleias buscou ainda contemplar questões de grande influência na permanência dos discentes, quais sejam suas condições socioeconômicas, a maternidade e sua identidade de gênero. Por tratar-se de um curso em que estudantes e professores estão em alguma medida envolvidos com as demandas das minorias políticas, o tema das ações afirmativas foi relativamente bem recebido desde as primeiras mobilizações. O reconhecimento de que uma pós-graduação em Antropologia e Arqueologia não poderia ser omissa à (quase) ausência de pessoas negras, indígenas e com deficiência em seu quadro discente foi argumento facilmente acolhido. Assim, enquanto discutíamos a reserva de vagas, o "clima" no programa era de amplo apoio às ações afirmativas. No entanto, quando passamos aos debates em torno das bolsas, a tensão entre os membros do programa se fez evidente. Não foram poucas as resistências colocadas, por exemplo, à proposta de redistribuição de todas as bolsas vigentes no programa de acordo com os princípios da política afirmativa. Embora (quase) todos se manifestassem "a favor da política", muitas foram as indisposições diante do "risco de ficar sem bolsa". Primeiro como estudante de mestrado (2015) e agora como um dos estudantes cotistas (negro) do curso de doutorado (2017), atuei em todas as etapas da construção da política no PPGAn. Assim, é enquanto participante ativo desse processo que, a partir de um diálogo com as ideias de branquitude e privilégio, pretendo abordar aqui minhas experiências durante a revisão dos critérios de distribuição de bolsas. Por ter se constituído na relação com a noção de privilégio, entendo que o conceito de branquitude contribui para a interpretação das performances e discursos observados no contexto daquelas assembleias. Tendo em vista a percepção de que pessoas lidas como brancas, mesmo quando compreensivas às causas antirracistas, sentem-se lesadas quando "perdem" em função da promoção de políticas afirmativas, proponho que, tanto quanto as vulnerabilidades dos grupos atendidos, os debates sobre Ações Afirmativas precisam também promover discussões acerca da ideia de privilégio.

Ações Afirmativas no Sistema Educacional Brasileiro: um estudo com base no protagonismo do Movimento Negro (1988-2016) - Lucas Caregnato (Unisinos)

No processo de mudanças que resultou na adoção de ações afirmativas pelo Estado brasileiro é fundamental reconhecer o protagonismo e a atuação das entidades do Movimento Negro que, ao longo das últimas três décadas, foram essenciais na denúncia contra o racismo institucionalizado e nas formas de combatê-lo. O objetivo principal dessa comunicação será apresentar, o tema de um projeto de pesquisa, (Doutorado) que se propõe a analisar, como a atuação do movimento negro, em especial, da Pastoral Afro e do Movimento Negro Unificado, impactou na adoção das ações afirmativas no sistema educacional brasileiro. O recorte temporal dessa análise envolve dois períodos históricos: o primeiro (1988–2003) e o segundo (2003–2016). No primeiro período (1988 – 2003) serão analisados a atuação do movimento negro nos seguintes processos: na discussão e inclusão da temática étnico-racial na constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída em 1996. No segundo período (2003–2016) se investigarão os seguintes acontecimentos: a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a promulgação da Lei 10.639 e a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD -MEC). Serão analisadas como a participação das lideranças do Movimento Negro contribuiu para a criação da SEPPIR e da SECAD e, de que forma, esses sujeitos inseriram-se nos diversos espaços de elaboração política, como os inúmeros conselhos, contribuindo para que o Estado assumisse as ações afirmativas. Para isso, serão analisadas as alterações que resultaram na adoção de ações afirmativas na Educação Básica, expressas na LDB, nas Diretrizes Curriculares e nas Resoluções expedidas pelo Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. A realização desta pesquisa ocorrerá através de uma proposta qualitativa, tendo como base a análise documental e a história oral. Essa investigação considera documento todo o texto escrito, manuscrito ou impresso na forma primária, ou seja, aquela produzida diretamente pelos agentes investigados, ou secundária, aquela dos textos reproduzidos em outros veículos e suportes, portanto, analisadas em segunda ou terceira mão.

Ações Afirmativas: O caso das cotas sociais como meio de inclusão racial na Universidade Estadual de Maringá - Solange Gil de Azevedo (Empresa privada)

A política de ação afirmativa de cunho racial, em específico o sistema de cotas raciais como meio de acesso dos negros ao ensino superior, tem gerado muita discussão em vários setores da sociedade ao considerá-las como excludente, anti-meritocrática, ferindo o direito de igualdade e sendo alienígena, já que o país não é racista. Portanto, políticas de ação afirmativa universalista de cunho social tem tido maior aceitação da sociedade, ao defenderem a ideia de que, ao oferecer vagas para os alunos oriundos da rede pública e de baixa renda a inclusão racial acontecerá naturalmente. A partir de então políticas de ação afirmativa de cunho social, tem sido implementadas na maior parte dos campus universitários em todo o Brasil, principalmente após a aprovação da Lei nº. 12711, de agosto de 2012, que regulamenta as cotas raciais e sociais em todos os Institutos Federais de Educação – Ipes do Brasil, como forma de democratizar o acesso do ensino superior, a partir da reserva de vagas para alunos de escola pública, de baixa renda, negros (pretos e pardos) e indígenas. Essa lei determina que todos os Ipes federais devem adotar aos sistemas de cota sociais e raciais até 2016. Dentro desse contexto, a Universidade Estadual de Maringá em 2007 aprova o sistema de cotas sociais, como forma de ingresso na instituição, e em 2009 realiza o primeiro vestibular para cotista, disponibilizando 20% das vagas para alunos oriundos da rede pública e de baixa renda. Com base na perspectiva de inclusão racial mediante política universalista, questiona-se: após o sistema de cotas sociais na UEM os negros têm tido acesso ao ensino superior? Qual a representatividade desse público após a inclusão do sistema de cotas? Dentro desta perspectiva é realizado o presente artigo que resulta de pesquisa realizada na Universidade Estadual de Maringá, cujo objetivo foi verificar os efeitos das cotas sociais sobre a igualdade racial no ensino superior. O material empírico provém de banco de dados disponibilizado pela instituição em resposta ao questionário socioeconômico dos alunos inscritos nos vestibulares e ingressantes na instituição no período de 2006 a 2016. Os resultados levam a conclusão de que que as vagas disponibilizadas pela instituição, mesmo entre os cotistas, são acionadas em maior parte pela população acadêmica que se declara da cor/raça branca em todos os anos analisados. Embora a implementação do sistema de cotas sociais tenha contribuído com a inserção de negros no meio acadêmico, demonstra-se uma política de ação afirmativa universalista ineficiente para

reparar a desigualdade racial latente no campus universitário e requer atenção dos responsáveis na adoção de políticas de Ação Afirmativa compatível com a democratização do acesso à universidade à população negra.

As comissões de heteroidentificação racial nas instituições federais de ensino: panorama atual e perspectiva - Adilson Pereira dos Santos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO), Vanessa da Silva Estevam (IFMG Ouro Preto). As políticas de ação afirmativa para negros (pretos e pardos) vêm sendo adotadas no Brasil a partir do início deste século XXI. No que diz respeito ao acesso no ensino superior, as experiências pioneiras tiveram lugar no Rio de Janeiro (UERJ e UENF), Bahia (UNEB), Mato Grosso do Sul (UEMS) e Distrito Federal (UnB) (SANTOS, 2011). Entre os anos de 2002 e o de 2012, quando se deu a aprovação da Lei nº 12.711/2012, um contingente expressivo de instituições já adotava algum tipo de política de ação afirmativa visando o acesso aos seus cursos, conforme demonstraram Jodas e Kawakami (2011). A lei foi aprovada tardiamente, e há quem questiona a sua pertinência, pois, quando da sua aprovação, diversas instituições federais, amparadas na autonomia universitária já vinham adotando este tipo de iniciativa. Além disto, o Superior Tribunal Federal (STF) já havia declarado esta modalidade de política pública constitucional, por meio do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186/2012. Naquele contexto, segundo Santos (2015) não se justificava a padronização imposta pela Lei, numa conjuntura na qual este tipo de política pública se encontrava em plena consolidação "com a participação ativa dos interessados: intelectuais/acadêmicos, movimentos sociais, políticos, gestores públicos, estudantes negros (pretos e pardos), indígenas e brancos, entre outros." (SANTOS, 2015, p. 87). A comunicação ora proposta procura refletir a implementação da Lei de Cotas, passados cinco anos da sua aprovação. Representa o aprofundamento de uma investigação iniciada na pesquisa de doutorado realizada por Santos (2018), junto ao programa de pós-graduação em educação da UFMG. Na ocasião o autor investigou o processo de implementação da Lei nº 12.711/2012, em três universidades federais mineiras. Entre outros aspectos, a pesquisa realizada destacou uma preocupação de estudantes e gestores ouvidos com eventual utilização das vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas estarem sendo ocupadas por não negros. Como resposta algumas instituições passaram a constituir comissões de heteroidentificação para validação da autodeclaração racial.

A adoção de comissão para heteroidentificação racial foi considerada constitucional em duas manifestações do STF, na ADPF nº 186/2012 e na Ação de Descumprimento Constitucional (ADC) nº 41/2017. De acordo com o Ministro Luiz Barroso, relator da dita ADC, a heteroidentificação procura evitar fraudes. Na atualidade diversas instituições vêm implementado tal procedimento e nesta comunicação apresentaremos a evolução do surgimento destas comissões, bem como caracterizaremos os procedimentos utilizados.

Breves Considerações Sobre os Dez Anos da Política de Ações Afirmativas da Universidade Estadual de Feira de Santana - Ana Maria Carvalho dos Santos (UEFS), Carina Silva de Carvalho Oliveira (Universidade de Trás os Montes e Alto Douro). A política de ações afirmativas da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS foi implantada no Processo de Seleção do Vestibular em 2007, embora estabelecida antes, através da Resolução do Conselho Universitário-Consu Nº 034/2006. A UEFS se constituiu a segunda universidade no estado da Bahia a implantar o sistema de cotas, estabelecendo duas modalidades. A reserva de 50% das suas vagas em todos os cursos para estudantes oriundos de escola pública e, dentre essas, 80% para negros, e 20% para não-negros de escola pública; e a reserva de duas vagas extras por curso destinadas a indígenas e quilombolas. Os convocados necessitam enquadrar-se nos padrões de estabelecidos pelo edital, que incluem a condição de serem estudantes advindos de escolas públicas, tendo estudado todo Ensino Médio e pelo menos duas séries do Ensino Fundamental. Suas respectivas comunidades devem ser reconhecidas por órgãos competentes especificamente para os indígenas, três fatores são exigidos para convocação, posterior a sua aprovação: ser aldeiado (residir em aldeia), declarar-se indígena (autodeclaração) e, por último, possuir uma declaração da comunidade reconhecendo o candidato enquanto membro da aldeia. Em relação às candidatas (os) quilombolas, o critério estabelecido é um documento comprobatório de residência em comunidades remanescentes quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, além da autodeclaração. Apontar elementos que marcaram o surgimento das ações afirmativas na, UEFS, mediante a implantação do sistema de reserva de vagas, apresentar o quadro geral da entrada de estudantes que optaram pelas cotas, indicar características relativas ao cotidiano dos estudantes cotistas nos cursos considerados de alto prestígio ou de maior concorrência, apresentar as ações, as dificuldades para a consolidação das ações afirmativas e por fim as demandas que se colocam como desafios para o presente e para o futuro das ações afirmativas da universidade, constituem os objetivos a serem expostos. Os dados para a apresentação da análise foram recolhidos em acervos da própria universidade perpassando por dados desde a implantação do sistema, consolidação e desafios. Recorreu-se também a algumas falas dos estudantes, mediante entrevistas realizadas e utilização de vídeo produzido para o seminário dos 10 anos de ações afirmativas na UEFS, para identificar elementos do cotidiano dos estudantes. A metodologia utilizada e os conceitos teóricos que respaldam a análise parte de teóricos como Kabengele Munanga (2006), Jocélio Teles (2012), Schwarcz (1998), Nascimento (2010), Guimarães (2002), Delcele Mascarenhas (2004), Carvalho (2005).

Considerações sobre a implementação de Comissões de Heteroidentificação nos processos vestibulares da Universidade Federal de Uberlândia – História, Política e Perspectivas. - Régis Rodrigues Elisio (Universidade Federal de Uberlândia). Nos últimos anos, temos vivenciado mudanças significativas no perfil dos estudantes das universidades federais no Brasil. A Lei 12.711/12 que garante a reserva de vagas para candidatos pretos, pardos e indígenas (PPI), no ingresso dos cursos de graduação, tem sido uma das principais ferramentas para o acesso de grupos que, historicamente, tiveram o direito à educação negado no ensino superior. A Política de Ações Afirmativas tem sido objeto de estudo de pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento, que, utilizando da experiência das universidades precursoras do programa, lançam avaliações e perspectivas a respeito da temática. Todavia, recentes denúncias sobre estudantes que estariam fazendo o uso indevido das vagas destinadas aos grupos contemplados na legislação, têm colocado as instituições de ensino, bem como os sujeitos protagonistas da conquista da política de reserva de vagas diante de um novo desafio: Assegurar que os ingressantes

por ações afirmativas sejam, com efeito, pertencentes aos grupos étnicos amparados pela lei. Levando em consideração esta realidade, muitas instituições têm optado, entre outras medidas, pelo estabelecimento de comissões que objetivam atender com a necessidade de certificar as autodeclaração de estudantes cotistas. Dessa forma, partindo da experiência enquanto integrante da Comissão Averiguadora de candidatos PPIs da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e, à luz dos estudos realizados por Oracy Nogueira (1998), Kabengele Munanga (2006), Nilma Lino Gomes (2010), Jairo Queiroz Pacheco e Maria Nilza da Silva (2007), dentre outros, analisaremos o processo de elaboração da política de ações afirmativas, as potencialidades da reserva de vagas a candidatos PPIs e o papel das universidades no fortalecimento do programa enquanto uma política de Estado. Por fim, referenciando-se no conceito de Heteroidentificação empregado na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), de número 186/2012, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, na Portaria Normativa de número 04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, referente à política de reserva de vagas com recortes étnico-raciais, discorreremos sobre as especificidades das relações étnico-raciais e seus reflexos no contexto brasileiro. Tendo também, como epílogo desta atividade, a oportunidade de traçar outros aspectos no horizonte dos desafios contemporâneos acerca da promoção da igualdade racial na diáspora africana.

Contradições do Colorismo e as Comissões de Verificação das Cotas Raciais: Estudo de Caso - Margareth Ferreira da Silva (MF Advocacia). O presente trabalho é um recorte da pesquisa em Andamento intitulada "As Contradições do Colorismo e as Comissões de Verificação das Cotas Raciais" encontrando no elemento motivador, a possibilidade dessas comissões criadas para proteger o direito de acesso as políticas de ações afirmativas por negras e negros nas universidades, estarem se tornando obstáculos entrada de pessoas que são heteroidentificadas por essas comissões como inaptas. Não há critérios objetivos que possam resguardar os direitos já consolidados dos que são considerados não negros, passando imediatamente a condição de fraudadores, sem ampla defesa ou garantia do exercício do contraditório. A extensão dessa subjetividade torna-se perigosa e extremamente frágil juridicamente, criando a oportunidade para novos tipos de fraude das próprias Comissões. A priori, a existência de Comissões de Heteroidentificação, deveriam inibir o mal uso do sistema de cotas raciais, em especial para os cursos de maior concorrência. Mas, ainda não se estabeleceu um padrão de padrão metodológico, pelos órgãos governamentais, para atuação dessas Comissões. Foram criadas emergencialmente, por determinação do Ministério Público Federal, após diversas reportagens da mídia flagrarem excessos cometidos por fraudadores que ostentavam suas façanhas de passar pelo sistema de cotas, quando na verdade eram brancos e sentiam-se orgulhosos por burlarem o sistema. O debate jurídico que se pretende estabelecer no presente trabalho, possui dois aspectos sobre pretos e pardos e um mesmo princípio jurídico constitucional o direito a isonomia de tratamento, sem distinções de qualquer ordem. Para ambos foram criadas as políticas de ações afirmativas e a reserva de vagas nas universidades. Introdução. De fato, o tom de pele influencia no Brasil as oportunidades que serão oferecidas aqueles que possuem tons mais claros, e quanto mais sua cor é escura e o aproxima daqueles que são considerados inferiores pelas teorias racialistas e eugênicas, menores são as oportunidades e os privilégios oferecidos (SILVA, T. M. G. S. 2017). Eis a grande contradição do colorismo no contexto das comissões de heteroidentificação, e o que se pretende discutir no presente trabalho, justamente porque pode ser utilizado justamente para retirar as oportunidade dos negros por terem a coloração de sua pele mais clara. Objeto da pesquisa. A extensão da legitimidade das Comissões de verificação das Cotas Raciais e suas contradições na aplicação a casos concretos. Metodologia Optamos pela metodologia do estudo de caso, de F. G. ao concurso de medicina na UFF, 4º lugar, declarada inapta pela comissão de heteteroidentificação. Etapas de desenvolvimento Análise do processo judicial e administrativo da candidata. Resultado Pesquisa em desenvolvimento no N`BLAC.

Cotas raciais nos concursos públicos: bancas de aferição, fraudes, mestiçagem e seus desafios contemporâneos no Brasil - Marcilene Garcia de Souza (Instituto Federal da Bahia- IFBA, Campus Savador). O estudo enfatiza o tema das ações afirmativas para negros nos concursos públicos por meio de cotas raciais, destacando estudos realizados nesta temática no Estado do Paraná, Bahia e a cidade de São Paulo. Busca-se à luz de teorias sobre relações raciais no Brasil, analisar desafios da implementação das referidas Leis, apontando possíveis desafios contemporâneos para sua efetividade, por meio de discussões sobre "ações afirmativas para negros", problematizando, de forma especial experiência de implantação de bancas de aferição da autodeclaração de pessoa negra; as fraudes nas cotas raciais e o fenômeno da mestiçagem no Brasil. A partir de uma discussão teórica, considerando estudos anteriores, procura-se destacar a necessidade de um bom gerenciamento (monitoramento, fiscalização e avaliação) por parte dos órgãos responsáveis pelos programas de ações afirmativas perseguindo sua efetividade.

Dificuldades ou sucesso? Atuação dos egressos/as do sistema de cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina no mercado de trabalho - Margarida de Cassia Campos (Universidade Estadual de Londrina), Jéssica Justino Brandão (Universidade Estadual de Londrina). Vista como uma forma de compensação ou reparação das injustiças, as ações afirmativas urgem hoje como uma das questões e discussões mais urgentes do século XXI. No mundo as ações afirmativas surgiram na Índia na década de 1950, mas se destacaram efetivamente nos Estados Unidos na década seguinte. França (discriminação positiva) e a África do Sul também utilizam de tais políticas (PAIVA, 2013). O ano de 2012 foi um marco quanto às ações afirmativas no Brasil, pois o Supremo Tribunal Federal considerou legal a adoção de cotas raciais, e obrigou assim as universidades federais a praticar o sistema de cotas bem mais inclusivas que as estaduais. (FERRES JÚNIOR et al, 2016). Segundo Silva (2012) a implantação do sistema de cotas para alunos negros na UEL deu-se a partir de um processo que se iniciou em 2002 até 2004 e foi implantado em 2005. Em 2012 e 2017, essa política da universidade foi revisada e avaliada e constatou-se que a excelência da universidade fora mantida. Durante os mais de dez anos de duração das ações afirmativas na UEL, estas passaram por diversas mudanças e reformulações que em alguns momentos geraram menores chances de egressos de alunos negros, ou em determinados momento favoreceu um pouco mais a entrada de alunos cotistas (SILVA, 2012). Sendo assim a presente pesquisa encontra-se ainda em desenvolvimento, e passará ainda a por outras etapas que contarão com levantamento junto a Universidade da quantidade de estudantes cotistas raciais a UEL formaram entre 2010 a 2018 e questionário respondido pelos mesmos. Desta forma, o

objetivo da pesquisa é compreender como os estudantes cotistas da Universidade Estadual de Londrina conseguiram se inserir (ou não) no mercado de trabalho após se formarem, e quais as dificuldades enfrentadas pelos mesmos ao longo da graduação, com intuito de apresentar possíveis alternativas de melhoria dessa política de ação afirmativa na UEL. No entanto, com os levantamentos até aqui realizados já é possível compreender que a Universidade Estadual de Londrina, foi uma das universidades pioneiras no que se refere às políticas de ação Afirmativas no Brasil. Algumas mudanças vêm ocorrendo - como, por exemplo, criação de reserva de 5% das vagas para estudantes autodeclarados negros independente do percurso de formação, mesmo que este estudante tenha estudado por algum período no ensino privado ou com algum título universitário. Mas uma verdadeira democratização racial não só da UEL, mas de todas as universidades públicas do país, ainda necessita não foi alcançada. Agradecimentos: Ao CNPq pela bolsa de Iniciação cientifica

Diversidade e Representação: Os(as) Quilombolas no Ensino Superior - Thaís Calixto dos Santos (CACTUS - Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares). O presente estudo visa tratar a discussão colocada à universidade com inserção de populações que estavam a margem do acesso ao ensino superior público. Explicita também novas demandas para se pensar as políticas de ações afirmativas, a permanência qualificada e a pós permanência de estudantes oriundos de comunidades tradicionais quilombolas, e as questões específicas a eles inerentes. Nesse sentido, vem elucidar aspectos fundantes do processo de consolidação de direitos quilombolas, sobretudo no que diz respeito a luta pelo reconhecimento étnico-racial para promover ações afirmativas, tracejando uma análise sobre a questão quilombola/territorial, e as particularidades da construção sócio histórica do Brasil. Parte do referencial teórico deste estudo, dá-se à luz de autores como Aldolfo Neves de O. Junior (1995), Alfredo Berno de Almeida (2002), Eliane Caratino O'Dwyer(2007), Flavio Gomes(2005), José Arruti(1997), trazendo a discussão que perpassa aspectos sobre a questão quilombola no pós abolição e afirmação de direitos territoriais e sociais com a constituição de 1988 e a sanção do art. 68. Axel Honneth(2003), Patrícia Matos (2006), Paulo Neves (2005), Saavedra e Sobottka (2008) Ricardo Mendonça (2009), Jessé de Souza (2000) conduzem a pertinência em analisar a "luta por reconhecimento" de grupos minoritários, neste caso os(as) quilombolas estudantes, aliado à necessidade que tal reconhecimento aponta para promoção da justiça social. Outros referenciais basilares foram da discussão trazida por Dyane Reis (2009), Luiz CAMPOS e Natália Leão (2016), Verônica Daflon e João Feres Junior (2013), Nilma Gomes (2005), Rita de Cássia Dias de Jesus (2012) com o debate do ensino superior no Brasil, as políticas de acesso e permanência material e simbólica, e os entraves que ocorreram relacionado à questão das cotas na universidade. Nesse sentido são os estudantes que dão tom e sentido aos processos ora vivenciados neste estudo, embora tenhamos muito o que avançar para garantia equânime dessas pautas, promovendo mecanismos para um rompimento com as epistemologias binaristas e exclusivistas, afim de consolidar a universidade como o encontro da diversidade. Para tanto utilizo fundamentalmente das histórias de vida desses "novos" sujeitos que estão acessando a universidade pública, acreditando que através dessa metodologia qualitativa será possível delinear um quadro real das circunstâncias vivenciadas e das possíveis respostas institucionais que poderão ser dadas. O campo da pesquisa do presente trabalho delimita-se à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Com isso este trabalho pretende colaborar com o aprimoramento das políticas de ações afirmativas na universidade pública brasileira, destinadas aos estudantes de comunidades negras rurais quilombolas.

Estudantes cotistas em cursos de alto prestígio da UFV: aumento de discentes negros/a com fraudes de brancos/as - Sales Augusto dos Santos (Universidade Federal de Viçosa (UFV)), Matheus Silva Freitas (UFV). Neste trabalho apresentamos alguns resultados da pesquisa intitulada "Ingresso e presença de estudantes negros/as cotistas nos cursos de alto prestígio da Universidade Federal de Viçosa (UFV)". A pesquisa examinou o impacto, em sentido amplo, do ingresso de estudantes negros/as (pretos/as e pardos/as) e indígenas, no período de 2013 (com 25% de implantação das cotas) a 2016 (com 100% de implantação das cotas), em seis cursos da UFV, a saber, Agronomia, Direito, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Medicina e Medicina Veterinária, que são considerados de alto prestígio e raramente tinham discentes dos grupos étnico-raciais supracitados antes do sistema de cotas. A investigação consistiu numa pesquisa exploratória na qual foram coletados e analisados dados quantitativos e produzidos dados qualitativos. Os primeiros foram solicitados à Pró-Reitoria de Ensino (PRE) da UFV e reorganizados por nós. Os dados qualitativos foram obtidos através de entrevistas com estudantes dos cursos supracitados, realizadas por meio de um roteiro semiestruturado. Os primeiros resultados da pesquisa têm sido reveladores ou, caso se queira, desmistificadores. Por exemplo, embora haja mais estudantes mulheres que estudantes homens no ensino superior brasileiro, conforme o Censo da Educação Superior de 2016, a nossa pesquisa tem demonstrado que nos seis cursos pesquisados há mais estudantes do sexo masculino. Esses são majoritariamente brancos em todos os cursos. Do mesmo modo se constata uma profunda desigualdade entre a quantidade de mulheres brancas e a de mulheres negras, com vantagem para as primeiras. A quantidade de discentes negras também é menor que a quantidade de homens negros. Por conseguinte, os resultados indicam que os/as estudantes brancos/as continuaram sendo maioria nos cursos supracitados ao longo dos quatro anos pesquisados, embora o ingresso de estudantes negros/as e indígenas tenha aumentado em função da Lei das Cotas. Contudo, a pesquisa indica também que esse crescimento não implicou um aumento expressivo de estudantes autodeclarados/as (e reconhecidos/as socialmente como) pretos/as e indígenas. Ao analisarmos a admissão dos estudantes cotistas entre 2013 e 2016, mas desagregado por ano e cor/raça, constata-se que o ingresso desses dois últimos grupos étnico-raciais nos seis cursos de alto prestígio da UFV foi negativo, isto é, quantitativamente decrescente, ao contrário do que se esperava. Apenas os estudantes pardos/as tiveram ingresso positivo ano após ano, ou seja, quantitativamente crescente. Tais dados nos indicam alta probabilidade de fraude no sistema de cotas da UFV, visto que é na categoria pardo que tem se concentrado as tentativas de burla nas autodeclarações étnico-raciais, como será demonstrado durante a apresentação do texto.

Os quilombolas e a sua inserção na Universidade Federal do Tocantins (UFT) por meio das cotas: Racismo à Brasileira e a questão racial no Tocantins - Marina Grigório Barbosa de Sousa (Fundação Universidade Federal do Tocantins), Carla Daniele dos Santos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS). A implementação da Lei de Cotas (Lei 12.711/12) nas Universidades Federais

estabelece um novo mecanismo de políticas afirmativas e de busca pela equidade social e racial no ambiente acadêmico, no entanto não contempla necessariamente os povos de reminiscência Quilombola. Este trabalho, responde como resultante da dissertação intitulada "Histórias e Memórias das Cotas Raciais na Universidade Federal do Tocantins", procurou investigar o processo de tratamento da questão Racial e a implementação inicial das cotas raciais na Universidade Federal do Tocantins (UFT) sob a ótica dos cotistas, professores e gestores no recorte histórico dos anos de 2004 a 2014. Para o evento, faremos um recorte do trabalho para entender como se discorre a lei que passa a disponibilizar 5% das vagas totais às comunidades Quilombolas na UFT e como se promove a permanência desses sujeitos históricos no ambiente acadêmico. No que concerne aos resultados compreendeu-se que as pressões dos movimentos sociais brasileiros nacionais e regionais influenciaram bastante para que a UFT adotasse as cotas raciais a partir da aprovação da lei 12.711/12. Os núcleos e os movimentos sociais internos colaboraram para que as Ações Afirmativas se efetivassem na IES. A aplicabilidade da Lei de Cotas está correspondendo às expectativas previstas a priori, considerando o grau de satisfação e a permanência desses sujeitos beneficiários das cotas, conforme os depoimentos narrados nesta pesquisa.

Política Afirmativa na Universidade Federal do Paraná: uma análise de efetividade de 2005 até 2017 - Silvia Maria Amorim Lima (UFPR). Este artigo aborda o desenvolvimento da Política afirmativa de acesso aos estudantes negros na Universidade Federal do Paraná, demonstrando como foi estabelecida a política afirmativa na UFPR que culminou na Resolução 37/2004 do Conselho Universitário e sua evolução no acesso desses estudantes até o ano de 2017. Consideramos importante destacar a preocupação, sempre presente no Movimento social negro, com a temática da educação. A importância dada a educação desde de a formação dos primeiros movimentos demonstra o quanto vem de longe essa luta para acesso a esse bem cultural, e a importância dada a essa apropriação. Foi realizado um resgate de algumas políticas afirmativas realizadas no Brasil, anteriores a políticas que ficou conhecida como a política de cotas para o ensino superior. A partir dessa discussão colocamos como a UFPR se insere na implementação dessa política e como se dá em termos numéricos a inserção desses estudantes nessa instituição. Dessa forma procuramos mostrar a evolução da implementação da política e analisar o sistema que vai desde 2005 até 2012 com o Plano de Metas Institucional, depois a sua adequação a dei 12.71 que compreende o período de 2013 a 2014, onde se operacionalizam os dois sistemas para o ingresso e o período de implantação exclusiva da lei de cotas que abrange os anos de 2015 a 2017. Nesses doze anos da política na UFPR, pode-se comprovar que apesar das críticas observadas a Lei 12.711 esta apresentou-se mais efetiva em termos de inclusão dos estudantes negros, que a política interna proposta no Plano de Metas Institucional.

Política de Ações Afirmativas: uma análise acerca do seu caráter de política social - Gisllayne de Jesus (UFSC). O presente trabalho é resultado do projeto de pesquisa apresentado a disciplina de Pesquisa II, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, no semestre 2018/1. Busca identificar de que forma as cotas se inserem dentro das políticas sociais nos processos de contradição do sistema capitalista. Como maior questionamento está à legitimidade das cotas raciais nesse contexto de desigualdades, discriminações do racismo estrutural, com caráter de política social, e sua eficiência na garantia de acesso das pessoas negras. Pois a ampliação do acesso não se constitui em acesso total, ou seja, mesmo que tenha ocorrido aumento do número de pessoas negras inseridas nas universidades, ainda assim há uma disparidade entre o percentual populacional por raça/etnia, expressando ainda grandes desigualdades no acesso a educação. As ações afirmativas são políticas sociais compensatórias, esse tipo de política social são intervenções do Estado para atender as demandas apresentadas pela sociedade civil, e buscam a garantia de direitos ainda não atendidos integralmente. A Política de Ações Afirmativas é marco histórico do processo de reconhecimento do Estado em relação às especificidades da população negra brasileira, além de resultado de uma série de lutas e cobranças do Movimento Negro, e busca a ampliação do acesso dessa população ao ensino superior considerando o baixo número de escolaridade dessa parte da população, além de entender a formação superior como possibilidade de mobilidade social. Sendo assim essa política social está presente em processos históricos resultantes de uma construção racista da sociedade, sua defesa remete a determinados projetos societários e posicionamentos políticos, de construção da realidade que visa à equidade. Compreendendo que as ações afirmativas estão também inseridas na contradição do sistema capitalista, e assim não será o suficiente para liquidar com o racismo estrutural, ainda assim pode ser considerado um avanço a diminuição de desigualdades para população negra. Busca-se por meio desse artigo a ampliação do debate a cerca a Política de Ações Afirmativas através de uma perceptiva crítica de análise da realidade, apontando seus processos de contradição, e responsabilização do Estado.

Política de cotas no ensino superior em tempos neoliberais - Beatriz Gomes Cornélio (Universidade Federal de Viçosa). Este resumo é fruto da pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) sobre acesso e permanência de estudantes cotistas negros e negras na instituição. O artigo que fundamenta este trabalho nasceu por meio de diálogos promovidos na disciplina "Educação Contemporânea" (EDU 612) oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), oportunizando reflexões sobre a importância das políticas de cotas em tempos neoliberais. Entendemos que a conquista da reserva de vagas constitui-se enquanto um direito e justiça social, tendo em vista o histórico de escasso acesso da população negra ao ensino superior. Os caminhos metodológicos que conduziram as investigações incluem revisões bibliográficas acerca das políticas neoliberais e suas implicações no campo educacional e a importância das cotas para estudantes negros/negras no ensino superior. Com o entendimento de que a educação segundo a ideologia neoliberal, de modo geral, mede as conquistas individuais por meio da meritocracia, buscamos questionar essa falácia, tendo como base as desvantagens que afetam diretamente grupos historicamente marginalizados como os/as negros/negras (marcas expressivas trazidas pelo período da escravização) e que contradizem os princípios da meritocracia neoliberal. A abolição de 1888, não foi seguida de políticas indenizatórias pelos mais de 300 anos de subjugação e o resultado se torna a significativa situação vulnerável provocada pelo racismo que ainda se alastra nos dias atuais. Reparação histórica em decorrência do período da escravização, promoção da representatividade para negros e negras no ensino superior e superação do racismo explícito e ao mesmo tempo velado pelo mito da democracia racial, são algumas das contribuições das políticas de cotas. A adoção das ações afirmativas significa também jogar por terra

a falácia da meritocracia, pelo reconhecimento do Estado de que as oportunidades não são iguais para todos/todas e que é necessária uma forte intervenção da sociedade para contornar os efeitos perversos que o racismo tem causado. Apesar de ser uma ação paliativa com duração de dez anos (2012 – 2022), não podemos desconsiderar os avanços que a reserva de vagas trouxe na perspectiva de vida da população negra do Brasil em tempos neoliberais, onde a perca de direitos tornam-se cada vez mais frequentes. Este artigo busca realizar uma parcela ínfima dos mais diversos diálogos possíveis sobre a importância das cotas. Sabemos que ainda há muito para ser feito, mas os caminhos já começaram a ser trilhados.

Políticas Afirmativas para ingresso no Serviço Público: Um estudo de caso da experiência paulistana - Fabiana Cristina da Luz (UFABC). Este artigo busca analisar a implementação da Lei Municipal 15.939/2013, que trata da reservas de vagas para negras, negros e afrodescendentes no serviço público da cidade de São Paulo. Almejamos verificar se (i) as determinações estabelecidas tanto na referida legislação, como nas regulamentações posteriores (Decretos 54.949/2014; 57.557/2016 e 57.986/2017) estão sendo cumpridas pela Municipalidade, (ii) os impactos desta legislação, no que concerne a garantia de maior presença da população negra, na Administração Pública Direta e Indireta, sobretudo nos cargos nos quais há uma subrepresentação desta população e (iii) os principais avanços e desafios na implementação desta ação afirmativa na Cidade de São Paulo. Segundo dados do Censo 2010, 37% da população da Cidade de São Paulo se autodeclara como negra - soma de pardos e pretos -, entretanto, apesar de constituir parcela fundamental da estrutura demográfica paulistana, verifica-se que mulheres e homens negras/os não apenas se apropriam de forma desigual do território paulistano, como também estão subrepresentados nos cargos públicos, especialmente quando se trata dos cargos de alto nível hierárquico. Do total de 114.877 funcionários públicos que autodeclaram sua raça/cor no ano de 2015, apenas 28% são negras/os. Nesse sentido, avaliar a efetiva aplicação da Lei de Cotas, é fundamental, principalmente em uma cidade na qual mais de 4 milhões dos habitantes são negras/os. Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa será dividida em quatro seções. Na primeira iremos tratar do contexto, nacional e municipal, de promulgação da Lei de Cotas no Serviço Público paulistano, que possibilitou, sem muita oposição, sua aprovação pelos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, e sua posterior promulgação pelo então prefeito Fernando Haddad. Na segunda seção abordaremos o texto legal, considerando principalmente as especificidades da Lei Municipal 15.939/2013 e dos Decretos Municipais que a regulamentaram. Já na terceira seção buscaremos verificar, a partir dos relatórios da Comissão de Monitoramento e Avaliação da Política de Cotas no Serviço Público, bem como dos dados acerca do funcionalismo público, disponibilizados no Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo, se a aplicação desta política afirmativa reduziu a subrepresentação da população negra na administração pública, em especial nos cargos de alto nível hierárquico. O cumprimento, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, das determinações legais estabelecidas pela Política de Cotas, bem como os avanços e os desafios da implementação da Lei 15.939/2013, serão estudados na última parte deste artigo.

Práticas Insurgentes e Ações Afirmativas: movimento negro, educação e questão racial - Maria Aparecida Miranda (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO). O estudo está vinculado ao eixo temático "As políticas de ação afirmativa para negros: gênese, consolidação e conjuntura atual", e visa apresentar reflexões acerca das lutas do Movimento Negro no Brasil no enfrentamento e combate ao racismo, e na proposição e conquista de políticas antirracistas para o acesso á direitos na perspectiva da afrocentricidade. As análises são resultantes da pesquisa que estamos realizando no doutorado, um estudo de caso que busca apreender como o protagonismo do Movimento Negro contribui para a conquista das normatizações que institucionalizam as políticas de ações afirmativas na educação, através de legislações com: Lei N°12.711 de 29 de agosto de 2012; Lei N° 10.639 de 2003 e Decreto N° 7.234 de 2010. Em nossa investigação a compreensão acerca das politicas de ações afirmativas ocorre a partir de três eixos de análise: acesso á educação através da reserva de vagas, ou cotas raciais destinadas a estudantes negros (pretos e pardos); a oferta da educação para as relações étnico-raciais e a assistência estudantil voltada para a garantia da permanência. No caso da gênese das ações afirmativas brasileiras, consideramos que o Movimento Negro foi um dos principais protagonistas no sentido da sua elaboração e implementação (DOMINGUES, 2007). Entendemos que as ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter à representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades e para combater o preconceito e o racismo. Nossa vivência profissional ocorre em uma escola federal que oferta ensino médio e superior, localizada no Rio de Janeiro. Ganha centralidade as reflexões teóricas acerca das questões referentes às políticas sociais e aos sujeitos coletivos a elas relacionados, uma vez que a pesquisa impulsiona para a busca da compreensão dessas dimensões, mudanças engendradas no cotidiano institucional e as articulações que estabelecem entre si. A relevância do estudo se apresenta na razão de que as políticas de ação afirmativa se configuram como uma forma de enfrentarmos as desigualdades raciais no Brasil, pois visam à criação de incentivos aos grupos que estão em situação de subalternidade e sub-representados nas instituições e nas posições de maior prestígio e poder na sociedade. Como referência teórica, apresentamos alguns pensadores que vem aprofundando seus estudos e produções no campo das questões raciais: ASANTE (2009); FANON (1968 e 2008); GOMES(2017); MUNANGA (2004)~ NOGUEIRA JUNIOR (2010), SALVADOR (2011), SILVA (2007), SISS (2010, 2011) e VALENTIM (2012) que constituem referências bibliográficas e teórico-metodológicas que fundamentam nossas análises e pesquisas.

Quando o branco quer ser negro - as comissões de heteroidentificação no sistema de acesso por cotas nas IFES do Estado do Rio de Janeiro - Ricardo Dias da Costa (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO), Janaina da Silva Nogueira (UCAM - Universidade Cândido Mendes). Este artigo pretende mostrar a realidade sobre da implantação/implementação das comissões de verificação de veracidade de autodeclaração, nos processos seletivos para acesso às IFES do estado do Rio de Janeiro pelo sistema de cotas previsto na Lei Federal 12.711/2012, modificada pela Lei Federal 13.409/2016. Dentre as diversas modalidades de ação afirmativa praticadas no Brasil, a que mais tem causado polêmica é a de cotas para acesso a instituições federais de ensino superior, mais conhecida como "lei de cotas". O recorte racial definido nesta Lei tem a autodeclaração étnico-racial amparada no parâmetro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- IBGE, no qual pretos e pardos são incluídos na categoria negro. As comissões foram instituídas inicialmente pela Orientação Normativa nº 3 de 1º de agosto de 2016 e recentemente pela Portaria Normativa SGP nº 4 de 06/04/2018, que regulamentam o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros. Para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº 12.990 de 9 de junho de 2014, fica determinada a aferição da veracidade da autodeclaração do candidato negro, que concorra a qualquer cargo da administração pública federal pelo sistema de cotas. Neste sentido as questões aqui apresentadas ecoam nos processos seletivos para acesso às instituições federais de ensino superior e vêm sendo discutidas em diferentes espaços acadêmicos ou não, como por exemplo no Observatório das Políticas de Ações Afirmativas do Sudeste – Opaas. Dados sobre moradores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 – PNAD-C mostra uma mudança no cenário da população brasileira, que entre 2012 e 2016 cresceu 3,4% chegando a 205,5 milhões, sendo que o número de pessoas se autodeclaravam brancos sofreu uma redução de 1,8%, totalizando 90,9 milhões e número de autodeclarados pretos e pardos cresceu 14,9% e 6,6% respectivamente. A participação na comissão de verificação da UFRRJ e os diversos relatos de "burlas" nos processos seletivos foram os principais componentes motivadores para a realização desta pesquisa. O recorte amostral deste trabalho é composto pelas IFES do estado do Rio de Janeiro tomando como base referencial a experiência de implantação e implementação deste tipo de comissão tanto na graduação quanto na pós-graduação na UFRRJ. O resultado da pesquisa é baseado na bibliografia pertinente e na análise crítica da participação nas bancas de heteroidentificação.

Quem são os alunos e egressos cotistas negros e indígenas das universidades públicas do Brasil? Breve nota sobre o perfil dos participantes da Pesquisa Trajetórias de Cotistas - Rodrigo Ednilson de Jesus (UFMG), Luciana Conceição de Lima (UFRN), Valéria Cristina de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais). O objetivo do presente estudo foi o de analisar o perfil de alunos e egressos cotistas respondentes ao formulário online da pesquisa "As políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior: continuidade acadêmica e mercado de trabalho" (também denominada "Pesquisa Trajetórias de Cotistas"), coordenada pelo Programa Ações Afirmativas na UFMG e realizada por uma rede de universidades nos anos de 2017 e 2018. Com base em questionário produzido no Googledocs e circulado na internet por meio da página do projeto na rede social Facebook, foram analisados no presente estudo 1.044 casos de cotistas negros e indígenas, egressos ou que ainda estavam na graduação. Esse instrumento, originalmente delineado para que a pesquisa alcançasse os sujeitos de interesse para a realização de entrevistas semiestruturadas (alunos negros e indígenas que entraram em universidades federais ou estaduais por meio de reserva de vagas e que concluíram o ensino superior até 2017) se constituiu, também, em uma importante fonte de informação sobre os principais sujeitos das políticas de ações afirmativas que tomaram fôlego, sobretudo, após a implantação da Lei de Cotas.

O objetivo geral da Pesquisa Trajetórias de Cotistas foi o de analisar o impacto das ações afirmativas na vida profissional e acadêmica (pós-graduação) de estudantes negros e indígenas egressos das políticas afirmativas das universidades públicas federais brasileiras. Seus objetivos específicos foram a) contribuir com as pesquisas de avaliação do desenvolvimento das políticas de ações afirmativas em vigor nas universidades federais; b) verificar como tem sido a inserção dos estudantes negros e indígenas egressos das ações afirmativas no mercado de trabalho e na pós-graduação e c) possibilitar a troca de experiências entre as universidades parceiras que se encontram em momentos distintos do processo de implementação das políticas de ação afirmativa. A pesquisa contou com a participação de docentes da Universidade Federal do Amapá, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, da Universidade Federal de São Carlos, da Universidade Estadual de Goiás e da Universidade Estadual de Santa Catarina, ou seja, universidades localizadas em todas as grandes regiões brasileiras.

Racismo institucional e políticas de ação afirmativa: diálogos sobre o acesso ao cargo de diplomata no Brasil - Viviane da Silva Almeida (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO). O racismo está presente nas relações dos grupos sociais brasileiros, porém este racismo não acontece somente nas relações interpessoais, ele está permeado, ainda que subjetivamente, nas instituições sociais e, na maioria dos casos, se apresenta nos processos de seleção à empregos e cargos públicos. O objetivo delineado neste trabalho foi: identificar as impressões que os(as) diplomatas afro-brasileiros(as) e brancos(as), formados no Instituto Rio Branco, têm sobre o acesso à carreira diplomática brasileira, sobre as políticas de ação afirmativa e suas vivências acerca do racismo no Brasil. Numa perspectiva sócio-histórica, foram levantados os enfrentamentos pelos quais os diplomatas tanto afro-brasileiros como brancos tem vivido em suas trajetórias. Trata-se de uma pesquisa básica, fenomenológica, de análise qualitativa, na qual foram utilizados como procedimentos metodológicos, a análise bibliográfica, a documental, entrevista semiestruturada e elementos da Análise Crítica do Discurso. Como suportes teóricos destacamos, Hasenbalg (1979), Siss (2003, 2005 e 2011), Munanga (2003, 2008), Moore (2012), Better (2008) López (2012), Gomes (2005), Schucman (2012) que, dentre outros, contribuíram para amparar e evidenciar o campo na efetivação da análise crítica apresentada de forma dialética. A análise empírica é apresentada através das impressões que os sujeitos da pesquisa estabelecem por meio do diálogo entre a trajetória acadêmica e profissional destes(as) entrevistados(as), os processos seletivos ao cargo de diplomata, suas impressões sobre a carreira diplomática, o racismo institucional e a implementação de políticas de ação afirmativa à luz do referencial teórico desta pesquisa. Esta análise apresenta-se de forma a realizar apreciação descritiva e interpretações de caráter subjetivo, essencialmente pela interação entre a pesquisadora, seu campo de pesquisa e seus pressupostos teórico-metodológicos. O campo da pesquisa deste trabalho foi o Instituto Rio Branco, com egressos entrevistados que já terminaram o curso de formação no referido Instituto. Os sujeitos da pesquisa, protegidos pelo anonimato, estão identificados por número. Foram entrevistados(as) 8 diplomatas: Entrevistados 1 e 8, ambos brancos; Entrevistado 2, mestiço; Entrevistado3, preto; Entrevistado 4, pardo; Entrevistadas 5 e 6, negras e Entrevistada 7, branca. A análise está elucidada nas impressões dos diplomatas sobre a carreira, de suas concepções sobre o racismo institucional e nas experiências que os diplomatas afro-brasileiros tem ao ingressarem na diplomacia. O Brasil, como uma Nação impregnada de sequelas do regime escravocrata, o acesso aos cargos considerados de alto prestígio social tem sido dificultado aos afro-brasileiros, o acesso à carreira

diplomática não foi diferente.

Reflexões sobre a Política de Permanência de uma Universidade autointitulada negra: a UFRB em foco - Natália Silva Colen (UFMG). As políticas e iniciativas para pensar a permanência dos estudantes pobres e negros no Ensino Superior ainda são incipientes e recebem poucos estudos empíricos. Desse modo, o atual estudo pretende realizar discussão sobre a democratização da universidade, com foco na questão da permanência de jovens pobres e negros. Mayorga e Souza (2009) apontam que os debates sobre as ações afirmativas em sua maioria têm privilegiado as discussões acerca da democratização do acesso, sendo necessários também estudos que promovam discussões acerca dos percalços encontrados na permanência de estudantes negros na Universidade. De acordo com o IPEA (2016), os dados do Censo Demográfico de 2010, apontam que cerca de 1,1 milhão de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos haviam frequentado algum curso de graduação, mas, desses, 42% teriam evadido sem concluir o estudo (IPEA, 2016). Este dado revela que não existem limitações apenas no acesso desses jovens ao ensino superior, mas, também às condições de permanência. Nesse ínterim, Gomes (2005) afirma que as políticas de ações afirmativas existentes apontam para o fato de que a trajetória acadêmica dos estudantes negros na Universidade, sem uma política de permanência adequada, não é uma tarefa fácil. Nessa direção, a autora, acrescenta que não se trata apenas de abrir as portas dos cursos superiores para a juventude negra, é preciso também garantir as condições adequadas de continuidade dos estudos e de formação acadêmica e científica. Mayorga e Souza (2012) acrescentam que, de modo geral, as universidades públicas brasileiras adotam programas de assistência estudantil que auxiliam os estudantes a lidarem com os obstáculos de ordem financeira e material. Nesse sentido, segundo as autoras, os estudos apontam apenas questões referentes à permanência material dos estudantes na universidade, como incentivos de apoio à moradia, alimentação, transporte, bolsas estudantis, etc. Desse modo, interessa-nos pensar também nesse estudo a dimensão simbólica da permanência dos estudantes, para além das cotas e do acesso, levando-se em conta os atravessamentos do racismo. Para entender tal questão, nos debruçamos sobre a política de permanência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), local em que a pesquisa está sendo desenvolvida. Importante apontar que esta universidade aparece como uma das pioneiras na criação de uma Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis, o que nos convoca a investigar quais são as concepções de Ação afirmativa presentes nessa universidade e como isso repercute em sua política e permanência. Trata-se de uma pesquisa em andamento, desse modo, traremos algumas reflexões iniciais do estudo.

Território em disputa? Uma análise sobre a implantação de cotas na pós-graduação da Universidade Federal de Goiás - Mariza Fernandes dos Santos (Universidade Federal de Goiás). Esse estudo surge a partir do pressuposto de que, ao contrário do que ocorre na graduação, a adoção de cotas na pós-graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG) não tem conseguido incluir, em quantidades satisfatórias, sujeitos com menos condições de competição nos cursos de mestrado e doutorado. Desde 2015, a UFG implantou uma reserva de 20% de vagas para pretos, pardos e indígenas em todos os seus cursos de pós-graduação. No entanto, não há regulamentação sobre como as cotas devem ser aplicadas. Na maior parte dos processos seletivos, os estudantes precisam passar por diversas etapas – provas de língua estrangeira, conhecimentos específicos, análise de projeto, análise de currículo e entrevista. Só após ser aprovado em todas as fases, o candidato ganha o direito de ter a sua nota final classificada dentro da reserva de vagas. Porém, ocorre que estudantes com perfil para concorrer como cotistas na pós-graduação possuem uma trajetória diferenciada que faz com que eles dificilmente concluam a graduação em condições de corresponder às exigências das bancas de pós-graduação. Deve-se considerar ainda quem são os sujeitos que atualmente animam esse espaço. Segundo Carvalho (2003), a maioria dos pesquisadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com bolsa de produtividade em pesquisa é branca. O autor compara a rede de pesquisa brasileira a um edifício construído nos anos 1960 e 1970 e inteiramente ocupado por brancos. "Há uma fila de brancos dando volta no quarteirão à espera para entrar no primeiro apartamento que vagar. E os negros? Vão entrar no final desta fila?" (CARVALHO, 2003, p. 313). Nesse sentido, interessa-nos pensar como a raça, enquanto construção social, opera nos processos de subjetivação e, consequentemente, nas relações que se estabelecem entre professores brancos e alunos negros, além de como esse aspecto interfere na trajetória acadêmica desses alunos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ainda em fase de desenvolvimento, que terá como principal caminho metodológico a análise das trajetórias socioespaciais de estudantes negros participantes de processos seletivos para ingresso na pós-graduação na UFG. O estudo será realizado a partir das trajetórias de jovens participantes do projeto de extensão "Travessia: curso preparatório para a pós-graduação na UFG". Além dos candidatos à pós-graduação, esta pesquisa também pretende colocar sob análise os pesquisadores. Ou seja, também são objeto de estudo os sujeitos que integram a pós-graduação na UFG. Considera-se o espaço acadêmico como um território em disputa e, portanto, um espaço de poder (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender as dinâmicas que se desenvolvem na disputa por esse território a partir dos sujeitos.

Sessão Temática 54

Tolerância, Intolerância e Discriminação Religiosa no Brasil

A Construção Social Da Intolerância Religiosa: A Tensão Entre O Povo De Terreiro E As Exigências Ambientais - Paulo Roberto Cardoso da Silveira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA), Diego de Matos Noronha (Universidade Federal do Pampa), Rafael Coutinho Paulo (Unopar). O trabalho analisa o processo de tensão criado por iniciativas legislativas que ameaçam a liberdade de culto dos praticantes de religião de matriz africana no Rio Grande do Sul (caso do Batuque), a partir dos casos vivenciados

nas cidades de Porto Alegre (2015) e Uruguaiana (2018); a pesquisa desenvolve-se no âmbito do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Extensão ALAMOJU, enfocando a religião de matriz africana em suas dimensões históricas, sociais e culturais. Aborda-se o debate público, onde em nome da preservação ambiental, busca-se restringir rituais comuns ao Batuque, gerando um movimento de resistência do Povo de terreiro que culmina em ações coletivas e novas "institucionalidades" (espaços de organização não-tradicionais que possibilitam a ação política); na perspectiva teórica, assume-se como base de referência o conflito entre direitos consagrados pela constituição (liberdade de culto x ambiente saudável), os conceitos de construção social da intolerância religiosa (a legitimação do cerceamento das práticas religiosas de matriz africana em nome do interesse público) e o racismo religioso que subjaz este processo. Utilizam-se como referências os estudos de Reginaldo Prandi, José de Castro Silva e os autores gaúchos Norton Correa, Ari Pedro Oro e Hendrix Silveira.A metodologia utilizada envolve a revisão bibliográfica, a análise documental (toma-se como fonte de dados os manifestos dos diferentes atores sociais pela imprensa e redes sociais), a análise das legislações propostas, depoimentos de lideranças do Povo de Terreiro; O artigo ressalta a perseguição histórica sofrida pela religião de matriz africana, destacando a importância dos rituais como forma de manutenção da relação com o sagrado, os quais representam papel fundamental para a cosmovisão africana (determinada compreensão de mundo que se opõe a perspectiva ocidental dominante), além de examinar as relações sócio-culturais e raciais específicas ao caso gaúcho. Demonstrou-se que as legislações propostas e suas legitimações acentuam a incompreensão das práticas rituais religiosas de matriz africana, o preconceito e o racismo religioso, quando buscam impor um universo cristão, científico e branco ao universo cultural afro-brasileiro vinculado a população negra em suas raízes africanas Percebe-se a intolerância religiosa e a reação organizada do Povo de terreiro, a qual assenta-se na identidade negra e na preservação das manifestações de sua religiosidade. Propõe-se uma reflexão sobre as formas de superação dos tensionamentos, a ação do estado e a (des)legitimação de um discurso ambientalista como forma de sustentar a criminalização das pratica religiosas dos "terreiros", considerando um momento de crescimento da intolerância liderada pelos segmentos das igrejas evangélicas pentecostais.

As redes educativas como possibildades na construção de novos 'saberesfazeres' frente a intolerância religiosa - Maria do Carmo de Morais Mata Rodrigues (ProPed-Faculdade de Educação - UERJ). Diariamente vários grupos religiosos são agredidos e muitos ataques nas redes sociais digitais são registrados. O fato vivenciado por Kayllane, jovem foi agredida com uma pedrada na cabeça por estar vestida com as roupas próprias de sua religião, me levou a reflexão de que forma pessoas transformam em agressões e grandes conflitos mundiais algo que é sagrado para o ser-humano: sua liberdade de crenças. Faz-se necessário e urgente ampliar o diálogo inter-religioso e o respeito e é notório que a escola, bem como debate na mídia, templos diversos e audiências públicas são fundamentais para a conscientização de todos. Este trabalho teve como objetivo principal o estudo de caso de Kayllane pautado na pesquisa bibliográfica sobre intolerância e discriminação religiosas bem como o ativismo digital. Também foram fontes de pesquisa: entrevistas, reuniões sobre o assunto, a comunicação nas redes sociais e observações em passeatas pela liberdade religiosa nas quais ela participou. Com base nas pesquisas com o cotidiano busquei me aproximar dela e dos acontecimentos com o intuito de compor a pesquisa. Para Alves e Oliveira (2008) é necessário o "mergulho com todos os sentidos nos cotidianos". Assim, escrevem que: É esse envolvimento dialógico que nos leva a falar em mergulho e não em observação porque sabemos que a vida cotidiana desses e dessas praticantes não se reduz àquilo que é observável e organizável formalmente. Os múltiplos sentimentos, valores e processos vividos por cada um(a) na tessitura das redes de conhecimentos que dá sentido às suas ações precisam ser compartilhados coletivamente e, para fazê-lo, precisamos estar imersos nos sentidos e sentimentos dessas tantas histórias ouvidas e partilhadas (Alves, Oliveira, 2008, p.10). Embora tenha transcorrido quase três anos do fato, Kayllane permanece ativa na luta contra a intolerância religiosa tornando-se um dos símbolos mais importantes contra a discriminação religiosa. Recentemente foi lançado um filme contando a sua história intitulado "Respeito". É necessário e urgente tomarmos medidas concretas de combate à intolerância religiosa, uma vez que, diariamente são registrados casos que nem sempre são expostos na mídia e seus agressores na maioria dos casos não são punidos. Para a ONU (Organização das Nações Unidas), o Brasil não é avaliado como um país que seja intolerante religioso e recentemente, em maio 2017, não incluiu esse tema nas orientações e sugestões de seu plano de Revisão Periódica Universal, que tem como objetivo melhorar as condições dos direitos humanos no país e é revisto e avaliado a cada cinco anos.As redes educativas são um importante caminho para a conscientização e erradicação desse fenômeno. Esse artigo propõe algumas sugestões para pensarmos juntos o melhor caminho.

Candomblés e umbandas no imaginário de professores em Cuiabá-MT - Maurício Benedito da Silva Vieira (Núcleo de Estudos de Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE). A presente pesquisa é parte da minha dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, tendo como escopo central identificar como professores tratam em seu imaginário as religiões brasileiras de matrizes africanas após a efetivação da Lei 10.639/2003 em Cuiabá-MT. Questões relacionadas a violência contra terreiros de Candomblés e Umbandas servem como motivação principal para tentar compreender como a escola tem como a escola tem se articulado para contribuir para a minimização da intolerância religiosa. Já se passaram 15 anos da implementação da Lei Federal 10.639/03. É fundamental perguntar como a escola trata das questões relacionadas à cultura afro-brasileira. Essas são questões que norteiam esse estudo e apontam o quanto os docentes necessitam compreender o que de fato representa para a cultura brasileira às religiões de matrizes africanas. A implementação da Lei nº 10.639/03 tem como estratégia a eliminação do racismo, consequentemente a intolerância as religiões brasileiras de matrizes africanas na sociedade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na perspectiva macro (BRANDÃO 2001). Utilizou-se formulário tipo survey, como instrumento de coleta de dados que foi respondido pelos docentes. Participaram dessa pesquisa professores da Rede Municipal de Cuiabá, lotados em 11 unidades escolares, sendo que duas estão localizadas na área rural e nove na região urbana, todas situadas próximas de Terreiros de Umbanda e/ou Candomblé. Através do survey, professores revelam questões que ganham centralidade no decorrer da pesquisa, em especial ao evidenciar sentimentos de intolerância religiosa. São argumentos que

apresentam a realidade do "chão da escola" e que apontam para a relação tensa entre os pares quando a referencia em questão é a orientação religiosa. A pesquisa revela que entre os docentes há resistências quanto à aproximação de conteúdos relacionados qualquer manifestação que possa ter relação ou aproximação com coisa de "macumba". Em alguns casos, muitos docentes apresentam forte resistência caracterizando negativamente as praticas ligadas ao Candomblé e Umbanda. Parte dos sujeitos que participam dessa pesquisa são professores com tempo de trabalho prestado na educação em Cuiabá, e revelam com muita propriedade o quanto a educação pouco tem feito para acolher as diferenças sendo a religiosa o tema central de nosso debate. Diante dos resultados apresentados é possível indagar quais caminhos estamos percorrendo pela busca da diversidade e liberdade religiosa, sendo que os professores ainda demonizam elementos da cultura afro-brasileira.

CONSELHO DO POVO DE TERREIRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CPTERS: Protagonismo e ação política do movimento do Povo de Terreiro do RS - Janine Maria Viegas Cunha (UFRGS). O CONSELHO DO POVO DE TERREIRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CPTERS está hoje instituído e vinculado à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Estado e se compõe como grupo organizado politicamente para dialogar diretamente com o Estado em prol de sugerir ações, denunciar infrações e elaborar políticas públicas, enfrentando as demandas específicas do Povo de Terreiro, principalmente no que se refere à intolerância religiosa, ao racismo religioso e à violência: questões cotidianas e politicamente organizadas pela matriz africana e do Movimento Negro. Assim o trabalho levanta a hipótese de que sejam os valores civilizatórios das tradições de matriz africana demarcadores de distinção desta ação que provoca deslocamentos na esfera pública a partir da projeção da diferença, causam efeitos transruptivos sociais, tornando o diálogo com o Estado efetivo e proporcionando a marca da multiculturalidade na sociedade. Tem como objetivo geral, analisar a ação política do Movimento do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul até a formação do CPTERS – período compreendido entre os anos 2000 e 2016. E objetivos específicos: a) analisar as suas formas de atuação, processos e perspectivas políticas utilizadas; b) entender quais mecanismos que têm ou tiveram eficiência no diálogo com o Estado; c) levantar pontos para análise e compreensão para a atuação política tradicional. Problematiza até que ponto a emergência do Povo de Terreiro na esfera pública política provoca efeitos transruptivos "constituindo um dispositivo que representa a diferença como unidade ou identidade" (HALL, 2009); de que forma podemos construir canais de tolerância para as práticas religiosas do Povo de Terreiro e; se as ações são eficazes para dar conta das demandas Povo de Terreiro e se fazer reconhecer com cidadania e dignidade. A agência do Povo de Terreiro, na atuação em prol de questões coletivas marcadas pela identidade, centraliza a questão da culturalidade e da diferença na política, em que a hipervisibilidade corporal é ressignificada, positivada e usada para atuar na esfera pública, muito consubstanciada pela afrocentricidade e ao pertencimento à tradição e não à fenotipia negra. O Povo de Terreiro em seu modus operandi com base em seus valores civilizatórios (re)construídos e (re)significados a partir da cosmovisão africana, e uma postura baseada nesta filosofia da teologia da matriz africana, tem sua ação atuação política efetiva na esfera pública – pois em menos de duas décadas alcançou espaços de poder institucional de grande porte e mobilização, único ainda no Brasil. Este trabalho está em desenvolvimento no Mestrado em Sociologia - UFRGS - e conta com pesquisa documental, participativa e entrevistas.

Deusa-Pai: o princípio xenofóbico na mitologia judaico-cristã - érica Portilho (cefet). Este artigo o resultado de parte da dissertação de mestrado do curso de Relações Étinico-raciais em fase de finalização. O Tema matriarcado afrikana, investiga por meio da análise de narrativas ocidentais e africanistas, perspectivas outras sobre a existência deste sistema. Neste artigo estudaremos nos livros que compõe o antigo testamento das escrituras da mitologia judaico-cristã, focado especificamente nos cinco livros que integram o pentateuco, os vestígios da matrilinearidade e do matriarcado nestas fontes. Encontramos não apenas vestígios sobre o matriarcado, mas principalmente vestígios sobre o projeto político-ideológico que modela o pensamento ocidental utilizando a estratificação de gênero, raça, família e governo, modelados a partir de estruturas patriarcais semíticas antigas. Seguindo o que nos trouxe o campo, levantamos as bases da construção do xenofobismo, e suas múltiplas formas de violência e aniquilação que deflagra não apenas o sexismo, mas também o racismo ou ainda, a chamada "intolerância religiosa" e as perseguições praticada por fiéis seguidores do cristianismo, mesmo recentemente, contra as religiões de matriz africana no Brasil. A omissão das características matriarcais e africanas dessas narrativas, contrariadas pelos achados arqueológicos, demonstram elas foram constituídas como discursos-universais legitimam tal violência.

Enlaces entre corpo, espaço e as religiões de matriz africana: a possibilidade do contra-espaço - Diego Dhermani Lopes Germano (Universidade Federal de Juiz de Fora). As religiões de matriz africana tem como um dado específico a dimensão espacial enquanto condição para sua reprodução e ritualística. Partindo de uma análise estética e simbólica, podemos perceber como tanto as paisagens ditas "naturais", quanto espaços urbanos, significam e representam algo para as comunidades de terreiro: a morada dos Orixás, o domínio de entidades, o local para despacho de ebós e oferendas. O conceito de Bonnemaison de geossímbolo exprime esta ideia quando nos diz que os lugares visitados pelo guru, herói, ou pelo divino cultuado por um grupo, gera um arranjo espacial simbólico que forma também o território. Porém, pensamos que há nesta relação entre a cosmovisão e ritualística de matriz afro-brasileira e o próprio espaço (especialmente o urbano), uma mediação cumprida pelo corpo. O corpo que dança nas giras de Umbanda e nos toque de candomblé, o corpo que se raspa e se guarda pelo culto, o corpo que também é perseguido e castigado pela fé que carrega, e que não tem direito a cidade. Esta dimensão corpórea em relação com espaço é justamento o que nos interessa aqui, pois é através da corporeidade que também se expressam os valores e saberes das religiões de matriz-afro. Portanto, o objeto e objetivo deste trabalho é compreender brevemente como a espacialidade dos cultos afro-brasileiros é mediada pelo corpo de forma contra-hegemônica, ou contra-espacial, se opondo a uma certa ordenação espacial racista. Muniz Sodré, de certa forma, já nos indica um primeiro passo a ser dado através de sua conceituação de território que passa pela forma com a qual um grupo social lida com o espaço, o que concorda com o argumento de Bonnemaison. Em tempo, como referencial teórico traremos autores como Carlos Rodrigues Brandão e Leonardo de Oliveira Carneiro, que versam

sobre a questão espacial e as religiões de matriz africana. A metodologia por hora se resume numa revisão bibliográfica entre estes autores apresentados e outros. No entanto, no decorrer deste trabalho, buscaremos como processos metodológicos trabalhos de campo em terreiros, ilês, casas de santo, tendas espiritualistas, bem como vídeo-entrevistas semi estruturadas com integrantes das religiões de matriz africana.

Iniciação e Relações Cosmológicas entre Humanos e Encantados No sul e sudeste do pará - Eduardo Nunes Da Silva (Unifesspa). Os encantados são compreendidos na Amazônia como entidades que habitam o território brasileiro, fazendo-se presentes, dentre outros, em terreiros de religiões afro-brasileiras, pajelanças, sessões espíritas, práticas de curas de rezadeiras e parteiras. Os praticantes dessas religiosidades mantêm relação de aproximação com estas entidades, nos rituais donde são invocados. Entretanto, tais seres se metamorfoseiam em seres incorpóreos, animais aquáticos, aves, plantas, rochas e outras "formaturas", espraiando suas habitações nas matas, rios, praias, rochedos e outras dimensões cosmológicas. Essas ontologias geralmente tem como origem processos de encantamento realizados no passado, isto é, pessoas que desapareceram em circunstâncias misteriosas em um determinado momento da vida foram levadas para o reino do encante, passando a adquirir os predicativos da população de encantados: poder de curar ou maltratar os vivos, transformação em outros vivos, ação de incorporar nos humanos para se comunicar, beber, fumar, se alimentar e inclusive ter relações sexuais. Uma das formas dos encantados se relacionarem com os humanos se dá através de processo de iniciação que pode ir desde o "choro na barriga da mãe", desde os sete anos de idade através de flechadas de donos e donas da mata, até, finalmente, aparições, sonhos etc. A iniciação pode ser um ato de escolha da entidade, um dom dado por "Deus" desde o passado, ou algo transmitido pelos parentes do acometido, um tipo de herança espiritual. Nessa perspectiva, através de narrativas de duas mães de santo de terreiros de Umbanda e candomblé na cidade de Marabá, estado do Pará, propomos discorrer sobre as formas de aprendizado e a especificidade das relações entre humanos e encantados na área citada, observando como ocorre o processo de transmissão de saberes nas religiões de matrizes africanas, sobre tudo na umbanda e no candomblé, tendo em vista que ambas são religiões de tradição oral, e não possuem um livro sagrado. Um outro aspecto da pesquisa são As noções de "linha", "corrente", termos utilizados pelas narradoras para explicar a forma como os encantados de todos os tipos, origens e poderes se arregimentam, coagulando-se sob a influência do "Guia", o dito chefe e organizador desses coletivos, assim, buscamos perceber as relações que se estabelecem a partir dessas linhagens, pois estes seres vão desde Indígenas mortos ou desaparecidos do passado secular, "caboclos", "caboclas", pretos velhos, pretas velhas, a reis e rainhas das matas, princesas e príncipes encantados, denotando, de uma perspectiva intercultural, relações de crenças ameríndias, afro-brasileiras e cristãs na composição das narradoras, além de estabelecer uma certa hierarquia entre as entidades.

Leituras Evangélicas frente ao estudo da Cultura e História do Negro na Educação Brasileira - Lavini Beatriz Vieira de Castro (CEFET-RJ). O presente trabalho pretende desenvolver uma reflexão sobre as leituras evangélicas, em especial das Igrejas neopentecostais, a respeito do ensino da história e cultura africana e dos afro-brasileiros. A Lei 10.639/2003 torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, visando assegurar o direito à igualdade de visibilidade das diversas culturas que compõe a sociedade brasileira. Entretanto podemos observar que o cumprimento da lei é extremamente precário. Diante de diversos entraves para a aplicação da lei pretendemos discorrer nesta pesquisa como se dá a influência religiosa de cunho neopentecostal a respeito da lei, pois identificamos nesta relação um entrave que nos parece ser de aparato ideológico. O interesse no tema ocorreu devido ao aumento do número de casos de intolerância religiosa noticiados na mídia e páginas da internet, mas que têm se feito presente no ambiente escolar contra a difusão de elementos da cultura afro-brasileira, especialmente no que tange a religiosidade. Portanto, torna-se imprescindível levantar questionamentos a cerca de como o discurso fundamentalista religioso forjado por grupos neopentecostais relaciona-se a respeito da cultura africana e afro-brasileira, principalmente no tocante à cultura religiosa de matriz africana. Nossa pesquisa ocorrerá por meio de entrevistas com diversos perfis de professores desde sujeitos afro-brasileiros que professem o cristianismo de cunho neopentecostal, que será a principal relevância dessa pesquisa, como outros perfis de docentes, pois será válido perceber como a questão ideológica, sugerida nesta pesquisa, interfere nas escolhas e atitudes dos profissionais da educação quando o interesse é a aplicação da Lei 10.639/03.

O Day after da intolerância: Como ficam as líderes religiosas, após a violação de seus templos - Luziara Miranda de Novaes (UFRRJ). O presente trabalho consiste em oferecer uma análise sobre as violências sofridas pelos terreiros de matriz africana - liderados por mulheres - existentes no Rio de Janeiro. A pesquisa tem como objetivo entender como os casos de racismo religioso acontecem e como as líderes religiosas reagem e entendem esse processo, refletindo sobre as conseqüências da estrutura racista que engendram aos casos de vilipêndio sofridos. Este ensaio se propõe a apresentar as discussões iniciais através de entrevistas e da análise de dados. Sendo assim, este trabalho pretende coletar e registrar dados do racismo religioso, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico dessas experiências objetivando proporações transformadoras. Este ensaio se propõe a apresentar uma discussão inicial do tema racismo religioso sofrido por terreiros de matriz africana e suas líderes religiosas localizados no Rio de Janeiro. Objetiva analisar o contexto histórico da violência e degradação do ambiente religioso, além de entender como as mães de santo reagem e compreendem esse processo que cada dia mais vem tomando força e encontrando outros agentes para a perpetuação das perseguições religiosas. Refletir sobre a questão do racismo que atua diretamente na marginalização das religiões de matriz africana. Buscaremos como o discurso "demonizador" que se propaga. A pesquisa é de cunho qualitativo, através de entrevistas com algumas líderes religiosas vítimas de violência da intolerância buscamos constituir este trabalho. Concomitante estamos analisando panfletos, arquivos pessoais, jornais, literatura acadêmica bem como informações concernentes, disponíveis, nas redes sociais. A busca pelo campo já mostrou muito sobre o tema. Algumas observações na tentativa de contado com o espaço denota como o assunto é urgente de ser abordado. Nesses primeiros passos, no levantamento bibliográfico, na identificação dos casos e de suas lideranças muitas proposições surgem. Inicialmente, a aproximação é o foco central. É a partir desses primeiros contatos que esse trabalho vem sendo desenvolvido. Esta é uma pesquisa em andamento no âmbito do Curso de mestrado

em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ e do N´BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais) certificado pelo CNPq.

Para além da liberdade religiosa: novas estratégias para a proteção das religiões de matriz africana. - Leonardo Elias Luz da Silva (UFSCar). Em janeiro de 2016, a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro (CCIR) divulgou um estudo mostrando que 71% dos casos de ofensas e violências motivadas por questões religiosas registradas no Estado entre 2011 e 2015 tem como alvo as religiões de matriz africana. A permanência do racismo em terras brasileiras e a crescente demonização dos cultos de matriz africana, atualmente capitaneada por alguns grupos neo-pentecostais, seriam as principais causas desta estatística. E, diferente do que muitos possam acreditar, o combate a estes problemas não reside na simples garantia da liberdade religiosa - aliás, muitas vezes, os próprios grupos neo-pentecostais usam do argumento da liberdade religiosa para promover seus ataques contra as religiões de matriz africana. Com a ascensão dos governos petistas e a criação de instituições voltadas para a resolução dos conflitos raciais no Brasil, a exemplo da SEPPIR, consolidou-se, tanto entre as esferas governamentais quanto entre os próprios povos de terreiro, a noção de que o combate ao racismo religioso e a proteção das religiões de matriz africana depende de uma ação multifacetada. Dito isso, a pesquisa tem o seguinte objeto: a nova forma de compreender as demandas e a magnitude das religiões de matriz africana no desenvolvimento de políticas públicas para estes grupos. Além de liberdade religiosa, pautas como: garantia territorial, segurança alimentar, direitos culturais e educação para os jovens passaram a ser reconhecidas como essenciais para a reprodução material e imaterial dos povos de terreiro. Parto da hipótese que esta mudança na forma de compreender as religiões de matriz africana está condicionada à consolidação na agenda governamental de um nova narrativa a respeito do papel histórico e social de tais grupos. O ferramental teórico que me acompanha nessa empreitada é o pragmatismo francês na sua versão voltada para a análise de políticas públicas: Através das contribuições de Phelippe Zittoun (2014), tratarei dos movimentos discursivos por trás da construção desta nova forma de compreender os grupos detentores da herança africana em solo brasileiro. Por se tratar de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, as conclusões obtidas ainda são preliminares, contudo, é evidente a presença de um novo discurso político a respeito das religiões de matriz africana. A própria criação de um conceito novo, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, criado pela SEPPIR, é um dos exemplos mais ilustrativos nesse sentido.

Religiões de Matrizes Africanas e Católica em Manaus: um diálogo inter-religioso possível - Renilda Aparecida Costa (Docente Universitária). O presente artigo tem o intuito de compreender como se dão os processos de diálogo inter-religiosos entre as Religiões de Matrizes Africana e a Católica a partir de ensaios etnográficos realizados na cidade em Manaus. Para dar conta deste intuito, fez-se necessária uma indagação: as interações entre as religiões de Matrizes Africana e a Católica em Manaus são frutos de processos de diálogos inter-religiosos? O fio condutor para compreensão como se dão os processos de diálogo inter- religiosos entre a Religiões de Matrizes Africanas e a Católica em Manaus foram as etnografias realizadas a partir das pesquisas de campo realizadas no âmbito do Programa de Pós- graduação Sociedade e Cultura no Amazonas. Assim, foi possível acompanhar algumas manifestações culturais e religiosas dos povos negros nos municípios de Manaus, a fim de perceber como a identidade étnico-religiosa é dinâmica e se reconfigura dependendo do contexto sócio histórico e cultural. Assim, pensar o diálogo inter-religioso implica na superação de muitos paradigmas com relação intolerância religiosa que estão postos no Brasil e na Amazônia. esse sentido, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira no primeiro capítulo do seu livro "O trabalho do antropólogo" traz importante contribuição no que diz respeito às três etapas de apreensão dos fenômenos sociais e merecedores da reflexão, não só dos antropólogos, mas de todos os cientistas sociais.[...] tanto o ouvir como o olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambas complementam-se e servem como duas muletas [...] que lhe permitem caminhar, ainda que tropegamente, na estrada do conhecimento. (Oliveira, 2000, p. 21). Outro aspecto relevante apontado por (Oliveira,2000) neste texto diz respeito à superação das posições do informante/pesquisador na pesquisa que ele considera deveras empobrecedora do ato cognitivo. O autor argumenta que as posições sociais que ambos ocupam, por vezes ocorrem de maneira estanque cujo pesquisador por mais que procure se posicionar como observador neutro, ocupa uma posição de poder na relação que se estabelece com aquele que ele considera seu informante. Ao passo que se o pesquisador transformar o informante em interlocutor, há possibilidade de uma nova modalidade de relacionamento em que: "O ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, em uma outra de mão dupla, portanto uma verdadeira interação" (Oliveira, 2000, p. 24).

Terreiros de Candomblé como espaço promotor da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional - Jeancarlos Rodrigues de Oliveira (Universidade Federal de Goiás). Os povos de comunidade tradicional de terreiro compreendem a alimentação dentre seus signos e significados do "nutrir e ser nutrido" no sentido que grãos, legumes, quitutes, verduras são preparados na ritualística das africanidades, da humanização, do acolhimento e versam pela fé, axé e transcendem o biologicismo. Contempla uma pluralidade de expressões como estas o candomblé e entre outras manifestações afro-religiosa. Os determinantes sociais em saúde se refletem nas iniquidades raciais que influenciam na condição de Insegurança Alimentar e Nutricional. A diáspora africana materializa-se no terreiro, local que muitas/os negras/os são acolhidas/os e valorizadas às nuances de sua identidade bem como se torna possível problematizar as mazelas raciais e vivenciar um espaço de reconstrução e transformação para uma sociedade mais justa e equânime. O terreiro possui organização social que está diretamente relacionada com a comida, e que não vivifica o contexto capitalista das grandes indústrias alimentícias de ultra processados que valida o desmatamento ambiental e fortalecem o agronegócio, monocultura, e o desenvolvimento de transgênicos. Contrapartida, alguns terreiros se consolidam com práticas agroecológicas que evidenciam a sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental corroborando com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), na oferta dos alimentos para os comensais muitas vezes produzidos em pequenos espaços de terra que estão à disposição dos terreiros. É preciso compreender que as necessidades das religiões de matriz africana conclamam de alimentos com toda sua riqueza de diversidade que são usados para ser dado de comer às divindades e aos humanos. É através da forma de se relacionar com a comida que, terreiros compreendem uma economia emancipatória, à SAN

compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Intrínseco, os terreiros são centros de distribuição, que alimentam grande número de pessoas, pessoas estas que vão ao encontro dos terreiros e se manifestam pelo ato político que é comer. As casas de santo têm papel fundamental no combate aos estados de desnutrição, a fome, e evoca o direito de escolha do alimento, priorizar o cultivo consciente, combate ao racismo, as iniquidades e aos inúmeros processos de exclusão, negação da existência de sua ancestralidade histórica, intolerância religiosa somadas as inúmeras barreiras que bloqueiam seus processos de cultivo e de autonomia de escolha.

Trânsito religioso entre fiéis de terreiros de candomblé e igrejas evangélicas na região metropolitana de Belo Horizonte. - Aurino José Góis (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS). A superioridade católica perdurou por muito tempo no Brasil, no entanto, o último censo de 2010, apresentou um declínio considerável dessa hegemonia, enquanto os evangélicos ascenderam significativamente. O discurso efusivo das pregações dos pastores evangélicos, a difusão massiva nas mídias e sua dispersão espacial no espaço urbano, tanto das cidades quanto do interior, parece ter atraído os fiéis católicos para essa nova forma de culto, como parecem indicar os dados. Entretanto, essa nova onda evangélica chega marcada pela apologia de uma fé combativa ao mal e aos infiéis, atributos estes direcionados aos adeptos das religiões de matrizes africanas. Desde então, verifica-se uma crescente agressão desse segmento religioso aos locais de culto e aos fiéis dessa matriz religiosa, que tem Exu como uma de suas Entidades de culto mais combatida pelo segmento evangélico. Esse tipo de discurso e essas atitudes de intolerância não condizem mais com o grau de civilidade alcançado hoje, em pleno século XXI. Em todo caso, a intolerância é uma ameaça à paz e o caminho para dirimir essa ameaça é o diálogo pautado pela compreensão e respeito ao outro em sua diversidade de crenças, costumes e opiniões. Esse texto está inserido nessa perspectiva ao buscar compreender no espaço micro da sociedade brasileira a intolerância religiosa entre evangélicos e candomblecistas, esperando contribuir em sua medida, na compreensão do fenômeno macro da irrazoabilidade de não aceitar o outro na sua diversidade. A comunicação apresenta os resultados da pesquisa que analisou o transito religioso entre fiéis de igrejas evangélicas e fiéis do candomblé, realizada na região metropolitana de Belo Horizonte. A pesquisa contribui na compreensão da vivência religiosa em contexto brasileiro, na medida em que analisará como os ataques persistentes aos terreiros, por segmentos evangélicos mais radicais e o discurso impetrado por essas igrejas contra as crenças das religiões afro brasileiras, alcança a resposta inesperada, em alguns casos, de adesão contrária aos discursos religiosos promulgados e as agressões efetivas delatadas. Quais são os motivos apontados para mudar de crença e migrar justamente para àquelas religiões antes hostilizadas por esses fiéis, é o que se propõe analisar nesse estudo.

Urbanização e territorialidade e os terreiros de candomblé - Dalzira Maria Aparecida Iyagunã (Universidade Federal do Paraná). Este trabalho pretende analisar, de forma ampla, a realidade que os terreiros de candomblé enfrentam tanto em relação à espacialidade quanto à territorialidade nos centros urbanos de grandes cidades. Considerando estudos realizados anteriormente, parte-se dos conceitos de urbanização, territorialidade e ancestralidade no contexto dos terreiros de Candomblé. Considera-se ainda as históricas lutas que os mesmos têm enfrentado para preservar seus valores ancestrais. Há explícito enfrentamento sócio-político, organizacional do Estado sobre as questões urbanas, sobretudo com o "racismo institucional e ambiental" constante sobre a religião. Vê-se que, as lutas têm sido por espaços "concretos" para uma religião que é, essencialmente, ligada a natureza. Os principais elementos indispensáveis ao culto como são a Terra, Água, Ar e Fogo são fundamentais para a preservação de Terreiros. Sem os mesmos há uma "desarmonia social" em virtude do aumento populacional das grandes cidades que "invadem" os espaços dos terreiros impactando na ideia de "territorialidade mítica" que é indispensável à uma religião ligada à natureza.

Sessão Temática 55

Produção intelectual negra entre resistência e re-existência: tensões, perspectivas, diálogos e desafios.

"Caderno de Retorno" : Experiência histórica e Experiência estética negro diaspórica no Brasil - Silvana Carvalho da Fonseca (UFBA). Considerando a noção de diáspora, a partir da perspectiva negra, trazer a "África" como centro de produção de humanidades, em sua potencialidade nas dimensões subjetivas e objetivas da realidade mundial, configura-se como projeto de reparação/revisão/renovação da crítica ético/estética, assim como políticas pós-coloniais. (Hall, 2009, p.39). Ainda na esteira do pensamento do teórico, a África na diáspora é a África que se tem tornado pronunciável ao revés de um passado que amputou a história negra e consolidou através da atualização de práticas predatórias escravagistas o racismo e redução do ser negro à coisa animalizada. Este trabalho tem como foco discutir a partir da noção de diáspora negra, a construção poética /intelectual do autor Edmilson de Almeida Pereira no livro "Caderno de Retorno", articulando experiência histórica e estética na leitura crítica da perversidade colonial no Brasil e suas reverberações na contemporaneidade.

Conceição Evaristo: A Intelectual Negra e suas Escolhas. - Zoraide Portela Silva (Universidade do Estado da Bahia-UNEB). Esse estudo analisa o papel da intelectual militante Conceição Evaristo, intelectual resistente e comprometida com mudanças sociais radicais,

visto que o eu poético em seus versos , apresenta uma visão critica da contemporaneidade, realizando aquilo que Bell Hooks caracteriza como politica do cotidiano. A sua poética trata de problemas sociais dos negros e das negras, dos dilemas vivenciados pelas populações negras ,questiona a subalternização das mulheres negras, de fazer e escrever as suas próprias historias, rompendo os estereótipos forjados pelo ocidente ou pelo conservadorismo no Brasil . Nessa analise, dialoga-se com Edward Said, Bell Hooks, Gayatri Chakravortty Spivak e outros autores que pensam a respeito do papel do intelectual.

Contribuições de Fanon e Césaire para problematização do conceito de intelectualidade negra - Isis Silva Roza (UFMG), Luciano Magela Roza (Universidade Federal de Ouro Preto). O trabalho busca colaborar com a formulação do conceito de intelectualidade negra a partir das contribuições teóricas, epistemológicas, políticas e temáticas presentes em parte da produção de dois intelectuais negros, Frantz Fanon e Aimé Césaire. Na busca de concretizar a proposta apontada, serão analisados os livros "Condenados da Terra", "Em defesa da Revolução Africana" e "Pele Negra, Máscaras Brancas" de Frantz Fanon e "Discursos sobre o Colonialismo" e "Caderno de um Retorno ao País Natal" de Aimé Césaire. A discussão posta está vinculada a dois dos projetos dos autores deste trabalho, sendo a tese intitulada "Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: práticas e concepções de formação da intelectualidade negra em disputa", em desenvolvimento na FAE/UFMG; e o projeto "A visibilidade das epistemologias pretas como ação afirmativa: sobre a necessidade da permanência simbólica de alunos(as) pretos(as)", desenvolvido na UFOP e apoiado pela mesma instituição por meio do edital Nº 02/2018 - PRACE/UFOP. Em ambas as experiências, a problematização acerca da produção intelectual negra é um aspecto central. Assim, tomando os trabalhos de Fanon e Césaire como recorte, consideramos que tais materiais possam auxiliar em discussões fundamentais para a intelectualidade negra contemporânea, tais como: Quais temas são recorrentemente tratados de modo a representarem preocupações a inscrição negra no mundo? Como os caminhos epistemológicos construídos pelos teóricos em tela dialogam, ultrapassam, subvertem e/ou rompem com as epistemologias eurocentradas, que almejam amputar a multiplicidade de formas de conhecimento do mundo? Como as formulações teóricas desenvolvidas por Fanon e Césaire podem ser apropriadas com o objetivo de entendermos experiências históricas negras não pensadas por eles, tais como as conjunturas negro-brasileiras do tempo presente e do pretérito? E, por fim, como as dimensões políticas defendidas pelos autores analisados auxiliam a pensar a agência e agenda negra na contemporaneidade?

Formas de resistência e re-existência na diáspora negra: reflexões sobre uma tradução escrevivente. - Luciana Santos dos Reis (SEC. MUNICIPAL DE EDC. SÃO FRANCISCO DO CONDE). O presente trabalho propõe-se a discutir a rentabilidade do conceito de Tradução Escrevivente, e o papel da mulher negra no campo da tradução, buscando refletir como o cruzamento de gênero e raça pode influenciar em sua prática tradutória. O conceito de Tradução escrevivente busca articular as questões de gênero e raça, propondo uma nova lógica tradutória que rasure os limites da maioria das teorias tradutórias elaboradas até o momento, que se baseiam em epistemologias eurocêntricas. Uma prática tradutória que considera o racismo como categoria estruturante das relações sociais no Brasil e que tem como premissa o cuidado com as especificidades tanto do texto de partida, como também do texto de chegada, ou seja, o contexto afro-brasileiro, e que reconhece que a língua e, por consequência, as literaturas, apresentaram-se e apresentam-se como um dos principais símbolos do domínio de um povo sobre outro. Uma vez que, com a finalidade de consolidar seus poderes diante de determinados grupos sociais, as classes dominantes impuseram suas línguas aos povos colonizados e deflagraram um processo forçado de tradução. Não se pode negar que, em certa medida, o processo de colonização iniciado por povos europeus foi bem sucedido, no entanto, é preciso ressaltar que, para toda ação, existe uma reação e que mecanismos de resistência cultural foram elaborados por parte dos povos colonizados. A exemplo das línguas pós-coloniais e da readequação do uso das línguas coloniais. Neste sentido, é importante considerar que tradutora/autora imprime em seu novo texto (tradução) a sua subjetividade e com ela, uma gama de atributos linguísticos, culturais, psicológicos e identitários que variam em cada produção. Seu corpo, sua condição e suas experiências são cruciais na definição de quais soluções tradutórias serão acionadas pelo gesto tradutório. Independentemente do caráter profissional e/ou comercial que a tradução possa ter, o seu processo nunca será considerado totalmente imparcial. Dessa forma, a tradução escrevivente apresenta-se como um ato interpretativo e antropofágico de resistência que possibilita que a tradutora/autora que é um sujeito afrodiásporico, localizada em uma encruzilhada de possibilidades, trate as especificidades tanto do seu texto de partida, quanto do seu texto de chegada de uma maneira mais atenta e politizada. O conceito de tradução escrevivente foi inspirado no conceito de escrevivência elaborado pela doutora em literatura comparada e escritora mineira Conceição Evaristo.

Fronteiras e (re) existências de mulheres negras: práticas e saberes de lideranças comunitárias - Izabela Fernandes de Souza (UNILA). Este trabalho buscará compartilhar o andamento da pesquisa de mestrado "Entre fronteiras e resistências: tecendo vivências de lideranças periféricas da cidade de Foz do Iguaçu", dentro da qual almejamos aproximar-se e localizar a história, os desafios e as lutas que tangem o âmbito de lideranças femininas fronteiriças da cidade de Foz do Iguaçu, município que faz fronteira com as cidades de Puerto Iguaçu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai). Esta pesquisa se propõe trabalhar com lideranças femininas periféricas, preferencialmente negras, buscando dialogar com seus saberes como referências intelectuais, tal como entender suas vivências e identificar as fronteiras que habitam, tanto em seu aspecto geográfico, nacional, político e simbólico, como também as fronteiras de gênero, raça e classe que as caracterizam. A partir de suas experiências cotidianas, almeja-se entender como estão resistindo, habitando e tensionando as fronteiras que as cercam. No decorrer da pesquisa buscaremos nos aproximar sobre o tema, discutindo as relações e construções que tangem o saber histórico, entendendo que existem perspectivas históricas que se consagram como hegemônicas, e ao se reproduzirem cooperam na manutenção de uma estrutura social e psíquica, que realça um status quo de patrão colonialista/patriarcal e racista. Sendo assim, buscaremos nos aproximar dos debates que tangenciam as noções históricas, tratando de reconhecer possíveis aportes metodológicos que podem atuar e ser utilizados com a finalidade de contrapor e disputar novas perspectivas históricas. Para tanto, partiremos por uma

abordagem feminista interseccional e decolonial, que almeja enegrecer as epistemologias e formulações clássicas. Nessa linha, acolhendo ao que ressalta a filósofa e ativista do movimento negro Sueli Carneiro, nos direcionaremos via uma perspectiva feminista negra e periférica, que emerge da condição específica do ser mulher negra e, em geral, pobre, atendendo uma discussão de gênero subalternizada, que desafia um imaginário patriarcal, racista e eurocentrado, militar, individualista e capitalista. Essa aproximação propõe-se emergir a partir de um olhar periférico que se aproxima de seu próprio contexto, da margem pela margem. Trata-se de uma aproximação epistêmica que propõe contrapor a história hegemônica a partir do saber local, entendendo a potência dessas outras práticas de saberes.

[1] Autora: Izabela Fernandes de Souza- Bacharel em Letras, Artes e Mediação Cultural- UNILA. Mestranda Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos.

Intelectuais negros nas tramas da re-existência - Jorge Augusto de Jesus Silva (UFBA). Neste trabalho buscaremos traçar uma breve genealogia das discussões sobre o intelectual no ocidente, esboçando uma análise na qual a relação desses com o poder interdita a presença do homem negro e da mulher negra, como intelectuais. Dessa maneira a presença do ser negro ocupando esse lócus discursivo até quase metade do século XX: como pensador, intelectual ou o filósofo é praticamente inexistente. O intelectual negro figurando como aquele que concomitantemente se opõe ao poder, mas agencia uma luta coletiva por ele, é figura importante nos processos de letramentos da cultura negra, no intuito de somar esforços para a construção de uma insurgência coletiva. Nossa discussão estabelece diálogos com: Nilma Lino Gomes (2010), Bell Hooks (1995), Bobbio (1997), Ana Lucia Souza (2011), entre outrxs.

Intelectuais negros(as) e a luta antirracista no Brasil (1945-1964) - Felipe Alves de Oliveira (Universidade Federal de Ouro Preto). A luta antirracista no Brasil deve ser entendida numa perspectiva histórica, ou seja, as (re)existências de homens negros e mulheres negras remontam à época da escravidão, seja através de rebeliões, revoltas, motins, ativismos individuais, imprensas, etc. Em 1945, por meio da publicação da dissertação de mestrado de Virgínia Leone Bicudo, a luta antirracista adquiriu novos contornos. O trabalho de Bicudo foi a nossa primeira tese sobre relações raciais no Brasil, com fins a contestar o discurso dominante da democracia racial. A partir daí, outros(as) intelectuais negros(as) reivindicaram a academia como espaço legítimo de combate ao racismo. A partir dos pioneirismo de Virgínia Bicudo, Guerreiro Ramos, Carolina Maria de Jesus, pretendemos discutir, em diálogo com autoras como bell hooks, Patrícia Hill Collins, Grada Kilomba, entre outras(os), o que significa para nós, negros e negras exercer a atividade intelectual no meio acadêmico. Em síntese, a partir das referências citadas, entendemos o que trabalho intelectual insurgente é aquele que fala com públicos diversos, das mais variadas classes, raça ou nível de escolaridade. Uma dimensão importante seria a capacidade de transcender a palavra escrita, visto que a baixa escolaridade ou a sua completa ausência ainda é uma realidade de pretas(os). Além disso, na maior parte dos casos, este trabalho nos propicia o confronto com duras realidades, sobretudo quando passamos a compreender as dinâmicas do racismo/sexismo. Por fim, é preciso discutir sobre as invisibilidades das nossas produções intelectuais. As reflexões da pesquisadora e ativista Grada Kilomba, nos faz questionar por que temos sido constantemente silenciados. Em Plantation memories: episodes of everyday racism, Grada Kilomba parte da metáfora da máscara – instrumento adotado pelos senhores brancos para evitar que africanos(as) escravizados(as) comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações – para explicar que uma das estratégias do colonialismo foi justamente negar o direito de fala do colonizado. Diante disso, Kilomba faz a pergunta:"o que acontece quando falamos?". Como dissemos acima, nosso trabalho pretende discutir sobre qual é o significado do trabalho intelectual de negros(as) e como ele pode contribuir para reconfigurar a produção de conhecimento nas universidades brasileiras.

Mulheres negras em primeira pessoa, metodologias do corpo e falas interditas: experiência de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia - Maria Dolores Sosin Rodriguez (Instituto de Letras da UFBA). Este relato de experiência pressupõe que a vivência é, em si, uma produção epistêmica cara para as mulheres negras pesquisadoras. Nesse sentido, a escrita dessa narrativa, intermediada pela produção intelectual e científica de autorxs negrxs, mobiliza os operadores que envolvem a colonialidade expressa nos processos de produção de conhecimento científico no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (Instituto de Letras) da Universidade Federal da Bahia. A experiência relatada diz respeito à relação entre uma docente branca e uma discente negra, propondo uma reflexão sobre os lugares autorizados de produção de saber. As noções acerca dos estudos da branquitude sinalizam para a vontade de entendimento sobre as relações étnico-raciais e os seus desdobramentos na educação, além de tecer comentários sobre os mecanismos de poder que isso engendra. Levando em conta a entrada de pessoas negras nos cursos de graduação e de pós-graduação, observaremos como os recursos metodológicos são desenvolvidas a partir de uma lógica que se fundamenta na manutenção do status quo e das posições hierárquicas ordenadoras das colonialidade de poder e saber.

Na contra mão da academia: a performance preta como resistência ao conhecimento eurocêntrico hegemônico - Eloá Lamin da Gama (Universidade Estadual de Maringá), Isadora Cecília Corrêa Candido (Universidade Estadual de Maringá - UEM). Compreendendo a hegemonização do conhecimento enquanto um processo histórico, que se inicia no Brasil desde os princípios da colonização, podemos vislumbrar a elitização e embranquecimento da Academia, e portanto, do Ensino Superior brasileiro. As amarras academicistas, do ensino tradicional e positivista, cuja as bases se sustentam em referencias teóricos e metodológicos universalizantes, tentam neutralizar a presença física e intelectual de indivíduos negros nas Universidades, se configurando numa espécie de epistemicídio (TAVARES, 2009), isto é, o aniquilamento de saberes que não integram o conhecimento hegemônico. Dessa forma, a presença negra nas universidades brasileiras proporcionada, em especial, pela institucionalização de políticas públicas como as cotas raciais e sociais, se faz essencial para a transformação e renovação de padrões acadêmicos dominantes herdados da ciência moderna. A performance enquanto uma linguagem artística e política se faz numa das formas de ocupação do espaço universitário por negros e negras, definindo-se como forma de resistência. Partindo da potência da ação performática, pretende-se no presente trabalho, analisar a performance "Quarar", realizada

na Universidade Estadual de Maringá, pela artista e, também, uma das proponentes dessa pesquisa, Isadora Yalodê Candido, no encerramento do evento que recepciona os calouros e calouras do atual ano letivo, e que propôs a temática "Cultura Afro-brasileira". "Quarar" é engatilhada a partir do fazer-dizer do corpo negro correlacionado a temporalidade da morte de Marielle Franco com a urgência de nossa sobrevivência em todos os espaços. É repelir em ação performática o embranquecimento da produção do conhecimento e o genocídio do povo negro. É ser condicionada a uma logística subalterna mesmo estando assegurada por um regime institucionalizado, Marielle por meio de seu cargo público, e nós, acadêmicos negros e negras por meio de um vínculo universitário, mas que tendem a nos expulsar ao tratarmos de temáticas que rompem e tencionam a ordem normativa. Para analisarmos "Quarar" utilizaremos o conceito de programa (FABIÃO, 2008), bem como outras referências nos Estudos da Performance. Tal ação implica questões corpo-políticas interseccionais de raça, gênero e sexualidade, como potências criativas. Dessa forma, este trabalho surge de reflexões epistemológicas acerca da hegemonização do conhecimento e de como a performance arte vem na contramão das pedagogias oficiais, se tornando uma via de comunicação alternativa que escapa pelas arestas das exigências academicistas de ocupação dos espaços institucionais, representado aqui pela universidade.

Negro Intelectual, Intelectual Negro ou Negro-Intelectual: significados presentes na literatura - Evaldo Ribeiro Oliveira (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). O presente trabalho é parte integrante da tese intitulada "Negro Intelectual, Intelectual Negro ou Negro-Intelectual: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual", que objetivou compreender processos em que negros e negras têm se constituído intelectuais e identificar no que suas experiências de homens e mulheres negros ao formarem-se intelectuais podem contribuir para a educação das relações étnico-raciais. No referido trabalho, realizado 20013, buscamos compreender o termo intectual. Neste trabalho, trago à baila a discussão teórica sobre o conceito de Negros Intelectuais, ou melhor, apresento como o conceito aparece na literatura. Para tanto, valho-me de diversos estudos no campo das ciências humanas e sociais, entre eles, os estudos de Fanon (1979); Bell Hooks (1995) Hanchard (2006); Souza (2004); Santos (2001); Santos (2007); Gomes (2009), Marçal (2012), entre outros. Trabalho produzidos antes de 201. Objetiva-se apresentar as diversas concepções presentes na literatura sobre o conceito de negros(as) intelectuais. Conclui-se que são perceptíveis as diferentes definições acerca do termo "negros(as) intelectuais" e suas variações, mas todas apresentam elementos significativos para este trabalho. Salientamos que não buscamos equiparar ou equacionar conceitos, mas destacar como os mesmos, possuem suas diferenças, marcadas muitas vezes pelo referencial teórico, neste caso, a não utilização de autores negros e autoras negras. A referida pesquisa busca contribuir com os trabalhos sobe negros intelectuais, mas do que isto, romper com a construção ocidental de intelectual e apresentar uma perspectiva para tal ruptura. Buscamos com o referido estudo contribuir para as pesquisas sobre intelectualidade negra, mas do que isto, contribuir para a construção de outros parâmetros científicos para definição de categorias científicas. O pressente trabalho não pretende acabar com as controvérsias do termo, mas oferecer uma opção para os/as estudiosos/as da problemática. Presente-se com o referido trabalho contribuir com pesquisas sobre intelectualidade negra, além disso propor, um outro conceito para o campo de pesquisa "negro-intelectual", pois ser negro e intelectual são elementos constituintes de algumas pessoas negras que são pesquisadoras.

Núcleo de Estudantes e Pesquisadores Negros do Departamento de Geografia USP (NEPEN-DG-USP): Trajetos e Desafios - Guilherme Estevão dos Santos (NEPEN-DG-FFLCH-USP). Este artigo pretende apresentar em dois momentos a trajetória do Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (NEPEN-GEO-USP). No primeiro momento, pretende-se resgatar o histórico de sua formação, onde se evidencia algumas características do lugar ao qual está inserido, assim como a conjuntura que propicia a reunião de pessoas negras em torno de pesquisas elaboradas a partir da ciência geográfica e das relações raciais. Aqui se apresentará também as nuances internas do próprio Núcleo e as ações e atividades realizadas, principalmente aquelas ligadas ao ato político de ser e estar nas condições de pessoas negras em um lugar marcado pela hegemonia de corpos brancos e do pensamento eurocêntrico. Em segundo momento, vamos nos referir as reflexões que a partir de leituras de diversos/as intelectuais, ligadas ou não a Geografia, que trazem a temática racial, como Beatriz Nascimento, Aníbal Quijano, Neusa Sousa Santos, Renato Emerson, Kabenguele Munanga, Alex Ratts, Billy Malaquias, entre outros. Tal movimento se faz importante para que se evidencie as reflexões e produções de pessoas que compõem o NEPEN, da produção acadêmica à prática docente e/ou cultural. O NEPEN busca se tornar uma referência, objetivando se constituir enquanto força política e acadêmica no lugar que ocupa, e buscamos, com tal artigo, nos apresentar à comunidade negra das mais diversas áreas de atuação, da academia à cultural, a fim de que possamos trocar experiências e afetos, no sentido de uma luta anti racista, interseccional e pela autonomia intelectual do povo negro.

Perspectivas feministas descoloniais: sobre um processo de auto-conhecimento e re-existência na universidade - Elen Cristina Ramos dos Santos (Universidade de Brasília). Este escrito tem como finalidade dialogar com e a partir de algumas pensadoras feministas "terceiro-mundistas" - que em suas obras e projetos políticos se centram na crítica e resistência ao cânone acadêmico hétero-patriarcal e racista. Através de perspectivas feministas, de gênero, raça e classe nos pensamentos das autoras, buscarei refletir sobre os efeitos da colonialidade no meio acadêmico e na minha própria subjetividade, atentando para a forma como fui e estou sendo transformada quando insurgentes encontros com práticas e discursos descoloniais tematizados por mulheres negras e indígenas irradiam em diversos lugares de minha (re)existência - na academia, na vida íntima, na relação com minha mãe e minhas mais velhas. Dialogarei em grande parte com autoras de pensamentos feministas. Na primeira parte tentarei construir um entendimento com alguns autores do grupo da opção da decolonial que contribuem em suas teorias para a noção de um fazer-sentir-ser como uma perspectiva que se apresenta como opção outra e aberta em face da pretensão de único e universal das formulações impregnadas historicamente pela ciência ocidental. Adjunto a esse diálogo me dedicadei em mobilizar perspectivas e práticas de pensadoras negras, indígenas e "terceiro-mundistas" com a finalidade de entender junto com elas os feminismos e movimentos de mulheres dentro e fora da academia como formas de ser, estar e fazer descolonizadoras no mundo. Por fim, realizarei o

resgate de minha trajetória acadêmica confluída de minha relação com minha mãe, quando encontrei e fui encontrada pelas coletividades e teorias negras-diaspóricas indígenas com Sueli Carneiro Jurema Werneck, Ochy Curiel, Rigoberta Menchu, bell hooks, e a indiana Chandra Talpadhy. Essa conversa parte da sensação e vivência como uma mulher negra e periférica ocupando um lugar nas fileiras da universidade, pensando a forma como esse espaço impõe "não-lugares" uma vez que está em constante diálogo com uma estrutura social de bases históricas colonialismo e sistema escravista. Cujas negações, invisibilizações e discriminações das formas de ser e estar no mundo de pessoas ecoam de múltiplas formas atualmente. Nessa perspectiva, a análise realizada ao longo do texto tem a finalidade de dialogar pensadoras negras, indígenas, do "terceiro mundo" - que em suas obras se direcionam na crítica ao cânone acadêmico masculino e ocidentalizado, incluindo críticas também ao próprio pensamento feminista (ocidental) e sua pretensão de universalidade.

Quatro poemas para um ensaio: tradução e crítica afrodiásporica - Edson Cesar de Sousa Sobrinho (Universidade Federal da Bahia). Diante do ainda intenso cenário de discussões sobre a representação literária e – no limite, cultural – este trabalho pretende discutir a crítica à representação partindo de quatro poemas cuja autoria afrodiaspórica é a relevância do corpus. Em travessia, do campo da tradução literária e cultural partirá o caminho relevado para fazer ponte nesta discussão (tradução) crítica. Sendo nosso corpus composto por quatro poemas de autoria afrodiaspóricas sob o recorte temático, nos poemas escolhidos, da crítica à representação. Por outro lado, a minha formação como tradutor se deu - também - através dos discursos críticos da negritude, estudos culturais, filosofia e tradução cultural. Por isso, quis emergir do corpus poemas vindos das quatro línguas coloniais mais presentes no imaginário (em múltiplos sentidos). Assim, temos 4 poemas: um poema de língua hispânica, francesa, portuguesa e inglesa. Por tal e por um motivo ou outro, temos os poemas em língua francesa e espanhola que serão traduzidos por mim. Um poema de inglesa já traduzido em português, e, finalmente, um poema de língua portuguesa escrito fora do Brasil. Desejando com isso, dizer que afrodiaspórico não é uma circunscrição numa região geográfica ainda que não exista - afrodiaspórico - fora de alguma geografia. Em outras palavras, irei apresentar uma crítica à representação a partir e através dos estudos tradutórios e em seu processo criativo. É preciso dizer ainda que não há neste ensaio um desejo finalista visto que ele (o ensaio) mais bordeja o exercício filosófico para melhor entender relações. Tal como, em certa medida, fazem os estudos culturais e a negritude tomados nesse trabalho como exemplo e rota. Assim, o desejo aqui é o de apenas recolher textos que, de alguma forma, dialoguem com o campo dos estudos das representações literárias e culturais em direção à sua crítica. Incluindo em tudo o dito, as leituras sob o nome da desconstrução do filósofo Jacques Derrida, dos estudos sobre linguagem e psicanálise de Frantz Fanon que conjuntamente com as discussões sobre tradução-pós-colonial comporão o cenário dessa crítica. Indo ao encontro dos ensaios sobre relações e a questão das línguas de Édouard Glissant. Sem esgotar o possível, estudando em processo e construindo sem um fim.

Reflexões sobre o colorismo - Juliana Morais de Góes (University of Massachusetts). O objetivo deste paper é discutir o conceito "colorismo", que denomina o processo de discriminação que privilegia pessoas de pele clara e oprimi as de pele mais escura. O debate sobre tal concepção teórica tem sido importante para dar luz a existência de diferenças na forma como negros de pele retinta e os de pele clara sofrem racismo. Contudo, atualmente este debate está centrado na concepção de colorismo cunhada nos Estados Unidos e, embora tanto este quanto o Brasil tenham sido construídos com base na colonização e na escravidão, no período pós-abolição o racismo se estruturou diferentemente nestes países. Enquanto no Brasil havia o mito da democracia racial, nos Estados Unidos o sistema de segregação racial era baseado nas Leis de Jim Crow. Considerando esta diferença, o colorismo nos dois lugares ocorre de maneira semelhante? Neste paper, argumento que precisamos de referenciais teóricos enraizados na nossa história e realidade para plenamente entender como a discriminação com base na cor ocorre. Além disso, argumento que para a construção destes referenciais teóricos precisamos focar na nossa história de resistência. Por isso, resgato o debate sobre raça, cor e racismo feito pelos militantes do movimento negro brasileiro da década de 80. Neste período, o termo "negro" foi oficialmente adotado enquanto os termos "pardo", "moreno", "mulato" ou "mestiço" foram rejeitados. Esta ação, enquanto estratégia política, diferenciava os conceitos de raça e cor com o objetivo denunciar a forma como o mito da democracia racial promovia a opressão do povo negro. Assim, embora o termo "colorismo" não fosse comum, neste período encontramos debates essenciais sobre como a discriminação com base na cor da pele ocorria e as conexões desta discriminação com os conceitos de raça e racismo. Por fim, neste paper ressalto que a importação acrítica dos referencias teóricos sobre o colorismo, aliada com o recente aumento da afro-direita, pode minar conquistas feitas pelo movimento negro da década de 80. Evidenciar os diferentes níveis de racismo sofridos por negros de pele retinta e de pele clara é imprescindível para que possamos radicalizar a luta contra o racismo. Além disso, no cenário onde encontramos "brancos" querendo ser "pardos" para fraudar cotas raciais, é extremamente importante debater como a cor da pele afeta a posição social do indivíduo na sociedade. Contudo, recentemente tem ganhado força a ideia de que "pardos" não são negros entre os "negros contra o movimento negro" e entre o "movimento mestiço", bem como debates acerca do "negrometro" na comunidade negra. Neste cenário, é ainda mais imprescindível referenciais teóricos sobre racismo e colorismo/raça e cor que considerem o histórico de nossas resistências e as especificidades de nossa realidade.

"O louco só fica bom quando se livra do morto" - Matheus Menezes Marçal (PUCRS). No trabalho que apresentarei procuro identificar quais são as reflexões possíveis de serem estabelecidas entre a vida e obra de Arthur Bispo do Rosário com as percepções e potênciais extraídas de sua obra e as políticas da violência que circulam a vidas de intelectuais negros e negras da diáspora. Da trajetória de Bispo do Rosário e as bibliografias disponíveis contemporaneamente, pretendo distinguir temáticas recorrentes e temáticas ocultadas pela crítica, entendo que a centralidade das discussões em torno da loucura, da mitologia de Rosário e seu taxionomia são formas de invisibilizar a necessidade de discutir as necropolíticas dentro dos campos das artes brasileiras. Entendendo que esse apagamento confere continuidade a um projeto de arte que foge à discussão do formação de uma nação pautada no genocídio de vidas e culturas negras. Diante de tais problemáticas, tento compreender Arthur Bispo do Rosário como um intelectual negro atingido diretamente pelos

mecanismos sociais de exclusão e genocídio, procurando montar uma narrativa de suas obras que permita que pensemos quais foram os desafios, passagens e temporalidades que estiveram presentes na constituição do vasto mundo composto pro suas obras. Como uma forma de tentar estabelecer uma narrativa em torno da vivência de Arthur Bispo do Rosário, recorro a outro intelectual negro, Lima Barreto, e seu texto Diário do Hospício (BARRETO, 1993), estabelecendo comparações entre a escrevivência do literato e as possíveis experiências que acompanharam as produções de Arthur Bispo do Rosário. Em comum entre eles, além da vivência de intelectuais negros, destaco a vivência que ambos tiveram em hospícios, instituições utilizadas tradicionalmente como uma forma de controle social marcada pelo racismo anti-negros. Em um de seus estandartes, o artista escreveu que "Todo louco tem um morto que ele carrega nas costas. O louco só fica bom quando se livra do morto.", quais são as consequência de carregar a morte consigo? qual potência é possível extrair da vivência marcada pela morte, revertendo seu status possível de anulação dos sujeitos? A partir dessas perguntas e das questões expostas anteriormente, busco extrair da trajetória de Arthur Bispo do Rosário uma série de possibilidades da produção de um devir frente à morte.